ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 72

Brasília - DF, quinta-feira, 13 de abril de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 26
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 27
Ministério da Cultura 29
Ministério da Defesa 31
Ministério da Educação 38
Ministério da Fazenda 38
Ministério da Integração Nacional 58
Ministério da Justiça e Segurança Pública 59
Ministério da Saúde 62
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União . 66
Ministério das Cidades 67
Ministério das Relações Exteriores 67
Ministério de Minas e Energia 68
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 244
Ministério do Esporte 244
Ministério do Meio Ambiente 245
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 246
Ministério do Trabalho 246
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 249
Tribunal de Contas da União 251
Defensoria Pública da União 276
Poder Judiciário 277
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 277

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.433, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Zuleika Angel Jones e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal, o nome de Zuleika Angel Jones.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio

LEI Nº 13.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 292. .....

Parágrafo único. É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Grace Maria Fernandes Mendonça

LEI Nº 13.435, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno.

Parágrafo único. No decorrer do mês de agosto serão intensificadas ações intersetoriais de conscientização e esclarecimento sobre a importância do aleitamento materno, como:

I - realização de palestras e eventos;

II - divulgação nas diversas mídias;

III - reuniões com a comunidade;

IV - ações de divulgação em espaços públicos;

V - iluminação ou decoração de espaços com a cor dourada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Ricardo José Magalhães Barros

LEI Nº 13.436, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 10. .....
.....

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Ricardo José Magalhães Barros

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.030, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Remaneja Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério do Turismo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejadas, na forma do Anexo I, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério do Turismo, cinco Funções Comissionadas Técnicas - FCT- 5.

Parágrafo único. As FCT mencionadas no **caput** serão alocadas na Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores de Serviços Turísticos do Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo do Ministério do Turismo.

Art. 2º O Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º-A. Ficam demonstradas, na forma do Anexo IV, as Funções Comissionadas Técnicas - FCT alocadas no Ministério do Turismo." (NR)

Art. 3º O Decreto nº 8.627, de 2015, passa a vigorar acrescido do Anexo IV, na forma do Anexo II a este Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 6.744, de 19 de janeiro de 2009.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Marx Beltrão Lima Siqueira

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

ANEXO I

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS DESTINADAS À COORDENAÇÃO-GERAL DE CADASTRAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS DO DEPARTAMENTO DE FORMALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO TURISMO DA SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Função/Nível	Denominação do posto de trabalho	Quantidade
FCT-5	Agente Fiscal de Turismo	5
TOTAL		5

ANEXO II
(Anexo IV ao Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015)

Nível	Quantidade	Posto de trabalho	Unidade
FCT-5	3	Analista em Políticas de Turismo	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo
	3		Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo
	4	Analista em Gestão de Pessoas	Secretaria-Executiva
	5	Agente Fiscal de Turismo	Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores de Serviços Turísticos do Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo
Total	15		

DECRETO Nº 9.031, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam transformados, na forma do Anexo III, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS: dois DAS 6, um DAS 5 e vinte e cinco DAS 1 em dois DAS 4, quatorze DAS 3 e quatro DAS 2.

Art. 3º Ficam remanejados, na forma do Anexo IV, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS e Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança:

I - da extinta Casa Militar da Presidência da República para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) três DAS 101.6;

b) dois DAS 101.5;

c) três DAS 101.4;

d) um DAS 102.5;

e) quatro DAS 102.4;

f) nove DAS 102.3;

g) dois DAS 102.2; e

h) nove DAS 102.1;

II - da extinta Casa Militar da Presidência da República para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

a) nove Gratificações do Grupo 0001 (A);

b) vinte e sete Gratificações do Grupo 0002 (B);

c) vinte e cinco Gratificações do Grupo 0003 (C);

d) trinta e três Gratificações do Grupo do 0004 (D); e

e) trinta e quatro Gratificações do Grupo 0005 (E);

III - do Ministério da Defesa para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: um DAS 101.5;

IV - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

a) quatro DAS 101.6;

b) quatro DAS 101.5;

c) nove DAS 101.4;

d) um DAS 101.3;

e) dois DAS 102.5;

f) onze DAS 102.4;

g) vinte e dois DAS 102.3;

h) dez DAS 102.2; e

i) sete DAS 102.1;

V - da Secretaria de Administração da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Defesa: duas Gratificações do Grupo 0001 (A); e

VI - da Secretaria de Administração da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

a) três Gratificações do Grupo 0001 (A);

b) duas Gratificações do Grupo 0002 (B);

c) duas Gratificações do Grupo 0003 (C); e

d) uma Gratificação do Grupo do 0005 (E).

Art. 4º Ficam remanejadas, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na forma do Anexo V, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - uma FCPE 101.4;

II - uma FCPE 102.4; e

III - seis FCPE 102.3.

Parágrafo único. Ficam extintos oito cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo V.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Ministério da Defesa por força deste Decreto, incluídos aqueles da Estrutura Regimental da extinta Casa Militar da Presidência da República, aprovada pelo Decreto nº 8.577, de 26 de novembro de 2015, ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão, das funções de confiança e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança a que se refere no Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 7º O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 8º O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 9º O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República será responsável pelas seguintes medidas em relação à extinta Casa Militar da Presidência da República:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - elaboração dos relatórios de gestão, de acordo com as orientações a serem emitidas pelo Tribunal de Contas da União;

II - remanejamento dos recursos orçamentários e financeiros;

III - transferências de bens patrimoniais; e

IV - atos decorrentes de contratos, convênios e instrumentos congêneres.

Art. 10. O Anexo II ao Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo VI a este Decreto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor em 28 de abril de 2017.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 8.577, de 26 de novembro de 2015.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann
Dyogo Henrique de Oliveira
Sergio Westphalen Etchegoyen

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão essencial da Presidência da República, compete:

I - assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições;

II - analisar e acompanhar questões com potencial de risco à estabilidade institucional;

III - prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;

IV - coordenar as atividades:

a) de inteligência federal; e

b) de segurança da informação e das comunicações;

V - realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança;

VI - planejar e coordenar viagens presidenciais no País e no exterior, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores;

VII - zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela:

a) segurança pessoal do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares, e, quando determinado pelo Presidente da República, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades; e

b) segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

VIII - apoiar técnica e administrativamente o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional - CDN;

IX - exercer as atividades:

a) de Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Creden do Conselho de Governo; e

b) de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro;

X - realizar o acompanhamento de assuntos pertinentes a:

a) terrorismo e às ações voltadas para a sua prevenção, e intercambiar subsídios para a elaboração da avaliação de risco de ameaça terrorista; e

b) infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos; e

XI - exercer as funções de autoridade nacional de segurança em tratados, acordos ou atos internacionais que envolvam o tratamento e a troca de informação sigilosa.

§ 1º Os locais onde o Presidente da República e o Vice-Presidente da República trabalham, residem, estejam ou haja a iminência de virem a estar, e adjacências, são áreas consideradas de segurança das referidas autoridades.

§ 2º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete, ainda, adotar as medidas necessárias à proteção dos locais de que trata o § 1º e coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

a) Assessoria Especial;

b) Gabinete; e

c) Secretaria-Executiva:

1. Departamento de Gestão;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial:

1. Departamento de Segurança Presidencial; e

2. Departamento de Coordenação de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar;

b) Secretaria de Coordenação de Sistemas:

1. Departamento de Segurança da Informação e Comunicações;

2. Departamento de Coordenação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - Sipron; e

3. Departamento de Acompanhamento de Assuntos Aeroespaciais;

c) Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional:

1. Departamento de Assuntos de Defesa Nacional;

2. Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Creden; e

3. Departamento de Assuntos Militares;

III - órgãos descentralizados: Escritórios de Representação; e

IV - órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência: Agência Brasileira de Inteligência - Abin.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Art. 3º À Assessoria Especial compete:

I - assessorar o Ministro de Estado no exercício de suas atribuições e assisti-lo no exame e na condução dos assuntos estratégicos afetos ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - assistir o Ministro de Estado na preparação de análises e de documentos de interesse estratégico do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Art. 4º Ao Gabinete compete:

I - assessorar o Ministro de Estado em sua representação funcional, pessoal, política e social e no preparo e no despacho de seu expediente e de sua pauta de audiências;

II - apoiar a realização de eventos do Ministro de Estado com representações e autoridades nacionais e internacionais; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - aprovar e supervisionar o planejamento e a execução dos eventos e das viagens presidenciais no território nacional e para o exterior, em articulação com o Gabinete Pessoal do Presidente da República e com o Ministério das Relações Exteriores, respectivamente;

III - assessorar o Ministro de Estado em assuntos:

a) de gestão estratégica, administrativa, orçamentário-financeira, de pessoal e da publicação oficial; e

b) parlamentares e de comunicação social;

IV - acompanhar a tramitação, na Presidência da República, de propostas de atos e de documentos de interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

V - intercambiar informações com os órgãos essenciais da Presidência da República e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal;

VI - coordenar as atividades do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Art. 6º Ao Departamento de Gestão compete:

I - elaborar e acompanhar a elaboração de estudos sobre administração militar e civil de interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - obter informações, no âmbito de sua competência, por meio da articulação com os órgãos essenciais da Presidência da República e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal;

III - gerenciar, planejar e realizar ações referentes à gestão estratégica, orçamentário-financeira, administrativa e de pessoal do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - coordenar, realizar e acompanhar as requisições de militares e os pedidos de cessão de policiais militares e bombeiros militares para a Presidência da República;

V - coordenar e acompanhar requisições ou pedidos de cessão de pessoal civil para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI - coordenar a instrução processual para a aquisição de bens e serviços;

VII - providenciar a publicação oficial, o registro e a divulgação de matérias relacionadas ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VIII - coordenar e realizar o serviço de protocolo geral do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário-Executivo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção II
Dos órgãos específicos singulares

Art. 7º À Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial compete:

I - planejar e coordenar:

a) ações para execução dos eventos e das viagens presidenciais no País e no exterior, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

b) a execução do transporte aéreo de Chefes de Estado, de autoridades e de personalidades e das missões de interesse da Presidência da República, quando determinado pelo Presidente da República? e

c) as atividades relacionadas ao cerimonial militar nos palácios presidenciais ou em local determinado pelo Presidente da República;

II - coordenar a participação do Presidente da República em cerimônias militares, em articulação com os setores pertinentes da Presidência da República e com os demais órgãos envolvidos;

III - zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela:

a) segurança pessoal do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares, e, quando determinado pelo Presidente da República, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades; e

b) segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

IV - articular as ações para a segurança presidencial com os órgãos da Presidência da República e, quando determinado pelo Ministro de Estado, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos e entidades da administração pública federal;

V - estabelecer e manter os Escritórios de Representação como bases operacionais avançadas para a garantia da segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares, asseguradas a economicidade e a efetividade das operações de segurança presidencial; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.

Art. 8º Ao Departamento de Segurança Presidencial compete:

I - garantir a liberdade de ação do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, de maneira a contribuir para o desempenho institucional da Presidência da República;

II - zelar, assegurado o poder de polícia, pela:

a) segurança pessoal do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares;

b) segurança pessoal dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades, quando determinado pelo Presidente da República; e

c) segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

III - gerenciar:

a) os riscos relacionados à segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, de seus familiares e das instalações por eles utilizadas;

b) os recursos humanos no planejamento e na realização das atividades de segurança presidencial; e

c) o apoio logístico, administrativo e técnico ao planejamento e à execução das atividades de segurança presidencial;

IV - elaborar e acompanhar estudos relacionados à segurança presidencial;

V - assegurar a capacitação e o treinamento de recursos humanos para o desempenho de suas atividades finalísticas;

VI - planejar e empregar recursos materiais e humanos nas atividades de segurança presidencial;

VII - elaborar diretrizes, ordens, normas, regulamentos, manuais, procedimentos, planos e outros atos relacionados às atividades de segurança presidencial; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial.

Art. 9º Ao Departamento de Coordenação de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar compete:

I - planejar e coordenar:

a) o preparo e o emprego dos recursos logísticos referentes às viagens presidenciais em articulação com os demais órgãos envolvidos e, quando determinado pelo Presidente da República, das viagens de Chefes de Estado, de autoridades e de personalidades, e de outras missões de interesse da Presidência da República;

b) o preparo e a execução das atividades relacionadas ao cerimonial militar nos palácios presidenciais ou em local determinado pelo Presidente da República ou, em outras ocasiões, por determinação do Ministro de Estado; e

c) a participação do Presidente da República em cerimônias militares, em articulação com os setores pertinentes da Presidência da República e com os demais órgãos envolvidos; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial.

Art. 10. À Secretaria de Coordenação de Sistemas compete:

I - participar do planejamento e da coordenação das ações referentes ao Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - Sipron, como órgão central do sistema;

II - acompanhar ações referentes a assuntos aeroespaciais;

III - coordenar as ações referentes à segurança da informação e comunicações e à segurança cibernética no âmbito da administração pública federal;

IV - assessorar o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no exercício das funções de autoridade nacional de segurança para o tratamento de informação sigilosa decorrente de tratados, acordos e atos internacionais; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.

Art. 11. Ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações compete:

I - planejar, coordenar e desenvolver ações de segurança da informação e comunicações, incluídas as de segurança cibernética e de segurança das infraestruturas críticas da informação;

II - definir normativos e requisitos metodológicos para a implementação de ações de segurança da informação e comunicações, incluídas as de segurança cibernética e de segurança das infraestruturas críticas da informação do Estado;

III - manter o centro de coordenação de tratamento e resposta a incidentes ocorridos nas redes de computadores da administração pública federal;

IV - avaliar tratados, acordos ou atos internacionais relacionados à segurança da informação, em especial, ao tratamento e à troca de informação sigilosa;

V - assessorar o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no exercício das funções de autoridade nacional de segurança para o tratamento de informação classificada decorrente de tratados, acordos e atos internacionais;

VI - exercer, por meio do Núcleo de Segurança e Credenciamento, na qualidade de Órgão de Registro Central, atividades relacionadas ao credenciamento de segurança e ao tratamento de informação sigilosa;

VII - acompanhar o desenvolvimento da Política Nacional de Segurança da Informação e promover ações para sua implementação; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Coordenação de Sistemas.

Art. 12. Ao Departamento de Coordenação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - Sipron compete:

I - participar do planejamento e da coordenação das ações para atender as necessidades de proteção e segurança do Programa Nuclear Brasileiro;

II - coordenar ações para proteger os conhecimentos e a tecnologia detidos por órgãos, entidades, empresas, instituições de pesquisa e demais organizações públicas ou privadas que executem atividades para o Programa Nuclear Brasileiro;

III - participar do planejamento e da coordenação das ações, em situações de emergência nuclear, que tenham como objetivo proteger:

a) os recursos humanos envolvidos na operação das instalações nucleares e na guarda, no manuseio e no transporte dos materiais nucleares;

b) a população e o meio ambiente situados nas proximidades das instalações nucleares; e

c) as instalações e os materiais nucleares; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Coordenação de Sistemas.

Art. 13. Ao Departamento de Acompanhamento de Assuntos Aeroespaciais compete:

I - acompanhar:

a) ações que visem a atender as necessidades de segurança dos assuntos aeroespaciais brasileiros; e

b) atividades que tenham por objetivo proteger os conhecimentos e as tecnologias de órgãos, entidades, instituições de pesquisa e demais organizações públicas ou privadas relativos a temas aeroespaciais;

II - buscar informações a respeito das matérias relativas à área aeroespacial em articulação com órgãos e entidades públicos e privados;

III - realizar estudos com vistas à atualização e ao aprimoramento do conhecimento a respeito de matérias aeroespaciais; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Coordenação de Sistemas.

Art. 14. À Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional compete:

I - assessorar o Ministro de Estado:

a) no exercício de sua atribuição de Secretário-Executivo do CDN;

b) no exercício de sua atribuição de Presidente da Creden;

c) nos assuntos de interesse estratégico para o Estado, no que tange às questões com potencial de risco a estabilidade institucional e ao gerenciamento de crises;

d) nos assuntos referentes às solicitações para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem ou a temas pertinentes; e

e) nos assuntos de natureza militar e quanto à obtenção e ao processamento de dados geoespaciais;

II - analisar e avaliar o uso e a ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e em áreas relacionadas à preservação e à exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

III - assessorar o Secretário-Executivo na coordenação do Comitê Executivo da Creden;

IV - realizar o acompanhamento de assuntos pertinentes a:

a) segurança de infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos; e

b) terrorismo internacional, e intercambiar subsídios para a elaboração da Avaliação de Risco de Ameaça Terrorista; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.

Art. 15. Ao Departamento de Assuntos de Defesa Nacional compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - elaborar:

a) as manifestações do CDN no que tange à avaliação do uso e à ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e em áreas relacionadas à preservação e à exploração dos recursos naturais de qualquer tipo e ao controle dos materiais relevantes à defesa nacional; e

b) estudos com vistas à atualização e ao aprimoramento do conhecimento e da legislação a respeito de matérias da Secretaria-Executiva do CDN;

II - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados com vistas à obtenção e ao processamento de dados geoespaciais;

III - participar das atividades de coordenação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, quando determinado; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional.

Art. 16. Ao Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete:

I - elaborar estudos sobre temas de interesse estratégico para o Estado;

II - analisar e acompanhar questões com potencial de risco à estabilidade institucional;

III - realizar ações de prevenção à ocorrência de crises;

IV - coordenar o gerenciamento de crises, em articulação com o Gabinete do Ministro, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, quando determinado;

V - acompanhar os assuntos pertinentes ao cumprimento da finalidade da Creden;

VI - compor os grupos técnicos da Creden;

VII - realizar o acompanhamento de assuntos pertinentes a:

a) terrorismo internacional e as ações voltadas para a sua prevenção e neutralização junto aos órgãos e às entidades pertinentes, e intercambiar subsídios para a elaboração da Avaliação de Risco de Ameaça Terrorista; e

b) segurança de infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional.

Art. 17. Ao Departamento de Assuntos Militares compete:

I - acompanhar os assuntos e a tramitação de documentos de natureza militar de interesse da Presidência da República, em articulação, quando necessário, com órgãos e entidades da administração pública federal;

II - executar as ações necessárias para o assessoramento ao Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional nos assuntos referentes às solicitações para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem ou a temas pertinentes;

III - participar das atividades de coordenação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, quando determinado; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional.

Seção III
Dos órgãos descentralizados

Art. 18. Aos Escritórios de Representação, unidades descentralizadas diretamente subordinadas à Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, compete:

I - representar a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial;

II - atuar como bases operacionais avançadas para a garantia da segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, conforme incisos II e V do **caput** do art. 6º; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial.

Seção IV
Do órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência

Art. 19. À Agência Brasileira de Inteligência - Abin compete:

I - como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, criado pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, exercer as competências estabelecidas na legislação própria; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Secretário-Executivo

Art. 20. Ao Secretário-Executivo compete:

I - coordenar e supervisionar as unidades da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - supervisionar a implementação de projetos e ações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - coordenar e acompanhar pessoas ou grupos designados para elaborar estudos, realizar diligências e demais ações relativas ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - coordenar as atividades:

a) do Comitê Executivo da Creden; e

b) do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

V - supervisionar o planejamento e assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de gestão estratégica, administrativa e orçamentário-financeira, de pessoal e de publicação oficial; e

VI - supervisionar as ações dos militares designados como coordenadores das viagens presidenciais, das cerimônias militares e dos eventos dos quais o Presidente da República participe;

VII - assessorar o Ministro de Estado em assuntos parlamentares e de comunicação social; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Seção II
Dos demais dirigentes

Art. 21. Aos Secretários, ao Chefe da Assessoria Especial e aos Diretores compete planejar, orientar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação de ações das unidades de suas áreas e exercer outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Art. 22. Aos Chefes de Gabinete e aos demais dirigentes compete planejar, orientar e coordenar a implementação de ações de sua unidade e exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. As requisições de militares das Forças Armadas e os pedidos de cessão de membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares para os órgãos da Presidência da República serão feitas pelo Ministro de Estado, conforme o caso, diretamente ao Ministério da Defesa, aos Estados ou ao Distrito Federal.

§ 1º Os militares à disposição da Presidência da República vinculam-se ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para fins de remuneração e de outros atos administrativos de natureza militar, respeitada a peculiaridade de cada Força.

§ 2º Os policiais militares e os bombeiros militares à disposição da Presidência da República vinculam-se ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para fins do disposto no inciso I do **caput** do art. 21 do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.

§ 3º As requisições de que trata o **caput** são irrecusáveis e deverão ser prontamente atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 24. As requisições de pessoal civil para ter exercício no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República serão feitas por intermédio da Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. As requisições de que trata o **caput** são irrecusáveis, por tempo indeterminado, e deverão ser prontamente atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 25. O desempenho de cargo ou função na Presidência da República constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 26. Aos servidores e aos empregados públicos, de qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, colocados à disposição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou na entidade de origem, incluída a promoção funcional.

§ 1º O servidor ou o empregado público requisitado continuará contribuindo para a instituição de previdência a que for filiado, sem interrupção da contagem de tempo de serviço no órgão ou na entidade de origem.

§ 2º O período em que o servidor ou o empregado público permanecer à disposição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República será considerado para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou no emprego que ocupe no órgão ou na entidade de origem.

Art. 27. O provimento dos cargos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República observará as seguintes diretrizes:

I - o cargo de Secretário-Executivo será ocupado por oficial-general da ativa, mediante exercício de cargo de Natureza Especial;

II - o cargo de Secretário-Executivo Adjunto será ocupado por oficial-general da ativa ou servidor civil, mediante exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.5;

III - o cargo de Chefe da Assessoria Especial será ocupado por oficial-general da ativa ou servidor civil, mediante exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.6;

IV - os cargos de Chefes de Gabinete serão ocupados por oficial-general ou oficial superior das Forças Armadas do último posto, da ativa, ou servidor civil, mediante exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.5;

V - o cargo de Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial será ocupado por Oficial-General da ativa, mediante exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.6;

VI - o cargo de Secretário de Coordenação de Sistemas será ocupado por oficial-general da ativa, mediante exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.6;

VII - o cargo de Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional será ocupado por oficial-general da ativa, mediante exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.6;

VIII - o cargo de Secretário-Adjunto (Grupo 0001-A) da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial será ocupado por oficial superior das Forças Armadas do último posto, preferencialmente, da ativa;

IX - os cargos de Diretores e os cargos de Assessor-Chefe Militar (Grupo 0001-A) serão ocupados, preferencialmente, por oficiais superiores das Forças Armadas do último posto, da ativa;

X - o Secretário-Executivo substituirá o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e no caso de vacância do cargo;

XI - o Secretário-Executivo Adjunto substituirá o Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e no caso de vacância do cargo;

XII - o Secretário-Adjunto substituirá o Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e no caso de vacância do cargo; e

XIII - os Diretores mais antigos da Secretaria de Coordenação de Sistemas e Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional substituirão os respectivos Secretários em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e no caso de vacância do cargo.

Parágrafo único. Caso haja algum impedimento nas substituições mencionadas nos incisos X, XI, XII e XIII do **caput**, o assunto será tratado por ato administrativo expedido no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FCPE/RMP
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Assessor-Chefe	DAS 101.6
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
	5	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor-Chefe Militar	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
Grupo de Apoio	1	Chefe	Grupo 0005 (E)
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE GESTÃO	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Divisão	1	Chefe	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral de Pessoal Militar	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Divisão	1	Chefe	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
Coordenação-Geral de Segurança de Instalações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	4	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral de Operações de Segurança Presidencial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	4	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	6	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Capacitação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	6	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral de Pessoal	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	3	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral de Logística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	3	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	7	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral de Planejamento e Doutrina	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DE EVENTOS, VIAGENS E CERIMONIAL MILITAR	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar	1	Coordenador-Geral	Grupo 0001 (A)
	4	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
Coordenação-Geral de Transporte Aéreo	1	Coordenador-Geral	Grupo 0001 (A)
	4	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE SISTEMAS	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Divisão	1	Chefe	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral do Núcleo de Segurança e Credenciamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral do Centro de Tratamento de Incidentes de Redes do Governo	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	Grupo 0004 (D)
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	2	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Emergência Nuclear	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Segurança Nuclear	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS AEROESPACIAIS	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3

Coordenação-Geral de Segurança Aeroespacial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA DE ASSUNTOS DE DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Divisão	1	Chefe	Grupo 0005 (E)
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa Nacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DA CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor	FCPE 102.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MILITARES	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
Assessoria Militar da Marinha	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Assessoria Militar do Exército	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Assessoria Militar da Aeronáutica	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	4	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	4	25,08
DAS 101.5	5,04	4	20,16
DAS 101.4	3,84	8	30,72
DAS 101.3	2,10	1	2,10
DAS 102.5	5,04	2	10,08
DAS 102.4	3,84	10	38,40
DAS 102.3	2,10	16	33,60
DAS 102.2	1,27	10	12,70
DAS 102.1	1,00	7	7,00
SUBTOTAL 1		**63**	**186,25**
FCPE 101.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.3	1,26	6	7,56
SUBTOTAL 2		**8**	**12,16**
TOTAL		**71**	**198,41**

c) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	12	7,68
Grupo 0002 (B)	0,58	29	16,82
Grupo 0003 (C)	0,53	27	14,31
Grupo 0004 (D)	0,48	33	15,84
Grupo 0005 (E)	0,44	35	15,40
TOTAL		**136**	**70,05**

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c= b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 6	6,27	2	12,54	-	-	- 2	- 12,54
DAS 5	5,04	1	5,04	-	-	- 1	- 5,04
DAS 4	3,84	-	-	2	7,68	2	7,68
DAS 3	2,10	-	-	14	29,40	14	29,40
DAS 2	1,27	-	-	4	5,08	4	5,08
DAS 1	1,00	25	25,00	-	-	- 25	- 25,00
TOTAL		**28**	**42,58**	**20**	**42,16**	**- 8**	**- 0,42**

ANEXO IV

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA

a) DA EXTINTA CASA MILITAR PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	3	18,81
DAS 101.5	5,04	2	10,08
DAS 101.4	3,84	3	11,52
DAS 102.5	5,04	1	5,04
DAS 102.4	3,84	4	15,36
DAS 102.3	2,10	9	18,90
DAS 102.2	1,27	2	2,54
DAS 102.1	1,00	9	9,00
TOTAL		**33**	**91,25**

b) DA EXTINTA CASA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PARA O GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	9	5,76
Grupo 0002 (B)	0,58	27	15,66
Grupo 0003 (C)	0,53	25	13,25
Grupo 0004 (D)	0,48	33	15,84
Grupo 0005 (E)	0,44	34	14,96
TOTAL		**128**	**65,47**

c) DO MINISTÉRIO DA DEFESA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	1	5,04
TOTAL		**1**	**5,04**

d) DA SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PARA O GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	4	25,08
DAS 101.5	5,04	4	20,16
DAS 101.4	3,84	9	34,56
DAS 101.3	2,10	1	2,10
DAS 102.5	5,04	2	10,08
DAS 102.4	3,84	11	42,24
DAS 102.3	2,10	22	46,20
DAS 102.2	1,27	10	12,70
DAS 102.1	1,00	7	7,00
TOTAL		**70**	**200,12**

e) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PARA O MINISTÉRIO DA DEFESA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	2	1,28
TOTAL		**2**	**1,28**

f) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PARA O GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	3	1,92
Grupo 0002 (B)	0,58	2	1,16
Grupo 0003 (C)	0,53	2	1,06
Grupo 0005 (E)	0,44	1	0,44
TOTAL		**8**	**4,58**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO REMANEJADAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O GSI/PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
FCPE 101.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.3	1,26	6	7,56
SUBTOTAL		**8**	**12,16**

b) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-4	3,84	2	7,68
DAS-3	2,10	6	12,60
TOTAL		**8**	**20,28**

ANEXO VI
(Anexo II ao Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017)

"a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA DEFESA:

.....

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
Núcleo de Financiamentos, Garantias, Concessões e Restruturação de Empresas de Interesse Estratégico do Ministério da Defesa	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Gerente	FCPE 101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	4	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III

.....

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	1	Diretor-Geral	DAS 101.6
	5		GTS 3
	3		GTS 2

.....

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS			
	1	Assessor	DAS 102.4
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	5	Chefe	DAS 101.1
	6	Assistente Técnico	DAS 102.1
	20		FG-1
	22		FG-2
	28		FG-3

" (NR)

"b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA DEFESA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	2	12,82	2	12,82
DAS 101.6	6,27	4	25,08	4	25,08
DAS 101.5	5,04	19	95,76	18	90,72
DAS 101.4	3,84	46	176,64	46	176,64
DAS 101.3	2,10	64	134,40	64	134,40
DAS 101.2	1,27	13	16,51	13	16,51
DAS 101.1	1,00	19	19,00	19	19,00
DAS 102.5	5,04	5	25,20	5	25,20
DAS 102.4	3,84	19	72,96	19	72,96
DAS 102.3	2,10	38	79,80	38	79,80
DAS 102.2	1,27	62	78,74	62	78,74
DAS 102.1	1,00	89	89,00	89	89,00
SUBTOTAL 1		**380**	**825,91**	**379**	**820,87**
FCPE 101.4	2,30	13	29,90	13	29,90
FCPE 101.3	1,26	14	17,64	14	17,64
FCPE 102.3	1,26	3	3,78	3	3,78
FCPE 102.2	0,76	9	6,84	9	6,84
FCPE 102.1	0,60	4	2,40	4	2,40
SUBTOTAL 2		**43**	**60,56**	**43**	**60,56**
FG-1	0,20	26	5,20	26	5,20
FG-2	0,15	29	4,35	29	4,35
FG-3	0,12	38	4,56	38	4,56
SUBTOTAL 3		**93**	**14,11**	**93**	**14,11**
TOTAL (1 + 2 + 3)		**516**	**900,58**	**515**	**895,54**

" (NR)

"c) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA PRIVATIVAS DE MILITAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	24	15,36	26	16,64
Grupo 0002 (B)	0,58	278	161,24	278	161,24
Grupo 0003 (C)	0,53	8	4,24	8	4,24
Grupo 0004 (D)	0,48	6	2,88	6	2,88
Grupo 0005 (E)	0,44	72	31,68	72	31,68
TOTAL		**388**	**215,40**	**390**	**216,68**

" (NR)

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 2017

Concede indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício da competência privativa que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XII, da Constituição, com vistas à implementação de melhorias no sistema penitenciário brasileiro e à promoção de melhores condições de vida e da reinserção social às mulheres presas,

D E C R E T A :

Art. 1º O indulto especial será concedido às mulheres presas, nacionais ou estrangeiras, que, até o dia 14 de maio de 2017, atendam, de forma cumulativa, aos seguintes requisitos:

I - não estejam respondendo ou tenham sido condenadas pela prática de outro crime cometido mediante violência ou grave ameaça;

II - não tenham sido punidas com a prática de falta grave; e

III - se enquadrem, no mínimo, em uma das seguintes hipóteses:

a) mães condenadas à pena privativa de liberdade por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, que possuam filhos, nascidos ou não dentro do sistema penitenciário brasileiro, de até doze anos de idade ou de qualquer idade se pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que comprovadamente necessite de seus cuidados, desde que cumprido um sexto da pena;

b) avós condenadas à pena privativa de liberdade por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, que possuam netos de até doze anos de idade ou de qualquer idade se pessoa com deficiência que comprovadamente necessite de seus cuidados e esteja sob a sua responsabilidade, desde que cumprido um sexto da pena;

c) mulheres condenadas à pena privativa de liberdade por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, que tenham completado sessenta anos de idade ou que não tenham vinte e um anos completos, desde que cumprido um sexto da pena;

d) mulheres condenadas por crime praticado sem violência ou grave ameaça, que sejam consideradas pessoa com deficiência, nos termos do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência;

e) gestantes cuja gravidez seja considerada de alto risco, condenadas à pena privativa de liberdade, desde que comprovada a condição por laudo médico emitido por profissional designado pelo juízo competente;

f) mulheres condenadas à pena privativa de liberdade não superior a oito anos, pela prática do crime previsto no art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a sentença houver reconhecido a primariedade da agente, os seus bons antecedentes, a não dedicação às atividades criminosas e a não integração de organização criminosa, tendo sido aplicado, em consequência, o redutor previsto no § 4º do referido artigo, desde que cumprido um sexto da pena;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

g) mulheres condenadas à pena privativa de liberdade não superior a oito anos por crime praticado sem violência ou grave ameaça, desde que cumprido um quarto da pena, se não reincidentes; ou

h) mulheres condenadas à pena privativa de liberdade não superior a oito anos por crime praticado sem violência ou grave ameaça, desde que cumprido um terço da pena, se reincidentes.

Art. 2º A comutação da pena privativa de liberdade será concedida às mulheres, nacionais e estrangeiras, nas seguintes proporções:

I - em um quarto da pena, se reincidentes, quando se tratar de mulheres condenadas à sanção privativa de liberdade não superior a oito anos de reclusão por crime cometido sem violência ou grave ameaça, desde que cumprido um terço da pena até 14 de maio de 2017;

II - em dois terços, se não reincidentes, quando se tratar de mulheres condenadas por crime cometido sem violência ou grave ameaça e que tenham filho menor de dezesseis anos de idade ou de qualquer idade se considerado pessoa com deficiência ou portador de doença crônica grave e que necessite de seus cuidados, desde que cumprido um quinto da pena até 14 de maio de 2017; e

III - à metade, se reincidentes, quando se tratar de mulheres condenadas por crime cometido sem violência ou grave ameaça e que tenha filho menor de dezesseis anos de idade ou de qualquer idade se considerado pessoa com deficiência ou portador de doença crônica grave e que necessite de seus cuidados, desde que cumprido um quinto da pena até 14 de maio de 2017.

Parágrafo único. Caberá ao juiz competente ajustar a execução aos termos e aos limites deste Decreto, conforme o disposto no art. 192 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e proceder à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, quando cabível.

Art. 3º A autoridade que detiver a custódia das mulheres presas e os órgãos de execução previstos no art. 61 da Lei de Execução Penal, deverão encaminhar ao juízo competente, inclusive por meio digital, na forma estabelecida pela alínea "f" do inciso I do **caput** do art. 4º da Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, a lista daquelas que satisfaçam os requisitos necessários para a concessão dos benefícios previstos neste Decreto.

§ 1º O procedimento previsto no **caput** será iniciado de ofício, entretanto, admite-se que seja realizado mediante requerimento da parte interessada, de seu representante, de seu cônjuge ou companheiro, de ascendente ou descendente ou do médico que assista a mulher presa.

§ 2º O juízo da execução proferirá decisão para conceder ou não o benefício, ouvidos a defesa da beneficiária e o Ministério Público.

§ 3º Para o atender ao disposto neste Decreto, os Tribunais poderão organizar mutirões, desde que cumprido o prazo de noventa dias para análise dos pedidos formulados, que terão tramitação preferencial sobre outros incidentes comuns.

§ 4º Fica facultada ao juiz do processo de conhecimento a concessão dos benefícios contemplados neste Decreto nos casos em que a sentença condenatória tenha transitado em julgado para a acusação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Luislinda Dias de Valois Santos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, JEAN OLINGER, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Grão-Ducado do Luxemburgo.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

a título póstumo, na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador, STEFAN ZWEIG, escritor austríaco.

Brasília, 12 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 114, de 12 de abril de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.433, de 12 de abril de 2017.

Nº 115, de 12 de abril de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.434, de 12 de abril de 2017.

Nº 116, de 12 de abril de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.435, de 12 de abril de 2017.

Nº 117, de 12 de abril de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017.

Nº 118, de 12 de abril de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Nº 119, de 12 de abril de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção do Turismo - Embratur e dá outras providências".

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

RETIFICAÇÃO

Na Retificação da Portaria nº 021/2010, de 24 de Junho de 2010, publicada no D.O.U. 74, de 18 de Abril de 2013, que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS ITAUBÃO, Localizado no Município do CAREIRO/AM, **onde se lê:** "...9.651,4131 ha (nove mil, seiscentos e cinquenta e um hectares e quarenta e um ares e trinta e um centiares)" **leia-se** "9.509,6294 (nove mil, quinhentos e nove hectares e sessenta e dois ares e noventa e quatro centiares) ".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-17/RO/Nº 008, de 27de março de 2002, publicada no D.O.U nº 194, Seção 1, pág. 66, de 07 de outubro de 2013, que criou o Projeto de Assentamento MARTIM PESCADOR, localizado nos municípios de Alvorada do Oeste e Urupá, código SIPRA nº RO0139000, **Onde se Lê:** 20.262,2088 ha., **Leia-se:** área 18.254,0781 ha.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 7, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA NO ESTADO DE SAO PAULO - SR(08), CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada a Rua Doutor Brasilio Machado, 203 Bairro Santa Cecilia Sao Paulo-SP CEP 01230-906, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n 1.110, de 09 de julho de 1960,alterado pela Lei n 6.231, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto n 69.886, de 28 de junho de 1989, da publicacao do Decreto Legislativo n 02/89, dotada de personalidade juridica de direito publico, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasilia Distrito Federal, com jurisdicao em todo terriorio nacional e de acordo com a Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diario Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diario Oficial da Uniao do dia seguinte e vinculado a Casa Civil da Presidencia da Republica, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Sr. ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cedula de Identidade RG n 30.118.198-6, expedida pela SSP/SP e do CPF n 288.693.918-84, no uso das atribuicoes que lhes foram conferidas pelo inciso X, artigo 132, da Estrutura Regimental do INCRA/SP, nomeado pela PORTARIA INCRA/SP/P/N 386/2016, publicada no DOU 126 na data de 04.07.2016, RESOLVE: Com supedaneo nas Leis n 4.504/1964, 9.784/1990 e 8.629/1993 e o processo administrativo n 54190.002384/2005-57 EXCLUIR, em carater definitivo o(a) Senhor(a)ANANIAS MALAQUIAS DA SILVA e toda sua composicao familiar referente a Parcela/Fracao n 112 do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, situado no municipio de Iaras Estado de Sao Paulo, objeto do Termo de Compromisso n SP007500000091.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 9, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA NO ESTADO DE SAO PAULO - SR(08), CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada a Rua Doutor Brasilio Machado, 203 Bairro Santa Cecilia Sao Paulo-SP CEP 01230-906, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n 1.110, de 09 de julho de 1960,alterado pela Lei n 6.231, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto n 69.886, de 28 de junho de 1989, da publicacao do Decreto Legislativo n 02/89, dotada de personalidade juridica de direito publico, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasilia Distrito Federal, com jurisdicao em todo terriorio nacional e de acordo com a Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diario Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diario Oficial da Uniao do dia seguinte e vinculado a Casa Civil da Presidencia da Republica, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Sr .ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cedula de Identidade RG n 30.118.198-6, expedida pela SSP/SP e do CPF n 288.693.918-84, no uso das atribuicoes que lhes foram conferidas pelo inciso X, artigo 132, da Estrutura Regimental do INCRA/SP, nomeado pela PORTARIA INCRA/SP/P/N 386/2016, publicada no DOU 126 na data de 04.07.2016, RESOLVE: Com supedaneo nas Leis n 4.504/1964, 9.784/1990 e 8.629/1993 EXCLUIR, em carater definitivo o(a) Senhor(a) MARIA BENEDITA DE JESUS LARA e toda sua composicao familiar, referente Parcela / Fracao ideal N 01, do Projeto de Assentamento Ipanema, situado no municipio de Ipero, Estado de Sao Paulo, objeto registro SP002000000203.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 10, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA NO ESTADO DE SAO PAULO - SR(08), CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada a Rua Doutor Brasilio Machado, 203 Bairro Santa Cecilia Sao Paulo-SP CEP 01230-906, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n 1.110, de 09 de julho de 1960, alterado pela Lei n 6.231, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto n 69.886, de 28 de junho de 1989, da publicacao do Decreto Legislativo n 02/89, dotada de personalidade juridica de direito publico, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasilia Distrito Federal, com jurisdicao em todo terriorio nacional e de acordo com a Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diario Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diario Oficial da Uniao do dia seguinte e vinculado a Casa Civil da Presidencia da Republica, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Sr .ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cedula de Identidade RG n 30.118.198-6, expedida pela SSP/SP e do CPF n 288.693.918-84, no uso das atribuicoes que lhes foram conferidas pelo inciso X, artigo 132, da Estrutura Regimental do INCRA/SP, nomeado pela PORTARIA INCRA/SP/P/N 386/2016, publicada no DOU 126 na data de 04.07.2016, RESOLVE: Com supedaneo nas Leis n 4.504/1964, 9.784/1990 e 8.629/1993 EXCLUIR, em carater definitivo o(a) Senhor(a) ADEILDO MARCIONILO DA SILVA e toda sua composicao familiar, referente a Parcela/Fracao ideal n 59, do Projeto de Assentamento Zumbi do Palmares situado no municipio de Iaras, Estado de Sao Paulo, o objeto do Termo de Compromisso n SP007500000187.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 16, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- ITI, no uso de suas atribuições, conforme determina o inciso VI do art. 9º do Decreto nº 8.895, de 9 de fevereiro de 2017,

Considerando o disposto na Portaria ITI n° 10, de 15 de agosto de 2016, que estabelece os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia de Informação - ITI,

Considerando a necessidade de estabelecer normas procedimentais internas específicas quanto aos processos administrativos de credenciamento, manutenção de credenciamento e descredenciamento dos Prestadores de Serviços de Certificação da ICP-Brasil, resolve:

Art. 1º O processo e o procedimento de credenciamento, manutenção de credenciamento e descredenciamento dos Prestadores de Serviços de Certificação da ICP-Brasil, regem-se pelas normas e resoluções emanadas do Comitê Gestor da ICP-Brasil, e, supletivamente, pela presente Portaria e pelos demais atos normativos que regulam o processo eletrônico no âmbito do ITI.

Art. 2º. Os processos a que se refere o art. 1° serão autuados e tramitarão de forma eletrônica, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Art. 3°. A solicitação de credenciamento gerará um processo eletrônico, com autuação e numeração própria devidamente classificada no SEI.

§ 1º A solicitação de credenciamento deverá ser formalizada por meio de ofício do requerente, encaminhado, via mensagem eletrônica, ao endereço protocolo@iti.gov.br, acompanhado da documentação que instruir o pedido.

§ 2°. O ofício de solicitação, bem como o formulário de credenciamento e as declarações exigidas dos Prestadores de Serviços de Certificação da ICP-Brasil deverão ser encaminhados em formato PDF e assinados digitalmente com certificado digital ICP-Brasil, ou no padrão de assinatura digital ICP-Brasil, passível de validação no verificador de conformidade do ITI.

§ 3°. A documentação que acompanhar a solicitação de credenciamento deverá ser encaminhada em formato eletrônico, assinada preferencialmente com certificado ICP-Brasil, quando se tratar de documento produzido em formato digital e, nas demais hipóteses, deverá ser digitalizada, admitidos os seguintes formatos: RTF, PDF, TIFF, JPEG, EML, PNG, MP4, se compactados em formato ZIP.

§ 4º. O ITI poderá exigir, a seu critério, a apresentação das vias originais de documentos digitalizados.

§ 5º Não serão aceitos documentos enviados em papel ou encaminhados de forma diversa da prevista neste artigo, excetuadas as hipóteses previstas nesta Portaria.

§ 6º O protocolo possui o prazo máximo de cinco dias úteis para enviar mensagem eletrônica confirmando o recebimento da solicitação de credenciamento e o número do processo gerado.

Art. 4º Após o deferimento do pedido de credenciamento, os autos continuarão a ser utilizados como processo de manutenção do credenciamento, de modo a refletir todo o histórico funcional da entidade credenciada.

§ 1º No caso de Autoridades Certificadoras serão abertos processos individualizados.

§ 2º Caso os demais Prestadores de Serviços de Certificação encontrem-se vinculados à diferentes cadeias, os autos serão anexados aos respectivos processos de credenciamento.

Art. 5º Os Processos Base de Manutenção de Credenciamento (PBMC), em suporte papel, em vigor quando da publicação da presente Portaria, deverão ser descontinuados mediante certidão de encerramento que contenha a data e o número do processo eletrônico referente à Autoridade Certificadora.

§ 1º Após o encerramento, deverá haver a imediata migração para os autos eletrônicos, com a abertura de processo correspondente para cada entidade envolvida.

§ 2º O novo processo de manutenção do credenciamento será, nos termos do art. 4º, individualizado para cada Prestador de Serviço de Certificação Digital.

§ 3º Os autos físicos serão encaminhados ao arquivo e utilizados como fonte de consulta sempre que necessário, dispensada a sua digitalização.

Art. 6º Todas as comunicações processuais serão encaminhadas por meio de correio eletrônico, indicando o número do processo em referência, sendo que os anexos encaminhados, quando requeridos, devem ser assinados conforme disposto no no parágrafo 2º do art. 3º.

§ 1°. As comunicações, realizadas na forma do caput deste artigo, deverão ser juntadas aos autos, e integrarão o respectivo processo para todos os fins de direito.

§ 2º. As comunicações e documentos complementares, em formato digital que excedam ao tamanho de 10 Megabytes poderão ser entregues ao protocolo do ITI em mídia digital fazendo referência ao processo já autuado da respectiva entidade interessada.

§ 3º. Poderá ser disponibilizado, a critério do ITI, repositório eletrônico onde as informações possam ser publicadas pelas entidades, caso em que caberá ao ITI a criação de um diretório e a liberação do respectivo acesso ao representante legal da entidade. A entidade, sempre que publicar alguma informação, deverá indicar o processo eletrônico à qual se vincula.

§ 4º. As mídias recebidas via protocolo deverão ser remetidas à área interessada e posteriormente arquivadas no arquivo central da autarquia, tendo sempre como referência o número do processo eletrônico ao qual se vincula.

§ 5º. As comunicações e documentos enviados por meio eletrônico ou as mídias recebidas que não façam referência a um processo já existente no SEI serão encaminhadas às áreas responsáveis, que a critério, poderão juntar aos autos do processo existente ou determinar a criação de novo processo eletrônico, desde que em conformidade com esta Portaria, com a Portaria ITI nº10/2016, e outros regulamentos da ICP-Brasil.

Art. 7º. Revoga-se a Portaria nº 102, de 5 de novembro de 2003.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 249, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, considerando as competências que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.390, de 08 de julho de 2016, e com fundamento no Decreto nº 7.689/2012, no Decreto nº 8.889/2016 e na Portaria nº 249/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Designar o Coordenador-Geral Técnico da Subsecretaria de Reordenamento Agrário, para atuar como responsável pelos procedimentos prévios à assinatura de atos pelo Subsecretario de Planejamento e Gestão, nas matérias de competência da Subsecretaria de Planejamento e Gestão, conforme art. 2º da Portaria nº 169, de 06 de março de 2017, publicada no D.O.U., de 08 de março de 2017.

Art. 2º As competências a cargo do Coordenador-Geral Técnico da Subsecretaria de Reordenamento Agrário, ficam transferidas temporariamente para o Subsecretário de Reordenamento Agrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA-GERAL

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ:09.168.704/0001-42

Relatório da Administração - 2016
Brasília, março de 2017

APRESENTAÇÃO

A Empresa Brasil de Comunicação S.A.-EBC foi instituída pela Lei nº 11.652/2008 para prestar serviços de radiodifusão pública e outros serviços conexos, com objetivos de desenvolver a consciência crítica das pessoas e contribuir para a construção da cidadania, a consolidação da democracia e da participação social nos debates públicos relevantes. Além disso, apoiar processos de inclusão social e socialização da produção e difusão de conhecimento, garantindo espaços para produções regionais e independentes.

A EBC é gestora da TV Brasil, da TV Brasil Internacional, da Agência Brasil, da Radioagência Nacional e do Sistema Público de Rádio, composto por oito emissoras: Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 kHz), Rádio Nacional AM de Brasília (980 kHz), Rádio Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 kHz), MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 kHz e 6.180 kHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 kHz) e Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz).

Os veículos públicos da EBC distinguem-se dos demais por causa de sua linha editorial, produzindo conteúdos jornalísticos, educativos, culturais, esportivos e de entretenimento, que buscam refletir a complexidade cultural brasileira, ocupando um espaço complementar ao sistema privado, conforme previsto no Art. 223 da Constituição Federal.

A EBC é responsável por administrar a Rede Nacional de Comunicação Pública/RNCP, que hoje, na área de TV, já está consolidada. A Rede de TV é composta por 48 emissoras parceiras e quatro geradoras próprias. Na área de rádio, em 2016, foi iniciado o processo de criação da Rede, com previsão de integração de 38 emissoras.

A Empresa também presta serviços de comunicação governamental por meio do canal de TV NBR e do "A Voz do Brasil", programa de rádio retransmitido por todas as estações de rádio brasileiras, além dos serviços de Publicidade Legal e veiculação publicitária institucional.

Em 2016, a EBC voltou suas ações para duas linhas estratégicas prioritárias: a disponibilidade de acesso e a qualidade de conteúdo. Para tanto, investiu em infraestrutura de rede e em TI, com vistas a ampliar o alcance e a qualidade dos sinais de rádio e TV, consolidar e estender a Rede Nacional de Comunicação Pública-RNCP, aumentando o número de conteúdos da EBC nas emissoras parceiras, e atender à crescente mudança de hábito na demanda de consumo de mídia, com as redes sociais cada vez mais presentes na vida dos indivíduos.

Em relação ao conteúdo, o carro-chefe da TV Brasil continua sendo a produção própria, que compõe 35,1% de sua pauta de programação. Um bom exemplo é o programa "Estação Plural", objeto de críticas favoráveis em jornais de grande circulação. Também o conteúdo apresentado ao vivo ganhou relevância, com a transmissão dos desfiles das escolas de samba no Carnaval e das Paralimpíadas, atingindo índices recordes de audiência na EBC.

Nas rádios, as Paralimpíadas foram destaque, ocupando grande parte da grade das oito emissoras no período do evento esportivo, acompanhadas do conteúdo político (com destaque ao processo de *impeachment* da Presidente da República).

Na *Web*, a EBC continua registrando crescimento, atingindo mais de 43 mil visitantes únicos na Agência Brasil, na Radioagência Nacional e no Portal EBC, também com destaque para os conteúdos políticos e esportivos.

A qualidade de conteúdo da EBC está evidenciada nacional e internacionalmente com o recebimento de prêmios e reconhecimentos obtidos nas diversas plataformas. Neste campo, o destaque é o programa de televisão "Caminhos da Reportagem", vencedor de seis prêmios, cinco com menção honrosa (ver item "Prêmios e Reconhecimentos").

Quanto ao desempenho dos negócios e serviços da EBC, embora a receita própria tenha aumentado, houve queda representativa na captação de receita comercial (-46%), fruto das restrições orçamentárias impostas pela crise econômica nacional que afetou o país e, portanto, o governo federal, principal cliente da EBC. No entanto, houve avanço nas negociações de licenciamento com a Netflix, ampliação do investimento do governo do Distrito Federal em publicidade institucional e patrocínios dirigidos à programação esportiva.

Já na Governança Corporativa, a EBC adotou uma série de medidas que visaram aprimorar a gestão e reformular a estrutura organizacional da Empresa. Dentre estas se destacam a modernização do processo de organização institucional, a criação de unidade específica de gerenciamento de riscos e conformidade e a reestruturação dos portais de acesso à informação.

Na gestão financeira, a Empresa administrou ativos no valor de mais de R$ 1,1 bilhão. Em comparação com 2015, houve crescimento de 7,5% dos ativos intangíveis, fruto da aquisição de obras audiovisuais. Destacam-se ainda: redução de 3% do patrimônio líquido; melhora dos índices de liquidez corrente e seca; redução da participação de capital de terceiros; diminuição das receitas das fontes do tesouro e o aumento da arrecadação das receitas próprias; e o crescimento da receita financeira, demostrando o compromisso da Empresa em atingir seus objetivos estratégicos de sustentabilidade financeira.

Em relação à força de trabalho, a EBC encerrou o último exercício contando com 2.467 colaboradores, sendo 2.312 integrantes do quadro permanente, atendendo ao limite permitido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, registrando índice de rotatividade de 3,72%. A Empresa continuou se dedicando à elaboração do novo PCR-Plano de Carreiras e Remuneração, investiu em educação quase um milhão de reais e formou multiplicadores internos. A crise econômica nacional não favoreceu o avanço das negociações do novo PCR em 2016.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e o Canal de atendimento da Ouvidoria da EBC, disponíveis ao público para a comunicação, registraram queda de 25% do volume de atendimentos e contatos via SIC e aumento de 28% nas demandas apresentadas nos canais de atendimento da Ouvidoria. Destacam-se a continuidade da Coluna da Ouvidoria, o acompanhamento crítico da programação e conteúdo e a realização da pesquisa de satisfação sobre a qualidade dos produtos e atendimento.

Por fim, a EBC, atenta às questões socioambientais, adotou em 2016 medidas que produziram racionamento do uso de recursos naturais, melhoria de saúde e qualidade de vida dos colaboradores, auxílio ao desenvolvimento profissional e social de jovens e diversas campanhas beneficentes.

CONJUNTURA

A comunicação e o conhecimento serão os grandes motores do desenvolvimento do século XXI. Até a metade do século, as indústrias criativas tornar-se-ão os maiores colaboradores para o Desenvolvimento Produtivo Global – GPD[1]. Não apenas as que estão globalizando o lazer e o entretenimento, mas também aquelas que popularizam o acesso a todo tipo de conhecimento e informação.

Outro estudo, a "Pesquisa e Análise em Estratégia e Negócios da E-Consulting Corporativa"[2], aponta que entre os fatores de prosperidade e sobrevivência das empresas nos próximos 10-20 anos está sua capacidade de gerir conhecimento e ativos intangíveis, responsáveis futuros pelo diferencial das instituições. Caso as empresas de comunicação e mídia não criem um novo modelo sustentável de negócios, centrado na gestão de conteúdos relevantes e de interesse público, poderão deixar de existir ou tornarem-se obsoletas nos próximo 10-20 anos.

A reorientação do modelo de negócio vem sendo acelerada pelas mudanças nos hábitos de consumo de informações e conhecimento da sociedade atual, bem como pela celeridade do acesso às tecnologias digitais "4G" e "5G". Nos Estados Unidos, as grandes fusões das plataformas das empresas de telecomunicações com as empresas de mídia apostam na batalha pelo "relacionamento com o consumidor primário" na distribuição de vídeo e na conquista da lealdade e da atenção dos consumidores. O conteúdo *Premium* poderá ser, no futuro, uma arma valiosa nessa luta.

Um bilhão de *smartphones* é vendido a cada ano no mundo, podendo dobrar o número de conexões celulares em quatro ou cinco anos. Estima-se que, em 2020, o mundo terá mais de sete bilhões de dispositivos conectados à *internet* (Instituto Gartner, 2013)[4], demarcando o início de uma nova tecnologia da conectividade entre todas as coisas (A *Internet* das Coisas) e principalmente nos hábitos de consumo de mídia.

Neste ambiente, a EBC está se preparando para enfrentar os desafios da implementação da política pública de Comunicação e para permanecer orientada para o interesse público. A EBC promoveu, em 2014, o realinhamento da Estratégia de Longo Prazo (2012-2022), ajustando os objetivos às tendências mundiais e reorganizando a Empresa para seu atendimento. Também estruturou o PPA 2016/2019, fundamentada na busca de relevância e competitividade.

O período de 2016/2019 aponta para: 1) ampliação e diversificação do público e interiorização espacial do alcance, proporcionando experiências integradas, atrativas e participativas; 2) direcionamento do foco estratégico à oferta de conteúdos multimídia, próprios, de parceiros, de colaboradores ou de produtores independentes; 3) eficácia em seus processos críticos, com o necessário suporte tecnológico; 4) qualificação e engajamento dos profissionais para o desenvolvimento de competências e talentos multidisciplinares, procurando disseminar a cultura da inovação, do resultado e da valorização.

Até então, a Empresa havia se concentrado na consolidação das bases necessárias para a execução da Estratégia de Longo Prazo, tendo como principais diretivas a disponibilidade de acesso e a qualidade do conteúdo, que continuarão orientando a Empresa no período 2016/2019. Foi a partir dessas prioridades que o plano plurianual, o orçamento e as perspectivas de resultados da Empresa foram estruturados em 2016.

No entanto, 2016 foi um ano atípico para a EBC. A substituição da Presidente da República após o processo de *impeachment* repercutiu na gestão e na estrutura de governança da Empresa. Entre os meses de maio e setembro, houve: (i) troca do corpo diretivo da EBC; (ii) disputa judicial iniciada pela direção anterior para ocupação do cargo de Presidente da Empresa; (iii) ampliação das restrições orçamentárias decorrentes da crise econômica do país; e (iv) edição da Medida Provisória n.° 744, em 2 de setembro de 2016 (que modificou a governança da Empresa), além dos impactos na gestão da Empresa a partir da edição do novo estatuto das Empresas Estatais, Lei n.º 13.303, de junho de 2016.

Ainda assim, ao término do ano, a Empresa conquistou os seguintes avanços estratégicos:

- diminuiu o custo da estrutura organizacional, com a redução do uso de funções e cargos comissionados, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- reduziu a previsão do déficit orçamentário do Plano de Trabalho 2016 em relação aos recursos estabelecidos pela LOA 2016;
- melhorou a capacidade de coordenação e responsabilização da gestão ao rever o Regimento Interno para adequá-lo à nova estrutura de governança e ao detalhar com maior clareza as atribuições de cada área;
- deu início à elaboração do Plano de Trabalho 2017, com a definição expressa de diretrizes e prioridades para os projetos e atividades, utilizando metodologia que contou com maior participação e responsabilização de diretores e gerentes na tomada de decisão sobre os gastos, adequados ao limite de recursos orçamentários; e
- definiu diretrizes para o monitoramento mensal da execução orçamentária do Plano de Trabalho 2017.

Além disso, a alteração do cronograma de digitalização da televisão brasileira, postergado para 31 de dezembro de 2023, aliada à conjuntura política e econômica e às mudanças na direção na EBC, também repercutiu nos resultados de 2016.

Os resultados efetivos da política de Comunicação Pública, que prevê ampliar a produção e o acesso a conteúdos multimídia no Brasil, tem relação direta com a ampliação da cobertura em sinal digital da TV Brasil, da cobertura das rádios públicas e do maior acesso à *web*, empregando as Agências e Conteúdos Digitais para garantir à população maior disponibilidade de acesso aos veículos da EBC.

A Rede Nacional de Comunicação Pública-RNCP tem se mostrado essencial para que se amplie a disponibilidade de acesso a conteúdos relevantes para a sociedade. A consolidação das redes de TV, rádio e *web* deve promover o acesso a serviços de comunicação pública multimídia para desenvolver a consciência crítica dos indivíduos e contribuir para a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação social nos debates públicos relevantes, missão da EBC.

Em 2017, a conquista de novo posicionamento e de avanços para a EBC e para as plataformas de TV, rádio e *web*, bem como para a modernização administrativa e a gestão empresarial, dependerão da ação articulada entre o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, os gestores e os empregados. A ação articulada destes quatro parceiros resultará no aperfeiçoamento da estratégia, na revisão do PPA 2016/2019 e no monitoramento dos resultados do Plano de Trabalho previstos para 2017 para adequá-lo ao desenrolar da conjuntura nacional e internacional.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

O Plano Plurianual – PPA 2016/2019 e o Plano de Trabalho de 2016 foram elaborados com base no Direcionamento Estratégico 2022, aprovado em agosto de 2015[5] pelo Conselho de Administração.

No Direcionamento Estratégico, o colegiado definiu o empacotamento (criação, produção, difusão e distribuição de conteúdos nas diversas plataformas) e a programação como núcleos das atividades de operações da Empresa. As atividades de produção devem se concentrar nos conteúdos "quentes" (com pouco tempo entre o empacotamento e a distribuição), ou muito ligados à identidade da EBC. No caso da distribuição, o avanço tecnológico abriu novas janelas, tornando impossível manter internamente todas essas operações. É desejável contratar e/ou compartilhar serviços completos de distribuição, inclusive de radiodifusão, sendo esta a melhor forma de ampliar o alcance.

Para isso, a Empresa deverá investir na melhoria da qualidade de transmissão e expansão de sinal digital em televisão aberta e na qualidade dos conteúdos programados, bem como no projeto de ampliação do alcance e consolidação da Rede Pública de Televisão e Rádio, para dar acesso às populações que não dispõem de *internet*.

O alcance de resultados efetivos da política de Comunicação Pública, prevendo ampliar a produção e o acesso a conteúdos multimídia no Brasil, tem relação direta com a ampliação da cobertura em sinal digital da TV Brasil e da cobertura das Rádios da EBC, e com a intensificação do uso da Web, para garantir maior disponibilidade de acesso à população brasileira. Estas ações exigindo investimentos da Empresa em infraestrutura de transmissão digital e de *internet*.

[1] Richard Waston, Future Files, 2014

[2] Centro de Estudos, Pesquisas e Análises em Estratégia e Negócios da E-Consulting Corp, disponível em https://goo.gl/6Vp03L"

[3] http://www.economist.com/news/business/21709345-huge-merger-tries-follow-change-way-people-watch-television-angling

[4] http://www.gartner.com/imagesrv/symposium/br/docs/executive_summary.pdf

[5] Deliberação CONSAD nº 45/2015

O diferencial será alcançado com a intensificação dos investimentos na infraestrutura de internet, que serão fundamentais para conquistar o público jovem e ajustar a EBC à tendência de mudança do hábito de consumo de mídia, no Brasil e no mundo.

A Estratégia de Longo Prazo da EBC prevê dar à sociedade mais acesso a conteúdos multimídia que agreguem valor e sejam relevantes para ampliar o conhecimento da sociedade sobre informações de interesse público que contribuam para a compreensão dos fatos que atuam sobre a realidade social. Do ponto de vista da EBC, satisfazer as necessidades da sociedade, ganhando confiança e admiração, é o caminho para aumentar, diversificar e fidelizar o público, tornando-a competitiva e socialmente relevante.

Os direcionadores e investimentos acima citados são decisivos para o alcance da Estratégia da Empresa expressa no Mapa Estratégico.

O Mapa Estratégico, projetado para 2022 e atualizado em 2015, define como missão da EBC "**Criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas"** para alcançar sua visão de futuro de **"Ser referência em comunicação pública"**.

Todo o esforço para o cumprimento da missão e o alcance da visão deverá traduzir-se nos valores a que a sociedade terá acesso, ao ter contato com os produtos e serviços oferecidos pela Empresa: Credibilidade, Qualidade Técnica, Estímulo à Cidadania, Diversidade, Regionalização de Conteúdo e Inovação em Comunicação Pública.

<table>
<tr><th colspan="4">Mapa Estratégico EBC</th></tr>
<tr><th colspan="2">Missão</th><th colspan="2">Visão de Futuro</th></tr>
<tr><td colspan="2">CRIAR E DIFUNDIR CONTEUDOS QUE CONTRIBUAM PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA DAS PESSOAS</td><td colspan="2">SER REFERÊNCIA EM COMUNICAÇÃO PÚBLICA</td></tr>
<tr><th colspan="4">Resultados para a Sociedade</th></tr>
<tr><td rowspan="5">1. Ampliar o conhecimento da sociedade com conteúdos relevantes</td><td colspan="2">Valores</td><td rowspan="5">2. Aumentar, diversificar e Fidelizar o Público</td></tr>
<tr><td>Credibilidade</td><td>Diversidade</td></tr>
<tr><td>Qualidade Técnica</td><td>Regionalização de Conteúdo</td></tr>
<tr><td>Estímulo à Cidadania</td><td>Inovação</td></tr>
<tr><td>Acesso</td><td>Pluralidade</td></tr>
<tr><th colspan="4">Processos</th></tr>
<tr><th>Presença e Capilaridade</th><th>Produção e Programação de Conteúdo</th><th colspan="2">Atuação Institucional</th></tr>
<tr><td>3. Construir a identidade e imagem corporativa da EBC e fortalecer suas marcas</td><td>5. Oferecer conteúdo diversificado e atrativo de forma integrada, interativa e colaborativa</td><td colspan="2">7. Fortalecer as relações institucionais com os públicos estratégicos</td></tr>
<tr><td>4. Ampliar o alcance e a distribuição de conteúdo</td><td>6. Preservar e proporcionar acesso e utilização da memória, história e acervo da EBC</td><td colspan="2">8. Consolidação a rede nacional de comunicação pública</td></tr>
<tr><th colspan="4">Alavancadores</th></tr>
<tr><td>9. Ter eficiência, efetividade e agilidade nos processos críticos ao negócio</td><td>10. Investir em desenvolvimento, tecnologia e inovação para a produção e distribuição de conteúdos</td><td colspan="2">11. Garantir a sustentabilidade financeira da EBC e do projeto de fortalecimento da comunicação pública</td></tr>
<tr><th colspan="4">Aprendizado e Crescimento</th></tr>
<tr><td>12. Desenvolver competências multidisciplinares para fortalecimento da comunicação pública</td><td>13. Criar um ambiente com pessoas e equipes alinhadas, motivadas e orgulhosas de trabalhar na EBC</td><td colspan="2">14. Adotar tecnologias e ferramentas que aumentem a eficiência e qualidade da gestão e das atividades da EBC</td></tr>
<tr><th colspan="4">Cultura EBC</th></tr>
<tr><td colspan="4">Temos compromisso com a comunicação pública. Praticamos a independência nos conteúdos, a ética, a transparência e a gestão participativa. Defendemos os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania. Valorizamos as pessoas e a diversidade cultural e regional brasileira. Cultivamos a criatividade, a inovação e a sustentabilidade.</td></tr>
</table>

Entretanto, os resultados efetivos da estratégia serão consolidados quando os objetivos estratégicos se tornarem realidade na Empresa.

Para consolidar a estratégia e alcançar os resultados esperados, a EBC enfrentará, no período de 2016/2019, os seguintes desafios: 1) ampliar e diversificar seu público e interiorizar seu alcance, proporcionando experiências integradas, atrativas e participativas; 2) direcionar seu foco estratégico para a oferta de conteúdos multimídia próprios, de parceiros, de colaboradores ou de produtores independentes; 3) ter mais agilidade, eficiência, eficácia e efetividade em seus processos críticos, com o necessário suporte tecnológico; 4) qualificar e engajar seus profissionais para o desenvolvimento de competências e talentos multidisciplinares, visando disseminar a cultura da inovação, do resultado e da valorização dos empregados.

Diante dos desafios apresentados, o PPA 2016/2019 e Plano de Trabalho 2016 foram fundamentados na busca da relevância e competitividade.

A Empresa concentrou-se em consolidar as bases necessárias para a execução da estratégia, elegendo em 2016, duas **prioridades: a disponibilidade de acesso e a qualidade do conteúdo**.

A alteração do cronograma de digitalização[6] da Política de Comunicação do Governo Federal de 2016 para 2023, aliada às restrições orçamentárias e à instabilidade na direção da EBC no corrente ano, trouxe impacto na execução da Estratégia.

De acordo com as especificidades do contexto de 2016, o Direcionamento Estratégico da Empresa - objetivos, indicadores, metas e projetos - deverá ser revisto em 2017, para ajustá-lo à Estratégia, à nova realidade da política de comunicação do Brasil e à realidade orçamentária, bem como alinhá-lo à nova Direção Executiva da Empresa, com vistas a concentrar a estratégia nas questões consideradas centrais no momento, para a perenidade do negócio da EBC.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança corporativa da EBC é constituída por:

- Assembleia Geral – a União é a única acionista e detentora do capital social;
- Conselho de Administração (CONSAD);
- Conselho Fiscal;
- Auditoria Interna;
- Diretoria Executiva Colegiada (DIREX) e seus comitês;
- Ouvidoria;
- Secretaria Executiva; e
- Consultoria Jurídica.

Esta estrutura é regulada pelo Regimento Interno Institucional, por Regimentos Internos dos órgãos colegiados e por um sistema de normas e controles internos que refletem a divisão de responsabilidades até a menor unidade da estrutura organizacional.

No segundo semestre de 2016, foram realizadas mudanças na estrutura para espelhar as alterações na lei de criação da EBC (Lei nº 11.652/2008), advindas com a edição da Medida Provisória n.º 744 de 2 de setembro de 2016. A MP promoveu as seguintes alterações na lei:

- foi extinto o Conselho Curador, órgão colegiado com 22 membros, de caráter consultivo e deliberativo, responsável pela definição das diretrizes editoriais dos veículos da EBC;
- o CONSAD, antes formado por cinco membros, passou a contar com sete. Dois são da própria EBC, o representante dos Empregados e o Diretor Presidente da Empresa. Os demais membros representam áreas de governo: a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República; o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação; o Ministério da Educação; e o Ministério da Cultura. Suas competências foram ampliadas, passando a ser responsável por estabelecer as diretrizes editoriais dos veículos da EBC;
- houve alteração na composição da DIREX de oito para seis membros, sendo que o Diretor Presidente e o Diretor Geral têm suas atribuições definidas no Estatuto. Os demais diretores têm competências e atribuições definidas no Regimento Interno.

Além das alterações na estrutura de governança, a MP n.º 744/2016 também modificou a forma de nomeação da Diretoria Executiva. Antes de sua publicação, somente o Diretor Presidente e o Diretor Geral eram nomeados pelo Presidente da República, podendo o primeiro ser destituído pelo Conselho Curador com a apresentação de dois votos de desconfiança emitidos no interstício de um ano. Os demais diretores eram eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Com a alteração, todos passaram a ser nomeados e destituídos pelo Presidente da República.

A Diretoria Executiva - DIREX está assim constituída:

- Presidência – realiza a condução geral e gestão do negócio;
- Diretoria Geral – define as estratégias e diretrizes para as atividades de programação, produção e distribuição de conteúdos, identidade dos veículos e comunicação institucional e interna da Empresa;
- Diretoria de Tecnologia – define as diretrizes, dirige e supervisiona as atividades de tecnologia de engenharia, operações e sistema de informações da comunicação, bem como procede a governança integrada dos processos tecnológicos e operação para produção e distribuição de conteúdo;
- Diretoria de Jornalismo – realiza as definições editoriais e estratégicas para a produção e aquisição de conteúdo jornalístico e esportivo dos veículos de TV, Rádio e *Web*; e
- Diretoria de Produção – define as diretrizes e dirige as atividades de planejamento e controle de produção interna e coprodução de conteúdos artísticos para os veículos de TV, Rádio e *Web*.
- Diretoria de Administração – define as diretrizes e os padrões para as atividades administrativas, financeiras e de gestão de pessoas e dirige as atividades administrativas que dão suporte à operação da Empresa.

A DIREX se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for necessário. Opera apoiada por comitês e comissões que auxiliam tecnicamente nos diversos temas tratados pela EBC.

Estão constituídos os seguintes colegiados técnicos:

- Comitê de Programação e Rede-CPR, responsável pelas definições editoriais das diversas grades de programação dos veículos;
- Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação-CTIC, responsável pela formulação e definições estratégicas de tecnologia;
- Comitê de Planejamento e Avaliação – CPA, responsável pela formulação e monitoramento da estratégia;
- Comitê de Pró-Equidade de Gênero e Raça, responsável pela coordenação e promoção da igualdade de gênero e raça;
- Comissão Permanente de Acessibilidade, responsável pela coordenação de promoção das ações voltadas à acessibilidade da pessoa com deficiência;
- Comitê Editorial de Jornalismo, responsável pela avaliação editorial do conteúdo jornalístico; e
- Comitê de Segurança da Informação – COSIC, responsável pela Segurança da Informação e tratamento de incidentes.

A necessidade de realizar adaptações nos regulamentos internos em decorrência da edição da MP n.º 744/2016 foi uma oportunidade, também, para a modernização do processo de modelagem organizacional.

O Regimento Interno e a Norma de Modelagem Organizacional foram revistos para ajustar a estrutura de Governança à Medida Provisória, estabelecendo clara e objetivamente os requisitos e critérios para a divisão das atividades, constituição e dimensionamento de unidades administrativas, além de definir as atribuições e responsabilidades de cada nível gerencial. Esses instrumentos constituem importante forma de controle interno para assegurar o alinhamento e a coerência da gestão.

As práticas de governança são orientadas pelas boas práticas de gestão e pelos seguintes referenciais estratégicos: Plano Estratégico da EBC - 2012/2022 e Direcionamento Estratégico 2015/2022 – atualizados a cada dois anos – e a Cadeia de Valor. São instrumentos que orientam a gestão no longo prazo e que são traduzidos, no médio prazo, no Plano Plurianual – PPA e, no curto prazo, no Plano de Trabalho Anual. As decisões são guiadas pelos princípios da Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

No segundo semestre de 2016, a EBC reviu os canais de divulgação e a qualidade na transparência das informações geradas. Foram reestruturadas as páginas de publicação no sítio eletrônico da Empresa e da Lei de Acesso á Informação-LAI, visando assegurar a tempestividade e assertividade das informações disponíveis ao público.

Destacam-se a nova forma de apresentação das informações sobre a Governança – ajustada para que o cidadão possa ter acesso às informações sobre a Empresa –, a estrutura organizacional, a tomada de decisão dos órgãos colegiados e a revisão das informações sobre as licitações e os contratos disponíveis na LAI. Este trabalho deve continuar ao longo do ano de 2017 para aperfeiçoar os processos internos e dar mais agilidade nas publicações.

Outro tema em aprimoramento é o gerenciamento de riscos e controles internos. A estrutura de apoio à Governança da EBC foi reforçada com a criação, em novembro de 2016, de unidade gerencial dedicada à formulação de modelos e ferramentas para o gerenciamento de risco e aprimoramento permanente dos controles internos. A revisão da estrutura colabora no fortalecimento das práticas existentes na Empresa, mesmo que de forma pontual, que passam a ter relevância corporativa, especialmente no que se refere à conformidade, prestação de contas e ao efetivo alcance dos objetivos estratégicos.

Essas iniciativas estão alinhadas com as adaptações que se fazem necessárias para o pleno cumprimento das orientações da Comissão Interministerial de Governança Corporativa – CGPAR, mediante a Instrução Normativa Conjunta n.º 1, editada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pela Controladoria Geral da União e a Lei n.º 13.303/2016.

Em continuidade ao trabalho de aprimoramento da Governança, em 2017 serão elaboradas e editadas as políticas de gerenciamento de riscos, os controles internos e integridade, a política de divulgação de informações, o código de conduta, dentre outras medidas estruturantes na modernização e profissionalização da gestão empresarial.

ÉTICA

O compromisso da EBC com a ética está estabelecido em seu Código de Ética e no modelo de gestão da ética, para que esteja estruturada e integrada aos processos correcionais.

[6] Portaria do Ministério das Comunicações nº 378/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ao longo dos três últimos anos, a gestão da ética vem sendo aprimorada na Empresa, para garantir autonomia na atuação da Comissão e a participação direta dos empregados na escolha de seu representante entre os três membros titulares e suplentes que compõem a Comissão de Ética. Foi aprovado normativo de apuração ética, que disciplina a forma de constituição da Comissão e sua atuação para assegurar o acesso e o tratamento adequado dos casos.

Também foram estruturados os canais de atendimento na Sede e Unidades Regionais, foi estimulada a capacitação dos membros da Comissão e implantadas as melhores práticas para transparência e prestação de contas da atuação na gestão da ética, mediante publicações anuais dos resultados.

A maturidade alcançada em 2016 é importante passo para a estruturação do Código de Conduta e a efetiva consolidação do programa de Integridade na Empresa em 2017.

GESTÃO DE PESSOAS

A EBC fechou 2016 com 2.312 empregados do quadro efetivo da Empresa, 121 empregados sem vínculos com a administração pública e ocupantes de cargos comissionados, 34 empregados com vinculo com a administração pública requisitados de outros órgãos – destes, 13 são ocupantes de função comissionada e 21 sem função comissionada –, totalizando **2.467 empregados**. Dentre estes, estão contabilizados os três diretores do quadro efetivo e excluídos os três diretores sem vínculo com a administração pública.

[7]**Quadro Geral de Pessoal**

Quando Geral de Pessoal				
Empregados	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Efetivos	1883	2055	2172	2312
Sem Função Comissionada*	1657	1800	1898	1808
Sem Função Comissionada - RJU1	0	0	0	174
Com Função Comissionada - EBC3 e 4	126	186	200	247
Com Função Comissionada - RJU1	0	0	0	5
Com Função Comissionada - FCC	34	0	0	0
Cedidos para Outros Orgãos3	66	66	74	78
Aposentados por Invalidez2	0	0	0	-30
Sem Vínculo	292	237	178	121
Com Função EBC	161	164	171	114
Com Função FCC	131	73	7	7
Requisitados de Outros Órgãos à EBC	49	272	243	34
Requisitados de outros órgãos à EBC com Função Comissionada - EBC	23	40	36	13
Requisitados de outros órgãos à EBC com Função Comissionada - FCC	12	0	0	0
Requisitados de outros órgãos à EBC com Sem Função Comissionada	14	19	23	21
Requisitados de outros órgãos à EBC - RJU	0	213	184	0
TOTAL	2232	2572	2593	2467

Quadro 1 - Fonte: SENIOR/SIGEPE (anos 2013/2014/2015)
Posição em 31/12/2016

Dos 2.312 empregados efetivos que a EBC possuía em dezembro de 2016, 1.808 não ocupavam função comissionada, 78 estavam cedidos para outros órgãos da Administração Pública e 247 estavam nomeados para funções comissionadas.

A Empresa conta, ainda, com 179 servidores do Regime Jurídico Único-RJU oriundos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estavam cedidos para a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto-Acerp e que passaram a compor o Quadro de Pessoal da EBC a partir da edição da Portaria MP nº 8, em dezembro de 2016.

Para fins do controle de quantitativo de pessoal, não são contabilizados os empregados com contrato de trabalho suspenso por aposentadoria por invalidez, totalizando 30 empregados não contabilizados.

A Portaria SEST/MP nº 8, de 20 de dezembro de 2016, estabeleceu que o limite total de empregos sob a gestão da EBC é de 2.615 vagas. Esse número é composto por 2.355 empregados do quadro permanente de pessoal, 63 vagas de empregados anistiados com base na Lei n° 8.878, de 11 de maio de 1994, e 197 servidores oriundos da Fundação Roquette Pinto, vagas que serão extintas ao término dos contratos de trabalho.

Salienta-se que o limite de pessoal anteriormente aprovado pelo então Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-DEST, em 2015, era de 2.529 empregados (Portaria MP nº 17, de 12/12/2015). Em relação ao estabelecido em 2015, a edição da Portaria nº 8/16 trará redução de 174 vagas à medida que os contratos de trabalho dos empregados provenientes da Fundação Roquette Pinto e os anistiados forem se encerrando. Ao final do processo, restarão 2.355 vagas para serem administradas.

Após a edição da Medida Provisória nº 744/2016, a Empresa passou por adaptações em sua estrutura organizacional, com a redução de duas diretorias, além de outras mudanças. Para atender à Medida, em novembro de 2016 a Diretoria Executiva - DIREX aprovou a Modelagem da Estrutura Organizacional da EBC, reorganizando as competências da Empresa e detalhando a sua constituição até o nível de Coordenações. Por causa destas modificações de estrutura, não é possível demonstrar a distribuição da força de trabalho de acordo com as áreas. No entanto é possível apresentar a distribuição dos empregados de acordo com a lotação, conforme tabela a seguir apresentada.

DSITRIBUIÇÃO POR LOTAÇÃO						
DF	RJ	SP	MA	AM	OUTROS*	TOTAL
1536	567	191	153	6	14	2467

DSITRIBUIÇÃO POR LOTAÇÃO (Outros)						
BA	CE	MG	PE	RS	INT.*	TOTAL
2	1	1	1	3	6	14

Fonte: Quadro de lotação de Pessoal - Posição em 31/12/2016
*Correspondente Internacional: 01 Alemanha; 01 Colorado Springs/EUA; 01 Chapell Hill/EUA; 01 Atlante/EUA; 01 Washington/EUA; 01 Lisboa/Portugal

As despesas com a remuneração fixa do pessoal, os encargos e a previdência privada, totalizaram R$ 344,1 milhões, um acréscimo de 6% em relação à execução de 2015. Essa variação está associada a fatores, como: a concessão de uma referência para todos os empregados em novembro, retroativa a outubro de 2016; o reajuste salarial de 6,87%, resultante das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o período de 2016/2017; e os desligamentos e contratações realizadas na Empresa, com maior evidência entre os meses de maio e setembro de 2016.

[1]A Portaria SEST n° 8, de 20 de dezembro de 2016, estabeleceu o limite e as classificações do quantitativo de pessoal da EBC. Dentre esses, os empregados do Regime Jurídico Único-RJU passaram a ser contabilizados como empregados efetivos da EBC. Nos anos de 2013/14/15 estes empregados constavam como Requisitados de outros órgãos à EBC – RJU.

[2]A Portaria SEST n° 8, de 20 de dezembro de 2016, também define que os empregados aposentados por invalidez sejam deduzidos do quantitativo de pessoal. A EBC tem 30 empregados aposentados por invalidez. Dentre estes está contabilizado um empregado sem vínculo.

[3]No limite quantitativo do quadro de pessoal estabelecido na Portaria n° 8, de 20 de dezembro de 2016, estão discriminados 63 empregados anistiados. Estes estão contabilizados nos empregados efetivos, sendo 41 sem função comissionada, sete com função comissionada, sete cedidos para outros órgãos e os oito restantes estão entre os aposentados por invalidez que constam entre os empregados deduzidos.

[4]A Medida Provisória de criação da Empresa Brasil de Comunicação-EBC (MP n° 744/2016), regulamentada pelo Decreto n° 8.945/2016, alterou a Lei n° 11.652, de 07/04/2008. Dentre as principais alterações, está a redução de duas diretorias, perfazendo atualmente um total de seis diretorias. Os Diretores não são contabilizados nos cálculos de pessoal, entretanto, das seis diretorias existentes, três são ocupadas por empregados do quadro efetivo, por isso foram contabilizados como Efetivos Com Função Comissionada-EBC.

Ademais, o valor gasto com benefícios sociais, proporcionados aos colaboradores e seus dependentes, totalizou R$ 54,2 milhões (Auxílio Creche, Assistência Médica e Odontológica, Auxílio Alimentação, Auxílio Deficiente e Vale-Transporte), valor 13,8% superior ao praticado em 2015. O incremento observado teve como causa principal os reajustes concedidos pelo ACT 2015/2016 nos benefícios, notadamente no Pré-Escolar, Auxílio Deficiente e Auxílio Alimentação, já que os demais não são objeto de atualização por meio de acordo coletivo, mas seguem as variações impostas pelo mercado.

Por fim, cumpre destacar que o valor de custeio em 2016 (Vale-Cultura, Ajuda de Custo, Indenização de Transporte e de Moradia) totalizou 1,2 milhão de reais, o que representa um decréscimo de 42,8% em relação ao praticado em 2015.

Com o objetivo de assegurar o bem-estar aos seus empregados, a EBC patrocina o plano de previdência complementar administrado pela BB Previdência. Em 2016, a Empresa alcançou 38% do quadro de empregados associados ao plano de previdência complementar (947 empregados associados).

O **índice de rotatividade (*turnover*)** apurado no ano foi de 3,72%. Este índice objetiva medir o percentual dos trabalhadores substituídos em relação ao estoque vigente, para que a Empresa possa manter o equilíbrio entre a manutenção das pessoas e a captação de novas e diferentes contribuições, de forma a atrair, desenvolver, potencializar e preservar pessoas que tragam valor para a Empresa. Nesse sentido, a EBC, desde 2015, passou a aferir o *turnover* nos mesmos moldes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, conforme fórmula descrita abaixo:

IR= (menor valor entre A e D x 100) / E

Onde:

- IR = Índice de rotatividade do período
- A= total de admissões no período
- D= total de desligamentos no período
- E= total de empregos no final do período, excluídos RJUs e FCCs da extinta Radiobrás e os Diretores.

No que tange à elaboração da proposta do novo Plano de Carreiras e Remuneração – PCR, a Empresa, no ano de 2016, deu continuidade ao processo participativo adotado em 2015, com a constituição de um Grupo de Trabalho composto por representantes sindicais, dos empregados e dos administradores da EBC, com o objetivo de realizar uma nova análise da proposta do Plano, além de contribuir para a qualificação e legitimação desse instrumento. Foram realizadas dez reuniões até o final do ano e a meta é apresentar a proposta consolidada para a Diretoria Executiva até o mês de maio de 2017.

A aprovação do novo Plano de Carreiras e Remunerações – PCR depende da disponibilidade orçamentária e financeira necessária a sua implantação, considerando o impacto de todas as atividades relacionadas à remuneração dos empregados da EBC, conforme a Folha de Pagamento.

Seguindo cronograma anual, em 15 de dezembro de 2016, foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2016/2017. O documento é resultado da proposta de conciliação apresentada pelo Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Emmanoel Pereira, a partir dos pedidos de mediação pré-processual formulados pela Empresa e pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da EBC.

O Acordo Coletivo, com vigência entre novembro de 2016 e outubro de 2017, contém 71 cláusulas e consolida importantes conquistas para a Empresa e para os trabalhadores. Destacam-se a ampliação do benefício do abono de faltas para os casos de acompanhamento, o enterro e internação de enteados, além de adaptações de cláusulas que tratavam de temas relacionados à gestão e que estão asseguradas em legislações específicas.

Quanto à Educação Corporativa, Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho destacaram-se a reestruturação dos processos de planejamento e execução das ações, o que aconteceu de forma integrada e engajada com os gestores e respectivas equipes. Visou-se à institucionalização de uma gestão de pessoas com foco em competências. O objetivo perseguido nas iniciativas foi o de promover, de forma estratégica, o desenvolvimento técnico profissional dos empregados, a disseminação dos conhecimentos e o crescimento da Empresa.

Nas áreas em tela, pode-se destacar a criação da Rede de Instrutores e Multiplicadores Internos, instituída a partir da seleção e formação didática e pedagógica dos empregados que detêm conhecimentos técnicos e maturidade profissional de notório reconhecimento em suas unidades. Também foi aprimorado o Programa Educacional EBC-PROEBC, que visa selecionar empregados interessados em se especializar nas temáticas da área de comunicação pública por meio do incentivo de bolsas de pós-graduação.

As ações de capacitação foram definidas no Plano Anual de Capacitação por Competências da EBC – PACC/EBC biênio 2015 e 2016. Além dos temas técnicos específicos, os temas de administração, finanças e gestão de pessoas (Gestão e Fiscalização de Contratos, Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas) foram destaque nas ofertas ao longo do ano. Foram realizados 237 cursos, totalizando 43.758 horas de capacitação e 4.421 participações dos empregados da EBC.

O investimento no exercício foi de R$ 995.415,65. Deste valor, R$ 128.739,33 foram empregados para o pagamento de 27 bolsas do PROEBC e de 15 bolsas remanescentes de 2014 e R$ 13.352,29 para o pagamento de 11 bolsas remanescentes de idiomas.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Para o cumprir o disposto no art. 3º da Lei nº 11.652/2008, que instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, a EBC opera emissoras de TV, Rádio, Agências de Notícias e Portais na internet, além de atuar nas Redes Sociais.

PLATAFORMA TV

A TV Brasil, em 2016, transmitiu 8.760 horas de programação, considerando a exibição diária de 24 horas. Destas, 7.602 horas são de conteúdo educativo, artístico, cultural, científico e informativo e 1.158 horas de chamadas, interprogramas e anúncios. De outro lado, considerando a faixa horária de 6h às 24h (18 horas), a TV Brasil esteve 6.570 horas no ar, sendo 5.634 horas de conteúdo e 936 horas de chamadas, interprogramas e anúncios.

A programação exibida pela TV Brasil foi ao ar com 100% de legendagem oculta e 377 horas, com audiodescrição (média de 7 horas semanais), em atendimento à Lei 10.098/2000 – Lei de Acessibilidade e à Portaria nº 188/2010 – Ministério das Comunicações, que determina o mínimo de 20 horas diárias para legendagem oculta e o mínimo de seis horas semanais com audiodescrição.

Dando continuidade à estratégia de mudanças na grade iniciada em outubro de 2015, em 2016 a EBC valorizou, além da cobertura esportiva, a jornalística e a infantil. O conteúdo esportivo, que representou 6% da composição da grade em 2015, aumentou em 50% sua participação em 2016, alcançando um percentual de 9% da grade. Os programas jornalísticos ocuparam 25% da grade, 14% a mais que em2015.

Apesar das alterações na programação, decorrentes de restrições orçamentárias, a TV Brasil manteve a tradição de privilegiar o público infantil. Os desenhos animados, em 2016, representados no gênero "Animação", ocuparam 28% da grade, correspondendo ao aumento de 22% em relação à grade de 2015. A programação infanto-juvenil que, em 2015, representou 32,4% da grade, passou para 35,1% em 2016. Salienta-se que a TV Brasil é a única televisão aberta que transmite programação infantil por aproximadamente sete horas diárias.

Dentre as mudanças ocorridas na grade da programação, chama-se a atenção para a substituição da antiga apresentadora do programa "Sem Censura" por uma colaboradora do quadro permanente da EBC, que tem dado continuidade às características que agradam ao telespectador, trazendo ao mesmo tempo ares novos ao horário. A substituição gerou uma economia significativa para EBC: o programa está sendo exibido a um custo mais de três vezes menor que anteriormente.

A "Produção Própria" da TV Brasil continua sendo o principal modelo de negócio, registrando 35,1% da sua programação em 2016. Esse valor representa 2,3 pontos a mais que em 2015 (32,8%), ou seja, houve um crescimento de

7%, comparando esses dois anos. Tal resultado deu-se em razão das alterações realizadas na programação da emissora, especialmente a partir do segundo semestre de 2016. A principal estreia nesse modelo de negócio foi o programa jornalístico "Nos Corredores do Poder".

O percentual de conteúdo transmitido ao vivo representou 24,5% da grade, crescendo 27% em relação ao ano anterior. Já o conteúdo inédito representou 42,4% da grade, variação negativa de 7,6% em relação ao ano anterior. O crescimento da veiculação ao vivo deveu-se, principalmente, às transmissões dos programas esportivos (Paralimpíadas, campeonatos do futebol feminino, campeonato brasileiro séries B, C e D e série A2 do campeonato paulista) e ao aumento da produção própria. Já a pequena queda no percentual de ineditismo da programação em relação ao ano anterior pode ser imputada às restrições no orçamento da EBC, que limitaram a aquisição de novos conteúdos.

A programação regional teve participação de 20% na grade da TV Brasil, o dobro do percentual mínimo (10%) fixado pela Lei n. 11.652/2008. Quanto à programação independente, a emissora veiculou 15,2% de produções com direitos patrimoniais independentes, cumprindo, dessa maneira, o triplo da percentagem determinada pela legislação (5%).

O grande destaque no ano foi a transmissão das Paralimpíadas Rio 2016. A TV Brasil adquiriu os direitos de transmissão e levou ao cidadão brasileiro mais de dez horas diárias de conteúdo ao vivo, a maior cobertura em TV aberta do Brasil já realizada até o momento. Além da legendagem oculta, toda a transmissão dos jogos foi realizada em Libras.

A TV Brasil também voltou sua programação aos Jogos Olímpicos. Embora não tenha tido direito da transmissão, a TV levou ao cidadão informações e curiosidades sobre a matéria, com os interprogramas "A caminho dos jogos", 42 *spots* "Curiosidades dos jogos olímpicos" e a veiculação de matérias no programa "Stadium", além da transmissão ao vivo da chegada da tocha olímpica ao Brasil e sua passagem pelos estados brasileiros.

Outro destaque foi a estreia do programa "Estação Plural", que obteve, em março, seu mês de lançamento, mais de 25 inserções na mídia impressa, nas cinco regiões do país, com quatro matérias contendo críticas positivas sobre a atração, nos jornais "O Globo", "Folha de São Paulo", "A Crítica" e "Zero Hora". No total, o programa atingiu 2,7 milhões de pessoas nas cinco praças (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Porto Alegre).

A interatividade foi intensificada em 2016. Um exemplo deste aumento na foi o programa "Estação Plural" que, nos quatro primeiros episódios, contabilizou 22 mil interações. Outro exemplo foram os vídeos *on demand* (por demanda), que contaram com 21.599 acessos pelo *YouTube*, sendo que, nos dois primeiros programas, foi obtida a primeira colocação dos *trendingtopics* Brasil no *Twitter*. Outro exemplo foi o programa "Sem Censura", que também é transmitido ao vivo na *web* (*Facebook*) contando com a participação dos internautas, que respondem à pergunta do dia e enviam dúvidas e comentários (*#semcensura)*.

O Jornalismo da EBC iniciou 2016 cumprindo estratégia de mudanças no conteúdo, não só com o aumento substancial das transmissões esportivas, mas também com o aprimoramento da faixa de 20h30 às 23h voltada ao aprofundamento de temática considerada relevante, e o estímulo à produção própria.

A estreia do novo telejornal "Nos Corredores do Poder" traduziu essa estratégia. O programa é aberto à participação do público pelas redes sociais, mediante o envio de comentários e perguntas, e é veiculado, simultaneamente na Rádio Nacional AM de Brasília e na Nacional FM, o que o torna um produto *crossmedia*, chegando, assim, a públicos diversificados.

Na área internacional, os correspondentes do Jornalismo tiveram participação efetiva na cobertura dos assuntos que marcaram o ano, como os atentados na Europa, o drama dos refugiados do norte da África, na Europa e dos refugiados haitianos no Brasil, os conflitos no Oriente Médio, as eleições presidenciais nos Estados Unidos, a morte de Fidel Castro em Cuba, as eleições na Argentina e as crises política e econômica na Venezuela.

A TV Brasil alcançou mais de 30,2 milhões de telespectadores, considerando a medição de audiência apenas de Brasília e das capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Cumpre registrar que o Carnaval e as Paralimpíadas impulsionaram os índices de audiência no período em que foram transmitidos.

Quanto ao Carnaval, a TV Brasil obteve seu melhor resultado médio de audiência desde o início de suas transmissões. Nas apresentações do desfile das campeãs do Rio de Janeiro, a emissora obteve 7,04 pontos de audiência, com pico de 13,5 pontos na região do Grande Rio. Foram 20 horas de transmissão dos desfiles do grupo de acesso de São Paulo e do desfile das campeãs do Rio e de São Paulo. Deve-se destacar que a programação do Carnaval também foi transmitida pela TV Brasil Internacional para 66 países.

Quanto às Paralimpíadas, a abertura dos jogos foi o evento que atingiu maior audiência, com 1,13 pontos em Salvador e 1,01, no Rio de Janeiro. Durante o período dos jogos, as transmissões das competições alcançaram 25,3% dos domicílios nas cinco regiões metropolitanas medidas. Isso pode ser traduzido em cerca de 5,6 milhões de indivíduos que assistiram às competições pela TV Brasil.

Ressalta-se que a programação infantil continuou contribuindo com os melhores índices de audiência nas praças monitoradas, em 2016. A faixa infantil alcançou um total de 3,7 milhões de jovens entre 4 e 17 anos, o que representa aproximadamente 44% do universo total de jovens nessas praças.

Entre as novidades da programação infantil está a animação "SOS Fada Manu", indicada para o Emmy Kids Internacional 2016, que passou a ser exibida na TV aberta em dezembro. Além dessa, outra produção infantil da TV Brasil que concorreu ao Emmy Kids Internacional 2016 foi "O Show da Luna". Estreou também na programação infantil a série de produção independente "Universo Z", com conteúdo que trata do uso das novas tecnologias e incentiva práticas de atividades manuais.

PLATAFORMA RÁDIO

Também nas Rádios, em 2016, os principais destaques da programação foram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Houve cobertura especial em rede, com entrevistas, reportagens com análises de especialistas, acompanhamento dos resultados, transmissão dos jogos e das cerimônias de abertura e de encerramento.

Na MEC AM RJ, a cobertura dos Jogos Olímpicos teve: seis horas e 30 minutos de transmissão em rede das Cerimônias de Abertura e Encerramento; 121 horas de transmissões esportivas, com transmissão em rede de todos os jogos com a participação de equipes do Brasil nos esportes coletivos; 22 boletins diários, a cada meia hora; 19 programas "Balanço dos Jogos", em rede; o programa "Stadium", veiculado diariamente, de segunda a sábado; entradas de reportagens (Esporte e Radiojornalismo) em toda a programação; e chamadas e perfis olímpicos. Foram produzidos, ainda, cerca de 50 *spots* com atletas paralímpicos e suas histórias de vida, na série "Além dos Limites".

Nas Paralimpíadas, somente na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, foram 226 horas de transmissões esportivas e de programas alusivos aos Jogos, durante os 19 dias do evento, sendo que 150 horas corresponderam às transmissões de 79 competições e às Cerimônias de Abertura e de Encerramento, e 158 horas foram dedicadas às transmissões de diversas modalidades (basquetebol, handebol, voleibol de praia, voleibol, futebol, polo aquático e canoagem).

Além dos jogos, a cobertura do Carnaval também foi destaque nas Rádios. Houve formação em rede entre três emissoras públicas – a Rádio MEC AM, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Rádio Roquette-Pinto –, com transmissão conjunta inédita, direto da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. O conteúdo da cobertura também foi distribuído em FM. Além disso, as Rádios Nacional da Amazônia, Nacional do Alto Solimões e Nacional de Brasília produziram, em conjunto, o programa especial "Carnavais do Brasil", com 31 horas de programação. Na Nacional do RJ, foi realizado o projeto "Um Século de Samba", com a divulgação na programação dos 100 sambas mais expressivos do século.

A cobertura política foi outro tema candente em 2016 e bastante abordado nas Rádios. Os desdobramentos do processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff foram objeto de análise e cobertura nas Rádios Nacional da Amazônia, Nacional do Rio de Janeiro e Nacional de Brasília. No mês de maio, estas emissoras transmitiram em rede mais de 48 horas de cobertura da votação pelo Congresso Nacional do *impeachment* da Presidente da República, levando ao ouvinte cada voto proferido pelos parlamentares. Na Rádio MEC AM RJ, os programas "Bate-Papo Ponto Com", "Ecos da Terra" e "Todas as Vozes" intensificaram suas pautas sobre a matéria, na perspectiva de contribuir com a reflexão sobre o momento político brasileiro. A programação especial na cobertura da votação do *impeachment* da Presidente da República totalizou 30 horas no ar.

Também foi relevante a cobertura das Eleições Municipais de outubro, amplamente repercutida na programação a partir de julho, com reportagens, entrevistas e informações sobre voto consciente. Na Rádio Nacional do Alto Solimões, houve prestação de serviço ao eleitor, com divulgação de informações sobre o processo eleitoral. Já a Nacional do RJ e a MEC AM RJ transmitiram 19 horas de cobertura ao vivo do processo de votação e divulgação do resultado, das 8 às 22 horas no ar, envolvendo os 92 municípios fluminenses, com reportagem local e com a participação de comentaristas.

Em 2016, as Rádios Nacional do RJ a MEC AM RJ comemoram seus 80 anos. O aniversário das duas emissoras foi destaque na programação, com produção de chamadas com declarações de personalidades da música e do esporte, como Roberto Carlos, Pelé e Zico, além de nove horas de transmissão de entrevistas com artistas cujas carreiras estão ligadas à Rádio Nacional, como Wilson das Neves, Jerry Adriani, Venilton Santos, Áurea Martins, Jamelão e Zé Menezes.

Por fim, a Semana da Pátria e os programas especiais do 7 de setembro movimentaram a pauta das Rádios, com a transmissão em rede pela Nacional da Amazônia, Nacional de Brasília e Nacional do Alto Solimões, que cobriu com destaque os desfiles das escolas, instituições civis e militares no Alto Solimões. A Rádio Nacional de Brasília (AM) transmitiu uma cobertura especial do desfile cívico-militar em Brasília.

Durante o ano de 2016, de modo geral, a audiência das Rádios apresentou crescimento de 54,8%, ao se comparar com o ano anterior. No total, foram mais de 9.000 ouvintes por minuto, somando todas as Rádios (excetuadas as Rádios Nacional da Amazônia e Alto Solimões, que não são mensuradas pelo Ibope).

No Radiojornalismo, também foi destaque a transmissão dos Jogos Olímpicos. A partir do mês de agosto, o programa "Stadium" contou com cobertura especial sobre as Olimpíadas e foi veiculado diariamente no período, com reportagens e entrevistas com os atletas brasileiros, especialmente os medalhistas olímpicos. Nos Jogos Paralímpicos, a cobertura foi mais informativa, já que os direitos de transmissão foram apenas da TV Brasil.

Também fez parte das pautas do Radio jornalismo toda a movimentação política no país, com a realização de programas especiais na fase final do processo de *impeachment*. Além disso, teve boa repercussão entre telespectadores e radiouvintes a estreia do programa "Corredores do Poder", veiculado simultaneamente na Rádio Nacional AM de Brasília, na Nacional FM e na TV Brasil, conforme já citado anteriormente no tópico relativo à TV Brasil.

PLATAFORMA WEB

Com relação à plataforma Web da EBC – Agência Brasil, Radioagência, Portal e os sites da TV Brasil e Rádios – houve crescimento de 6,14% na audiência no ano de 2016, em comparação a 2015, passando de 40,7 milhões para 43,2 milhões de visitantes únicos. Esse total representa 42% dos visitantes únicos do Brasil (102 milhões).

A intensificação da estratégia de publicação de vídeos no *Facebook*, o resultado positivo do uso de *hashtags* mais adequadas no *Twitter* e as transmissões ao vivo no Portal EBC, nos *sites* de Rádios e da TV Brasil contribuíram para o alcance desses resultados.

Na Agência Brasil, o principal destaque foi o reforço da equipe de correspondentes, que resultou no crescimento significativo de matérias produzidas fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília. No início do ano, foram deslocados correspondentes para Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, um repórter da Agência Brasil foi transferido para os Estados Unidos e outro, para Lisboa. Com relação à audiência, a quantidade de usuários na Agência Brasil alcançou em 2016 mais de 16,3 milhões de usuários, o dobro do número de 2015.

Quanto à Radioagência Nacional, os destaques também são relativos ao cenário político do Brasil, além das repercussões do quadro político na economia. Tiveram ampla cobertura os desdobramentos da Operação Lava Jato e as ações de governo ou de organizações da sociedade relacionadas às arboviroses (dengue, Zika Vírus e microcefalia) e à cobertura das Olimpíadas e Paralimpíadas.

A audiência da Radioagência Nacional cresceu significativamente este ano, quando comparada com a de 2015, passando de 574.924 para 929.669 usuários únicos em 2016, representando um acréscimo de 61,7%. Tratando-se de visualizações na página da Radioagência, em 2016 houve 2.377.613 visualizações, número 42% maior que em 2015 (1.668.723).

Já no Portal EBC, foram destaques as ações de conteúdo *crossmedia* na final da Copa São Paulo de Futebol Júnior, no Carnaval, na cobertura do combate ao Zika Vírus e na estreia do programa "Estação Plural", na TV Brasil. Quanto à audiência, em 2016 o Portal atingiu 21,4 milhões de usuários únicos, caindo 26% com relação a 2015 (29,1 milhões)

NEGÓCIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em relação a negócios e prestação de serviços, em 2016, a EBC captou R$ 57,7 milhões com a comercialização de produtos e serviços, 46,6% a menos do que no ano anterior.

A variação negativa em todas as linhas ocorreu devido aos cortes orçamentários, realizados por causa da crise econômica brasileira, efetivados em todos os órgãos do Governo Federal, os principais clientes dos produtos da EBC. As restrições orçamentárias impactaram diretamente nos resultados obtidos, com redução da ordem de 28% da receita comercial, quando comparada a 2015.

Com isso, importantes clientes, como o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, não veicularam campanhas publicitárias. Outros órgãos, como o Ministério da Saúde e a própria Secom/PR, tiveram suas campanhas publicitárias otimizadas e reduzidas.

Esse cenário também se refletiu na área de Publicidade Legal, que teve uma redução de aproximadamente 13% no número de autorizações enviadas aos veículos, e reduziu em 14% o valor comercializado, devido a descontos severos concedidos pelos veículos de comunicação e negociados diretamente pelos clientes.

Tal quadro refletiu igualmente no mercado privado, reduzindo os negócios da Empresa na linha de licenciamento em 70%.

Ainda na Publicidade Legal, foram conquistados 77 novos clientes, totalizando 1.023 contratos vigentes, com atendimento de cerca de 1.200 clientes no período. Destaca-se o início das negociações para a prestação de serviços de publicidade legal às duas casas do Poder Legislativo Federal.

Porém, alguns resultados merecem destaque, como a ampliação do investimento do Governo do Distrito Federal em publicidade institucional e o início do relacionamento com outros nove clientes das esferas pública e privada. Destaca-se, também, a concentração dos investimentos em eventos esportivos como as Paralimpíadas, patrocinadas pela Caixa Econômica Federal-CAIXA, Petrobrás, BNDES e Seguradora Líder e o Futebol Feminino, patrocinado pela CAIXA.

Já no licenciamento, houve avanço na negociação com a Netflix, gerando a comercialização dos direitos de exibição do programa infantil Igarapé Mágico. Houve também a ampliação do número de obras do catálogo de licenciamento, totalizando 44 conteúdos, dos quais a metade foi licenciada para outros canais.

Na área de Prestação de Serviços, tem relevância maior o contrato com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República – Secom/PR para transmissão dos atos e fatos do Governo Federal. A EBC testou e implementou a transmissão direta de imagens dos eventos do Palácio do Planalto para o Gabinete Digital da Secom, permitindo que as imagens das transmissões ao vivo da TV NBR sejam colocadas à disposição em tempo real para a equipe responsável pelo conteúdo do Blog do Planalto e dos Portais Brasil e Planalto.

A mudança no noticiário da TV NBR, que passou a produzir boletins a cada hora com as principais notícias do Governo Federal, também foi destaque, bem como a realização de entrevistas especiais com ministros sobre políticas públicas. Houve, ainda, acompanhamento intensivo de discussões no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre temas referentes ao momento político brasileiro. Foram transmitidas, ao vivo, mais de 48 horas da votação do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A NBR trabalhou na prospecção de novas parcerias e conteúdos, realizando contato com novos ministérios,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

merecendo destaque a criação de uma faixa de documentários e novos boletins de notícias, em parcerias com a TV Escola, Associação de Comunicação Roquete Pinto - Acerp e MEC.

Na adoção de novas ferramentas, foi consolidado o processo de automação desenvolvido pela Gerência de Criação, o "Automator", sistema de *design* e programação de peças audiovisuais que permitiu o aumento significativo dos produtos realizados para a programação do canal NBR.

Quanto às redes sociais, as principais coberturas no período foram o desfile de 7 de setembro e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. No 7 de setembro, a cobertura especial alcançou 176.884 pessoas somente no *Facebook*, com 4.202 comentários e 704 compartilhamentos. Já a transmissão ao vivo do desfile alcançou 165.779 usuários e provocou 9.269 reações entre comentários, curtidas e compartilhamentos. Para efeitos de comparação, o alcance médio diário transita entre 15 mil e 20 mil pessoas atingidas de forma espontânea.

Ainda nas redes sociais, destacam-se: a votação da PEC dos Gastos Públicos (Câmara e Senado), a divulgação da Reforma da Previdência, a tragédia da equipe de futebol Chapecoense e, nos últimos dias do ano, a nova Carteira Nacional de Habilitação-CNH. Ressalta-se que a votação da PEC dos Gastos Públicos alcançou quase 200 mil pessoas no perfil do *Facebook*, somados os dias de votações na Câmara e no Senado.

A criação de novos perfis do programa "A Voz do Brasil", no *Facebook* e no *Youtube* teve boa repercussão. Em dois meses, seu perfil no *Facebook* conquistou 791 seguidores, enquanto, no *Youtube*, foram registrados 185 usuários, com mais de dois mil acessos ao material disponível.

No que diz respeito à Programação de TV e Radiosat, destaca-se a estreia de novos programetes jornalísticos, as produções dos *breaks* e intervalos, as versões diferenciadas do "*Infoweb*" (alguns com *off* explicativo) e a veiculação de informações econômicas com gráficos mostrando as variações da poupança e do câmbio.

Destaca-se também a mudança de formato do programa "A Voz do Brasil" que, a partir de 31 de outubro de 2016, entrou no ar com novos quadros, vinhetas, maior interação com os ouvintes – foi disponibilizado novo contato, via *WhatsApp* – e prestação de serviços. Quanto aos temas, foram destaque as coberturas jornalísticas das viagens internacionais realizadas pelo Presidente Michel Temer para a Argentina, o Paraguai, o Japão e a Índia.

Na Rede Nacional de Rádio, destaca-se a criação e produção dos programetes distribuídos pela Radiosat: "Dr. João Saúde", no qual o personagem tira dúvidas dos ouvintes sobre prevenção e tratamento de doenças; "Na Ponta do Lápis", com o personagem "Zé Economildo", que ajuda o ouvinte em dúvidas sobre a economia de forma simples e acessível; e "Rota Alternativa", boletim semanal com dicas do Brasil inteiro sobre eventos culturais e de lazer, a preços populares ou gratuitos. Além disso, em dezembro de 2016 estreou o novo *site* da Rede Nacional de Rádio, no qual o internauta pode acessar e baixar conteúdos distribuídos pelo Radiosat.

Estrearam vários programetes informativos: o "Por Dentro do Governo", que veicula trechos de entrevistas exclusivas com ministros, secretários e diretores de órgãos públicos; o "Fique Por Dentro", que traz os principais assuntos da pauta de trabalho do Governo Federal e de interesse da população brasileira; o "Direto ao Assunto", que entrevista os ministros sobre os principais assuntos que estão na agenda do Governo Federal; e o "Saiba Mais", que ajuda o telespectador a tirar dúvidas sobre saúde, educação, habitação e direitos do consumidor, dentre outros.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2016, a EBC administrou ativos no valor de R$ 1.108,7 milhões. Destacam-se, dentre outras, as aplicações financeiras com R$ 742,5 milhões, o imobilizado, com R$ 120,8 milhões, e o intangível, com R$ 133,8 milhões. Merece relevo, também, nos ativos intangíveis a aquisição de obras audiovisuais que no exercício cresceu 7,5% em relação a 2015.

O patrimônio líquido contabilizado em 2016 foi de R$ 365,3 milhões, 3% a menos que o apurado em 2015, contabilizando R$ 376,7 milhões.

O resultado contábil em 2016 apresentou prejuízo da ordem de R$ 11,4 milhões, que representa cerca de a terça parte do resultado negativo observado no ano anterior. Tais prejuízos contábeis têm origem na diminuição de receitas próprias e dos repasses do Tesouro Nacional nos dois últimos anos, aliada ao aumento do custo dos serviços prestados pela Empresa e das despesas administrativas.

A absorção do valor do prejuízo foi realizada à conta da Reserva de Retenção de Lucros, na forma prevista na legislação vigente sobre a matéria.

Os **índices de desempenho** de liquidez geral, corrente e seca, apresentados a seguir, demonstram que a EBC tem capacidade suficiente para honrar seus compromissos econômico-financeiros.

INDICADORES DE LIQUIDEZ	FÓRMULAS	2016
Liquidez geral	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	1,15
Liquidez corrente	$\frac{AC}{PC}$	6,19
Liquidez seca	$\frac{AC - Estoques}{PC}$	6,16
Liquidez imediata	$\frac{Caixa\ e\ Equivalentes\ de\ Caixa}{PC}$	5,84

Fonte: SIAFI

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	FÓRMULAS	2016
Grau de Endividamento	$\frac{PC + PNC}{AT} \times 100$	67,05
Garantia do Capital de Terceiros	$\frac{PL}{PC + PNC}$	0,49

Fonte: SIAFI

Onde:

AC = Ativo Circulante

ANC = Ativo Não Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PL = Patrimônio Líquido

AT = Ativo Total

RLP – Realizável a Longo Prazo

O grau de endividamento retrata a posição do capital próprio em comparação ao capital de terceiros e indica, também, a dependência da Empresa dos recursos financiados pelas Entidades Externas. No que tange à EBC, a situação é confortável, uma vez que as suas obrigações representam 67,05% do Ativo Total.

O indicador intitulado Garantia de Capital de Terceiros é outra forma de avaliar a dependência de recursos de terceiros. No caso da EBC, o resultado demonstra que para cada R$ 1,00 de dívida ela dispõe de R$ 0,49 do seu patrimônio.

Cabe destaque aos indicadores que contém o Passivo Não Circulante-PNC que, em sua fórmula, apresentam índices impactados pelo fato de que, no encerramento do exercício, os repasses do Tesouro Nacional oriundos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública-CFPR, no valor de cerca de R$ 611,1 milhões em 2016, tem sido contabilizados no PNC, em razão da ausência de autorização orçamentário para sua execução.

Na Lei Orçamentaria de 2016, inclusive em créditos suplementares, descentralizações e destaques, constam R$ 724,2 milhões como orçamento total da EBC, sendo R$ 167,8 milhões de recursos próprios diretamente arrecadados e R$ 556,4 milhões de recursos do Tesouro Nacional. Deste total consignado na LOA 2016, R$ 93 milhões constituem reserva de contingência, configurando uma dotação disponível de R$ 631,2 milhões.

Com relação aos recursos do tesouro, R$ 369,2 milhões advieram das fontes 100,129 e 263 e R$ 187,1 milhões da fonte 172 - Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública.

A realização das receitas das fontes do tesouro alcançou no exercício de 2016 o montante de R$ 464,8 milhões, equivalentes a 83,5% da LOA, representando queda de 22,6 % em relação ao mesmo período de 2015. Esse índice está relacionado à diminuição de 57,8% na arrecadação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, oriunda de retificações (R$ 74,9 milhões) de arrecadação de valores do exercício de 2015 e à Desvinculação das Receitas da União - DRU, que com a aprovação da PEC nº 31/2016, passou para 30%. Assim, o montante das receitas arrecadadas foi de R$ 102,5 milhões contra R$ 242,9 milhões de 2015.

Ainda em relação à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, cabe ressaltar que a Secretaria do Tesouro Nacional-STN liberou R$ 129,05 milhões de limites financeiros. A receita própria comercial faturada bruta foi de R$ 85,6 milhões e a arrecadação total foi de R$ 104,8 milhões. E, do total arrecadado, R$30,6 milhões estão relacionados ao faturamento de exercícios anteriores, e R$ 74,2 milhões ao exercício de 2016.

Receitas Realizadas EBC 2008 a 2016 (Sem descentralizações)				
Ano	Fonte Tesouro (com CFRP)		Fonte Própria	
2008	R$	182.000.000,00	R$	28.000.000,00
2009	R$	422.000.000,00	R$	34.000.000,00
2010	R$	398.000.000,00	R$	43.000.000,00
2011	R$	390.000.000,00	R$	57.000.000,00
2012	R$	393.000.000,00	R$	67.000.000,00
2013	R$	409.000.000,00	R$	69.000.000,00
2014	R$	883.000.000,00	R$	141.000.000,00
2015	R$	597.000.000,00	R$	159.000.000,00
2016	R$	465.000.000,00	R$	207.000.000,00

Figura 02 – Receitas Realizadas EBC 2008 – 2016

A arrecadação das receitas próprias atingiu o montante de R$ 207,1 milhões, equivalentes a 123,4% do total estipulado na LOA 2016, fato que representa crescimento de 30,5% em relação a 2015. O crescimento da receita financeira (19,7%) e os pagamentos relativos a faturamentos vencidos em exercícios anteriores, efetuados pela Secom/PR, influenciaram significativamente no índice apurado.

Receitas Realizadas – 2016

Receitas	LOA 2016 + Créditos + / - Destaques	Realizadas em 2016	% de realizações da LOA	Realizadas em 2015	Variação % 2016/2015
Receitas Próprias					
RECEITA COMERCIAL	81.234.119	104.776.011	129,0%	73.653.150	42,3%
- Serviços de Comunicação	-	86.829.230	-	53.009.757	63,8%
- Serviço Publicidade Legal	-	17.946.780	-	20.643.393	-13,1%
RECEITA FINANCEIRA	85.743.752	100.306.042	117,0%	83.824.414	19,7%
OUTRAS	856.314	2.033.245	237,4%	1.279.335	58,9%
TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	167.834.185	207.115.298	123,4%	158.756.899	30,5%
Tesouro					
TESOURO - FONTES 100/129/263	369.246.659	362.361.773	98,1%	357.919.378	1,2%
CONTRIB. FOMENTO P/ RADIODIFUSÃO PÚBLICA	187.132.415	102.480.850	54,8%	242.917.699	-57,8%
TOTAL RECEITAS DO TESOURO	556.379.074	464.842.623	83,5%	600.837.077	-22,6%
TOTAL GERAL	724.213.259	671.957.922	92,8%	759.593.976	-11,5%

Tabela 2 – Receitas Realizadas 2016

REDE NACIONAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA – RNCP

A Rede Nacional de Comunicação Pública-RNCP constitui o objetivo original da EBC, disposto em sua Lei de Criação e essencial para a complementaridade dos sistemas públicos, privado e estatal de comunicação, conforme previsto no artigo 223 da Constituição Federal.

Sua estruturação consta do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 do Governo Federal, e integra o Programa Temático "*Comunicação para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia*", sendo a EBC responsável pelo cumprimento de um objetivo específico e duas metas, que tratam da ampliação da produção e do acesso aos conteúdos produzidos pela radiodifusão pública para televisão e rádio.

Cabe à EBC consolidar a Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, atualmente composta por 52 geradoras, sendo quatro próprias e 48 geradoras parceiras, das quais 12 já transmitem em sinal digital. Até dezembro de 2018, as cidades com mais de 200 mil habitantes não contarão mais com transmissões analógicas e, até dezembro de 2023, ocorrerá o desligamento do sinal analógico na totalidade do país.

Um resultado importante do trabalho em rede foi a ampliação da exibição de conteúdos da TV Brasil pelas emissoras parceiras. Ao longo de 2016 foram exibidas, em média, 18 horas/dia de programação. Com relação à exibição de conteúdos das emissoras parceiras na grade de programação da TV Brasil, a EBC exibiu 2 horas e 30minutos por dia, atendendo ao princípio da regionalização dos conteúdos.

Além das transmissões diárias, a RNCP-TV dedicou atenção para eventos especiais, exibindo programas e realizando coberturas conjuntas, com entradas ao vivo, como nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e em campeonatos nacionais e regionais de futebol. Também foram realizadas coberturas durante as eleições municipais.

Sob o ponto de vista técnico, em razão da instalação de novas estações transmissoras digitais em Brasília e no Rio de Janeiro, houve ampliação de cobertura em duas regiões brasileiras: no Centro-Oeste, a cobertura está disponível para 18% do território e, no Sudeste, 43% da população pode acessar as transmissões em rede.

As Rádios da EBC promoveram a transmissão de 155 horas de programação durante as atividades olímpicas. Este conteúdo foi disponibilizado para outras 34 emissoras de rádios, em vários estados da federação, nem todas pertencentes ao campo público. A medida significou um trabalho inicial que deverá gerar negociações futuras com vistas à formação da Rede Nacional de Rádio a partir de 2017.

Ainda quanto ao tema Rádio, destaca-se que, ao longo dos últimos anos, a EBC disponibilizou gratuitamente, pela internet, todos os conteúdos da sua agência de notícias via rádio – a Radioagência Nacional. Complementa-se que, em dezembro de 2016, foi dado acesso aos conteúdos dos atos e fatos do Governo Federal, produzidos pela TV Nacional Brasil – NBR.

Contudo, os desafios enfrentados pela EBC em 2016, concernentes a restrições orçamentárias e a modificações suscitadas na Lei de criação da Empresa, impactaram negativamente na execução das ações que previam a formalização da Rede de Rádio, bem como no alcance das metas de ampliação da cobertura da Rede de TV.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Ouvidoria da EBC desempenha três funções básicas:

• prestar atendimento ao cidadão usuário do serviço público de comunicação, por meio de canais de comunicação

com os telespectadores, radiouvintes e internautas;

- realizar o acompanhamento crítico da programação dos veículos da EBC; e
- manter o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Os canais de atendimento ao usuário estão disponíveis em todos os sítios eletrônicos da EBC e também são informados durante a programação de TV e Rádio, de forma a assegurar a ampla divulgação dos meios de contato com a Ouvidoria. O Serviço de Informação ao Cidadão está disponível por meio de sistema eletrônico e-SIC, acessível nos sítios eletrônicos da EBC e também mediante atendimento presencial na sede da Empresa em Brasília.

Em relação ao **Serviço de Informação ao Cidadão**, em 2016 foram realizados 147 atendimentos, sendo três atendimentos presenciais e os demais por meio do e-SIC. Na série histórica apresentada a seguir, é possível notar que o volume de contatos deste ano caiu aproximadamente 25%, quando comparado ao ano de 2015, ficando no mesmo patamar de 2014.

SIC	
ANO	Atendimentos
2013	199
2014	150
2015	200
2016	146

Total de Atendimento SIC 2016

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Sobre o **atendimento ao usuário**, em 2016 houve aumento de 28% em relação ao ano anterior, nas demandas apresentadas nos canais de atendimento da Ouvidoria, totalizando 7.324 contatos. Isto representa uma recuperação na quantidade de manifestações, pois, desde 2013, havia tendência de queda. Naquele ano, foram realizados 8.766 atendimentos, em 2014, 6.945 e, no ano seguinte, 5.704. Portanto, no período de 2014-2015 verificou-se queda de 35% no número de atendimentos, valor bastante representativo em um período curto de tempo. A retomada no aumento anual do número de atendimentos pode representar melhoria na prestação dos serviços e maior agilidade nas respostas.

Total Atendimentos	
ANO	Total
2013	8766
2014	6945
2015	5704
2016	7324

Total de Atendimento 2016 - FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Dos atendimentos realizados em 2016, 1.792 foram classificados como "diversos", pois não se referiam a assuntos relacionados à EBC, e 5.532 demandas foram referentes aos veículos de distribuição de conteúdo, gerando processos e acompanhamento das respostas sob a ótica das manifestações por veículo. A TV Brasil representa 57,9% do total de manifestações; o sistema de rádio soma 19,6%; a Agência Brasil 6,9%; o Portal EBC, 2,1%; a TV Brasil Internacional, 0,3% e 13,1% foram manifestações relativas à EBC, conforme quadro abaixo.

Manifestações por Veículos - 2016							
VEÍCULO	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de informação	Total
AGÊNCIA BRASIL	169	22	19	18	78	74	380
EBC	19	7	22	47	602	26	723
PORTAL BRASIL	65	2	7	2	19	23	118
RÁDIOS[1]	649	90	42	19	215	72	1087
TV BRASIL	834	359	405	100	947	560	3205
TV BRASIL INTERNACIONAL	8	0	2	0	5	4	19
TOTAL	1744	480	497	186	1866	759	5532

Manifestações por Veículos- 2016 - FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Especificamente sobre as emissoras de Rádio e Rádioagência Nacional, foram demandados 1.087 atendimentos distribuídos da seguinte forma:

Manifestações sobre Emissoras de Rádio - 2016							
VEÍCULO	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de informação	Total
RADIOAGENCIA NACIONAL	13	1	1	2	13	5	35
RÁDIO MEC AM- BRASÍLIA	4	0	0	0	3	1	8
RÁDIO MEC AM- RIO DE JANEIRO	77	11	6	3	6	9	112
RÁDIO MEC FM- RIO DE JANEIRO	134	35	18	4	21	21	233
RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA	17	7	3	2	127	5	161
RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA- AM	19	3	4	2	15	2	45
RÁDIO NACIONAL ALTO SOLIMÕES	3	0	0	0	3	0	6
RÁDIO NACIONAL RIO DE JANEIRO	317	17	8	5	13	15	375
RÁDIO NACIONAL FM BRASÍLIA	65	16	2	1	14	14	112
TOTAL	649	90	42	19	215	72	1087

Manifestações sobre emissoras de Rádio – 2016

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Analisando as informações sob a perspectiva de categorias de atendimento, 31,5% foram classificadas como reclamações, 33,7 %, como serviços, 13,7%, como pedido de informações, 9,0%, como sugestões, 8,7%, como elogios e 3,4%, como comentários.

Quanto ao **acompanhamento crítico de programação e conteúdo**, foram elaborados 65 boletins ao longo do ano, voltados ao público interno. A edição é produzida a partir de amostragem das manifestações do público, com periodicidade mínima semanal, destacando problemas recorrentes ou pontuais, com o objetivo de servir de insumo para o aprimoramento dos conteúdos divulgados.

Além disso, houve permanência na Coluna da Ouvidoria, que recebe artigos com análise de conteúdos distribuídos pelos veículos EBC. Ao longo do ano, foram analisados 238 conteúdos, distribuídos pelos diversos veículos, classificados por plataforma: 83 da TV Brasil, 96 da Agência Brasil e Portal EBC e 59 das emissoras de rádio.

É importante que seja dada a devida atenção à enquete realizada entre fevereiro e setembro de 2016, com o objetivo de mapear a percepção do público sobre os veículos da EBC e avaliar o atendimento realizado pela Ouvidoria. Foram enviados mais de 800 questionários aos ouvintes e telespectadores da TV Brasil e das Rádios Nacional FM e MEC AM, selecionados aleatoriamente entre aqueles que já haviam feito contato com a Empresa. O resultado da avalição é um referencial sobre a qualidade dos produtos e do atendimento, conforme detalhado a seguir.

TV Brasil

Foram enviados 300 questionários, sendo que 18% foram respondidos. Dentre as respostas, 58% indicaram que assistem a TV Brasil na TV aberta, 44% em TV por assinatura, 12% por antena parabólica e 6% por antena parabólica com transmissão digital (DTH)[8], respostas não excludentes. Ainda dentre os formulários respondidos, 35,3% indicaram que a qualidade da imagem e do som é boa, 33,3 % muito boa, 23,5% regular e 7,8% responderam que é ruim. Com relação à programação, 52,9% afirmaram que é muito boa; 37,3% disseram que é boa; 7,8%, regular e 2%, ruim.

Rádios Nacional FM e MEC AM

Foram distribuídos 84 questionários para os ouvintes da Rádio Nacional FM que realizaram alguma demanda à Ouvidoria em 2016, resultando em 17% de respostas. As respostas demonstraram que 73,3% dos participantes ouvem a Rádio por meio do sinal de rádio e 53,3%, pela *internet*, respostas não excludentes. Também 80% responderam que a qualidade do sinal da Nacional FM é boa e 20%, ruim. Ainda, 86,7% acham a programação musical da Nacional FM boa e 13,3% acham-na regular.

Com relação à Rádio MEC AM, foram distribuídos 74 questionários para os ouvintes FM que realizaram alguma demanda à Ouvidoria em 2016, com retorno de 13%. A totalidade dos que responderam acha que a qualidade do sinal é boa. Sobre a programação da Rádio, 80% dos entrevistados afirmaram que é boa, 10%, regular e 10%, ruim. Quando questionados como ouvem a MEC AM, seis responderam que ouvem via *internet* e seis, pelo sinal tradicional de rádio.

Satisfação do atendimento da Ouvidoria

Na enquete de satisfação sobre o atendimento da Ouvidoria foram convidadas a participar 400 pessoas, obtendo-se 61 respostas. Dentre as respostas, 50,8% informaram conhecer a Ouvidoria por meio do Portal da EBC. Sobre o nível de satisfação com o atendimento e respostas da Ouvidoria, 45,9% responderam que estão satisfeitos, 29,5%, muito satisfeito 8,2%, muito insatisfeito e 16,4%, insatisfeito.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No exercício de 2016, a EBC adotou práticas de responsabilidade socioambiental por meio de medidas administrativas que resultaram no uso mais racional dos recursos naturais, na melhoria da qualidade de vida e da saúde dos empregados, no auxílio ao desenvolvimento profissional e social de jovens, e também em campanhas sociais, especialmente as voltadas às ações solidárias.

Para redução do uso de recursos naturais, a Empresa iniciou estudos para (adesão visando) implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sistema alinhado à Agenda A3P[9], que visa a utilização de sistema informativo em detrimento da utilização de papéis. Também foram adotadas medidas de gestão que visaram racionalizar o uso de recursos naturais, quais sejam: desligamento programado de sistemas de ar condicionado a partir das 19h; redução no número de lâmpadas; modernização dos banheiros, que implicam na redução do uso de água; construção do bicicletário, para estímulo ao uso de transporte não poluente, entre outras.

No campo "saúde e qualidade de vida", a Empresa aderiu a uma série de programas e campanhas para prevenção a doenças físicas, sociais e emocionais, bem como a medidas de prevenção de riscos ambientais, como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*.

Na vertente social, a EBC, apesar das severas restrições orçamentárias de 2016, envidou esforços para garantir a manutenção de programas de treinamento profissional e social dirigidos a jovens aprendizes e estagiários, bem como aderiu a campanhas beneficentes que auxiliaram os colaboradores terceirizados, como a iniciativa do "Natal Solidário", e a população em geral, com as campanhas "Agasalho Solidário" e "Doe Literatura".

Com vistas ao fortalecimento das ações a EBC pretende, no exercício de 2017, elaborar uma Política de Sustentabilidade Socioambiental e estabelecer mecanismos permanentes de promoção à sustentabilidade, buscando conformidade com os normativos legais e efetivo exercício da responsabilidade socioambiental.

TIPO	PROVIDÊNCIA
Medidas de Gestão	Desligamento programado de sistemas de ar-condicionado, a partir das 19h
	Redução do número de lâmpadas em uso
	Desligamento das luzes de dependências, quando não estiverem em uso, tais como salas de reuniões e banheiros
	Estudos para adesão ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, visando à implantação do Sistema
	Redução do consumo de água com a modernização dos banheiros, identificação e conserto de vazamentos
	Adaptação dos acessos para empregados com deficiência física
	Atendimento à demanda dos empregados que optaram em utilizar veículos não poluentes com a construção de bicicletário com 32 vagas
	Vestiário com chuveiros para atender aos empregados da EBC
Saúde e Qualidade de Vida	Campanha de mobilização de rede para enfrentamento do *Aedes Aegypti*
	Programa de saúde "Passaporte da Saúde" (113 atendimentos)
	Campanha "Outubro Rosa"
	Campanha "Novembro Azul"
	"Espaço da Fala" - Doenças emocionais
	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (482 atestados)
Programas sociais e Beneficentes	Programa de Estágio
	Programa de Jovens Aprendizes
	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA
	Campanha do "Agasalho Solidário"
	Campanha para doação de livros "Doe Literatura" (846 títulos)
	Campanha do "Natal Solidário" (142 cestas)

Quadro: Ações e Programas Socioambientais

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A qualidade e a relevância do conteúdo distribuído pela EBC foram reconhecidas institucionalmente, mediante a premiação de 13 conteúdos de TV, Rádio e Agência Brasil. Além de ficar entre os finalistas em quatro outros prêmios.

Destaca-se o programa "**Caminhos da Reportagem**", recorrente em premiações de relevância nacional e internacional que, no ano de 2016, ganhou seis prêmios, cinco deles como vencedor e uma menção honrosa.

8 Direct To Home – Modalidade de transmissão o de TV digital via satélite – Parabólica

9 A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente criado como resposta da administração pública à necessidade de enfrentamento das graves questões ambientais. Trata-se de programa de sustentabilidade na administração pública que tem como objetivos gastar menos energia para manter as instalações, reduzir os gastos, gerar o mínimo de rejeitos, adquirir produtos que causem menos danos ao meio ambiente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Premiações 2016					
Veículos	**Título**	**Concurso**	**Prêmio**	**Categoria**	**Descrição**
TV Brasil	Vencedora	18ª Edição do Prêmio S@mba-Net 2016	S@mba-Net Prêmio Especial de 2016	Especial	Prêmio S@mba-Net que, desde 1999, a seleção destaca os melhores das Escolas de Samba das Séries A e B do carnaval em várias categorias, o prêmio inclui a categoria **Especial** na qual a **TV Brasil campeão,** ***pela iniciativa e empenho na transmissão do Desfile das Escolas de Samba Campeãs do Carnaval do Rio de Janeiro.***
	Vencedora	Prêmio SRZD-Carnaval/SP 2016	Prêmio SRZD Melhor Cobertura Carnaval/ SP 2016	Cobertura Carnaval SP	Troféu pelo sucesso na realização da transmissão dos desfiles do Grupo de Acesso e Campeãs.
	Vencedora	Prêmio Machine – Bastidores do Carnaval Carioca 2016	Prêmio Machine Melhor Cobertura dos Bastidores do Carnaval Carioca 2016	Cobertura Jornalística	O canal foi um dos escolhidos para receber o Prêmio Machine - Bastidores do Carnaval Carioca na categoria "cobertura jornalística" pela transmissão do Desfile das Campeãs do Rio de Janeiro realizada no sábado, 13 de fevereiro.
Agência Brasil	Vencedora	Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo em Desenvolvimento Regional	Jornalismo em Desenvolvimento Regional	Categoria Extrarregional	O prêmio é concedido a produções jornalísticas que deram visibilidade a ações promotoras do desenvolvimento do Nordeste.
Rádios	Vencedor	Prêmio Estácio de Jornalismo 2016	Prêmio Estácio de Jornalismo	Rádio Nacional	**Reportagem:** ***Entre os Muros da Universidade*** Uma série de denúncias através no Facebook por estudantes da Universidade de Brasília (UnB), motivou a elaboração desta reportagem que ***foi ao ar no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher***, como forma de combate ao assédio sexual.
	2º Lugar	Prêmio SBR/Pfizer de Jornalismo 2016	Prêmio SBR/Pfizer de Jornalismo Melhor Reportagem sobre Doenças Reumáticas	Mídia eletrônica	**Reportagem:** "Alertas sobre a Artrite Reumatóide" Radialista: Luiza Inez Vilela Ramos Veículos: Rádio Nacional de Brasília Rádio MEC AM Rio)
Programas	**Título**	**Concurso**	**Prêmio**	**Categoria**	**Descrição**
Caminhos da Reportagem	Vencedor	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Programa Jornalístico	**Episódio:** ***Uma guerra sem herói.*** Prêmios TAL é uma cerimônia de premiação para as melhores produções das Televisões Públicas e Culturais da América Latina. TAL é a rede de Televisões Públicas e Culturais mais importante da América Latina. Uma organização sem fins lucrativos que reúne mais de 70 TVs e redes associadas que somam 283 canais em 20 países.
	Vencedor	Prêmio Petrobras de Jornalismo 2015 *(Realizado em 2016)*	Prêmio Petrobras de Jornalismo 2015 Reportagem de Televisão	Nacional/Cultura	O Programa ***Caminhos da Reportagem***, produzido pela TV Brasil, recebeu o ***Prêmio Petrobras de Jornalismo 2015*** na noite de 24 de maio de 2016 com o episódio ***"As canções que você fez pra mim"*** na categoria "***Nacional/Cultura: Reportagem de Televisão"***.
	Vencedor	Prêmio CNBB de Comunicação 2016	Troféu Clara de Assis	Televisão	Reportagem ***"Loucura e Liberdade - Saúde Mental em Barbacena"*** de Manuela Castro.
	Vencedor	3º Prêmio ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) de Jornalismo	Prêmio ABP de Jornalismo	Televisão	O programa ***Caminhos da Reportagem***, veiculado pela TV Brasil, venceu a 3º edição do Prêmio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) de Jornalismo na categoria TV com a matéria ***"Depressão, a dor da alma"***.
	Vencedor	8º Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo	Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo Melhor Reportagem	Sustentabilidade – Mudanças Ambientais – Telejornalismo	**Episódio:** ***Desta água não beberei***, sobre a qualidade dos rios que cortam o Brasil e a contaminação das águas no campo e na cidade em vários estados.
Detetives do Prédio Azul - DPA	Vencedor	Prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte)	Troféu APCA	Melhor Programa Infantil de Televisão 2016	Estreou na TV Brasil em 18 de março de 2015. Três amigos inseparáveis: moram em um prédio e desvendam vários mistérios. No clubinho secreto que fica em uma parte do pátio, camuflado e não conhecida pelos adultos, eles vestem suas capas especiais e se tornam os Detetives do Prédio Azul!
Jornalistas	**Título**	**Concurso**	**Prêmio**	**Categoria**	**Descrição**
Débora Brito	Vencedora	38º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Documentário de TV	Débora Brito (Débora Teles de Brito) ***Equipe:*** EBC ***Caminhos da Reportagem*** episódio ***"Mulheres do Zika"***
Luana Ibelli	Menção Honrosa	38º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Documentário de TV	Luana Ibelli (Luana Fernanda Ibelli) **Equipe:** EBC ***Caminhos da Reportagem*** episódio ***"Racismo na Escola"***
Nacionais			***13 Premiações***		***Venceu 12 Prêmios, 01 Segundo Lugar e 01 Menção Honrosa***
Internacionais			***01 Premiação***		***Vencedor***
Reconhecimento 2016					
EBC	**Destaque**	**Concurso**	**Prêmio**	**Categoria**	**Descrição**
Artemisa Azevedo	Finalista	10º Prêmio Abracopel de Jornalismo - 2016	Prêmio Abracopel de Jornalismo	Rádio	**Veículo:** ***Rádio Nacional da Amazônia*** **Programa:** ***Falando Francamente*** **Matéria:** Férias: pequenos cuidados podem evitar acidentes com crianças.
Maria Régia	Finalista	Troféu Mulher Imprensa 2016	Troféu Mulher Imprensa Radio Jornalismo	Âncora de Rádio	***Veículo: Rádio Nacional da Amazônia*** Jornalista e radialista, Mara Régia Di Perna é produtora e apresentadora dos programas Natureza Viva e Viva Maria que faz 35 anos em 2016.
Projeto Brasil 4D	Finalista	Innovation Awards 2016	IBC Innovation Award for Content Creation	Innovation for Content Creation	The BRAZIL 4D project aims to facilitate access to information and public servicesfor the low-income population, through interactive digital television (DTV), according to the ISDB-Tb and the interactivity of Ginga middleware, and thus contribute to the social and digital inclusion of people without access to information technology and communication, representing 42%*of the Brazilian population. Brazil 4D project has allowed the development of version "C" full of Ginga, the Brazilian middleware that provides full of audience interactivity with digital television, with return channel use. *(Source: ONU)
Caminhos da Reportagem	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Série Documental	***Episódio: Brasil Visual*** Prêmios TAL é uma cerimônia de premiação para as melhores produções das Televisões Públicas e Culturais da América Latina. TAL é a rede de Televisões Públicas e Culturais mais importante da América Latina. Uma organização sem fins lucrativos que reúne mais de 70 TVs e redes associadas que somam 283 canais em 20 países.
	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Programa Jornalístico	***Episódio: Loucura e liberdade: saúde mental em Barbacena.***
Brincando	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Produção Infantil	**Programa:** ***Brincado***
Samba na Gamboa	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Produção Inovadora	**Programa: Samba na Gamboa**
Nacionais			***Finalista em 02 Prêmios***		
Internacionais			***Finalista em 05 Prêmios***		

Tabela 3 – Prêmios e Reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Todos os resultados obtidos refletem o compromisso e o esforço coletivo permanente em cumprir a missão da EBC que, mesmo em momentos desfavoráveis, se mostrou capaz de avançar.

A EBC agradece, especialmente:

Aos Conselhos e Comitês pelas orientações que direcionaram a Empresa rumo ao alcance dos objetivos e resultados traçados para 2016.

Às emissoras parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública, de Rádio e TV, que contribuem permanentemente para que a programação da EBC se faça presente em todo o território nacional.

Aos gestores e demais empregados da EBC de Brasília/DF, do Rio de Janeiro/RJ, de São Paulo/SP e de São Luís/MA, que se empenharam por mais um ano, tanto nas atividades de apoio às operações, quanto na criação, produção, organização, programação e distribuição dos conteúdos veiculados pela Empresa, e por seu compromisso com a responsabilidade social.

Aos clientes, que investiram recursos na EBC e acreditaram na Comunicação Pública de qualidade voltada para os maiores interesses do país e de sua população.

Aos ouvintes, telespectadores e visitantes das páginas da EBC, destinatários finais de tudo o que é feito na Empresa, assim como aos que participaram de forma direta, por meio do canal da Ouvidoria.

Enfim, a EBC agradece a todos os parceiros, colaboradores, clientes e aos destinatários finais de sua programação pelo valor atribuído aos conteúdos ofertados por seus veículos de comunicação, produzidos para fortalecer a comunicação pública e contribuir com a formação crítica dos brasileiros.

Laerte Rimoli
Diretor-Presidente
Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.16

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO

	2016	2015
ATIVO	1.108.774	1.121.466
ATIVO CIRCULANTE	819.102	817.132
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 04)	773.262	751.947
Aplicações Financeiras (Nota 4.1.2)	742.548	743.810
Recursos Liberados Pelo Tesouro Nacional (Nota 4.2)	30.714	8.137
Créditos a Curto Prazo	7.446	32.631
Clientes – Duplicatas a Receber (Nota 05)	9.098	33.447
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (Nota 9.1)	-	12
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 3.2)	(1.652)	(828)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	33.698	27.160
Adiantamentos Concedidos	6.985	8.018
A Pessoal (Nota 6.1)	441	712
Transferências Voluntárias (Nota 6.2)	6.544	6.969
A Fornecedores (Nota 6.3)	-	337
Tributos a Recuperar/Compensar (Nota 3.7)	26.413	18.766
Outros Créditos a Receber (Nota 07)	300	376
Estoques – Almoxarifado (Nota 3.3)	4.691	5.208
Despesas Antecipadas (Nota 08)	5	186
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	289.672	304.334
Realizável a Longo Prazo	34.894	30.795
Empréstimos e Financiamentos (Nota 9.1)	1.138	1.135
Depósitos Para Interposição de Recursos (Nota 9.2)	13.802	11.977
Créditos em Liquidação (Nota 9.3)	19.736	17.455
Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo (Nota 9.4)	218	228
Investimentos	57	57
Participações Societárias (Nota 3.4)	57	57
Imobilizado (Nota 3.5)	120.845	146.235
Bens Móveis	101.324	125.951
Bens Móveis	335.855	333.216
Depreciações	(234.531)	(207.265)
Bens Imóveis	19.521	20.284
Bens Imóveis	34.538	34.531
Depreciações	(15.017)	(14.247)
Intangível (Nota 3.6)	133.876	127.247
Softwares	3.938	5.552
Softwares	15.415	15.416
Amortizações	(11.477)	(9.864)
Marcas, Direitos e Patentes	129.938	121.695
Marcas, Direitos e Patentes	197	172
Concessão de Direito de Uso	138.491	128.803
Amortizações	(8.750)	(7.280)

PASSIVO

	2016	2015
PASSIVO	1.108.774	1.121.466
PASSIVO CIRCULANTE	132.301	743.537
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar (Nota 10)	142	9.404
Salários, Remunerações e Benefícios (Nota 10.1)	135	297
Encargos Sociais a Recolher (Nota 10.2)	7	9.107
Fornecedores e Contas a Pagar (Nota 11)	23.310	54.132
Fornecedores	16.310	46.801
Outras Contas a Pagar	7.000	7.331
Obrigações Tributárias (Nota 12)	4	139
Provisões a Curto Prazo (Nota 13)	76.865	52.289
Demais Obrigações a Curto Prazo	31.980	627.573
Dividendos (Nota 14)	23.218	20.353
Consignações (Nota 15)	1.469	7.798
Previdência Social	52	1.223
Tributos do Tesouro Nacional	1.348	6.109
Tributos Estaduais e Municipais	49	150
Outros Consignatários	20	316
Depósitos Não Judiciais	7.213	2.538
Créditos de Veículos de Comunicação e Outros (Nota 16)	7.213	2.538
Outras Obrigações a Curto Prazo (Nota 17)	80	656
Repasses Recebidos Diferidos (Nota 18)	-	596.228
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	611.148	1.213
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (Nota 20.1)	-	1.213
Adiantamentos Recebidos (Nota 20.2)	611.148	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	365.325	376.716
Capital Realizado	300.000	300.000
Capital Social Subscrito (Nota 22.1)	300.000	300.000
Reservas de Lucros	65.325	76.716
Reserva Legal	18.296	18.296
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 22.2)	2.260	13.651
Reserva de Incentivos Fiscais	44.769	44.769

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de reais)

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	85.639	75.992
Serviços de Comunicação (Nota 26.2)	67.494	54.250
Serviços de Agenciamento de Publicidade Legal (Nota 26.1)	18.145	21.742
DEDUÇÕES DA RECEITA	(14.957)	(10.039)
Cancelamento de Receitas (Nota 27)	(3.547)	(896)
Abatimentos Incondicionais	(1.601)	(1.587)
Tributos Sobre Receitas de Serviços	(9.809)	(7.556)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	70.682	65.953
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Nota 31)	(279.319)	(230.474)
RESULTADO BRUTO	(208.637)	(164.521)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	96.015	36.117
Gerais e Administrativas	(357.257)	(357.103)
Pessoal (Nota 25.1)	(291.107)	(255.669)
Diárias	(504)	(786)
Remuneração de Conselheiros	(755)	(534)
Consumo de Materiais (Nota 25.3)	(431)	(1.017)
Serviços de Terceiros (Nota 25.2)	(46.071)	(75.431)
Impostos e Taxas	(519)	(2.453)
Depreciações e Amortizações	(17.870)	(21.213)
Transferências do Tesouro Nacional (Nota 21)	450.140	391.101
Subvenções Econômicas	363.117	357.545
Contribuição Para Fomento da Radiodifusão Pública	87.023	33.556
Outras Receitas Operacionais (Nota 28)	3.132	2.119
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(112.622)	(128.404)
Resultado Financeiro (Nota 4.1.2.1)	100.216	84.419
Receitas Financeiras	104.011	87.058
(-)Despesas Financeiras	(3.795)	(2.639)
OUTRAS RECEITAS (Nota 24)	1.213	7.901
OUTRAS DESPESAS (Nota 29)	(198)	(116)
RESULTADO ANTES DO I.R. E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.391)	(36.200)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Nota 22.2)	(11.391)	(36.200)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	2016	2015
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (Nota 22.2)	(11.391)	(36.200)
Ajustado por:		
Depreciações/Amortizações	31.221	33.275
Transferências do Tesouro Nacional (Nota 21)	(450.140)	(391.101)
Provisões	20.760	3.586
Juros Incorridos Não Pagos/Recebidos	(30)	(2.065)
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	824	619
Prejuízos/(Lucros) na Venda e/ou Baixa de Bens do Permanente	503	293
Baixa de Adiantamento Para Aumento de Capital	(1.213)	-
(Aumento)/Redução de Créditos em Circulação	18.441	(12.669)
Fornecimentos a Receber	24.349	145
Créditos Tributários a Compensar e a Recuperar	(7.035)	(18.766)
Créditos Diversos a Receber	81	4.781
Devedores – Entidades e Agentes	-	(5)
Empréstimos e Financiamentos	12	6
Adiantamentos Concedidos	1.034	1.170
(Aumento)/Redução nos Estoques de Materiais de Consumo	516	(752)
(Aumento)/Redução de Valores Pendentes a Curto Prazo - Ativo	181	(110)
(Aumento)/Redução de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(1.821)	(2.728)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	(1.825)	(2.691)
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	4	(37)
Aumento/(Redução) de Depósitos	(1.654)	2.638
Consignações	(6.329)	2.591
Depósitos de Diversas Origens	4.675	47
Aumento/(Redução) de Obrigações em Circulação	(36.977)	24.133
Fornecedores	(30.821)	26.302
Pessoal a Pagar	(162)	(896)
Encargos Sociais a Recolher	(5.284)	(1.697)
Obrigações Tributárias	(134)	79
Valores em Transito Exigíveis	-	(8)
Outras Obrigações	(576)	353
Aumento/(Redução) de Valores Pendentes a Curto Prazo-Passivo	(596.228)	199.410
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações a Longo Prazo (Nota 20.2)	611.148	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(415.860)	(181.671)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisições) de Ativos Permanentes	(12.964)	(21.102)
(Incorporações) de Ativos Permanentes	-	(7.920)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.964)	(29.022)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências do Tesouro Nacional (Nota 21)	450.140	391.101
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	450.140	391.101
FUXO DE CAIXA DO PERÍODO	21.316	180.408
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	21.316	180.408
No Inicio do Período	751.947	563.402
No Final do Período	773.263	743.810

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	2016	%	2015	%
RECEITAS	**75.027**	**25,43**	**75.974**	**32,01**
Venda de Serviços	85.639	29,03	75.992	32,02
Deduções da Receita Bruta	(14.957)	(5,07)	(10.039)	(4,23)
Outras Receitas	4.345	1,47	10.021	4,22
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**312.496**	**105,92**	**295.593**	**124,55**
Custos dos Serviços Vendidos	279.319	94,68	230.475	97,11
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	33.177	11,24	65.118	27,44
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(237.469)**	**(80,49)**	**(219.619)**	**(92,54)**
RETENÇÕES	**17.870**	**6,06**	**21.213**	**8,94**
Depreciações e Amortizações	17.870	6,06	21.213	8,94
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**(255.339)**	**(86,55)**	**(240.832)**	**(101,48)**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**550.356**	**186,55**	**478.159**	**201,48**
Receitas Financeiras	100.216	33,97	87.058	36,68
Subvenções do Tesouro Nacional	450.140	152,58	391.101	164,80
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**295.017**	**100,00**	**237.327**	**100,00**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**295.017**	**100,00**	**237.327**	**100,00**
Pessoal e Encargos	248.925	84,38	218.774	92,18
Impostos, Taxas e Contribuições	43.960	14,90	40.669	17,14
Juros e Aluguéis	13.523	4,58	14.084	5,93
Resultado Antes do IR e CSLL	(11.391)	(3,86)	(36.200)	(15,25)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS P/INVEST.	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31.12.14	200.000	18.296	49.851	144.769	-	412.916
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(36.200)	(36.200)
Aumento de Capital	100.000	-	-	(100.000)	-	-
Compensação Prejuízo do Exerc.	-	-	(36.200)	-	36.200	-
Saldos em 31.12.15	300.000	18.296	13.651	44.769	-	376.716
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(11.391)	(11.391)
Compensação de Prejuízo)	-	-	(11.391)	-	11.391	-
Saldos em 31.12.16	300.000	18.296	2.260	44.769	-	365.325

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 – Contexto Operacional

A Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC é uma empresa pública instituída pela Medida Provisória nº 398, de 10/10/2007, convertida na Lei nº 11.652, de 07/04/2008, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, por força do Art. 7º, inciso VIII, da Medida Provisória nº 726, de 12/05/2016, convertida na Lei nº 14.341, de 29/09/2016, e organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) devem ser de titularidade da União.

NOTA 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A EBC tem sua Contabilidade incorporada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de forma total, de onde são extraídos os Relatórios exigidos pela Lei nº 4.320/64, bem como o Balanço Patrimonial na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações emanadas das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e, com observância à legislação societária.

Em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016, de 06/11/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23, de 25/01/2008, deve-se esclarecer que não há divergência entre os valores do Balanço Patrimonial levantado sob os regimes das contabilidades pública e societária.

NOTA 03 – Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa são resumidas a seguir:

3.1 – Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

❖ Os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre os ativos e passivos, de curto e longo prazo, são apropriados "pro-rata die", e, quando for o caso, com base na cotação da moeda estrangeira, na data de encerramento do exercício.

❖ As provisões sobre férias e 13º salário, bem como os encargos, são reconhecidas por competência mensal, segundo o período de aquisição.

3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização de valores a receber, originários da venda de produtos, foi constituída sobre créditos vencidos até 31 de dezembro de 2015, excluindo-se clientes que sinalizaram positivamente quanto à liquidação dos débitos no decorrer de 2017.

3.3 – Estoques

O estoque é constituído pelo almoxarifado de materiais de consumo, valorizados ao custo médio de aquisição, tendo em vista a ausência de efeitos relevantes sobre os seus itens.

3.4 – Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição ou de integralização e são referentes a valores investidos no FINOR e FINAM.

3.5 – Imobilizado

Está demonstrado pelo valor de incorporação dos bens recebidos da União e pelo custo de aquisição e/ou construção para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, diminuídos da depreciação acumulada, cujo cálculo foi realizado pelo método linear. É composto como segue:

Em R$ 1,00

RUBRICA	TX DEP %	2016			2015			
		CUSTO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	TRANSF.	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO
MÓVEIS E UTENSILIOS	**10**	**11.574.562,30**	**(7.185.632,41)**	**4.388.929,89**	**11.405.327,40**	-	**(6.079.100,62)**	**5.326.226,78**
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	**20**	**35.631.854,93**	**(33.070.979,67)**	**2.560.875,26**	**34.844.266,98**	-	**(31.230.826,84)**	**3.613.440,14**
VEÍCULOS	**20**	**10.716.696,53**	**(10.408.495,56)**	**308.200,97**	**10.591.276,03**	**125.420,50**	**(9.917.839,53)**	**798.857,00**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**10**	**269.989.745,15**	**(183.788.883,55)**	**86.200.861,60**	**276.161.588,64**	**(7.854.679,25)**	**(159.881.885,50)**	**108.425.023,89**
OUTROS	**10**	**7.942.658,70**	**(77.454,65)**	**7.865.204,05**	**213.399,95**	**7.729.258,75**	**(155.350,28)**	**7.787.308,42**
TERRENOS	**0**	**14.689.183,80**	-	14.689.183,80	**14.689.183,80**	-	-	**14.689.183,80**
EDIFICAÇÕES	**4**	**12.091.611,95**	**(8.513.451,85)**	3.578.160,10	**12.084.392,32**	-	**(8.162.945,11)**	**3.921.447,21**
INSTALAÇÕES	**10**	**3.182.872,16**	**(2.962.192,35)**	**220.679,81**	**3.182.872,16**	-	**(2.921.490,57)**	**261.381,59**
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	**10**	**4.574.536,95**	**(3.541.921,93)**	**1.032.615,02**	**4.574.536,95**	-	**(3.162.454,83)**	**1.412.082,12**
TOTAL		**370.393.722,47**	**(249.549.011,97)**	**120.844.710,50**	**367.746.844,23**	-	**(221.511.893,28)**	**146.234.950,95**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A movimentação do imobilizado para o exercício de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Em R$ 1,00

	2016	2015
Saldo Inicial Líquido	146.234.950,95	165.466.895,23
Adições:		
Aquisições	2.756.223,96	10.598.050,00
Baixas Líquidas	(8.692,40)	(59.190,50)
(-) Depreciações/Amortizações	(28.137.772,01)	(29.770.803,78)
Saldo Final Líquido	120.844.710,50	146.234.950,95

3.6 – Intangível

Refere-se aos registros de marcas da Empresa, softwares, domínios e direitos de uso, principalmente no que pertine ao uso de nomes de programas de rádio e televisão, e produções sonoras e audiovisuais. É composto como segue:

Em R$ 1,00

RUBRICA	TX AMORT %	2016			2015		
		CUSTO	AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO
SOFTWARES	20	15.415.665,76	(11.477.473,23)	3.938.192,53	15.415.665,76	(9.863.512,20)	5.552.153,56
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUST	10	197.192,68	(99.031,81)	98.160,87	172.384,68	(82.650,36)	89.734,32
CONCESSAO DIR. USO DE COMUNICACAO	*	138.490.548,00	(8.650.839,40)	129.839.708,60	128.802.666,22	(7.197.812,27)	121.604.853,95
TOTAL		154.103.406,44	(20.227.344,44)	133.876.062,00	144.390.716,66	(17.143.974,83)	127.246.741,83

*Taxa estabelecida em função do tempo contratual.

A movimentação do intangível para o exercício de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Em R$ 1,00

	2016	2015
Saldo Inicial Líquido	127.246.741,83	109.954.651,66
Adições:		
Aquisições	10.212.689,78	20.796.737,24
Baixas Líquidas	(500.000,00)	-
(-) Amortizações	(3.083.369,61)	(3.504.647,07)
Saldo Final Líquido	133.876.062,00	127.246.741,83

3.7 – Tributos a Recuperar/Compensar

Os créditos tributários originaram-se principalmente das antecipações por estimativa de IRPJ e CSLL, reguladas pelos artigos 222 a 230 do Decreto nº 3.000/99, além das retenções incidentes sobre os valores recebidos pela venda de serviços a órgãos da Administração Pública Federal, disciplinadas pela Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, da Receita Federal do Brasil. Esses créditos serão utilizados para compensar tributos apurados a partir do ano de 2017.

NOTA 04 – Caixa e Equivalente de Caixa

4.1 – O valor de R$ 773.262.417,45 compõe-se das aplicações financeiras e da disponibilidade do limite de saque com vinculação de pagamento, do seguinte modo:

4.1.2 – Aplicações Financeiras - as aplicações financeiras, R$ 742.548.188,86, compõem-se dos seguintes valores:

4.1.2.1 – O valor de R$ 725.696.061,69 refere-se à aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, disciplinada pelo Art. 5º-A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12, da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza "as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional." Esses recursos são originários da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, somente para fins de aplicação financeira uma vez que não se incluem no Orçamento autorizado para a EBC, exercício de 2016. Os rendimentos são apropriados pela empresa no respectivo período de competência, pois são estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA, em cada exercício financeiro.

4.1.2.2 – O valor de R$ 16.852.127,17 procede de aplicações financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pelo Banco do Brasil S.A., na forma do que dispõem o Decreto-Lei nº 1290, de 1973, e a Resolução nº 3284, de 2005, do Conselho Monetário Nacional. O aumento/redução dessa rubrica vincula-se ao recebimento de receitas próprias e à necessidade de recursos para o pagamento de obrigações contratuais.

4.2 –- Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional – R$ 30.714.228,59 referem-se ao recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, que se destinam ao pagamento de despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços, investimentos, entre outras. A variação no valor do saldo desta rubrica vincula-se ao montante de recursos repassados pela Setorial de Programação Financeira e à necessidade de pagamentos lastreados na Fonte Tesouro.

NOTA 05 – Clientes – Faturas/Duplicatas a Receber

Representa os créditos da EBC junto aos clientes dos serviços de publicidade legal e de outros serviços de comunicação. A redução do saldo origina-se do aumento do fluxo de pagamentos do Contrato SECOM que, em 2015 foi de R$ 38,7 milhões e em 2016 de R$ 78,8 milhões.

NOTA 06 – Adiantamentos Concedidos

6.1 – A Pessoal – refere-se a adiantamento de férias e de 13º salário. Este último encontra-se em fase de análise para descontos e/ou da adoção de outras medidas que se fizerem necessárias.

6.2 – Transferências Voluntárias - referem-se a convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de fomentar a produção de conteúdos educativos, culturais, artísticos e informativos. Os valores são baixados mediante a apresentação da prestação de contas devidamente aprovada pela autoridade competente. Neste exercício houve baixa contábil de R$ 425.622,00 referentes à prestação de contas dos convênios firmados com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabatinga, R$ 44.590,00, e com a Fundação Israel Pinheiro, R$ 381.032,00.

6.3 – A Fornecedores – o saldo do exercício de 2015 foi baixado em 2016 e correspondia a valores pagos pelo direito de transmissão radiofônica, sem exclusividade, dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e de transmissão em TV aberta, sem exclusividade, dos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

NOTA 07 – Outros Créditos a Receber

Compõem-se dos seguintes valores: R$ 63.899,24 – débitos de terceiros, em decorrência de prejuízos causados à empresa, e que se encontra em cobrança judicial; R$ 118.334,80 - ressarcimento de despesas com pessoal cedido da EBC para outros órgãos; R$ 47.489,74 - multa de 50% sobre o saldo de FGTS cujas rescisões de contrato de trabalho foram canceladas; R$ 69.448,82 - saldos negativos de rescisões de contratos de trabalho; R$ 748,00 - débitos atribuídos a empregados, e R$ 20,47 referentes a saldo de suprimento de fundos que será baixado em janeiro/2017.

NOTA 08 – Despesas Antecipadas

São pagamentos de despesas que contribuem para a formação de resultados em mais de um período e são reconhecidas no período de competência.

NOTA 09 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

9.1 – Empréstimos e Financiamentos

O valor de R$ 1.137.697,13 representa os contratos de alienação de imóveis funcionais, em cumprimento a Lei nº 8.025/90, regulamentada pelo Decreto nº 99.266/90, e a venda de imóveis comerciais ocorridas no exercício de 2003. Os contratos são administrados pela Caixa Econômica Federal. Em 2015 o valor de R$ 12.168,57, no Ativo Circulante, referia-se às parcelas vencíveis até o fim de 2016.

9.2 – Depósitos para Interposição de Recursos - trata-se de depósitos realizados para proporcionar à empresa o direito de recorrer de decisões judiciais. O acréscimo verificado no período comparativo origina-se de novos depósitos realizados.

9.3 – Créditos em Liquidação – refere-se a "devedores por aquisição de bens" que são pessoas jurídicas de direito público interno que adquiriram, em certame licitatório, emissoras de rádio incluídas no plano de desmobilização implementado em 1989. Esses créditos estão sendo cobrados judicialmente.

9.4 – Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo – essa rubrica compõe-se dos seguintes valores:

9.4.1 – R$ 84.925,16 referentes à venda de Participações Societárias Minoritárias, efetuadas pelo BNDES, em cumprimento do Decreto nº 1068/94, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série "P", resgatáveis em 15 anos, que se encontram sob a custódia do Banco do Brasil S/A.

9.4.2 – R$ 111.897,34 corresponde a títulos de clientes que se encontram em cobrança judicial, e,

9.4.3 – R$ 21.575,26 refere-se a débito de ex-empregado, que se vincula à cobrança de saldo negativo de rescisão de contrato de trabalho, em cobrança judicial.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar

10.1 – Salários, Remunerações e Benefícios - registra as obrigações decorrentes da folha de pagamentos. O saldo apontado deverá ser pago no mês subsequente.

10.2 – Encargos Sociais a Recolher – refere-se a encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos, que devem ser recolhidos até a data do respectivo vencimento.

NOTA 11 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

São valores devidos aos fornecedores de bens e serviços. A redução de 56,9% encontra representatividade no pagamento de obrigações contratuais vencidas no exercício anterior.

Nesta Rubrica consta o valor de R$ 7.000.000,00 que corresponde a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão nº 17/2009, vigente até 31/12/2013. O pagamento desse valor aguarda o saneamento de pendências decorrentes do encerramento do referido contrato, conforme consta da Nota 24.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 12 – Obrigações Tributárias

Refere-se à retenção de tributos objeto da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 2012. Os valores serão recolhidos no ato do pagamento ao fornecedor.

NOTA 13 – Provisões

Provisões constituídas para riscos trabalhistas, riscos cíveis e férias, como segue:

13.1 – As despesas com a provisão para riscos trabalhistas, consideradas prováveis, somam ate 31/12/2016 o valor de R$ 32.068.864,98, e, representam as ações em fase de execução. Aquelas classificadas a título de perdas possíveis, como se verifica no Memorando nº 1078/2016/Consultoria Conjunta Contenciosa/CONJU/PRESI/EBC, atingem o valor de R$ 64.857.805,41. Seguindo-se a orientação dada pelo Pronunciamento Contábil CPC 25 este valor não deve ser contabilizado, apenas divulgado em nota explicativa.

13.2 – Provisão para Riscos Cíveis – as ações cíveis, classificadas como perda provável, totalizam em 31/12/2016 o valor de R$ 15.122.583,10, e, aquelas consideradas como perdas possíveis somam R$ 20.156.786,28, conforme consta do Memorando nº 1078/2016/Consultoria Conjunta Contenciosa/CONJU/PRESI/EBC.

13.3 – Provisão para Férias – a provisão para férias e encargos sociais soma neste exercício R$ 29.673.144,35.

NOTA 14 – Dividendos

Refere-se ao dividendo obrigatório apurado com base no lucro líquido ajustado de 2014, pendente de pagamento em função da falta de disponibilidade orçamentária.

Ao longo dos exercícios de 2015 e 2016 a Empresa fez a solicitação de crédito suplementar mas não obteve êxito, ou seja, no Diário Oficial da União, de 24/12/2015, foi publicado crédito suplementar no valor de R$ 40.940.000,00, entretanto não houve a liberação de quotas dos limites orçamentário e financeiro. Em 2016 foi protocolado no Sistema de Planejamento e Orçamento – SIOP o pedido de Crédito Suplementar nº 64097, no valor de R$ 23,2 milhões, com vistas à quitação desse débito, porém a solicitação não foi atendida.

NOTA 15 – Consignações

São valores que se consignam à empresa, por meio de descontos em sua folha de pagamentos e das retenções tributárias legalmente disciplinadas (desconto de empréstimos pessoais, INSS, imposto de renda, previdência privada e outros semelhantes). Os valores são pagos até as datas dos respectivos vencimentos.

NOTA 16 – Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros

Constitui-se, de modo relevante, dos valores a serem repassados aos veículos de comunicação que executam os serviços de publicidade legal, devidos pela EBC em função da sua condição de agência de publicidade. O acréscimo/diminuição dessa rubrica vincula-se ao fluxo de pagamento no período, por parte dos clientes.

NOTA 17 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Destacam-se nessa rubrica rescisões de contratos de trabalho, R$ 51.135,98; multa de 40% sobre o saldo de FGTS a título de indenização, R$ 28.858,53; e R$ 68,30 referem-se a créditos disponibilizados para o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, no aguardo da fatura correspondente.

NOTA 18 – Repasses Recebidos Diferidos

O saldo apresentado em 31.12.15 refere-se ao diferimento de repasses financeiros recebidos da Fonte Tesouro, para os quais não houve execução e/ou autorização orçamentária no exercício de 2015. Destacam-se nesta rubrica os valores da Fonte 0172 – Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, R$ 595.478.730,85, destinados somente a aplicações financeiras, na forma citada na Nota Explicativa 4.1.2. No exercício corrente o mencionado saldo foi baixado e transferido para receita a título de Repasse Diferido.

NOTA 19 – Plano de Aposentadorias e Pensões

A EBC deu continuidade ao Plano de Aposentadorias e Pensões originário da incorporada RADIOBRÁS, RADIOBRASPREV, atualmente intitulado EBC PREV. O Plano de Benefícios e Custeio assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica.

A gestão financeira dos recursos do fundo cabe à BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil, a quem compete também promover o controle de contribuições, concessão, manutenção, cancelamento e pagamento dos benefícios.

Pelos serviços prestados, são devidas as seguintes taxas à BB Previdência:

- Administração do Ativo: 0,5% ao ano sobre o saldo diário do fundo, mensalmente levado a débito do patrimônio;
- Administração do Passivo: 2,0% sobre o valor das contribuições mensais e esporádicas vertidas pela patrocinadora e pelos participantes;
- Excedente Financeiro: 15% sobre os ganhos decorrentes de aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas que ultrapassarem a variação da TR, acrescida da taxa de 6% ao ano.

As contribuições efetuadas pela patrocinadora e pelos participantes, em 2016 e 2015, foram:

Em R$ 1,00

RUBRICA	2016	2015
Contribuições dos Participantes	8.429.029,06	8.570.585,15
Contribuições da Patrocinadora	6.352.429,42	6.795.266,23

Os valores pagos à BB Previdência registrados na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE restringem-se às Contribuições da Patrocinadora. Estas, como se verifica, estão detalhadas em parte na rubrica "Outras Receitas/Despesas Operacionais", como "Previdência Complementar" (R$ 3.564.643,68) e parte compondo a rubrica "Custo dos Serviços Prestados" (R$ 2.787.785,74), conforme especificado na Nota 31.

NOTA 20 – Adiantamentos Recebidos

20.1 – Bens para Futuro Aumento de Capital – até o ano de 2015 o valor de R$ 1.212.933,02 permaneceu nessa Rubrica tendo em vista os seguintes fatos: no exercício de 2010 a EBC recebeu bens da União, na forma que determinam os §§ 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11652, de 2008, e destinou-os a aumento do Capital Social, conforme consta do Processo/EBC nº 2500/2010. Entretanto, a realização da Assembleia Geral para deliberar sobre o aumento do Capital Social condicionava-se à edição de Decreto Autorizativo, previsto no Decreto-Lei nº 1.678/1979, que foi solicitado pela empresa junto ao órgão competente. Em 2016, a empresa, considerando o tempo decorrido entre o recebimento dos bens e a permanência da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, verificou a situação desses bens e constatou que o valor contábil dos mesmos já não oferecia sustentação adequada ao aumento do Capital. Dos 4.082 bens recebidos 3.620 apesentavam valor inferior a R$ 440,00 e destes 2.109 tinham valor inferior a R$ 20,00. Dessa forma, a empresa solicitou o cancelamento da edição do Decreto Autorizativo e procedeu a baixa do valor de R$ 1.212.933,02 na Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital contabilizando-o em uma Conta de Variação Patrimonial Ativa a título de Incorporação de Bens, de acordo com a Deliberação DIREX Nº 39/2016.

20.2 – Adiantamento Recebido de Órgão, Entidade – refere-se ao valor do Recurso Diferido no exercício de 2016, contabilizado na Conta 82111.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar. O valor total de R$ 611.147.800,53 origina-se da Fonte 0172 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e foi repassado, pela Secretaria do Tesouro Nacional, somente para fins de aplicação financeira, conforme cita o Art. 5º -A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12 da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.

Os mencionados recursos, exceto para fins de aplicação financeira, encontram-se indisponíveis para a empresa em consequência da falta de autorização orçamentária para sua utilização, uma vez que a Lei Orçamentária Anual ou demais instrumentos afins não consignam no Orçamento da EBC o referido valor.

NOTA 21 – Transferências do Tesouro Nacional

21.1 – A Empresa recebeu neste exercício R$ 450.139.633,24 a título de subvenção econômica, que somados aos recursos diferidos, R$ 611.147.800,53, totalizam transferências financeiras no total de R$ 1.061.287.434,77, da seguinte forma:

21.1.1 – Repasses Recebidos – esses recursos somam no período, R$ 363.116.851,47 excluindo-se a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, citada no item 21.2, e foram transferidos sob as seguintes classificações: Pessoal – R$ 264.773.307,97; Custeio – R$ 97.752.465,52; e Investimentos – R$ 591.077,98.

21.1.2 – Dentre os valores informados no item 21.1.1 encontram-se cifras que foram transferidas para a EBC, por meio de TED – Termo de Execução Descentralizada, feitas pelos seguintes órgãos: SEPIR, R$ 240.000,00; ANCINE – R$ 3.096.111,11; Fundação Osvaldo Cruz – R$ 295.742,32; e FNDE – R$ 295.335,66, destinadas à produção de conteúdos audiovisuais.

21.2 – Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – CFRP – neste exercício foi repassado à EBC o valor total de R$ 102.691.851,45, classificados da seguinte forma: R$ 8.000.000,00 a título de Investimento; R$ 79.022.781,77 destinados a Custeio e R$ 15.669.069,68 foram destinados somente para fins de aplicação financeira, conforme consta da Nota Explicativa 20.2.

NOTA 22 – Patrimônio Liquido

22.1 – Capital Social

O Capital Social Integralizado é de R$ 300.000.000,00, dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencente exclusivamente à União e compõe-se da dotação inicial autorizada pelo Decreto nº 6.246, de 24/10/2007, no montante de R$ 20.000.000,00, acrescido do lucro de 2007, no valor de R$ 79.636,14, do lucro de 2008, no valor de R$ 490.314,56, do lucro de 2009 no valor de R$ 109.025.131,72, de parte do lucro de 2010 no valor de R$ 23.140.791,74, de R$ 47.264.125,84, proveniente da incorporação do Patrimônio Líquido da Empresa Brasileira de Comunicação S/A – RADIOBRÁS, e, da incorporação da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R$ 100.000.000,00, conforme consta da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27/04/2015.

22.2 – Resultado do Período

A empresa apurou R$ 11.391.544,28 de prejuízo neste exercício. Contribuíram de forma decisiva para a formação do prejuízo as despesas de natureza extraorçamentária, destacando-se entre estas as provisões para férias e encargos sociais, ações judiciais trabalhistas e cíveis, as quais totalizam no exercício R$ 20.759.670,32, e, a depreciação/amortização de bens, R$ 31.221.141,62.

A absorção do prejuízo no valor de R$ 11.391.544,28 será realizada pela Reserva de Lucro, na forma que disciplina o parágrafo único da art. 189 da Lei nº 6.404/1976. Esta Reserva, em 31/12/16, antes da compensação do prejuízo, apresentava saldo no valor de R$ 13.651.100,69.

NOTA 23 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Adotou-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Após as adições e exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se um Prejuízo Fiscal de R$ 25.428.870,10 e Base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de R$ 22.749.779,42, gerando Saldo Negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ de R$ 5.911.815,92 e Saldo Negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de R$ 11.023.209,05, a serem utilizados nos exercícios seguintes, para compensação de valores de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme disposições da Instrução Normativa/Receita Federal do Brasil nº 1.300/2012.

Demonstração do Lucro Real / Base de Cálculo da CSLL em 31/12/2016

Em R$ 1,00

	IRPJ		CSLL	
Exercício	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Prejuízo Líquido antes da CSLL/IRPJ	**(11.391.544,28)**	**(36.199.904,20)**	**(11.391.544,28)**	**(36.199.904,20)**
Total das Adições	7.897.704,18	8.518.447,41	7.897.704,18	8.518.447,41
Total das Exclusões	(21.935.030,00)	(24.455.085,29)	(19.255.939,32)	(23.643.189,41)
Base de Cálculo antes da Compensação	**(25.428.870,10)**	**(52.136.542,08)**	**(22.749.779,42)**	**(51.324.646,20)**
Prejuízo/Lucro Real / CSLL Real	**(25.428.870,10)**	**(52.136.542,08)**	**(22.749.779,42)**	**(51.324.646,20)**
(-)IRPJ/CSLL Retidos/Antecipações/ Incentivos Fiscais	(5.911.815,92)	**(9.029.343,03)**	(11.023.209,05)	(9.690.351,71)

Fonte: Livro de Apuração do Lucro Real – Gerência de Controladoria / Coordenação de Tributos

Destacam-se entre as exclusões previstas pela legislação do IRPJ e da CSLL as Subvenções para Investimentos, R$ 15.736.656,97 e o Ressarcimento da Propaganda Eleitoral Gratuita de R$ 2.672.236,60.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 24 – Incorporação de Bens – Contrato de Gestão

Em cumprimento ao que determina o Art. 26 da Lei nº 11.652, de 2008, a empresa encerrou em 31/12/2013 o Contrato de Gestão nº 17/2009 mantido com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, que se destinava ao fomento e à execução de atividades de produção e transmissão de conteúdos de radiodifusão educativa, cultural e informativa, de pesquisa, capacitação, planejamento e desenvolvimento tecnológico no âmbito público e privado, com vistas à gestão de aperfeiçoamento do sistema público de comunicação.

Os Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11.652/2008 citam que: a) Parágrafo 3º - Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a ACERP pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo; b) Parágrafo 4º - Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à ACERP sujeitos ao disposto na alínea *i* do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Em função do que disciplina o Parágrafo 3º acima citado, nos exercícios de 2014 e 2015, a empresa contabilizou a incorporação de bens no valor de R$ 9.076.302,27, da seguinte forma: na Rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital R$ 1.212.933,02, com nova situação apontada na Nota Explicativa 20.1, e na Rubrica Bens Móveis a Classificar R$ 7.863.369,25.

Os bens registrados na Conta Bens Móveis a Classificar referem-se a bens considerados, em laudo de avaliação objeto do Processo/EBC nº 2500/2010, como inservíveis e/ou de consumo, entretanto os órgãos de controle recomendaram o registro dos bens no ativo imobilizado, até que sejam avaliados e tenham destino certo. Para avaliação e destinação dos bens a empresa constituiu comissões de empregados, emitindo para tanto, em janeiro/2015, as Portarias-Presidente nºs 004, 005 e 006. Os trabalhos desenvolvidos por essas comissões encontram-se em fase de conclusão no encerramento deste exercício.

As transferências legisladas no Parágrafo 4º supramencionado não foram cumpridas. Com vistas à solução dessa pendência a EBC ingressou com as seguintes ações judiciais em desfavor da ACERP:

a) processo n.º **43125-13.2015.4.01.3400** em trâmite na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que tem por objeto a incorporação ao patrimônio da União e transferência à EBC dos saldos, recursos e excedentes financeiros havidos em função da aplicação de recursos públicos originários do Contrato de Gestão n.º 17/2009, inclusive os advindos de outros contratos firmados com fundamento no referido Contrato de Gestão, bem como aqueles decorrentes de reconhecimento judicial da imunidade de tributos da Organização Social. Essa ação foi ajuizada pela EBC em 29/07/2015 atribuindo-se valor à causa de R$ 92.082.920,23 (noventa e dois milhões, oitenta e dois mil, novecentos e vinte reais e vinte e três centavos). O Processo encontra-se em fase instrutória, sendo que o andamento processual atual é a juntada da especificação de provas da EBC e da ACERP.

b) processo n.º **0079815-18.2016.4.02.5101** em trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que tem por objeto a obrigatoriedade de transcrição da titularidade à EBC do bem imóvel registrado sob a matrícula nº 20342 no Cartório do 2º Ofício da Capital do Rio de Janeiro situado no Rio de Janeiro/RJ no prédio da Rua da Relação nº 18 (térreo – parcial; sobreloja – parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 8º pavimento; 11º pavimento; 12º pavimento e terraço – parcial), e prédio da Rua do Lavradio nº 80(térreo – parcial; sobreloja - parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 4º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 7º pavimento; 8º pavimento; 9º pavimento e 10º pavimento). Essa ação foi ajuizada em 15/06/2016 e o valor atribuído à causa foi de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para fins de alçada. A ACERP foi citada por carta precatória, sendo que está correndo prazo para apresentar contestação. Esses imóveis foram adquiridos pelo valor total de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), conforme se verifica no Termo de Compromisso de Compra e Venda.

NOTA 25 – Despesas Gerais e Administrativas

25.1 – Pessoal

Em R$ 1,00

Rubrica	2016			2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP
Pessoal	**423.831.153,45**	**(132.723.689,34)**	**291.107.464,11**	**376.015.731,02**	**(120.346.562,05)**	**255.669.168,97**
Salários e Ordenados	257.255.556,45	(87.981.586,77)	169.273.969,68	236.939.274,37	(80.352.776,20)	156.586.498,17
Benefícios Sociais	57.911.519,07	(14.873.334,61)	43.038.184,46	48.900.344,54	(13.225.389,17)	35.674.955,37
Previdência Complementar	6.352.429,42	(2.787.785,74)	3.564.643,68	6.795.266,23	(2.535.461,80)	4.259.804,43
Encargos Sociais	82.213.436,99	(27.080.982,22)	55.132.454,77	74.432.110,86	(24.232.934,88)	50.199.175,98
Indenizações Trabalhistas	20.098.211,52	-	20.098.211,52	8.948.735,02	-	8.948.735,02

As despesas com pessoal somaram no ano de 2016 R$ 423.831.153,45, sendo R$ 132.723.689,34 evidenciados na rubrica "Custo dos Serviços Prestados", conforme especificado na Nota 31, e R$ 291.107.464,11 evidenciados na rubrica "Outras Receitas/Despesas Operacionais", no item "Pessoal". O somatório das despesas com pessoal (R$ 423.831.153,45) abrange, para além das despesas efetivamente pagas no exercício, as provisões para férias e sentenças trabalhistas, uma vez que estas são contabilizadas no período em que são reconhecidas, ou seja, no seu período de competência. O pagamento de ações trabalhistas será realizado mediante sentença judicial.

O valor total das despesas do exercício de 2016, R$ 423.831.153,45, comparado com o mesmo período de 2015, R$ R$ 376.015.731,02, apresenta variação de 12,7%, que decorre de incrementos ocorridos em 2016, entre eles:

a) desligamento de ocupantes de Funções Comissionadas (sem vínculo) que impactou a rubrica de Indenizações Trabalhistas;

b) reajuste salarial promovido na folha de dezembro de 2016, retroativo a novembro de 2016, no total de 6,87%, incluindo a tabela de funções comissionadas, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST;

c) implementação, em dezembro de 2016, retroativa a outubro de 2016, da progressão salarial de uma referência para todos os empregados da Empresa que tivessem mais de um ano de exercício na EBC até o dia 01/10/2016, o que consumiu 1% do valor da folha de pagamento, conforme determina o inciso IV, Art. 1º da Resolução n. 009/CCE.

No que tange aos gastos com Benefícios Sociais, as justificativas apresentadas acima também são aplicáveis, além dos seguintes fatores:

– reajuste em 7,87% no auxílio-alimentação, correspondente à variação integral do IPCA no período, e manutenção das cestas alimentação extras, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST;

– reajuste de 7,87%, correspondente à variação integral do IPCA no período, sobre o auxílio deficiência e auxílio creche, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST.

25.2 – Serviços de Terceiros

Em R$ 1,00

Rubrica	2016			2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP
Serviços de Terceiros	**177.075.816,08**	**(131.004.861,61)**	**46.070.954,47**	**170.728.164,05**	**(95.297.330,58)**	**75.430.833,47**
Públicos	57.026.425,02	(50.331.639,05)	6.694.785,97	45.624.971,28	(43.828.898,40)	1.796.072,88
Transportes	8.920.740,62	(2.184.731,54)	6.736.009,08	8.633.327,05	(3.916.105,14)	4.717.221,91
Técnicos	46.392.843,17	(45.219.286,28)	1.173.556,89	47.124.602,06	(10.852.433,85)	36.272.168,21
Seguros	-	-	-	369.692,49	(138.781,89)	230.910,60
Conservação e Manutenção	28.746.853,31	(14.399.690,84)	14.347.162,47	24.273.151,96	(12.713.414,99)	11.559.736,97
Locação de Bens e Serviços	26.196.559,89	(12.673.939,85)	13.522.620,04	26.292.665,77	(14.847.952,09)	11.444.713,68
Gerais	9.792.394,07	(6.195.574,05)	3.596.820,02	18.409.753,44	(8.999.744,22)	9.410.009,22

Os Serviços de Terceiros totalizam no ano de 2016 R$ 177.075.816,08 e no mesmo período de 2015 R$ 170.728.164,05. A variação de 3,72%, ocorrida no período comparativo, encontra representatividade nos seguintes fatores: a) repactuação de 27 contratos de terceirização de mão de obra, com crescimento médio de 8,67% sobre os valores vigentes; b) reajuste da ordem de 5,3% para os contratos de locação de imóveis e de outros serviços, exceto terceirização de mão-de-obra; c) encontra-se nesse Grupo, também, o crescimento de 24,6% na provisão para ações cíveis com a inclusão de nova ação neste exercício.

No que concerne à redução de despesas, verifica-se que no ano de 2016 foi promovida a supressão de objeto em diversos contratos administrativos, em um percentual de 21%, além da rescisão de 07 contratos de produção de conteúdo.

25.3 – Consumo de Materiais

Em R$ 1,00

Rubrica	2016			2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP
Consumo de Materiais	**897.901,73**	**(466.899,85)**	**431.001,88**	1.783.183,04	(766.605,85)	1.016.577,19

As despesas contabilizadas nesta rubrica totalizam no exercício de 2016 R$ 897.901,73 que, deduzidos do custo dos serviços prestados, R$ 466.899,85, resultam em R$ 431.001,88, os quais se encontram evidenciados na DRE, na rubrica Outras Receitas/Despesas Operacionais, no item Consumo de Materiais. Em 2015 o total foi de R$ 1.783.183,04 e foram atribuídos ao custo dos serviços prestados o valor de R$ 766.605,85 resultando no saldo de R$ 1.016.577,19, que se encontra evidenciado na DRE na mesma rubrica e no mesmo item aqui citado.

A redução de 49,6% no consumo de materiais, no período comparativo, deve-se à seguinte situação: no exercício de 2015 havia grande demanda de materiais represada em consequência da falta de estoque. Regularizado esse fato as requisições foram atendidas gerando valor elevado do consumo. No ano de 2016 o estoque formado no ano anterior permitiu o atendimento tempestivo às requisições de materiais.

NOTA 26 – Receita dos Serviços

26.1 – A redução da receita originária dos serviços de publicidade legal foi ocasionada pela queda de 14% na venda desses serviços, motivada pela redução da demanda por parte dos clientes e aumento dos percentuais de descontos concedidos pelos veículos de comunicação.

26.2 – A variação positiva de 24,4% ocorrida na receita dos serviços de comunicação relaciona-se com o aumento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do faturamento do Contrato SECOM que, em 2015 foi de R$ 41,9 milhões e em 2016 de R$ 52,4 milhões. Outro fator que contribuiu para esse crescimento foi a prestação de serviços durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

NOTA 27 – Cancelamento de Receitas

Registra o cancelamento de notas fiscais emitidas com algum tipo de inconsistência nos dados da nota fiscal (descrição dos serviços, data, valor e outros semelhantes). O crescimento no período comparativo encontra representatividade no cancelamento da Nota Fiscal nº 1808, no valor de R$ 2.786.684,64, que foi substituída pela Nota Fiscal nº 1878.

NOTA 28 – Outras Receitas Operacionais

Constitui-se de valores que se referem, entre outros, à recuperação de despesas para as quais não foi possível a anulação no próprio exercício, devolução do saldo de diárias concedidas, restituição de salários originária da concessão de auxílio doença, conforme Cláusula Vigésima-Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, da cessão de empregados cedidos sem ônus para a EBC e da restituição de depósitos judiciais em função da perda de ações favoráveis à empresa.

NOTA 29 – Multas

As multas originam-se de pagamentos decorrentes de infrações à legislação, destacando-se o valor de R$ 192.578,66, referente à notificação do Ministério Público do Trabalho e Emprego, em função do não preenchimento de vagas destinadas a beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiências habilitadas.

NOTA 30 – Remuneração Paga a Empregados e Administradores

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal, em 2016, paga pela EBC a seus empregados e administradores, calculada na forma disciplinada pela alínea "e" do Art. 1º da Resolução nº 3, de 31/12/2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR/MPOG/MF, são as seguintes:

Em R$ 1,00

Administradores	2016	2015
Maior Remuneração	32.380,60	32.792,40
Média Remuneração	28.758,69	27.054,12
Menor Remuneração	25.136,79	25.273,02
Empregados		
Maior Remuneração	44.348,96	33.253,75
Média Remuneração	5.562,00	7.000,57
Menor Remuneração	2.505,15	3.505,48

Em 31 de dezembro de 2016, o número de empregados totalizava 2.467, sendo 2.312 do quadro próprio, detalhados a seguir:

EMPREGADOS	2016	2015
EFETIVOS	2.312	2.172
Sem Função Comissionada	1.808	1.898
Sem Função Comissionada – RJU	174	-
Com Função Comissionada – EBC*	247	200
Com Função Comissionada – RJU	5	-
Cedidos Para Outros Orgãos.	78	74
Aposentados Por Invalidez	(30)	-
SEM VINCULO	121	178
Com Função EBC	114	171
Com Função FCC	7	7
REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGAOS A EBC	34	243
Requisitados de Outros Orgãos à EBC Com Função Comissionada – EBC	13	36
Requisitados de Outros Orgãos à EBC Sem Função Comissionada	21	23
Requisitados de Outros Orgãos à EBC – RJU	-	184
TOTAL	2.467	2.593
Diretores*	6	8

Fonte: SENIOR/SIGEPE - Posição em jun/2016

NOTA 31 – Custo dos Serviços Prestados

Em 2016 a apuração do Custo Total dos Serviços Prestados da EBC foi de R$ 279 milhões, dos quais R$ 133 milhões referem-se a custos de Pessoal (que abrange, dentre outras, despesas com Previdência Privada), R$ 131 milhões de Serviços de Terceiros e R$ 15 milhões de Outros Custos Gerais e Administrativos, conforme Quadro detalhado abaixo:

Em R$ 1,00

COMPOSIÇAO DE CUSTOS PARA DRE		
	31/12/2016	31/12/2015
GERAIS E ADMINISTRATIVAS = (1) + (2) + (3)	**279.318.815,23**	**230.474.407,96**
(1) PESSOAL	**132.723.689,34**	**120.346.562,05**
+ Vencimentos e Vantagens Fixas	**67.984.171,32**	**62.192.627,89**
= Outras Despesas Variáveis	**17.660.003,10**	**16.246.117,30**
+ Prorrogação de Jornada	17.013.430,13	15.414.005,41
+ Horas Extras	646.572,97	832.111,89
= Encargos Sociais	**27.080.982,22**	**24.232.934,88**
+ FGTS	7.135.246,01	6.087.929,08
+ Previdência Social	17.984.799,04	16.363.953,90
+ Salário Educação	1.960.937,17	1.781.051,90
+ Previdência Privada	**2.787.785,74**	**2.535.461,80**
+ Decisões Judiciais	**2.337.412,35**	**1.914.031,01**
= Benefícios Sociais	**14.873.334,61**	**13.225.389,17**
+ Auxílio Refeição/Alimentação	7.226.581,20	6.654.843,52
+ Auxílio Transporte	302.224,24	265.575,86
+ Assistência Médica	6.391.683,07	5.436.435,29
+ Assistência Pré-escolar	952.846,10	868.534,50
(2) SERVIÇOS DE TERCEIROS	**131.004.861,61**	**95.297.330,58**
= Serviços Continuados	**54.342.827,33**	**33.887.144,71**
+ Água	545.040,79	527.115,79
+ Energia Elétrica	10.244.684,15	8.703.988,93
+ Condomínio	1.053.824,36	1.290.518,53
+ Aluguel de Veículos em Viagem	546.575,37	653.576,30
+ Passagem	1.157.184,33	2.819.492,08
+ Hospedagem	1.360.569,21	567.430,21
+ Telecomunicações	39.434.949,13	19.325.022,87
+ Contratos	**76.662.034,28**	**61.410.185,87**
(3) GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS	**15.590.264,28**	**14.830.515,33**
+ IMPOSTOS E TAXAS	**889.576,49**	**270.207,08**
+ DIÁRIAS	**882.696,44**	**1.731.491,82**
= CONSUMO DE MATERIAIS	**466.899,85**	**766.605,85**
+ Consumo Imediato (B)	11.841,30	173.434,47
+ Consumo Requisição (C)	455.058,55	593.171,38
+ DEPRECIAÇÃO	**13.351.091,50**	**12.062.210,58**

(A) Os percentuais das linhas de PESSOAL, SERVIÇOS DE TERCEIROS e GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS demonstram a participação de cada um em relação ao total; (B) Consumo Imediato = Material indisponível no estoque (almoxarifado). Providencia-se a compra com distribuição direta para o solicitante. Geralmente trata-se de despesas emergenciais; (C) Consumo Requisição = Material disponível no estoque (Almoxarifado).

A metodologia de apuração de custos utilizada está considerando como custos de Pessoal: folha de pagamento, encargos sociais, previdência privada e benefícios sociais; para Materiais: matérias-primas aplicadas ou consumidas na produção; para Serviços de Terceiros: locação, água, luz, impostos, manutenção, viagens, telecomunicações e outros aplicados na produção; e para Depreciação: valores de depreciação dos equipamentos utilizados na produção.

O valor apurado trata-se de custos referentes ao que está sendo aplicado na produção dos produtos/serviços comercializados pela EBC.

Conselho de Administração

Marcio de Freitas Gomes
Presidente
CPF 664.698.056-04

André Reis Diniz
Conselheiro
CPF 708.472.821-04

Laerte de Lima Rimoli
Conselheiro
CPF 130.627.351-04

Marcus Vinicius Sinval
Conselheiro
CPF 188.641.298-71

Edvaldo Aparecido Cuaio
Conselheiro
CPF 698.473.719-20

Raphael Callou Neves Barros
Conselheiro
CPF 086.957.734-42

Diretoria

Laerte de Lima Rimoli
Presidente
CPF 130.627.351-04

Maria Aparecida Fontes
Diretora
CPF 133.186.161-68

Luiz Antonio Duarte Moreira Ferreira
Diretor
CPF 119.949.321-04

Lourival Antonio de Macedo
Diretor
CPF 128.899.971-20

Christiane Samarco Rodrigues Cecilio
Diretora
CPF 244.780.591-87

José de Arimateia Araújo
Diretor
CPF 114.992.651-15

Adelma Zago Capanema
Contadora
CPF 087.120.931-49
CRC-DF 3181

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e à vista do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes da Control Auditoria e Contabilidade de 24 de fevereiro de 2017, do Relatório e Parecer de Auditoria Interna, datados de 09 de março de 2017, elaborados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento que o prejuízo apurado no exercício de 2016 de R$ 11.391.544,28 (Onze milhões, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos) será absorvido à conta de Reserva de Retenção de Lucros, conforme Deliberação CONSAD nº 12/2017, objeto da 3ª Reunião Ordinária de 13 de março de 2017 e em conformidade com o parágrafo único, do artigo 189, da Lei nº 6.404, de 1976.

O Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos que fundamentam a emissão deste parecer a exceção das ressalvas apontadas pelos Auditores Independentes pela ausência de avaliação do ativo (Deemed Cost); não realização dos testes de impairment nos subgrupos imobilizado, intangível e diferido (já apontado pela Aguiar e Feres Auditoria Independente S/S referente as contas do exercício de 2015); os alongamentos de saldos e que ainda se encontram pendentes de regularização, destacando o apontamento de perda para aqueles decorrentes da incorporação ao patrimônio da União e transferência à EBC de todo o patrimônio, os legados e as doações, os bens e os saldos de recursos financeiros decorrentes do contrato de gestão nº 17/2009, encerrado em 31/12/2013, em atendimento ao art. 26, §3º e 4º da Lei 11.652/2008, objeto da ação ordinária nº 43125-13.2015.4.01.3400, já tratado como ressalva no Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2015, refletem adequadamente, nos seus aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão do resultado do exercício à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

ÉDER SOUSA VOGADO
Presidente do Conselho

MILA ROCHA
Conselheira

DUÍLIO MALFATTI JÚNIOR
Conselheiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A. - EBC

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A. - EBC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A. - EBC** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R3 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizados". Consequentemente, não foi possível satisfazermo-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante, no valor de R$ 269,776 milhões (R$ 238.655 milhões em 2015), e da despesa de depreciação e amortização registradas no resultado do exercício no valor de R$ 31,221 milhões (R$ 33,275 milhões em 2015).

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para os prejuízos que a companhia apresentou nos últimos 2 (dois) anos. Em 2016 o prejuízo líquido foi de R$ 11,391 milhões e R$ 36,199 milhões (2015). As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A administração da Companhia é aquela com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A. - EBC** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de fevereiro de 2016 com opinião com ressalva sobre a falta de teste de recuperabilidade dos ativos sobre essas demonstrações contábeis.

São Paulo/SP, 24 de fevereiro de 2017

CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC2SP023880/O-7 S "DF"
CNPJ 07.757.896/0001-05

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 S "DF"
Sócio Responsável

Adendo às demonstrações financeiras, em cumprimento ao que determina o § 4º do Art. 9º da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

RELAÇÃO DOS EMPREGADOS CONTRATADOS NO ANO DE 2016

ALZENEIDE DE PAULA LINS; ANTONIO JOSE TORRES SANTOS; CASSIUS LIMA DA SILVA; DIOGO FELLIPE DA CONCEIÇAO MIRANDELA; CEUMAR GENTIL TURANO; AGUINALDO BALON; MIRIAM MÓS BLOIS; ADENILSON JOSÉ DUARTE; JOSÉ LUIZ LOURENÇO; FERNANDA BONALDA LOURENÇO; ERICO GONÇALVES DA SILVEIRA; PEDRO HENRIQUE VARONI DE CARVALHO; ANDERSON RODRIGO SÊGA; KEFFIN GALVÃO CESAR GRACHER; ANDRÉ DE JESUS NONATO; ANTONIO FLAVIO BARROS ARANTES; FRANCISCO DE ASSIS COSTA FILHO; MONICA LUCIA RIQUE FERNANDES; RODRIGO SILVA VIANA; LAERTE DE LIMA RIMOLI; CHRISTIANE SAMARCO RODRIGUES CECILIO; SABRINA PIRRHO DE MENDONÇA LIMA; ALEXANDRE HENRIQUE M. CAROLI DE FREITAS; MARIA ADELE FERNANDES DO VALLE; MARIA APARECIDA FONTES; MARCO ANTONIO DE AMORIM MONTEIRO; FERNANDO LUZ DE AZEVEDO; FLAVIA MARIA COUTO ROCHA MELLO CRUVINEL; MADELON SALDANHA MANZUTTI; MARILIA KAIRUZ BARACAT; MARCOS ROBINSON ISIDORO DA SILVA; CARLOS EDUARDO DE MELO RIBEIRO; PAULO RICARDO BELLENS PORTO MARCIAL; CLAUDINEI PIMENTEL MOTA; FLAVIO COUTINHO DE CARVALHO; DENISE JOVITA PIRES; MARIO MAURICI DE LIMA MORAIS; ALBINO CASTRO FREAZA FILHO; KATIA GUIMARÃES VAZ; JORGE GUILHERME MARCELLO PONTES; SILECIA DE LOURDES CANDIDA RAPOSO; MARIA ADELE FERNANDES DO VALLE; EDIT PINTO DA SILVA; LUIZ RECENA GRASSI; FERNANDO LUZ DE AZEVEDO; JORGE GUILHERME MARCELLO PONTES; ORLANDO PÉRICLES BRITO DE OLIVEIRA; TATIANA LIPOVETSKAIA PALERMO; ACHILES PANTAZOPOULOS; NEUMAR RODRIGUES DA MOTA; ANGELA MARIA DE SOUZA NEVES; BELLINI BALDUINO FONSECA; AÍDA CARLA DE ARAUJO; LUIZA DE CARVALHO SIGMARINGA SEIXAS; MARIA ALICE DE MEDEIROS SILVA; MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO; FERNANDA MELAZO DIAS; MARIA ALICE BUENO ACCORSI; CARLOS EDUARDO DOS SANTOS; ANELISE BORGES SOUZA; FLAVIA DE SOUSA MARQUEZ MORAIS; INORBEL DE JESUS ALVES VIÉGAS; FERNANDO MACHADO DINIZ; FLÁVIO TEIXEIRA DE MELLO; ROSEANN KENNEDY SANTOS PASSOS; MOISES RABINOVICI; CLAUDIA ALZUGUIR ALMEIDA HANNA; RAQUEL GUIMARÃES ULHÔA; CARLOS HENRIQUE NOVIS; ALEXANDRE HENRIQUE GRAZIANI JUNIOR; LILOYE BRIGITTE BOUBLI; RITA DE CASSIA BARROS GUIA PORTELA; AMAURY SEVERINO DOS SANTOS FILHO; RENATA SOUZA DOS SANTOS VIEIRA; ARTHUR WILLIAM CARDOSO SANTOS; EUGENIA DE OLIVEIRA LOPES; JOSE CARLOS DE ANDRADE; LUIZ ANTONIO MALAVOLTA; LEONARDO DE AQUINO VERAS; CARLOS GERALDO DO AMARAL MAGAGNINI; MARINA FERRAZ BARBOSA; VIVIANNE DIAS FERREIRA; VANESSA BICALHO MARANHÃO MACHADO; ANGELO AUGUSTO BRASIL PONTE G.COURY; NEISE MARTINS MARÇAL; HUMBERTO DE FARIA JUNQUEIRA; MARIA JOSÉ MOURA GUTIERREZ Y SACK; LUCIANA NOGUEIRA BARKER LAJUS; PATRICIA MARIA CHAMON TORRES ABREU; LUCIANA DE FARIAS JULIAO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO DE EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO ANO DE 2016

ADALTO KNIDEL, ADAO GOMES DE SENA, ADEMAR NOGUEIRA DE LIMA, ADEMIR DA ROSA, ADEMIR VANDERLEI CAETANO, ADERALDO NOGUEIRA NASCIMENTO, ADEVALDO NUNES DOS SANTOS, ADILA DE JESUS MARCELINO, ADILSON DE PAULA SILVA, ADILSON RAMOS DA SILVA, ADRIANA BELMIRO DA SILVA, ADRIANO CELSO CAPOVILLA, ADRIANO DA SILVA DO NASCIMENTO, ADRIANO DO NASCIMENTO COSTA, ADRIANO REZENDE DA SILVA, ADRIANO WILLIAN CALIXTO DE ABREU, ADROALDO RODRIGUES MACEDO, ADRONILDO ALVES DOS SANTOS, AELSON CARLOS BEZERRA PEREIRA, AGUINALDO DOS SANTOS SILVA, AIRTON CARLOS TOTTI, ALAIDE PAES, ALAN CARVALHO MATOS DA SILVA, ALAN DA SILVA GUERRA, ALAN RICARDO DIAS SANTOS, ALAN SEVERINO DE ARAUJO, ALANCRISTIAN COSMO DA SILVA, ALBERTO SOARES DE OLIVEIRA NETO, ALESSANDRA COELHO CAMPELO, ALESSANDRA MARIA PIEDADE, ALEX SANDRO BAPTISTA CLUDINO, ALEX VIEIRA DA SILVA, ALEXANDRA FERREIRA DA SILVA, ALEXANDRE BARBOSA GOMES, ALEXANDRE CANELA DA SILVA, ALEXANDRE CARLOS FRANCISCO DE MARCELO, ALEXANDRE DE OLIVEIRA, ALEXANDRE FONSECA LOPES, ALEXSANDER FARIA DE CARVALHO, ALEXSANDRO CUNHA DA SILVA, ALEXSANDRO DOS SANTOS DE PAULA, ALINE STEFANY RAMALHO , ALISSON DE MOURA RAMOS, ALISSON RICARDO PEREIRA VALVERDE, ALLAN AUGUSTO DE SOUZA, ALONIO FERREIRA REZENDE, ALTAIR CASSIMIRO DE OLIVEIRA, ALUISIO PATROCINIO SILVA, ALVARO JOSE DOS SANTOS, AMARILDO CARDOSO, AMARO ADILSON GUEDES, AMARO JOSÉ DANTAS BAPTISTA, AMAURI DA CONCEIÇÃO SANTOS, AMAURY CESAR DA SILVA, ANA ANTUNES LEITE, ANA CECILIA BARBOSA, ANA LUCIA DO NASCIMENTO, ANA LUCIA DUQUE, ANA MARIA DOS SANTOS, ANA PATRICIA BANDEIRA DE SOUSA, ANA PAULA SANT ANA NUNES, ANA PAULA SANTANA, ANALICE MARIA DA SILVA, ANDERSON CLECIO DA SILVA SOUZA, ANDERSON DUALIBE E SILVA, ANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA, ANDERSON MAGALHÃES ALVES, ANDERSON MARTINS GONCALVES, ANDERSON MAX RIBEIRO DE SOUSA, ANDERSON MENDES POSTIGO, ANDERSON SELLA BORBA, ANDRÉ DA SILVA, ANDRE DA SILVA FIRMINO, ANDRE DA SILVA VIDAL, ANDRÉ FAUSTO DA SILVA, ANDRÉ HENRIQUE DE CARVALHO BATISTA, ANDRE LUIS GUEDES MAGALHAES, ANDRE LUIZ CAVALCANTI, ANDRÉ LUIZ MARQUES MOURA, ANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS, ANDRÉ RIBEIRO DE SOUSA, ANDREA DA SILVA SOUZA, ANDREY NOGUEIRA DE LACERDA, ANIESSE DE ALMEIDA TELLES, ANTONIEL FERREIRA DE SOUZA, ANTONIO ALVES BEZERRA, ANTONIO CAMILO DE ALBUQUERQUE MELO, ANTONIO CARLOS FLOR ALMEIDA, ANTONIO CARLOS LIMA, ANTONIO DE OLIVEIRA PEREIRA, ANTONIO EDINALDO PERES DOS SANTOS, ANTONIO EZEQUIEL FERREIRA DO NASCIMENTO, ANTÔNIO FERREIRA DE LIMA, ANTONIO JOSÉ CARNEIRO LIMA, ANTONIO LAURENÇO CORREA SILVA, ANTONIO LUCIANO MELO, ANTONIO LUIZ SILVA RAPOSO, ANTONIO MARIANO DA SILVA FILHO, ANTONIO NEURISMAR VASCONCELOS, ANTONIO RÊGO PEREIRA E SILVA, ARENALDO DOS SANTOS SOARES, ARILSON FONSECA DE MELO, ASTERIA PEREIRA DA CUNHA, ATATIANA PEREIRA, AUGUSTO CESAR DA COSTA SILVA, AUGUSTO LUIS MENDES MACIEL, AURICELIO DIAS PEREIRA, BARBARA MACEDO DOS SANTOS, BÁRBARA VALÉRIA DOS SANTOS CUNHA, BENEDITO CELIO DA SILVA, BENISIA APARECIDA S GONTIJO, BERNARDO ANTONIUO FERNANDES, BIANCA IMA DE OLIVEIRA, BILLY KID CRUZ PEREIRA, BRAULIO VINICIO SOARES GONTIJO, BRUNNO LIGIER ROCHA E SILVA, BRUNO LOPES DE ARAUJO SILVEIRA, BRUNO MONTEIRO FIUZA, BRUNO PACHECO MARQUES, BRUNO SANTOS OLIVEIRA, CAIQUE ARAUJO, CAMILA ALVES FERREIRA REZENDE, CARLENE MENDES RAMOS, CARLOS ALBERTO CORREA, CARLOS ALBERTO LOPES DA SILVA, CARLOS ALBERTO MORAES BEZERRA, CARLOS ALBERTO PEREIRA DA LUZ, CARLOS ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES DA SILVA, CARLOS CESAR DA SILVA, CARLOS CESAR VIRGINIO DA SILVA, CARLOS GONZAGA NASCIMENTO, CARLOS HENRIQUE DA SILVA, CARMEM SOUZA DE OLIVEIRA, CAUDIA REJANE HERCULANO GOMES, CECÍLIA HELENA GUILHERME SANTOS, CECILIA MARGARETH PEIXOTO SILVA, CELINA MOREIRA DA ROCHA, CELSO CENARIO FERREIRA, CESAR DA SILVA SIQUEIRA, CESAR HENRIQUE PINTO TRAVASSOS, CICERA ALVES DA SILVA, CÍCERO DE LIMA MELO, CICERO FERREIRA DA SILVA, CLAUDETE DE MATOS LIBERATO, CLÁUDIA DIVINA DA SILVA, CLAUDIA HELENA DA SILVA COELHO, CLAUDIA REJANE HERCULANO GOMES, CLAUDINEI GONÇALVES MOITINHO, CLAUDIO ANTONIO ABREU, CLÁUDIO FRANCISCO DUARTE, CLAUDIO HENRIQUE SANTOS MORAIS, CLAUDIO JOSE DIAS DA SILVA, CLAUDIO MARQUES DOS ANJOS, CLAUDIONEI D AVILA NASCIMENTO, CLAUDIONOR SOUZA BARBOSA, CLAUDOMIR MOTA BRITO, CLAYTON MOURA JANUÁRIO, CLEA DOS SANTOS, CLEBER BERNARDES BARBOSA, CLEBERSON CORREIA MACHADO, CLEITON REIS SANTOS, CREUZA RIBEIRO SILVEIRA NASCIMENTO, CRISTIANO PEREIRA, CRISTÓVÃO COMITRE DE ANDRADE, CUSTODIO JOSE DA SILVA JUNIOR, DALMIR RODRIGUES DOS SANTOS, DANIEL FERREIRA DE SOUZA, DANIEL SANTOS PESTANA, DANIEL SILVA NASCIMENTO, DANIEL SILVA XIMENES, DANIEL TEIXEIRA MENDES, DANIELA DE MOURA PEREIRA, DANIELE DE PAULA REIS, DANIELLE DE SOUZA MAIA, DANILO BRITO DE SOUZA, DARIO DE SOUZA CAMPOS, DAVI FELICIANO DE SOUZA, DAVID DE MELO SARMENTO, DAVID JOHNNY C MENDES, DAVID PINHEIRO, DELCIR DA SILVA SANTOS, DEMIS MARQUES RODRIGUES, DENIS DE FRANCA LIRA, DEUSIMAR DE SOUSA SOARES, DEVAIR FRANCISCO DE ASSIS, DIEGO CUNHA DE CARVALHO, DIEGO SANTOS SILVA, DIOGO DE ARAUJO GASPARELLI, DIOGO HENRIQUE BARBOSA, DISSONEIS DAVIS DANIEL, DORALINO COSTA FILHO, DORIS PEREIRA, DOUGLAS LACERDA LOPES, DOUGLAS RODRIGUES MEDRADO, DYOGO ELLYSON SOUZA CRUZ, EDCELMA OLIVEIRA DARIS, EDER CLAYTON BARBOSA GONCALVES, EDER ZILIO GRILLO, EDERSON PINTO DE OLIVEIRA, EDÉSIO JOAQUIM DE SOUZA TEIXEIRA, EDGAR RODRIGUES A. FILHO, EDIELSON CORREA MOURÃO, EDIL BARBOSA CAVALCANTE, EDILSON BARBOSA VIEIRA, EDILSON BARROSO VIEIRA, EDILSON BENTO DA S CORDEIRO, EDILSON PEREIRA DOS SANTOS, EDINELIO JOSÉ MATIAS DOS SANTOS, EDIVAL ALVES DA SILVA, EDIVANIA MARIA SANTOS DA SILVA, EDLEUZA DE JESUS SANTOS, EDMILSON DOS SANTOS COSTA, EDNALDO SIMAO DA SILVA, EDSON DE MATOS LIMA, EDSON DE SOUZA LIMA, EDUARDO ALVES DE LIMA, EDUARDO DA SILVA ARAUJO, EDUARDO GALVAO PINHEIRO COSTA, EDUARDO TADEU NASCIMENTO, EDVALDO DA SILVA, EDVALDO DA SILVA ABREU, ELENILDO SOUZA DE SANTANA, ELIANDRIA PEREIRA DE SOUZA, ELIANE AGUIAR DA CONCEIÇÃO, ELIAS BARBOSA ROSENDO, ELIGIO GUALBERTO MACEDO, ELISABETE LUNA B DE BRITO, ELISETE DOS SANTOS PINTO, ELISIA DA CONCEIÇÃO MENDES, ELISMAR BARROS LIMA, ELISMAR XAVIER DE LIMA, ELIZABETE PEREIRA DOS ANJOS, ELIZABETH BARBOSA DE OLIVEIRA, ELIZEUDA FERREIRA DE MORAIS, ELOIM LIMA DE SOUZA, ELSON TOSTÃO SOUSA GUIMARÃES, EMANUEL ULISSES DA CUNHA FERREIRA, EMERSON LUIZ DORCELINO VIEIRA, EMIR LOPES DA SILVA, ÉRICA AUGUSTO DIAS MUNCK MACHADO, ÉRICA VIANNA DA SILVA, ERIMAR DANTAS BATISTA, ERIVALDO TORRES DE LIMA, ERIVANA APARECIDA G DA SILVA, ERNANI MARQUES DE SOUZA, ERNESTO DA SILVA RODRIGUES, ESTER BERNARDO DE MOURA, EUNELIA NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES, EVA DA SILVA SANTOS, EVANDRO PINTO DIAS, EVELYN CRISTINA SOUZA ROSA, FABIANO MARINHO DA SILVA, FABIO JESUS DOS SANTOS, FABIO MOURA FERNANDES, FABIO NUNES DE ANDRADE, FABIO SILVA GARCIA, FAGNER DO NASCIMENTO VICENTE, FAGNER SILVA LOPES, FATIMA AMANDA DE SOUZA, FELIPE ARRUDA DE MEDEIROS, FELIPE DA SILVA MOREIRA, FELIPE MACHADO DA SILVA, FELIX OLIVEIRA DOS SANTOS, FERNANDA MARCIA GOMES DA SILVA, FERNANDA VIEIRA DE ESPINDOLA, FERNANDO ALMEIDA FERREIRA, FERNANDO CANDIDO DA SILVA, FERNANDO FRANCISCO ALMEIDA, FERNANDO GOMES PLACIDO DE FARIAS, FERNANDO GUSTAVO BARBOSA CARDOSO, FERNANDO NASCIMENTO DA SILVA, FERNANDO PEREIRA NETO, FLAVIA MICHELE CIPRIANO COSTA, FLÁVIO AUGUSTO GONÇALVES PINTO, FLÁVIO CANDIDO DE CASTRO, FLAVIO DE SOUZA ANDRADE, FLÁVIO LEONARDO SILVA COSTA, FLAVIO VIEIRA TORRES, FLORA PAULINO DA SILVA, FRANCICLEIDE SOARES DE SOUZA, FRANCIMAR ARRUDA, FRANCINETE DE SOUZA FERNANDES, FRANCISCA E SILVA OLIVEIRA, FRANCISCA LORENA DIAS DE CARVALHO, FRANCISCA SIDILANE DE MENESES DE SOUSA DA PAZ, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR, FRANCISCO DE ASSIS LIMA, FRANCISCO IDERLÂNDIO ALVES, FRANCISCO JOSE ALVES DE SOUSA, FRANCISCO JOSENILDO F DA SILVA, FRANCISCO LUCIANO DA SILVA, FRANCISCO MAGNO SANTOS, FRANCISCO RODRIGUES DUARTE, FRANCISCO UMBIRATAM DOURADO DE OLIVEIRA, FRANCISCO VENANCIO DA SILVA, FRANCO ALVES, FRED MAICOM DA SILVA FORNAZIER, GABRIEL BARRETO, GABRIEL BORGE NETO, GASPAR AFONSO OLIVEIRA, GASPAR AFONSO OLIVEIRA CUNHA, GEILSON FRANCISCO DA SILVA, GENÉSIO BERNARDINO DE SOUZA, GENESIO DOS REIS SOUSA, GEOMAR MAMED DE SOUZA, GERALDA RODRIGUES DO CARMO, GERALDO LUIS VELASCO, GERALDO SOARES DE ALMEIDA, GERCILDO BENTES RABELO, GERSON GALVAO DO NASCIMENTO, GERUSA GOMES DA SILVA, GILBERTO MENDES, GILMAR NASCIMENTO LEITE, GILSON CARLOS DA COSTA, GILVAN ALVES DA SILVA, GILVAN DOS SANTOS SILVA, GILVANIO DA SILVA ARAÚJO, GIRLEI VALERIO RAMOS, GLEIDSON MARQUES VIEIRA, GREICEQUELLI GOMES FERREIRA, GUILHERME FERREIRA FIUZA, GUSTAVO FELICIDADE DA COSTA, HAROLDO HELDER GALVÃO, HEBERT CARDOSO SODRÉ, HELDER DA COSTA CRUZ, HÉLIO JOSÉ DA SILVA, HIURY ROGGER NOGUEIRA MENDES, HUDSON VILAR NUNES, HUGO BAZILIO HALDHELN FERNANDES, HUMBERTO ALEXANDRE DA PAIXÃO CORREIA, HUMBERTO TEIXEIRA DOS SANTOS, IAPONIRA IZAURA DA SILVA, IDALICE DO CARMO SOARES, IGOR FREITAS PEREIRA, IRAI BARBOSA DE ABREU, IRAN CHAGAS CAMPELO, IRAUDO FRANCISCO DOS SANTOS, IRINEU VIEIRA DOS SANTOS, ISABEL CRISTINA SOARES DE MENDONÇA, ISABELE ALMEIDA DE MENEZES, ISAC SÁ DOS REIS, ISAC TEODORA DOS SANTOS, ISALTINA DE JESUS, ISRAEL FERNANDES VIANA, ISRAEL FRAZÃO AGUIAR, ITAMAR RODRIGUES PEREIRA DA FONSECA, ITAMAR SANTOS DA SILVA, IVAN BARBOSA DE CARVALHO, IVANETE GINO DA CRUZ, IVANILSON DA COSTA SILVA, IVANILSON SANTOS REIS, IVONEIDE HOLANDA DA SILVA, IZABEL CRISTINA DA CRUZ MARTINS DA SILVA, IZABEL DE PAULA BEZERRA, IZETE GONCALVES FERREIRA, JACKCILENO HONORIO DE OLIVEIRA, JACKSON JEAN RUBIM ROCHA, JACSON DE FREITAS RODRIGUES, JAILTON DOS SANTOS SILVA, JAIME FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, JAIR FRANCISCO DE ASSIS, JAMERSON ALVES SOUSA, JANAINA CUSTODIA SILVA DE ARAUJO, JANE DE ARAUJO, JANILSON BENTO FERNANDES, JAQUELINE DE SOUZA ROCHA SILVA, JAQUELINE SOUSA DOS SANTOS, JARDEL PEREIRA DA SILVA, JEAN PAULO BATISTA SOUZA, JEAN PEREIRA DE MORAIS, JEAN SILVA DA CUNHA, JEFERSON DOS SANTOS PEREIRA, JEFERSON RIBEIRO AZEVEDO, JEFFERSON DE SOUZA DO NASCIMENTO, JESSE DA PONTE MOUTA BATISTA, JESSICA DOS REIS BRANCO, JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO, JHONAS RODRIGUES LOURENÇO, JHONATAN DE OLIVEIRA BRANCO, JOÃO BATISTA MODESTO, JOÃO BENEVELUTO DA SILVA, JOÃO CARLOS BALTAR DE OLIVEIRA, JOÃO DE DEUS SANTOS, JOÃO LUIZ SOMBINI LOPES, JOÃO MACHADO ABREU, JOÃO PAULO SOUZA DA CONCEIÇÃO, JOÃO RICARDO DA SILVA, JOÃO RICARDO DIRQUES SILVA, JOAO ROBERTO MELO BEZERRA, JOAO VITOR GONZAGA FERREIRA, JOCINEIA MENEZES PIRES, JOEL MATOS GOMES KRAHO KANELA, JOEL SINDOLFO DA SILVA, JOEL TORRES DA SILVA, JOILSON FERNANDES BENTO, JONAS EDUARDO FERREIRA GUEDES, JONAS PEREIRA NETO, JONATHAN DELINSK STADLER, JONATHAN DIEGO DA SILVA BLANCO, JONATHAN SANTOS MORAIS, JONE FRANCISCO DA SILVA, JORGE ALFREDO N. DA SILVA, JORGE BIANCO DA SILVA, JORGE CRISTIANO PACHECO, JORGE DA SILVA, JORGE DA SILVA AUGUSTO, JORGE DA SILVA CABRAL, JORGE LUIS CONCEIÇÃO DOS SANTOS, JORGE LUIZ DA SILVA BARCELOS, JORGE VICENTE DA SILVA, JORGE VAN SARMENTO DE SOUZA, JOSE ALBERTO PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ ALFREDO LUIZ PINTO, JOSE ALVES DOS SANTOS, JOSE AMAURI RAMOS MARTINS, JOSE AUGUSTO G DE JESUS, JOSÉ BRASILINO DA SILVA FILHO, JOSÉ CARLOS CONSTANTINO FONTES, JOSE CARLOS DA MOTA, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE SOUSA, JOSE CICERO DE SOUZA, JOSÉ FERREIRA DE MATOS FILHO, JOSE FLAVIO SILVA, JOSE FREIRE FERREIRA, JOSE IDERVAL SILVA PACHECO, JOSE JACKSON DOS SANTOS, JOSÉ JONHNATAM DA SILVA SOUSA, JOSE LUIZ BARCELOS EZEQUIEL, JOSE MARIA AZEVEDO DA SILVA FILHO, JOSÉ MARIA DE SOUSA NETO, JOSE MARIA MANGUEIRA NETO, JOSE MARIA SARAIVA RODRIGUES, JOSE MAURO FONSECA DA SILVA, JOSÉ RAIMUNDO ABREU SOARES, JOSE REGINALDO, JOSE ROBERTO CORREA, JOSÉ SERRÃO NEVES,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuaria, de acordo as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 10 da Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21012.005622/2016-31, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado da Bahia como Área com Praga Ausente para o Cancro Cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. citri).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21003.000180/2016-45, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório CECALVET, nome empresarial Janaína Marchesi Torrezan, CNPJ nº 03.562.229/0001-08, localizado na Av. Antônio Veronese, nº 763 A, Bairro Desembargador Lageado, CEP: 16.300-000, Penápolis/SP, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.001837/2017-01, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR , nome empresarial Instituto de Tecnologia do Paraná, CNPJ nº 77.964.393/0001-88, localizado na Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, nº 3775 Bairro: Cidade Industrial de Curitiba, CEP: 81.350-010 , Curitiba/PR.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 45, de 29 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 64, de 03 de abril de 2017, Seção 1, pág: 19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 25, DE 10 DE ABRIL DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR e Taquari/RS , Ultrafine Technologies Indústria, Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha, Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986, Schwarzheide, Brandenburg, Alemanha, Basf Agricultural Products de Puerto Rico, Route nº 2, km 47,3, 00674-0243, Manati, Porto Rico, Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industrielle Lyon Nord, Rue Jaqcquard, 69727, Genay, Rhône-Alpes, França, Basf Agri Production S.A.S. - Site Industriel Leurette - Route de Vieux Chemin de Loon, 59820, Gravelines, Nord-Pas-de-Calais, França, Basf Agri Production S.A.S. -32, Rue de Verdun, 76410, St-Aubin-les-Elbeuf, Haute-Normandie, França, Basf Plant Protection (Jiangsu) Co. Ltd., Tonghai 2nd Road, Jiangsu Rudong Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu - China, Basf Española S.L. - Carretera Nacional 340, km 1156, 43006, Tarragona, Cataluña - Espanha, Basf Española S.L. - Poligono Industrial San Vicente, Castellbisbal, 08755 - Barcelona - Cataluña-Espanha, Basf India Limited - Plot 4B, G.I.D.C. Dahej, Dist. Bharuch, 392 130, Taluka Vagra, Gujarat, India, Basf Corporation - Hannibal Plant -3150 Highway JJ277, 63461 Palmyra, Missouri, EUA, Basf Corporation 14385 West Port Arthur Road, 77705 Beaumont, Texas - EUA, Basf Corporation Highway 41 North, 14284 - 31647 Sparks, Georgia, EUA, Basf Corporation - 801 Dayton Avenue, 50010, Ames Iowa, EUA no produto Herbadox 400 EC registro nº 15907.

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR e Taquari/RS, Ultrafine Technologies Indústria, Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha, Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986, Schwarzheide, Brandenburg, Alemanha, Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industrielle Lyon Nord, Rue Jacquard, 69727, Genay, Rhône-Alpes, França, Basf Agri Production S.A.S. - Site Industriel Leurette - Route de Vieux Chemin de Loon, 59820, Gravelines, Nord-Pas-de-Calais, França, Basf Agri Production S.A.S. - 32, Rue de Verdun, 76410, St-Aubin-les-Elbeuf, Haute-Normandie, França, Basf Plant Protection (Jiangsu) Co., Ltd., Tonghai 2nd Road, Jiangsu Rudong Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu - China, Basf Española S.L. - Carretera Naciona 340, km 1156, 43006, Tarragona, Cataluña, Espanha, Basf Española S.L. - Poligono Industrial San Vicente, Castellbisbal, 08755, Barcelona, Cataluña, Espanha, Basf India Limited - Plot 4B, G.I.D.C. Dahej, Dist. Bharuch, 392 130, Taluka Vagra, Gujarat, Índia, Basf Corporation - Hannibal Plant - 3150 Highway JJ277, 63461 Palmyra, Missouri - EUA, Basf Corporation - 14385 West Port Arthur Road, 77705 Beaumont, Texas - EUA, Basf Corporation - Highway 41 North, 14284 - 31647 Sparks, Georgia - EUA, Basf Corporation - 801 Dayton Avenue, 50010, Ames, Iowa - EUA, no produto Amplo registro nº 0508.

06. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangsu Taicang Agricultural Chemicals Co., Ltd. Nº 8, Suijiang Road, Shizhuang Town 226531 Rugao, Jiangsu - China, no produto Derosal Técnico registro nº 388402.

07. De acordo com o Artigo 14, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, e atendendo ao Of. nº 975/2015-GGTOX/ANVISA, indeferimos o pleito de registro processo nº 21000.012446/2010-37, para o produto Abamectina Agrovant.

08. De acordo com o Artigo 22§ 2º, Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico AL registro nº 7314, no produto formulado Field registro nº 5614.

09. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, no produto Triclon registro nº 17208.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, no produto Alea registro nº 07898.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 29 de março de 2017, Seção 1, em Ato nº 22, de 21 de março de 2017, item 38, onde se lê: ...marca comercial Iharol, leia-se: ... Iharol Gold.

No DOU de 29 de março de 2017, Seção 1, em Ato nº 23, de 28 de março de 2017, item 14, onde se lê: ... Motivo da solicitação: Registro (25/08/2016), leia-se: ... Motivo da solicitação: Registro (16/12/2016).

No DOU de 22 de março de 2017, Seção 1, em Ato nº 20, de 17 de março de 2017, item 44, onde se lê: ... Nome químico (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol, leia-se: ... (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine; onde se lê: ... Nome comum: ... Difenoconazole, leia-se: ... Acetamiprido, onde lê: ... grupo químico Triazol, leia-se: ... grupo químico Neonicotinóide.

No DOU de 16 de março de 2017, Seção 1, em Ato nº 19, de 14 de março de 2017, item 14, onde se lê: ... marca comercial Kaiso Sorbie, leia-se: ... Kaiso Sorbie BR.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 5 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUBSTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 760, de 30 de março de 2017, publicada no DOU nº 63, de 31 de março de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº139-HABILITAR o Médico Veterinário LUCAS SILVESTRE TESTON BINOTTO, CRMV-PR Nº12598, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná (processo 21034.004080/2017-10).

Nº143-CANCELAR A HABILITAÇÃO do Médico Veterinário ELIANE MARIA ENGELSING, CRMV-PR Nº8743, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº547 de 03/08/2009 (processo 21034.004098/2017-11).

Nº145-HABILITAR o Médico Veterinário LUANA MARCELLA GONÇALVES LINS, CRMV-PR Nº13841, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná (processo 21034.004107/2017-66).

Nº146-CANCELAR A HABILITAÇÃO do Médico Veterinário RODRIGO PEDRALLI LOPES SIMON, CRMV-PR Nº9485, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº967 de 27/09/2010 (processo 21034.004109/2017-55).

Nº147-HABILITAR o Médico Veterinário TIAGO JUNIOR VOGEL, CRMV-PR Nº14283, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE SUÍNOS no Estado do Paraná (processo 21034.004110/2017-80).

Nº151-CANCELAR A HABILITAÇÃO do Médico Veterinário GUILHERME EIJI BARBOZA, CRMV-PR Nº9110, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº968 de 27/09/2010 (processo 21034.003975/2017-29).

ALEXANDRE ORIO BASTOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de Habilitação para emissão de GTA nº 98, de 07 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 49 de 13 de março de 2017, Seção 1, pág. 02, acrescenta-se: exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 89, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.003287/2017-60, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento, sob número BR RS 046, da empresa Comercial OTM Ltda., CNPJ nº 05.311.993/0001-36 e Inscrição Estadual 100/0231477, localizada na Rua Doutor Nascimento, nº 25, Bairro Centro, Rio Grande - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêineres (FEC); b) Fumigação em Silos Herméticos (FSH); c) Fumigação em Porões de Navios (FPN); d) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL) e e) Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria, renova o credenciamento estipulado na Portaria de Credenciamento SFA/MAPA-RS nº 106, 05 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 16 de abril de 2012 e terá prazo de 05 anos, mantido o mesmo número daquele, CONFORME § 4º Do Art. 1º - Anexo I - da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado por igual período, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO SCHROEDER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.301, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.021020/2014-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 22364/2016/SEI-MCTIC, chancelada pela Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia Geral da União atuante junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do Parecer nº 00248/2017/CONJURMCTIC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1 Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santo Amaro da Imperatriz, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado por meio da Portaria nº 145, de 04 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2003, chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 898, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2004.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização da Anatel, nos termos dos arts. 82, IX, e 125, § 2º, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos). PROCESSOS nº: 53542.002931/2014-95; 53545.000810/2015-60; 53542.003371/2011-43; 53542.003472/2011-14; 53542.002730/2013-15; 53545.000751/2013-68; 53542.001070/2013-47; 53542.001660/2015-31; 53542.002362/2015-69; 53548.001482/2014-16.

JULIANO STANZANI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, nos termos do art. 82, IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos). PROCESSOS nº: 53542.003080/2016-60; 53545.000890/2016-34; 53551.000350/2016-71; 53545.001441/2013-61; 53542.200682/2015-82; 53545.000630/2016-69; 53545.000812/2016-30; 53545.000192/2015-58; 53563.000861/2014-92; 53545.000832/2012-87; 53542.000601/2016-27; 53542.000600/2016-82; 53563.001530/2014-70; 53545.000501/2016-71; 53545.000481/2016-38; 53548.000932/2016-15; 53542.001552/2016-40; 53548.200362/2015-72; 53545.000561/2016-93; 53548.001121/2016-23; 53548.001200/2016-34; 53542.001932/2016-84; 53542.001931/2016-30; 53548.001371/2016-63; 53548.001311/2016-41; 53548.001310/2016-04; 53545.000682/2016-35; 53542.001662/2016-10.

JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 10 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 7.932 - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS BURACO DAS ARARAS LTDA ME, CNPJ nº 04.409.393/0001-42;

Nº 7.936 - JOSE BENTO MARQUES DE JESUS, CPF nº 254.759.911-20;

Nº 7.937 - LUIS SERGIO RAITER, CPF nº 465.568.001-63;

Nº 7.938 - LUIZ MARIO BUCK, CPF nº 082.189.199-53;

Nº 7.939 - COPASUL COOPERATIVA AGRICOLA SUL MATO-GROSSENSE, CNPJ nº 03.902.129/0010-74;

Nº 7.940 - SUPORTE SERVIÇO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0010-24.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.229 - Processo nº 53500.048875/2017-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à VISIONE SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 23.584.647/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, utilizando tecnologia digital, na localidade de Teresina/PI.

Nº 7.230 - Processo nº 53500.048876/2017-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à VISIONE SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 23.584.647/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campina Grande/PB.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.392, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.011011/2008-14. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, expedida à WORLDNET TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, CNPJ nº 05.773.360/0001-40, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, III e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.430, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.026750/2007-11. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, expedida à NET 6 PROVEDOR E INFORMATICA LTDA ME, CNPJ nº 08.649.411/0001-14, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, III e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.515 - Processo nº 53500.008109/2014-24. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OI S.A., CNPJ/MF nº 76.535.764/0326-90, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Nº 7.517 - Processo nº 53500.008109/2014-24. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OI S.A., CNPJ/MF nº 76.535.764/0327-70, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Nº 7.519 - Processo nº 53500.008109/2014-24. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OI S.A., CNPJ/MF nº 76.535.764/0324-28, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Nº 7.520 - Processo nº 53500.008109/2014-24. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OI S.A., CNPJ/MF nº 76.535.764/0328-51, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.559, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.051400/2017-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA, CNPJ 16.075.434/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itapetinga/BA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.561, DE 25 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.051466/2017-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FRAIBURGO LTDA, CNPJ 83.399.980/0001-74, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Fraiburgo/SC.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.564 - Processo nº 53500.051470/2017-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TAPEJARA LTDA, CNPJ 87.744.447/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Tapejara/RS.

Nº 7.583 - Processo nº 53500.051517/2017-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 02.689.956/0001-78, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato/CE.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.625 - Processo nº 53500.003763/2003-99. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, 33.000.167/0108-40, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, aplicação Radiodeterminação.

Nº 7632 - Processo nº 53504.000284/2017-86. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 30 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.704 - Processo nº 53500.045260/2017-96. Expede autorização à LMD DE OLIVEIRA COM. EQUIP. DE INFORMATICA - ME, CNPJ/MF nº 14.289.396/0001-43, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.713 - Processo nº 53500.051558/2017-35. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à MURBACH & MUCHELIN LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 08.954.264/0001-96, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 7.717 - Processo nº 53500.010626/2014-63. Expede autorização ao MUNICÍPIO DE ITAPORANGA/PB, CNPJ/MF nº 08.940.694/0001-59, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, no município de Itaporanga/PB.

Nº 7.719 - Processo nº 53500.030591/2010-55. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OPCAONET INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.236.051/0001-30, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 31 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.742 Processo nº 53500.007910/2016-14. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à IP2TEL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI ME - ME, CNPJ/MF nº 17.493.657/0001-30, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 7.746 Processo nº 53500.002062/2017-38. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à NETCOM COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.422.859/0001-78, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 7.760 Processo nº 53500.027263/2016-67. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COLARES PROVEDOR E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 07.000.820/0001-22, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 7.763 Processo nº 53500.051718/2017-46. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CLICK ENTER LTDA ME, CNPJ/MF nº 10.984.041/0001-13, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 7.781, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Processo nº 53500.052351/2017-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ALVORADA LTDA, CNPJ 34.210.963/0001-31, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cruz das Almas/BA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE ABRIL DE 2017

Nº 7.800 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 27.865.757/0027-33, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 24/03/2017 a 26/03/2017.

Nº 7.801 - Processo nº 53500.051485/2017-81. Expede autorização à KLEBER FARIAS SLEIMAN - ME, CNPJ/MF nº 10.294.351/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.803 - Processo nº 53500.051565/2017-37. Expede autorização à IMPACTNET INSTALADORA DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 22.007.662/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.804 - Processo nº 53500.051341/2017-25. Expede autorização à ALESANDRO MUNIZ BOTTARI, CNPJ/MF nº 15.636.951/0001-29, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.808 - Processo nº 53500.048074/2017-17. Expede autorização à VELOZNET SERVICOS E COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.808.020/0001-11, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.809 - Autoriza MRS LOGISTICA S/A, CNPJ nº 01.417.222/0003-39, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Itaguaí/RJ, Seropédica/RJ, Paracambi/RJ, Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, Mendes/RJ, Barra do Piraí/RJ, Valença/RJ, Paraíba do Sul/RJ, Três Rios/RJ, Comendador Levy Gasparian/RJ, Simão Pereira/MG, Matias Barbosa/MG, Juiz de Fora/MG, Ewbank da Câmara/MG, Santos Dumont/MG, Antônio Carlos/MG, Barbacena/MG, Carandaí/MG, Conselheiro Lafaiete/MG, Jeceaba/MG, Entre Rios de Minas/MG, Lagoa Dourada/MG, São João del Rei/MG, Madre de Deus de Minas/MG, Andrelândia/MG, Bom Jardim de Minas/MG, Quatis/RJ, Porto Real/RJ, Barra Mansa/RJ e Volta Redonda/RJ, no período de 10/04/2017 a 08/06/2017.

Nº 7.810 - Processo nº 53500.045953/2017-89. Expede autorização à IMAX SOLUCOES EM SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.381.644/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.811 - Processo nº 53500.051044/2017-80. Expede autorização à DNS TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.715.377/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.814 Processo nº 53500.046036/2017-11. Expede autorização à CITYNET TELECOM LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 25.006.393/0001-71, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.815 - Processo nº 53500.050489/2017-42. Expede autorização à IVIA ALVES FERREIRA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 20.425.178/0001-91, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.816 - Processo nº 53500.048659/2017-29. Expede autorização à MF TELECOMUNICACAO EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.946.740/0001-83, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.818 - Processo nº 53500.050651/2017-22. Expede autorização à LIBERTYNET TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.613.912/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.829 - Processo nº 53500.051325/2017-32. Expede autorização à SUPERA INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.834.319/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.830 - Processo nº 53500.050798/2017-12. Expede autorização à KTI - INTEGRACAO EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 03.187.170/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 5 DE ABRIL DE 2017

Nº 7.836 - Processo nº 53500.051236/2017-96. Expede autorização à ULTRALINK SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.146.325/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.837 - Processo nº 53500.051828/2017-16. Expede autorização à JULIO ANDRE DE LIMA TECNOLOGIA - ME, CNPJ/MF nº 23.347.184/0001-66, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.838 - Processo nº 53500.050914/2017-01. Expede autorização à UBMEX DATA CENTER E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 23.632.725/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.846 - Processo nº 53500.051738/2017-17. Expede autorização à GLADSTON DE O REIS - ME, CNPJ/MF nº 13.161.694/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 6 DE ABRIL DE 2017

Nº 7.863 - Processo nº 53500.049057/2017-99. Expede autorização à MARLENE ARRAIS - ME, CNPJ/MF nº 24.594.744/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.865 - Processo nº 53545.000340/2017-04. Declara extinta, por renúncia, a partir de 31/03/2017, a autorização outorgada à A B SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 06.031.516/0001-80, por intermédio do Ato n° 6.315, de 17/10/2013, publicado no DOU de 23/10/2013, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.867 - Processo nº 53500.051735/2017-83. Expede autorização à W. & W. ON LINE LTDA - ME, CNPJ/MF nº 03.301.518/0001-53, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.870 - Processo nº 53500.051582/2017-74. Expede autorização à G & M SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.264.081/0001-53, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.871 - Processo nº 53500.051697/2017-69. Expede autorização à WOW TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.924.162/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.908, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Processo nº 53500.011160/2014-13. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à MOC ELETRONICA EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 06.770.566/0001-89, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSULTA PÚBLICA Nº 9, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 § 1°, c/c o art.156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral a intenção da Anatel de permitir a inclusão do território brasileiro na área de serviço do sistema adicional NICASAT-1-30B, submetido ao Bureau de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações - UIT em nome da Administração da Nicarágua, na posição orbital 84°O, nas faixas de frequências 4.500 a 4.800 MHz, 6.725 a 7.025 MHz, 10,7 a 10,95 GHz, 11,2 a 11,45 GHz e 12,75 a 13,25 GHz, pertencentes ao Plano para o Serviço Fixo por Satélite contido no Apêndice 30B do Regulamento de Radiocomunicações da UIT.

Para a realização desta Consulta Pública, levou-se em consideração que:

a) os allotments brasileiros contidos no Plano do Apêndice 30B, as modificações a esses allotments e as inclusões de sistemas adicionais submetidas ao Bureau em nome da Administração Brasileira no Plano do Apêndice 30B não foram identificados como potencialmente afetados, segundo análise do Bureau de Radiocomunicações da UIT;

b) o resultado da análise técnica realizada também pela Anatel indicou que não haveria potencial de interferência entre o sistema adicional NICASAT-1-30B e os allotments brasileiros nem às modificações de allotments e de sistemas adicionais em nome do Brasil, nas faixas de frequências do Plano do Apêndice 30B em análise pelo Bureau até essa data;

c) a inclusão do Brasil na área de serviço da rede de satélite NICASAT-1-30B necessita do acordo da administração brasileira;

Os comentários devidamente identificados devem ser encaminhados por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública - SACP, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, relativo a esta Consulta Pública, até às 23:59 horas do dia 16 de maio de 2017.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.290, DE 22 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, Anexo IV, da Portaria n.º 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.039593/2013-93, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 5673/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Iguapé, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Iguape, estado de São Paulo, utilizando o canal 7 (sete), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeira do Sul Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.915, DE 10 DE ABRIL DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.054697/2015-46, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de ARARAQUARA/SP, o canal 20 (vinte), correspondente à faixa de frequência de 506 a 512 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 5 de abril de 2017

Nº 391 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência disposta na Portaria n.° 521, de 1° de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.007691/2016-69, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos com mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga, da RADIO DIFUSORA UNIAO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de União da Vitória - SC, utilizando o canal n.º 293 (duzentos e noventa e três), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 7216/2017/SEI-MCTIC.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 31 de março de 2017

Nº 344 - O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53900.004581/2015-66, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO BORBOREMA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de CAMPINA GRANDE-PB, utilizando o canal digital 30 (trinta), nos termos da Nota Técnica nº 6336/2017/SEI-MCTIC.

ROBERTO RAMOS COLLETTI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 6 de abril de 2017

Nº 407 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.009012/2016-96,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Timon/MA, utilizando o canal n.º 212 (duzentos e doze), classe E3, nos termos da Nota Técnica n.º 7662/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Nº 409 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.009071/2016-64, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO VALPARAISO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Valparaíso/SP, utilizando o canal n.º 233 (duzentos e trinta e três), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 7711/2017/SEI-MCTIC.

Em 11 de abril de 2017

Nº 422 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.010623/2017-68, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO CULTURA DE GUANAMBI LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Guanambi - BA, utilizando o canal n.º 234 (duzentos e trinta e quatro), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 7990/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 39, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Define as regras de gestão do Banco de Pareceristas, de classificação e distribuição de projetos culturais, bem como de procedimentos de análise e emissão de pareceres técnicos.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, no art. 4º, § 4º, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, bem como no art. 6º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, e considerando o Sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 9 de julho de 2009, do Ministério da Cultura - MinC, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º. Ficam definidas as regras de classificação e distribuição de projetos culturais entre pareceristas cadastrados no Sistema de Credenciamento, para análise e emissão de pareceres técnicos e as competências para condução dos procedimentos de gestão dos pareceristas no âmbito do Ministério da Cultura e de suas Entidades Vinculadas.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. Para aplicação desta Portaria serão consideradas as seguintes definições:

I - Proposta: requerimento apresentado por pessoa física, pessoa jurídica de natureza cultural ou Ente Público, visando à obtenção de recursos públicos para a execução de projetos culturais;

II - Projeto: proposta cultural admitida pelo Ministério da Cultura, após a realização do exame de admissibilidade;

III - Produto principal: resultado preponderante do projeto, assim entendido o evento, atividade ou bem cultural primordial, finalístico ou essencial, podendo ser determinado pela pauta mais extensa ou custo.

IV - Produto secundário: demais resultados do projeto cultural, abrangendo eventos, atividades ou bens culturais que dependem, derivam ou se vinculam ao produto principal do projeto, não podendo possuir custo unitário superior ao produto principal.

V - Parecerista: técnico credenciado para exercer atividade de análise e emissão de parecer técnico sobre projetos culturais;

VI - Unidade de análise técnica: Secretarias do Ministério da Cultura e suas Entidades Vinculadas;

VII - Parecer técnico: documento emitido por servidor público ou parecerista contendo avaliação técnica e financeira do projeto analisado;

VIII - Capacidade técnica: capacidade administrativa e operacional dos proponentes em garantir o planejamento, a execução dos objetivos pactuados, a gestão dos recursos financeiros disponibilizados para os projetos, bem como sua capacidade em prestar contas;

IX - Impropriedade formal: utilização de linguagem imprópria na emissão dos pareceres técnicos, ausência de fundamentação técnica do objeto analisado, incoerência nas informações prestadas nos pareceres e nas diligências realizadas aos proponentes e carência de pronunciamento, clareza e objetividade na análise dos projetos;

X - Descredenciamento parcial: desligamento do parecerista de um ou mais segmentos ou áreas culturais;

XI - Descredenciamento: desligamento total das áreas em que o parecerista foi credenciado e rescisão do Termo de Compromisso, a pedido ou por determinação do Ministério da Cultura.

XII - Diligência: solicitação de informações ou documentos, a proponentes ou terceiros, com o objetivo de sanar pendências e irregularidades, bem como esclarecer ou confirmar informações.

CAPÍTULO II

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 3º. O parecerista não poderá receber projetos para apreciação nas seguintes hipóteses:

I - houver interesse, direto ou indireto, mediato ou imediato, por si ou qualquer de seus parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, no resultado do projeto a ser examinado;

II - tenha participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenha participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III - esteja litigando, judicial ou administrativamente, com o proponente, respectivo cônjuge ou companheiro;

IV - esteja vigente a contratação anterior que tenha como objeto a análise e emissão de parecer técnico sobre projetos culturais para o Ministério da Cultura ou suas Entidades Vinculadas;

V - esteja de posse de projetos com prazo de análise técnica vencido, inclusive a prorrogação, se houver, enquanto não recebido pela unidade técnica o respectivo parecer;

VI - passe a exercer atividade profissional ou se enquadrar em situação prevista como impedimento ao credenciamento.

Art. 4º. Quando caracterizado conflito de interesse ou qualquer das hipóteses previstas no art. 3º, o parecerista deverá declarar-se impedido de atender às demandas objeto da distribuição, informando as causas de seu impedimento ou suspeição à unidade técnica demandante, e devolvendo imediatamente o projeto no caso deste ter sido distribuído e aceito em data anterior à sua declaração, sob pena de aplicação das sanções previstas nos artigos 24 e 25 desta Portaria.

Art. 5º. Verificando-se qualquer impedimento ou suspeição para que o parecerista realize a análise e emissão do parecer técnico será realizada nova distribuição do projeto, de acordo com o que prescreve o § 1º do art. 8º desta Portaria.

CAPÍTULO III

DA SOLICITAÇÃO DE PARECER TÉCNICO

Art. 6º. A análise de projetos será autorizada mediante solicitação de parecer técnico.

Art. 7º. A solicitação de parecer técnico de projeto físico deverá conter:

I - o número do Pronac;

II - a indicação da área cultural preponderante e respectivo(s) segmento(s);

III - a indicação das áreas secundárias, quando houver, e respectivo(s) segmento(s);

IV - o nome do parecerista que fará a análise, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Portaria;

V - a data prevista para a entrega do parecer técnico; e

VI - identificação e assinatura do Coordenador da unidade técnica ou servidor público com delegação de competência.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS OU PROJETOS

Art. 8º. As unidades técnicas realizarão todos os procedimentos necessários para a correta emissão dos pareceres técnicos sobre projetos culturais.

§ 1º A distribuição dos projetos aos pareceristas será realizada pelas unidades técnicas por meio do sistema SALIC, após o exame de admissibilidade, e de acordo com a(s) área(s) e segmento(s) compatível(eis) com o produto principal.

§ 2º Caso não seja possível a distribuição dos projetos na forma descrita no parágrafo anterior, estes serão encaminhados fisicamente aos pareceristas.

§ 3º Na distribuição dos projetos será assegurada a isonomia entre os pareceristas e a quantidade de projetos na distribuição.

§ 4º A análise relativa a eventuais produtos secundários deverá ser feita, sempre que possível, pelo mesmo parecerista responsável pela avaliação do produto principal.

§ 5º Não será admitido o desmembramento das análises de conteúdo e de orçamento do produto.

CAPÍTULO V

DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE PARECERISTAS

Art. 9º. Em razão do interesse público, o Ministério da Cultura poderá convocar pareceristas para formar Comissão Extraordinária de Análise Técnica que se reunirá em local e período determinado na convocação.

§ 1º A convocação extraordinária dos pareceristas deverá ser solicitada formalmente e autorizada pela SEFIC, a qual deverá avaliá-la no prazo de dois dias úteis.

§ 2º O chamamento dos pareceristas, quando autorizado pela SEFIC, será realizado pela unidade de análise técnica interessada, devendo este ser impessoal e rotativo, considerando a disponibilidade, respeitadas as áreas culturais e segmentos dos projetos a serem analisados.

§ 3º O Ministério da Cultura, sempre que possível e visando à economicidade, poderá selecionar apenas pareceristas residentes no local em que se reunirá a Comissão Extraordinária de Análise Técnica.

§ 4º O parecerista que integrar a Comissão Extraordinária de Análise Técnica ficará temporariamente impedido de receber projetos pela lista de distribuição.

CAPÍTULO VI

DA EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

Art. 10. O parecer técnico dos projetos culturais referentes ao mecanismo de incentivo fiscal abordará os itens indicados na instrução normativa em vigor, respeitada a fase de análise do projeto. Quando tratar de transferências voluntárias ou processo seletivo, o parecer técnico deverá observar a legislação aplicável ao caso.

Art. 11. No caso de projetos que tenham recursos advindos do Fundo Nacional de Cultura e/ou da Administração Direta, o parecer técnico, por analogia, abordará os aspectos indicados na instrução normativa em vigor, respeitada a legislação vigente relativa a transferências voluntárias e a fase de análise do projeto.

Art. 12. O parecerista responsável pela análise do produto principal deverá promover a avaliação dos custos administrativos do projeto e a consolidação dos pareceres emitidos.

Art. 13. O MinC poderá solicitar ao proponente documentos ou informações complementares destinadas a subsidiar a análise do projeto.

§ 1º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente.

Art. 14. O parecer deverá ser emitido no Sistema SALIC ou em meio físico, no caso de impossibilidade de emissão pelo referido Sistema.

CAPÍTULO VII

DOS PRAZOS PARA EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

Art. 15. Não havendo prazo expressamente fixado pela unidade técnica, o parecer técnico deverá ser emitido no máximo em dez dias, contados da data de distribuição do projeto ao parecerista.

§ 1º Havendo desmembramento do projeto, o parecer técnico relativo ao produto secundário deverá ser emitido no prazo de até dez dias, contados da data de sua distribuição ao parecerista.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o parecer relativo ao produto principal e aos custos administrativos, incluindo a consolidação dos demais pareceres, deverá ser emitido no prazo de até dez dias, contados da data de sua distribuição ao parecerista.

Art. 16. Os prazos estabelecidos no art. 15 serão suspensos quando da realização de diligência pelo parecerista ou solicitação de esclarecimentos à unidade técnica, retornando a contagem quando do atendimento das demandas.

Parágrafo único. A não observância dos prazos estabelecidos implicará a perda de remuneração e poderá sujeitar o parecerista às sanções previstas nos artigos 24 e 25 desta Portaria, devendo o processo ser redistribuído a outro parecerista, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 17. Durante a análise do projeto, é facultado ao parecerista solicitar uma única prorrogação do prazo para emissão do parecer técnico, com antecedência mínima de dois dias do término do período inicialmente previsto.

§ 1º A solicitação referida no caput deste artigo deverá ser acompanhada das razões de ordem técnica que justificam a necessidade de prorrogação e será avaliada pela unidade técnica demandante.

§ 2º O prazo poderá ser prorrogado, mediante autorização da unidade de análise demandante.

Art. 18. O recebimento do parecer técnico não exclui a obrigação do parecerista de corrigi-lo, quando a unidade técnica constatar que seu conteúdo não é conclusivo ou apresenta impropriedades formais.

§ 1º A correção do parecer técnico de que trata o caput deste artigo deverá ser efetuada pelo parecerista no prazo de até cinco dias, contados da data da devolução do parecer.

§ 2º O parecer técnico considerado insatisfatório poderá retornar ao parecerista para correção uma única vez.

§ 3º Caso o parecer técnico permaneça inadequado após sua devolução, não será validado pela unidade técnica, gerando perda do direito ao pagamento pela insatisfatória análise realizada e redistribuição do produto ou projeto a outro parecerista sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 24 e 25 desta Portaria.

CAPÍTULO VIII

DA REMUNERAÇÃO

Art. 19. A remuneração pela elaboração do parecer técnico será realizada considerando a complexidade dos projetos, conforme critérios e valores definidos abaixo:

Nível de Complexidade do Projeto Cultural	Critérios	Valor de Remuneração
Projeto de baixa complexidade	a) Até 2 (dois) produtos; b) Valor máximo de R$ 500.000,00; e c) Limitado a 60 itens orçamentários.	Remuneração: R$ 300,00
Projeto de média complexidade	a) Até 4 (quatro) produtos; b) Valores acima de R$ 500.000,00 até R$ 5.000.000,00; e c) Até 130 itens orçamentários.	Remuneração: R$ 800,00
Projeto de alta complexidade	a) Acima de 4 (quatro) produtos; b) Valores acima de R$ 5.000.000,00; e c) Acima de 130 itens orçamentários.	Remuneração: R$ 1.650,00

§ 1º Para enquadramento nos níveis de complexidade, os projetos deverão atender a pelo menos dois quesitos dos critérios acima elencados. Caso um projeto se enquadre em um critério de cada faixa, será considerado como preponderante o valor total do projeto.

§ 2º Os projetos de média complexidade que contenham 50% do valor do projeto em itens orçamentários relacionados a obras arquitetônicas, nos segmentos de construção, restauração e/ou reforma de imóvel terão o pagamento correspondente ao valor dos projetos de alta complexidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Excepcionalmente, caso a análise do produto secundário requeira conhecimento técnico especializado, a análise do projeto poderá ser desmembrada e o valor do parecer emitido será dividido pelo número de produtos existentes no projeto.

§ 4º O parecer técnico deverá ser completo, objetivo e conclusivo, incluindo a análise da planilha orçamentária, abordando todos os itens da legislação em vigor, independentemente da sugestão de deferimento ou de indeferimento, dos subsídios oferecidos para análise do projeto e de eventual não atendimento às diligências.

§ 5º Nos casos de recurso contra decisão do Ministério o projeto será encaminhado ao parecerista que emitiu o parecer técnico contestado, sem direito a remuneração. Caso o parecerista esteja indisponível, a análise deverá ser realizada por outro parecerista e o valor da remuneração será igual ao previsto para o nível correspondente à complexidade do projeto.

Art. 20. O deslocamento de parecerista para a realização de vistorias, quando convocado extraordinariamente em município diverso de sua residência, será custeado pelo Ministério da Cultura, observados os limites fixados no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, bem como as regras previstas na Portaria 27, de 5 de abril de 2016, que disciplina a concessão de diárias e passagens aos colaboradores eventuais.

Art. 21. O prazo para pagamento do parecerista por serviço prestado será definido no Termo de Compromisso, de acordo com o disposto no art. 29, inciso X, no art. 30, inciso VII, e no art. 32, desta portaria.

Parágrafo único. Ocorrendo atraso no pagamento, sem que o credenciado tenha concorrido para tal atraso, incidirá atualização monetária sobre o valor devido pela taxa SELIC ocorrida entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento.

CAPÍTULO IX

DA SOLICITAÇÃO DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO E DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO

Art. 22. O parecerista poderá solicitar o afastamento temporário de recebimento de projetos, quando julgar excessiva a quantidade de pareceres técnicos a seu cargo frente à sua capacidade de cumprir os prazos ou por motivos particulares, admitindo-se, no máximo, dois períodos de trinta dias intercalados durante cada exercício.

§ 1º O afastamento temporário somente poderá ser aplicado a partir da distribuição seguinte à da solicitação feita pelo parecerista.

§ 2º O parecerista não poderá devolver, sem a devida análise, o (s) projeto (s) distribuídos até a data da formalização do pedido de afastamento temporário.

Art. 23. O parecerista poderá solicitar à SEFIC o seu descredenciamento voluntário, indicando, neste caso, a (s) área (s) e o (s) segmento (s) cultural (is), objeto (s) do pedido.

Parágrafo único. A solicitação a que se refere o caput deste artigo, devidamente justificada, deverá ser apresentada com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o descredenciamento, observado o disposto no § 2º do art. 22 desta Portaria.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 24. Em caso de descumprimento das regras e obrigações estipuladas nesta Portaria, no Edital de Credenciamento e no Termo de Compromisso, o parecerista estará sujeito ao descredenciamento e às seguintes sanções administrativas a serem aplicadas, sendo na primeira vez advertência escrita, na segunda suspensão de 60 dias e na terceira descredenciamento.

Art. 25. O descredenciamento de parecerista poderá ser determinado sumariamente nas seguintes hipóteses:

I - extravio ou dano parcial ou total aos projetos;

II - utilização de conteúdo dos projetos ou sua divulgação indevida;

III - reprodução não autorizada dos projetos;

IV - emissão de parecer técnico nas hipóteses previstas no art. 3º desta Portaria;

V - exercício de atividade profissional ou enquadramento em situação que constitua impedimento ao credenciamento;

VI - emissão de parecer técnico considerado insatisfatório, que permaneça inadequado, nos termos do § 3º do art. 18 desta Portaria.

Art. 26. Os pareceristas se obrigam a não divulgar e manter sigilosos os dados e informações às quais venha a ter acesso em razão da análise do Projeto, obrigando-se ainda, a não fazer uso indevido dos dados e informações contidas nos processos, sob pena de responsabilização administrativa, cível e criminal.

Art. 27. Os pareceristas não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis do País, seja de forma direta ou indireta.

CAPÍTULO XI

DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Art. 28. À época de abertura de novos prazos para solicitação de inscrições a novo Edital de Credenciamento, o parecerista já credenciado poderá apresentar requerimento de inclusão ou mudança de área ou segmento cultural, o qual será instruído apenas com a documentação necessária à comprovação do atendimento dos requisitos que o habilitem às alterações ou inclusões requeridas.

§ 1º O Ministério da Cultura poderá estabelecer a qualquer tempo, a seu critério, para possibilitar aos pareceristas já credenciados ou não apresentar requerimento de inclusão ou mudança de área ou segmento cultural, o qual será instruído conforme descrito no caput deste artigo.

§ 2º Os requerimentos descritos no presente artigo serão submetidos à análise da Comissão de Credenciamento e terão seus resultados publicados no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO XII

DAS COMPETÊNCIAS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Compete às Unidades de Análise técnica:

I - observar e adotar os critérios técnicos para qualificação dos pareceres;

II - emitir solicitação de parecer técnico para cada demanda de análise considerada necessária, conforme descrito nos artigos 6º e 7º desta Portaria;

III - realizar a distribuição impessoal dos projetos aos pareceristas de acordo com o disposto na presente Portaria;

IV - analisar as justificativas para prorrogação do prazo de análise, impedimentos para avaliação de projetos e afastamento temporário de recebimento dos mesmos;

V - definir equipe responsável pela distribuição de projetos físicos aos pareceristas, recebimento e avaliação dos pareceres emitidos, bem como o Coordenador que atuará como supervisor dessas atividades e como responsável pela validação formal dos pareceres;

VI - realizar a avaliação da adequação dos pareceres técnicos emitidos pelos pareceristas.

VII - solicitar à SEFIC o descredenciamento dos pareceristas, motivando a solicitação;

VIII - solicitar ao parecerista a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas;

IX - encaminhar à SEFIC autorização de pagamento de despesas relativas a eventuais deslocamentos que os pareceristas necessitarem para a emissão de parecer, com antecedência mínima de dez dias da data prevista para o deslocamento, desde que previamente autorizado e nos parâmetros estabelecidos pelo MinC;

X - no caso das análises de projetos físicos, apresentar à SEFIC o relatório de remuneração dos pareceristas até o quinto dia de cada mês;

XI - promover a avaliação e validação dos pareceres técnicos.

Art. 30. Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Gestora do Sistema de Credenciamento:

I - garantir a operacionalização e manutenção do Banco de Pareceristas;

II - subsidiar as ações exigidas dos pareceristas, fornecendo diretrizes, bases legais, modelos, formulários e todos os instrumentos necessários ao desenvolvimento das ações;

III - supervisionar o aditamento dos Termos de Compromisso que estejam próximos do fim de sua vigência;

IV - providenciar a guarda dos Termos de Compromisso, devidamente assinados pelos pareceristas;

V - sugerir à Secretaria Executiva do Ministério a abertura das inscrições ao Sistema de Credenciamento, quando identificado o surgimento de novas demandas;

VI - solicitar à Coordenação - Geral de Execução Orçamentária e Financeira/Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - CGEXE/SPOA a emissão de empenho, após o término de cada reunião da CNIC.

VII - enviar à CGEXE/SPOA, até o décimo dia útil do mês, o relatório consolidado referente ao pagamento dos pareceres emitidos que foram validados pelas unidades técnicas e avaliados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

VIII - monitorar o cumprimento do prazo destinado à emissão de parecer técnico;

IX - determinar o descredenciamento de parecerista e aplicar sanções administrativas, nas hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 desta Portaria.

Art. 31. Compete à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura:

I - elaborar as normas relativas ao Sistema de Credenciamento juntamente com a SEFIC e demais áreas interessadas, submetendo à análise da Consultoria Jurídica;

II - deliberar sobre a abertura das inscrições ao Sistema de Credenciamento, com a definição de suas condições;

III - designar os membros titulares e suplentes da Comissão de Credenciamento;

IV - decidir sobre os recursos interpostos contra atos da Comissão de Credenciamento;

V - estabelecer prazos para as revisões de área e segmentos culturais para habilitação dos pareceristas;

VI - proceder à convocação de Comissão Extraordinária de Credenciamento, motivando a convocação.

Art. 32. Compete à Coordenação - Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEXE), realizar os procedimentos de remuneração dos pareceristas no prazo de até vinte dias úteis do mês subsequente ao da validação dos pareceres, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso, bem como dos projetos submetidos à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), quando avaliados.

Art. 33. A aplicação dos critérios e procedimentos constantes nesta Portaria será válida para projetos distribuídos a partir da data de sua publicação no DOU.

Art. 34. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Ficam revogadas a Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, do MinC, publicada no DOU, Seção 1, de 12 de setembro de 2011, bem como a Portaria nº 144, de 30 de dezembro de 2011, do MinC, publicada no DOU, Seção 1, de 02 de janeiro de 2012.

ROBERTO FREIRE

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 12 de abril de 2017

Nº 44 - Processo/MinC nº 01400.003572/2008-66.
PRONAC nº 08-3930

Nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Trento Edições Culturais LTDA-ME, CNPJ 08.381.850/0001-99, às fls. 308/311 dos autos do Processo nº 01400.003572/2008-66 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL, com base nas razões contidas no Parecer nº 169/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório de Análise de Recurso nº 146/2017/G03/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Nº 45 - Processo/MinC nº 01400.009794/2010-15
PRONAC nº 10-3812

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda., CNPJ 08.649.116/0001-68, às fls. 646/651 e 680/682, dos autos do Processo nº 01400.009794/2010-15 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas nos Pareceres nºs 21 e 158/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 544/2016/G3/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Nº 46 - Processo/MinC nº 01400.021214/2009-16
PRONAC nº 09-4330

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Artell Empreendimentos Promoções Artísticas e Editora Ltda., CNPJ 02.545.460/0001-20, às fls. 386/534, dos autos do Processo nº 01400.021214/2009-16 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL, com base nas razões contidas no Parecer nº 162/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório de Análise de Recurso nº 124/2017/G03/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

ROBERTO FREIRE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA N° 237, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (Artigo 18)
16 0814 - LER - O Salão Carioca do Livro
BASE MONTAGENS E SERVIÇOS PROMOCIONAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 08.947.037/0001-33
RJ - Rio Bonito
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 238, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 158262 - O Mundo de DALTON (Título Provisório), publicado na portaria nº 0722/15 de 16/12/2015, no D.O.U. ae 17/12/2015, para TOM - beijos e abraçosemfim.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 35 de 21/01/2016, publicada no D.O.U. em 22/01/2016, Seção 1, referente ao Projeto O Inevitável Trem - Pronac: 15 8200

Onde se lê: Prazo de captação: 22/01/2016 a 15/10/2016
Leia-se: Prazo de captação: 22/01/2016 a 31/12/2016

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.313, de 16 de dezembro de 2016 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar os projetos culturais, relacionados nos anexos desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
170948 - 1ª Mostra de Empoderamento do Cinema Feminino em Nova Iguaçu - MECFEM
RENATO MORGADO PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.879.792/0001-30
Processo: 01400006957201776
Cidade: Nova Friburgo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 80.400,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 30/11/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: A "1ª Mostra de Empoderamento do Cinema Feminino em Nova Iguaçu - MECFEM" nasceu da inquietude em promover e disseminar o cinema feminino à população de Nova Iguaçu e Baixada Fluminense, território com aproximadamente 04 milhões de habitantes, através dos olhares de realizadoras locais, do Brasil e exterior e com conteúdos que perpassem questões e desafios do universo feminino. A Mostra está prevista para ser realizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ, gratuitamente, nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2017, sendo 07 filmes exibidos por dia, totalizando 21 exibições, que serão posteriormente definidas através da curadoria. O público estimado ao longo da Mostra é de 1500 pessoas.

171172 - A face feminista do Novo Cinema Alemão
Conde de Irajá Produções LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.763.281/0001-83
Processo: 01400008250201702
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 542.150,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A mostra "A face feminista do Novo Cinema Alemão" pretende apresentar ao público filmes de mulheres realizadoras do Novo Cinema Alemão, movimento cinematográfico moderno entre os anos 1960 e 1980. A mostra tem por objetivo tornar visível outra dimensão do movimento, a partir de filmes realizados por mulheres. "A face feminista do Novo Cinema Alemão" será realizada em três sedes do CCBB do Rio de Janeiro (01/11/2017 a 20/11/2017), São Paulo (15/11/2017 a 04/12/2017) e Brasília (29/11/2017 a 18/12/2017), sempre com uma duração de três semanas e com ao menos duas sessões diárias. Ao todos, serão exibidos 18 longas. As exibições serão em sua maioria em DVD ou Blu-Ray, além de algumas películas, e todos os filmes passarão pelo menos duas vezes. A mostra prevê a realização de dois debates por cidade com um convidado estrangeiro, críticos e professores de cinema, além da publicação de um catálogo. Esperamos atrair em torno de 3 mil pessoas por cidade.

171007 - Cidade em Chamas: O Cinema de Hong Kong
Conde de Irajá Produções LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.763.281/0001-83
Processo: 01400007474201799
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 571.950,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Durante um logo período entre a década de 50 do século passado e o fim dos anos 90, a colônia britânica de Hong Kong foi o principal centro de produção de cinema asiático formando uma indústria forte que dominava as bilheterias em todo o sudeste do continente. Produzindo filmes de ação, musicais, melodramas e comédias, sem grandes preocupações com bom gosto e preferência pelo excesso, a indústria de Hong Kong criou aos poucos um forte star system e grandes cineastas. "Cidade em Chamas: O Cinema de Hong Kong" é uma mostra destinada ao grande público que visa oferecer ao espectador, ao longo de quatro semanas, um recorte de 30 grandes longas do cinema de Hong Kong - todos os filmes serão exibidos ao menos duas vezes, contabilizando um total de 60 sessões. A mostra - a ser realizada nos Centro Culturais Banco do Brasil de Rio de Janeiro (01/11/2017 a 27/11/2017), São Paulo (15/11/2017 a 11/12/2017) e Brasília (29/11/2017 a 25/12/2017), sempre com duas ou três sessões diárias - ainda oferece dois debate, um curso e um catálogo. O estimamos atrair algo em torno de 2000 espectadores por cidade.

171241 - DNA Hot Rod
Julio Cesar Arruda Mendes
CNPJ/CPF: 423.971.709-49
Processo: 01400008566201796
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 53.900,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 29/09/2017

Resumo do Projeto: Esse projeto pretende resgatar parte da história automobilística do sul brasileiro através de um documentário em vídeo com 20 minutos. O documentário trará imagens de época e entrevistas com pilotos e será produzido em vídeo High Definition (HD) e distribuído em canais de televisão públicos, educativos e comunitários, distribuído para pessoas de interesse, disponibilizado na íntegra pela internet e em redes sociais.

170945 - IN EDIT BRASIL 2017 - 9º Festival Internacional do Documentário Musical
Vertigo Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 56.629.728/0001-31
Processo: 01400006942201716
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.980,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 10/09/2017

Resumo do Projeto: In Edit Brasil é um festival de cinema dedicado exclusivamente ao gênero do documentário musical. Em 2017, ano de sua 9ª edição, o festival trará cerca de 50 títulos (sendo 15 longas nacionais, 5 curtas nacionais e 30 longas estrangeiros) inéditos no circuito comercial do país. Serão realizadas cerca de 9 sessões por dia, em 11 dias de exibição, totalizando cerca de 100 sessões cinematográficas, incluindo a sessão de abertura. Além dos filmes, haverá palestras e debates, provocando reflexão e um contato criativo entre as linguagens cinematográfica e musical. O festival ocorrerá em São Paulo (SP), em julho de 2017.

171221 - MOSTRA DE CINEMA POPULAR DE SJC
Danielle de Oliveira Leite
CNPJ/CPF: 308.169.388-81
Processo: 01400008495201721
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 212.990,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: MOSTRA DE CINEMA POPULAR DE SJC, é uma mostra não competitiva, voltada à exibição de filmes nacionais. Mostra Popular que terá ingressos gratuitos. Serão exibidos longas e curtas metragens (adultos e infantis) todos os dias da Mostra. Haverá debates após a exibição dos filmes e uma oficina de roteiro, produção e direção gratuita direcionada à jovens locais que queiram ingressar nesta área. 4 dias de MOSTRA (total de 11 filmes) e 4 dias de OFICINA. Serão exibidos 4 longa- metragens adultos, 3 longa-metragens infanto-juvenis e 4 curta-metragens. Total de 8 sessões, distribuídas em3 sessões com os filmes infantis e 4 sessão com filmes adultos e os curta-metragens exibidos antes do adulto. Teremos portanto 2 sessões por dia.

171012 - Mostra Elas - Filmes realizados por Mulheres
Giro Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 21.988.610/0001-15
Processo: 01400007550201766
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 195.925,00
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 11/09/2017

Resumo do Projeto: A presente proposta visa a realização da primeira edição da Mostra Elas - Filmes Dirigidos por Mulheres entre os dias 01 e 06 de agosto na sala de cinema da SaladeARTE da UFBA, na cidade de Salvador. Ao longo de 06 dias de evento, composta por um total de 18 sessões de filmes, a mostra irá reunir pelo menos 50 obras cinematográficas de curta e longa duração de temáticas variadas, tem como objetivo criar um espaço de visibilidade, valorização, difusão e discussão a respeito da produção de filmes realizados por cineastas brasileiras. A mostra também irá promover a realização de oficina teórico-prática de roteiro e consultoria de roteiros de longa e curta duração desenvolvidos por mulheres. Tanto a oficina, quanto a consultoria tem como público-alvo até 30 mulheres, jovens e adultas, interessadas em aprofundar-se no campo de criação cinematográfica. Também faz parte da programação a realização de três mesas de debates; itinerância por 02 escolas da cidade de Salvador, contando, inclusive, com a participação das realizadoras; e apresentações musicais de artistas mulheres. Estima-se, assim, alcançar um público de pelo menos 2.000 pessoas.

170851 - Mulheres Que Vencem
Umiharu Produções Culturais e Cinematograficas Ltda ME.
CNPJ/CPF: 10.385.520/0001-13
Processo: 01400006386201770
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 546.357,05
Prazo de Captação: 13/04/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Produção de documentário de média metragem com 24 minutos em 4K, site interativo e distribuição de 500 DVDs. Apresenta histórias reais de mulheres, conhecidas do grande público ou anônimas, que superaram limites e transformaram suas vidas.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 535/GC4, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Declara o caráter militar das atividades e dos empreendimentos no âmbito do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o art. 7º, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e a Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa, resolve:

Art. 1º Declarar o caráter militar das atividades e dos empreendimentos, destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira, no âmbito do CLBI, Organização Militar do Comando da Aeronáutica, integrante do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Parágrafo único. Os empreendimentos a que se refere o caput deste artigo estão compreendidos nos seguintes Tombos:

I - RN.017-001, com 6.127.395,92m²;
II.- RN.017-002, com 8.915.419,39m²;
III - RN.017-003, com 1.l36.669,86 m²; e
IV - RN.017-004, com 2.066.257.95m².

Art. 2º O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno é responsável pelo cumprimento parcial do Programa Espacial Brasileiro e possui permanentemente a seu encargo, dentre outras, as seguintes atividades:

I - executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreio de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis;

II - executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais;

III - analisar a realização de operações de lançamento, no tocante à Segurança das Operações e Limites Operacionais;

IV - elaborar o Plano de Segurança Operacional, o qual conterá o Plano de Segurança de Voo e o Plano de Segurança de Superfície;

V - planejar as Campanhas Operacionais, coordenar, executar e controlar as atividades pertinentes aos lançamentos e rastreios, aos testes e aos experimentos que forem realizados no Centro;

VI - coordenar a preparação dos meios operacionais do Centro para sua participação em operações de rastreio em prol do Centro Espacial Guianês (CSG) e do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA);

VII - elaborar as documentações administrativas, técnicas e operacionais referentes às campanhas operacionais realizadas em prol do CSG e do CLA, incluindo Planos de Operações para as campanhas de rastreio;

VIII - coordenar as operações de rastreamento remoto, conjuntas com o CSG e o CLA;

IX - atualizar, e manter operacionais, os sistemas da Segurança de Voo, incluindo os equipamentos de segurança e meteorológicos, e os programas destinados aos cálculos de probabilidade de impacto, ajustes do lançador, vento balístico e cortante, previsão de "impacto x vento" e linha limite de impacto;

X - maximizar a segurança de voo dos veículos, durante as operações de lançamento, em conformidade com os documentos de segurança aprovados no Plano de Operações;

XI - operar os sistemas de Segurança de Voo, durante as operações de lançamento, incluindo análise de trajetória, condições meteorológicas e sistemas de telecomando;

XII - executar as suas atividades em conformidade com os Regulamentos de Segurança da Agência Espacial Brasileira;

XIII - gerir o Pelotão de Polícia da Aeronáutica e zelar pelo cumprimento das tarefas e ordens relacionadas às suas atividades;

XIV - gerir o Pelotão de Pronto-Emprego e zelar pelo cumprimento das tarefas e ordens relacionadas às suas atividades;

XV - avaliar a efetividade do emprego do Plano de Gerenciamento de Crise e Apoio à Emergência.

Art. 3º As atividades e os empreendimentos futuros que não forem destinados ao preparo e emprego da Força, a serem realizados dentro dos Tombos declarados no Art. 1º, deverão observar as legislações específicas em vigor, conforme cada caso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 106/MB, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Estabelece metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e no subitem 3.1.2 do item 3 do anexo da Portaria nº 172/MB, de 1° de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 77, de 24 de abril de 2015, Seção 1, página 27, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do quadro que a esta acompanha, as metas globais de desempenho institucional do Comando da Marinha, para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018.

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para o cálculo do valor da GDACT, devida aos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

ANEXO

METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META
Capacitar o pessoal que atua na área de Ciência e Tecnologia, por meio de intercâmbio com outras instituições no país e no exterior, a fim de obter um alto grau de excelência profissional. *	Capacitação.	(Quantidade de servidores das Carreiras de C&T submetidos a ações de capacitação/efetivo de servidores das Carreiras de C&T da OM) x 100 (%).	40%
Desenvolver a cooperação/parceria com Instituições públicas e privadas responsáveis por pesquisa na área de Ciência, Tecnologia e Inovação no país.	Acordos com Universidades e Instituições de Pesquisa.	Assinatura de, pelo menos, dois (2) Acordos com Universidades e Instituições de pesquisa existentes.	2
Valorizar a atividade-fim de cada Instituição Científica e Tecnológica (ICT), com o propósito de efetivamente atender à respectiva missão.	Produção de trabalhos científicos	(Número de trabalhos científicos apresentados em congressos e publicados em revistas científicas nacionais e internacionais / número de servidores civis e militares empregados pelas OMPS-C/ICT nas atividades-fim) x 100 (%).	20%
Aplicar os conceitos de gestão e empreendedorismo nas OM, a fim de obter maior produtividade e eficiência. Empregar ferramentas modernas de administração, aprimorando procedimentos e estimulando a cultura de inovação.	Emprego de ferramentas modernas de administração, aprimorando procedimentos e estimulando a inovação.	Emprego de, pelo menos, cinco (5) ferramentas modernas de administração.	5
Implementar medidas que elevem o nível de satisfação profissional no âmbito da MB.	Incentivo e reconhecimento pela eficiência no trabalho.	Utilização de, pelo menos, três (3) instrumentos de incentivo e valorização pessoal.	3

Obs.: Na eventualidade de restrições orçamentárias, as ICT deverão buscar o aprimoramento da capacitação interna, a fim de minimizarem-se seus possíveis efeitos.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 82, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria no 156/MB/2004 e de acordo com o disposto no art. 2o do Decreto no 96.000/1988, resolve:

Art. 1º Conceder autorização ao Navio de Pesquisa americano "ALUCIA", para realizar atividades de pesquisa científica em AJB, conforme previstas nos Projetos Científicos "UFF", "IB-UFRJ" e "IO-USP", obedecendo à derrota previamente apresentada à Marinha do Brasil (MB).

§ 1º O navio fica obrigado a aderir ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), conforme descrito nas Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência Embarcações em AJB - NORMAM-08/DPC. Qualquer alteração da derrota a ser cumprida em AJB deverá ser submetida à apreciação da MB.

§ 2º Caberá à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, instituições responsáveis pela campanha oceanográfica, buscar junto aos órgãos de fiscalização e controle competentes as autorizações legais e exigíveis para a boa execução do projeto, que deverão ser emitidas de acordo com a natureza da pesquisa, quando assim for exigido.

Art. 2º O objetivo científico da campanha: aquisição de dados oceanográficos, dados geofísicos, amostragem de acústica de fundo e observações subaquáticas e em grandes profundidades.

Art. 3º A autorização a que se refere esta portaria terá validade para o período de 24 de abril a 26 de julho de 2017.

Art. 4º O navio de pesquisa mencionado no art. 1º terá a bordo, no período supracitado, um Oficial da MB, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o acesso aos documentos relativos às pesquisas e a todos os compartimentos do navio, com o propósito de permitir a fiscalização necessária dos serviços que serão executados.

Parágrafo único - O Oficial da MB tem autoridade para impedir a pesquisa ou investigação científica, a coleta de dados, informações ou amostras, em AJB, fora do período estabelecido no art. 3º desta Portaria, bem como para não permitir a execução de trabalhos científicos e adoção de derrotas não previstas nos documentos previamente apresentados por ocasião do pedido da autorização. Assim, todas as determinações a esse respeito, emanadas do referido Oficial, deverão ser prontamente acatadas.

Art. 5º A instituição responsável pela pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação todos os dados, informações e resultados obtidos pela pesquisa realizada, dentro dos prazos previstos no Decreto nº 96.000/1988, encaminhando-os para a rua Barão de Jaceguai, s/nº, Ponta da Armação, Ponta D'Areia, Niterói, RJ, CEP: 24048-900.

Art. 6º Para a remessa dos dados coletados, deverão ser observados os aspectos técnicos e de documentação, detalhados nas "ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS", que a esta acompanham.

Art. 7º O não cumprimento, pelas entidades interessadas, do estabelecido nesta Portaria, implicará o cancelamento automático da presente autorização, respondendo as referidas entidades pelos prejuízos causados e ficando sujeitas, a critério do Governo Brasileiro, a terem recusadas futuras solicitações de pesquisas em AJB.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante de Esquadra LUIZ GUILHERME SÁ DE GUSMÃO

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 89/DPC, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Habilita Praticante de Prático a Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar a Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 20-9, datada de 4 de abril de 2017, da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Belém, Complexo Portuário Vila do Conde e Adjacências (PA) - ZP-03, o Praticante de Prático LEONARDO FREITAS FALCÃO (com restrições).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 90/DPC, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Habilita Praticante de Prático a Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 10-66, datada de 30 de março de 2017, da Capitania dos Portos de São Paulo e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por terem sido aprovados no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Santos, Baixada Santista, São Sebastião e Tebar (SP) - ZP-16, os Praticantes de Prático:

a) FRANCISCO DE PAULA MONTEIRO DE BARROS (com restrições);

b) FREDERICO DE MATTOS REYNAUD (com restrições);

c) HIRAM EDUARDO ROSA DOS SANTOS (com restrições);

d) MARCELO CEZAR HOSANNAH DE BERREDO (com restrições);

e) PEDRO CALIL ALVAREZ TKOTZ (com restrições);

f) ROBERTO FELIX DE SOUZA (com restrições); e

g) VINICIUS DE MELO BATALHA (com restrições).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 91/DPC, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas - NORMAM-03/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas" (NORMAM-03/DPC), aprovadas pela Portaria nº 101/DPC, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de fevereiro de 2004; alterada pela Portaria nº 41/DPC, de 26 de maio de 2004, publicada no DOU de 1º de junho de 2004 (1ª Modificação); pela Portaria nº 74/DPC, de 15 de setembro de 2004, publicada no DOU de 27 de setembro de 2004 (2ª Modificação); pela Portaria nº 37/DPC, de 27 de abril de 2005, publicada no DOU de 3 de maio de 2005 (3ª Modificação); pela Portaria nº 60/DPC, de 18 de agosto de 2005, publicada no DOU de 30 de agosto de 2005 (4ª Modificação); pela Portaria nº 13/DPC, de 1º de fevereiro de 2006, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2006 (5ª Modificação); pela Portaria nº 76/DPC, de 3 de agosto de 2006, publicada no DOU de 9 de agosto de 2006 (6ª Modificação); pela Portaria no 115/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006, (7ª Modificação); alterada pela Portaria nº 126/DPC, de 22 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2006 (8ª Modificação); alterada pela Portaria nº 17/DPC, de 28 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 2 de março de 2007 (9ª Modificação); alterada pela Portaria nº 71/DPC, de 11 de julho de 2007, publicada no DOU de 18 de julho de 2007 (10ª Modificação); alterada pela Portaria no 50/DPC, de 30 de abril de 2008, publicada no DOU de 7 de maio de 2008 (11ª Modificação); alterada pela Portaria no 114/DPC, de 15 de setembro de 2009, publicada no DOU de 16 de setembro de 2009 (12ª Modificação); alterada pela Portaria nº 115/DPC, de 20 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011 (13ª Modificação); alterada pela Portaria nº 244, de 6 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2011 (14ª Modificação); alterada pela Portaria nº 263, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 6 de janeiro de 2012 (15ª Modificação); alterada pela Portaria nº 100, de 4 de junho de 2012, publicada no DOU de 5 de junho de 2012 (16ª Modificação); alterada pela Portaria nº 162, de 14 de agosto de 2012, publicada no DOU de 16 de agosto de 2012 (17ª Modificação); alterada pela Portaria nº 201, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012 (18ª Modificação); alterada pela Portaria nº 29, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (19ª Modificação); alterada pela Portaria nº 48, de 20 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2014 (20ª Modificação); alterada pela Portaria nº 313, de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015 (21ª Modificação); alterada pela Portaria nº 250, de 16 de agosto de 2016, publicada no DOU de 18 de agosto de 2016 (22ª Modificação); Portaria nº 412, de 16 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016 (23ª Modificação); Portaria nº 429, de 22 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2016 (24ª Modificação); e Portaria nº 41, de 20 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 21 de fevereiro de 2017 (25ª Modificação), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada 26ª Modificação.

I - No Capítulo 1 - "CONSIDERAÇÕES GERAIS - DEFINIÇÕES":

a) No item 0112 - "ATIVIDADES COM EQUIPAMENTOS DE ENTRETENIMENTO AQUÁTICO":

1. Na alínea b) "Regras especiais para dispositivos rebocados":

1.1 Na subalínea 2):

1.1.1 Substituir pelo seguinte texto:

"a embarcação rebocadora, quando operada comercialmente, deverá ser conduzida por um aquaviário e dispor de um outro tripulante a bordo (aquaviário ou amador), para observar o esquiador e/ou o dispositivo rebocado, de modo a que o responsável pela condução possa estar com sua atenção permanentemente voltada para as manobras da embarcação, Essas embarcações não poderão ser classificadas como de esporte e/ou recreio e deverão possuir, obrigatoriamente, um protetor de hélice, visando resguardar a integridade física dos banhistas e usuários do serviço;";

1.2 Incluir subalínea 6) com o seguinte texto:

"6) Transporte de crianças em dispositivos rebocados:

I) É proibido o transporte de crianças com idade inferior a sete (7) anos em dispositivos flutuantes rebocados, do tipo banana boat e disc boat;

II) Crianças com idade igual ou maior do que sete (7) anos e inferior a doze (12) anos poderão ser conduzidas nas bananas boat e disc boat acompanhadas ou autorizadas pelos seus pais ou responsáveis. É de inteira responsabilidade do condutor e/ou do proprietário da embarcação obter a anuência dos pais ou responsáveis pelo menor;

III) No caso da banana boat, a criança deverá ter condições de manter-se firme no dispositivo flutuante, apoiando seus pés no local apropriado e as mãos segurando na alça frontal do assento desse dispositivo; e no caso do disc boat, manter-se com as mãos firmemente apoiadas nas alças laterais; e

IV) No caso de transporte, autorizado pelos pais ou responsáveis dessas crianças no banana boat/disc boat, recomenda-se que elas sejam posicionadas entre dois adultos de modo a manterem-se mais seguras e equilibradas."; e

1.3 Incluir subalínea 7) com o seguinte texto:

"7) No caso do reboque de dispositivo flutuante ser realizado por moto aquática, quando operada comercialmente, os seguintes critérios deverão ser atendidos:

I) Em conformidade com seção V destas normas, a moto aquática deverá ter capacidade para no mínimo três (3) ocupantes, para o condutor, o observador e um eventual passageiro do dispositivo rebocado;

II) No caso de reboque de banana boat/disc boat, o número de passageiros está limitado a cinco (5) pessoas por dispositivo;

III) O condutor da moto aquática, além de ser aquaviário, deverá ser habilitado na categoria de motonauta (MTA). O tripulante observador do dispositivo poderá ser um aquaviário ou amador; e

IV) A moto aquática deverá ser equipada com espelhos retrovisores, que possuam grande campo de visão angular e ser fixado de forma que o condutor possa enxergar os passageiros transportados no dispositivo rebocado. As adaptações dos espelhos retrovisores deverão ser realizadas até 30 de outubro de 2017."; e

II - No Capítulo 5 - "HABILITAÇÃO DA CATEGORIA DE AMADORES":

a) No item 0505 - "EMISSÃO, RENOVAÇÃO, SEGUNDA VIA E DISPENSA DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR (CHA)":

1. Na alínea b) "Renovação":

1.1 Incluir "Nota" com o seguinte texto:

"Nota:

Está autorizada a navegação com protocolo para renovação de CHA, emitida pela CP/DL/AG, por até 30 dias após sua expedição."; e

2. Na alínea d) "Segunda via":

2.1 Incluir "Nota" com o seguinte texto:

"Nota:

Está autorizada a navegação com protocolo para 2ª via de CHA, emitida pela CP/DL/AG, por até 30 dias após sua expedição.".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi de enormes desafios para a maioria das empresas, haja vista a conjuntura econômica e política enfrentada pelo País.

Os setores de construção naval e de defesa, áreas de atuação da EMGEPRON, também atravessaram cenário bastante adverso, com redução nos investimentos, interrupção em projetos, cortes nos orçamentos e dispensas nos quadros de pessoal.

Entretanto, a despeito das dificuldades de 2016, a Empresa alcançou um resultado econômico positivo, fruto de práticas de governança **corporativa eficientes, controle obsessivo de custos e de estratégias** comerciais inovadoras. Tais ações proporcionaram o atingimento das metas delineadas, em um momento de retração do mercado, garantindo, assim, a manutenção da capacidade operacional e a geração de receitas para a EMGEPRON.

Entre as ações implementadas para alcançarmos as metas definidas, destacamos a reestruturação corporativa, a renegociação de contratos, **a recertificação do sistema de qualidade, a revisão do planejamento** estratégico, o corte nas despesas administrativas, o monitoramento de riscos e o acompanhamento de metas, por meio de indicadores.

Na área comercial, prosseguimos com atuação ativa, com foco em resultados, nas áreas de construção e reparos navais, produção de munição naval e de artilharia, gerenciamento de desenvolvimento de sistemas, estudos do mar e apoio logístico.

Outro ponto a destacar foi a autorização, emitida pelo Ministério da Defesa, para que a EMGEPRON atue como interveniente técnico em contratos de exportação de empresas de defesa nacionais, o que permitirá a participação da Empresa em um novo nicho de mercado e o desenvolvimento de novos negócios.

Não poderíamos deixar de ressaltar, ainda, nosso compromisso como empresa pública com as pautas da ética, transparência e responsabilidade social e ambiental. Nesse sentido, foi reestruturada a Comissão de Ética da EMGEPRON, respeitados nossos princípios da Política de Compliance, inciado o processo para implementação do Programa "Jovem Aprendiz", e dada continuidade ao projeto de **reflorestamento no complexo da Fábrica Alte. Jurandyr da Costa** Müller de Campos.

Outrossim, temos certeza, inequívoca, de que nada disso seria possível sem o empenho e comprometimento dos nossos empregados e colaboradores que, com talento e inovação, depreenderam esforços **significativos para que as metas e os resultados fossem conquistados.**

É importante frisar, também, que trabalhamos absolutamente comprometidos com nossa "Missão" e "Visão", recém-formuladas, que preconizam o apoio para o gerenciamento de projetos de interesse da Marinha do Brasil e da Administração Pública, o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e a satisfação de nossos clientes.

Por fim, avaliamos que, em face das práticas adotadas pela Empresa e da expectativa de melhorias no ambiente econômico e político no Brasil, teremos um ano de 2017 de novas conquistas, resultados ainda maiores e uma EMGEPRON ainda mais forte.

O Relatório na íntegra pode ser encontrado na página da EMGEPRON www.emgepron.gov.br - Acesso à Informação - Informações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015
Circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	88.120	32.656
Contas a receber (Nota 5)	22.922	24.906
Impostos a recuperar (Nota 6)	14.100	5.306
Adiantamentos (Nota 7)	11.082	11.460
Depósitos em garantia (Nota 8)	7.805	7.582
Estoques (Nota 9)	7.679	7.503
Outros direitos circulante	8	9
	151.716	89.422
Não circulante		
Contas a receber (Nota 10)	-	77.769
Depósitos para recursos (Nota 11)	7.197	5.707
Intangível (Nota 12)	2.040	1.680
Imobilizados (Nota 13)	30.234	34.622
	39.471	119.778
Total do ativo	191.187	209.200

PASSIVO	2016	2015
Circulante:		
Gerenciamento de recursos MB (Nota 14)	33.377	31.011
Obrigações trabalhistas (Nota 15)	10.127	12.616
Obrigações tributárias (Nota 16)	8.824	14.087
Garantias recebidas (Nota 17)	5.715	5.021
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	5.281	16.249
Fundo de assistência médica (Nota 19)	4.432	4.673
Dividendo / Juros sobre Capital Próprio (Nota 20)	1.884	1.300
Fornecedores	1.067	2.120
Participação a empregado	469	571
Outras contas a pagar	433	518
	71.609	88.166
Não circulante		
Provisão para Contingências (Nota 21)	5.419	5.936
	5.419	5.936
Patrimônio líquido:		
Capital social (Nota 22)	94.344	90.017
Reservas de lucros	19.815	25.081
	114.159	115.098
Total do passivo	191.187	209.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receita operacional líquida		
Receita bruta de vendas de bens e serviços (Nota 23)	167.168	228.966
Deduções de tributos sobre receita operacional	(22.685)	(30.457)
Receitas operacional líquida	144.483	198.509
Custos operacionais:		
Custos com pessoal (Nota 24)	(95.395)	(123.093)
Custos com serviços contratados (Nota 25)	(25.301)	(36.898)
Custos com materiais (Nota 26)	(6.516)	(11.611)
	(127.212)	(171.602)
Lucro bruto	17.271	26.907
Despesas administrativas:		
Despesas com pessoal (Nota 27)	(14.028)	(16.089)
Despesas com serviços contratados (Nota 28)	(3.324)	(4.024)
Despesas com materiais (Nota 29)	(415)	(478)
Despesas com depreciações e amortizações	(4.874)	(5.462)
	(22.641)	(26.053)
Despesas Comerciais	(26)	(29)
Participação a empregados -PLR	(223)	(246)
Outras Receitas e Despesas	2.574	585
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(3.045)	1.164
Receitas financeiras (Nota 30)	6.629	8.693
Despesas financeiras (Nota 30)	(1.964)	(2.056)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	1.620	7.801
Imposto de renda e contribuição social (Nota 31)	(675)	(3.648)
Lucro do líquido do exercício	945	4.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro do exercício	945	4.153
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro do exercício	945	4.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016		2015	
1) Receitas				
Vendas de produtos e serviços e Não operacional	167.168		228.966	
Outras receitas operacionais	4.075		3.015	
2) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(1.691)		(1.715)	
Custo das mercadorias para revenda	(5.240)		(10.374)	
Energia, serviços de terceiros e Outros operacionais	(28.596)		(39.287)	
3) Valor adicionado bruto (1-2)	135.716		180.605	
4) Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(4.877)		(5.557)	
5) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	130.839		175.048	
6) Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	6.629		8.693	
7) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	137.468	100%	183.741	100%
Pessoal e administradores	109.762	80%	141.572	77%
Salários, vantagens e encargos	98.829	72%	126.284	69%
Participação do empregados nos lucros	223	0%	246	0%
Benefícios a empregados	10.710	8%	15.042	8%
Tributos	24.733	18%	34.322	19%
Impostos, taxas e contribuições	24.733	18%	34.322	19%
Instituições financeiras e fornecedores	2.028	1%	3.694	2%
Juros, variações cambiais e monetárias	2.028	1%	3.694	2%
Acionistas	945	1%	4.153	2%
Juros sobre o capital próprio e dividendos	898	1%	-	0%
Lucros retidos	47	0%	4.153	2%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxo de Caixa - Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	209.350	138.922
Rendimentos financeiros	5.265	7.790
Gastos com pessoal	(99.297)	(109.826)
Pagamentos de fornecedores	(30.466)	(59.467)
Pagamentos de tributos	(37.552)	(25.212)
Gastos com o plano de assistência médica	(5.488)	(6.222)
Garantias concedidas	1.118	10.304
Garantias recebidas	14.457	15.839
Participação a empregados - PLR	(325)	-
Outros valores recebidos (pagos)	498	(818)
Caixa líquido obtido das atividades operações	57.560	(28.690)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Investimentos		
Investimentos	-	-
Imobilizados	(613)	(3.514)
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(613)	(3.514)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Juros sobre o capital próprio - JSCP	(1.483)	-
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	(1.483)	-
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no período	55.464	(32.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.656	64.860
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	88.120	32.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

		Reservas de Lucro					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Esp. Div. Obrig. Não Distrib.	Reserva de Retenção de Lucros	Total Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	90.017	7.752	-	13.176	20.928	-	110.945
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.153	4.153
Proposta da administração para destinação das Reservas e do lucro líquido do exercício:							
. Constituição de reserva legal	-	208	-	-	208	(208)	-
. Constituição de reserva de investimento	-	-	-	2.959	2.959	(2.959)	-
. Constituição de reserva especial de dividendos	-	-	986	-	986	(986)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	90.017	7.960	986	16.135	25.081		115.098
Reversão da reserva esp. Div. Obrig não Distribuído	-	-	(986)	-	(986)	986	-
Provisão para pagamento de dividendos a União	-	-	-	-	-	(986)	(986)
Incorporação de Reserva de Investimentos ao Capital Social	4.327	-	-	(4.327)	(4.327)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	945	945
Proposta da administração para destinação das Reservas e do lucro líquido do exercício:							
. Constituição de reserva legal	-	47	-	-	47	(47)	-
. Distribuição Juros sobre capital próprio à União	-	-	-	-	-	(223)	(223)
. Distribuição de dividendos à União	-	-	-	-	-	(675)	(675)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	94.344	8.007		11.808	19.815		114.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Valores expressos em Reais)

1 - Contexto Operacional

A Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON foi constituída em 11 de junho de 1982, conforme a Lei nº 7.000 de 9 de junho de 1982, como empresa pública com personalidade jurídica de **direito privado, tendo por finalidades:**

I - Promover a Indústria Militar Naval Brasileira e Atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - Gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha; e

III - Promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material Militar Naval.

2 - Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (Lei 6.404/76 e suas alterações), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Empresa atua. Todas **as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas** para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 17 de janeiro de 2017.

3 - Principais políticas contábeis

As políticas descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações **financeiras.**

a. Instrumentos Financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas movimento (depósitos bancários **à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras)** consideradas de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item **do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão** de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada **de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja** exigido para liquidar a obrigação.

As demonstrações financeiras refletem as seguintes provisões:

- Férias

Provisão constituída com base na remuneração dos empregados da Empresa e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluído os encargos sociais correspondentes.

- Provisão para contingências

Provisão constituída com base no julgamento dos assessores jurídico **da Empresa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis** perdas com as ações em curso, de acordo com o Pronunciamento CPC 25.

d. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais relativos a índices ou **taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não** circulantes, incluindo, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre Aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

f. Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

Representam direitos a cobrar de terceiros e originam-se do curso normal das operações da Empresa.

Estoques em poder de terceiros

Representam os insumos adquiridos para produção por encomenda em estabelecimento de terceiros. São contabilizados na entrada como Estoque em Poder de Terceiros e baixados conforme o produto pronto vai sendo entregue pelo fornecedor. O critério utilizado para a baixa é o PEPS (Primeiro que entra primeiro que sai).

Tributos a recuperar

Representam, basicamente, tributos retidos pelos clientes, os quais serão compensados em operações subsequentes.

Depósitos para Recursos

Representam depósitos realizados pela empresa relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

g. Passivo circulante e não circulante

Reconhecidos no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas.

h. Gerenciamento de risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Empresa. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco estão apresentados na Nota Explicativa nº 32.

i. Capital social

O capital social da Empresa é 100% da União, como toda empresa pública, e a mesma não possui ações no mercado de capitais.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2016 R$/1.000	2015 R$/1.000
Fundo rotativo de caixa	9	11
Bancos Conta Movimento	26.715	212
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	61.396	32.433
	88.120	32.656

Os "Títulos Vinculados ao Mercado Aberto" são representados por Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo (aplicado no Banco do Brasil DTVM S/A e Caixa Econômica Federal, conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

5 - Contas a receber

CLIENTES	2016 R$/1.000	2015 R$/1.000
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	11.310	3.254
Centro de Manutenção de Sistema da Marinha	768	1.060
Diretoria de Portos e Costas	3.636	11.488
Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha	4.938	1.651
Diretoria Geral do Material da Marinha	-	1.620
Hospital Naval Marcílio Dias	252	-
Laboratório Farmacêutico da Marinha	-	783
Outros MB	125	633
Soma – MB	21.029	20.489
Itaguaí Construções Navais	698	684
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras	410	319
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	504
Outros Extra MB	470	2.931
Soma – Extra MB	1.914	4.438
Provisão para Devedores Duvidosos	(21)	(21)
Total	22.922	24.906

6 - Impostos a recuperar

	2016 R$/1.000	2015 R$/1.000
Imposto de renda retido na fonte	8.809	4.096
Contribuição social retida na fonte	1.656	319
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.565	-
Programa de Integração Social e Form Patrim Serv Públ	339	443
Outros	1.731	415
Total	14.100	5.273

Correspondem, basicamente, às retenções de impostos e contribuições por órgãos públicos, efetuados sobre o faturamento da EMGEPRON, por força da legislação, cujos valores serão compensados oportunamente.

7 - Adiantamentos

	2016 R$/1.000	2015 R$/1.000
1) Adiantamentos a fornecedores	8.825	9.127
2) Adiantamentos a empregados	2.257	2.333
	11.082	11.460

1) Os Adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a:
- Adiantamentos Base Naval de Val-de-Cães, no valor de R$ 2.871 mil, para fabricação de 15 (quinze) Lanchas Sociais Oceânicas (LSO) para Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com previsão de entrega até JUN2017;
- Adiantamentos Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), no valor de R$ 1.813 mil, para Gerência Operacional de Fábrica de Munição da Marinha realizado no mês de dezembro de 2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Adiantamentos Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM), no valor de R$ 2.095 mil, para Apoio Técnico Operacional de Laboratório realizado no segundo semestre de 2016;e
- Outros fornecedores no valor total de R$ 2.046 mil.
2) Os Adiantamentos a empregados referem-se, basicamente, a:
- Adiantamentos de férias a empregados, no valor de R$ 1.911 mil;
- Adiantamentos de 13º salário do exercício de 2016, no valor de R$ 342 mil; e
- Outros adiantamentos a empregados, no valor de R$ 4 mil.

8 - Depósitos em garantia

Depósitos efetuados com o objetivo de fornecimento de garantias para **fiel execução e contratos por serviços a serem prestados e por conta de** adiantamentos recebidos de clientes, conforme demonstrado abaixo:

CLIENTE	EMISSÃO	VENCTº	TÍTULO	2016	2015
				R$/1.000	R$/1.000
DEN	08/10/2014	05/06/2017	CDB(BB)	6.621	6.621
CHILE	04/12/2014	08/11/2019	CDB(BB)	177	177
SETRANS-RJ	12/08/2014	11/02/2016	CDB(BB)	-	995
CHILE	06/05/2015	09/04/2020	CDB(BB)	105	105
IMBEL	11/05/2015	08/03/2016	CDB(BB)	-	415
Rendimentos Auferidos				902	169
				7.805	7.582

9 – Estoques

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
1) Estoques – MPI - FAJ	7.197	7.053
2) Estoques – BNVC – LSO	481	450
3) Estoques – Publicações - Filial Niterói	1	-
Total	7.679	7.503

1) Os valores Estoque – MPI – FAJ referem-se aos insumos em poder de terceiros para serem utilizados na produção de munição na Fábrica Almirante Jurandir da Costa Müller de Campos (FAJCMC), para atender a encomendas da EMGEPRON de clientes extra MB, cujos valores estão registrados ao custo de aquisição e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização; e
2) Os valores Estoque – BNVC – LSO referem-se aos insumos em poder de terceiros para serem utilizados na fabricação de 15 (quinze) Lanchas Sociais Oceânicas (LSO) na Base Naval de Val-de-Cães, para atender encomendas da EMGEPRON de clientes extra MB, cujos valores estão registrados ao custo de aquisição e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

10 - Contas a receber

CLIENTES	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	-	40.223
Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha	-	34.945
Diretoria Geral do Material da Marinha	-	2.602
Total	-	77.769

No exercício de 2015 foi transferido do Ativo Circulante para o Realizável a Longo Prazo, em virtude de falta de expectativa de **recebimento da MB até o fim do exercício seguinte, por conta de** restrições orçamentárias. Em 2016, houve uma mudança no quadro e os valores que estavam pendentes no Longo Prazo foram recebidos pela EMGEPRON.

11 – Depósitos para recursos

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
1) Depósitos para recursos trabalhistas	3.562	1.922
2) Depósitos para recursos tributários	3.229	3.445
3) Depósitos para recursos administrativos	406	340
Total	7.197	5.707

12 - Intangível

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
1) Projeto NETUNO	380	380
2) Projeto NaPa 500	1.500	1.300
3) Projeto NaPaFlu Amazônico	160	-
Total	2.040	1.680

1) O Projeto NETUNO é um investimento da EMGEPRON em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Laboratório de Sistemas Integrados Tecnológico - LSI_Tec (USP), para o Desenvolvimento de Sistema de Automação de Armas empregando microeletrônica. O projeto inclui a construção de um canhão de 40mmL/70 completo para os testes de validação, e terá prazo de execução em 24 meses;
2) O Projeto NaPa 500 é um investimento da EMGEPRON para o desenvolvimento da construção do Navio Patrulha de 500 toneladas; e
3) O Projeto NaPaFlu Amazônico é um investimento da EMGEPRON em parceira com as empresas COTECMAR (Colômbia) e SIMA (Peru), para a elaboração do Projeto Básico de Engenharia do Navio Patrulha Fluvial.

13 - Imobilizado

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/16	Aquisições	Baixas	Depreciação No período	Valor Depreciável 31/12/15
		(Em milhares de reais)				
Obras Civis	4%	11.679	21	-	-627	12.285
Móveis e Utensílios	10%	721	18	-3	-137	843
Equip. Processamentos Dados	20%	329	22	-1	-192	500
Veículos	20%	70	-	-	-56	126
Máquinas e Equipamentos	10%	199	5	-	-49	243
Equipamentos de Comunicação	10%	9	7	-	-1	3
Direito de Uso Software	20%	87	6	-	-30	111
Benf. Propriedade de Terceiros	10%	14.975	3.381	-	-3.782	16.235
Benf. Propriedade de Terceiros-em andamento	-	2.165	411	-3.381	-	4.275
Total		30.234	3.871	-3.385	-4.874	34.622

	Taxas Anuais de Depreciação	Valor Depreciável 31/12/15	Aquisições	Baixas	Depreciação No período	Valor Depreciável 31/12/14
		(Em milhares de reais)				
Obras Civis	4%	12.285	-	-	-627	12.912
Móveis e Utensílios	10%	843	256	-4	-138	729
Equip. Processamentos Dados	20%	500	166	-52	-235	621
Veículos	20%	126	-	-	-63	189
Máquinas e Equipamentos	10%	243	49	-16	-49	259
Equipamentos de Comunicação	10%	3	2	-1	-1	3
Direito de Uso Software	20%	111	51	-22	-28	110
Benf. Propriedade de Terceiros	10%	16.235	860	-	-4.321	19.696
Benf. Propriedade de Terceiros-em andamento	-	4.275	674	-	-	3.601
Total		34.622	2.049	-94	-5.462	38.120

(*) A imobilização em "Benfeitorias em Propriedade de Terceiros - em andamento" refere-se, basicamente, aos investimentos que a EMGEPRON está realizando na ampliação e modernização da Fábrica Almirante Jurandir da Costa Müller de Campos da Marinha (FAJCMC).

O custo de aquisição do imobilizado ou custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, ou seja, a soma do preço de compra com os gastos necessários para colocá-lo em condições de uso. Não há indícios de valorização dos saldos acima de seus **respectivos valores de venda líquido ou de uso (valores dos fluxos de** caixa futuros produzidos para cada ativo trazidos a valor presente), conforme atestado em laudo de avaliação do Imobilizado em 16 de janeiro de 2017.

14 - Gerenciamento de Recursos da MB

ANTECIPAÇÕES DE CLIENTES	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Antecipações – AMRJ	12.142	11.761
Antecipações – CTMSP	947	1.434
Antecipações – BNVC	1.610	2.578
Antecipações – BNA	6.157	2.736
Antecipações – BACS	711	1.098
Antecipações – CHM	2.771	2.120
Antecipações – DSAM	661	1.535
Antecipações – DPC	651	1.151
Antecipações – DAbM	1.616	690
Antecipações – OUTRAS	6.211	5.908
Total	33.377	31.011

As Antecipações representam valores recebidos de clientes por conta de serviços a serem executados. Parte desses recursos são utilizados em projetos das respectivas Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS). Na gestão destes projetos, a EMGEPRON aufere receitas apropriadas durante o período de execução, conforme **contratos firmados entre as partes. Os recursos disponíveis encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco** do Brasil e Caixa Econômica Federal.

15 - Obrigações trabalhistas

OBRIGAÇÕES	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Provisão para férias	8.801	10.617
INSS a recolher	920	1.514
FGTS a recolher	406	485
Total	10.127	12.616

16 - Obrigações tributárias

OBRIGAÇÕES	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
COFINS a recolher	4.241	588
PASEP a recolher	903	130
IRRF a recolher	362	465
ISS a recolher	390	623
ICMS a recolher	4	94
Outros	469	780
Diferimento da COFINS	1.688	7.872
Diferimento do PASEP	367	1.709
Diferimento do IRPJ	294	1.343
Diferimento do CSLL	106	483
Total	8.824	14.087

A redução significativa das Obrigações Tributárias em relação ao exercício anterior deve-se à realização de diferimento de recolhimento de tributos, em virtude de recebimento expressivo de recursos da MB no exercício.

17 - Garantias recebidas

A Empresa, buscando garantir-se contratualmente em determinados **serviços, solicita ao contratado garantias financeiras em carta de fiança ou depósitos bancários, com validade de 30 dias após o efetivo encerramento do serviço, a fim de garantir a liquidação de eventual pendência financeira, bem como pagamento por serviços adicionais** fornecidos e quitação de multa e juros de mora, caso venham a ocorrer.

18- Antecipações de clientes

ANTECIPAÇÕES DE CLIE NTES	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Antecipações – IMBEL	-	415
Antecipações – DEN	-	1.115
Antecipações – DOCM	-	446
Antecipações – 1º DN	-	1.142
Antecipações – DSAM	-	269
Antecipações – COGESN	-	1.656
Antecipações - DEN (CONSTR. BN)	4.147	6.220
Antecipações – NAeSP	289	1.237
Antecipações – DPHDM	-	779
Antecipações – BOTSWANA	-	1.480
Antecipações – BAMRJ	-	278
Antecipações – SEC. TRANSPORTE DE SP	136	232
Antecipações – ComOpNav	709	859
Antecipações – OUTROS	-	121
Total	5.281	16.249

19- Fundo de assistência médica

Representa os recursos reservados para atender ao Plano de Assistência Médica e Social dos Empregados da EMGEPRON (PAMSE), administrado pela própria Empresa. Os recursos encontram-se **devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do** Brasil e Caixa Econômica Federal.

20 - Dividendo / Juros sobre Capital Próprio

A empresa tem adotado como política de distribuição de dividendos remunerar a União com pagamento de juros sobre o capital próprio limitando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir do exercício 2014, em função da queda expressiva de sua receita operacional em decorrência da Cisão Parcial ocorrida em setembro 2013, a proposta foi limitar- se à distribuição mínima obrigatória em cerca de 25% do lucro líquido ajustado. No entanto, em 2015, não foi possível **aproveitar o benefício fiscal, uma vez que a EMGEPRON constituiu** Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído, em função da situação delicada de Caixa da Empresa. Dessa forma, a proposta em 2015 seria recolher na forma de dividendos quando a **situação financeira assim permitir. Devido à discordância do Ministro** Fazenda, esse determinou que a reserva fosse revertida no exercício de 2016, e que fosse recolhido seu valor atualizado pela Selic em forma de dividendo. Para o exercício de 2016, também, em função do pequeno resultado alcançado, a proposta da Diretoria será de distribuir cerca de 25% do lucro líquido ajustado como juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 223 mil, e o restante, no valor de R$ 675 mil, recolher aos cofres da União em forma de dividendo.

21 - Provisão para contingências

OBRIGAÇÕES	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
a) Provisão para Contingências Fiscais	3.228	3.228
b) Provisão para Passivos Trabalhistas	1.383	2.143
c) Provisão para Riscos Administrativos	808	565
Total	5.419	5.936

A provisão constituída refere-se, basicamente:
a) à intimação para a Empresa recolher o valor de R$ 2.946 milhões pela Comunicação nº 705/2011 da Secretaria da Receita Federal (SRF). O valor apurado teve por origem o pedido de compensação de débitos no exercício de 2004, com saldos credores existentes de pedidos de restituições efetuados nos exercícios de 1998 e 1999. Créditos estes que já haviam sido constatados pela SRF, por meio de diligência realizada em 20 de setembro de 2002. Em 2009, após nove anos do fato gerador, a SRF pôs em dúvida a existência de tais créditos. A Empresa, não conformada, recorreu ao Judiciário para anular a decisão;
b) são provisões de ações trabalhistas que se caracterizam como prováveis êxitos pelos empregados; e
c) são provisões de ações administrativas que se caracterizam como prováveis êxito por terceiros.
Existem outras ações trabalhistas e administrativas no valor aproximado de R$ 4.696 milhões, que, por caracterizarem-se como possíveis, não foram contabilizadas em atendimento ao que preconiza o Pronunciamento CPC 25.

22 - Capital Social

O capital da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, **representa cerca de R$ 94.344 mil ao final do exercício de 2016 e, em** 31 de dezembro de 2015, era de R$ 90.017 mil. O aumento em cerca de R$ 4.360 mil, foi motivado pela incorporação ao Capital Social de parte da Reserva de Investimentos constituída em 2012 e 2013, em decorrência dos investimentos executados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

23 - Receita Operacional Líquida

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Receitas com vendas de serviços no país	155.909	208.030
Receitas com venda de mercadorias no país	4.656	6.206
Receitas com venda para exportação	6.603	14.730
Receita Bruta	167.168	228.966
(-) Deduções de tributos	-22.685	-30.457
Receita Líquida	144.483	198.509

24 - Custos com Pessoal

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Remuneração	49.087	65.502
Encargos Sociais	37.284	44.329
Outras	9.024	13.262
Total	95.395	123.093

25 - Custos com serviços contratados

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Serviços prestados pelas OMPS	19.642	28.103
Serviços profissionais - PJ	2.930	3.368
Energia Elétrica	1.094	1.442
Limpeza e conservação	759	1.126
Água / Taxas condomínio	193	305
Serviços profissionais - PF	196	262
Outros	487	2.292
Total	25.301	36.898

26 - Custos com materiais

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Insumos/Mercadorias fornecidos pelas OMPS	3.586	8.186
Insumos/Mercadorias outros fornecedores	1.654	1.710
Outros	1.276	1.715
Total	6.516	11.611

27 - Despesas com Pessoal

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Remuneração	7.478	8.515
Encargos Sociais	4.864	5.795
Outras	1.686	1.779
Total	14.028	16.089

28 - Despesas com serviços contratados

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Serviços profissionais - PJ	411	633
Serviços profissionais - PF	60	37
Manutenção de Sistema, Equip. e Instalações	907	851
Limpeza e conservação	317	355
Comunicações	223	205
Feiras e eventos	97	559
Energia elétrica	464	249
Publicidade	62	120
Outros	783	1.015
Total	3.324	4.024

29 - Despesas com materiais

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Materiais de consumo	321	427
Materiais de expediente	28	17
Outros	66	34
Total	415	478

30 - Receitas e Despesas Financeiras

	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	5.912	8.036
Variações monetárias	356	7
Variações cambiais	361	650
Total	6.629	8.693
Despesas financeiras		
Variações monetárias	1.682	1.758
Variações cambiais	178	151
Despesas bancárias	327	147
Total	2.187	2.056

31 - Conciliação do IRPJ e CSLL

APURAÇÃO IRPJ/CSL L	2016	2015
	R$/1.000	R$/1.000
Base para cálculo da contribuição social		
Lucro contábil do exercício	1.843	7.801
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	4.321	3.227
(-) Exclusões	434	2.216
Base antes da compensação	5.730	8.811
Compensações de prejuízos anteriores	-	-
Lucro Real ajustado	5.730	8.811
Contribuição social do exercício – 9%	516	793
Base para cálculo do imposto de renda		
Lucro contábil do exercício	1.843	7.801
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	4.321	3.227
(-) Exclusões	434	2.216
Base antes da compensação	5.730	8.811
Compensações de prejuízos anteriores	-	-
-Lucro Real ajustado	5.730	8.811
Imposto de renda – 15%	859	1.337
Imposto de renda adicional - 10%	549	867
Deduções - Incentivos fiscais da Lei Rouanet	-	25
Deduções - Incentivos fiscais do PAT	34	53
Imposto de renda do exercício	1.374	2.101
Realização de CSLL Diferida	-322	200
Realização de IRPJ Diferido	-893	554
CSLL Provisionada (R$ 516 - R$ 322)	194	993
IRPJ Provisionado (R$ 1.374 - R$ 893)	481	2.655
Imposto de renda e contribuição social	675	3.648

Os valores apurados referentes ao IRPJ (R$ 481 mil) e CSLL (R$ 194 mil) parte foram compensados com o aproveitamento de créditos tributários oriundos das retenções realizadas pelos clientes e saldo negativo de períodos anteriores; e parte diferido, correspondente aos resultados obtidos de clientes da Marinha do Brasil, cujos títulos não foram recebidos no exercício.

32 - Seguros

A empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os **bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para** cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A EMGEPRON dispõe das seguintes modalidades de seguros:
a) Seguro predial: Cobertura básica contra danos materiais e lucros cessantes, sendo o valor do risco segurado: R$ 15,1 milhões;
b) Seguro veicular: Cobertura contra roubo, danos, perda parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, além de assistência e reboque 24h. O valor do risco segurado representa 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE), referente aos 07(sete) veículos da frota.
c) Seguro de vida para empregados: Cobertura contra morte natural; morte acidental e invalidez permanente por acidente, sendo o valor do risco segurado R$ 50 mil por empregado.
d) Seguro de vida para estagiários: Cobertura contra morte acidental e invalidez por acidente, sendo o valor do risco segurado R$ 15 mil por estagiário.

33 - Instrumentos financeiros

A Empresa adota como política, buscando fornecer garantias contratuais em determinados serviços, quando solicitado pelo **contratante, oferecer o caucionamento de Certificados de Depósitos** Bancários (CDB) aplicados no Banco do Brasil, Carta de Fiança ou **Seguro Garantia, a fim de garantir a fiel execução de contrato ou por** adiantamentos recebidos.

34 - Gerenciamento de risco financeiro

A empresa está exposta aos seguintes riscos:
a. Risco Operacional
Risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes do não recebimento das vendas realizadas pela Empresa em decorrência **da incapacidade econômico-financeira dos clientes envolvidos.**
Este risco é mitigado em função de, na maioria dos contratos celebrados, o recebimento das vendas acontecer antecipadamente ou **amparado por garantias financeiras.**
Além disso, convém destacar que cerca de 98% do faturamento da Empresa resulta de contratos com a Marinha do Brasil.
b. Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco da empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.
Um fator potencial para este risco está relacionado à liberação de recursos orçamentários do Governo para a Marinha do Brasil, nosso maior cliente, o que pode acarretar atrasos nos recebimentos de recursos.`
Como alternativas de mitigação deste risco, a Empresa adota uma **gestão ativa do seu fluxo de caixa e mantém uma reserva financeira** confortável, disponível para suportar eventuais atrasos de recebimentos das vendas.
c. Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de alterações das taxas juros, câmbio, **inflação etc, influenciadas pelo mercado, afetarem os ganhos e custos** da Empresa.
Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus **investimentos financeiros em operações com Títulos Vinculados ao** Mercado Aberto, representados por um Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo, cuja carteira é composta por títulos do Governo de curto e longo prazo, considerados aplicações conservadoras.

Em relação aos custos dos insumos adquiridos, a exposição ao risco de mercado é baixa, uma vez que o principal componente dos mesmos **refere-se a custo de pessoal, fixado em moeda nacional e reajustados** de acordo com o dissídio das categorias.

35 - Demonstração de Fluxo de Caixa

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa da empresa nos exercícios e foi elaborada pelo método direto, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

Conforme previsão do Pronunciamento CPC 03 (R2), segue abaixo a conciliação do lucro líquido.

Conciliação do lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	945	4.153
Ajustes:		
- Depreciação no exercício	4.874	5.462
- Baixa de bens do ativo imobilizado	3	95
- Constituição de provisão para perdas fiscais	116	2.143
- Reversão de provisão no exercício	-3.676	-1.978
- Variação monetária	1.143	1.711
Caixa gerado pelas operações	3.405	11.586
Aumento (Redução) do Contas a receber	79.753	-41.236
Aumento (Redução) de Adiantamentos	378	2.988
Aumento (Redução) de Estoques	-72	-3.410
Aumento (Redução) de Depósitos em garantia	-223	10.856
Aumento (Redução) de Depósitos para recursos	-1.490	-378
Aumento do Ativo Investimentos	-360	-1.300
Aumento do Ativo Imobilizados	4.388	3.498
Aumento (Redução) de Gerenciamento de Recursos MB	2.366	-15.771
Aumento (Redução) de Antecipações de Clientes	-10.968	-4.467
Variação de Outros Circulantes no exercício	-12.886	4.978
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no período	55.464	-32.656

36 - Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante o exercício, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

37- Remuneração de dirigentes e empregados

Os valores das maiores e das menores remunerações brutas da Empresa, incluídas as vantagens e benefícios, excluídas as parcela s variáveis e eventuais, foram os seguintes:

	2016 R$	2015 R$
Maior remuneração dos empregados	26.104,96	24.511,66
Menor remuneração dos empregados	1.013,88	952,00
Remuneração média dos empregados	3.582,07	3.723,05

DIRETORIA
FRANCISCO ANTONIO DE MAGALHÃES LARANJEIRA
Diretor-Presidente
RODRIGO OTAVIO FERNANDES DE HÔNKIS
Diretor Técnico-Comercial
WAGNER CORRÊA DOS SANTOS
Diretor Administrativo-Financeiro
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LUIZ HENRIQUE CAROLI
Presidente
FRANCISCO ANTONIO DE MAGALHÃES LARANJEIRA
RODRIGO OTAVIO FERNANDES DE HÔNKIS
JAYME TEIXEIRA PINTO FILHO
WAGNER CORRÊA DOS SANTOS
ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS
RENATO ROSENBERG
CONSELHO FISCAL
MARCELO BARRETO RODRIGUES
HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA
EDSON ANTÔNIO DA COSTA NERES
CONTADOR
EXPEDITO REZENDE LEMOS
CRC-RJ 46.158-0

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS DE 31/12/2016

Aos
Acionistas, Diretores e demais Administradores da
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON
Endereço: Ilha das Cobras – Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20180-001 Telefone: (21) 39071800 - Site: www.emgepron.mar.mil.br
CNPJ(MF) 27.816.487/0001-31

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das **mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas,** incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição **patrimonial e financeira da EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS** NAVAIS - EMGEPRON, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho **de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa** data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à EMGEPRON, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de **Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas** pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos **que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para** fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EMGEPRON continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMGEPRON ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes **quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro** de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras **e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:**

• **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas** demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e **suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de** distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, **conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.**

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre **a eficácia dos controles internos da EMGEPRON.**

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos **ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à** capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações **contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações** forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMGEPRON a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e **das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos** durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6 Outros Assuntos

6.1 Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, **referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como** informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte **integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital** fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às **demonstrações financeiras tomadas em conjunto.**

6.2 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

6.2.1 Relatório da Administração

A administração da EMGEPRON é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário **econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma** aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, **foi emitido em 25 de fevereiro de 2016, sem ressalvas ou modificação** de opinião.

Rio de Janeiro/RJ 19 de janeiro de 2017
AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"RJ
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ
Sócio Sênior
Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ
Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA Nº 1.537/EMCFA/MD, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso da competência subdelegada pelo Ministro da Defesa, de acordo com o inciso II do art. 1º da Portaria nº 1.439/GM-MD, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto no § 2º do art. 2º da Portaria nº 28/MPDG, de 16 de fevereiro de 2017, e o Processo NUP Nº 60430.000028/2017-65, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, no âmbito do Programa 2058 - Política Nacional de Defesa na Ação 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa, a locação de veículos para a realização do transporte da delegação do Colégio Interamericano de Defesa, em Brasília, Distrito Federal, nos dias 26 e 27 de abril de 2017, atendidos os aspectos de relevância e urgência relacionados ao desenvolvimento de ações no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.

ADEMIR SOBRINHO ALMIRANTE DE ESQUADRA

PORTARIA Nº 1.546/EMCFA/MD, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso da competência subdelegada pelo Ministro da Defesa, de acordo com o inciso II do art. 1º da Portaria nº 1.439/GM-MD, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto no § 2º do art. 2º da Portaria nº 28/MPDG, de 16 de fevereiro de 2017, e o Processo NUP Nº 60300.000098/2017-07, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, no âmbito do Programa Mais Médicos, a locação de veículos destinados ao apoio logístico para acolhimento de médicos, que atuarão nos estados da Amazônia Legal, atendidos os aspectos de relevância e urgência relacionados ao desenvolvimento de ações no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.

ADEMIR SOBRINHO ALMIRANTE DE ESQUADRA

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 315, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2017, publicado no DOU de 15/03/2017, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto do Departamento de Ciências Básicas da Saúde, instituído pelo Edital nº 73, de 21/11/2016, publicado no DOU de 21/11/2016, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Genética Humana
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Juliana Dal-Ri Lindenau (Nota Final 9,61)
2º - Fernanda Sperb Ludwig (Nota Final 9,25)
3º - Valeska Lizzi Lagranha (Nota Final 8,90)
4º - Laura Elena Sperling (Nota Final 8,51)
5º - Glaucia Chiyoko Akutagava Martins (Nota Final 8,46)
5º - Liliane Todeschini de Souza (Nota Final 7,91)
6º - Fernanda dos Santos Pereira (Nota Final 7,54)
7º - Tiago Pires Dalberto (Nota Final 7,43)
8º - Karina Rodrigues Lorenzatto (Nota Final 7,17)
9º - Andressa Bortoluzzi (Nota Final 7,04)

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

LUCIA CAMPOS PELLANDA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 315, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.001453/2017-05; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 016/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Didática da Educação Física, Pedagogia da Educação Física, Esporte Escolar, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Jenipher Emanuelle de Lima Campos Zampier e Maria Teresa Sudario Rocha. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

PORTARIA Nº 316, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.001452/2017-52, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 015/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Ritmo e Movimento, Danças, Fundamentos Ginásticos, Jogos e Ginástica Rítmica, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Nacha Samadi Andrade e Adriane Vanessa Chaves. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

PORTARIA Nº 329, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.000380/2017-26, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 02/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Clínica Médica, em que foram aprovados o candidato Andréa Cristiane Lopes da Silva. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 16, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O Diretor do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo N° 23111.003788/2017-19, o Edital n° 01/2017, publicado no Diário Oficial da União n° 31, Seção 3, p. 28 e 29, de 13 de fevereiro de 2017, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, com lotação na Coordenação do Curso de Enfermagem, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos/PI, da forma como segue:

1. Fundamentos do Cuidar I - Professor Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais - Habilitando os candidatos INARA VIVIANE DE OLIVEIRA SENA (1º lugar), CRISTHIANO NEIVA SANTOS BARBOSA (2º lugar), EUGENIO BARBOSA DE MELO JÚNIOR (3º lugar), ANA DANÚSIA IZIDÓRIO RODRIGUES DE ARAÚJO (4º lugar), MARIA SAUANNA SANY DE MOURA (5º lugar), MAYLA ROSA GUIMARÃES (6º lugar), SILVIA NOELI RAMOS DE MELO FIRMEZA (7º lugar), SUZY ARIANNE DE SOUSA E SILVA (8º lugar), PAULA FERNANDA DA COSTA FERRAZ VERAS (9º lugar), e classificando para contratação os 02 (dois) primeiros colocados.

2. Fundamentos do Cuidar II - Professor Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais - Habilitando os candidatos JAYNE RAMOS ARAÚJO MOURA (1º lugar), DANUSA DE ARAÚJO FELINTO (2º lugar), ELIS MARINA CARVALHO ALVES BATISTA (3º lugar), DANIELA BEZERRA MACEDO (4º lugar), VIVIANE PINHEIRO DE CARVALHO (5º lugar), JOSÉ DE SIQUEIRA AMORIM JÚNIOR (6º lugar), e classificando para contratação os 02 (dois) primeiros colocados.

FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO

COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO

PORTARIA Nº 6, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO, no uso de suas atribuições legais e, considerando: o Ato da Reitoria Nº 1770/2015, Edital Nº. 003/2017 - CTF de 22 de março de 2017, publicado no DOU de 22 de março de 2017, Seção 3, nº 35, pág. 56, Processo Nº. 23111.005549/2017-95 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto, na área de Filosofia, Regime de Tempo Integral TI-40 (40 horas semanais) do Colégio Técnico de Floriano, na cidade de Floriano-PI, habilitando e classificando para contratação o seguinte candidato: RONALD SOUZA DA SILVA (1º colocado).

RICARDO DE CASTRO RIBEIRO SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 342, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o constante do Art. 19, inciso XX do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Prorrogar por 01 (hum) ano, a partir de 02 de maio de 2017, o prazo de validade do Concurso Público para cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital Nº 12, de 1º de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 03/12/2015, Nº 231, Seção 3, páginas 69-71, homologado pela Portaria de Homologação Nº 417, de 28 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2016, Nº 82, seção 1, página 30.

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 282, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.012130/2017-02 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências da Saúde - DCS do Centro de Araranguá, instituído pelo Edital nº 18/DDP/PRODEGESP/2017, de 16 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 53, Seção 3, de 17/03/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ Fisioterapia em Traumato-ortopedia, Reumatologia e Neurologia Regime de Trabalho: 40 (quarenta horas semanais)

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Lais Mara Siqueira das Neves	9,93
2º	Amabile Borges Dario	7,55
3º	Jhoanne Merlyn Luiz	7,49
4º	Bruna Magnus Spindola de Llamas	7,14
5º	Ana Maria Martins dos Santos	7,07
6º	Ana Sofia Kauling de Souza	7,01
7º	Renan Presa Januário	7,01

PATRICIA CRISTIANA BELLI

PORTARIA Nº 283, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.037855/2015-33 e do item 14.5 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 26 de abril de 2017, o prazo de validade do concurso público do Campus de Joinville, campo de conhecimento: Matemática/Matemática Aplicada, objeto do Edital n° 154/DDP/2015 de 14 de dezembro de 2015, e homologado pela Portaria n° 429/DDP/2016 publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2016

PATRICIA CRISTIANA BELLI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 176, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. nº 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 70, incisos I e II, da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995, e considerando a solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e os termos da Nota Técnica nº 25/COGPC/SEAE/MF, de 09 de março de 2017, resolve:

Art. 1º O reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a ser aprovado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, nos termos do art. 32 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, deverá observar os limites constantes do Anexo a esta Portaria e o disposto na Portaria MF nº 244, de 25 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I da Nota Técnica nº /COGPC/SEAE/MF, de / /2017

Aplicação linear do percentual de 7,485% sobre todo o rol de tarifas e preços públicos cobrados pela ECT na prestação dos serviços postais de monopólio, conforme §1º do Art. 3º da Portaria MF nº 244/2010 (sem arredondamento, até a quarta casa decimal).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,8129
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,5252
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,4964
Acima de 100 a 150 g	R$ 4,2734
Acima de 150 a 200 g	R$ 5,0506
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,8276
Acima de 250 a 300 g	R$ 6,6693
Acima de 300 a 350 g	R$ 7,4463
Acima de 350 a 400 g	R$ 8,2234
Acima de 400 a 450 g	R$ 9,0004
Acima de 450 a 500 g	R$ 9,7773

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Não-Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,2301
Acima de 20 a 50 g	R$ 1,9424
Acima de 50 a 100 g	R$ 2,5899
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,3021
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,0145
Acima de 200 a 250 g	R$ 4,7267
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,4390
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,0866
Acima de 350 a 400 g	R$ 6,7988
Acima de 400 a 450 g	R$ 7,5110
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,2234

Faixas de Peso (em gramas)	FAC - Franqueamento Autorizado de Cartas - Tarifas
Até 20 g Acima de 20 a 50 g Acima de 50 a 100 g Acima de 100 a 150 g	R$ 1,6057 R$ 2,2014 R$ 3,1468 R$ 3,8073
Acima de 150 a 200 g Acima de 200 a 250 g Acima de 250 a 300 g Acima de 300 a 350 g	R$ 4,4419 R$ 5,1930 R$ 5,8146 R$ 6,5658
Acima de 350 a 400 g Acima de 400 a 450 g Acima de 450 a 500 g	R$ 7,2133 R$ 7,9514 R$ 8,6119

	Telegrama Nacional	
Meio de Acesso	Telegrama	Tarifa por página
Agência Telefone	Pré-Pago Fonado	R$ 11,0077 R$ *9,1687*
Internet	Internet	R$ 7,6018

Telegrama Internacional	
Grupos de Países	Tarifa por palavra
Grupo I	R$ 1,3984
Grupo II	R$ 1,4892
Grupo III	R$ 1,5669
Grupo IV	R$ 2,2662
Grupo V	R$ 2,7970

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 3,0433	R$ 3,1728	R$ 3,4964	R$ 4,2086	R$ 4,4677
Acima de 20 a 50	R$ 5,4390	R$ 5,5685	R$ 6,0866	R$ 7,2521	R$ 8,2881
Acima de 50 a 100	R$ 8,0291	R$ 8,4176	R$ 9,4537	R$ 11,0077	R$ 15,2813
Acima de 100 a 250	R$ 16,1878	R$ 16,7706	R$ 20,9795	R$ 22,7278	R$ 32,3111
Acima de 250 a 500	R$ 30,5629	R$ 31,4694	R$ 36,7142	R$ 41,0527	R$ 51,5426
Acima de 500 a 1.000	R$ 50,7007	R$ 52,4490	R$ 62,9389	R$ 69,9322	R$ 90,8470
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 70,7739	R$ 73,3641	R$ 89,0988	R$ 98,7468	R$ 130,2163
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 90,8470	R$ 94,3436	R$ 115,3233	R$ 127,5615	R$ 169,5208

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 1,4892	R$ 1,5539	R$ 1,8129	R$ 2,0072	R$ 2,2014
Acima de 20 a 50	R$ 2,5252	R$ 2,7842	R$ 3,2374	R$ 3,7555	R$ 4,5325
Acima de 50 a 100	R$ 4,3382	R$ 4,7267	R$ 5,5037	R$ 6,2808	R$ 7,5758
Acima de 100 a 250	R$ 10,0364	R$ 10,9429	R$ 11,7847	R$ 13,6626	R$ 15,9936
Acima de 250 a 500	R$ 18,7780	R$ 20,0730	R$ 21,8213	R$ 25,7712	R$ 30,5629
Acima de 500 a 1.000	R$ 35,8077	R$ 37,5561	R$ 40,2109	R$ 48,0459	R$ 56,7874
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 52,8375	R$ 55,0391	R$ 59,4423	R$ 70,7739	R$ 83,0121
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 69,9322	R$ 72,5221	R$ 78,6089	R$ 93,5019	R$ 109,2366

ANEXO II da Nota Técnica nº /COGPC/SEAE/MF, de / /2017

Tarifas Máximas Autorizadas para cada serviço, constituindo-se no teto de preço, conforme item 7.4 do Anexo e Art. 3º da Portaria MF nº 244/2010 (valores arredondados).

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,80
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,55
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,50
Acima de 100 a 150 g	R$ 4,25
Acima de 150 a 200 g	R$ 5,05
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,85
Acima de 250 a 300 g	R$ 6,65
Acima de 300 a 350 g	R$ 7,45
Acima de 350 a 400 g	R$ 8,20
Acima de 400 a 450 g	R$ 9,00
Acima de 450 a 500 g	R$ 9,80

Faixas de Peso (em gramas)	Carta Não-Comercial Tarifas
Até 20 g	R$ 1,25
Acima de 20 a 50 g	R$ 1,95
Acima de 50 a 100 g	R$ 2,60
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,30
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,00
Acima de 200 a 250 g	R$ 4,75
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,45
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,10
Acima de 350 a 400 g	R$ 6,80
Acima de 400 a 450 g	R$ 7,50
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,20

Faixas de Peso (em gramas)	FAC - Franqueamento Autorizado de Cartas - Tarifas
Até 20 g	R$ 1,61
Acima de 20 a 50 g	R$ 2,20
Acima de 50 a 100 g	R$ 3,15
Acima de 100 a 150 g	R$ 3,81
Acima de 150 a 200 g	R$ 4,44
Acima de 200 a 250 g	R$ 5,19
Acima de 250 a 300 g	R$ 5,81
Acima de 300 a 350 g	R$ 6,57
Acima de 350 a 400 g	R$ 7,21
Acima de 400 a 450 g	R$ 7,95
Acima de 450 a 500 g	R$ 8,61

Telegrama Nacional		
Meio de Acesso	Telegrama	Tarifa por página
Agência Telefone Internet	Pré-Pago Fonado Internet	R$ 11,01 R$ *9,17* R$ 7,60

Telegrama Internacional	
Grupos de Países	Tarifa por palavra
Grupo I	R$ 1,40
Grupo II	R$ 1,49
Grupo III	R$ 1,57
Grupo IV	R$ 2,27
Grupo V	R$ 2,80

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 3,05	R$ 3,15	R$ 3,50	R$ 4,20	R$ 4,45
Acima de 20 a 50	R$ 5,45	R$ 5,55	R$ 6,10	R$ 7,25	R$ 8,30
Acima de 50 a 100	R$ 8,05	R$ 8,40	R$ 9,45	R$ 11,00	R$ 15,30
Acima de 100 a 250	R$ 16,20	R$ 16,75	R$ 21,00	R$ 22,75	R$ 32,30
Acima de 250 a 500	R$ 30,55	R$ 31,45	R$ 36,70	R$ 41,05	R$ 51,55
Acima de 500 a 1.000	R$ 50,70	R$ 52,45	R$ 62,95	R$ 69,95	R$ 90,85
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 70,75	R$ 73,35	R$ 89,10	R$ 98,75	R$ 130,20
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 90,85	R$ 94,35	R$ 115,30	R$ 127,55	R$ 169,50

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica					
Faixas de Peso (em gramas)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
Até 20 g	R$ 1,50	R$ 1,55	R$ 1,80	R$ 2,00	R$ 2,20
Acima de 20 a 50	R$ 2,55	R$ 2,80	R$ 3,25	R$ 3,75	R$ 4,55
Acima de 50 a 100	R$ 4,35	R$ 4,75	R$ 5,50	R$ 6,30	R$ 7,60
Acima de 100 a 250	R$ 10,05	R$ 10,95	R$ 11,80	R$ 13,65	R$ 16,00
Acima de 250 a 500	R$ 18,80	R$ 20,05	R$ 21,80	R$ 25,75	R$ 30,55
Acima de 500 a 1.000	R$ 35,80	R$ 37,55	R$ 40,20	R$ 48,05	R$ 56,80
Acima de 1.000 a 1.500	R$ 52,85	R$ 55,05	R$ 59,45	R$ 70,75	R$ 83,00
Acima de 1.500 a 2.000	R$ 69,95	R$ 72,50	R$ 78,60	R$ 93,50	R$ 109,25

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 765, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Atuação irregular no mercado de valores mobiliários por parte de pessoas não autorizadas pela CVM, nos termos dos arts. 15, 19, § 4º e 23 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, arts. 7º e 17 da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, art. 2º da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 11 de abril de 2017, com fundamento no art. 9º, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM apurou a existência de indícios de que JG ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA. (CNPJ nº 12.011.806/0001-640), e seus sócios LINCOLN RODRIGUES CASTELLO BRANCO (CPF n° 337.895.507-44), e IGOR MONIZ DE ARAGÃO TRAMONTANO (CPF nº 075.612.417-47), vêm ofertando publicamente no Brasil os fundos Evolution I FIP Fundo de Investimento em Participações (CNPJ nº 26.397.021/0001-86), Evolution II FIP Fundo de Investimento em Participações (CNPJ nº 26.398.642/0001-84) e Winnwer FIPE - Fundo de Investimento em Participações (CNPJ nº 24.821.543/0001-38), irregularmente constituídos e administrados por eles;

b. as atividades de prestação de serviços de consultoria, de administração de carteiras e de distribuição de valores mobiliários dependem de prévia autorização da CVM; e

c. o exercício da atividade de administração de carteiras e de distribuição de valores mobiliários sem a observância dos requisitos legais ou regulamentares autorizam a CVM a determinar a suspensão de tais procedimentos, na forma do art. 20 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, e caracterizam, ainda e em tese, os crimes previstos no art. 27-E da Lei nº 6.385, de 1976, e no art. 7º, inciso II, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986; deliberou:

I - Alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral sobre o fato de que:

a. JG ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA., LINCOLN RODRIGUES CASTELLO BRANCO e IGOR MONIZ DE ARAGÃO TRAMONTANO não estão autorizados por esta Autarquia a exercer quaisquer atividades no mercado de valores mobiliários;

b. JG ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA., LINCOLN RODRIGUES CASTELLO BRANCO e IGOR MONIZ DE ARAGÃO TRAMONTANO, por não preencherem os requisitos previstos na regulamentação da CVM, não podem prestar serviços de administração de carteiras e de distribuição de valores mobiliários; e

c. os fundos Evolution I FIP Fundo de Investimento em Participações, Evolution II FIP Fundo de Investimento em Participações e Winnwer FIPE - Fundo de Investimento em Participações não possuem registro na CVM;

II - Determinar a JG ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA., LINCOLN RODRIGUES CASTELLO BRANCO e IGOR MONIZ DE ARAGÃO TRAMONTANO, a imediata suspensão da oferta de investimento em cotas dos pretensos fundos de investimento acima identificados ou quaisquer outros, bem como cessar imediatamente a veiculação no Brasil de qualquer oferta de serviços de administração de carteiras e de distribuição de valores mobiliários, alertando que a não observância da presente determinação o sujeitará

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação desta Deliberação, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

III - Que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PABLO WALDEMAR RENTERIA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 1: IRPF - AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS
Relatora: PATRICIA DA SILVA
1 - Processo nº: 10120.005526/2004-13 - Recorrente: JONAS CLOVIS RAMPELOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10932.000403/2008-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: METALURGICA CABOMAT S A
Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
3 - Processo nº: 10580.720561/2009-45 - Recorrente: CLAUDIA LULA XAVIER GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10580.720306/2009-01 - Recorrente: LICIA MARIA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
5 - Processo nº: 10840.721019/2011-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CARLOS MEDEIROS D ESPIRITO
TEMA 2: IRRF - DIVERSOS
6 - Processo nº: 16306.000024/2008-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
7 - Processo nº: 16327.720085/2013-26 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PRELIMINAR/NULIDADE
Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
8 - Processo nº: 16537.001004/2011-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
9 - Processo nº: 16537.001006/2011-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
10 - Processo nº: 16537.001116/2011-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
TEMA 4: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
11 - Processo nº: 16537.000986/2011-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
12 - Processo nº: 16537.000995/2011-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
13 - Processo nº: 16537.001032/2011-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
TEMA 5: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PRELIMINAR - NULIDADE
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
14 - Processo nº: 10700.000006/2008-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OPAS REVESTIMENTOS LTDA.
TEMA 6: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PENALIDADES/MULTA ISOLADA - DIVERSOS
Relatora: ANA PAULA FERNANDES
15 - Processo nº: 15504.003664/2008-92 - Recorrentes: HOSPITAL SOCOR S/A e FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15504.003660/2008-12 - Recorrente: HOSPITAL SOCOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15504.003661/2008-59 - Recorrente: HOSPITAL SOCOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 15504.003663/2008-48 - Recorrente: HOSPITAL SOCOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10680.723456/2010-73 - Recorrente: HOSPITAL SOCOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15504.003674/2008-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL SOCOR S/A

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 7: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS- DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO - DIVERSOS
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
21 - Processo nº: 15582.000114/2007-16 - Recorrente: ASSOCIACAO VITORIANA DE ENSINO SUPERIOR-AVIES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
22 - Processo nº: 10830.721019/2011-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA.
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
23 - Processo nº: 19515.721306/2011-92 - Recorrentes: CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO ESTADO DE SAO PAULO e FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
24 - Processo nº: 17546.000181/2007-94 - Recorrentes: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
25 - Processo nº: 13840.000267/2007-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: A F TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA - ME
26 - Processo nº: 13839.003488/2007-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLUBE DE CAMPO FAZENDA
27 - Processo nº: 11516.006163/2007-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTA CATARINA TURISMO SA
28 - Processo nº: 11516.006166/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTA CATARINA TURISMO SA
29 - Processo nº: 14485.001622/2007-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SYNGENTA SEEDS LTDA.
30 - Processo nº: 12045.000106/2007-51 - Recorrente: AUTO POSTO DOS AFONSOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 14479.000283/2007-62 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
32 - Processo nº: 19515.001857/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FREIRE E ADVOGADOS ASSOCIADOS
33 - Processo nº: 19515.001859/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FREIRE E ADVOGADOS ASSOCIADOS
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
34 - Processo nº: 36202.004161/2006-47 - Recorrentes: ASSOCIACAO VITORIANA DE ENSINO SUPERIOR-AVIES e FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 9: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DIVERSOS
Relatora: ANA PAULA FERNANDES
35 - Processo nº: 10120.006434/99-88 - Embargante: CIAASA MERCANTIL DE VEICULOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
36 - Processo nº: 10675.001105/2008-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIBEIRO BARROSO CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA
TEMA 10: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
37 - Processo nº: 15504.000214/2008-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSITA TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A
38 - Processo nº: 15504.000448/2009-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSITA LTDA
39 - Processo nº: 15504.000449/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSITA LTDA
TEMA 11: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - SALÁRIO INDIRETO
Relatora: ANA PAULA FERNANDES
40 - Processo nº: 10580.726769/2009-78 - Recorrente: OFICINA ADMINISTRACAO DE CURSOS DIVERSOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
41 - Processo nº: 12268.000388/2009-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOSSA SERVICO TEMPORARIO E GESTAO DE PESSOAS LTDA
42 - Processo nº: 10830.720323/2011-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HUNTER DOUGLAS DO BRASIL LTDA
Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
43 - Processo nº: 18088.000603/2008-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUPO S.A.
44 - Processo nº: 18088.000604/2008-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUPO S.A.
45 - Processo nº: 18088.000605/2008-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUPO S.A.
46 - Processo nº: 18088.000609/2008-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUPO S.A.

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 12: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
47 - Processo nº: 11065.002304/2009-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATENDE BEM - SERVICOS DE TELEATENDIMENTO LTDA
48 - Processo nº: 11065.003349/2010-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATENDE BEM - SERVICOS DE TELEATENDIMENTO LTDA
49 - Processo nº: 10552.000216/2007-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATENDE BEM - SOLUCOES DE ATENDIMENTO, INFORMACAO, COMUNICACAO, INFORMATICA, LOCACAO, COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
Relatora: ANA PAULA FERNANDES
50 - Processo nº: 10120.009775/2010-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA
51 - Processo nº: 10120.009776/2010-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA
52 - Processo nº: 10120.009781/2010-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA
53 - Processo nº: 10410.008072/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ACUCAREIRA USINA CAPRICHO
54 - Processo nº: 10410.008074/2007-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ACUCAREIRA USINA CAPRICHO
55 - Processo nº: 10410.008076/2007-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ACUCAREIRA USINA CAPRICHO
56 - Processo nº: 10410.008080/2007-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMP ACUCAREIRA USINA CAPRICHO
Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
57 - Processo nº: 12269.000170/2008-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FOX VEICULOS LTDA
Relatora: ANA PAULA FERNANDES
58 - Processo nº: 10580.726772/2009-91 - Recorrentes: OFICINA ADMINISTRACAO DE CURSOS DIVERSOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
59 - Processo nº: 19515.721820/2011-28 - Recorrentes: TRANSCOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS DA REGIAO SUDESTE e FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10920.000374/2010-87 - Recorrentes: COMPANHIA FABRIL LEPPER e FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10920.000375/2010-21 - Recorrentes: COMPANHIA FABRIL LEPPER e FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
62 - Processo nº: 10166.721830/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DUILIO PEREIRA MARCOZZI
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
63 - Processo nº: 16561.720198/2012-78 - Recorrentes: GAFISA S/A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
TEMA 13: ITR - DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
64 - Processo nº: 10980.006761/2005-55 - Recorrente: JULIO HYCZY DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: ITR - GLOSA DE ÁREA DECLARADA
Relatora: RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
65 - Processo nº: 10675.002500/2006-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEBASTIAO ANTONIO DA SILVA
Relatora: PATRICIA DA SILVA
66 - Processo nº: 13161.720151/2007-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARMANDO BROCH
67 - Processo nº: 13629.001620/2006-24 - Recorrente: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13161.000679/2006-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDUARDO JOSE BERNARDES
69 - Processo nº: 13609.720094/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE WELLINGTON VALADARES
70 - Processo nº: 13609.720100/2007-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE WELLINGTON VALADARES
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
71 - Processo nº: 10675.004580/2004-67 - Recorrente: NEIDA NUNES DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: PATRICIA DA SILVA
72 - Processo nº: 13161.720042/2007-44 - Recorrente: JAIME TEOPISTO BARBOSA ABATH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13888.720640/2009-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIA GENI RIBEIRO FERNANDES DOMARCO
74 - Processo nº: 13971.720190/2008-13 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13971.720193/2008-49 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13971.720196/2008-82 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13971.720197/2008-27 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13971.720198/2008-71 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13971.720199/2008-16 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

80 - Processo nº: 13971.720207/2008-24 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13971.720208/2008-79 - Recorrente: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15956.000143/2006-01 - Recorrente: ILKA BRUZZI BARBOSA GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
83 - Processo nº: 10650.000311/2004-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALE FERTILIZANTES S.A

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
TEMA 15: ITR - VALOR DA TERRA NUA (VTN)
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
84 - Processo nº: 10140.720059/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
85 - Processo nº: 10283.721089/2008-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRANCISCO RITTA BERNARDINO
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
86 - Processo nº: 10183.002862/2006-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDECO INTEGRACAO DESENVOLVIMENTO E COLONIZACAO LTDA - EPP
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
87 - Processo nº: 10218.720081/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ OTAVIO FIGUEIREDO FRANCA
88 - Processo nº: 10218.720143/2007-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ OTAVIO FIGUEIREDO FRANCA
89 - Processo nº: 10218.720186/2007-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ OTAVIO FIGUEIREDO FRANCA
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
90 - Processo nº: 11020.720368/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MADARCO S A INDUSTRIA E COMERCIO
Relatora: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
91 - Processo nº: 10280.722114/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO
92 - Processo nº: 10280.722115/2009-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO
93 - Processo nº: 10280.722116/2009-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO
94 - Processo nº: 10280.722117/2009-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO
95 - Processo nº: 10280.722118/2009-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO
96 - Processo nº: 10280.722119/2009-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANACA S A ARMAZENS GERAIS E ADMINISTRACAO
Relatora: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
97 - Processo nº: 10183.005831/2005-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIVOLI DO BRASIL SPA
98 - Processo nº: 10183.720542/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAENGE ENGENHARIA DE SANEAMENTO E EDIFICACOES LTDA

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente da 2ª Turma

ROSEMEIRE SENNA
Chefe da Divisão de Gestão de Julgamento

3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3º andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÃO: O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
1 - Processo nº: 10660.001812/2005-75 - Recorrente: EXPRINSUL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11762.720084/2013-29 - Recorrente: EMINÊNCIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO
3 - Processo nº: 10480.901190/2006-86 - Recorrente: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SAO FRANCISCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10480.901234/2006-78 - Recorrente: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SAO FRANCISCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19515.001246/2006-21 - Recorrente: VICTORY SÃO PAULO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
6 - Processo nº: 10950.721729/2015-22 - Recorrente: SOVINIL INDÚSTRIA DE AUTO ADESIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10950.721758/2015-94 - Recorrente: SOVINIL INDÚSTRIA DE AUTO ADESIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
8 - Processo nº: 13896.000734/99-34 - Recorrente: NITRATOS NATURAIS DO CHILE COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13971.902782/2009-24 - Recorrente: HOTEL GLÓRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13971.902783/2009-79 - Recorrente: HOTEL GLÓRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 15374.002879/2008-19 - Recorrente: WILHELMSEN SHIPS SERVICE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10715.006283/2009-47 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PLUNA - LINEAS AEREAS URUGUAYAS SOCIEDAD ANONIMA
13 - Processo nº: 10140.003506/2001-19 - Recorrente: INSTITUIÇÃO ADVENT. CENTRAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
14 - Processo nº: 10480.720023/2010-12 - Recorrente: UNA ENERGÉTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 19515.003538/2005-17 - Recorrente: STILGRAF ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10166.722582/2012-91 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

4) O julgamento do Processo nº 13888.905548/2012-01 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 32 a 70 e o julgamento do Processo nº 10830.917695/2011-11 (item 95) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 96 a 130. As decisões dos processos constantes dos itens 31 e 95 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 32 a 70 e 96 a 130, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM
1 - Processo nº: 13839.004860/2006-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SELEVEN CONSULTORIA EM RH LTDA.
2 - Processo nº: 10580.008344/2007-11 - Embargante: GOTEMBURGO VEÍCULOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO
3 - Processo nº: 13116.721900/2013-61 - Recorrente: NASA VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10907.720107/2011-89 - Recorrente: FLORIDA S/A IMPORTAÇÃO EXPORTACAO E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 12457.734421/2012-09 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LÍDER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 19515.000895/2005-23 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS CONC. E EDITORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
7 - Processo nº: 11030.002192/99-99 - Recorrente: COMÉRCIO DE BALAS GOBBI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10980.720611/2011-04 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 12266.720843/2014-06 - Recorrentes: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
10 - Processo nº: 11128.002743/2002-74 - Recorrente: RHODIA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11128.006723/2004-34 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13971.000261/2011-55 - Recorrente: STAHLFABRIK INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
13 - Processo nº: 13855.720820/2011-73 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10907.001805/99-70 - Recorrente: HOSPITAL SANTA CATARINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.008725/2008-92 - Recorrente: COMPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
16 - Processo nº: 19311.720015/2012-54 - Recorrente: JOSE SANCHEZ OLLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16682.900631/2012-81 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO
18 - Processo nº: 15374.964770/2009-58 - Embargante: TNL PCS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 16095.000696/2009-49 - Recorrente: BANDEIRANTES SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
20 - Processo nº: 10935.000148/2007-31 - Recorrente: COMIL SILOS E SECADORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11020.905952/2008-65 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11020.905954/2008-54 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
23 - Processo nº: 10831.002371/2002-77 - Recorrente: Q-FREE AMÉRICA LATINA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM
24 - Processo nº: 15868.720066/2014-09 - Recorrente: PAULO EMILIO FREIRE LEMOS PRESIDENTE PRUDENTE EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10860.721154/2012-12 - Embargante: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ FEISTAUER DE OLIVEIRA
26 - Processo nº: 19515.721192/2014-23 - Recorrente: ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10283.002990/2006-49 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO
28 - Processo nº: 10831.012175/2001-20 - Recorrente: MAHLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10516.000018/2010-35 - Recorrentes: HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10508.000625/2011-85 - Recorrente: LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
Relator: JOSÉ LUIZ FEISTAUER DE OLIVEIRA
31 - Processo nº: 13888.905548/2012-01 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA
32 - Processo nº: 13888.905549/2012-48 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13888.905550/2012-72 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13888.905551/2012-17 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13888.905552/2012-61 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13888.905553/2012-14 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13888.905554/2012-51 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13888.905555/2012-03 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13888.905556/2012-40 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13888.905557/2012-94 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

41 - Processo nº: 13888.905558/2012-39 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13888.905559/2012-83 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13888.905560/2012-16 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13888.905561/2012-52 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13888.905562/2012-05 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13888.905563/2012-41 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13888.905564/2012-96 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13888.905565/2012-31 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13888.905566/2012-85 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13888.905568/2012-74 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13888.905569/2012-19 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13888.905570/2012-43 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13888.905571/2012-98 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.905572/2012-32 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13888.905573/2012-87 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13888.905574/2012-21 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13888.905575/2012-76 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13888.905576/2012-11 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13888.905577/2012-65 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13888.905578/2012-18 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13888.905579/2012-54 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13888.905580/2012-89 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13888.905581/2012-23 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13888.905582/2012-78 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13888.905583/2012-12 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13888.905584/2012-67 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13888.905585/2012-10 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13888.905586/2012-56 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13888.905587/2012-09 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13888.905588/2012-45 - Recorrente: GENERAL CHAINS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO

71 - Processo nº: 11633.720332/2011-45 - Recorrentes: EBRP - EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PNEUS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: EBRP - EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PNEUS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO GIOVANI VIEIRA

72 - Processo nº: 10140.720089/2015-78 - Recorrente: MUNICÍPIO DE CORUMBÁ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11516.723095/2014-53 - Recorrente: MUNICÍPIO DE IÇARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10480.730036/2014-23 - Recorrente: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10540.720502/2014-19 - Recorrente: MUNICÍPIO DE MIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10320.723299/2013-38 - Recorrente: MUNICÍPIO DE PAULO RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11516.722116/2014-13 - Recorrente: MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 14751.720292/2014-26 - Recorrente: MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15215.720111/2011-59 - Recorrente: JACINTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10314.009523/2006-35 - Recorrente: ORGANIL SOCIEDADE DE ANILINAS E PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

81 - Processo nº: 11516.722536/2014-08 - Recorrentes: MACROBOATS INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS NÁUTICOS EIRELI - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MACROBOATS INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS NÁUTICOS EIRELI - ME e FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15868.720009/2015-01 - Recorrente: METALMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 16004.720338/2013-12 - Recorrente: WAY - TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

84 - Processo nº: 10425.721669/2014-13 - Recorrente: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 14751.720193/2014-44 - Recorrentes: ESTADO DA PARAÍBA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ESTADO DA PARAÍBA e FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10166.720148/2014-39 - Embargante: AMERICEL S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 12466.002146/2001-91 - Recorrente: MINTER TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

88 - Processo nº: 10166.721554/2010-95 - Recorrente: ASA ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10726.000129/2006-90 - Recorrente: SERTRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10516.720018/2012-17 - Recorrente: FILM IN COMÉRCIO DE PELÍCULAS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

91 - Processo nº: 18471.000819/2005-17 - Recorrente: DIG DISTRIBUIDORA GUANABARINA DE VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 19515.002699/2007-55 - Recorrente: ETL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10880.941647/2012-21 - Embargante: JBS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10516.720006/2012-92 - Embargante: FREE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

95 - Processo nº: 10830.917695/2011-11 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

96 - Processo nº: 10830.910206/2009-77 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10830.917696/2011-57 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10830.917697/2011-00 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10830.917698/2011-46 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10830.917699/2011-91 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10830.917700/2011-87 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10830.917701/2011-21 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10830.917702/2011-76 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10830.917703/2011-11 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10830.917704/2011-65 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10830.917705/2011-18 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10830.917706/2011-54 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10830.917707/2011-07 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10830.917708/2011-43 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10830.917709/2011-98 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10830.917710/2011-12 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10830.917711/2011-67 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10830.917712/2011-10 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10830.917713/2011-56 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10830.917715/2011-45 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10830.917716/2011-90 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10830.917717/2011-34 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10830.917718/2011-89 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10830.917719/2011-23 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10830.917720/2011-58 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10830.917721/2011-01 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10830.917722/2011-47 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10830.917723/2011-91 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10830.917724/2011-36 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10830.917725/2011-81 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10830.917726/2011-25 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10830.917727/2011-70 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10830.917728/2011-14 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10830.917729/2011-69 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10830.917731/2011-38 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

131 - Processo nº: 10469.723099/2015-62 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10774.720150/2014-40 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

133 - Processo nº: 12466.721755/2011-14 - Recorrente: PANTOP COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10480.723802/2010-70 - Recorrentes: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES e FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10480.721239/2012-67 - Recorrente: BRASCOLOR GRÁFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10480.721441/2012-99 - Recorrente: EMBRASA - EMBALAGENS MICRONDULADAS DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10980.723132/2014-84 - Recorrente: MASTERCORP DO BRASIL EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 19311.720016/2012-07 - Recorrente: JOSE SANCHEZ OLLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

139 - Processo nº: 10665.720142/2013-50 - Recorrente: SIDERÚRGICA MAT PRIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10380.011078/2006-80 - Recorrente: PRONTO SOCORRO INFANTIL LUIZ FRANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

141 - Processo nº: 11516.002635/2010-38 - Recorrente: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13839.002329/2005-17 - Recorrente: MGI COUTIER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

143 - Processo nº: 10480.721667/2015-32 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 16095.720103/2014-21 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 16095.720110/2014-23 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11020.721166/2010-21 - Recorrente: DOTCOM SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10410.721370/2014-10 - Recorrente: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

148 - Processo nº: 11444.000808/2007-79 - Recorrente: CASA DI CONTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10380.005173/2005-63 - Recorrente: YPIOCA ÁGUAS MINERAIS IND COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

150 - Processo nº: 10600.720043/2014-11 - Recorrente: SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 13864.720238/2014-41 - Recorrente: DEMAX SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 16682.720038/2015-03 - Recorrente: VALEPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

153 - Processo nº: 11080.722578/2014-06 - Recorrente: LEV E MONTE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVICOS PARA MOVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 11080.722581/2014-11 - Recorrente: LEV E MONTE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVICOS PARA MOVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

155 - Processo nº: 19515.721137/2013-52 - Recorrentes: CPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI e FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 13603.722504/2011-06 - Recorrente: MAXTRACK INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

157 - Processo nº: 16095.720295/2012-12 - Recorrente: BINOTTO S/A LOGÍSTICA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 13603.723315/2012-23 - Recorrente: LAMINA TEMPER COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 10480.727587/2014-18 - Recorrente: FERNANDO JOSE DOS SANTOS ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10907.721645/2012-71 - Recorrente: HENRIQUE TSUNETO MATSUBARA - IMPORTAÇÃO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10980.720357/2014-89 - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 11020.001494/2003-89 - Recorrente: FRAS-LE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 11075.001468/2007-49 - Recorrente: PROED GRÁFICA E EDITORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 11444.000335/2009-71 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GARÇA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10314.011771/2007-27 - Recorrente: KINSBERG COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TECIDOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

166 - Processo nº: 13005.001286/2009-99 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 10880.034071/97-15 - Recorrente: PLANFILME MATERIAIS FOTOGRÁFICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10925.000774/2008-28 - Recorrente: MADEIREIRA SELEME LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

169 - Processo nº: 11051.720039/2012-18 - Recorrente: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 11128.007389/2006-06 - Recorrente: MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 19515.720539/2014-11 - Recorrente: GRAN PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da 1ª Turma
Substituto

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Chefe da Secretaria da 2ª Câmara

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 6, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Ratifica os Convênios ICMS 15/17 e 16/17.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 276ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 22 de março de 2017:

Convênio ICMS 15/17 - Altera o Convênio ICMS 11/17, que autoriza os Estados do Ceará e do Espírito Santo a instituir programa de parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e ICMS na forma que especifica.

Convênio ICMS 16/17 - Autoriza o Estado do Maranhão a reduzir créditos tributários decorrentes de penalidades pecuniárias, por descumprimento de obrigações acessórias, na forma que indica.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Em 12 de abril de 2017

Nº 48 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 164ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 7 de abril de 2017, foram celebrados os seguintes Ajustes SINIEF e Convênios ICMS:

AJUSTE SINIEF Nº 1, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Institui o Bilhete de Passagem Eletrônico, modelo 63, e o Documento Auxiliar do Bilhete de Passagem Eletrônico.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 164ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte ajuste:

Cláusula primeira Fica instituído o Bilhete de Passagem Eletrônico - BP-e, modelo 63, que poderá ser utilizado, a critério da unidade federada, pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição:

I - ao Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13;

II - ao Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 14;

III - ao Bilhete de Passagem Ferroviário, modelo 16;

IV- ao Cupom Fiscal Bilhete de Passagem emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF).

§ 1º Considera-se Bilhete de Passagem Eletrônico- BP-e, o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar as prestações de serviço de transporte de passageiros, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

§ 2º A critério da unidade federada, poderá ser vedada a emissão de quaisquer dos documentos relacionados no caput desta cláusula, quando o contribuinte for credenciado à emissão de Bilhete de Passagem Eletrônico- BP-e.

Cláusula segunda Para emissão do BP-e, o contribuinte deverá estar previamente credenciado na unidade federada em cujo cadastro de contribuintes do ICMS estiver inscrito.

Parágrafo único. O credenciamento a que se refere o caput poderá ser:

I - voluntário, quando solicitado pelo contribuinte;

II - de ofício, quando efetuado pela Administração Tributária.

Cláusula terceira Ato COTEPE/ICMS publicará o Manual de Orientação do Contribuinte - MOC do BP-e, disciplinando a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais das Secretarias de Fazendas dos Estados e os sistemas de informações das empresas emissoras de BP-e.

Parágrafo único. Nota técnica publicada em sítio eletrônico poderá esclarecer questões referentes ao MOC.

Cláusula quarta O BP-e deverá ser emitido com base em leiaute estabelecido no MOC, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte, observadas as seguintes formalidades:

I - a numeração será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;

II - deverá conter um código numérico, gerado pelo emitente, que comporá a chave de acesso de identificação, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série;

III - deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital;

IV - deverá conter a identificação do passageiro, a qual será feita pelo CPF ou outro documento de identificação admitido na legislação civil;

V - será emitido apenas um BP-e por passageiro por assento, caso o passageiro opte por ocupar mais de um assento deverá ser emitido o número correspondente de BP-e.

§ 1º As séries do BP-e serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, observando-se o seguinte:

I - a utilização de série única será representada pelo número zero;

II - é vedada a utilização de subséries.

§ 2º O Fisco poderá restringir a quantidade de séries.

§ 3° Para efeitos da composição da chave de acesso a que se refere o inciso II do caput, na hipótese de o BP-e não possuir série, o campo correspondente deverá ser preenchido com zeros.

Cláusula quinta O arquivo digital do BP-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:

I - ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos da cláusula sexta;

II - ter seu uso autorizado por meio de concessão de Autorização de Uso do BP-e, nos termos da cláusula sétima.

§ 1º Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo o BP-e que tiver sido emitido ou utilizado com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

§ 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º atingem também o respectivo DABPE impresso nos termos das cláusulas décima ou décima primeira, que também não serão considerados documentos fiscais idôneos.

§ 3º A concessão da Autorização de Uso:

I - é resultado da aplicação de regras formais especificadas no MOC e não implica a convalidação das informações tributárias contidas no BP-e;

II - identifica de forma única, pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária, um BP-e através do conjunto de informações formado por CNPJ do emitente, número, série e ambiente de autorização.

Cláusula sexta A transmissão do arquivo digital do BP-e deverá ser efetuada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.

Parágrafo único. A transmissão referida no caput implica solicitação de concessão de Autorização de Uso do BP-e.

Cláusula sétima Previamente à concessão da Autorização de Uso do BP-e, a administração tributária da unidade federada do contribuinte analisará, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a regularidade fiscal do emitente;

II - o credenciamento do emitente para emissão de BP-e;

III - a autoria da assinatura do arquivo digital do BP-e;

IV - a integridade do arquivo digital do BP-e;

V - a observância ao leiaute do arquivo estabelecido no MOC;

VI - a numeração e série do documento.

§ 1º A unidade federada que tiver interesse poderá, por convênio, estabelecer que a autorização de uso seja concedida mediante a utilização de ambiente de autorização disponibilizado por meio de infraestrutura tecnológica de outra unidade federada.

§ 2º Na situação constante no § 1º, a administração tributária que autorizar o uso do BP-e deverá:

I - observar as disposições constantes deste Ajuste estabelecidas para a administração tributária da unidade federada do contribuinte emitente;

II - disponibilizar o acesso ao BP-e para a unidade federada conveniada.

Cláusula oitava Do resultado da análise referida na cláusula sétima, a administração tributária cientificará o emitente:

I - da concessão da Autorização de Uso do BP-e;

II - da rejeição do arquivo, em virtude de:

a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;

b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;

c) emitente não credenciado para emissão do BP-e;

d) duplicidade de número do BP-e;

e) falha na leitura do número do BP-e;

f) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo do BP-e.

§1° Após a concessão da Autorização de Uso, o BP-e não poderá ser alterado, sendo vedada a emissão de carta de correção, em papel ou de forma eletrônica, para sanar erros do BP-e.

§2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na administração tributária para consulta, sendo permitido ao interessado nova transmissão do arquivo do BP-e.

§3º A cientificação de que trata o caput será efetuada mediante protocolo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a chave de acesso, o número do BP-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§4º No caso de rejeição do arquivo digital, o protocolo de que trata o § 3º conterá informações que justifiquem de forma clara e precisa o motivo pelo qual a Autorização de Uso não foi concedida.

§5º O emitente deverá disponibilizar consulta do BP-e e seu respectivo Protocolo de Autorização de Uso ao usuário adquirente.

§6º Para os efeitos do inciso II do caput considera-se irregular a situação do contribuinte, emitente do documento fiscal, que, nos termos da respectiva legislação estadual, estiver impedido de realizar prestações de serviço de transporte de passageiros na condição de contribuinte do ICMS.

§7º A administração tributária da unidade federada do emitente também deverá disponibilizar o BP-e para:

I - a unidade federada de destino da viagem, no caso de prestação interestadual;

II - a unidade federada onde ocorrer o embarque do passageiro, quando iniciado em unidade federada diferente do emitente;

III- a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

§8° A administração tributária da unidade federada do emitente, mediante prévio convênio ou protocolo no âmbito do CONFAZ e respeitado o sigilo fiscal, também poderá transmitir o BP-e ou fornecer informações parciais para outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem de informações do BP-e para desempenho de suas atividades.

Cláusula nona O emitente deverá manter o BP-e em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, pelo prazo estabelecido na legislação tributária, mesmo que fora da empresa, devendo ser disponibilizado para a administração tributária quando solicitado.

Cláusula décima Fica instituído o Documento Auxiliar do BP-e - DABPE, conforme leiaute estabelecido no Manual de Orientação ao Contribuinte do BP-e, para facilitar as operações de embarque ou a consulta prevista na cláusula décima oitava.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O DABPE só poderá ser utilizado após a concessão da Autorização de Uso do BP-e, de que trata o inciso I da cláusula oitava, ou na hipótese prevista na cláusula décima primeira.

§ 2º O DABPE deverá:

I - ser impresso em papel com largura mínima de 56 mm e altura mínima suficiente para conter todas as seções especificadas no Manual de Orientação ao Contribuinte do BP-e, com tecnologia que garanta sua legibilidade pelo prazo mínimo de doze meses;

II - conter um código bidimensional com mecanismo de autenticação digital que possibilite a identificação da autoria do BP-e conforme padrões técnicos estabelecidos no Manual de Orientação ao Contribuinte do BP-e;

III - conter a impressão do número do protocolo de concessão da Autorização de Uso, conforme definido no Manual de Orientação ao Contribuinte do BP-e, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula décima primeira.

§ 3º A critério da unidade federada e, se o adquirente concordar, o DABPE poderá ter sua impressão substituída pelo envio em formato eletrônico ou pelo envio da chave de acesso do documento fiscal a qual ele se refere.

Cláusula décima primeira Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível transmitir o BP-e para a unidade federada do emitente, ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso do BP-e, o contribuinte deverá operar em contingência, efetuando a geração prévia do documento fiscal eletrônico em contingência e autorização posterior, conforme definições constantes no MOC.

§1º Na emissão em contingência deverá observar o que segue:

I - as seguintes informações farão parte do arquivo da BP-e, devendo ser impressas no DABPE:

a) o motivo da entrada em contingência (avaliar necessidade de impressão do motivo);

b) a data, hora com minutos e segundos do seu início;

II - imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização do BP-e, o emitente deverá transmitir à administração tributária de sua jurisdição os BP-e gerados em contingência até o primeiro dia útil subsequente contado a partir de sua emissão;

III - se o BP-e, transmitido nos termos do inciso II, vier a ser rejeitado pela administração tributária, o emitente deverá:

a)gerar novamente o arquivo com a mesma numeração e série, sanando a irregularidade desde que não se altere as variáveis que determinam o valor do imposto, a correção de dados cadastrais do passageiro, a data de emissão ou de embarque;

b) solicitar Autorização de Uso do BP-e;

IV - considera-se emitido o BP-e em contingência no momento da impressão do respectivo DABPE em contingência, tendo como condição resolutória a sua autorização de uso.

§ 2º É vedada a reutilização, em contingência, de número de BP-e transmitido com tipo de emissão "Normal".

§ 3º No documento auxiliar do BP-e impresso deve constar "BP-e emitido em Contingência".

Cláusula décima segunda Em relação aos BP-e que foram transmitidos antes da contingência e ficaram pendentes de retorno, o emitente deverá, após a cessação das falhas, solicitar o cancelamento, nos termos da cláusula décima quarta, dos BP-e que retornaram com Autorização de Uso e a respectiva venda da passagem não se efetivou ou foi representada por BP-e emitido em contingência.

Cláusula décima terceira A ocorrência relacionada com um BP-e denomina-se "Evento do BP-e".

§ 1º Os eventos relacionados a um BP-e são:

I - Cancelamento, conforme disposto na cláusula décima quarta;

II - Evento de Não Embarque, conforme disposto na cláusula décima quinta;

III- Evento de substituição do BP-e, conforme disposto na cláusula décima sexta.

§ 2º A ocorrência dos eventos indicados no inciso I e II do § 1º deve ser registrada pelo emitente.

§ 3º Os eventos serão exibidos na consulta definida na cláusula vigésima, conjuntamente com o BP-e a que se referem.

Cláusula décima quarta O emitente poderá solicitar o cancelamento do BP-e, até a data e hora de embarque para qual foi emitido o BP-e.

§ 1º O cancelamento de que trata o caput será efetuado por meio do registro de evento correspondente.

§ 2º O Pedido de Cancelamento de BP-e deverá:

I - atender ao leiaute estabelecido no MOC;

II - ser assinado pelo emitente com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 3º A transmissão do Pedido de Cancelamento de BP-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, podendo ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.

§ 4º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento do BP-e será feita mediante protocolo de que trata o § 3º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a chave de acesso, o número do BP-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 5º A critério de cada unidade federada, em casos excepcionais, poderá ser recepcionado o pedido de cancelamento de forma extemporânea.

Cláusula décima quinta O emitente deverá registrar o evento de Não Embarque, caso o passageiro não faça a utilização do BP-e para embarque na data e hora nele constante.

§ 1º O evento de Não Embarque deverá:

I - atender ao leiaute estabelecido no MOC;

II - ser assinado pelo emitente com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 2º O evento de não embarque deverá ocorrer:

I- no transporte interestadual, até 24 horas do momento do embarque informado no BP-e;

II- no transporte intermunicipal, 2 horas do momento do embarque informado no BP-e.

§ 3º A transmissão do Evento de Não Embarque será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, podendo ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.

§ 4º A cientificação do resultado da transmissão que trata o § 3º será feita mediante protocolo, via Internet, contendo, conforme o caso, a chave de acesso, o número do BP-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

Cláusula décima sexta Na hipótese do adquirente do BP-e solicitar a remarcação da viagem ou a transferência de passageiro, o emitente do BP-e deverá referenciar no bilhete substituto a chave de acesso do BP-e substituído, situação em que a administração tributária autorizadora fará o registro do Evento de Substituição no BP-e substituído, informando a chave de acesso do BP-e que foi remarcado.

Parágrafo único. Somente será autorizado o Evento de Substituição de BP-e:

I- no caso de transferência, se o passageiro estiver devidamente identificado;

II- quando a substituição ocorrer após a data e hora do embarque nele constante, se o mesmo estiver assinalado com o Evento de não embarque;

III- dentro do prazo de validade estipulado pela legislação federal ou estadual, conforme o caso, que regula o transporte de passageiros.

Cláusula décima sétima No caso de um BP-e ser emitido com algum benefício de gratuidade ou redução de tarifa, instituído em lei federal para o transporte interestadual ou instituído em lei estadual para o transporte intermunicipal, será autorizado o BP-e somente com a correta identificação do passageiro.

Cláusula décima oitava Após a concessão de Autorização de Uso, de que trata o inciso I da cláusula oitava, a administração tributária da unidade federada do emitente disponibilizará consulta relativa ao BP-e.

Parágrafo único. A consulta ao BP-e será disponibilizada, pelo prazo mínimo de doze meses a contar da data de autorização em sítio eletrônico na internet mediante a informação da chave de acesso ou via leitura do "QR Code".

Cláusula décima nona Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Secretário da Receita Federal do Brasil - Marcelo de Albuquerque Lins por Jorge Antônio Deher Rachid; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 09/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte ajuste:

Cláusula primeira O inciso VIII da cláusula vigésima quarta do Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - 2 de outubro de 2017, para o CT-e OS, modelo 67.".

Cláusula segunda Os §§ 9º e 10 ficam acrescidos à cláusula décima quarta do Ajuste SINIEF 09/07, com as seguintes redações:

"§ 9º Poderá ser autorizado o cancelamento do CT-e OS, modelo 67, quando emitido para englobar as prestações de serviço de transporte realizadas em determinado período.

§ 10. Na hipótese prevista no § 9º, o contribuinte deverá, no mesmo prazo previsto no caput desta cláusula, contado a partir da data de autorização do cancelamento, emitir novo CT-e OS, referenciando o CT-e OS cancelado.".

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos, em relação à cláusula segunda, a partir de 1º de outubro de 2017.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF Nº 3, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte ajuste:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Ajuste SINIEF 21/10, de 10 de dezembro de 2010, com as redações que se seguem:

I - o § 8º à cláusula terceira:

"§ 8º A critério da unidade federada, a emissão do MDF-e poderá ser exigida dos contribuintes de que tratam os incisos I e II do caput desta cláusula, também, nas operações ou prestações internas.";

II - o § 2º à cláusula décima sétima, ficando renumerado para § 1º o seu parágrafo único:

"§ 2º Na hipótese de que trata o § 8º da cláusula terceira, a obrigatoriedade de emissão de MDF-e nas operações ou prestações internas, para os contribuintes de que tratam os incisos I e II do caput daquela cláusula, tem início a partir da data estabelecida na legislação tributária estadual ou distrital.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONVÊNIO ICMS Nº 17, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 42/16, que autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Os seguintes dispositivos do Convênio ICMS 42/16, de 3 de maio de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o inciso I da cláusula primeira:

"I - condicionar a sua fruição a que as empresas beneficiárias depositem em fundo de que trata a cláusula segunda o montante equivalente a, no mínimo, dez por cento do respectivo incentivo ou benefício; ou";

II - a cláusula segunda:

"Cláusula segunda A unidade federada que optar pelo disposto no inciso I da cláusula primeira instituirá fundo de desenvolvimento econômico e ou de equilíbrio fiscal, destinado ao desenvolvimento econômico e ou à manutenção do equilíbrio das finanças públicas estaduais e distrital, constituídos com recursos oriundos do depósito de que trata o inciso I da cláusula primeira e outras fontes definidas no seu ato constitutivo.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir da data de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 18, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Institui o Portal Nacional da Substituição Tributária e estabelece as regras para a sua manutenção e atualização.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do §1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Fica instituído o Portal Nacional da Substituição Tributária que será disponibilizado no sitio eletrônico do CONFAZ com informações gerais sobre a aplicação dos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, nas operações internas e interestaduais com os bens e mercadorias relacionados no Convênio ICMS 92/15, de 20 de agosto de 2015.

Parágrafo único. O disposto neste convênio não se aplica aos seguintes segmentos:

I - combustíveis e lubrificantes;

II - energia elétrica.

Cláusula segunda As informações gerais a que se referem à cláusula primeira serão disponibilizadas por unidade federada de destino, de acordo com o modelo constante no Anexo Único em formato de planilha eletrônica e divulgado por Ato COTEPE/ICMS contendo os seguintes dados:

I - CEST - indicação do Código Especificador da Substituição Tributária de cada item de determinado segmento;

II - Descrição - descrição detalhada dos bens e mercadorias, na hipótese de aplicação do preço final a consumidor por marca comercial;

III - Operação Interna - indicação da aplicação dos regimes mencionados na cláusula primeira nas operações internas da unidade federada de destino;

IV - Unidade Federada de origem - existência de convênio ou protocolo que determine a retenção do imposto por substituição tributária devido à unidade federada de destino;

V - Alíquota interna ou carga tributária efetiva, se esta for inferior à alíquota interna, na unidade federada de destino, aplicada à operação destinada ao consumidor final;

VI - MVA-ST - Margem de Valor Agregado Original que compõe a base de cálculo da substituição tributária;

VII - PFC - preço final a consumidor que corresponde à base de cálculo da substituição tributária;

VIII - Especificação - características que influenciam na determinação da carga tributária efetiva ou da base de cálculo da substituição tributária.

Cláusula terceira As unidades federadas deverão encaminhar planilha eletrônica à Secretaria-Executiva do CONFAZ, que publicará Ato COTEPE/ICMS, inclusive quando houver alteração em algum dos campos relacionados no Anexo Único, devendo ser encaminhado até o dia 15 de cada mês, para publicação até o dia 20 e produção de efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Parágrafo único. A cada atualização dos campos relacionados no Anexo Único, deverá ser encaminhada nova versão da planilha eletrônica contendo todos os segmentos de produtos, inclusive as informações não alteradas.

Cláusula quarta As disposições deste convênio não se aplicam aos Estados do Espírito Santo e Goiás.

Cláusula quinta Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º junho de 2017.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

ANEXO ÚNICO

Versão: *XXX* (1)

Unidade Federada Destinatária / Declarante: __ (2)

Produção de efeitos a partir de __/__/____

ANEXO (3) ____ - SEGMENTO: _____													
Observações: (4)													
Item	CEST	Descrição (5)	Op. Interna (6)	UF 1 (7)	UF 2 (7)	UF 3 (7)	...	Especificação MVA-ST (8)	MVA-ST (9)	Especificação PFC (8)	PFC (10)	Especificação Alíq. Interna (11)	Alíq. Interna (12)
1													
2													
3													
...													

Orientação de Preenchimento e Legenda

0. Havendo alteração em algum campo da linha, a unidade federada deverá encaminhar nova versão do arquivo em formato de planilha eletrônica contendo todas as informações previstas na cláusula segunda para a Secretaria do CONFAZ;

1. Quando do encaminhamento do arquivo atualizado à Secretaria-Executiva do CONFAZ, a unidade federada deverá apor o número da versão que será sequencial iniciando pelo algarismo 0 (zero);

2. Informar a sigla da unidade federada destinatária / declarante;

3. Informar o número do Anexo correspondente ao segmento previsto no Convênio ICMS 92/15;

4. Campo livre para informar qualquer situação específica que defina a aplicação ou não da substituição tributária, bem como regras explicativas que oriente os usuários na apuração do ICMS devido por substituição tributária. Por exemplo: deve ser informado as regras específicas do segmento de aplicação ou não da substituição tributária e a regra de definição do uso da MVA-ST em vez do PFC;

5. Informar a descrição detalhada na hipótese de adoção de preço a consumidor final por marca comercial para formação da base de cálculo de substituição tributária;

6. Informar o código "S" caso a unidade federada destinatária / declarante adote o regime de substituição tributária em suas operações internas ou "N" em caso contrário;

7. Nos casos de existência de acordo interestadual, deve ser informado a sigla da unidade federada de origem no título da coluna e, nas células abaixo, o correspondente Protocolo (PT xx/ano) ou Convênio (CV xx/ano);

8. Texto livre para informar as especificações necessárias para a determinação da MVA-ST ou PFC. Por exemplo: de origem nacional ou importado; se na base de cálculo possui frete ou não; se há contrato de fidelidade ou não, etc;

9. Informar a MVA-ST Original aplicada nas operações internas;

10. Informar a pauta, preço sugerido do fabricante, o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF), inclusive o preço máximo ao consumidor (PMC) com o percentual de desconto;

11. Texto livre para informar as especificações necessárias para a determinação da carga tributária efetiva da unidade federada declarante. Por exemplo: (a) percentual de redução de base de cálculo de ICMS-ST e isenção, ambos aprovados pelo CONFAZ; (b) percentual de Fundo de Combate à Pobreza;

12. Informar a alíquota interna ou carga tributária efetiva, se esta for inferior a primeira, já considerando eventual acréscimo de percentual destinado a Fundo de Combate à Pobreza.

CONVÊNIO ICMS Nº 19, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio 121/16, que Autoriza o Estado de Alagoas a instituir programa de parcelamento e a reduzir débitos do ICMS de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 121/16, passa a ter o seguinte teor:

"Cláusula primeira Fica o Estado de Alagoas autorizado a instituir programa de parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS e a reduzir o respectivo imposto, suas multas e demais acréscimos legais, vencidos até 31 de julho de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, desde que:".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 20, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 09/09, que estabelece normas relativas ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) e ao Programa Aplicativo Fiscal-ECF (PAF-ECF) aplicáveis ao fabricante ou importador de ECF, ao contribuinte usuário de ECF, às empresas interventoras e às empresas desenvolvedoras de PAF-ECF e dá outras providências.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Fica acrescentado, com a seguinte redação, o § 7º à cláusula quinquagésima quarta do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009:

"§ 7º A utilização dos códigos referidos nos incisos II e III e a sua impressão no Cupom Fiscal na forma prevista no § 5º poderão ser dispensadas, a critério de cada unidade federada.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 21, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 73/16, que autoriza as unidades federadas que menciona a concederem redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene d e aviação - QAV.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 73/16, de 8 de julho de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - ementa:

"Autoriza as unidades federadas que menciona a concederem redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene de aviação - QAV e gasolina de aviação - GAV.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima autorizados a conceder redução na base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene de aviação - QAV e gasolina de avião - GAV, de forma que a carga tributária resulte em percentual igual ou superior a 3% (três por cento) do valor da operação.";

III - a cláusula terceira:

"Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir de publicação de legislação local até 30 de setembro de 2019.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados, ficam acrescidos ao Convênio ICMS 73/16, com as seguintes redações:

I - o parágrafo único à clausula primeira:

"Parágrafo único. O benefício de que trata o caput desta cláusula aplica-se, inclusive, ao transporte aéreo público não regular na modalidade de táxi aéreo.";

II - o parágrafo único à clausula segunda:

"Parágrafo único. Os requisitos estabelecidos nos incisos I, III e V desta cláusula não se aplicam às empresas de táxi aéreo, cuja fruição do benefício está condicionada à apresentação de Autorização para Operar, válida e emitida pela Agência Nacional da Aviação Civil - ANAC, além de outras condições estabelecidas nas respectivas legislações estaduais.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 22, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Passam a vigorar os itens 44.0 e 44.1; 44.8 e 44.9 e 46.0 e 46.1 do Anexo XVIII do Convênio ICMS 92/15, de 20 de agosto de 2015, com as seguintes redações:

44.0	17.044.00	1101.00.10	Farinha de trigo especial, em embalagem inferior ou igual a 1 kg
44.1	17.044.01	1101.00.10	Farinha de trigo especial, em embalagem superior a 1 kg e inferior a 5 Kg
44.8	17.044.08	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica especial, em embalagem superior a 5 Kg e inferior e igual a 10 Kg
44.9	17.044.09	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica com fermento, em embalagem superior a 5 Kg e inferior e igual a 10 kg
46.0	17.046.00	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para bolos, em embalagem inferior a 5 kg
46.1	17.046.01	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para bolos, em embalagem igual a 5 kg

Cláusula segunda Ficam acrescentados os itens 44.10 a 44.27 e 46.2 a 46.14 ao anexo XVIII do Convênio ICMS 92/15, com as seguintes redações:

44.10	17.044.10	1101.00.10	Farinha de trigo especial, em embalagem superior a 50 Kg
44.11	17.044.11	1101.00.10	Farinha de trigo comum, em embalagem inferior ou igual a 1 kg
44.12	17.044.12	1101.00.10	Farinha de trigo comum, em embalagem superior a 1 kg e inferior a 5 Kg
44.13	17.044.13	1101.00.10	Farinha de trigo comum, em embalagem superior a 50 kg
44.14	17.044.14	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica especial, em embalagem inferior ou igual a 1 kg
44.15	17.044.15	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica especial, em embalagem superior a 1 kg e inferior a 5 Kg
44.16	17.044.16	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica especial, em embalagem igual a 5 Kg
44.17	17.044.17	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica especial, em embalagem superior a 10 Kg
44.18	17.044.18	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica com fermento, em embalagem inferior ou igual a 1 kg
44.19	17.044.19	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica com fermento, em embalagem superior a 1 kg e inferior a 5 Kg
44.20	17.044.20	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica com fermento, em embalagem igual a 5 Kg
44.21	17.044.21	1101.00.10	Farinha de trigo doméstica com fermento, em embalagem superior a 10 Kg
44.22	17.044.22	1101.00.10	Outras farinhas de trigo, em embalagem inferior ou igual a 1 kg
44.23	17.044.23	1101.00.10	Outras farinhas de trigo, em embalagem superior a 1 kg e inferior a 5 Kg
44.24	17.044.24	1101.00.10	Outras farinhas de trigo, em embalagem igual a 5 Kg
44.25	17.044.25	1101.00.10	Outras farinhas de trigo, em embalagem superior a 5 Kg e inferior ou igual a 25 kg
44.26	17.044.26	1101.00.10	Outras farinhas de trigo, em embalagem superior a 25 Kg e inferior ou igual a 50 kg
44.27	17.044.27	1101.00.10	Outras farinhas de trigo, em embalagem superior a 50 Kg
46.2	17.046.02	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para bolos, em embalagem superior a 5 kg e inferior ou igual a 25 Kg

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

46.3	17.046.03	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para bolos, em embalagem superior a 25 kg e inferior ou igual a 50 Kg
46.4	17.046.04	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para bolos, em embalagem superior a 50 Kg
46.5	17.046.05	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com menos de 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem inferior a 5 kg
46.6	17.046.06	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com menos de 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem igual a 5 kg
46.7	17.046.07	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com menos de 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem superior a 5 kg e inferior ou igual a 25 Kg
46.8	17.046.08	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com menos de 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem superior a 25 kg e inferior ou igual a 50 Kg
46.9	17.046.09	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com menos de 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem superior a 50 Kg
46.10	17.046.10	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com, no mínimo, 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem inferior a 5 kg
46.11	17.046.11	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com, no mínimo, 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem igual a 5 kg
46.12	17.046.12	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com, no mínimo, 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem superior a 5 kg e inferior ou igual a 25 Kg
46.13	17.046.13	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com, no mínimo, 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem superior a 25 kg e inferior ou igual a 50 Kg
46.14	17.046.14	1901.20.00 1901.90.90	Misturas e preparações para pães com, no mínimo, 80% de farinha de trigo na sua composição final, em embalagem superior a 50 Kg

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 23, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo e com outros produtos.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 6º ao 10 da Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira O § 6º da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6° Se o imposto retido for insuficiente para comportar a dedução do valor a ser repassado à unidade federada de destino, a referida dedução poderá ser efetuada do:

I - ICMS Substituição Tributária devido por outro estabelecimento da refinaria ou suas bases, ainda que localizado em outra unidade federada; e

II - ICMS próprio devido à unidade federada de origem, na parte que exceder o disposto no inciso I.".

Cláusula segunda Ficam convalidados, para o estado de Pernambuco, os procedimentos realizados, no período de 1º de julho de 2016 até o início de vigência deste convênio, de acordo com o § 6º da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS 110/07.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 24, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 59/91, que dispõe sobre isenção de ICMS nas saídas de obras de arte decorrentes de operações realizadas pelo próprio autor.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira O § 3º fica acrescido à cláusula primeira do Convênio ICMS 59/91, de 26 de setembro de 1991, com a seguinte redação:

"§ 3º O Estado do Rio Grande do Sul fica excluído do disposto no § 1º desta cláusula.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 25, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017017, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 92/15, de 20 de agosto de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - os itens 8.0, 13.0, 14.0, 15.0, 16.0 e 22.0 do Anexo IV:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
8.0	03.008.00	2202.99.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas ou aromatizadas artificialmente
13.0	03.013.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas energéticas em embalagem com capacidade inferior a 600ml
14.0	03.014.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas energéticas em embalagem com capacidade igual ou superior a 600ml
15.0	03.015.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas hidroeletrolíticas (isotônicas) em embalagem com capacidade inferior a 600ml
16.0	03.016.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas hidroeletrolíticas (isotônicas) em embalagem com capacidade igual ou superior a 600ml
22.0	03.022.00	2202.91.00	Cerveja sem álcool

II - o item 5.0 do Anexo X:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
5.0	09.005.00	8539.50.00	Lâmpadas de LED (Diodos Emissores de Luz)

III - os itens 30.0 e 30.1 do Anexo XI:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
30.0	10.030.00	6907	Ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento
30.1	10.030.01	6907	Cubos, pastilhas e artigos semelhantes de cerâmica, mesmo com suporte.

IV - os itens 112.0 a 15.0 do Anexo XVIII:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
112.0	17.112.00	2202.99.00	Néctares de frutas e outras bebidas não alcoólicas prontas para beber, exceto isotônicos e energéticos
113.0	17.113.00	2101.20 2202.99.00	Bebidas prontas à base de mate ou chá
114.0	17.114.00	2202.99.00	Bebidas prontas à base de café
115.0	17.115.00	2202.99.00	Bebidas alimentares prontas à base de soja, leite ou cacau, inclusive os produtos denominados bebidas lácteas

V - os itens 67.1, 68.0 e 74.0 do Anexo XXII:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
67.1	21.067.01	8528.62.00	Projetores capazes de serem conectados diretamente a uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71 e concebidos para serem utilizados com esta máquina
68.0	21.068.00	8528.52.20	Outros monitores capazes de serem conectados diretamente a uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71 e concebidos para serem utilizados com esta máquina, policromáticos
74.0	21.074.00	9006.59	Câmeras fotográficas dos tipos utilizadas para preparação de clichês ou cilindros de impressão

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do terceiro mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 26, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS nas saídas de mercadorias identificadas como "materiais de referência" realizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas S/A - IPT.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Fica o Estado de São Paulo autorizado a conceder isenção de ICMS nas saídas de mercadorias identificadas como "materiais de referência", relacionadas no Anexo Único, realizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas S/A - IPT, inscrito no CNPJ sob o nº 60.633.674/0001-55.

Parágrafo único. Os Materiais de Referência são as substâncias ou artefatos com uma ou mais propriedades suficientemente bem determinadas e que podem ser utilizados na calibração de equipamentos, no acompanhamento e na avaliação de operadores, no controle e atribuição de valores a outros materiais e para o desenvolvimento de metodologias.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

ANEXO ÚNICO

ITEM	**MATERIAIS DE REFERÊNCIA - IPT**	**NCM**
1	IPT 100 - AÇO LIGA (CRI NI MO V)	38220090
2	IPT 101 - ÓLEO MINERAL OP 10000	38220090
3	IPT 102 - ÓLEO MINERAL OP 20000	38220090
4	IPT 104 - ÓLEO MINERAL (PONTO DE FULGOR)	38220090
5	IPT 108 - AÇO LIGA (AISI 9260)	38220090
6	IPT 109 - ÓLEO MINERAL (0,67%S)	38220090
7	IPT 109 - ÓLEO MINERAL (0,7%S)	38220090
8	IPT 10A - BRONZE (85CU 5SN 5PB 5ZN)	38220090
9	IPT 10B - BRONZE (85CU 5SN 5PB 5ZN)	38220090
10	IPT 110 - ÓLEO MINERAL (1,0%S)	38220090
11	IPT 110 - ÓLEO MINERAL (1,01%S)	38220090
12	IPT 111 - ÓLEO MINERAL (2,07%S)	38220090
13	IPT 112 - ÓLEO MINERAL (4,0%S)	38220090
14	IPT 112 - ÓLEO MINERAL (4,09%S)	38220090
15	IPT 114 - AÇO FERRAMENTA (CR-MO-V)	38220090
16	IPT 117 - AÇO FERRAMENTA (Ni-Cr)	38220090
17	IPT 119B - ÓLEO MINERAL - PONTO DE FULGOR	38220090
18	IPT 11A - AÇO CARBONO (AISI 1020)	38220090
19	IPT 122 - CALCÁRIO DOLOMÍTICO	38220090
20	IPT 123 - MINÉRIO DE FERRO (65,5%, 1% FE)	38220090
21	IPT 124 - ÓLEO DE SILICONE (OS 1000)	38220090
22	IPT 12A - AÇO LIGA (AISI 8640)	38220090
23	IPT 131 - BAUXITA (POÇOS DE CALDAS)	38220090
24	IPT 134 - SILÍCIO METÁLICO	38220090
25	IPT 135 - SILÍCIO METÁLICO	38220090
26	IPT 137 - ÓLEO MINERAL (0,101%)	38220090
27	IPT 138 - ÓLEO MINERAL (0,5%)	38220090
28	IPT 139 - ÓLEO MINERAL (1,0%)	38220090
29	IPT 13A - AÇO CARBONO (AISI 1060)	38220090
30	IPT 140 - PADRÃO DE PONTO DE FLUIDEZ 0ºC	38220090
31	IPT 141 - PONTO DE FLUIDEZ (12ºC-ASTM D97)	38220090
32	IPT 142 - AÇO LIGA (AISI 8630)	38220090
33	IPT 143 - FERRO SILÍCIO (75%SI)	38220090
34	IPT 146 (S) - MINÉRIO DE FERRO (CARAJÁS)	38220090
35	IPT 14A - AÇO CARBONO (AISI 1040)	38220090
36	IPT 151 - DENSIDADE (0,89G/CM3) TOLUENO-50ML	38220090
37	IPT 16A - AÇO LIGA (AISI 8620)	38220090
38	IPT 17A - AÇO LIGA (AISI 4340)	38220090
39	IPT 18B - CONCEN. DE ROCHA FOSFÁTICA	38220090
40	IPT 18B - ROCHA FOSFÁTICA (CONCENTRADO)	38220090
41	IPT 20 - AÇO LIGA (AISI 52100)	38220090
42	IPT 22 - AÇO INOXIDÁVEL (AISI 440A)	38220090
43	IPT 24A - AÇO INOXIDÁVEL (AISI 316)	38220090
44	IPT 25 - AÇO LIGA (AISI 4140)	38220090
45	IPT 26 - AÇO INOXIDÁVEL (AISI 420)	38220090
46	IPT 28 - ARGILA PARA	38220090
47	IPT 29A - AÇO LIGA (NI - CR - MO)	38220090

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48	IPT 31 - AÇO LIGA (AISI 6150)	38220090
49	IPT 32 - ARGILA PLÁSTICA (SARACURUNA)	38220090
50	IPT 33 - AÇO LIGA (AISI 5160)	38220090
51	IPT 35 - CÁLCARIO CALCÍTICO	38220090
52	IPT 6 - AÇO LIGA (CR - MO - AL)	38220090
53	IPT 37B - FERRO FUNDIDO CINZENTO	38220090
54	IPT 39 - AÇO CARBONO (AISI 1005)	38220090
55	IPT 40 - LATAO (2,45% PB)	38220090
56	IPT 41B - AÇO RESSULFURADO 12L14	38220090
57	IPT 42 - ARGILA SÃO SIMÃO	38220090
58	IPT 43 - AÇO CARBONO (AISI 1132)	38220090
59	IPT 44 - CÁLCARIO	38220090
60	IPT 47 - AÇO LIGA (0,03NB)	38220090
61	IPT 49 - FERRO FUNDIDO BRANCO	38220090
62	IPT 50 - AÇO FERRAMENTA (AISI-M2)	38220090
63	IPT 500 - AÇO LIGA (A 242)	38220090
64	IPT 501 - AÇO LIGA (SAE 4130H)	38220090
65	IPT 502 - AÇO LIGA (SAE 8260)	38220090
66	IPT 503 - AÇO CARBONO (AISI 1045)	38220090
67	IPT 504 - AÇO CARBONO (AISI 1541)	38220090
68	IPT 51 - REFRATÁRIO SÍLICO ALUMINOSO	38220090
69	IPT 52 - MINÉRIO DE MANGANÊS	38220090
70	IPT 53 - FELDSPATO POTÁSSICO	38220090
71	IPT 54 - FERRO MANGANES (80% MN)	38220090
72	IPT 55 - AÇO CARBONO 1080-MODIFICADO	38220090
73	IPT 57 - REFRATÁRIO ALUMINOSO	38220090
74	IPT 58A - AÇO CARBONO (0,3%C)	38220090
75	IPT 59A - AÇO CARBONO (0,5%C)	38220090
76	IPT 60A - AÇO CARBONO (0,7%C)	38220090
77	IPT 61 - AREIA QUARTZOSA (0,01% FE)	38220090
78	IPT 62 - AREIA QUARTZOSA (0,07% FE)	38220090
79	IPT 63 - REFRATÁRIO SILICOSO	38220090
80	IPT 64 - COBRE PURO	38220090
81	IPT 65 - FERROSÍLICO CROMO	38220090
82	IPT 67 - AÇO FERRAMENTA (CO-MO-W)	38220090
83	IPT 69 - FERRO FUNDIDO	38220090
84	IPT 70 - FERRO SILÍCIO (45%SI)	38220090
85	IPT 71 - AÇO CARBONO (AISI 10B40)	38220090
86	IPT 72 - FELDSPATO SÓDICO	38220090
87	IPT 74 - BRONZE (80CU 3SN 6PB 10ZN)	38220090
88	IPT 75A - FERRO FUND. CINZENTO	38220090
89	IPT 76 - ÓLEO MINERAL OP 3	38220090
90	IPT 77 - ÓLEO MINERAL OP 6	38220090
91	IPT 78 - ÓLEO MINERAL OP 10	38220090
92	IPT 79 - ÓLEO MINERAL OP 20	38220090
93	IPT 80 - ÓLEO MINERAL OP 35	38220090
94	IPT 81 - ÓLEO MINERAL OP 45	38220090
95	IPT 82 - ÓLEO MINERAL OP 60	38220090
96	IPT 83 - ÓLEO MINERAL OP 100	38220090
97	IPT 84 - ÓLEO MINERAL OP 150	38220090
98	IPT 85 - ÓLEO MINERAL OP 200	38220090
99	IPT 86 - ÓLEO MINERAL OP 300	38220090
100	IPT 86 - ÓLEO MINERAL OP 86	38220090
101	IPT 87 - ÓLEO MINERAL OP 400	38220090
102	IPT 88 - ÓLEO MINERAL OP 600	38220090
103	IPT 89 - ÓLEO MINERAL OP 1000	38220090
104	IPT 90 - ÓLEO MINERAL OP 2000	38220090
105	IPT 91 - ÓLEO MINERAL OP 4000	38220090
106	IPT 92 - ÓLEO MINERAL OP 8000	38220090
107	IPT 93 - AÇO CARBONO (AISI 15B13)	38220090
108	IPT 94 - ÁCIDO BENZÓICO	38220090
109	IPT 95 - FLUORITA	38220090
110	IPT 96 - AÇO LIGA (AISI A242)	38220090
111	IPT 97 - AÇO LIGA (MN 5%-CR)	38220090
112	IPT 98 - AÇO INOXIDÁVEL (CR-NI-MO-TI)	38220090
113	IPT 99 - ÓLEO MINERAL OP 3000	38220090
114	IPT AN100 - AREIA NORMAL BRAS.FINA Nº100	25051000
115	IPT AN16 - AREIA NORMAL BRAS.GROSSA Nº16	25051000
116	IPT AN30 - AREIA NORMAL BRAS.MED.GROSSA Nº30	25051000
117	IPT AN50 - AREIA NORMAL BRAS.MEDIA FINA Nº50	25051000
118	IPT SP01 - SOL. PADR. TEOR DE POSTÁSSIO	38220090
119	IPT 1001 - LINGOTE DE AÇO INOXIDÁVEL	75022000
120	IPT 1002 - ÓLEO DE SILICONE	27090090
121	IPT 1003 - PLACA MAGNÉTICA	90318099

CONVÊNIO ICMS Nº 27, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do §1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Os itens 6.0, 96.0, 107.0 e 108.0 do Anexo XVIII do Convênio ICMS 92/15, de 20 de agosto de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
6.0	17.006.00	1806.90.00	Achocolatados em pó, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, exceto os classificados no CEST 17.006.02
96.0	17.096.00	0901	Café torrado e moído, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto os classificados no CEST 17.096.04
107.0	17.107.00	2101.1	Extratos, essências e concentrados de café e preparações à base destes extratos, essências ou concentrados ou à base de café, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 g, exceto os classificados no CEST 17.107.01
108.0	17.108.00	2101.20	Extratos, essências e concentrados de chá ou de mate e preparações à base destes extratos, essências ou concentrados ou à base de chá ou de mate, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 g, exceto as bebidas prontas à base de mate ou chá e os itens classificados no CEST 17.108.01

Cláusula segunda Os itens 6.2, 96.4, 107.1 e 108.1 ficam acrescentados ao Anexo XVIII do Convênio ICMS 92/15, com as seguintes redações:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
6.2	17.006.02	1806.90.00	Achocolatados em pó, em cápsulas
96.4	17.096.04	0901	Café torrado e moído, em cápsulas
107.1	17.107.01	2101.1	Extratos, essências e concentrados de café e preparações à base destes extratos, essências ou concentrados ou à base de café, em cápsulas
108.1	17.108.01	2101.20	Extratos, essências e concentrados de chá ou de mate e preparações à base destes extratos, essências ou concentrados ou à base de chá ou de mate, em cápsulas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do terceiro mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 28, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte: convênio:

Cláusula primeira O dispositivo a seguir indicado do Convênio ICMS 38/12, de 30 de março de 2012, passa a vigorar com as seguinte redação:

I - cláusula segunda:

a)o inciso I:

"I - deficiência física, aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física e a incapacidade total ou parcial para dirigir apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, nanismo, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;";

b)o inciso IV:

"IV - autismo aquela que apresenta transtorno autista ou autismo atípico e gera a incapacidade de dirigir, caracterizados nas seguintes formas:

a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2017.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 29, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 132/92, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com veículos automotores

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Fica alterada a cláusula primeira do Convênio ICMS 132/92, de 25 de setembro de 1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com veículos novos classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - Sistema Harmonizado - NCM/SH, identificadas no Anexo XXVI do Convênio ICMS 92/15, de 20 de agosto de 2015, fica atribuída ao estabelecimento importador e ao estabelecimento industrial fabricante a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido nas subsequentes saídas até e inclusive à promovida pelo primeiro estabelecimento revendedor varejista ou entrada com destino ao ativo imobilizado.".

Cláusula segunda Fica revogado o Anexo II do Convênio ICMS 132/92.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 30, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Exclui o Rio Grande do Sul do Convênio ICMS 133/03, que autoriza os Estados do Rio Grande do Sul e Rondônia a isentar do ICMS as saídas internas de mercadorias promovidas por cooperativas sociais.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Os seguintes dispositivos do Convênio ICMS 133/03, de 12 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a ementa:

"Autoriza a concessão de isenção do ICMS nas saídas internas de mercadorias promovidas por cooperativas sociais.";

II - a cláusula primeira:

"Cláusula primeira Fica o Estado de Rondônia autorizado a conceder isenção do ICMS nas saídas internas de mercadorias de produção própria, promovidas por cooperativas sociais definidas na Lei n. 9.867, de 10 de novembro de 1999, cujas vendas não ultrapassem o limite fixado na legislação estadual.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 31, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 03/17, que autoriza o Estado de Santa Catarina a instituir Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia que migrarem do Simples Nacional para o Regime Normal, concedendo redução de base de cálculo do ICMS nas prestações internas de serviços de comunicação a que se refere.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira O inciso III da cláusula terceira do Convênio ICMS 03/17, 30 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra pessoa jurídica contribuinte do ICMS, exceto se inativa há mais de 6 meses;".

Cláusula segunda A cláusula terceira do Convênio ICMS 03/17, 30 de janeiro de 2017, fica acrescida do inciso IV, com a seguinte redação:

"IV - cujo titular ou sócio participe no capital de contribuinte com inscrição estadual cancelada.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 32, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 19/16, que autoriza o Estado de Mato Grosso a conceder isenção do ICMS incidente no fornecimento de energia elétrica a hospitais filantrópicos, desde que classificados como entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei (federal) n° 12.101, de 27 de novembro de 2009.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam acrescentadas ao Anexo Único a que se refere a cláusula primeira do Convênio ICMS 19/16, de 8 de abril de 2016, as seguintes entidades filantrópicas:

"Anexo Único

	Município	CNPJ	Entidade (nome empresarial)
12	Cuiabá	03.984.624/0001-89	Instituto Lions da Visão
13	Rondonópolis	60.975.737/0077-50	Sociedade Beneficente São Camilo

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir da data de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 33, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera a cláusula primeira do Convênio ICMS 51/99, que autoriza a concessão de isenção nas operações com embalagens de agrotóxicos usadas e lavadas, bem como nas respectivas prestações de serviços de transporte e exclui o Estado do Pará do Convênio ICMS 42/01, que concede isenção do ICMS nas operações com embalagens de agrotóxicos e respectivas tampas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira A cláusula primeira do Convênio ICMS 51/99, de 23 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo autorizados a concederem isenção do ICMS nas seguintes hipóteses:".

Cláusula segunda Fica o Estado do Pará excluído do Convênio ICMS 42/01, de 6 de julho de 2001.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 34, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Acre e Amazonas às disposições do Convênio ICMS 48/13, que institui o sistema de Registro e Controle das Operações com o Papel Imune Nacional - RECOPI NACIONAL e disciplina, para as unidades federadas que especifica, o credenciamento do contribuinte que realize operações com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª reunião ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 26 de outubro de 1996), resolve celebrar o seguinte, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre e Amazonas incluídos nas disposições do Convênio ICMS 48/13, de 12 de junho de 2013.

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 48/13, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Os estabelecimentos localizados nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, que realizem operações sujeitas a não incidência do imposto sobre as operações com o papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico deverão se credenciar nas Secretarias da Fazenda e no Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune Nacional - RECOPI NACIONAL.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 35, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Revigora o Convênio ICMS 126/15, que autoriza o Estado de Goiás a conceder isenção do ICMS incidente no fornecimento de energia elétrica para pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que recebam auxílio financeiro do Poder Executivo Estadual.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira O Convênio ICMS 126/15, de 4 de novembro de 2015, fica revigorado.

Cláusula segunda A cláusula terceira do Convênio ICMS 126/15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional.".

Cláusula terceira Fica o Estado de Goiás autorizado a não exigir ICMS decorrente do fornecimento de energia elétrica de que trata o Convênio ICMS 126/15, no período compreendido entre o dia 1º de janeiro de 2017 e a data de início de vigência deste convênio.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 36, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Exclui o Estado de Pernambuco do Convênio ICMS 138/93, que autoriza os Estados do Pará e Pernambuco a conceder crédito presumido do ICMS aos fabricantes de sacaria de juta e malva.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Os seguintes dispositivos do Convênio ICMS 138/93, de 9 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a ementa:

"Autoriza a concessão de crédito presumido do ICMS aos fabricantes de sacaria de juta e malva.";

II - a cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas e Pará autorizados a conceder, aos fabricantes de sacaria de juta e malva, crédito presumido do ICMS de até 55% (cinqüenta e cinco por cento) do valor do imposto devido.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 37, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Paraná, Piauí e São Paulo ao Convênio ICMS 74/07, que autoriza as unidades federadas que menciona a revogar benefício fiscal de ICMS previsto no Convênio ICMS 100/97, que dispõe sobre benefícios fiscais nas saídas de insumos agropecuários.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Ficam os Estados do Paraná, Piauí e São Paulo incluídos nas disposições do Convênio ICMS 74/07, de 6 de julho de 2007.

Cláusula segunda A cláusula primeira do Convênio ICMS 74/07 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Piauí; Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal autorizados a revogar o benefício de manutenção do crédito do ICMS autorizado nos termos do inciso I do caput da cláusula quinta do Convênio ICMS 100/97, de 4 de novembro de 1997".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 38, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

Cláusula primeira Fica acrescentado o item 6.11 ao Anexo VII do, com a seguinte redação:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
6.11	06.006.11	2710.19.22	Óleo combustível pesado

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 39, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a adesão do Estado do Amapá às disposições do Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira. Fica o Estado do Amapá incluído nas disposições do Convênio ICMS 16/15, de 22 de abril de 2015.

Cláusula segunda. Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 40, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 141/16, de 9 de dezembro de 2016, que prorroga o Convênio ICMS 46/13, que autoriza o Estado de Pernambuco a conceder isenção do ICMS nas saídas internas de milho em grão destinadas a pequenos produtores agropecuários, bem como a agroindústrias de pequeno porte, para utilização no respectivo processo produtivo, promovidas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e pelo Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA/PE.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

c o n v ê n i o

Cláusula primeira A cláusula primeira do Convênio ICMS 141/16, de 9 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira As disposições do Convênio ICMS 46/13, de 12 de junho de 2013, ficam prorrogadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 41, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Revigora o Convênio ICMS 106/14, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS em operações com bens e mercadorias a serem comercializados na Feira Escandinava.

Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de março de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira O Convênio ICMS 106/14, de 21 de outubro 2014, fica revigorado.

Cláusula segunda A cláusula segunda do Convênio ICMS 106/14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2018.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 42, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Altera o Convênio ICMS 95/16, que autoriza a concessão de anistia de multas e juros relativos ao ICMS incidente sobre prestações de serviços de telecomunicações, exceto os de televisão por assinatura via satélite, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte: convênio:

Cláusula primeira A ementa do convênio ICMS 95/16, de 23 de setembro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza a concessão de anistia de multas e juros relativos ao ICMS incidente sobre prestações de serviços de transportes e de telecomunicações, exceto os de televisão por assinatura via satélite, na forma que especifica.".

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 95/16, de 23 de setembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a não exigir multas e juros nos créditos tributários, constituídos ou não de ofício, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os já parcelados, relativos ao ICMS incidente sobre prestações de serviços transportes e de telecomunicações, exceto os de televisão por assinatura via satélite, cujos fatos geradores ocorreram até 30 de junho de 2016.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir da data de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS Nº 43, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Convalida as operações e prestações realizadas de acordo com o Convênio ICMS 13/17 que autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS nas doações de medicamentos destinados a órgão da Administração Pública do Município de São Paulo.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 164ª Reunião Ordinária, realizada em Cuiabá, MT, no dia 7 de abril de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte convênio:

Cláusula primeira Fica remitido o ICMS correspondente as operações e prestações realizadas nos termos do Convênio ICMS 13/17, de 23 de fevereiro de 2017, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS nas doações de medicamentos destinados a órgão da Administração Pública do Município de São Paulo, no período de 24 de fevereiro de 2017 até a data da ratificação desse convênio.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso p/ Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio por George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Correa Tavares por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Daniela Ramos Tôrres por Jorge Eduardo Jahaty de Castro, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz por Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula por João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - José Fernando Navarrete Pena, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira por Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Roseli de Assunção Naves por Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Ronaldo Raimundo Medeiros por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Maria das Graças Moraes Moreira Ramos por Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Alcântara Buarque de Holanda por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Julio Cesar Fazoli p/ Antônio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

Na cláusula primeira do Convênio ICMS 06/17, de 8 de fevereiro de 2017, publicado no DOU de 9 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 33, onde se lê: "§ 3º... neste protocolo." , leia-se: " § 3º... neste convênio."

No Despacho do Secretário-Executivo nº 22/17, de 9 de fevereiro de 2017, publicado no DOU de 10 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 12, no Laudo PRS0012017, na coluna "CNPJ", onde se lê: "88.630.413/0001-09", leia-se: "93.483.238/0001-04".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 1.914, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera o Anexo X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 316 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Fica incluído no Anexo X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, que estabelece o quantitativo de Assistentes Técnicos e Assistentes, 1 (um) DAS 1, categoria Assistente Técnico, para a SRRF - 2º RF.

Art. 2º Fica excluído do Anexo X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012, 1 (um) DAS 1, categoria Assistente Técnico, da SRRF - 10ª RF

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

RETIFICAÇÃO

No Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, publicada no DOU de 16/03/2017, seção 1, página 23.
Onde se lê:

"8517	APARELHOS ELÉTRICOS PARA TELEFONIA OU TELEGRAFIA, POR FIO, INCLUÍDOS OS APARELHOS TELEFÔNICOS POR FIO CONJUGADO COM UM APARELHO TELEFÔNICO PORTÁTIL SEM FIO E OS APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO POR CORRENTE PORTADORA OU DE TELECOMUNICAÇÃO DIGITAL; VIDEOFONES	5	0%"

Leia-se:

"8517	APARELHOS ELÉTRICOS PARA TELEFONIA OU TELEGRAFIA, POR FIO, INCLUÍDOS OS APARELHOS TELEFÔNICOS POR FIO CONJUGADO COM UM APARELHO TELEFÔNICO PORTÁTIL SEM FIO E OS APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO POR CORRENTE PORTADORA OU DE TELECOMUNICAÇÃO DIGITAL; VIDEOFONES	5	20%"

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.720373/2017-59, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Camel Blue International Blend	3.1) R$ 7,00 / vintena	4.1) 2.150.000
2.2) Camel Double Mint & Purple	3.2) R$ 8,00 / vintena	4.2) 1.100.000
2.3) Camel Filters International Blend	3.3) R$ 7,00 / vintena	4.3) 681.000
2.4) Camel Option Mint Capsule	3.4) R$ 7,00 / vintena	4.4) 263.000
2.5) Winston Blue International	3.5) R$ 5,00 / vintena	4.5) 3.390.000
2.6) Winston Classic International	3.6) R$ 5,50 / vintena	4.6) 2.226.000
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Declara Baixada de Ofício por Inexistência de Fato a inscrição no CNPJ nº 15.382.122/0001-67 - EMERSON MARTINS CINTRA-ME

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 29, inciso II, alíneas "b" e "d"; e art 31, inciso II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 15.382.122/0001-67 atribuída à pessoa jurídica EMERSON MARTINS CINTRA-ME, aberta em 11.04.2012, com endereço na Rua Pedro Pedra, 460 Bairro Bosque Santa Monica II, Campo Grande/MS, CEP 79106-677 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, por incapacidade operacional e por realizar emissão de notas fiscais de operações fictícias, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.721287/2016-30.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDSON ISHIKAWA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara Baixada de Ofício por Inexistência de Fato a inscrição no CNPJ nº 22.996.134/0001-47 -RIPAFER COMERCIO DE METAIS EIRELI-ME

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 29, inciso II, alíneas "b" e "d"; e art 31, inciso II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 22.996.134/0001-47 atribuída à pessoa jurídica RIPAFER COMERCIO DE METAIS EIRELI-ME, aberta em 05.08.2015, com endereço na Rua Pedro Pedra, 460 Bairro Bosque Santa Monica II, Campo Grande/MS, CEP 79106-677 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, por incapacidade operacional e por realizar emissão de notas fiscais de operações fictícias, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.721291/2016-06.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDSON ISHIKAWA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara Baixada de Ofício por Inexistência de Fato a inscrição no CNPJ nº 09.088.651/0001-50 - CITY COMERCIO DE METAIS LTDA-ME

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 29, inciso II, alíneas "a", "b" "e" 1); e art 31, inciso II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 09.088.651/0001-50 atribuída à pessoa jurídica CITY COMERCIO DE METAIS LTDA ME, aberta em 27.09.2007, com endereço na Av. Afonso Pena, 1897, Centro, Campo Grande/MS, CEP 79002-070 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ e por não dispor de patrimônio ou capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.721850/2016-70.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário ficial da União, com efeitos a partir de 10.06.2010, nos termos do inciso IV, § 3º, art. 47 e do art. 49 da IN RFB nº 1634 de 06.05.2016.

EDSON ISHIKAWA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara Baixada de Ofício por Inexistência de Fato a inscrição no CNPJ nº 00.486.328/0001-60 - VITRINE PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI-ME

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 29, inciso II, alínea "b"; e art 31, inciso II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 00.486.328/0001-60 atribuída à pessoa jurídica VITRINE PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI-ME, aberta em 16.03.1995, com endereço na Av. Hiroshima, 1254, Bairro Carandá Bosque II, Campo Grande/MS, CEP 79032-050 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.721943/2016-02.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDSON ISHIKAWA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Declara Baixada de Ofício por Inexistência de Fato a inscrição no CNPJ nº 14.646.310/0001-92 -LFG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 29, inciso II, alíneas "a", "b" e "e" ; e art 31, inciso II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 14.646.310/0001-92 atribuída à pessoa jurídica LFG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, aberta em 21.11.2011, com endereço na Rua Iria Loureiro Viana, 255, Bloco IV, Vila Glória Campo Grande/MS, CEP 79004-300 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ e por não dispor de patrimônio ou capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.721947/2016-82.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 01.01.2015, nos termos do inciso IV, § 3º, art. 47 e do art. 49 da IN RFB nº 1634 de 06.05.2016.

EDSON ISHIKAWA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993; e suas alterações e regulamentos; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda Nº	Interessado	CPF/CNPJ Nº
01	13150.720248/2016-94	0130151.28366/2016	Gezio Ermenegildo de Sousa	303.896.071-34
02	13150.720248/2016-94	0130151.28366/2016	Ronivaldo Barbosa Kaneko	009.965.691-46
03	13150.720024/2017-63	0130151.05526/2017	Rosario Juana Lopez Paye	746.145.501-00
04	13150.720024/2017-63	0130151.05526/2017	Beatriz Huanca Loza	704.155.651-46
05	13150.720024/2017-63	0130151.05526/2017	Leidy Ortiz Pesoa	709.093.471-31
06	13150.720017/2017-61	0130151.05358/2017	Cesar Augustinho Foscarini	884.203.451-72
07	13150.720017/2017-61	0130151.05358/2017	Aparecido Rodrigues Campos	010.969.201-23
08	13150.720017/2017-61	0130151.05358/2017	Jucineia Moreira dos Santos	033.476.571-44
09	13150.720019/2017-51	0130100EDTSIANA00001/2017	Ministerio da Fazenda	00.394.460/0065-06

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Cancelamento da Certidão Conjunta com Efeitos de Negativa (CPD-EN) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302, 303 e 314 do regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º. Cancelar a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de nº 75BE.1BE6.0845.F970, datada de 14/03/2017, emitida indevidamente em nome de Campelo Pinheiro & Cia. Ltda., CNPJ 03.681.294/0001-52.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721091/2017-00 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2018, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica S M COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 00.319.290/0001-30, por omissão de declarações em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721119/2017-09 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2018, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica ESTEVAO LUIS GUSMAO RODRIGUES - ME, CNPJ nº 08.723.987/0002-65, por omissão de declarações em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721107/2017-76e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2018, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica ANTONIO RODRIGUES MOREIRA, CNPJ nº 03.862.065/0001-34, por omissão de declarações em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721172/2017-00 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2018, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa ALMEIDA E LIMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 18.070.732/0001-13, por omissão de declarações em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721161/2017-11 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2018, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE LTDA - EPP, CNPJ nº 17.266.945/0001-52, por omissão de declarações em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721249/2017-08 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2016, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica HENRIQUE E CARRARO SERVICOS DE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ 20.827.957/0001-13, por omissão de declarações em 3 (três) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721232/2017-86 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica UCHOA E BEZERRA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, por omissão de declarações em 3 (três) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721256/2017-35 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica VILLA DA BARRA COMERCIO E SERVIÇOS DE MECÂNICA DE VEÍCULO LTDA EPP, CNPJ 20.924.051/0001-17, por omissão de declarações em 3 (três) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721230/2017-97 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica MELO E BEZERRA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, CNPJ 20.671.851/0001-73, por omissão de declarações em 3 (três) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria DRFMNS n° 71, de 09 de junho de 2014, artigo 10° e considerando as razões da Representação contido no processo Administrativo nº 10283.721244/2017-19 e nos termos dos artigos 40, inciso I; e 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, publicada no DOU de 09 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica SOUZA E RAMOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, CNPJ 20.809.381/0001-61, por omissão de declarações em 3 (três) exercícios consecutivos.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Declara nulidade no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO-SECAT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MANAUS-AM, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012; e tendo em vista o disposto nos artigos. 2º, inciso VII, 17, 18, 19, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 14363.720375/2015-70, declara:

Art. 1º ANULAR a inscrição no CPF nº 047.721.432-03 de PAULO ELCIO MARTINS DA SILVA.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o fornecimento dos selos que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no a DOU de 09 de fevereiro de 2005, e tendo em vista requerimento nº. 001/2017, de 06 de Abril de 2017, da empresa importadora, declara:

Artigo Único - Fica autorizado o fornecimento de 8.640 selos de controle do tipo UÍSQUE AMARELO ao estabelecimento importador LD Licínio Dias Importações Ltda., inscrito no CNPJ sob nº 04.401.145/0001-55, para selagem pelo fabricante no exterior, de 8.640 garrafas, abaixo identificados:

Requerimento	Capacidade	Quantidade	Marca Comercial
001/2017	1000ml	8.640	GRAND MACNISH 8 ANOS

HAMILTON SOBRAL GUEDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13433.002227/2008-15, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica REFIMOSAL REFINAÇÃO E MOAGEM DE SAL SANTA HELENA LTDA, CNPJ nº 09.400.227/0001-07, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0208/2007, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa jurídica objeto do incentivo (unidade produtora): REFIMOSAL REFINAÇÃO E MOAGEM DE SAL SANTA HELENA LTDA;

II - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 09.400.227/0001-07;

III - Endereço da Unidade Produtora: BR 304, Km 28, S/N - Santa Júlia, CEP: 59616-000, Mossoró - RN;

IV - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 13 da Lei 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.564, de 29 de julho de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e artº I da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001;

V - Enquadramento do benefício: Redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis;

VI - Condição Onerosa Atendida: Modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VII - Capacidade Instalada do Atual (anual): 220.000t/ano;

VIII - Capacidade Incentivada (annual): 100% da capacidade instalada;

IX - Descrição da Atividade: Beneficiamento de sal;

X - Enquadramento do Setor prioritário: Indústria de transformação - alimentos, Decreto 4.213, art. 2º Inciso VI, alínea i;

XI - Ano em que entrou em operação: 2006;

XII - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

XIII - Período de fruição do benefício (residual): 01/01/2009 a 31/12/2012.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 02208/2007, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB, aprovado pela Portaria MF n º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e nos arts. 37, 40, inciso II e 42, inciso II e parágrafo 2° da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1° Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 09.167.028/0001-92 da empresa DZN-DISTRIBUIDORA LTDA-ME, por não ser localizada no endereço constante do CNPJ, conforme consta no processo administrativo nº 10.469.721.346/2017-58.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Anula o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 37, de 24 de MARÇO DE 2017, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e no art 1º da Portaria DRF 279, de 18 de dezembro de 2014, e ainda considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, no Decreto nº 4.213/2002, e na IN-SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. NULO o Ato Declaratório Executivo nº 37, de 24 de março de 2017, por haver indicado, por engano, como beneficiário do mesmo a Empresa Fortlev Ind. e Com. de Plásticos Ltda. CNPJ 10.921.911/0001-05, a qual já tinha sido contemplada com o benefício para operar no regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, em razão da INSTALAÇÃO de empreendimento industrial, na área de atuação da SUDENE, através do processo nº 10070.000658/0317-89, o qual culminou com a expedição do ADE nº 39/2017.

Art. 2º. Fica pois sem qualquer efeito as referências do Ato ora anulado, mencionado no artigo 1º, concedido ao estabelecimento Filial - CNPJ 10.921.911/0003-77, por terem sido feitas, por engano.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e no art 1º da Portaria DRF 279, de 18 de dezembro de 2014, e ainda considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, no Decreto nº 4.213/2002, e na IN-SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa TDG - Transmissora Delmiro Gouveia s.a - CNPJ 11.552.929/0001-40, em razão da INSTALAÇÃO de empreendimento industrial, na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do Inciso I do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0247/2016, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 10480.720810/2017-31.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento Filial - CNPJ 11.552.929/0004-92, localizado na Estrada Aquiraz, s/nº, km 2,5 - Jambeiro Angelin, Aquiraz (CE), limitando-se ao processo de transmissão de energia, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2016 a 31/12/2025.

Art. 3º. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0247/2016 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 27, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA/BA, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 1º de maio de 2017, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
13.293.782/0001-46	BAHIAVET DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EPP	10530.720150/2016-74
13.927.785/0001-94	ADEMARIO MIRANDA FIGUEREDO - ME	10530.720152/2016-63
13.988.894/0001-11	COMERCIAL GUARANY DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME	10530.720151/2016-19
14.395.503/0001-18	MANOEL DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE - ME	10530.720530/2016-17

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de quinze dias, contado da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (DOU), apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana-BA, no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 195, Centro, Feira de Santana-BA.

Art. 3º Não havendo apresentação do recurso no prazo previsto, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução CG/Refis nº 9, de 12 de janeiro de 2001, alterada pela Resolução CG/Refis nº 20, de 27 de setembro de 2001, a exclusão do Refis será definitiva.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES - DEMAC/RJO, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e VI do artigo 302 e o inciso VI do artigo 314 todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 4º e § 2 do art. 7º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, bem como nos art. 11 e 12 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal no. 16682.721486/2016-05, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, a pessoa jurídica FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., CNPJ nº 23.274.194/0001-19.

Art. 2º O presente ato aplica-se exclusivamente desenvolvimento da infraestrutura na subestação de Jacarepaguá, conforme descrição no Anexo da Portaria nº 087, de 03 de maio de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 04 de maio de 2016, Seção 1, pág. 109, identificado pelo processo MME nº 48500.001878/2016-23.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 6 DE ABRIL DE 2017

PRORROGA O ALFANDEGAMENTO DO RECINTO QUE MENCIONA

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso II do artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 11128.727859/2014-53, declara:

1.Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo/SRRF08 nº 14, de 10 de abril de 2015, publicado no DOU de 16 de abril de 2015 e retificado no DOU de 04 de maio de 2015, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Fica prorrogado, a título permanente e em caráter precário, até 28/09/2017, ou até que se encerre o respectivo certame licitatório ou ocorra a eventual declaração de inexigibilidade de licitação da área em questão, o que ocorrer primeiro, o alfandegamento de 26 tanques de nºs. 443.301 a 443.305, 443.307 a 443.310, 631.501, 631.503, 631.601, 631.603, 631.803 a 631.805, 347.001 a 347.006 e 349.001 a 349.004, e suas respectivas tubovias, implantados na Instalação Portuária situada na Rua Albert Schweitzer nº 197 - Alemoa - Santos/SP, administrada pela empresa PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.709.449/0031-74, numa área total de 255.569m², arrendada ao beneficiário por meio do CONTRATO DE TRANSIÇÃO DIPREDIREM/02.2017, celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP em 28 de março de 2017, os quais se destinam à movimentação e armazenagem de petróleo e seus derivados, álcool e biocombustíveis, em operações de importação e de exportação.".

2. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no ADE/SSRF08 nº 14/2015 ora alterado.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a partir de 02 de abril de 2017.

MARCELO BARRETO DE ARAUJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, no uso da competência que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, combinado com o art. 33 da mesma Lei Complementar, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 5º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15//2007, com redação dada pela Resolução CGSN nº 20/2007, declara:

Art. 1º Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do SIMPLES NACIONAL nos períodos de 01/01/2012 a 31/12/2012 e 01/01/2014 a 31/10/2014 pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

Nome: RELUTH MANUTENÇÃO LTDA ME

CNPJ Nº: 14.058.429/0001-44 Data da Opção: 26/07/2011

Motivo da Exclusão: Por ter sido a empresa constituída por interpostas pessoas e por ter suas receitas brutas ultrapassado os limites legais vigentes nos anos-calendário.

Data da Ocorrência: 01/01/2012 Processo Nº 10865-720.714/2017-78.

Fundamentação legal: Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, artigo 3º, inciso II, e § 9º; artigo 28; artigo 29, inciso II e artigo 34, inciso e Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15/2007, com redação dada pela Resolução CGSN nº 50/2008, artigo 3º, inciso II, item c; artigo 4º, §§ 1º e 3º; artigo 5, incisos I e IV e artigo 6º, inciso VII.

Art. 2º A exclusão do SIMPLES NACIONAL surtirá os efeitos previstos no artigo 31, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e no artigo 6º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15, de 2007, com redação dada pela Resolução CGSN nº 50/2008 .

Art. 3º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do SIMPLES NACIONAL, ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição, por meio do formulário CONTESTAÇÃO À EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, disponível na página da Receita Federal do Brasil, na Internet, acessando o endereço eletrônico (http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/formularios/ModeloContestacaoExclusaoSN.doc) ou em sua unidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES tornar-se-á definitiva, nos termos do § 3º-B do art. 4º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15, de 2007.

ANDRÉ DALLE VEDOVE BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, no uso da competência que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, combinado com o art. 33 da mesma Lei Complementar, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 5º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15//2007, com redação dada pela Resolução CGSN nº 20/2007, declara:

Art. 1º Fica o contribuinte, a seguir identificado, excluído do SIMPLES NACIONAL nos períodos de 01/01/2012 a 31/12/2012 e 01/01/2014 a 31/12/2014 pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

Nome: SILMARI MANUTENÇÃO DE MOTORES LTDA ME

CNPJ Nº: 58.381.286/0001-82 Data da Opção: 01/01/2009

Motivo da Exclusão: Por ter sido a empresa constituída por interpostas pessoas e por ter suas receitas brutas ultrapassado os limites legais vigentes nos anos-calendário.

Data da Ocorrência: 01/01/2012 Processo Nº 10865-720.713/2017-23.

Fundamentação legal: Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, artigo 3º, inciso II, e § 9º; artigo 28; artigo 29, inciso II e artigo 34, inciso e Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15/2007, com redação dada pela Resolução CGSN nº 50/2008, artigo 3º, inciso II, item c; artigo 4º, §§ 1º e 3º; artigo 5, incisos I e IV e artigo 6º, inciso VII.

Art. 2º A exclusão do SIMPLES NACIONAL surtirá os efeitos previstos no artigo 31, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e no artigo 6º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15, de 2007, com redação dada pela Resolução CGSN nº 50/2008 .

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do SIMPLES NACIONAL, ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição, por meio do formulário CONTESTAÇÃO À EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, disponível na página da Receita Federal do Brasil, na Internet, acessando o endereço eletrônico (http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/formularios/ModeloContestacaoExclusaoSN.doc) ou em sua unidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES tornar-se-á definitiva, nos termos do § 3º-B do art. 4º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 15, de 2007.

ANDRÉ DALLE VEDOVE BARBOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara Cancelada a Inscrição no Registro Especial - Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e em face do que consta no processo administrativo nº 13830.720510/2017-22, declara:

Art. 1o Canceladas as Inscrições no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para as atividades de Usuário (UP) sob número "UP-08118/106" e Gráfica (GP) sob o número "GP-08118/107", concedidas por meio do Ato Declaratório Executivo DRF/MRA nº 82, de 29 de setembro de 2011, publicado às fls. 62 da Seção 1 do DOU de 30 de setembro de 2011, da empresa MARQUEZINI INDÚSTRIA EDITORA E GRÁFICA LTDA - EPP, com domicílio informado na Av. Luiz Kobal, nº 135, Distrito Industrial, no município de Assis, Estado de São Paulo, CEP: 19.815-060, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob número 13.520.360/0001-66.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Contribuinte: LAVIGA COMÉRCIO ATACA DISTA EIRELI

CNPJ/CPF : 09.109.322/0001-48
Processo : 13888.720690/2017-87

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 40, inciso II, concomitante com o artigo 42, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa jurídica, CNPJ: 09.109.322/0001-48, da contribuinte Laviga Comércio Atacadista Eireli, pelo motivo abaixo exposto:

I - pessoa jurídica não localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Contribuinte: MARCOS PAULO DE ALBUQUERQUE

CNPJ/CPF : 130.264.486-64
Processo: 13860.720180/2017-20

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com os artigos 17, 18 e 19, da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de feveeiro de 2015, resolve:

Art. 1º - Declarar NULA a inscrição do CPF nº 130.264.786-64, do contribuinte Marcos Paulo de Albuquerque, pelo motivo abaixo exposto:

I - em virtude de ter constatado fraude no ato cadastral.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos desde o termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Contribuinte: TANIA ALI JERADI

CNPJ/CPF : 237.041.758-70
Processo: 13878.720218/2016-82

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com os artigos 17, 18 e 19, da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de feveeiro de 2015, resolve:

Art. 1º - Declarar NULA a inscrição do CPF nº 237.041.758-70, da contribuinte Tania Ali Jeradi, pelo motivo abaixo exposto:

I - em virtude de ter constatado fraude no ato cadastral.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos desde o termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação das inscrições é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10010.056760/0317-43
CONTRIBUINTE: ALTINO MARQUES 25609637872
CNPJ: 14.984.164/0001-05

PROCESSO: 10010.055887/0317-45
CONTRIBUINTE: ANTONIO BARBOSA SANTANA 77053818853
CNPJ: 14.726.717/0001-20

PROCESSO: 10010.056722/0317-91
CONTRIBUINTE: ANTONIO NASCIMENTO LIMA DA COSTA 04476076858
CNPJ: 14.760.065/0001-40

PROCESSO: 10010.054662/0317-71
CONTRIBUINTE: DORGIVAL MATIAS CORDEIRO-ME
CNPJ: 14.606.519/0001-22

PROCESSO: 10010.055872/0317-87
CONTRIBUINTE: IERVOLINO CRISPIN DE MELO 59781912804
CNPJ: 14.722.528/0001-89

PROCESSO: 10010.056755/0317-31
CONTRIBUINTE: JOÃO ELIAS DE CASTRO 66189624804
CNPJ: 14.951.822/0001-62

PROCESSO: 10010.054654/0317-25
CONTRIBUINTE: MARIO BOACEFF 21083592815
CNPJ: 14.601.010/0001-97

PROCESSO: 10010.056740/0317-72
CONTRIBUINTE: MOISES DA SILVA 03509153855
CNPJ: 14.770.909/0001-33

PROCESSO: 10010.054666/0317-50
CONTRIBUINTE: PINCHOS CHUSYD 03589765887
CNPJ: 14.615.049/0001-63

PROCESSO: 10010.054643/0317-45
CONTRIBUINTE: RUDIMACIO DA COSTA SILVA-ME
CNPJ: 14.582.238/0001-87

PROCESSO: 10010.051379/0317-98
CONTRIBUINTE: VALDEMAR CANDIDO 31887786864
CNPJ: 14.464.268/0001-99

PROCESSO: 10010.051388/0317-89
CONTRIBUINTE: VICENTE NUNES DE SOUZA 92168140804
CNPJ: 14.549.429/0001-47
PROCESSO:10010.054648/0317-78
CONTRIBUINTE: WILLY WURMBRAND 03468984804
CNPJ: 14.589.286/0001-05
Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 60, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XII do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e suas alterações, e, considerando o disposto no § 5º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.226, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º O caput do art. 2º da Portaria DRF/FNS nº 69, de 16 de julho de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 2º.....

VII - emitir o "Atestado de Residência Fiscal no Brasil" e o "Atestado de Rendimentos Auferidos no Brasil por Não Residente", de que tratam os art. 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.226, de 23 de dezembro de 2011."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Concede o registro no regime de suspensão do IPI incidente sobre as matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT DA DRF/JOINVILLE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, (b) da Lei 10.593/2002, bem como o disposto no art. 17 da IN RFB 948/2009 e no art. 3º da Portaria DRF/JOI 29/2013; e com base no Despacho Decisório Saort 556/2017 no processo administrativo 13976.720023/2017-13, declara:

Artigo 1.º - Fica concedida à empresa Móveis Wil Fama Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 95.762.852/0001-22, o registro no regime de suspensão do Imposto sobre produtos industrializados (IPI), de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com nova redação dada pelo art.25 da Lei n°10.684, de 30 de Maio de 2003, e pelo art.59 da L ei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e alterações posteriores, por se enquadrar no conceito de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme o disposto no artigo 14 da referida instrução normativa.

Art. 2º - A pessoa jurídica aqui identificada deverá declarar ao vendedor, de forma expressa e sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei, bem como indicar o número do presente Ato Declaratório Executivo, concessivo do direito.

Art. 3º - Vinculado o presente ADE ao CNPJ do estabelecimento matriz, aplicando-se o mesmo tratamento aos demais estabelecimentos da pessoa jurídica, nos termos do §1º do art.17 da IN SRF nº 948/2009.

Art. 4º - O cancelamento do registro ocorrerá de ofício, na hipótese em que o beneficiário não satisfaça ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos previstos na Lei.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MARCELO EMMENDORFER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso da competência que lhe confere o inciso III, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, de acordo com art. 35, §1º e 36 § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, DOU de 09.05.2016 e o contido no processo 13831.720248/2017-14, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - Nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 10.604.347/0001-05, da empresa PAIÇANDU TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA, a partir de 13/08/2012, por constatação de vícios na inscrição.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 290, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44000.007643/96-10 sob o comando SEI nº 00227517, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ENTCO Brasil Serviços de Tecnologia Ltda., CNPJ nº 26.522.280/0001-91, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios HP - CNPB nº 1996.0026-19, e a HP Prev Sociedade Previdenciaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 312, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 24000.003931/91 sob o comando SEI nº 38850.3411 e juntada nº 0025328, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da empresa Lafarge Brasil S.A., CNPJ nº 10.917.819/0001-71, na condição de Patrocinadora do Plano de Aposentadoria Mauá Prev, CNPB nº 1991.0024-83, e a Mauá Prev Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 335, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 00000.003018/2319-79 sob o comando SEI nº 40693.8833 e juntada nº 44011.002250/2017-87, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação, CNPJ nº 76.726.884/0001-28, na condição de patrocinadora do Plano Gama de Benefícios Previdenciários - CNPB nº 2010.0059-29, e o Instituto Adventista de Jubilação e Assistência - IAJA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 343, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 00440.000045/6119-93, sob o comando SEI nº 427079210, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Votorantim Geração de Energia S.A., CNPJ nº 23.056.547/0001-04, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Votorantim Prev - CNPB nº 2005.0067-11, e Fundação Sen. José Ermírio de Moraes - FUNSEJEM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 316, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP nº 338, de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, e o artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 8.722, de 27 de abril de 2016; considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o que consta do no artigo 3º da Portaria SUSEP nº 6.523, de 20 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Autorizações e Liquidações para praticar os seguintes atos:

I - deliberação sobre as operações de distribuição gratuita de prêmios vinculados à cessão de direitos inerentes a título de capitalização, de que trata o artigo 10 da Circular SUSEP nº 376, de 2008;

II - arquivamento dos processos relativos aos assuntos dispostos na Portaria SUSEP nº 6.523, de 20 de maio de 2016;

III - arquivamento dos processos relativos aos assuntos relacionados às liquidações e falências das empresas supervisionadas.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 217, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado de Alagoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Estado de Alagoas - AL, no valor de R$ 3.767.987,87 (três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.000304/2017-61.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.30.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 218, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado de Santa Catarina - SC

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Estado de Santa Catarina - SC, no valor de R$ 43.212,00 (quarenta e três mil, duzentos e doze reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000263/2017-11.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 219, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Rancho Queimado - SC

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Rancho Queimado - SC, no valor de R$ 98.803,69 (Noventa e oito mil e oitocentos e três reais e sessenta e nove centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000183/2017-57.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente,observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º; Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º; desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Laguna - SC

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n" 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei n" 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n" 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º; Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Laguna - SC, no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000288/2017-14.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente,observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º; Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º; desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Itueta - MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º; Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Itueta - MG, no valor de R$ 507.280,00 (Quinhentos e sete mil e duzentos e oitenta reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000242/2017-97.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente,observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º; Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º; desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 222, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Joinville - SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Joinville - SC, no valor de R$ 425.360,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil e trezentos e sessenta reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000282/2017-39.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente,observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º; desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 223, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Sagres - SP.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Sagres - SP, no valor de R$ 61.894,06 (Sessenta e um mil e oitocentos e noventa e quatro reais e seis centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000315/2017-41.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente,observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º; desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA N 224, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Governo do Estado de Sergipe.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Governo do Estado de Sergipe , no valor de R$ 1.526.000,00 (Um milhão e quinhentos e vinte e seis mil reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000346/2017-00

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 47, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto nº 26.730, de 22 de março de 2017, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.003442/2017-10, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Seca, COBRADE: 1.4.1.2.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Acari
2	Açu
3	Afonso Bezerra
4	Água Nova
5	Alexandria
6	Almino Afonso
7	Alto dos Rodrigues
8	Angicos
9	Antônio Martins
10	Apodi
11	Areia Branca
12	Baraúnas
13	Barcelona
14	Bento Fernandes
15	Boa Saúde
16	Bodó
17	Bom Jesus
18	Brejinho
19	Caiçara do Norte
20	Caiçara do Rio do Vento
21	Caicó
22	Campo Grande
23	Campo Redondo
24	Caraúbas
25	Carnaúba dos Dantas
26	Carnaubais
27	Ceará-Mirim
28	Cerro-Corá
29	Coronel Ezequiel
30	Coronel João Pessoa
31	Cruzeta
32	Currais Novos
33	Doutor Severiano
34	Encanto
35	Equador
36	Espírito Santo
37	Felipe Guerra
38	Fernando Pedroza
39	Florânia
40	Francisco Dantas
41	Frutuoso Gomes
42	Galinhos
43	Governador Dix-Sept Rosado
44	Grossos
45	Guamaré
46	Ipanguaçu
47	Ipueira
48	Itajá
49	Itaú
50	Jaçanã
51	Jandaíra
52	Janduís
53	Japi
54	Jardim de Angicos
55	Jardim de Piranhas
56	Jardim do Seridó
57	João Câmara
58	João Dias
59	José da Penha
60	Jucurutu
61	Jundiá
62	Lagoa d'Anta
63	Lagoa de Pedras
64	Lagoa de Velhos
65	Lagoa Nova
66	Lagoa Salgada
67	Lajes
68	Lajes Pintadas
69	lelmo Marinho
70	Lucrécia
71	Luís Gomes
72	Macaíba
73	Macau
74	Major Sales
75	Marcelino Vieira
76	Martins
77	Messias Targino
78	Montanhas
79	Monte Alegre
80	Monte das Gameleiras
81	Mossoró
82	Nova Cruz
83	Olho d'Água dos Borges
84	Ouro Branco
85	Paraná
86	Paraú
87	Parazinho
88	Parelhas
89	Passa e Fica
90	Passagem
91	Patu
92	Pau dos Ferros
93	Pedra Grande
94	Pedra Preta
95	Pedro Avelino
96	Pedro Velho
97	Pendências
98	Pilões
99	Poço Branco
100	Portalegre
101	Porto do Mangue
102	Pureza
103	Rafael Fernandes
104	Rafael Godeiro
105	Riacho da Cruz
106	Riacho de Santana
107	Riachuelo
108	Rodolfo Fernandes
109	Ruy Barbosa
110	Santa Cruz
111	Santa Maria
112	Santana do Matos
113	Santana do Seridó
114	Santo Antônio
115	São Bento do Norte
116	São Bento do Trairí
117	São Fernando
118	São Francisco do Oeste
119	São João do Sabugi
120	São José de Mipibu
121	São José do Campestre
122	São José do Seridó
123	São Miguel
124	São Miguel do Gostoso
125	São Paulo do Potengi
126	São Pedro
127	São Rafael
128	São Tomé
129	São Vicente
130	Senador Elói de Souza
131	Serra Caiada
132	Serra de São Bento
133	Serra do Mel
134	Serra Negra do Norte
135	Serrinha
136	Serrinha dos Pintos
137	Severiano Melo
138	Sítio Novo
139	Taboleiro Grande
140	Taipu
141	Tangará
142	Tenente Ananias
143	Tenente Laurentino Cruz
144	Tibau
145	Timbaúba dos Batistas
146	Touros
147	Triunfo Potiguar
148	Umarizal
149	Upanema
150	Várzea
151	Venha-Ver
152	Vera Cruz
153	Viçosa

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 137, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dia: 12.04.2017
Hora: 10h04

Presidente Interino: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Secretária do Plenário Substituta: Keila de Sousa Ferreira

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito.

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro João Paulo de Resende, que no último bloco de sorteio - na 136ª Sessão Ordinária de Distribuição - foi o relator sorteado.

Ato de Concentração nº 08700.007629/2016-71

Requerentes: General Electric Company e LM Wind Power Holding A/S.

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Barbara Rosenberg e outros.

Terceiro Interessado: Gamesa Eólica Brasil Ltda.

Advogados: Rodrigo Zingales O. do Nascimento e outros.

Relator (a): Conselheiro (a) Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO
Presidente do Conselho
Interino

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

PAUTA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017

Dia: 19.04.2017
Início: 10h
Ato de Concentração nº 08700.007629/2016-71
Requerentes: General Electric Company e LM Wind Power Holding A/S
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Barbara Rosenberg e outros
Terceiro Interessado: Gamesa Eólica Brasil Ltda.
Advogados: Rodrigo Zingales Oller do Nascimento e outros
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo
Processo Administrativo nº 08012.007011/2006-97
Representante: HAPVIDA Assistência Médica Ltda.
Representados: Associação dos Hospitais do Estado do Ceará (AHECE), Clínica São Carlos Ltda., Otoclínica S/C Ltda., Hospital São Mateus S/C Ltda., Hospital Geral e Maternidade Angeline, Wilka e Ponte Ltda. (Hospital Gênesis), Casa de Saúde e Maternidade São Raimundo S.A., Hospital Cura D'ars Sociedade Beneficente São Camilo, Uniclinic - União das Clínicas do Ceará, Hospital e Maternidade Gastroclínica - Clínica de Endoscopia e Cirurgia Digestiva Dr. Edgard Nadra Ary Ltda., Hospital Monte Klinikum, Sociedade de Assistência e Proteção à Infância de Fortaleza - SOPAI Hospital Infantil Luis França, Instituto do Câncer do Ceará - ICC e Luiz França Serviços Hospitalares Ltda.
Advogados: Elano Rodrigues de Figueirêdo, Nara Almeida Marques, Rogério Scarabel Barbosa, Jarbas José Silva Alves, Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa, Bruno Romero Pedrosa Monteiro, Fábio de Godoy Penteado, Ana Carolina Ferreira Vianna, Rafael Pereira de Souza, João Paulo Fernandes, Armando Hélio Almeida Monteiro de Moraes, Sérgio Augusto Abreu de Miranda Junior, Marco Aurélio de Oliveira
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro Macedo
Processo Administrativo nº 08700.002821/2014-09
Representante: Ministério Público do Estado do Maranhão
Representados: Sindicato dos Revendedores de Combustível do Estado do Maranhão (SINDICOMB-MA), Dileno de Jesus Tavares da Silva, Manoel Oliveira Soares, Luiz Fernando Cadilhe Brandão, Carlos Moacir Lopes Fernandes, Carlos Gustavo Ribeiro de Paiva, Otávio Ribeiro de Jesus Neto, Gustavo Luís Ribeiro de Jesus, José Ronaldo Santos, Thiago Morais Lima, Herbet de Jesus Costa dos Santos, Tácito de Jesus Lopes Garros, Orlando Pereira dos Santos, Comercial de Postos Ltda., Cadilhe Brandão e Cia Ltda., Posto Mariana Derivado de Petróleo Ltda., AGR Combustíveis e Lubrificantes Ltda., Transóleo Comércio e Serviços, Auto Posto Jaguarema Ltda., Posto de Combustíveis Francês Ltda., T. Morais & Cia. Ltda., Revendedora de Petróleo Morais Ltda., Posto Lima Ltda., Posto Karoline Ltda., Posto R S Serviços Ltda., Posto de Combustíveis Santo Antônio Ltda., Eloa Empreendimentos Ltda. e Petrobras Distribuidora S.A.
Advogados: Francisco de Assis Souza Coelho Filho, Janaína Cordeiro de Moura Calmet, Arthur Villamil Martins, José Cavalcante de Alencar Júnior, Flávio Augusto Rodrigues Sousa, Mônica de Souza Mendes, José Eduardo Pereira Júnior, Marco Aurélio Leitão Moura, Mauro Ferreira Roza Filho, Kelly Gonçalves Primo, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Mário André Machado Cabral, Paulo Bastos Barreiros Neves, Jéssica Gusman Gomes, Débora Neves Pereira Lima, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto e outros
Relator: Conselheiro João Paulo de Resende
Consulta nº 08700.000468/2017-75
Consulente: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda.
Advogados: Leonor Cordovil, Carolina Saito, Tatyana Caiado Koch e outros
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro
Requerimento nº 08700.005258/2016-92
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.007053/2016-41
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.000098/2017-76
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.000120/2017-88
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito

GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO
Presidente do Conselho
Interino

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.487, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2958 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO CONJUNTO COMERCIAL MARKET PLACE, CNPJ nº 00.102.759/0001-85 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 217/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.608, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/10363 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVIDENCE SEGURANCA PRIVADA SS LTDA, CNPJ nº 04.857.896/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 694/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.665, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13098 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LV SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 16.624.722/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 646/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.690, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/9987 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.713.959/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 757/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.697, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16448 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIUNFO AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 49.323.876/0001-68 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.703, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19214 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0003-47, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
590 (quinhentas e noventa) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.708, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/18866 - DPF/CXS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0015-66, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 38
408 (quatrocentas e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.715, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20092 - DPF/GPB/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0008-37, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
260 (duzentas e sessenta) Munições calibre 38
696 (seiscentas e noventa e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.726, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19755 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MAX FORCE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.566.333/0001-45, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7473 (sete mil e quatrocentas e setenta e três) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.737, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2795 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.008.185/0002-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 344/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.750, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12713 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SINGULAR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 10.773.481/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 705/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.761, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15597 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONTINUA SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 20.129.914/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 774/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.766, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16953 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 72.591.894/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 761/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.768, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17725 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 92.653.666/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 740/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.776, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20588 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CEFAT - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 01.141.037/0001-00, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

1813 (um mil e oitocentos e treze) Gramas de pólvora

25000 (vinte e cinco mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

500 (quinhentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto

5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

10 (dez) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.787, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20122 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HIPER EXPORT TERMINAIS RETROPORTUÁRIOS S/A, CNPJ nº 31.807.464/0001-38 para atuar no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.800, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/1341 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COESP - ESCOLA DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 25.255.631/0001-82, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

158760 (cento e cinquenta e oito mil e setecentas e sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.801, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13810 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FIRE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA-EPP, CNPJ nº 24.512.041/0001-25, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente JPS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.140.039/0001-28:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente JPS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.140.039/0001-28:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.802, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16966 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa VERTICE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI ME, CNPJ nº 22.800.699/0001-07, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.819, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17731 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLONORTE SEGURANÇA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 03.707.170/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 800/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.820, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/18166 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VSG VIGILANCIA E SEGURANÇA EM GERAL LTDA, CNPJ nº 31.276.470/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 791/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.822, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20515 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INVICTUS SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.479.246/0001-30, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente ROCHA MAGAZINE LOJA DE DEPARTAMENTOS LTDA., CNPJ nº 06.336.668/0001-90:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ROCHA MAGAZINE LOJA DE DEPARTAMENTOS LTDA., CNPJ nº 06.336.668/0001-90:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.828, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/21237 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 39.302.369/0001-94, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

7559 (sete mil e quinhentas e cinquenta e nove) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Munições calibre .380

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

29089 (vinte e nove mil e oitenta e nove) Gramas de pólvora

80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

16880 (dezesseis mil e oitocentos e oitenta) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100 (cem) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

20 (vinte) Armas de choque elétrico de contato direto

20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

100 (cem) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

100 (cem) Granadas fumígenas de sinalização

100 (cem) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.812, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08200.304818/2016-20 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

1) Revogar o Alvará 33.797, de 20/03/2017, publicado no Diário Oficial da União em 12/04/2017, página 36, seção 1.

2) Autorizar a empresa VIGAFORT VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 06.152.577/0001-03, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser VIGAFORT VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 01/1997 do Conselho Nacional de Imigração. Processo nº 08702.001042/2017-19 - POUYA MEHDIPOUR BALAGAFSHEH

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo nº 08260.002074/2016-05 - RUI CARLOS DA COSTA FERREIRA ROMPANTE

Processo nº 08000.020055/2015-32 - GANESAN NALLATHAMBY

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser autuado(a) considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81. Processo nº 08000.007900/2017-46 - RAUL ENRIQUE MARISCAL CAMPOS

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 24/03/2017, Seção 1, pág. 100, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80. Processo nº 08000.036167/2016-96 - SARAH ANN ANDERSON , JEREMY JOSEPH ANDERSON

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do(a) requerente ao País. Processo nº 08461.003905/2015-19 - GIUSEPPE ATTANASIO

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.003998/2015-09 - ARTUR ADAMIAK

Processo nº 08461.008771/2014-33 - ANGEL GIOVANNI ZEGARRA VASQUEZ

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que os interessados não cumpriram as exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08270.004492/2016-18 - ABEL GOMEZ RODRIGUEZ

Processo nº 08501.001504/2014-11 - DARREN JOHN CORNWELL

Processo nº 08270.029375/2014-97 - BON HYOUK KOO

Processo nº 08460.030507/2014-96 - JAKE ALEXANDER HANSEN, LORRAINE FATIA ANGUS

Processo nº 08505.052881/2014-89 - MARIA ROSARIA VENEZIANO, MICHELE LA GIOIA

Processo nº 08354.007227/2014-91 - DANIEL MARK HOBBS

Processo nº 08110.004862/2015-61 - CONG WANG

Processo nº 08514.005010/2014-67 - MARLENE HENRIQUES PEREIRA

Processo nº 08460.024667/2015-87 - FERNANDO MANUEL MONTES MARTINEZ

Processo nº 08391.008637/2014-11 - ABBASALI RAHIMANSAB TASHILDAR

Processo nº 08270.034463/2014-19 - JUNGDAI SON

Processo nº 08260.009326/2014-57 - FERMIN MANDUJANO FALCON

Processo nº 08495.005796/2015-79 - PEDRO NUNES DA SILVEIRA

Processo nº 08260.003165/2015-79 - JULIA MITCHELL LANDAU

Processo nº 08492.006725/2015-13 - RUI JORGE FRAGOSO SOARES RODRIGUES, LUCIA MARIA FERREIRA CARREIRO, LUANA RITA CARREIRO RODRIGUES, RODRIGO MIGUEL CARREIRO RODRIGUES

Processo nº 08495.000534/2015-18 - CRYSTAL NOELLE MARIA BARRETO

Processo nº 08505.033535/2015-82 - HECTOR EDUARDO VELARDE DIAZ

Processo nº 08270.007513/2015-68 - RAKYOUNG CHOI

Processo nº 08270.007455/2015-72 - TAEHWAN KANG

Processo nº 08000.019770/2015-22 - ANTHONY EMMANUEL LUCAS

Processo nº 08460.005593/2015-80 - REYNALDO ADAN SILVA GUEVARA

Processo nº 08000.014996/2015-37 - BYEONGHONG CHO

Processo nº 08505.010677/2014-91 - YIHUA YANG

Considerando a constatação do equívoco na elaboração da decisão de mérito proferido nos autos (4028474), ANULO o Ato de arquivamento publicado no Diário Oficial da União de 03/04/2017, Seção 1, pag. 62, para dar prosseguimento ao trâmite processual.

Processo nº 08491.001243/2016-68 - MÁRIO DE PAIVA DURÃO LOPES

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento formulado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País foi protocolado na data anterior ao deferimento do requerimento, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 54, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo nº 08505.052990/2014-04 - TAKANOBU SANO, NAOMI SANO, YUSUKE SANO

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País foi protocolado na data anterior ao deferimento do requerimento, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 54, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo nº 08505.073772/2014-03 - FRANCK DIDIER RENE TURQUET

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 22/02/2017, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo nº 08492.004160/2016-11 - HENRIQUE MANUEL ALENQUER FÉLIX

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2016, Seção 1, pág. 49, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo nº 08000.018374/2016-69 - RENATO ARAGONA PERDIGUEROS

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 14/03/2017, Seção 1, pág. 50.

Onde se lê - Processo Nº 08000.054652/2016-41 - ANA GONZALEZ BABE IGLESIAS, JIMENA BOTAS GONZALEZ BABE, TERESA BOTAS GONZALEZ BABE, ANA GONZALEZ BABE IGLESIAS;

Leia-se - Processo Nº 08000.054652/2016-41 - ANA GONZALEZ BABE IGLESIAS, JIMENA BOTAS GONZALEZ BABE, TERESA BOTAS GONZALEZ BABE, ANA BOTAS GONZÁLEZ BABE.

No Diário Oficial da União de 21/03/2017, Seção 1, pág. 21.

Processo Nº 46094.000078/2017-80:

Onde se lê - Processo Nº 47038.000469/2017-31 - JUSTIN DANIEL WAGNER, até 14/06/2017;

Leia-se - Processo Nº 47038.000469/2017-31 - JUSTIN DANIEL WAGNER, até 21/02/2018.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 67, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: UM TIRA DA PESADA II - VERSÃO EDITADA (BEVERLY HILLS COP II, Estados Unidos da América - 1987)
Diretor(es): Tony Scott
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia/Policial
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.018152/2017-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UNA (Canadá / Estados Unidos da América / Inglaterra - 2016)
Diretor(es): Benedict Andrews
Distribuidor(es): MARES FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.020452/2017-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: STEFAN ZWEIG - ADEUS, EUROPA (VOR DER MORGENRÖTE - STEFAN ZWEIG IN AMERIKA, Alemanha - 2016)
Produtor(es): Stefan Arndt/Danny Krausz/Denis Poncet/Uwe Schott
Diretor(es): Maria Schrader
Distribuidor(es): ESFERA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.023010/2017-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SOBRE VIAGENS E AMORES (L`ESTATE ADDOSSO, Estados Unidos da América / Itália - 2016)
Produtor(es): Indiana Production And Rai Cinema
Diretor(es): Gabriele Muccino
Distribuidor(es): LANÇA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Romance/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000441/2017-91
Requerente: LANÇA FILMES

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
COORDENADORIA DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.152, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de abril de 2017, considerando os documentos constantes no processo administrativo nº 33902.015798/2016-55, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru, registro ANS nº 40.694-5, inscrita no CNPJ sob o nº 00.147.571/0001-53.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.153, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a revisão do termo legal da liquidação extrajudicial da Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - ALL SAÚDE - em liquidação extrajudicial.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de abril de 2017, considerando o que consta no processo administrativo nº 33902.064277/2016-21, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Retifica-se o termo legal da liquidação extrajudicial da Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - ALL SAÚDE - em liquidação extrajudicial contido na Resolução Operacional - RO nº 1.999, publicada no Diário Oficial da União em 1º de março de 2016, para 09 de dezembro de 2006, que antecede em 90 dias o primeiro regime de direção fiscal instaurado na operadora, com fundamento no art. 15, § 2º, da Lei nº 6.024/1974 c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656/1998 e os arts. 99, inciso II, e 197 da Lei nº 11.101/2005 e na forma do art. 21 da RN nº 316/2012.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.154, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no

art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de abril de 2017, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.002249/2017-01, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras, registro ANS nº 32.292-0, inscrita no CNPJ sob o nº 44.215.341/0001-50, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.155, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora COMSEDER - Cooperativa de Assistência Médica dos Servidores da SUPLAN e do DER Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de abril de 2017, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.002148/2017-21, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora COMSEDER - Cooperativa de Assistência Médica dos Servidores da SUPLAN e do DER Ltda., registro ANS nº 39.025-9, inscrita no CNPJ sob o nº 70.094.578/0001-30, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora COMSEDER - Cooperativa de Assistência Médica dos Servidores da SUPLAN e do DER Ltda., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.156, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Camboriú Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de abril de 2017, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.001980/2017-19, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Camboriú Saúde Ltda., registro ANS nº 36.014-7, inscrita no CNPJ sob o nº 01.432.102/0001-49, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Camboriú Saúde Ltda., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.157, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2017, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico, inscrita no CNPJ sob o nº 10.169.852/0001-60, registro ANS nº 30.415-8, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Regulamenta os procedimentos para a aplicação do artigo 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, acrescido pela Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001, e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) E O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI), no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o artigo 12, inciso IV, do Regulamento da ANVISA, anexo do Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999 e o artigo 152, inciso XII, do Regimento Interno do INPI, anexo da Portaria GM/MDIC n° 11, de 27 de janeiro de 2017, do Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços,

Considerando o disposto na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a qual regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;

Considerando o disposto na Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001, que institui a prévia anuência da ANVISA;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.065, de 24 de maio de 2012, que torna público o Relatório Final apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial constituído pela Portaria Interministerial nº 1.956/MS/MDIC/AGU, de 16 de agosto de 2011;

Considerando o Parecer nº 337/PGF/EA/2010, aprovado pelo Advogado-Geral da União em 7 de janeiro de 2011, resolvem:

Art. 1º Para cumprimento do disposto no artigo 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, incluído pelo artigo 1º da Lei nº 10.196, de 2001, a concessão de patentes de invenção aos pedidos referentes a produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da ANVISA, nos termos desta Portaria.

Art.2º Realizado o exame formal pelo INPI, nos termos da Lei nº 9.279, de 1996, o procedimento para a concessão da prévia anuência será iniciado após o requerimento do pedido de exame, de acordo com o artigo 33 da referida Lei.

§1° O INPI publicará a notificação de encaminhamento dos pedidos de patente para a ANVISA na Revista Eletrônica da Propriedade Industrial (RPI) e, quando aplicável, as decisões sobre a priorização de exame.

§2° O INPI disponibilizará, junto com a publicação de encaminhamento, os conteúdos integrais atualizados dos pedidos de patentes, incluindo a(s) petição(ões) intermediária(s) com estes relacionada(s) recebida(s) pelo Instituto, durante o fluxo do processamento administrativo, através de File Transfer Protocol ou sistema equivalente.

§3º O INPI encaminhará oficialmente para a ANVISA uma lista dos pedidos de patentes inclusos no Art. 2º, §1º, concomitantemente à publicação do encaminhamento para a Agência, ou da concessão do exame prioritário, na RPI.

Art. 3º O INPI disponibilizará as informações contidas na sua base de dados, através de mecanismo próprio para acesso da ANVISA, de forma a dar celeridade aos procedimentos de análise pela Agência, observado o artigo 30 da Lei nº 9.279, de 1996.

Art. 4° Após recebimento dos pedidos de patente encaminhados pelo INPI, a ANVISA analisará tais pedidos à luz da saúde pública, mediante decisão consubstanciada em parecer técnico emitido pela unidade organizacional competente no âmbito da Agência.

§1º Considera-se que o pedido de patente será contrário à saúde pública quando o produto ou o processo farmacêutico contido no mesmo apresentar risco à saúde.

§2º O risco à saúde será caracterizado quando o produto farmacêutico compreender, ou o processo farmacêutico resultar em substância cujo uso tenha sido proibido no país.

§3º Quando a análise da ANVISA concluir pela não anuência, o pedido será encaminhado ao INPI, que publicará a denegação da anuência e o arquivamento definitivo na RPI.

Art. 5º Nos pedidos de patente que contenham produto ou processo farmacêutico considerado de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS, a ANVISA poderá emitir parecer, com fulcro em requisitos de patenteabilidade, que corresponderá a subsídios, durante o exame pelo INPI, nos termos do artigo 31 da Lei nº 9.279, de 1996.

§ 1º A ANVISA definirá os produtos ou processos farmacêuticos que estarão incluídos no caput deste artigo.

§ 2º A ANVISA encaminhará os pareceres supracitados ao INPI, para que seja dado prosseguimento ao exame nos termos dos artigos 35 a 37 da Lei nº 9.279, de 1996, após a publicação no Diário Oficial da União (DOU).

§ 3° O INPI publicará a notificação de emissão de parecer pela ANVISA, nos termos do artigo 31 da Lei nº 9.279, de 1996, na RPI, antes de iniciar o seu processo de exame, e disponibilizará o referido parecer junto aos demais documentos do processo eletrônico do pedido de patente.

Art. 6º Quando da não concordância com o parecer da ANVISA, o INPI deverá manifestar em seu parecer opinião tecnicamente fundamentada, apontando as razões de tal discordância.

Parágrafo único. O INPI encaminhará de ofício para a ANVISA uma lista dos pedidos de patentes inclusos no caput, concomitantemente à publicação da RPI.

Art. 7º Ao final do exame realizado pelo INPI nos pedidos de patente anuídos pela ANVISA, este deverá encaminhar oficialmente para a Agência uma lista dos pedidos de patentes deferidos e publicados na RPI.

Parágrafo único. O INPI disponibilizará para a ANVISA o quadro reivindicatório final das patentes concedidas pelo Instituto, submetidas ao disposto nesta Portaria, através de sua base de dados ou equivalente.

Art. 8º Para os pedidos em andamento e aqueles que tiveram o encerramento da instância administrativa no âmbito da ANVISA, aplicam-se as disposições desta Portaria.

Art. 9º Será instituído Grupo de Articulação Interinstitucional, com participação de representantes do INPI e da ANVISA, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio amplo de informações técnicas e a harmonização de entendimentos.

Parágrafo único. O INPI e a ANVISA, objetivando garantir aos depositantes de patentes procedimentos transparentes no exame de patentes de produtos e processos farmacêuticos irão discutir, no âmbito do Grupo de Articulação Interinstitucional, entendimentos comuns sobre a interpretação das condições de patenteabilidade para as categorias de reivindicação listadas no anexo desta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10 As petições dirigidas à ANVISA serão recebidas pelo Protocolo da Agência, conforme Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 25 de 20 de junho de 2011, ou suas atualizações.

Art. 11 Esta Portaria conjunta entra em vigor 60 dias após sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL

ANEXO

Categorias de reivindicação que serão discutidas no âmbito do grupo de articulação interinstitucional

1. Compostos - Fórmula Markush
2. Seleções de composto e/ou composição
3. Sais usuais do composto
4. Processos químicos-farmacêuticos
5. Polimorfos/Co-cristais
6. Enanciômeros
7. Pró-drogas
8. Composições farmacêuticas, veículos e combinações
9. Formas farmacêuticas e de liberação modificada
10. Novos usos
11. Sequências nucleotídicas ou peptídicas
12. Anticorpos
13. Hibridomas
14. cDNA
15. Processos de purificação, extração e isolamento (biológicos)
16. Micro-organismos

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 837, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004/2017, realizada em 14 de fevereiro de 2017; Reunião Ordinária Pública - ROP nº 006/2017, realizada em 21 de março de 2017 e Reunião Ordinária Pública - ROP nº 007/2017, realizada em 28 de março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu, por unanimidade, declarar a extinção dos recursos, a seguir especificados, por PERDA DO OBJETO, de acordo com o Parecer 031/2016-BLOCO-COARE/SUINP, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: NOVA MISTURA FARMA LTDA.-EPP
CNPJ: 04.718.039/0001-08
Processo: 25024.011806/2002-56
Expediente de Recurso: 0083158/14-1
Empresa: FARMÁCIA FLORA FARMA LTDA.-ME
CNPJ: 00.390.759/0001-28
Processo: 25351.593186/2013-78
Expediente de Recurso: 0090883/14-5
Empresa: FARMÁCIA ZM LTDA.
CNPJ: 03.162.924/0001-82
Processo: 25351.004415/00-40
Expediente de Recurso: 0095198/14-6
Empresa: FARMAZON FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO
CNPJ: 16.600.168/0001-78
Processo: 25351.482528/2013-69
Expediente de Recurso: 0094900/14-1
Empresa: JUSTI, SILVA & CIA. LTDA.-ME
CNPJ: 05.148.157/0001-82
Processo: 25351.021291/2003-71
Expediente de Recurso: 0095141/14-2
Empresa: MACHADO HASSEL DROGARIA E PERFUMARIA LTDA.-ME
CNPJ: 11.940.620/0001-27
Processo: 25351.598865/2013-77
Expediente de Recurso: 0095864/14-6
Empresa: FARMÁCIA ARTMAGISTRAL LTDA.
CNPJ: 05.122.756/0003-99
Processo: 25351.093698/2009-82
Expediente de Recurso: 0271606/14-2
Empresa: ECM FLORES
CNPJ: 11.872.938/0001-18
Processo: 25351.145279/2014-12
Expediente de Recurso: 0427618/14-3
Empresa: BEHENCK E MENEZES FARMÁCIA LTDA.-ME
CNPJ: 24.152.145/0001-76
Processo: 25351.984310/2016-97
Expediente de Recurso: 1681452/16-5
Empresa: REIS MEDICAMENTOS EIRELI-ME
CNPJ: 17.080.020/0001-12
Processo: 25351.025051/2016-61
Expediente de Recurso: 1802046/16-1
Empresa: A H MASRI DROGARIA-ME
CNPJ: 24.542.328/0001-06
Processo: 25351.089076/2016-92
Expediente de Recurso: 1923333/16-7
Empresa: VIANA & SILVA DROGARIA DE SEVERINIA LTDA.-ME
CNPJ: 24.461.583/0001-16
Processo: 25351.131863/2016-44
Expediente de Recurso: 2025255/16-2
Empresa: DROGARIA NOVA BARUERI LTDA.-ME
CNPJ: 18.457.972/0001-75
Processo: 25351.063583/2014-34
Expediente de Recurso: 0330945/14-2
Empresa: EDSON KATZWINKEL - FARMÁCIA
CNPJ: 08.296.179/0001-88
Processo: 25351.116589/2014-11
Expediente de Recurso: 0369062/14-8
Empresa: DROGARIA W. L. SOCIEDADE LTDA.
CNPJ: 19.483.420/0001-02
Processo: 25351.156225/2014-74
Expediente de Recurso: 0415396/14-1
Empresa: FARMÁCIA MADONA APARECIDA LTDA.-ME
CNPJ: 00.120.871/0001-49
Processo: 25351.015160/2014-16
Expediente de Recurso: 0272399/14-9

ARESTO N° 838, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 005/2017 e 006/2017 realizadas em 07/03/2017 e 21/03/2017 respectivamente, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: As Ervas Curam Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Hamamelis EC (Hamamelis virgiana)
Processo nº: 25351.424274/2006-35
Expediente nº: 0590285/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso e deferir a renovação de registro, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 184/2016-Corec/GGMED.

2.
Empresa: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A
Medicamento: amoxicilina tri-hidratada
Processo nº: 25351.535160/2011-75
Expediente nº: 0929372/12-8.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

3.
Empresa: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A
Medicamento: albendazol
Processo nº: 25351.534946/2011-75
Expediente nº: 0858230/13-1.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

4.
Empresa: Cimed Indústria de Medicamentos Ltda
Medicamento: Ulcerocin (cloridrato de ranitidina)
Processo nº: 25351.002403/01-71
Expediente nº: 1007601/12-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda do objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2017-Corec/GGMED.

5.
Empresa: Laboratório Catarinense S/A
Medicamento: G500 Balsâmico (Mikania glomerata)
Processo nº: 25351.557172/2007-86
Expediente nº: 0559104/13-0.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso e deferir a renovação de registro, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 171/2016-Corec/GGMED.

6.
Empresa: Ems Sigma Pharma Ltda
Medicamento: Capyla - Hair (finasterida)
Processo nº: 25351.515871/2010-30
Expediente nº: 1595786/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

7.
Empresa: Germed Farmacêutica Ltda
Medicamento: finasterida
Processo nº: 25351.010618/2003-80
Expediente nº: 1595727/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

8.
Empresa: Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda.
Medicamento: Dinavital C (ácido ascórbico + aspartato de arginina)
Processo nº: 25351.307382/2011-45
Expediente nº: 0095474/12-8.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 045/2017-Corec/GGMED.

9.
Empresa: Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda
Medicamento: Fluimucil (acetilcisteína)
Processo nº: 25992.011319/64
Expediente nº: 2385308/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 001/2017-Corec/GGMED.

10.
Empresa: Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda
Medicamento: Fluimucil (acetilcisteína)
Processo nº: 25992.011319/64
Expediente nº: 2385319/16-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 002/2017-Corec/GGMED.

11.
Empresa: Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda
Medicamento: Fluimucil (acetilcisteína)
Processo nº: 25992.011319/64
Expediente nº: 2385330/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 003/2017-Corec/GGMED

RETIFICAÇÃO

No item 10 do Aresto n° 816, de 03 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União n° 65, de 04 de abril de 2017, seção 1, pág. 174,

Onde se lê:
"Processo nº: 25000.009601/95-99
Expediente nº: 0044922/14-9
Assunto: Indeferimento de alteração de local de fabricação do fármaco do medicamento similar"

Leia-se:
"Processo nº: 25000.009601/95-99
Expediente nº: 0044922/14-9
Assunto: Indeferimento de renovação de registro do medicamento similar"

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 756, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 17 MG 06 II - denominação: Hospital Mater Dei S A Unidade Contorno III - CNPJ: 16.676.520/0005-82 IV - CNES: 7684878 V - endereço: Avenida do Contorno, nº 9.090, Bairro: Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-064.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 21 17 MG 07 II - denominação: Hospital Mater Dei S A Unidade Contorno III - CNPJ: 16.676.520/0005-82 IV - CNES: 7684878 V - endereço: Avenida do Contorno, nº 9.090, Bairro: Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-064.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 21 17 PR 02 II - denominação: Hospital Pequeno Príncipe - Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro III - CNPJ: 76.591.569/0001-30 IV - CNES: 0015563 V - endereço: Av. Desembargador Motta, nº 1.070, Bairro: Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-060.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 13 CE 02 II - denominação: CEMOF - Centro Médico Oftalmológico LTDA III - CNPJ: 03.884.399/0001-09 IV - CNES: 3295311 V - endereço: Rua Marcos Macedo, nº 1333, Bairro: Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.150-190.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 03 MG 09 II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Passos III - CNPJ: 23.278.898/0001-60 IV - CNES: 2775999 V - endereço: Rua Santa Casa, nº 164, Bairro: Santa Casa, Passos/MG, CEP: 37.904-020.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 13 RS 01 II - denominação: Hospital do Círculo Operário Caxiense III - CNPJ: 88.645.403/0013-72 IV - CNES: 2223570 V - endereço: Rua General Arcy da Rocha Nóbrega, nº 421, Bairro: Jardim Margarida, Caxias do Sul/RS, CEP: 95.040-000.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 12 05 RS 03 II - denominação: Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo III - CNPJ: 92.021.062/0001-06 IV - CNES: 2246988 V - endereço: Rua Teixeira Soares, n° 808, Bairro: Centro, Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-080.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 07 SP 19 II - denominação: Hospital Vera Cruz S A III - CNPJ: 46.009.718/0001-40 IV - CNES: 2078376 V - endereço: Avenida Andrade Neves, nº 402, Bairro: Centro, Campinas/SP, CEP: 13.013-160.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
BAHIA

I - Nº do SNT: 2 21 11 BA 01 II - denominação: Monte Tabor, Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária - Hospital São Rafael III - CNPJ: 13.926.639/0001-44 IV - CNES: 0003808 V - endereço: Avenida São Rafael, n° 2152, Bairro: São Marcos, Salvador/BA, CEP: 41.253-190.

Art. 8° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 17 MG 06 II - responsável técnico: Arlex Briceño Calle, oftalmologista, CRM 31415.

Art. 9° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 17 MG 07 II - responsável técnico: Marcus Eduardo Valadares Meireles Martins da Costa, cirurgião geral, CRM 18696; III - membro: Marcelo Wagner Farah, cirurgião geral, CRM 24826; IV - membro: Hemerson Paul Vieira Marques, cirurgião geral, CRM
35291; V - membro: Euler Pace Lasmar, nefrologista, CRM 4900; VI - membro: Marcus Faria Lasmar, nefrologista, CRM 35726; VII - membro: Francisco Flávio Horta Bretas, urologista, CRM
14260; VIII - membro: Anselmo Dornas Moura, intensivista, CRM 21499; IX - membro: Luiz Flávio Couto Giordano, nefrologista, CRM 30541;
X - membro: Leonardo Soares Lopes, cirurgião geral, CRM 30541; XI - membro: Bruno Parreira de Melo, cirurgião geral, CRM 42772; XII - membro: Henrique Camilo Martins da Costa, cirurgião geral, CRM 49817;
XIII - membro: Claudio Holanda Maciel, cirurgião geral, CRM 55247; XIV - membro: Rafael Brandão Bittencourt, cirurgião geral, CRM 54152;
XV - membro: Diego Andrade Costa, cirurgião geral, CRM 50374; XVI - membro: Heloisa Reniers Vianna, nefrologista, CRM 42401; XVII - membro: Bruno Mello Rodrigues dos Santos, urologista, CRM 34318.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 41 17 RJ 05 II - denominação: ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares LTDA - Hospital Pro Cardíaco III - CNPJ: 29.435.005/0051-98 IV - CNES: 3187837 V - endereço: Rua Dona Mariana, n° 217, Bairro: Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.280-020.

Art. 11 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 17 RJ 16 II - responsável técnico: Marcio Cockrane da Silva, ortopedista e traumatologista, CRM 52813958.

I - Nº do SNT 1 12 17 RJ 17 II - responsável técnico: Rafael Augusto Dantas Prinz, ortopedista e traumatologista, CRM 52675474.

Art. 12 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:
VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 41 17 RJ 18 II - responsável técnico: Alexandre Siciliano Coalfranceschi, cirurgião cardiovascular, CRM 52627259; III - membro: Bruno Miranda Marques, cirurgião cardiovascular, CRM 52743321;
IV - membro: Marcelo Ramalho Fernandes, anestesiologista, CRM 52584619; V - membro: Vinicius Assunção Pratas Sobral, cirurgião cardiovascular, CRM 52841285;
VI - membro: Anna Karina Bitaraes de Sá, cardiologista, CRM 52779156; VII - membro: Ana Luiza Ferreira Sales, cardiologista, CRM 52760056;
VIII - membro: Marcia Regina Baldanza, anestesiologista, CRM 52448173; IX - membro: Carlos Galhardo Junior, cirurgião geral, CRM 52588954.

Art. 13 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 21 17 MG 08
II - responsável técnico: Priscila Arcebispo Léo, hematologista e hemoterapeura, CRM 39882;
III - membro: Thiago Haikal de Araujo Porto, hematologista e hemoterapeuta, CRM 40425;
IV - membro: Patrícia Fischer Cruz, hematologista e hemoterapeuta, CRM 24672;
V - membro: André Lima Costa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 43846; VI - membro: Guilherme Campos Muzzi, hematologista e hemoterapeuta, CRM 41162.

Art. 14 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 21 17 PR 01 II - responsável técnico: Eurípides Ferreira, hematologista, CRM 1722; III - membro: Carmem Maria Sales Bonfim, hematologista, CRM 116616; IV - membro: Ana Luiza de Melo Rodrigues Fabro, cancerologista, CRM 26062; V - membro: Samantha Nichele cancerologista, CRM 21917;
VI - membro: Cimara Cristina Kuwahara, cancerologista, CRM 23300.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:
CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 03 13 SP 11 II - responsável técnico: Ulisses Alexandre Croti, cirurgião cardiovascular, CRM 93625; III - membro: Carlos Henrique de Marchi, cardiologista, CRM 69889; IV - membro: Andre Luis de Andrade Bodini, cardiologista pediátrico, CRM 92950;
V - membro: Celso Murilo Nálio Matias de Faria, cirurgião torácico, CRM 88400; VI - membro: Alexandra Regina Siscar Barufi, cirurgiã pediátrica, CRM 126 ;
VII - membro: Carolina de Oliveira Sant'Anna, anestesiologista, CRM 133244; VIII - membro: Daniel Bassette, anestesiologista, CRM 145253.

Art. 16 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 11 RJ 03 II - responsável técnico: Tito Henrique de Noronha Rocha, ortopedista, CRM 52564758.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 04 SP 14 II - responsável técnico: Marcelo Wiltemburg Alves, ortopedista e traumatologista, CRM 78681.

Art. 17 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
CEARÁ

I - Nº do SNT 1 11 13 CE 02 II - responsável técnico: Marcus Emmanuel Teixeira Maia, oftalmologista, CRM 6614.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 12 MG 22 II - responsável técnico: João Ângelo Miranda de Siqueira, oftalmologista, CRM 22375.

I - Nº do SNT 1 11 06 MG 02 II - responsável técnico: Marcelo Mendes de Freitas Lemos, oftalmologista, CRM 22198.

I - Nº do SNT 1 11 12 MG 21 II - responsável técnico: Marcelo Mendes de Freitas Lemos, oftalmologista, CRM 22198.

I - Nº do SNT 1 11 14 MG 16 II - responsável técnico: Marcelo Mendes de Freitas Lemos, oftalmologista, CRM 22198.

I - Nº do SNT 1 11 06 MG 03 II - responsável técnico: João Ângelo Miranda Siqueira, oftalmologista, CRM 22375.

I - Nº do SNT 1 11 01 MG 10 II - responsável técnico: Patrick Jones Figueiredo, oftalmologista, CRM 27323.

PARÁ

I - Nº do SNT 1 11 07 PA 01 II - responsável técnico: Natércia Trindade Pinto Jeha, oftalmologista, CRM 8820; III - membro: Ângela Maria de Queiroz Pereira, oftalmologista, CRM 4509; IV - membro: Cláudia Nascimento Gomes, oftalmologista, CRM 7686.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 13 RS 01 II - responsável técnico: José Carlos Franco, oftalmologista, CRM 17762; III - membro: Ana Paula Tonietto, oftalmologista, CRM 26345; IV - membro: Eduardo Della Giustina, oftalmologista, CRM 27038;
V - membro: Mauro Antônio Chies, oftalmologista, CRM 22334; VI - membro: Ricardo Luis Simionato, oftalmologista, CRM 26975.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 07 SP 13 II - responsável técnico: Eduardo Conforti de Oliveira, oftalmologista, CRM 103886.

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 27 II - responsável técnico: Nicolas Cesario Pereira, oftalmologista, CRM 127945; III - membro: João Henrique Ribeiro Henklain, oftalmologista, CRM 162752;
IV - membro: Heanes Troglio Pfluck, oftalmologista, CRM 154479; V - membro: Henrique Silva Delloiagono, oftalmologista, CRM 151831; VI - membro: Nathalia Gonçalves Rocha, oftalmologista, CRM 151944; VII - membro: André Jerez Rezala, oftalmologista, CRM 146632; VIII - membro: Rafael Augusto de Freitas, oftalmologista, CRM 172762; IX - membro: Adriana dos Santos Forseto, oftalmologista, CRM 75264; X - membro: Aline Silveira Moriyama, oftalmologista, CRM 115497; XI - membro: Paulo Phillipe do Valle Ricardo Moreira, oftalmologista, CRM 173474;
XII - membro: Camila Palmeira, oftalmologista, CRM 180055; XIII - membro: Luiza Cabus Oitaven Mazzafera, oftalmologista, CRM 159424; XIV - membro: Luis Fernando Oliveira Borges Chaves, oftalmologista, CRM 179336;
XV - membro: Rodolpho Sueiro Felippe, oftalmologista, CRM 147549; XVI - membro: Renato Andrade de Mattos Machado, oftalmologista, CRM 92994;
XVII - membro: Rodrigo de Britto Pavanelli, oftalmologista, CRM 118888; XVIII - membro: Leandro de Resende Sousa Oliveira, oftalmologista, CRM 142477.

Art. 18 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 07 SP 42 II - responsável técnico: José Francisco Comenalli Marques Junior, hematologista e hemoterapeuta, CRM 51093; III - membro: Afonso Celso Vigorito, hematologista e hemoterapeuta, CRM 55970; IV - membro: Francisco Jose Penteado Aranha, hematologista e hemoterapeuta, CRM 51191; V - membro: Gustavo de Carvalho Duarte, hematologista e hemoterapeuta, CRM 111774.

Art. 19 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

BAHIA

I - Nº do SNT: 1 21 11 BA 01 II - responsável técnico: Marco Aurélio Salvino de Araújo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 17646; III - membro: Alessandro de Moura Almeida, hematologista e hemoterapeuta, CRM 19381; IV - membro: Tiago Thalles de Freitas, hematologista e hemoterapeuta, CRM 20892; V - membro: Bruna Magalhães Gotardo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 15937; VI - membro: Luciene Oliveira da Cruz, hematologista e hemoterapeuta, CRM 21644.

Art. 20 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 21 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 903, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera a Portaria nº 50.223, de 4 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União.

O MINISTRO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e na Portaria nº 1.309, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Portaria nº 50.223, de 4 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

§ 1º O Plano Operacional Anual será aprovado até o dia 15 de março do exercício a que se refere, vigendo de 1º de abril a 31 de março do exercício seguinte.

(...)

§ 3º O Plano Operacional para o ano de 2017, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2017, terá vigência até 31 de março de 2018.

§ 4º A avaliação anual dos Planos Operacionais para fins de subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão incide sobre o exercício financeiro e deve ser concluída até 31 de março do ano subsequente a que se refere".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 915, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Institui a Política de Gestão de Riscos - PGR do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

O MINISTRO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 17 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 01, de 10 de maio de 2016, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão de Riscos - PGR, que estabelece a Gestão de Riscos do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - processo: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido;

II - governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da organização, para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar atividades organizacionais, com o intuito de alcançar os objetivos e prestar contas dessas atividades para a sociedade;

III - objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IV - meta: alvo ou propósito com que se define um objetivo a ser alcançado;

V - risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos da organização;

VI - risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer medidas de controle que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto;

VII - risco residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de medidas de controle para o tratamento do risco;

VIII - gestão de riscos: arquitetura (princípios, objetivos, estrutura, competências e processo) necessária para se gerenciar riscos eficazmente;

IX - gerenciamento de risco: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações e fornecer segurança razoável no alcance dos objetivos organizacionais;

X - controle interno da gestão: processo que engloba o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos organizacionais serão alcançados;

XI - medida de controle: medida aplicada pela organização para tratar os riscos, aumentando a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais estabelecidos sejam alcançados; e

XII - apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Gestão de Riscos da CGU deverá observar os seguintes princípios:

I - agregar valor e proteger o ambiente interno da CGU;

II - ser parte integrante dos processos organizacionais;

III - subsidiar a tomada de decisões;

IV - abordar explicitamente a incerteza;

V - ser sistemática, estruturada e oportuna;

VI - ser baseada nas melhores informações disponíveis;

VII - considerar fatores humanos e culturais;

VIII - ser transparente e inclusiva;

IX - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças;

X - apoiar a melhoria contínua da CGU; e

XI - estar integrada às oportunidades e à inovação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Gestão de Riscos tem por objetivos:

I - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da CGU;

II - fomentar uma gestão proativa;

III - atentar para a necessidade de se identificar e tratar riscos em toda a CGU;

IV - facilitar a identificação de oportunidades e ameaças;

V - prezar pelas conformidades legal e normativa dos processos organizacionais;

VI - melhorar a prestação de contas à sociedade;

VII - melhorar a governança;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;

IX - melhorar o controle interno da gestão;

X - alocar e utilizar eficazmente os recursos para o tratamento de riscos;

XI - melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

XII - melhorar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;

XIII - minimizar perdas;

XIV - melhorar a aprendizagem organizacional; e

XV - aumentar a capacidade da organização de se adaptar a mudanças.

Parágrafo único. A Gestão de Riscos deverá estar integrada aos processos de planejamento estratégico, tático e operacional, à gestão e à cultura organizacional da CGU.

Art. 5º O gerenciamento de riscos deverá ser implementado de forma gradual em todas as áreas da CGU, sendo priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da CGU.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de nível 5 ou superior, e equivalentes, e os Superintendentes das Controladorias Regionais da União nos Estados poderão implementar o processo de gerenciamento de riscos em seus processos organizacionais, independente de priorização prévia, desde que a implementação esteja de acordo com esta PGR.

CAPÍTULO IV

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 6º A operacionalização da Gestão de Riscos deverá ser descrita pela Metodologia de Gestão de Riscos da CGU, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

I - entendimento do contexto: etapa em que são identificados os objetivos relacionados ao processo organizacional e definidos os contextos externo e interno a serem levados em consideração ao gerenciar riscos;

II - identificação de riscos: etapa em que são identificados possíveis riscos para objetivos associados aos processos organizacionais;

III - análise de riscos: etapa em que são identificadas as possíveis causas e consequências do risco;

IV - avaliação de riscos: etapa em que são estimados os níveis dos riscos identificados;

V - priorização de riscos: etapa em que são definidos quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior;

VI - definição de respostas aos riscos: etapa em que são definidas as respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido para os processos organizacionais, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas; e

VII - comunicação e monitoramento: etapa que ocorre durante todo o processo de gerenciamento de riscos e é responsável pela integração de todas as instâncias envolvidas, bem como pelo monitoramento contínuo da própria Gestão de Riscos, com vistas a sua melhoria.

Parágrafo único. A Metodologia de Gestão de Riscos deverá contemplar critérios predefinidos de avaliação, de forma a permitir a comparabilidade entre os riscos.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º Compete ao Comitê de Gestão Estratégica, criado pelo art. 3º da Portaria nº 1.308, de 22 de maio de 2015:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - definir os níveis de apetite a risco dos processos organizacionais;

III - definir os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais;

IV - definir a periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;

V - aprovar as respostas e as respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

VII - aprovar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VIII - monitorar a evolução de níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IX - avaliar o desempenho da arquitetura de Gestão de Riscos e fortalecer a aderência dos processos à conformidade normativa;

X - definir indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da CGU;

XI - garantir o apoio institucional para promover a Gestão de Riscos, em especial os seus recursos, o relacionamento entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo dos servidores;

XII - garantir o alinhamento da gestão de riscos aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da CGU; e

XIII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Gestão de Riscos.

Art. 8º Compete ao Comitê Gerencial, criado pelo art. 5º da Portaria nº 1.308, de 22 de maio de 2015:

I - auxiliar o Comitê de Gestão Estratégica na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na definição dos níveis de apetite a risco dos processos organizacionais;

III - auxiliar na definição dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais;

IV - auxiliar na definição da periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;

V - auxiliar na aprovação das respostas e das respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais;

VI - avaliar a proposta de Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

VII - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VIII - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IX - auxiliar na avaliação do desempenho e da conformidade legal e normativa da Gestão de Riscos; e

X - auxiliar na definição dos indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da CGU.

Art. 9º Compete ao Núcleo de Gestão de Riscos:

I - propor a Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados das diversas áreas em relatórios gerenciais e encaminhá-los ao Comitê Gerencial e ao Comitê de Gestão Estratégica;

VI - oferecer capacitação continuada em Gestão de Riscos para os servidores da CGU;

VII - elaborar Plano de Comunicação de Gestão de Riscos;

VIII - medir o desempenho da Gestão de Riscos objetivando a sua melhoria contínua;

IX - construir e propor ao Comitê Gerencial e ao Comitê de Gestão Estratégica os indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da CGU; e

X - requisitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais.

Art. 10. Compete aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais:

I - identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos sob sua responsabilidade, em conformidade ao que define esta PGR;

II - propor respostas e respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

IV - informar o Núcleo de Gestão de Riscos sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

V - responder às requisições do Núcleo de Gestão de Riscos; e

VI - disponibilizar as informações adequadas quanto à gestão dos riscos dos processos sob sua responsabilidade a todos os níveis da CGU e demais partes interessadas.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais devem ter alçada suficiente para orientar e acompanhar as etapas de identificação, análise, avaliação e implementação das respostas aos riscos.

Art. 11. Compete a todos os servidores da CGU o monitoramento da evolução dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais em que estiverem envolvidos ou que tiverem conhecimento.

Parágrafo único. No monitoramento de que trata o caput deste artigo, caso sejam identificadas mudanças ou fragilidades nos processos organizacionais, o servidor deverá reportar imediatamente o fato ao responsável pelo gerenciamento de riscos do processo em questão.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Comitê de Gestão Estratégica, o Comitê Gerencial, o Núcleo de Gestão de Riscos e os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 13. A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DIPLAD absorverá as responsabilidades do Núcleo de Gestão de Riscos até que sejam designados servidores e estrutura própria.

Art. 14. As iniciativas relacionadas à Gestão de Riscos existentes na CGU anteriormente à publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas à Metodologia de Gestão de Riscos aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica.

§1º A Metodologia de Gestão de Riscos deverá ser aprovada em até 12 (doze) meses após a publicação desta PGR.

§2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deve ser feito no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação da Metodologia de Gestão de Riscos.

Art. 15 Os casos omissos ou as excepcionalidades serão resolvidos pelo Comitê de Gestão Estratégica.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 54, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.123258/2016-98, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica VISTOTEC - VISTORIA TÉCNICA LTDA - ME, CNPJ nº 08.453.419/0001-00, situada no Município de Criciúma - SC, Avenida Santos Dumont, 685, Bairro Pinheirinho, CEP: 88.804-500 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 55, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.007795/2016-91, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica INSPEVEL - INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 23.771.045/0002-46, situada no Município de Xanxere - SC, Rua Irmã Lurdes, nº 775, Aparecida, CEP: 89.820-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 7 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que os militares brasileiros, ao portarem passaportes diplomáticos, poderão desempenhar o múnus público de maneira mais eficiente, a:

Nome	Função	Missão	Órgão	Validade do passaporte
Ledson Schawalb	Major	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Gabriel Amaral Barcellos	Capitão	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Leonardo Jose Muniz Santos Reis	Capitão	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Ricardo Ferreira Rocha	Capitão	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Adroaldo de Souza Vargas	1º Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Alessandro Luis Santos Sendim	1º Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Régis Weber Rodrigues	1º Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Rone Valdeir de Meneses	1º Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Jheymisonn Curcio Gonçalves Gaudard	2º Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018
Lázaro Maciel Fernandes	2º Sargento	Segurança da Embaixada do Brasil, em Kinshasa	Ministério da Defesa	27/12/2018

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, para assegurar às dependentes do militar em missão oficial a proteção institucional adequada, a:

Nome	Função	Órgão	Validade do passaporte
Adriana Vieira de Souza	Dependente do Auxiliar de Adido de Defesa e Aeronáutico na Embaixada do Brasil, em Pequim	Ministério da Defesa	18/07/2019
Isabela Vieira Cardoso	Dependente do Auxiliar de Adido de Defesa e Aeronáutico na Embaixada do Brasil, em Pequim	Ministério da Defesa	18/07/2019

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 142, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no caput do art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 48300.001035/2017-64, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, com as seguintes finalidades:

I - deliberar sobre os temas estratégicos do Ministério de Minas e Energia:

a) formular propostas de aperfeiçoamento das políticas de gestão estratégica e de governança corporativa para o Ministério de Minas e Energia;

b) acompanhar a aplicação das políticas de gestão estratégica e de governança corporativa no Ministério de Minas e Energia;

c) requerer às unidades do Ministério as informações necessárias ao acompanhamento da implementação do plano estratégico do Ministério de Minas e Energia;

d) realizar avaliações periódicas da implementação do plano estratégico do Ministério de Minas e Energia; e

e) aprovar, direcionar, monitorar e avaliar estratégias, programas e projetos considerados prioritários no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

II - definir Política de Gestão de Riscos do Ministério, em conformidade com os seguintes princípios e diretrizes:

a) buscar a absoluta aderência à missão, aos princípios e objetivos estratégicos do Ministério de Minas e Energia;

b) assegurar gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;

c) priorizar estratégias, programas e projetos de maior relevância com o objetivo de mitigar sua exposição a riscos;

d) definir procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;

e) utilizar mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;

f) utilizar a gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais;

g) determinar como a gestão de riscos será integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às políticas da organização;

h) estabelecer metodologia para identificação, avaliação e monitoramento de riscos;

i) definir metas de avaliação do desempenho da gestão de riscos;

j) disciplinar como serão integradas as instâncias do Ministério, responsáveis pela gestão de riscos;

k) utilizar metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos;

l) promover o desenvolvimento contínuo, dos agentes públicos, em gestão de riscos; e

m) definir competências e responsabilidades para a efetivação da gestão de riscos no âmbito do MME.

III - assegurar o fiel cumprimento das disposições da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016.

Art. 2º O CGRC será composto pelos titulares das Unidades deste Ministério, conforme definido a seguir:

I - Secretaria-Executiva, que coordenará os trabalhos do Comitê;

II - Gabinete do Ministro;

III - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;

IV - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;

V - Secretaria de Energia Elétrica; e

VI - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

§ 1º Cada Titular é responsável, no âmbito da Unidade que dirige, pelo acompanhamento da estratégia relacionado à sua área de atuação e pela implementação da Política de Gestão de Riscos do MME e do cumprimento das disposições da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016.

§ 2º Caberá à Assessoria Especial de Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva, secretariar os trabalhos do Comitê, dando suporte ao processo de implantação e avaliação da Gestão Estratégica, bem como auxiliar o monitoramento da Gestão de Riscos, conforme regras a serem definidas pelo Comitê.

§ 3º O Coordenador do CGRC poderá convocar titulares de outras Unidades do Ministério de Minas e Energia para prestar apoio técnico ao Colegiado, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 3º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo para instituir grupos de trabalho ou subcomitês técnicos necessários para a boa gestão da Política de Gestão de Riscos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 12 de abril de 2017

Processo DNPM nº 48402.005570/1951. Interessada: Empresa de Mineração Jardim Monte Cristo Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2007, que extinguiu a Concessão de Lavra da Interessada, mediante aplicação do art. 42 do Código de Mineração. Despacho: Nos termos do Parecer nº 131/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 231/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 241/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso, por sua intempestividade.

Processo DNPM nº 48418.878059/2006. Interessada: Crenor Carbonatos do Nordeste Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 6 de março de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 165/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 265/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

Processo DNPM nº 48402.820025/2009. Interessada: Mineração Monte Alegre Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 17 de fevereiro de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 179/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 372/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

Processo DNPM nº 48413.826969/2001. Interessada: Compacta Mineradora Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 17 de fevereiro de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 240/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 363/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso, por sua intempestividade.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.219, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000338/2016-22. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda. - CERRP, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista e Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda. - CERRP, a vigorar os efeitos no período de 15 de abril de 2016 a 14 de abril de 2017, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.220 DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000269/2017-38. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda. - CERRP, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista e Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda. - CERRP, a vigorar a partir de 15 de abril de 2017 a 14 de abril de 2018, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.218, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005157/2017-92. Interessados: RGE SUL Distribuidora de Energia S/A. - RGE Sul, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul e Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - FOTE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da RGE SUL Distribuidora de Energia S/A. - RGE Sul, a vigorar a partir de 19 de abril de 2017, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 11 de abril de 2017

Nº 1.013 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que consta no processo nº 48500.002563/2016-01, decide declarar a perda de objeto do pedido interposto pela CELG Distribuição S.A. - CELG-D para suspensão da aplicação da penalização da cobrança da Parcela de Ineficiência de Sobrecontratação-PIS referente aos pontos de conexão de Luziânia 138 kV e Carajás 138 kV.

TIAGO DE BARROS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de abril de 2017

Nº 996 - Processo nº 48500.000609/2009-11. Interessado: SBE - Sociedade Brasileira de Energia Renovável S.A. Decisão: (i) indeferir a solicitação da SBE - Sociedade Brasileira de Energia Renovável S.A. para a emissão de DRS-PCH para a PCH Varginha II, revogando o Despacho nº 2.920, de 06 de agosto de 2009 c/c o Despacho 2.871, de 12 de julho de 2011, e o Despacho nº 4.166, de 24 de outubro de 2011, que conferiram, respectivamente, Registro Ativo e Aceite para o desenvolvimento do Projeto Básico para implantação desse empreendimento, e (ii) disponibilizar o eixo para novos interessados .

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 11 de abril de 2017

Nº 1.019 - Processo nº 48500.004996/2000-37. Interessado: COPEL Geração e Transmissão S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Salto Alemã, com 29.800 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEGPCH.PH.PR.034269-6.01, localizada no rio Chopim, integrante da sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Pato Branco e Coronel Vivida, estado do Paraná.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 753, de 17 de março de 2017, constante do Processo nº 48500.002108/2013-55, publicado no DOU de 23 de março de 2017, seção 1, página 51, v. 154, nº. 57, foi alterado o Anexo. A íntegra desse Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

No resumo do Despacho nº 970, de 05 de abril de 2017, publicado no DOU de 10 de abril de 2017, seção 1, página 69, v. 154, nº. 69, onde se lê: "de 25 de julho de 2007", leia-se: "de 25 de junho de 2007". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de março de 2017

Nº 920 - Processo nº: 48500.001091/2016-61. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF Decisão: Conhecer do recurso administrativo apresentado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e, no mérito, negar-lhe provimento.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de abril de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 13 de abril de 2017.

Nº 1.031 - Processo nº 48500.000188/2017-38. Interessados: Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de Santo Onofre IV. Unidades Geradoras: UG1 a UG4 e UG6, de 2.300 kW cada, totalizando 11.500 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Simões, estado do Piauí.

Nº 1.032 - Processo nº 48500.000198/2017-73. Interessados: Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de São Virgílio 01. Unidades Geradoras: UG1 a UG4 e UG12 a UG13, de 2.300 kW cada, totalizando 13.800 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Simões, estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de abril de 2017

Nº 988 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.005244/2016-40, decide indeferir o pleito da Companhia Energética de São Paulo - CESP para expurgo de registro de ultrapassagem do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratado pela Usina Hidrelétrica Três Irmãos referente às ocorrências compreendidas no período de julho de 2011 a junho de 2012.

Em 11 de abril de 2017

Nº 990 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001978/2017-31, decide por indeferir o pleito da Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari de redução dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratados no ponto de conexão Pedreira 138 kV, a partir de 1º julho de 2016.

Nº 991 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001980/2017-18, decide por indeferir o pleito da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista de redução dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratados nos pontos de conexão Bariri 138 kV, Brotas 138 kV, Iacanga 138 kV, Descalvado 138 kV e Pinhais 138 kV, a partir de 1º julho de 2016.

Nº 992 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001982/2017-07, decide por indeferir o pleito da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga de redução dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratados nos pontos de conexão Bom Jardim 88 kV e Oeste 88 kV, a partir de 1º julho de 2016.

Nº 993 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001981/2017-54, decide por indeferir o pleito da Companhia Rio Grande Energia - RGE de redução dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratados nos pontos de conexão Cachoeirinha 1 138 kV, Farroupilha 69 kV, Garibaldi 1 69 kV, Guarita 69 kV e Caxias 2 69 kV, a partir de 1º julho de 2016.

Nº 1.014 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.003866/2016-33, decide indeferir o pleito da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. - PPTE, mantendo o desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico -ONS referente ao evento ocorrido em 19 de novembro de 2015 que resultou na indisponibilidade das linhas de transmissão, 230 kV, Nova Porto Primavera / Rio Brilhante e Nova Porto Primavera / Ivinhema 2.

Nº 1.016 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000689/2017-14, decide: (i) determinar que a Eletronorte implemente as conexões da Celpa no barramento de 69 kV das Subestações Altamira e Vila do Conde, caso não haja acordo entre as partes; e (ii) anular o Despacho n° 252, de 30 de janeiro de 2017. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 12 de abril de 2017

Nº 376 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 206, de 29 de agosto de 2000, e da Resolução de Diretoria nº 221, de 12 de abril de 2017, torna pública a atualização dos Anexos II e III da referida Portaria, com data efetiva a partir do mês de produção de março de 2017, conforme segue:

ANEXO II

RELAÇÃO DE TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAL

1 - Alagoano - Grau API = 40,9
2 - Albacora - Grau API = 26,7
3 - Albacora Leste- Grau API = 19,0
4 - Araçari = 34,3
5 - Área de Florim = 29,3
6 - Área de Nordeste de Tupi - Grau API = 26,2
7 - Área de Sul de Guará - Grau API = 29,5
8 - Área de Sul de Tupi - Grau API = 28,8
9 - Baiano Mistura - Grau API = 36,5
10 - Baleia Azul - Grau API = 29,3
11 - Barracuda - Grau API = 24,75
12 - Baúna - Grau API = 33,3
13 - Bijupirá - Grau API = 27,8
14 - Búzios - Grau API = 28,4
15 - Cabiúnas Mistura - Grau API = 25,5
16 - Cachalote - Grau API = 23,9
17 - Camarupim - Grau API = 57,5
18 - Canário - Grau API = 28,4
19 - Caratinga - Grau API = 25,0
20 - Cardeal - Grau API = 27,4
21 - Ceará Mar - Grau API = 28,1
22 - Colibri - Grau API = 33,8
23 - Condensado de Merluza - Grau API = 49,6
24 - Condensado de Mexilhão - Grau API = 52,4
25 - Entorno de Iara = 27,7
26 - Espadarte - Grau API = 21,0
27 - Espírito Santo - Grau API = 19,7
28 - Fazenda Alegre - Grau API = 13,3
29 - Fazenda Belém - Grau API = 13,2
30 - Fazenda Santo Estevão - Grau API = 35,3
31 - Frade - Grau API = 19,6
32 - Gaivota = 16,0
33 - Galo de Campina - Grau API = 23,1
34 - Gavião Branco = 53,4
35 - Gavião Real - Grau API = 51,8
36 - Gavião Vermelho = 54,8
37 - Golfinho - Grau API = 31,2
38 - Harpia - Grau API = 13,3
39 - Iara = 27,8
40 - Irerê = 27,0
41 - João de Barro - Grau API = 42,1
42 - Jubarte - Grau API = 24,6
43 - Lagoa do Paulo Norte - Grau API = 34,6
44 - Lapa = 23,6
45 - Lula - Grau API = 31,0
46 - Marlim - Grau API = 20,3
47 - Marlim Leste - Grau API = 24,7
48 - Marlim Sul - Grau API = 22,2
49 - Ostra - Grau API = 17,8
50 - Papa - Terra - Grau API = 15,2
51 - Peregrino - Grau API = 13,7
52 - Periquito - Grau API = 34,3
53 - Peroá - Grau API = 53,1
54 - Pescada - Grau API = 52,0
55 - Piranema - Grau API = 45,4
56 - Polvo - Grau API = 19,5
57 - Rabo Branco = 31,38
58 - RGN Mistura - Grau API = 26,7
59 - Riacho Tapuio - Grau API = 37,5
60 - Rolinha - Grau API = 22,5
61 - Roncador - Grau API = 22,8
62 - Sabiá Bico de Osso = 25,5
63 - Sabiá da Mata = 27,3
64 - Salema - Grau API = 28,7
65 - Sapinhoá = 30,01
66 - Sergipano Mar - Grau API = 32,2
67 - Sergipano Terra - Grau API = 24,8
68 - Tabuleiro - Grau API = 26,2
69 - Tambaú-Uruguá - Grau API = 32,6
70 - Tartaruga - Grau API = 40,9
71 - Tartaruga Verde = 26,9
72 - Tico-Tico - Grau API = 32,9
73 - Tiê = 37,6
74 - Tigre - Grau API = 33,8
75 - Trovoada = 33,2
76 - Tubarão Azul - Grau API = 19,8
77 - Tubarão Martelo = 21,2
78 - Uirapuru - Grau API = 37,4
79 - Urucu - Grau API = 47,4
80 - Óleo de Xisto - UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL- Grau API = 15,3

ANEXO III
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAIS

01 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALAGOANO

Grau API: 40,9		
Teor de Enxofre: 0,060%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	>500 °C
30,74%	48,66%	20,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003892/2000	ANAMBÉ	28,10%
48000.003850/97-29	CIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2,30%
48000.003840/97-75	PARU	6,00%
48000.003854/97-80	FURADO	30,10%
48000.003859/97-01	PILAR	32,70%
48000.003861/97-45	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	0,80%
TOTAL		100,00%

02 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA

Grau API: 26,7		
Teor de Enxofre: 0,50%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,97%	14,31%	54,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003703/97-02	ALBACORA	100,00%
TOTAL		100,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA LESTE

Grau API: 19,0		
Teor de Enxofre: 0,59%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
21,67%	12,99%	65,34%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003895/97-67	ALBACORA LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

04 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ARAÇARI

Grau API: 34,3		
Teor de Enxofre: 0,078%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
37,30%	33,70%	29,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009487/2003	ARAÇARI	100,00%
TOTAL		100,00%

05 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE FLORIM

Grau API: 29,30		
Teor de Enxofre: 0,25%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
34,45%	28,01%	37,54%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	ITAPU	100,00%
TOTAL		100,00%

06 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE): ÁREA DE NORDESTE DE TUPI

Grau API: 26,2		
Teor de Enxofre: 0,38%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
32,07%	12,18%	55,75%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	SEPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

07 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE SUL DE GUARÁ

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,380%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
33,30%	28,06%	38,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	SUL DE SAPINHOÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

08 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE SUL DE TUPI

Grau API: 28,8		
Teor de Enxofre: 0,368%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
30,48%	29,37%	40,15%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	SUL DE LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

09 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BAIANO MISTURA

Grau API: 36,5		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
20,22%	49,58%	30,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003629/97-43	ÁGUA GRANDE	4,49%
48000.003630/97-22	APRAIÚS	0,18%
48000.003631/97-95	ARAÇÁS	14,88%
48000.003632/97-58	ARATU	0,00%
48000.003672/97-72	BIRIBA	0,02%
48000.003658/97-41	BONSUCESSO	0,35%
48000.003636/97-17	BREJINHO	0,07%
48000.003635/97-46	BURACICA	10,48%
48000.003881/97-52	CAMAÇARI	0,00%
48000.003518/97-82	CAMARÃO NORTE	0,00%
48610.009228/2002	CAMBACICA	0,02%
48000.003637/97-71	CANABRAVA	0,15%
48000.003638/97-34	CANDEIAS	2,85%
48000.003639/97-05	CANTAGALO	0,10%
48000.003640/97-86	CASSARONGONGO	5,19%
48000.003641/97-49	CEXIS	1,08%
48000.003642/97-10	CIDADE DE ENTRE RIOS	1,26%
48000.003702/97-31	CONCEIÇÃO	0,00%
48000.003644/97-37	DOM JOÃO	3,66%
48000.003645/97-08	DOM JOÃO MAR	0,53%
48610.004004/98	FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	0,00%
48000.003646/97-62	FAZENDA ALVORADA	3,12%
48000.003647/97-25	FAZENDA AZEVEDO	0,04%
48000.003648/97-98	FAZENDA BÁLSAMO	7,55%
48000.003649/97-51	FAZENDA BELÉM	1,51%
48000.003650/97-30	FAZENDA BOA ESPERANÇA	4,14%
48000.003651/97-01	FAZENDA IMBÉ	1,45%
48000.003891/97-14	FAZENDA MATINHA	0,00%
48000.003652/97-65	FAZENDA ONÇA	0,13%
48000.003653/97-28	FAZENDA PANELAS	1,08%
48000.003883/97-88	FAZENDA SANTA ROSA	0,00%
48000.003656/97-16	GOMO	0,92%
48610.008017/2004	GUANAMBI	0,13%
48610.000069/2014-95	GURIATÃ	0,00%
48000.003657/97-89	ILHA DE BIMBARRA	0,00%
48000.003659/97-12	ITAPARICA	0,00%
48000.003660/97-93	JACUÍPE	0,01%
48610.009488/2003	JANDAIA	1,34%
48610.000095/2014-13	JANDAIA SUL	0,48%
48000.003893/97-31	LAGOA BRANCA	0,00%
48000.003664/97-44	LAMARÃO	0,01%
48000.003665/97-15	LEODÓRIO	0,02%
48000.003666/97-70	MALOMBÊ	1,29%
48000.003518/97-82	MANATI	1,31%
48000.003667/97-32	MANDACARU	0,11%
48000.003633/97-11	MAPELE	0,00%
48000.003668/97-03	MASSAPÊ	1,64%
48000.003669/97-68	MASSUÍ	0,09%
48000.003670/97-47	MATA DE SÃO JOÃO	2,32%
48000.003673/97-35	MIRANGA	4,28%
48000.003676/97-23	MIRANGA NORTE	0,16%
48000.003677/97-96	NORTE DE FAZENDA CARUAÇU	0,41%
48610.001557/2009-52	PARIRI	0,09%
48000.003678/97-59	PEDRINHAS	0,04%
48000.003679/97-11	POJUCA	0,05%
48000.003680/97-09	POJUCA NORTE	0,00%
48000.003894/97-02	QUERERÁ	0,00%
48000.003671/97-18	REMANSO	1,67%
48000.003682/97-26	RIACHO DA BARRA	2,43%
48000.003683/97-99	RIACHO OURICURI	0,36%
48000.003684/97-51	RIACHO SÃO PEDRO	0,00%
48000.003685/97-14	RIO DA SERRA	0,22%
48000.003686/97-87	RIO DO BU	3,90%
48000.003687/97-40	RIO DOS OVOS	0,29%
48000.003688/97-11	RIO ITARIRI	0,89%
48000.003890/97-43	RIO JOANES	0,00%
48000.003674/97-06	RIO PIPIRI	0,00%
48000.003689/97-75	RIO POJUCA	0,66%
48000.003690/97-54	RIO SAUÍPE	0,01%
48000.003691/97-17	RIO SUBAÚMA	0,08%
48000.003693/97-42	SÃO DOMINGOS	0,07%
48000.003694/97-13	SÃO PEDRO	0,18%
48000.003875/97-50	SARDINHA	0,00%
48000.003696/97-31	SESMARIA	0,35%
48000.003697/97-01	SOCORRO	1,89%
48000.003698/97-66	SOCORRO EXTENSÃO	0,14%
48000.003699/97-29	SUSSUARANA	0,01%
48610.009488/2003	TANGARÁ	0,94%
48610.001430/2008-52	TAPIRANGA	0,00%
48610.001429/2008-28	TAPIRANGA NORTE	0,00%
48000.003700/97-14	TAQUIPE	6,88%
TOTAL		100,00%

10 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BALEIA AZUL

Grau API: 29,3		
Teor de Enxofre: 0,32%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
34,30%	30,21%	35,49%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	BALEIA AZUL	99,81%
48000.003560/97-49	PIRAMBU	0,19%
TOTAL		100,00%

11 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BARRACUDA

Grau API: 24,75		
Teor de Enxofre: 0,607%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
33,90%	14,50%	51,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003897/97-92	BARRACUDA	100,00%
TOTAL		100,00%

12 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BAUNA

Grau API: 33,3		
Teor de Enxofre: 0,240%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
38,68%	31,02%	30,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009494/2003	BAÚNA	100,00%
TOTAL		100,00%

13 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BIJUPIRÁ

Grau API: 27,8		
Teor de Enxofre: 0,435%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,48%	28,82%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003709/97-81	BIJUPIRÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BÚZIOS

Grau API: 28,4		
Teor de Enxofre: 0,0308%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
31,07%	30,08%	38,85%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	BÚZIOS	100,00%
TOTAL		100,00%

15 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CABIÚNAS MISTURA

Grau API: 25,5		
Teor de Enxofre: 0,47%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
32,76%	14,58%	52,66%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003730/97-77	ANEQUIM	0,68%
48000.003705/97-20	BADEJO	0,00%
48000.003726/97-08	BAGRE	0,27%
48000.003717/97-17	BICUDO	0,00%
48000.003718/97-71	BONITO	5,53%
48000.003714/97-11	CONGRO	1,94%
48000.003715/97-83	CORVINA	3,48%
48000.003727/97-62	CHERNE	14,31%
48000.003711/97-22	CARAPEBA	7,62%
48000.003719/97-34	ENCHOVA	4,45%
48000.003720/97-13	ENCHOVA OESTE	3,68%
48000.003721/97-86	GAROUPA	3,96%
48000.003722/97-49	GAROUPINHA	0,23%
48000.003706/97-92	LINGUADO	0,02%
48000.003716/97-46	MALHADO	2,30%
48000.003732/97-01	MARIMBÁ	16,94%
48000.003728/97-25	NAMORADO	9,17%
48000.003729/97-98	NORDESTE DE NAMORADO	0,00%
48000.003707/97-55	PAMPO	15,63%
48000.003731/97-30	PARATI	0,29%
48000.003712/97-95	PARGO	2,66%
48000.003733/97-65	PIRAÚNA	0,36%
48000.003708/97-18	TRILHA	0,00%
48000.003713/97-58	VERMELHO	4,09%
48000.003734/97-28	VIOLA	2,39%
TOTAL		100,00%

16 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CACHALOTE

Grau API: 23,90		
Teor de Enxofre: 0,387%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
27,30%	15,90%	56,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	CACHALOTE	37,56%
48000.003560/97-49	BALEIA FRANCA	57,75%
48000.003560/97-49	BALEIA ANÃ	4,69%
TOTAL		100,00%

17 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CAMARUPIM

Grau API: 57,5		
Teor de Enxofre: 0,026%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
84,63%	15,37%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CAMARUPIM	30,51%
48610.010724/2001	CAMARUPIM NORTE	69,49%
TOTAL		100,00%

18 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CANÁRIO

Grau API: 28,40		
Teor de Enxofre: 0,0996%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
20,00%	32,90%	47,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	CANÁRIO	100,00%
TOTAL		100,00%

19 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARATINGA

Grau API: 25,0		
Teor de Enxofre: 0,50%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,44%	14,72%	54,84%

20 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARDEAL

Grau API: 27,4		
Teor de Enxofre: 0,27%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
21,20%	31,70%	47,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.008000/2004	CARDEAL	100,00%
TOTAL		100,00%

21 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CEARÁ MAR

Grau API: 28,1		
Teor de Enxofre: 0,409%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
28,20%	30,28%	41,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003775/97-13	ATUM	29,79%
48000.003776/97-78	CURIMÃ	22,98%
48000.003777/97-31	ESPADA	26,96%
48000.003778/97-01	XARÉU	20,27%
TOTAL		100,00%

22 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : COLIBRI

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,16%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,38%	36,57%	36,05%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009503/2003	COLIBRI	100,00%
TOTAL		100,00%

23 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MERLUZA

Grau API: 49,6		
Teor de Enxofre: 0,011%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
59,82%	37,68%	2,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003866/97-69	MERLUZA	18,41%
48000.003923/97-09	LAGOSTA	81,59%
TOTAL		100,00%

24 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MEXILHÃO

Grau API: 52,4		
Teor de Enxofre: 0,003%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
64,40%	35,23%	0,37%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003576/97-89	MEXILHÃO	100,00%
TOTAL		100,00%

25 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ENTORNO DE IARA

Grau API: 27,7		
Teor de Enxofre: 0,394%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
30,30%	26,60%	43,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	ATAPU	100,00%
48610.012913/2010-05	NORTE DE BERBIGÃO	0,00%
48610.012913/2010-05	NORTE DE SURURU	0,00%
48610.012913/2010-05	SUL DE BERBIGÃO	0,00%
48610.012913/2010-05	SUL DE SURUR	0,00%
TOTAL		100,00%

26 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPADARTE

Grau API: 21,0		
Teor de Enxofre: 0,496%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,30%	11,30%	63,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003899/97-18	ESPADARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

27 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPIRITO SANTO

Grau API: 19,7		
Teor de Enxofre: 0,274%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
28,60%	13,98%	57,41%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003756/97-61	BARRA DO IPIRANGA	0,00%
48000.007984/2004	BIGUÁ	0,50%
48000.003735/97-91	CAÇÃO	0,00%
48000.003736/97-53	CACIMBAS	0,06%
48000.003737/97-16	CAMPO GRANDE	0,14%
48000.009491/2003	CANCÃ	15,03%
48000.003902/97-21	CANGOA	0,26%
48000.003738/97-89	CÓRREGO CEDRO NORTE	0,64%
48610.009188/2005-12	CÓRREGO CEDRO NORTE SUL	0,00%
48000.003739/97-41	CÓRREGO DAS PEDRAS	0,40%
48000.003740/97-21	CÓRREGO DOURADO	1,46%
48000.003743/97-19	FAZENDA CEDRO	0,68%
48000.003745/97-44	FAZENDA CEDRO NORTE	0,21%
48000.003744/97-81	FAZENDA QUEIMADAS	0,82%
48000.003746/97-15	FAZENDA SANTA LUZIA	12,27%
48000.003747/97-70	FAZENDA SÃO JORGE	4,44%
48000.003750/97-84	FAZENDA SÃO RAFAEL	22,00%
48000.003751/97-47	GURIRI	0,19%
48610.010735/2001	INHAMBU	25,46%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48610.007986/2004	JACUPEMBA	0,19%
48000.009492/2003	JACUTINGA	0,70%
48000.003748/97-32	LAGOA BONITA	0,22%
48000.003752/97-18	LAGOA PARDA	3,73%
48000.003754/97-35	LAGOA PARDA NORTE	0,00%
48000.003753/97-72	LAGOA PARDA SUL	0,00%
48000.003755/97-06	LAGOA PIABANHA	0,31%
48000.003757/97-23	LAGOA SURUACA	0,83%
48000.003758/97-96	MARIRICU	0,07%
48000.003760/97-38	MARIRICU NORTE	0,05%
48000.003759/97-59	MARIRICU OESTE	0,13%
48000.003541/97-02	MOSQUITO	0,00%
48610.009188/2005-12	MOSQUITO NORTE	0,00%
48000.003761/97-09	NATIVO OESTE	0,09%
48000.003765/97-51	RIO BARRA SECA	0,00%
48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS	0,97%
48000.003767/97-87	RIO ITAÚNAS LESTE	0,00%
48000.003768/97-40	RIO MARIRICU	0,00%
48000.009188/2005-12	RIO MARIRICU SUL	0,00%
48000.003769/97-11	RIO PRETO	1,67%
48000.003770/97-91	RIO PRETO OESTE	1,43%
48000.003771/97-54	RIO PRETO SUL	0,98%
48000.003772/97-17	RIO SÃO MATEUS	0,05%
48000.007984/2004	RIO SÃO MATEUS OESTE	0,14%
48000.010735/2001	SAIRA	0,00%
48000.003773/97-80	SÃO MATEUS	3,30%
48000.009118/2005-12	SÃO MATEUS LESTE	0,13%
48610.007984/2004	SERIEMA	0,27%
48610.007986/2004	TABUIAIA	0,18%
TOTAL		100,00%

28 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA ALEGRE

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,335%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
7,91%	11,02%	81,07%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003742/97-56	FAZENDA ALEGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

29 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA BELÉM

Grau API: 13,2		
Teor de Enxofre: 1,0%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
8,06%	10,43%	81,51%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003795/97-12	FAZENDA BELÉM	99,65%
48000.003801/97-13	ICAPUÍ	0,35%
TOTAL		100,00%

30 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA SANTO ESTEVÃO

Grau API: 35,3		
Teor de Enxofre: 0,071%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
23,90%	33,60%	42,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003654/97-91	FAZENDA RIO BRANCO	52,92%
48000.003655/97-53	FAZENDA SANTO ESTEVÃO	47,07%
48000.003695/97-78	SAUÍPE	0,01%
TOTAL		100,00%

31 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FRADE

Grau API: 19,6		
Teor de Enxofre: 0,75%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,29%	16,50%	59,21%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003896/97-20	FRADE	100,00%
TOTAL		100,00%

32 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : Gaivota

Grau API: 16,0		
Teor de Enxofre: 0,363%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
8,10%	16,40%	75,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001402/2008-35	TUCANO	9,00%
48610.001402/2008-35	GAIVOTA	91,00%
TOTAL		100,00%

33 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GALO DE CAMPINA

Grau API: 21,1		
Teor de Enxofre: 0,0979%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
17,70%	14,20%	68,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	GALO DE CAMPINA	100,00%
TOTAL		100,00%

34 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GAVIÃO BRANCO

Grau API: 53,4		
Teor de Enxofre: 0,0888%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
59,86%	40,14%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO BRANCO	100,00%
TOTAL		100,00%

35 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GAVIÃO REAL

Grau API: 51,8		
Teor de Enxofre: 0,0844%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
52,00%	48,00%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO REAL	100,00%
TOTAL		100,00%

36 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GAVIÃO VERMELHO

Grau API: 54,8		
Teor de Enxofre: 0,229%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
72,55%	27,45%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO VERMELHO	100,00%
TOTAL		100,00%

37 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GOLFINHO

Grau API: 31,2		
Teor de Enxofre: 0,131%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
30,30%	33,60%	36,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CANAPU	0,74%
48000.003535/97-00	GOLFINHO	99,26%
TOTAL		100,00%

38 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : HARPIA

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,56%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,20%	14,34%	75,46%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009138/2005-35	HARPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

39 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : IARA

Grau API: 27,8		
Teor de Enxofre: 0,36%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
30,05%	28,65%	41,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003886/2000	BERBIGÃO	100,00%
48610.003886/2000	SURURU	0,00%
48610.003886/2000	OESTE DE ATAPU	0,00%
TOTAL		100,00%

40 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : IRERÊ

Grau API: 27,0		
Teor de Enxofre: 0,324%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
20,20%	31,10%	48,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003900/2000	IRERÊ	100,00%
TOTAL		100,00%

41 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JOÃO DE BARRO

Grau API: 42,1		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
35,20%	51,30%	13,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009509/2003	JOÃO DE BARRO	100,00%
TOTAL		100,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

42 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JUBARTE

Grau API: 24,6		
Teor de Enxofre: 0,404%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
28,40%	14,50%	57,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	JUBARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

43 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : LAGOA DO PAULO NORTE

Grau API: 34,6		
Teor de Enxofre: 0,085%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
24,14%	31,71%	44,15%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO NORTE	62,48%
48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO SUL	0,98%
48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO	31,34%
48610.009231/2002	ACAJÁ-BURIZINHO	5,21%
TOTAL		100,00%

44 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : Lapa

Grau API: 23,6		
Teor de Enxofre: 0,556%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
23,95%	9,64%	66,41%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003884/2000	LAPA	100,00%
TOTAL		100,00%

45 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : LULA

Grau API: 31,0		
Teor de Enxofre: 0,324%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,35%	26,38%	38,27%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003886/2000	LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

46 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM

Grau API: 20,3		
Teor de Enxofre: 0,74%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,46%	15,30%	59,24%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003723/97-10	MARLIM	98,79%
48000.003704/97-67	VOADOR	1,21%
TOTAL		100,00%

47 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM LESTE

Grau API: 24,7		
Teor de Enxofre: 0,553%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,18%	14,20%	53,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003900/97-03	MARLIM LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

48 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM SUL

Grau API: 22,2		
Teor de Enxofre: 0,609%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
28,40%	13,90%	57,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003724/97-74	MARLIM SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

49 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : OSTRA

Grau API: 17,8		
Teor de Enxofre: 0,382%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
15,86%	16,68%	67,46%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003552/97-11	OSTRA	89,68%
48000.003552/97-11	ABALONE	0,00%
48000.003552/97-11	ARGONAUTA	10,32%
TOTAL		100,00%

50 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PAPA-TERRA

Grau API: 15,2		
Teor de Enxofre: 0,729%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
16,63%	9,97%	73,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003556/97-71	PAPA-TERRA	100,00%
TOTAL		100,00%

51 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEREGRINO

Grau API: 13,42		
Teor de Enxofre: 1,80%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
16,70%	12,58%	70,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003887/2000	PEREGRINO	100,00%
TOTAL		100,00%

52 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PERIQUITO

Grau API: 34,3		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,60%	33,70%	30,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008005/2004	PERIQUITO	100,00%
TOTAL		100,00%

53 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEROÁ

Grau API: 53,1		
Teor de Enxofre: 0,012%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
78,30%	21,70%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003903/97-93	PEROÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

54 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PESCADA

Grau API: 52,0		
Teor de Enxofre: 0,0106%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
66,40%	29,71%	3,89%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003913/97-47	ARABAIANA	33,29%
48000.003907/97-44	DENTÃO	0,00%
48000.003912/97-84	PESCADA	66,71%
TOTAL		100,00%

55 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PIRANEMA

Grau API: 45,4		
Teor de Enxofre: 0,10%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
44,60%	45,44%	9,96%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003495/97-89	PIRANEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

56 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : POLVO

Grau API: 19,5		
Teor de Enxofre: 1,196%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,60%	13,90%	61,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003888/2000	POLVO	100,00%
TOTAL		100,00%

57 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RABO BRANCO

Grau API: 31,38		
Teor de Enxofre: 0,223%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,10%	33,10%	35,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009198/2005-58	RABO BRANCO	100,00%
TOTAL		100,00%

58 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RGN MISTURA

Grau API: 26,7		
Teor de Enxofre: 0,448%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,67%	15,93%	58,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003901/2000	ACAUÃ	0,02%
48610.003901/2000	ACAUÃ LESTE	0,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48000.003779/97-66	AGULHA	0,33%
48000.003784/97-04	ALTO DO RODRIGUES	7,26%
48000.003484/97-62	ANGICO	0,02%
48000.003780/97-45	ARATUM	0,29%
48610.003482/97-37	ASA BRANCA	0,05%
48000.003785/97-69	BAIXA DO ALGODÃO	0,38%
48000.003914/97-18	BAIXA DO JUAZEIRO	0,00%
48000.003786/97-21	BARRINHA	0,02%
48000.003901/2000	BARRINHA LESTE	0,00%
48610.003901/2000	BARRINHA SUDOESTE	0,01%
48610.000641/98-62	BENFICA	0,80%
48610.003909/97-70	BIQUARA	0,00%
48000.003787/97-94	BOA ESPERANÇA	0,45%
48000.003788/97-57	BOA VISTA	0,74%
48000.003789/97-10	BREJINHO	1,53%
48000.003791/97-61	CACHOEIRINHA	0,39%
48000.003792/97-24	CANTO DO AMARO	25,83%
48000.003906/97-81	CIOBA	1,07%
48000.003793/97-97	ESTREITO	16,79%
48000.003796/97-85	FAZENDA CANAAN	0,04%
48000.003797/97-48	FAZENDA CURRAL	0,12%
48000.003915/97-72	FAZENDA JUNCO	0,01%
48000.003798/97-19	FAZENDA MALAQUIAS	0,70%
48000.003799/97-73	FAZENDA POCINHO	6,85%
48000.003481/97-74	GUAJÁ	0,00%
48000.003800/97-51	GUAMARÉ	1,58%
48000.003908/97-15	GUAIUBA	0,00%
48610.009155/2005-72	GUAMARÉ SUDESTE	0,00%
48610.008001/2004	IRAÚNA	0,02%
48610.009225/2002	JAÇANÃ	0,17%
48000.003802/97-86	JANDUÍ	0,00%
48000.003803/97-49	JUAZEIRO	0,02%
48000.003804/97-10	LAGOA AROEIRA	0,31%
48610.000637/98-95	LESTE DE POÇO XAVIER	0,65%
48000.003805/97-74	LIVRAMENTO	1,04%
48000.003807/97-08	LORENA	1,04%
48000.003808/97-62	MACAU	0,05%
48610.001502/2009-42	MAÇARICO	0,02%
48000.003809/97-25	MONTE ALEGRE	1,66%
48000.003810/97-12	MORRINHO	0,11%
48000.003811/97-77	MOSSORÓ	1,23%
48000.003812/97-30	NOROESTE DO MORRO ROSADO	0,00%
48000.003910/97-59	OESTE DE UBARANA	0,37%
48000.003813/97-01	PAJEÚ	0,64%
48610.009227/2002A	PARDAL	0,01%
48610.009226/2002	PATATIVA	0,96%
48610.001503/2009-97	PATURI	0,66%
48610.000638/98-58	PEDRA SENTADA	0,02%
48610.003901/2000	PINTASSILGO	0,57%
48000.003814/97-65	POÇO VERDE	0,09%
48000.003815/97-28	POÇO XAVIER	0,06%
48000.003816/97-91	PONTA DO MEL	0,58%
48000.003817/97-53	PORTO CARÃO	0,57%
48000.003818/97-16	REDONDA	0,61%
48000.003819/97-89	REDONDA PROFUNDO	0,81%
48000.003821/97-21	RIACHO DA FORQUILHA	3,38%
48000.003824/97-19	RIO MOSSORÓ	0,05%
48000.003916/97-35	SABIÁ	0,09%
48000.003825/97-81	SALINA CRISTAL	5,68%
48000.003481/97-74	SALEMA BRANCA	0,00%
48610.007998/2004	SANHAÇU	0,35%
48000.003781/97-16	SERRA	6,74%
48000.003828/97-70	SERRA DO MEL	0,00%
48000.003829/97-32	SERRA VERMELHA	0,00%
48000.003830/97-11	SERRARIA	0,44%
48610.009225/2002	SIBITE	0,06%
48000.003479/97-22	SIRI	0,00%
48610.009225/2002	TIZIU	0,00%
48000.003832/97-47	TRÊS MARIAS	0,13%
48000.008001/2004	TRINCA FERRO	0,07%
48000.003782/97-71	UBARANA	5,22%
48000.003833/97-18	UPANEMA	0,18%
48610.000640/98-08	VARGINHA	0,06%
TOTAL		100,00%

59 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RIACHO TAPUIO

Grau API: 37,50		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
14,00%	55,70%	30,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	ARRIBAÇÃ	100,00%
TOTAL		100,00%

60 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ROLINHA

Grau API: 22,5		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,00%	11,50%	62,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	ROLINHA	100,00%
TOTAL		100,00%

61 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RONCADOR

Grau API: 22,8		
Teor de Enxofre: 0,59%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,50%	14,88%	58,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003901/97-68	RONCADOR	100,00%
TOTAL		100,00%

62 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SABIÁ BICO DE OSSO

Grau API: 25,5		
Teor de Enxofre: 0,049%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
18,80%	16,90%	64,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009128/2005-16	SABIÁ BICO DE OSSO	100,00%
TOTAL		100,00%

63 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SABIÁ DA MATA

Grau API: 27,3		
Teor de Enxofre: 0,046%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
20,70%	30,40%	48,90%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009128/2005-16	SABIÁ DA MATA	100,00%
TOTAL		100,00%

64 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SALEMA

Grau API: 28,7		
Teor de Enxofre: 0,456%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
33,27%	29,79%	36,94%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003710/97-60	SALEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

65 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SAPINHOÁ

Grau API: 30,01		
Teor de Enxofre: 0,376%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,10%	27,91%	37,99%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003884/2000	SAPINHOÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

66 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO MAR

Grau API: 32,20		
Teor de Enxofre: 0,200%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
39,38%	29,12%	31,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003845/97-99	ATALAIA SUL	0,00%
48000.003836/97-06	CAIOBA	11,00%
48000.003837/97-61	CAMORIM	89,00%
48000.003838/97-23	DOURADO	0,00%
48000.003839/97-96	GUARICEMA	0,00%
48000.003834/97-72	TATUÍ	0,00%
TOTAL		100,00%

67 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO TERRA

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,42%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,94%	14,36%	58,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003842/97-09	AGUILHADA	0,20%
48000.003843/97-63	ANGELIM	0,00%
48000.003844/97-26	ARUARI	0,00%
48000.003846/97-51	BREJO GRANDE	0,20%
48000.003847/97-14	CARMÓPOLIS	64,40%
48000.003848/97-87	CASTANHAL	3,20%
48000.003855/97-42	ILHA PEQUENA	0,10%
48000.003857/97-78	MATO GROSSO	3,30%
48000.003860/97-82	RIACHUELO	11,50%
48000.003862/97-16	SIRIRIZINHO	17,10%
TOTAL		100,00%

68 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TABULEIRO

Grau API: 26,20		
Teor de Enxofre: 0,40%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
27,80%	13,40%	58,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003864/97-33	TABULEIRO DOS MARTINS	88,58%
48000.003919/97-23	CIDADE DE SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
48000.003863/97-71	SUL DE CORURIPE	8,66%
48000.003851/97-91	COQUEIRO SECO	1,12%
48000.003852/97-54	FAZENDA PAU BRASIL	1,30%
48000.003921/97-75	LAGOA PACAS	0,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48000.003856/97-13	JEQUIÁ	0,34%
48000.003920/97-11	FAZENDA GUINDASTE	0,00%
48000.003922/97-38	SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
TOTAL		100,00%

69 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TAMBAÚ-URUGUÁ

Grau API: 32,6		
Teor de Enxofre: 0,128%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,18%	35,72%	30,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003577/97-41	TAMBAÚ	0,57%
48000.003577/97-41	URUGUÁ	99,43%
TOTAL		100,00%

70 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TARTARUGA

Grau API: 40,9		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
30,40%	53,40%	16,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003835/97-35	TARTARUGA	100,00%
TOTAL		100,00%

71 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TARTARUGA VERDE

Grau API: 26,9		
Teor de Enxofre: 0,61%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
33,21%	14,09%	52,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009156/2005-17	TARTARUGA VERDE	100,00%
TOTAL		100,00%

72 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TICO-TICO

Grau API: 32,9		
Teor de Enxofre: 0,08%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
19,60%	32,70%	47,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008013/2004	TICO-TICO	100,00%
TOTAL		100,00%

73 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TIÊ

Grau API: 37,6		
Teor de Enxofre: 0,036%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
24,90%	49,29%	25,81%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001427/2008-39A	TIÊ	100,00%
TOTAL		100,00%

74 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TIGRE

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,33%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,20%	34,22%	30,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009279/2005-58	TIGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

75 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TROVOADA

Grau API: 33,20		
Teor de Enxofre: 0,079%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
24,70%	31,30%	44,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001293/2008-56	TROVOADA	100,00%
TOTAL		100,00%

76 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TUBARÃO AZUL

Grau API: 19,8		
Teor de Enxofre: 1,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
26,81%	15,61%	57,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001369/2008-43	TUBARÃO AZUL	100,00%
TOTAL		100,00%

77 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TUBARÃO MARTELO

Grau API: 21,20		
Teor de Enxofre: 0,998%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
24,30%	13,40%	62,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001367/2008-54	TUBARÃO MARTELO	100,00%
TOTAL		100,00%

78 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : UIRAPURU

Grau API: 37,4		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
22,50%	49,10%	28,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	UIRAPURU	100,00%
TOTAL		100,00%

79 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : URUCU

Grau API: 47,4		
Teor de Enxofre: 0,0515%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
51,40%	35,43%	13,17%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003455/97-64	ARARCANGA	3,29%
48610.009146/2005-81	ARARA AZUL	3,91%
48000.003868/97-94	CARAPANAUBA	0,17%
48000.003869/97-57	CUPIUBA	0,28%
48000.003627/97-18	LESTE DO URUCU	51,74%
48000.003628/97-81	RIO URUCU	36,33%
48000.003873/97-24	SUDOESTE URUCU	4,28%
TOTAL		100,00%

80 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÓLEO DE XISTO - UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL

Grau API: 15,30		
Teor de Enxofre: 1,20%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
19,22%	22,13%	58,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
Autorização ANP 102/2000	UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO N° 145, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP n.º 314, de 27 de Dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.002523/2017-95, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa CCI Combustíveis do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 26.804.370/0001-75, situada na Rua José Margarido, 23 - Santana - São Paulo - SP -CEP 02.021-020, autorizada a exercer a atividade de importação de Gasolinas Automotivas.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO N° 146, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP 313, de 28 de dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.003330/2017-51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa CCI Combustíveis do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 26.804.370/0001-75, situada na Rua José Margarido, 23 - Santana - CEP 02.021-020 - São Paulo - SP, autorizada a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 147, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.010384/2011-88, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a YPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 11.775.945/0001-00, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, autorizada a operar a ampliação das instalações (tanque 3) localizadas na Av. Quarto Anel Viário, s/nº, km 12,5 - Parque Novo Mondubim - Pajuçara Maracanaú - CE - CEP 61.915-300.

As instalações são constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir, perfazendo a capacidade total de armazenamento de 2.205,50 m³, incluindo a ampliação (tanque 3).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	VOLUME (m³)	CLASSE
1	11,39	10,78	1.105,62	I, II ou III
3	11,41	10,74	1.099,88	I, II ou III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A YPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 11.775.945/0001-00, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO N° 148, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta no processo n.º 48610.004001/2017-28, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 01.466.091/0023-23, da empresa Ciapetro Distribuidora De Combustíveis Ltda situada na Rua Araticum, n° 50, Sala 05, Santo Antônio - Betim/MG - CEP: 32684-146, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 12 de abril de 2017

Nº 372 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE	CESSIONÁRIA	PRAZO	VOLUME DE ESPAÇO CEDIDO (m³)	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	Betim	MG	Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda 01.349.764/0019-89	Ciapetro Distribuidora de Combustíveis Ltda 01.466.091/0023-23 (em substituição à 01.466.091/0008-94)	15/07/2019	Gasolina A:60 Diesel AS500:100 Diesel AS10:100 EAC:45 EHC:60 B100:45	48610.000216/2017-70
2	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	RM Petróleo S.A. 04.414.127/0001-08	02/03/2019	Gasolina A:140 Diesel AS500:30 Diesel AS10:45 EAC:45 EHC:45 B100:45	48610.016146/2011-86
3	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	Zema Cia de Petróleo 00.647.154/0012-22	02/04/2019	Gasolina A:30 Diesel AS500:20 Diesel AS10:45 EAC:45 EHC:45 B100:45	48610.007201/2015-71
4	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	Small Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda 02.044.526/0001-07	02/03/2019	Gasolina A:100 Diesel AS500:70	48610.014038/2011-79
5	Senador Canedo	GO	Petrosul Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda 00.175.884/0010-06	Distribuidora de Combustíveis Masut Ltda 02.368.373/0002-26	20/02/2019	Gasolina A:10 Diesel AS500:5 Diesel AS10:5 EAC:5 EHC:20 B100:2	48610.002523/2011-08
6	Belém	PA	Petrobras Distribuidora S.A. 34.274.233/0255-12	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. 33.337.122/0042-03	90 dias a partir da homologação	Gasolina A: 450 EAC: 50	48610.002124/2014-81
7	Ourinhos	SP	Raízen Combustíveis S.A. 33.453.598/0046-25	Potencial Petróleo Ltda 80.795.727/0008-18	60 dias a partir da homologação	EAC: 100	48610.004000/2017-83

Nº 373 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna públicos os distratos dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE	CESSIONÁRIA	PRAZO	VOLUME DE ESPAÇO CEDIDO (m³)	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	Ciapetro Distribuidora de Combustíveis Ltda 01.466.091/0006-22	-	-	48610.015459/2011-17
2	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	Distribuidora Tabocão Ltda 02.284.585/0002-25	-	-	48610.007191/2015-73
3	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	Ruff CJ Distribuidora de Petróleo Ltda 00.756.149/0006-00	-	-	48610.008466/2015-96
4	Guarulhos	SP	Carbopetro Distribuidora de Petróleo Ltda 04.201.170/0001-95	Zema Cia de Petróleo 00.647.154/0008-46	-	-	48610.007201/2015-71

Nº 374 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência nas infrações previstas nos incisos XI e XV do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº MA0060080 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO AMERICANO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 23.706.245/0006-49, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.000344/2016-22.

Nº 375 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, Art. 30, Parágrafo único, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao POSTO MINAS LTDA., CNPJ nº 18.951.517/0001-21.

MARIA INES SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Mensagem da Administração

O ano de 2016 para a Eletrobras pode ser resumido em uma só expressão, ele foi um *turning point*, ou uma reviravolta, para a história da companhia, que completa 55 anos em 2017. Ao começar 2016, a Eletrobras estava diante do enorme desafio de protocolar junto à *Securities and Exchange Comission* os formulários 20-F de 2014 e de 2015, sob pena de ter suas ações deslistadas da Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse). Foi necessária uma intensa mobilização dos nossos colaboradores, consultores contratados e do escritório Hogan Lovells, que conduziu uma investigação independente para apurar denúncias de irregularidades em obras e empreendimentos que a Eletrobras possui participação acionária, como reflexo da Operação Lava-Jato.

Em 11 de outubro, o trabalho logrou êxito, com o arquivamento dos documentos, que tratavam em seu conteúdo dos reflexos da conclusão da investigação independente nos empreendimentos que a Eletrobras possui participação. Como consequência desse processo de investigação iniciado em 2014, foi criada em 2016, a Diretoria de Conformidade, com o objetivo explicito de reforçar nossos controles internos, nossos canais de denúncia e a cultura da ética, da integridade e da transparência na companhia.

Dando desdobramento a nosso planejamento estratégico 2015-2030, lançamos em novembro o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021, intitulado "Desafio 21 – Excelência Sustentável". Esse plano já foi concebido sob a égide do novo Conselho de Administração, que tomou posse na 165ª AGE e quando foi confirmado meu nome para a presidência da Companhia, liderado por José Luiz Alqueres, com a participação do professor Vicente Falconi, de Elena Landau, de Esteves Colnago Junior, de Ana Paula Vitali Janes Vescovi, de Mozart de Siqueira Campos Araújo e de Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, como representante dos empregados. Integrou também o Conselho de Administração, em 2016, o Sr. José Paes Rangel, outro representante dos acionistas minoritários, eleito na 56ª AGO. Para garantir efetividade à governança estratégica da Holding, eu, como presidente da Eletrobras, fui também eleito presidente dos conselhos das principais subsidiárias de geração e transmissão (Chesf, Eletronorte, Furnas e Eletrosul).

No "Desafio 21" estão previstas três estratégias e 18 iniciativas para tornar a Companhia mais eficiente e sustentável por meio de uma governança mais efetiva e transparente. Já foram implantadas medidas para tornar mais enxuta a estrutura organizacional da *Holding* destacando-se a extinção de um nível hierárquico e a redução de 53,9% no número cargos comissionados, como gerentes, assistentes e assessores. Em 2017, as mesmas diretrizes serão aplicadas nas subsidiárias e serão ainda implementados, entre outras ações, planos de desligamento de empregados com perspectiva de redução no quadro de pessoal de cerca de cinco mil pessoas.

Decidimos, ainda, que a Eletrobras manterá seu foco nas atividades de geração e transmissão, preparando a privatização das distribuidoras do grupo até 31 de dezembro de 2017. A primeira delas, a Celg–D, teve a venda realizada em leilão da BM&FBovespa em novembro, com ágio de 28%. As seis restantes tiveram a transferência de seus controles acionários aprovados na 165ª AGE, realizada em 24 de junho de 2016, e estão incluídas no programa de privatização do governo federal denominado "Crescer". E continuaremos temporariamente prestando o serviço ao consumidor até a privatização, envidando todos os esforços para a redução de custos operacionais e incremento da base de ativo regulatório.

Adicionalmente, a Eletrobras estabelecerá um programa de desinvestimento em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), de forma a atingir relação Divida Líquida/Ebitda gerencial de menos de quatro vezes até o fim de 2017.

Uma importante conquista no ano foi o reconhecimento contábil no balanço da Eletrobras das indenizações referentes à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), tendo um efeito líquido de R$ 18.876,3 milhões para o lucro do exercício de 2016. Agora o foco da Eletrobras está no recebimento de uma remuneração mais adequada de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão cujas concessões foram renovadas – em especial, no reconhecimento das melhorias realizadas no sistema para garantir energia firme e intermitente.

O ano de 2016 marcou também a entrada em operação comercial da usina de Belo Monte, em 1.988,70 MW, e da usina hidrelétrica de Jirau, com capacidade instalada de 3.750 MW. A usina representa uma nova fronteira tecnológica na Amazônia, com a utilização de turbinas do tipo bulbo, que aproveitam as caracteristicas dos rios da região, de grande vazão e baixas quedas. Em 2016, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 46.856 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 150.338 MW instalados no Brasil, considerando seus investimentos corporativos e a sua participação proporcional em sociedade de propósito específico.

A malha de linhas de transmissão da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2016, atingiu um total aproximado de 70.201 km, representando cerca de 47% do total de linhas de transmissão da rede básica do Brasil.

No total de investimentos, a Eletrobras realizou R$ 8,7 bilhões, sendo R$ 4,2 bilhões em investimentos corporativos e R$ 4,4 bilhões através de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Em 2016, a Eletrobras, por meio de investimentos corporativos ou através de SPEs, investiu em geração R$ 4,74 bilhões, 76,1% dos R$ 6,2 bilhões aprovados para o orçamento de 2016. Em transmissão, foram R$ 2,56 bilhões, 78,1% dos R$ 3,2 bilhões aprovados para o orçamento de 2016. Nas distribuidoras da Eletrobras foram investidos R$ 1,1 bilhão em 2016, valor que representa 74,4% do planejado para o período. Além disso, foram investidos R$ 266 milhões em pesquisa, infraestrutura e qualidade ambiental.

No campo das parcerias, podemos destacar a assinatura, em novembro, na Bolívia, de um convênio entre a Eletrobras, a empresa estatal de energia boliviana, Ende, e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), visando iniciar os estudos necessários para o possível desenvolvimento do projeto de uma hidrelétrica binacional no rio Madeira.

Em 2016, a Eletrobras deu continuidade aos projetos com a comunidade Kayapó do médio Xingu, sul do Pará, que objetivam a construção de relacionamento qualificado e transparente, sempre respeitando o modo de vida tradicional dessas comunidades, além de fomentar atividade econômica sustentável e o fortalecimento das entidades que os representam.

Reconhecendo a importância do voluntariado, a empresa apoiou as ações e campanhas desenvolvidas em 2016 pelo Programa Eletrobras de Voluntariado. As ações realizadas em parceria com instituições que atendem grupos em vulnerabilidade social geraram benefícios para o público atendido e contribuíram para o fortalecimento da cultura organizacional e para a maior proximidade da empresa com a comunidade em que atua.

Os avanços foram reconhecidos pelo mercado. As ações ordinárias da Eletrobras valorizaram 296%. Já as preferenciais valorizaram 148%. A Eletrobras lançou ainda seu novo Ombusdman de RI, visando aprimorar seu canal de atendimento aos investidores. Além disso, a Companhia recebeu da revista "Época Negócios", em outubro, o prêmio MarCo, concedido às empresas de maior prestigio no Brasil, em *ranking* realizado pela consultoria Troiano Branding, no qual ocupa a primeira posição no setor de energia. Por fim, pelo décimo ano consecutivo, a Eletrobras integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE), refletindo o compromisso da empresa e de seus profissionais com a melhoria contínua de seus processos e de resultados para a sociedade brasileira.

A Eletrobras vai completar 55 anos em junho de 2017. Se o Brasil conseguiu sair de uma capacidade instalada de 1,9 GW no início da década de 50 para mais de 150 GW de energia em 2016, com um sistema interligado em todas as regiões do território nacional, muito se deve ao empenho e capacidade técnica da Companhia. Mas isso não seria possível sem o trabalho de todos os nossos colaboradores, a quem a Eletrobras e o Brasil têm muito a agradecer. Também não seria possível chegar até aqui sem uma relação cordial, dialógica e construtiva com todos os nossos públicos de interesse, como comunidades impactadas, acionistas, fornecedores, entre outros. Devemos a cada um desses públicos, e às relações sólidas que temos estabelecido com eles, os 55 anos de existência de nossa empresa. E contamos com todos eles para a reinvenção, dia a dia, do nosso futuro.

Wilson Ferreira Junior

Presidente da Eletrobras

2. Perfil Corporativo

Em 2016, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobras" ou "Companhia") celebrou 54 anos de atuação no Brasil nos setores de geração, transmissão e distribuição, assim como na realização de pesquisas e serviços voltados para a eficiência energética e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. Embora, esteja modificando seu perfil negocial, até 2016, a Eletrobras foi a responsável pela gestão dos fundos governamentais setoriais denominados Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), bem como pela administração de programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor elétrico, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos") e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa").

Com a missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, a Eletrobras quer, em 2030, estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Em sua identidade empresarial, a Eletrobras tem como valores o foco em resultado, ética e transparência, empreendedorismo e inovação, sustentabilidade e valorização e comprometimento das pessoas, estando a Companhia presente nos principais projetos estruturantes do pais, o que demonstra a sua importância para construção do Sistema Interligado Nacional, exercendo assim os objetivos previstos na Lei 3.890-A, de 25 de abril de 1961 que autorizou a criação da Eletrobras.

Em novembro de 2016, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o novo Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021 ("PDNG 2017-2021") onde foram previstas 3 macro estratégias desmembradas em 18 iniciativas com foco na Sustentabilidade Empresarial através da excelência operacional, disciplina financeira e governança e *compliance*.

No âmbito dessa nova diretriz estratégica, a Eletrobras se voltará exclusivamente para os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, devendo privatizar suas subsidiárias de distribuição até dezembro de 2017, assim como transferir para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a partir de 1 de maio de 2017, a gestão e administração dos fundos setoriais RGR, CDE e CCC.

Indo ao encontro de sua identidade estratégica, a Eletrobras, em 31 de dezembro de 2016, atingiu a capacidade instalada de 46.856 MW, o que representa 31% dos 150.338 MW instalados no Brasil. Do total da capacidade instalada da companhia, 69% é decorrente de empreendimentos corporativos do sistema Eletrobras, 14% equivalente a sua participação proporcional em projetos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico ("SPE") e 17% por meio de empreendimentos que detém propriedade compartilhada, incluindo aqui a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total de capacidade instalada da Companhia.

Cerca de 94% da capacidade instalada da Companhia é oriunda de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), como solar, nuclear, eólica e hidráulica, o que faz da Eletrobras uma das maiores do mundo em geração de energia limpa e renovável e a maior responsável pela matriz elétrica brasileira ser a segunda mais limpa e renovável do mundo, perseguindo, assim, a missão e visão de seu Planejamento Estratégico. Dada a sua participação na matriz elétrica do país, em 2016, do total instalado oriundo de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), 39% pertence à Eletrobras.

Em Transmissão, a Eletrobras atingiu, em 31 de dezembro de 2016, a malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras num total aproximado de 70.201 km, sendo que 63.572 km são decorrentes de linhas corporativas do Sistema Eletrobras, 6.629 km são correspondentes à proporção da participação da Eletrobras em empreendimentos realizados por meio de SPEs. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Companhia é responsável por 63.387 Km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 47% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões. A Eletrobras é responsável ainda por 49 subestações com capacidade de transformação de 40.673 MVA, além de mais 228 subestações renovadas nos termos da Lei 12.783/2013 com 178.248 MVA de capacidade de transformação e ainda 17.020 MVA via SPEs, totalizando 235.942 MVA total.

No que tange ao segmento de distribuição, desde agosto de 2016, as subsidiárias de distribuição da Eletrobras são responsáveis pela prestação temporária de serviços de distribuição de energia elétrica nos estados do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e cidade de Boa Vista (RR), uma vez que pretende privatizá-las até dezembro de 2017. Estas distribuidoras atenderam, em 31 de dezembro de 2016, 4.265.080 milhões de consumidores, 263.133 Km de rede de distribuição e 463 municípios.

No exterior, a empresa estuda prioritariamente projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano.

Nossos Compromissos Voluntários

Em 2016, reafirmamos nosso compromisso com os Direitos Humanos fazendo parte de outras iniciativas relacionadas com o tema, como o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania – SPM/MJC e os Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global.

A Eletrobras busca incorporar o desafio da promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, através de ações práticas nas suas atividades internas, tais como treinamentos que visam o esclarecimento de conceitos relacionados ao tema, promoção da equidade de gênero e raça nas campanhas publicitárias organizacionais e a criação do "Canal de Gênero", instrumento que viabiliza denúncias e reclamações a respeito de questões de gênero. Este é um compromisso também expresso no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras e na Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras.

Visando contribuir para a solução de questões globais, a Eletrobras integra a GSEP – *Global Sustainable Electricity Partnership* – fórum onde as maiores empresas mundiais de energia discutem as questões do setor elétrico global e contribuem com suas experiências para um desenvolvimento mais sustentável em todo o mundo. Em 2016, sob a presidência da *State Grid Corporation of China*, a Eletrobras coordenou o grupo de trabalho dedicado à elaboração de reporte final sobre as conclusões e constatações do tema "Roteiro para o Futuro da Energia – Passando dos Sistemas de Energia de hoje para uma Interconexão Global de Energia". Atuou também na coordenação do projeto de Biogás no Uruguai assim como na coordenação de grupo de trabalho da GSEP para consultoria ao Banco Mundial com o objetivo de elaboração de normas para orientar tecnicamente a implantação de projetos de energia renovável em países em desenvolvimento.

Além dos compromissos voluntários citados acima, a Eletrobras, como ente integrante da Administração Pública Indireta endossa a adesão do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") – aprovados, em 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Demanda resultante da Rio+20, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ("ODM"). A Eletrobras se compromete a observar os 17 objetivos para desenvolvimento sustentável estabelecidos no documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Além de serem referências importantes na Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras, em 2016, a Eletrobras incorporou os ODS em suas atividades de Responsabilidade Social, figurando, por exemplo, como critérios a serem atendidos na seleção de projetos sociais apoiados pela empresa.

2.1. Planejamento Estratégico

Missão

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão de Futuro

Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

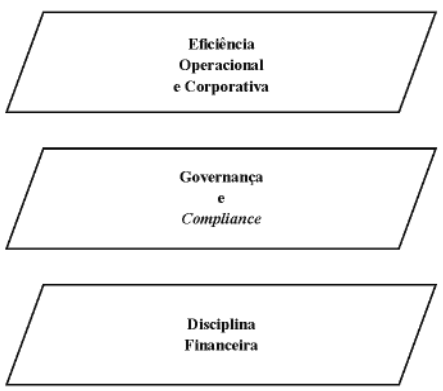
Valores

Ética e Transparência
Foco em Resultados
Empreendorismo e Inovação
Valorização e Comprometimentos das Pessoas
Sustentabilidade

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, em 09 de novembro de 2016, o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para o quinquênio 2017-2021 e concluiu também em 2016 o processo de elaboração e aprovação dos Planos de Negócios e Gestão (PNG) de cada uma das subsidiárias da Eletrobras.

O PDNG 2017-2021, que tem por base o Plano Estratégico da Eletrobras 2015-2030, contempla metas e projetos para o alcance dos objetivos estratégicos, mantendo o alinhamento com a Identidade Empresarial da Eletrobras – Missão, Visão e Valores – apresentados. O foco é no endereçamento e na solução dos principais desafios enfrentados pelo conjunto de suas empresas e considera o conjunto de três elementos estratégicos (pilares) mostrados na figura a seguir com suas respectivas metas que foram objeto do Fato Relevante divulgado ao mercado em 17 de novembro de 2016.

A operacionalização deste PDNG se materializa através de 18 iniciativas associadas a 3 pilares:



continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

1ª Meta: Eliminar fraquezas materiais

Aumentar a credibilidade diante das *partes interessadas*

Indicador:
Múltiplo de Mercado > 7,13 *

1. Alinhamento do Estatuto Social e Alçadas de Aprovação;
2. Implementação de 5 Dimensões de Compliance;
3. Eliminação de fraquezas materiais;
4. Implementação de uma abordagem para listagem em índices de obtenção de Selos de GC.

Governança e *Compliance*

Excelência Operacional

Disciplina Financeira

Ações já implementadas:

- Arquivamento do 20-F 2014 e 2015,
- Alinhamento estratégico entre *holding* e controladas;
- Qualificação da Governança dos Conselheiros de Administração;
- Proposta de Reforma do Estatuto Social da Eletrobras, enviado ao SEST para atender a "Lei de Responsabilidade das Estatais";
- Treinamento de ética e integridade para empregados;
- Criação de estrutura de *compliance* em todas as empresas Eletrobras;
- Identificação dos fornecedores críticos para *due diligence* de integridade;
- Publicação de novo código ética das empresas Eletrobras;
- Edital para contratar canal de denúncia independente;
- Estudos em andamento para Regulamento Interno de contratações;
- Lançamento do processo de *due diligence* de fornecedores;
- A Eletrobras integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo ("ISE") pelo décimo ano consecutivo.

2ª Meta: Reduzir Alavancagem

DÍVIDA LÍQUIDA < 4,0
EBTIDA ajustado

1. Redução dos investimentos;
2. Privatização das Empresas de Distribuição;
3. Venda de imóveis administrativos;
4. Venda de Participações em SPEs;
5. Otimização tributária; e
6. Reestruturação societária visando aproveitamento de crédito fiscal

Disciplina Financeira

Governança e *Compliance*

Excelência Operacional

Ações já implementadas:

- Redução de Investimentos em 29% para o período 2017-2021;
- Privatização da Celg-D com ágio de 28%;
- Distribuidoras da Eletrobras foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimento ("PPI") do Governo Federal para serem privatizadas até dezembro de 2017;
- Avaliação do modelo de desinvestimentos de SPEs iniciada; e
- Dívida liquida da Eletrobras em função do Ebitda em 12/2016: 6,7 (8,7 no 3T16).

3ª Meta: Eficiência Operacional

PMSO / PMSO Regulatório < 1,0

1. Reestruturação Organizacional;
2. Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE);
3. Implementação de PRO–ERP;
4. Centro de Serviços Compartilhados;
5. Redução de custos administrativos;
6. Redução de horas extras, Periculosidade e de *Standby*;
7. Estratégia Reguladora para G e T; e
8. Comercialização Integrada de Energia.

Excelência Operacional

Governança e *Compliance*

Disciplina Financeira

Ações já implementadas:

- Reestruturação organizacional na Holding em dezembro de 2016: redução de 228 posições gerenciais para 99. Na Holding houve redução de 48% de custos de seguranças, 5,2% de custos de aluguéis e condomínios e redução de 44,38% de custos de frota de automóveis, representando cerca de R$ 7,8 milhões de economia por ano a partir de fevereiro de 2017 na Holding;
- Reestruturação em andamento nas demais empresas Eletrobras de Geração e Transmissão: Aprovação da Reestruturação da Chesf em 31/01/2017 com início de implantação a partir de 01 março de 2017 com redução de 58% posições gerenciais, redução de 47% secretárias e redução de 47% das unidades organizacionais; e Reestruturação da Eletronuclear será aprovada em 2017;
- Criação de um Comitê de Comercialização de Energia no âmbito da Holding com a participação de representantes de todas as Controladas visando a otimização da operação de comercialização de energia tendo sido realizadas 6 reuniões desde dezembro de 2016.

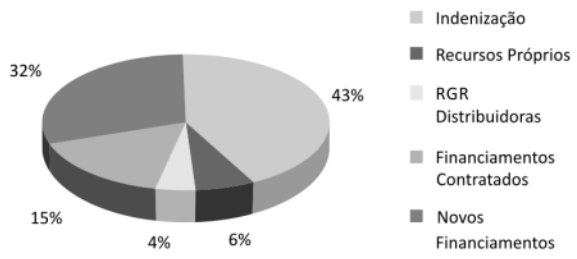
Investimentos

Detalhamento (R$ mil)	2017	2018	2019	2020	2021	2017 – 2021
Investimento Corporativo	**6.515.616**	**5.298.442**	**5.509.546**	**6.527.468**	**4.942.158**	**28.793.228**
a - Contratado	4.847.113	4.508.193	4.708.257	5.801.401	4.634.380	24.499.345
Geração	2.240.625,0	3.140.901,0	3.806.636,0	4.972.190,0	3.808.601,0	17.968.953,0
Transmissão	1.704.512,0	1.185.160,0	741.423,00	663.867,00	679.632,00	4.974.594,00
Infraestrutura	246.551,0	182.132,00	160.197,00	165.344,00	146.148,00	900.372,00
Distribuição	655.426,0	–	–	–	–	655.426,00
b - Novos	1.668.502	790.248	801.289	726.067	307.778	4.293.884
Geração	24.063,00	48.513,00	50.842,00	53.130,00	55.521,00	232.069,00
Transmissão	14.103,00	661.339,00	667.343,00	585.206,00	161.094,00	2.089.085,00
Infraestrutura	74.159,00	80.396,00	83.104,00	87.731,00	91.163,00	416.553,00
Distribuição	1.556.177,0	–	–	–	–	1.556.177,00
Investimento em SPEs	**2.438.049**	**977.638**	**1.567.437**	**1.150.562**	**839.864**	**6.973.550**
a - Contratado	2.438.049	977.638	649.907	511.812	534.910	5.112.316
Geração	1.701.078,0	709.850,00	565.576,00	511.812,00	534.910,00	4.023.225,00
Transmissão	736.971,0	267.788,00	84.331,00	–	–	1.089.091,00
b - Novos	–	–	917.530	638.750	304.954	1.861.233
Geração	–	–	604.395,00	309.150,00	304.954,00	1.218.499,00
Transmissão	–	–	313.134,00	329.600,00	–	642.734,00
Total de Investimentos	**8.953.665**	**6.276.080**	**7.076.982**	**7.678.031**	**5.782.022**	**35.766.778**

Para o período de 2017 a 2021 estão previstos, neste cenário, investimentos da ordem de R$ 35,8 bilhões, uma redução de 29% em relação ao quinquênio 2015–2019.

Observa-se que, deste total, cerca de R$ 20,5 bilhões (57,4%) estão previstos para a expansão do parque de usinas e linhas de transmissão novos e já contratados, e R$ 1,3 bilhão (3,8%) para a expansão na distribuição de energia. Para a modernização e manutenção dos ativos de geração, transmissão e distribuição serão investidos R$ 5,5 bilhões, dos quais 85% referem-se à geração e transmissão, e para infra-estrutura serão investidos R$ 1,3 bilhão e o investimento em SPEs será de cerca de R$ 6,9 bilhões.

Fonte de Recursos



Em 2016, o Sistema Eletrobras realizou um total de R$ 8,7 bilhões, o que corresponde a 75,9% do orçamento de investimento programado para o ano, em contraposição ao ano anterior, cujo percentual de realização foi de 73,5%, conforme detalhado a seguir. Desse total, destacamos a implantação da UHE Belo Monte corresponde a R$ 2,3 bilhões, o que equivale a 66,6% do total do investimento em parcerias, e também as Estação Conversora Xingu-Estreito e LT Xingu-Estreito – Belo Monte Transmissora de Energia S/A de R$ 0,3 bilhão, UHE Jirau de R$ 0,4 bilhão, UHE São Manuel de R$ 0,4 bilhão. Em relação ao investimento corporativo, destacam-se a Usina Termonuclear Angra III R$ 0,8 bilhão e a UTE Mauá 3 de R$ 0,2 bilhão.

Quando comparado com o ano de 2015, observa-se um decréscimo no investimento realizado de 16,1%, merecendo destaque a frustração dos investimentos de manutenção de Angra I e II e implantação de Angra III, que sofreram uma redução de 54% no total de valores investidos, o que representa aproximadamente 10% do total aprovado para o exercício.

A frustração do investimento da Eletronuclear é explicada em função da paralisação parcial da Implantação de Angra III. Onde parte dos contratos nacionais de bens e serviços encontra-se suspensa ou em aberto, em virtude de contenciosos com a empresa. Os contratos que se mantiveram ativos estão diretamente ou indiretamente relacionados à manutenção de atividades essenciais de preservação das obras civis, seguros de risco de engenharia e equipamentos estocados no canteiro de obras; faturas referentes a convênios de inserção regional e compensações socioambientais assinados com prefeituras da região; faturas referentes a despesas com licenciamento, bem como atendimento a condicionantes ambientais, que representam um investimento da ordem de R$ 127,0 milhões.

Adicionalmente, a Eletronuclear encontrou dificuldades financeiras para obtenção de aporte de recursos de financiamento, que também contribuíram para a paralisação parcial da obra. Visando a retomada do empreendimento, foram empregados R$ 5 milhões na contratação da consultoria Deloitte, cujo objeto foi a avaliação do orçamento e do modelo econômico da estrutura de financiamento de Angra III.

Natureza dos Investimentos (R$ milhões)	Orçado (**)	Realizado				
	2016	2016	2015	2014	2013	2012
Geração	1.780,81	1.092,34	2.162,98	2.182,88	2.630,91	1.770,95
Transmissão	1.811,83	1.204,92	1.855,35	2.111,04	2.281,84	1.638,74
Distribuição	1.207,60	861,15	791,2	577,46	741,17	837,22
Manutenção – Geração	373,98	201,16	330,97	393,75	427,4	511,56
Manutenção – Transmissão	453,49	315,62	405,51	477,95	472,21	401,18
Manutenção – Distribuição	318,54	274,78	212,19	151,35	204,38	218,78
Outros (*)	436,17	265,59	301,33	370,1	501,16	545,68
Total Corporativo	**6.382,41**	**4.215,55**	**6.059,52**	**6.264,54**	**7.259,06**	**5.924,11**
Inversões Financeiras em SPEs (*Equity*)						
Geração	4.074,58	3.450,52	3.181,30	3.703,65	3.219,39	2.109,14
Transmissão	1.019,25	1.044,92	1.152,99	1.437,14	745,32	994,56
Total SPEs	**5.093,83**	**4.495,44**	**4.334,29**	**5.140,79**	**3.964,71**	**3.103,70**
TOTAL GERAL	**11.476,24**	**8.710,99**	**10.393,81**	**11.405,33**	**11.223,77**	**9.027,81**

(*) Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental
(**) Programado para o ano pela Lei 13.255, de 14/01/2016 e reprogramado pelas Leis 13.380 e 13.386 de 20/12/2016.

continua

continuação

A seguir, encontra-se o detalhamento dos investimentos feitos em SPEs (Equity) segregados por subsidiária:

Empresas Eletrobras	Valor do Investimento em SPEs (R$ mil)			
	2016		2015	
	Geração	Transmissão	Geração	Transmissão
Eletrobras	600.000	0	245.249	0
Eletronorte	890.193	392.039	365.871	550.818
Chesf	875.106	735	1.122.226	232.665
Furnas	678.713	649.741	570.898	352.122
Eletrosul	406.503	2.400	877.059	17.382
Total	**3.450.516**	**1.044.915**	**3.181.302**	**1.152.987**

2.2. Estrutura Societária

Somos uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital aberto e controlada pela União Federal. Atuamos como uma empresa *Holding* que controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio das subsidiárias CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT. Além de principal acionista dessas empresas, a Eletrobras, em nome do governo brasileiro, detém metade do capital de Itaipu Binacional. A *Holding* também desenvolve projetos de P&D+I, realiza serviços tecnológicos e laboratoriais especializados por meio do Cepel e controla a Eletropar. Essa última tem como objetivo a busca constante pela eficiência operacional no desempenho de sua atividade e a manutenção de sua posição acionária nas empresas das quais participa. Além disso, atua na área de distribuição de energia por meio das empresas Amazonas Energia, Eletroacre, Boa Vista Energia, Ceron, Cepisa e Ceal. A Celg-D foi privatizada em 2016 deixando de ser controlada pela Eletrobras.

Ao longo de 2016, os principais eventos societários que impactaram os investimentos da Companhia e suas controladas estão detalhados a seguir:

1. A Eletrobras não participou do processo de aumento de capital da Energisa S.A. e da Energisa Mato Grosso-Distribuidora de Energia S.A, tendo sofrido redução da sua participação societária, passando a deter, respectivamente, 2,31% e 22,01% do capital social das referidas sociedades.

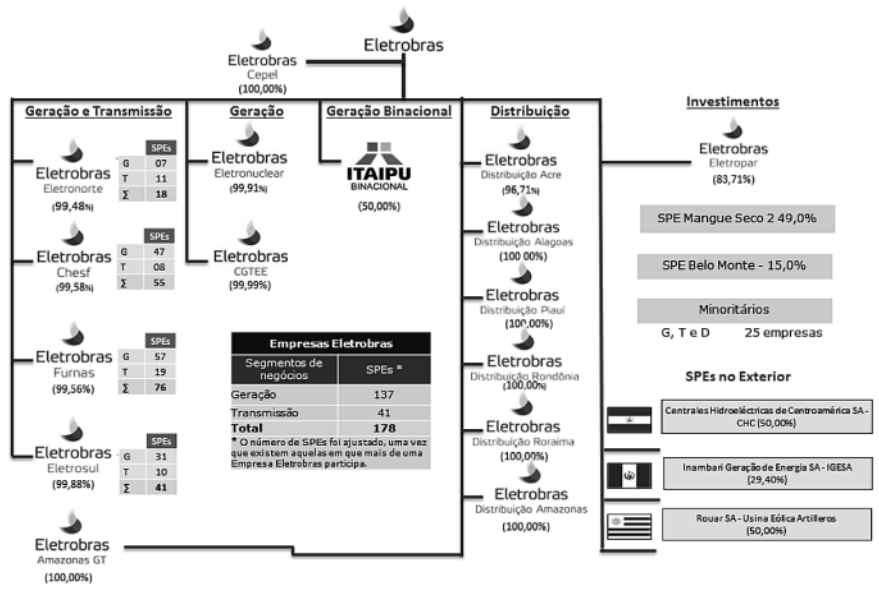
2. Em 30 de novembro de 2016, ocorreu o Leilão de Desestatização da Celg-D, através do qual a Enel Brasil S.A. sagrou-se vencedora, adquirindo a Celg-D, pelo valor total de R$ 2,19 bilhões, com ágio de 28% em relação ao preço mínimo aprovado pela 166ª AGE da Eletrobras. A Eletrobras recebeu, pela venda da totalidade de sua participação acionária, o montante aproximado de R$ 1,07 bilhão da Enel e na 1ª oferta cerca de R$ 0,5 milhões, dos empregados da Celg-D que decidiram exercer o direito de compra de participação acionária da Celg-D. Ainda resta ocorrer a 2ª. oferta aos empregados e a liquidação das sobras finais, devendo a Eletrobras receber ao final o montante de R$ 1,14 bilhão.

3. A Eletrobras subscreveu novas ações da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e da AES Tietê Energia S.A., tendo desembolsado, respectivamente, R$ 81,5 milhões e R$ 12,2 milhões com o objetivo de não diluir a sua participação acionária em relação ao capital social total dessas empresas, que é de 35.4% e 7,94% respectivamente no capital social das referidas sociedades.

4. A Eletrobras realizou aportes de capital na SPE Norte Energia, proporcional a sua participação acionária de 15%, que totalizaram R$ 600 milhões em 2016. As controladas Chesf e Eletronorte realizaram aportes na mesma SPE no montante total de R$ 1.399,2 milhões, referentes às suas participações.

5. Em 2016, a Eletrobras autorizou as Centrales Hidroeléctricas de CentroAmérica S.A. ("CHC") a vender a totalidade das suas ações das Centrales Hidroeléctricas de Nicarágua S.A. ("CHN"), pelo valor de US$ 44,2 milhões. A Eletrobras possui 50% de participação na sociedade e, mediante processo de recompra de ações, já recebeu o valor líquido de US$ 20,5 milhões. A CHC ainda está em processo de liquidação, portanto, ainda aparece no organograma societário da Eletrobras.

A Companhia ainda possui participação em 175 SPEs no Brasil, sendo 137 de geração e 41 de transmissão, em sua maioria com participação de até 49% do capital social, e mais 3 parcerias em SPEs no exterior, além de participações minoritárias em 25 empresas de energia elétrica, conforme figura abaixo.



3. PANORAMA ECONÔMICO-SETORIAL E REGULATÓRIO

3.1. Panorama Econômico-Setorial

Criada em 2014 para ser o que as autoridades do Ministério Público Federal ("MPF") chamam de "maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve", a Operação Lava Jato teve um protagonismo especial na política brasileira em 2016. Este ano marcou o maior número de operações realizadas desde o início das investigações em 2014. A instabilidade política culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, levando a consequências assoladoras na economia como obras paralisadas, corte de investimentos e demissões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), o PIB recuou em 2016 3,6% em relação a 2015, resultado de reduções, segundo a ótica da oferta, de desempenho fraco na agropecuária (6,6%), nos serviços (2,7%) e na indústria (3,8%). Desses três setores, só a agropecuária avançou no quarto trimestre, com alta de 1%; indústria e serviços caíram 0,7% e 0,8%, respectivamente. No âmbito da demanda, o consumo interno das famílias recuou 4,2% em relação ao ano de 2015, em grande parte o movimento foi influenciado pelo encarecimento do crédito e pela diminuição da renda. Já os investimentos sofreram uma queda em 2016 da ordem de 10,2%.

O processo de ajuste do mercado de trabalho intensificou-se nos meses recentes, quando houve aumento da taxa de desemprego e reduções de postos formais e dos rendimentos do trabalho. De acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego ("PME") do IBGE, que abrange seis regiões metropolitanas, a taxa média de desocupação situou-se em 11,5% em 2016, ante 8,5% em 2015. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a população desempregada no quarto trimestre de 2016 alcançou aproximadamente 12 milhões de pessoas, um aumento acréscimo da ordem de 3 milhões de indivíduos.

A inflação medida pela variação do IPCA alcançou 6,29% em 2016 (contra 10,67% em 2015), ficando pouco abaixo do limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") no âmbito do regime de metas para a inflação. A queda foi motivada pela redução primordialmente do consumo e também pela queda nos preços dos alimentos.

A balança comercial registrou superávit de US$47,7 bilhões em 2016, ante US$19,7 bilhões do ano anterior. Apesar do aparente bom resultado, tanto exportações quanto importações apresentaram movimentos de queda em 2016. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras caíram 3,18% na comparação com 2015, quando somaram US$ 191,13 bilhões. O superávit só foi possível porque as importações caíram ainda mais, 19,78%, de US$ 171,45 bilhões em 2015 para US$ 137,55 bilhões em 2016. A queda nas importações se deu, principalmente, pela crise econômica brasileira, que levou à redução da demanda por produtos e serviços produzidos no exterior. Além disso, o dólar, que se manteve em um valor relativamente alto ao longo de 2016, também contribuiu para essa queda.

No que tange ao cenário setorial, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE (Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, dezembro de 2016), o consumo total de energia no Brasil até dezembro de 2016 foi de 460.001 GWh, uma retração de 0,9% em relação ao mesmo período de 2015. Os principais responsáveis por essa queda foram temperaturas mais amenas e queda na atividade econômica.

Consumo de energia elétrica na rede (GWh)

Classe	2016	2015*	(%)
Brasil	**460.001**	**464.402**	**-0,9**
Residencial	132.893	131.024	**1,4**
Industrial	164.034	168.859	**-2,9**
Comercial	88.185	90.416	**-2,5**
Outros	74.889	74.103	**1,1**

* Dados de 2015 revisados pela EPE.
Fonte: Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica – COPAM/EPE.

A maior queda foi observada no setor industrial, 2,9% em relação ao acumulado até dezembro de 2016, em grade parte devido à desaceleração progressiva que a economia apresentou em 2016. O setor residencial, por sua vez, apresentou pequeno aumento de 1,4% em relação a 2015. Já os estabelecimentos de comércio e de serviços apresentaram uma queda de 2,5% em relação ao ano passado. O quadro econômico de baixa atividade e de incertezas no cenário de curto prazo pode ter influenciado de modo significativo a confiança e o poder de compra consumidor e, por conseguinte, o desempenho do consumo de eletricidade da classe comercial.
Apesar disso, em 2016, a UHE Itaipu bateu seu recorde anual de geração, com 103,098 TWh, estabelecendo também novo recorde mundial e passando a ser novamente a usina com maior produção anual já verificada no mundo.

As usinas nucleares de Angra dos Reis (Angra I e Angra II) também registraram valor recorde de geração em 2016, em ano com parada para reabastecimento de combustível, tendo gerado cerca de 15,9 TWh. Além disso, as duas plantas ultrapassaram seus recordes individuais de produção em anos com trocas de combustível.

3.2. Panorama Regulatório

A Eletrobras por atuar em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro, na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de ser gestora de fundos setoriais, sofre influências relevantes decorrentes de alterações no ambiente regulatório.

Primeiramente, é importante destacar que, em 2016, foi editada a Resolução Normativa nº 699/2016 que trouxe alterações no que respeita à celebração de contratos de compartilhamento envolvendo gastos administrativos entre geradoras, transmissoras, distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica, além de sociedades holdings que as controlem, o que antes era vedado. Tal regulamentação importa em importante passo para a Eletrobras que, no âmbito do seu planejamento estratégico, pretende criar centro de serviços compartilhado visando redução de seus custos.

Outra importante alteração no setor veio com a edição do Decreto nº 8.828/2016 que alterou o Decreto Nº 5.163, que regulamenta a Lei nº 10.848/2004, um marco relevante para a definição do atual modelo de comercialização de energia elétrica no Brasil. As mudanças do Decreto impactam as estratégias de compra e venda de energia, atingindo os segmentos de distribuição, geração e comercialização e influenciando nas dinâmicas dos mercados livre e regulado. Dentre as alterações realizadas, destacam-se o fim da exigência de contratação mínima para as distribuidoras nos leilões A-1, caso as declarações de necessidade dos distribuidores sejam inferiores ao montante de reposição, que é a energia dos contratos que vencem para o ano seguinte (ano A). Essa flexibilidade pode levá-las a contratar mais energia nova que o necessário nos próximos leilões, caso esta se mostre mais barata. Assim, amplia-se o risco de demanda para os geradores e a competição no setor, já que não há mais garantia de venda da energia existente no fim de cada ano. Observa-se que há duas UHEs de Furnas, Mascarenhas de Moraes e Serra da Mesa, que podem ser mais fortemente impactadas pela alteração, já que possuem mais de 50% da Garantia Física comprometida em contratos de energia existente vencendo em 31 de dezembro de 2019. Há também a UHE Tucuruí, da Eletronorte, que pode ser impactada em menor intensidade, considerando que possui apenas 6,77% da Garantia Física comprometida em contratos de energia existente vencendo na mesma data. Caso estes contratos sejam renegociados à média dos Leilões de Energia Nova, haveria uma queda de 38% da receita anual referente a estes contratos.

Em 2016, a audiência Pública nº 12/2016 trouxe discussão acerca do aprimoramento dos mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia por meio de acordos bilaterais. Como resultado da Audiência Pública, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 711/2016, permitindo a celebração de acordos bilaterais envolvendo: (i) a redução temporária total ou parcial da energia contratada; (ii) a redução parcial permanente da energia contratada; e (iii) a rescisão contratual. A referida Resolução permitiu às distribuidoras e aos geradores maior autonomia para estabelecerem seus acordos.

No que tange a função de gestão de recursos setoriais, foi editada a Lei 13.360/2016 que determinou que, até 1º de maio de 2017, a CCEE assumirá as competências de administração e movimentação dos fundos setoriais CDE, da CCC e da Reserva Global de Reversão ("RGR"), até então atribuídas à Eletrobras, o que permitirá que a Eletrobras foque todos os seus esforços nos negócios de geração, comercialização e transmissão de energia, conforme sua estratégia empresarial.

Além dos eventos acima, destacamos, por segmento, as seguintes alterações que afetaram a Eletrobras em 2016:

Geração

No segmento de geração, merece destaque que, em 2016, tivemos a postergação dos prazos de concessões de nossas usinas no âmbito do processo de repactuação do risco hidrológico, a revisão da garantia física de algumas usinas, a revisão das receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas cujas concessões foram renovadas em 2013 ("RAGs") e a revisão das receitas das usinas nucleares de Angra 1 e 2.

A Repactuação do Risco Hidrológico, conforme autorizado pela Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa da ANEEL nº 684/2015, que teve a adesão das Empresas Eletrobras, em 2015, para o Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") acarretaram, em alguns casos, a postergação do prazo das concessões, para compensação do pagamento do prêmio de risco, conforme as seguintes resoluções da ANEEL:

- Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.036/2016: Alterou o termo final da outorga de concessão da UHE Tucuruí, outorgada à Eletronorte, passando a concessão a vigorar até 30 de agosto de 2024;
- Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.054/2016: Alterou o termo final da outorga de concessão da UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, outorgada à FURNAS, passando concessão a vigorar até 29 de janeiro de 2024;
- Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.055/2016: Alterou o termo final da outorga de concessão da UHE Serra da Mesa, outorgada à Furnas, passando a concessão a vigorar até 30 de setembro de 2040.

Além disso, a discussão de temas regulatórios que interferem no Mercado de Realocação de Energia ("MRE") e no despacho das usinas continuou em 2016, chamando atenção para a Audiência Pública 45/2016 e a promulgação da Lei nº 13.360/2016. A Lei 13.360/2016 definiu que a ANEEL deverá estabelecer, para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidroelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. A ANEEL está com Audiência Pública aberta até fevereiro de 2017 para discutir com os agentes este assunto (AP 45/2016, 2º fase). O resultado definitivo da regulamentação deste artigo tem gerado expectativas para as empresas Eletrobras que têm participado ativamente das discussões promovidas pela ANEEL, uma vez que futuras situações de stress hídrico e geração do MRE abaixo da garantia física (GSF<1) não implicará para os geradores hídricos a responsabilização pelo pagamento relativo ao GFOM (Geração Fora da Ordem de Mérito) e importação de energia elétrica sem garantia física em total observância ao texto da Lei nº 13.360/2016.

A Portaria MME nº 101/2016, por sua vez, definiu nova metodologia de cálculo da garantia física de energia de novos empreendimentos de geração do Sistema Interligado Nacional (SIN), ainda sem impactos para a Eletrobras dado que a discussão pela Audiência Pública 45/2016 ainda é teórica.

Destacamos ainda a Portaria MME nº 622/2016, que divulgou, para Consulta Pública, o Relatório Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas e os Valores Revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas centralizada-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

mente no SIN. Os impactos para as empresas Eletrobras configuram em possível alteração da garantia física total do Sistema que ainda está em estudo, dado que o resultado da Consulta Pública ainda não foi divulgado. A perspectiva atual é de que o processo seja concluído em 2017 e que a revisão seja aplicada a partir de 2018. A possível alteração da garantia física encontra-se na tabela a seguir:

Usinas Corporativas das empresas Eletrobras

Empresa	UHE	Potência Instalada (MW)	Garantia Física TOTAL Vigente (MW Médios)	Garantia Física FINAL Revisão Ordinária 2016 (MW Médios)	Variação de Garantia Física TOTAL Vigente X FINAL RO
Chesf	Boa Esperança (Antiga Castelo Branco)	237,3	143	135,9	-5,00%
Chesf	Complexo Paulo Afonso-Moxotó	4.279,60	2.225	2.113,80	-5,00%
Furnas	Corumbá I	375	209	219,5	5,00%
Eletronorte	Curuá-Una	30	24	24,8	3,30%
Furnas	Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho)	1.104	495	495	0,00%
Furnas	Funil (RJ)	222	121	115	-5,00%
Furnas	Furnas	1.312	598	581,2	-2,80%
Itaipu	Itaipu	14.000	8.182	7.772,90	-5,00%
Furnas	Itumbiara	2.082	1.015	964,3	-5,00%
Chesf	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.479,60	959	911,1	-5,00%
Furnas	Marechal Mascarenhas Moraes (Antiga Peixoto)	478	295	289,5	-1,90%
Furnas	Marimbondo	1.488	726	689,7	-5,00%
Furnas	Porto Colômbia	328	185	186,1	0,60%
Furnas	Serra da Mesa	1.275	671	637,5	-5,00%
Chesf	Sobradinho	1.050	531	504,5	-5,00%
Eletronorte	Tucuruí I e II	8.535	4.140	4.009,30	-3,20%
Chesf	Xingó	3.162	2.139	2.040,70	-4,60%
Total		**41.437,50**	**22.658,00**	**21.690,80**	**-4,30%**

Usinas em participações

Participação	UHE	Potência Instalada (MW)	Garantia Física TOTAL Vigente (MW Médios)	Garantia Física FINAL Revisão Ordinária 2016 (MW Médios)	Variação de Garantia Física TOTAL Vigente X FINAL RO
30,62% Furnas	Baguari	140	80,2	84,6	5,50%
40% Furnas	Foz do Chapecó	855	432	426,8	-1,20%
70% Furnas	Manso	210	92	87,8	-4,60%
40% Furnas	Peixe Angical	498,8	280,5	280,4	0,00%
49% Furnas	Retiro Baixo	83,7	38,5	36,6	-4,90%
49,47% Furnas	Serra do Facão	212,6	182,4	178,7	-2,00%
49,9% Furnas	Três Irmãos	807,5	217,5	206,7	-5,00%
Total das participações de Furnas		**2.807,60**	**591,60**	**579,70**	**-2,00%**

Houve também a edição da Resolução Normativa ANEEL nº 706/2016, como resultado das contribuições recebidas na Audiência Pública Nº 04/2016, relativo aos critérios de tratamento dos efeitos decorrentes da alocação de cotas de garantia física e de potência na aferição das sobras involuntárias e no cálculo do montante de reposição. Com publicação da referida Resolução Normativa, as distribuidoras poderão abater da demanda dos leilões A-1 as sobras involuntárias resultantes da alocação de energia das usinas em regime de cotas em volume superior aos contratos encerrados ou reduzidos em determinado ano, ou seja, as distribuidoras poderão usar as sobras das cotas de anos anteriores para reduzir o montante de reposição declarado no certame anual, caso não tenham conseguido adequar o nível de contratação. O A-1 é destinado à aquisição de energia existente para a reposição de contratos vencidos, com entrega sempre a partir de janeiro do ano subsequente.
Através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.107/2016, no âmbito do processo de reajuste anual, foram homologadas as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas cujas concessões foram renovadas em 2013 ("RAGs"), conforme Lei 12.783/2013. Foi verificada uma variação média de 14,81%, para as usinas da Eletrobras, entre a RAG do ciclo 2015-2016 e a RAG do ciclo 2016 – 2017, conforme tabela a seguir:

Empresa	Usina	RAG (2015-2016)[1] (R$ mil)	RAG (2016-2017)[2] (R$ mil)	Variação (%)
CHESF	Boa Esperança	37.681,29	50.423,65	33,82%
	Complexo Paulo Afonso	464.579,50	540.592,58	16,36%
	Funil - BA	5.472,52	6.140,60	12,21%
	Itaparica (Luiz Gonzaga)	166.862,54	209.243,76	25,40%
	Pedra	3.100,44	3.845,83	24,04%
	Xingó	324.632,99	398.752,71	22,83%
ELETRONORTE	Coaracy Nunes	10.021,47	12.073,48	20,48%
FURNAS	Corumbá I	50.796,58	59.886,99	17,90%
	Estreito (L.C. Barreto)	117.145,88	133.063,58	13,59%
	Funil - RJ	25.296,20	28.961,57	14,49%
	Furnas	246.250,06	227.449,45	-7,63%
	Marimbondo	165.885,83	187.616,45	13,10%
	Porto Colômbia	40.229,10	45.383,28	12,81%
TOTAL ELETROBRAS		**1.657.954,41**	**1.903.433,94**	**14,81%**

[1] Dados da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015.
[2] Dados da Resolução Homologatória nº 2.107, de 19 de julho de 2016.

Ainda no que à Receita Anual de Geração ("RAGs") das usinas hidrelétricas que renovaram as concessões nos termos da Lei nº 12.783/13, destacamos a consulta Pública nº 12/2016 que teve por objetivo obter subsídios para definição de metodologia para inclusão de adicional de receita associada a melhorias para composição das referidas receitas. O objeto desta Consulta Pública é bastante importante para as empresas Eletrobras, haja vista que usinas de Chesf, Furnas e Eletronorte tiveram suas concessões renovadas por esta lei e poderão ter um incremento de receita importante decorrente desses novos investimentos que precisam ser feitos. O resultado desta consulta pública não havia sido encerrado até dezembro de 2016.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.193/2016, por sua vez, estabeleceu a receita fixa de R$ 3.087.988.768,76, para o ano de 2017, relativa à geração de energia das Usinas Nucleares de Angra 1 e 2 e fixou a tarifa de R$ 224,21/MWh, uma variação de 7,27% em relação a tarifa de 2016. Tal revisão será considerada nos reajustes tarifários de 2017 das concessionárias de distribuição do sistema interligado que adquiram energia, na qualidade de cotistas.

Por fim, em relação aos leilões de energia, foram lançados alguns leilões, dentre eles 1 de Energia Nova (A-5); 1 de Energia Nova (A-3) que foi cancelado; 2 de Energia de Reserva, tendo sido um deles cancelado; 1 Leilão de Energia Existente (A-1). A Eletrobras não participou de nenhum leilão em 2016 como vendedora de energia.

Transmissão

No segmento de transmissão, destacamos a homologação final dos valores dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31/05/2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão ("RPC"), e a definição das condições de pagamento, que possibilitou o registro contábil desses valores pela Companhia, contribuindo, de forma relevante, para o resultado positivo do exercício de 2016 da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a Eletrobras possuía em seu balanço o montante total de R$ 36.570,8 milhões, a receber de ("RBSE").

As condições de pagamento da RBSE foram estabelecidas pela Portaria MME nº 120/2016, que determinou que os valores homologados pela ANEEL irão compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e o custo de capital será adicionado às respectivas RAPs. O custo de capital não incorporado às RAPs no período de dezembro de 2012 até o processo tarifário de 2017, será atualizado pelo IPCA e remunerado pelo Custo de Capital Próprio Real, definido pela ANEEL, e a partir do processo tarifário de 2017, será pago em 8 anos, sendo remunerado pelo Custo Ponderado Médio do Capital ("WACC").

Com o intuito de regulamentar o cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida ("RAP"), a ANEEL instaurou ainda, em outubro de 2016, a Audiência Pública nº 68/2016. O principal pleito dos agentes de transmissão foi a preservação do valor homologado pela Agência, garantindo às concessionárias o recebimento dos valores líquidos, sem qualquer dedução. A referida Audiência Pública ainda estava na fase de análise das contribuições em dezembro de 2016, entretanto, foi concluída, em fevereiro de 2017, através da Resolução Aneel número 762/2017-Aneel, tendo sido o resultado em linha com os valores contabilizados pela companhia.

Outro importante destaque, em 2016, foi a edição da Portaria MME nº 506/2016 que permitiu o enquadramento como prioritário de projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica autorizados pela ANEEL. Tal enquadramento, conforme a Lei nº 12.431/2011, possibilita a captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, para a implementação de projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Resolução Homologatória Nº 2.098/2016, por sua vez, estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2016-2017 (01/07/2016 a 30/06/2017). Em suma, o aumento da RAP, além da variação da inflação, se deu por conta das entradas de reforços e melhorias autorizados. Em 31/12/2016 a RAP das empresas Eletrobras foi de 4,1 bilhões conforme tabela a seguir:

Empresa	RAP 2016 (R$ mil)
Chesf	R$ 981.117,16
Eletronorte	R$ 922.032,99
Eletrosul	R$ 887.059,92
Furnas	R$ 1.321.425,48
Amazonas GT	*
Total	**R$ 4.111.635,55**

*A Aneel não autorizou recebimento.

Distribuição

No segmento de distribuição, merece destaque a decisão dos acionistas da Eletrobras, através da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, de não renovarem as concessões das subsidiárias Cepisa; Ceal; Eletroacre; Ceron; Boa Vista Energia; e Amazonas Energia, e decidirem pela privatização dessas distribuidoras até 31 de dezembro de 2017, sob pena de suas respectivas liquidações.

Por se tratarem de empresas estatais federais, a privatização das Distribuidoras deverá observar as regras do Plano Nacional de Desestatização ("PND"), em especial a Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

Através da Medida Provisória 727/2016, convertida na Lei 13.334/2016 foi criado o Programa de Parcerias de Investimentos ("PPI"), destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

A Medida Provisória 735/2016 de 22/06/2016, convertida na Lei n.º 13.360/2016, autorizou à União, quando o prestador do serviço for pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto, promover a licitação do serviço público associada à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço, outorgando contrato de concessão ao novo controlador pelo prazo de 30 (trinta) anos".

Portanto, mesmo com a não renovação da concessão das distribuidoras do Sistema Eletrobras, a União promoverá a licitação de forma conjunta com privatização das distribuidoras da Eletrobras mencionadas.

Em 3 de agosto de 2016, foram editadas as Portarias dos Ministério de Minas e Energia números 420, 421, 422, 423, 424 e 425, nomeando, respectivamente, as Distribuidoras Amazonas Energia; Eletroacre; Ceron; Cepisa; Ceal; e Boa Vista Energia, como responsáveis pela prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, de forma temporária, com vistas a garantir a continuidade do serviço, nos termos do artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2016.

Durante o período de prestação de serviços de forma temporária, as distribuidoras poderão aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Reserva Global de Reversão ("RGR"). Neste sentido, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria 388/2016, e a Aneel, através da Resolução 748/2016, estabeleceu que a remuneração adequada das Distribuidoras seria complementada via financiamento, com recursos da RGR, aplicando a taxa de juros de 111% da taxa SELIC.

Além disso, por meio do Despacho do Ministério de Minas e Energia ("MME"), de 03 de agosto de 2016, a Companhia Energética de Roraima ("CERR"), empresa sob controle do Estado de Roraima, teve indeferido seu pedido de renovação da concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica, a ela outorgada por meio da Portaria MME 920, de 5 de novembro de 2016, tendo sido designada, através da Portaria do MME n.º 425, a Boa Vista Energia, como responsável pela prestação do serviço de público de distribuição de energia elétrica da área referente a então concessão da CERR. Assim, houve a fusão das áreas de concessão e a licitação realizada será para todo o Estado de Roraima. A CERR, enquanto companhia, sem a sua concessão poderia ser liquidada, mas esta providência fica a cargo do Governo do Estado, que é o controlador da referida Companhia. Na área da então concessão da CERR, a responsabilidade da Boa Vista Energia é exclusivamente a prestação do serviço para o interior do Estado de Roraima.

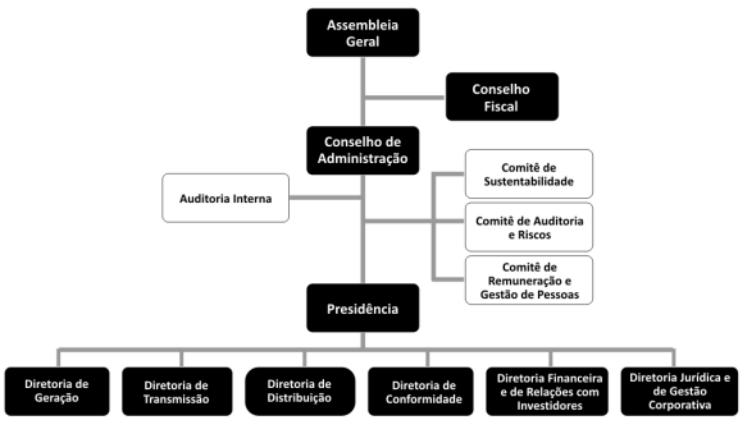
Merece destaque ainda que, em 2016, nos termos da regulamentação do Plano Nacional de Desestatização, do Programa de Parcerias de Investimentos ("PPI") e das regulamentações da ANEEL, a Celg-D foi privatizada, mediante aquisição pela empresa ENEL Brasil S.A, com ágio de 28%.

Por fim, em termos de reajustes anuais, as subsidiárias da Eletrobras tiveram, em 2016, os seguintes reajustes tarifários:

Índice de Reajuste Tarifário IRT 2016	Eletrocre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista Energia	Celg-D
IRT Econômico	**8,93%**	**13,42%**	**10,05%**	**13,28%**	**-9,46%**	**-20,87%**	**-0,49%**
Parcela A	5,88%	10,59%	9,32%	10,66%	-10,68%	-22,08%	-2,73%
Parcela B	3,05%	2,83%	0,72%	2,62%	1,22%	1,21%	2,24%
Componentes Financeiros	8,93%	-6,70%	2,48%	-6,22%	-3,14%	-2,93%	-4,21%
IRT Total	**17,86%**	**6,72%**	**12,52%**	**7,06%**	**-12,59%**	**-23,80%**	**-4,70%**
Diferimento	0	0	0	0	0	0	0
Efeito Médio Consumidor Cativo	8,37%	-1,29%	20,01%	0,44%	-6,32%	-19,72%	-9,53%

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para gerir suas atividades com foco e excelência, a Eletrobras utiliza o modelo de governança corporativa baseados em princípios de transparência e equidade com definição dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração ("CAE"), Conselho Fiscal ("CF") e Diretoria Executiva ("DEE"). Todos os requisitos e funções dos órgãos de governança estão estabelecidos no Estatuto Social da companhia e nos respectivos Regimentos Internos, além da observância da legislação aplicável.



continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Os Manuais dos Conselheiros de Administração e Fiscais Representantes das empresas Eletrobras, o Guia dos Conselheiros de Administração e a Política de Representantes em SPE são alguns dos principais documentos que estabelecem diretrizes para atuação, seleção, indicação, avaliação e capacitação de representantes em órgãos de governança.

A Eletrobras desenvolve e atualiza continuamente instrumentos para o fortalecimento da governança corporativa, conforme abaixo, os quais estão disponíveis também em seu *website* (www.eletrobras.com.br), tendo como principal gestor destes instrumentos a área de Governança Corporativa. Em 2016, merece destaque a revisão do Código de Ética das Empresas Eletrobras, visando adequação à nova legislação brasileira voltada para Ética e Integridade.

- Estatuto Social
- Regimento Interno do CAE
- Regimento Interno do CF
- Regimento Interno dos Comitês
- Regulamento Interno da Auditoria da Eletrobras
- Código das Práticas de Governança Corporativa da Eletrobras
- Código de Ética
- Diretrizes Antitruste
- Política de Transação entre Partes Relacionadas
- Política de Representantes em SPE
- Guia de Orientação dos Conselheiros de Administração
- Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eletrobras
- Manual de Orientação do Conselheiro de Administração Representante das Empresas Eletrobras
- Manual de Orientação do Conselheiro Fiscal Representante da Eletrobras
- Manual para Participação em Assembleias de Acionistas da Eletrobras
- Manual do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras
- Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
- Políticas das Empresas Eletrobras (políticas de meio ambiente, responsabilidade social, Tecnologia da Informação, dentre outras)

Além disso, nosso Estatuto Social dispõe sobre situações de conflito de interesse, segundo o qual é vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência.

Para evitar possíveis conflitos e a utilização de informações confidenciais e estratégicas, é vedado ao presidente e aos diretores exercer funções de administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas ao setor elétrico, que não sejam subsidiárias, controladas, Sociedades de Propósito Específico ("SPE") e empresas concessionárias sob controle dos estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos conselhos de administração e fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292/1996 quanto ao recebimento da remuneração.

É dever dos conselheiros de administração monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos acionistas, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

No ano de 2016, a Eletrobras aprimorou a governança no que tange a qualificação de seus administradores, sendo necessário que o candidato aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei das Estatais"), do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis, como a consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o Art. 22 do Decreto nº 6.029 de 01 de fevereiro de 2007 e aos sítios eletrônicos da CVM, TCU, TSE e TCE.

Em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, será criado no próximo ano um Comitê de Elegibilidade que auxiliará os acionistas, da Holding e de suas subsidiárias, na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições e verificará a conformidade do processo de avaliação desses membros. Entretanto, em janeiro de 2017, foi criada a Comissão Interna Transitória de Elegibilidade ("CITE"), nos termos dos artigos 14 e 64 §1º do referido Decreto 8.945/16, tendo a seguinte composição: Sr. Vicente Falconi Campos – Conselheiro de Administração; Sr. Mozart de Siqueira Campos Araújo – Conselheiro de Administração; e Sr. Wilson Ferreira Junior – Conselheiro de Administração e Presidente da Eletrobras. A CITE opina de forma a auxiliar os acionistas, na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as respectivas eleições, em conformidade com o inciso I do Art. 21 do Decreto acima mencionado. A CITE tem abrangência para a Eletrobras holding e todas as suas controladas.

Ademais, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras deve ser feito previamente uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras e à Comissão Interna Transitória de Elegibilidade ("CITE").

Nos casos de SPEs das empresas Eletrobras, além de considerar o referido decreto 8.945 de 2016, a conformidade do processo de indicação e de avaliação de administradores e conselheiros fiscais atenderá a Política de Representantes em SPEs, que exige, dentre outros requisitos, aprovação pelos órgãos de governanças competentes.

4.1. Assembleias Gerais de Acionistas

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Eletrobras, as deliberações da assembleia serão tomadas por maioria de votos, sendo o voto de cada representante de acionista proporcional à sua participação acionária no capital da Companhia. Há limitação ao exercício do direito de voto para as ações preferenciais, em consonância ao disposto no art. 7º, inciso II, do Estatuto Social da Eletrobras. Entretanto, em 2016, as ações preferenciais excepcionalmente tiveram direito de voto, em razão da Eletrobras não ter distribuído os dividendos mínimos estabelecido no Estatuto Social da Companhia, por ter apresentado prejuízo no exercício de 2015.

Em 2016, realizou-se 01 (uma) Assembleia Geral Ordinária que aprovou as Demonstrações Financeiras Completas referentes ao exercício social de 2015, a destinação do resultado do exercício, a eleição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente, e de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, e a remuneração global dos Administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal. Sete membros do Conselho de Administração foram eleitos na referida AGO pelo sistema de voto múltiplo, sendo que em razão da renúncia de conselheiro eleito pelo referido processo, houve necessidade de realização de nova assembleia geral, desta vez extraordinária, para nova eleição de 7 membros, conforme Lei 6.404/76.

Adicionalmente, em 2016, foram realizadas 02 (duas) Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram, principalmente, os seguintes assuntos: privatização, até 31 de dezembro de 2017 das Distribuidoras Companhia Energética do Piauí – Cepisa, Companhia Energética de Alagoas ("Ceal"), Companhia de Eletricidade do Acre ("Eletroacre"), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. ("Ceron"), Boa Vista Energia e Amazonas Energia, nos termos do §1º-A do artigo 8º da lei 12.783/2013; a não prorrogação das concessões das referidas distribuidoras; a proibição de novos aportes de recursos pela Eletrobras nas referidas distribuidoras até a privatização; a liquidação das distribuidoras que não forem vendidas até 31 de dezembro de 2017; a privatização da Celg-D; e a eleição de novos membros para o Conselho de Administração devido a renúncia de um dos membros eleito pela AGO pelo sistema de voto múltiplo, conforme acima mencionado.

4.2. Direito dos Acionistas

A política de governança corporativa da Eletrobras, conforme expressa no parágrafo primeiro do artigo 45 do Estatuto Social, assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei 6.404/76.

Em conformidade com a Lei 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A referida Lei autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal). Entretanto, a utilização da reserva de lucros para pagamento de dividendos é uma faculdade da Companhia.

O Estatuto Social não estabelece que a reserva de capital possa ser usada para pagamentos de dividendos.

O Estatuto Social estabelece que sobre o lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei 6.404/76, que atualmente é de 20% do capital social; (ii) 1% (um por cento) será destinado à constituição de reserva para estudos e projetos de viabilidade técnica-econômica do setor de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 2% (dois por cento) do capital social integralizado; (iii) 50% (cinqüenta por cento) será destinado à reserva de investimentos das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado; e (iv) até 1% (um por cento) será destinado para atender a prestação de assistência social aos empregados da Companhia, observado o limite de 1% (um por cento) do capital social integralizado.

As ações preferenciais da classe "A" e "B" terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) e 6% (seis por cento), respectivamente, ao ano sobre o capital relativo a sua espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 8º do Estatuto Social.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento maior) do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício, conforme disposto nos parágrafos terceiro e quarto do artigo 8º do Estatuto Social.

Maiores detalhes relativamente à política de Dividendos da Eletrobras encontram-se disponíveis no Formulário de Referência e no sítio da nossa empresa.

4.3. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Eletrobras ("CAE") é um órgão colegiado, eleito pela Assembleia Geral, encarregado do direcionamento estratégico da companhia, sendo o principal componente do sistema de governança. As regras para o funcionamento do colegiado são definidas em Regimento Interno.

Conforme disposto no Estatuto Social, o Presidente da Eletrobras será escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo a mesma pessoa ocupar os cargos de Presidente da companhia e Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração possui até 10 (dez) membros, 07 (sete) dos quais indicados pelo acionista majoritário, um pelos acionistas minoritários ordinários; um pelos minoritários preferenciais; e uma vaga pertencente ao representante dos empregados, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição. No entanto, em 2016, as 07 (sete) vagas destinadas ao acionistas majoritário foram ocupadas pela votação realizada com base no sistema de voto múltiplo, em razão de requerimento feito por acionista minoritário detentor de mais de 0,5% do capital social da Companhia. Assim, das 07 (sete) vagas, o acionista majoritário indicou 6 vagas, tendo sido a sétima vaga ocupada por candidato indicado por acionistas minoritários. Assim, em 2016, das 09 (nove) vagas preenchidas, dois conselheiros são independentes tendo em vista os critérios estabelecidos pela BM&FBOVESPA e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"); 08 (oito) são não executivos, ou seja, não participam da gestão da companhia e 01 (um) membro executivo, que é o CEO da Companhia.

É importante destacar que, em julho de 2016, foram eleitos 7 (sete) membros dos 9 (nove), em assembleia geral extraordinária, em que já foram aplicados os critérios de qualificação de governança exigido pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei das Estatais"), importando na eleição de um Conselho de Administração altamente qualificado e com membros reconhecidos pelo mercado pela excelência e competência profissional.

Todos os conselheiros têm os mesmos deveres e responsabilidades.

Composição em 31/12/2016:

José Luiz Alquéres - Presidente
Wilson Ferreira
Ana Paula Vescovi
Vicenti Falconi
Elena Landau
Esteves Pedro
Mozart Araújo - Independente
Carlos Eduardo - Representante dos Empregados
José Pais Rangel - Representante dos Acionistas Minoritários

De igual forma, destacando a importância dos empregados no reforço da governança corporativa, para a escolha do conselheiro que será representante dos empregados, são elegíveis os empregados ativos da empresa, impedidos os casos de condenação criminal transitada em julgado, por crime de peculato, por crime contra a economia popular, crime contra a fé pública ou a propriedade e, além disso, não possuir, ainda que temporariamente, alguma vedação que impeça o acesso a cargos públicos ou empregos públicos, sendo ainda vedada a eleição de requisitados (as) ou contratados (as). O empregado Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, suplente do conselheiro indicado pelos empregados, permaneceu no cargo, tendo as mesmas funções dos demais Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, conforme Lei nº 12.353/2010 e Portaria nº 026 do MPOG.

A eleição do representante dos empregados é regida pela Lei nº 6.404/76, a Lei nº 12.353/10, a Portaria nº 026/2011 do MP, Cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional em vigor e o Estatuto Social das Centrais Elétricas Brasileiras S.A, além dos documentos que a compõem.

Em 2016, houve 38 reuniões do Conselho de Administração da Eletrobras, em média 3 reuniões por mês. Na tabela abaixo, segue o percentual de participação de cada Conselheiro em 2016. Todas as ausências foram justificadas.

Conselheiro	Participação (%)
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	81,82
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	100
Elena Landau	83,33
Esteves Pedro Colnago Junior	81,82
Jailson José Medeiros Alves**	100
João Antonio Lian	83,33
José da Costa Carvalho Neto**	100
José Luiz Alquéres	91,67
José Pais Rangel	95
Luiz Eduardo Barata Ferreira*	100
Marcelo Gasparino da Silva**	100
Maurício Muniz Barretto de Carvalho**	92,31
Mozart de Siqueira Campos Araújo	100
Pricilla Maria Santana*	72,22
Samuel Assayag Hanan**	88,89
Vicente Falconi Campos	91,67
Wagner Bittencourt de Oliveira**	100
Walter Malieni Junior**	88,46
Wilson Pinto Ferreira Junior	100

* Não permaneceram como membros a partir da 56ª AGO de 2016
** Não permaneceram como membros a partir da 165ª AGE de 2016

Nas empresas controladas os Conselhos de Administração das empresas controladas contam com 02 (dois) diretores da Holding dentre seus membros, sendo 01 (um) deles o Presidente do Conselho. Os Conselhos de Administração das subsidiárias contam com 14 (catorze) membros no total. Nas distribuidoras, o cargo de Presidente do Conselho é ocupado pelo Diretor de Distribuição da Holding.

A tabela abaixo informa os atuais Diretores da holding que foram membros do Conselho de Administração das controladas em 2016:

Subsidiária	Diretor da Holding - Conselho de Administração da subsidiária
Eletronorte	Wilson Ferreira – Presidente
	José Antônio Muniz – membro
Chesf	Wilson Ferreira – Presidente
	Armando Casado – membro
Eletrosul	Wilson Ferreira – Presidente
	Armando Casado – membro
Furnas	Wilson Ferreira – Presidente
	Armando Casado – membro
Eletronuclear	Carlos Eduardo Gonzalez Baldi – Presidente
	Alexandre Vaghi de Arruda Aniz – membro
Amazonas GT	Carlos Eduardo Gonzalez Baldi – Presidente
CGTEE	Carlos Eduardo Gonzalez Baldi – Presidente
	Armando Casado – membro
Distribuidoras	Luiz Henrique Hamman – Presidente

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Ligados ao Conselho de Administração estão a Auditoria Interna e os Comitês de Apoio ao Conselho: Sustentabilidade (criado em 14.12.2006), Auditoria e Riscos (criado em 16.12.2011), e Remuneração e Gestão de Pessoas (criado em 16.12.2011) que em 2016 realizaram, respectivamente, 2, 4 e 1 reuniões.

Os três comitês de assessoramento do Conselho de Administração acima mencionados funcionaram em 2016 e tiveram por foco o aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho seja tecnicamente bem fundamentada. Cada comitê de assessoramento ao CAE possui 03 (três) vagas para conselheiros de administração, tendo suas atribuições dispostas em regimento interno.

Em julho, com a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração da Eletrobras foi renovado, tendo sido alterados 8 (oito) dos seus 9 (nove) membros. Desse modo, de acordo com o novo Colegiado, a partir de agosto, as três comissões de assessoramento, a saber: a) Comissão de Governança; b) Estratégia e Sustentabilidade; c) Gente e Gestão vêm se organizando e fazendo reportes regulares de suas atividades iniciais nas reuniões ordinárias do CAE e cada comissão possui os seguinte membros:

Comissão de Governança	Comissão de Estratégia e Sustentabilidade	Comissão de Gente e Gestão
José Luiz Alqueres (Coord.)	Mozart de Siqueira (Coord.)	Vicente Falconi (Coord.)
Wilson Ferreira Junior	Ana Paula Vescovi	Carlos Eduardo Pereira
Vicente Falconi	José Pais Rangel	Wilson Ferreira Junior
Esteves Colnago	Esteves Colnago	José Luiz Alqueres
Elena Landau	José Luiz Alquérez	Mozart de Siqueira
	Wilson Ferreira Junior	

4.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eletrobras ("CF") tem a função de fiscalização das ações dos administradores e opinar sobre as contas da companhia, sendo suas competências estabelecidas no nosso Estatuto Social e regras para funcionamento definidas em Regimento Interno. Uma de suas características é possuir caráter permanente assim como estar adequado às exigências da Securities and Exchange Commission ("SEC") para atuar como Comitê de Auditoria desde 2006, tendo entre os membros um especialista financeiro, com atribuições adicionais conforme as exigências da SEC:

- Manifestar-se previamente sobre o processo de contratação de auditores independentes;
- Determinar a contratação de assessoria especializada, sempre que necessário, para o cumprimento de suas obrigações;
- Administrar orçamento próprio, cabendo sua operacionalização à Eletrobras e
- Receber, analisar e dar o adequado tratamento a denúncias e reclamações de terceiros ou de empregados, inclusive de forma anônima, sobre assuntos relacionados a procedimentos e controles internos contábeis.

O Conselho Fiscal da Eletrobras ("CF"), em 2016, foi composto por 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, três dos quais indicados pelo acionista majoritário; um pelos acionistas minoritários ordinaristas e um pelos acionistas minoritários preferenciais, conforme abaixo, com mandato de 01 ano, permitida a reeleição.

Eduardo Cesar Pasa	Luiz Felipe Vital Nunes Pereira	Agnes Maria da Aragão da Costa	Aloisio Macario Ferreira de Souza	Ronaldo Dias
Presidente	Titular e especialista financeiro	Titular	Titular	Titular

Em 2016 houve 14 reuniões do Conselho Fiscal da Eletrobras, em média 1,16 reunião por mês. Na tabela abaixo, segue o percentual de participação de cada membro titular do Conselho Fiscal. Todas as ausências foram justificadas.

Conselheiro	Participação (%)
Agnes Maria de Aragão da Costa	92,86
Aloisio Macário Ferreira de Souza	100
Bruno Nunes Sad*	100
Eduardo Cesar Pasa	100
Felipe Lückmann Fabro*	100
Luís Felipe Vital Nunes Pereira	100
Robert Juenemann*	66,67
Ronaldo Dias	100

* Não permaneceram como membros a partir da 56ª AGO de 2016

4.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Eletrobras tem como função gerir os negócios da Eletrobras seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração e é formada por 07 (sete) membros, incluindo o diretor-presidente, eleitos pelo Conselho de Administração. Suas atribuições encontram-se elencadas no Regimento Interno da Diretoria Executiva e Estatuto Social da companhia, sem prejuízo das demais estabelecidas na legislação aplicável. O mandato dos diretores é de até 03 anos, permitida a reeleição, não existindo plano de sucessão.

O ano de 2016 foi marcado por mudanças na Diretoria Executiva da Eletrobras. Com o objetivo de assegurar a conformidade dos processos e controles internos e garantir a observância dos regulamentos internos, legislações brasileiras e estrangeiras aplicáveis à Eletrobras, em especial a Lei norte-americana *Foreign Corrupt Practices Act* 1977, a Lei anticorrupção brasileira número 12.846/2013 e o Código de Ética das Empresas Eletrobras, a Eletrobras aprovou em julho de 2016, através do seu Conselho de Administração, a criação de uma nova diretoria, a Diretoria de Conformidade. Ao mesmo tempo o Conselho de Administração determinou que a criação da nova Diretoria deveria ser precedida de reestruturação das demais Diretorias, impedindo aumento da quantidade de Diretorias atualmente existentes e de custos. Nesse aspecto, a Eletrobras optou por extinguir a Diretoria de Regulação transformando suas atribuições em superintendência.

Em 22 de julho de 2016, foram eleitos pelo Conselho de Administração os 07 (sete) Diretores da Eletrobras, incluindo o atual Presidente da Eletrobras, o Sr. Wilson Pinto Ferreira Junior.

Composição em 31/12/2016:

Lucia Casasanta - Diretora de Conformidade
Carlos Eduardo Gonzalez Baldi - Diretor de Geração
Luiz Henrique Hamann - Diretor de Distribuição
Wilson Ferreira - Presidente
Armando Casado de Araujo - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Alexandre Aniz - Diretor Jurídico e de Gestão
José Antonio Muniz Lopes - Diretor de Transmissão

Conforme mencionado acima, os referidos diretores passaram por prévia avaliação da área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras, além de terem sido avaliados sobre os requisitos e vedações impostas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Os diretores igualmente apresentaram a Declaração Confidencial de Informação (DCI) à Comissão de Ética Pública, na qual são listados os bens dos diretores e presidente. Também foram informadas situações ou participações acionárias que possam se configurar como conflito de interesse, de forma que fosse possível adotar medidas para mitigar tais situações.

Em 2016, houve 63 reuniões da Diretoria Executiva da Eletrobras, em média 5,25 reuniões por mês. Na tabela a seguir, encontra-se o percentual de participação de cada Diretor em 2016, considerando como presença, as datas em que os mesmos encontravam-se em viagem ou reuniões externas, a serviço da empresa. Em relação às ausências, estas foram justificadas pelos Diretores, incluindo aquelas decorrentes em razão de férias ou licenças médicas, tendo sido enviados representantes em todas as ocasiões.

Diretoria Executiva	Participação (%)
Alexandre Vaghi de Arruda Aniz	84,13
Armando Casado de Araújo	100
Carlos Eduardo Gonzalez Baldi**	100
José Antônio Muniz	74,60
José da Costa Carvalho Neto*	97,44
Josias Matos de Araújo*	87,18
Lúcia Maria Martins Casasanta**	100
Luiz Henrique Hamman**	100
Marcos Aurélio Madureira da Silva*	82,05
Renato Soares Sacramento*	92,31
Wilson Ferreira Junior**	100

* Não permaneceram como membros a partir da 165ª AGE de 2016.
** Presenças computadas a partir de 25 de julho de 2016, quando tomaram posse (exceto da Diretora Lucia Casasanta que tomou posse em 1 de agosto de 2016), tendo havido entre tal data e 31 de dezembro de 2017, 24 reuniões do total de 63 reuniões no exercício de 2016.

4.6. Responsabilidade e Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais

O Estatuto Social da Companhia define os papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observando o que dispõe a legislação vigente. Dentre as atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Eletrobras elencadas em seu estatuto, destacamos, que a Diretoria Executiva somente tem competência para aprovar atos e contratos que envolvam recursos financeiros cuja valor seja igual ou inferior a 0,02% do patrimônio líquido da sociedade. Quando envolver valores superiores a este limite, a competência é do Conselho de Administração.

Ademais, a Eletrobras dispõe de normas internas que tratam da delegação de poderes para autorização de gastos e assinatura de atos e contratos na Eletrobras, estabelecendo limites e respeitando as competências acima mencionadas.

❖ **Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais:**

Na tabela abaixo, pode ser verificado os valores pagos aos administradores em 2016.

Remuneração (R$)	2016	2015	2014
Conselho de Administração	673.081,19	578.115,34	514.241,12
Conselho Fiscal	405.633,14	351.339,38	366.314,12
Diretoria Executiva	7.814.294,60	6.960.579,57	6.478.832,31

Valores baseados na Proposta de Administração 57ª AGO de 2017.

4.7. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

Nossa estrutura organizacional passou por uma importante mudança no ano de 2016. Tendo em vista a orientação constante na Lei nº 12.846, de 01/08/2013, mais conhecida como a "Lei da empresa limpa", que tem por objetivo conferir visibilidade e empoderamento ao tema de conformidade, com garantia de independência da instância responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento, a Eletrobras criou, em agosto de 2016, a Diretoria de Conformidade.

Neste aspecto, em função da estreita relação entre as atividades de *compliance*, gestão de riscos corporativos e administração do ambiente de controles internos, assim como alinhada às orientações de melhores práticas de mercado, optou-se pela unificação destas funções em uma mesma unidade organizacional.

Neste sentido, os comitês de riscos, presentes em cada uma das estruturas de conformidade das empresas Eletrobras, têm por objetivo monitorar de forma permanente o processo de gestão de riscos. Eles são formados por membros indicados por cada uma das diretorias de cada empresa, e dentre suas atribuições estão: validar a matriz de riscos de cada empresa; promover assuntos estratégicos e operacionais do processo; validar os planos de ação para mitigação de riscos; e dotar as diretorias executivas de elementos para aprovação de matérias pertinentes ao tema. A Comissão de Riscos da Eletrobras, adicionalmente, funciona como coordenador das ações dos demais comitês.

A gestão de riscos no Sistema Eletrobras é regida por uma Política de Gestão de Riscos Corporativa única, revista e aprovada por seu Conselho de Administração, sendo a versão mais recente aprovada em setembro de 2016. Este processo é coordenado pela Eletrobras Holding, o que garante a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as empresas do grupo, e conduzido pelas áreas de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma das empresas Eletrobras.

No processo de gestão de riscos adotado pela Eletrobras são utilizadas a norma internacional ISO 31000:2009 e os *frameworks* de controles internos COSO 2013 – *Internal Control Integrated Framework* e COSO ERM – *Enterprise Risk Management Framework*. Dessa forma, o modelo de gestão integrada de riscos parte da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento.

Como a Eletrobras possui ADRs (*American Depositary Receipts*) negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), seu ambiente de controles deve ser certificado para a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), o que significa realizar uma análise detalhada dos controles internos existentes e adicionalmente submetê-la também à avaliação independente de seus auditores externos. Tais avaliações constam do Formulário 20-F, arquivado anualmente junto à SEC (*Securities and Exchange Comission*), contendo a opinião da Administração a respeito do ambiente de controles internos das principais empresas Eletrobras.

A área de integridade também participa ativamente no processo da gestão de riscos, e tem a responsabilidade de avaliar as atividades de controle de conformidade, incluindo questões de desvios de conduta ética e de investigação e redução de riscos de fraude e de corrupção, entre outras ações, com o objetivo de disseminar uma cultura de conformidade por todos os níveis da empresa, implementando e coordenando um amplo programa de *compliance*, com foco nos riscos de conformidade.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos, que apoia neste âmbito o Conselho de Administração, procede a avaliação das ações da Diretoria Executiva da Eletrobras visando à adequação à Lei Sarbanes-Oxley e acompanha os riscos de negócio da Companhia e recomendar ações de mitigação ao Conselho de Administração.

É Importante ressaltar que a Eletrobras monitora permanentemente seu ambiente de negócios, procurando refletir suas preocupações, bem como as de investidores e do mercado em geral, em seu processo de gestão de riscos. Assim sendo, os riscos reconhecidos como mais relevantes no âmbito das empresas Eletrobras são priorizados e tratados através da implementação de planos de ação elaborados com base nas recomendações técnicas das áreas de gestão de riscos e de controles internos, em parceria com os gestores de negócios, sempre considerando o nível de exposição validado pela Administração.

Para o ano de 2016, os riscos de Administração Fiscal-Tributária, Aquisições e Incorporações, Comercialização de Energia, Demonstrações Contábeis e Financeiras, Emissão de GEE, Estrutura Organizacional, Compliance FCPA / LACBRA, Fluxo de Caixa, Formação e Gestão do Contencioso, Fundos de Pensão, Fundos Setoriais, Gestão de Ativos, Gestão de Negócios Corporativos, Gestão de SPEs, Gestão Estratégica, Licenciamento Ambiental na Transmissão, Mudanças Climáticas, Novos Negócios e Leilões, Prorrogação das Concessões, Revisão Tarifária na Distribuição, Revisão Tarifária na Geração, Revisão Tarifária na Transmissão, Gestão de Seguros, Custo de Geração no Sistema Isolado e Gestão Ambiental em Empreendimentos, considerados pela Administração como mais relevantes, foram analisados e seus planos de ação continuam sob acompanhamento constante de seus gestores responsáveis.

4.8. Política de *Hedge* Financeiro

De acordo com a Política os desequilíbrios entre ativos e passivos que apresentem alguma forma de indexação deverão ser compensados, preferencialmente, com ações de cunho estrutural, que contemplem o balanceamento natural das posições expostas. Para exposições residuais poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos, respeitadas determinadas diretrizes, com o intuito exclusivo de proteger aqueles ativos e passivos indexados da Eletrobras e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 26,5% da dívida total consolidada da Eletrobras, de R$45,6 bilhões, eram estipulados em moedas estrangeiras. Deste total, R$11,8 bilhões, ou 25,8% do total da dívida total consolidada da Eletrobras, eram estipulados em dólares americanos. Assim, a exposição da Eletrobras ao risco cambial do dólar era neutra (R$49 milhões positiva) em 31 de dezembro de 2016. Para uma análise de sensibilidade do impacto das taxas de juros sobre o endividamento total da Companhia, vide nota explicativa n.º 44 das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

4.9. *Compliance* e Práticas Anticorrupção

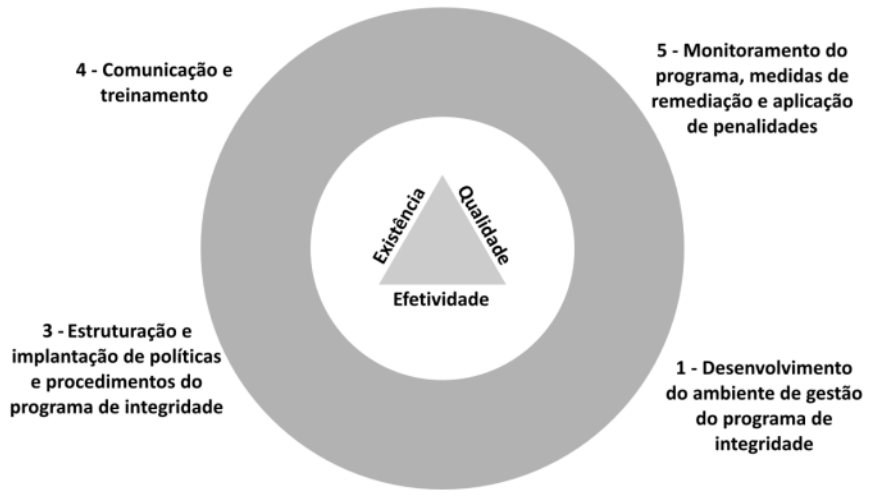
O ano de 2016 foi marcado por um importante aprimoramento da Eletrobras no que concerne ao seu compromisso de integridade.

Em busca da adequação exigida pela lei anticorrupção, a Eletrobras aprovou, em maio de 2014, um Programa de *Compliance* à Lei Contra Práticas de Corrupção estrangeira ("FCPA") e Lei 12.846/13 brasileira, envolvendo todos os colaboradores e empresas a ela associados.

Em 2016, em continuidade ao processo de implantação de práticas de integridade no ambiente corporativo no qual a Eletrobras e suas empresas estão inseridas, a empresa resolveu por aperfeiçoar seu Programa de *Compliance*, por meio da criação, do "Programa de *Compliance* Eletrobras 5 dimensões".

O aprimoramento do referido programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender as leis norte-americanas *Sarbanes-Oxley Act* de 2002 e Foreign Corrupt Practices Act de 1977 ("FCPA"), a Lei Brasileira Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) e as regras e orientações publicadas pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC") e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), entre outros.

O Programa Eletrobras 5 Dimensões baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da CGU (Controladoria Geral da União) e no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).
A estrutura do Programa Eletrobras 5 Dimensões prevê cinco diretrizes que constituem os pilares para o desenvolvimento da cultura e de uma política de gestão da integridade dentro da empresa, conforme mostrado na figura a seguir:



Cada diretriz do Programa possui um conjunto de atividades com características diferentes.

Destacam-se a primeira e a quarta dimensão, como o comprometimento da Alta Administração e dos representantes destinados à disseminar o cumprimento da lei Anticorrupção nas empresas Eletrobras, além das ações de comunicação e de treinamento.

Já a dimensão de análise periódica de riscos, prevê a identificação e a avaliação dos eventos de risco, especialmente o risco de ocorrência de fraudes e corrupção para que, as ações do Programa sejam direcionadas àqueles processos que possam impactar os objetivos da organização.

Dessa forma, o monitoramento do programa e as ações decorrentes deste monitoramento envolvem o acompanhamento da efetividade do programa e a disponibilização de um canal de denúncias acessível, com garantia de não retaliação aos denunciantes, com apuração e a aplicação das penalidades nos casos em que houver evidências de irregularidades conforme será observado no item 4.12.

A Eletrobras, reafirmando seu compromisso com as melhores práticas corporativas, realizou treinamentos abordando as tendências, perspectivas e desafios de *Compliance*, assim como a descrição das leis aplicáveis e sua aplicação na Eletrobras e, por último, a apresentação do Programa de *Compliance*. O respectivo treinamento foi primeiramente destinado as principais áreas envolvidas com foco em profissionais mais expostos ao risco de corrupção, como profissionais que atuam na área de contratação e profissionais de *Compliance* das empresas. Posteriormente, foi estendido para todos os funcionários de todas as empresas, atingindo um total de 17.563 profissionais que concluíram o curso, o que representa 74% do corpo técnico, com satisfação geral do curso de 85,9%.

4.10. Processo de Investigação Independente

Em resposta às investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da empresa (CAE) decidiu por iniciar um processo investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação ("CIGI"), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e *Department of Justice* (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's – American Deposit Receipts, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo *U.S. Securities and Exchange Act*. Dentre essas leis encontra-se a *Foreign Corrupt Practices Act* ("FCPA") que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação brasileira, ao Código de Ética e políticas de integridade da Eletrobras.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripyat resultaram em mandados de prisão contra ex-executivos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells, pela Comissão Independente e pelos auditores independentes.

Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de *compliance*. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de *compliance* e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando encontradas quaisquer irregularidades.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras já tomou medidas punitivas adequadas, na esfera administrativa, incluindo a suspensão e o desligamento do contrato de trabalho. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização de tais funcionários, na esfera cível, já estando a Eletrobras em negociação com a Advocacia Geral da União quanto à propositura de eventuais ações de improbidade.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Nesta etapa foram descobertos superfaturamentos relacionados à licitações fraudulentas oriundas da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas através de certas empreiteiras e fornecedores contratados, desde 2008.

No entanto, não há informações suficientes que permitam à Companhia determinar os períodos específicos em que ocorreram pagamentos em excesso. Assim, a Companhia entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores, relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo registrado o ajuste para os pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, em setembro 2016.

A Companhia não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobrepreço. Sendo assim, em 30 de setembro de 2016, a Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R$ 211.123 mil representando valores estimados pagos indevidamente em períodos anteriores, desse montante, R$ 143.957 mil já havia sido reconhecido como *impairment* em períodos anteriores, ocasionando a reversão desta provisão. Houve também uma perda de R$ 91.464 mil no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O resumo desses ajustes ao balanço patrimonial individual e consolidado e à demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	(R$ Mil)
Achados da Investigação	**31/12/2016**
Angra 3	-141.313
Mauá 3	-67.166
Simplicio	-2.644
	-211.123
Balanço	**31/12/2016**
Ativo Imobilizado	
Custos	-211.123
Provisão de *Impairment*	143.957
Investimentos pelo Método de Equivalência	-91.464
	-158.630
Demonstração de Resultado	**31/12/2016**
Achados da Investigação	-211.123
Reversão de Provisão de *impairment* (Provisões Operacionais)	143.957
Resultado de investimentos pelo método de equivalência	-91.464
	-158.630

As medidas de remediação e ressarcimento que vem sendo adotadas e/ou implementadas pela Eletrobras são resumidas a seguir:

- Estão sendo estudadas as possibilidades de ressarcimento face às empreiteiras que tenham lesado as companhias das quais a Eletrobras participe, seja por força de corrupção ativa, mediante pagamento de vantagens indevidas aos executivos de controlada, ou mediante cobrança de sobrepreço nas obras realizadas pelas empresas investidas, bem como ressarcimentos e medidas de responsabilização de ex-executivos condenados nas operações Radioatividade e Pripyat, a fim de recompor, na medida do possível, os danos sofridos em razão de tais condutas ilícitas.
- Estruturação do Programa de *Compliance* Eletrobras 5 dimensões, envolvendo a elaboração / revisão, implementação e treinamento de políticas e procedimentos, especialmente os relacionados à gestão de fornecedores, riscos e tratamento de denúncias.
- Atualização regulatória do Código de Ética e de Conduta.
- Análise de integridade e conformidade aos requisitos da Lei das Estatais (lei 13.303/2016) com procedimentos de *background check* para todos os candidatos indicados a ocupar cargos de diretoria, conselho de administração e conselho fiscal na Eletrobras, suas controladas e SPEs.
- Treinamentos periódicos e específicos para determinados públicos-alvo de áreas mais expostas ao risco de corrupção.
- Treinamento *on-line* de Ética e Integridade para todos os funcionários, incluindo diretores e conselheiros.
- Procedimentos de contratação de canal de recebimento de denúncias independente. A implantação do canal de denuncias independente compreenderá, também, a centralização do processo de gestão e tratamento de denuncias das empresas Eletrobras, cujo desenho foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Entretanto, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório ainda estão em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de Enforcement da SEC e DOJ.

De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que esses procedimentos tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. Contudo, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou as tratativas para a contratação de escritório de advocacia americana para a condução da nova etapa do processo de investigação. Na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a assinatura dos instrumentos jurídicos com as autoridades americanas (*"Tooling Agreement e Statute of Limitation The Second Consecutive"*), estendendo o prazo prescricional para a ação de investigação. A assinatura desses documentos demonstra a cooperação e a boa-fé da Eletrobras com relação às autoridades estadunidenses, tratando com clareza e transparência todas as questões corporativas envolvidas.

Para dar continuidade à interlocução junto aos reguladores americanos e brasileiros e ao desenvolvimento dos procedimentos adicionais de investigação, a Eletrobras está realizando um processo licitatório, visando a contratação de escritório de advocacia americana.

Contudo, devido aos procedimentos licitatórios a que a Eletrobras se sujeita como integrante da Administração Pública Indireta, a contratação do escritório de advocacia americana que irá conduzir a nova etapa do processo de investigação ainda não foi concluída.

De forma a garantir a continuidade dos procedimentos de investigação enquanto não se conclui esta contratação, foi constituído um Grupo de Trabalho Transitório de Investigação, formado por integrantes da Diretoria de Conformidade, cuja função precípua é dar andamento a ações decorrentes das atividades exercidas no curso da ação investigativa realizada, sob a supervisão da CIGI.

Processos judiciais- *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de nossos empregados no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova York (SDNY). Em 2 de outubro de 2015, essas ações foram consolidadas e o Tribunal nomeou como requerentes principais, Dominique Lavoie e a Cidade de Providence. Os requerentes protocolaram uma reclamação aditada consolidada em 8 de dezembro de 2015 alegadamente em nome de investidores que compraram nossos títulos de negociação norte-americanos entre 17 de agosto de 2010 a 24 de junho de 2015, e protocolaram uma segunda reclamação aditada em 26 de fevereiro de 2016.

A segunda reclamação aditada alega, dentre outras coisas, que a Eletrobras e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas alegadamente solicitados e recebidos pelos empregados da Eletrobras; que a Eletrobras e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à fraude alegada; e que o preço das ações da Eletrobras declinou quando a alegada fraude foi divulgada.

Os requerentes não especificaram um valor de indenização que estão buscando, tal valor, quando especificado, pode ser relevante para a Eletrobras. Em 15 de abril de 2016, a Eletrobras apresentou um pedido de extinção da segunda reclamação aditada, que foi plenamente abreviado e então apresentado ao Tribunal em 17 de junho de 2016. A Eletrobras esta se defendendo vigorosamente contra as alegações feitas na ação.

Em dia 09 de março de 2017, foi realizada uma audiência sobre a defesa preliminar (Hearing on Motion to Dismiss) da Eletrobras na *Class Action*, franqueando-se tanto ao demandante quanto à Eletrobras oportunidade para apresentar argumentação oral perante a Corte, informando o escritório contratado, Davis Polk & Wardell LLP, que o juiz John G. Koeltl concentrou esforços no questionamento às partes sobre a existência de materialidade nas infrações imputadas à Companhia e administradores.

Nesse contexto, a defesa oral da Eletrobras argumentou que não houve materialidade sob o ponto de vista quantitativo, eis que insignificantes os impactos sobre as demonstrações financeiras da companhia. Ponderou, ainda, o escritório que apenas um administrador da holding foi citado nas denúncias (sendo que ainda não foi julgado no Brasil acerca de sua culpabilidade), o que é insignificante ante o porte da corporação e também o ajuste diminuto promovido em seu balanço societário.

Em 27 de março foi divulgado o resultado da audiência de defesa preliminar (motion to dismiss), sendo que o Tribunal acatou parcialmente os argumentos da Eletrobras e parcialmente os argumentos dos reclamantes. O processo agora passará para a fase de certificação ("class certification") e "discovery", sem criar obrigação financeira para a Eletrobras.

Dessa forma, não há obrigação presente (legal ou construtiva) que a Eletrobras tenha com relação ao processo coletivo.

Administração da Eletrobras acredita que as reclamações, em si, não criam uma obrigação presente para a Eletrobras em conformidade com o CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*). Como

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

o litígio ainda está em estágio preliminar, o resultado do litígio está sujeito a uma incerteza considerável, não sendo possível, nesta fase, para a Administração da Eletrobras estimar com confiabilidade a perda potencial ou um intervalo de perda, se houver, que pode resultar da resolução final desses processos judiciais. Portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras. O resultado final desses processos judiciais poderá ter um efeito adverso relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras, nos resultados das operações e nos seus fluxos de caixa futuros.

Arquivamento Formulário 20-F

Após a conclusão dos trabalhos de investigação, conduzidos pelo Hogan Lovells, no dia 11 de outubro de 2016, foi realizado o arquivamento do Formulário 20-F, com os devidos ajustes de contabilização referentes aos resultados da investigação, na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), tanto para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 como para 31 de dezembro de 2015.

Por não ter ocorrido o arquivamento tempestivo do formulário 20F de 2014 da Eletrobras, a NYSE suspendeu em 18 de maio de 2016 a autorização para a negociação dos *American Deposit Shares* ("ADS") emitidos pela Companhia junto à NYSE (*ticker* EBR e EBR-B), enquanto estava em curso o processo de deslistagem. Durante o período de suspensão, os ADS estavam sendo negociados no mercado *Over the Counter* ("OTC"), com os *tickers* EBRBY e EBRYY.

Essa suspensão foi revogada no dia do arquivamento do formulário, quando a Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), confirmou que os *ADS – American Depositary Share* da Companhia voltariam a ser negociados junto aquela Bolsa de Valores. Em 13 de outubro de 2016 os ADS voltaram a ser negociados na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Além disso, a NYSE confirmou que o processo de deslistagem da Companhia foi cancelado.

4.11. Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Eletrobras, que atua com independência, está vinculada ao Conselho de Administração da Eletrobras.

A designação e a exoneração do titular da Auditoria são submetidas, pela Diretoria Executiva, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União ("CGU"), conforme parágrafo 1º, artigo 5º do Regulamento Interno da Auditoria.

Com as mudanças significativas que vêm ocorrendo no ambiente regulatório e de *compliance*, as organizações viram a necessidade de aprimorar seus processos internos para identificação e avaliação de riscos e análise da qualidade de dados. Nesse sentido, uma atuação eficiente da Auditoria é fundamental, funcionando como mecanismo de detecção e prevenção à materialização dos riscos nos processos corporativos. Ela funciona como uma terceira linha de defesa atuando na fiscalização da execução dos controles internos e na verificação das bases de dados dos processos de negócio existentes.

Em 2016, visando à adaptação para essa nova realidade, a Auditoria da Eletrobras elaborou uma metodologia de avaliação de risco para que as informações referentes à criticidade das atividades a serem auditadas passassem a constar nos relatórios de trabalhos finais de auditoria, visando garantir que:

- A gestão de riscos, bem como o mapeamento dos processos críticos de negócios da Empresa, esteja alinhada ao Plano Diretor de Negócios e Gestão;
- As respostas que a direção tem dado às ameaças sejam adequadas e eficazes na redução dos riscos a um nível aceitável;
- Exista uma estrutura sólida de controles internos para mitigar suficientemente os riscos que a direção deseja tratar;
- As informações produzidas pela Companhia sejam íntegras e confiáveis; e
- Os processos de negócio estejam operando de forma eficiente e eficaz, visando à geração dos melhores resultados.

Como ponto principal, essa metodologia relaciona a criticidade do evento de risco apontada no relatório da área de riscos corporativos com três outras variáveis: a gravidade, a urgência e a tendência do achado de auditoria. O resultado final da análise é a exposição da organização em face aos riscos empresariais que podem impactar os resultados e estratégias globais da Eletrobras.

Essa análise possibilita uma quantificação razoável por parte do gestor e, principalmente, da alta administração, a respeito da priorização de ações mitigatórias dos riscos, com base no grau da probabilidade e do impacto provocado pela materialização da ameaça.

No exercício de 2016, houve uma mudança na metodologia de definição dos trabalhos. Partindo-se da Matriz de Risco da Eletrobras Holding, reformulou-se a Matriz de Trabalhos de Auditoria e com isso foram produzidos 28 Relatórios de Auditoria, dentre os quais destacam-se os referentes a: 2 trabalhos em Sociedades de Propósito Específico; 4 trabalhos em empresas de distribuição de energia elétrica; 1 trabalho nos Contratos de Metas Desempenho Empresarial de subsidiárias ("CMDE"); 1 trabalho de controles antifraude (controles de *compliance* a Lei anticorrupção, comissão de ética e Ouvidoria), 1 trabalho de folha de pagamento, 1 trabalho de Gestão de Recursos – Eletros e os trabalhos referentes a terceirizações e a gestão de serviços gerais.

Todos os Relatórios de Auditoria foram enviados às respectivas Diretorias das áreas auditadas, para as devidas providências e, periodicamente, foram verificadas, pela Auditoria, as ações adotadas para fins de atendimento às recomendações constantes nos citados Relatórios.

Os resultados dos trabalhos da auditoria são apresentados à Controladoria Geral da União ("CGU"), por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna ("RAINT"), em conformidade a Instrução Normativa Nº 24, de 17/11/2015, expedida por aquele Órgão. De acordo com essa nova Instrução Normativa, o RAINT passou a ser publicado na página da Empresa na Internet no endereço: www.eletrobras.com/auditorias. Código de Ética e de Conduta

4.12. Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral da Eletrobras é vinculada à Presidência, responsável pela interação da empresa com seu público interno e externo, por meio do recebimento e do processamento de todo tipo de manifestação. A Ouvidoria-Geral define como 'manifestação' todo tipo de comunicação recebida. As manifestações são tipificadas como: Reclamação, Elogio, Solicitação, Sugestão e Denúncia, conforme Instrução Normativa nº1/2014, da Controladoria-Geral da União – CGU e orientações para implementação de ouvidorias da CGU e pode ser contatada pelos telefones (21) 2514-4526/5895 ou por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409/17° andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20071–003. O contato também pode ser feito pessoalmente, no mesmo endereço.

Canais de Ouvidoria da Eletrobras

- Canal de Ouvidoria (registro pelo site www.eletrobras.com.br e nos sites das empresas Eletrobras inclusive pela intranet);
- Canal de Gênero (mesmos da Ouvidoria, menos internet);
- Canal Denúncia (sites de todas as Empresas Eletrobras na internet);
- Sistema de Informação ao Cidadão - SIC (site na internet - acompanhamento/gestão da tramitação diretamente pela Controladoria Geral da União - CGU).

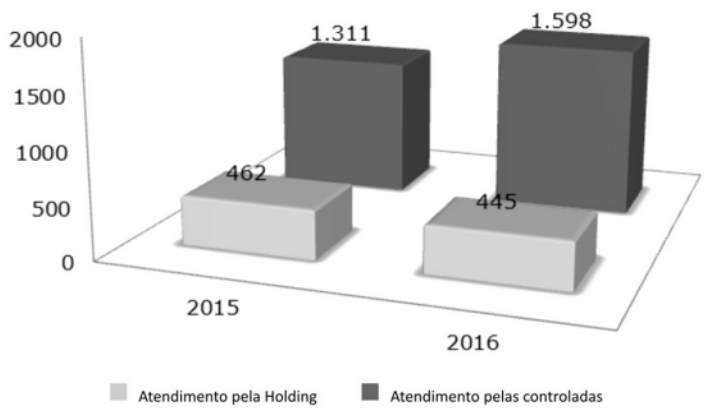
Em todos esses acessos – com exceção do e-SIC, onde a identificação do solicitante é obrigatória, de acordo com a Lei de Acesso à Informação – é garantindo ao solicitante, tanto interno quanto externo, o sigilo das informações e não é necessária sua identificação. O processo de atendimento é totalmente informatizado por meio do Sistema de Gestão da Ouvidoria ("SOU").

A norma interna da Ouvidoria, em atendimento às orientações da Controladoria-Geral da União, estabelece o prazo de atendimento e resposta ao manifestante de até 20 dias corridos.

As Ouvidorias das Empresas Eletrobras têm como responsabilidade, expressa em seus instrumentos normativos, a manutenção/guarda do sigilo do conteúdo e dos dados de identificação do manifestante/denunciante. Todas as denúncias, independentemente de identificação de denunciante ou origem, que tiverem elementos suficientes para sua apuração são avaliadas e encaminhadas para as áreas competentes, para verificação de sua veracidade e tomada de providências.

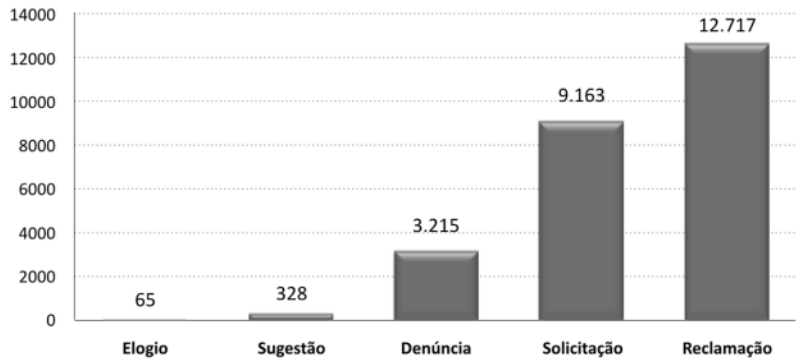
Abaixo são apresentados o total de manifestações recebidas pela *Holding*, porém subdivididas naquelas que cabiam à Eletrobras Holding e aquelas que foram direcionadas para as Controladas, nos anos de 2016 e 2015.

Manifestações recebidas pela Holding



Em 2016, as Ouvidorias das empresas Eletrobras receberam 25.488 manifestações, das quais 24.791 (97%) foram concluídas e 697 (3%) estavam em andamento, em 31 de dezembro de 2016.

Manifestação por Tipo no Sistema Eletrobras



Os números não consideram a distribuidora Celg-D, privatizada em 2016. Assim, apesar do quantitativo total ser consideravelmente menor que o registrado em 2015 (que havia sido de 37.097), o efeito ocorre principalmente por conta da saída da CE-D do portfólio da Eletrobras, assim como os dados de sua Ouvidoria. Se excluirmos do total de manifestações recebidas pela Celg-D em 2015 que foi de 15.440, temos um total de 21.657 manifestações naquele ano e uma variação de 18% de 2016 que totalizou 25.488 manifestações.

A partir de outubro de 2016, as manifestações registradas no Canal Denúncia passaram a ser direcionadas diretamente para o Sistema de Ouvidoria ("SOU"), para maior confiabilidade na gestão das informações e na geração de relatórios.

A Ouvidoria-Geral da Eletrobras coordena e orienta a atuação das ouvidorias das empresas Eletrobras, por meio de um sistema integrado. Em 2016, as ouvidorias das empresas Eletrobras (exceto distribuidoras) receberam 1.304 denúncias, número 67% maior que o registrado em 2015, sendo já atendidas 1.252 (96%) e encontrava-se em tramitação para resposta apenas 52 (4%).

O crescimento acentuado no quantitativo de denúncias recebidas reflete o ambiente externo e os cenários nacional e internacional, além da implementação de indicadores de desempenho e ações de gestão de melhoria dos canais de ouvidoria da Eletrobras, mais precisamente realizadas nos últimos dois anos (2014 a 2016). As distribuidoras de Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima receberam, juntas, 1.911 denúncias em geral.

A Ouvidoria da Eletrobras está liderando um grupo de trabalho multidisciplinar para elaboração de um novo processo de gestão de denúncias, que prevê, além da contratação de um canal externo para captação de denúncias, foco na apuração/investigação especializada e na remediação de processos internos, quando for o caso, além da punição de responsáveis identificados bem como o seu tratamento, para evitar que a situação se repita. Esta iniciativa está inserida no PDNG 2017-2021, mais especificamente no âmbito do Programa 5 Dimensões de *Compliance*, coordenado pela nova Diretoria de Conformidade.

Em 2016, a Ouvidoria da Eletrobras acelerou a trajetória como segunda linha de defesa na gestão de riscos empresariais e implementou um banco de denúncias consolidado de fraude/corrupção/irregularidades das empresas Eletrobras, um formulário mais detalhado para registros pelo Canal Denúncia, passou a monitorar os bancos de dados de ouvidoria de suas empresas de geração e transmissão e a contribuir para avaliação de *background check* de indicados para cargos em conselhos e diretorias das empresas Eletrobras e liderou grupo de trabalho multidisciplinar para elaboração de um modelo integrado de gestão de denúncias, com foco em apuração e remediação de processos internos e punição de responsáveis.

Em 2016, a Ouvidoria-Geral também passou a reportar mensalmente, no Relatório Executivo de Desempenho Empresarial da Eletrobras, disponibilizado ao Conselho de Administração, informações gerenciais consolidadas a respeito do recebimento e monitoramento de denúncias em geral e especificamente as relacionadas a fraude/corrupção.

Desde janeiro de 2015, o Conselho Fiscal da Eletrobras monitora, mensalmente, a partir de dados consolidados e apresentados pela Ouvidoria-Geral, todas as denúncias de fraude/corrupção/irregularidades recebidas pelas empresas Eletrobras.

A partir de fevereiro de 2016, a apresentação sobre esses dados passou a ser feita de forma conjunta entre a Ouvidoria-Geral e a gerência de Integridade/Conformidade, para detalhamento de informações quanto ao processo de apuração de denúncias, encaminhamentos e responsabilização.

Em 2017, a Ouvidoria promoverá nova atualização de seu espaço no *site* da Eletrobras, com a inclusão de indicadores consolidados das empresas Eletrobras e suporte às áreas de negócio para reforço de conteúdo da transparência ativa na página da Eletrobras na internet.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão – Lei de Acesso à Informação

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), a Eletrobras deve disponibilizar dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2016, as empresas Eletrobras receberam o total de 844 pedidos de informações. Dessas, 824 (98%) foram respondidas e 20 (2%) encontravam-se em tramitação para resposta.

Entre as empresas Eletrobras, a Holding foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC em 2016: foram 282 (37% do total de manifestações recebidas por todas as empresas), todas já respondidas. O tempo médio de respostas da Holding foi de 7,07 dias.

Em comparação com o ano anterior, houve um aumento de 28% no quantitativo de solicitações de informação recebidas por este canal pela Holding. Ano a ano, observamos o aumento do número de solicitações de acesso à informação na Eletrobras, assim como trabalhamos pela diminuição do tempo de atendimento. As solicitações de informações se referem a assuntos como projetos e negócios nacionais e internacionais,

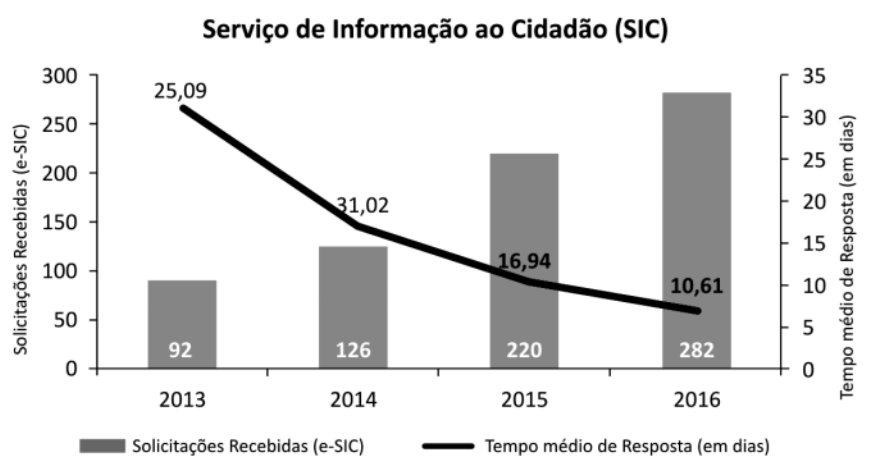
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

documentações de contratos e licitações, informações sobre gestão e desenvolvimento de pessoas e eficiência energética, entre outros. O crescimento constante no quantitativo tanto de solicitações pelo Serviço de Informação ao Cidadão quanto pelos canais de Ouvidoria reflete a maior abertura dos canais da Eletrobras e melhoria permanente na gestão dos indicadores da Ouvidoria e da própria empresa.



4.13 Ética

O Código de Ética e de Conduta é o principal documento norteador da atuação das companhias Eletrobras, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento.

Determinada a atuar com base nos quatro pilares da governança – transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, a Eletrobras vem se transformando para fazer frente aos desafios dos novos tempos. Se, externamente, novas legislações sobre o tema impulsionaram a revisão de nosso Código de Ética e de Conduta, internamente, a Eletrobras criou, em 2016, a Diretoria de Conformidade, tendo como pilares a gestão de riscos, os controles internos e a integridade corporativa.

Em 2016, foi feita uma revisão na então versão do Código de Ética das empresas Eletrobras com o objetivo de adequar à nova legislação brasileira voltada para Ética e Integridade, quais sejam:

- Lei nº 12.257/2011 ("Lei de Acesso à Informação");
- Lei 12.529/2011 ("Lei da Concorrência");
- Lei 12.813/2013 ("Lei de conflito de interesses");
- Lei 12.846/2013 ("Lei da empresa limpa") e seu decreto regulamentador nº 8.420 de 18 de março de 2015;
- Lei nº 13.303/2016 ("Lei das Estatais") e seu decreto regulamentador nº 8.945 de 28 de dezembro de 2016;
- Instrução Normativa MPOG nº 01, de 10 de maio de 2016 (que trata de Governança e Gestão de Riscos).

O lançamento da nova versão ocorreu em dezembro de 2016, dia Internacional de Combate à Corrupção, como parte do escopo da III Semana da Cultura Ética e está disponível em nosso site em: www.eletrobras.com/instrumentosgestaoepoliticas.

5. O NOSSO NEGÓCIO NO BRASIL E NO EXTERIOR

5.1. Segmento Geração

A Eletrobras, em 31 de dezembro de 2016, atingiu a capacidade instalada de 46.856 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 150.338 MW instalados no Brasil. Do total da capacidade instalada da companhia, 69% é de empreendimentos corporativos, 14% de empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo aqui a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total.

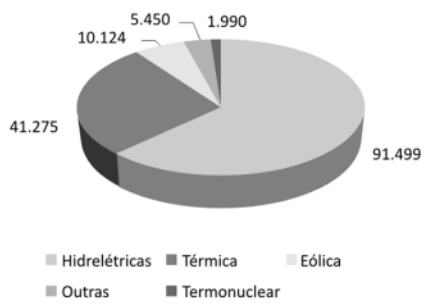
Segue abaixo as usinas das Empresas Eletrobras que estavam em operação em dezembro de 2016.



Capacidade Instalada

Cerca de 94% da capacidade instalada da Companhia é oriunda de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), o que faz da Eletrobras uma das maiores do mundo em geração de energia limpa e renovável e a maior responsável pela matriz elétrica brasileira e ser a segunda mais limpa e renovável do mundo, perseguindo, as metas de seu Planejamento Estratégico. Do total da capacidade instalada alavancada da Eletrobras em empreendimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa em relação à capacidade do Brasil, em 31/12/2016, 40% pertencem à Eletrobras.

Capacidade Instalada do Brasil por Fonte (MW)



Do total da capacidade instalada no Brasil de 150.338 MW, cerca de 61% correspondem à fonte por hidrelétricas, 27,4% por fonte térmicas, 6,7% por fontes eólicas, 1,3% por fonte nuclear e 3,6% por outras fontes entre fotovoltaicas, pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas.

*Outras: Fotovoltaicas, PCH, CGH.

Capacidade Instalada por Empresa Eletrobras e por Fonte

A capacidade instalada da Eletrobras, localizada no Brasil, pode ser dividida de acordo com o regime de exploração e participação acionária em: (i) Usinas Corporativas; (ii) Usinas Corporativas Sob Regime de O&M (Lei 12.783/13); (iii) Usinas Corporativas Renovadas pela Lei 13.182/2015; (iv) Usinas de Propriedade Compartilhada; (v) Sociedades de Propósito Especifico ("SPEs"); e (vi) Sociedades de Propósito Especifico sob regime de O&M, conforme abaixo demonstrado.

Regime de Operação	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado
Usinas Corporativas												
Amazonas D			407	407							407	407
Amazonas GT	250	250	445	445							695	695
CGTEE			733	733							733	733
Chesf	817	817	347	347							1.164	1.164
Eletronorte	8.782	8.782	519	519							9.301	9.301
Eletronuclear					1.990	1.990					1.990	1.990
Eletrosul	159	159					138	138	1	1	298	298
Furnas	834	834	530	530							1.364	1.364
Subtotal	**10.842**	**10.842**	**2.980**	**2.980**	**1.990**	**1.990**	**138**	**138**	**1**	**1**	**15.952**	**15.952**
Usinas Corporativas sob Regime de O&M												
Chesf	8.399	8.399									8.399	8.399
Eletronorte	78	78									78	78
Furnas	4.617	4.617									4.617	4.617
Subtotal	**13.094**	**13.094**	–	–	–	–	–	–	–	–	**13.094**	**13.094**
Usinas Corporativas Renovadas pela Lei 13.182/2015												
Chesf	1.050	1.050									1.050	1.050
Furnas	2.082	2.082									2.082	2.082
Subtotal	3.132	3.132									3.132	3.132
Propriedade Compartilhada												
Eletrosul	178	363									178	363
Furnas	766	1.487									766	1.487
Itaipu	7.000	14.000									7.000	14.000
Subtotal	**7.944**	**15.850**									**7.944**	**15.850**
Sociedade de Propósito Específico (SPE)												
Chesf	1.112	2.668					368	809			1.481	3.477
Eletrobras	298	663					13	26			311	689
Eletronorte	461	793	11	23			46	94			519	910
Eletrosul	1.200	2.785					393	608			1.593	3.393
Furnas	2.382	5.849					46	94			2.428	5.942
Subtotal	**5.454**	**12.758**	**11**	**23**	–	–	**865**	**1.630**	–	–	**6.331**	**14.411**
SPE em regime de O&M												
Furnas	403	808									403	808
Subtotal SPE	**403**	**808**									**403**	**808**
Total Geral	**40.870**	**56.485**	**2.992**	**3.004**	**1.990**	**1.990**	**1.004**	**1.768**	**1**	**1**	**46.856**	**63.247**

(1) A coluna "MW" refere-se à soma da Capacidade Instalada Disponivel Eletrobras em 31/12/2016, em MW, levando em consideração a participação acionária proporcional das empresas Eletrobras em cada empreendimento;

(2) A coluna "Usinas" refere-se ao número de usinas de cada empresa. Os empreendimentos com participação de mais de uma empresa Eletrobras foram contabilizados apenas uma vez, da seguinte forma:

- Chesf e Eletronorte tem participação, cada uma, de 24,5% na UHE Dardanelos. Contabilizado na Chesf;
- Chesf e Eletrosul tem participação, cada uma, de 20% na UHE Jirau. Contabilizado na Chesf;
- Furnas e Eletrosul tem participação, cada uma, de 24,5% na UHE Teles Pires. Contabilizado em Furnas;
- Chesf e Eletrobras tem participação, cada uma, de 15% e Eletronorte, de 19,98% na UHE Belo Monte. Contabilizado na Eletronorte;
- Furnas e Eletronorte tem participação, cada uma, de 24,5% nas Eólicas Miassaba 3, Rei dos Ventos 1 e Rei dos Ventos 3. Contabilizado em Furnas.

(3) A coluna "MW Alavancado" considera o total de capacidade instalada das usinas que contam com a participação da Eletrobras.

continua

continuação

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.842,45	12	2.980,33	113	1.990,00	2	138,00	6,00	0,93	1,00	15.952	134
Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015	3.132,30	2									3.132	2
Corporativos sob regime de O&M	13.093,73	18									13.094	18
Propriedade Compartilhada	15.850,14	4								15.850	4	
SPE	12.758,46	10	23,28	1			1.629,74	63,00			14.411	74
SPE em Regime O&M	807,50	1									808	1
Total Geral	**56.484,58**	**47**	**3.003,61**	**114**	**1.990,00**	**2**	**1.767,74**	**69,00**	**0,93**	**1,00**	**63.246,86**	**233,00**

(3) A coluna "MW Alavancado considera o total de capacidade instalada das usinas que contam com a participação da Eletrobras.

A capacidade instalada dos empreendimentos que contam com a participação das empresas Eletrobras totalizaram de forma alavancada **63.247 MW**, que correspondem a 42% do SIN.

Agregação física no Sistema

Destaca-se em 2016 a entrada em operação da UHE Belo Monte, do Complexo Eólico Sento Sé III (Banda de Couro e Baraúnas II), do Complexo Eólico Chapada do Piauí II (Santa Joana I, III, IV, V, VII e Santo Augusto IV) e da UTE Araguaia. Vale destacar também a entrada em operação de novas unidades geradoras das UHE Jirau, Teles Pires e Santo Antônio, bem como a ampliação da usina eólica Capão do Inglês, da usina eólica Galpões e do parque eólico Hermenegildo III (Verace 34 a 36). Em contrapartida, entre 2015 e 2016, ocorreu o encerramento de contrato de locação e desativação de alguns blocos da UTE Mauá, assim como a redução da capacidade instalada, por intermédio de portarias do Ministério de Minas e Energia – MME, nas usinas Mauá (Bloco 4), Iranduba, Flores e São José, representando uma redução total de 868 MW. No cômputo geral, no ano de 2016 houve um acréscimo na capacidade instalada do Sistema Eletrobras de 1.465 MW.

Empresa	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPE (c)	SPE sob Regime de O&M (d)	Agregação Física 2016	Total (a+b+c+d)
Eletrobras Holding (1)	–	–	311	–	298	311
Eletronorte	9.301	78	519	–	417	9.897
Chesf	2.214	8.399	1.481	–	578	12.094
Furnas	4.212	4.617	2.428	403	522	11.661
Eletronuclear	1.990	–	–	–	–	1.990
Eletrosul	476	–	1.592	–	488	2.068
CGTEE	733	–	–	–	63	733
Itaipu Binacional	7.000	–	–	–	–	7.000
Amazonas G&T	695	–	–	–	-868	695
Empresas Distribuidoras	407	–	–	–	-33	407
Total	**27.028**	**13.094**	**6.331**	**403**	**1.465**	**46.856**

(1) O Parque Eólico de Artilleros, com 75,1 MW em operação, não foi contemplado, pois trata–se de empreendimento no exterior.

Energia Gerada

As empresas Eletrobras geraram, em 2016, o total de 170.917 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, o que representou um aumento de 3% em relação a 2015, conforme verificado na tabela a seguir:

Energia Gerada (GWh)			
Empresas Eletrobras	**2016**	**2015**	**Crescimento**
Eletrobras	1.164,80	39,90	2.819,29
Itaipu Binacional	51.549,18	44.607,70	15,56
Eletronorte	28.725,33	37.796,50	-24,00
Chesf	25.382,42	27.900,00	-9,02
Furnas	36.379,97	27.384,80	32,85
Eletronuclear	15.864,29	14.808,30	7,13
Eletrosul	5.661,92	5.376,60	5,31
CGTEE	2.280,71	2.212,00	3,11
Amazonas GT	2.299,00	4.459,80	-48,45
Amazonas D	1.608,94	1.522,80	5,66
Total Eletrobras	**170.916,57**	**166.108,27**	**4.808,30**
Total Crescimento (%)			**3%**

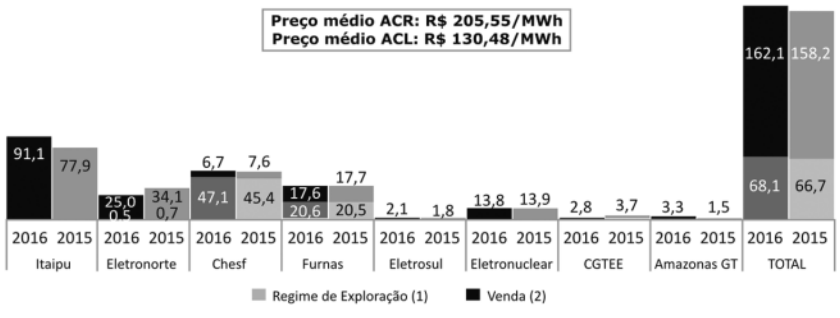
As variações positivas mais significativas foram observadas nas empresas Eletrobras, Furnas e Itaipu. Com relação à Eletrobras, o elevado crescimento deve-se à entrada em operação da UHE Belo Monte. No que diz respeito a Furnas, destaca-se a entrada em operação de novas unidades geradoras das UHE Teles Pires e Santo Antônio. Também vale ressaltar a produção histórica da usina hidrelétrica de Itaipu, que estabeleceu uma nova marca mundial.

Em contrapartida, as variações negativas são evidenciadas com acentuada queda na geração de energia das empresas Eletronorte, Amazonas GT e Chesf. Cabe destacar que na Eletronorte e Amazonas GT ocorreram reduções/indisponibilidades na geração das usinas termelétricas. Enquanto, a queda observada na Chesf deveu-se, principalmente, pela situação hidrológica desfavorável na região Nordeste, que afetou de forma significativa os seus reservatórios.

Energia Vendida

A tabela abaixo apresenta o volume de energia vendida pelas Empresas Eletrobras em 2016, excluída a comercialização de energia de curto prazo e a comercialização de Itaipu para o mercado paraguaio. Em termos de evolução do mercado de energia, as Empresas Eletrobras, em 2016, venderam 162,1 TWh de energia, contra 158,2 TWh negociados no mesmo período do ano anterior, o que representa um aumento de 2,5%. Se considerarmos a energia vendida das usinas renovadas pela Lei 12.783/13, o volume total de energia vendida passou de 224 TWh em 2015[1] para 230 TWh em 2016.

Os principais destaques positivos são verificados em Itaipu devido a maior disponibilidade hidrológica, associada à otimização dos recursos disponíveis pelo sistema brasileiro e atendimento ao crescimento do mercado paraguaio. Para a Eletrosul, houve entrada em operação em 2016 de usinas eólicas como Capão do inglês, Galpões e Coxilha Seca.



(1) Usinas renovadas pela lei 12.783/13 - cotas
(2) Usinas sob regime de exploração: Vendas ACR e ACL

[1] Considerando a energia vendida total de Itaipu para Eletrobras e mercado paraguaio, o total em 2015 foi de 234 TWh.

Em consonância com os termos estabelecidos na 3ª Estratégia do PDNG 2017-2021 pertinente à Eficiência Operacional, foi determinada a criação de um Comitê de Comercialização no âmbito da Holding com participação de representantes de todas as Controladas visando a otimização nas transações de comercialização de energia. O referido Comitê tem como titulares plenos o Presidente, Diretor de Geração e Diretor Financeiros da Eletrobras Holding. Abaixo, dos titulares Plenos, há um grupo composto pelos Titulares Plenos e pelos Diretores das áreas de comercialização do Sistema Eletrobras

Adicionalmente, este Comitê tem 2 assessorias, uma técnica e uma de gestão. A Assessoria técnica será responsável por: padronizar Políticas e Diretrizes, definir Oportunidades e Estratégias, metodologias e ferramentas, monitorar o mercado, acompanhar e projetar preços, gerir riscos e planejar participação e analisar resultados de leilões.

A Assessoria de Gestão será responsável por: portifólio de Contratos; operação de Compra e Venda e resultados da CCEE; coordenação da atuação na CCEE; análise, endereçamento e acompanhamento de processos administrativos e judiciais; regulação; e regras CCEE.

O preço médio de venda no ACR e ACL das empresas do Sistema Eletrobras, em 2016, foi, respectivamente, de R$ 205,55/MWh e R$ 130,48/MWh.

Dessa forma, com o objetivo de otimização da operação de comercialização de energia, já foram realizadas 6 (seis) reuniões desde novembro de 2016, abordando temas concernentes ao preço de referência para as empresas, gestão de risco de crédito único e metodologia comum de risco de comercialização de energia.

Disponibilidade Operacional na Geração

As tabelas a seguir apresentam a Disponibilidade Média de Geração (%). Os valores de disponibilidade média de geração foram obtidos através da média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional.

Disponibilidade Operacional na Geração (%) – Usinas Corporativas		
Empresas Eletrobras	**2016**	**2015**
Amazonas Energia [1]	81,23	91,91
CGTEE	52,02	50,43
Chesf	84,44	78,50
Eletronorte [2]	–	91,75
Eletronuclear	90,00	84,61
Eletrosul	92,92	92,15
Furnas	91,89	90,24
Itaipu	96,30	96,06

[1] Para efeito de comparação com o ano de 2015, o valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas dessas empresas.
[2] Os Fatores de disponibilidade encaminhados pela Eletronorte para subsidiar o cálculo da Disponibilidade Operacional na Geração, segundo informações desta, foram obtidos com base na metodologia do indicador FID (Fator de Disponibilidade de Geração – conforme a REN nº 614 da ANEEL), a qual difere da metodologia adotada por este relatório. Desta forma, o valor não foi utilizado para efeito de comparação.

Fator de Disponibilidade: indicador que relaciona o total de horas da usina em funcionamento durante o período com o total de horas do período.

Fator de Disponibilidade – Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional (%)		
Fonte de Energia Primária	**2016**	**2015**
Carvão	52,02	50,43
Eólica	98,13	98,70
Gás	84,82	85,90
Hídrica	94,18	88,44
Óleo	76,18	90,61
Solar	99,22	–
Urânio	90,00	84,61

A tabela seguinte apresenta a média da eficiência térmica das usinas das Empresas Eletrobras por fonte primária em 2016 e sua evolução em relação ao ano de 2015.

Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia (%)		
Fonte de Energia Primária	**2016**	**2015**
Carvão	28,10	28,34
Gás Natural	36,00	37,30
Óleo	39,57	38,24
Urânio	35,66	35,78

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam 21.309,3 MW de capacidade instalada de geração.

Dentre os principais estudos e projetos, destacam-se:

Empreendimentos em Projeto Básico					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte e outros	AHE	Proj. Bás.	Juruena	MT	46,0
Eletronorte e outros	AHE	Proj. Bás.	Verde 11 Alto	GO	50,0
Total					**96,0**

Empreendimentos em Projeto Básico de Ampliação					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte	AHE	Proj. Bás. Ampl.	Coaracy Nunes	AP	220,0
Eletronorte	AHE	Proj. Bás. Ampl.	Curuá-Una	PA	12,5
Total					**232,5**

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	São Luiz do Tapajós	PA	8.040,0
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jatobá	PA	2.338,0
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Marabá	PA	1.850,0
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Serra Quebrada	MA/TO	1.328,0
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Garabi	Bra/Arg	1.152,0
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Panambi	Bra/Arg	1.048,0
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Santa Isabel	TO/PA	1.087,0
Outros	AHE	Est. Viab.	–	Diversos	4.137,8
Total					**20.980,8**

Do total de projetos em estudos pelas Empresas Eletrobras, cerca de 10.700 MW são projetos indicativos, ainda não licitados, mas que constam na expansão da oferta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (PDE 2024), elaborado pela EPE/MME, o que equivale a 83% da capacidade de todas as hidrelétricas indicativas não licitadas constantes no referido Plano.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Expansão Estratégica em Geração

A Companhia vem expandindo, nos 3 últimos anos, uma média de 1.290 MW por ano, em termos de capacidade instalada, especialmente via SPEs.

Tipo de Empreendimento	2016	2015	2014	2013	2012
Corporativos, incluindo sob regime O&M (a)	40.122	40.938	41.265	41.624	41.145
SPE (b)	6.734	4.453	2.891	1.363	1.183
Total (a+b)	46.856	45.391	44.156	42.987	42.328
Agregação Física	**1.465**	**1.236**	**1.169**	**659**	**193**

(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.

Comercialização em Itaipu

A Lei nº. 10.438, de 26/04/02, determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2016, repassou, pelo regime quotas, para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que integram o Sistema Interligado Nacional, 67.460 GWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US$ 3,4 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobras foi de 23.648 GWh. O decreto nº 8401, de 4 de fevereiro de 2015 atribui os riscos hidrológicos associados à geração de Itaipu às referidas concessionárias de distribuição, na proporção do montante de energia elétrica alocado a cada concessionária, na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, cujo custo é repassado para as tarifas. Dessa forma, a Conta de Comercialização de Itaipu, administrada pela Eletrobras, a partir de janeiro de 2015, passou a liquidar na CCEE, somente valores referentes a Encargos, Excedente Financeiro, Recontabilizações, Rateio da Inadimplência, Ações, Liminares e outros ajustes financeiros.

5.2 Segmento Transmissão

Em 31 de dezembro de 2016, a malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras atingiu um total aproximado de 70.201 km. Desse total, (i) 6.545 km são corporativas; (ii) 57.027 km são corporativas Sob Regime de O&M; (iii) 6.629 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas Empresas Eletrobras por meio de Sociedades de Propósito Específico. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Companhia é responsável por 63.387 Km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 47% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

Empresas Eletrobras	Linhas de Transmissão em 2016 (km)					
	Corporativas (a)	Corporativas sob regime O&M (b)	SPE - Participação Eletrobras (c)	Total (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Eletronorte	1.767	10.011	2.072	13.849	4.219	15.996
Chesf	1.346	18.967	1.653	21.966	3.075	23.388
Furnas	1.464	18.623	1.817	21.904	4.250	24.337
Eletrosul	1.565	9.426	1.088	12.079	1.741	12.733
Amazonas GT	403	–	–	403	–	403
Total Eletrobras	**6.545**	**57.027**	**6.629**	**70.201**	**13.285**	**76.857**

(c) Considera apenas a proporção da participação acionária das Empresas Eletrobras na SPE;

(d) Total alavancado significa o total de km em linhas dos empreendimentos que contam com participação das empresas do Sistema Eletrobras.

Subestações

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha, através de suas subestações corporativas uma capacidade de transformação de 218.922 MVA, SPEs com capacidade da transformação de 17.020 MVA, totalizando 235.942 MVA de capacidade de transformação. De forma alavancada a Eletrobras contribuiu com 251.080 MVA de capacidade de transformação.

Empresas Eletrobras	Subestações Existentes em 2016 – Capacidade de Transformação (MVA)						
	Corporativas (a)	Corporativas sob regime O&M (b)	Total (c)	SPEs – Participação Eletrobras (d)	Total (c+d)	Alavancado pela Eletrobras (e)	Total Alavancado (c+e)
Eletronorte	12.169	20.512	32.681	1.151	33.832	2.332	35.013
Chesf	10.527	43.700	54.227	8.788	63.015	13.868	68.095
Furnas	12.175	92.624	104.798	6.118	110.917	13.607	118.405
Eletrosul	4.438	21.413	25.851	962	26.813	2.351	28.202
Amazonas GT	1.365	–	1.365	–	1.365	–	1.365
Total Eletrobras	**40.673**	**178.249**	**218.922**	**17.020**	**235.942**	**32.158**	**251.080**

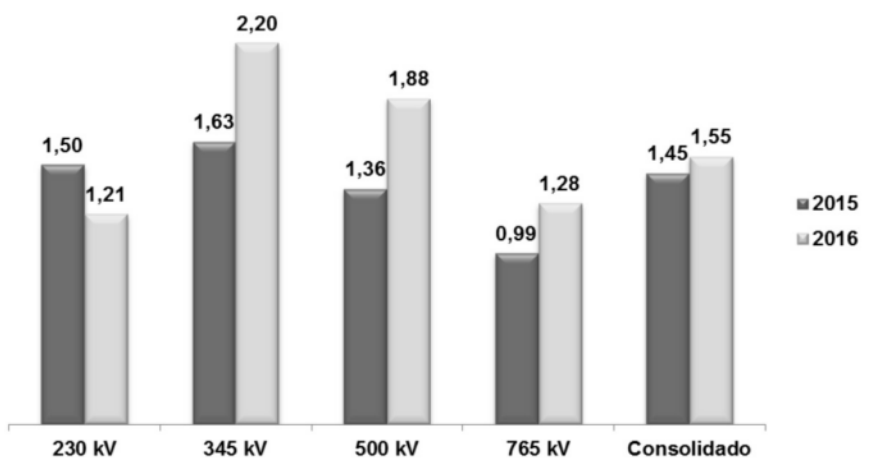
(e) Total alavancado significa o total de MVA dos empreendimentos que contam com participação das empresas do Sistema Eletrobras.

Eficiência do Serviço de Transmissão

• Disponibilidade

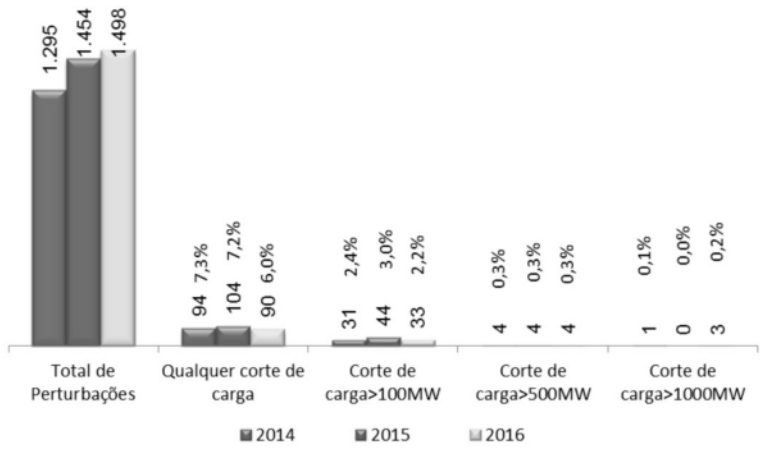
Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	**2016**	**2015**
Eletronorte	99,93	99,91
Chesf	99,92	99,82
Furnas	99,69	99,84
Eletrosul	99,21	99,78
Amazonas GT	n/d	n/d
Total	**99,69**	**99,84**

• Desligamentos por 100 km de linha de Transmissão em 2015 e 2016 das linhas de transmissão corporativas.



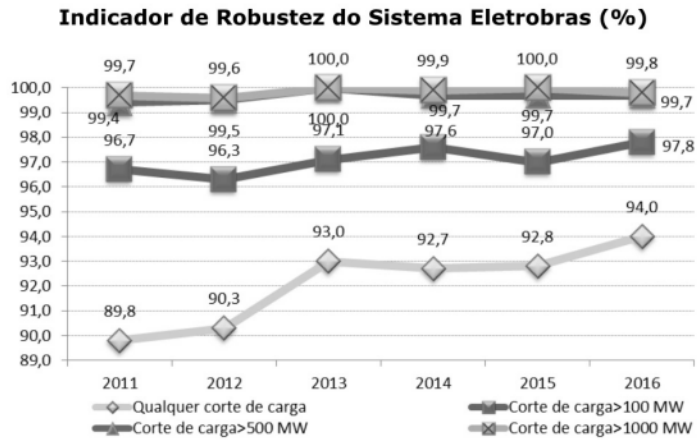
• Perturbações Rede de Transmissão

O gráfico a seguir apresenta o número de perturbações que tiveram origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras nos anos de 2014, 2015 e 2016, bem como os cortes de carga envolvidos nessas perturbações. Ressalta-se que apesar do aumento do número total de perturbações no ano de 2016, o mesmo não se refletiu em aumento do número de perturbações com corte de carga.
As principais causas de perturbações em 2016 foram os fenômenos naturais (descargas atmosféricas), equipamentos e meio ambiente (queimadas).



• Índice de Robustez (%)

O indicador de robustez avalia a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem mantendo o mesmo desempenho dos últimos anos, com destaque para a robustez para qualquer corte de carga que teve um aumento considerável, tendo em vista o menor número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2016.



• Perdas na Transmissão

No que tange às perdas na transmissão, a Eletrobras utiliza uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão das Empresas Eletrobras, baseada em cálculos elétricos, utilizando casos de fluxo de potência.

Considerando que as perdas elétricas são decorrentes da topologia de rede e do ponto operativo do sistema, ambas as situações fora do controle das empresas transmissoras, possíveis aumentos ou reduções das perdas representam alterações no perfil da otimização da operação eletro-energética do SIN. Por esta razão, no atual modelo regulatório brasileiro, o custo das perdas é dividido entre consumidores e geradores, sem qualquer encargo à empresa transmissora.

A tabela a seguir apresenta o referido indicador para cada uma das empresas de transmissão de energia da Eletrobras:

Perdas Técnicas por Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	**2016**	**2015**
Eletronorte	1,09%	1,35%
Chesf	2,70%	2,41%
Furnas	2,31%	2,19%
Eletrosul	1,42%	1,66%
Total	**2,02%**	**1,98%**

Expansão em Transmissão

Destaca-se em 2016, o acréscimo total de 1.766 km de linhas de transmissão corporativas e em parceria. Desse total 1.561 km representam acréscimo de linhas acima de 230 kV.

Os principais destaques em expansão em 2016 foram a conclusão da LT Sobral II/Acaraú II (CE), com 97 km de extensão, Interligação Jauru/Porto Velho (MT/RO), com 985,7 km de extensão e das SE Mirueira II 230/69 kV – 300 MVA (PE), SE Polo 230/69 kV – 100 MVA (BA), Ibiapina II 230/69 kV – 200 MVA (CE) e Miramar 230/69 kV – 450 MVA (PA) nas regiões Norte e Nordeste.

Na região Centro-Oeste, conclusão das obras na SE Ivinhema 230/138 kV – 300MVA (MS), LT 345 kV Samambaia / Brasília Sul, com 14 km de extensão, e LT 230 kV Barro Alto / Itapaci.

Na região Sul, conclusão das obras na SE Santa Maria III 230/138 kV – 2x83 MVA (RS).

O desempenho das empresas Eletrobras estão relacionadas ao não cumprimento dos prazos de conclusão dos empreendimentos, provocado especialmente por atrasos no processo de licenciamento ambiental, por desequilíbrio em contratos de fornecimento, pelo descumprimento de prazos por parte de alguns contratados e, finalmente, por aspectos fundiários relacionados à passagem das linhas de transmissão em propriedades particulares ou terras indígenas.

A seguir, encontra-se tabela com o acréscimo das linhas de transmissão das Empresas Eletrobras, em Km, para o ano de 2016, indicando também o total de agregação física, para o mesmo período, dos projetos alavancados com a participação das Empresas Eletrobras.

Empresas Eletrobras	Agregação física das Linhas de Transmissão em 2016 (km)					
	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs - Participação Eletrobras(c)	Total (d)	Agregação Física Eletrobras[1]	Agregação Física Alavancada (d)
Eletronorte	1.767	10.011	2.072	13.849	284	284
Chesf	1.346	18.967	1.653	21.966	580	441
Furnas	1.464	18.623	1.817	21.904	630	1.371
Eletrosul	1.565	9.426	1.088	12.079	272	274
Amazonas GT	403	0	0	403	–	0
Total Eletrobras	6.545	57.027	6.629	70.201	1.766	2.368

[1]–Agregação física considerando ajustes feitos em 2015 onde foram excluídas as linhas de transmissão da Amazonas D, ajuste no total de linhas da Amazonas GT de 439 km para 403 km e alteração nos dados da Eletronorte em função de linhas da Linha Verde Transmissora terem entrado em operação em 2015.

continua

continuação

Em termos de subestações, houve um acréscimo de capacidade de transformação das Empresas Eletrobras de 1.959 MVA, sendo 1.875 MVA por subestações corporativas e 85 através de SPE. Quando se considera o total de capacidade de transformação dos empreendimentos que possuem participação da Eletrobras, a Eletrobras contribuiu para o país, em 2016, com o acréscimo de 2.041 MVA.

Empresas Eletrobras	Acréscimo – Subestações em 2016 (MVA) >=230kV					
	Nº SE	Capacidade de Transformação Própria (MVA) (a)	SPEs – Participação Eletrobras (MVA) (b)	Total (MVA) (a+b)	SPEs – Total (MVA) (c)	Alavancado pela Eletrobras (a+c)
Eletronorte	1	600	–	600	–	600
Chesf	3	600	–	600	–	600
Furnas	–	–	–	–	–	–
Eletrosul	–	675	84,66	759,66	166	841
Total	**4**	**1.875**	**84,66**	**1.959,66**	**166**	**2.041**

Expansão Estratégica em Transmissão

A Companhia vem expandindo, nos 5 últimos anos, uma média de 2.804 Km por ano, em termos de linhas de transmissão, especialmente via SPEs, o que demonstra que a Companhia está perseguindo a diretriz estratégica de atuar de forma relevante no setor de transmissão, mantendo sua liderança.

Tipo de Empreendimento	2016	2015	2014	2013	2012
Corporativo (a)	63.572	62.409	62.142	60.570	59.056
SPE (b)	6.629	6.028	5.440	3.794	2.665
Total (a+b)	70.201	68.437	67.582	64.364	61.721
Agregação Física (km)	**1.766**	**853**	**3.218**	**2.643**	**5.542**

(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.
Agregação física considerando ajustes feitos em 2015 onde foram excluídas as linhas de transmissão da Amazonas D, ajuste no total de linhas da Amazonas GT de 439 km para 403 km e alteração nos dados da Eletronorte em função de linhas da Linha Verde Transmissora terem entrado em operação em 2015.

Com relação aos investimentos, as empresas Eletrobras, de forma corporativa e em parceria, em 2016, empreendimentos que representam investimentos em torno de R$ 14 bilhões, dos quais, destacam-se:

- A expansão dos sistemas de transmissão na região Sul, com o acréscimo de 1.952 km de linhas de transmissão em 230 kV e 500 kV, oito novas subestações e ampliações em outras. O investimento previsto é de R$ 3 bilhões e está sendo implantado corporativamente pela Eletrosul.
- O primeiro circuito da Interligação Elétrica da Usina de Belo Monte – 800 kV–CC, com capacidade de transmitir 4.000 MW, que levará energia da usina localizada no estado do Pará ao estado de Minas Gerais, ao longo de 2.092 km. O investimento previsto é de R$ 4,5 bilhões.
- A Interligação Elétrica Manaus – Boa Vista. A interligação em 500 kV será implantada com a participação da Eletronorte, ao longo de 715 km de linha de transmissão, representando investimentos de R$ 1 bilhão. Em decorrência do licenciamento ambiental, a linha de transmissão não teve suas obras iniciadas.
- A Interligação Elétrica Brasil – Uruguai, cuja operação comercial iniciou em 2016, é a primeira conexão de grande porte entre os dois países. Com uma nova subestação em Candiota e 63 km de linha de transmissão em 500 kV no lado brasileiro, a Interligação tem capacidade de transmitir 500 MW, nos dois sentidos.
- A linha de transmissão 230 kV Jauru – Porto Velho, nos estados do Mato Grosso e Rondônia, com 987 km, e ampliação de subestações associadas. A Eletronorte investiu R$ 923 milhões no empreendimento, concluído em 2016.
- A linha de transmissão 230 kV Luiz Gonzaga – Garanhuns – Pau Ferro, com 799 km nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Sob a responsabilidade da SPE Interligação Elétrica Garanhuns, (49% Chesf e 51% CTEEP), o empreendimento foi energizado em outubro/2016, com investimento de R$ 942 milhões.

Abaixo, segue mapa ilustrativo dos principais empreendimentos de transmissão em construção no Brasil em dezembro de 2016.



Participação Integral	Parceria	Total	
2.460,9 km – 22 empreendimentos de transmissão + subestações associadas	6.488,1 km – 16 empreendimentos LTs + SEs associadas Sendo **2.882,4 km pertencentes à ELB**	8.949,0 km	**Investimento:** R$ 11,7 bilhões, dos quais R$ 1,8 bilhões em participação integral RAP: R$ 1,20 bilhões
4.500 MVA	8.330 MVA sendo 3.941,6 MVA pertencentes à EL	12.830 MVA	

Em 2016, visando aumentar a atratividade necessária para investimentos no setor, a ANEEL estabeleceu novas condições para os leilões de transmissão. Melhorou as condições financeiras, destacando-se a rentabilidade acima do que vinha sendo praticado nos segmentos de geração e distribuição, sobretudo devido ao aumento do WACC (custo médio ponderado de capital). A sua elevação (de 8,26% em 2015 para 9,73% em 2016) foi importante para refletir as condições atuais de financiabilidade dos projetos de transmissão, e com isso a Receita Anual Permitida (RAP) dos lotes subiu, em média, 20% em relação a 2015. Além disso, houve o aumento do prazo de execução dos lotes dos leilões, o que contribui significativamente para reduzir o risco de atraso na implantação dos empreendimentos. Tal alteração traz benefícios pro setor de transmissão, embora a Eletrobras não tenha participado de leilão em 2016.

5.3 Segmento Distribuição

As empresas de Distribuição de Energia Elétrica da Eletrobras ("EDE"), atuam em 02 (dois) estados da Região Nordeste e 04 (quatro) estados da Região Norte, atendendo mais de 4 milhões de consumidores. Em dezembro de 2016, estas empresas utilizavam uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 263.133 km de extensão e um total de 226 subestações, compreendendo 463 municípios. A Eletrobras vendeu sua participação acionária integral na distribuidora Celg-D.

Dados Físicos do Sistema – 2016								
Descrição	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista Energia	Total	Celg-D
Linhas/Redes de Distribuição - Km	20.071	42.744	47.932	90.839	57.885	3.663	263.133	215.635
Nº de subestações	15	40	24	84	60	3	226	329
Nº de Clientes	254.200	1.117.108	945.179	1.227.333	609.080	112.180	4.265.080	2.825.172
Nº de Municípios	22	102	62	224	52	1	463	237

Operação e Comercialização

No exercício de 2016, as Empresas de Distribuição da Eletrobras, de um modo geral, obtiveram resultados inferiores aos anos anteriores. Os resultados foram reflexos de fatores conjunturais, como a desaceleração da economia, baixo crescimento do PIB, crise política e diminuição de recursos de CDE, CCC e RGR.

Conforme já mencionado, através da 165ª AGE, foi decidido pela não prorrogação das concessões das distribuidoras CEPISA, CEAL, ELETRO-ACRE, CERON, BOA VISTA e AMAZONAS ENERGIA. As mesmas permanecem como responsáveis pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seus controles acionários, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Outro destaque foi a privatização da Celg-D em 30 de novembro de 2016, com lance pela Enel Brasil S.A. de R$ 2,19 bilhões, com ágio de 28% em relação ao preço mínimo aprovado pela 166ª AGE da Eletrobras. A Eletrobras recebeu, pela venda da totalidade de sua participação acionária, o montante aproximado de R$ 1,07 bilhão da Enel e na 1ª oferta cerca de R$ 0,5 milhão, dos empregados da Celg-D que decidiram exercer o direito de compra de participação acionária da Celg-D. Ainda resta ocorrer a 2ª oferta aos empregados e a liquidação das sobras finais, devendo a Eletrobras receber ao final o montante de R$ 1,14 bilhão.

O consumo nacional de energia na rede elétrica apresentou no ano de 2016 um recuo de -0,9% sobre 2015, pelos dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, enquanto que as Empresas de Distribuição da Eletrobras – EDE em 2016, contabilizaram -2,45% no Mercado Cativo, fornecendo 29.010,6 GWh para 7.090.252 unidades consumidoras, considerando a Celg-D. Em 2016, foram incorporadas 231.399 novas unidades, um crescimento de 3,4% em relação a 2015, atendendo a 700 municípios dos Estados do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia, Goiás e do Município de Boa Vista. Para fazer face ao desempenho as distribuidoras investiram um montante de R$ 1,13 bilhão.

As linhas e redes de distribuição agregaram, em 2016, um total de 12.284 quilômetros.

Comercialização de Energia Elétrica das Empresas Distribuidoras

As Distribuidoras da Eletrobras faturaram um volume de energia no Mercado Cativo com suprimento de 29.010 GWh, uma redução de -2,40% em 2016 quando comparado ao ano de 2015, esta redução foi influenciada principalmente pela desaceleração da economia, onde pode ser verificada nas classes industrial e comercial com reduções da ordem -12,6% e -3,6% em relação ao ano anterior.

Outro fato que contribuiu para uma diminuição das duas classes supracitadas foi o aumento de Consumidores Livres, principalmente na Eletrobras Amazonas Energia (EAEN), que após interligação da capital Manaus ao SIN teve grande parte das indústrias aderindo à compra de energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL. Em 2016, a Amazonas Energia forneceu 227,2 GWh para o Consumidor Livre.

Houve evolução da Classe Iluminação Pública, atribuído às ações de recadastramento do parque de iluminação pública principalmente na Boa Vista Energia e Ceal.

Classes de Consumos	Energia Vendida (MWh)		
	2016	2015	(%)
Residencial	11.525.285	11.527.085	-0,02%
Industrial	4.599.425	5.262.677	-12,60%
Comercial	6.027.120	6.253.194	-3,62%
Rural	2.180.302	2.076.915	4,98%
Poder Público	1.863.806	1.888.990	-1,33%
Iluminação Pública	1.480.825	1.443.519	2,58%
Serviço Público	1.028.885	1.021.913	0,68%
Consumo Próprio	75.884	42.845	77,11%
TOTAL Cativos	**28.781.533**	**29.517.140**	**-2,49%**
Suprimento	229.057	207.542	10,37%
TOTAL E. Vendida	**29.010.590**	**29.724.682**	**-2,40%**
Suprimento	**2016**	**2015**	**(%)**
Boa Vista Energia	217.212	195.892	10,88%
Eletroacre	11.845	11.650	1,67%
Total	**229.057**	**207.542**	**10,37%**
Consumidor Livre *	493.749	271.702	81,72%

* Consumidor Livre – Aquisição de Energia pode ser feita por Consumidor Livre/ Especial no Ambiente de Contratação Livre – ACL. O Consumidor Especial e o Livre podem exercer a opção de compra de energia elétrica no ACL, com vistas à cobertura, total ou parcial, das necessidades de energia elétrica e potência das unidades consumidoras de sua titularidade, ressalvado o cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação.

Classes de Consumo	Energia Vendida (MWh) – 2016							
	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista Energia	Total	Celg-D
Residencial	447.637	1.305.037	2.124.625	1.629.013	1.151.499	422.544	**7.080.356**	4.444.930
Industrial	39.564	535.000	1.365.430	207.352	388.944	19.450	**2.555.741**	2.043.684
Comercial	207.913	730.449	1.259.733	740.754	627.581	187.631	**3.754.061**	2.273.059
Rural	46.745	164.837	74.457	162.769	311.149	13.641	**773.598**	1.406.704
Poder Público	124.137	161.107	592.961	243.826	220.113	85.140	**1.427.283**	436.523
Iluminação Pública	48.183	215.344	160.059	183.793	133.664	41.674	**782.716**	698.109
Serviço Público	48.379	205.849	150.338	161.250	50.599	21.951	**638.367**	390.518
Consumo Próprio	769	3.183	56.726	3.311	5.467	1.177	**70.633**	5.251
Total	**963.327**	**3.320.806**	**5.784.329**	**3.332.069**	**2.889.016**	**793.208**	**17.082.755**	**11.698.778**
Suprimento	11.845	–	–	–	–	217.212	**229.057**	–
Total c/ Suprimento	975.172	3.320.806	5.784.329	3.332.069	2.889.016	1.010.420	**17.311.812**	11.698.778
Cons. Livre/ Especial	19.087	158.883	227.157	45.267	43.355	–	**493.749**	–

Qualidade dos Serviços e Inadimplência

No exercício de 2016, as Empresas de Distribuição da Eletrobras obtiveram uma evolução positiva, de forma consolidada, no indicador de continuidade DEC em -3,8 horas quando comparado com o realizado no ano anterior, passando de 35,5 em 2015 para 31,7 horas em 2016. Com relação ao indicador FEC, houve um decréscimo consolidado de -2,6 interrupção neste mesmo período, passando de 25,4 em 2015 para 22,8 em 2016.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300088

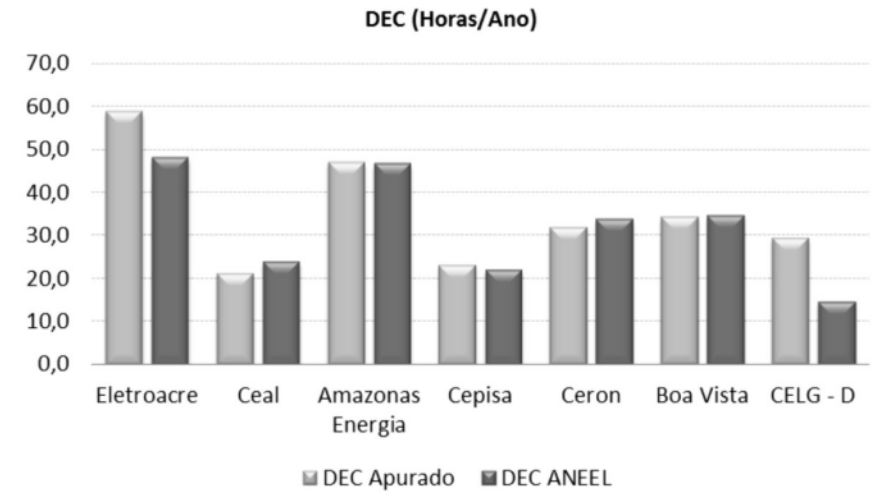
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Hora/Ano								
Ano	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista Energia	Total	Celg-D
2012	65,9	26,3	60,1	34,2	31,4	11,9	38,7	35,7
2013	72,0	30,7	57,3	29,8	38,9	12,9	39,5	40,0
2014	63,9	36,5	55,0	33,0	29,0	14,7	39,5	40,4
2015	56,4	29,6	46,8	26,2	40,8	22,5	35,5	43,2
2016	58,9	21,5	47,3	23,4	32,2	34,5	31,7	29,6
Variação 2016x2015 (%)	**4,3%**	**-37,8%**	**1,0%**	**-12,1%**	**-26,9%**	**34,6%**	**-11,9%**	**-46,3%**

DEC Padrão fonte ANEEL.

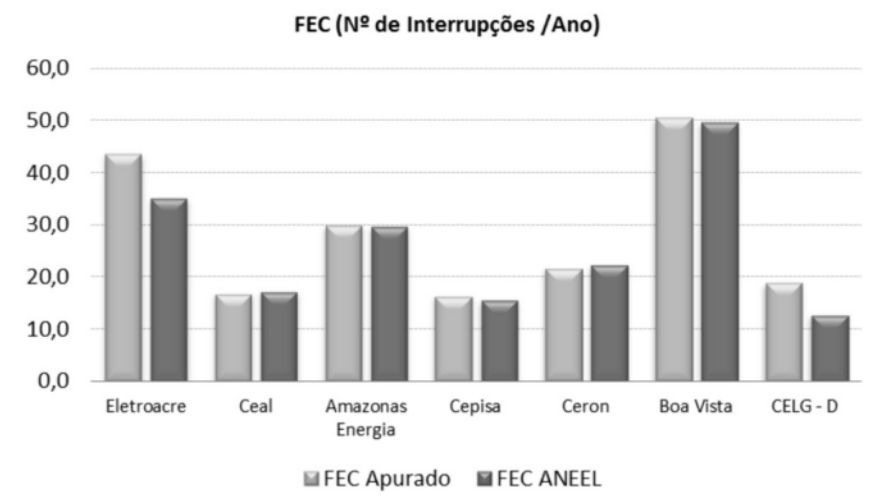
(*) Os anos de 2014, 2015 e 2016 foram consolidados com os valores da Celg-D, nos demais a Celg-D não está incluída na consolidação.
(**) Ressalta-se que o Ofício Circular nº0006/2015-SRD/Aneel de 02/02/2015, permitiu as distribuidoras retificar os dados do DEC e FEC do ano de 2014, sendo assim, a Amazonas Energia seguindo as orientações do ofício refez os cálculos e encaminhou as alterações do ano de 2014 com as devidas justificativas para a agência reguladora.



Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Nº de Interrupções/Ano								
Ano	Acre	Alagoas	Amazonas	Piauí	Rondônia	Roraima	Cons. ELB	Celg-D
2012	55,3	20,1	50,2	26,1	26,0	23,8	31,4	24,2
2013	47,5	16,0	39,4	23,4	32,5	21,5	27,7	26,2
2014	40,9	22,8	37,5	20,6	24,5	19,8	26,6	27,2
2015	40,7	20,7	29,4	19,9	30,3	35,7	25,4	25,1
2016	43,5	16,8	29,9	16,4	21,6	50,5	22,8	18,9
Variação 2016x2015 (%)	**6,6%**	**-23,1%**	**1,7%**	**-21,3%**	**-40,5%**	**29,3%**	**-11,5%**	**-32,6%**

FEC Padrão fonte ANEEL.

(*) Os anos de 2014, 2015 e 2016 foram consolidados com os valores da Celg-D, nos demais a Celg-D não está incluída na consolidação.



Perdas de Energia

No ano de 2016 as Distribuidoras registram, de um modo geral, aumento das Perdas. De forma consolidada as Perdas de Energia passaram de 26,51% em dezembro de 2015 para 27,83% em dezembro de 2016.

Empresas	Perdas Técnicas		Perdas não Técnicas		Perdas Totais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Eletroacre	9,85%	9,85%	14,42%	13,47%	24,27%	23,32%
Ceal	10,34%	10,34%	16,37%	14,89%	26,71%	25,23%
Amazonas Energia	7,77%	7,77%	35,39%	32,66%	43,16%	40,43%
Cepisa	12,17%	12,17%	18,49%	18,31%	30,66%	30,48%
Ceron	11,15%	11,15%	18,61%	15,59%	29,76%	26,74%
Boa Vista Energia	7,04%	7,04%	5,40%	5,84%	12,44%	12,88%
Consolidado Eletrobras	**9,72%**	**9,72%**	**18,11%**	**16,79%**	**27,83%**	**26,51%**
CelgD	9,38%	9,38%	3,46%	2,55%	12,84%	11,93%

* Para o ano de 2015 foi calculado com Celg-D, porém agora, para comparação, foi excluído em 2015 e 2016.

Contribuiram para esse aumento, o comportamento da população frente às condições desfavoráveis da economia, refletidas na incapacidade de pagamento dos clientes da Classe Residencial, onde se constatou a ampliação das ligações clandestinas em resposta às ações de suspensão do fornecimento pelo atraso no pagamento (combate à inadimplência).

Além disso, contribuiram para elevação das Perdas nas Empresas as restrições de recursos financeiros, fazendo com que as atividades de inspeção e de regularização de consumidores fossem reduzidas em todas as distribuidoras e em particular destaca-se a Ceron, onde houve uma situação profundamente adversa em função de decisões judiciais limitando o faturamento e a cobrança das autuações pela fraude nos medidores. Tal fato só foi solucionado no final de 2016, mediante a celebração do contrato com o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia (IPEM-RO) para prestação de serviços de verificação técnica de medidores de energia elétrica, com emissão de laudos e relatórios técnicos.
Como fato positivo, os recursos do Projeto Energia+, financiado pelo Banco Mundial, têm sido aplicados em um conjunto de ações visando à redução das perdas elétricas, aumento da taxa de arrecadação e melhoria da qualidade do serviço prestado para os consumidores, contribuindo assim para a modicidade tarifária, a satisfação dos clientes e o retorno adequado aos acionistas.
O subprojeto Infraestrutura de Medição Avançada (AMI) implantado nas Distribuidoras permite realizar a medição, leitura e o monitoramento de todas as suas unidades consumidoras de média tensão e das de baixa tensão localizadas nas capitais que apresentam consumo mais significativo. Os dados coletados remotamente através de uma infraestrutura de comunicação e enviados ao Centro de Inteligência da Medição (CIM), em Brasília, e aos seis Centros de Supervisão Regionais (CSR), nas capitais dos Estados onde atuam as Distribuidoras, são tratados com vistas a verificação de sua conformidade. Esta infraestrutura contempla investimentos de R$ 247 milhões.

Inadimplência:

Esse indicador de desempenho é obtido pela divisão da Inadimplência Comercial Ativa pelo Faturamento com Energia Faturada do mesmo período.

Consolidação das Distribuidoras	Inadimplência		Faturamento		INAD		
Classe	2016 (R$ mil)	2015 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2015 (R$ mil)	2016	2015	Diferença 2016x2015 (p.p)
Residencial	486.223	463.270	4.374.676	3.886.623	11,1%	11,9%	12,6%
Industrial	98.070	79.889	1.128.779	1.065.896	8,7%	7,5%	5,9%
Comercial	180.856	165.939	2.464.242	2.215.667	7,3%	7,5%	11,2%
Rural	41.921	44.215	300.090	290.471	14,0%	15,2%	3,3%
Poder Público Municipal	96.866	70.111	301.247	250.108	32,2%	28,0%	20,4%
Poder Público Estadual	60.421	56.281	324.579	268.299	18,6%	21,0%	21,0%
Poder Público Federal	20.822	10.405	180.807	154.843	11,5%	6,7%	16,8%
Serviço Público	58.197	191.273	288.800	241.356	20,2%	79,2%	19,7%
Iluminação Pública	52.375	37.357	285.378	272.464	18,4%	13,7%	4,7%
Outros	18.215	5.877	106.233	77.240	17,1%	7,6%	37,5%
TOTAL	**1.113.965**	**1.124.618**	**9.754.831**	**8.722.966**	**11,4%**	**12,9%**	-11,4%
Celg-D	587.891	612.265	7.936.130	7.998.524	7,4%	7,7%	-3,2%

5.4. Operações Internacionais

Presença no Mundo

Em 2016, a Eletrobras reformulou sua atuação internacional e, condizente com a diretriz estratégica elencada no PDNG 2017-2021, buscou aumentar sua expressão nos negócios de geração (ênfase em eólica e hidrelétrica), transmissão (ênfase em interconexões internacionais) e comercialização internacional (intercâmbio de energia entre países), buscando atuar prioritariamente em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano, privilegiando parcerias locais, com foco na criação de valor, garantindo retorno adequado aos investimentos internacionais. Neste contexto, destacam-se o aprofundamento dos estudos referentes aos aproveitamentos hidroelétricos fronteiriços com a Bolívia e com a Argentina, além dos estudos sobre integração dos sistemas de transmissão inter-regionais envolvendo Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.



Em dezembro de 2016, a Carteira de Projetos Internacionais era composta por 9 projetos. O total de ativos totalizam 4.721 MW em geração e 900 km em linhas de transmissão.

Destacamos a continuidade da parceria entre a Eletrobras e a estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE) que levou ao desenvolvimento do Parque Eólico Artilleros (65 MW), localizado no Departamento de Colônia, Uruguai. Este projeto entrou em operação em 2015. Em 2016, a receita bruta com venda de energia totalizou US$ 9,26 milhões.

Foram retomadas as negociações entre a Eletrobras e a estatal argentina EBISA (Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima) objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Também evoluíram as tratativas junto a estatal Boliviana ENDE (Empresa Nacional de Electricidad) relacionadas à exploração do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia. Em novembro de 2016, foi firmado entre Eletrobras, ENDE e CAF (Banco de Desarrollo de América Latina) um Convênio de Cooperação Técnica com o objetivo iniciar os estudos necessários para o futuro desenvolvimento de uma hidrelétrica binacional no rio Madeira.

Em virtude da reformulação da estratégia da empresa, a prospecção de novos projetos no mercado de energia em empreendimentos de transmissão e geração em Moçambique, Nigéria e República do Congo foram interrompidas.

A Eletrobras, por meio da SPE Centrales Hidroeléctricas de Centroamérica, optou ainda por não participar mais do desenvolvimento do projeto hidrelétrico de Tumarín, de 253MW, na Nicarágua, tendo vendido a totalidade das ações da subsidiária integral Centrales Hidroeléctricas de Nicaragua (CHN) para a Empresa Nicaraguense de Eletricidad (ENEL) e para a Distribuidora de Electricidad del Norte S.A. (DISNORTE).

A Eletrobras participa ainda, como agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional BRACIER e como membro do *World Energy Council* (WEC) e da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (GEIDCO).

Interligações Fronteiriças

A Eletrobras opera interligações internacionais de médio e grande porte com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Brasil – Argentina

- Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana (Brasil), com capacidade de 50 MW, e uma linha de transmissão em 132 kV, que interliga a conversora a Paso de los Libres (Argentina).

Brasil – Paraguai

- Quatro linhas de transmissão em 500 kV que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação Margem Direita (Paraguai) e à subestação Foz do Iguaçu (Brasil).

continua

continuação

Brasil – Uruguai

- Estação conversora de frequência de Rivera (Uruguai), com capacidade de 70 MW, e uma linha de transmissão em 230 kV, que interliga a conversora à subestação Livramento (Brasil);
- Conexão entre a SE Presidente Médici (Brasil) e a SE San Carlos (Uruguai), com capacidade de 500MW.

Brasil – Venezuela

- Linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga Boa Vista (RR) à cidade de Santa Elena (Venezuela).

Avançaram ainda os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que garantirá a transferência da energia gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil (Roraima e Amapá), Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Patrocinados e coordenados pelo BID, os estudos de pré-viabilidade foram concluídos em novembro de 2016. As próximas etapas do projeto envolvem a realização de estudos de inventário hidroelétrico na Guiana e no Suriname. O processo de contratação destes estudos encontra-se em elaboração pelo BID, que patrocinará também esta fase do projeto.

6. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

6.1 Cepel e Investimentos em P&D+I

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL teve suas atividades de P&D+I, em 2016, consolidadas num Plano de Trabalho institucional, aprovado pelo seu Conselho Deliberativo, que abrange 135 projetos de P&D+I, pesquisa experimental e laboratorial; onde se destacam 78 projetos de grande porte ("Carteira de Projetos Institucionais").

O Cepel organiza suas atividades em sete grandes áreas de atuação: Otimização Energética e Meio Ambiente; Redes Elétricas; Automação de Sistemas; Linhas e Estações; Tecnologia de Distribuição; Materiais, Fontes Alternativas e Eficiência Energética; e Infraestrutura Laboratorial e de Pesquisa Experimental.

A rede laboratorial do Cepel é singular, a maior do gênero no hemisfério sul. Permite a condução de pesquisas experimentais, ensaios, e atividades de calibração e certificação em Alta Tensão e Potência, Materiais, Eficiência Energética em Refrigeração e Iluminação, Automação e Proteção de Sistemas, Computação Intensiva, Qualidade de Energia, Diagnóstico de Equipamentos e Instalações, Compatibilidade Eletromagnética, Medição de Energia Elétrica e Células a Combustível.

Adicionalmente, o Cepel abriga o Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito (Cresesb), o Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes (Cate) e a Casa Solar Eficiente; áreas de demonstração e divulgação de tecnologias. Atua em qualidade de energia, e no desenvolvimento de equipamentos e sistemas para medição, gerenciamento de energia elétrica e redução de perdas. Com o apoio do Ministério de Minas e Energia/Banco Mundial, está montando uma infraestrutura laboratorial e de pesquisa para desenvolvimento e avaliação de soluções de Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grids).

Há projetos do CEPEL focados na manutenção da confiabilidade e extensão de vida útil de equipamentos e sistemas de geração, transmissão e distribuição são pontos importantes para a melhoria do desempenho técnico-econômico dos ativos do Sistema Eletrobras. Em monitoramento e gestão de ativos das empresas, seus sistemas (SOMA, DianE e IMA-DP) auxiliam na otimização de investimentos, manutenção e segurança na operação.

Como um dos mais importantes investimentos de sua história recente, com parceria entre Eletrobras, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, MME e Finep, o Laboratório de Ultra Alta Tensão ao Tempo (Lab UAT Externo) encontra-se plenamente operacional desde novembro de 2016, com uma capacidade para realizar pesquisas experimentais, desenvolvimentos e ensaios em configurações de linhas de transmissão e equipamentos associados, até as classes de tensão de ± 1000 KV CC e 1200 kV CA, dando assim suporte às empresas do Sistema Eletrobras, ao Setor Elétrico e fabricantes, em parceria com a academia e centros de pesquisas nacionais e internacionais.

Entre os principais equipamentos destaca-se o Gerador de Impulso de 6,4 MV; 3 transformadores de tensão nominal 750 kV, 1,0 A cada, que podem ser combinados para montagem monofásica com tensão nominal de 2.250 kV CA e 2 retificadores de tensão nominal 1.000 kV, 50 mA cada, que também podem ser combinados para montagem monopolar com tensão nominal de 1.600 kV CC. Em termos de recursos, contou-se com R$ 52 milhões da Eletrobras, R$ 16 milhões do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ("MCTIC"), via Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e R$ 36 milhões do Ministério de Minas e Energia ("MME"), no âmbito do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META, do Banco Mundial.

Em paralelo, planeja-se uma nova unidade laboratorial para a realização de ensaios em Ultra Alta Tensão em condições controladas, o Lab UAT Abrigado. Encontra-se elaborada uma proposta de Projeto Conceitual já discutida com todas as empresas do Sistema Eletrobras, que incorpora a concepção das características técnicas, incluindo a definição das dimensões físicas do prédio, etapa fundamental e que determina a abrangência das pesquisas experimentais que poderão ser realizadas. Com o apoio de Furnas, foi concluído um anteprojeto do laboratório e os recursos necessários seriam oriundos da Lei 9.991/2000 e aportados pelas Empresas do Sistema Eletrobras.

As características do Sistema Interligado Nacional (SIN) geram a necessidade de infraestrutura laboratorial especializada, de referência, para pesquisas experimentais e ensaios em equipamentos de grande porte, envolvendo altas tensões e correntes, e outras grandezas relevantes; fator essencial para conferir sustentabilidade à operação e desenvolvimento do SIN. Para atender a esta demanda, o Cepel implantou o maior conjunto de laboratórios elétricos do Hemisfério Sul, entre os quais podem ser destacados os seguintes:

Ultra-Alta Tensão Externo, que iniciou sua operação em 2016, para ensaios e pesquisa experimental de configurações de linhas de transmissão, cadeias de isoladores e demais componentes de linhas até classes de tensão em 1.200 kV CA e ± 1.000 kV CC, pioneiro no continente americano;

Alta Tensão, um dos maiores do gênero no Hemisfério Sul, para ensaios dielétricos (de isolamento) de aceitação e suporte a P&D em equipamentos e componentes para sistemas de transmissão até 800 kV;

Alta Potência, que oferece as mais elevadas potências de curto-circuito na América do Sul; (4) outros, como Análises Químicas; Corrosão; Metalografia; Diagnóstico em Equipamentos e Instalações Elétricas; Iluminação e Refrigeração/Procel; Computação Intensiva; Medição Fasorial Síncrona; Supercondutividade e Qualidade de Energia.

6.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

A Excelência Operacional é um dos três pilares estratégicos da Eletrobras. Nesse sentido, a Companhia tem aplicado a filosofia *Lean*(2) para possibilitar redução do desperdício, elevação de ganhos de produtividade e otimização de processos.

Ao longo de 2016, nós coordenamos a realização de 21 projetos de melhoria, utilizando o conceito do ciclo *Kaizen*(3) , com foco na melhoria contínua. Os projetos desenvolvidos abordaram processos críticos para o Sistema Eletrobras como: Acompanhamento do Desempenho de SPE em Operação.

Ampliação e Reforços de Transmissão, Gestão de Denúncias e Otimização Tributária.

Adicionalmente, foi realizado um novo ciclo do Programa de Melhoria de Processos Eletrobras – PMPE, instituído em 2015. O PMPE tem como objetivo contribuir para a formação de uma cultura de melhoria contínua na Eletrobras, a partir do treinamento e da orientação de empregados participantes na aplicação das técnicas de melhoria de processos. Nesse programa, o empregado, de forma voluntária, pode submeter um projeto de melhoria para o programa. Após a conclusão dos projetos selecionados, os empregados são certificados como Agentes de Melhoria, estando habilitados a desenvolver novas melhorias em suas áreas de atuação.

No ano de 2016, foram submetidos 16 projetos de melhoria, sendo 11 selecionados para o ciclo. Ao longo da execução dos projetos, gestores e empregados foram acompanhados por *coaches* internos do Departamento de Desenvolvimento Empresarial, buscando maximizar o desenvolvimento de competências e o alcance das metas estabelecidas para o projeto.

Ao final do ciclo de 2016, seis projetos continuam em andamento e cinco foram concluídos, estando destacados na tabela abaixo:

Diretoria	Projeto	Resultados
Diretoria de Transmissão	Redução de *"Lead Time"* e custo na emissão do Relatório de Acompanhamento de Reforços de Grande Porte de Transmissão.	– Redução de 90% no custo e no tempo de execução do processo. – Informações com maior agregação de valor para os clientes.
Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa	Redução do tempo de lançamento das notas fiscais de contratos.	– Redução de 72% dos casos de solicitação de compras com verba não utilizada para os novos contratos.
Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa	Redução do tempo de Ateste e de Autorização de Pagamento de Notas Fiscais de Serviços.	– Redução de 87% no tempo de execução do processo.
Presidência	Redução do tempo de elaboração de Relatórios Gerenciais dos Processos de Patrocínio.	– Redução de 70% no tempo de elaboração dos relatórios.
Presidência	Redução no prazo médio na contratação de projetos.	– Redução de 25% no tempo de contratação de projetos de patrocínio.

(2) Filosofia *Lean* é uma filosofia de gestão focada na redução dos sete tipos de desperdícios (super-produção, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos). Eliminando esses desperdícios, a qualidade melhora e o tempo e custo de produção diminuem. A Manufatura Enxuta foi desenvolvida pelo executivo da Toyota, Taiichi Ohno, durante o período de reconstrução do Japão após a Segunda Guerra Mundial. O termo foi popularizado por James P. Womack e Daniel T. Jones no livro *"A Mentalidade Enxuta nas Empresas Lean Thinking: Elimine o Desperdício e Crie Riqueza"*

(3) As ferramentas *"Lean"* incluem processos contínuos de análise (*kaizen*), produção *"pull"* (no sentido de kanban) e elementos/processos à prova de falhas (*Poka-Yoke*).

Para 2017, já está programada a realização de um novo ciclo do Programa de Melhoria de Processos Eletrobras. Espera-se que o compartilhamento do valor percebido pelos gestores e empregados envolvidos no ciclo de 2016 eleve o número de projetos inscritos, e mobilize mais colaboradores para melhoria contínua de seus processos.

A gestão da inovação tem o objetivo de promover um ambiente favorável à criatividade, experimentação e implementação de novas ideias nos temas de interesse da empresa.

Serão mantidos no ciclo 2017 os temas: 1- Melhoria de Processos, 2- Aumento de Receitas; 3- Redução de MSO e 4- Outras ideias.

6.3. Governança de Tecnologia de Informação

No âmbito do PDNG 2017-2021, há ações para padronizar os sistemas de informações corporativas visando a implantação de um centro de serviço compartilhado. Assim, as empresas Eletrobras vêm apoiando a implantação de um novo modelo de gestão empresarial que culminou com a definição do sistema SAP ERP (*Enterprise Resource Planning* – ERP), como padrão para todas as empresas integrantes do Sistema Eletrobras. As implantações e adequações do sistema SAP ERP nas diferentes empresas, visando a uniformização e menores custos possíveis, está sendo feito no âmbito do Programa de Implantação do Padrão de ERP nas empresas Eletrobras – ProERP.

Em 2016, a nova Diretoria Executiva aprovou uma nova estratégia de implantação passando a adotar o conceito de instância única, na qual o SAP será implantado na Eletrobras e as empresas serão consideradas como *company code*, que é o código que cada empresa terá no SAP. Neste cenário haverá padronização dos processos de negócios e maior sinergia entre as empresas e a governança do SAP será realizada de forma centralizada na Holding, além de redução do prazo em 12 meses e custos de implantação de 330 milhões para cerca de 130 milhões. Neste novo cenário as empresas distribuidoras foram excluídas, devido a decisão de privatização dessas companhias até o final de 2017.

Os principais Benefícios do Programa ProERP Instância Única são:

- Padronização e integração dos sistemas informatizados de gestão empresarial das empresas Eletrobras;
- Padronização dos processos de negócios comuns às empresas;
- Maior agilidade na gestão dos negócios das empresas;
- Melhoria da governança das empresas;
- Acesso direto da Holding a todas as informações diretamente no SAP;
- Confiabilidade na consolidação e comparação de resultados das empresas Eletrobras;
- Otimização dos custos de suporte e manutenção de TI;
- Viabilização do Centro de Serviços Compartilhados;
- Estimativa de redução dos custos com PMO da ordem de 12%/ano;

Além do Programa ProERP, em 2016 a Eletrobras implantou uma Infraestrutura local para Autoridade Certificadora Eletrobras, a qual permite a emissão, gerenciamento e revogação de certificados digitais para usuários, aplicações e infraestrutura tecnológica para todo o Sistema Eletrobras, interligou a infraestrutura de Telecomunicação Voz sobre IP das empresas do Sistema Eletrobras, finalizando a interligação da Eletrobras com a Eletrosul, que possibilitou a eliminação dos custos de comunicação entre essas empresas, além da comunicação já existente com a Eletronuclear e a sede da Chesf. O projeto está em andamento com previsão de interligação com Furnas e Eletronorte no primeiro semestre de 2017.

Houve atualização da infraestrutura de suporte ao sistema de Modelo de Planejamento da Operação de Sistema Hidrotérmicos Interligados de Longo e Médio Prazo – *Newave*, visando atender as exigências da ANEEL, de aprovar as versões 21 e 23 dos modelos *Newave* e *Decomp*.

Em desenvolvimento de Sistema, a Eletrobras criou o Sistema de Ouvidoria para o Mercado de Valores Mobiliários – Ombudsman de RI. Atendendo ao disposto na instrução nº 529/2012 da CVM, o sistema tem por objetivo receber, registrar, analisar, instruir e responder às consultas, sugestões, reclamações, críticas e elogios de investidores.

7. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

7.1. Desempenho Empresarial

Os Contratos de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, firmados pela Eletrobras e suas empresas controladas desde 2010, tem abrangência quinquenal e possibilidade de revisão anual, sendo um instrumento do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras. Os indicadores e as metas anuais que compõem o painel do CMDE são definidos a partir de diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva da Eletrobras – DEE e pelo Conselho de Administração da Eletrobras – CAE, em conformidade com os resultados e objetivos estratégicos a serem alcançados.

O monitoramento dos resultados é realizado pela Eletrobras e suas empresas controladas, sendo publicado em relatórios mensais apreciados pelas Diretorias e Conselhos de Administração. Ao final de cada exercício é apurado, para cada empresa, o Índice Ponderado de Cumprimento de Metas – IPCM, que indica o grau de adimplência global às metas estabelecidas para o período. Para Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia, que passou a ser contabilizada individualmente em julho de 2015, a partir do processo de desverticalização da Eletrobras Amazonas Energia, as metas do CMDE passarão a ser pactuadas a partir do novo ciclo, previsto para 2017/2021.

O Painel de Indicadores do CMDE (Scorecards) e seu processo de acompanhamento e gestão têm sido listados no Dow Jones Sustainability Indices – DJSI como *benchmarking* mundial, no ciclo 2014/2015.

A Eletrobras realiza o monitoramento dos projetos estabelecidos no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras – PDNG, indicando o avanço das atividades definidas nos cronogramas e as pendências que sinalizam riscos para o sucesso desses projetos. Nesse contexto, estão incluídos todos os projetos em andamento, corporativos ou em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico – SPE, relacionados à expansão dos segmentos de geração, transmissão e distribuição. Esse desempenho é acompanhado pelo Escritório de Gestão de Projetos Corporativo da Eletrobras – EGP Corporativo, que além de difundir a cultura do gerenciamento e nas empresas Eletrobras e dar suporte a líderes de projetos na *holding*, elabora e encaminha relatórios mensais de desempenho ao CAE e DEE.

7.2. Responsabilidade Social

A Eletrobras, sempre atenta à sua missão de "atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável", apoia projetos relevantes para o desenvolvimento da sociedade brasileira em diversos segmentos.

Em 2016, a Eletrobras avançou em seu Programa Eletrobras de Voluntariado, reconhecendo a sua importância para o fortalecimento da cultura organizacional e para uma maior proximidade com a comunidade em que atua. Foram realizadas 33 ações que beneficiaram mais de 680 pessoas além de 6 campanhas que mobilizaram voluntários e colaboradores em iniciativas voltadas para a comunidade do entorno da empresa, como campanhas de doação de sangue, de arrecadação para atendimento a pessoas vítimas de catástrofes naturais, doação para atendimento a pacientes com câncer, dentre outras.

Em consonância com a Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras deu-se continuidade aos projetos com as comunidades Kayapó do médio Xingu, sul do Pará. Os principais resultados dessas experiências são: o fortalecimento institucional das entidades que representam os Kayapó e executam os projetos; a fiscalização e a proteção das terras indígenas; o fomento a atividades econômicas sustentáveis, como, por exemplo, um aumento de 273% na quantidade de castanha da Amazônia coletada pelos Kayapó do Oeste; a valorização cultural da etnia, com, por exemplo, a produção de material de alfabetização na língua Mebêngôkre. Tais projetos visam à construção de relacionamento qualificado com públicos de interesse da empresa.

Em 2016, a Eletrobras aderiu a 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e pactuou com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ("SEPM") plano de ação com 10 ações a ser executado no biênio 2016/2018. As ações objetivam contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades no ambiente de trabalho.

Em 2016, a Eletrobras manteve assento no Comitê de Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia ("MME") e participou da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirmando seu compromisso com a promoção da equidade de gênero e raça.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006 e a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a Eletrobras realiza a coleta seletiva na empresa destinando os materiais recicláveis produzidos nos escritórios do Rio de Janeiro para as associações e cooperativas habilitadas por Edital. Em 2016 foram doados mais de 23 toneladas de materiais para a cooperativa Recooperar de Itaboraí selecionada no 2º edital ocorrido em 2014. O terceiro Edital publicado em novembro de 2016, habilitou cinco instituições que atenderão a Eletrobras nos próximos dois anos.

Abaixo, encontram-se os convênios de responsabilidade social celebrados pela Eletrobras *holding*, em 2016.

Convênio	Projeto Social	Localidade	Linha de atuação	Beneficiados	Valor repassado (R$)
(*) TC-DS-C-0095/2013	Projeto de apoio e assistência aos Kayapó do Oeste	Terras indígenas Baú e Menkragnoti / PA	Geração de Trabalho e Renda e desenvolvimento territorial	1.500	0
(*) TC-DS-C-0313/2015	Plano de Apoio a Autonomia dos Kayapó do Leste	Terras indígenas Badjônkôre, Kayapó e Las Casas, sul do Pará	atividades econômicas sustentáveis, gestão territorial e ambiental,	4.500	0
			fortalecimento Institucional, fortalecimento cultural		
Total				**6.000**	**0**

(*) os projetos em referência são realizados em parcerias firmadas por meio de Termo de Compromisso entre a Eletrobras, Norte Energia, as instituições que representam os índios Kayapó e a Funai, sendo de responsabilidade da Norte Energia o aporte de recursos financeiros e da Eletrobras a supervisão e acompanhamento da execução dos projetos.
Além disso a Eletrobras realizou as seguinte ações educacionais em 2016:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A seguir, encontra-se a relação dos patrocínios (culturais e não incentivados) contratados no ano de 2016:

Projetos Culturais Incentivados Contratados em 2016

Contrato	Tipo de Projeto	Nome do Projeto	Beneficiário (a)	Valor Contratado (R$) (*)
0003/2016	Incentivado Cultural	Rio, Sketchbook	Edoardo Rivetti – ME	100.000,00
0009/2016	Incentivado Cultural	Apresentação dos Bois Garantido e Caprichoso em Parintins 2016	Maná Produções, Comunicação e Eventos Ltda	450.000,00
0010/2016	Incentivado Cultural	Ouro Preto: Igrejas e Capelas	Livraria e Editora Ouro Preto Pollyanna Mendes de Assis – ME	100.000,00
0025/2016	Incentivado Cultural	Brasil e Líbano Unidos pela Harmonia	Associação Cultural Brasil-Líbano	110.000,00
Total dos projetos culturais incentivados contratados em 2016				**760.000,00**

(*) O valor refere-se aos projetos contratados em 2016 e não necessariamente já faturados e por isso não necessariamente representaram gastos em 2016.

Projetos Não Incentivados Contratados em 2016

Contrato	Tipo de Projeto	Nome do Projeto	Beneficiário (a)	Valor Contratado (R$) (*)
0001/2016	Não Incentivado	Circuito das Estações RJ – Etapa Outono 2016	Cooper Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da área do Esporte	191.000,00
0002/2016	Não Incentivado	II Encontro Nacional de Municípios	Associação Brasileira de Municípios – ABM	100.000,00
0004/2016	Não Incentivado	13º encontro Cultivando água Boa – Celebrando o Prêmio ONU Água	Celebra Administração de Eventos Ltda. EPP	200.000,00
0005/2016	Não Incentivado	Destravando os Investimentos de Infraestrutura no Brasil e na América Latina em 2016: a Visão da Engenharia	ABCE– Associação Brasileira de Consultores de Engenharia	10.000,00
0006/2016	Não Incentivado	1º Simpósio Nacional do Varejo e Shopping	Associação Brasileira de Lojistas de Shopping	100.000,00
0008/2016	Não Incentivado	XXVIII Fórum Nacional	Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE	50.000,00
0011/2016	Não incentivado / Edital de Eventos	Brazil Solar Power, Conferência e Feira de Negócios	Canal Energia Internet Ltda	30.000,00
0012/2016	Não incentivado	VI Seminário Internacional de Direito Administrativo e Administração Pública	Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP	60.000,00
0013/2016	Não incentivado / Edital de Eventos	VI JURE – Simpósio Jurídico das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – FUNCOGE	30.000,00
0015/2016	Não incentivado / Edital de Eventos	13º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e	ABESCO – Associação Brasileira das Empresas de Conservação de Energia	50.000,00
		ExpoEficiência 2016		
0018/2016	Não incentivado / Edital de Eventos	Seminário sobre Sustentabilidade	APIMEC RIO Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos de Mercado de Capitais	10.000,00
Total dos projetos não incentivados contratados em 2016				**831.000,00**

(*) O valor refere-se aos projetos contratados em 2016 e não necessariamente já faturados.

O quadro a seguir apresenta, para o exercício de 2016, os principais dispêndios da Eletrobras holding, nas diversas categorias de projetos e ações sociais:

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados em 2016		Holding (R$)	
		2016	2015
1	Categoria Projetos e Ações sociais	–	–
1.1	Educação	–	71.262,20
1.2	Saúde e Segurança Alimentar	–	–
1.3	Infraestrutura	–	–
1.4	Geração de Trabalho e Renda	–	–
1.5	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	–	–
1.6	Meio Ambiente	–	–
1.7	Cultura	–	–
1.8	Esporte e Lazer	–	–
1.9	Promoção da cidadania	–	–
1.10	Desenvolvimento Territorial e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/07)	–	–
Subtotal Categoria Projetos e Ações Sociais		**–**	**71.262,20**
2	Doações	–	–
2.1	Doações de Recursos Financeiros:	–	–
2.1.1	Doação Filantrópica	–	–
2.1.2	Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência	–	–
2.1.3	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	–	–
2.2	Doação de bens e serviços	–	–
2.3	Doações de bens inservíveis para a empresa	–	–
Subtotal Doações		**–**	**–**
3	Voluntariado	12.837,77	–
3.1	Investimento na mobilização de voluntários	–	–
3.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	–	–
3.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	–	–
Subtotal Voluntariado		**12.837,77**	**–**
4	Patrocínios Esportivos	191.000,00	–
4.1	Patrocínios Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	–	–
4.2	Patrocínios Não Incentivados	–	–
Subtotal Patrocínios Esportivos		**191.000,00**	**–**
5	Patrocínios Culturais e Institucionais		
5.1	Patrocínios Culturais não Incentivados	–	
5.2	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.085.350,00	1.339.087,06
5.3	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	1.021.688,00	639.460,00
Subtotal patrocínios culturais e institucionais		**21.070,38**	**1.978.547,06**
Total de investimentos		**2.107.038,00**	**2.049.809,26**

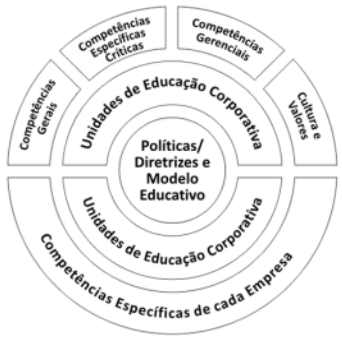
A tabela abaixo traz os valores despendidos, em 2016, com **Publicidade Institucional da Eletrobras, Comunicação Institucional, incluindo Comunicação Interna, e ações do "Projeto Energia +"**. Estão apresentados também o valor total das ações de Publicidade Legal executadas pela Eletrobras, decorrentes de obrigações exigidas por lei, como, por exemplo, a publicação das demonstrações financeiras da empresa.

Produto	Valor (em R$)
Publicidade Institucional Eletrobras 2016	1.097.729,98(*)
Publicidade Oficial (Legal) 2016	5.582.804,38
(Comunicação Institucional – incluindo Comunicação interna)	–
Total	**6.680.534,36**

(*) Inclui as despesas de Publicidade Institucional referentes ao "Projeto Energia +" em 2016.

7.3. Gestão de Pessoas

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas



Desde a sua criação em 2009, o modelo de funcionamento da Educação Corporativa das empresas Eletrobras tem como premissa a atuação integrada e cooperativa do conjunto das Empresas do Sistema, em sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade do Sistema Eletrobras.

Esse modelo é composto da Universidade das Empresas Eletrobras – Unise e de quinze (15) Unidades de Educação Corporativa associadas, correspondentes a cada uma das empresas, e tem por objetivo promover o desenvolvimento de todos os empregados nas competências requeridas.

A figura ao lado ilustra a Educação Corporativa das Empresas Eletrobras. No centro, e pautando as ações de cada uma das Unidades de Educação Corporativa (Unise e as 15 Unidades de Educação Corporativa), está o modelo educativo que dá suporte as ações educacionais promovidas.

Através da análise das demandas dos macroprocessos das empresas, a Unise consegue mapear as competências críticas a serem desenvolvidas, alinhadas ao planejamento das empresas Eletrobras e, assim, ofertar ações educacionais para os seus empregados.

Em 2016, foram inseridas e executadas novas ações educacionais no Plano, tais como: Previdência Complementar, Lei de Responsabilidade das Estatais, Capacitação em Gestão de Sociedades de Propósitos Específicos, Capacitação do Novo Sistema ERP, *Compliance*, entre outras. Em 2016, foram realizadas 113 ações educacionais pela Unise, incluindo ações previstas no Plano Educacional Corporativa – PEC e seminários patrocinados pela Eletrobras, conforme a tabela abaixo:

Unise 2016

Escola	Investimento (R$)	Quantidade de Ações	Participações	Carga Horária
Excelência Operacional	196.587,74	18	213	4.620
Estratégias de Mercado	300.575,80	10	136	7.160
Gestão	3.504.386,80	61	953	51.072
Liderança	1.125.446,00	15	150	5.146
Responsabilidade Social Corporativa	34.497,41	9	114	1.296
Total	**5.161.493,75**	**113**	**1.566**	**69.294**
Horas Treinadas por participação			**44,2**	
Investimento por participação			R$ 3.295,97	

Além da parte que diz respeito à Unise, segue o quadro consolidado geral com todas as ações educacionais do Sistema Eletrobras (Unise e Unidades de Educação), o qual destacamos o investimento total de R$ 32.902.339,02:

Unise + Unidades de Educação 2016

Ações	Investimentos (R$ milhões)	Quantidade de Ações (em unidades)	Participantes (em unidades)	Participações (em unidades)	Carga Horária
Pós – Graduação Stricto Sensu	583,40	41	64	66	18.612
Pós – Graduação Lato Sensu	3.576,56	147	448	612	103.214
Demais Ações Educacionais	15.298,08	5.986	20.985	61.799	924.925
Congressos e Seminários	2.290,72	509	3.189	4.598	47.793
Cursos de Idiomas	1.116,82	307	616	1.752	41.262
Viagens e Deslocamentos	10.036,92	–	–	–	–
TOTAL	**32.902,34**	**6.990**	**25.302**	**68.827**	**1.135.806**
Horas Treinadas por participação					**16,5**
Investimento por participação					**R$ 478,04**

O Programa Empregado Educador, já mencionado em relatórios anuais passados, consiste na alocação de empregados das próprias Empresas Eletrobras para ministrar ações educacionais para outros empregados, visando a criação da cultura de educação continuada na organização, aliando desenvolvimento e valorização dos empregados, além de otimização de custos. Como exemplo, em apenas uma ação educacional promovida pela Unise em 2016 – o Programa de Capacitação em Gestão de Sociedades de Propósitos Específicos – foram capacitados 121 empregados com uso de empregados educadores, gerando uma economia estimada em R$ 75.000,00. Para 2017, espera-se potencializar esse programa, em especial com maior utilização para cursos do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), além de outras ações educacionais.

Em 2016, a Unise desenvolveu o curso on-line "Integridade e Ética – *Compliance*" com o objetivo de disseminar para os empregados das Empresas Eletrobras as leis anticorrupção e os procedimentos corporativos estabelecidos no Manual de *Compliance* e no Guia do Colaborador, além de capacitá-los para identificar, corrigir e prevenir fraudes e irregularidades.

Oferecido para os 24.000 empregados das Empresas Eletrobras, o curso foi disponibilizado em novembro de 2016 e continuou disponível até fevereiro de 2017. Até o dia 31 de dezembro de 2016, 4.938 empregados finalizaram o curso, totalizando aproximadamente 5.000 horas de estudo. No sistema Eletrobras concluíram o curso até o fevereiro 17.563 profissionais, o que representa 74% do corpo técnico.

Em 2016, foi realizado um treinamento com foco em profissionais mais expostos ao risco de corrupção, como profissionais que atuam na área contratação e profissionais de *Compliance* das empresas. Os temas abordados neste treinamento, realizado nas sedes das empresas Eletrobras, com duração de cerca de 3,5 horas, capacitou mais de 700 profissionais, cujos principais temas foram:

Treinamento em *Compliance*

- Cultura ética
- Integridade Corporativa
- Controles Internos e Conformidade
- Principais atores na Eletrobras
- Principais atribuições das áreas envolvidas
- Níveis de maturidade no gerenciamento dos riscos de *Compliance*
- Como implantar um Programa de Integridade em Estatais
- Os principais elementos das 5 dimensões de um Programa de Integridade
- Planos de Ação para eliminar a fraqueza material SOX
- Risco de Corrupção em processos operacionais específicos
- Partes interessadas (stakeholders)
- Princípios básicos nas relações com "terceiros"
- *Due Dilligence e Background Check*
- Manual do Programa de *Compliance*

Destaca-se também a capacitação voltada para profissionais que trabalham nas atividades relacionadas aos macroprocessos de desenvolvimento de novos negócios e gestão das sociedades de propósito específico (SPE). Tal curso teve por objetivo capacitar as partes envolvidas com as SPE das empresas Eletrobras em temas relevantes para a gestão das participações.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Além disso a Eletrobras realizou as seguintes ações educacionais em 2016:

- Congressos e Seminários por Escolas/Pilares e Macroprocessos;
- Atualização em Previdência Complementar;
- MBA em Gestão de Negócios do Setor Elétrico;
- Liderança – Programa de Gestão Avançada;
- Curso de Regulação do Setor Elétrico;
- Programa de Capacitação do ProERP.

Quadro Funcional

Em 2016, o total de empregados das Empresas Eletrobras era de 23.190 colaboradores, excluído quadro funcional de brasileiros em Itaipu Binacional e da Celg-D. A Celg-D será apresentada em separado, devido privatização da referida distribuidora em 2016. O total de empregados de Itaipu Binacional, em 31 de dezembro de 2016, era 3.016, sendo 1.349 referentes à margem brasileira e 1.667 referente à margem paraguaia.

Empresas Eletrobras	Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste		Região Sudeste		Região Sul		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Eletrobras Holding	0	0	0	0	33	11	603	335	0	0	982
Cepel	0	0	0	0	0	0	299	92	0	0	391
CGTEE	0	0	0	0	0	0	0	0	486	106	592
Chesf	0	0	3.622	922	2	1	0	0	0	0	4.547
Eletronorte	1.181	164	308	40	929	371	34	5	0	0	3.032
Eletronuclear	0	0	0	0	0	0	1.581	382	0	0	1.963
Eletropar	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	4
Eletrosul	0	0	0	0	0	0	0	0	1.118	226	1.344
Furnas	9	0	0	0	401	52	2.603	590	143	8	3.806
Eletroacre	201	48	0	0	4	0	0	0	0	0	253
Ceal	0	0	980	137	0	0	0	0	0	0	1.117
Amazonas GT	397	71	0	0	0	0	0	0	0	0	468
Amazonas Energia	1.429	273	0	0	5	3	0	0	0	0	1.710
Cepisa	0	0	1.667	267	1	2	0	0	0	0	1.937
Ceron	553	141	0	0	0	0	0	0	0	0	694
Boa Vista Energia	267	78	0	0	3	2	0	0	0	0	350
Total sem Itaipu Binacional	**4.037**	**775**	**6.577**	**1.366**	**1.378**	**442**	**5.122**	**1.406**	**1.747**	**340**	**23.190**
Itaipu (margem brasileira)	0	0	0	0	3	1	0	0	1.081	264	1.349

Obs.: Este quantitativo é referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras, e contempla os colaboradores que estão nas empresas. O quadro efetivo é composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, cargos comissionados (Art. 37), requisitados e anistiados que estão trabalhando nas empresas Eletrobras. Não estão incluídos os empregados cedidos.

(*) Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

O total do quadro efetivo em 2016 aumentou em relação a 2015, que era de 23.533, pois algumas empresas realizaram admissões por concurso público, como Furnas, Eletronuclear, Eletrosul, Ceal, Cepisa e Boa Vista Energia. As Distribuidoras realizaram novos concursos para atendimento ao Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público. Eletronuclear e Eletrosul tiverem aprovação de realização de concurso antes da nova gestão da Eletrobras e Furnas tem concurso válido e em andamento. No total foram 1.337 admissões de empregados concursados e 68 de empregados anistiados/reintegrados e 262 demissões realizadas. Anistiados e reintegrados são empregados das Empresas Eletrobras que foram demitidos entre 1990 e 1992. Estes empregados conquistaram o direito de retornar às empresas, alguns através da Lei Nº 8.878/94 (anistiados) e outros através de decisão judicial (reintegrados).

Nas empresas Distribuidoras, os concursos públicos aconteceram em razão de determinação judicial pela primarização dos serviços que antes eram prestados por terceirizados.

Empresa	Admissão de Empregados Próprios	Admissão de Anistiados/ Reintegrados	Total
Eletrobras	0	5	5
Cepel	12	2	14
CGTEE	1	0	1
Chesf	31	0	31
Eletronorte	0	6	6
Eletronuclear	32	3	35
Eletropar	0	0	0
Eletrosul	42	16	58
Furnas	294	9	303
Eletroacre	4	0	4
Ceal	60	0	60
Amazonas Energia	2	0	2
Amazonas GT	0	0	0
Cepisa	680	0	680
Ceron	1	27	28
Boa Vista Energia	67	0	67
Total	**1.226**	**68**	**1.294**
Itaipu Binacional (margem brasileira)	111	0	111

(*) Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

Empregados por Segmento de Negócio	
Administrativo	1.377
Geração e Transmissão	15.752
Distribuição	6.061
Total	**23.190**
Itaipu Binacional (margem brasileira)	1.349

Obs: Este quadro está composto pelo quadro efetivo com os seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, cargos comissionados (Art. 37), requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos.

Prestadores de Serviços: Todos os prestadores de serviços contínuos, relacionados a atividades meio como por exemplo limpeza, segurança, motorista, jardinagem, dentre outros. Não inclui obra.

Empresa	Total
Eletrobras	–
Cepel	–
CGTEE	–
Chesf	–
Eletronorte	–
Eletronuclear	–
Eletropar	–
Eletrosul	–
Furnas	1.070
Eletroacre	402
Ceal	929
Amazonas GT	0
Amazonas Energia	0
Cepisa	1.311
Ceron	1.138
Boa Vista Energia	78
MOC – Mão de Obra Contratada	4.928
Itaipu Binacional (margem brasileira)	–

(*) Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

Rotatividade:

O turnover nas Empresas Eletrobras em 2016 foi de 3,28%, maior que o percentual de 2015, que foi de 1,66% devido, principalmente, a realização de concursos públicos em Itaipu Binacional, na Boa Vista Energia e na Cepisa.

Empresas	2014	2015	2016
Eletrobras Holding	1,70%	1,10%	0,70%
Cepel	6,20%	6,10%	1,90%
CGTEE	4,50%	0,70%	0,60%
Chesf	2,70%	0,40%	0,60%
Eletronorte	0,50%	0,30%	0,40%
Eletronuclear	1,90%	0,60%	1,30%
Eletrosul	2,00%	1,20%	2,20%
Furnas	1,10%	0,80%	4,20%
Eletroacre	2,90%	1,40%	1,80%
Ceal	1,10%	4,80%	3,40%
Amazonas Energia	0,70%	3,50%	0,40%
Amazonas GT (*)	–	–	0,20%
Cepisa	1,20%	6,60%	18,0%
Ceron	1,50%	0,40%	2,40%
Boa Vista Energia	5,00%	1,50%	9,80%
Itaipu Binacional (margem brasileira)	1,40%	3,50%	7,40%
Total Empresas Eletrobras	**1,70%**	**1,66%**	**3,28%**

(*) Em 2014 e 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

Perfil dos nossos Colaboradores

O quadro abaixo demonstra a composição do quadro de empregados por nível de formação.

Empresa	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	MBA	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado
Eletrobras	31	194	385	93	149	116	14
Cepel	22	109	70	17	30	96	47
CGTEE	63	344	170	1	–	9	5
Chesf	512	2.136	1.752	–	111	36	–
Eletronorte	205	1.266	1.234	–	237	87	3
Eletronuclear	51	1.011	656	–	175	62	8
Eletropar	–	–	–	3	1	–	–
Eletrosul	–	769	544	–	23	8	–
Furnas	126	1.444	1.270	–	801	146	19
Eletroacre	63	134	36	3	17	–	–
Ceal	243	639	200	3	27	5	–
Amazonas Energia	437	787	429	–	51	6	–
Amazonas GT	16	268	165	–	14	5	–
Cepisa	237	1.204	496	–	–	–	–
Ceron	45	340	213	–	89	6	1
Boa Vista Energia	59	232	59	–	–	–	–
Total	**2.110**	**10.877**	**7.679**	**120**	**1.725**	**582**	**97**
Itaipu Binacional (margem brasileira)	2	587	478	–	186	75	21

(*) Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

O quadro abaixo demonstra a composição do quadro de empregados por raça, tempo de serviço, nível hierárquico e escolaridade.

	Nível Superior			Nível Médio		
Descrição	**Masculino**	**Feminino**	**Total**	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
Raça						
Branco	294	170	464	51	35	86
Pardo	53	27	80	23	13	36
Afrodescendente	12	6	18	6	–	6
Amarelo	2	–	2	1	–	1
Indígena	–	1	1	–	–	–
Não informado	139	53	192	55	41	96
Total	**500**	**257**	**757**	**136**	**89**	**225**
Tempo de Serviço (em anos)						
0 a 5 anos	37	23	60	11	6	17
6 a 10 anos	138	47	185	4	8	12
11 a 15 anos	9	13	22	3	1	4
16 a 20 anos	4	3	7	–	1	1
21 a 25 anos	33	16	49	51	39	90
26 a 30 anos	10	8	18	8	3	11
31 a 35 anos	253	145	398	52	27	79
acima de 35 anos	16	2	18	7	4	11
Total	**500**	**257**	**757**	**136**	**89**	**225**
Nível Hierárquico						
NH–A	52	22	74	3	1	4
NH-B	–	–	–	–	–	–
NH-S	18	4	22	1	1	2
Empregados sem função gratificada	430	231	661	132	87	219
Total	**500**	**257**	**757**	**136**	**89**	**225**
Escolaridade						
Fundamental	–	–	–	12	1	13
Médio	–	–	–	63	32	95
Superior	258	127	385	42	45	87
Pós Graduação	155	87	242	17	11	28
Mestrado	78	38	116	2	0	2
Doutorado	9	5	14	–	–	–
Total	**500**	**257**	**757**	**136**	**89**	**225**
Pessoas com Deficiência			3			6

(*) Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Inclusão

O quantitativo de empregados PCD (Pessoa com deficiência) nas empresas Eletrobras é de 401 colaboradores.

A Eletrobras Eletrosul obteve, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), o prêmio Reconhecimento Global "Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência", pelo Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD). A iniciativa, voltada à inclusão social, foi reconhecida nas categorias protagonismo e acessibilidade.

A Itaipu inclui em seus processos seletivos reserva de vagas para candidatos com deficiência (PCD). Conforme os editais, as duas primeiras vagas e a quarta são destinadas aos primeiros colocados da ampla concorrência, a terceira é para o primeiro classificado entre as PCD.

Itaipu também possui um programa denominado Academia Reviver, que visa a valorização da Saúde e da Qualidade de Vida. Em 2016, este programa iniciou o projeto de adequação ao público de pessoas com deficiência (PcD).

A Chesf concede o benefício Assistência Especializada aos empregados e dependentes com deficiência, por meio do Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência – PAPD. O PAPD custeia um conjunto de ações médicas, psicossociais, educacionais, esportivas e tecnológicas, que contribuem para prevenir, promover e recuperar as condições físicas, psíquicas e pedagógicas dos beneficiários.

Empresa	Empregados PCD 2015	Empregados PCD 2016
Eletrobras	9	9
Cepel	4	3
CGTEE	1	1
Chesf	169	166
Eletronorte	45	33
Eletronuclear	15	15
Eletropar	0	0
Eletrosul	21	30
Furnas	24	27
Eletroacre	11	14
Ceal	11	10
Amazonas Energia	3	2
Amazonas GT *	–	1
Cepisa	33	38
Ceron	9	9
Boa Vista Energia	5	5
Total	**360**	**363**
Itaipu Binacional (margem brasileira)	35	38

* Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

Remuneração e Benefícios

A política de remuneração adotada pela Eletrobras segue as diretrizes existentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Cabe ressaltar que além das aprovações internas (Diretoria Executiva e Conselho da Eletrobras) o Plano é aprovado pelas Entidades Sindicais por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez é vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Para remuneração variável, existe o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, a qual está pautada em indicadores corporativos, de acordo com o CMDE e negociação com as entidades sindicais. O PCR tem como base a meritocracia e desenvolvimento de carreira, sem distinção de gêneros, raças ou outras características que influenciem o acesso à carreira. Inclusive, tais diretrizes se encontram explicitadas no documento: "O Plano de Carreira e Remuneração visa garantir a equidade e igualdade de tratamento independentemente de sexo, raça, cor, religião, deficiência, estado civil, orientação sexual, situação familiar, idade ou qualquer outra condição.

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, a Eletrobras agrega aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordo Coletivo de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, tais como auxílio graduação, pós-graduação, programação de mestrado, doutorado e especialização, seguro de vida em grupo e fundo de previdência à aposentadoria.

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho na Eletrobras, conhecida como sistema de Gestão de Desempenho (SGD) é composta de 2 etapas: avaliação de metas de equipe por unidade organizacional e uma meta empresarial definida em cada empresa e está no seu 5º ciclo unificado de aplicação nas empresas Eletrobras. Além da avaliação de resultados, o sistema contempla a avaliação das Competências Gerais, conforme a figura abaixo, que busca identificar o grau de desenvolvimento das pessoas em suas habilidades, conhecimentos e atitudes, comparando a relação destes aspectos com os comportamentos evidenciados no período avaliativo.



Após a realização da avaliação, o resultado de cada empregado é evidenciado na matriz de classificação do desempenho. Esse resultado permite às empresas realizarem o acompanhamento da evolução na carreira de seus empregados, além de possibilitar a elaboração do plano de desenvolvimento individual (PDI), com o objetivo de suprir os *gap's* das competências requeridas.

Os empregados que se destacarem quanto à performance, e atenderem aos requisitos de progressão descritos no Plano de Carreira e Remuneração (PCR) podem ser promovidos horizontalmente (permanecendo no mesmo nível de complexidade) ou verticalmente (mudança de nível de complexidade).

A cada novo ciclo, as empresas compartilham as lições aprendidas e buscam a melhoria no processo de avaliação, uma vez que o SGD permite desenvolver e administrar estrategicamente seus empregados, canalizando os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam a rentabilidade, a sustentabilidade, a competitividade e a geração de valor.

Planejamento de Sucessão

Os empregados da Eletrobras identificados como alto potencial e os atuais gerentes participam de programas educacionais de liderança, que visam contribuir para o desenvolvimento das competências gerenciais do Sistema Eletrobras. Em 2016, devido às decisões no Plano Diretor e de Negócios 2017- 2021 e objetivando readequar o quadro de pessoal da empresa, houve significativa reestruturação na Eletrobras, a qual reduziu um nível hierárquico e reduziu em mais de 50% as posições gerenciais e de assessoramento na Eletrobras holding. Em 2017, essa reestruturação já está sendo preparada para as demais Empresas Eletrobras.

Planos de Previdência

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão para seus colaboradores, os quais são geralmente financiados por pagamentos as seguradoras ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Eletrobras *holding* possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida conforme apresentado na tabela abaixo:

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Beneficiários (em unidades)				
	2016	2015	2014	2013	2012
Plano de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	112	112	114	179	190
Plano de previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	775	781	789	897	925
Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos (*)	1.163	1.215	703	693	760
Convênio com o INSS para concessão e manutenção dos benefícios de previdência social	986	986	990	988	1.217
Plano de saúde de autogestão	1.252	1.262	1.285	1.288	1.328
Plano de Garantia de 90% da Renda Mensal Inicial (INSS + Eletros)	185	204	106	109	146

(*) O número de beneficiários da Apólice do Seguro de Vida contempla os empregados ativos e os aposentados (Assistidos pela Fundação Eletros);

A seguir encontra-se o passivo líquido atuarial, em milhares de reais, registrado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Eletrobras em 31/12/2016.

Empresas Eletrobras	Total das obrigações de benefício pós emprego (R$ mil)
Amazonas GT	477
Amazonas Energia	1.325
Boa Vista Energia	1.633
Ceal	40.194
Cepisa	26.587
Ceron	1.893
CGTEE	71.702
Chesf	1.419.634
Eletroacre	625
Eletronorte	16.301
Eletronuclear	37.765
Eletrosul	228.197
Furnas	157.616
Eletrobras Holding	343.108
Consolidado Total	**2.475.652**

Saúde, Bem-estar e Segurança no Trabalho

O Programa Eletrobras Saudável visa à prevenção de doenças, à promoção da saúde e da qualidade de vida dos seus colaboradores, contempla ações voltadas para a redução dos fatores de risco de doenças crônicas, estimula a prática de atividade física e a promoção de hábitos alimentares saudáveis, o espírito de equipe e a integração entre os colaboradores agregando valor para a qualidade de vida no trabalho, além de proporcionar suporte aos empregados elegíveis à aposentadoria.

Em Segurança do Trabalho, foram mantidos os atendimentos das Normas de Riscos Ambientais, Periculosidade, bem como a realização acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de Inspeções Físicas de Obras, Empreendimentos e/ou Serviços de Projetos; a continuidade do comitê de ergonomia, a manutenção do Portal Unificado de Segurança do Trabalho; extensão dos Programas de Segurança do Trabalho e Ergonomia para o Escritório Brasília.

A Política de Ações Preventivas visa priorizar a segurança e a saúde ocupacional dos empregados, com foco na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e promoção da saúde, atendendo aos requisitos legais e regulamentares. Esta Política tem como base legal o que estabelecem as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e demais legislações vigentes relativas à prevenção e saúde do trabalhador.

Abaixo, encontram-se, as estatísticas de acidentes de trabalho, comparadas com o exercício social anterior:

Empresa	Óbitos Empregados		Taxa de Frequência*		Taxa de Gravidade **	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Eletrobras Holding	0	0	1,11	0	4,43	0
Cepel	0	0	2,47	0	28,38	0
CGTEE	0	0	4,98	0,88	60,64	0,88
Chesf	0	0	2,55	2,33	28	169
Eletronorte	0	0	0,51	2,06	69	33
Eletronuclear	0	0	0,99	0,97	10	12
Eletrosul	0	0	4,49	3,24	282	213
Furnas	0	0	1,56	2,81	7	133
Eletroacre	0	0	5,7	118,07	22,8	661
Ceal	0	0	6,56	4,09	865	403
Amazonas Energia	0	0	0,47	1,46	22	17
Amazonas GT ***	–	0	–	1,06	–	16
Cepisa	0	1	3,73	5,68	160	2.215
Ceron	0	0	1,42	0,75	9	1
Boa Vista Energia	0	0	2,35	22,56	12	338
Itaipu Binancional (margem brasileira)	0	0	4,8	2,73	112	45

(*) Taxa de Frequência: Número de acidentes típicos com afastamento por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.

(**) Taxa de Gravidade: Tempo computado por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.

(***) Em 2015, os dados de Amazonas GT foram informados junto com Amazonas Energia.

Em 2016, atendendo às diretrizes do Governo Federal para a prevenção e o combate ao mosquito Aedes aegypti, a Eletrobras realizou e coordenou diversas ações junto às suas subsidiárias, das quais se destacam: palestras e capacitações para os seus colaboradores, vistoria nas suas instalações e no seu entorno, ações de mobilização dos colaboradores para a eliminação dos possíveis focos do mosquito, mensagens sobre a campanha nos e-mails corporativos, intranets, contracheques, sites e páginas oficiais em redes sociais, atuação dos presidentes das empresas Eletrobras junto aos órgãos federais e sociedade em geral.

Sob o escopo do Programa Eletrobras Saudável que visa à prevenção de doenças, à promoção da saúde e da qualidade de vida dos seus colaboradores foram realizadas:

- Três apresentações do Coral Eletrobras e a gravação de um *jingle* sobre o Aedes aegypti;
- Nove participações em corridas de rua - incluindo um troféu por maior equipe empresarial;
- Semana da Saúde e Qualidade de Vida com palestras e oficinas nas instalações da empresa;
- Campanha de Doação de Sangue junto ao INCA e em parceria com o Programa Eletrobras de Voluntariado;
- Comemoração do Dia das Crianças por meio do Programa Família Empresa;
- Campanha "Outubro Rosa" – com palestra de médica mastologista, a adaptação das cores da marca "Eletrobras" na internet, intranet e redes sociais, corrida exclusivamente feminina e doação de lenços/cabelos em parceria com o Programa Eletrobras de Voluntariado e;
- Campanha "Novembro Azul" realizada em alusão à prevenção do diabetes e câncer de próstata com informações sobre prevenção e tratamento no Jornal Eletrobras e adaptação da marca Eletrobras às cores da campanha.

O custo aproximado com as ações do Programa Eletrobras Saudável na *Holding* foi de R$ 250.000,00. Também foram realizados exames ocupacionais nos empregados da *Holding* com a disponibilização de uma clínica de check-up, com um custo de R$ 1.984.138,13, além de terem sido prestados 1.270 atendimentos sociais e 2.907 atendimentos médicos e 1.230 atendimentos de enfermagem no âmbito da saúde ocupacional.

Relações Trabalhistas e Sindicais

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") são efetuadas a nível nacional com representantes das seguintes Federações: Federação Nacional dos Urbanitários, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente, Federação Nacional dos Administradores, Federação Interestadual do Sindicato de Engenheiros, Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste, Federação Nacional das Secretárias e Secretários, Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais e os Sindicatos dos Urbanitários de Alagoas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amapá, Rondônia, Roraima, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, dentre outros. São 86 Sindicatos distribuídos por essas Federações, sendo que a Federação Nacional dos Urbanitários – FNU e Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente("FENATEMA") representam 85 % dos Sindicatos.

Durante o processo de negociação do ACT em 2016 os Sindicatos decretaram greve por prazo indeterminado e as Empresas Eletrobras ajuizaram o processo de dissídio coletivo de greve no Tribunal Superior do Trabalho TST. O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2016/2018, onde abrange todos os empregados das empresas Eletrobras, foi concluído com a mediação da Vice-Presidência do Tribunal.

Foram renovadas as cláusulas já existentes do ACT anterior, com a reposição do percentual IPCA apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), tendo como resultado os seguintes ajustes:

1. 5,0% de reajuste retroativo a 01 de maio de 2016, com pagamento ocorrido na folha de julho de 2016;
2. 9,28%, aplicados na tabela salarial base de 30 de abril de 2016, com pagamento ocorrido em 15 de setembro de 2016; e
3. Para o segundo ano do ACT 2016/2018 o ajuste corresponde ao Índice IPCA pleno referente ao período compreendido entre 1º de maio de 2016 e 30 de abril de 2017, a ser aplicado a partir de 01 de maio de 2017, para os empregados com contrato de trabalho vigentes nesta data.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

7.4. Gestão Ambiental

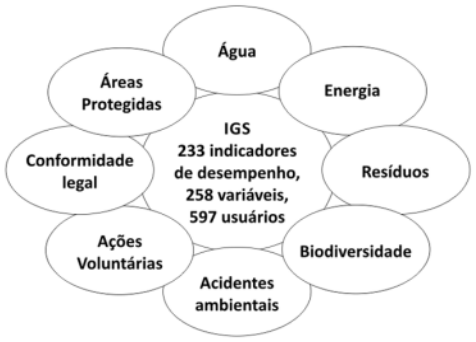
O Sistema de Gestão Ambiental da Eletrobras tem por objetivo realizar o monitoramento de todas as ações das empresas relacionadas ao meio ambiente. Ele se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente ("SCMA") e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras define a postura empresarial no trato de questões socioambientais associadas aos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, respaldando as ações das empresas direcionadas à melhoria da qualidade ambiental em toda a área de atuação, contribuindo para a manutenção do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.
O Comitê de Meio Ambiente da Eletrobras - SCMA congrega os gerentes das áreas de meio ambiente das empresas Eletrobras e, no nível técnico, conta com especialistas organizados em treze grupos de trabalho temáticos e uma comissão temporária.

Em 2016, foi elaborado e aprovado o regimento interno do Comitê de Meio Ambiente da Eletrobras - SCMA e também foi deliberada a atualização da Política Ambiental da Eletrobras que deverá ocorrer em 2017.

Ainda em 2016, a Eletrobras, através de sua participação no Comitê Técnico de Biodiversidade ("CTBio") do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável ("CEBDS"), desenvolveu, uma análise crítica dos indicadores de biodiversidade e construiu um *White paper* (termo utilizado para apresentação e defesa de novas ideias) que foi apresentado ao *GRI - Global Reporting Initiative*. As contribuições apresentadas pela Eletrobras foram construídas com o GT6 - Grupo de trabalho de Recursos Aquáticos e Biodiversidade do SCMA.

A Área de Meio Ambiente da Eletrobras coordena o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial ("IGS") nas Empresas Eletrobras.



O IGS é uma importante ferramenta estratégica, em contínuo desenvolvimento, que compila informações sobre seu desempenho em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderente aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das empresas Eletrobras.

Além da dimensão ambiental, já implantada desde 2010, em todas as empresas Eletrobras, o Sistema IGS está sendo expandido para atender a várias áreas que se relacionam com a sustentabilidade empresarial, como por exemplo, as áreas de responsabilidade social, governança e financeira. Em 2016, foram inseridas no Sistema IGS Ambiental novas variáveis para acompanhamento do reuso de água nas atividades administrativas e na geração térmica e foi criada uma nova atividade relacionada geração eólica.

As empresas Eletrobras desenvolvem ações de recuperação e proteção da biodiversidade em concordância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras. Visando explorar racionalmente os recursos energéticos, mantendo o equilíbrio com o meio ambiente, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais são considerados em todas as fases dos empreendimentos, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade. Preconiza-se a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, pautado na conformidade com as políticas públicas e com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

O Sistema IGS também permite o acompanhamento do desempenho ambiental das empresas no tema Biodiversidade.

Em 2016, a Eletrobras iniciou, um estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade, com o objetivo de identificar as dependências/impactos do negócio em relação à biodiversidade e da biodiversidade em relação ao negócio, bem como as oportunidades advindas desta interação visando a melhoria da gestão e do desempenho das empresas.

Além disso, as empresas Eletrobras também possuem certificação pela ISO 14.001 nas seguintes operações: UHE Tucuruí, UHE Samuel, UHE Coaracy Nunes e linhas de transmissão associadas em 138kv, circuitos I e II e subestações Central e Santana, da Eletrobras Eletronorte, e as Subestações Foz do Iguaçu e Ibiúnas da Eletrobras Furnas. A Eletrobras Chesf possui certificação ISO 14.001 do serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas da Eletrobras Furnas e na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, da Eletrobras Eletronuclear, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são realizadas auditorias externas para atendimento à Lei estadual nº 1.898/91.

Relacionamento com os *Stakeholders*

Para minimizar e compensar os impactos potenciais que as operações dos empreendimentos da Eletrobras podem causar, e a partir das lições apreendidas em cada uma de suas atuações, a Eletrobras procura também atualizar e renovar sempre seus compromissos expressos no Plano Diretor de Meio Ambiente e no documento Processos de Interação do Setor Elétrico Brasileiro com a Sociedade lançados, no início dos anos 90.

Todas as orientações e diretrizes internas são somadas aos compromissos e obrigações legais que a empresa deve observar durante o processo de licenciamento ambiental.

Como exemplo do relacionamento da Eletrobras com os *stakeholders*, podemos citar as atividades desenvolvidas em 2016 pelo projeto de Comunicação e Interação Social nos Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós e Jatobá. Dando continuidade às atividades de comunicação e interação social desenvolvidas desde 2012, a equipe da Diálogo Tapajós atualizou o mapeamento e o diagnóstico das partes interessadas, realizou visitas a instituições e comunidades, atendeu a estudantes, ONGs e outros públicos e produziu material impresso e audiovisual. Em 2016, 870 pessoas foram reunidas nas 112 reuniões promovidas e com participação da Diálogo Tapajós, como as reuniões do Conselho Comunitário de Vila Pimental, criado em outubro de 2012 e que reúne os representantes indicados pela comunidade de Vila Pimental, localizada na área de influência direta do AHE São Luiz do Tapajós. Em 2016, foram distribuídos 6.220 boletins bimestrais "Voadeira" sobre o AHE São Luiz do Tapajós e 2.019 sobre o AHE Jatobá atualizando as comunidades sobre o andamento dos estudos. Outros materiais, como as cartilhas, DVDs, inclusive o registro das reuniões realizadas, e Relatórios de Impacto Ambiental do AHE São Luiz do Tapajós também foram distribuídos.

7.5. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Em 2016, a Eletrobras, mais uma vez, obteve a primeira posição no setor de energia do *ranking* "As 100 Marcas de Maior Prestígio no Brasil", da revista "Época Negócios", no qual figura como líder desde 2009. O *ranking*, em 2016 renomeado como "MarCo", considera como critérios para sua eleição o pioneirismo e a atuação de vanguarda na geração de energia limpa.

O portfólio da Eletrobras possui atualmente um total de 52 marcas registradas no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), compreendendo tanto a marca antiga (12 registros), como a marca nova (40 registros).

Em 2016, a Eletrobras aderiu a 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e pactuou com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) plano de ação com 10 ações a ser executado no biênio 2016/2018. As ações objetivam contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades no ambiente de trabalho.

Em 2016, a Eletrobras manteve assento no Comitê de Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia (MME) e participou da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirmando seu compromisso com a promoção da equidade de gênero e raça.

Compromissos Voluntários e Participação em Entidades Estratégicas

1. "Declaração de compromisso corporativo no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes";
2. Pacto Global da ONU;
3. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça;
4. Princípios de Empoderamento das Mulheres;
5. Os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Prêmios e Reconhecimentos

Em 2016, a Eletrobras foi incluída, pelo décimo ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo ("ISE"). O ISE mede a performance de empresas de capital aberto, considerando os aspectos econômico-financeiro, ambiental, mudanças climáticas, social e governança corporativa. Em ranking da consultoria Economatica que listou as 16 ações que valorizaram mais do que 100% ao longo de 2016, as ações ordinárias da Eletrobras ficaram em segundo lugar. As ações ordinárias da Eletrobras valorizaram 288% no período, enquanto suas ações preferenciais também entraram no *ranking*, em nono lugar, com 141% de valorização.

A Eletrobras foi a campeã no setor de energia do prêmio MarCo, concedido pela revista "Época Negócios" às empresas de maior prestígio no Brasil, avaliadas de acordo com atributos como qualidade, propósito e reconhecimento na mídia. Já a publicação "As melhores da Dinheiro 2016" divulgou *ranking* com as mil maiores empresas do Brasil, no qual a Eletrobras apareceu na 22ª posição. No anuário "Valor 1000", publicado pelo "Valor Econômico", em parceria com a Serasa Experian e a Fundação Getúlio Vargas, a Eletrobras se manteve, pelo quarto ano consecutivo, como a maior empresa do setor de energia elétrica brasileiro, por receita líquida. No *ranking* geral, que classifica as mil maiores empresas do país, por receita líquida, a Eletrobras ficou na 16ª posição.

O Procel Reluz, programa cujo objetivo busca promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização noturna dos espaços públicos urbanos, contribuindo para reduzir o consumo de energia elétrica e melhorar as condições de segurança nas vias públicas e a qualidade de vida nas cidades brasileiras, participou, a convite do Banco Mundial e do Ministry of Power, da Índia, do *"International Workshop on Energy Efficient Lighting: Urban Experiences and Implementation Practices"*, realizado na Índia, e do "Fórum Modelos de Negócios para Eficiência Energética em Iluminação Pública", organizado pelo Banco Mundial e realizado em São Paulo.

A Eletrobras Eletronorte recebeu, da Fundação Nacional da Qualidade, o prêmio inédito *"Summa cum laude"*, conferido às organizações que mantiveram patamar de excelência por três anos consecutivos. A Eletrobras recebeu do Comitê Brasileiro da Qualidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, certificado em reconhecimento pela contribuição que a empresa vem prestando, ao longo dos anos, para disseminação da cultura da qualidade no Brasil. A Eletrobras Eletronuclear obteve certificação do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA), da Receita Federal, em reconhecimento por sua atuação nas operações de comércio exterior, sendo a primeira estatal a fazer parte do grupo de 85 operadores habilitados.

A Eletrosul obteve na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme mencionado no item 7.3, o prêmio Reconhecimento Global "Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência", pelo Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD). A iniciativa, voltada à inclusão social, foi reconhecida nas categorias protagonismo e acessibilidade. A Eletrosul também conquistou o troféu "Onda Verde", na categoria "Gestão Ambiental", pelo projeto de eficientização do edifício-sede, localizado em Florianópolis.

A Itaipu Binacional alcançou dois primeiros lugares no *ranking* 2016 dos "Legítimos da Sustentabilidade", promovido pelo Programa *Benchmarking Brasil*. A empresa foi vencedora com o *case* "Biodiversidade: Nosso Patrimônio", além de vencer a nova categoria "Indicadores", pelo conjunto de certificações e de parâmetros que atestam a qualidade da gestão socioambiental da empresa.

A Eletrobras Furnas ficou com a quarta colocação entre as 17 empresas finalistas, com o *case* "Furnas Educa". Furnas venceu ainda o 6º Prêmio Agenda Ambiental na Administração Pública, na categoria "Inovação na Gestão Pública", com o projeto de desenvolvimento e testes de ônibus elétricos, em parceria com a Coppe/UFRJ. A empresa obteve o segundo lugar na categoria "Gestão de Resíduos", com o projeto de aplicação de baterias estacionárias de lítio-íon em seus sistemas de informação e comunicação.

A inovação também foi reconhecida no projeto "Infraestrutura de Medição Avançada" (AMI), da Eletrobras em parceria com o Consórcio Energia + Smart. O projeto foi o vencedor da categoria *"Metering Excellence Awards"*, no *"Latin American Utility Week Awards 2016"*. O AMI trata de uma complexa rede de medição inteligente que contempla as seis distribuidoras da Eletrobras.

Na distribuição, a Ceal foi reconhecida como a empresa que mais evoluiu na satisfação do consumidor na América Latina, em premiação concedida pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier). A Ceron foi a vencedora da região Norte do prêmio "Índice Aneel de Satisfação do Consumidor" (IASC) 2016. Já a Amazonas Energia foi a quarta colocada no ranking de qualidade do serviço da Aneel, subindo onze posições.

8. FUNÇÕES DE GOVERNO

8.1. Gestão de Fundos Setoriais

A Eletrobras, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, também atua como braço do governo federal na implementação de programas setoriais e gestão de fundos setoriais que visam o desenvolvimento e aprimoramento da Política Energética do país, conforme veremos a seguir.

A Eletrobras atua no processo de gestão de três fundos do setor elétrico brasileiro: Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), Reserva Global de Reversão (RGR) e Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

Em novembro de 2016, houve a conversão da MP 735/2016 na Lei 13.360/2016 a qual estabelece que, a partir de 1º de maio de 2017, as atividades relacionadas à gestão e administração dos fundos setoriais Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), Reserva Global de Reversão ("RGR") e Conta de Desenvolvimento Econômico ("CDE") serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE".

Tal transferência será importante para que a Eletrobras possa se manter focada nas atividades de geração, transmissão e comercialização de energia.

❖ **Reserva Global de Reversão ("RGR"):**

Criada pela Lei 5.655/1971, a Reserva Global de Reversão ("RGR") tem a finalidade de prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, são aplicados na concessão de financiamentos destinados a expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do governo federal.

Em 2016, foram arrecadados R$ 2.040 milhões na RGR e na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2016, o montante de R$ 1.079 milhões, conforme quadros a seguir, tendo sendo o saldo final em dezembro de 2016 de R$ 1.111,9 milhões, considerando o saldo inicial de R$ 150,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015:

RGR - Ingressos e Aplicações em 2016:

Movimentação	**(R$ milhões)**
Ingressos:	**2.040**
Arrecadação de Quotas	870
Juros de Reversão	12
Parcelamentos	23
Amortização de Empréstimos	1.019
Rendimentos de Aplicações Financeiras	116
Transferência do Fundo CDE	0
Outras Fontes	0
Aplicações:	**1.079**
Financiamentos	0
Empréstimo Distrib. Designadas (Portaria MME 388/16)	1.007
Transferência para o Fundo CDE	0
Verba MME	33
Indenizações das Concessões (1ª tranche lei 12.783/16)	7
Outras Aplicações	32

Em 2016, a região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações, 69,9% dos recursos, seguida das Regiões Nordeste e Sudeste, com 29,4% e 0,7%, respectivamente.

RGR - Aplicações por Macro-Regiões em 2016:

Aplicações	**Recursos Aplicados em 2016 (R$ Milhões)**					
	Macro-Regiões					
	Norte	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Total**
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
Luz Para Todos	0	0	0	0	0	0
RELUZ	0	0	0	0	0	0
Geração de Energia	0	0	0	0	0	0
Transmissão de Energia	0	0	0	0	0	0
Distribuição de Energia	0	0	0	0	0	0
Rec. Parques Térmicos	0	0	0	0	0	0
Repotencialização	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Distrib. Designadas	709	298	0	0	0	1.007
Indenizações das Concessões (Lei 12.783)	0	0	7	0	0	7
Total	**709**	**298**	**7**	**0**	**0**	**1.014[1]**

[1] Não considera os recursos transferidos para o VMME e outras aplicações.

❖ **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):**

Criada pela Lei 10.438/2002, a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") tinha como objetivo somente de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. A partir da Lei 12.783/12 a CDE passou, dentre outras funções, ser responsável pelo repasse recursos à RGR e à CCC.

A CDE é usada também para subsidiar as receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.

O papel da Eletrobras como gestora do fundo CDE está limitado a cobrar e recolher o que é determinado previamente pela Aneel, como também aplicar os recursos conforme previsão legal, sempre limitado pela restrição de orçamento imposta pela Aneel. O mesmo escopo de atuação da Eletrobras no fundo CDE também é válido para os fundos RGR e CCC.

O orçamento da CDE de 2016, bem como dos demais fundos setoriais RGR e CCC, foi homologado pela Aneel, através das Notas Técnicas nº 021/2016-SGT/ANEEL de 01/02/2016 e 010/2016-SRG/ANEEL de 29/01/2016 e da Resolução Homologatória nº 2.018, alterada posteriormente pela Resolução Homologatória nº 2.077/2016, resultado da Audiência Pública 083/2015.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No ano de 2016, a arrecadação de quotas do Fundo CDE foi prejudicada devido a proliferação de decisões judiciais, concedidas em favor de consumidores de energia elétrica e associações, que contestaram itens do orçamento anual da CDE, resultando em isenção do pagamento de parcela do encargo tarifário da CDE, fixado pela ANEEL para os consumidores, e devido a liminar concedida à ABRADE, que permite que as suas distribuidoras se protejam da perda de arrecadação da CDE, permitindo-as descontar das quotas a serem pagas ao fundo CDE, o encargo não recolhido dos respectivos consumidores, conforme Nota Técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL, de 10/06/2016.

Em 2016, foram arrecadados R$ 14.951 milhões e liberados, a título de subvenção, R$ 15.132 milhões, dos quais R$ 6.141 milhões para Subsídios Tarifários, R$ 2.133 milhões para Subvenção Baixa Renda, e R$ 922 milhões para Carvão Mineral. Além disso, o Fundo CDE repassou ao Fundo CCC R$ 5.025 milhões. A seguir demonstramos a movimentação financeira da CDE em 2016, cujo saldo final em dezembro de 2016 foi de R$ 713,6 milhões, considerando o saldo inicial de R$ 894,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015:

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**14.951**
Arrecadação de Quotas CDE	13.473
Arrecadação de Quotas UBP	673
Multa Aneel	180
Parcelamentos	168
Transferência do Fundo RGR	0
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	0
Crédito Transf. MME – Obras Olímpicas	304
Rendimento de Aplicações Financeiras	111
Outras Fontes	42
Aplicações:	**15.132**
Subvenção Baixa Renda	2.133
Carvão Mineral	922
Subvenção para Programa Luz para Todos	372
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	265
Subsídios Tarifários	6.141
Kit de Instalação	4
Subvenção Obras Olímpicas	249
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	5.025
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	0
Outras Aplicações	21

Com relação à aplicação dos recursos, a mesma foi maior na Região Sudeste, com 35,4% dos recursos, vindo, em seguida, as Regiões Sul e Nordeste, com 24,2% e 23,7%, respectivamente. Juntas, as demais perfizeram 16,8% do total aplicado.

Recursos Aplicados em 2016 (R$ milhões)						
Aplicações	**Região**					
	Norte	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Total**
Subvenção Baixa Renda	184	988	685	148	128	2.133
Carvão Mineral	0	0	0	922	0	922
Subvenção Luz para Todos	195	146	2	0	29	372
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	230	9	8	17	1	265
Subsídios Tarifários	174	1.245	2.621	1.349	752	6.141
Kit de Instalação	0	2	2	0	0	4
Subvenção Obras Olímpicas	0	0	249	0	0	249
Total	**783**	**2.390**	**3.567**	**2.436**	**910**	**10.086**[1]

1 – Não considera os valores transferidos para os fundos setorias CCC e RGR.

❖ Conta de Consumo de Combustíveis (CCC):

A Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") possui como finalidade básica a liberação de subsídios aos Agentes que atuam nas regiões eletricamente não integradas ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Essas áreas, chamadas de Sistemas Isolados, estão localizadas em sua imensa maioria na região Norte do país, restando ainda poucas áreas isoladas no estado do Mato Grosso e a ilha de Fernando de Noronha, no oceano Atlântico.

Os subsídios correspondem a uma parcela do Custo Total de Geração, composto por todos os insumos da cadeia de produção e compra de energia elétrica para o atendimento ao mercado de cada Agente. Também faz parte da cobertura pelo Fundo os empreendimentos que diminuem o custo e ou a utilização de combustível fóssil para a geração de energia elétrica, tais como Linhas de Transmissão, Pequenas Centrais Hidroelétricas, Eficientização de Máquinas e também a utilização de fontes não convencionais para a geração de energia.

A partir da publicação da Lei 12.783/2013 a fonte de recursos para essas coberturas é o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), não havendo mais a cobrança de quotas mensais recolhidas pelos Agentes de Distribuição, Transmissão e Permissionários.

Existe ainda uma receita residual proveniente de quotas mensais não recolhidas à época pelos Agentes, que foram repactuadas, no montante de R$ 14 milhões e que se tornaram recebíveis para a conta CCC. Também deve ser considerada a receita proveniente de aplicações financeiras da ordem de R$ 68 mil, além de um crédito de R$ 10 milhões referente a ajuste de liberação.

Ao longo de 2016, foram feitos repasses da ordem de R$ 5.050 milhões, sendo R$ 4.936 milhões na rubrica Custo Total de Geração e o restante, R$ 114 milhões, para os empreendimentos Sub-rogados ao Fundo.

Importante citar que face à escassez de recursos, por ausência de orçamento suficiente da CDE, ao longo de 2014, a Eletrobras, na qualidade de gestora da Conta, ficou impossibilitada de efetivar a liberação de subsídios tempestivamente, fato que levou a o Fundo Setorial CDE, com base na Portaria Interministerial número 652/2014, a promover 2 Contratos de Confissão de Dívida com as Distribuidoras do Sistema Eletrobras, nos montantes de R$ 4.259 milhões e R$ 2.296 milhões, alongando o perfil da dívida do Fundo Setorial para 10 anos. Esta repactuação foi reconhecida pelo Despacho 504/2015 da Aneel. Além disso, a Portaria Interministerial MME/MF 372/2015 também autorizou a repactuação de dívida, em 36 meses, do montante de R$ 2.560.963.777,38 atualizados pela Selic em 31/12/2015 no montante de R$ 3.005.006.833,00 milhões, referente ao período de Fevereiro a Junho de 2015 em que não houve repasse de recursos pela CDE às Distribuidoras que atendem o Sistema Isolado, por falta de orçamento. Esses créditos, embora suas repactuações tenham sido autorizados pela Aneel, ainda estão sujeitos à fiscalização futura da Aneel. O instrumento de repactuação do crédito de R$ R$ 3.005.006.833,00 ainda não havia sido celebrado em 31 de dezembro de 2016, logo, os pagamentos ainda não foram iniciados pela CDE.

A seguir, apresentamos a movimentação financeira do Fundo CCC em 2016:

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**5.049**
Transferência do Fundo CDE	5.025
Parcelamentos	14
Aplicações Financeiras	0
Outras Fontes	10
Aplicações:	**5.050**
Custo Total de Geração	4.936
Sub-rogações	114
Outras Aplicações	0

Em 2016, os recursos da CCC foram aplicados nas regiões Norte e Nordeste para o reembolso do Custo Total de Geração, e nas regiões Norte e Centro-Oeste, para o reembolso dos empreendimentos Sub-rogados ao Fundo. A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações, com 99,0% dos recursos, seguida das Regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 0,6% e 0,4%, respectivamente.

Recursos Aplicados em 2016 (R$ milhões)						
Aplicações	**Região**					
	Norte	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Total**
Custo Total da Geração	4.917	19	0	0	0	4.936
Sub-rogações	82	0	0	0	32	114
Total	**4.999**	**19**	**0**	**0**	**32**	**5.050**

8.2. Gestão de Programas de Governo

❖ Luz para Todos:

O Programa Luz para Todos visa propiciar, até o ano de 2018, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa vêm do Governo Federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e a título de financiamento, por meio da Reserva Global de Reversão (RGR) ou da Caixa Econômica Federal, além de recursos dos governos estaduais envolvidos e dos Agentes Executores. Até o final do ano de 2016, esses recursos totalizaram R$ 23,21 bilhões, sendo R$ 16,90 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais administrados pela Eletrobras.

Em 2016, foi liberado R$ 0,37 bilhão originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foi liberado um montante de R$ 14,27 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R$ 16,90 bilhões, ou seja, 84% do total de recursos contratados.

No ano de 2016, foram realizadas 73.641 ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.331.727 ligações efetuadas desde 2004, incluindo os contratos celebrados entre a Eletrobras e os agentes executores e a contrapartida dos agentes executores, o que corresponde a mais de 15,9 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para o final de 2016, foram realizados 99,5% da meta global de 3.347.706 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Ainda no âmbito do Programa, a Eletrobras, no período 2010 a 2012, firmou com os Agentes Executores 18 contratos relacionados a Projetos Especiais, com base na Portaria Nº 60, de 12.02.2009, do MME, com recursos originados da CDE, no montante de R$ 7,61 milhões, visando o atendimento de 377 unidades consumidoras em localidades de extremo isolamento utilizando Fontes Renováveis de Energia. Deste montante, até o final do ano de 2016, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas.

A seguir, são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados de 2004 a 2016, distribuídos por região:

Região	Recursos Setoriais até 31/12/2016 (R$ milhões)					
	Contratados			Liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	4.476,07	318,29	4.794,36	3.507,65	284,30	3.791,95
Nordeste	6.817,26	941,94	7.759,20	6.010,69	837,42	6.848,11
Centro-Oeste	861,57	589,77	1.451,34	758,64	526,96	1.285,60
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	739,59	942,98	1.682,57
Sul	346,24	511,90	858,14	276,59	387,26	663,85
Brasil	**13.359,27**	**3.536,41**	**16.895,68**	**11.293,16**	**2.978,92**	**14.272,08**

A seguir, são apresentadas as quantidades de ligações contratadas e cadastradas no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos (Programas de Obras) acrescidas das ligações de Projetos Especiais comprovadas fisicamente pela Eletrobras até 31 de dezembro de 2016, distribuídas por região:

Região	Números de Ligações até 31/12/2016	
	Contratadas entre os Agentes Executores(*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + Comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	672.861	576.015
Nordeste	1.524.783	1.464.254
Centro-Oeste	212.039	202.900
Sudeste	429.048	424.748
Sul	184.783	185.293
Brasil	**3.023.514**	**2.853.210**

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

❖ Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA:

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") foi criado em 26 de abril de 2002 pela Lei nº. 10.438, e regulamentado através do Decreto 5.025/04, iniciando o processo de sua implantação em 2004, com o objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") e Biomassa.

A realização do programa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

O PROINFA adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2016, a contribuição do PROINFA para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 79 milhões MWh.

A contratação de energia de empreendimentos encerrou-se em 31 de dezembro de 2011.

Em 2016, o programa gerou 9,4 milhões de MWh com um custeio de R$ 3,65 bilhões.

Fontes	Empreendimentos que entraram em operação no ano de 2015		Total de empreendimentos em operação no ano de 2016	
	Empreendimentos	Potência (MW)	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	60	533,34	60	533,34
Eólica	52	1.282,52	52	1.282,52
Biomassa	19	1.159,24	19	1.159,24
Outras Fontes	-		–	
Total	**131**	**2.975,10**	**131**	**2.975,10**

❖ Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel):

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) é o programa do Governo Federal destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país, com a Eletrobras desempenhando a função de sua Secretaria Executiva. O Procel atua em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria.

Em 2016, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 – que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica – foi alterada pela Lei nº 13.280, de 3 de maio, com o objetivo de disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética, oriundos do Programa de Eficiência Energética das concessionárias de distribuição, passando a redistribuir esses recursos da seguinte forma:

- 80% aplicados pelas próprias concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, conforme os regulamentos estabelecidos pela Aneel; e
- 20% destinados a suportar o Procel.

Em virtude dessa alteração legal, o Procel passa a ter uma fonte permanente de recursos para realização de investimentos, desonerando a Eletrobras nesse quesito. Os recursos destinados ao Procel devem ser recolhidos mediante depósito em favor do referido Programa, em conta administrada pela Eletrobras, conforme consta no Proret – Submódulo 5.6, da Aneel.

O repasse desses recursos ao Procel e sua utilização estão condicionados à apresentação e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual (PAR) e da prestação de contas do ano anterior, sendo que a aprovação do plano ocorreu em janeiro de 2017, de forma que a previsão inicial

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

do ingresso desse recurso na conta do Procel seja a partir de março de 2017. O Grupo Coordenador de Conservação de Energia (GCCE) é o responsável pela elaboração do PAR e do relatório com a prestação de contas, enquanto que o Comitê Gestor de Eficiência Energética (CGEE) é o responsável pela avaliação e aprovação de ambos documentos. Os projetos serão executados por meio de contratos e/ou convênios seguindo as premissas da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

As informações acerca dos subprogramas do Procel podem ser verificados no website www.eletrobras.com/pci

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

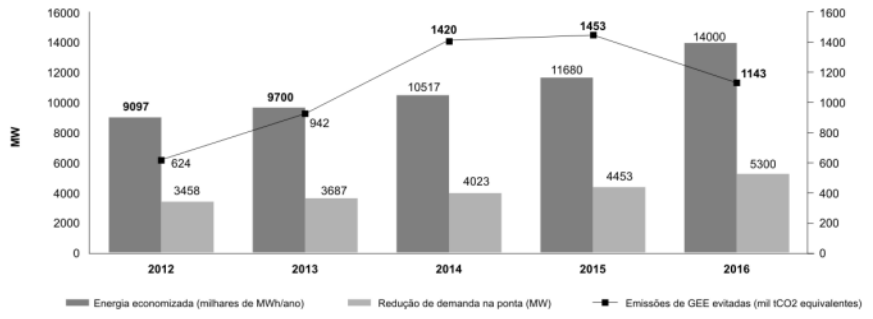
O Selo Procel de Economia de Energia, ou simplesmente Selo Procel, permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes no consumo de energia elétrica e amigáveis ao meio ambiente.

Atualmente o Selo Procel contempla 39 categorias de equipamentos concorrentes ao Selo, abrangendo 3.722 modelos de 194 fabricantes.

Em 2016, mais sete laboratórios de ensaios em equipamentos foram incorporados à rede laboratorial de apoio ao Selo Procel, totalizando 37 laboratórios participantes do Programa.

Em 2016 o Procel contribuiu, principalmente através do Selo Procel, para uma economia de 14 milhões de megawatts-hora (MWh), equivalente ao consumo anual de 7,21 milhões de residências. Evitou-se ainda a emissão de 1,14 milhão tCO2 equivalentes. Estima-se que a Eletrobras despendeu no Programa, no último ano, recursos próprios da ordem de R$ 16,01 milhões.

Anualmente o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ("MCTI") define um "Fator Médio Anual de tCO2/MWh" para o Sistema Interligado Nacional do Brasil (SIN). Em 2016, o Procel evitou a emissão de 1,425 milhão e em 2015 1,453 milhão de tCO2 equivalentes. O motivo da redução em relação aos anos anteriores foi que o "Fator Médio Anual de tCO2/MWh" diminuiu em cerca de 35% de 2015 (0,1244) para 2016 (0,0817).



9. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

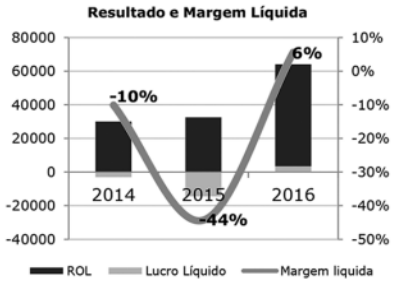
9.1. Destaque do Resultado Consolidado

- ✓ Reconhecimento contábil referente à RBSE com os seguintes impactos: lançamento na receita de Atualização da Taxa de Retorno de Transmissão no montante de R$ 28.601 milhões; Provisão de IRPJ/CSLL referente ao reconhecimento da RBSE de R$ 9.724 milhões; e um efeito líquido no resultado de R$ 18.876 milhões;
- ✓ Receita Operacional Líquida de R$ 60.749 milhões;
- ✓ Repasse de Itaipu negativo no montante de R$ 347 milhões;
- ✓ CVA montante negativo de R$ 339 milhões;
- ✓ Provisões para contingência de R$ 3.994 milhões;
- ✓ Provisões referentes ao *Impairment* e contrato oneroso da Usina Termonuclear de Angra III, no montante de R$ 2.886 milhões e R$ 1.350 milhões, respectivamente;
- ✓ Outros *Impairments* (excluindo Angra III) no montante de R$ 2.651 milhões;
- ✓ Outras Provisões para contratos onerosos (excluindo Angra III) de R$ 844 milhões;
- ✓ Provisão para Perdas em Investimentos no montante de R$ 1.479 milhões;
- ✓ Reversão de provisão para Risco Hidrológico no montante de R$ 451 milhões;
- ✓ Provisão referente à suspensão de pagamentos de CDE/CCC, no âmbito do orçamento CDE de 2017, no montante de R$ 742 milhões;
- ✓ Achados da Investigação no montante bruto de R$ 302 milhões (dos quais R$ 158 milhões reconhecidos no resultado);
- ✓ Resultado Financeiro Líquido negativo de R$ 5.929 milhões, impactado pela atualização monetária referente aos processos de empréstimo Compulsório no montante de R$ 3.067 milhões;
- ✓ Soma dos Prejuízos das Empresas Distribuidoras no montante de R$ 6.985 milhões, com destaque para o prejuízo de R$ 4.968 milhões da Amazonas Energia.
- ✓ Privatização da Celg-D pelo valor total de R$ 2,19 bilhões, com ágio de 28% em relação ao preço mínimo aprovado pela 166ª AGE da Eletrobras, sendo que a Eletrobras recebeu, pela venda da totalidade de sua participação acionária, o montante aproximado de R$ 1,07 bilhão da Enel e na 1ª oferta aos empregados cerca de R$ 0,5 milhões, dos empregados da Celg-D que decidiram exercer o direito de compra de participação acionária da Celg-D. Todavia não houve impacto da venda da Celg-D no resultado do período por se tratar de evento subsequente.

9.2. Resultado 2016 X 2015

O Resultado de 2016 registra um crescimento de 124% em relação aos 2015, tendo sido apurado um lucro líquido atribuído aos controladores de R$ 3.426 milhões em 2016, contra um prejuízo líquido atribuído aos controladores de R$ 14.442 milhões em 2015.

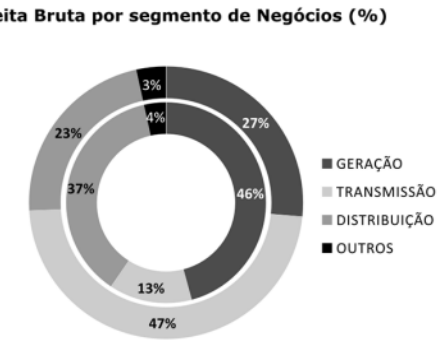
O Resultado Gerencial em 2016 passou de um prejuízo líquido Gerencial de R$ 705 milhões em 2015, contra um prejuízo líquido Gerencial de R$ 522 milhões em 2016.





9.3. Receita Operacional

A Receita Operacional Líquida, no montante de R$ 60.749 milhões apresentou, em 2016, um crescimento de 86,4% em relação aos 2015, quando foi registrado o montante de R$ 32.589 milhões. Na análise de segmentos, reportado no IFRS, apresentamos os seguintes destaques:



CONSOLIDADO	2016	2015
Geração - Suprimento	12.886	12.310
Geração - Fornecimento	2.946	3.572
Geração - CCEE (curto prazo)	1.242	1.812
Geração - Receita de Operação e Manutenção	2.179	1.883
Geração - Receita de Construção	41	148
Geração - Repasse Itaipu	-347	234
Transmissão - Receita de Operação e Manutenção	2.976	2.696
Transmissão - Receita de Construção	1.175	2.078
Transmissão - Atualizações da Taxa de Retorno	29.406	838
Distribuição - Fornecimento e Suprimento	15.208	14.835
Distribuição - Receita de Construção	1.166	1.012
Distribuição - CVA e outros Componentes Financeiros	-339	324
Outras Receitas	2.450	1.484
Receita Bruta	**70.988**	**43.226**
Deduções da Receita	-10.239	-10.637
Receita Operacional Líquida	**60.749**	**32.589**

As Receitas de Geração apresentaram uma redução de 5,1%, passando de R$ 19.959 milhões em 2015 para R$ 18.947 milhões em 2016. A venda de energia no mercado de curto prazo passou de R$ 1.812 milhões em 2015 para R$ 1.242 milhões em 2016, devido, principalmente, a redução do Preço da Liquidação das Diferenças ("PLD") em 2016. A receita de fornecimento também apresentou redução de 18%, passando de R$ 3.572 milhões em 2015 para R$ 2.946 milhões em 2016, principalmente devido a:

(i) reflexo das alterações das condições contratadas para o fornecimento aos industriais do nordeste pela Chesf, conforme estabelecido na Lei nº 13.182/2015, que estabeleceu, por ocasião da prorrogação da Concessão da UHE Sobradinho, e consequentemente da assinatura dos aditivos aos contratos com os consumidores industriais, a aplicação de um reajuste adicional na tarifa, que vigorou excepcionalmente apenas durante o 2º semestre de 2015;

(ii) reflexo da desverticalização da Amazonas Energia, pois a energia elétrica vendida dos ativos de geração, que antes era classificada como fornecimento dentro da Amazonas D, passou a ser contabilizada na conta de Suprimento da Amazonas GT, sem efeito no resultado consolidado de 2016, devido à consolidação das Empresas Eletrobras;

(iii) faturamentos dos contratos com a Albras e South 32 (antiga BHP Billiton), pela Eletronorte cujos contratos são influenciadas pela volatilidade do câmbio, preço de alumínio no mercado internacional (LME).

A receita de suprimento aumentou de R$ 12.310 milhões em 2015 para R$ 12.886 milhões em 2016, influenciada pelo crescimento da receita na controlada Eletronuclear, em função da atualização da receita contratada em 2016 (conforme RH ANEEL 2.006) para Angra 1 e 2 e ao saldo positivo referente à parcela variável das referidas usinas. O volume total de energia vendida das empresas Eletrobras passou de 158 TWh em 2015 para 162 TWh em 2016. A receita de Operação e Manutenção das Usinas renovadas pela Lei 12.783/2013 passou de R$ 1.883 milhões em 2015 para R$ 2.179 milhões em 2016, influenciada, principalmente, pelo reajuste anual da RAG, ocorrido em julho de 2016. A Receita de construção passou de R$ 148 milhões, em 2015, para R$ 41 milhões em 2016, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção. O Repasse de Itaipu passou de um montante positivo de R$ 234 milhões em 2015 para um montante negativo de R$ 347 milhões em 2016, influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price e Industrial goods* (detalhamento do efeito de Itaipu no item II.2).

As Receitas de Transmissão apresentaram um crescimento de 498%, passando de R$ 5.611 milhões em 2015 para R$ 33.557 milhões em 2016, influenciadas, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), permitindo o registro contábil do crédito, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R$ 28.601 milhões. As Receitas de Transmissão, sem considerar os efeitos da contabilização da RBSE, teriam apresentado uma redução de 11,7%, influenciadas, principalmente, pela redução da receita de construção, que passou de R$ 2.078 milhões em 2015 para R$ 1.175 milhões em 2016, mas sem efeito para o resultado, uma vez que possui valor equivalente contabilizado como custo de construção. As Receitas de Operação e Manutenção das linhas de transmissão renovadas e não renovadas passaram de R$ 2.696 milhões em 2015 para R$ 2.976 milhões em 2016, influenciadas, principalmente, pela revisão anual da RAP. Desconsiderando as receitas da RBSE, a receita de retorno do investimento em transmissão passaria de R$ 838 milhões em 2015 para 805 milhões em 2016 devido ao menor volume de investimentos no período.

As Receitas do Segmento de Distribuição apresentaram uma redução de 0,8%, passando de R$ 16.171 milhões em 2015 para R$ 16.034 milhões em 2016. Essa redução se deve, fundamentalmente, a redução da receita decorrente de CVA, que passou de R$ 324 milhões (receita) em 2015, para R$ 339 milhões (despesa) em 2016, em virtude, principalmente, do cálculo da parcela de constituição, afetada por sobrecontratação e diferença entre o preço considerado para o ACR médio nas tarifas e o preço médios dos contratos de compra de energia durante o ano de 2016, com destaque para as controladas Celg-D, Amazonas Energia e Ceal. As receitas de Fornecimento apresentaram crescimento de 2,5%, passando de R$ 14.835 milhões em 2015 para R$ 15.208 milhões em 2016 em função dos reajustes tarifários. A quantidade de energia vendida passou de 29,8 TWh em 2015 para 30,4 TWh em 2016. A Receita de construção passou de R$ 1.012 milhões, em 2015, para R$ 1.166 milhões em 2016, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

CVA e Outros componentes Financeiros	2016	2015
Eletroacre	18	20
Ceal	-153	-92
Amazonas Energia	-129	-1
Cepisa	67	43
Ceron	162	-151
Boa Vista Energia	-9	1
Celg-D	-296	504
TOTAL CVA e Outros componentes Financeiros	**(339)**	**324**

Outras Receitas apresentaram crescimento de 65%, passando de R$ 1.484 milhões em 2015 para R$ 2.450 milhões em 2016, devido, principalmente, a reclassificação de Receitas de distribuição - TUSD na controlada CEPISA.

9.4. Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 4,6%, passando de um montante de R$ 16.992 milhões em 2015 para um montante de R$ 16.211 milhões em 2016.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A Energia Elétrica Comprada para Revenda apresentou um crescimento de 4,6%, passando de R$ 10.766 milhões em 2015 para R$ 11.264 milhões em 2016, influenciada pela energia comprada para atendimento do proinfa. Em relação a energia comprada para Revenda, R$ 4.001 milhões referem-se a compra pelas geradoras (já descontadas as operações intra grupo), em especial para atender os contrato de PPAs celebrados no âmbito de *Project finance de SPEs* nas quais as empresas do Sistema Eletrobras possuem participação acionária, destacando energia comprada de Teles Pires e Jirau em 2016. Em relação a energia comprada para Revenda pelas distribuidoras, de R$ 7.263 milhões, foi fortemente influenciada pela interrupção do fornecimento de gás para a UTE Aparecida na região norte do país.

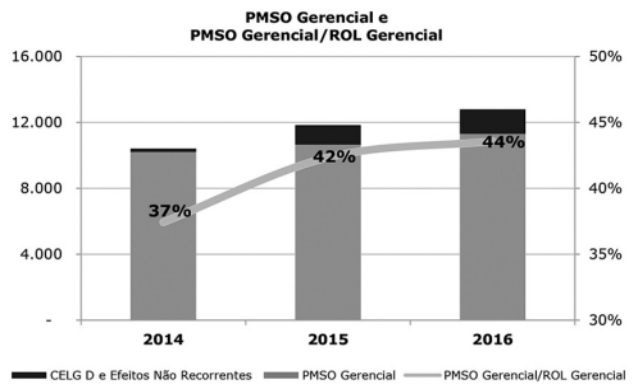
Na conta de Uso da Rede Elétrica foi apurado um crescimento de 3,9%. Em 2015, foi registrada uma despesa de R$ 1.738 milhões e, em 2016, foi registrada uma despesa de R$ 1.805 milhões influenciada pela entrada em operação de empreendimentos eólicos.

Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurada uma redução de 39%. Em 2015, foi registrada uma despesa de R$ 1.250 milhões, enquanto, em 2016, foi registrada uma despesa de R$ 760 milhões, devido, principalmente, a interrupção do fornecimento de gás para UTE Aparecida, a desativação de algumas usinas da Amazonas Energia que operavam com combustível e a diminuição da geração nas usinas térmicas das empresas Eletrobras em 2016, em especial UTE Santa Cruz, UTE Roberto Silveira e UTE Aparecida e UTE Mauá (Bloco III).

9.5. Despesas Operacionais

As Despesas operacionais apresentaram crescimento de 3,4%, passando de R$ 28.673 milhões em 2015 para R$ 29.699 milhões em 2016.

Em 2016, a soma das contas de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) apresentou um crescimento de 7,8%, passando de R$ 11.842 milhões em 2015 para R$ 12.768 milhões em 2016. A conta de Pessoal apresentou crescimento de 9,1%, passando de R$ 6.005 milhões em 2015 para R$ 6.549 milhões em 2016, influenciado pelo reajuste do acordo coletivo de 2016 de cerca de 9% e também pelas despesas da Eletronorte decorrentes do encerramento da ação judicial de Periculosidade (R$ 49 milhões) e do acordo administrativo de turno ininterrupto de revezamento (R$ 38 milhões). A conta de Serviços apresentou crescimento de 9,9%, passando de R$ 3.172 milhões em 2015 para R$ 3.485 milhões em 2016, devido, principalmente, às despesas com contratação para investigação independente no montante de R$ 291 milhões em 2016. A conta de material apresentou um crescimento de 3,5%, passando de R$ 318 milhões em 2015 para R$ 330 milhões em 2016, com destaque para aumento de despesas devido à paralização da obra de Angra 3, parcialmente compensada pela redução dos custos de cal da CGTEE. A conta de Outras Despesas teve crescimento de 2,5% passando de R$ 2.347 milhões em 2015 para R$ 2.405 milhões em 2016, tendo sido impactada pela contabilização dos "achados da investigação" no montante de R$ 211 milhões.



Conforme mencionado acima, as despesas operacionais foram influenciadas pelo resultado da investigação independente realizada pelo Hogan Lovells, no montante bruto de R$ 300 milhões e no montante líquido de R$ 211 milhões, na conta outras despesas operacionais, considerando que houve reversão de *impairment* anteriormente registrados em determinados empreendimentos, que foram baixados no 3T16 como despesas, conforme tabela a seguir, e o registro dos achados da SPE Norte Energia (UHE Belo Monte) foi registrada, na conta de participações societárias. Importante destacar, que nos Formulários 20F de 2014 e 2015, os referidos achados foram registrados em períodos diversos (quais sejam, R$ 4 milhões no 20F 2014 e R$ 154 milhões no 20F 2015), considerando que os registros decorrentes da investigação independente foram realizados em cada localidade de emissão na respectiva demonstração financeira que se encontrava em aberto. Para efeito de demonstrações financeiras arquivadas na CVM, os registros foram integralmente efetuados no 3T16.

Ajustes	**31/12/2016**
Achados da Investigação	**-303**
Angra 3	-141
Simplicio	-3
Maua 3	-67
Equity - SPE	-91
Reversão de *Impairment*	**144**
Angra 3	142
Simplicio	3
Total de Ajustes	**-158**

As Provisões Operacionais passaram de R$ 14.639 milhões em 2015 para R$ 14.724 milhões em 2016. Em 2016, as provisões operacionais foram influenciadas, principalmente, pelos *impairments* no montante de R$ 5.537 milhões nas empresas Geradoras e Transmissoras e pela provisão para contrato oneroso de R$ 2.194 milhões, sendo o maior impacto referente, principalmente, ao empreendimento da Usina Nuclear de Angra 3 (Vide Notas Explicativas nºs 19 e 33). Outro impacto relevante vem da Provisão para Contingências, no montante de R$ 3.994 milhões, causada, principalmente, pela Provisão relativa aos processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório no montante de R$ 2.065 milhões, provisão relativa às ações cíveis ajuizadas por produtores independentes contra a Amazonas D, de cerca de R$ 400 milhões; Provisão relativa à ação movida pelo banco KFW, de cerca de R$ 235 milhões, referente a aval não reconhecido pela CGTEE (Vide Nota Explicativa 30 das Demonstrações Financeiras); e Provisão referente a Taxa Pará cobrada da Eletronorte (R$ 346 milhões). A Eletrobras contabilizou ainda provisão para perdas em investimentos no montante de R$ 1.479 milhões (destaque para *impairments* aplicados a SPEs sob a ótica do investidor em Belo Monte Transmissora, SINOP, Manuas Transmissora, Norte Brasil Transmissora) e uma provisão, no montante R$ 742 milhões, relativa aos créditos devido pelo Fundo Setorial CDE/CCC, em virtude da publicação da Resolução Homologatória nº 2.202, que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta CDE, porém suspendendo o pagamento de parte relevante desses créditos até conclusão de fiscalização pela Aneel (Vide Nota Explicativa nº 11). Houve ainda a reversão da provisão para Risco Hidrológico em razão da repactuação do risco hidrológico realizado em 2015, pela Eletronorte, no montante de R$ 451 milhões. Destacamos ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no montante de R$ 334 milhões, impactada pela reversão de PCLD da Ceal (R$ 57 milhões) e da Cepisa (R$ 91 milhões) devido a repactuações com clientes da classe serviço público e constituição de PCLD pela Amazonas D (R$ 205 milhões).

Consolidado (R$ milhões)	**2016**	**2015**
Garantias	30	30
Contingências [1]	3.994	7.084
PCLD - Consumidores e Revendedores	334	643
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	17	16
Passivo a descoberto em Controladas	0	0
Contratos Onerosos	2.194	366
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	1.479	-611
Impairment	5.537	5.991
Provisão ANEEL - CCC	742	0
Ajuste a Valor de Mercado	41	67
Impairment BRR	0	-149
Risco Hidrológico	-451	451
Outras	847	750
	14.724	**14.639**

Nota: Os valores negativos da tabela acima indicam reversões de provisões.

9.6 Participação Societária

A Participação Societária registrou um crescimento de 486% resultante da contabilização de um montante positivo de R$ 531 milhões em 2015, para um montante positivo de R$ 3.114 milhões em 2016, com destaque para o reconhecimento da RBSE pela coligada CTEEP, com um impacto no resultado de equivalência da Eletrobras de R$ 1.603 milhões, parcialmente compensada pela baixa decorrente dos achados da investigação na SPE Belo Monte (R$ 91 milhões).

9.7. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R$ 1.699 milhões em 2015 para uma despesa líquida de R$ 5.929 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, a conta de atualização monetária líquida, que apresentou redução de 164%, passando de uma receita de R$ 2.403 milhões em 2015 para uma despesa de R$ 1.600 milhões em 2016, principalmente, por conta da contabilização da atualização monetária passiva referente aos processos judiciais de empréstimo compulsório, no montante de R$ 3.067 milhões em 2016. Além disso, o resultado financeiro sofreu influência pela atualização monetária dos encargos referente aos fornecedores de combustível do sistema isolado, incluindo da dívida repactuada com a Petrobras/BR Distribuidora, em 2014, com destaque para a dívida da Amazonas D. Além disso, ocorreu, em 2015, o recebimento integral dos juros e atualizações monetárias relacionados à 1ª tranche dos créditos referentes aos ativos não depreciados e não amortizados das concessões renovadas pela Lei nº 12.783/2013, refletido na conta de remuneração das indenizações, devido ao pagamento integral da referida tranche. O Resultado financeiro foi impactado também pela variação cambial, que passou de uma receita líquida de R$ 33 milhões em 2015 para uma receita líquida de R$ 138 milhões em 2016, em razão da variação do dólar no período.

9.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R$ 710 milhões em 2015 para uma despesa de R$ 8.511 milhões no 2016, influenciado pelo aumento dos tributos diferidos, principalmente, pelo efeito da contabilização da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"). A provisão referente a RBSE foi de R$ 9.724 milhões.

Consolidado (R$ milhões)	**2016**	**2015**
IR e CSLL Corrente	619	547
IR e CSLL Diferido	7.892	163

9.9 Resultado Consolidado

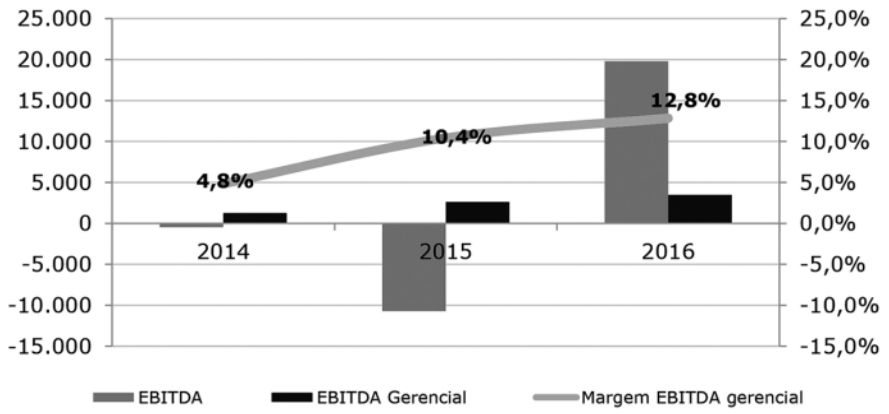
CONSOLIDADO	**2016**	**2015**
Receita Operacional Líquida	**60.749**	**32.589**
Energia comprada para revenda	-11.264	-10.766
Encargos sobre uso da rede elétrica	-1.805	-1.738
Combustível para produção de energia elétrica	-760	-1.250
Construção	-2.382	-3.238
Resultado Bruto	**44.538**	**15.597**
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-12.768	-11.842
Remuneração e ressarcimento	-363	-349
Depreciação e amortização	-1.844	-1.843
Provisões/Reversões operacionais	-14.724	-14.639
Resultado Operacional antes de Part.Societárias	**14.839**	**-13.076**
Participações Societárias	3.114	531
Resultado antes do Resultado Financeiro	**17.953**	**-12.545**
Receita de Juros e Aplicações Financeiras	2.241	2.251
Atualização Monetária líquida	-1.600	2.403
Variação Cambial líquida	138	33
Encargos da Dívida	-6.376	-6.340
Encargos de Recursos de Acionistas	-201	-41
Remuneração das Indenizações - Lei 12.783/13	0	115
Outros resultados financeiros	-131	-120
Resultado antes de IR e CSLL	**12.024**	**-14.244**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.511	-710
Lucro/Prejuízo Líquido do período	**3.513**	**-14.954**
Participação atribuída aos Não Controladores	87	-512
Lucro/Prejuízo Líquido atribuído aos Controladores	**3.426**	**-14.442**

9.10. Lucro antes dos juros, impostos e Amortização (EBITDA)

EBITDA (R$ milhões)	**2016**	**2015**	**%**
Resultado do Exercício	3.513	-14.954	-123%
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	8.511	710	1099%
+ Resultado Financeiro	5.929	1.699	249%
+ Amortização e Depreciação	1.844	1.843	0%
= EBITDA	**19.797**	**-10.702**	**-285%**
AJUSTES			
Celg-D	-186	-31	500%
Efeitos Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	-28.601	0	-
Despesas Investigação independente	291	6	100%
Achados da Investigação	211	0	100%
Contingências	3.994	7.084	-44%
Contratos onerosos	2.194	366	499%
Impairment	5.537	5.842	-5%
Provisão ANEEL - CCC	742	0	100%
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	1.479	-611	142%
Risco Hidrológico	-451	451	-200%
Participações societárias (RBSE CTEEP e Investigação SPE)	-1.512	0	100%
PID Eletronuclear de 2015	0	214	100%
= EBITDA GERENCIAL	**3.496**	**2.621**	**33%**

continua

continuação

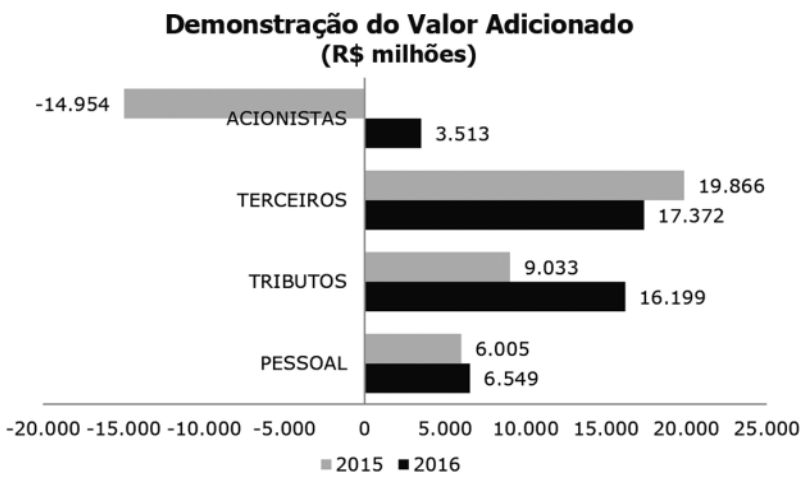


9.11. Resultado por Segmento de Negócio

31/12/2016								
DRE por Segmento	**Adminis-tração**	**Geração**		**Transmissão**		**Distri-buição**	**Elimi-nações**	**Total**
		Regime de Exploração	**Regime de O&M**	**Regime de Exploração**	**Regime de O&M**			
Receita Operacional Líquida	177	16.085	1.626	1.604	31.952	11.592	(2.287)	60.749
Custos e Despesas Operacionais	(16.364)	(18.554)	(2.559)	(2.517)	(4.843)	(15.572)	14.498	(45.909)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(16.187)	(2.469)	(932)	(913)	27.109	(3.980)	12.212	14.839
Resultado Financeiro	(979)	(1.744)	(619)	(179)	307	(2.658)	(56)	(5.929)
Resultado de Participações Societárias	21.160	–	–	–	–	–	(18.046)	3.114
Imposto de renda e contribuição social	(68)	533	166	(167)	(8.974)	–	–	(8.511)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	**3.927**	**(3.681)**	**(1.386)**	**(1.259)**	**18.442**	**(6.639)**	**(5.891)**	**3.513**

31/12/2015								
DRE por Segmento	**Adminis-tração**	**Geração**		**Transmissão**		**Distri-buição**	**Elimi-nações**	**Total**
		Regime de Exploração	**Regime de O&M**	**Regime de Exploração**	**Regime de O&M**			
Receita Operacional Líquida	348	15.375	1.748	1.839	3.826	11.471	(2.018)	32.589
Custos e Despesas Operacionais	(11.819)	(18.877)	(1.587)	(3.254)	(4.008)	(13.604)	7.484	(45.665)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(11.471)	(3.503)	161	(1.415)	(182)	(2.133)	5.467	(13.076)
Resultado Financeiro	3.959	(1.281)	(657)	(573)	(241)	(2.832)	(74)	(1.699)
Resultado de Participações Societárias	(6.092)	–	–	–	–	–	6.623	531
Imposto de renda e contribuição social	(871)	(127)	0	257	20	11	–	(710)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	**(14.475)**	**(4.911)**	**(496)**	**(1.731)**	**(404)**	**(4.954)**	**12.016**	**(14.954)**

9.12. Demonstração de Valor Adicionado (DVA)



Em 2016, observa-se variação positiva de R$ 3.513 milhões no valor adicionado para os acionistas, que passou de um montante negativo de R$ 14.954 milhões negativos em 2015 para R$ 3.513 milhões positivos em 2016.

A redução de R$ 2.498 milhões nos valores para terceiros, reflete, principalmente: (i) o impacto do câmbio nas dívidas em moeda estrangeira, com reflexo na conta "variações cambiais" (redução de R$ 5.371 milhões).

O aumento de R$ 7.166 milhões nos tributos é reflexo do aumento dos tributos sobre a receita, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"), permitindo o registro contábil do crédito, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R$ 28.601 milhões.

A variação de 9,0% na conta de pessoal, que passou de R$ 6.004 milhões em 2015 para R$ 6.549 milhões em 2016, influenciado pelo reajuste do acordo coletivo de 2016 e também pelas despesas da Eletronorte decorrentes do encerramento da ação judicial de Periculosidade (R$ 49 milhões) e do acordo administrativo de turno ininterrupto de revezamento (R$ 38 milhões).

Dessa forma, a variação de R$ 18.467 milhões para os acionistas da Eletrobras é explicada, principalmente, pelo reconhecimento da receita da RBSE em contrapartida às provisões, cabendo destacar: (i) provisões para contingências no montante de R$ 3.994 milhões e (ii) *impairment*, no montante de R$ 5.577 milhões (sendo R$ 2.885 milhões para Angra 3).

9.13. Análise do Resultado da Controladora

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2016, lucro líquido de R$ 3.426 milhões, em comparação ao prejuízo líquido de R$ 14.442 milhões registrado em 2015.

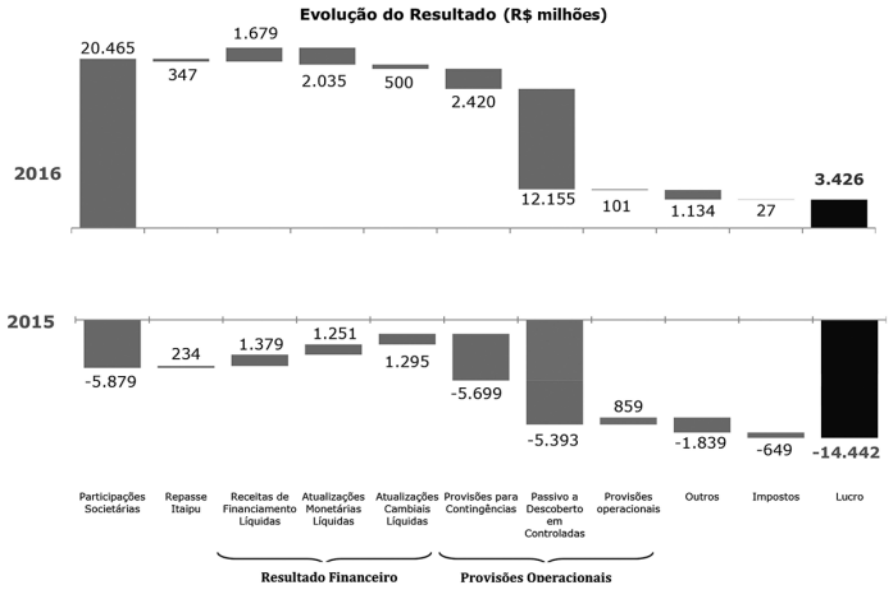
Esse resultado de 2016 foi decisivamente influenciado por:

(i) Resultado de Participações Societárias, de R$ 20.465 milhões, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE);

(ii) Passivo a descoberto em controladas no montante de R$ 12.155 milhões, impacto, principalmente, pelas controladas Amazonas Energia Distribuição (R$ 4.968 milhões), Eletronuclear (R$ 4.072 milhões), CGTEE (R$ 1.073 milhões) e Ceron (R$ 835 milhões);

(iii) Provisões para contingências judiciais, no montante de R$ 2.420 milhões, decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório (Vide Nota explicativa número 30 das Demonstrações Financeiras do 3ITR16); e

(iv) Atualizações monetárias no montante líquido negativo de R$ 2.035 milhões, fortemente influenciada pela atualização monetária da provisão para empréstimos compulsório. O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras Holding entre 2016 e 2015.



Nota: A análise dos resultados de cada subsidiária encontra-se no anexo.

Em 2016, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R$ 20.465 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

R$ milhões

	Controladora	
	2016	**2015**
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	18.042	-6.438
Investimentos em coligadas		
Juros sobre o capital próprio	6	6
Equivalência patrimonial	2.247	401
Outros investimentos	**2.253**	**407**
Juros sobre o capital próprio	1	2
Dividendos	102	62
Remuneração dos investimentos em parcerias	0	10
Rendimentos de capital - Itaipu Binacional	85	77
Outros	-18	0
	170	152
Total	**20.465**	**-5.879**

Em 2016, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R$ 855 milhões, resultado pior que o resultado financeiro positivo dos 2015 de R$ 3.924 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, pelo menor resultado da variação cambial aplicável ao financiamento a receber de Itaipu em dólar e pelo impacto da atualização monetária referente aos empréstimos compulsórios, no montante de R$ 3.067 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

R$ milhões

	2016	**2015**
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	3.480	3.008
Receita de aplicações financeiras	744	592
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	35	425
Atualizações monetárias	-2.035	1.251
Variações cambiais	-500	1.295
Outras receitas financeiras	157	118
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-2.306	-2.448
Encargos de arrendamento mercantil	0	0
Encargos sobre recursos de acionistas	-185	-27
Outras despesas financeiras	-245	-289
	-855	3.924

continua

continuação

Em 2016, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R$ 14.676 milhões, frente a R$ 10.233 milhões em 2015. Essa variação é explicada, principalmente, pelo crescimento do Passivo a descoberto em Controladas no montante de R$ 12.155 milhões.

R$ milhões

Provisões Operacionais	Controladora	
	2016	2015
Garantias	30	30.265
Contingências	2.420	5.699
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	17	16
Passivo a descoberto em Controladas	12.155	5.393
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	-27	-1.002
Impairment	-2	-2
Ajuste a Valor de Mercado	0	67
Outras	83	32
	14.676	**10.233**

9.14 Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Dívida Líquida	2016	2015
Financiamentos a pagar sem RGR (1)	42.590	43.441
(–) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	6.425	8.432
(–) Financiamentos a Receber sem RGR (2)	11.299	15.353
(–) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu*	1.428	2.621
Dívida Líquida	**23.438**	**17.035**

No ano de 2016, a Eletrobrás *holding* optou por não acessar o mercado de capitais local ou externo. Ainda, também optou a *Holding* por não contrair dívidas no mercado bancário local ou externo. A opção de não captação de recursos no ano de 2016 tanto no mercado interno quanto externo deveu-se basicamente a conjuntura atual, uma vez que os juros atualmente pagos pelo governo em seus títulos de renda fixa aumentou o custo de oportunidade dos credores, encarecendo o crédito.

Quanto às empresas do Sistema Eletrobras, a Chesf, Eletronorte e Furnas, captaram recursos junto à Caixa Econômica Federal, por meio de Cédulas de Crédito Bancário.

A Chesf captou R$ 200 milhões ao custo de 140% do CDI por 60 meses. Furnas captou R$ 600 milhões ao custo de 141% do CDI por 72 meses e a Eletronorte captou R$ 400 milhões ao custo de 125% do CDI por 36 meses.

Ainda, a Eletrosul emitiu notas promissórias, pelo período de 1 ano, no valor de R$ 250 milhões. Neste caso, contudo, tratava-se de rolagem de dívida, visto que empresa detinha notas neste montante que venciam em março de 2016.

As Distribuidoras, por sua vez, tomaram empréstimos, com recursos da RGR, no âmbito da Portaria MME 388/16, no valor de 111% da Selic, no montante total de R$ 1.007.111.649,82 em 2016.

A seguir, demonstramos o quadro relativo aos Recursos Concedidos às Empresas Eletrobras assim como os financiamentos recebidos por fontes de recursos:

Empresas Eletrobras	Recursos Recebidos em 2016 (R$ milhões)				Recursos Recebidos em 2015 (R$ milhões)			
	Aumento de Capital	AFAC	Financia-mentos	Total	Aumento de Capital	AFAC	Financia-mentos	Total
Eletrobras Holding	0	2.906,1	0	2.906,1	0	0	0	0
CGTEE	0	337,7	161,6	499,3	0	98,79	177,96	276,75
Chesf	0	0	884,15	884,15	0	0	631,74	631,74
Eletronorte	0	0	591,66	591,66	0	0	332,78	332,78
Eletronuclear	0	0	133	133	0	0	161,56	161,56
Eletrosul	0	0	0	0	0	0	498,15	498,15
Eletropar	0	0	0	0	0	0	0	0
Furnas	0	0	419,07	419,07	0	0	0	0
Itaipu Binacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletroacre	0	56,67	60,27	116,94	0	0	36,85	36,85
Ceal	0	159,16	176,97	336,13	0	0	157,19	157,19
Amazonas Energia	0	117,45	729,52	846,97	0	0	675,25	675,25
Cepisa	0	295,4	202,26	497,66	0	0	183,39	183,39
Ceron	0	0	167,48	167,48	0	0	43,09	43,09
Boa Vista Energia	0	80,09	58,35	138,44	0	0	5,75	5,75
Celg-D	0	0	80	80	0	0	608,85	608,85
Total Liberado		**1.046,47**	**3.664,33**	**4.710,80**		**98,79**	**3.512,56**	**3.611,35**

Empresas Eletrobras	Financiamentos recebidos em 2016 (R$ milhões)					Financiamentos recebidos em 2015 (R$ milhões)				
	RGR	CDE	RO	Outras Instituições	TOTAL	RGR	CDE	RO	Outras Instituições	TOTAL
CGTEE			161,61		161,61	0		177,96		177,96
Chesf			681,53	202,62	884,15	0		0	631,74	631,74
Eletronorte			200	391,66	591,66	0		0	332,78	332,78
Eletronuclear			133		133	0		161,56		161,56
Eletrosul					0	0		0	498,15	498,15
Eletropar					0	0		0		0
Furnas			194,95	224,12	419,07	0		0		0
Itaipu Binacional					0	0		0		0
Eletroacre	48,05		12,22		60,27	0	10,79	26,06		36,85
Ceal	133,04	10,92	26,26	6,74	176,96	0	17,06	140,13		157,19
Amazonas Energia	467,94	39,06	222,51		729,51	0	123,67	551,58		675,25
Cepisa	165,06		37,2		202,26	0	69,87	113,52		183,39
Ceron	141,6		25,89		167,49	0	17,78	25,31		43,09
Boa Vista Energia	51,42		6,93		58,35	0	0	5,75		5,75
Celg-D			80		80	0	20,34	238,51	350	608,85
Total Liberado	**1.007,11**	**49,98**	**1.782,10**	**825,14**	**3.664,33**	–	**259,51**	**1.440,38**	**1.812,67**	**3.512,56**

10. MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2016, totalizava R$ 31.305,3 milhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo 1.087.050.297 ações ordinárias e 265.583.803 ações preferenciais, conforme o quadro abaixo:

Acionistas	Ordinárias	%	Pref. "A"	%	Pref."B"	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	554.395.652	51%	0	0%	1.544	0%	554.397.196	41%
BNDESpar	141.757.951	13%	0	0%	18.691.102	7%	160.449.053	12%
BNDES	74.545.264	7%	0	0%	18.262.671	7%	92.807.935	7%
FND	45.621.589	4%	0	0%	0	0%	45.621.589	3%
FGHAB	1.000.000	0%	0	0%	0	0%	1.000.000	0%
CEF	2.722.864	0%	0	0%	0	0%	2.722.864	0%
Outros	267.006.977	25%	146.920	100%	228.481.566	86%	495.635.463	37%
Acionista não controlador								
Cust.CBLC	**265.466.269**	**24%**	**81.492**	**55%**	**209.002.148**	**79%**	**474.549.909**	**35%**
Residente	135.209.344	12%	81.491	55%	78.955.135	30%	214.245.970	16%
Não Residente	99.806.957	9%	1	0%	113.291.398	43%	213.098.356	16%
Prog. Adr	30.449.968	3%	0	0%	16.755.615	6%	47.205.583	3%
Demais	**1.540.708**	**0%**	**65.428**	**45%**	**19.479.418**	**7%**	**21.085.554**	**2%**
Residente	1.540.462	0%	65.401	45%	19.479.205	7%	21.085.068	2%
Não Residente	246	0%	27	0%	213	0%	486	0%
Total	**1.087.050.297**	**100%**	**146.920**	**100%**	**265.436.883**	**100%**	**1.352.634.100**	**100%**

Não houve alteração materialmente relevante na composição do capital social da Companhia, incluindo: aumento, desdobramento, grupamento, bonificação ou redução no capital social da Eletrobras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Entretanto, em 31 de dezembro de 2016, a Eletrobras possuía um saldo de R$ 3.310 milhões referente a adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela União, saldo este que é atualizado pela SELIC, conforme decreto 2.673/1998.

O Capital social da Eletrobras era representado em 31 de dezembro de 2016 pelos seguintes continentes:

Continente	Ordinárias	%	PNA	%	PNB	%
Oceania	2.083.888	0%	0	0%	663.044	0%
Europa	29.222.162	3%	28	0%	29.880.689	11%
América do Norte	76.721.836	7%	0	0%	77.240.854	29%
América do Sul	960.738.454	88%	146.892	100%	138.703.754	52%
Ásia	18.283.957	2%	0	0%	18.948.542	7%
Total	**1.087.050.297**	**100%**	**146.920**	**100%**	**265.436.883**	**100%**

10.1 Desempenho das nossas ações

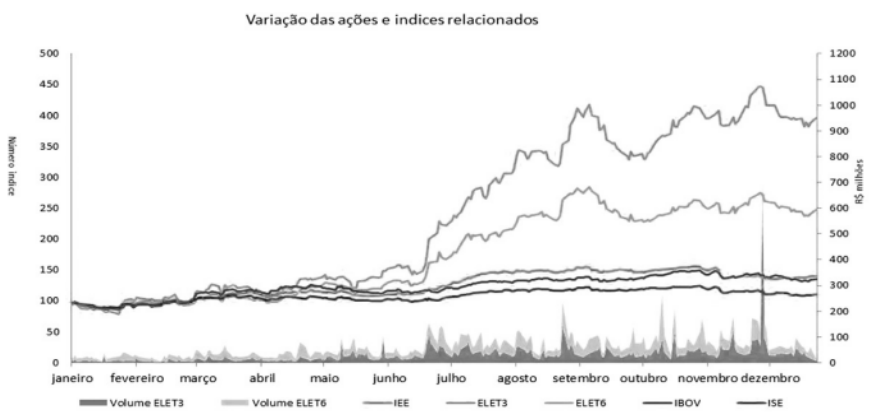
As ações ordinárias da Eletrobras são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob o código "ELET3" e as ações preferenciais classe "B" e classe "A" são negociadas na BM&FBOVESPA sob os tickers "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE, as ações são negociadas através do Programa de ADR nível II, sob os tickers "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri – Latibex, as ações são negociadas através do Programa Latibex, sob os tickers "XELTO" e "XELTB".

O ano de 2016 foi marcado por profundas mudanças no cenário político e econômico no Brasil, tendo principal destaque o processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff e início do governo de seu vice-presidente Michel Temer e denúncias da Operação Lava Jato que afetou todos os setores de infra-estrutura do Brasil, empresários e classe política do Brasil. Não obstante, o índice Bovespa, principal indicador da bolsa, avançou 38,9% em 2016, considerando a pontuação de fechamento do dia 29 de dezembro de 2015. As ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) apresentaram uma valorização expressiva de 296,0% em 2016, fechando o ano a R$ 22,81. A ação ordinária da Eletrobras alcançou sua máxima do ano em 29 novembro de 2016, com cotação de fechamento em R$ 25,76. A cotação mínima ocorreu em 26 de janeiro de 2016, fechando o dia a R$ 4,88. Já as ações preferenciais da Eletrobras (ELET6) apresentaram uma valorização expressiva de 148,0% em 2016, fechando o ano a R$ 25,89. A ação preferencial da Eletrobras alcançou sua máxima do ano em 08/09/2016, fechando o dia a R$ 29,70. A cotação mínima ocorreu em 26/01/2016, quando fechou o dia a R$ 8,16, pela queda geral da bovespa acompanhando o comportamento das bolsas asiáticas, e pressionada por persistentes apreensões com a China.

BM&FBOVESPA (R$)		
01/01/2016 a 31/12/2016	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	25,76	29,70
Mínimo	4,88	8,16
Média	13,97	18,95

A Companhia acredita que a valorização de suas ações no ano de 2016 refletem a perspectiva dos investidores com a nova administração, em especial com o novo Conselho de Administração da Eletrobras e seu atual CEO, decisão de privatização das distribuidoras, lançamento do PDNG 2017/2021 e arquivamento dos Formulários 20F 2014/2015.

Programa Nível 1 BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo (ELET3 e ELET6)



Programa de ADR Nível II – Bolsa de Valores de Nova Iorque (EBR e EBR-B)

No ano de 2016, os ADRs representativos de ações ordinárias valorizaram expressivamente em 404,4% em relação ao exercício de 2015, enquanto que os ADRs representativos de ações preferenciais valorizaram expressivamente em 205,4%. As principais razões para a variação ocorrida, em 2016, na cotação dos ADRs foi troca de governo no Brasil, entrega dos Relatórios 20-F de 2014 e 2015 junto à SEC e expectativa com a nova administração da Holding.

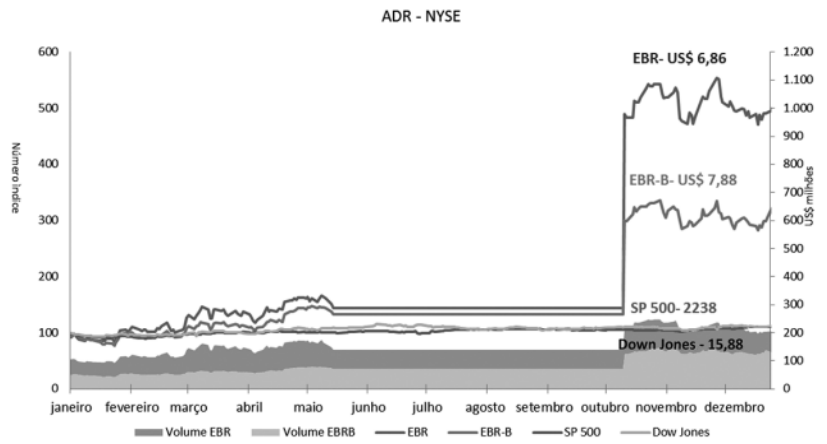
NYSE (USD)		
01/01/2016 a 31/12/2016	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	7,54	8,67
Mínimo	1,14	1,99
Média	3,60	4,69

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

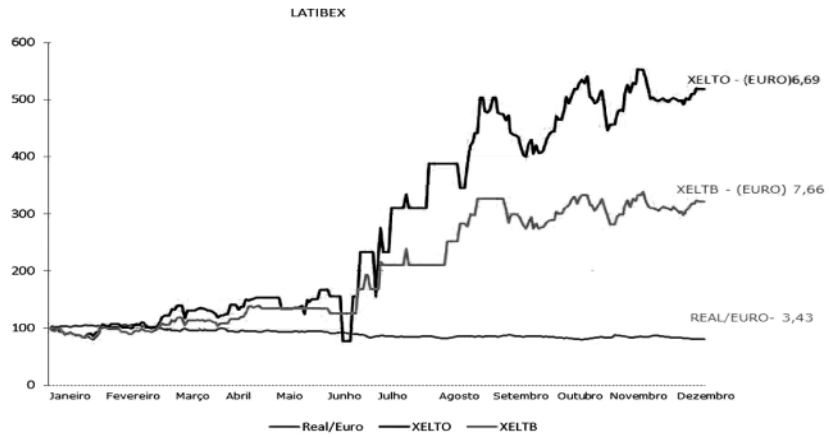
continuação



Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid (XELTO e XELTB)

As ações ordinárias do programa Latibex apresentaram uma valorização expressiva de 419,38 %, fechando o ano a €6,69 . Já as ações preferenciais do Programa Latibex apresentaram uma valorização expressiva de 221,85 %, fechando o ano a €7,70 . A principal razão para a variação ocorrida na cotação do Programa Latibex foi a nova administração da Holding.

LATIBEX (EUR)		
01/01/2016 a 31/12/2016	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	7,14	8,06
Mínimo	1,09	1,89
Média	3,74	4,61



10.2. Remuneração aos Acionistas

A tabela a seguir demonstra os dividendos que foram declarados referente aos resultados de cada exercício, conforme previsto em seu Estatuto Social e na Lei Federal nº 6.404/76:

Tipo de Ação	2015	2014	2013	2012	2011
Ações ordinárias	–	–	434	434	1.339,00
Ações preferenciais classe A	–	0,01	0,3	0,3	0,3
Ações preferenciais classe B	–	27,59	433,6	433,6	433,6
Total	**–**	**27,6**	**867,9**	**867,9**	**1.772,90**

A proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício de 2016, encontra-se descrita na tabela a seguir:

Distribuição do resultado	
Lucro Líquido do exercício:	**3.425.899**
Remuneração Mínima Estatutária a pagar (Preferencial A e B)	(433.962)
Constituição de reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(171.295)
Constituição de reserva Estatutária para investimentos (50% do LL)	(1.712.950)
Constituição de reserva Estatutária de estudos e projetos (1% do LL)	(34.259)
Constituição de reserva de Lucros a Realizar	(386.375)
Constituição de reserva de Retenção de Lucros (art. 196, LSA)	(713.803)
Realização da reserva de revaliação*	10.442
Remuneração aos Acionistas não Reclamado – Prescrito*	16.303
Saldo final de lucros acumulados	–

Para maiores informações observar a Proposta da Administração da 57ª AGO e da 167ª AGE arquivadas junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do website www.cvm.gov.br, assim como no site da Eletrobras em www.eletrobras.com.br.

10.3. *Rating* (Classificação de Risco)

De acordo com as agências de classificação de risco responsáveis pela avaliação da Eletrobras, os *ratings* da Companhia refletem a perspectiva do *rating* soberano do Brasil e também a expectativa de que a Eletrobras continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e, portanto, continuará recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *rating* da empresa continua espelhando o *rating* soberano do país.

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	"Ba3": / Estável	20/03/2017
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba3": / Estável	20/03/2017
Fitch Senior Unsecured Debt Rate	"BB" : / Negativa	29/11/2016
Fitch LT Foreign Currency Issuer	"AA-": / Estável	29/11/2016
S&P LT Local Currency	"BB" / Negativa	19/05/2016
S&P LT Foreign Currency	"BB" / Negativa	19/05/2016

10.4. Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia. As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia. Os valores do principal desses créditos podem ser pagos com ação preferencial classe B, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2016, foram implantadas no sistema escritural do Bradesco, o montante de 355.013 ações preferenciais classe B, que correspondiam, em 30 de dezembro de 2016, avaliadas a valor de mercado, a R$ 9,2 milhões, e enviou às empresas de distribuição de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R$ 5.973.876,17, referente aos juros dos créditos do empréstimo compulsório que ainda não foram convertido em ações.

Informações detalhadas sobre o empréstimo compulsório podem ser obtidas através do email institucional emprestimo-compulsorio@eletrobras.com.

Existem processos judiciais ajuizados pelos industriais que cobram da Eletrobras especialmente a aplicação de juros diferente daquele previsto na legislação que criou e regulamentou o empréstimo compulsório. A Eletrobras vem apresentando vigorosa em todos esses processos. Quanto ao montante da provisão de processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório, verificar tabela a seguir:

Saldo inicial (31 de dezembro de 2015) em R$ mil	**R$ 9.279.041**
Constituição de provisão	R$ 3.448.606
Atualização monetária	R$ 3.066.760
Reversão de provisão	R$ (1.383.317)
Pagamentos efetuados	R$ (509.487)
Saldo final (31 de Dezembro de 2016) em R$ mil	**R$ 13.901.603**
Variação no período	**R$ 4.622.562**

* Além dos valores acima referentes ao empréstimo compulsório, existem valores da ordem de 67.994 mil referentes a obrigações ao portador que estão classificadas como causas cíveis.

10.5. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, a Companhia realizou, em 2016, 12 reuniões com analistas e investidores da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec nas principais praças do país: RJ, SP, MG, DF (Brasília), Sul e Nordeste (Fortaleza). Por ter participado, consecutivamente, por 21 anos em Apimecs no RJ e em SP, por 14 anos em Apimecs no Nordeste e DF, e por 13 em MG e no Sul, a Eletrobras tem recebido certificados de assiduidade em todas as praças citadas.

Ademais, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores realizou reuniões na Europa e nos Estados Unidos, os denominados *non deal "roadshows"*, com o objetivo de apresentar a Companhia aos investidores estrangeiros.

Em 2016, a Eletrobras realizou o *"Eletrobras Day"*, com a presença de seu CEO e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e participou do Fórum Latibex em Madrid.

A Eletrobras participou ainda de 5 conferências no Brasil, e 6 conferências no exterior, promovidos por bancos internacionais, com a presença dos principais analistas e investidores, tanto da área de *"equity"* (ações) como de *"debt"* (dívidas).

Em 2016, a Eletrobras prestou, através de sua equipe de relações com investidores, diversos atendimentos, por meio de reuniões e *conference calls* a investidores e analistas, além de ter prestado atendimento, através do Canal de Relações com Investidores.

A Eletrobras, em 2016, realizou ainda 4 teleconferências públicas para o mercado, com tradução simultânea.

O Calendário de Eventos da Companhia são disponibilizados no site de relações com investidores www.eletrobras.com/elb/ri/calendarioeventos.

Ombudsman de RI

Em 17 de janeiro de 2017, a Superintendência de Relações com Investidores lançou o *Ombudsman* de RI, com o objetivo de aprimorar o atendimento da Instrução CVM nº 529/2012.

O *Ombudsman* de RI da Eletrobras será um dos mais importantes instrumentos de atendimento da Companhia e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e solicitações, visando a melhoria dos processos internos de Relações com Investidores, o fortalecimento da Governança Corporativa, assim como a melhoria da reputação e da transparência da Eletrobras no que se refere ao mercado de capitais. O sistema informatizado de *Ombudsman* de RI, quando acessado pelo website www.eletrobras.com.br, tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica, seja nacional ou estrangeira, enviará automaticamente um número de protocolo para que o manifestante acompanhe o trâmite de sua manifestação, conforme estabelece o artigo 7º, § 2º, II, da Instrução CVM nº 529/2012.

Na busca pela excelência no atendimento ao agente de mercado, o *Ombudsman* de RI assume um papel ímpar, pois, mais do que o cumprimento dos dispositivos legais, absorve as melhores práticas no âmbito de Ouvidorias e, principalmente, de Ouvidorias de RI, em especial na eficiência dos processos de tramitação e sofisticação nos controles internos, seja nas práticas sustentáveis adotadas (principalmente em relação à universalização ao acesso da página web, tanto pelo alto nível de acessibilidade, como pela possibilidade de acesso mobile – tabletes e smartphones). Dessa forma, as inovações proporcionadas pelo "Ombudsman de RI" tendem a estimular cada vez mais o contato dos agentes de mercado com a Companhia.

O "*Ombudsman* de RI" disponibiliza uma plataforma exclusiva para o atendimento de toda e qualquer demanda de manifestantes no que tange ao mercado de valores mobiliários no website www.eletrobras.com/elb/ri > Serviços de RI > Fale com RI > *Ombudsman* de RI, podendo também ser via telefone +(55) (21) 2514-6333/4627, fax +(55) (21) 2514-5964, correspondência física (endereço: Avenida Presidente Vargas, 409. Edifício Herm Stoltz, 9º andar. Rio de Janeiro – RJ. Cep: 20071-003) ou por meio de agendamento de reunião presencial (de 9h as 18h).

Vale ressaltar que quaisquer denúncias sobre corrupção, fraudes contábeis e financeiras, e ações que possam afetar os controles internos das empresas Eletrobras devem ser feitas diretamente por meio do Canal Denúncias www.eletrobras.com/canaldenuncia.

Comunicação com o Mercado

Em 2016, foram divulgados 110 comunicados ao mercado, 06 Fatos Relevantes e 4 Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM 358/02, que encontram-se disponíveis no website do Órgão Regulador (http://www.cvm.gov.br). Desse total, 77 foram voluntariamente divulgados pela Companhia e 33 divulgados por solicitação da CVM ou BM&FBOVESPA.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

11.1. Serviços de Auditoria Externa

Em 2016, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. Itaipu Binacional teve como auditor independente a KPMG Auditores Independentes e a BCA Auditores Associados que são correspondentes da KPMG Internacional assim como a PriceWaterhouseCoopers. O contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 4 de fevereiro de 2014, com vigência de 36 meses e foi renovado em fevereiro de 2017 por mais 24 meses.

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os auditores independentes da Companhia exerceram tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

Remuneração (Honorários e Serviços) Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa (em R$)

Auditor Independente	2016	2015	2014
PricewaterhouseCoopers (R$)	-	**299.780,00**	**4.625.186,45**
KPMG Assessores LTDA.	29.310.891,00	4.010.874,00	-
KPMG Auditores Independentes(R$)	16.989.274,58	11.764.219,86	7.208.399,97
Total	**46.300.165,58**	**16.074.873,86**	**11.833.586,42**
Auditor Independente - Itaipu	2016	2015	2014
PricewaterhouseCoopers (R$)	214.500,00	-	-
KPMG Auditores Independentes(R$)	234.148,64	82.092,70	175.429,94
Total	**448.648,64**	**82.092,70**	**175.429,94**

A Eletrobras não consolida Itaipu em suas demonstrações financeiras consolidadas.

A Eletrobras tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Ainda, nos termos do Estatuto Social da Eletrobras, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos Auditores Independentes.

continua

continuação

BALANÇO SOCIAL 2016

(Valores expressos em milhares de rais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	244.115	227.485	5.904.794	4.512.261
- Empregados	239.524	223.197	5.862.563	4.443.637
- Administradores	4.591	4.287	42.231	33.116
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,59	13,68	–	–
- Administradores	1,05	1,16	–	–
b. Benefícios Concedidos	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Encargos Sociais	78.904	72.895	1.491.320	1.361.287
Alimentação	18.869	18.193	404.011	354.954
Transporte	629	1.364	27.821	26.602
Previdência Privada	58.933	19.500	463.923	328.420
Saúde	23.603	18.308	572.458	441.194
Segurança e Medicina do Trabalho	5.853	1.429	41.573	33.949
Educação ou Auxílio-creche	2.896	2.729	67.464	58.696
Cultura	0	0	2.046	2.383
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.159	2.181	41.603	58.458
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0	0	0
Outros	40.828	43.113	373.067	487.400
Total	231.675	179.713	3.485.286	3.153.344
c. Composição do Corpo Funcional	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Nº de empregados no final do exercício	982	1.016	24.701	23.775
Nº de admissões	5	14	1.268	750
Nº de demissões	8	8	226	509
Nº de estagiários no final do exercício	244	241	2.444	2.418
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	10	9	681	450
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	555	652	14.472	15.095
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	636	670	20.206	19.394
- Feminino	346	346	4.495	4.381
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	172	201	4.932	4.952
- De 36 a 60 anos	706	713	17.187	16.788
- Acima de 60 anos	104	102	2.582	2.035
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	31	13	2.172	1.993
- Com ensino médio	194	107	5.328	4.953
- Com ensino técnico	0	0	6.347	6.544
- Com ensino superior	385	490	8.249	7.659
- Pós-graduados	372	406	2.605	2.626
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	73%	75%	-	-
- Feminino	27%	25%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.488	1.399	14.112	13.895
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	5	95	2.504	1.610
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	454	194	1.581	1.279
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 5.784	R$ 1.735	R$ 220.424	R$ 140.521

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Totais dos investimentos em:				
Educação	0	71	6.716	8.513
Cultura	1.085	1.339	9.533	12.326
Saúde e Infraestrutura	0	0	102.244	95.118
Esporte e Lazer	0	0	2.153	1.203
Alimentação	0	0	303	269
Geração de Trabalho e Renda	0	0	3.677	4.174
Reassentamento de Famílias	0	0	0	0
Outros	0	0	32.897	34.123
Total dos investimentos	**1.085**	**1.410**	**157.523**	**155.726**
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0	17.210.181	7.728.506
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0	0	366.903	348.874
Total de Relacionamento com a Comunidade	**1.085**	**1.410**	**17.734.607**	**8.233.106**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
2.2. Interação com os Fornecedores	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social ("CND"), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("CRF") e com a Justiça do Trabalho ("CNDT").

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do "Balanço Social", respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público

III. Interação com o Meio Ambiente				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ –	R$ –	R$ 205.309	R$ 250.327
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$ –	R$ –	R$ 96.148	R$ 65.672
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$ 35	R$ 138	R$ 400	R$ 5.215
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$ –	R$ –	R$ 3.703	R$ 3.775
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 1.129	R$ 1.081	R$ 12.208	R$ 192.844
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	17	0	1.304	1.077
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$ –	R$ –	R$ 98.769	R$ 122
Passivos e contingências ambientais	R$ –	R$ –	R$ 316	R$ 3.994
Total de Interação com o Meio Ambiente	**1.164**	**1.219**	**416.852**	**521.948**
IV. Outras Informações				
Receita Operacional Líquida (ROL)	3.449.345	2.497.392	60.748.465	32.588.838
Resultado Operacional (RO)	3.452.678	-13.792.291	11.987.427	-14.243.546

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2016	CONTROLADORA 31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	5	194.106	691.719	679.668	1.393.973
Caixa restrito	5	1.681.346	647.433	1.681.346	647.433
Títulos e valores mobiliários	6	4.288.141	3.454.526	5.497.978	6.842.774
Clientes	7	355.031	379.214	4.402.278	4.137.501
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	–	371.007	2.337.513	965.212
Financiamentos e empréstimos	8	6.783.913	6.820.948	3.025.938	3.187.226
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	195.966	195.966	195.966	195.966
Remuneração de participações societárias	9	618.566	255.468	318.455	309.360
Tributos a recuperar	10	674.241	373.962	1.085.520	716.651
Imposto de renda e contribuição social	10	769.541	928.743	1.086.367	1.475.598
Direito de ressarcimento	11	74.527	–	1.657.962	2.265.242
Almoxarifado		280	360	540.895	631.669
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	455.737	402.453
Instrumentos financeiros derivativos	44	–	–	127.808	21.307
Risco Hidrológico	14	–	–	109.535	195.830
Ativos mantidos para venda	43	–	–	4.406.213	4.623.785
Outros		1.136.336	239.811	1.663.473	1.425.416
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**16.771.994**	**14.359.157**	**29.272.652**	**29.437.396**
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	11	–	–	7.507.024	8.238.140
Financiamentos e empréstimos	8	28.597.843	30.277.797	10.158.306	14.400.394
Clientes	7	76.441	125.383	2.079.025	1.833.457
Títulos e valores mobiliários	6	245.296	191.763	247.235	194.990
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	675.269	578.425
Tributos a recuperar	10	–	–	1.705.414	2.623.186
Imposto de renda e contribuição social	10	1.488.158	1.645.382	2.327.866	3.067.591
Cauções e depósitos vinculados		2.896.676	2.204.685	6.259.272	5.079.707
Conta de Consumo de Combustível – CCC	25	6.919	13.331	6.919	13.331
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu	17	2.412.933	3.078.559	52.749.546	28.416.433
Instrumentos financeiros derivativos	44	–	–	100.965	25.004
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	1.255.184	189.493	1.617.916	1.215.532
Risco Hidrológico	14	–	–	457.677	598.161
Outros		2.071.258	2.116.312	1.228.145	1.487.335
		39.050.708	**39.842.705**	**87.120.579**	**67.771.686**
INVESTIMENTOS					
Avaliados por equivalência patrimonial	15	59.421.842	39.794.944	25.173.611	20.777.270
Mantidos a valor justo	15	1.168.935	1.018.143	1.357.923	1.177.260
		60.590.777	**40.813.087**	**26.531.534**	**21.954.530**
IMOBILIZADO	16	194.402	148.246	26.812.925	29.546.645
INTANGÍVEL	18	–	–	761.739	935.151
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**99.835.887**	**80.804.038**	**141.226.777**	**120.208.012**
TOTAL DO ATIVO		**116.607.881**	**95.163.195**	**170.499.429**	**149.645.408**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2016	CONTROLADORA 31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2015
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	3.397.485	2.572.745	5.833.547	4.224.448
Debêntures	23	–	–	12.442	357.226
Empréstimo compulsório	24	48.193	57.630	48.193	57.630
Fornecedores	20	440.976	416.126	9.659.301	10.128.507
Adiantamento de clientes	21	560.277	593.404	620.781	648.236
Tributos a recolher	26	41.554	280.637	1.336.089	1.556.578
Imposto de renda e contribuição social	26	486.605	196.000	606.848	581.344
Contratos onerosos	33	–	–	1.093.678	9.073
Remuneração aos acionistas	28	458.302	42.478	462.891	84.076
Passivo financeiro – Concessões e Itaipu	17	1.212.017	–	–	–
Obrigações estimadas		106.879	109.497	1.188.149	1.018.788
Obrigações de ressarcimento	11	992.727	299.632	1.167.503	396.208
Benefício pós-emprego	29	29.632	22.557	107.571	114.861
Provisões para contingências	30	756.811	543.345	1.083.475	590.725
Encargos setoriais	27	–	–	647.201	695.400
Arrendamento mercantil	22	–	–	136.662	132.972
Instrumentos financeiros derivativos	44	6.614	18.860	6.946	20.608
Passivos associados a ativos mantidos para venda	43	391.550	412.225	5.175.013	5.575.009
Outros		800.727	123.133	1.952.220	1.907.954
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**9.730.349**	**5.688.269**	**31.138.510**	**28.099.643**
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	22.922.041	27.463.707	39.786.881	42.173.812
Fornecedores	20	–	–	9.782.820	9.449.421
Debêntures	23	–	–	188.933	205.248
Adiantamento de clientes	21	–	–	592.215	659.082
Empréstimo compulsório	24	460.940	466.005	460.940	466.005
Obrigação para desmobilização de ativos	31	–	–	1.402.470	1.201.186
Conta de Consumo de Combustível – CCC	25	482.179	452.948	482.179	452.948
Provisões para contingências	30	13.674.073	8.901.900	19.645.954	13.556.129
Benefício pós-emprego	29	394.035	252.966	2.368.077	1.858.824
Provisão para passivo a descoberto	35	20.160.828	7.793.798	311.010	257.907
Contratos onerosos	33	–	–	2.659.305	1.549.412
Obrigações de ressarcimento	11	–	–	1.516.313	2.483.378
Arrendamento mercantil	22	–	–	1.032.842	1.119.183
Concessões a pagar – Uso do bem Público		–	–	63.337	59.644
Adiantamentos para futuro aumento de capital	32	3.310.409	219.294	3.310.409	219.294
Instrumentos financeiros derivativos	44	–	–	43.685	78.521
Encargos setoriais	27	–	–	615.253	462.195
Tributos a recolher	26	2.222	181.991	1.059.880	900.309
Imposto de renda e contribuição social	26	320.560	733.289	8.305.606	1.003.796
Outros		946.775	917.014	1.667.883	1.650.249
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**62.674.062**	**47.382.912**	**95.295.992**	**79.806.543**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	36	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	36	13.867.170	26.048.342	13.867.170	26.048.342
Reservas de lucros		3.018.682	–	3.018.682	–
Ajustes de avaliação patrimonial		33.261	39.452	33.261	39.452
Prejuízos acumulados		–	(12.181.172)	–	(12.181.172)
Outros resultados abrangentes acumulados		(4.004.625)	(3.113.481)	(4.004.625)	(3.113.481)
Valores reconhecidos em ORA classificados como mantidos para venda		(16.349)	(6.458)	(16.349)	(6.458)
Participação de acionistas não controladores		–	–	(138.543)	(352.792)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**44.203.470**	**42.092.014**	**44.064.927**	**41.739.222**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**116.607.881**	**95.163.195**	**170.499.429**	**149.645.408**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2016	CONTROLADORA 31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	3.449.345	2.497.392	60.748.853	32.588.838
CUSTOS OPERACIONAIS					
Energia comprada para revenda	41	(3.814.019)	(2.869.832)	(11.264.044)	(10.766.227)
Encargos sobre uso da rede elétrica		–	–	(1.805.434)	(1.737.959)
Combustível para produção de energia elétrica		–	–	(759.826)	(1.249.836)
Construção	–	–	–	(2.381.630)	(3.237.537)
		(3.814.019)	**(2.869.832)**	**(16.210.934)**	**(16.991.559)**
RESULTADO BRUTO		(364.674)	(372.440)	44.537.919	15.597.279
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	40	(856.008)	(520.505)	(10.363.211)	(9.495.417)
Remuneração e ressarcimento		–	–	(362.702)	(348.874)
Depreciação		(5.132)	(5.368)	(1.558.387)	(1.417.856)
Amortização		–	–	(285.398)	(424.744)
Doações e contribuições		(158.453)	(167.659)	(219.417)	(215.116)
Provisões/Reversões operacionais	42	(14.676.085)	(10.232.634)	(14.723.995)	(14.639.285)
Achados da Investigação	4	–	–	(211.123)	–
Outras		(96.328)	(538.531)	(1.974.327)	(2.131.954)
		(15.792.006)	**(11.464.697)**	**(29.698.560)**	**(28.673.246)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(16.156.680)	(11.837.137)	14.839.359	(13.075.967)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		3.479.762	3.007.812	1.154.010	1.128.406
Receita de aplicações financeiras		744.320	591.799	1.086.578	1.122.643
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		35.148	425.158	320.836	709.404
Atualizações monetárias ativas		1.048.177	1.265.430	2.549.308	3.765.236
Variações cambiais ativas		4.698.251	10.019.982	4.985.602	10.251.948
Remuneração das Indenizações – Lei 12.783/13		–	–	–	115.407
Atualização de ativo regulatório		–	–	231.107	229.608
Ganhos com derivativos		–	–	218.714	–
Outras receitas financeiras		156.551	118.341	677.235	629.589
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(2.306.205)	(2.448.285)	(6.375.836)	(6.340.459)
Encargos de arrendamento mercantil		–	–	(303.381)	(273.391)
Encargos sobre recursos de acionistas		(184.935)	(27.250)	(200.857)	(40.511)
Atualizações monetárias passivas		(3.083.091)	(14.887)	(4.149.223)	(1.362.380)
Variações cambiais passivas		(5.197.846)	(8.724.960)	(4.848.040)	(10.219.318)
Atualização de passivo regulatório		–	–	(174.485)	(130.502)
Perdas com derivativos		–	–	–	(221.666)
Outras despesas financeiras		(245.381)	(288.950)	(1.100.879)	(1.063.039)
		(855.249)	**3.924.190**	**(5.929.311)**	**(1.699.025)**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(17.011.929)**	**(7.912.947)**	**8.910.048**	**(14.774.992)**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	39	20.464.607	(5.879.344)	3.114.047	531.446
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		3.452.678	(13.792.291)	12.024.095	(14.243.546)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(486.605)	(169.455)	(619.044)	(546.812)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	459.826	(479.861)	(7.891.775)	(163.300)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		3.425.899	(14.441.607)	3.513.276	(14.953.658)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES		3.425.899	(14.441.607)	3.425.899	(14.441.607)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES		–	–	87.377	(512.051)
RESULTADO POR AÇÃO					
Resultado por ação – básico	37	R$2,53	(R$10,68)	R$2,53	(R$10,68)
Resultado por ação - diluído	37	R$2,50	(R$10,68)	R$2,50	(R$10,68)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de Reais)

Participação no resultado abrangente das subsidiárias	CONTROLADORA 31/12/2016	CONTROLADORA 31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2015
Lucro (prejuízo) do período	3.425.899	(14.441.607)	3.513.276	(14.953.658)
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(178.854)	247.803	(1.143.119)	(236.798)
	(178.854)	247.803	(1.143.119)	(236.798)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	(32.286)	67.482	(32.284)	121.353
Ajuste de *hedge* de fluxo de caixa	11.683	(468)	11.683	(468)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	138.520	(113.241)	165.863	(109.493)
IR / CSLL diferidos	(47.097)	38.502	(56.393)	37.228
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(783.110)	(243.909)	280.682	33.383
IR / CSLL diferidos	–	–	9.296	1.274
	(712.290)	(251.634)	378.847	83.277
Outros componentes do resultado abrangente do período	(891.144)	(3.831)	(764.272)	(153.521)
Total do resultado abrangente do período	2.534.755	(14.445.438)	2.749.004	(15.107.179)
Parcela atribuída aos controladores			2.534.755	(14.445.438)
Parcela atribuída aos não controladores			214.249	(661.741)
			2.749.004	(15.107.179)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 2016	CONTROLADORA 2015	CONSOLIDADO 2016	CONSOLIDADO 2015
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	3.491.690	3.003.060	70.987.912	43.225.876
	3.491.690	3.003.060	70.987.912	43.225.876
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(507.854)	(660.206)	(10.549.855)	(10.946.896)
Encargos setoriais	–	–	(2.550.473)	(2.313.660)
Energia comprada para revenda	(3.814.019)	(2.869.832)	(11.264.044)	(10.766.227)
Combustível para produção de energia elétrica	–	–	(759.826)	(1.249.836)
Provisões/Reversões operacionais	(14.676.085)	(10.232.634)	(14.723.995)	(14.639.285)
	(18.997.958)	(13.762.672)	(39.848.193)	(39.915.904)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(15.506.268)	(10.759.612)	31.139.719	3.309.972
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(5.132)	(5.368)	(1.843.785)	(1.842.600)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(15.511.400)	(10.764.980)	29.295.934	1.467.372
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	20.464.607	(5.879.344)	3.114.047	531.446
Receitas financeiras	10.162.209	15.428.522	11.223.390	17.952.241
	30.626.816	9.549.178	14.337.437	18.483.687
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	15.115.416	(1.215.802)	43.633.371	19.951.059
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	423.317	367.137	6.371.711	5.756.728
. Plano de aposentadoria e pensão	21.165	31.693	176.861	248.117
	444.482	398.830	6.548.572	6.004.845
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	69.124	1.154.984	16.199.405	9.033.490
	69.124	1.154.984	16.199.405	9.033.490
TERCEIROS				
. Encargos financeiros e aluguéis	11.017.458	11.504.332	17.152.701	19.651.266
. Doações e contribuições	158.453	167.659	219.417	215.116
	11.175.911	11.671.991	17.372.118	19.866.382
ACIONISTAS				
. Participação de acionistas não controladores	–	–	87.377	(512.051)
. Lucros retidos ou prejuízo do período	3.425.899	(14.441.607)	3.425.899	(14.441.607)
	3.425.899	(14.441.607)	3.513.276	(14.953.658)
	15.115.416	(1.215.802)	43.633.371	19.951.059

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de Reais)

			RESERVAS DE LUCROS									
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS A REALIZAR	ESTATU-TÁRIAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2015	**31.305.331**	**26.048.342**	**–**	**–**	**–**	**–**	**39.452**	**(12.181.172)**	**(3.119.939)**	**42.092.014**	**(352.792)**	**41.739.222**
Absorção de prejuízos	–	(12.181.172)	–	–	–	–	–	12.181.172	–	–	–	–
ORA relacionado a ativos mantidos para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.891)	(9.891)	–	(9.891)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	(32.286)	(32.286)	–	(32.286)
Ajuste Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	(178.854)	(178.854)	–	(178.854)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	138.520	138.520	–	138.520
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(47.097)	(47.097)	–	(47.097)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	–	(783.110)	(783.110)	126.872	(656.238)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	–	–	–	–	–	–	–	–	11.683	11.683	–	11.683
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(6.191)	10.442	–	4.251	–	4.251
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	–	–	16.303	–	16.303	–	16.303
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	3.425.899	–	3.425.899	87.377	3.513.276
Constituição de reservas	–	–	171.295	713.803	386.375	1.747.209	–	(3.018.682)	–	–	–	
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(433.962)	–	(433.962)	–	(433.962)
Em 31 de dezembro de 2016	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.803**	**386.375**	**1.747.209**	**33.261**	**–**	**(4.020.974)**	**44.203.470**	**(138.543)**	**44.064.927**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em milhares de Reais)

			RESERVAS DE LUCROS							
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2014	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**26.022**	**42.947**	**–**	**(3.116.108)**	**56.539.551**	**308.949**	**56.848.500**
Absorção de prejuízos	–	–	(2.233.017)	–	–	2.233.017	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	67.482	67.482	–	67.482
Ajuste Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	247.803	247.803	–	247.803
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–	(113.241)	(113.241)	–	(113.241)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	38.502	38.502	–	38.502
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	2.415	(243.909)	(241.494)	(149.690)	(391.184)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	–	–	–	–	–	–	(468)	(468)	–	(468)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(3.495)	3.495	–	–	–	–
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	21.508	–	21.508	–	21.508
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(14.441.607)	–	(14.441.607)	(512.051)	(14.953.658)
Dividendos propostos	–	–	–	(26.022)	–	–	–	(26.022)	–	(26.022)
Em 31 de dezembro de 2015	**31.305.331**	**26.048.342**	**–**	**–**	**39.452**	**(12.181.172)**	**(3.119.939)**	**42.092.014**	**(352.792)**	**41.739.222**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2016	CONTROLADORA 31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**3.452.678**	**(13.792.291)**	**12.024.095**	**(14.243.546)**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização		5.132	5.368	1.843.785	1.842.600
Variações monetárias líquidas		2.034.915	(1.250.543)	1.599.915	(914.656)
Variações cambiais líquidas		499.594	(402.289)	(137.562)	863.808
Encargos financeiros		(1.393.977)	(812.876)	5.525.207	2.001.687
Receita de ativo financeiro	38	–	–	(29.406.261)	(838.087)
Resultado da equivalência patrimonial	39	(20.464.607)	5.879.344	(3.114.047)	(531.446)
Provisão (reversão) para passivo a descoberto	42	12.155.108	5.392.577	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	42	17.290	15.755	351.673	658.679
Provisão (reversão) para contingências	42	2.419.819	5.698.790	3.994.158	7.073.623
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	42	(1.852)	(1.852)	5.537.060	5.842.473
Provisão (reversão) contrato oneroso	42	–	–	2.194.498	366.477
Provisão (reversão) para perda com investimentos	42	(26.834)	(1.001.986)	1.479.088	(610.746)
Provisão ANEEL – CCC	42	–	–	741.623	–
Provisão (reversão) risco hidrológico – GSF	42	–	–	(451.340)	451.340
Encargos da reserva global de reversão		220.420	253.348	220.420	253.348
Ajuste a valor presente / valor de mercado		(57.664)	78.107	28.864	157.066
Participação minoritária no resultado		–	–	(132.389)	775.835
Encargos sobre recursos de acionistas		184.935	27.250	200.857	40.511
Instrumentos financeiros – derivativos		–	–	(218.714)	221.666
Outras		302.214	382.486	943.352	333.761
		(4.105.507)	14.263.479	(8.799.813)	17.987.939
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		–	–	(583.469)	130.905
Títulos e valores mobiliários		(887.148)	(2.823.260)	1.292.551	(2.886.138)
Direito de ressarcimento	11	(700.581)	–	1.338.396	(700.320)
Almoxarifado		80	438	90.774	(119.055)
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	(150.128)	20.930
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu		1.036.633	1.886.785	1.036.633	1.886.785
Ativos mantidos para venda		–	–	217.572	(4.623.785)
Risco Hidrológico		–	–	226.779	(342.651)
Outros		20.551	220.854	215.588	357.948
		(530.465)	(715.183)	3.684.696	(6.275.381)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		4.363	21.022	(156.294)	3.094.034
Adiantamento de clientes	21	–	–	(61.195)	(57.349)
Arrendamento mercantil		–	–	(82.651)	(74.506)
Obrigações estimadas		(2.618)	13.390	80.116	(165.866)
Obrigações de ressarcimento	11	700.582	–	(888.864)	2.491
Encargos setoriais	27	–	–	104.859	(382.423)
Passivos associados a ativos mantidos para venda		(20.675)	412.225	(399.996)	5.575.009
Outros		(12.470)	570.649	71.559	1.152.395
		669.182	1.017.286	(1.332.466)	9.143.785
Caixa proveniente das atividades operacionais		**(514.112)**	**773.291**	**5.576.512**	**6.612.797**
Pagamento de encargos financeiros		(2.056.052)	(1.824.581)	(3.766.612)	(2.805.404)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão		(138.869)	(952.355)	(138.869)	(952.355)
Recebimento de receita anual permitida (ativo financeiro)		–	–	1.226.501	965.764
Recebimento de indenizações do ativo financeiro		–	–	–	4.027.661
Recebimento de encargos financeiros		1.898.916	2.015.719	1.122.490	1.113.278
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(302.441)	(270.922)	(1.229.862)	(610.223)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias		372.836	708.614	694.003	412.874
Pagamento de previdência complementar		(37.381)	(9.023)	(229.766)	(201.469)
Pagamento de contingências judiciais	30	(509.488)	(663.071)	(739.361)	(904.505)
Depósitos judiciais		(221.924)	(113.569)	(626.298)	(677.944)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(1.508.515)**	**(335.897)**	**1.888.738**	**6.980.474**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos		169.670	2.179.371	3.638.561	7.543.513
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(2.619.108)	(3.165.385)	(4.543.612)	(5.381.995)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(1.792)	(19.937)	(5.790)	(23.056)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições – principal		–	–	(132.879)	(117.058)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		2.906.180	–	2.906.180	–
Recursos da reserva global de reversão para repasse		1.007.112	–	1.007.112	–
Outros		–	–	1.191	(2.431)
Caixa líquido das atividades de financimento		**1.462.062**	**(1.005.951)**	**2.870.763**	**2.018.973**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		(2.594.270)	(1.440.381)	(242.154)	(751.524)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		3.679.863	3.735.678	2.398.790	2.539.101
Aquisição de ativo imobilizado		(4.869)	(24.094)	(1.691.089)	(4.139.891)
Aquisição de ativo intangível		–	–	(79.076)	(384.307)
Aquisição de ativos de concessão		–	–	(1.910.773)	(3.153.701)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(581.294)	(312.310)	(3.272.685)	(2.433.066)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(950.590)	(13.520)	(622.688)	(737.631)
Outros		–	–	(54.131)	48.467
Caixa líquido das atividades de investimento		**(451.160)**	**1.945.373**	**(5.473.806)**	**(9.012.552)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(497.613)**	**603.525**	**(714.305)**	**(13.105)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	691.719	88.194	1.393.973	1.407.078
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	194.106	691.719	679.668	1.393.973
		(497.613)	**603.525**	**(714.305)**	**(13.105)**

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bloco A - Ed. Venâncio 3000, Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; e
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de sete empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia S.A. - Boa Vista;
- Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre;
- Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron;
- Companhia Energética de Alagoas - Ceal;
- Companhia Energética do Piauí - Cepisa;
- Celg Distribuição S.A. - Celg-D; e
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas D.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou os ativos e passivos da controlada Celg-D como ativo mantido para venda, uma vez que a Companhia estava comprometida com a alienação do controle acionário da referida controlada, o que se confirmou em leilão de Desestatização em 30 de novembro de 2016. A venda foi concluída em 14 de fevereiro de 2017, onde o contrato de compra e venda de Ações da Celg-D foi assinado entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, conforme cronograma estabelecido. Mais detalhes estão apresentados na Nota 43.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou a não prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia do grupo Eletrobras. Na referida Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das distribuidoras de energia da Eletrobras, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora. (Vide Nota 2)

Em 1º de julho de 2015, a controlada Amazonas Energia iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica ora exercida pela Amazonas Distribuidora foram segregadas de sua atividade de distribuição. Dessa forma, constitui-se uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras, com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), controlada direta da Amazonas D. A segunda fase do processo de desverticalização, a qual se encontra em andamento nesse momento, concluirá a operação de reorganização societária.

A Companhia ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional - Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A. e da Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaiana Usinas y Transmisiones Elétricas de Uruguay - UTE).

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide Nota 15).

A comercialização da energia gerada está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado (energia destinada às concessionárias de distribuição) e outro caracterizado por contratos livremente pactuados (mercado livre). A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Medida Provisória nº 735, de 23 de junho de 2016, estabeleceu que as atividades relacionadas à gestão e administração dos fundos setoriais Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC, até então sob responsabilidade da Eletrobras, serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 17 de novembro de 2016, esta medida provisória foi convertida na Lei 13.360 estabelecendo que até 30 de abril de 2017 as atividades relacionadas à gestão e administração destes fundos serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Com a transferência dessas atividades para a CCEE, a Eletrobras continuará a se dedicar, com mais exclusividade, aos seus negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de acordo com sua visão estratégica de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2017.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, possui 46,908 GW* de capacidade instalada, 70,148 mil km* de linhas de transmissão e sete distribuidoras de energia que atendem cerca de 7 milhões* de consumidores.

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

I - Concessões em Regime de O&M - renovadas - Lei 12.783/13

- Geração de Energia Elétrica

Concessões em Regime de O&M - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)*	Vencimento
UHE Paulo Afonso I	BA	180	31/12/2042
UHE Paulo Afonso II	BA	443	31/12/2042
UHE Paulo Afonso III	BA	794	31/12/2042
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462	31/12/2042
UHE Apolônio Sales	BA	400	31/12/2042
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	BA	1.480	31/12/2042
UHE Xingó	SE	3.162	31/12/2042
UHE Furnas	MG	1.216	31/12/2042
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050	31/12/2042
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440	31/12/2042
UHE Porto Colômbia	SP / MG	320	31/12/2042
UHE Funil	MG	216	31/12/2042
UHE Corumbá I	GO	375	31/12/2042
UHE Serra da Mesa	GO	1.275	12/11/2039
UHE Funil	BA	30	31/12/2042
UHE Pedra	BA	20	31/12/2042
UHE Boa Esperança	PI	237	31/12/2042
UHE Coaracy Nunes	AP	78	31/12/2042

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

- Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Titular	Prazo (anos)	Vencimento
057/2001	Eletrosul	30	31/12/2042
058/2001	Eletronorte	30	31/12/2042
061/2001	Chesf	30	31/12/2042
062/2001	Furnas	30	31/12/2042

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

II - Principais Concessões em Regime de Exploração

- Geração de Energia Elétrica e Autorização

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)(*)	Ano de Vencimento
UHE Sobradinho	BA	1050,30	2022
UTE Camaçari	BA	346,80	2027
UHE Belo Monte (12)	PA	11233,10	2045
UHE Tucuruí	PA	8535	2024
UHE Samuel	RO	216,75	2029
UTE Rio Madeira	RO	119,35	2018
UTE Santana	AP	177,74	2019
UTE Santarém	PA	14,76	2034
UTE Electron (7)	AM	121,10	2020
UHE Dardanelos	MT	261	2042
UHE Mauá	PR	177,90	2042
UHE Jirau (1)	RO	3750	2043
UTE Presidente Médici - Candiota I e II (2)	RS	446	2015
UTE Candiota III	RS	350	2041
UTE Tabatinga (13)	AM	316,40	2016
UTE Belem de Simões (13)	AM	316,40	2016
UHE Balbina	AM	249,75	2027
UHE Aparecida	AM	282,50	2020
UTE Mauá	AM	409,50	2020
UTE Santa Cruz (6)	RJ	500	2015
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476	2023
UHE Itumbiara	MG / GO	2082	2020
UHE Manso	MT	212	2035
UHE Simplicio/Anta	RJ / MG	305,70	2041
UHE Peixe Angical	TO	498,75	2036
UHE Baguari (11)	MG	140	2041
UHE Foz do Chapecó	Uruguai	855	2036
UTN Angra I	RJ	640	2024
UTN Angra II	RJ	1350	2041
UTN Angra III	RJ	1405	40 anos
UHE Piloto (5)	BA	2	2015
UHE Araras (5)	CE	4	2015
UHE Curemas	PB	3,52	2024
EOL São Pedro do Lago	BA	30	2046
EOL Pedra Branca	BA	30	2046
EOL Sete Gameleiras	BA	30	2046
EOL Caiçara I	RN	27	2047
EOL Junco I	RN	24	2047
EOL Junco II	RN	24	2047
EOL Caiçara II	RN	18	2047
EOL Casa Nova	BA	180	2043
EOL Casa Nova II	BA	28	2049
EOL Casa Nova III	BA	24	2049
EOL Baraúnas I	BA	32,90	2049
EOL Morro Branco I	BA	32,90	2049
EOL Mussambê	BA	32,90	2049
EOL Santa Joana XI	PI	29,60	2049
EOL Santa Joana XVI	PI	28,90	2049
EOL Santa Joana X	PI	29,60	2049
EOL Santa Joana XIII	PI	29,60	2049
EOL Santa Joana XII	PI	28,90	2049
EOL Santa Joana XV	PI	28,90	2049

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)(*)	Ano de Vencimento
EOL Santa Joana IX	PI	29,60	2049
EOL Acauã Energia	BA	12	2049
EOL Arapapá Energia	BA	10	2049
EOL Angical 2	BA	14	2049
EOL Teiú 2	BA	14	2049
EOL Caititú 2	BA	14	2049
EOL Carcará	BA	10	2049
EOL Corrupião 3	BA	14	2049
EOL Caititú 3	BA	14	2049
EOL Papagaio	BA	18	2049
EOL Coqueirinho 2	BA	20	2049
EOL Santa Joana IV	PI	27,20	2049
EOL Serra das Vacas I	PE	23,92	2049
EOL Santa Joana V	PI	28,90	2049
EOL Serra das Vacas II	PE	22,30	2049
EOL Serra das Vacas III	PE	22,24	2049
EOL Serra das Vacas IV	PE	22,30	2049
EOL Santa Joana III	PI	29,60	2049
EOL Santa Joana I	PI	28,90	2049
EOL Santo Augusto IV	PI	28,90	2049
EOL Santa Joana VII	PI	28,90	2049
EOL Tamanduá Mirim 2	BA	24,00	2049
EOL Banda de Couro	BA	32,90	2049
EOL Baraúnas II	BA	25,90	2049
UHE CuruáUna	PA	30,30	2028
UTE Rio Acre	AC	45,49	2025
UTE Rio Branco I	AC	18,65	2020
UTE Rio Branco II	AC	32,75	2020
UTE Senador Arnon Afonso Farias	RR	85,99	2024
UTE Serra do Navio	SE	23,30	2037
EOL Miassaba 3	RN	68,47	2045
EOL Rei dos Ventos 3	RN	60,12	2045
UHE Passo São João	RS	77	2041
UHE São Domingos	MS	48	2037
PCH Barra do Rio Chapéu	SC	15,20	2034
PCH João Borges	SC	19	2035
PCH Coxilha Rica (4)	SC	18	2042
PCH Santo Cristo (3)	SC	19,50	2042
EOL Capão do Inglês	RS	10	2049
EOL Coxilha Seca	RS	30	2049
EOL Galpões	RS	8	2049
EOL Chuí I	RS	24	2047
EOL Chuí II	RS	22	2047
EOL Chuí IV	RS	22	2047
EOL Chuí V	RS	30	2047
EOL Chuí VI	RS	24	2047
EOL Chuí VII	RS	22	2047
EOL Chuí 09	RS	17,90	2049
EOL Cerro Chato IV (10)	RS	10	2047
EOL Cerro Chato V (10)	RS	12	2047
EOL Cerro Chato VI (10)	RS	24	2047
EOL Cerro dos trindades (10)	RS	8	2047
EOL Ibirapuitã	RS	24	2047
EOL Verace 24	RS	19,70	2049
EOL Verace 25	RS	7,20	2049
EOL Verace 26	RS	14,30	2049
EOL Verace 27	RS	16,10	2049
EOL Verace 28	RS	12,50	2049
EOL Verace 29	RS	17,90	2049
EOL Verace 30	RS	17,90	2049
EOL Verace 31	RS	9	2049
EOL Verace 34	RS	14,30	2049
EOL Verace 35	RS	12,50	2049
EOL Verace 36	RS	21,50	2049
EOL Geribatu I	RS	20	2047
EOL Geribatu II	RS	20	2047
EOL Geribatu III	RS	26	2047
EOL Geribatu IV	RS	30	2047
EOL Geribatu V	RS	30	2047
EOL Geribatu VI	RS	18	2047
EOL Geribatu VII	RS	30	2047
EOL Geribatu VIII	RS	26	2047
EOL Geribatu IX	RS	30	2047
EOL Geribatu X	RS	28	2047
Megawatt Solar	SC	0,93	–
EOL Cerro Chato I	RS	30	2045
EOL Cerro Chato II	RS	30	2045
EOL Cerro Chato III	RS	30	2045
UTE São Jerônimo (7)	RS	20	2015
UTE Nutepa (7)	RS	24	2015
UTE Cidade Nova (7)	AM	29,70	2015
UTE Iranduba	AM	50	2020
UTE Distrito (7)	AM	124,70	2015
UTE São José	AM	50	2017
UTE Flores	AM	95,40	2017
UTE Roberto Silveira	RJ	30	2027
UHE Batalha	MG / GO	52,50	2041
UHE Retiro Baixo	MG	82	2041
Três Irmãos	Tietê	807,50	2044
Serra do Facão	GO	212,58	2036
EOL Rei dos Ventos 1	RN	58,45	2045
EOL Famosa I	RN	22,50	2047

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)(*)	Ano de Vencimento
EOL Pau Brasil	CE	15	2047
EOL Rosada	RN	30	2048
EOL São Paulo	CE	17,50	2047
EOL Bom Jesus	CE	18	2049
EOL Cachoeira	CE	12	2049
EOL Pitimbu	CE	18	2049
EOL Jandaia	CE	28,80	2047
EOL Jandaia I	CE	19,20	2047
EOL São Caetano	CE	25,20	2049
EOL São Caetano I	CE	18	2049
EOL São Clemente	CE	19,20	2047
EOL São Galvão	CE	18	2049
EOL Carnaúba I	RN	22	2049
EOL Carnaúba II	RN	18	2049
EOL Carnaúba III	RN	16	2049
EOL Carnaúba V	RN	24	2049
EOL Cervantes I	RN	16	2049
EOL Cervantes II	RN	12	2049
EOL Punaú I	RN	24	2049
EOL Arara Azul	RN	27,50	2049
EOL Bentevi	RN	15	2049
EOL Ouro Verde I	RN	27,50	2049
EOL Ouro Verde II	RN	30	2049
EOL Ouro Verde III	RN	25	2049
EOL Santa Rosa	CE	20	2049
EOL Uirapuru	CE	28	2049
EOL Ventos de Angelim	CE	24	2049
EOL Serra do Mel I	RN	28	2049
EOL Serra do Mel II	RN	28	2049
EOL Serra do Mel III	RN	28	2049
EOL Itaguaçu da Bahia	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Luiza	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Madalena	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Marcella	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Vera	BA	28	2049
UHE Santo Antônio (Mesa) (11)	BA	417,2	2043
UHE Santo Antônio Mesa (8)	BA	3150,80	2043
EOL Ventos de Santo Antônio	BA	28	2049
EOL Ventos de São Bento	BA	28	2049
EOL Ventos de São Cirilo	BA	28	2049
EOL Ventos de São João	BA	28	2049
EOL Ventos de São Rafael	BA	28	2049
EOL São Januário	CE	19,20	2047
EOL Nsa Sra de Fátima	CE	28,80	2047
UHE Sinop	MT	400	2049
UHE São Manoel	PA	700	2049
EOL Brasventos Eolo	RN	58,45	2045
UHE Teles Pires (9)	PA/MT	1819,80	2046

(1) Em 22 de novembro de 2016, houve a liberação das últimas Unidades Geradoras. Em 16 de dezembro de 2016, foi inaugurada a UHE Jirau com capacidade total instalada.
(2) Os contratos de venda de energia vinculados a Usina Presidente Médici finalizaram em 31 de dezembro de 2016. A CGTEE procedeu o desligamento da Fase B da Usina supracitada a partir de 01/03/17. A Fase A deverá ser desativada em dezembro de 2017.
(3) Em fase de licença de Instalação, início da operação 22 meses após emissão da Licença de Instalação.
(4) Início de construção e operação indefinido em função de parecer negativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
(5) Usinas sem operação com contrato de concessão vencido, aguardando autorização da ANEEL para dissolução do contrato.
(6) Usina ainda não prorrogada.
(7) Usina encontra-se desativada.
(8) Em 31/12/2016 havia 44 geradoras em operação comercial de um total de 50 usinas.
(9) Foi concluída, em Agosto/2016, a implantação da UHE Teles Pires, em regime de SPE, com a entrada em operação comercial das últimas três unidades geradoras, totalizando 1.819,80 MW(*) de potência instalada.
(10) A suspensão da operação dos parques eólicos está em discussão judicial, em virtude de sinistro ocorrido em 12/2014.
(11) Empreendimentos ainda em implantação.
(12) Usina em operação parcial.
(13) Portaria nº 25, de 11 de fevereiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, autorizando a locação para atendimento de localidades dos sistemas isolados atendidos pela Amazonas D.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa da controlada CGTEE encerrou em 07 de julho de 2015.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e na legislação atinente ao assunto, a controlada CGTEE formalizou, no tempo devido, o interesse na renovação da concessão das usinas.

Até o presente momento não há posição final do Poder Concedente sobre a manifestação da controlada, e, portanto, até que o processo esteja encerrado, a controlada CGTEE permanece explorando estas unidades nas bases atuais da referida concessão. O Poder Concedente não manifestou estimativa de prazo para conclusão do processo.

A decisão sobre a renovação da concessão deverá ser objeto de análise pela Controlada CGTEE, após apresentação da posição do Poder Concedente.

II.I - Geradoras sob Administração Especial

Em 02 de julho de 2016, as pequenas centrais hidrelétricas que estavam sob administração especial de Furnas, de acordo com os termos da Lei nº 12.783/2013, tiveram sua titularidade transferida a Cemig Geração e Transmissão S.A. por meio dos aditivos aos contratos de concessão nº 014/2016 e 012/2016.

Geradoras sob Administração especial nos termos da Lei nº 12.783/2013

Concessões/Permissões	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
Dona Rita	2,41	06.2013
Sinceridade	1,42	04.2013
Neblina	6,47	04.2013
Ervália	6,97	07.2015
Coronel Domiciano	5,04	07.2015

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

continua

continuação

III- Transmissão de Energia Elétrica

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Contrato	Nome	%	Km	SE	Localidade	Prazo (anos)	Vencimento
002/2006	INTESA - Integração Transmissora de	12,00%	695,0	–	TO, GO	30	2036
004/2010	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A .	49,00%	156,0	–	MA /CE	30	2040
005/2004	STN - Sistema de Transmissão Nordeste	49,00%	546,0	–	PI, CE	30	2034
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	100%	223,0	–	BA	30	2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv , C1	100%	110,0	–	SE, AL	30	2038
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 Kv; LT Messias - Maceió II - 230 kV; SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV ; SE Maceió II,	100%	21,3	–	SE/AL/BA	30	2042
006/2004	SE Elev . Usina de Curemas; SE Elev . Usina Term. Camaçari; SE Elev . Usina de Sobradinho	100%	–	1	PB/BA	30	2027
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv , C1, C2; LT Suape III - Suape II - 230 kv , C1, C2; SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA); SE Suape III - 230/69 kV	100%	49	–	PE	30	2039
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv , C1; SE Tauá II - 230 kV	100%	208,1	1	CE	30	2035
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	100%	–	1	BA	30	2040
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv , C2	100%	119,8	–	CE, PB	30	2035
008/2011	Extremoz Transmissora do Nordeste –	100%	285	–	RN/PB	30	2041
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kV; SE Morro do Chapéu II 230 kV	100%	65	1	BA	30	2041
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv , C1	100%	94,5	–	BA	30	2037
010/2008	Manaus Transmissora de Energia S.A .	19,50%	559,0	–	PA , AM	30	2038
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kV ;; SE Lagoa Nova II 230 kV; SE Ibiapina II 230 kV	100%	65,4	2	RN/CE	30	2041
012/2007	LT Paraíso - Açu II - 230 kv , C2; LT Picos - Tauá II - 230 kv , C1	100%	316	–	PI, CE, RN	30	2037
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	100%	–	1	AL	30	2040
014/2008	LT 230 kV Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1; SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	100%	145	1	BA	30	2038
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	100%	–	1	BA	30	2040
015/2009	Interligação Elétrica do Madeira S.A .	24,50%	2.375,0	–	RO, SP	30	2039
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kV; LT Pituaçu - Pirajá - 230 kV; SE Pirajá 230/69 KV	100%	50	1	BA	30	2042
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv , C1, C2; LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kV; SE Santa Rita II - 230/69kV ; SE Zebu - 230/69kV ; SE Natal III -	100%	107,5	3	PE, PB, AL, RN	30	2039
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kV; SE Teresina III em 230/69 kV	100%	26	1	PI	30	2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv; SE Jaboatão II 230/69 kV	100%	0	2	PE	30	2042
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kV , C2	100%	152	–	BA	30	2039
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kV - C2	100%	44	–	PE	30	2041
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kV; LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kV; LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kV; SE Touros II, 230 kV ; SE Mossoró IV , 230 kV .	100%	206,2	2	RN	30	2042
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv , C1; LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv , C1; LT Paraíso - Açu II - 230 kV , C3; LT Paraíso - Açu II - 230 kV , C3; LT Açu II - Mossoró II - 230 kV , C2; SE Extremoz II - 230 kv; SE João Câmara - 230 kv	100%	298,9	2	RN	30	2040
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kV; LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kV	100%	136	–	RN	30	2041
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV , C1, C2; LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kV; SE Igaporã III 500/230 KV ; SE Pindaí II 230 KV	100%	60,3	2	BA	30	2042
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv; SE Igaporã - 230 kv	100%	115	1	BA	30	2040
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kV; SE Acaraú II - 230 kv	100%	91,3	1	CE	30	2040
022/2011	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49%	666	–	AL/PE/PB	30	2041
061/2001	Diversos Empreendimentos	100%	18967,2	–	PE, CE, SE, BA , AL, PI, MA , PB, RN	30	2042
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	100%	664	–	PR/ SP	30	2031
001/2009	LT 230 kv - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	100%	–	–	PI / MA	30	2039
007/2008	LT 230 kv - SE São Luis II / São Luis III	100%	–	–	MA	30	2038
057/2001	Diversos Empreendimentos	100%	9637,34	–	–	30	2042
005/2009	SE Missões - 230/69 kV (150 MVA)	100%	–	1	–	30	2039
008/2014	SE 230/138 kV Ivinhema 2, 2 x 150 MVA	100%	–	7	–	30	2044
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	100%	32,7	–	RS	30	2040
004/2008	LT P. Médici - Santa Cruz 1 230kV	100%	237,4	–	RS	30	2038
009/2010	LT 500 kv - LT Jorge Texeira / Lechuga, Circuito Duplo	100%	–	–	AM	30	2040
002/2009	LT 500 kv - LT Presidente Dutra-São Luis II /SE Miranda II	100%	–	–	MA	30	2039
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau C2	100%	357,8	–	SC	30	2035
005/2006	LT Campos Novos - Pólo 525kV	100%	257,43	–	SC,RS	30	2036
004/2004	LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel Oeste	100%	371,9	–	PR	30	2034
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	100%	180/0	–	MG	30	2039
006/2005	LT Macaé - Campos 3	100%	90/0	–	RJ	30	2035
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	100%	99/0	–	ES	30	2040
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	100%	100/0	–	SP	30	2036
004/2005	Centroeste Minas	49%	66	–	MG	30	2035
002/2010	Goiás Transmissão	49%	296	1	GO	30	2040
013/2009	IE Madeira	25%	2375	–	RO	30	2039
028/2009	Transenergia Goiás	49%	188	–	GO	30	2039
009/2009	Transenergia Renovável	49%	763	5	–	30	2039
024/2009	Transenergia São Paulo	49%	–	1	SP	30	2039
012/2005	Transirapé	25%	65	2	MG	30	2035
005/2005	Transudeste	25%	140	–	MG	30	2035
003/2011	Caldas Novas Transmissão S.A.	50%	–	1	–	30	2041
010/2012	Luziana - Niquelândia Transmissora S.A.	49%	–	2	–	30	2042
007/2013	Paranaíba Transmissora	25%	967	–	–	30	2043
004/2013	Triângulo Mineiro	49%	296,5	–	–	30	2043
014/2013	Vale do S. Bartolomeu	39%	94,5	1	–	30	2043
001/2014	Mata de Sta. Genebra Transmissora	50%	847	3	–	30	2044
003/2014	Lago Azul	50%	69	–	–	30	2044
014/2014	Belo Monte	25%	2092	4	–	30	2044
014/2011	LT Xavantes-Pirineus	100%	40	–	GO	30	2041
011/2010	SE Ijuí 2 SE Nova Petrópolis 2 SE Lajeado Grande SE Caxias 6	100%	–	1	RS	30	2040
002/2011	SE Foz do Chapecó	100%	–	1	SC	30	2041
016/2012	SE Zona Oeste	100%	–	1	RJ	30	2012
082/2002	SPE Etau	27%	188	–	SC/RS	30	2032

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Contrato	Nome	%	Km	SE	Localidade	Prazo (anos)	Vencimento
002/2005	SPE Uirapuru	75%	120	–	PR	30	2035
016/2009	SPE Norte Brasil	–	–	–	RO/SP	30	2039
001/2012	Costa Oeste Transmissora de Energia	49%	151,5	–	PR	30	2042
008/2012	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	20%	29,04	–	PR	30	2042
007/2014	Fronteira Oeste	51%	273	–	–	30	2044
004/2012	TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	80%	783	–	RS	30	2042
020/2012 - 009/2004	TSBE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	51%	468	–	RS	30	2042
058/2001	Transmissão Rede Básica	100%	–	–	Diversos	30	2042
013/2011	SE Nobres 230/138 kv	100%	–	–	MG	30	2041
012/2011	SE Miramar 230/69 kv	100%	–	–	Amazonas e Roraima	30	2041
004/2011	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kv	100%	–	–	Mato Grosso	30	2031
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kv, 3x150 MVA	100%	–	–	Amazonas	30	2043
015/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC, 800/+-600kv 310MW Estação Inversora nº 01 CC/CA +-600/500 kv -2950 MW	100%	–	–	RO/SP	30	2039
022/2009	Rio Branco Transmissora de Energia	100%	–	–	Diversos	30	2039
009/2014	LT 230 kv Rio Branco 1 - Feijó/ LT 230kv Feijó - Cruzeiro do Sul	100%	–	–	AC	30	2034
008/2004	Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia	49%	193	–	MT	30	2034
003/2008	Brasnorte Transmissora de Energia S.A	50%	402	–	MT	30	2038
002/2006	Integração Transmissora de Energia	37%	695	–	TO/GO	30	2036
023/2009	Transmissora Matogrossense de Energia S.A	49%	348	–	MT	30	2039
010/2008	Manaus Construtora Ltda./Manaus Transmissora de Energia	–	559	–	PA/AM	30	2038
022/2009	Norte Brasil Transmissora de Energia	–	666	–	RO/SP	30	2039
021/2009	Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100%	987	–	RO/MT	30	2039
014/2014	Rio Branco Transmissora de Energia	25%	2093	–	PA/TO/GO/MG	30	2044
003/2012	Transnorte Energia S.A	49%	715	–	AM/RR	30	2032
554/2010	Interconexão Brasil-Uruguai	100%	62,8	–	–	30	2040
023/2014	1 Conversora de Frequência e Linhas de Transmissão de 132 kv	100%	12,5	–	–	30	2044
002/2015	Paraíso - Paraíso Transmissora de Energia S.A	100%	283	–	PR	30	2045
001/2015	LT Gravataí - subterrânea LT Porto Alegre	100%	–	–	RS	30	2045
062/2001	Diversos Empreendimentos	100%	18975,5	63	RJ/SP/PR/MG/GO/ TO/DF/ES/MT	30	2043
008/2010	MGE Transmissão	49%	258	1	MG/ES	30	2040
Energia Olímpica	Energia Olímpica	50%	94,5	1	Regime Especial		Regime Especial

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

• Distribuição de Energia

Concessões em Regime de Exploração - DISTRIBUIÇÃO

Concessões/ Permissões	Região Geográfica	Municípios atendidos (*)	Vencimento da Concessão
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	Estado do Acre	22	2015
Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Companhia Energética de Alagoas - Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado do Amazonas	62	2015
Boa Vista Energia	Estado de Roraima	1	2015

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras da Eletrobras cujas concessões venceram em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

O Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das Concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, deliberou a não prorrogação das concessões das controladas Distribuidoras de Energia do grupo Eletrobras, Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON; Boa Vista Energia S.A.; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (denominadas em conjunto "Distribuidoras").

Ainda na 165ª Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das Distribuidoras de energia subsidiárias da Eletrobras, nos termos da Lei 12.783/2013, com a nova redação dada pela Medida Provisória 735, de 22 de junho de 2016, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a Distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva Distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras e, ainda, foi aprovado que sejam devolvidas, a qualquer tempo, a concessão das Distribuidoras e que sejam adotadas as providências de sua liquidação, nas seguintes hipóteses:

(i) A transferência de controle acionário não seja realizada até 31 de dezembro de 2017. Por se tratarem de empresas estatais federais, a transferência dos controles acionários das Distribuidoras deverá observar as regras do Plano Nacional de Desestatização ("PND") em especial a Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997 competindo ao Conselho Nacional e Desestatização ("CND") aprovar a modalidade operacional a ser aplicada a cada desestatização. A Eletrobras informa ainda que as Distribuidoras foram incluídas no Programa de Parcerias e Investimentos ("PPI") criado pela Medida Provisória 727/2016, com vistas a facilitar a desestatização; ou

(ii) a respectiva Distribuidora deixar de receber diretamente, da União Federal ou através de tarifa, até a sua transferência para o novo controlador, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva Distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras.

A Eletrobras também resolveu que as subsidiárias Distribuidoras que não tiveram suas concessões prorrogadas, deverão, se houver a concordância do Poder Concedente, permanecer como responsáveis pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seus controles acionários, nos termos da Medida Provisória 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Durante este período, conforme acima mencionado, as Distribuidoras deverão receber remuneração adequada para a prestação dos serviços de distribuição, sem qualquer aporte de recursos pela Eletrobras Holding, nos termos aprovados pela 165ª Assembleia Geral Extraordinária.

Em 3 de agosto de 2016, foram editadas as Portarias do Ministério de Minas e Energia números 420, 421, 422, 423, 424 e 425, nomeando, respectivamente, as Distribuidoras Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Companhia e Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas e Rondônia S.A. - CERON; Companhia Energética do Piauí - CEPISA ; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; e Boa Vista Energia S.A., como responsáveis pela prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, de forma temporária, com vistas a garantir a continuidade do serviço, nos termos do artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2016.

Em 13 de setembro de 2016 a ANEEL, decidiu: (i) instaurar Audiência Pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulamentação da Portaria MME nº 388/2016, que trata dos termos e condições para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por órgão ou entidade da Administração Pública Federal; e (ii) determinar que a minuta de Resolução Normativa submetida à Audiência Pública tenha vigência imediata, devendo eventuais ajustes resultantes das contribuições da Audiência Pública terem seus efeitos retroagidos ao início da vigência.

Em 06 de outubro de 2016, a ANEEL emitiu o Ofício 352/2016-DR/ANEEL dando as primeiras orientações para a elaboração do Plano de Prestação Temporária dos Serviços de Distribuição, definindo as metas para melhoria da qualidade, em termos de DEC e FEC, redução de perdas de energia e redução de custos operacionais.

Paralelamente em 13 de setembro de 2016, por meio da Lei nº 13.334/2016 (conversão da Medida Provisória nº 727/2016), o Governo Federal criou o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, que, dentre outras atribuições, absorveu as competências do Programa Nacional de Desestatização - PND.

Em 1 de novembro de 2016, foi emitido pelo Governo Federal o Decreto nº 8.893, definindo como prioridade nacional, no âmbito do PPI, a Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras supracitadas e designou o BNDES como responsável pelo processo de desestatização.

Por se tratarem de empresas estatais federais, a transferência dos controles acionários das Distribuidoras deverá observar as regras do Plano Nacional de Desestatização ("PND") em especial a Lei nº 9491 de 9 de setembro de 1997 competindo ao Conselho Nacional e Desestatização ("CND") aprovar a modalidade operacional a ser aplicada a cada desestatização.

Diante dessa definição as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras procederam a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de dezembro de 2017, data limite para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

2.1. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos. Entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela remuneração dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, para fins de remuneração, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783.

• Ativos de Geração de Energia

Em 2 de outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou também documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Furnil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Maribondo e Porto Colômbia, com potência total instalada de 4.617 MW*, cujas concessões foram renovadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 1.311.900 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R$ 995.718.

Em 11 de dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW*, cujas concessões foram renovadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 4.802.300 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 11 de dezembro de 2014, era de R$ 487.822.

Permanecem sem homologação pelo Poder Concedente as remunerações relacionadas a certos ativos das concessões prorrogadas nos seguintes montantes:

	31/12/2016			
Descritivo	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	–	1.483.540
Geração térmica	–	704.792	356.937	1.061.729
	487.822	1.700.510	356.937	2.545.269

	31/12/2015			
Descritivo	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	–	1.483.540
Geração térmica	–	557.409	356.937	914.346
	487.822	1.553.127	356.937	2.397.886

Até que ocorra a homologação pelo Poder Concedente, inclusive definição sobre a forma, prazo de recebimentos e a remuneração aplicável, tais valores não sofrerão atualização monetária, sendo mantidos pelo custo histórico.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

▪ Ativos de Transmissão de Energia

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, as controladas abaixo apresentaram à ANEEL, seus laudos de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de remuneração das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente - RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei 12.783/13.

Laudo de Avaliação

Companhia	Data	R$
Eletrosul	14/07/2015	1.060.632
Chesf	06/03/2015	5.627.200
Furnas	21/05/2015	10.699.000
Eletronorte	03/09/2015	2.926.000

A ANEEL, até a data dessas demonstrações financeiras, apresentou, através de despachos, a homologação das remunerações dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 das controladas Eletrosul, Chesf, Furnas e Eletronorte conforme as regras da Resolução Normativa 589, na data base 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

Homologação ANEEL

Companhia	Data	R$
Eletrosul	14/07/2015	1.007.043
Furnas	15/12/2105	8.999.520
Chesf	03/08/2016	5.092.384
Eletronorte	18/10/2016	2.579.312

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

Em 14 de outubro de 2016, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 068/2016, a Nota Técnica nº 336/2016 de 06 de outubro de 2016 na qual estabelece os procedimentos a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

São abrangidos pela Portaria nº 120 os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

(i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017; sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;

(ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;

A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

(iii) para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2016, a estimativa dos valores atualizados dos gastos relacionados a investimentos, ampliações e/ou melhorias em certos ativos das concessões prorrogadas, conforme demonstrado a seguir:

Transmissão	31/12/2016				
	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	Total
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029	1.732.910	520.332	4.530.060	7.970.331
Atualização VNR - IPCA e remuneração	9.377.718	3.595.672	1.596.127	14.031.035	28.600.552
Valor total do ativo Financeiro atualizado	10.564.747	5.328.582	2.116.459	18.561.095	36.570.883
Efeito Resultado - 01/01/2016 a 31/12/2016					
Receita operacional	9.377.718	3.595.672	1.596.127	14.031.035	28.600.552
Provisão de IRPJ/CSLL	(3.188.424)	(1.222.528)	(542.683)	(4.770.552)	(9.724.187)
Efeito líquido	6.189.294	2.373.144	1.053.444	9.260.483	18.876.365

A contabilização em referência foi realizada com base nas premissas acima definidas, considerando a interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016, visando refletir nessas demonstrações financeiras a mais adequada situação patrimonial e de resultado. Entretanto, em decorrência de eventual regulamentação ou ato, em sentido diferente, que porventura venha a ser praticado pela ANEEL, inclusive no âmbito do processo tarifário de 2017 quando será iniciado o pagamento dos referidos créditos, os valores contabilizados serão revistos e ajustados, com efeitos positivos ou negativos refletidos prospectivamente, com impacto no resultado do período em que tais fatos aconteçam.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição - VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória - BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(b.1) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016. Tais alterações e melhorias anuais não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e estão descritas a seguir:

Revisão IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - a modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade.

Revisão IFRS 11/CPC 19 (R2) - a alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3/CPC 15 (R1), aplique os princípios do IFRS 3, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pela IFRS 3 e outras normas de combinação de negócios.

Revisão IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) - Esclarece que em uma transação entre investidor e associado ou joint venture, o reconhecimento do ganho ou perda depende se os bens vendidos ou contribuídos constituem um negócio.

Revisão IAS 1/CPC 26 (R1) - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras. As alterações a IAS 1/CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.

Adicionalmente, em 2016 tornou-se vigente as melhorias relativas à revisão anual do ciclo 2012- 2014 das seguintes normas: IFRS 5 (CPC 31) - Ativo não circulante mantido para venda e Operações descontinuadas, IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos financeiros: Evidenciação, IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a empregados e IAS 34 - Demonstrações financeiras intermediárias.

(b.2) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes principais pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Normas	Exigências-chave	Posicionamento da Companhia	Aplicável a partir
Alteração ao IAS 12 / CPC 32 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas	Esclarece a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo.	A Companhia não possui instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e dessa forma a alteração dessa norma não resultará em impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.	1º de janeiro de 2017
Alterações ao IAS 7 / CPC 3 Iniciativa de Divulgação	Altera o IAS 7, Demonstração dos Fluxos de Caixa, para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças:- Divulgação das variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. - Novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. - Variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.	Para atender as alterações ao IAS 7/CPC 3, a Companhia irá apresentar uma conciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento conforme exigido na norma.	1º de janeiro de 2017
IFRS 15 / CPC 47 Reconhecimento de Receita (novo pronunciamento)	Estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/ CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, na qual a entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.	A Administração da Companhia ainda não concluiu a avaliação inicial dos impactos da adoção do referido pronunciamento nas demonstrações financeiras consolidadas, devido à complexidade do pronunciamento e das operações consolidadas da Eletrobras. Dessa forma, os impactos não são ainda conhecidos e a Administração espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da nova norma.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 / CPC 48 [1] Instrumentos Financeiros	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável(*impairment*) de ativos financeiros de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Estabelece novos requisitos relacionados à contabilidade de *hedge*.	O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança e dependerá de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 [2] Leasing (novo pronunciamento)	Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.	A Companhia possui contratos que se enquadrariam no escopo dessa nova norma e a análise dos impactos da adoção desse pronunciamento quanto ao método de transição para o reconhecimento do direito de uso dos ativos em contrapartida de uma obrigação ainda não foi concluída, devido a complexidade do novo pronunciamento e o número de contratos que possivelmente se enquadrariam no escopo dessa norma. Dessa forma, não foi possível estimar os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.	1º de janeiro de 2019

(1) Os detalhamentos referentes à norma IFRS 9/CPC 48 (Instrumentos Financeiros) estão apresentados no quadro abaixo.

(2) Esse pronunciamento ainda não foi homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A adoção antecipada dessas novas normas e alterações não são permitidas para demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo CFC e CVM.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Detalhamento da norma IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros		
Abordagem	**Exigências-chave**	**Posicionamento da Companhia**
Classificação Ativos Financeiros	A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.	Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda com um valor justo de R$ 1.357.923 que são mantidos para fins estratégicos de longo prazo. Se esses investimentos continuarem a ser mantidos para o mesmo fim na aplicação inicial da IFRS 9, a Companhia poderá decidir então classificá-los como VJORA ou VJR. A Companhia ainda não possui conclusão a este respeito. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registados em outros resultados abrangentes, não haveria perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas no resultado e nenhum ganho ou perda seria reclassificado para o resultado na alienação. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia.
Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais	A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e - Perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.	A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.
Classificação Passivos Financeiros	A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.	A Companhia possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que em 31 de dezembro de 2016 representa R$ 50.631. A Companhia entende que o impacto no resultado do exercício não seria material caso a Companhia aplicasse a IFRS 9 e a análise dos impactos ainda não foi realizada pela Companhia.
Contabilidade de *Hedge*	Na aplicação inicial da IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* da IAS 39 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9. A IFRS 9 exigirá que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. De acordo com a IAS 39, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de *hedge* afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados à compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.	A Companhia reconhece no resultado do exercício os ganhos ou perdas relacionados à parte não efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e as mudanças decorrentes da parte efetiva é reconhecida como outros resultados abrangentes. Com a adoção da IFRS 9, a Companhia poderá optar para contabilizar mudanças no valor justo do elemento futuro separadamente, como custo de *hedge*. Nesse caso, essas mudanças seriam reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de *hedge* como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A avaliação preliminar da Companhia indicou que os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia designa atualmente devem atender aos requerimentos da IFRS 9 se a Companhia efetuar certas mudanças planejadas em seus processos internos de documentação e monitoramento.

(c) Incorporação de Subsidiárias

Em 26 de agosto de 2016, os acionistas da controlada Eletronorte aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (LVTE), sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a LVTE foi extinta de pleno direito e a Eletronorte tornou-se sua sucessora.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Sistema Eletrobras detém o controle. O Sistema Eletrobras controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Sistema Eletrobras. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Sistema Eletrobras deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação de saldos a receber e a pagar *intercompany*;

c) Eliminação das receitas e despesas *intercompany*;

d) Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e na demonstração do resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Participação		Participação	
Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	–	100%	–
Boa Vista Energia	100%	–	100%	–
Ceal	100%	–	100%	–
CELG- D (1)	51%	–	51%	–
Cepisa	100%	–	100%	–
Ceron	100%	–	100%	–
CGTEE	99,99%	–	100%	–
Chesf	99,58%	–	100%	–
Eletroacre	96,71%	–	94%	–
Eletronorte	99,48%	–	99%	–
Eletronuclear	99,91%	–	100%	–
Eletropar	83,71%	–	84%	–
Eletrosul	99,88%	–	100%	–
Furnas	99,56%	–	100%	–
Chuí IX	–	99,99%	–	99,99%
Coxilha Seca (3)	–	–	–	99,99%
Paraíso	–	100%	–	–
Hermenegildo I	–	99,99%	–	99,99%
Hermenegildo II	–	99,99%	–	99,99%
Hermenegildo III	–	99,99%	–	99,99%
Linha Verde Transmissora (2)	–	–	–	100,00%
Uirapuru	–	75%	–	75%
Energia dos Ventos V	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VI	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VII	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VIII	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos IX	–	99,99%	–	99,99%
Extremoz Transmissora do Nordeste S/A	–	100,00%	–	100,00%
Transenergia Goiás S.A.	–	99,99%	–	98,35%
Complexo Eólico Pindaí I				
Acauã Energia S.A.	–	99,93%	–	99,93%
Angical 2 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Arapapá Energia S.A.	–	99,90%	–	99,90%
Caititu 2 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Caititu 3 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Carcará Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Teiú 2 Energia S.A.	–	99,95%	–	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	–	99,98%	–	99,98%
Papagaio Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia S/A	–	83,01%	–	83,01%

(1) Controlada classificada como ativo não circulante mantido para venda (Vide Nota 43)
(2) Empresa incorporada (Vide Nota 3.2 c)
(3) Empresa extinta em 2016

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

(a.1) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O saldo inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

3.5. Gestão da Conta de Consumo de Combustível - CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários. Os valores registrados no ativo são corrigidos pela rentabilidade da aplicação e representam um caixa restrito, não podendo ser utilizado para outros propósitos.

As operações com a CCC não afetam o resultado do exercício da Companhia.

3.6. Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.7. Estoque de Almoxarifado e Combustível - CCC

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os materiais em estoque de almoxarifado e de combustível - CCC são classificados no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

3.8. Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões, inclusive a Lei 12.783/2013, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no menor valor entre o VNR ou o valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (Vide detalhes na Nota 16).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.9.1. Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, à variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos, decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.10. Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente (Governo Federal Brasileiro), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritas na Nota 2.

I – Sistema de Tarifação

a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada (Vide Nota 17)

b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo estabelecida uma Receita Anual Permitida - RAP, atualizada anualmente por um índice de inflação e, sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Ressaltamos que esse sistema de tarifação foi alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013.

c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado, de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e, após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterado de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW). Ressaltamos que esse sistema de tarifação foi alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013.

II - Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

1) Distribuição de energia elétrica

a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o concessionário tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização determinada pela Base de Remuneração Regulatória - BRR depreciada.

2) Transmissão de energia elétrica

a) O preço (tarifa) é regulado e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Os níveis de tarifa (RAP) foram alterados a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013.

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, determinado pelo valor novo de reposição - VNR. Ainda há ativos de concessões renovadas, pendentes de homologação da ANEEL, e, consequentemente, pendente de indenização (vide Nota 2.1).

II.1 - Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão de Serviços, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão público-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o poder concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do poder concedente, quer dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

1) Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis (geração e transmissão) ou disponível para venda (distribuição).

2) Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de crédito e demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

3) Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo poder concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica de suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida - RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

III. Concessões de Geração

a) Geração hidráulica e térmica - as concessões, não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A partir de 1° de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões, nos moldes já aplicados a concessões de distribuição até então.

b) Geração nuclear - Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração, por ser uma autorização e não uma concessão. Não há prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.

IV. Itaipu Binacional

a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos;

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

c) A base tarifária de Itaipu foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção;

d) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada à Companhia, porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.

e) Através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Companhia, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrados a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

f) Os termos do tratado garantem o reembolso à Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

V. Ativo financeiro - Concessões de Serviço Público.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição são remunerados com base na remuneração *Weighted Average Cost of Capital* - WACC (custo de capital) regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão e os de geração são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento. No caso de geração, somente os ativos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei 12.783/2013 e formados a partir da mencionada Lei, são considerados ativos financeiros que serão remunerados nos mesmos moldes das transmissoras, desde que a aquisição de tais ativos seja homologada pelo MME e ANEEL.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.11. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia, que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia, também é classificada como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão. (Vide Nota 19).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.11.1. Concessões Onerosas (Uso do Bem Público - UBP)

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária, definida no contrato de concessão, é capitalizada no ativo, durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, é reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.11.2. Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional, quando incorridos, e até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente, a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.12. Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação foi prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber (obrigações) foi efetuado em contas de ativo (ou passivo financeiro), conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado: do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa), em função da estimativa revisada de seu valor recuperável. Tal aumento não pode exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o ágio decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.15. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.16. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Tal valor justo é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos à Companhia e dos passivos assumidos pela Companhia, na data de aquisição, com os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio, relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo, celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida que são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e
- ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) que são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e, conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderão ser, inicialmente, mensuradas pelo valor justo. Poderão também ser mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia, em uma combinação de negócios, inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo, na data de aquisição. Adicionalmente, é incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente, classificadas como ajustes do período de mensuração, são ajustadas retroativamente, com os correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" e relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. O período de mensuração não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é reavaliada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida, antes da data de aquisição, que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a instrução CVM 247/1996. Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores após 1o de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, são alocados integralmente ao contrato de concessão e reconhecidos no ativo intangível.

3.17. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Adicionalmente, a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real.

3.17.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.17.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, no final de cada período de relatório, sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, sendo observado também o histórico de lucratividade.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em Outros Resultados Abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em Outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os tributos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

continua

continuação

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.18.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias especificas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

(b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

(c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

(a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

(b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

(c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de Parcela A e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,

2) Investimentos mantidos até o vencimento, ou

3) Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

3.18.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado. As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por valor recuperável ter sido reconhecido no resultado, a perda por valor recuperável é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável, quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir: a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, após o período médio de recebimento, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o montante da redução ao valor recuperável registrado corresponde: à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.18.3. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.18.4. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Sistema Eletrobras são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Sistema Eletrobras são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.18.5. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.18.6. Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior valor inicial menos a amortização das taxas reconhecidas, e melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (Vide Nota 22).

3.18.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, *swaps* de taxa de juros e de moedas. A Nota 44 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge* (Vide item 3.18.9).

3.18.8. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos, em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo, separadamente, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.18.9. Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge* atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

(a) *Hedges* de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge*, atribuível ao risco de *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

(b) *Hedges* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos, que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio, naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para sua gestão de riscos financeiros, conforme descrito na Nota 44. Com data inicial em 1° de outubro de 2013, a Companhia adotou procedimentos de contabilidade de *hedge* conforme as disposições do CPC 38 (IAS 39) objetivando a redução da volatilidade nas demonstrações financeiras gerada pela marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos e maior transparência das atividades da Gestão de Risco da Companhia.

Na data inicial, a Companhia designou os seus *hedges* de taxas de juros como *Hedge* de Fluxo de Caixa, portanto, a variação efetiva do valor justo dos instrumentos de *hedge* será represada na conta de Outros resultados abrangentes. Conforme a dívida protegida é reconhecida no resultado financeiro, a variação de valor justo represada em Outros resultados abrangentes do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro com base na taxa de juros efetiva. A cada trimestre são realizados testes de efetividade para avaliar se os instrumentos derivativos protegeram e se devem continuar protegendo efetivamente a dívida atrelada. Se durante o teste de efetividade houver parcela ineficaz, este valor será reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Cada relação de *hedge* é documentada de forma que seja identificada a dívida protegida, o derivativo designado, o objetivo, a estratégia da gestão de risco, os termos contratuais designados para Contabilidade de *Hedge* e a metodologia de aferição da eficácia prospectiva e retrospectiva.

3.19. Benefícios pós-emprego

3.19.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.19.2. Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.19.3. Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Sistema Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Sistema Eletrobras reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando o Sistema Eletrobras não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

3.20. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.20.1. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência (vide Nota 31).

3.20.2. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

3.20.3. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.21. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

3.22. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.23. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos do exercício, sendo calculados tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

3.24. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;

b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e

d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.25. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.25.1. Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b) Transmissão

1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro, até o final do período da concessão, auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.

2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

3) A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente a IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

(i) A atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica;

(ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica.

(iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

3.25.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita proveniente de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.26. Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (a) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 22.3).

3.27. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

3.28. Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.29. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.30. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.31. Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos Operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que: a) exerce atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração, para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho, e c) para os quais existem informações financeiras. A Companhia determinou os seguintes segmentos operacionais:

I) Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;

II) Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica;

III) Distribuição, cujas atividades consistem na distribuição de energia elétrica para o consumidor final;

IV) Administração, cujas atividades compreendem os itens que não podem ser atribuídos aos outros segmentos, particularmente aqueles relacionados à gestão financeira corporativa, empréstimo compulsório, equivalência patrimonial e outras despesas;

V) Eliminações, cujas atividades representam as transações entre partes relacionadas eliminadas para fins de consolidação.

Transações entre estes segmentos operacionais são determinados por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas.

O lucro líquido por segmento do período, conforme relatório interno revisado pela Administração, é utilizado para medir desempenho. O lucro líquido por segmento do período é determinado usando as mesmas políticas contábeis utilizadas para determinar o lucro líquido consolidado do período.

3.32. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição, durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada:

- Pelas receitas - receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas, inclusive de construção, e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Pelos insumos adquiridos de terceiros - custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização; e,
- Pelo valor adicionado recebido de terceiros - resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

I. Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Vide Nota 10).

continua

continuação

II. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considerou premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração, a fim de verificar se seus ativos imobilizado ou intangível não estão registrados contabilmente por valor superior ao passível de ser recuperável no futuro, situação na qual foi reconhecido *impairment*, a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor novo de reposição (VNR), para geração e transmissão. Esses são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica (vide prática contábil na Nota 3.11 e movimentação das provisões efetuadas no exercício na Nota 20). A variável mais relevante foi a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, com a definição de um percentual específico para o segmento de geração, 6,33%. A taxa utilizada para a Angra 3 levou em conta características peculiares do segmento nuclear, bem como premissas de financiamento, estrutura de capital específica do projeto e beta alavancado calculado com premissas da ANEEL. O percentual utilizado foi de 5,44%.

III. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões

A Lei 12.783/2013, promulgada em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adotou, para as concessões ainda não prorrogadas, a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão. Seguindo essa premissa, para as concessões já prorrogadas, foram mantidos valores a receber do poder concedente, relacionados à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, aos investimentos realizados após o projeto básico das usinas e linhas de transmissão (modernização e melhorias) e aos ativos de geração térmica. Tais valores são objeto de homologação pela ANEEL conforme divulgado na Nota 2.1. A Companhia adotou o valor novo de reposição (VNR), como forma de mensuração do valor a ser indenizado pelo Poder Concedente, da parcela dos ativos de geração e transmissão não totalmente depreciada até o final da concessão. Para os ativos de distribuição foi definida a Base de Remuneração Regulatória - BRR para tal mensuração.

IV. Vida útil dos bens do imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (Vide Nota 16).

V. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (Vide Nota 31). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

VI. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante (tábua AT-2000), idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Vide Nota 29).

VII. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando há obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável,com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Vide Nota 30).

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia registra provisão sobre contas a receber e empréstimos concedidos que a Administração entende haver incerteza quanto ao recebimento. A PCLD dos clientes é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas e também na existência de garantias reais.

A PCLD de empréstimos concedidos é constituída com base nos valores a receber vencidos. A reversão desta PCLD é realizada uma vez que a dívida é quitada ou repactuada.

IX. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 44, a Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 44 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

X. Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Vide Nota 33).

XI. Riscos relacionados ao cumprimento ("*compliance*") de leis e regulamentos

a) Lava Jato

Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da empresa (CAE) decidiu por iniciar um procedimento investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, *Hogan Lovells US LLP*, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e *Department of Justice* (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's - *American Deposit Receipts*, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo *U.S. Securities and Exchange Act*. Dentre essas leis encontra-se a *Foreign Corrupt Practices Act* - FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação brasileira, ao Código de Ética e políticas de integridade da Eletrobras.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripyat resultaram em mandados de prisão contra ex-executivos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo *Hogan Lovells* e pela Comissão Independente . Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de *compliance*. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de *compliance* e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando encontradas quaisquer irregularidades.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras já tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão e o desligamento do contrato de trabalho. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização de tais funcionários, na esfera cível, já estando a Eletrobras em negociação com a Advocacia Geral da União quanto à propositura de eventuais ações de improbidade.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Nesta etapa foram descobertos superfaturamentos relacionados a licitações fraudulentas oriundas da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados, desde 2008, por subsidiárias e algumas das SPE não controladas pela Companhia.

No entanto, não há informações suficientes que permitam à Companhia determinar os períodos específicos em que ocorreram pagamentos em excesso. Assim, a Companhia entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores, relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo registrado o ajuste para os pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, em setembro 2016.

A Companhia não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço. Sendo assim a Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R$ 211.123 representando valores estimados pagos indevidamente em períodos anteriores, desse montante, R$ 143.957 já havia sido reconhecido como *impairment* em períodos anteriores, ocasionando a reversão dessa provisão. Houve também o reconhecimento de uma perda de R$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Achados da Investigação por empreendimento (subsidiárias Eletrobras)	Consolidado 31/12/2016
Angra 3	(141.313)
Mauá 3	(67.166)
Simplicio	(2.644)
	(211.123)

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

Balanço Patrimonial	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Ativo Imobilizado		
Custos	–	(211.123)
Provisão de *Impairment*	–	143.957
Investimentos pelo Método de Equivalência	(91.464)	(91.464)
Ativo Não Circulante	(91.464)	(158.630)
Provisão para passivo a descoberto	(67.166)	–
Passivo Não Circulante	(67.166)	–

Demonstração de resultado do período	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Achados da Investigação	–	(211.123)
Provisão de *impairment* (Provisões Operacionais)	–	143.957
Provisão para passivo a descoberto (Provisões Operacionais)	(67.166)	–
Resultados de investimentos pelo método de equivalência	(91.464)	(91.464)
	(158.630)	(158.630)

A Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediação, adotando medidas necessárias para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato, além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas.

Contudo, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório ainda estão em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de *Enforcement* da SEC e DOJ.

De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que esses procedimentos tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. Contudo, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou as tratativas para a contratação de escritório de advocacia americana para a condução da nova etapa do processo de investigação. Na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a assinatura dos instrumentos jurídicos com as autoridades americanas ("*Tooling Agreement* e *Statute of Limitation The Second Consecutive*"), estendendo o prazo prescricional para a ação de investigação. A assinatura desses documentos demonstra a cooperação e a boa-fé da Eletrobras com relação às autoridades estadunidenses, tratando com clareza e transparência todas as questões corporativas envolvidas.

Para dar continuidade à interlocução junto aos reguladores americanos e brasileiros e ao desenvolvimento dos procedimentos adicionais de investigação, a Eletrobras está realizando um processo licitatório, visando a contratação de escritório de advocacia americana.

Contudo, devido aos procedimentos licitatórios a que a Eletrobras se sujeita como integrante da Administração Pública Indireta, a contratação do escritório de advocacia americana que irá conduzir a nova etapa do processo de investigação ainda não foi concluída.

De forma a garantir a continuidade dos procedimentos de investigação enquanto não se conclui esta contratação, foi constituído um Grupo de Trabalho Transitório de Investigação, formado por integrantes da Diretoria de Conformidade, cuja função precípua é dar andamento a ações decorrentes das atividades exercidas no curso da ação investigativa realizada, sob a supervisão da CIGI.

c) Processos judiciais envolvendo a Empresa - *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de nossos empregados no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, no Distrito Sul de Nova York (SDNY). (Vide nota 30).

NOTA 5 - CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	10.290	343.613	295.549	656.505
Aplicações Financeiras	183.816	348.106	384.119	737.468
	194.106	691.719	679.668	1.393.973
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	393.520	346.874	393.520	346.874
Comercialização - Itaipu	256.192	47.082	256.192	47.082
Comercialização - PROINFA	998.380	232.785	998.380	232.785
Recursos da RGR	33.254	20.692	33.254	20.692
	1.681.346	647.433	1.681.346	647.433
	1.875.452	1.339.152	2.361.014	2.041.406

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia.

Caixa restrito - São os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às disposições regulamentares dos mesmos, não estando disponíveis para a Companhia. A variação deste saldo deve-se, principalmente, à comercialização de energia elétrica de Proinfa. Para mais informações, ver nota 7 (a).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por meio da Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, de 25 de maio de 2005, foi estabelecido que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., logo a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2016	31/12/2015
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	292.043	–
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	3.887.251	2.740.281
LTN	CEF	Após 90 dias	Pre-fixado	39.513	214.210
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	18.774	275.094
NTN- B	CEF	Após 90 dias	IPCA	14.325	–
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	36.235	188.273
Op. Compromissadas	CEF	–	–	–	36.668
TOTAL CIRCULANTE				4.288.141	3.454.526

NÃO CIRCULANTE

Títulos	31/12/2016	31/12/2015
FINOR/FINAM	876	916
PARTES BENEFICIÁRIAS	244.420	190.847
TOTAL NÃO CIRCULANTE	245.296	191.763

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2016	31/12/2015
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	SELIC	292.043	195.368
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	4.963.575	4.691.729
LTN	CEF	Após 90 dias	Pre-fixado	39.513	214.210
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	18.803	467.735
NTN- B	CEF	Após 90 dias	IPCA	14.325	–
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	95.914	191.693
Op. Compromissadas	CEF	–	–	58.356	1.082.039
Op. Compromissadas	Banco do Brasil	–	–	2.298	–
OUTROS	–	–	–	13.151	–
TOTAL CIRCULANTE				5.497.978	6.842.774

NÃO CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2016	31/12/2015
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	434	405
FINOR/FINAM	–	–	–	876	916
PARTES BENEFICIÁRIAS	–	–	–	244.420	190.847
OUTROS	–	–	–	1.505	2.822
TOTAL NÃO CIRCULANTE				247.235	194.990

6.1 - PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(408.155)	(461.728)
Valor presente	244.420	190.847

NOTA 7 - CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2016					31/12/2015
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados (b)	Total	Total
AES ELETROPAULO	30.574	–	2	–	30.576	18.072
AES SUL	28.326	–	–	–	28.326	24.294
AMPLA	24.686	131	–	–	24.817	26.661
ANDE	–	–	–	–	–	–
CEA	10.052	19.204	4.555	267.217	301.028	244.567
CEB	4.694	520	2	–	5.216	5.820
CEEE	27.147	–	–	–	27.147	29.908
CELESC	44.187	–	–	–	44.187	44.085
CELPA	43.127	1.297	7.812	11.568	63.804	66.292
CELPE	20.347	–	56	–	20.403	22.568
CEMAR	22.836	1	–	–	22.837	23.803
CEMIG	34.691	–	–	–	34.691	37.797
CESP	1.656	–	–	–	1.656	6.428
COELBA	32.561	–	58	–	32.619	36.067
COELCE	30.834	–	–	–	30.834	30.935
COPEL	79.278	–	–	–	79.278	67.248
CPFL	18.206	–	165	–	18.371	14.247
EBE	9.614	–	–	–	9.614	7.968
ELEKTRO	41.123	–	–	–	41.123	42.180
ENERGISA	30.919	2.609	76.517	–	110.045	87.498
ENERSUL	11.416	–	–	–	11.416	16.368
ESCELSA	18.783	–	60	–	18.843	17.517
LIGHT	51.949	–	123	–	52.072	55.978
PIRATININGA	2.451	–	54	–	2.505	3.269
RGE	27.626	7	–	–	27.633	27.096
Rolagem da Dívida (b)	–	–	–	23.601	23.601	22.840
Comercialização CCEE	147.128	120.601	232.006	–	499.735	439.478
Uso da Rede Elétrica	229.646	2.177	31.983	–	263.806	251.341
PROINFA (a)	281.658	14.954	58.418	–	355.030	379.214
Consumidor Residencial	378.900	318.257	131.411	155.983	984.551	814.377
Consumidor Industrial	181.646	43.538	254.142	108.357	587.683	638.646
Consumidor Rural	23.050	20.656	13.961	12.773	70.440	104.625
Comércio, serviços e outras atividades	202.576	85.632	68.572	78.504	435.284	414.529
Poder público	113.149	87.934	146.741	102.681	450.505	495.686
Outros	932.202	37.949	150.150	34.150	1.154.451	909.544
(–) PCLD (c)	(79.422)	(76.501)	(874.341)	(431.585)	(1.461.849)	(1.289.445)
	3.057.616	678.966	302.447	363.249	4.402.278	4.137.501
NÃO CIRCULANTE						
CEB	–	–	14.111	–	14.111	14.111
CELPA	368	–	–	–	368	19.317
Comercialização na CCEE	–	–	293.560	–	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	–	–	6.276	–	6.276	6.276
PROINFA (a)	–	–	–	76.441	76.441	125.383
Rolagem da Divida (b)	–	–	–	568.635	568.635	489.556
Poder público	–	–	–	582.501	582.501	290.965
Consumidor Residencial	–	–	–	79.251	79.251	50.220
Consumidor Industrial	–	–	–	48.039	48.039	49.584
Consumidor Rural	–	–	–	5.921	5.921	65.673
Comércio, serviços e outras atividades	–	–	–	88.649	88.649	175.812
Outros	–	–	–	749.090	749.090	683.203
(–) PCLD (c)	–	–	(313.947)	(119.870)	(433.817)	(430.203)
	368	–	–	2.078.657	2.079.025	1.833.457
	3.057.984	678.966	302.447	2.441.906	6.481.303	5.970.958

(a) Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R$ 693.094 no exercício de 2016 (um saldo líquido negativo de R$ 355.526 em 31 de dezembro de 2015), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 431.471 do PROINFA referente à controladora (R$ 504.597 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Créditos Renegociados

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

Os créditos renegociados de rolagem da dívida são referentes a um contrato de cessão de crédito entre a União e as controladas Furnas e Eletrosul, em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993). A União assumiu, refinanciou e reescalonou a dívida em 240 parcelas, venciveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Representam R$ 592.236 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 512.396 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

O saldo da PCLD é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores	569.269	609.403
Revendedores	765.620	591.171
CEA	267.217	225.514
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	1.895.666	1.719.648

A controlada Furnas mantém registrada uma provisão, constituída em 2007, no montante de R$ 293.560. Esta provisão representa valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.659.763
(+) Constituição	832.632
(–) Reversão	(286.629)
(–) Baixa	(486.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.719.648
(+) Constituição	948.248
(–) Reversão	(337.719)
(–) Baixa	(434.511)
Saldo em 31 de Dezembro 2016	1.895.666

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
FURNAS	8,40	30.226	716.663	3.127.050		–	–	–
CHESF	18,88	–	564.151	134.569		–	–	–
ELETROSUL	10,08	126.003	90.930	2.078.736		–	–	–
ELETRONORTE	6,86	28.025	571.404	2.159.118		–	–	–
ELETRONUCLEAR	10,06	17.705	314.350	1.259.511		–	–	–
CGTEE	13,37	7.691	373.149	2.291.668		–	–	–
CEAL	14,43	1.312	35.068	1.421.549		–	–	–
CERON	13,82	1.106	24.841	939.442		–	–	–
CEPISA	13,07	98.494	218.384	1.322.857		–	–	–
ELETROACRE	14,04	394	9.463	360.653		–	–	–
BOA VISTA	13,78	6.556	108.962	–		–	–	–
AMAZONAS D	14,62	17.932	175.232	2.847.315		–	–	–
AMAZONAS GT	16,97	10.216	319.906	388.867	–	–	–	–
		339.279	3.420.097	18.440.298		–	–	–
ITAIPU	7,13	–	1.693.328	9.086.250	7,13	–	1.693.328	9.086.250
CEMIG	5,19	359	19.537	48.147	5,19	359	19.537	48.147
COPEL	5,03	255	14.187	36.398	5,03	255	14.187	36.398
CEEE	5,00	140	4.465	19.763	5,00	140	4.465	19.763
AES ELETROPAULO	5,00	10064	339.278	10.561	–	5,00	339.278	10.561
CELPE	0,00	0	–	0	0,00	–	–	–
ENERGISA - MT	9,62	2.255	94.468	168.000	9,62	2.255	94.468	168.000
ENERGISA - TO	11,31	879	30.047	59.486	11,31	879	30.047	59.486
ENERGISA - MS	5,22	161	11.341	18.510	5,22	161	11.341	18.510
CELPA	5,00	70.777	291.809	266.757	5,00	70.777	291.809	266.757
CEMAR	1,74	843	53.531	163.303	1,74	843	53.531	163.303
CESP	5,09	92	5.569	9.904	5,09	92	5.569	9.904
COELCE	5,00	191	9.860	28.337	5,00	191	9.860	28.337
COSERN	5,00	13	1.874	769	5,00	13	1.874	769
COELBA	5,00	423	22.788	61.749	5,00	423	22.788	61.749
CER	0,00	–	–	–	–	–		
ESCELSA	5,00	147	10.833	18.626	5,00	147	10.833	18.626
GLOBAL	5,00	106.275	44.100	–	5,00	106.275	44.100	–
CELESC DISTRIB.	5,00	327	27.435	30.973	5,00	327	27.435	30.973
OUTRAS		83.337	331.391	140.572		83.340	332.788	141.334
(–) PCLD		(184.080)	(74.258)	–		(184.080)	(74.258)	–
		421.671	2.602.866	10.157.544		421.675	2.604.263	10.158.306
		760.950	6.022.963	28.597.843		421.675	2.604.263	10.158.306

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

	31/12/2015							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
FURNAS	7,76	29.346	428.005	3.590.369	–	–	–	–
CHESF	5,02	174	13.602	17.188	–	–	–	–
ELETROSUL	9,53	35.971	147.653	1.957.886	–	–	–	–
ELETRONORTE	6,02	26.260	373.823	2.619.958	–	–	–	–
ELETRONUCLEAR	9,21	11.317	165.647	1.423.301	–	–	–	–
CGTEE	11,67	24.473	319.222	2.074.115	–	–	–	–
CEAL	13,78	2.622	307.221	856.905	–	–	–	–
CERON	13,09	1.092	131.367	607.023	–	–	–	–
CEPISA	12,28	26.855	543.082	654.379	–	–	–	–
ELETROACRE	12,97	–	80.467	202.548	–	–	–	–
BOA VISTA	12,11	177	17.194	37.048	–	–	–	–
AMAZONAS D	13,29	–	141.777	1.185.390	–	–	–	–
AMAZONAS GT	15,20	–	812.873	656.214	–	–	–	–
		158.287	3.481.933	15.882.324		–	–	–
ITAIPU	7,11	–	1.894.766	12.907.368	7,11	–	1.894.766	12.907.368
CEMIG	5,09	973	54.104	134.907	5,09	973	54.104	134.907
COPEL	6,39	471	35.102	50.744	6,39	471	35.102	50.744
CEEE	5,00	199	9.320	23.884	5,00	199	9.320	23.884
AES ELETROPAULO	10,00	338.017	10.561	–	10,00	338.017	10.561	–
CELPE	5,00	69	8.395	5.199	5,00	69	8.395	5.199
CELG	8,12	1.249	188.502	51.048	8,12	1.249	188.502	51.048
ENERGISA - MT	9,19	2.549	52.942	255.206	9,19	2.549	52.942	255.206
ENERGISA - TO	10,58	998	20.031	87.231	10,58	998	20.031	87.231
ENERGISA - MS	5,21	222	12.426	28.968	5,21	222	12.426	28.968
CELPA	5,00	70.479	248.059	274.415	5,00	70.479	248.059	274.415
CEMAR	2,12	1.080	69.842	205.017	2,12	1.080	69.842	205.017
CESP	5,09	123	5.569	15.056	5,09	123	5.569	15.056
COELCE	5,00	237	10.769	36.678	5,00	237	10.769	36.678
COSERN	5,00	23	2.161	2.499	5,00	23	2.161	2.499
COELBA	5,00	533	23.833	82.762	5,00	533	23.833	82.762
ESCELSA	5,00	206	12.593	28.609	5,00	206	12.593	28.609
GLOBAL	5,00	94.327	44.100	–	5,00	94.327	44.100	–
CELESC DISTRIB.	5,00	593	36.529	56.696	5,00	593	36.529	56.696
OUTRAS		70.840	98.983	149.186		70.852	105.470	154.108
(–) PCLD		(163.607)	(77.440)	–		(163.607)	(77.440)	–
		419.581	2.761.147	14.395.473		419.593	2.767.633	14.400.394
		577.868	6.243.080	30.277.797		419.593	2.767.633	14.400.394

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Da totalidade dos empréstimos concedidos pela Eletrobras, em 31 de dezembro de 2016, R$ 4.908.816 (R$ 4.582.081 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a repasses do fundo setorial RGR, incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 9,82% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos na controladora, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 32% do total da carteira (42% em 31 de dezembro de 2015). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 68% do saldo da carteira (58% em 31 de dezembro de 2015).

Os valores de mercado desses ativos são próximos aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação ao valor de mercado.

A redução no saldo de recebíveis de empréstimos no exercício deve-se, principalmente, à variação cambial apurada sobre os empréstimos concedidos à Itaipu, decorrente da desvalorização do dólar frente ao real quando comparadas as cotações de fechamento de dezembro de 2016 e dezembro de 2015. O dólar variou negativamente em cerca de 18%.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Controladora	6.223.907	5.060.971	4.989.558	4.381.207	2.861.702	5.080.499	28.597.843
Consolidado	2.136.483	2.185.507	2.192.415	2.295.718	1.059.144	289.039	10.158.306

Mais informações sobre o detalhamento dos saldos acima apresentados estão evidenciadas na nota explicativa 46, partes relacionadas.

8.1 - AES Eletropaulo/CTEEP - Ação Judicial

A Companhia possui recebíveis junto à Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. vinculados a um processo judicial em andamento entre a AES Eletropaulo e CTEEP.

Em 18 de setembro de 2015, foi publicado laudo parcial no âmbito do processo que move em face da Companhia Eletropaulo, informando que a Eletropaulo é a responsável pelo pagamento dos valores devidos decorrentes de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos junto à Eletrobras e não a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP").

Com isso, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 2.656.542 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.382.255 em 31 de dezembro de 2015), sendo R$ 349.839 (R$ 348.578 em 31 de dezembro de 2015) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia. O reconhecimento final do crédito integral deverá ocorrer quando o mesmo atingir a condição de praticamente certo.

8.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 258.338 (R$ 241.047 em 31 de dezembro de 2015) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Na composição da provisão encontram-se os créditos junto à Celpa, controlada pela Equatorial Energia, no montante de R$ 11.001, em 31 de dezembro de 2016 (R$ 14.194, em 31 de dezembro de 2015). Tal provisão foi considerada necessária, considerando o processo de recuperação judicial da Celpa.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	225.293
(+) Complemento	19.367
(–) Reversões	(3.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	241.047
(+) Complemento	20.521
(–) Reversões	(3.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	258.338

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Vide Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são levados às perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Furnas	298.680	–	–	–
Eletronorte	18	10.016	–	–
CGTEE	83.273	73.035	–	–
Eletrosul	89.755	37.024	–	–
Eletropar	7.085	1.046	–	–
Lajeado Energia	50.009	76.325	50.009	76.325
CEMAR	25.506	22.911	25.506	22.911
CTEEP	48.634	20	48.634	20
Goiás Transmissão	–	–	17.936	23.857
STN - Sist. de Transm. Nordeste S.A.	–	–	8.974	–
Transenergia Renovável	–	–	14.762	13.979
MGE Transmissão	–	–	6.547	11.447
Manaus Construtora	–	–	9.178	9.178
Serra do Facão	–	–	–	9.154
Transenergia São Paulo	–	–	2.557	4.275
ETAU	–	–	5.616	257
Baguari	–	–	–	2.462
Transudeste	–	–	1.256	1.033
Uirapuru	–	–	2.507	2.288
IE Madeira	–	–	30.630	27.589
Transirape	–	–	678	678
Enerpeixe	–	–	26.446	34.686
Chapecoense	–	–	24.625	22.288
EAPSA	–	–	4.743	2.181
Outros	15.606	35.092	37.851	44.752
	618.566	255.468	318.455	309.360

NOTA 10 - TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	603.648	373.962	886.598	574.083
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	70.593	–	119.057	58.349
ICMS a recuperar	–	–	48.368	40.538
Outros	–	–	31.497	43.681
	674.241	373.962	1.085.520	716.651
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar (a)	–	–	1.217.268	1.724.692
PIS/COFINS a recuperar (a)	–	–	469.764	877.386
Outros	–	–	18.382	21.108
	–	–	1.705.414	2.623.186

(a) ICMS, PIS/PASEP e COFINS a recuperar

A Companhia mantém registrado no ativo não circulante um montante de R$ 1.687.032 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.602.078 em 31 de dezembro de 2015) referente à PIS, COFINS e ICMS a recuperar. Desse montante, R$ 1.197.990 (R$ 2.150.827 em 31 de dezembro de 2015) se refere a impostos e contribuições sobre aquisição de combustível da controlada Amazonas.

De acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de mesmo valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento (vide Nota 11).

(b) Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

10.2- Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	769.541	928.743	1.086.367	1.475.598
Ativo não circulante:				
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.488.158	1.645.382	1.488.158	1.645.382
IRPJ/CSLL Diferidos	–	–	839.708	1.422.209
	1.488.158	1.645.382	2.327.866	3.067.591
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	320.560	733.289	8.305.606	1.003.796

10.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Eletronorte	2.203.754	(1.364.046)	839.708	1.529.640	(219.692)	1.309.948
	2.203.754	(1.364.046)	839.708	1.529.640	(219.692)	1.309.948
Eletrosul	649.997	(963.106)	(313.109)	457.629	(345.368)	112.261
Eletrobras	–	(320.560)	(320.560)	–	(733.289)	(733.289)
Furnas	680.613	(5.284.897)	(4.604.284)	258.709	(453.084)	(194.375)
Chesf	202.252	(3.254.553)	(3.052.301)	–	(65.070)	(65.070)
Eletropar	–	(15.352)	(15.352)	–	(11.062)	(11.062)
	1.532.862	(9.838.468)	(8.305.606)	716.338	(1.607.873)	(891.535)

continua

continuação

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos diferidos ativos:				
Provisão para Contingências	–	–	128.391	68.066
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	–	–	119.327	56.047
Provisões Operacionais	–	–	429.504	407.319
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	–		239.679	–
Provisão para não realização de créditos tributários	–	–	205.239	–
Créd. Tributário s/ Prejuizo Fiscal e Base Negativa (a)	–	–	2.394.400	1.607.466
Outros	–	–	220.076	107.080
Total Ativo	–	–	3.736.616	2.245.978
Impostos diferidos passivos:				
Variação Cambial Ativa	–	416.810	–	416.810
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	320.560	316.479	320.560	316.479
Depreciação acelerada	–	–	113.793	81.255
Receita de atual. créditos energia renegociados	–	–	259.183	221.871
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	–	–	205.285	488.425
Remuneração de Rede Básica de Sistemas Existentes	–	–	9.726.549	–
Outros	–	–	577.144	302.725
Total Passivo	320.560	733.289	11.202.514	1.827.565

(a) A controlada Eletronorte reconheceu no exercício de 2016 o montante de R$ 680.028 referente aos ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A controlada obteve condições para reconhecimento de tais ativos com base no histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que permitem tal constituição, bem como devido a existência de passivos fiscais diferidos e efeitos da atualização da indenização da RBSE.

10.4 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos diferidos				
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:				
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(47.097)	38.502	(56.393)	37.228
Remensuração de planos de benefícios definidos				
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	–	–	9.296	1.274
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(47.097)	38.502	(47.097)	38.502

NOTA 11 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Direitos de ressarcimento		
ATIVO CIRCULANTE		
CCC (a)	1.977.183	2.118.184
Provisão ANEEL - CCC (b)	(741.624)	–
Reembolso CDE (c)	347.876	147.058
Remuneração setor elétrico (d)	74.527	–
	1.657.962	2.265.242
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (a)	9.871.342	8.238.140
Parcela do Transporte do Gás (a.1)	(2.364.318)	–
	7.507.024	8.238.140
Obrigações de ressarcimento		
PASSIVO CIRCULANTE		
CCC (a)	129.403	19.423
PROINFA	292.146	299.632
Reembolso CDE (c)	45.373	77.153
Remuneração setor elétrico (d)	700.581	–
	1.167.503	396.208
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (a)	1.516.313	2.483.378
	1.516.313	2.483.378

a) Conta de consumo de combustível (CCC)

O fundo, criado pela Lei nº 5.899/1973, tinha originalmente como finalidade ratear os custos com os combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica nos Sistemas Interligados. Desde 1992, o mecanismo de rateio de custos com combustíveis foi estendido aos sistemas não integrados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), chamados de Sistemas Isolados, localizados em sua maior parte na região Norte do Brasil. Por meio da Lei nº 9.648/1998, a CCC passou a considerar também os custos com os empreendimentos que promovam a economicidade atual ou futura para o fundo, conhecidos como sub-rogações. Além disso, essa lei determinou a descontinuidade, ao final de 2005, da cobertura para os Sistemas Interligados.

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

- contratação de energia e de potência associada;
- geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- encargos e impostos;
- investimentos realizados; e
- À aquisição de combustíveis.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

A conta de consumo de combustível refere-se aos valores a receber e recebidos da CCC nos respectivos períodos. A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, apresenta um valor a receber de R$ 11.848.525 (R$ 10.356.324 em 31 de dezembro de 2015) e um passivo de R$ 1.645.716 (R$ 2.502.801 em 31 de dezembro de 2015) de obrigações de ressarcimento.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, não existe mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a continuação da viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

a.1) Contrato de Fornecimento de Gás (CIGÁS Amazonas D) - Diferença de Preço da Parcela do Transporte do Gás

O Contrato de Gás prevê para a parcela de transporte a modalidade "*open book*", esse tipo de contrato, como nome diz: "livro aberto", caracteriza-se pelo reembolso dos custos diretos e indiretos da contratada e a remuneração pelo investimento se dá através de uma taxa fixa a ser aplicada sobre o total dos custos comprovadamente incorridos.

Nesse contexto, após a consolidação de todos os investimentos, os gastos com a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus deveriam ser apurados pelo Comitê de Revisão da Parcela de Transporte e repassado para a parcela de transporte. As variáveis que compunham o preço da parcela de transporte não estavam devidamente consolidadas entre as partes do Comitê, dentre as quais estão incluídos a comprovação de todos os investimentos na construção do gasoduto, taxa de retorno do investimento, aluguel do GLP-Duto Urucu. Diante disso praticava-se um valor médio entre os dois valores apresentados por cada empresa que compunham o Comitê para a parcela de transporte.

Diante da controvérsia, a ANEEL por sua vez, em função do repasse dos custos do contrato de gás ao fundo CCC, passou a deliberar sobre essa questão no processo nº 48500.000289/2014-66.

Em 15 de dezembro de 2015, mediante a Resolução Homologatória nº 2.005/2015, a ANEEL homologou o preço da parcela do transporte referente ao gás natural, no valor de 11,4867 R$/MMBtu (*) (base dez/2009), a decisão, no entanto recebeu recurso da Petrobras e da ABRACE.

A Agência Nacional de Petróleo - ANP em 14 de junho de 2016, mediante o Despacho nº 643, retificou a tarifa anteriormente calculada, aprovou e homologou a tarifa aplicável no valor de 12,0371 R$/MMBtu (base dez/2009) a qual permite a remuneração de todos os investimentos, custos e despesas atribuíveis à prestação do serviço de transporte duto viário de gás. Ressalte-se que a ANP aparece neste contexto impulsionada pela ANEEL.

Assim, a questão de definição de uma tarifa para o transporte de gás ficou regulada em 18 de outubro de 2016, mediante a Resolução Homologatória nº 2.159/2016, a ANEEL, que fixou o limite, para fins de reembolso pela CCC da parcela transporte do contrato de gás natural entre a Amazonas D e a Cigás, em 12,0371 R$/MMBtu (base dez/2009) (sem impostos), o qual deverá ser aplicado, com as devidas correções, desde o início do faturamento do referido contrato.

A Resolução Homologatória 2.159/2016 ao retroagir ao início do fornecimento do contrato com a nova tarifa de transporte aprovada, determina à Eletrobras, na função de administradora da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, que faça a contabilização dos valores reembolsados acima do preço definido e informe o resultado à ANEEL, no prazo de 60 dias, findo em dezembro de 2016. O valor envolvido nessa questão é de R$ 2,1 bilhões.

O contrato na cláusula 8.1.2.1.9.2 "b" e cláusula 10.8 trata da possibilidade de caso o valor praticado provisoriamente for superior ao definido final, a Cigás deverá devolver para a Amazonas Energia o valor pago a maior devidamente acrescido dos encargos moratórios.

A Companhia amparada com parecer jurídico nº 204/2016 emitido pelos seus consultores jurídicos externos, entende que em contrapartida ao direito de ressarcimento junto ao fundo CCC de R$ 2.364.318 haverá o direito de reembolso junto à Petrobras em igual valor reconhecido na rubrica de fornecedores (nota 20).

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

b) Provisão ANEEL - CCC

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e, assim fazendo, suspendeu o repasse de valores que foram previstos nas repactuações estabelecidas pelas Portarias Interministeriais MME/MF números 652/2014 e 372/2015 (denominados "1º e 2º CCD") entre as distribuidoras Amazonas D, Ceron, Eletroacre e Boa Vista (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como garantias os recebíveis da CCC, e garantia fidejussória de sua controladora, a Eletrobras.

As distribuidoras são credoras da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - especialmente após 2009, segundo o regime da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, uma vez que são responsáveis pelo atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Isolado.

A partir da Lei 12.783/2013, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ficou responsável por prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Entretanto, deixaram de ser repassados para as distribuidoras recursos suficientes para a cobertura dos subsídios previstos na Lei nº 12.111/2009. Como consequência, as distribuidoras não tiveram condições de efetuar os pagamentos aos seus fornecedores, em especial aqueles responsáveis pelo fornecimento de combustível para a geração de energia do Sistema Isolado.

Para equacionar as dívidas que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) possuía com as distribuidoras, foram adotadas providências normativas e estruturais, como a edição do Decreto nº 8.370 (por meio do qual se alterou o art. 36, §§ 1º a 4º do Decreto nº 4.541, de 23.12.2002) e das Portarias Interministeriais do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Fazenda nºs 652, de 10 de dezembro de 2014 e 372, de 04 de agosto de 2015, para permitir que fossem repactuados os referidos créditos devidos às distribuidoras, de forma parcelada e compatível com as condições orçamentárias da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Parte desses créditos servem de lastro para o pagamento das dívidas com fornecedores de combustível que foram repactuadas pelas distribuidoras, em 2014 e 2015, observando o fluxo de pagamento das Portarias Interministeriais MME/MF acima mencionadas.

Em 2014, foram celebradas as repactuações entre as distribuidoras e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), estabelecidas pela Portaria Interministerial MME/MF número 652/2014. As repactuações entre as distribuidoras e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), autorizada pela Portaria Interministerial MME/MF número 372/2014, até 31 de dezembro de 2016, ainda não haviam sido assinadas.

O orçamento aprovado pela ANEEL, para o ano de 2017, além de reduzir a previsão dos gastos correntes com a CCC/CDE, não contemplou parte dos valores que foram objeto de repactuações estabelecidas pelas Portarias Interministeriais números 652/2014 e 372/2015.

As distribuidoras afetadas ingressaram com pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, contra a Resolução Homologatória nº 2.202.

Em 24 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu o Despacho nº 582, não concedendo o efeito suspensivo interposto pelas distribuidoras da Companhia, devendo ser o assunto revisto pela Diretoria da ANEEL.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Estado de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 81, estabelecendo a programação da utilização de recursos da CDE, para o orçamento do ano de 2017, para pagamento de montante equivalente às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relativas repactuações celebradas entre as distribuidoras e o Fundo Setorial até 31 de dezembro de 2016 entre as distribuidoras e a CDE/CCC, que são, portanto, aqueles englobados pela Portaria Interministerial MME/MF número 652/2014.

Em 7 de março de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL alterou a Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, a qual aprovava o orçamento anual da CDE/CCC para o ano de 2017, incluindo no orçamento atual as parcelas relativas ao CCD.

Dessa forma, o orçamento de 2017 da Conta CDE/CCC definido na Resolução Homologatória nº 2.204 permaneceu com a redução dos recursos destinados a Conta CDE/CCC referente ao ano de 2017, porém houve a previsão da liberação dos recursos equivalentes às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relacionadas ao 1º e 2º CCD.

A Companhia acredita que os recursos que foram objetos de glosa pela ANEEL permanecerão nessa situação até que a fiscalização do reprocessamento da conta CCC, no período estimado entre julho de 2009 a junho de 2016, seja concluída pela ANEEL.

Com base nos eventos descritos acima, a Companhia reconheceu uma provisão referente ao custo de captação para fazer face a frustração financeira dos montantes que não foram objeto do orçamento, conforme descrito abaixo:

1) parcelas vencidas dos recursos previstos na Portaria MME/MF 652/2014 vencidas até a data de 31 de dezembro de 2016;
2) parcelas de 2017 previstas na Portaria MME/MF 372/2015 que ainda não havia sido repactuado com o Fundo CDE/CCC;
3) montante referente ao orçamento corrente de 2017 que a Companhia estima não receber pelo fato da ANEEL ter realizado corte no orçamento;
4) recursos relacionados às operações de compra e venda de energia com a Termonorte II repactuados entre as controladas Eletronorte e ED Rondônia.

O montante da provisão foi calculado com base nos custos de captação que seriam incorridos pela Companhia caso a mesma necessite captar no mercado os recursos acima relacionados que não serão objeto de reembolso pelo Fundo CCC no ano de 2017. A taxa de juros utilizada como premissa nessa estimativa foi CDI (13,63%) + 5,54% a.a.

Dessa forma, a Companhia em 31 de dezembro de 2016, reconheceu uma provisão no montante de R$ 741.624 na rubrica de direitos de ressarcimento - CCC.

c) Reembolso CDE

A Lei 12.783/13, o Decreto 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS - Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica comprada para revenda (Nota 41) em contrapartida a direitos de ressarcimento - Reembolso CDE/CCEE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

d) Remuneração Setor Elétrico - RBNI (Rede Básica de Novos Investimentos)

Em 13 de janeiro de 2017, através do despacho nº 084/2017, a ANEEL determinou que a Eletrobras, na qualidade de gestora, devolva para a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Reserva Global de Reversão ("RGR") o montante histórico de R$ 604.239 foi atualizado pelos índices de correção dispostos na Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, desde a data em que estes pagamentos foram realizados até a data da efetiva devolução aos citados fundos setoriais. Sendo o valor atual de R$ 700.581.

A devolução do montante deverá ser realizada em 6 parcelas mensais iguais, devidamente atualizadas até a data do efetivo pagamento, a partir de 1º de julho de 2017.

A Eletrobras efetuará cobrança dos valores devidos pelas concessionárias que receberam a maior, inclusive das suas controladas, de forma a efetuar a devolução dos recursos para a CDE e RGR, nos termos do despacho ANEEL 084.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		
Elementos prontos	455.737	402.453
	455.737	402.453
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	523.501	441.223
Concentrado de urânio	50.965	7.723
Em curso - combustível nuclear	100.803	129.479
	675.269	578.425
	1.131.006	980.878

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear - estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado - PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Controladas:				
Furnas	49.772	43.649	–	–
CGTEE	483.858	120.505	–	–
ED Alagoas	159.155	8.307	–	–
ED Roraima	80.089	–	–	–
ED Piauí	295.402	–	–	–
ED Acre	69.462	12.787	–	–
Amazonas D	117.446	–	–	–
SPEs:				
Energia Sustentável do Brasil	–	–	535.200	141.400
Chuí Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	431.913	431.913
Livramento Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	220.027	173.860
Companhia Energética Sinop	–	–	–	73.500
TDG Transmissora Delmiro Gouveia	–	–	101.000	101.000
TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia	–	–	87.394	84.847
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	–	–	67.130	–
Santa Vitória do Palmar Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	37.946	36.492
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.	–	–	–	34.300
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	–	–	16.144	14.155
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	43.099	66.892
Chapada do Piauí Ii Holding S.A.	–	–	35.213	–
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	–	–	9.442	25.005
	1.255.184	185.248	1.584.508	1.183.364
Outros investimentos	–	4.245	33.408	32.168
	1.255.184	189.493	1.617.916	1.215.532

NOTA 14 - RISCO HIDROLÓGICO

Nos anos de 2014 e 2015 o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou *Generation Scaling Factor* - GSF.

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos.

A Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, dentre outras questões estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. De acordo com o disposto no art. 1º da norma, o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia elétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a SFF (Secretaria de Fiscalização Financeira da ANEEL) entende que as empresas interessadas na repactuação possuem condições plenas de quantificarem os montantes de energia elegíveis, tanto para o ACR quanto para o ACL. Destaca-se que não só as informações dos montantes são de conhecimento da empresa, mas como a decisão pela repactuação é de seus administradores, e ao Órgão Regulador caberia apenas homologar os valores. Uma vez que as informações fornecidas pelas empresas aderentes à repactuação estejam consistentes às premissas estabelecidas na legislação, não haveria discricionariedade por parte do regulador quanto à homologação da repactuação. O GSF foi recalculado, resultando em um montante que será compensando com os prêmios de risco calculados pelas controladas que optaram por aderir à repactuação - Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT.

A composição dos valores contabilizados em decorrência da repactuação do risco hidrológico, referente aos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
UHE Tucuruí	195.840	312.414
UHE Serra da Mesa	154.449	189.367
UHE Mascarenhas de Moraes	63.186	79.076
UHE Itumbiara	42.680	67.487
UHE Simplício	42.289	54.371
UHE Batalha	20.175	13.813
UHE Balbina	13.262	24.928
UHE Mauá	13.839	14.968
UHE Manso	10.743	25.939
UHE Passo São João	5.471	5.918
UHE São Domingos	5.277	5.709
	567.212	793.991
Total do Ativo Circulante	109.535	195.830
Total do Ativo Não Circulante	457.677	598.161
TOTAL	567.212	793.991

NOTA 15 - INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	19.165.618	10.171.122	–	–
Chesf	12.529.022	8.811.169	–	–
Eletrosul	5.394.615	4.385.308	–	–
Eletronorte	15.351.617	11.912.412	–	–
Eletropar	157.900	120.338	–	–
	52.598.772	35.400.349	–	–
b) Coligadas				
CEEE-GT	676.332	448.274	676.332	448.274
EMAE	282.091	296.828	292.355	307.195
CTEEP	2.543.906	924.185	2.592.701	942.732
CEMAR	729.888	653.419	729.888	653.419
Lajeado Energia	218.262	219.173	218.262	219.173
CEB Lajeado	72.989	80.353	72.989	80.353
Paulista Lajeado	26.143	23.507	26.143	23.507
Energisa MT	394.774	385.318	394.774	385.318
Energética Águas da Pedra S.A.	–	–	216.294	208.795
	4.944.385	3.031.057	5.219.738	3.268.766
c) Controlada em conjunto				
Inambari	56	115	101	115
Mangue Seco II	17.934	16.889	17.934	16.889
CHC *	–	98.514	–	98.513
Norte Energia (Belo Monte)	1.600.637	1.039.632	5.358.861	3.469.789
Rouar	97.157	111.775	97.157	111.775
Madeira Energia S.A. (MESA)	–	–	2.503.260	2.896.068
ESBR Participações S.A.	–	–	3.331.923	2.807.626
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	–	–	1.090.107	912.098
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	–	–	975.886	887.528
Manaus Transmissora de Energia S.A.	–	–	650.961	621.873
Enerpeixe S.A.	–	–	375.174	561.282
Teles Pires Participações	–	–	799.926	662.564
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	–	–	493.555	415.501
Belo Monte Transmissora de Energia	–	–	1.069.359	391.058
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	–	–	360.072	318.972
Mata de Santa Genebra	–	–	230.685	30.336
Goiás Transmissão S.A.	–	–	170.313	190.245
Companhia Energética Sinop S.A.	–	–	430.751	179.052
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	–	–	202.898	176.941
Integração Transmissora de Energia S.A.	–	–	201.033	175.572
Transnorte Energia S.A.	–	–	148.748	148.373
Chapada Piauí II Holding S.A.	–	–	117.701	142.187
MGE Transmissão S.A.	–	–	111.344	136.755
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	–	–	277.474	270.252
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	–	–	153.390	128.418
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	–	–	127.229	121.774
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	–	–	127.338	120.873
Chapada Piauí I Holding S.A.	–	–	104.060	109.497
Empresa de Energia São Manoel	–	–	418.460	103.314
Paranaíba	–	–	147.656	100.726
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	–	–	94.614	97.374
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	–	–	106.480	97.154
Triângulo Mineiro Transmissora	–	–	128.765	82.555
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	–	–	140.280	134.739
Outros	162.957	195.241	1.287.595	1.280.582
	1.878.741	1.462.166	21.851.090	17.998.370
SUBTOTAL	59.421.898	39.893.572	27.070.828	21.267.136
Provisão para perdas em investimentos	(56)	(98.628)	(1.897.217)	(489.866)
TOTAL	59.421.842	39.794.944	25.173.611	20.777.270

(*) Em 22 de julho de 2016, a Companhia vendeu a totalidade de suas ações da Centrales Hidrelectricas de Centroamerica ("CHC"), correspondente a 50% do capital social da investida.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos mantidos a valor justo				
AES Tietê	437.197	437.532	437.197	437.532
Coelce	251.938	196.429	251.938	196.429
Energisa S.A.	148.661	124.104	148.661	124.104
Cesp	129.096	87.023	129.096	87.023
Celpa	48.895	42.379	48.895	42.379
Celesc	65.920	41.513	65.920	41.513
CELPE	21.688	28.859	21.688	28.859
COPEL	29.207	24.492	29.207	24.492
CGEEP	15.895	17.662	15.895	17.662
CEB	8.305	6.130	8.305	6.130
AES Eletropaulo	–	–	23.660	17.603
Energias do Brasil	–	–	26.229	17.888
CPFL Energia	–	–	45.431	25.861
Outros	12.133	12.020	105.801	109.785
	1.168.935	1.018.143	1.357.923	1.177.260

15.1 - Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
INAMBARI	56	115	101	115
CHC	–	98.513	–	98.513
ESBR Participações S.A.	–	–	–	15.500
Madeira Energia S.A.	–	–	93.932	97.010
Teles Pires Participações	–	–	325.388	230.823
Empresa de Energia São Manoel	–	–	71.916	47.905
Belo Monte Transmissora de Energia	–	–	362.939	–
Companhia Energética Sinop	–	–	324.250	–
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	–	–	–	–
Norte Brasil Transmissora S.A.	–	–	323.202	–
Manaus Transmissora de Energia S.A.	–	–	334.580	–
Outros	–	–	60.909	–
	56	98.628	1.897.217	489.866

15.2 - Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
CTEEP	1.034.733	962.995
CEEE-GT	34.695	34.695
	1.069.428	997.690

A Companhia efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas. Os ajustes realizados referem-se principalmente a política contábil para reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e reconhecimento das obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

15.4 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Alienação *	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA									
Furnas	10.171.122,00	–	(134.156)	–	–	–	9.128.652	–	19.165.618
Chesf	8.811.169	–	(250.684)	–	–	–	3.968.537	–	12.529.022
Eletrosul	4.385.308	–	(55.287)	–	–	(45.686)	1.110.280	–	5.394.615
Eletronorte	11.912.412	–	3.512	–	–	(70.122)	3.505.815	–	15.351.617
Eletropar	120.338	–	17.950	–	–	(10.451)	30.063	–	157.900
Mangue Seco II	16.889	–	–	–	–	(191)	1.236	–	17.934
CHC *	98.513	–	(8.713)	–	–	–	(1.969)	(87.831)	–
Norte Energia (Belo Monte)	1.039.632	–	–	600.000	–	–	(38.995)	–	1.600.637
Inambari	115	–	–	–	–	–	(59)	–	56
CEEE-GT	448.274	–	(73.004)	–	–	–	301.062	–	676.332
EMAE	296.828	–	(29.977)	–	–	3.438	11.802	–	282.091
CTEEP	924.185	–	–	56.854	(22.413)	(87.541)	1.672.821	–	2.543.906
CEMAR	653.419	–	–	–	–	(57.661)	134.130	–	729.888
Lajeado Energia	219.173	(1)	–	–	–	(59.291)	58.381	–	218.262
CEB Lajeado	80.353	–	(2)	–	–	(21.501)	14.139	–	72.989
Paulista Lajeado	23.507	–	–	–	–	(1.739)	4.375	–	26.143
Rouar	111.775	–	(18.751)	–	–	–	4.133	–	97.157
Energisa MT	385.318	–	(1.146)	–	(17.536)	(4.555)	32.694	–	394.774
Outros	195.241	–	(32.285)	–	–	–	–	–	162.956
TOTAL DE INVESTIMENTOS	39.893.571	(1)	(582.543)	656.854	(39.950)	(355.300)	19.937.096	(87.831)	59.421.897

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Alienação *	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO									
Mangue Seco II	16.889	–	–	–	–	(191)	1.236	–	17.934
CHC *	98.513	–	(8.713)	–	–	–	(1.969)	(87.831)	–
Norte Energia (Belo Monte)	3.469.789	1.399.201	–	600.000	–	–	(110.129)	–	5.358.861
Inambari	115	–	–	–	–	–	(14)	–	101
CEEE-GT	448.274	–	(73.004)	–	–	–	301.062	–	676.332
EMAE	307.195	–	(31.068)	–	–	3.211	13.017	–	292.355
CTEEP	942.732	1.116	–	56.854	(22.888)	(89.171)	1.704.057	–	2.592.701
CEMAR	653.419	–	–	–	–	(57.661)	134.130	–	729.888
Lajeado Energia	219.173	(1)	–	–	–	(59.291)	58.381	–	218.262
CEB Lajeado	80.353	–	(2)	–	–	(21.501)	14.139	–	72.989
Paulista Lajeado	23.507	–	–	–	–	(1.739)	4.375	–	26.143
Rouar	111.775	–	(18.751)	–	–	–	4.133	–	97.157
Energisa MT	385.318	–	(1.146)	–	(17.536)	(4.555)	32.694	–	394.774
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.896.068	152.100	–	–	(304.200)	–	(240.708)	–	2.503.260
ESBR Participações S.A.	2.807.626	–	–	–	–	–	524.297	–	3.331.923
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	912.098	–	–	–	–	(31.069)	209.078	–	1.090.107
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	–	–	–	–	–	88.358	–	975.886
Manaus Transmissora de Energia S.A.	621.873	–	–	–	–	(3.885)	32.973	–	650.961
Enerpeixe S.A.	561.282	–	–	–	(140.000)	(96.630)	50.522	–	375.174
Teles Pires Participações	662.564	196.982	–	–	–	–	(59.620)	–	799.926
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	415.501	–	–	–	–	(24.625)	102.679	–	493.555
Belo Monte Transmissora de Energia	391.058	667.869	–	–	–	–	10.432	–	1.069.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	735	–	–	–	(4.111)	44.476	–	360.072
Mata de Santa Genebra	30.336	207.084	–	–	–	–	(6.735)	–	230.685
Energética Águas da Pedra S.A.	208.795	–	–	–	–	(47.313)	54.812	–	216.294
Goiás Transmissão S.A.	190.245	–	–	–	–	–	(19.932)	–	170.313
Empresa de Energia São Manoel	103.314	418.987	–	–	–	–	(103.841)	–	418.460
Companhia Energética Sinop S.A.	179.052	127.489	–	127.488	–	–	(3.278)	–	430.751
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	–	–	–	–	(50.837)	76.794	–	202.898
Integração Transmissora de Energia S.A.	175.572	–	–	–	–	(6.263)	31.724	–	201.033
Transnorte Energia S.A.	148.373	–	–	–	–	–	375	–	148.748
Chapada Piauí II Holding S.A.	142.187	–	–	–	–	–	(24.486)	–	117.701
MGE Transmissão S.A.	136.755	–	–	–	–	–	(25.411)	–	111.344
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	270.252	–	–	–	–	–	7.222	–	277.474
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	128.418	–	–	–	–	(4.703)	29.675	–	153.390
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	121.774	–	–	–	–	(2.107)	7.562	–	127.229
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	–	–	–	–	(4.225)	10.690	–	127.338
Chapada Piauí I Holding S.A.	109.497	–	–	14.040	–	–	(19.477)	–	104.060
Paranaíba	100.726	24.441	–	12.250	–	–	10.239	–	147.656
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	–	–	4.551	–	–	(7.311)	–	94.614
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	–	–	–	–	–	9.326	–	106.480
Triângulo Mineiro Transmissora	82.555	29.253	–	–	–	–	16.957	–	128.765
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	134.739	–	–	–	–	–	5.541	–	140.280
Outros	1.280.582	20.689	19.903	24.386	(55.474)	(49.731)	47.240	–	1.287.595
TOTAL DE INVESTIMENTOS	21.267.136	3.245.945	(112.781)	839.569	(540.098)	(556.397)	3.015.285	(87.831)	27.070.828

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2014	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Outros	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2015
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA									
FURNAS	10.327.900	–	(86.799)	–	–	–	–	(69.979)	10.171.122
CHESF	9.483.869	–	(198.786)	–	–	–	–	(473.914)	8.811.169
ELETROSUL	5.262.369	–	(3.080)	63.976	(77)	(25.592)	–	(912.287)	4.385.308
ELETRONORTE	13.158.185	–	13.391	12.984	(68)	(1.373.222)	–	101.142	11.912.412
ELETRONUCLEAR	4.792.158	–	–	–	–	–	(358)	(4.791.800)	–
ELETROPAR	117.951	–	(969)	–	–	(1.046)	–	4.401	120.338
ED ACRE	53.100	–	–	–	–	–	–	(53.100)	–
ED RONDONIA	104.066	–	–	–	–	–	–	(104.066)	–
Celg-D	108.872	–	–	–	–	–	–	(108.872)	–
EÓLICA MANGUE SECO	16.726	–	–	–	–	–	–	163	16.889
CHC	79.081	–	33.187	–	–	–	–	(13.753)	98.514
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	802.964	–	–	245.249	–	–	–	(8.581)	1.039.632
INAMBARI	164	–	1	–	–	–	–	(50)	115
CEEE-GT	449.336	–	(16.795)	–	–	–	1.560	14.173	448.274
EMAE	265.552	–	9.362	–	–	(1.416)	–	23.330	296.828
CTEEP	927.814	–	–	–	–	(118.442)	–	114.813	924.185
CEMAR	554.817	–	–	–	–	(23.176)	–	121.778	653.419
REDE LAJEADO	206.282	–	39	–	–	(24.162)	–	37.014	219.173
CEB LAJEADO	71.723	–	11	–	–	(8.966)	–	17.586	80.353
CEEE-D	7.476	–	2.956	–	–	–	–	(10.432)	–
PAULISTA LAJEADO	18.119	–	–	–	–	925	–	4.463	23.507
ROUAR	70.044	–	34.202	–	–	–	–	7.529	111.775
ENERGISA MT	376.031	–	587	–	–	(4.218)	–	12.918	385.318
Outros	132.810	–	62.431	–	–	–	–	–	195.241
TOTAL DE INVESTIMENTOS	47.387.409	–	(150.262)	322.209	(144)	(1.579.316)	1.202	(6.087.523)	39.893.572

continua

continuação

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2014	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Outros	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2015
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO									
EÓLICA MANGUE SECO	16.726	–	–	–	–	–	–	163	16.889
CHC	79.081	–	33.187	–	–	–	–	(13.753)	98.514
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	2.676.578	245.249	–	245.249	326.671	–	–	(23.958)	3.469.789
INAMBARI	164	–	1	–	–	–	–	(50)	115
CEEE-GT	449.336	–	(16.795)	–	–	–	1.560	14.173	448.274
EMAE	275.214	–	9.271	–	–	(1.416)	–	24.126	307.195
CTEEP	946.187	–	(949)	–	–	(120.648)	–	118.142	942.732
CEMAR	554.817	–	–	–	–	(23.176)	–	121.778	653.419
REDE LAJEADO	206.282	–	39	–	–	(24.162)	–	37.014	219.173
CEB LAJEADO	71.723	–	11	–	–	(8.966)	–	17.586	80.353
CEEE-D	7.476	–	2.956	–	–	–	–	(10.432)	–
PAULISTA LAJEADO	18.119	–	–	–	–	925	–	4.463	23.507
ROUAR	70.044	–	34.202	–	–	–	–	7.529	111.775
ENERGISA MT	376.031	–	587	–	–	(4.218)	–	12.918	385.318
ESBR Participações S.A.	2.907.364	180.000	–	–	–	–	–	(279.738)	2.807.626
Empresa de Energia São Manoel	(594)	105.667	–	–	–	–	–	(1.759)	103.314
Madeira Energia S.A.	2.724.068	164.970	–	–	–	–	–	7.030	2.896.068
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	842.103	–	–	–	–	–	–	45.425	887.528
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	822.342	–	–	–	–	(27.991)	–	117.747	912.098
Enerpeixe S.A.	555.860	–	–	–	–	(62.685)	–	68.107	561.282
Belo Monte Transmissora de Energia	12.081	194.040	–	–	194.040	–	–	(9.103)	391.058
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	67.383	29.400	–	–	–	–	–	3.943	100.726
Transnorte Energia S.A.	51.656	–	–	–	106.330	–	–	(9.613)	148.373
Manaus Transmissora de Energia S.A.	547.784	17.420	–	–	26.800	(50)	–	29.919	621.873
Teles Pires Participações	496.425	252.278	–	–	–	–	–	(86.139)	662.564
Chapecoense Geração S.A.	364.522	–	–	–	–	(22.288)	–	73.267	415.501
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	275.960	16.000	–	–	–	2.660	–	(24.368)	270.252
Energética Águas da Pedra S.A.	184.632	2.450	–	–	2.450	(3.455)	–	22.718	208.795
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	181.526	116.865	–	–	–	(5.780)	–	26.361	318.972
Companhia Energética SINOP S.A.	177.772	–	–	–	–	–	–	1.280	179.052
Integração Transmissora de Energia S.A.	169.450	–	–	–	–	(19.575)	–	25.697	175.572
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	163.434	–	–	–	–	(31.968)	–	45.475	176.941
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	157.627	–	–	–	–	1.163	–	(108.567)	50.223
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	139.719	–	–	–	–	–	–	(4.980)	134.739
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	138.436	–	–	–	–	(14.757)	–	66.566	190.245
MGE TRANSMISSÃO S.A.	118.953	–	–	1.960	–	(4.634)	–	20.476	136.755
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	115.568	–	–	–	–	(4.067)	–	9.372	120.873
Retiro Baixo Energia S.A.	111.906	–	–	2.695	–	–	–	7.173	121.774
Transenergia Renovável S.A.	96.813	–	–	–	–	(7.172)	–	38.777	128.418
VAMCRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.	–	392	72.995	–	–	(523)	–	504	73.368
BAGUARI ENERGIA S.A.	85.815	–	–	–	–	(9.320)	–	6.226	82.721
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	85.368	–	–	–	–	(1.531)	–	13.317	97.154
Transenergia São Paulo S.A.	83.116	–	–	1.960	–	–	–	6.065	91.141
Outros	1.275.443	257.946	62.431	60.391	106.470	(40.229)	(151.824)	(125.551)	1.445.077
TOTAL DE INVESTIMENTOS	18.700.310	1.582.677	197.936	312.255	762.761	(433.864)	(150.264)	295.326	21.267.136

(*) Em 22 de julho de 2016, a Companhia vendeu a totalidade de suas ações da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica ("CHC"), correspondente a 50% do capital social da investida.

15.5 Informações do valor de mercado das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*) 31/12/2016	31/12/2015
CTEEP	Equivalência Patrimonial	36,05%	3.744.704	2.589.826
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	1.363.366	989.887
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	437.197	437.532
ENERGISA MT	Equivalência Patrimonial	22,01%	397.129	335.109
COELCE	Valor de mercado	7,06%	251.938	196.429
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,31%	148.661	116.497
CESP	Valor de mercado	2,05%	129.096	87.023
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	259.193	76.904
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	93.076	65.302
EMAE	Equivalência Patrimonial	40,44%	123.692	60.404
CELPA	Valor de mercado	0,99%	48.895	42.379
CELESC	Valor de mercado	10,75%	65.920	41.513
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	23.660	32.098
CPFL Energia	Valor de mercado	0,18%	45.431	25.861
CELPE	Valor de mercado	1,56%	21.688	28.859
COPEL	Valor de mercado	0,56%	29.207	24.492
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	26.229	20.357
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	15.895	17.662
CEB	Valor de mercado	2,10%	8.305	6.130
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	207	92

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

15.6. Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

		31/12/2016										
		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Norte Energia S.A.	49,98%	205.796	577.981	36.345.981	409.376	37.539.134	630.932	989.348	24.984.318	435.958	10.498.578	37.539.134
Madeira Energia S.A. (MESA)	39,00%	57.974	1.461.991	22.440.401	1.116.717	25.077.083	602.359	2.528.667	14.466	15.512.974	6.418.617	25.077.083
ESBR Participações S.A.	40,00%	74.219	560.964	22.175.679	886.818	23.697.680	340.189	906.710	10.904.779	3.216.193	8.329.809	23.697.680
Teles Pires Participações	49,44%	27.907	143.105	5.145.968	441.642	5.758.622	357.288	196.203	3.175.138	412.000	1.617.993	5.758.622
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	188.838	536.105	4.948.367	75.684	5.748.994	199.759	188.943	1.660.706	1.394.465	2.305.121	5.748.994
Belo Monte Transmissora	49,00%	216.126	11.936	4.012.330	–	4.240.392	1.730.241	297.513	–	82.518	2.130.120	4.240.392
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	52.759	302.936	3.704.987	–	4.060.682	81.504	162.467	1.133.913	691.192	1.991.606	4.060.682
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	40,00%	280.082	297.214	2.895.327	185.466	3.658.089	137.753	253.650	1.292.239	732.750	1.241.697	3.658.089
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	38.909	171.939	42.199	2.607.266	2.860.313	73.426	168.352	741.918	556.510	1.320.107	2.860.313
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	38.221	510	2.383.308	259.447	2.681.486	3.928	64.665	1.014.509	342.992	1.255.392	2.681.486
Serra do Facão Energia S.A.	49,47%	31.248	44.680	1.950.905	149.492	2.176.325	46.135	181.816	366.117	1.534.414	47.843	2.176.325
Enerpeixe S.A.	40,00%	81.402	54.031	1.571.686	55.652	1.762.771	2.299	212.062	348.332	262.143	937.935	1.762.771
Companhia Energética SINOP S.A.	49,00%	119.037	5.742	1.377.142	5.449	1.507.370	–	66.050	540.128	21.153	880.039	1.507.370
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	23.631	95.674	1.190.415	26.622	1.336.342	33.209	69.845	282.910	215.537	734.841	1.336.342
Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	27.445	18.502	883.960	392.127	1.322.034	34.224	159.296	462.236	470.946	195.332	1.322.034
Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	15.640	20.228	788.559	492.512	1.316.939	22.354	19.646	559.680	549.622	165.637	1.316.939
Paranaíba	24,50%	6.107	20.870	1.228.931	42.042	1.297.950	45.624	8.235	564.667	76.745	602.679	1.297.950
Santa Vitória do Palmar	49,00%	8.830	15.903	1.071.713	31.878	1.128.324	23.903	47.291	719.797	159.335	177.998	1.128.324
TSLE	51,00%	6.208	52.774	2.389	915.427	976.798	37.231	54.633	417.621	192.255	275.058	976.798
Mata de Santa Genebra	49,90%	13.567	11.326	859.203	36.111	920.207	481.894	25.772	–	30.246	382.295	920.207
Energética Águas da Pedra S.A.	49,00%	49.380	52.713	733.188	30.765	866.046	34.944	79.854	311.061	13.046	427.141	866.046
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	15.357	207.636	527.763	14.959	765.715	20.327	63.515	122.497	145.298	414.078	765.715
TSBE	80,00%	23.295	28.669	57	644.361	696.382	25.153	8.796	308.860	6.730	346.843	696.382
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	10.190	5.900	632.207	9.794	658.091	16.787	42.929	196.031	54.767	347.577	658.091

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

31/12/2016

		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	35.157	121.899	460.389	11.739	629.184	31.514	19.563	90.735	88.147	399.225	629.184
Chuí	49,00%	29.813	13.843	552.147	15.780	611.583	24.094	28.560	324.800	448.533	(214.404)	611.583
Vamcruz I Participações S.A.	0,00%	59.333	21.630	502.591	–	583.554	18.784	11.065	241.956	123.069	188.680	583.554
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	0,00%	12.695	7.599	511.454	–	531.748	16.069	60.117	224.145	53.972	177.445	531.748
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	615	904	496.575	4.853	502.947	17.942	9.651	138.349	79.219	257.786	502.947
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	49,00%	15.542	7.127	469.052	4	491.725	12.089	27.037	106.116	33.443	313.040	491.725
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	49,00%	19.222	10.998	363.575	13.073	406.868	13.418	11.325	107.348	11.097	263.680	406.868
CTEEP	36,05%	4.524	1.675.820	67.300	13.319.355	15.066.999	71.679	526.292	432.472	3.739.433	10.297.123	15.066.999
Lajeado Energia	47,07%	184.658	102.337	1.643.236	108.816	2.039.047	11.228	312.652	76.219	370.633	1.268.315	2.039.047

31/12/2015

		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total Ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Belo Monte Transmissora de Energia	49,00%	332.604	4.199	920.165	–	1.256.968	453.882	46.277	–	8.733	748.076	1.256.968
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71%	16.467	24.149	279.599	–	320.215	11.280	13.838	–	51.941	243.156	320.215
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	176.308	180.185	3.075.967	162.724	3.595.184	136.322	311.290	1.404.553	704.268	1.038.751	3.595.184
Companhia Energética Sinop	49,00%	53.385	3.445	844.733	2.491	904.054	328.022	56.012	–	19.609	500.411	904.054
Energética Águas da Pedra S.A.	49,00%	61.765	39.300	753.115	17.353	871.533	34.917	54.031	339.843	12.178	430.564	871.533
Enerpeixe S.A.	40,00%	82.946	76.736	1.596.186	50.194	1.806.062	–	172.744	–	230.114	1.403.204	1.806.062
ESBR Participações	40,00%	–	908.570	21.685.558	1.655.056	24.249.184	–	1.422.013	11.299.857	4.508.251	7.019.063	24.249.184
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	41.833	646.081	4.149.365	–	4.837.279	197.250	151.399	2.215.079	546.746	1.726.805	4.837.279
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	–	33.485	1.114.685	16.723	1.164.893	–	–	339.848	174.081	650.964	1.164.893
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	36.235	112.742	496.085	–	645.062	31.182	9.001	120.166	93.573	391.140	645.062
Madeira Energia S.A.	39,00%	299.963	1.308.256	22.180.387	1.182.376	24.970.982	450.779	1.700.678	14.061.238	1.507.190	7.251.097	24.970.982
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	32.198	188.813	2.376.236	9.351	2.606.598	69.707	272.606	786.943	310.270	1.167.072	2.606.598
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	51.937	265.098	3.425.883	–	3.742.918	78.941	263.100	1.171.337	426.938	1.802.602	3.742.918
Norte Energia S.A.	49,98%	489.804	442.450	29.964.727	271.620	31.168.601	–	719.033	23.280.595	229.708	6.939.265	31.168.601
Santa Vitória do Palmar	49,00%	–	31.227	1.004.762	22.957	1.058.946	–	182.126	749.633	24.692	102.495	1.058.946
Serra do Facão Energia S.A.	49,47%	31	52.441	2.044.386	99.362	2.196.220	41.126	163.051	401.137	1.499.884	91.022	2.196.220
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	–	60.313	699.181	3.866	763.360	–	–	162.093	240.162	361.105	763.360
Teles Pires Participações	49,40%	130.877	98.058	4.886.124	236.137	5.351.196	191.893	293.229	3.392.921	80.097	1.393.056	5.351.196
TSBE	80,00%	–	46.675	659.575	–	706.250	–	30.639	337.796	–	337.815	706.250
TSLE	51,00%	–	49.433	914.407	–	963.840	–	91.522	495.271	112.850	264.197	963.840
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	–	51.418	809.359	132	860.909	–	–	523.242	160.933	176.734	860.909
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	–	85.298	864.913	–	950.211	–	–	512.068	189.113	249.030	950.211
Chuí Holding S.A.	49,00%	–	65.150	609.778	12.747	687.675	–	57.429	373.979	413.628	(157.361)	687.675
Companhia Energética do Maranhão (CEMAR)	33,55%	310.893	1.963.260	2.573.627	271.559	5.119.339	253.910	711.799	1.997.641	207.715	1.948.274	5.119.339
Lajeado Energia	40,07%	161.062	92.153	48	1.445.794	1.699.057	6.483	243.394	448.216	2.616	998.348	1.699.057
CTEEP	35,37%	3.120	580.539	45.812	6.217.757	6.847.228	213.312	155.268	665.649	476.794	5.336.205	6.847.228
CEEE-GT	32,59%	38.171	454.210	555.108	1.871.335	2.918.824	29.247	298.881	282.253	826.489	1.481.954	2.918.824
Energisa MT	27,52%	192.754	1.198.769	1.909.436	1.365.792	4.666.751	170.545	918.080	1.297.616	930.884	1.349.626	4.666.751
CEEE-D	32,59%	73.961	801.912	2.165.618	274.473	3.315.964	4.954	1.346.254	474.965	1.973.387	(483.596)	3.315.964

II - Resultado

31/12/2016

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Norte Energia S.A.	654.543	25.268	(175.959)	18.640	(76.967)	(88.813)
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.802.554	146.200	(1.551.719)	(23.636)	(617.200)	(674.767)
ESBR Participações S.A.	2.386.172	73.078	(1.134.269)	(722.295)	1.310.746	(663.663)
Teles Pires Participações	713.680	36.607	(321.778)	87.812	(121.799)	(181.471)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	830.043	28.693	(233.143)	(173.345)	404.887	(5.065)
Belo Monte Transmissora	–	233.318	(136.430)	(70.868)	17.748	(144)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	461.368	10.771	(131.351)	(143.807)	161.966	(1.157)
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	799.516	43.111	(246.887)	(122.060)	242.143	(86.449)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	266.126	–	–	(52.455)	83.876	(853)
Empresa de Energia São Manoel	–	19.705	(20.069)	160.159	(310.897)	–
Serra do Facão Energia S.A.	282.673	4.402	(210.833)	28.620	(43.176)	(100.578)
Enerpeixe S.A.	309.696	6.446	(47.824)	(4.223)	126.307	(50.171)
Companhia Energética SINOP S.A.	–	–	–	2.958	(5.735)	(6.387)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	230.909	5.310	(29.010)	(60.567)	90.768	(53)
Chapada Piauí I Holding S.A.	112.103	2.089	(98.497)	(4.129)	(39.749)	(30.785)
Chapada Piauí II Holding S.A.	98.876	2.646	(94.495)	(3.695)	(49.971)	(28.621)
Paranaíba	141.956	3.456	(57.397)	(21.544)	41.792	(19.456)
Santa Vitória do Palmar	101.857	4.216	(68.349)	(4.139)	75.503	(51.020)
TSLE	103.330	3.222	(68.980)	(18.041)	10.861	(52)
Mata de Santa Genebra	69.788	13.358	(86.721)	3.365	(6.403)	(35)
Energética Águas da Pedra S.A.	220.698	–	–	(20.038)	107.265	(25.950)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	160.739	3.001	(29.561)	43.921	156.718	(47)
TSBE	56.552	4.314	(36.988)	(2.809)	9.028	(11)
Goiás Transmissão S.A.	(35.469)	2.754	(19.761)	164	(40.679)	(254)
Integração Transmissora de Energia S.A.	100.314	4.504	(13.971)	(7.035)	61.070	(25)
Chuí	56.486	6.006	(39.276)	(3.279)	(57.043)	(34.658)
Vamcruz I Participações S.A.	65.723	2.988	(23.057)	(2.788)	6.070	(19.058)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	62.690	(13)	(38.262)	(1.961)	(14.919)	(20.839)
Triângulo Mineiro Transmissora	31.551	79.398	(10.050)	(26.781)	34.605	–
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	65.994	2.086	(11.966)	(2.931)	60.560	(31)
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	63.181	1.922	(14.802)	(2.680)	17.200	(10.460)
CTEEP	7.789.240	76.684	(186.613)	(2.333.912)	4.949.334	(9.061)
Lajeado Energia	589.060	23.940	(140.539)	(63.690)	177.292	(72.837)

31/12/2015

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Belo Monte Transmissora de Energia	881.398	55.344	(53.783)	(8.599)	(18.260)	(52)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	36.641	1.623	(2.473)	(9.035)	20.099	–
Chapecoense Geração S.A.	738.792	32.149	(143.821)	(119.721)	183.166	(34.867)
Companhia Energética Sinop	–	3.362	15.052	2.491	10.119	(179)
Energética Águas da Pedra S.A.	188.908	5.194	(30.325)	(7.187)	37.489	(20.430)
Enerpeixe S.A.	435.627	8.389	(46.278)	(8.150)	170.269	(49.385)
ESBR Participações S.A.	2.412.946	13.446	(686.016)	348.386	(699.349)	(433.313)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	279.257	3.105	(25.245)	(27.667)	53.798	(26)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	610.279	25.100	(249.207)	(102.072)	240.216	(103)
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	92.484	3.701	(13.744)	(13.408)	51.267	–
Madeira Energia S.A.	2.604.869	161.751	(1.128.693)	614.983	18.026	(480.611)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	174.519	5.064	(79.158)	(29.656)	52.446	–
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	340.080	4.357	(138.058)	(63.807)	113.850	–
Norte Energia S.A.	120.653	93.444	(86.679)	23.886	(40.819)	(6.195)
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	94.618	2.061	(88.409)	(3.499)	(227.750)	(46.109)
Serra do Facão Energia S.A.	280.164	3.318	(272.574)	62.402	(135.032)	(43.587)

31/12/2015

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	159.741	3.805	(28.589)	(23.234)	92.806	(111)
Teles Pires Participações	354.316	14.978	(184.328)	57.671	(188.695)	(57.283)
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	73.863	4.407	(35.495)	(3.442)	(31.964)	(10)
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	150.922	2.077	(63.619)	495	(19.026)	–
Chapada do Piauí I Holding S.A.	44.733	265	(44.205)	(1.455)	(19.511)	(12.104)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	–	–	(4.590)	–	(4.813)	–
Chuí Holding S.A.	73.031	271	(23.104)	(2.348)	(233.111)	(18.222)
Companhia Energética do Maranhão (CEMAR)	2.738.793	388.912	(368.729)	(79.311)	363.803	(127.052)
Lajeado Energia	489.975	23.351	(67.944)	(26.879)	92.373	(28.767)
CTEEP	1.089.287	121.244	(125.566)	(85.270)	504.430	(7.776)
CEEE-GT	671.279	247.884	(195.384)	66.419	84.947	(26.445)
Energisa MT	3.483.404	255.036	(378.233)	(24.433)	45.246	(118.601)
CEEE-D	3.376.936	460.746	(532.921)	40.766	(514.244)	(58.633)

15.6.1 - Empresas de Distribuição:

(a) Celg Distribuição - Celg-D - Em 26 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias representativas do capital social da Celg-D, tornando-se controladora da Celg-D (vide Nota 43). A Celg-D, é uma sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição e foi constituída em 23 de março de 2007. A Eletrobras detém 51% do capital e a CELGPAR detém 49%.

A Celg-D detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.826.562 consumidores, abrangendo uma área de 336.871 km² (*), regulada pelo Contrato de Concessão nº 63, de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, Celg-D e o então acionista controlador.

A Celg-D teve sua concessão prorrogada conforme assinatura, em 29 de dezembro de 2015, do quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 63/2000 - ANEEL, vide Nota 2.1.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou a referida controlada como ativo mantido para venda, uma vez que a Companhia estava comprometida com a alienação do controle acionário da referida controlada, que se concretizou no leilão de Desestatização ocorrido em 30 de novembro de 2016. Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da Celg-D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, conforme cronograma estabelecido. Para maiores detalhes vide Nota 43.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

15.6.2 - Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósitos Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas.

(b) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 13 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.613 MW (*), e na atividade de transmissão o sistema é composto por 119 subestações e 20.313,3 Km (*) de linhas de alta tensão.

Em 31 de dezembro de 2015, os trâmites necessários para efetiva retirada da CTEEP na composição acionária da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. foram concluídos junto ao órgão regulador - ANEEL. Dessa forma a Controlada Chesf passou a deter 100% de participação acionária na Extremoz.

No final de 2015, a Chesf adquiriu o controle sobre a SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A., pertencente ao Complexo Eólico Pindaí III, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento. Sendo assim, a Controlada Chesf passou a deter o controle com 83,01% de participação acionária nesse empreendimento.

(c) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW (*) e 8 usinas termelétricas, com capacidade de 521,82 MW (*), perfazendo uma capacidade instalada de 9.381,87 MW (*). A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 11.617,12 Km (*) de linhas de transmissão, 56 subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN, 190,20 Km (*) de linhas de transmissão, 1 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 11.807,32 Km (*) de linhas de transmissão e 57 subestações.

continua

continuação

(d) Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS) - controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por Furnas é composto por 10 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de sociedade de propósito específica (SPE), com uma potência instalada de 16.586,26 MW (*), e 2 usinas termelétricas com 530 MW (*) de potência instalada total.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

15.6.3 - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. (Eletropar) - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades. Em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., a qual a Eletropar é agente de Furnas, Chesf e Eletronorte, deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2016, a CTEEP apurou e reconheceu contabilmente os efeitos da atualização do ativo financeiro das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente - RBSE atualizado, com impacto R$ 7.318.500 no ativo financeiro, R$ 6.503.600 na receita operacional líquida (R$ 814.900 referente PIS e COFINS diferidos), R$ 2.211.200 nas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos e R$ 4.292.400 no lucro líquido (impactos referentes à totalidade dos efeitos, na Companhia os referidos impactos são refletidos na proporção de sua participação societária).

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2016 um capital circulante líquido de R$ 950.562 (capital circulante líquido de R$ 350.275 em 31 de dezembro de 2015), o resultado determinou um patrimônio líquido de R$ 2.118.012 (R$ 1.844.970 em 31 de dezembro de 2015) e lucros acumulados de R$ 351.556 (prejuízo de R$ 392.340 em 31 de dezembro de 2015).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2016 um capital circulante líquido de R$ 127.875 (R$ 112.812 em 31 de dezembro de 2015).

g) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (Energisa MT) - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Energisa S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

h) Norte Energia S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 31 de dezembro de 2016, a investida apresentava um capital circulante líquido negativo de R$ 836.503 (R$ 359.526 em 31 de dezembro de 2015).

i) Madeira Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e que tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social votante da Madeira Energia S.A. (MESA). A investida incorreu em gastos relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2016, a investida MESA, da qual Furnas tem participação de 39% do capital social votante, apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 1.611.061 (R$ 543.238 em 31 de dezembro de 2015). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas.

Parte da situação financeira da MESA é afetada pelo reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em "Termos e Condições", o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R$ 122,00/MWh (*) para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Diretoria Executiva da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo (o acima citado direito de ressarcimento junto ao CCSA). Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R$ 1.563.637, foi reconhecida uma provisão para perda cujo valor em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 678.551, o que reflete o valor líquido esperado de recebimento de R$ 885.086 em dezembro de 2016 (R$ 830.890 em 31 de dezembro de 2015).

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que originou o referido *impairment*, a Controlada requereu, perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de sigilo, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CCI. O Tribunal Arbitral foi instaurado em janeiro de 2017.

Por meio de outro procedimento de arbitragem sigiloso iniciado em 2014 em face da MESA e junto à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM nº 048/2014), os sócios SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e Cemig Geração e Transmissão S.A. questionaram, substancialmente, parte do aumento de capital aprovado na MESA destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$ 780 milhões com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos pelo CCSA e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos.

A impugnação de parcela do supramencionado aumento de capital teve como fundamento a ausência de apuração dos valores supostamente devidos pelo CCSA e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos.

Anteriormente à instauração do procedimento arbitral, as Requerentes da arbitragem obtiveram provimento em juízo de ação cautelar preparatória, por meio da qual foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA. Em decorrência do deferimento da referida ação cautelar, foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direto das Requerentes e determinou a anulação dos atos impugnados.

Diante dessa sentença terminativa, FURNAS e as Requerentes do Procedimento Arbitral CAM nº 048/2014 , estão analisando todas as medidas a serem adotadas para a implementação da sentença favorável aos investidores.

j) ESBR Participações S.A. (ESBRP) - sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR"), detentora da concessão de uso do bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Jirau, em fase de construção no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A Companhia detém 40% do capital ESBRP. Em 31 de dezembro de 2016, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 611.716 (R$ 513.443 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 801.902 (R$ 2.112.648 em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido de R$ 8.329.809 (R$ 7.019.063 em 31 de dezembro de 2015).

k) Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira) - constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL. A linha de transmissão Porto Velho - Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014. A companhia detém 49% do capital do IE Madeira.

l) Manaus Transmissora de Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV* Oriximiná/ Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV (*) e SE Cariri 500/230kV (*).

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, as atividades operacionais iniciaram em 2013.

A Companhia detém 49,50% do capital da Manaus Transmissora de Energia S.A.

m) Teles Pires Participações S.A. - tem por objeto o investimento na Companhia Hidrelétrica Teles para a implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires. A Companhia detém 49,44% do capital da Teles Pires Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 382.479 (R$ 256.187 em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido de R$ 1.167.993 (R$ 1.393.056 em 31 de dezembro de 2015).

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

n) Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração do Sistema de Transmissão Mata de Santa Genebra, constituído por três linhas de transmissão que atravessam municípios dos Estados de São Paulo e Paraná. A Companhia detém 49,9% da Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 482.773 e patrimônio líquido de R$ 382.295.

o) Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - sociedade de propósito específico com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração a Linha de Transmissão CC Xingu/Estreito e instalações associadas que atravessam municípios dos Estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. A Companhia detém 49% da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Em 31 de dezembro de 2016, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 1.799.692 (R$ 163.356 em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido de R$ 2.130.120 (R$ 748.076 em 31 de dezembro de 2015).

p) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras. A investida apresenta em 31 de dezembro de 2016 capital circulante líquido negativo de R$ 1.040.749 (R$ 475.335 em 31 de dezembro de 2015), o resultado determinou um passivo a descoberto de R$ 1.236.010 (R$ 483.596 em 31 de dezembro de 2015) e prejuízos acumulados de R$ 2.416.289 (R$ 1.889.110 em 31 de dezembro de 2015). Sendo assim, em 31 de dezembro de 2016, o investimento nesta investida encontra-se zerado.

q) Amazonas GT. - tem como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Amazonas. A investida apresenta, em 31 de dezembro de 2016, um capital circulante líquido negativo de R$ 307.876 (R$ 517.988 em 31 de dezembro de 2015), passivo a descoberto de R$ 158.036 (patrimônio líquido de R$ 192.667 em 31 de dezembro de 2015), e prejuízo acumulado de R$ 593.456 (R$ 243.206 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a investida foi constituída como controlada da Amazonas D, decorrente do processo de desverticalização da Amazonas Energia (vide Nota 1).

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

15.6.3 - Sociedades sob Gestão

a) Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - a Companhia assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá.

A Companhia e o Governo do Estado do Amapá celebraram, em 12 de setembro de 2013, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA, os quais serão, posteriormente, substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá obteve financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

b) Companhia Energética de Roraima (CERR) - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

Conforme Despacho do Ministério de Minas e Energia - MME, de 03 de agosto de 2016, a Companhia Energética de Roraima ("CERR"), empresa sob controle do Estado de Roraima, teve indeferido seu pedido de renovação da concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica, a ela outorgada por meio da Portaria MME 920, de 5 de novembro de 2016.

Desta forma, conforme dispõe o artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei 12.783/2013, o Ministério de Minas e Energia designou a subsidiária da Eletrobras Boa Vista Energia S.A. ("Boa Vista"), como responsável pela prestação do serviço de público de distribuição de energia elétrica da área referente a então concessão da CERR, no interior do Estado de Roraima, até que haja assunção de nova concessionária em relicitação a ser realizada ou até 31 de dezembro de 2017, o que ocorrer primeiro.

Devido a não renovação da concessão da Companhia Energética de Roraima - CERR, o acordo de acionistas celebrado entre a Eletrobras e o Estado de Roraima, em 12 de setembro de 2013, para gestão compartilhada da CERR, perdeu sua vigência, em conformidade com o disposto no referido instrumento.

As obrigações contraídas pela Boa Vista na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação a ser lançado pelo Poder Concedente, não cabendo à Eletrobras ou à Boa Vista, durante o período de prestação de serviços temporários, fazer qualquer aporte de recursos na CERR, mesmo que para manutenção ou operação dos serviços de distribuição.

15.6.4 - Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo - Investimentos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo - Investimentos. Os investimentos mais relevantes com a participação da companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico e coligadas são as seguintes:

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Part.	Situação	Sede
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	Trasmissão	Chesf	49,00%	Alusa	51,00%	Em Operação	Brasil
Manaus Construtora Ltda.	Construção - Transmissão	Chesf Eletronorte	19,50% 30,00%	Abengoa	50,50%	Em Operação	Brasil
Energia Sustentável do Brasil - ESBR	Geração - UHE Jirau	Chesf Eletrosul	20,00% 20,00%	GDF Suez Energy Latin America Ltda. Mizha Participações S.A.	40,00% 20,00%	Em Operação	Brasil
Intesa - Integração Transmissora de Energia	Trasmissão	Chesf Eletronorte	12,00% 37,00%	Brasil Energia	51,00%	Em Operação	Brasil
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Trasmissão	Chesf Furnas	24,50% 24,50%	CTEEP	51,00%	Em Operação	Brasil
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Trasmissão	Chesf	49,00%	ATP Engenharia Ltda	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Norte Energia S.A.	Geração - UHE Belo Monte	Chesf Eletronorte Eletrobras	15,00% 19,98% 15,00%	Petros Outros	10,00% 39,77%	Pré-Operacional	Brasil
Empresa Transmissora do Alto Uruguai - ETAU	Trasmissão	Eletrosul	27,42%	TAESA DME Energética CEEE-GT	52,60% 10,00% 10,00%	Em Operação	Brasil
Enerpeixe S.A.	Geração - UHE Peixei Angical	Furnas	40,00%	EDP	60,00%	Em Operação	Brasil
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Abengoa	51,00%	Em Operação	Brasil
Fronteira Oeste Trasnmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	51,00%	CEEE-GT	49,00%	Em Operação	Brasil
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Bimetal Alubar Linear	26,99% 10,76% 13,25%	Em Operação	Brasil
Amapari Energia S.A.	Geração - UTE Serra do Navio	Eletronorte	49,00%	MPX Energia S.A.	51,00%	Em Operação	Brasil
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,71%	Taesa	38,70%	Em Operação	Brasil
Companhia Transudeste de Transmissão	Trasmissão	Furnas	25,00%	Alusa Cemig EATE	41,00% 24,00% 10,00%	Em Operação	Brasil
Companhia Transirapé de Transmissão	Trasmissão	Furnas	24,50%	Alusa Cemig EATE	41,00% 24,00% 10,00%	Em Operação	Brasil
Chapecoense	"Geração - UHE Foz do Chapecó	Furnas	40,00%	CPFL CEEE-GT	51,00% 9,00%	Em Operação	Uruguai
Serra do Facão Energia	Geração - UHE Serra do Facão	Furnas	49,47%	Alcoa Alumínio DME Energética Camargo Corrêa	34,97% 10,08% 5,48%	Em Operação	Brasil
Retiro Baixo	Geração - Retiro Baixo	Furnas	49,00%	Orteng Arcadis Logos	25,50% 25,50%	Em Operação	Brasil
Baguari Energia	Geração - UHE Baguari	Furnas	30,61%	Cemig	69,39%	Em Operação	Brasil
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Trasmissão	Furnas	49,00%	Cemig	51,00%	Em Operação	Brasil
Transenergia Renovável S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	GEBRAS Participações Ltda.	51,00%	Em Operação	Brasil
Vamcruz I Participações S.A.	Geração Parque Eólico	Chesf	49,00%	Outros	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Complexo Sento Sé I	Geração - EOL Pedra Branca, EOL São Pedro do Lago, EOL Sete Gameleiras	Chesf	49,00%	Brennand Energia	51,00%	Em Operação	Brasil
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Trasmissão	Chesf	49,00%	CTEEP	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Chuí Holding	Geração - Parque Eólico	Eletrosul	49,00%	Rio Bravo	51,00%	Em Operação	Brasil
Livramento	Geração - Cerro Chato IV, V, VI, Ibirapuitã	Eletrosul	59,00%	Rio Bravo	41,00%	Em Operação	Brasil
Santa Vitória do Palmar	Geração - Verace I ao X	Eletrosul	49,00%	Rio Bravo	51,00%	Em Operação	Brasil
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	80,00%	Copel	20,00%	Em Operação	Brasil
TSLE - Transmissora Sul Litorânia de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	51,00%	CEEE-GT	49,00%	Em Operação	Brasil
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	20,00%	Copel	80,00%	Em Operação	Brasil
Costa Oeste Transmissora de Energia	Trasmissão	Eletrosul	49,00%	Copel	51,00%	Em Operação	Brasil
Teles Pires Participações S.A.	Geração - UHE Teles Pires	Eletrosul Furnas	24,72% 24,70%	Neoenergia	50,60%	Em Operação	Brasil
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Alupar Mavi	46,00% 5,00%	Em Operação	Brasil
Construtora Integração	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Abengoa	51,00%	Em Operação	Brasil
Transnorte Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Alupar	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Brasvento Eolo Geradora Energia	Geração - EOL Rei dos Ventos	Eletronorte Furnas	24,50% 24,50%	J.Malucelli	51,00%	Em Operação	Brasil
Brasventos Miassaba 3 Geradora	Geração - EOL Miassaba 3	Eletronorte Furnas	24,50% 24,50%	J.Malucelli	51,00%	Pré-Operacional	Brasil

continua

continuação

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Part.	Situação	Sede
Rei dos Ventos 3 Geradora	Geração - EOL Rei dos Ventos 3	Eletronorte Furnas	24,50% 24,50%	J.Malucelli	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	State Grid Corporation of China	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Caldas Novas Transmissão	Trasmissão	Furnas	49,90%	Desenvix Santa Rita CEL	22,50% 12,50% 12,52%	Em Operação	Brasil
Goiás Trasnmissão S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	Bogotá	51,00%	Em Operação	Brasil
Madeira Energia S.A.	Geração - UHE Santo Antônio	Furnas	39,00%	Odebrecht Energia SAAG Investimentos S.A. Cemig Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	18,60% 12,40% 10,00% 20,00%	Em Operação	Brasil
MGE - Transmissão	Trasmissão	Furnas	49,00%	Gebbras Participações Ltda	51,00%	Em Operação	Brasil
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Em Operação	Brasil
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Furnas	24,50%	Copel State Grid	24,50% 51,00%	Em Operação	Brasil
Central Eólica Famosa I	Geração - Parque Eólico Famosa I	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Central Eólica Pau Brasil	Geração - Parque Eólico Pau Brasil	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Central Eólica Rosada	Geração - Parque EOL Rosada	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Central Eólica de São Paulo	Geração - Parque EOL Rosada	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Vale do São Bartolomeu	Trasmissão	Furnas	39,00%	FIP Participações Caixa Milão CELG GT	51,00% 10,00%	Pré-Operacional	Brasil
Punaú I	Geração - EOL Punaú I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Punaú I	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Carnaúba I	Geração - EOL Carnaúba I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba I	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Carnaúba II	Geração - EOL Carnaúba II	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba II	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Carnaúba III	Geração - EOL Carnaúba III	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba III	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Carnaúba V	Geração - EOL Carnaúba V	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba V	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Cervantes I	Geração - EOL Cervantes I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Cervantes I	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Cervantes II	Geração - EOL Cervantes II	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Cervantes II	50,99% 0,01%	Pré-Operacional	Brasil
Bom Jesus	Geração - EOL Bom Jesus	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Cachoeira	Geração - EOL Cachoeira	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Pitimbu	Geração - EOL Pitimbu	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
São Caetano I	Geração - EOL São Caetano I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
São Caetano	Geração - EOL São Caetano	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
São Galvão	Geração - EOL São Galvão	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Companhia Energética Sinop S.A.	Geração - UHE Sinop	Eletronorte Chesf	24,50% 24,50%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte Furnas	24,50% 24,50%	State Grid Brazil Holding (SGBH)	51,00%	Pré-Operacional	Brasil
Tijoa Participações e Investimentos	Geração - UHE Três Irmãos	Furnas	49,90%	Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	50,10%	Pré-Operacional	Brasil
São Manoel	Geração - UHE São Manoel	Furnas	33,33%	CWEI (Brasil) Participações EDP Brasil	33,30% 33,40%	Pré-Operacional	Brasil
Itaguaçu da Bahia	Geração - EOL Itaguaçu da Bahia	Furnas	49,00%	Salus FIP Casa dos Ventos Energia Renovável	49,00% 2,00%	Pré-Operacional	Brasil
Complexo Sento Sé II	Geração - EOL Baraúnas I; Morro Branco I e Mussambê	Chesf	49,00%	Brennand Energia S.A. Brennand Energia Eólica	50,90% 0,10%	Em Operação	Brasil
Complexo Sento Sé III	Geração - EOL Baraúnas II e Banda de Couro	Chesf	49,00%	Brennand Energia S.A. Brennand Energia Eólica	50,90% 0,10%	Em Operação	Brasil
Complexo Chapada do Piauí I	Geração - EOL Ventos de Santa Joana IX ao XIII; XV e XVI	Chesf	49,00%	ContourGlobal do Brasil Holding Salus - Fundo de Investimento em Participações Ventos Santa Joana Energias	36,00% 14,90% 0,10%	Em Operação	Brasil
Complexo Chapada do Piauí II	Geração - EOL Ventos de Santa Joana I, III ao V, VI e Ventos Santo Augusto IV	Chesf	49,00%	ContourGlobal do Brasil Holding Salus - Fundo de Investimento em Participações Ventos Santa Joana Energias	46,00% 4,90% 0,10%	Em Operação	Brasil

continua

continuação

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Part.	Situação	Sede
Complexo Serra das Vacas	Geração - EOL Serra das Vacas I - IV	Chesf	49,00%	PEC Energia	51,00%	Em Operação	Brasil
Transenergia São Paulo	Trasmissão	Furnas	49,00%	J.Malucelli	51,00%	Em Operação	Brasil
Lago Azul Transmissora	Trasmissão	Furnas	49,90%	Celg GT	50,10%	Em Operação	Brasil
Mata de Sta. Genebra Transmissora	Trasmissão	Furnas	49,90%	Copel	50,10%	Em Operação	Brasil
Energia Olimpica	Trasmissão	Furnas	49,90%	Light S.A.	50,10%	Pré-Operacional	Brasil
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte Chesf	30,00% 19,50%	Abengoa	50,50%	Em Operação	Brasil
Inambari Geração de Energia (Igesa)	UHE Inambari	Furnas Eletrobras	19,61% 29,40%	OAS	51,00%	Em Operação	Brasil/Peru
Companhia Transleste de Transmissão	Trasmissão	Furnas	24,00%	Alusa Cemig EATE	41,00% 25,00% 10,00%	Em Operação	Brasil

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	Part. %	Demais Acionistas	Part.%	Situação do empreendimento	Sede
Energética Águas da Pedra S.A.	Geração - UHE Dardanelos	Chesf Eletronorte	24,5% 24,5%	Neoenergia	51,00%	Em operação	Brasil
Rouar S.A	Geração - Parque EOL em Colônia	Eletrobras	50,0%	UTE	50,00%	Em operação	Uruguai
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	Distribuição	Eletrobras	1,50%	Governo do Estado do Amapá	98,50%	Em operação	Brasil
CEB - LAJEADO	Geração - UHE CEB Lajeado	Eletrobras	40,07%	CEB	59,93%	Em operação	Brasil
Lajeado Energia	Geração e Comercialização	Eletrobras	40,07%	EDP - Energias do Brasil S.A. Governo do Estado do Tocantins	55,86% 4,07%	Em operação	Brasil
Paulista Lajeado	Geração e Comercialização	Eletrobras	40,07%	Cia. Jaguari de Geração de Energia	59,93%	Em operação	Brasil
AES Tietê	Geração	Eletrobras	7,94%	AES Corp BNDSPart Outros	24,28% 28,33% 39,45%	Em operação	Brasil
Companhia Energética de Brasília - CEB	Geração - Transmissão - Distribuição	Eletrobras	2,10%	Distrito Federal - DF Outros	80,20% 17,70%	Em operação	Brasil
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-D	Distribuição	Eletrobras	32,59%	CEE Participações Outros	65,92% 1,49%	Em operação	Brasil
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-GT	Geração - Transmissão	Eletrobras	32,59%	CEE Participações Outros	65,92% 1,49%	Em operação	Brasil
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	Distribuição	Eletrobras	10,75%	Estado de Santa Catarina Angra Volt FIA Poland Fia Outros	20,20% 14,46% 7,53% 47,06%	Em operação	Brasil
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	Distribuição	Eletrobras	0,99%	Equatorial Energia S.A. Outros	96,18% 2,83%	Em operação	Brasil
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	Distribuição	Eletrobras	1,56%	Neoenergia Outros	89,65% 8,79%	Em operação	Brasil
Companhia Energética do Maranhão São Luís - CEMAR	Distribuição	Eletrobras	33,55%	Equatorial Energia Outros	65,11% 1,34%	Em operação	Brasil
Energisa MT	Distribuição	Eletrobras	22,01%	Rede Energia S.A. Energisa Outros	57,67% 8,90% 11,42%	Em operação	Brasil
Companhia Energética de São Paulo - CESP	Geração - Comercialização	Eletrobras	2,05%	Fazenda do Estado de São Paulo Outros	36,98% 60,97%	Em operação	Brasil
Duke Energy Geração	Geração	Eletrobras	0,47%	Duke Energy Internat. Brasil Ltda Outros	94,28% 5,25%	Em operação	Brasil
Companhia Energética do Ceara - COELCE	Distribuição	Eletrobras	7,06%	Enel Brasil Enersis Américas Outros	58,87% 15,18% 18,89%	Em operação	Brasil
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Geração - Transmissão	Eletrobras	0,56%	Estado do Paraná BNDESPAR Outros	31,07% 23,96% 44,41%	Em operação	Brasil
CTEEP	Transmissão	Eletrobras	35,39%	ISA Capital do Brasil Outros	35,91% 28,70%	Em operação	Brasil
EMAE	Geração	Eletrobras	39,02%	Fazenda do Estado de São Paulo Outros	38,99% 21,99%	Em operação	Brasil
Energisa Holding	Geração - Transmissão - Distribuição	Eletrobras	2,31%	Gipar S.A. GIF IV Fundo de Investimentos em Participações Outros	30,95% 14,54% 52,20%	Em operação	Brasil

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

15.7 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 9,56% em 31 de dezembro de 2016 (8,60% em 31 de dezembro de 2015) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo:

	CONTROLADORA		
	31/12/2016		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	2.543.906	99,89%	2.541.091
EMAE	282.091	100%	282.091
CESP	129.096	99,76%	128.783
AES TIETE	437.197	99,97%	437.052
COELCE	251.938	94,51%	238.111
CGEEP	15.895	100%	15.895
ENERGISA MT	394.774	100%	394.774
CELPA	48.895	100%	48.895
CELPE	21.688	100%	21.688
CEEE - GT	676.332	100%	676.332
ENERGISA S.A.	148.661	95,76%	142.354
CELESC	65.920	99,98%	65.905
CEMAR	729.888	99,16%	723.779
CEB Lajeado	72.989	99,97%	72.965
SUBTOTAL	5.819.270		5.789.715

NOTA 16 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantia a terceiros.

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

	CONSOLIDADO				
	31/12/2016				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	47.456.125	(23.064.664)	(538.375)	(12.141.003)	11.712.083
Administração	2.491.860	(1.514.448)	(9.292)	–	968.119
Distribuição	1.398.468	(499.344)	–	–	899.124
	51.346.453	(25.078.456)	(547.667)	(12.141.003)	13.579.326
Em curso					
Geração	12.353.688	–	–	–	12.353.688
Administração	879.911	–	–	–	879.911
	13.233.599	–	–	–	13.233.599
	64.580.052	(25.078.456)	(547.667)	(12.141.003)	26.812.925

	CONSOLIDADO				
	31/12/2015				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	46.003.180	(21.740.065)	(633.602)	(8.684.088)	14.945.425
Administração	2.444.828	(1.445.137)	(25.518)	–	974.173
Distribuição	1.398.468	(441.647)	–	–	956.821
	49.846.476	(23.626.849)	(659.120)	(8.684.088)	16.876.419
Em curso					
Geração	11.870.318	–	–	–	11.870.318
Administração	799.908	–	–	–	799.908
	12.670.226	–	–	–	12.670.226
	62.516.702	(23.626.849)	(659.120)	(8.684.088)	29.546.645

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Geração / Comercialização					
Em serviço	46.003.180	184.468	1.287.960	(19.483)	47.456.125
Depreciação acumulada	(21.740.065)	(1.363.922)	27.098	12.225	(23.064.664)
Em curso	11.870.318	2.106.303	(1.355.214)	(56.596)	12.564.811
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(8.684.088)	(3.876.375)	14.048	405.412	(12.141.003)
Achados da Investigação	–	–	–	(211.123)	(211.123)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(633.602)	(2.540)	(6.951)	104.718	(538.375)
	26.815.743	(2.952.066)	(33.059)	235.153	24.065.771
Distribuição					
Arrendamento Mercantil	1.398.468	–	–	–	1.398.468
Depreciação acumulada	(441.647)	(57.697)	–	–	(499.344)
	956.821	(57.697)	–	–	899.124
Administração					
Em serviço	2.444.828	49.578	217.570	(220.116)	2.491.860
Depreciação Acumulada	(1.445.137)	(149.132)	(100.422)	180.243	(1.514.448)
Em curso	799.908	136.791	(56.719)	(69)	879.911
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(25.518)	–	–	16.226	(9.292)
	1.774.081	37.236	60.429	(23.716)	1.848.030
TOTAL	29.546.645	(2.972.527)	27.370	211.437	26.812.925

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferência	Baixas	Reclassificação do Ativo Financeiro (Desverticalização)	Reclassificação do Intangível (Desverticalização)	Saldo em 31/12/2015
Geração / Comercialização							
Em serviço	43.466.067	886	776.531	(304.835)	1.349.221	715.310	46.003.180
Depreciação acumulada	(19.292.806)	(1.226.683)	(10.486)	57.138	(914.576)	(352.652)	(21.740.065)
Em curso	7.742.886	3.908.372	(804.186)	(54.567)	1.022.207	55.606	11.870.318
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*) (a)	(3.087.676)	(5.729.304)	–	167.261	–	(34.369)	(8.684.088)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(455.808)	–	(86.113)	4.084	(87.157)	(8.608)	(633.602)
	28.372.663	(3.046.729)	(124.254)	(130.919)	1.369.695	375.287	26.815.743
Distribuição							
Arrendamento Mercantil	1.398.468	–	–	–	–	–	1.398.468
Depreciação acumulada	(383.950)	(57.697)	–	–	–	–	(441.647)
	1.014.518	(57.697)	–	–	–	–	956.821
Administração							
Em serviço	2.396.288	24.358	34.701	(10.519)	–	–	2.444.828
Depreciação acumulada	(1.302.020)	(132.790)	(22.854)	12.527	–	–	(1.445.137)
Em curso	713.710	206.275	(84.236)	(35.841)	–	–	799.908
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(26.927)	–	–	1.409	–	–	(25.518)
	1.781.051	97.843	(72.389)	(32.424)	–	–	1.774.081
TOTAL	31.168.232	(3.006.583)	(196.643)	(163.343)	1.369.695	375.287	29.546.645

Nessas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, a Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R$ 211.123 representando valores estimados que as subsidiárias da Eletrobras pagaram indevidamente. Deste montante, o valor de R$ 143.957 já estava registrado na rubrica de *impairment*, ocasionando a reversão parcial de provisão de *impairment* registrada. (vide Nota 4 - XI)
Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,53%	15.920.174	2,30%	15.191.209
Nuclear	3,93%	4.439.098	3,33%	4.048.041
Térmica	4,03%	2.542.610	3,80%	2.418.294
Eólica	6,89%	161.681	6,88%	81.935
Comercialização	3,15%	1.101	3,15%	586
		23.064.664		21.740.065
Distribuição	3,00%	499.344	3,00%	441.647
		499.344		441.647
Administração	6,00%	1.514.448	6,73%	1.445.137
		1.514.448		1.445.137
Total		25.078.456		23.626.849

NOTA 17 - ATIVO (PASSIVO) FINANCEIRO - CONCESSÕES E ITAIPU

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	42.743.612	10.807.585
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	3.630.829	8.365.177
	46.374.441	19.172.762
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	4.935.236	4.119.004
Valores a receber Parcela A e outros itens financeiros III	(9.254)	86.102
	4.925.982	4.205.106
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	2.585.720	2.554.211
	53.886.143	25.932.079
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	1.200.916	3.449.566
Total do ativo financeiro	55.087.059	29.381.645
Ativo Financeiro - Circulante	2.337.513	965.212
Ativo Financeiro - Não Circulante	52.749.546	28.416.433
Total do ativo financeiro	55.087.059	29.381.645

17.1 - Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA	
	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Receber	2.320.333	4.797.458
Direito de Ressarcimento	973.007	1.513.373
Fornecedores de Energia - Itaipu	(2.773.682)	(2.368.925)
Obrigações de ressarcimento	(1.731.675)	(3.570.899)
Total ativo (passivo) circulante	(1.212.017)	371.007
Contas a Receber	1.348.926	1.043.873
Direito de Ressarcimento	3.161.043	5.975.584
Obrigações de ressarcimento	(2.097.036)	(3.940.898)
Total ativo não circulante	2.412.933	3.078.559
Total ativo	1.200.916	3.449.566

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

17.1.1 - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a) Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2015, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 323.220, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças as distribuidoras, homologado pela portaria MME/MF 511/2015.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentado no Ativo Não Circulante, monta a R$ 3.161.043 em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a US$ 969.913 (R$ 5.975.584 em 31 de dezembro de 2015, equivalentes a US$ 1.530.318), dos quais R$ 2.705.947 (R$ 4.897.986 em dezembro de 2015), equivalente a US$ 830.274, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

b) Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no período findo em 31 de dezembro 2016 o equivalente a 130.380 GWh* (131.218 GWh* em 2015), sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22,60 /kW* e a tarifa de repasse (venda), US$ 25,78 /kW* (US$ 22.60/kW* - suprimento; US$ 38.07/kW* - tarifa de repasse em 2015).

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh*.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2016, a atividade foi deficitária em R$ 1.445.351 (superavitária em R$ 5.048.840 para o mesmo período em 2015), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

17.2 - Ativo Financeiro - Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R$ 53.895.397, sendo R$ 3.574.114 registrado no ativo circulante e R$ 50.321.283 registrado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2016 (R$ 25.845.977 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R$ 36.570.883 corresponde a estimativa dos valores atualizados relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 registrado na rubrica de Ativo Financeiro Receita Anual Permitida, sendo R$ 2.950.042 classificado no circulante e R$ 33.620.841 no não circulante (vide Nota 2.1).

17.3 - Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

17.3.1 - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em 2015, e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário em 2016.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Parcela "A"		
CVA		
CCC	1.219	1.219
CDE	13.538	208.466
Rede Básica	130	7.537
Custo de Aquisição de Energia Elétrica	46.103	169.591
Transporte Itaipu	(369)	–
PROINFA	30.663	(2.907)
ESS e EER	30.273	(55.683)
Neutralidade dos Encargos Setoriais	6.808	(658)
Sobrecontratação	(48.684)	(169.615)
Outros Componentes Financeiros	(88.935)	(71.848)
Total dos valores de parcela A e outros itens financeiros	(9.254)	86.102
Ativo circulante	436.596	578.654
Ativo não circulante	22.131	38.252
Passivo circulante	(461.180)	(514.424)
Passivo não circulante	(6.801)	(16.380)
Total	(9.254)	86.102

17.3.2 - Outros itens financeiros

- Ajuste financeiro CUSD - em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002;
- Neutralidade dos Encargos Setoriais - refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior;
- Exposição a Diferenças de Preços entre Submercados - refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004.
- Repasse de Sobrecontratacão de Energia/Exposição ao Mercado de Curto Prazo - conforme a REN nº 255/2007, com redação alterada pelas REN nº 305/2008 e nº 609/2014, e de acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013;
- Diferencial Eletronuclear - corresponde à diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determina a Lei nº 12.111/2009.
- Outros - corresponde à soma de demais valores reconhecidos pela ANEEL como Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR), repasse de compensação DIC/FIC e outras.

17.4 - Reajuste Tarifário

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a concessionária tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

17.5 - Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia operam sob o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

A Resolução Homologatória nº 1.826 de 25 de novembro de 2014, publicada pela ANEEL e que precifica as tarifas da Companhia já estabeleceu a precificação na estrutura tarifária. A aplicação dessas bandeiras tornou-se obrigatória a partir de janeiro de 2015.

As bandeiras serão sinalizadas em Bandeiras Verde, Amarela e Vermelha e serão aplicáveis de acordo com as condições de atendimento da carga, dadas pela soma do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, Custo Marginal de Operação - CMO com os Encargos de Serviços de Sistema por Segurança Energética - ESS_SE.

As bandeiras foram adotadas considerando os seguintes critérios: A bandeira verde será acionada toda vez que a energia custar abaixo de R$ 200/MWh*, que significa condições favoráveis de geração de energia e não haverá acréscimo na tarifa. A bandeira amarela toda vez que o custo de operação do sistema ficar entre R$ 200/MWh* e R$ 350/MWh*: condições de geração menos favoráveis, e haverá acréscimo na tarifa de R$ 2,00 para cada 100kW/h* consumidores. Já a bandeira vermelha será acionada quando o custo de operação for superior a R$ 350/MWh*: condições mais custosas de geração com a tarifa acrescida em R$ 3,50 para cada 100kW/h* consumidos.

Em síntese, o sistema de bandeiras, que começou a ser aplicado a partir de janeiro de 2015, reflete as condições de gerações e sinaliza aos consumidores a opção de reduzir seu consumo e influir no custo final da geração de energia. O sistema não representa um aumento propriamente de tarifa, trata-se apenas de uma forma diferente de apresentar um custo que seria acondicionado na tarifa, todavia sem visibilidade pelo consumidor, e que seria por ele suportado igualmente no momento do reposicionamento tarifário anual.

Durante o período de 1º de janeiro de 2015 até 29 de fevereiro de 2016 foi cobrada a bandeira vermelha, devido às condições mais custosas. Em março deste ano, os custos de geração foram mais favoráveis alterando para bandeira amarela. Desde abril de 2016, a bandeira tarifária aplicada é a verde, exceto no mês de novembro, que foi amarela. A bandeira verde não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

NOTA 18 - ATIVO INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências Custo / Serviço	Saldo em 31/12/2016
Vinculados à Concessão - Geração	146.173	(3.645)	592	8.757	151.877
Em serviço	90.720	(47.022)	592	67.147	111.437
Ativo Intangível	188.433	11.604	–	63.682	263.719
Amortização acumulada	(97.287)	(18.178)	–	3.465	(112.000)
Obrigações especiais	(298)	–	592	–	294
Impairment	(128)	(40.448)	–	–	(40.576)
Em curso	55.453	43.377	–	(58.390)	40.440
Ativo Intangível	69.602	43.377	(64)	(44.342)	68.573
Obrigações especiais	(8.959)	–	64	–	(8.895)
Impairment	(5.190)	–	–	(14.048)	(19.238)
Vinculados à Concessão - Distribuição	248.518	(439.561)	64.240	233.052	106.249
Em serviço	136.482	(454.961)	61.477	269.334	12.332
Ativo Intangível	1.859.648	19.951	(23.186)	316.641	2.173.054
Amortização acumulada	(1.660.646)	(232.167)	4.846	(1.492)	(1.889.459)
Obrigações especiais	(62.520)	(5.689)	79.817	(45.815)	(34.207)
Impairment	–	(237.056)	–	–	(237.056)
Em curso	112.036	15.400	2.763	(36.282)	93.917
Ativo Intangível	131.709	18.122	2.124	(39.057)	112.898
Obrigações especiais	(19.673)	(2.722)	639	2.775	(18.981)
Vinculados à Concessão - Transmissão	88.392	(3.010)	–	(1.545)	83.837
Em serviço	87.091	(3.010)	–	(1.545)	82.536
Ativo Intangível	91.151	500	–	(4.107)	87.544
Amortização acumulada	(4.060)	(3.510)	–	2.562	(5.008)
Em curso	1.301	–	–	–	1.301
Ativo Intangível	1.301	–	–	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	452.068	6.132	1.852	(40.276)	419.776
Administração					
Em serviço	831.315	22.682	–	(3.489)	850.508
Amortização acumulada	(478.484)	(52.861)	–	(9.514)	(540.859)
Impairment	(40.743)	–	1.852	–	(38.891)
Em curso	160.150	36.311	–	(27.273)	169.188
Outros	(20.170)	–	–	–	(20.170)
Total	935.151	(440.084)	66.684	199.988	761.739

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências Custo / Serviço	Reclassificação para Imobilizado (Desverticalização)	Saldo em 31/12/2015
Vinculados à Concessão - Geração	500.285	37.336	(8.826)	(7.335)	(375.287)	146.173
Em serviço	424.526	(5.897)	(8.826)	7.022	(326.105)	90.720
Ativo Intangível	902.720	9.507	(15.506)	7.022	(715.310)	188.433
Amortização acumulada	(434.599)	(15.340)	–	–	352.652	(97.287)
Obrigações especiais	(15.033)	–	6.744	–	7.991	(298)
Impairment	(28.562)	(64)	(64)	–	28.562	(128)
Em curso	75.759	43.233	–	(14.357)	(49.182)	55.453
Ativo Intangível	96.261	43.304	–	(14.357)	(55.606)	69.602
Obrigações especiais	(14.695)	(71)	–	–	5.807	(8.959)
Impairment	(5.807)	–	–	–	617	(5.190)
Vinculados à Concessão - Distribuição	357.791	(93.029)	(7.459)	(8.785)	–	248.518
Em serviço	210.979	(122.113)	(8.683)	56.299	–	136.482
Ativo Intangível	1.764.919	150.278	(144.414)	88.865	–	1.859.648
Amortização acumulada	(1.469.338)	(246.100)	54.792	–	–	(1.660.646)
Obrigações especiais	(83.592)	(26.291)	80.939	(33.576)	–	(62.520)
Impairment	(1.010)	–	–	1.010	–	–
Em curso	146.812	29.084	1.224	(65.084)	–	112.036
Ativo Intangível	165.156	32.425	452	(66.324)	–	131.709
Obrigações especiais	(19.354)	(3.341)	772	2.250	–	(19.673)
Impairment	1.010	–	–	(1.010)	–	–
Vinculados à Concessão - Transmissão	4.558	83.735	–	99	–	88.392
Em serviço	3.233	83.734	–	124	–	87.091
Ativo Intangível	3.565	87.462	–	124	–	91.151
Amortização acumulada	(332)	(3.728)	–	–	–	(4.060)
Em curso	1.325	1	–	(25)	–	1.301
Ativo Intangível	1.325	1	–	(25)	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	502.737	5.036	(16.692)	(39.013)	–	452.068
Administração						
Em serviço	765.557	1.605	(2.698)	66.851	–	831.315
Amortização acumulada	(420.336)	(56.295)	146	(1.999)	–	(478.484)
Impairment	(42.595)	–	1.852	–	–	(40.743)
Em curso	141.483	59.726	(6.278)	(34.781)	–	160.150
Outros	58.628	–	(9.714)	(69.084)	–	(20.170)
Total	1.365.371	33.078	(32.977)	(55.034)	(375.287)	935.151

Ativo intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

O prazo final das concessões das distribuidoras da Eletrobras expirou em 7 de julho de 2015. Conforme mencionado na Nota 2, as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras procederam a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de dezembro de 2017, data limite para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTA 19 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período, na rubrica Provisões Operacionais.

Foram consideradas as seguintes premissas:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto (após os impostos) específica para cada segmento: 6,33% para geração (exceto nuclear), 6,02% para transmissão e 6,01% para distribuição (7,50% para geração, 7,00% para transmissão e 7,01% para distribuição em 2015) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia alterou a expectativa de sua conclusão do empreendimento Angra 3 , sendo a nova previsão de data de entrada em operação para dezembro de 2022. Em dezembro de 2015, esta previsão era de dezembro de 2020. Nesse mesmo período, o orçamento total do empreendimento foi atualizado para a base junho de 2016, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra.

A metodologia aplicada no teste de "*impairment*" do empreendimento considera como ativo recuperável os custos já realizados até a data destas Demonstrações Financeiras, comparando com um fluxo de caixa descontado estendido até o término da vida útil econômica da Usina que corresponde a 40 anos, partindo da nova data de entrada em operação, dezembro de 2022, considerando como vida útil econômica o prazo de licença de operação compatível com a Usina Angra como de projeto semelhante.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

A Companhia, levando em consideração este novo cenário, revisou as premissas do empreendimento Angra 3 e realizou um novo teste de recuperabilidade deste empreendimento em junho de 2016.

As principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade desse empreendimento estão descritas abaixo:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;
- Em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base junho de 2016 e dezembro de 2016, de 5,47 %. Nesses cálculos foram considerados além dos parâmetros tradicionais, o beta calculado pela ANEEL, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.
- A tarifa contratual do empreendimento de Angra 3 é de R$ 148,65/MWh. Para o teste de *impairment*, na data base de 30 de junho de 2016, a tarifa utilizada foi ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente, resultando no valor de R$ 234,18/MWh.

  A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento e não proporcionando o equilíbrio econômico financeiro do empreendimento;
- As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4%, sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment*.

Apesar das alterações cronológicas do projeto, a Companhia vem assegurando a preservação e integridade dos serviços já executados, além disso, adotará providências para a implementação de ações a um nível de desempenho com o intuito de tentar recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra da Usina Angra 3.

A análise elaborada pela Companhia apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo para o empreendimento de Angra 3 de R$ 10.155.202. Tal resultado determinou um registro negativo total no resultado de 2016 de R$ 4.091.748, tendo como contrapartidas o registro de uma baixa adicional por *impairment* no ativo imobilizado de Angra 3 no valor de R$ 2.414.479 e uma provisão passiva adicional por contrato oneroso no valor de R$ 1.677.269 (vide Nota 33). Desse montante, o valor de R$ 141.313 corresponde aos valores estimados que foram pagos indevidamente para a aquisição de ativos identificados na investigação realizada pela Companhia. (vide Nota 4.11)

Durante o período posterior a data base de 30 de junho 2016 utilizada para cálculo do *impairment* de Angra 3, a Administração verificou que os eventos ocorridos não apresentam alterações representativas nas premissas utilizadas no teste de *impairment* da Usina Angra 3 em junho de 2016. As principais premissas aprovadas pela Administração estão mantidas, tais como previsão da data de entrada em operação e orçamento total do projeto.

Não houve alterações substanciais no câmbio vinculado parcialmente ao orçamento do empreendimento e a taxa de desconto estabelecida pela Eletrobras, específica para Angra 3, de 5,44 %, não traz efeitos no teste de *impairment* realizados em junho de 2016.

Desse modo, a Companhia atualizou o cálculo para data base de 31 de dezembro de 2016 considerando a atualização das premissas utilizadas em 30 de junho de 2016, resultando em um incremento no valor de R$ 471.460, totalizando um montante de R$ 2.885.939 reconhecido no exercício de 2016.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

O valor acumulado referente à provisão de valor recuperável da Usina Nuclear Angra 3, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R$ 8.949.393 (R$ 6.063.454 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor acumulado da provisão de valor recuperável referente a todos os empreendimentos da Companhia corresponde a R$ 16.107.910 (R$ 10.568.996 em 31 de dezembro de 2015).

A análise determinou a necessidade de constituição/ (reversão) de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2016:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
UTN Angra 3	6.063.454	2.885.939	–	8.949.393
UHE Samuel	417.632	18.228	–	435.860
UHE Batalha	559.345	–	(151.642)	407.703
Candiota Fase B	119.939	236.126	–	356.065
Casa Nova I	163.496	161.373	–	324.869
UHE Simplício	382.864	–	(40.536)	342.328
UTE Camaçari	343.765	–	(39.854)	303.911
UHE Serra da Mesa	–	199.184	–	199.184
Eólica Hermenegildo III	75.598	69.721	–	145.319
Eólica Hermenegildo II	65.815	77.214	–	143.029
UHE Passo São João	118.132	12.160	–	130.292
Eólica Hermenegildo I	56.301	73.468	–	129.769
UTE Coaracy Nunes	77.551	–	–	77.551
PCH João Borges	44.038	8.492	–	52.530
UHE São Domingos	44.703	–	(451)	44.252
PCH Rio Chapéu	37.279	4.476	–	41.755
Eólica Chuí IX	22.631	14.397	–	37.028
UTE Santana	27.840	–	–	27.840
UTE Mauá III	102.191	–	(102.191)	–
Outros	81.717	130.247	(159.826)	52.138
Total	8.804.291	3.891.025	(494.500)	12.200.816

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2014	Adições	Reversões	31/12/2015
UTN Angra 3	1.090.343	4.973.111	–	6.063.454
Candiota II Fase B	35.412	84.527	–	119.939
Eólica Coxilha Seca	–	81.142	–	81.142
UHE Samuel	340.888	76.744	–	417.632
Eólica Hermenegildo III	–	75.598	–	75.598
Eólica Hermenegildo II	–	65.815	–	65.815
UHE Simplício	442.920	–	(60.056)	382.864
Eólica Hermenegildo I	–	56.301	–	56.301
UTE Mauá III	–	102.191	–	102.191
UTE Aparecida	–	50.508	–	50.508
UTE Camaçari	365.709	–	(21.944)	343.765
UTE Batalha	553.622	5.723	–	559.345
UHE Passo São João	151.311	–	(33.179)	118.132
Casa Nova	111.515	51.981		163.496
Outros	230.853	–	(26.742)	204.111
Total	3.322.573	5.623.641	(141.921)	8.804.293

Transmissão

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
CC 061-2001	174.389	1.902.617	–	2.077.006
LT Jauru Porto Velho	126.025	185.520	–	311.545
CC 018-2012 Mossoró Ceará Mirim	100.497	–	–	100.497
CC 005-2012 Jardim NSra Socorro	89.830	–	–	89.830
CC 006-2009 Suape II e III	88.101	–	–	88.101
CC 014-2008 Eunápolis TFreitas	64.773	17.222	–	81.995
CC 020-2010 Igaporã BJLapa	69.268	–	–	69.268
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	35.574	29.426	–	65.000
CC 017-2009 Natal III Sta Rita	59.517	–	–	59.517
LT Funil-Itapebi	54.597	–	(1.056)	53.541
LT Camaçari IV - Sapeaçu	39.552	10.554	–	50.106
CC 010-2011 Paraíso Lagoa Nova	44.800	–	–	44.800
SE Coletora Porto Velho	34.123	9.850	–	43.973
LT Recife II - Suape II	28.325	14.828	–	43.153
CC 010-2007 Ibicoara Brumado	40.611	–	–	40.611
CC 017-2012 Mirueira Jaboatão	31.184	–	–	31.184
CC 018-2009 Eunáp TFreitas C2	30.232	–	–	30.232
SE Caxias / Ijuí / N. Petrópolis / Lajeado	32.259	–	(4.706)	27.553
CC 019-2012 Igaporã Pindaí	21.506	–	–	21.506
LT Presidente Médice - Santa Cruz	27.339	–	(6.728)	20.611
CC 015-2012 Camaçari IV Pirajá	18.060	–	–	18.060
LT Campos Novos - Nova Santa Rita	30.822	–	(13.975)	16.847
Outros	65.098	322.187	(102.183)	285.102
	1.306.482	2.492.204	(128.648)	3.670.038

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2014	Adições	Reversões	31/12/2015
CC 061-2001	–	174.389	–	174.389
Estação Retificadora / Inversora	43.909	–	(43.909)	–
CC 005-2012 Jardim NSra Socorro	46.788	43.042	–	89.830
CC 018-2012 Mossoró Ceará Mirim	61.681	38.816	–	100.497
CC 019-2012 Igaporã Pindaí	59.678	–	(38.172)	21.506
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	73.317	–	(37.743)	35.574
Linha Verde Transmissora de Energia S/A	100.494	–	(35.788)	64.706
SE Coletora Porto Velho	–	34.123	–	34.123
CC 010-2011 Paraíso Lagoa Nova	12.246	32.554	–	44.800
CC 020-2010 Igaporã BJLapa	37.669	31.599	–	69.268
CC 018-2009 Eunáp TFreitas C2	7.784	22.448	–	30.232
CC 015-2012 Camaçari IV Pirajá	–	18.060	–	18.060
CC 006-2009 Suape II e III	105.933	–	(17.832)	88.101
CC 017-2012 Mirueira Jaboatão	20.290	10.894	–	31.184
CC 014-2008 Eunápolis TFreitas	53.962	10.811	–	64.773
CC 017-2009 Natal III Sta Rita	48.837	10.680	–	59.517
LT Campos Novos - Nova Santa Rita	22.089	8.733	–	30.822
SE Miranda II	–	7.079	–	7.079
Outros	275.043	66.978	–	342.021
Total	969.720	510.206	(173.444)	1.306.482

Distribuição

Concessão	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Amazonas D	–	63.610	–	63.610
Cepisa	290.247	–	(199.362)	90.885
Eletroacre	90.808	–	(90.808)	–
Ceron	59.885	35.245	(59.883)	35.247
Ceal	–	32.446	–	32.446
Boa Vista	17.281	–	(2.413)	14.868
Total	458.221	131.301	(352.466)	237.056

Concessão	31/12/2014	Adições	Reversões	31/12/2015
Amazonas D	119.041	–	(119.041)	–
Cepisa	232.442	98.383	(40.578)	290.247
Eletroacre	60.026	54.924	(24.142)	90.808
Ceron	84.503	23.914	(48.532)	59.885
Boa Vista	–	17.281	–	17.281
Total	496.012	194.502	(232.293)	458.221

O saldo de *impairment* no balanço patrimonial, por segmento operacional, está demonstrado a seguir:

	31/12/2016			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	12.141.003	–	–	12.141.003
Intangível	59.813	–	237.056	296.869
Ativo Financeiro	–	3.670.038	–	3.670.038
Total	12.200.816	3.670.038	237.056	16.107.910

	31/12/2015			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	8.787.001	–	–	8.787.001
Intangível	17.292	–	–	17.292
Ativo Financeiro	–	1.306.482	458.221	1.764.703
Total	8.804.293	1.306.482	458.221	10.568.996

continua

continuação

NOTA 20 - FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	107.582	58.252	7.987.651	8.369.303
Energia Comprada para Revenda	333.394	357.874	1.482.755	1.514.499
CCEE - Energia de curto prazo	–	–	188.895	244.705
	440.976	416.126	9.659.301	10.128.507
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	–	–	8.200.930	7.782.562
Energia Comprada para Revenda	–	–	1.581.890	1.666.859
	–	–	9.782.820	9.449.421
	440.976	416.126	19.442.121	19.577.928

No passivo de fornecedores estão registradas as transações com fornecimento de bens, materiais e serviços, destacando principalmente, no passivo circulante, a dívida corrente com a BR Distribuidora S.A. no montante de R$ 2.275.768 e com a Companhia de Gás do Amazonas-Cigás no montante de R$ 3.484.755, referente ao fornecimento de derivados de petróleo para produção energia elétrica.

O contrato entre a Petrobrás e a Cigás, com interveniência-anuência da Amazonas D, cujo objeto é a venda, por parte da Petrobras, e a compra, por parte da Cigás, para fins de geração termoelétrica pela Amazonas D ou para outro concessionário de geração de energia elétrica ou Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, dispõe, em cláusula específica, que os créditos que a Cigás possui contra a Amazonas D vencidos há mais de quarenta e cinco dias e que sejam objeto de repasse a Petrobras serão cedidos automaticamente a esta, independentemente de qualquer notificação. Desta forma, do montante de R$ 3.484.755, R$ 2.063.073 já se encontram cedidos à Petrobras.

Além dos saldos descritos acima, no passivo de fornecedores de bens, materiais e serviços, encontram-se registrados dois instrumentos particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A. pela controlada Amazonas D, relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, nos respectivos montantes i) 1º CCD no montante de R$ 3.257.366, cujo saldo devedor atualizado corresponde a R$ 3.849.402; e ii) 2º CCD no montante de R$ 2.925.921, cujo saldo devedor atualizado corresponde a R$ 3.463.584. Os instrumentos serão amortizados em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 20/02/2015 e a última parcela será em 30/01/2025. Além dos referidos instrumentos firmados, o montante de R$ 1.018.441 corresponde ao 3º CCD que ainda está em fase de aprovação, cujo saldo devedor atualizado corresponde a R$ 1.205.588.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu um direito de reembolso junto à Petrobras no valor de R$ 2.364.318 referente a diferença do preço da parcela do transporte do gás. Maiores detalhes na Nota 11 a.1.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	–	–	60.504	54.832
Adiantamentos de clientes - PROINFA	560.277	593.404	560.277	593.404
	560.277	593.404	620.781	648.236
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	–	–	592.215	659.082
	–	–	592.215	659.082
TOTAL	560.277	593.404	1.212.996	1.307.318

21.1 - ALBRAS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRAS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW* médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW* médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (LME) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 44).

Com base nessas condições, a ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW* médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento, conforme detalhado a seguir:

CLIENTE	Data do Contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

A posição e movimentação desse passivo são demonstrados a seguir:

Saldo em 31/12/2015	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31/12/2016	Circulante	Não Circulante
713.914	(66.867)	5.672	652.719	60.504	592.215

21.2 - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

22.1 - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

e) iluminação pública eficiente;

f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

g) universalização de acesso à energia elétrica.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 2016, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ 6.647.839 (R$ 6.439.374 em 31 de dezembro de 2015), incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos no passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

22.2 - Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Encargos Circulante		Principal		Encargos Circulante		Principal	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.037	60.639	30.321	4,40%	1.382	85.242	374.763
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,31%	4.607	469.378	360.566	2,31%	4.607	469.378	360.566
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	15	4.349	199.347	2,73%	15	4.349	199.347
Eximbank	2,00%	433	61.287	30.633	2,00%	433	61.287	30.633
BNP Paribas	1,17%	362	114.476	457.904	1,17%	362	114.476	457.904
Outras		5.118	128.294	641.807		5.119	128.296	641.808
		11.573	838.423	1.720.577		11.918	863.028	2.065.021
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	109.546	–	3.259.100	6,87%	109.546	–	3.259.100
Vencimento 27/10/2021	5,75%	67.672	–	5.703.425	5,75%	67.672	–	5.703.425
		177.218	–	8.962.525		177.218	–	8.962.525
Outros								
MORGAN		–	–	–		–	–	10.846
LLOYDS		–	–	–		–	–	1.299
		–	–	–		–	–	12.145
		188.790	838.423	10.683.102		189.136	863.028	11.039.691
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		–	–	6.647.839		–	–	6.647.839
Banco do Brasil		9.254	649.157	375.000		69.704	900.478	2.138.476
Caixa Econômica Federal		5.784	405.723	3.209.908		112.956	1.088.475	9.230.810
BNDES		550.353	750.000	2.006.192		595.993	1.160.612	8.890.627
Banco da Amazônia		–	–	–		16.289	226.500	404.998
Notas Promissórias		–	–	–		35.310	250.000	-
Santander		–	–	–		–	177.311	354.622
State Grid		–	–	–		–	–	318.471
Outras Instituições Financeiras		–	–	–		22.119	125.636	761.347
		565.392	1.804.880	12.238.939		852.371	3.929.012	28.747.190
		754.182	2.643.303	22.922.041		1.041.507	4.792.040	39.786.881

	31/12/2015							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Encargos Circulante		Principal		Encargos Circulante		Principal	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.943	72.653	108.979	4,40%	2.197	102.130	551.140
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,73%	6.462	562.372	994.374	2,73%	6.462	562.372	994.374
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	19	–	251.800	2,73%	19	–	251.801
Eximbank	2,00%	839	71.186	106.769	2,00%	839	71.187	106.769
BNP Paribas	1,57%	396	136.192	685.780	1,57%	396	136.192	685.780
Outras		4.243	126.161	742.451		4.243	126.161	757.302
		13.902	968.564	2.890.153		14.156	998.042	3.347.166
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	114.839	–	3.904.800	6,87%	114.839	–	3.904.800
Vencimento 27/10/2021	5,75%	70.944	–	6.833.400	5,75%	70.944	–	6.833.400
		185.783	–	10.738.200		185.783	–	10.738.200
		199.685	968.564	13.628.353		199.939	998.042	14.085.366
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		–	–	6.439.374		–	–	6.439.373
Banco do Brasil		9.925	140.935	3.859.065		76.226	402.598	5.861.368
Caixa Econômica Federal		6.203	88.085	2.411.915		97.404	196.538	6.759.638
BNDES		534.348	625.000	1.125.000		564.986	1.230.372	7.332.179
Notas Promissórias		–	–	–		9.135	200.000	-
Outras Instituições Financeiras		–	–	–		–	249.208	1.695.888
		550.476	854.020	13.835.354		747.751	2.278.716	28.088.446
		750.161	1.822.584	27.463.707		947.690	3.276.758	42.173.812

Controladora

A Eletrobras firmou contrato para abertura de crédito no valor bruto de R$ 6.500.000, junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, à remuneração de 119,5% da variação acumulada da Taxa DI, para atender suas necessidades de capital de giro e seu plano de investimentos. Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia captou as duas primeiras parcelas de desembolso no valor total de R$ 4.500.000, sendo R$ 2.769.231 desembolsado pelo Banco do Brasil e R$ 1.730.769 pela Caixa Econômica Federal. A primeira e a segunda parcela do desembolso terão carência de pagamento dos valores de principal até 24 de agosto de 2016 e 25 de novembro de 2016, respectivamente. A terceira parcela de desembolso, sacada em 30 de janeiro 2015, no valor de R$ 2.000.000, sendo R$ 1.230.769 desembolsada pelo Banco do Brasil e R$ 769.231 pela Caixa Econômica Federal, teve carência de pagamento dos valores de principal até 25 de fevereiro de 2016.

Controlada Eletrosul

Em 7 de março de 2016, a controlada Eletrosul realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, composta por 500 notas promissórias comerciais, no valor nominal unitário de R$ 500 mil, perfazendo o valor total de R$ 250.000, com vencimento em 2 de março de 2017, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + *spread* de 3,5% a.a. Em 25 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou a liquidação de 500 notas promissórias relativas a segunda emissão no valor total de R$ 289.751 mil (principal + remuneração).

Controlada Eletronuclear

Em 28 de junho de 2013, foi assinado um contrato nº 0410.351-27/2013 entre a Controlada Eletronuclear e a Caixa Econômica Federal (CEF) no montante de R$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. Em 21 de março de 2016, foi efetuado o segundo pedido de desembolso à CEF, no valor de R$ 478.000.

Em decisão da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 12 de julho de 2016, foi autorizada a renegociação da dívida do contrato nº 10.2.2032.1, assinado entre o BNDES e a controlada em 23 de fevereiro de 2011, com a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros apurados mensalmente. Com relação aos encargos da dívida, foi suspenso o pagamento de 70% dos juros durante o período de 15 de julho de 2016 até 15 de fevereiro de 2017. Durante este período, 30% do montante de juros apurado deverá ser liquidado financeiramente, enquanto que o restante será capitalizado ao saldo devedor. A partir de 15 de março de 2017, a controlada terá de pagar a totalidade do valor dos encargos apurados mensalmente.

Controlada Furnas

Durante o exercício de 2016, ocorreu a liberação dos 1º ao 4º desembolsos do contrato da controlada Furnas junto ao BNDES no valor total de R$ 232.799; liberação do 6º ao 14º desembolsos do Contrato de Mútuo com a State Grid Brazil Holding no valor total de R$ 158.872; liberação do financiamento da controlada Furnas junto a Caixa Econômica Federal (FINISA) no valor de R$ 1.130.000; e a repactuação das parcelas os meses de abril, maio, junho e julho de 2016 de principal e encargos dos empréstimos e financiamentos junto a Eletrobras (ECF e ECR), em novembro de 2016, no valor de R$ 194.950.

Controlada Eletronorte

A Administração da controlada Eletronorte aprovou, em 12 de janeiro de 2017, um empréstimo no valor de R$ 500.000 junto à Caixa Econômica Federal por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com aval da Eletrobras, com intuito de reforço financeiro ao fluxo de caixa da controlada (vide nota explicativa 48). A linha de crédito será disponibilizada na medida em que se fizer necessária a captação.

continua

continuação

22.3 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador):

As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2016 é de 9,65% a.a. (9,40% a.a. em 2015), e possuem o seguinte perfil:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%
Moeda estrangeira								
USD não indexado	9.231.738	35%	11.108.635	37%	9.242.584	20%	11.121.630	24%
USD com LIBOR	2.182.512	8%	3.257.353	11%	2.551.902	6%	3.729.245	8%
EURO	203.712	1%	251.820	1%	203.712	0%	251.820	1%
IENE	92.353	0%	178.794	1%	92.353	–	178.794	–
Outros	–	–	–	–	1.304	–	1.858	–
Subtotal	11.710.315	44%	14.796.602	49%	12.091.855	27%	15.283.347	33%
Moeda nacional								
CDI	6.286.018	24%	6.516.128	22%	12.701.548	28%	11.410.983	25%
IPCA	–	–	–	–	531.933	–	532.754	1%
TJLP	–	–	–	–	10.063.827	22%	6.594.316	14%
SELIC	1.675.353	6%	2.284.348	8%	1.675.353	4%	2.636.254	6%
Outros	–	–	–	–	1.359.417	3%	3.287.732	7%
Subtotal	7.961.371	30%	8.800.476	29%	26.332.078	58%	24.462.039	53%
Não Indexado	6.647.840	25%	6.439.374	21%	7.196.495	16%	6.652.874	14%
Total	26.319.526	100%	30.036.452	100%	45.620.428	100%	46.398.260	100%

A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem seu vencimento assim programado:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Controladora	3.573.594	5.816.443	2.251.328	7.656.691	1.071.166	2.552.818	22.922.041
Consolidado	6.439.604	7.745.876	3.697.570	8.849.279	7.481.779	5.572.772	39.786.881

22.4 - Operação de arrendamento mercantil financeiro:

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potência mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW*) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, estão demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Menos de um ano	212.698	209.226
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902
Mais de cinco anos	714.854	924.081
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(594.950)	(718.054)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	1.169.504	1.252.155
Menos de um ano	136.662	132.972
Mais de um ano e menos de cinco anos	558.094	431.363
Mais de cinco anos	474.748	687.820
Valor presente dos pagamentos	1.169.504	1.252.155

22.5 - GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros seguintes:

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2016	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.275.156	22.752	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.218.880	12.189	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	348.251	3.483	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Garantia de Fiel Cumprimento de Contrato	SPE	15,00%	39.225	39.225	392	30/04/2019
Eletrobras	Rouar	CAF	SPE	50,00%	31.833	31.833	318	30/09/2017
Eletrobras	Mangue Seco 2	BNB	SPE	49,00%	40.951	36.132	361	14/10/2031
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	874.307	8.743	15/08/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	244.931	2.449	15/01/2035
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	890.130	8.901	15/08/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	239.625	2.396	15/01/2035
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	223.419	100.313	1.003	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	126.221	54.213	542	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	170.029	27.544	275	15/10/2018
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	Corporativo	100,00%	182.417	138.514	1.385	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	182.417	138.534	1.385	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	127.838	1.278	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	11.741	117	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	11.711	117	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	23.551	236	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	24.590	246	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	173.333	1.733	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	41.898	31.327	313	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	9.413	7.670	77	15/08/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	12.000	7.941	79	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	10.565	106	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	195.696	1.957	15/11/2023
Eletrosul	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	336.361	3.364	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	333.196	3.332	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	160.680	170.199	1.702	30/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	49,00%	91.943	22.206	222	15/06/2030
Eletrosul	Chuí Holding	BNDES	SPE	49,00%	186.082	179.100	1.791	15/12/2031
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	BNDES	SPE	80,00%	209.974	180.788	1.808	15/07/2028
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	80,00%	62.040	88.054	881	15/09/2026
Eletrosul	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	BNDES	SPE	49,00%	17.846	14.962	150	01/11/2022
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BNDES	SPE	49,00%	197.950	215.684	2.157	16/06/2031
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BRDE	SPE	49,00%	98.000	108.290	1.083	16/06/2031
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	44.100	55.678	557	15/06/2028
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea do Brasil	BNDES	SPE	51,00%	252.108	231.974	2.320	15/02/2029
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	29.854	45.709	457	30/12/2038
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	136.064	157.988	1.580	30/12/2042
Eletrosul	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	212.844	2.128	07/08/2017
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul 2	BTG Pactual	Corporativo	100,00%	250.000	285.310	2.853	02/03/2017
Eletrosul	Eólica Hermenegildo I S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.566	109.042	1.090	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo I S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.764	49.474	495	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo II S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.590	109.080	1.091	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo II S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.775	47.854	479	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo III S/A	BNDES	SPE	99,99%	93.367	92.933	929	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo III S/A	BRDE	SPE	99,99%	40.703	40.771	408	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Chuí IX S/A	BNDES	SPE	99,99%	31.561	31.414	314	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Chuí IX S/A	BRDE	SPE	99,99%	13.758	13.781	138	15/06/2032
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	7.859	79	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	20.069	201	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	57.300	573	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	19.860	199	10/01/2029
Eletronorte	Substação Nobres	BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	6.567	66	15/03/2028
Eletronorte	Subestação Miramar/Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	21.539	215	15/08/2028
Eletronorte	Ampliação da Subestação Lechuga	BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	24.878	249	15/10/2028
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500	458.514	4.585	15/12/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000	139.868	1.399	15/09/2026
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BASA	Corporativo	100,00%	185.000	201.441	2.014	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.300	95.822	958	15/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	505.477	390.994	3.910	15/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	201.375	2.014	15/10/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	214.959	2.150	10/07/2031
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	Corporativo	100,00%	138.000	109.763	1.098	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	36.975	370	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	29.411	294	15/05/2026
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	BNDES	SPE	24,50%	30.851	26.829	268	15/10/2029
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	26.936	269	15/10/2029
Eletronorte	Rei dos Ventos 3	BNDES	SPE	24,50%	32.533	28.276	283	15/10/2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Itau BBA	SPE	24,50%	49.735	49.854	499	26/04/2017
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Santander	SPE	24,50%	49.000	49.119	491	26/04/2017
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	318.795	3.188	28/07/2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	ABC	SPE	24,50%	18.375	19.264	193	31/05/2017

continua

continuação

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2016	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Bank of China	SPE	24,50%	6.125	6.310	63	30/04/2017
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	PINE	SPE	24,50%	6.125	6.392	64	31/05/2017
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	China Construction Bank	SPE	24,50%	93.100	96.894	969	31/03/2017
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	ICBC	SPE	24,50%	9.800	9.849	98	30/06/2017
Eletronorte	Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	3.030.508	30.305	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.623.548	16.235	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	463.871	4.639	15/01/2042
Eletronorte	Implantação do PAR e PMIS	BNDES	Corporativo	100,00%	361.575	322.784	3.228	15/12/2023
Eletronorte	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	283.411	245.676	2.457	15/08/2028
Eletronorte	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	391.658	3.917	30/04/2019
Eletronorte	UHE Sinop	BNDES	SPE	24,50%	256.270	175.203	1.752	15/06/2038
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	3.480.338	34.803	15/06/2036
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	874.307	8.743	15/08/2034
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	244.931	2.449	15/01/2035
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	890.130	8.901	15/08/2034
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	239.625	2.396	15/01/2035
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.195	62.284	623	15/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.275.156	22.752	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.218.880	12.189	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	348.251	3.483	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	77.112	771	10/07/2032
Chesf	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	376.324	3.763	15/02/2030
Chesf	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	122.200	1.222	18/03/2025
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	256.404	2.564	28/09/2018
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 2	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	253.531	2.535	27/02/2019
Chesf	IE Garanhuns S/A	BNDES	SPE	49,00%	175.146	154.009	1.540	15/12/2028
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 3	BNDES	Corporativo	100,00%	727.560	393.417	3.934	15/06/2029
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 4	BNDES	Corporativo	100,00%	475.454	238.320	2.383	15/06/2029
Chesf	UHE Sinop	BNDES	SPE	24,50%	256.270	175.203	1.752	15/06/2038
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 5	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	202.616	2.026	06/09/2021
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativo	100,00%	224.000	150.921	1.509	15/12/2025
Furnas	UHE Simplício	BNDES	Corporativo	100,00%	1.034.410	647.658	6.477	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativo	100,00%	60.153	36.357	364	15/07/2026
Furnas	DIVERSOS	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	750.000	758.618	7.586	31/10/2018
Furnas	Rolagem BASA 2008	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	208.312	220.535	2.205	07/02/2018
Furnas	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativo	100,00%	268.503	161.366	1.614	15/11/2023
Furnas	Financiamento corporativo	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	400.000	379.973	3.800	06/12/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.594.159	1.999.596	19.996	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.574.659	2.064.091	20.641	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	238.746	2.387	15/12/2030
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	218.533	2.185	24/01/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	273.000	242.225	2.422	01/03/2024
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	435.508	376.498	3.765	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	217.754	190.533	1.905	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	4.009	2.861	29	15/09/2027
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	8.929	89	15/04/2023
Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	BNDES	SPE	24,50%	30.851	26.829	268	15/10/2029
Furnas	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	26.936	269	15/10/2029
Furnas	Rei dos Ventos 3	BNDES	SPE	24,50%	32.533	28.276	283	15/10/2029
Furnas	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	77.112	771	10/07/2032
Furnas	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	376.324	3.763	15/02/2030
Furnas	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	122.200	1.222	18/03/2025
Furnas	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	336.361	3.364	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	333.196	3.332	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	160.680	197.578	1.976	31/05/2032
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.418	1.759	18	15/05/2023
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	4.655	47	15/03/2028
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	318.471	3.185	28/07/2029
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	ABC	SPE	24,50%	18.375	19.264	193	31/05/2017
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Bank of China	SPE	24,50%	6.125	6.310	63	30/04/2017
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	PINE	SPE	24,50%	6.125	6.313	63	31/05/2017
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	China Construction Bank	SPE	24,50%	93.100	96.894	969	31/03/2017
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	ICBC	SPE	24,50%	9.800	9.849	98	30/06/2017
Furnas	Mata de Santa Genebra	Emissão de Debêntures	SPE	49,90%	234.031	244.019	2.440	30/06/2017
Furnas	Plano de Investimentos 2012-2014	BNDES	Corporativo	100,00%	441.296	224.125	2.241	15/06/2029
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	345.656	3.457	12/12/2038
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	93.332	98.119	981	15/12/2018
Amazonas	Amazonas	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	2.405.979	2.831.333	28.313	30/01/2025
Eletroacre	Eletroacre	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	91.774	82.979	830	30/01/2025
Boa Vista	Boa Vista	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	19.320	16.101	161	31/12/2024
Cepisa	Projeto Corporativo	CEF	Corporativo	100,00%	94.906	50.749	507	30/08/2026
Ceal	Projeto Corporativo Ceal	Banco IBM S/A	Corporativo	100,00%	10.736	6.742	67	31/12/2019
Total					**47.014.782**	**44.813.837**	**448.138**	

A Companhia registrou na rubrica provisões operacionais no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Companhia sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado:
Garantia devida em 31/12/2014	387.960
Movimentação no período	30.266
Garantia devida em 31/12/2015	418.226
Movimentação no período	29.912
Garantia devida em 31/12/2016	448.138

a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 333,7 MW*. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Companhia é de 100% do financiamento.

b) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF e GDF Suez Energy, com capacidade instalada de 3.750MW*. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, a serem pagos em 240 meses. A Companhia é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas - Eletrosul (20%) e CHESF (20%).

c) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia - FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.568 MW*. A Companhia é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).

d) UHE Foz do Chapecó - SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW*, tem a Companhia como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).

e) Norte Brasil Transmissora de Energia - SPE, com participação da Eletronorte (49%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km*.

f) Manaus Transmissora de Energia - SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 585 km* (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Companhia presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).

g) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Companhia nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Companhia figura como interveniente, na proporção de suas controladas.

h) UHE Belo Monte - SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW*, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Companhia em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Companhia é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.

i) Angra III - A Companhia é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

j) Norte Energia S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte). A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia.

k) Teles Pires - sociedade de propósito específico, com participação da Eletrosul (24,5%), Furnas (24,5%), Neoenergia (50,1%) e Odebrecht Energia (0,9%). Possui potência instalada de 1.820 megawatts, energia suficiente para abastecer uma população de 5 milhões de habitantes.

l) Amazonas D - é uma sociedade de capital fechado, controlada da Companhia. Atuando como responsável pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica a 22 municípios do Estado do Amazonas.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTA 23 - DEBÊNTURES

Controlada	Emissora	Data de Emissão	Principais características	Tx de juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
			CONSOLIDADO				
Eletronorte	Emitidas pela ETE (incorporada pela Eletronorte em março de 2014)	06/2011	Subscrição particular de primeira Emissão da Controlada escrituradas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e mantidas sob custódia do agente operador do contrato, o Banco da Amazônia S.A., com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto.	TJLP + 1,65% a .a.	10/07/2031	201.375	219.803
Eletrosul	SPE Chuí IX - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 1,90% a.a.	18/01/2016	–	25.807
Eletrosul	SPE Chuí IX - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 3,45% a.a.	18/01/2016	–	11.355
Eletrosul	SPE Hermenegildo I - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 1,90% a.a.	18/01/2016	–	81.751
Eletrosul	SPE Hermenegildo I - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 3,45% a.a.	18/01/2016	–	33.073
Eletrosul	SPE Hermenegildo II - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 1,90% a.a.	18/01/2016	–	81.751
Eletrosul	SPE Hermenegildo II - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 3,45% a.a.	18/01/2016	–	17.673
Eletrosul	SPE Hermenegildo III - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 1,90% a.a.	18/01/2016	–	69.039
Eletrosul	SPE Hermenegildo III - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + *spread* de 3,45% a.a.	18/01/2016	–	22.222
						201.375	562.474
Total do Passivo Circulante						12.442	357.226
Total do Passivo Não Circulante						188.933	205.248

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh (*), e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 2016, a R$ 509.133 (R$ 523.635 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$ 460.940 no não circulante (R$ 466.005 em 31 de dezembro de 2015).

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h*, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO 31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	48.193	57.630
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	460.940	466.005
TOTAL	509.133	523.635

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO 31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	195.966	195.966
Ativo Não Circulante	6.919	13.331
Total	202.885	209.297
Passivo Circulante	–	–
Passivo Não Circulante	482.179	452.948
Total	482.179	452.948

A promulgação da Lei 12.783/2013 extinguiu a obrigatoriedade de contribuição deste encargo para os concessionários do serviço público de energia elétrica.

Em 23 de junho de 2016, a Medida Provisória nº 735 estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2017, as atividades relacionadas à gestão e administração dos fundos setoriais RGR, CDE e CCC serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 17 de novembro de 2016, esta medida provisória foi convertida na Lei 13.360 estabelecendo que até 30 de abril de 2017 as atividades relacionadas à gestão e administração destes fundos serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

NOTA 26 - TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

26.1- Tributos a recolher

	CONTROLADORA 31/12/2016	31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	37.239	30.364	288.537	239.721
PASEP e COFINS	–	250.273	314.435	577.998
ICMS	–	–	214.385	211.659
PAES / REFIS	–	–	175.462	185.441
IR/ CS parcelamento	–	–	37.679	–
INSS/FGTS	1.451	–	134.907	139.792
ISS	–	–	41.585	40.844
Outros	2.864	–	129.099	161.123
Total	41.554	280.637	1.336.089	1.556.578

	CONTROLADORA 31/12/2016	31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	31/12/2015
Passivo não circulante:				
PASEP e COFINS	–	–	204.284	75.323
PASEP e COFINS Diferidos	2.222	181.991	40.319	181.991
PAES / REFIS	–	–	589.200	595.691
IR/ CS parcelamento			135.016	–
INSS/FGTS	–	–	32.847	31.884
Outros	–	–	58.214	15.420
Total	2.222	181.991	1.059.880	900.309

26.2 - Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA 31/12/2016	31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	357.503	150.749	447.236	431.712
Contribuição Social corrente	129.102	45.251	159.612	149.632
	486.605	196.000	606.848	581.344
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	320.560	733.289	8.305.606	1.003.796

26.3 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA 31/12/2016 IRPJ	CSLL	31/12/2015 IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	3.452.678	3.452.678	(13.792.291)	(13.792.291)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(863.170)	(310.741)	3.448.073	1.241.306
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de Dividendos	25.378	9.136	15.511	5.584
Equivalência patrimonial	5.116.152	1.841.815	(1.469.836)	(529.141)
Passivo a descoberto em controladas	(3.038.777)	(1.093.960)	–	–
Compensação Prejuízo Fiscal	153.693	55.329	53.870	19.393
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(1.314.469)	(473.209)	(2.436.744)	(877.228)
Doações	(25.516)	(9.186)	(41.301)	(14.868)
Demais adições e exclusões	(72.686)	(26.568)	(47.011)	(16.924)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(19.395)	(7.384)	(477.438)	(171.878)
Alíquota efetiva	0,56%	0,21%	3,46%	1,25%

	CONSOLIDADO 31/12/2016 IRPJ	CSLL	31/12/2015 IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	12.024.095	12.024.095	(14.243.546)	(14.243.546)
Base de cálculo				
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(3.006.024)	(1.082.169)	3.560.887	1.281.919
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de dividendos	25.838	9.301	15.563	20.350
Equivalência patrimonial	778.512	280.264	132.862	47.830
Compensação Prejuízo Fiscal	172.498	62.099	207.389	61.529
Constituição Créditos Tributários	500.021	180.007	–	–
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(4.044.525)	(1.465.668)	(4.208.992)	(1.463.822)
Incentivos Fiscais	185.217	–	18.088	–
Doações	(35.439)	(12.758)	–	–
Demais adições e exclusões	(798.670)	(259.323)	(308.812)	(74.903)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(6.222.573)	(2.288.246)	(583.015)	(127.097)
Alíquota efetiva	51,75%	19,03%	4,09%	0,89%

continua

continuação

26.4 - Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

26.5 - Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e SELIC.

26.6 - Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) - Lei 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS.

O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela SELIC.

26.7 - PASEP e COFINS Diferidos sobre Variação Cambial Ativa

Em 1º de abril de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.426 que restabeleceu para 0,65% e 4%, respectivamente, as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativa, com vigência a partir de 1º de julho de 2015.

Todavia, com o advento do Decreto nº 8.451, publicado em 19 de maio de 2015, o Governo Federal reestabeleceu para zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias, em função da taxa de câmbio, de: (I) operações de exportação de bens e serviços para o exterior; e (ii) obrigações contraídas pela pessoa jurídica, inclusive, empréstimos e financiamentos.

Uma vez que o Decreto nº 8.451 estabeleceu a manutenção da alíquota zero somente para as supramencionadas operações, a Controladora passou a recolher, quando da liquidação da correspondente transação, as contribuições do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as variações monetárias decorrentes da oscilação da moeda estrangeira observada nos contratos de empréstimos concedidos pela Companhia.

Neste contexto, devido ao diferimento na tributação da variação cambial para o momento da liquidação da operação, a Controladora mantém no passivo não circulante PIS/PASEP e COFINS diferidos, em 31 de dezembro de 2016, os montantes de R$ 311 (R$ 25.440 em 31 de dezembro de 2015) e R$ 1.911 (R$ 156.551 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

NOTA 27 - ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	56.083	154.753
Quota CDE	53.733	38.979
Quota PROINFA	14.152	45.819
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	72.456	56.932
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	29.819	5.223
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	126.071	356.920
Programa de Eficiência Energética - PEE	258.590	24.397
Outros	36.297	12.377
	647.201	695.400
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	21.093	8.184
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	528.865	404.623
Programa de Eficiência Energética - PEE	65.295	49.388
	615.253	462.195
TOTAL	1.262.454	1.157.595

27.1 - Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035. Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

a) As concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

b) As concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

c) As concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013.

27.2 - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE é gerida pela Companhia, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

27.3 - PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW(*) de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW(*) contratados estão divididos em 1.191,24 MW(*) provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW(*) de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW(*) de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

(*) Não examinado pelos auditores independentes

27.4 - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

27.5 - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

27.6 - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, as concessionárias contabilizam no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Dividendos não reclamados	24.339	40.518	25.312	41.333
Dividendos retidos exercícios anteriores	–	1.960	1.837	42.735
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	433.963	–	435.742	8
	458.302	42.478	462.891	84.076

28.1 - Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

28.2 - Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2016, contém a parcela de R$ 24.339 (R$ 40.518 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R$ 25.312 (R$41.333 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2013, 2014 e 2015. A remuneração relativa ao exercício de 2011 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

28.3 - Dividendos mínimos obrigatórios do exercício

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio (vide Nota 36).

NOTA 29 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

29.1 - Benefício pós-emprego

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	X
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X		X		
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X				X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2016.

Os saldos das obrigações de benefícios pós-emprego estão demonstrados a seguir:

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Planos de benefícios previdenciários	408.039	265.590	2.214.342	1.693.130
Planos de saúde e seguro de vida	15.628	9.933	253.212	272.296
Outras obrigações de benefícios pós-emprego	–	–	8.093	8.259
Total das obrigações de benefício pós-emprego	423.667	275.523	2.475.647	1.973.685
Circulante	29.632	22.557	107.571	114.861
Não circulante	394.035	252.966	2.368.076	1.858.824

continua

continuação

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.988.849	1.650.165	21.682.893	17.867.309
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.586.720)	(1.474.504)	(22.025.946)	(18.905.009)
Passivo/(Ativo) líquido	402.129	175.661	(343.054)	(1.037.700)
Efeito de restrição sobre o ativo	–	–	2.077.026	1.890.266
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	74.649	90.229	1.397.984	842.672
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	–	–	15.479	58.543
Outros benefícios previdenciários	5.911	89.929	171.289	99.214
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	408.039	265.590	2.214.342	1.693.130
Custo de serviço corrente líquido	(1.300)	(965)	(71.682)	(53.494)
Custo de juros líquidos	21.824	44.388	103.593	125.220
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	20.524	43.423	31.911	71.727

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	15.628	9.933	253.212	272.296
Valor justo dos ativos do plano (-)	–	–	–	–
Passivo/(Ativo) líquido	15.628	9.933	253.212	272.296
Valor de passivo/(ativo) de outros benefícios pós-emprego	15.628	9.933	253.212	272.296
Custo de serviço corrente	1.265	1.383	13.711	14.147
Custo de juros líquidos	1.535	1.487	35.601	43.639
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	2.345	2.870	49.312	57.786

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.650.165	1.856.603	17.867.309	18.494.073
Controlada mantida para venda (*)	–	–	–	(68.269)
Custo de serviço corrente	3.546	3.628	75.475	86.483
Juros sobre a obrigação atuarial	207.224	216.116	2.262.079	2.167.943
Benefícios pagos no ano (–)	(201.599)	(182.569)	(1.576.185)	(1.455.594)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	329.513	(243.614)	3.054.215	(1.357.326)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	213.883	25.321
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	206.566	(130.252)	2.723.761	(1.309.909)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	122.947	(113.363)	116.571	(72.738)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.988.849	1.650.165	21.682.893	17.867.309

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Valor justo dos ativos no início do ano	1.474.504	1.483.624	18.905.009	19.300.597
Controlada mantida para venda (*)	–	–	–	(63.327)
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(201.599)	(182.569)	(1.576.185)	(1.455.594)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	4.846	4.594	147.157	139.977
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	45.349	15.451	281.376	211.355
Rendimento esperado dos ativos no ano	185.400	171.729	2.423.501	2.291.003
Ganho/(Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	78.220	(18.324)	1.845.088	(1.519.001)
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.586.720	1.474.504	22.025.946	18.905.009
Rendimento efetivo dos ativos no ano	263.620	153.404	4.268.589	772.002

(*) Aquisição/ classificação como ativo mantido para venda de controlada (Vide Nota 43).

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	262.758	81.783	3.482.507	2.321.962

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em (ORA) no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(180.974)	248.760	(1.160.545)	(376.887)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	9.933	12.182	272.296	364.821
Custo de serviço corrente	1.265	1.383	13.187	14.147
Juros sobre a obrigação atuarial	1.535	1.487	34.855	43.639
Benefícios pagos no ano	–	–	(30.013)	(11.249)
Custos de exercícios anteriores	1.618	–	–	–
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	1.277	(5.119)	(37.113)	(139.062)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	(3.190)	(29.682)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	813	(560)	27.039	(49.624)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	464	(4.559)	(62.580)	(59.756)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	15.628	9.933	253.212	272.296

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados - Outros benefícios pós-emprego	(19.218)	(23.731)	9.213	46.326

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em (ORA) no exercício - Outros benefícios pós-emprego	(2.895)	5.119	37.113	139.062

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas	2016	2015
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	10,95% a 11,17%	13,16% a 13,27%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,70% a 5,91%	7,26% a 7,36%
Projeção de aumento médio dos salários	4,97% a 9,02%	5,50% a 9,57%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,97%	5,50%
Taxa anual real de evolução custos médicos	0% a 4,43%	0% a 6,18%
Taxa média de inflação anual	4,97%	5,50%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (ii)	10,95% a 11,17%	13,16% a 13,27%

Hipóteses Demográficas	2016	2015
Taxa de rotatividade	0%; GAMA - Exp. Rotatividade; T1 Service Table Suav. 20%; 80% T1 Service Table	0%; 2,80%; 80% T1 Service Table
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 BASIC; AT-83 BASIC F; AT-2000 (D10%/D5%/D30%); AT-2000 (suavizada 10%);	AT-2000; AT-2000 BASIC; AT-83 BASIC F; AT-2000 (D10); AT-2000 (suavizada 10%); AT-83 BASIC M
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 83; AT-83 (suav. 10%); AT-49 DES 2 anos; MI-85; AT-49 M; AT- 49 M&F; AT-49 (M&F) AGR 100%;RP - 2000 Disable; AT - 83M (desagravada em 5%); RP 2000 Disable M&F; RRB - 1983	AT- 83; AT-83 (D10); AT-49 DES 2 anos; MI-85; AT-49 M; AT- 49 M&F; AT-49 (M&F) AGR 100%; RP - 2000 Disable; AT - 83M (desagravada em 5%); RP 2000 Disable M&F; RRB - 1983
Tábua de invalidez	Light Fraca, Média e Forte; Alvaro Vindas	Light Fraca, Média e Forte; Muller; Alvaro Vindas; TASA-1927 (Suavizada 30%)
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

(i) Taxa de juros de longo prazo.

(ii) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 263.620 (R$ 153.404 em 2015) na Controladora e R$ 4.268.589 (R$ 772.002 em 2015) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2016, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 18.562 (R$ 16.983 em 2015) e R$ 214.783 (R$ 213.626 em 2015) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2016, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 45.349 (R$ 15.451 em 2015) e R$ 259.196 (R$ 211.355 em 2015) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$ 93.253 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 325.635 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 7,49 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 9,42 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Controladora

Em 31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Programa Previdenciário	182.843	180.705	521.555	2.564.404	3.449.507

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Programa Previdenciário	1.578.766	1.578.991	4.713.361	32.743.493	40.614.611

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, custo médico e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$39.922 (aumento de R$41.441).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$48.682 (redução de R$49.476).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 52 (redução de R$51).

Consolidado

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 516.154 (aumento de R$538.965).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria uma redução de R$ 4.278 (aumento de R$4.509).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$422.940 (redução de R$433.452).

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Categoria de Ativo	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Valores Disponíveis Imediatos	83	8	10.361	1.508
Realizáveis	142.347	123.083	913.902	888.620
Crédito de Depósitos Privados	213.464	198.122	364.800	393.107
Investimentos em Renda Fixa	814.464	716.942	16.409.421	13.723.072
Investimentos em Renda Variável	162.490	134.653	2.545.552	2.126.328
Investimento em Fundos	190.278	194.643	1.231.716	1.159.361
Investimentos Imobiliários	131.019	134.367	823.129	841.652
Investimentos Estruturados	–	–	451.874	385.741
Empréstimos e Financiamentos	81.383	77.585	563.357	526.007
Outros	2.210	2.099	76.172	89.360
(–) Recursos a receber do patrocinador	(81.291)	(42.995)	(421.767)	(408.644)
(–) Exigíveis Operacionais	(5.906)	(7.671)	(111.563)	(97.585)
(–) Exigíveis Contingenciais	(9.891)	(7.085)	(503.233)	(437.104)
(–) Fundos de Investimentos	(5.172)	(4.316)	(117.356)	(91.827)
(–) Fundos Administrativos	(48.758)	(44.931)	(192.172)	(167.243)
(–) Fundos Previdenciais	–	–	(18.249)	(27.344)
Total dos ativos	1.586.720	1.474.504	22.025.946	18.905.009

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A Administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função de evento passado, auxiliada por seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como perda provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado e serem passíveis de razoável mensuração são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

continua

continuação

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, conforme julgamento realizado pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável:

a) Contingências prováveis:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Trabalhistas	950	492	39.373	21.100
Tributárias	–	–	4.415	–
Cíveis	755.861	542.853	1.039.687	569.625
	756.811	543.345	1.083.475	590.725
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	457.097	165.712	1.369.292	984.066
Tributárias	–	–	586.429	644.466
Cíveis	13.216.976	8.736.188	17.690.233	11.927.597
	13.674.073	8.901.900	19.645.954	13.556.129
	14.430.884	9.445.245	20.729.429	14.146.854

Estas provisões tiveram, neste período, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2015	9.445.245	14.146.854
Constituição de provisões	3.967.421	6.598.015
Reversão de provisões	(1.547.600)	(2.721.344)
Atualização Monetária	3.075.306	3.505.998
Baixas	–	(60.733)
Pagamentos	(509.490)	(739.363)
Saldo em 31/12/2016	14.430.884	20.729.429

a.1) Ações judiciais cíveis

Controladora

i. Reclamação de Correção Monetária sobre o Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a controladora, onde o maior número de ações nesse universo diz respeito às ações que têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica.

Tais demandas têm por objeto impugnar a sistemática de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia.

Os créditos do empréstimo compulsório foram pagos pela Companhia por intermédio de conversões realizadas em 1988, 1990 e 2005.

A divergência foi levada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte. A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF), os quais se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face ao precedente do STJ, decidido sob o rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária relativas a esse período e em decorrência das mesmas a Eletrobras tem sido alvo de numerosas execuções, sendo que nessas execuções há dissenso entre a Eletrobras e os autores quanto à forma de apuração do valor devido.

No terceiro trimestre de 2015, o STJ proferiu decisões definindo parâmetros para a metodologia de cálculo das execuções referentes ao empréstimo compulsório, acatando algumas alegações da Eletrobras, mas não a sua integralidade, o que ensejou ajustes na metodologia de cálculo da Eletrobras e na classificação de risco dessas ações.

A Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na Controladora, no valor de R$ 13.901.602 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 9.279.041 em 31 de dezembro de 2015) referente a esses processos.

ii. Amazonas GT e Eletrobras

Existem processos promovidos contra a Amazonas GT, nos quais a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal da Amazonas GT em diversos contratos de fornecimento de energia.

Tais processos são decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos da Amazonas GT no cumprimento de obrigações referentes a tais contratos.

Em específico a esses contratos de fornecimento de energia no qual a Eletrobras se figura como fiadora, a Companhia mantém a provisão de R$ 531.198 (R$ 484.254 em 31 de dezembro de 2015) lastreada no ativo de mesmo montante junto à controlada Amazonas GT.

iii. Amazonas D e Eletrobras

Processo que discute eventuais atrasos no pagamento pela Amazonas D ao Produtor Independente de Energia (PIE) Companhia Energética Manauara S/A. Assim, como a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal desse contrato de fornecimento de energia, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta o montante de R$ 12.635 (R$ 144.487 em 31 de dezembro de 2015) provisionados em seu contigenciamento.

Consolidado

1) CGTEE

Postula o Banco KFW a cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos em desfavor da CGTEE, a qual figura como avalista do referido empréstimo, considerando as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimos vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenizações por danos. A CGTEE não reconhece os avais, havendo, inclusive, ação em tramite com provas da falsidade dos avais. A CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha a Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KFW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Wirnimport S/A. Já foram realizadas 3 audiências na Alemanha. Foi comunicada a sentença condenatória de 20/05/2016 da Eletrobras CGTEE em favor de KFW no valor estimado de EUR 69.708. A apelação foi interposta em 23/06/2016. As razões da apelação foram apresentados em 27/09/2016. A etapa seguinte será a manifestação do KFW acerca do recurso. A probabilidade de perda para esse processo é provável e o valor referente ao mesmo é de R$ 235.668, provisionado em 31 de dezembro de 2016.

2) Chesf

i. Declaração de Nulidade

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE - o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo - por questões incidentais - e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. Em torno do processo principal, o Supremo Tribunal Federal/STF não conheceu do recurso extraordinário, por inexistir matéria diretamente constitucional na controvérsia. E o STJ, em agosto/2010, negou provimento ao recurso especial da Chesf (RESP 726.446), ensejando a apresentação pela Companhia de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento e objeto de segundos Embargos de Declaração, que, de igual modo foram negados. Ato contínuo, foram apresentados embargos de divergência em recurso especial. Em fevereiro de 2016, os embargos de divergência de competência da Corte Especial do STJ foram rejeitados liminarmente pelo Relator, Ministro Luiz Felipe Salomão. A Chesf interpôs agravo regimental dessa decisão, rejeitado pela Corte Especial e pendente de publicação.

Em 02/12/2016 a Chesf protocolizou petição de Tutela Provisória Incidental nos autos do RESP nº 1.530.912/PE, a qual teve seu pedido deferido, atribuindo efeito suspensivo para sustar a eficácia do acórdão prolatado pelo TJPE, até julgamento definitivo do recurso especial.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal - e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado, por incompetência, à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés –, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o segundo laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída a apreciação da matéria liquidatória nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores - no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais).

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito - processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste recurso houve decisão denegatória da Segunda Turma do STJ, seguida de embargos declaratórios da CHESF. Em março de 2016 houve apreciação dos referidos embargos declaratórios com idêntico resultado sendo publicada tal decisão em 12/09/2016.

Em agosto de 2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias - e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos –, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife - PE no sentido de promover a execução provisória dos valores, que referenciados a abril/2015 totalizam um montante de R$ 1.035 milhões. Houve determinação de penhora on line, via Bacenjud, com várias iniciativas de incidência sobre ativos da CHESF. Até o dia 31/12/2015 os bloqueios somavam a importância de R$ 360 milhões. O consórcio peticionou requerendo que fosse penhorado 25% do faturamento da Chesf, bem como fosse liberado o valor até então bloqueado sem a apresentação de caução idônea, sendo tal pleito indeferido pelo MM. Juízo, decisão posteriormente confirmada pelo TJPE. Em 24/02/2016 nova decisão da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife deferiu o pedido de penhora sobre títulos da dívida pública havidos pela Chesf, de forma a complementar, até o valor da condenação, o valor já bloqueado. Contra tal medida foi apresentado Agravo de Instrumento ao TJPE, pendente de julgamento. A Secretaria do Tesouro Nacional informou a impossibilidade de cumprimento de tal determinação e, por conseguinte, foram oficiados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Em 31/05/2016, foi bloqueado pela Caixa Econômica Federal o valor de R$125 milhões, aplicados em fundos daquela instituição.

Apresentada Ação de Reclamação pela Chesf, em 31/05/2016, objetivando a suspensão da execução provisória e por via de consequência, as medidas de bloqueio, foi deferida liminar pelo Des. Substituto Roberto Maia em 06/06/2016 e revogada em 07/06/2016, restituindo a situação de bloqueio sem que houvesse, na prática, produzido seus efeitos. Novo pedido de reconsideração/agravo foi apresentado pela Chesf em 15/06/2016, recebido como agravo em 16/06/2016 tendo sido determinada a citação das agravadas. Ante a juntada de novos documentos pela Chesf, o Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres despachou para o Consórcio se manifestar sobre os documentos novos, dê-se vista aos reclamados, na forma do art. 437, §1º, do CPC1.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de aproximadamente R$1.169.311 e outros adicionais de R$ 117.700 em 31 de dezembro de 2016, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R$100.000,00), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó - CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

ii. Ação de Indenização

Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R$ 100.000. Em 31/12/2016, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.

3) Eletronorte

i. Ação de desapropriação - UHE Balbina:

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 283.428 (2015 - R$ 375.449).

ii. Ação indenizatória - Sul America Companhia Nacional de Seguros

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O valor do processo em 31 de dezembro de 2016 monta em R$ 237.299 (R$ 236.731 em 31 dezembro de 2015).

4) Amazonas D

iii. Atrasos de Pagamentos aos Produtores Independentes de Energia

A Companhia é parte em 14 processos movidos por Produtores Independentes de Energia (PIE), GERA - Geradora de Energia do Amazonas S/A. Breitener Jaraqui S/A, Companhia Energética Manauara S/A e Rio Amazonas Energia S.A., em que se discute os seguintes objetos: a) anulação de multa aplicada pela Companhia em virtude do atraso por parte do PIE na entrada em operação da usina; b) cobrança de diferenças de faturamento da parcela do preço da energia relativa ao fornecimento de combustível usado na operação da usina, trazendo questionamentos acerca da fórmula constante no anexo G; e c) cobrança de diferença de valores decorrentes da extinção da CPMF.

Decorrente de novas movimentações processuais, a Administração reavaliou o prognóstico dos processos em conjunto com assessores jurídicos, e com base na sua melhor estimativa contábil, em 31 de dezembro de 2016 apresenta o montante atualizado de R$ 965.517 provisionados em seu contigenciamento.

b) Contingências possíveis:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	2.273.211	447.656	3.901.704	1.228.770
Tributárias	810.130	752.654	10.431.673	6.253.906
Cíveis	6.745.488	14.329.202	43.942.534	23.715.573
	9.828.829	15.529.512	58.275.911	31.198.249

b.1) Cíveis

Controladora

i. Empréstimo Compulsório

As ações cíveis na Controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia. Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente.

ii. Reclamações de ação - *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de nossos empregados no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova York (SDNY). Em 2 de outubro de 2015,

continua

continuação

essas ações foram consolidadas e o Tribunal nomeou como requerentes principais, Dominique Lavoie e a Cidade de Providence. Os requerentes protocolaram uma reclamação aditada consolidada em 8 de dezembro de 2015 alegadamente em nome de investidores que compraram nossos títulos de negociação norte-americanos entre 17 de agosto de 2010 a 24 de junho de 2015, e protocolaram uma segunda reclamação aditada em 26 de fevereiro de 2016.

A segunda reclamação aditada alega, dentre outras coisas, que a Eletrobras e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas alegadamente solicitados e recebidos pelos empregados da Eletrobras; que a Eletrobras e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à fraude alegada; e que o preço das ações da Eletrobras declinou quando a alegada fraude foi divulgada.

Os requerentes não especificaram um valor de indenização que estão buscando, tal valor, quando especificado, pode ser relevante para a Eletrobras. Em 15 de abril de 2016, a Eletrobras apresentou um pedido de extinção da segunda reclamação aditada, que foi plenamente abreviado e então apresentado ao Tribunal em 17 de junho de 2016. A Eletrobras está se defendendo vigorosamente contra as alegações feitas na ação.

Em dia 09 de março de 2017, foi realizada uma audiência sobre a defesa preliminar *(Hearing on Motion to Dismiss)* da Eletrobras na *Class Action*, franqueando-se tanto ao demandante quanto à Eletrobras oportunidade para apresentar argumentação oral perante a Corte, informando o escritório contratado, Davis Polk & Wardell LLP, que o juiz John G. Koeltl concentrou esforços no questionamento às partes sobre a existência de materialidade nas infrações imputadas à Companhia e administradores.

Nesse contexto, a defesa oral da Eletrobras argumentou que não houve materialidade sob o ponto de vista quantitativo, eis que insignificantes os impactos sobre as demonstrações financeiras da companhia. Ponderou, ainda, o escritório que apenas um administrador da *holding* foi citado nas denúncias (sendo que ainda não foi julgado no Brasil acerca de sua culpabilidade), o que é insignificante ante o porte da corporação e também o ajuste diminuto promovido em seu balanço societário.

Em 27 de março foi divulgado o resultado da audiência de defesa preliminar (*motion to dismiss*), sendo que o Tribunal acatou parcialmente os argumentos da Eletrobras e parcialmente os argumentos dos reclamantes. O processo agora passará para a fase de certificação (*"class certification"*) e *"discovery"*, sem criar obrigação financeira para a Eletrobras.

Dessa forma, não há obrigação presente (legal ou construtiva) que a Eletrobras tenha com relação ao processo coletivo.

Administração da Eletrobras acredita que as reclamações, em si, não criam uma obrigação presente para a Eletrobras em conformidade com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*). Como o litígio ainda está em estágio preliminar, o resultado do litígio está sujeito a uma incerteza considerável, não sendo possível, nesta fase, para a Administração da Eletrobras estimar com confiabilidade a perda potencial ou um intervalo de perda, se houver, que pode resultar da resolução final desses processos judiciais. Portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras. O resultado final desses processos judiciais poderá ter um efeito adverso relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras, nos resultados das operações e nos seus fluxos de caixa futuros.

iii. Ressarcimento pela Eletrobras - RGR

No que tange as ações com avaliação de risco como possível destacamos o processo administrativo movido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 63, de 13 de janeiro de 2014, que determinou o ressarcimento pela Eletrobras à conta da RGR dos montantes históricos de R$ 1.924.188 e R$ 113.577 referentes, respectivamente, às amortizações do saldo devedor de financiamentos não restituídos à RGR e a apropriação dos encargos financeiros do referido fundo durante o período de 1998 a 2011. O valor da causa atualizada é de R$ 2.460.930. Devido ao Despacho ANEEL nº 2.585/16 de 27.09.2016, a decisão foi reformada, definindo que os valores devidos ao Fundo RGR deverão ser atualizados pelos juros de 5% a.a, conforme disposto na legislação que rege o Fundo Setorial.

Estes montantes estão registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos a pagar, vide Nota 22.

O mencionado despacho determina, ainda, que os montantes em referência sejam corrigidos à taxa do fundo extramercado do Banco do Brasil da data em que deveriam ter sido restituídos à RGR até a efetiva devolução ao citado fundo setorial. A Eletrobras, em discordância da postura contraditória da ANEEL, interpôs recurso administrativo em 24 de janeiro de 2014 alegando a prescrição da pretensão de ressarcimento das mencionadas quantias, a inexistência de prática de ato ilícito por ela própria e a boa-fé objetiva da administração dos recursos.

Em 10 de maio de 2016, a ANEEL determinou a devolução, pela Eletrobras, para a RGR, de recursos supostamente não transferidos, no âmbito da gestão do fundo, conforme despacho ANEEL nº 63/2014. A Eletrobras, em discordância da conclusão da Diretoria Executiva da ANEEL com relação ao tema, recorreu no Poder Judiciário buscando a anulação da conclusão da ANEEL sobre o referido despacho.

Em 9 de agosto de 2016, a Diretoria da ANEEL aprovou a suspensão até 30 de setembro de 2016, da sua decisão proferida em 10 de maio de 2016.

Em 27 de setembro de 2016, a Diretoria da ANEEL determinou a devolução, pela Eletrobras, para a RGR, de tais recursos a partir de janeiro de 2017, em parcelas mensais.

iv. Tarifa de repasse de potência de Itaipu

Em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução nº 1.674, estabelecendo a tarifa de repasse de potência de Itaipu para 2014 no montante equivalente a US$26,05 mês, deixando de considerar o componente referente ao saldo negativo da conta de comercialização de energia de Itaipu, no valor de R$ 881.785, conforme informado pela Eletrobras.

A Eletrobras, entendendo estar equivocada a referida decisão da agência, interpôs pedido de reconsideração em 02 de janeiro 2014, alegando que a resolução viola o disposto no Decreto nº 4.550/2002 em diversos dispositivos, sendo, portanto, absolutamente ilegal, contrariando os princípios da hierarquia das leis e da vedação ao enriquecimento ilícito.

O pedido da Eletrobras foi provido, no sentido de reconhecer que os valores correspondentes às inadimplências de pagamentos das distribuidoras à Eletrobras deveriam ser considerados no saldo da conta de comercialização de energia elétrica de Itaipu, determinando que as despesas incorridas com a inadimplência e demais dívidas dos cotistas poderiam ser compensadas, de forma atualizada, quando da definição da tarifa de repasse de potência para o ano de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, o valor da causa é de R$ 1.109.973.

v. Aquisição de energia de Belo Monte destinada ao ACL

A Eletrobras e suas controladas CHESF e Eletronorte detém o total de 49,98% do capital social da SPE Norte Energia S.A. (NESA), esta última responsável pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Houve divergência entre os sócios quanto à aplicação da cláusula 6.7 do Acordo de Acionistas, a qual versa sobre exercício de direito de preferência para celebrar contrato de compra pelo preço de R$130,00/MWh (em abril de 2010) para aquisição de 20% da energia média assegurada, por parte da Eletrobras da energia de Belo Monte destinada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Alguns sócios da NESA alegam que a Eletrobras tem a obrigação de adquirir tal energia. A Eletrobras entende que inexiste tal obrigação e, sim, o direito de preferência. O Acordo de Acionistas prevê que os conflitos sejam resolvidos mediante arbitragem. Desta forma, a Assembleia de Acionistas da Norte Energia S.A. (NESA) deliberou em abril de 2016 pela instauração de tal procedimento.

No presente procedimento arbitral, a Eletrobras avaliou como possível a probabilidade de êxito.
Adicionalmente, caso a Eletrobras não logre êxito no procedimento arbitral em curso, a Companhia estima o reconhecimento de uma provisão para perda de até R$ 2,212 bilhões na operação de compra e venda desta energia, considerando os valores em 31 de dezembro 2016. Para tal estimativa foi utilizada como base o custo de capital da Eletrobras, premissas de preço estabelecidas internamente e o percentual de participação no investimento societário da Eletrobras e suas controladas em Belo Monte.

Consolidado

1) Distribuidoras

Demanda judicial movida pela Associação Nacional de Consumidores (ANDECO)

Trata-se de uma Ação Cível Pública, em trâmite na 18ª Vara Cível de Brasília, movida pela ANDECO em desfavor da Eletrobras, Eletrobrás Amazonas, Eletrobras Acre, Eletrobras Alagoas, CELG, Eletrobras Piauí, Eletrobras Rondônia e Eletrobras Roraima, tendo atribuído à causa o valor de R$ 27.196.824, resultante da soma do dobro dos supostos valores devidos pelas reclamadas, conforme quadro abaixo:

Empresa	Perdas	Dobra Legal
CELG Distribuição S.A.	3.373.930	6.747.860
Eletrobras Distribuição Acre S.A.	250.570	501.140
Eletrobras Amazonas Distribuição de Energia S.A.	4.813.561	9.627.122
Eletrobras Distribuição Alagoas S.A.	1.948.106	3.896.212
Eletrobras Distribuição Piauí S.A.	1.833.144	3.666.288
Eletrobras Distribuição Rondônia S.A.	1.261.910	2.523.820
Eletrobras Distribuição Roraima S.A.	117.191	234.382
Total	13.598.412	27.196.824

A autora alega que, inobstante haver autorização da ANEEL, a cobrança rateada de valores de perdas não técnicas (fraudes, furtos, erros de medição, faturamento e fornecimento sem medição) é indevida e que, portanto, deverão as distribuidoras serem condenadas a ressarcir aos consumidores regulares, em dobro (dobra legal), os valores cobrados no período de 2010 a 2014, conforme seus respectivos balanços. Pleiteia, ainda, a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e inclusão nas faturas dos valores cobrados de perdas não técnicas.

A autora requereu o pedido liminar para suspender a cobrança, assim como as Resoluções da ANEEL que a permitem, todavia, o pedido foi indeferido. A Magistrada determinou a intimação da ANEEL quanto ao interesse para integrar a lide, a qual se manifestou positivamente, ensejando, por via de consequência, no declínio de competência e na redistribuição do efeito à Justiça Federal.

Em 08/08/2016, houve a redistribuição dos autos à 21ª Vara Federal de Brasília com despacho inicial mantendo os atos até então praticados na esfera cível e determinando a intimação da ANEEL e da União para apresentação de defesa, com posterior réplica autoral.

2) Amazonas D

i. Contrato de Fornecimento de Gás - CIGÁS - Limitação do Volume do Gás

No que tange aos montantes de cobertura da Conta de Consumo de Combustível (CCC) referente aos custos de geração da controlada Amazonas Distribuidora de Energia, existe a possibilidade da não neutralidade do contrato de gás devido ao Despacho Aneel nº314, de 02 de fevereiro de 2016 que fixou a quantidade de gás natural a ser reembolsada pela CCC em 2016 em patamar inferior à Quantidade Diária Contratada ("QDC") de 5.420.000 m³/dia conforme estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre a Amazonas Distribuidora e a CIGÁS/Petrobrás.

Em 2017 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de março de 2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2017, manteve a mesma limitação do reembolso referente ao volume de gás no patamar de 2016. A Companhia ingressou com Pedidos de Reconsideração junto à ANEEL em face das limitações orçamentárias impostas pela ANEEL que estão pendentes de apreciação.

No entanto, em relação à limitação do reembolso do volume, a Companhia avalia como baixo o risco de materialização do desembolso financeiro, pois entende que a ANEEL não pode criar dispositivo que limita a cobertura do reembolso dos custos com geração definidos pela Lei 12.111/2009 e reforçados pela Lei 13.299/2016. Adicionalmente existe decisão favorável proferida em Segunda Instância em caso análogo a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos das limitações impostas. Em última instância, a Companhia entende que na improvável hipótese de prevalecer a limitação imposta pela ANEEL no reembolso do Volume do Gás, haveria um desequilíbrio econômico-financeiro passível de revisão do contrato de gás em referência ou ainda revisão do Preço do Gás pela ANP de forma a compensar tal desequilíbrio.

Os montantes envolvidos na limitação do reembolso referente ao volume de gás nos exercícios de 2016 e 2015 são de 340 milhões e de 378 milhões de reais respectivamente.

ii. Reembolso Óleo - Resolução Homologatória ANEEL Nº 427/2011

Com o advento da Medida Provisória nº 466/2009, posteriormente convertida na Lei nº 12.111/2009, a legislação setorial passou a dispor que a CCC passaria a reembolsar não apenas o custo total do combustível, mas, ainda todo o custo da geração de energia nos sistemas isolados, deduzido do custo médio da energia apurado para o ambiente regulado. Ao regulamentar a Lei nº 12.111/2009, o Decreto nº 7.246/2010 novamente não impôs ou estabeleceu qualquer limitação quanto ao reembolso integral previsto.

Contudo, ao regulamentar a Lei nº 12.111, de 2009, e o Decreto nº 7.246, de 2010, a Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 2011, estabeleceu limitações ao reembolso dos custos de aquisição com combustíveis estabelecendo um preço de referência.

A Companhia entende que é direito líquido e certo o reembolso integral da CCC, sem qualquer limitação, nesse sentido fez-se necessário impetrar um Mandado de Segurança, a fim de garantir o reembolso previsto na Lei nº 12.111/2009, sem qualquer limitação.

Mediante a referida ação judicial, foi proferida Decisão em Segunda Instância a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 427/2011. Com isso, vige atualmente decisão que concedeu a segurança pleiteada, no sentido de assegurar o reembolso integral dos custos referentes ao consumo de combustíveis sem qualquer limitação.Desta forma a Companhia permanece sendo reembolsada integralmente de seus custos de geração.

A Companhia entende que é baixo o risco de perda do litígio em virtude da Decisão já proferida, decisão esta reforçada pela Lei nº 13.299/2016 que trouxe o benefício de prover recursos para o pagamento dos reembolsos das despesas de aquisição de combustível incorridas até 30 de abril de 2016 pelas concessionárias titulares das concessões que trata a Lei nº 12.111/2009, comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei.

Nesse sentido, têm-se, ainda a Nota Técnica ANEEL nº 331/2016, de 12 de setembro de 2016, que em seu item III. 2 - "Alterações na CCC", dispõe que há necessidade de adequações da Resolução Normativa 427/2011 em virtude da Lei nº 13.299/2016, vejamos:

> ii.2 Alterações na CCC
>
> a. Em virtude da publicação da Lei nº 13.299, de 21/6/2016, a qual alterou, dentre outros, dispositivos da Lei nº 12.111, de 9/12/2009, há que se adequar o ato normativo da ANEEL que disciplina a gestão e o processamento da CCC.
>
> b. Assim, em vista à Resolução Normativa nº 427/2011, identifica-se a seguir os pontos a serem revistos. Em primeiro lugar e apresentando-se como item de maior impacto econômico e financeiro nas distribuidoras beneficiadas, cita-se o art. 3º da Lei nº 13.299/2016, o qual prevê o reembolso das despesas comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da Lei nº 12.111/2010, incluindo atualizações monetárias, até 30/4/2016.

Sendo assim, e considerando que a Lei nº 13.299/2016 garante o reembolso integral do custo com combustíveis até 30 de abril de 2016, o valor estimado em litígio após abril de 2016 é de aproximadamente R$ 96.694.

3) CEAL

Cuida-se de Ação Civil Coletiva de Consumo, em tramitação na 3ª Vara Cível da Comarca de Maceió/AL, proposta pelo Instituto Sal da Terra, objetivando a condenação da CEAL em danos morais individuais no valor equivalente a R$ 10 (dez mil reais) para cada um dos 30.000 (trinta mil) consumidores afetados pelo envio de uma carta do SERASA informando que os mesmos teriam seus nomes negativados.

O fato que originou a ação judicial supracitada ocorreu em decorrência de ato praticado pelo SERASA, que gerou, sem a autorização ou solicitação da CEAL, as referidas cartas aos consumidores que, em sua maioria, já haviam realizado o pagamento das faturas de energia elétrica.

A classificação foi realizada de forma bastante conservadora, haja vista existirem várias linhas de defesa postas na contestação da CEAL que induzem a uma futura improcedência da ação, sendo uma delas a ilegitimidade passiva da CEAL pelo fato de que não foi dela a iniciativa ou autorização para o envio das cartas informando a possível negativação dos nomes dos consumidores.

Em 10 de fevereiro de 2015, houve a realização de audiência judicial de conciliação entre o Instituto Sal da Terra e a CEAL, todavia, nessa audiência, as partes não chegaram a um acordo. Nessa mesma audiência, as partes requereram ao Magistrado a apreciação do pedido de denunciação à lide, bem como a apreciação das preliminares suscitadas na contestação da CEAL, no que o Magistrado determinou a vinda dos autos à conclusão para deliberar a respeito do que foi requerido na audiência pelas partes.

Os autos processuais encontram-se conclusos ao Magistrado desde o dia 10 de fevereiro de 2015, aguardando-se decisão judicial, haja vista a ação já ter sido contestada pela CEAL, bem como o Instituto Sal da Terra já ter apresentado sua réplica em relação à contestação. O valor total das indenizações individuais pretendidas é de R$ 300.000.

4) Chesf

i. Contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado

Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 - 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela ANEEL das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sidos oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF - 1.ª Região. Em 31/03/2013 - TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). RESP da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improviu os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$ 110.000.

ii. Ação civil pública - Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso - BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a CHESF e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30/11/2016 ao relator Desembargador Federal Neviton Guedes - Quinta Turma. Contudo, em 31/12/2016 continua concluso para relatório e voto.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

iii. Instalações de Geração Compartilhada - ICGs

Processo nº 33328-13.2015.4.01.3400 - 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Tratase de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada - ICGs. Esse prejuízo remontaria a R$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. Em 31/12/2016 o referido processo encontra-se concluso para sentença.

5) Eletronorte

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2016 o valor do processo é de R$ 1.093.210 (2015 - R$ 1.090.591).

6) Eletrosul

A Eletrosul apresenta participação de 49% do valor das ações possíveis de perda do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, no montante de R$ 450.469, cuja principal discussão de risco possível diz respeito à ação de indenização de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. A mineradora alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que a concessão de Lavra obtida tornou legítima a posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da Usina. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atribuído a essa causa é de R$ 220.730.

b.2) Tributárias

Controladora

Trata-se de Recurso Especial de Divergência, interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com lastro no artigo 7º, II, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, contra. Acórdão nº 202-19.201, unânime, da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes.

No caso, foi lavrado Auto de Infração contra a Eletrobras, com a exigência de pagamento de COFINS, relativa aos fatos geradores ocorridos no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, especificamente sobre receitas financeiras auferidas, originárias de contratos de financiamentos, empréstimos e repasses financeiros, e variações cambiais, decorrentes de contratos pactuados entre a Eletrobras e Itaipu Binacional.

A Eletrobras defendeu-se da impugnação, alegando que excluiu da base de cálculo da COFINS as referidas receitas, com respaldo na Cláusula XII, alínea "b" do Tratado Brasil-Paraguai, objeto do Decreto Legislativo nº 23, de 30 de maio de 1973.

A despeito da impugnação apresentada, foi mantida a exigência fiscal pela Delegacia da Receita Federal em Brasília, tendo a Eletrobras apresentado recurso voluntário, que restou provido pela 2ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes.

A União (Fazenda Nacional), interpôs recurso especial de divergência, pleiteando a anulação do Acórdão, sendo que tal recurso se encontra pendente de julgamento.

Dessa forma, a última decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes foi favorável à Eletrobras, e entendemos que a decisão está em plena consonância com a jurisprudência do STF. O valor da causa em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 475.085 (31 de dezembro de 2015 - R$ 448.841).

Consolidado

1) Eletronuclear

A ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R$ 86.396, atualizados em R$ 100.573.

2) CEAL

Em 19 de abril de 2005, a Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ/AL) lavrou contra a CEAL o Auto de Infração nº 99.33828-001.

O referido auto de infração impõe à CEAL a cobrança de ICMS incidente sobre perdas comerciais decorrentes da exploração da atividade econômica de distribuição de energia elétrica. Segundo o Fisco Estadual, a autuação deve-se ao fato de a CEAL ter fornecido energia elétrica sem a emissão da respectiva documentação fiscal no período compreendido entre janeiro de 2000 a janeiro de 2005.

A medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário encontra-se atualmente em vigor. Os autos processuais encontram-se conclusos ao Magistrado desde o dia 19 de maio de 2014, aguardando-se decisão judicial, haja vista a ação já ter sido contestada pelo Estado de Alagoas, bem como a CEAL já ter apresentado sua réplica em relação à contestação. O saldo corrigido em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 352.500.

b.2) Trabalhistas

i. Ações trabalhistas - Qualidade de responsável subsidiária

Tramitam diversas ações trabalhistas em que a Eletrobras é chamada ao processo na qualidade de responsável subsidiária, isso decorre diante do entendimento perante o Direito do Trabalho de que a Eletrobras faz parte de um grupo econômico. Destacamos que, nestes processos, a Eletrobras somente responderá pelo pagamento, caso ocorra o reconhecimento judicial da existência de um grupo econômico e empregadora originária não realize o pagamento, motivo pelo qual classifica-se o montante de R$ 2.066.335, como de risco possível. Ressaltamos que, sobre algum valor que venha a ser pago, deste montante, ainda haverá a possibilidade da Eletrobrás ser ressarcida pela empregadora.

c) Processos de risco de desembolso remoto, não provisionados

Chesf

Ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia. A ação é considerada pelos seus administradores e suportada pelos consultores jurídicos da Companhia como risco de perda remota.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R$ 7.000.000, valor não atualizado desde então. O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação. A Construtora Mendes Junior S.A. interpôs agravos para Superior Tribunal de Justiça - ARESP, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, naquela instância, o Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo não provimento dos agravos. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014.

A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04 de dezembro de 2014 onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18 de dezembro de 2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19 março de 2015. Foram interpostos embargos de declaração pela Mendes Júnior, onde os mesmos foram negados pelo STJ.

Após rejeição dos embargos, Mendes Júnior apresentou recurso extraordinário, que, negado seguimento, foi objeto de agravo (ARE 971.889) que aguarda julgamento após distribuição, onde foi negado o seguimento ao recurso.

Interposto agravo regimental pela Mendes Júnior que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2016, o processo encontra-se concluso para julgamento.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

No cálculo do ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa de 6,02% ao ano que representa o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

	CONSOLIDADO
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2014	1.314.480
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	(113.294)
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2015	1.201.186
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	201.284
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2016	1.402.470

NOTA 32 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Aporte da União para Futuro Aumento de Capital	3.060.373	–
Aquisição de participação acionária CEEE / CGTEE	224.097	196.544
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	3.783	3.318
UHE de Xingó	10.629	9.322
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.664	1.459
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	9.863	8.650
	3.310.409	219.294

Foram aprovados o ingresso de recursos na Companhia nos montantes de R$ 1.000.000 e R$ 970.000, em 6 de abril e 9 de setembro de 2016, respectivamente, via Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), efetuados pelo acionista controlador União. Os referidos recursos serão destinados à cobertura de despesas de capital, para o ano de 2016, previstas no orçamento da Eletrobras Holding, ficando vedada a utilização desses recursos para transferência, a qualquer título, às distribuidoras subsidiárias da Eletrobras. Em 22 de novembro de 2016, ocorreu um novo ingresso de recursos na Companhia no montante de R$ 936.180 a título de AFAC realizado pela União, destinado à viabilizar a execução do Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021 ("PNDG 2017-2021").

Os AFACs realizados em 6 de abril e 9 de setembro de 2016, fizeram necessários para reforçar as fontes de recursos necessárias para atendimento do Programa de Dispêndios Globais (PDG) 2016, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, devido à frustração de ingresso de alguns recursos previstos originalmente em seu orçamento de capital, tais como: (i) não recebimento de dividendos esperados de algumas investidas em razão dos prejuízos que apresentaram no exercício de 2015; (ii) não recebimento, até esta data, dos valores referentes às indenizações suplementares das concessões de geração e transmissão renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, devido a necessidade de aguardar a regulamentação pelo Poder Concedente das condições para o referido pagamento; e (iii) dificuldade de acessar, neste momento, o mercado de *debt* em razão das atuais condições macroeconômicas e setoriais.

NOTA 33 - CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2015	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2016
Transmissão				
Contrato 062/2001	729.478	–	(729.478)	–
LT Recife II - Suape II	51.024	–	(9.561)	41.463
LT Camaçari IV - Sapeaçu	99.080	15.421	–	114.501
Outros	16.467	–	(5.946)	10.521
	896.049	15.421	(744.985)	166.485
Geração				
Camaçari	80.441	–	(80.441)	–
Funil	83.788	–	(20.364)	63.424
Coaracy Nunes	228.091	142.490	–	370.581
Marimbondo	79.924	155.882	–	235.806
Angra 3	–	1.677.269	(327.028)	1.350.241
Outros	130.072	414.241	(57.300)	487.013
	602.316	2.389.882	(485.133)	2.507.065
Distribuição				
Ceal	–	7.809	–	7.809
Cepisa	–	65.382	–	65.382
Ceron	–	191.325	–	191.325
Boa Vista	60.120	–	(57.897)	2.223
Amazonas D	–	812.694	–	812.694
	60.120	1.077.210	(57.897)	1.079.433
	1.558.485	3.482.513	(1.288.015)	3.752.983
Total do Passivo Circulante	9.073	1.142.502	(57.897)	1.093.678
Total do Passivo Não Circulante	1.549.412	2.340.011	(1.230.118)	2.659.305
TOTAL	1.558.485	3.482.513	(1.288.015)	3.752.983

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 31 de dezembro de 2016, R$ 952.728 (R$ 1.270.274 em 31 de dezembro de 2015) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

Angra 3

A Companhia revisou o orçamento total do empreendimento Angra 3 e a data prevista para operação da Usina Nuclear Angra 3 foi alterada para dezembro de 2022. Desta forma, no exercício de 2016, a Companhia reconheceu um *impairment* no valor de R$ 2.885.939 (vide Nota 19) do ativo relativo a este empreendimento e um valor excedente a este ativo de R$ 1.677.269, reconhecido como contrato oneroso.

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

34.1 - Compra de energia

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Amazonas D	796.284	865.926	953.503	1.026.234	1.106.388	3.098.995
CGTEE	228.948	228.948	220.695	220.695	220.696	220.695
Chesf	267.690	267.690	268.420	177.700	177.700	2.130.450
Distribuidora Alagoas	752.200	828.480	902.263	881.572	922.479	922.480
Distribuidora Piauí	854	837	768	774	808	280.767
Distribuidora Roraima	–	1.047.758	528.156	–	–	–
Distribuidora Rondônia	1.254.994	1.355.922	1.435.240	–	–	–
Eletrosul	246.262	249.674	240.274	238.361	229.981	2.518.069
Furnas	607.914	610.976	602.903	600.055	593.571	3.220.238
Total	4.155.146	5.456.210	5.152.222	3.145.390	3.251.623	12.391.694

34.2 - Fornecedores de combustíveis

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Amazonas D	2.964.692	3.104.682	2.987.003	2.754.647	2.878.525	19.497.308
CGTEE	115.345	115.345	115.345	115.345	115.345	230.690
Eletronuclear	–	–	1.000.000	600.000	316	8.762.700
Total	3.080.037	3.220.027	4.102.348	3.469.992	2.994.186	28.490.698

A principal atividade de compras de combustíveis está na controlada Eletronuclear, que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na controlada Amazonas existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas - CIGÁS. O prazo final do contrato é 30/11/2030.

34.3 - Venda de Energia

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Amazonas GT	558.760	558.760	446.298	319.638	319.638	1.331.970
CGTEE	474.699	474.699	474.699	474.699	474.699	949.398
Chesf	824.510	864.700	864.700	810.660	866.400	10.178.500
Eletrosul	652.352	548.036	493.293	491.945	491.945	7.419.496
Eletronuclear	3.087.989	3.087.989	3.087.989	3.087.989	3.087.989	–
Furnas	3.054.451	3.054.451	1.730.187	1.726.353	1.726.353	27.531.632
Distribuidora Rondônia	2.304.857	2.549.537	2.835.530	–	–	–
Total	10.957.618	11.138.172	9.932.696	6.911.284	6.967.024	47.410.996

continua

continuação

34.4 - Compromissos socioambientais

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Eletronuclear	–	1.136.165	428.893	779.449	348.957	–
Eletronorte	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	16.000
Total	20.000	1.156.165	448.893	799.449	368.957	16.000

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

Tucuruí

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Eletronorte implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

(*) Informações não auditadas pelo auditor independente

34.5 - Aquisição de Imobilizado e Intangivel

Empresas	2018	2019	2020	2021
Chesf	398.045	–	–	–
Eletronuclear	2.490.036	471.533	–	–
Eletrosul	102.039	103.662	122.631	161.188
Total	2.990.120	575.195	122.631	161.188

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

A Companhia continua avaliando a continuidade do projeto da Usina Nuclear Angra 3, o qual poderá impactar nos compromissos de aquisição de imobilizado e intangível.

34.6 - Aquisição de insumos

Empresas	2018	2019	2020
CGTEE	29.352	29.352	29.352
Total	29.352	29.352	29.352

A controlada CGTEE adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

34.7 - Compromissos - Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

34.7.1 - Aquisição de imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), conforme apresentado abaixo:

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022
Eletronorte					
CCBM	26.799	–	–	–	–
ELM	14.578	2.078	2.078	2.078	6.829
Outros	4.061	–	–	–	–
Total	45.438	2.078	2.078	2.078	6.829

34.7.2 - Uso do bem público

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Norte Energia S.A.	3.288	3.288	3.031	3.031	3.031	29.176
Energética Águas da Pedra S.A.	370	370	370	370	370	1.054
Total	3.288	3.288	3.031	3.031	3.031	29.176

34.7.3 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), relativos a adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Norte Energia S.A.	347.599	18.150	–	–	–	–
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	87.000	–	–	–	–	–
Transnorte Transmissora de Energia S.A.	88.200	–	–	–	–	–
Complexo Famosa	4.000	–	55.000	55.000	55.000	55.000
Complexo Eólico Baleia	–	–	63.000	63.000	63.000	63.000
Complexo Eólico Punaú	8.000	–	80.000	80.000	80.000	80.000
Holding Brasil Ventos	393.000	428.000	38.000	38.000	38.000	38.000
Complexo Eólico Itaguaçú Da Bahia	22.000	–	157.000	157.000	157.000	157.000
Empresa de Energia São Manoel S.A.	10.000	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí I	68.125	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí II	15.430	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí III	19.390	–	–	–	–	–
Chapada do Piauí II Holding S.A.	20.717	–	–	–	–	–
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	1.070	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Sento Sé II	20.717	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Sento Sé III	20.717	–	–	–	–	–
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	9.260	–	–	–	–	–
Companhia Energética SINOP S.A.	86.084	–	–	–	–	–
Leilão Transmissão 004/2014 - Lote A	84.331	84.331	–	–	–	–
Total	1.305.640	530.481	393.000	393.000	393.000	393.000

NOTA 35 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém registrado um passivo a descoberto de R$ 20.160.828 (R$ 7.793.798 em 31 de dezembro de 2015). A movimentação das empresas que apresentam passivo a descoberto está demonstrada a seguir:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO - CONTROLADORA					
ED Piauí	701.148	13.827	–	506.761	1.221.736
ED Roraima	337.643	1.682	–	269.988	609.313
Amazonas	4.363.597	3.221	–	4.967.813	9.334.631
ED Acre	125.416	160	–	139.194	264.769
ED Rondonia	456.558	4.337	(245)	835.268	1.295.918
CGTEE	1.210.508	69.277	–	1.073.102	2.352.887
Eletronuclear	351.271	84.521	–	4.072.008	4.507.800
ED Alagoas	247.657	12.884	(8.307)	321.540	573.774
TOTAL PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO	7.793.798	189.908	(8.552)	12.185.673	20.160.828

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2014	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2015
MUTAÇÃO PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO - CONTROLADORA					
ED Piauí	141.056	13.521	(16.416)	562.987	701.148
ED Roraima	69.726	(2.199)	–	270.116	337.643
Amazonas	2.019.381	168	–	2.344.048	4.363.597
ED Acre	–	(177)	–	125.593	125.416
ED Rondonia	–	(213)	–	456.771	456.558
CGTEE	552.998	9.208	–	648.302	1.210.508
Eletronuclear	–	29.620	–	321.651	351.271
ED Alagoas	11.075	(16.004)	–	252.585	247.656
TOTAL PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO	2.794.236	33.924	(16.416)	4.982.053	7.793.798

35.1 - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A controlada, em 31 de dezembro de 2016, apresenta capital circulante líquido de R$ 29.965 (negativo de R$ 269.740 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 1.252.835 (R$ 931.295 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 573.774 (R$ 247.656 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A controlada, em 31 de dezembro de 2016, apresenta um capital circulante líquido negativo de R$ 1.377.303 (R$ 1.010.468 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 2.617.163 (R$ 1.781.895 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 1.295.918 (R$ 456.558 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piauí - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2016 um capital circulante líquido negativo de R$ 317.782 (R$ 754.935 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 2.473.292 (R$ 1.966.531 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 1.221.736 (R$ 701.150 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

d) Amazonas D. - tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW*) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A controlada apresenta, em 31 de dezembro de 2016, capital circulante líquido negativo de R$ 6.701.443 (R$ 2.447.607 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 13.939.161 (R$ 8.971.348 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 9.334.631 (R$ 4.363.598 em 31 de dezembro de 2015). Em 1º de julho de 2015, a controlada iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica foram segregadas de sua atividade de distribuição (vide Nota 1).

e) Distribuição Roraima - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição pelo Contrato 21/2001 - ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015. A controlada, em 31 de dezembro de 2016, apresenta um capital circulante líquido negativo de R$ 395.860 (R$ 432.232 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 1.290.529 (R$ 1.020.541 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 609.313 (patrimônio líquido de R$ 337.643 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

f) Distribuição Acre - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todo o Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela Eletronorte. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A controlada apresenta, em 31 de dezembro de 2016, um capital circulante líquido negativo de R$ 89.367 (R$ 139.542 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 749.161 (R$ 605.232 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 273.777 (R$ 129.683 em 31 de dezembro de 2015).

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

35.2 - Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como construção da usina Angra 3. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica gerada pela controlada foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009. A controlada, em 31 de dezembro de 2016, apresenta um capital circulante líquido negativo de R$ 627.954 (R$ 241.869 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R$ 10.952.863 (R$ 6.877.187 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R$ 4.511.861 (patrimônio líquido de R$ 351.588 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

(b) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) - tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta em 31 de dezembro de 2016 um capital circulante líquido negativo de R$ 799.982 (R$ 599.918 em 31 de dezembro de 2015).

A CGTEE apresentou em 31 de dezembro de 2016 um prejuízo acumulado de R$ 3.090.917, ante um prejuízo acumulado de R$ 3.080.150 em 31 de dezembro de 2015. O resultado determinou um passivo a descoberto na mesma data de R$ 2.353.121 (R$ 1.210.628 em 31 de dezembro de 2015).

Diante do quadro atual, a CGTEE está em tratativas junto a Eletrobras para viabilizar ações que possibilitam a sua recuperação técnica e financeira e também depende do apoio financeiro da Eletrobras para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários.

Em 02 de março de 2016, a Eletrobras aprovou a concessão de AFAC no montante de R$ 251.000 para a Controlada CGTEE objetivando a cobertura das necessidades de caixa, conforme mencionado na Nota 13.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

NOTA 36 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

36.1 - Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, é de R$ 31.305.331 (R$ 31.305.331 em de dezembro de 2015) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2016, conforme a seguir:

	31/12/2016							
	Ordinárias		Preferenciais				Capital Total	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	554.395.652	51,00	–	–	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
Banco Clássico	68.750.900	6,32	–	–	–	–	68.750.900	5,08
American Depositary Receipts - ADR's	30.449.968	2,80	–	–	16.755.615	6,31	47.205.583	3,49
Outros	217.150.562	19,98	146.920	100,00	211.725.951	79,77	429.023.433	31,72
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

continua

continuação

31/12/2015								
	Ordinárias		Preferenciais				Capital Total	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	554.395.652	51,00	–	–	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	–	–	–	–	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	–	–	–	–	1.000.000	0,07
CEF	8.701.564	0,80	–	–	–	–	8.701.564	0,64
FGI	–	–	–	–	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
Outros	261.028.277	24,01	146.920	100,00	219.731.566	82,78	480.906.763	35,55
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Do total das 429.023.433 ações em poder dos minoritários, 260.304.425, ou seja, 60,7% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 130.257.171 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 130.047.226 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 30.449.968 ações ordinárias e 16.755.615 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* - ADR's.

36.2 - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	6.779.931	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.418	387.418
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	13.867.170	26.048.342

Em 29 de abril de 2016, na quinquagésima sexta Assembleia Geral Ordinária foi deliberada a destinação de resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, com utilização da reserva de capital para absorção do montante de R$ 12.181.171 equivalente à conta de prejuízos acumulados no exercício, que ultrapassaram as reservas de lucros.

36.3 - Reserva de Lucros

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	171.295	–
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	1.747.209	–
Lucros a Realizar (art. 197 - Lei 6.404/1976)	386.375	–
Retenção de Lucros (art. 196 - Lei 6.404/1976)	713.803	–
	3.018.682	–

36.3.1 - Reserva Legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social a qual, nos termos da Lei 6.404/1976, deverão ser retidos antes de qualquer outra destinação para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

36.3.2 - Reserva Estatutária

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos (50% do Lucro Líquido)	1.712.950	–
Estudos e projetos (1% do Lucro Líquido)	34.260	–
	1.747.209	–

O estatuto social da Companhia define que a Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculada sobre os lucros líquidos do exercício:

I - 50%, a título de reserva para investimentos, destinada à aplicação em investimentos das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a setenta e cinco por cento do capital social integralizado; e

II - 1% a título de reserva para estudos e projetos, destinada a atender à execução de estudos e projetos de viabilidade técnico-econômica do setor de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a dois por cento do capital social integralizado.

36.3.3 - Lucros a Realizar

No exercício em que o montante dos dividendos mínimos obrigatórios, calculados nos termos do estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro, desde que não absorvida por prejuízos apurados em exercícios posteriores.

36.3.4 - Retenção de Lucros

É destinada à aplicação de investimentos previstos em orçamento de capital, na qual a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício por ela previamente aprovado.

36.4 - Remuneração aos Acionistas

I - Relativas ao exercício

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, na forma de Juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Lucro Líquido do exercício:	3.425.899
(–) Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(171.295)
(+) Realização da reserva de revaliação	10.442
(+) Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	16.303
= Base de cálculo	3.281.349

Distribuição do resultado

Lucro Líquido do exercício:	3.425.899
Remuneração Mínima Estatutária a pagar	(433.962)
Constituição de reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(171.295)
Constituição de reserva Estatutária para investimentos (50% do LL)	(1.712.950)
Constituição de reserva Estatutária de estudos e projetos (1% do LL)	(34.259)
Constituição de reserva de Lucros a Realizar	(386.375)
Constituição de reserva de Retenção de Lucros (art. 196, LSA)	(713.803)
Realização da reserva de revaliação	10.442
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	16.303
Saldo final de lucros acumulados	–

Em 2016 a Eletrobras atribuiu remuneração aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R$ 433.962, imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação é a que segue:

Remuneração por ação - Expressa em R$	**31/12/2016**
Ações preferenciais da classe A	2,1783
Ações preferenciais da classe B	1,6337

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte - IRRF (R$ 65.094) sendo a parcela líquida de imposto de renda de JCP a ser distribuída aos acionistas de R$ 368.868.

Sobre a remuneração proposta incide atualização monetária incide a partir de 1º de janeiro de 2017 até a data do efetivo início do pagamento, data esta a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, que apreciará as presentes Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação do resultado deste exercício.

NOTA 37 - RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Básico

31/12/2016				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.753.239	372	672.288	3.425.899
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	2,53	2,53	2,53	

31/12/2015				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(11.606.060)	(1.569)	(2.833.978)	(14.441.607)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico e diluído (R$)	(10,68)	(10,68)	(10,68)	

(b) Diluído

Para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e semelhantes diluidores da companhia. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ordinárias ao preço médio de mercado das ações ordinárias durante o período. Em 31 de dezembro de 2016, as 15.579.561 ações ordinárias potenciais diluitivas, referentes ao Empréstimo Compulsório, foram incluídas no cálculo da média ponderada do número de ações preferenciais devido ao efeito dilutivo em 2016 e antidiluitivo em 2015, conforme apresentado abaixo.

31/12/2016					
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B Convertidas**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.721.888	368	39.010	664.633	3.425.899
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B - Convertidas**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	15.580	265.437	1.368.214
% de ações em relação ao total	79,45%	0,01%	1,14%	19,40%	100,00%
Resultado por ação diluido (R$)	2,50	2,50	2,50	2,50	

NOTA 38 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS OPERACIONAIS				
Geração				
Suprimento de energia para companhias de distribuição	3.778.654	2.749.068	12.885.622	12.310.243
Suprimento de energia para consumidores finais	–	–	2.945.506	3.571.809
Energia Elétrica de Curto Prazo	–	–	1.242.016	1.811.552
Receita de Operação e Manutenção de Concessões Renovadas	–	–	2.178.699	1.882.637
Receita de Construção de Usinas Renovadas	–	–	41.316	148.403
Efeito Financeiro de Itaipu	(346.638)	234.425	(346.638)	234.425
	3.432.016	2.983.493	18.946.521	19.959.069
Transmissão				
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	–	–	2.735.999	2.504.239
Receita de Operação e Manutenção	–	–	239.691	191.372
Receita de Construção	–	–	1.174.703	2.077.616
Financeira - Retorno do Investimento	–	–	29.406.261	838.087
	–	–	33.556.654	5.611.314
Distribuição				
Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica	–	–	15.208.202	14.835.424
Receita de Construção	–	–	1.165.611	1.011.518
CVA e outros itens financeiros	–	–	(339.405)	324.120
	–	–	16.034.408	16.171.062
Outras receitas	59.674	19.567	2.450.329	1.484.431
	3.491.690	3.003.060	70.987.912	43.225.876
(–) Deduções à Receita Operacional				
(–) ICMS	–	–	(4.000.750)	(3.877.677)
(–) PASEP e COFINS	(42.345)	(505.668)	(3.642.892)	(4.108.891)
(–) Encargos setoriais	–	–	(2.550.473)	(2.313.660)
(–) Outras Deduções (inclusive ISS)	–	–	(44.944)	(336.810)
	(42.345)	(505.668)	(10.239.059)	(10.637.038)
Receita operacional líquida	3.449.345	2.497.392	60.748.853	32.588.838

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

No exercício de 31 de dezembro 2016, a Companhia efetuou sua estimativa dos valores atualizados relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, reconhecendo o montante de R$ 28.600.552, na rubrica Receita Financeira - Retorno do Investimento no segmento de transmissão (Vide Nota 2.1).

NOTA 39 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	18.042.028	(6.437.858)	–	–
Investimentos em coligadas				
Juros sobre o capital próprio	6.010	5.610	6.010	–
Equivalência patrimonial	2.246.802	401.201	2.938.270	379.743
	2.252.812	406.811	2.944.280	379.743
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	1.026	2.010	1.026	2.010
Dividendos	101.510	62.045	101.510	62.045
Remuneração dos investimentos em parcerias	–	10.402	–	10.402
Rendimentos de capital - ITAIPU	84.768	77.246	84.768	77.246
Outros	(17.537)	–	(17.537)	–
	169.767	151.703	169.767	151.703
	20.464.607	(5.879.344)	3.114.047	531.446

continua

continuação

39.1 - Investigação

Como resultado da investigação, a Companhia reconheceu a perda de R$ 91.464 no resultado de equivalência patrimonial (Vide Nota 4.XI)

NOTA 40 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	444.482	398.830	6.548.572	6.004.845
Material	2.556	2.555	329.599	318.410
Serviços	408.970	119.120	3.485.040	3.172.162
	856.008	520.505	10.363.211	9.495.417

NOTA 41 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Energia comprada para revenda				
Suprimento	–	–	5.714.743	4.931.606
Comercialização na CCEE	711.399	48.335	2.425.240	2.998.109
Proinfa	3.084.640	2.803.812	3.106.129	2.818.660
Outros	17.980	17.685	17.931	17.852
	3.814.019	2.869.832	11.264.043	10.766.227

NOTA 42 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Garantias	29.913	30.265	29.913	30.265
Contingências (Nota 30)	2.419.819	5.698.790	3.994.158	7.083.748
PCLD - Consumidores e Revendedores	–	–	334.383	642.924
PCLD - Financiamentos e Empréstimos (Nota 8)	17.290	15.755	17.290	15.755
Passivo a descoberto em Controladas (Nota 35)	12.155.108	5.392.577	–	–
Contratos Onerosos (Nota 33)	–	–	2.194.498	366.477
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	(26.834)	(1.001.986)	1.479.088	(610.747)
Impairment (Nota 19)	(1.852)	(1.852)	5.537.062	5.991.110
Provisão ANEEL - CCC	–	–	741.623	–
Ajuste a Valor de Mercado	41	67.107	41	67.107
Impairment BRR	–	–	–	(148.637)
Risco Hidrológico	–	–	(451.340)	451.340
Outras	82.600	31.978	847.279	749.943
	14.676.085	10.232.634	14.723.995	14.639.285

Provisão/ (Reversão) para Perdas em Investimentos

A Companhia efetuou ajustes nos resultados de empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis das referidas empresas com as adotadas pela Companhia, adicionalmente reconheceu provisões para perdas em investimentos, totalizando um montante no exercício de 31 de dezembro de 2016 de R$ 1.479.088 (reversão de R$ 610.747). Para maiores informações vide nota 15.

Provisão ANEEL - CCC

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta CDE. O orçamento aprovado pelo ANEEL inicialmente não contemplou os valores que foram objeto de repactuações assinadas em 2014 e 2015 entre as distribuidoras Amazonas D, Ceron, Eletroacre e Boa Vista (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras/BR Distribuidora. Tais Contratos de Confissão de Dívidas, denominados "CCDs", haviam sido previamente autorizados pela legislação aplicável e homologados pela própria ANEEL.

Em 7 de março de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL alterou a Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, a qual aprovava o orçamento anual da Conta CDE para o ano de 2017, incluindo no orçamentos os montantes referentes aos CCDs (maiores informações vide Nota 11).

Risco Hidrológico

Em dezembro de 2015 a controlada Eletronorte provisionou R$ 451.340, devido à exposição de risco decorrente da adesão à repactuação do risco hidrológico. Durante o exercício de 2016, após a adesão de diversas empresas à repactuação, o risco de exposição da Eletronorte não foi concretizado, tal fato ensejou uma nova avaliação do risco associado aos eventos atuais, bem como a avaliação da situação da Eletronorte na contabilização da energia de curto prazo, caracterizada como vendedora de energia até o encerramento do exercício. Diante desses aspectos, a manutenção da provisão não é necessária. Dessa forma, a controlada Eletronorte reverteu a provisão em sua totalidade no exercício de 2016.

NOTA 43 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

43.1 - Alienação do controle acionário da controlada Celg-D

Em 26 de setembro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, a Eletrobras aprovou a aquisição, pela Companhia, do controle acionário da CELG Distribuição S.A. (Celg-D).

A Companhia concluiu o processo de aquisição da Celg-D mediante o pagamento e a transferência, em 27 de janeiro de 2015, de 76.761.267 de ações ordinárias de emissão da Celg-D, correspondentes a 50,93% do capital social da Distribuidora, ao valor de R$ 59.454.

Em 28 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, a Eletrobras aprovou a alienação do controle acionário da Celg-D em leilão de desestatização a ser promovido pela BM&FBOVESPA, conforme preço mínimo e condições estabelecidas na Resolução 11/2015 do Conselho Nacional de Desestatização - CND. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou os ativos e passivos da controlada Celg-D como ativo mantido para venda, uma vez que a Companhia estava comprometida com a alienação do controle acionário da referida controlada.

Em 30 de novembro de 2016, foi realizada, na Bolsa de Valores de São Paulo -BM&FBOVESPA, o Leilão de Desestatização Número 02/2016 da Celg-D e a proposta vencedora foi a da empresa ENEL BRASIL S/A ("Adjudicatária")

Em 24 de janeiro de 2017, o Conselho administrativo de Defesa Econômica - CADE autorizou a conclusão da operação de privatização da Celg-D.

Em 31 de janeiro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") aprovou a aquisição da Celg-D pela ENEL BRASIL S/A, através da Resolução Autorizativa número 6.182/2017.

Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da Celg-D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, conforme cronograma estabelecido. A Eletrobras recebeu, nesta data, o valor de R$ 1.065.266 referente à referida alienação.

Os principais ativos e passivos da controlada Celg-D classificados como mantidos para venda, em 31 de dezembro de 2016, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	76.144	82.182
Contas a receber	988.093	1.112.469
Tributos e contribuições sociais	149.570	170.440
Depósitos judiciais	212.420	136.761
Ativo Financeiro	62.296	199.497
Ativo imobilizado	44.983	43.328
Ativo intangível	2.065.418	1.908.127
Ativos reembolsáveis - FUNAC	650.065	672.615
Outros ativos	157.224	298.366
Total ativos da Celg-D classificados como mantidos para venda	4.406.213	4.623.785
Fornecedores	1.467.436	1.983.890
Empréstimos e financiamentos	1.085.476	1.304.503
Tributos e contribuições sociais	277.612	360.553
Encargos setoriais	706.039	428.332
Benefício pós emprego	149.698	146.800
Provisões de contingências	669.729	568.100
Outros passivos	819.023	782.831
Passivos da Celg-D associados a ativos classificados como mantidos para venda	5.175.013	5.575.009

NOTA 44 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

44.1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e financiamentos	45.620.428	46.398.260
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e valores mobiliários	6.424.881	8.431.737
Dívida Líquida	39.195.547	37.966.523
(+) Total do Patrimônio Líquido	44.064.927	41.739.222
Total do Capital	83.260.474	79.705.745
Índice de Alavancagem Financeira	47%	48%

44.2 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros:

		CONTROLADORA	
	Mensuração	31/12/2016	31/12/2015
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa		194.106	691.719
Empréstimos e Recebíveis		38.300.688	41.052.908
Clientes	Custo Amortizado	431.472	504.597
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	35.381.756	37.098.745
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	74.527	-
Ativo Financeiro - Itaipu	Custo Amortizado	2.412.933	3.449.566
Mantidos Até o Vencimento		245.296	191.763
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	245.296	191.763
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		4.288.141	3.454.526
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	4.288.141	3.454.526
Disponíveis para venda		1.168.935	1.018.143
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.168.935	1.018.143
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		28.965.246	30.752.210
Fornecedores	Custo Amortizado	440.976	416.126
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	26.319.526	30.036.452
Obrigações de ressarcimento	Custo Amortizado	992.727	299.632
Passivo Financeiro - Itaipu	Custo Amortizado	1.212.017	–
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		6.614	18.860
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	Valor justo	6.614	18.860

		CONSOLIDADO	
	Mensuração	31/12/2016	31/12/2015
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	679.668	1.393.973	
Empréstimos e Recebíveis		78.991.610	59.238.499
Clientes	Custo Amortizado	6.481.303	5.970.958
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	13.184.244	17.587.620
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	9.164.986	10.503.382
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	13.590.194	25.176.539
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	Valor Justo	36.570.883	-
Mantidos Até o Vencimento		246.801	193.669
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	246.801	193.669
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		5.727.185	6.890.406
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	5.498.412	6.844.095
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	228.773	46.311
Disponíveis para venda		6.283.905	5.382.366
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.357.923	1.177.260
Ativo Financeiro - Distribuição	Valor justo	4.925.982	4.205.106
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		69.184.723	70.733.967
Fornecedores	Custo Amortizado	19.442.121	19.577.928
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	45.620.428	46.398.260
Debêntures	Custo Amortizado	201.375	562.474
Obrigações de Ressarcimento	Custo Amortizado	2.683.816	2.879.586
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	1.169.504	1.252.155
Concessões a Pagar UBP	Custo Amortizado	67.479	63.564
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		50.631	99.129
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	44.017	80.269
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	Valor justo	6.614	18.860

44.2.1 - Técnicas de avaliação e informações usadas

a) Caixa e Equivalentes de caixa: mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo: usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

c) Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.

e) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo.

f) Direito de Ressarcimento: São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como empréstimos e recebíveis.

g) Investimentos em Participações Societárias: refere-se a investimentos permanentes em outras sociedades, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

i) Debêntures: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. A Companhia acredita que esses instrumentos aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período do relatório.

j) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

k) Arrendamento mercantil: O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potência mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato

l) Obrigações de ressarcimento: referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC.

m) Demais instrumentos financeiros: os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/ pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados a taxa de CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

44.2.2 - Estimativa de valor justo:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	CONTROLADORA 31/12/2016			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.168.935	–	–	1.168.935
Investimentos (Participações Societárias)	1.168.935	–	–	1.168.935
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	4.288.141	–	4.288.141
Títulos e Valores Mobiliários	–	4.288.141	–	4.288.141
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	6.614	–	6.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	6.614	–	6.614

	CONTROLADORA 31/12/2015			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.018.143	–	–	1.018.143
Investimentos (Participações Societárias)	1.018.143	–	–	1.018.143
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	3.454.526	–	3.454.526
Títulos e Valores Mobiliários	–	3.454.526	–	3.454.526
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	18.860	–	18.860
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	18.860	–	18.860

	CONSOLIDADO 31/12/2016			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.357.923	4.925.982	–	6.283.905
Investimentos (Participações Societárias)	1.357.923	–	–	1.357.923
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	–	4.925.982	–	4.925.982
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	42.298.068	–	42.298.068
Títulos e Valores Mobiliários	–	5.498.412	–	5.498.412
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	228.773	–	228.773
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	–	36.570.883	–	36.570.883
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	50.631	–	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	44.017	–	44.017
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	–	6.614	–	6.614

	CONSOLIDADO 31/12/2015			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.177.260	4.205.106	–	5.382.366
Investimentos (Participações Societárias)	1.177.260	–	–	1.177.260
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	–	4.205.106	–	4.205.106
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	6.890.406	–	6.890.406
Títulos e Valores Mobiliários	–	6.844.095	–	6.844.095
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	46.311	–	46.311
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	99.129	–	99.129
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	99.129	–	99.129

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

44.3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

44.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Financeiras.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguem a política de *hedge* da companhia e não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 e 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à taxa de câmbio e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação das moedas e outros dois considerando a depreciação dessas das moedas.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

(a.1) Risco de apreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31/12/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.502.915	11.414.250	(670.808)	(3.692.073)	(6.713.337)
	Empréstimos concedidos	3.420.014	11.146.167	652.881	3.602.643	6.552.405
	Ativo financeiro - ITAIPU	368.481	1.200.916	70.343	388.158	705.972
	Impacto no resultado - USD			52.415	298.728	545.040
EURO	Empréstimos obtidos	59.263	203.712	(7.858)	(60.751)	(113.643)
	Empréstimos concedidos	59.242	203.697	7.796	60.669	113.543
	Impacto no resultado - EURO			(62)	(81)	(101)
IENE	Empréstimos obtidos	3.308.957	92.353	(4.769)	(29.050)	(53.330)
	Empréstimos concedidos	6.786.486	189.479	9.714	59.512	109.310
	Impacto no resultado - IENE			4.944	30.462	55.979
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE APRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				57.298	329.108	600.918

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.619.606	11.794.486	(693.155)	(3.815.065)	(6.936.975)
	Empréstimos concedidos	3.304.835	10.770.787	630.893	3.481.313	6.331.733
	Ativo financeiro - ITAIPU	368.481	1.200.916	70.343	388.158	705.972
	Impacto no resultado - USD			8.081	54.406	100.731
EURO	Empréstimos obtidos	59.263	203.712	(7.858)	(60.751)	(113.643)
	Impacto no resultado - EURO			(7.858)	(60.751)	(113.643)
IENE	Empréstimos obtidos	3.308.957	92.353	(4.769)	(29.050)	(53.330)
	Impacto no resultado - IENE			(4.769)	(29.050)	(53.330)
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE APRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				(4.546)	(35.395)	(66.243)

(1) Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
USD	3,450	4,313	5,175
EURO	3,570	4,463	5,355
IENE	0,029	0,037	0,044

(a.2) Risco de depreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31/12/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.502.915	11.414.250	(670.808)	2.350.456	5.371.721
	Empréstimos concedidos	3.420.014	11.146.167	652.881	(2.296.881)	(5.246.643)
	Ativo financeiro - ITAIPU	368.481	1.200.916	70.343	(247.472)	(565.287)
	Impacto no resultado - USD			52.415	(193.897)	(440.209)
EURO	Empréstimos obtidos	59.263	203.712	(7.858)	45.034	97.927
	Empréstimos concedidos	59.242	203.697	7.796	(45.077)	(97.950)
	Impacto no resultado - EURO			(62)	(43)	(23)
IENE	Empréstimos obtidos	3.308.957	92.353	(4.769)	19.511	43.792
	Empréstimos concedidos	6.786.486	189.479	9.714	(40.084)	(89.882)
	Impacto no resultado - IENE			4.944	(20.573)	(46.091)
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE DEPRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				57.298	(214.513)	(486.323)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.619.606	11.794.486	(693.155)	2.428.756	5.550.666
	Empréstimos concedidos	3.304.835	10.770.787	630.893	(2.219.527)	(5.069.947)
	Ativo financeiro - ITAIPU	368.481	1.200.916	70.343	(247.472)	(565.287)
	Impacto no resultado - USD			8.081	(38.243)	(84.568)
EURO	Empréstimos obtidos	59.263	203.712	(7.858)	45.034	97.927
	Impacto no resultado - EURO			(7.858)	45.034	97.927
IENE	Empréstimos obtidos	3.308.957	92.353	(4.769)	19.511	43.792
	Impacto no resultado - IENE			(4.769)	19.511	43.792
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE DEPRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				(4.546)	26.302	57.151

(1) Premissas adotadas:	Provável	-25%	-50%
USD	3,450	2,588	1,725
EURO	3,570	2,678	1,785
IENE	0,029	0,022	0,015

44.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

(a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

A composição da dívida por indexador, seja em moeda nacional ou em moeda estrangeira, está detalhada na nota 22, item a.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development)*.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação dos indexadores e outros dois considerando a depreciação desses indexadores.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da LIBOR. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar estão apresentados no item (44.3.1 (a)) desta nota.

(a.1) LIBOR

• risco de apreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA				
		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%)(1)	Cenário III (+50%)(1)
LIBOR	Empréstimos obtidos	669.790	2.182.512	(3.147.278)	(3.934.098)	(4.720.917)
	Derivativo	650.000	2.118.025	3.054.285	3.817.856	4.581.428
	Total			(92.993)	(116.241)	(139.490)

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%)(1)	Cenário III (+50%)(1)
LIBOR	Empréstimos obtidos	783.152	2.551.902	(3.679.955)	(4.599.943)	(5.519.932)
	Derivativo	650.000	2.118.025	3.054.285	3.817.856	4.581.428
	Total			(625.670)	(782.087)	(938.505)

(1) Premissas adotadas:	31/12/2016	Provável	25%	50%
USD	3,2585	3,4500		
LIBOR	n/a	136,20%	170,25%	204,30%

(a.2) Indexadores nacionais

• risco de apreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2016	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%)(1)	Cenário III (+50%)(1)
CDI	Empréstimos obtidos	6.286.018	(597.172)	(746.465)	(895.758)
	Impacto no resultado - CDI		(597.172)	(746.465)	(895.758)
IGPM	Empréstimos concedidos	243.398	11.464	14.330	17.196
	Impacto no resultado - IGPM		11.464	14.330	17.196
IPCA	Empréstimos concedidos	6.776.442	321.881	402.351	482.821
	Impacto no resultado - IPCA		321.881	402.351	482.821
SELIC	Empréstimos obtidos	1.675.353	(159.159)	(198.948)	(238.738)
	Impacto no resultado - SELIC		(159.159)	(198.948)	(238.738)
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(422.985)	(528.732)	(634.478)

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2016	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%)(1)	Cenário III (+50%)(1)
CDI	Empréstimos obtidos	12.701.548	(1.206.647)	(1.508.309)	(1.809.971)
	Impacto no resultado - CDI		(1.206.647)	(1.508.309)	(1.809.971)
TJLP	Empréstimos obtidos	10.063.827	(754.787)	(943.484)	(1.132.181)
	Debêntures emitidas	201.375	(15.103)	(18.879)	(22.655)
	Impacto no resultado - TJLP		(769.890)	(962.363)	(1.154.835)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.169.504	(55.084)	(68.855)	(82.625)
	Empréstimos concedidos	241.721	11.385	14.231	17.078
	Impacto no resultado - IGPM		(43.699)	(54.623)	(65.548)
SELIC	Empréstimos obtidos	1.675.353	(159.159)	(198.948)	(238.738)
	Impacto no resultado - SELIC		(159.159)	(198.948)	(238.738)
IPCA	Empréstimos obtidos	531.933	25.267	31.584	37.900
	Impacto no resultado - IPCA		25.267	31.584	37.900
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(2.154.128)	(2.692.659)	(3.231.191)

(1) Premissas adotadas:

	Provável	25%	50%
CDI	9,50%	11,88%	14,25%
IPCA	4,75%	5,94%	7,13%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
IGPM	4,71%	5,89%	7,07%
SELIC	9,50%	11,88%	14,25%

(•) risco de depreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2016	Cenário I - rovável 2017(1)	Cenário II (-25%)(1)	Cenário III (-50%)(1)
CDI	Empréstimos obtidos	6.286.018	(597.172)	(447.879)	(298.586)
	Impacto no resultado - CDI		(597.172)	(447.879)	(298.586)
IPCA	Empréstimos concedidos	6.776.442	321.881	241.411	160.940
	Impacto no resultado - IPCA		321.881	241.411	160.940
IGPM	Empréstimos concedidos	243.398	11.464	8.598	5.732
	Impacto no resultado - IGPM		11.464	8.598	5.732
SELIC	Empréstimos obtidos	1.675.353	(159.159)	(119.369)	(79.579)
	Impacto no resultado - SELIC		(159.159)	(119.369)	(79.579)
IMPACTO NO RESULTADO - DEPRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(422.985)	(317.239)	(211.493)

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2016	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (-25%)(1)	Cenário III (-50%)(1)
CDI	Empréstimos obtidos	12.701.548	(1.206.647)	(904.985)	(603.324)
	Impacto no resultado - CDI		(1.206.647)	(904.985)	(603.324)
TJLP	Empréstimos obtidos	10.063.827	(754.787)	(566.090)	(377.394)
	Debêntures emitidas	201.375	(15.103)	(11.327)	(7.552)
	Impacto no resultado - TJLP		(769.890)	(577.418)	(384.945)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.169.504	(55.084)	(41.313)	(27.542)
	Empréstimos concedidos	241.721	11.385	8.539	5.693
	Impacto no resultado - IGPM		(43.699)	(32.774)	(21.849)
SELIC	Empréstimos obtidos	1.675.353	(159.159)	(119.369)	(79.579)
	Impacto no resultado - SELIC		(159.159)	(119.369)	(79.579)
IPCA	Empréstimos obtidos	531.933	25.267	18.950	12.633
	Impacto no resultado - IPCA		25.267	18.950	12.633
IMPACTO NO RESULTADO - DEPRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(2.154.128)	(1.615.596)	(1.077.064)

(1) Premissas adotadas:

	Provável	-25%	-50%
CDI	9,50%	7,13%	4,75%
IPCA	4,75%	3,56%	2,38%
TJLP	7,50%	5,63%	3,75%
IGPM	4,71%	3,53%	2,36%
SELIC	9,50%	7,13%	4,75%

De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor nocional acordado. Tais contratos permitem a Companhia mitigar o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxa de juros fixa e nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do exercício do relatório:

Tipo	Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	Valores Justos 31/12/2016	Valores Justos 31/12/2015
Libor X Pre-tax	03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(2.642)	(5.497)
Libor X Pre-tax	04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(5.437)	(11.266)
Libor X Pre-tax	09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	157	(226)
Libor X Pre-tax	10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	211	(133)
Libor X Pre-tax	11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	636	(394)
Libor X Pre-tax	12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	82	(307)
Libor X Pre-tax	13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	88	(286)
Libor X Pre-tax	14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	53	(211)
Libor X Pre-tax	15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	73	(134)
Libor X Pre-tax	16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	65	(166)
Libor X Pre-tax	17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	58	(192)
Libor X Pre-tax	18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	42	(47)
	TOTAL	650.000			(6.614)	(18.860)

As operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa geraram no exercício um resultado abrangente positivo de R$ 11.684 (resultado negativo de R$ 468 em 31 de dezembro de 2015).

Com a designação dos *swaps* para contabilização de *hedge*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R$ 14.160 como despesas financeiras referentes aos *swaps* (R$ 20.996 em 31 de dezembro de 2015).

44.3.3 - Risco de preços - *commodities*

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	315 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450,00/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

continua

continuação

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. O valor da LME fechou o mês de dezembro de 2016 cotado em US$ 1.722,17/ton, o que representou uma variação positiva de 15,17% em relação ao valor verificado em dezembro de 2015, quando o preço da commodity alcançou US$ 1.495,35/ton.

No mesmo exercício de análise, houve uma apreciação do real em relação ao dólar com a cotação passando de R$ 3,87 para R$ 3,35. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com um aumento na expectativa do valor justo para os derivativos compensando a desvalorização do dólar no período.

O ganho apurado nesta operação com derivativos no exercício de 2016 é de R$ 182.462 (perda de R$ 213.599 em 31 de dezembro de 2015) e está apresentado no resultado financeiro.

(a) Análise de sensibilidade sobre os derivativos embutidos indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Saldo em 31/12/2016	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
228.773	686.496	886.555

44.3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes.

O risco de crédito relacionado aos recebíveis de clientes (vide nota 7) está concentrado nas atividades de distribuição, no montante de R$ 2.395.918 ou 38% (R$ 2.178.241 ou 35% em 31 de dezembro de 2015) do saldo em aberto ao final do exercício de 31 de dezembro de 2016, e tendo como principal característica o alto grau de pulverização por contemplar um volume de vendas significativo a consumidores da classe residencial.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (vide nota 8), exceto pela operação financeira com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 5% do saldo em aberto em nenhum período.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundos extramercados exclusivos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (non-performance) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada.

44.3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA				
	31/12/2016				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	7.712.632	5.029.265	17.133.821	4.345.535	34.221.252
Fornecedores	440.976	–	–	–	440.976
Empréstimos e financiamentos	6.278.929	5.029.265	17.133.821	4.345.535	32.787.549
Obrigações de Ressarcimento	992.727	–	–	–	992.727
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.614	–	–	–	6.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.614	–	–	–	6.614

	CONTROLADORA				
	31/12/2015				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	5.497.634	11.400.270	12.496.676	10.797.657	40.192.237
Fornecedores	416.126	–	–	–	416.126
Empréstimos e financiamentos	4.781.876	11.400.270	12.496.676	10.797.657	39.476.479
Obrigações de Ressarcimento	299.632	–	–	–	299.632
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	18.860	–	–	–	18.860
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.860	–	–	–	18.860

	CONSOLIDADO				
	31/12/2016				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	20.420.991	19.541.472	25.956.948	12.925.271	78.844.681
Fornecedores	9.659.301	3.518.140	3.487.328	2.777.352	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	9.440.941	15.718.925	21.822.739	8.297.782	55.280.386
Debêntures	12.442	10.300	41.200	137.433	201.375
Obrigações de Ressarcimento	1.167.503	152.339	146.051	1.217.923	2.683.816
Arrendamento Mercantil	136.662	139.524	418.571	474.748	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	4.142	2.244	41.060	20.033	67.479
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.946	43.685	–	–	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.946	43.685	–	–	50.631

	CONSOLIDADO				
	31/12/2015				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	18.331.212	19.570.442	28.492.678	23.999.600	90.393.931
Fornecedores	10.128.507	3.163.442	3.195.654	3.090.325	19.577.928
Empréstimos e financiamentos	7.312.379	16.138.249	24.723.419	17.884.178	66.058.224
Debêntures	357.226	31.668	57.202	116.378	562.474
Obrigações de Ressarcimento	396.208	145.399	137.252	2.200.727	2.879.586
Arrendamento Mercantil	132.972	91.684	339.679	687.820	1.252.155
Concessões a Pagar UBP	3.920	–	39.472	20.172	63.564
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	20.608	78.521	–	–	99.129
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.608	78.521	–	–	99.129

44.4 - Derivativos embutidos relacionados a debêntures conversíveis em ações

A controlada Eletronorte firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação de projeto.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam em caso desta conversão.

Para apuração do valor, foi realizado o cálculo do valuation da antiga investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

O ganho apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 36.252 (ganho de R$ 27.292 em 31 de dezembro de 2015) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício.

44.4.1 - Análise de sensibilidade

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da controlada Eletronorte.

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 e 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou commodities, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

	Saldo em 31 de dezembro	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
2016	44.017	37.488	30.774	50.122	55.673

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

NOTA 45 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

	31/12/2016							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	177.405	16.084.829	1.626.261	1.604.010	31.951.699	11.591.536	(2.286.887)	60.748.853
Custos e Despesas Operacionais	(16.363.987)	(18.554.204)	(2.558.582)	(2.516.547)	(4.842.825)	(15.571.754)	14.498.405	(45.909.494)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(16.186.582)	(2.469.375)	(932.321)	(912.537)	27.108.874	(3.980.218)	12.211.518	14.839.359
Resultado Financeiro	(978.970)	(1.743.807)	(619.292)	(179.444)	306.918	(2.658.306)	(56.410)	(5.929.311)
Resultado de Participações Societárias	21.160.337	–	–	–	–	–	(18.046.290)	3.114.047
Imposto de renda e contribuição social	(67.593)	532.531	165.617	(167.351)	(8.974.023)	–	–	(8.510.819)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	3.927.192	(3.680.651)	(1.385.996)	(1.259.332)	18.441.769	(6.638.524)	(5.891.182)	3.513.276

	31/12/2015							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	348.022	15.374.584	1.747.836	1.839.339	3.826.056	11.470.843	(2.017.842)	32.588.838
Custos e Despesas Operacionais	(11.818.632)	(18.877.383)	(1.586.974)	(3.253.891)	(4.008.317)	(13.603.989)	7.484.381	(45.664.805)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(11.470.610)	(3.502.799)	160.862	(1.414.552)	(182.261)	(2.133.146)	5.466.539	(13.075.967)
Resultado Financeiro	3.958.904	(1.281.380)	(656.829)	(573.184)	(240.949)	(2.831.625)	(73.962)	(1.699.025)
Resultado de Participações Societárias	(6.091.974)	–	–	–	–	–	6.623.420	531.446
Imposto de renda e contribuição social	(870.858)	(126.772)	89	256.947	19.553	10.929	–	(710.112)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(14.474.538)	(4.910.951)	(495.878)	(1.730.789)	(403.657)	(4.953.842)	12.015.997	(14.953.658)

continua

continuação

Receitas e Despesas de juros por segmento:

	31/12/2016					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Eliminações	Total
Receita de Juros	3.479.762	28.623	36.498	–	(2.390.873)	1.154.010
Despesa de Juros	(2.613.556)	(1.744.244)	(1.101.056)	(3.579.897)	2.662.917	(6.375.836)
Total	866.206	(1.715.621)	(1.064.558)	(3.579.897)	272.044	(5.221.826)

	31/12/2015					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Eliminações	Total
Receita de Juros	3.007.812	25.755	34.199	–	(1.939.360)	1.128.406
Despesa de Juros	(2.456.811)	(2.997.888)	(1.062.270)	(1.688.888)	1.865.398	(6.340.459)
Total	551.001	(2.972.133)	(1.028.071)	(1.688.888)	(73.962)	(5.212.053)

Receita de consumidores externos por segmento:

	31/12/2016			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	12.885.622	–	–	12.885.622
Fornecimento de Energia Elétrica	2.945.506	–	15.208.202	18.153.708
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.242.016	–	–	1.242.016
CVA e outros itens financeiros	–	–	(339.405)	(339.405)
Efeito Financeiro de Itaipu	(346.638)	–	–	(346.638)
Receita de operação e manutenção	2.178.699	2.975.690	–	5.154.389
Receita de construção	41.316	1.174.703	1.165.611	2.381.630
Financeira - Retorno do Investimento	–	29.406.261	–	29.406.261
Atualizações da taxa de retorno - Geração	–	–	–	–
Total da receita bruta	18.946.521	33.556.654	16.034.408	68.537.583

	31/12/2015			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	12.310.243	–	–	12.310.243
Fornecimento de Energia Elétrica	3.571.809	–	14.835.424	18.407.233
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.811.552	–	–	1.811.552
CVA e outros itens financeiros	–	–	324.120	324.120
Efeito Financeiro de Itaipu	234.425	–	–	234.425
Receita de operação e manutenção	1.882.637	2.695.611	–	4.578.248
Receita de construção	148.403	2.077.616	1.011.518	3.237.537
Financeira - Retorno do Investimento	–	838.087	–	838.087
Total da receita bruta	19.959.069	5.611.314	16.171.062	41.741.445

Receita Intersegmento:

	31/12/2016			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de distribuição	–	1.127.914	–	1.127.914
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	726.513	–	726.513
Receita de Transmissão - O&M do segmento de geração	–	–	286.936	286.936
Receita de Transmissão - O&M do segmento de distribuição	–	–	123.727	123.727
Receita de juros do segmento de geração	552.746	–	–	552.746
Receita de juros do segmento de transmissão	836.583	–	–	836.583
Receita de juros do segmento de distribuição	1.001.544	–	–	1.001.544
Total	2.390.873	1.854.427	410.663	4.655.963

	31/12/2015			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de distribuição	–	928.993	–	928.993
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	486.478	–	486.478
Receita de Transmissão - O&M do segmento de geração	–	–	307.418	307.418
Receita de Transmissão - O&M do segmento de distribuição	–	–	112.893	112.893
Receita de juros do segmento de geração	477.484	–	–	477.484
Receita de juros do segmento de transmissão	757.365	–	–	757.365
Receita de juros do segmento de distribuição	704.511	–	–	704.511
Total	1.939.360	1.415.471	420.311	3.775.142

Adição a ativos não circulantes por segmento:

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	186.369	2.290.771	–	–	2.477.140
Intangível	58.993	54.981	500	38.073	152.547
Total	245.362	2.345.752	500	38.073	2.629.687

	31/12/2015				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	230.633	3.909.258	–	–	4.139.891
Intangível	61.331	52.811	87.463	182.703	384.308
Total	291.964	3.962.069	87.463	182.703	4.524.199

Ativos não circulantes por segmento:

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Ativos não circulantes					
Imobilizado	1.848.030	24.065.771	–	899.124	26.812.925
Intangível	419.775	151.877	83.837	106.249	761.738
Total	2.267.805	24.217.648	83.837	1.005.373	27.574.663

	31/12/2015				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Ativos não circulantes					
Imobilizado	1.774.081	26.815.743	–	956.821	29.546.645
Intangível	452.068	146.173	88.392	248.518	935.151
Total	2.226.149	26.961.916	88.392	1.205.339	30.481.796

Itens não-caixa por segmento:

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	201.993	1.562.407	3.510	75.875	1.843.785
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	1.904.749	(729.564)	1.019.313	2.194.498
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(1.852)	3.396.523	2.363.556	(221.165)	5.537.062
Total	200.142	6.863.679	1.637.502	874.023	9.575.346

	31/12/2015				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	189.085	1.242.709	3.728	407.078	1.842.600
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(1.663)	5.469.310	316.762	(93.693)	5.690.716
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	102.518	263.959	–	366.477
Total	187.422	6.814.537	584.449	313.385	7.899.793

NOTA 46 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 51% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 36).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas levando em consideração condições que poderiam ser normais de mercado.

		CONTROLADORA					
		31/12/2016			31/12/2015		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS	Empréstimos e financiamentos	3.873.939	–	–	4.047.720	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	49.772	–	–	43.649	–	–
	Dividendo a receber	–	–	–	153	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	293.670	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	517.516	–	–	689.462
		4.217.382	–	517.516	4.091.522		689.462
CHESF	Empréstimos e financiamentos	698.716	–	–	30.964	–	–
	Dividendo a receber	–	–	–	78	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	157.278	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	28.760	–	–	2.003
		855.995	–	28.760	31.042	–	2.003
ELETRONORTE	Empréstimos e financiamentos	2.758.547	–	–	3.020.041	–	–
	Dividendo a receber	18	–	–	10.017	–	–
	Outros Ativos	1.459.757	–	–	4.474	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	82.409	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	205.791	–	–	636.611
		4.300.731	–	205.791	3.034.532	–	636.611
ELETROSUL	Empréstimos e financiamentos	2.295.669	–	–	2.141.510	–	–
	Dividendo a receber	40.888	–	–	37.024	–	–
	Outros ativos	–	–	–	2.469	–	–
	Outros passivos	–	–	–	–	14.303	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	92.697	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	257.685	–	–	349.461
		2.429.254	–	257.685	2.181.003	14.303	349.461
CGTEE	Empréstimos e financiamentos	2.672.509	–	–	2.417.810	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	483.858	–	–	120.505	–	–
	Dividendo a receber	80.656	–	–	73.035	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	392.164	–	–	309.057
		3.237.022	–	392.164	2.611.350	–	309.057
ELETRONUCLEAR	Empréstimos e financiamentos	1.591.566	–	–	1.600.265	–	–
	Outros ativos	–	–	–	46	–	–
	Outros passivos	–	525.977	–	–	523.984	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	177.166	–	–	129.169
		1.591.566	525.977	177.166	1.600.311	523.984	129.169
ED ALAGOAS	Empréstimos e financiamentos	1.457.930	–	–	1.166.748	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	159.155	–	–	8.307	–	–
	Outros ativos	–	–	–	1.652	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	190.526	–	–	139.861
		1.617.085	–	190.526	1.176.707	–	139.861

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2016			31/12/2015		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Cliente	2.245	–	–	19.535	–	–
	Outros Ativos	1.991	–	–	–	–	–
	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	31.483.757	–	–	19.833.145	–
	Fornecedores (BR Distribuidora)	–	5.937.476	–	–	3.773.502	–
	Obrigações de Ressarcimento (RBNI)	–	700.582	–	–	–	–
	Outras receitas	–	–	51.403	–	–	96.432
		4.236	38.121.815	51.403	19.535	23.606.647	96.432
TESOURO NACIONAL	Obrigações	–	2.705.947	–	–	3.940.898	–
		–	2.705.947	–	–	3.940.898	–
NORTE BRASIL	Clientes	203	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	1.538	–	–	1.459	–
	Receitas Financeirass	–	–	1.035	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(14.267)	–	–	(14.636)
		203	1.538	(13.232)	–	1.459	(14.636)
ETAU	Outras contas a receber	10	–	–	9	–	–
	JCP / Dividendos a receber	5.616	–	–	257	–	–
	Fornecedores	–	4	–	–	3	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	928	–	–	350
	Outras receitas	–	–	10	–	–	9
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(43)	–	–	(38)
		5.626	4	895	266	3	321
ESBR	Clientes	9.487	–	–	4.526	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	535.200	–	–	141.400	–	–
	Fornecedores	–	17.630	–	–	27.876	–
	Energia comprada para revenda	–	17.206	–	–	–	–
	Despesa Energia comprada	–	–	(399.299)	–	–	(219.637)
	Receita de uso de Energia Elétrica	–	–	48.206	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	7.369	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(15.484)	–	–	–
		544.687	34.836	(359.208)	145.926	27.876	(219.637)
COSTA OESTE	Dividendos / JCP a receber	300	–	–	1.713	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	1	–	–	1	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(12)	–	–	(10)
		300	1	(12)	1.713	1	(10)
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Outras contas a receber	8	–	–	11	–	–
	Fornecedores	–	7	–	–	7	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.736	–	–	12.557
	Outras receitas	–	–	83	–	–	76
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(82)	–	–	(70)
		8	7	2.737	11	7	12.563
LIVRAMENTO	Clientes	153	–	–	–	–	–
	Outras contas a receber	213	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	220.027	–	–	173.860	–	–
	Outros Ativos	64.310	–	–	64.310	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	659	–	–	–
	Receita de Uso da Rede Elétrica	–	–	256	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	–	–	–	(2)
	Outras receitas	–	–	–	–	–	179
		284.703	–	915	238.170	–	177
SANTA VITÓRIA	Clientes	51	–	–	–	–	–
	Outras contas a receber	581	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	37.946	–	–	36.492	–	–
	Outros Ativos	29.400	–	–	29.400	–	–
	Receitas de Prestação de Serviços	–	–	919	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	632	–	–	–
	Outras receitas	–	–	158	–	–	–
		67.978	–	1.709	65.892	–	–
MARUMBI	Adiantamento para futuro aumento de capital	880	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	961	–	–	775	–	–
	Fornecedores	–	2	–	–	2	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	14
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(23)	–	–	(8)
		1.841	2	(23)	775	2	6
CHUÍ	Clientes	28	–	–	431.913	–	–
	Outras contas a receber	288	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	431.913	–	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.041	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	356	–	–	–
		432.229	–	1.397	431.913	–	–
TDG	Contas a receber	225	–	–	355	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	101.000	–	–	101.000	–	–
	Fornecedores	–	115	–	–	169	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.688	–	–	4.217
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.432)	–	–	(1.580)
		101.225	115	1.256	101.355	169	2.637
MANAUS TRANSMISSÃO	Dividendos / JCP a receber	3.934	–	–	50	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	415	–	–	26.800	–	–
	Outros ativos	1.067	–	–	1.067	–	–
	Fornecedores	–	1.994	–	–	1.810	–
	Outros passivos	–	–	–	–	8	–
	Outras Receitas	–	–	–	–	–	2.573
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.679)	–	–	(20.825)
		5.416	1.994	(1.679)	27.917	1.818	(18.252)
MADEIRA ENERGIA	Outras contas a receber	359.959	–	–	–	–	–
	Receitas financeiras	–	–	55.759	–	–	–
		359.959	–	55.759	–	–	–

continua

continuação

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO 31/12/2016 ATIVO	31/12/2016 PASSIVO	31/12/2016 RESULTADO	31/12/2015 ATIVO	31/12/2015 PASSIVO	31/12/2015 RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Cliente	2.245	–	–	19.535	–	–
	Outros Ativos	1.991	–	–	–	–	–
	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	31.483.757	–	–	19.833.145	–
	Fornecedores (BR Distribuidora)	–	5.937.476	–	–	3.773.502	–
	Obrigações de Ressarcimento (RBNI)	–	700.582	–	–	–	–
	Outras receitas	–	–	51.403	–	–	96.432
		4.236	38.121.815	51.403	19.535	23.606.647	96.432
TESOURO NACIONAL	Obrigações	–	2.705.947	–	–	3.940.898	–
		–	2.705.947	–	–	3.940.898	–
NORTE BRASIL	Clientes	203	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	1.538	–	–	1.459	–
	Receitas Financeirass	–	–	1.035	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(14.267)	–	–	(14.636)
		203	1.538	(13.232)	–	1.459	(14.636)
ETAU	Outras contas a receber	10	–	–	9	–	–
	JCP / Dividendos a receber	5.616	–	–	257	–	–
	Fornecedores	–	4	–	–	3	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	928	–	–	350
	Outras receitas	–	–	10	–	–	9
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(43)	–	–	(38)
		5.626	4	895	266	3	321
ESBR	Clientes	9.487	–	–	4.526	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	535.200	–	–	141.400	–	–
	Fornecedores	–	17.630	–	–	27.876	–
	Energia comprada para revenda	–	17.206	–	–	–	–
	Despesa Energia comprada	–	–	(399.299)	–	–	(219.637)
	Receita de uso de Energia Elétrica	–	–	48.206	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	7.369	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(15.484)	–	–	–
		544.687	34.836	(359.208)	145.926	27.876	(219.637)
COSTA OESTE	Dividendos / JCP a receber	300	–	–	1.713	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	1	–	–	1	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(12)	–	–	(10)
		300	1	(12)	1.713	1	(10)
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Outras contas a receber	8	–	–	11	–	–
	Fornecedores	–	7	–	–	7	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.736	–	–	12.557
	Outras receitas	–	–	83	–	–	76
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(82)	–	–	(70)
		8	7	2.737	11	7	12.563
LIVRAMENTO	Clientes	153	–	–	–	–	–
	Outras contas a receber	213	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	220.027	–	–	173.860	–	–
	Outros Ativos	64.310	–	–	64.310	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	659	–	–	–
	Receita de Uso da Rede Elétrica	–	–	256	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	–	–	–	(2)
	Outras receitas	–	–	–	–	–	179
		284.703	–	915	238.170	–	177
SANTA VITÓRIA	Clientes	51	–	–	–	–	–
	Outras contas a receber	581	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	37.946	–	–	36.492	–	–
	Outros Ativos	29.400	–	–	29.400	–	–
	Receitas de Prestação de Serviços	–	–	919	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	632	–	–	–
	Outras receitas	–	–	158	–	–	–
		67.978	–	1.709	65.892	–	–
MARUMBI	Adiantamento para futuro aumento de capital	880	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	961	–	–	775	–	–
	Fornecedores	–	2	–	–	2	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	14
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(23)	–	–	(8)
		1.841	2	(23)	775	2	6
CHUÍ	Clientes	28	–	–	431.913	–	–
	Outras contas a receber	288	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	431.913	–	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.041	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	356	–	–	–
		432.229	–	1.397	431.913	–	–
TDG	Contas a receber	225	–	–	355	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	101.000	–	–	101.000	–	–
	Fornecedores	–	115	–	–	169	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.688	–	–	4.217
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.432)	–	–	(1.580)
		101.225	115	1.256	101.355	169	2.637
MANAUS TRANSMISSÃO	Dividendos / JCP a receber	3.934	–	–	50	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	415	–	–	26.800	–	–
	Outros ativos	1.067	–	–	1.067	–	–
	Fornecedores	–	1.994	–	–	1.810	–
	Outros passivos	–	–	–	–	8	–
	Outras Receitas	–	–	–	–	–	2.573
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.679)	–	–	(20.825)
		5.416	1.994	(1.679)	27.917	1.818	(18.252)
MADEIRA ENERGIA	Outras contas a receber	359.959	–	–	–	–	–
	Receitas financeiras	–	–	55.759	–	–	–
		359.959	–	55.759	–	–	–

continua

continuação

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO 31/12/2016 ATIVO	31/12/2016 PASSIVO	31/12/2016 RESULTADO	31/12/2015 ATIVO	31/12/2015 PASSIVO	31/12/2015 RESULTADO
IE MADEIRA	Dividendos / JCP a receber	30.630	–	–	27.589	–	–
	Fornecedores	–	1.547	–	–	1.475	–
	Contas a pagar	–	335	–	–	526	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	199	–	–	602
	Outras despesas (receitas)	–	–	–	–	–	495
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(51.903)	–	–	(53.169)
		30.630	1.882	(51.704)	27.589	2.001	(52.072)
MANAUS CONSTRUÇÃO	Dividendos / JCP a receber	9.178	–	–	9.178	–	–
		9.178	–	–	9.178	–	–
STN	Contas a receber	304	–	–	273	–	–
	Dividendos / JCP a receber	8.974	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	842	–	–	1.042	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.503	–	–	3.231
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(9.887)	–	–	(10.362)
		9.278	842	(6.384)	273	1.042	(7.131)
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	JCP / Dividendos a receber	1.172	–	–	1.209	–	–
	Clientes	548	–	–	–	–	–
	Outros ativos	–	–	–	317	–	–
	Fornecedores	–	1.577	–	–	1.482	–
	Outras receitas	–	–	4.154	–	–	3.673
	Outras despesas	–	–	(6.300)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(7.719)	–	–	(14.503)
		1.720	1.577	(9.865)	1.526	1.482	(10.830)
EAPSA - Energética Águas da Pedra S.A.	Clientes	190	–	–	352	–	–
	Dividendos / JCP a receber	4.743	–	–	2.181	–	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	1.557
		4.933	–	–	2.533	–	1.557
SETE GAMELEIRAS	Clientes	9	–	–	8	–	–
	Dividendos / JCP a receber	293	–	–	437	–	–
		302	–	–	445	–	–
S. PEDRO DO LAGO	Clientes	9	–	–	36	–	–
	Outras contas a receber	31	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	341	–	–	371	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	341	–	–	335
		381	–	341	407	–	335
PEDRA BRANCA	Clientes	9	–	–	8	–	–
	Dividendos / JCP a receber	757	–	–	542	–	–
		766	–	–	550	–	–
BRASVENTOS MIASSABA	Clientes	89	–	–	152	–	–
	Outros ativos	75	–	–	1	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	1.415	–	–	709
	Outras receitas	–	–	–	–	–	604
		164	–	1.415	153	–	1.313
BRASVENTOS EOLO	Clientes	76	–	–	129	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	316	–	–	316	–	–
	Outros ativos	64	–	–	1	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	666	–	–	605
	Outras receitas	–	–	540	–	–	517
		456	–	1.206	446	–	1.122
ENERPEIXE	Clientes	285	–	–	282	–	–
	JCP / Dividendos a receber	26.446	–	–	34.686	–	–
	Fornecedores	–	10	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	379	–	–	13
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	2.475	–	–	2.287
		26.731	10	2.854	34.968	–	2.300
TRANSLESTE	JCP / Dividendos a receber	282	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	179	–	–	164	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.544)	–	–	(1.515)
		–	179	(1.544)	–	164	(1.515)
TRANSUDESTE	Clientes	15	–	–	14	–	–
	Outras Contas a receber	14	–	–	13	–	–
	JCP / Dividendos a receber	1.256	–	–	1.033	–	–
	Fornecedores	–	111	–	–	102	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	169	–	–	157
	Outras Receitas	–	–	182	–	–	165
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(976)	–	–	(947)
		1.285	111	(625)	1.060	102	(625)
TRANSIRAPE	JCP / Dividendos a receber	678	–	–	678	–	–
	Fornecedores	–	111	–	–	90	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(885)	–	–	(739)
		678	111	(885)	678	90	(739)
CENTROESTE	Clientes	8	–	–	63	–	–
	Outras Contas a Receber	62	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	59	–	–	59	–	–
	Fornecedores	–	58	–	–	54	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	894	–	–	1.068
	Outras receitas	–	–	97	–	–	89
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(672)	–	–	(645)
	Outras Despesas	–	–	(1)	–	–	–
		129	58	318	122	54	512
BAGUARI	Clientes	23	–	–	22	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	2.462	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	316	–	–	315	–	–

continua

continuação

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO 31/12/2016 ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	31/12/2015 ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	212	–	–	193
		339	–	212	2.799	–	193
RETIRO BAIXO	Dividendos / JCP a receber	2.107	–	–	1.225	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.225	–	–	–	–	–
	Receitas Financeiras	–	–	–	–	–	7.173
		3.332	–	–	1.225	–	7.173
SERRA FACÃO ENERGIA	Dividendos / JCP a receber	80	–	–	9.154	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	142	–	–	154
	Outras despesas	–	–	(20)	–	–	–
		80	–	122	9.154	–	154
CHAPECOENSE	Outras Contas a receber	740	–	–	740	–	–
	JCP / Dividendos a receber	24.625	–	–	22.288	–	–
		25.365	–	–	23.028	–	–
INAMBARI	Outras receitas	–	–	34	–	–	30
		–	–	34	–	–	30
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	JCP / Dividendos a receber	14.762	–	–	13.979	–	–
	Fornecedores	–	64	–	–	57	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(723)	–	–	(706)
	Despesas Financeiras	–	–	(1)	–	–	–
		14.762	64	(724)	13.979	57	(706)
MGE TRANSMISSÃO	Clientes	16	–	–	15	–	–
	Outras contas a receber	161	–	–	148	–	–
	JCP / Dividendos a receber	6.547	–	–	11.447	–	–
	Fornecedores	–	113	–	–	119	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.679	–	–	1.685
	Outras receitas	–	–	183	–	–	167
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.393)	–	–	(1.389)
	Despesas financeiras	–	–	(6)	–	–	–
		6.724	113	463	11.610	119	463
GOIÁS TRANSMISSÃO	Outras contas a receber	254	–	–	229	–	–
	JCP / Dividendos a receber	17.936	–	–	23.857	–	–
	Fornecedores	–	192	–	–	204	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.258	–	–	2.331
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(2.340)	–	–	(2.327)
	Despesas Financeiras	–	–	(9)	–	–	–
		18.190	192	909	24.086	204	4
TRANSENERGIA GOIÁS	Outras contas a receber	29	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	465	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	22	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	58	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	169	–	–	–
	Encargos de Uso da Rede Elétrica	–	–	(100)	–	–	–
		494	22	127	–	–	–
TRANS. SÃO PAULO	Clientes	7	–	–	18	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	83	–	–
	JCP / Dividendos a receber	2.557	–	–	4.275	–	–
	Fornecedores	–	39	–	–	13	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.701	–	–	976
	Outras receitas	–	–	198	–	–	78
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(336)	–	–	(297)
		2.564	39	1.563	4.376	13	757
CALDAS NOVAS	Clientes	15	–	–	–	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	73	–	–
	JCP / Dividendos a receber	1.038	–	–	452	–	–
	Fornecedores	–	3	–	–	3	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	891	–	–	724
	Outras receitas	–	–	175	–	–	160
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(36)	–	–	–
		1.053	3	1.030	525	3	884
IE GARANHUNS	JCP / Dividendos a receber	9.891	–	–	5.780	–	–
	Fornecedores	–	529	–	–	–	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	445	–	–	–
		9.891	529	445	5.780	–	–
LUZIÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA	Clientes	7	–	–	6	–	–
	Fornecedores	–	16	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	616	–	–	110
	Outras receitas	–	–	80	–	–	30
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(197)	–	–	(105)
		7	16	499	6	–	35
TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	Outras contas a receber	3	–	–	18	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	87.394	–	–	84.847	–	–
	Fornecedores	–	11	–	–	–	
	Contas a pagar	–	–	–	–	11	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	812	–	–	570
	Outras Receitas	–	–	41	–	–	51
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(131)	–	–	(81)
		87.397	11	722	84.865	11	540
NORTE ENERGIA (Belo Monte)	Clientes	3.965	–	–	390	–	–
	Outros ativos	–	–	–	54	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	326.671	–	–
	Receita de Prestação de Serviços	–	–	–	–	–	39.258
	Outras receitas	–	–	57.119	–	–	423
		3.965	–	57.119	327.115	–	39.681

continua

continuação

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO 31/12/2016 ATIVO	31/12/2016 PASSIVO	31/12/2016 RESULTADO	31/12/2015 ATIVO	31/12/2015 PASSIVO	31/12/2015 RESULTADO
AETE	Outros ativos	191	–	–	24	–	–
	Fornecedores	–	175	–	–	160	–
	Receita de Prestação de Serviços	–	–	2.533	–	–	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	2.251
	Outras Despesas	–	–	2.124	–	–	(2.126)
		191	175	4.657	24	160	125
BRASNORTE	Outros ativos	855	–	–	106	–	–
	Fornecedores	–	99	–	–	88	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	3.523
	Outras Despesas	–	–	(1.177)	–	–	(1.176)
		855	99	(1.177)	106	88	2.347
TME - TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA	Clientes	22	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	239	–	–	214	–
	Outras Despesas	–	–	(21)	–	–	(2.221)
		22	239	(21)	–	214	(2.221)
TRANSNORTE	Clientes	66	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	36	–	–	36	–
	Outras Despesas	–	–	(333)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	–	–	–	(186)
		66	36	(333)	–	36	(186)
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	154	–	–	196	–	–
	Dividendo a receber	1.630	–	–	2.187	–	–
	Outros ativos	641	–	–	–	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	39.114	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	17	–	–	17
		41.539	–	17	2.382	–	17
EMAE	Dividendos / JCP a receber	6.213	–	–	1.416	–	–
	Outras Despesas	–	–	227	–	–	(89)
		6.213	–	227	1.416	–	(89)
Triângulo Mineiro Trans. S.A.	Outras contas a receber	11	–	–	11	–	–
	Outras Receitas	–	–	–	–	–	25
	Receitas de prestação de serviços	–	–	198	–	–	578
		11	–	198	11	–	603
CEPEL	Despesas Operacionais	–	–	(12.670)	–	–	(11.525)
		–	–	(12.670)	–	–	(11.525)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Outras contas a receber	–	–	–	70	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	667	–	–	792
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(527)	–	–	–
		–	–	140	70	–	792
FRONTEIRA OESTE (FOTE)	Outras Contas a Receber	1.822	–	–	1.042	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	16.144	–	–	14.155	–	–
	Receitas de prestação de serviço	–	–	777	–	–	1.042
	Outras Receitas	–	–	15	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1)	–	–	–
		17.966	–	791	15.197	–	1.042
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	Clientes	12	–	–	220	–	–
	Outras contas a receber	389	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	7.943	–	–
	Fornecedores	–	7	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	760	–	–	373
	Outras receitas	–	–	515	–	–	1.704
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(53)	–	–	–
		401	7	1.222	8.163	–	2.077
SINOP	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	73.500	–	–
		–	–	–	73.500	–	–
MATA DE SANTA GENEBRA	Outras contas a receber	1	–	–	2	–	–
	Outras Receitas	–	–	9	–	–	292
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	4
		1	–	9	2	–	296
LAGOA AZUL TRANSMISSORA	Clientes	–	–	–	396	–	–
	Outras contas a receber	8	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	27	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	368	–	–	–
	Outras receitas	–	–	106	–	–	395
	Encargos de Uso da Rede	–	–	(53)	–	–	–
		8	27	421	396	–	395
EÓLICA ITAGUAÇU DA BAHIA SPE S.A.	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS	Adiantamento para futuro aumento de capital	67.130	–	–	34.300	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1	–	–	–
		67.130	–	1	34.300	–	–
EÓLICA VENTOS DE SANTA LUIZA SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SANTA MADALENA SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SANTA MARCELLA SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SANTA VERA SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO 31/12/2016 ATIVO	31/12/2016 PASSIVO	31/12/2016 RESULTADO	31/12/2015 ATIVO	31/12/2015 PASSIVO	31/12/2015 RESULTADO
EÓLICA VENTOS DE SANTO ANTONIO SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SÃO BENTO SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SÃO CIRILO SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SÃO JOÃO SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
EÓLICA VENTOS DE SÃO RAFAEL SPE S.A.	Outras despesas	–	–	–	–	–	(1)
		–	–	–	–	–	(1)
BELO MONTE TRANSMISSORA SPE S.A.	Outras Contas a Receber	553	–	–	194.040	–	–
	Outros Ativos	584	–	–	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(288)	–	–	(1)
		1.137	–	(288)	194.040	–	(1)
ITAIPU	Empréstimos e financiamentos	10.770.787	–	–	14.802.134	–	–
	Dividendo a receber	4.314	–	1.952	1.952	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	–	–	–	6.009.406
	Despesas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	(1.417.999)	–	–	–
		10.775.100	–	(1.416.047)	14.804.087	–	6.009.406
SANTO ANTONIO ENERGIA	Clientes	12.289	–	–	9.501	–	–
	Outras contas a receber	748	–	–	130.253	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.240	–	–	3.005
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	60.653	–	–	43.352
	Receitas financeiras	–	–	26.747	–	–	–
	Receita Venda de Energia Elétrica	–	–	72.051	–	–	64.924
	Outras Despesas	–	–	(723)	–	–	–
		13.037	–	161.968	139.754	–	111.281
ELETROS	Contribuições a pagar - patrocinador	–	31.059	–	–	23.555	–
	Provisões	–	394.035	–	–	244.685	–
	Contribuições patrocinador	–	–	(33.156)	–	–	(31.693)
	Taxas	–	–	(2.644)	–	–	(2.410)
		–	425.094	(35.800)	–	268.240	(34.103)
CEEE-GT	Empréstimos e financiamentos	–	–	–	4.883	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	15.039	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	85	–	–	607
		15.039	–	85	4.883	–	607
ENERGISA MT	Empréstimos e financiamentos	264.723	–	–	310.697	–	–
	Dividendo a Receber	396	–	–	4.403	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	29.002	–	–	30.911
		265.119	–	29.002	315.100	–	30.911
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	217.676	–	–	275.939	–	–
	Dividendo a Receber	25.506	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	20.359	–	–	28.387
		243.182	–	20.359	275.939	–	28.387
LAJEADO ENERGIA	Dividendo a Receber	9.692	–	–	86.589	–	–
		9.692	–	–	86.589	–	–
CEB Lajeado	Dividendo a Receber	–	–	–	13.980	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	672	–	–	–
		–	–	672	13.980	–	–
Paulista Lajeado	Dividendo a Receber	1.210	–	–	3.077	–	–
		1.210	–	–	3.077	–	–
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	24.368	–	–	28.520	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	1.854	–	–	2.673
		24.368	–	1.854	28.520	–	2.673
Companhia Celg de Participações -CELGPAR	Outros passivos - Mútuos	–	–	–	–	117.080	–
	Despesas financeiras	–	–	–	–	–	7.543
		–	–	–	–	117.080	7.543
CELG Geração e Transmissão - CELG GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	6.809	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	1.779	–
	Outros passivos	–	–	–	–	50.355	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	–	–	–	13.493
	Despesas atuariais	–	–	–	–	–	484
	Despesas financeiras	–	–	–	–	–	129
		6.809	–	–	–	52.134	14.106
FOZ DO CHAPECÓ	Clientes	456	–	–	434	–	–
	Outras contas a receber	123	–	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	258	–	–	134
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	5.209	–	–	4.672
		579	–	5.467	434	–	4.806
TIJOA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	Clientes	385	–	–	352	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	4.319	–	–	3.739
		385	–	4.319	352	–	3.739
CSE CENTRO DE SOLUÇÕES ESTRATÉGICAS S.A.	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	167
		–	–	–	–	–	167
EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	Receitas de prestação de serviços	–	–	5.874	–	–	–
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(47.905)
		–	–	5.874	–	–	(47.905)

continua

continuação

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO 31/12/2016 ATIVO	31/12/2016 PASSIVO	31/12/2016 RESULTADO	31/12/2015 ATIVO	31/12/2015 PASSIVO	31/12/2015 RESULTADO
ENERGIA OLÍMPICA S.A.	Outras receitas	–	–	–	–	–	1
		–	–	–	–	–	1
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	Despesas Financeiras	–	–	(851)	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(115.412)
		–	–	(851)	–	–	(115.412)
CIA HIDREL TELES PIRES	Clientes	4.560	–	–	1.954	–	–
	Fornecedores	–	(531)	–	–	–	–
	Energia Comprada para Revenda	–	7.685	–	–	–	–
	Contas a pagar	–	6.704	–	–	2.218	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	3.253
	Outras receitas	–	–	–	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	36.105	–	–	9.926
	Energia Comprada para Revenda	–	–	(128.858)	–	–	(18.614)
		4.560	13.858	(92.753)	1.954	2.218	(5.435)
VAMCRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.	Dividendos	–	–	–	523	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	43.099	–	–	66.892	–	–
		43.099	–	–	67.415	–	–
Rei dos Ventos	Outras Receitas	–	–	1	–	–	–
		–	–	1	–	–	–
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Contas a receber	78	–	–	75	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	685	–	–	622
		78	–	685	75	–	622
CHAPADA DO PIAUÍ I S.A.	Contas a receber	21	–	–	–	–	–
	Outros ativos	492	–	–	14.040	–	–
		513	–	–	14.040	–	–
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	9.442	–	–	25.005	–	–
		9.442	–	–	25.005	–	–
Chapada do Piauí II Holding S.A	Clientes	29	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	35.213	–	–	–	–	–
		35.242	–	–	–	–	–
BARAÚNAS I	Dividendos	26	–	–	–	–	–
		26	–	–	–	–	–
MUSSAMBÊ	Dividendos	143	–	–	–	–	–
		143	–	–	–	–	–
MORRO BRANCO I	Dividendos	62	–	–	–	–	–
		62	–	–	–	–	–

NOTA 47 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA 31/12/2016	CONTROLADORA 31/12/2015	CONSOLIDADO 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2015
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	6.282	5.853	40.228	33.625
Salários e encargos sociais	1.764	1.611	8.006	6.511
Outros	848	426	4.045	2.700
	8.893	7.890	52.279	42.836

NOTA 48 - EVENTOS SUBSEQUENTES

48.1 - Alienação do controle acionário da CELG Distribuição S.A.- Celg-D em leilão de desestatização

Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da CELG Distribuição S.A. ("Celg-D") entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A ("Adjudicatária"), conforme cronograma estabelecido.

A Eletrobras recebeu, nesta data, o valor de R$ 1.065.266 referente à referida alienação.

48.2 - Despacho ANEEL nº 84

A ANEEL, através do Despacho nº 84 de 13 de janeiro de 2017, determinou que a Eletrobras, na qualidade de gestora, devolva para a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Reserva Global de Reversão ("RGR") o montante histórico de R$ 604.239 decorrente do pagamento da 1ª tranche das indenizações previstas na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, feito a maior para empresas concessionárias de energia elétrica.

Este montante deverá ser atualizado pelos mesmos índices de correção dispostos na Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, desde a data em que estes pagamentos foram realizados até a data da efetiva devolução aos citados fundos setoriais. A devolução do montante deverá ser realizada em 6 (seis) parcelas mensais iguais, devidamente atualizadas até a data do efetivo pagamento, a partir de 1º de julho de 2017.

No que tange aos montantes devidos pelas controladas da Companhia, já estão provisionados cerca de R$501.000 referente a valores históricos.

A Eletrobras efetuará cobrança dos valores devidos pelas concessionárias que receberam a maior, inclusive as controladas da Eletrobras, de forma a efetuar a devolução dos recursos para a CDE e RGR, nos termos do despacho ANEEL 084 de 13 de janeiro de 2017.

48.3 - Aportes de capital nas sociedades investidas da controlada Eletrosul

SPE	Evento	Valor
Chuí IX	AFAC	618
ESBR	AFAC	13.600
Fronteira Oeste	AFAC	19.380
Hermenegildo I	AFAC	729
Hermenegildo II	AFAC	729
Hermenegildo III	AFAC	1.525
Livramento	AFAC	1.439
Teles Pires	Capital	12.700
Paraíso	AFAC	110
Total		50.830

48.4 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

A controlada Eletrosul estruturou operação de crédito por meio de emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Transmissão Infinity DI (FIDC Infinity DI) no montante de R$ 690.000 lastreada em recebíveis do Contrato de Concessão de Transmissão ANEEL nº 057/2001, com o objetivo de captar recursos para destinação ao plano de investimento da Companhia, reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos seus projetos de investimentos, bem como o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 2ª emissão da Eletrosul, com vencimento em 02 de março de 2017, no valor total de R$ 289.751. As condições da operação foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul em 21 de junho de 2016 e a sua liquidação ocorreu em 24 de janeiro de 2017. A oferta pública de distribuição de cotas seniores de emissão do FIDC Infinity DI foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2017/001 em 12 de janeiro de 2017. A ANEEL anuiu com a operação através do Despacho nº 2.854, de 31 de outubro de 2016.

Detalhes do FIDC:

- Prazo de amortização: 5 anos
- Carência do Principal: 2 anos
- Valor líquido das cotas sêniores: R$ 690 milhões
- Valor líquido das cotas subordinadas: R$ 60 milhões;
- Amortização do principal: customizada, a partir do 24º mês
- Amortização dos juros: mensal
- Taxa de Juros das cotas seniores: Taxa CDI + 2% a.a
- Agência de Rating/Nota: Fitch Ratings Brasil Ltda/AAA

48.5 - Pagamento de notas promissórias (Eletrosul)

Em 25 de janeiro de 2017, a controlada Eletrosul efetuou a liquidação de 500 notas promissórias relativas a segunda emissão no valor total de R$ 289.751 (principal + remuneração).

48.6 - Aprovação de linha de crédito (Eletronorte)

Em 12 de janeiro de 2017 a Administração da Companhia aprovou, com a interveniência da Eletrobrás, a contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 500.000, com o objetivo de reforço financeiro ao fluxo de caixa da Companhia.

48.7 - Orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta CDE. O orçamento aprovado pelo ANEEL inicialmente não contemplou os valores que foram objeto de repactuações assinadas em 2014 e 2015 entre as distribuidoras Amazonas D, Ceron, Eletroacre e Boa Vista (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras/BR Distribuidora. Tais Contratos de Confissão de Dívidas, denominados "CCDs", haviam sido previamente autorizados pela legislação aplicável e homologados pela própria ANEEL.

Em 14 de fevereiro de 2017, as distribuidoras afetadas pelo corte orçamentário da ANEEL ingressaram com pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, contra a Resolução Homologatória nº 2.202, que foi negado pela ANEEL.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 81 prevendo na programação financeira dos recursos da Conta CDE a inclusão, para o ano de 2017, das parcelas equivalentes às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017 relativas aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre as distribuidoras e a Petrobras/BR Distribuidora.

Em 7 de março de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL alterou a Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, a qual aprovava o orçamento anual da Conta CDE para o ano de 2017, incluindo no orçamentos os montantes referentes aos CCDs.

A Companhia acredita que os recursos que foram objetos de glosa pela ANEEL permanecerão nessa situação até que a fiscalização do reprocessamento da conta CCC no período entre julho de 2009 a junho de 2016 seja concluída.

Dessa forma, a Companhia em 31 de dezembro de 2016, reconheceu uma provisão no montante de R$ 741.623 na rubrica de direitos de ressarcimento - CCC (vide Nota 11).

48.8 - Liminar contra remuneração das indenizações das transmissoras

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) ingressou com ação na Justiça, com pedido de liminar, contra a ANEEL referente a remuneração das indenizações das transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013.

A Eletrobras por meio de suas subsidiárias possuiu registrado um total de R$ 36,6 bilhões referente a esses ativos renovados. A Companhia entende que a fundamentação legal e regulatória que suporta o registro desses ativos é muito forte e avalia como mínimo o risco de alteração na forma de recebimento desses montantes.

48.9 - Suspensão da Revisão Tarifária para as prestadoras de serviço de distribuição

Em 24 de janeiro de 2017 foi publicada a Portaria do Ministério de Energia nº 23 revogando o artigo 4º da Portaria MME nº 422/2016 que contemplava em seu teor que a Companhia teria revisão tarifária em 31 de agosto de 2017.

48.10 - Class Action

Em 27 de março foi divulgado o resultado da audiência de defesa preliminar (*motion to dismiss*), sendo que o Tribunal acatou parcialmente os argumentos da Eletrobras e parcialmente os argumentos dos reclamantes. O processo agora passará para a fase de certificação (*"class certification"*) e "*discovery*", sem criar obrigação financeira para a Eletrobras (Vide nota 30).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

WILSON FERREIRA JUNIOR
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

CARLOS EDUARDO GONZALEZ BALDI
Diretor de Geração

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor de Distribuição

LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Diretora de Conformidade

ALEXANDRE VAGHI DE ARRUDA ANIZ
Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa

RODRIGO VILELLA RUIZ - Contador - CRC-DF 088488/9 O

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo sido tomada a resolução no sentido de sua aprovação, sob o número RES-191/2017 em reunião do colegiado, realizada em 27 de março de 2017.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em reunião realizada em 27 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

WILSON FERREIRA JUNIOR
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

CARLOS EDUARDO GONZALEZ BALDI
Diretor de Geração

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor de Distribuição

LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Diretora de Conformidade

ALEXANDRE VAGHI DE ARRUDA ANIZ
Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao Exercício findo em 31.12.2016 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter à matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

JOSÉ LUIZ ALQUÉRES
Presidente do Conselho

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Conselheira

CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA
Conselheiro

ELENA LANDAU
Conselheira

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Conselheiro

JOSÉ PAIS RANGEL
Conselheiro

MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO
Conselheiro

VICENTE FALCONI CAMPOS
Conselheiro

WILSON FERREIRA JUNIOR
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração, bem como se inteirou das propostas relativas à destinação do resultado do exercício e à absorção dos prejuízos do exercício de 2015 pelas reservas legais e pelas reservas de capital, nessa ordem.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Superintendência de Contabilidade – DFC e no Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, com ênfases, o Conselho Fiscal da Eletrobras entende que os referidos documentos, corroboradas as ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

EDUARDO CESAR PASA
Presidente do Conselho

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA
Conselheiro

AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA
Conselheira

ALOÍSIO MACARIO FERREIRA DE SOUZA
Conselheiro

RONALDO DIAS
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Brasília - Distrito Federal

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1.1. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

1.2. Ênfase

Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota 15, as controladas de geração Eletrobras Termonuclear SA (Eletronuclear), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) e Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentam perdas contínuas em suas operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto, e as coligadas Belo Monte Transmissora de Energia S.A., ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Mata de Santa Genebra Transmissão S.A, e Teles Pires Participações S.A. apresentam capital de giro negativo relevante em 31 de dezembro de 2016.

Conforme descrito na Nota 2, em 22 de julho de 2016, foi deliberado na 165ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a não prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A, e a transferência do controle acionário dessas distribuidoras até 31 de dezembro de 2017 desde que até a transferência dessas distribuidoras para o novo controlador elas recebam diretamente da União Federal, ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora, mantendo o seu equilíbrio econômico e financeiro sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras, caso contrário, que sejam adotadas as providências para sua liquidação.

A continuidade operacional das controladas e coligadas mencionadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

1.3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(1) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Nota Explicativa 4.XI. - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato" e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, refletiu nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os impactos atribuídos a esse assunto. A apuração, reconhecimento, mensuração e divulgação desses impactos foram determinados pela Companhia com base nos resultados apresentados nos relatórios de investigação conduzidos por empresa independente especializada, supervisionada por uma comissão independente criada pela Companhia para este fim, sob a responsabilidade final do Conselho de Administração da Companhia.

continua

continuação

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria porque, em função das limitações intrínsecas a um esquema dessa natureza (que é montado para ocultar informações), bem como das restrições circunstanciais, legais e jurisdicionais ao acesso às informações que poderiam propiciar a plena apuração dos aspectos objeto da investigação, houve necessidade de exercício de alto grau de julgamento na determinação e na conclusão quanto à propriedade do escopo da investigação, dos procedimentos e técnicas de forensic empregadas, bem como na determinação das premissas que resultaram nas conclusões quanto aos impactos do resultado da investigação nas demonstrações financeiras. Dessas premissas, as mais significativas foram (i) a estimativa dos valores determinados pela investigação independente como decorrentes de atos ilícitos; (ii) a determinação de que tais valores estimados estavam embutidos nos custos dos projetos; e (iii) a conclusão quanto à impraticabilidade de determinar o momento de registro desses valores.

1.4. Procedimentos de auditoria executados

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da modelagem definida pelo Conselho de Administração para conduzir e supervisionar a investigação, especialmente quanto à independência. Nossos especialistas em forensic nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e também no julgamento quanto ao risco remanescente em função das limitações e restrições ao pleno acesso às informações que, de outra forma, poderiam propiciar uma apuração mais ampla dos aspectos objeto da investigação e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, abordagens de entrevistas, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, interação com autoridades públicas e acompanhamento e utilização de informações relevantes oriundas das atividades dessas autoridades. Adicionalmente, acompanhamos e avaliamos aspectos qualitativos relevantes de decisões tomadas pelo Conselho de Administração e que não estão diretamente relacionados com ajustes nas demonstrações financeiras. Finalmente, avaliamos e discutimos, em vista das evidências disponíveis, as premissas utilizadas para se chegar nas conclusões da investigação em relação aos registros e divulgações sobre este assunto nas demonstrações financeiras.

(2) Valor recuperável ("*Impairment*") dos ativos não financeiros

Notas Explicativas 15, 19 e 33 - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia possui nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 um montante de R$ 59.616.244 mil e R$ 52.748.275 mil, respectivamente, relativo aos ativos imobilizado, intangível e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, cuja realização está suportada por estimativas de valor recuperável com base nos planos de negócios das correspondentes (i) unidades geradoras de caixa ("UGCs"), para o caso de ativos imobilizado e intangível ou (ii) investidas, para os investimentos avaliados por equivalência patrimonial. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação as suas UGCs e investidas avaliadas por equivalência patrimonial e, onde aplicável, utilizou o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada UGC/investida, para constituição e/ou reversão de impairment relacionado a esses ativos. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016, o saldo reconhecido de impairment e contratos onerosos foi de R$ 56 mil e R$ 17.921.587 mil, respectivamente. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, principalmente das premissas que afetam a determinação das taxas de desconto e do comportamento projetado dos volumes e preços das receitas e dos custos projetados utilizados na determinação do valor recuperável desses ativos, que requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia associado a um ambiente regulatório, econômico e político desafiador, que podem afetar os valores dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e os valores dos intangíveis e imobilizado consolidados, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

1.5. Procedimentos de auditoria executados

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade, consistência e aderência das premissas e das metodologias utilizadas. Os principais aspectos que avaliamos estão relacionados com projeções de crescimento econômico, volumes e preços de venda de energia, dispêndios para manutenção dos equipamentos, insumos e custos associados, inflação de custos e taxas de desconto, que incluem, mas não se limitam à taxa de risco dos correspondentes empreendimentos. Sempre que julgamos aplicável e apropriado, comparamos essas variáveis com fontes de mercado disponíveis. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia.

(3) Provisões para contingências e passivos contingentes

Nota Explicativa 30 - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia possui nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 um montante de R$ 14.430.884 mil e R$ 20.729.429, respectivamente relativo a provisões para contingências, cujo reconhecimento e mensuração estão, em boa parte e notadamente em relação ao tema empréstimo compulsório, suportados por premissas e estimativas que envolvem elevado grau de julgamento e que são influenciados por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

Adicionalmente a Companhia possui uma gama relevante de passivos contingentes, também sujeitos aos riscos associados às premissas, estimativas e julgamentos citados acima. Dentre esses passivos contingentes, existem duas ações judiciais coletivas iniciadas nos Estados Unidos da América, que alegam, entre outras coisas, que a Companhia e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas supostamente solicitados e recebidos pelos empregados da Companhia; que a Companhia e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à alegada fraude; e que o preço das ações da Companhia declinou quando a suposta fraude foi divulgada. Embora nenhuma provisão tenha sido constituída nas demonstrações financeiras da Companhia, que entende no atual estágio não ser possível fazer uma mensuração razoável, o resultado final desses processos judiciais pode ter um efeito adverso relevante sobre a posição financeira da Companhia, os resultados das operações e fluxos de caixa no futuro.

A Companhia envolve especialistas contratados para assessorá-la nos julgamentos e avaliações inerentes ao processo de registro, divulgação e mensuração contábil das provisões e passivos contingentes e também considera a experiência adquirida e conhecimento obtido em função das decisões judiciais intermediárias e finais.

Devido à relevância, complexidade e grau de julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões para contingências e passivos contingentes e ao potencial impacto que eventuais alterações nas premissas e estimativas usadas potencialmente têm e/ou possam vir a ter sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sobre os valores dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

1.6. Procedimentos de auditoria executados

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes. Com apoio de nossos especialistas em aspectos legais, avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, principalmente os que influenciaram a avaliação de risco processual e metodologia de cálculo dos valores estimados. Obtivemos confirmação do posicionamento dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, discutindo com os mesmos e com os responsáveis pelos registros contábeis os fundamentos e aspectos relevantes que impactaram as demonstrações financeiras. Por amostragem, realizamos testes e procedimentos de auditoria sobre os valores de constituição, reversão, baixa e atualização das provisões no exercício, bem como avaliamos e aplicamos procedimentos de testes sobre o histórico de movimentação das provisões e passivos contingentes. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

1.7. Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

1.8. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

1.9. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

1.10. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2016

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Criada para enfrentar e vencer o desafio de construir uma usina hidrelétrica de grande porte na região amazônica, nessas mais de quatro décadas de existência a Eletrobras Eletronorte tem demonstrado muita garra e competência. Por isso mesmo, tornou-se uma empresa reconhecida, não só em sua área de atuação, por gerar e transmitir parcela significativa da energia elétrica que promove o desenvolvimento do Brasil.

A Empresa, ciente da sua responsabilidade com a sociedade brasileira, sabe que o trabalho iniciado em 1973 trouxe novos e grandiosos desafios, além daqueles próprios do enfrentamento de regiões pouco desbravadas como a Amazônia do passado. O país se interligou e vieram novas exigências sociais, ambientais e econômicas. Isso tudo impôs à Eletronorte um novo olhar sobre o futuro - o seu e o do Brasil. Nasceram daí as novas estratégias de crescimento sustentável.

Essa disposição de continuar atuando nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, conforme a missão da Eletrobras, nossa holding, trouxe resultados promissores não apenas para a Empresa, mas também para o Brasil. Ações de responsabilidade socioambiental foram implantadas em todas as comunidades de relacionamento de nossos empreendimentos, a exemplo do Plano de Inserção Regional da Usina Hidrelétrica Tucuruí (Pirtuc) e do Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí (Pirjus).

Sabemos que a excelência que buscamos cotidianamente requer que estejamos atentos a todas as oportunidades. De olho no futuro, porém sem esquecer a realidade do presente, traçamos planos e estabelecemos metas para que continuemos mantendo a solidez e o cumprimento de nossos compromissos com a nação brasileira. Esse jeito ponderado de atuar, agregado a excelência operacional da nossa força de trabalho, garante-nos êxito. Mais do que isso, garante-nos reconhecimentos: por meio de nossa Superintendência de Geração Hidráulica, fomos a primeira empresa do setor elétrico a ganhar o prêmio Summa cum laude, conferido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ); recebemos a recomendação para a certificação ISO 50001:2011; tivemos diversos processos certificados na ISO 9001:2008; e mantivemos, também, a certificação ISO 14001:2004.

É importante lembrar, ainda, o avanço na gestão empresarial da Eletronorte. A prova disso foi a criação da área de Conformidade e Riscos, diretamente vinculada ao Conselho de Administração e fruto da evolução da gerência de Compliance, instituída em dezembro de 2014. A atualização do sistema integrado de gestão e a participação da Empresa nos trabalhos de desenvolvimento do Programa de Implantação do Padrão de ERP nas Empresas Eletrobras (ProERP) merecem também destaque. Esse padrão será a base para a modernização da gestão da Eletrobras e de suas empresas controladas.

Ao avaliarmos a recente trajetória apresentada neste Relatório, é possível perceber que, apesar das dificuldades da conjuntura do momento e da necessidade de ajustes, a Eletronorte continua no ranking das mais importantes empresas do setor elétrico brasileiro. E isso não acontece por acaso. É resultado da dedicação e do compromisso de uma força de trabalho competente e sempre disposta a praticar a sustentabilidade.

Por tudo isso, nosso olhar para o futuro é bastante positivo. Sabemos que ajustes são necessários e já estamos trabalhando para garantir a implantação de melhorias a curto e médio prazo. Mais do que pertencer a um setor vital para a retomada do crescimento do País, temos orgulho de fazer parte da história da energia elétrica no Brasil. E sustentados pela caminhada de superação, inovação e busca pela excelência que nos trouxe até aqui, estamos prontos para os novos desafios.

Tito Cardoso de Oliveira Neto
Diretor-Presidente

DIMENSÃO EMPRESARIAL

DADOS OPERACIONAIS	2014	2015	2016
USINAS EM OPERAÇÃO (*)	**10**	**8**	**8**
Hidráulicas	4	4	4
Térmicas	7 (***)	4 (***)	4 (***)
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	**9.354,78**	**9.184,03**	**9.052,45**
Hidráulica	8.860,05	8.860,05	8.860,05
Térmica	494,73	323,98	192,45
LINHAS DE TRANSMISSÃO (km) (*)	**10.702,80**	**10.776,34**	**11.807,32**
Em 500 kV	3.243,32	3.243,32	3.243,32
Em 230 kV	6.297,59	6.371,13	7.211,91
Em 138 kV	959,10	959,10	959,10
Tensões abaixo de 138 kV (km)	202,79	202,79	202,79
SUBESTAÇÕES (*) (****)	**56**	**56**	**57**
CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA) (*)	**32.948**	**45.360**	**46.663**
Usinas	9.969	9.969	9.969
Subestações	22.979	35.391	36.694

(*) Inclui os empreendimentos afetados e os não afetados pela Lei 12.783/13
(**) A UTE Electron foi transferida para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
(***) A UTE Rio Acre está à disposição do ONS desde 2009, aguardando autorização de desativação pela ANEEL.
A UTE Santana não é despachada desde janeiro de 2016, a Eletronorte vem fazendo gestões junto ao MME para a desativação da usina com a interligação do Amapá ao SIN em Agosto de 2015.
Em 11.01.2017 foi publicada a Portaria MME nº 004/2017, ratificando a deliberação do CMSE e determinando a descontratação da UTE Santarém.
Incluída UTE Santarém e UTE Araguaia
(****) Inclui transformadores de reserva e de usinas

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - MWh	2014	2015	2016
Ambiente de Contratação Regulada - ACR (Distribuidoras do SIN)	16.381.125	10.253.976	8.830.813
Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC)	17.658.556	22.945.042	16.704.486
Sistema Isolado (RR, AP) (*)	2.132.183	1.484.595	1.027.035
Cota de Garantia Física UHE Coaracy Nunes	0	150.223	496.699
Liquidação CCEE (*)	6.294.837	2.145.094	5.756.362
Total	**42.466.702**	**36.978.929**	**32.815.395**

* A partir de ago/2015, apenas Boa Vista continua no Sistema Isolado.

Informações financeiras (R$ milhões)	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015
Ativo Total	20.879	22.745	24.053	27.080	12,6 %
Patrimônio líquido	11.935	13.227	11.975	15.097	26,1
Receita líquida de vendas	4.856	6.046	5.603	8.625	53,9
Lucro bruto	2.387	1.877	2.634	6.056	129,9
Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) [1]	1.852	804	399	3.545	788,5
Lucro líquido	1.268	2.033	102	3.189	3.036,4
EBITDA (LAJIDA) [2]	2.287	1.255	839	4.163	396,3
Dívida total (empréstimos, financiamentos e debêntures)	4.850	5.012	5.322	5.319	0,0
Caixa e equivalentes de TVM	1.856	1.582	1.582	286	-81,9
Indicadores Financeiros (R$ milhões)	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Variação 2016/2015**
Dívida líquida	2.994	3.430	3.740	5.033	34,6
ROCE [3]	11,2%	4,4%	1,9%	14,8%	682,3
Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA)	3,9	2,2	6,3	1,3	-79,9
Dívida líquida/EBITDA (LAJIDA)	2,4	1,5	4,5	1,2	-72,9
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%)	23,2	22,0	22,1	19,6	-11,2
Margem operacional (%)	38,1	13,3	7,1	41,1	477,3
Margem líquida (%)	26,1	33,6	1,8	37,0	1.937,6

[1] EBIT (LAJIR) = lucro operacional;
[2] EBITDA (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização;
[3] ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante.

PERFIL ORGANIZACIONAL
INSTITUIÇÃO

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973. Com sede em Brasília no Distrito Federal, a Empresa possui suas principais instalações operacionais (usinas, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica) nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins. Com exceção do estado de Roraima, onde atua no Sistema Isolado – SIS, a Empresa participa do Sistema Interligado Nacional – SIN nas demais localidades onde atua.

CREDO

MISSÃO	Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.
VISÃO	Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.
VALORES	Foco em resultados, Ética e transparência, Valorização e comprometimento das pessoas, Empreendedorismo e inovação, Sustentabilidade.

Nota: a Eletrobras Eletronorte adota como seu o Credo o da Eletrobras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

Estados	Usinas Hidrelétricas	Usinas Termelétricas	Subestações (unidades)	Subestações (MVA) (*)	Linhas (km)
Amapá	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	9	756	505,69
Acre	-	UTE Rio Acre UTE Rio Branco I UTE Rio Branco II	3	466	600,00
Maranhão	-	-	10	9.757	2.525,48
Mato Grosso	-	-	9	2.667	2.868,36
Pará	UHE Tucuruí UHE Curuá Una	UTE Santarém	14	18.914	2.772,30
Rondônia	UHE Samuel	UTE Rio Madeira	8	1.950	1.740,10
Roraima	-	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (**)	1	302	190,20
Tocantins	-	-	2	424	516,57
Amazonas	-	-	0	450	88,62
HVDC (***)	-	-	1	10.977	-
Total	**4**	**7**	**57**	**46.663**	**11.807,32**

(*) Considerado os transformadores elevadores das usinas
(**) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A
(***) Sistema HDVC-Madeira-CC

ARQUITETURA DOS NEGÓCIOS

A partir da definição do Portfólio de Negócios das Empresas Eletrobras, no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2020-2030, e das orientações estratégicas da Diretoria Executiva, foram definidos os 4 (quatro) negócios principais:

- Negócio de geração de energia elétrica;
- Negócio de transmissão de energia elétrica;
- Negócio de prestação de serviços correlatos; e
- Negócio de desenvolvimento de negócios.

Estes negócios são detalhados no Plano de Negócios, elaborado anualmente, com horizonte de 5 anos.

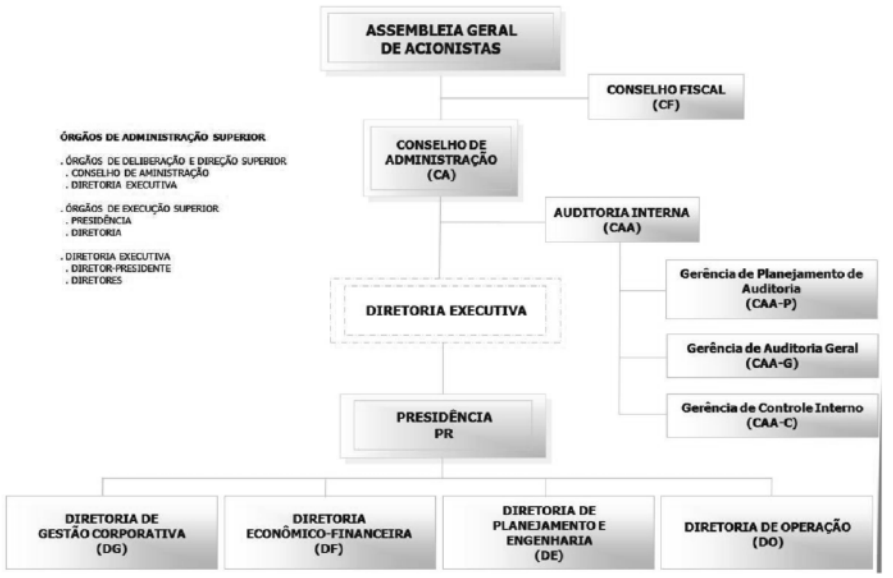
A Empresa participa das seguintes Sociedades de Propósito Específico – SPE:

Sociedade de Propósito Especifico – SPE - 2016	Percentual de Participação (%)
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50
Amapari Energia S.A.	49,00
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Norte Energia S.A.	19,98
Manaus Construtora Ltda. (Responsável pelo Epc da Manaus Transmissora de Energia S.A.)	30,00
Construtora Integração Ltda. (Responsável pelo Epc da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.)	49,00
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50

No ano de 2016 foi concluída a incorporação dos ativos da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A., da qual a Eletronorte era detentora de 100% das ações, responsável pela implantação e operação da linha de transmissão, em 230kV, Jauru – Porto Velho, circuito 3.

Não houve constituição de nenhuma Sociedade de Propósito Específico - SPE no ano de 2016.

ORGANOGRAMA DA EMPRESA



Como estabelecido em seu Estatuto Social, no Capítulo IV, Artigo 11, a Eletrobras Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios, o controle superior dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos. A Diretoria Executiva deve assegurar o funcionamento regular da Empresa de acordo com as orientações traçadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, sendo composta por: Diretor-Presidente, Diretor de Gestão Corporativa, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Planejamento e Engenharia e Diretor de Operação.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O quadro seguinte apresenta a composição acionária da Eletrobras Eletronorte em 31 de dezembro de 2016:

(Última Capitalização: AGE DE 15.05.2015)

Valores em R$ mil

Acionistas	C.N.P.J.	Quantidade de ações	Percentual de Participação	Capital
Centrais Elétricas Brasileiras S/A ELETROBRAS	00.001.180/0001-26	153.292.342	99,480	11.516.075
Prefeitura Municipal De Manaus	04.365.326/0001-73	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas Do Pará S/A CELPA	04.895.728/0001-80	247.635	0,161	18.603
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	02.341.467/0001-20	146.382	0,095	10.996
Governo do Estado de Roraima	00.394.593/0001-18	35.992	0,023	2.703
Cia. de eletricidade do Acre - ELETROACRE	04.065.033/0001-70	22.016	0,014	1.653
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON	05.914.650/0001-66	13.949	0,009	1.047
Prefeitura Municipal De Boa Vista - RR	05.943.030/0001-55	8.568	0,006	643
União Federal	-	1.804	0,001	135
Outras Pessoas Físicas	-	31.531	0,021	2.368
Outras Pessoas Jurídicas	-	29.769	0,019	2.236
Total		**154.093.501**	**100,00**	**11.576.263**

Obs.: Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

SUPORTE A GOVERNANÇA

O exercício de adequado controle envolve métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Além da estrutura de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, a Empresa conta com as funções de Gerenciamento de Riscos, de Compliance e atividades vinculadas ao cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, com vistas a mitigar os riscos corporativos mapeados e suportar o crescimento sustentável do negócio.

A estrutura de controle interno envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento do objetivo social da organização, e visa assegurar o atendimento das políticas, procedimentos e normas aplicáveis, permitindo que as áreas operem de forma eficaz, protegendo a fidedignidade de seus processos, serviços e produtos.

Na Eletronorte, a Auditoria Interna compõe-se de 3 gerências (em processo de reestruturação) e vincula-se ao Conselho de Administração, atuando com independência hierárquica e funcional das áreas auditadas, tendo como atribuição básica a avaliação da adequação e efetividade dos métodos e sistemas de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

controle interno, estabelecidos nos planos e políticas da Administração Superior da Empresa e à observância dos princípios, orientações, normas e legislação, emanadas dos Organismos Externos de Fiscalização e Controle (TCU e CGU) e dos Poderes da União.

Para a definição do escopo dos processos avaliados pela Auditoria Interna e SOX, são elaboradas matrizes próprias de riscos, alinhadas aos processos prioritários já mapeados na Empresa. No ano de 2016 foram executados 23 testes de auditoria, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Ambiental, Gestão Orçamentária, Previdência Complementar e Entity Level Controls, além de atendimento de demandas oriundas dos Conselhos de Administração e Fiscal.

PROGRAMA DE CONFORMIDADE

No segundo semestre de 2014, a Holding deu início ao Programa de Compliance, abrangendo todas as suas empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2014, por meio da RD-0575/2014, a Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronorte determinou a adoção do Manual de Compliance das empresas Eletrobras. O Programa foi revisado em 2015, sendo aprovado pela RD 600/2015 e DEL 003/2016.

Ainda em 2015 a CGU realizou auditoria na Eletrobras Eletronorte com o intuito de avaliar o Programa de Compliance, resultando no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201503925. O relatório recomendou e orientou varias ações de melhorias na implantação do programa. Em resposta foi criado grupo de trabalho pela RD 534/2015, que elaborou Plano de Ação com 65 tratativas vinculadas ao aprimoramento dos mecanismos de integridade.

Uma das ações tomadas em atendimento às recomendações do CGU foi a criação, em 2016, da Área de Conformidade e Riscos (RD 163/2016 e DEL 043/2016) que assumiu as atribuições do Gerente de Compliance e do grupo de trabalho da RD 534/2015. A área é subordinada ao Conselho de Administração e é composta pelas Gerências de Gestão Integrada de Riscos, Controles Internos – SOX e Gestão da Conformidade. Todas as áreas possuem suas atribuições definidas no Manual de Organização da Empresa.

Das ações de destaque da área em 2016, além de zelar pelo comprimento do Programa de Compliance das Empresas Eletrobras, a mesma (i) participou ativamente da Comissão Diretiva de Compliance, fórum de discussão sobre Integridade das empresas Eletrobras; (ii) atuou no suporte à alta administração na avaliação dos indicados a Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria de suas Sociedades de Propósito Especifico – SPEs, mediante a elaboração de pareceres; (iii) juntamente com a área de treinamento, atuou para a promoção de palestras e treinamentos sobre o tema Compliance à força de trabalho; (iv) participou da elaboração e lançamento de curso a distância sobre o tema Conformidade para toda a força de trabalho das empresas Eletrobras; (v) buscou atualizar o rol das áreas e pessoas expostas ao risco de Compliance; (vi) acompanhou a revisão do Código de Ética e Conduta das Empresas Eletrobras; (vii) elaborou pareceres para os patrocínios concedidos pela Empresa; (viii) está atuando na revisão dos normativos internos que impactam no Programa de Compliance; (ix) passou a tomar ciência e acompanhar as denúncias feitas a Ouvidoria; (x) atuou na análise de empresas parceiras e seus respectivos administradores (CNPJ e CPF); e (xi) elaborou relatórios mensais para os Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva visando o acompanhamento da implementação dos planos de ação do CGU e do monitoramento do programa de Compliance.

Em continuidade ao processo de implantação de práticas de integridade no ambiente corporativo no qual a Eletrobras e suas empresas estão inseridas, no final de 2016 o Programa de Compliance foi aperfeiçoado por meio da implantação do Programa Eletrobras 5 Dimensões.

O aprimoramento do programa, além de trazer maior robustez às ações de integridade da Companhia e representar um avanço no nível de maturidade da Empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras Eletronorte precisa cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer. O Programa Eletrobras 5 Dimensões foi baseado nas diretrizes propostas pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e pelo CGU.

RISCOS E OPORTUNIDADES

A Gestão de Riscos Corporativos é um processo conduzido pela Alta Administração para melhor identificar, entender e responder a ampla gama de riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de regulamentação.

Em 2016, a Eletronorte adotou a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, versão 3.0, e a Matriz de Riscos das Empresas Eletrobras. A Política de Gestão de Riscos define os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de riscos nas Empresas Eletrobras e tem como objetivo orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das empresas Eletrobras, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado.

A Eletrobras Eletronorte observa as diretrizes emanadas da Política de Gestão de Riscos e a Matriz de Riscos, instrumento que define os riscos aos quais as Empresas Eletrobras estão expostas, e realiza sistematicamente análise, avaliação, tratamento/mitigação e monitoramento dos riscos priorizados pela Empresa.

A implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos na Eletronorte foi iniciada em dezembro/2009 e, desde então, a Empresa aperfeiçoa, dissemina e consolida a prática de Gestão de Riscos, com foco corporativo e abrangendo o princípio de precaução.

Para os riscos priorizados pela empresa, foi implantada a metodologia de Gestão Integrada de Riscos - GIR com base nas diretrizes da ISO 31000 e COSO. A priorização dos riscos na Eletronorte, permeiam aspectos estratégicos, econômicos, operacionais, sociais, ambientais, segurança, tecnológicos e de conformidade, abordando também, questões relacionadas a fraude e corrupção.

No 2º Semestre de 2016, a Eletronorte implantou a metodologia GIR, em outros 17 riscos priorizados, perfazendo um total de 43 riscos corporativos monitorados.

Em dezembro de 2016, RD 0567/2016, de 15.12.2016, foi aprovada a implantação da metodologia Gestão Integrada de Riscos - GIR, em mais 5 (cinco) riscos constantes dos riscos priorizados pela Eletrobras, nos termos da RES 417/2016, de 04.07.2016. Os eventos de riscos previstos para implantação em 2017 são: Mudanças Climáticas, Gestão de Seguros, Estrutura Organizacional, Fundos de Pensão e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

A Gerência de Gestão Integrada de Riscos – CACR, atua em conjunto com os Proprietários de riscos e acompanha o monitoramento dos eventos de riscos corporativos, de acordo com as definições estabelecidas na Política e na Matriz de Riscos das Empresas Eletrobras

Os riscos são acompanhados pelo Comitê de Riscos da Eletronorte, e reportados mensalmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, que apresenta orientações e diretrizes a serem seguidas.

O Plano de Atendimento à Emergência (PAE) é um importante mecanismo de mitigação de riscos e está sob a responsabilidade de seu respectivo Proprietário. Nele estão descritos e identificados cenários emergenciais, a exemplo de incêndios nas instalações e nos equipamentos; vendavais; terremotos; invasões de instalações; derramamento de óleos isolantes, lubrificantes e hidráulicos; inundações das estruturas da barragem; mortandade de peixes; e emergências médicas. Este plano descreve os procedimentos de mitigação e controle de impactos para contingências dos cenários identificados, bem como prevê a realização periódica de simulados, para avaliar a eficácia dos procedimentos e implementar melhorias.

Com relação a preservação do meio ambiente e a proteção da integridade da vida e saúde humanas, destacamos a implantação da Metodologia GIR nos eventos de Riscos: R29.Desastres Naturais, R20. Licenciamento Ambiental, R21. Gestão Ambiental de Empreendimentos, R37. Segurança da Informação, R35. Administração de Pessoal, R36. Saúde e Segurança do Trabalho, R42. Risco Hidrológico e, R26. Compliance FCPA/LACBRA (Fraude e corrupção).

LEI SARBANES-OXLEY – SOX

A Eletrobras, em conformidade com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), a qual visa atender às constantes exigências do mercado, investidores e acionistas, priorizando a adequação às melhores práticas de governança corporativa, maior transparência das demonstrações contábeis e financeiras e implementação de estruturas formais para identificação, avaliação e monitoramento de controles internos, estruturou o processo de "Certificação SOX" com o objetivo de promover a otimização de seus processos, visando consolidar um ambiente de controle adequado aos seus negócios e embasado em uma estrutura robusta e eficaz.

Para o ciclo de 2016, a Empresa apresentou um rol de 72 GAPs a serem remediados, oriundos dos apontamentos efetuados pelas Auditorias Interna e Externa. Cada GAP possui um plano de ação vinculado, com a finalidade de sanar a inconformidade apontada. Paralelamente, também foi realizado mapeamento dos riscos e atualização dos controles existentes, de modo a mitigar os GAPs de desenho e acompanhamento das ações vinculadas aos Planos apresentados.

A partir de junho/2016, implementou-se rotina de preparação e envio de Relatório de Acompanhamento Mensal as Assessorias de Gestão das Diretorias envolvidas no processo de Certificação SOX, com o objetivo de auxiliar na revisão e elaboração de planos de ação para a remediação das deficiências, monitorando as ações intermediárias para implementação, bem como atuando na orientação dos gestores responsáveis pelos controles deficientes.

A remediação das deficiências possui relevância nos resultados finais do ambiente de controle da Empresa, de forma que os resultados obtidos impactam diretamente no resultado final do grupo Eletrobras para a Certificação SOX, como também para atendimento a Instrução CVM 552, que possui o objetivo de melhorar a qualidade e transparência das informações disponibilizadas no mercado.

Ao final do mês de julho/2016, a Auditora Externa (KPMG), apresentou o resultado da avaliação por conduzida, a qual contemplou 39 apontamentos para o ciclo de 2015, sendo 38 de responsabilidade da Administração e 01 Corporativo (Holding), vinculado à gestão das SPEs.

Ainda, neste universo estão inseridas as necessidades de implantação e adaptação dos controles de Controles de Revisão Gerencial (Management Review Control - MRC), que consistem em revisões da gerência para monitorar resultados de operações, e envolvem comparação de valores registrados em demonstrações financeiras com aqueles esperados e apuração de diferenças significativas encontradas.

Tais controles têm origem na orientação do Public Company Acoounting Oversight Board - PCAOB (entidade supervisora dos trabalhos de auditoria das companhias Abertas). Nesse sentido, a área de controles internos (CACS), com o auxílio de consultoria contratada pela Holding desenvolve juntamente com as áreas envolvidas no processo metodologia de aplicabilidade desses controles.

Para a execução das ações vinculadas à certificação, a Eletronorte conta com o auxílio de consultoria contratada pela Eletrobras Holding (Deloitte Touche Tohmatsu), para o desdobramento das atividades de mapeamento, remediação, desenvolvimento de planos de ação e implantação dos Controles MRC, cujo escopo abrange o atendimento 33 processos empresariais. Tais atividades têm a previsão de encerramento em fevereiro de 2017.

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

Objeto	Fornecedor	Início Vigência	Fim Vigência	Valor Contratado (*)
Contratação de empresa para emissão de apólice(s) de seguro garantia na modalidade Judicial, com uma linha "facility", em face a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte - CNPJ00.357.038/0001-16, doravante denominada Eletrobras Eletronorte	AUSTRAL SEGURADORA S.A.	03.11.2016	03.11.2017	18.635.640,00
Contratação de serviços técnicos especializados para supervisão da operação de Manutenção – O&M e do Comissionamento /Testes do Sistema HVDC, nas estações conversoras de Araraquara, Porto Velho, Back to Back de Porto Velho e RTDS no Rio de Janeiro.	ABB LTDA	06.05.2016	06.12.2018	19.168.120,88
Ampliação da SE Coxipó 230/138/13,8 kV Etapa Substituição dos Autotrafos1/2/3, localizada no Estado do Mato Grosso, incluindo projeto executivo e SPCS, execução das obras civis e montagem eletromecânica, e fornecimento total de equipamentos e materiais.	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	20.10.2016	20.02.2020	45.328.205,36

Continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

...continuação

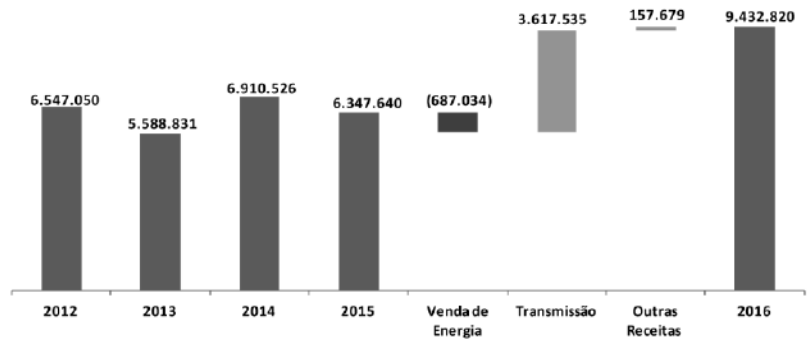
Objeto	Fornecedor	Início Vigência	Fim Vigência	Valor Contratado (*)
Projeto de P&D intitulado Exploração de Energia Solar em Lagos de Usinas Hidrelétricas.	SUNLUTION SOLUÇÕES EM GERAÇÃO SOLAR	23.02.2016	23.02.2020	54.218.428,00
Locação de imóvel comercial para sede da Eletronorte em Brasília-DF.	ANTONIO VENANCIO DA SILVA E CIA LTDA	01.07.2016	01.07.2021	96.014.365,77
Contratação de empresa de locação de grupos geradores para a locação e prestação de serviços de O&M em geradores de energia elétrica com potência total de 20 MW, para estruturar a UTE Araguaia # MT, de outorgada Eletrobras Eletronorte.	AGGREKO ENERGIA LOCAÇÃO DE GERADORE	28.07.2016	28.04.2020	580.999.000,00

(*) Valores acima de R$ 10.000.000,00

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

I – Análise

a) Faturamento Bruto

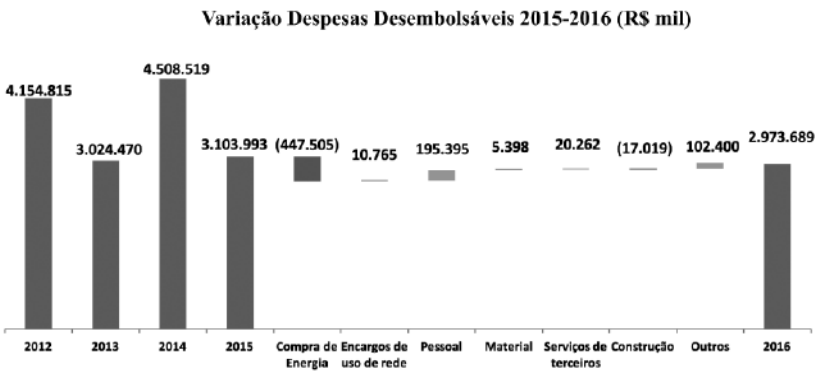


Na comparação com 2015 a Receita Bruta da Companhia em 2016 apresentou um aumento de R$3.085.180 mil, ou 48,60%, passando de R$ 6,4 bilhões em 2015 para R$ 9,4 bilhões em 2016. Essa variação é decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração sobre ativos financeiros previstos na portaria n° 120/2016 ANEEL que representou um impacto de R$ 3,6 bilhões, que compensou a redução do volume na venda de energia elétrica no período.

Na rubrica venda de energia, houve uma redução de R$ 893.888 mil, variação de 23%, na receita de suprimento de energia devido ao término de vários contratos bilaterais cuja quantidade de energia comercializada caiu de 1.212,22 MW médios em 2015 para 514 MW médios em 2016. Além disso, ocorreu o término de dois produtos negociados no Ambiente Regulado (CCEAR), cujo MW médio (não auditado) de energia comercializada reduziu de 1167 MW para 1008 MW no mesmo período de comparação. A energia descontratada foi realocada no mercado de curto prazo que em 2016 apresentou aumento de R$ 293 milhões. Além disso, em 2015 a Empresa estava na posição de compradora de energia de curto prazo para honrar seus contratos de energia, devido à crise hidrológica.

O maior acréscimo entre todos os segmentos foi registrado pela receita de remuneração do ativo financeiro, passando de R$ 292.668 mil em 2015, para R$ 3.930.847 mil em 2016, devido ao reconhecimento da remuneração sobre o ativo financeiro de R$ 3.595.672 mil, em decorrência da Portaria nº 120/2016, que regulamenta o pagamento da indenização relativa aos bens existentes em 31 de maio de 2000, que não foram pagos às empresas de transmissão de energia elétrica que renovaram seus contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12). O reconhecimento deste direito gerou impacto no resultado da companhia, mas seu reflexo financeiro ocorrerá a partir de jul/2017 durante 8 anos.

b) Custos e Despesas

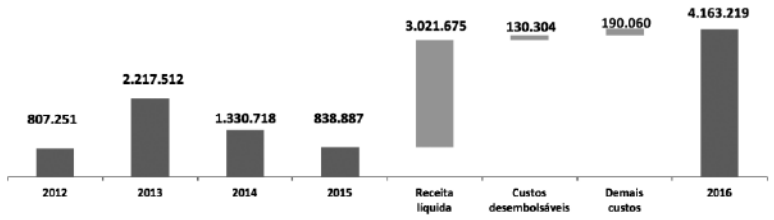


Na comparação com 2015, o conjunto referente às despesas desembolsáveis, compostos pelas despesas que representam saídas efetivas de caixa, apresentou uma redução de R$ 130.304 mil (4,19 %) saindo de R$ 3,104 bilhões para R$ 2,974 bilhões.

A explicação para esta redução vem do desembolso da Companhia referente à compra de energia que saiu de R$ 630 milhões em 2015 para R$ 182 milhões em 2016. Esta redução decorre da posição de compradora de energia de curto prazo para honrar seus contratos de energia que a Empresa se encontrava em 2015. o que elevava suas despesas com a compra de energia. Já em 2016, passou-se para a posição de vendedora de energia, em decorrência da melhora do cenário hidrológico, reduzindo, portanto, significativamente esta rubrica.

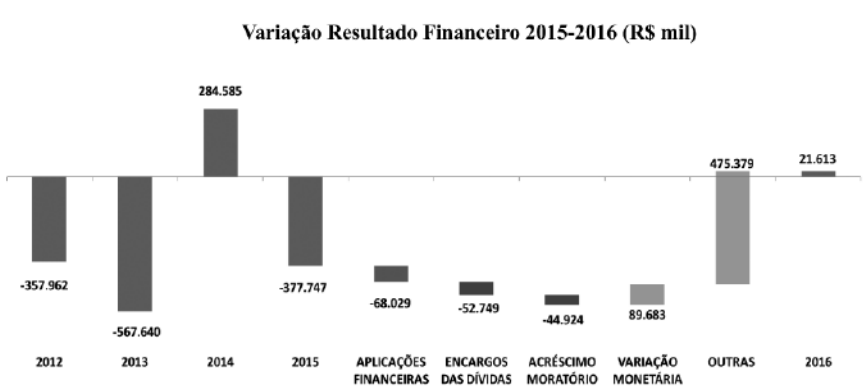
A redução da compra de energia foi "consumida" pelo aumento na conta de pessoal de R$ 195.395 mil. Cuja principal causa foi o reajuste concedido aos empregados no âmbito da negociação do acordo coletivo de trabalho aliado a um acordo para encerrar um processo trabalhista, no valor de R$ 86.656 mil.

c) Geração operacional de caixa – EBTIDA (R$ mil)



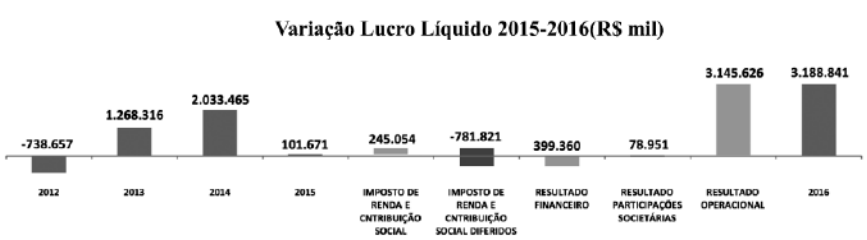
No exercício, o EBITDA apresentou aumento de R$ 3.324 milhões, ou 398%, passando de R$ 839 milhões em 2015 para R$ 4.163 milhões em 2016. A margem EBITDA em 2015 foi de 14,97%, enquanto a margem obtida em 2016 foi de 48,27%. Além do aumento da receita e redução dos custos desembolsáveis, houve redução de R$ 190.060 mil nos custos não desembolsáveis. Esta redução se explica em sua maior parte pelas seguintes razões: (i) aumento de R$ 1,269 bilhão na rubrica Redução ao Valor Recuperável que engloba o teste de impairment corporativo (R$ 401 milhões) e das SPEs em que a Companhia tem participação, quais sejam, Companhia Energética Sinop (R$ 177 milhões), Belo Monte Transmissora de Energia (R$ 160 milhões), Norte Brasil Transmissora de Energia (R$ 233 milhões) e Manaus Transmissora de Energia (R$ 203 milhões); (ii) redução de R$ 1,299 bilhão nas provisões operacionais; (iii) aumento de R$ 78,9 milhões no resultado de participações societárias.

d) Resultado Financeiro



O Resultado Financeiro passou de um saldo de despesa financeira no valor de R$ 377,747 milhões em 2015 para um saldo de receita financeira R$ 21,613 milhões em 2016, uma variação positiva de R$ 399,366 milhões. Esse aumento expressivo foi causado pelos fatores: i) valorização dos instrumentos financeiros derivativos decorrentes da variação positiva no preço do alumínio e da variação cambial favorável do Dólar no mercado internacional para esta operação, o que contribui para o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos. Em 2016, a Companhia apurou ganho no total de R$ 218.714 milhões, diferente do cenário verificado em 2015, quando foi apurada uma perda de R$ 221.666 milhões. ii) a Companhia registrou variação positiva de 131% (R$ 347.224) com relação aos empréstimos em moeda estrangeira, quando comparado ao mesmo período de 2015, impactado pela desvalorização do Real frente ao dólar. Já em 2016 houve apreciação do Real em relação ao Dólar provocando uma variação negativa e consequente redução dos encargos incidentes sobre os empréstimos em moeda estrangeira. iii) tivemos reconhecidos na receita financeira a atualização dos créditos devidos pela CERON à Companhia, cujo saldo acumulado no encerramento do exercício, R$ 395.666, impactou positivamente o resultado financeiro.

e) Resultado



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300158

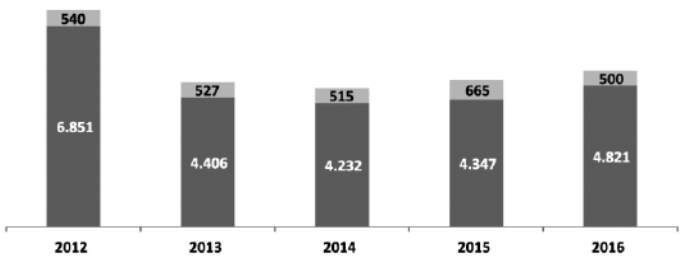
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No exercício, o lucro líquido passou de R$ 101,671 milhões em 2015 para R$ 3.188,8 milhões em 2016, uma variação positiva de R$ 3.087,2 milhões. Essa variação decorreu, essencialmente, dos seguintes fatores anteriormente explicados: (i) aumento de R$ 3.145,6 milhões do resultado operacional; (ii) aumento de R$ 399,4 milhões no resultado financeiro.

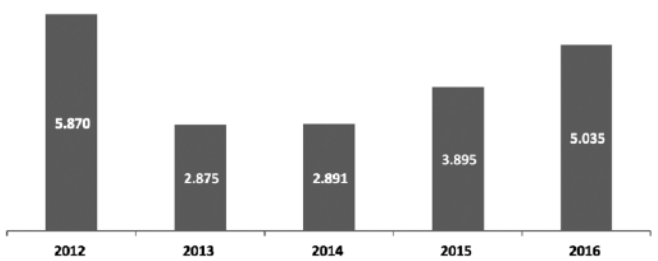
II - Composição do endividamento

a) Empréstimos e financiamentos contratados

Composição da Dívida Bruta - 2012 a 2016 (R$ milhões)

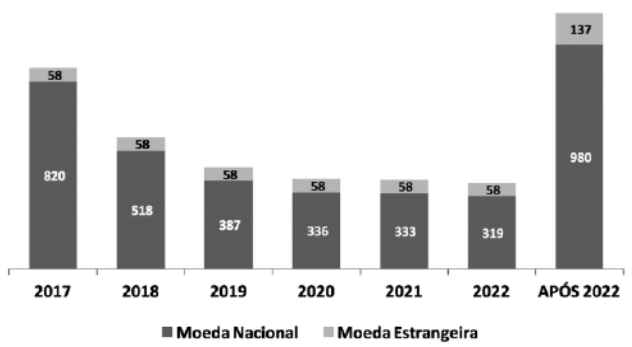


A dívida bruta total, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizava R$ 5.321 milhões ao final de 2016, aumento de 6,18% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2015, quando o valor era R$ 5.011 milhões. Do total da dívida no final do período, 10,4% estava denominada em moeda estrangeira (15,3% ao final de 2015).



Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$ 5,035 bilhões, acréscimo de 29% em relação ao registrado ao final de 2015, que era de R$ 3,895 bilhões. No período houve redução de 82,6% na rubrica "caixa ou equivalentes de caixa" caindo de R$ 1,1 bilhão para R$ 286 milhões. Essa queda se refere à expressiva redução no caixa líquido das atividades operacionais, cuja principal causa é a redução de fluxo financeiro de pagamento da CCEE que não está conseguindo realizar a liquidação financeira do mercado de energia elétrica.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)



III - Participações Societárias

Empresa	Aportes		Resultado		Dividendos Recebidos	
	Até 2015	2016	Até 2015	2016	Até 2015	2016
Em Operação	**1.617.489**	**-**	**343.094**	**185.958**	**(124.530)**	**(40.912)**
Manaus Transmissora de Energia S.A.	376.600	-	322	16.618	-	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	94.975	-	29.965	10.690	(4.067)	(4.225)
Integração Transmissora de Energia S.A.	62.900	-	98.568	24.396	(27.980)	(4.758)
Energética Águas de Pedra S.A.	64.435	-	61.514	28.532	(20.461)	(22.376)
Transmissora Motogrossense de Energia S.A.	47.919	-	52.236	9.326	(3.001)	-
Amapari Energia S.A.	41.533	-	(37.304)	(3.266)	(4.229)	-

Continua...

...continuação

Empresa	Aportes		Resultado		Dividendos Recebidos	
	Até 2015	2016	Até 2015	2016	Até 2015	2016
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	21.300	-	84.808	9.975	(64.792)	(9.553)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.570	-	(301)	373	-	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24.549	-	(4.468)	698	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	22.931	-	(2.997)	258	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	826.777	-	60.751	88.358	-	-
Em Construção	**2.508.668**	**1.260.622**	**(165.294)**	**(19.713)**	**-**	**-**
Norte Energia S.A.	1.458.540	799.199	(70.477)	(36.869)	-	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	612.302	-	(111.442)	12.888	-	-
Transporte Energia S.A.	146.365	-	23.031	375	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	200.165	333.934	(4.636)	5.767	-	-
Companhia Energética Sinop S.A.	91.296	127.489	(1.770)	(1.874)	-	-
Construtoras	**-**	**-**	**(2.063)**	**(9.287)**	**(21.371)**	**(14.700)**
Manaus Construtora Ltda.	-	-	(270)	(405)	(12.328)	-
Construtora Integração Ltda.	-	-	(1.793)	(8.882)	(9.043)	(14.700)
Adiantamentos p/ Futuro Aumento Capital-AFA	**37.079**	**-**	**-**	**16.617**	**-**	**-**
Manaus Transmissora de Energia S/A (*)	329	-	-	16.617	-	-
Companhia Energética Sinop S.A.	36.750	-	-	-	-	-
Total	**4.163.236**	**1.260.622**	**175.737**	**173.575**	**(145.901)**	**(55.612)**

(*) Montante referente a atualização de AFACs anteriores.

IV - Principais Contratações de Financiamentos Realizadas no Período de 2016

Empreendimento	Banco Financiador	Contrato Nº	Valores Liberados em 2016
Capital de Giro	ELETROBRÁS	0777 / 16	200.000.000
Capital de Giro	CAIXA ECONÔMICA	CBB 471.186-96	400.000.000
Programa de Ampliação e Reforços (PAR) e Programa de Investimento em Modernização de Interesse Sistêmico (PMIS).	BNDES	13.2.1171.1	5.440.487
Contrato de Mútuo para viabilizar 70% do Equit da IE Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	State Grid Brazil Holding S.A.	Contrato Mútuo	158.872.000
Total			**764.312.487**

DIMENSÃO SOCIAL

I - Dimensão Social Interna

Gestão de Pessoas

A Eletrobras Eletronorte considera que o capital humano é determinante para cumprir sua Missão, alcançar os resultados e fortalecer a Organização. A constante preocupação com o capital humano está representada nos seus valores, que contemplam, dentre outros, o fator "valorização e comprometimento das pessoas".

- A valorização e o comprometimento das pessoas consideram as seguintes intenções:
- Praticar os valores organizacionais;
- Trabalhar de forma alinhada aos objetivos estratégicos;
- Buscar o aprimoramento profissional;
- Reconhecer os melhores desempenhos;
- Valorizar o autodesenvolvimento; e
- Respeitar a diversidade no ambiente de trabalho.

A Empresa adota a Política de Gestão de Pessoas da Eletrobras que, por sua vez, está alinhada à estratégia organizacional e à legislação brasileira, respeitando as diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Aliada a esta premissa, a Eletrobras Eletronorte tem envidado esforços para adequar seu quadro de pessoal aos novos desafios e, para tanto, adota diretrizes que orientam a busca por desenvolvimento e valorização de pessoas.

O conceito de competências é a principal referência para a gestão de pessoas nas Empresas Eletrobras. Para isso, utiliza-se um modelo de Carreira e Remuneração com essa abordagem, visando alinhar as políticas e práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas, buscando a melhoria da performance organizacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cabe acrescentar que a carreira e as ações relativas ao desempenho dos empregados estão pautados no Plano de Carreira e Remuneração – PCR e no Sistema de Gestão de Desempenho – SGD, comum a todas as Empresas Eletrobras.

Força de Trabalho

		2014	2015	2016
Nº de Empregados no Início do Exercício	Ativos em Exercício	3.039	2.989	2.974
	Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001)	146	157	160
	Ativos readmitidos (Lei 8878/94)	196	193	197
	Licença sem Remuneração	13	16	12
	Diretores Empregados	0	1	2
	Subtotal	3394	3.355	3.345
	Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001)	24	29	31
	Diretores não Empregados	5	4	3
	Subtotal	**29**	**33**	**34**
	Total Geral	**3.423**	**3.388**	**3.379**
Nº de Empregados no Final do Exercício	Ativos em Exercício	2.989	2.974	2.988
	Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001)	157	160	135
	Ativos readmitidos (Lei 8878/94)	194	197	201
	Licença sem Remuneração	14	12	9
	Diretores Empregados	1	2	2
	Subtotal	3355	3.345	3.335
	Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001)	29	31	35
	Diretores não Empregados	4	3	3
	Subtotal	**33**	**34**	**38**
	Total Geral	**3.388**	**3.379**	**3.373**
Nº de Demissões		44	16	16
Nº de Admissões		4	6	6
Nº de aposentadorias no Período[1]		86	96	65
Relação entre o menor salário da Empresa e o salário mínimo vigente		3,91	3,85	3,84
Salário médio		R$ 7.282,32	R$ 7.998,45	R$ 11.058,58
Índice de Absenteísmo - IAD - Global		2,68	2,90	1,91

[1] O processo de apuração do indicador de Aposentadoria passou por uma revisão no início de 2015.

Educação e Desenvolvimento

Alinhado as orientações estratégicas, o processo de Educação Corporativa disponibiliza soluções educacionais, propiciando o desenvolvimento dos(as) empregados(as), aquisição e aperfeiçoamento de competências, melhorando processos e atendendo aos requisitos dos clientes.

A Educação Corporativa, disponibiliza diversas modalidades em educação, destacando o treinamento em serviço (TS), realizado nos postos de trabalho e/ou disseminação de conhecimento pelos(as) próprios(as) empregados(as); a participação crescente de empregados(as) educadores(as) nos cursos a distancia com instrutoria interna, tutoria e conteudista; a formação da liderança, mesclando ações educacionais à distancia e presenciais; além de cursos à distância visando o Autodesenvolvimento.

Considerando todas as ações educacionais (internas, externas e as em parceria com a UNISE – Universidade das empresas Eletrobras), o processo de Educação Corporativa implementou 655 turmas de ações educacionais, que aperfeiçoaram e qualificaram os(as) empregados(as) da Eletrobras Eletronorte.

As ações educacionais atingiram 51 horas de treinamento, em média por empregado(a), perfazendo um total de 150.594 horas, com 7.328 participações para 2.338 profissionais treinados. O valor total investido foi de R$ 3.669.510,65 e investimento médio por empregado de R$ 1.240,00.

Parâmetros	2014	2015	2016
Ações Educacionais	885	787	655
Pessoas Capacitadas	3.024	2.546	2.338
Participações	14.605	8.747	7.328
Horas Treinadas	144.318,00	178.338,52	150.594
Custo Total (R$)	3.914.180,50	3.694.303,22	3.669.510,65

OBS.: Foram considerados para as informações acima, **empregados e requisitados**. Para o cálculo das horas de treinamento em média por empregado e do investimento médio por empregado, **foram considerados todos os empregados da Empresa e não apenas as pessoas capacitadas**, ajustando-se os cálculos a quantidade de empregados ausentes (férias ou licença médica) no período calculado.

Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A sustentabilidade dos negócios depende também do compromisso social com a promoção da equidade e da diversidade. Por isto, a Eletrobras Eletronorte trabalha com o objetivo de gerar oportunidades iguais para sua força de trabalho e incentivar esta prática nas demais partes interessadas.

A Empresa assume o compromisso com a valorização da diversidade de forma pública e explícita, apresentando em seu Código de Ética os princípios da equidade, igualdade e respeito às diferenças.

Equidade de Gênero e Diversidade

A Eletrobras Eletronorte aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, lançados em 2010 pela ONU Mulheres, tendo sido reconhecida em março de 2016, na categoria Bronze, com o Prêmio WEPs Brasil 2016[1], que tem o objetivo de incentivar, valorizar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a equidade de gênero, norteadas pelos Princípios.

[1] O Prêmio WEPs Brasil - Empresas Empoderando Mulheres é uma realização da Itaipu Binacional, com apoio institucional do UN Global Compact, UN Women, Rede Brasileira do Pacto Global, ONU Mulheres Brasil e promoção do Tempo de Mulher. A premiação reúne interesses mútuos em contribuir para o empoderamento da mulher no território brasileiro, pela promoção da equidade de gênero e da inclusão social.

Em Abril de 2016 o presidente da Eletrobras Eletronorte assinou o Termo de Compromisso com o Governo Federal para execução do plano de ação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, 6ª Edição. Este Programa é responsável por várias das iniciativas positivas que a Empresa tem realizado em relação à sustentabilidade e à mudança da cultura organizacional, tendo sido agraciada cinco vezes com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça.

O Comitê Corporativo de Gênero e Diversidade, responsável pelo Programa e idealizador e promotor da Política de Equidade de Gênero e Diversidade da Eletrobras Eletronorte, já conta com 11 anos de existência, apresentando como principais resultados diretos e indiretos:

- Valorização Equidade de Gênero e Raça para toda força de trabalho por meio das Campanhas de 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres e Semana da Mulher;
- Perfil de corpo funcional com identificação étnico-racial que consiste em um importante instrumento para realização de diagnósticos do desempenho social e o desenvolvimento de campanhas educativas e capacitações específicas no combate à discriminação étnico-racial;
- Ampliação do número de mulheres, negros(as) nos Programas de Estágio e Jovem Aprendiz. Desde 2006 a empresa implementa um conjunto de ações afirmativas que possibilitaram transformar o processo de recrutamento e seleção mais isonômico e transparente;
- Utilização da linguagem e imagem inclusivas nas peças de comunicação e em comunicados oficiais;
- Equipamentos de Proteção Individual - EPI's adequados às características físicas das mulheres, além da adequação das instalações físicas de vestiários e banheiros femininos nas plantas das Subestações e Usinas;
- Práticas de equidade de gênero na cadeia de fornecedores por meio da adoção da cláusula "Da Equidade de Gênero" nos editais de contratação de mão de obra terceirizada e divulgação dos compromissos da Eletrobras Eletronorte com a equidade de gênero e raça às empresas fornecedoras permitindo ampliação da contratação de mulheres terceirizadas em postos tradicionalmente masculinos, tais como: motoristas, vigilância e construção civil;
- Inclusão da promoção da equidade de gênero e raça no Código de Conduta e Ética e Código de Relacionamento com os Fornecedores.

Em setembro de 2016 ocorreu a Capacitação dos membros do Comitê Corporativo e Subcomitês Regionais de Gênero e Diversidade, sendo criado em seguida um Grupo de Trabalho para sistematizar o Programa Eletronorte de Equidade de Gênero e Diversidade - PEEGD, que terá uma identidade própria.

Saúde

A Eletrobras Eletronorte busca garantir que nenhum risco laboral comprometa a saúde e segurança de seus empregados, desta forma, a realização dos exames médicos periódicos procura contemplar todos os riscos que possam em maior ou menor grau afetar a saúde dos empregados. Cabe ressaltar que a Eletrobras Eletronorte realiza exames adicionais com o intuito de garantir a sua perfeita saúde que irá resultar em maior produtividade. Desta forma, anualmente, empregadas e empregados são submetidos a diversos procedimentos, padronizados de acordo com idade, sexo e função. A partir de 2016, foi implantado o módulo EH&S (SAP) que permitiu eficientizar o acompanhamento destes exames de forma corporativa, proporcionando maior rapidez na disponibilização das informações, bem como a padronização de exames.

Segurança do Trabalho

Tipo de acidentes do trabalho/ Indicadores	2014	2015	2016
Nº Absoluto de Acidentes* sem Afastamento	10	4	4[3]
Nº Absoluto de Acidentes* com Afastamento	16	3	12[3]
Nº Total de Acidentes de Trabalho** com Empregados	38	7	21[33]
Índice Relativo Total de Empregados	0,0047407	0,0008957	0,003596
Dias Perdidos/Pessoas[1]	403	394	192
Índice de Frequência	2,70	0,51	2.06
Índice de Avaliação Gravidade	68,0	67	33
Acidentes que Resultaram em Mutilação ou Outros Danos à Integridade Física de Empregados e/ou de Prestadores de Serviço, com Afastamento Permanente do Cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0
Nº de óbitos	1[2]	0	0

[1] Dias/Homens perdidos foi substituído por Dias perdidos/Pessoas.
[2] Óbito decorrente de um acidente de trajeto e computado no item "Número Absoluto de Acidentes em Afastamento"
* Foi considerado apenas os acidentes típicos
** Foi considerado os acidentes típicos e de trajeto, com e sem afastamento
Obs. Os dados de 2014 e 2015 foram atualizados.

Previdência Privada

A Previnorte – Fundação de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados das empresas que patrocinam esses planos. Além da Eletrobras Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Amazonas Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

Composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios 01-A e 01-B (Eletronorte)
Posição: 31.12.2016

Alocação dos Recursos	Valor (R$)	%
Renda Fixa	2.582.943.396,31	90,19
Títulos Públicos	508.357.703,06	17,75
Crédito Privado	528.368.061,93	18,44
Fundos de Investimentos	1.546.217.631,32	54,00
Segmento Estruturado	98.141.164,92	3,43
Investimentos Imobiliários	72.431.261,14	2,53
Empréstimos e Financiamentos	109.723.479,82	3,83
Disponível	308.925,14	0,01
Outros Realizáveis	55.821,34	0,01
Total	**2.863.604.048,67**	**100,00**

Demonstrativo de valores repassados pelo patrocinador Eletronorte
(Plano s de Benefícios 01-A E 02-A
Referência: 2016

Mês de Referência	Contribuições Pagas pelo(s):		UTI Móvel1	Empréstimos Consignados2	Total
	Participantes	Patrocinador			
Janeiro	4.474.560,40	3.249.232,28	511,50	2.187.098,64	**9.911.402,82**
Fevereiro	4.460.400,97	3.253.555,02	511,50	2.583.394,51	**10.297.862,00**
Março	4.462.229,79	3.253.320,39	511,50	2.776.140,12	**10.492.201,80**
Abril	4.442.053,74	3.239.837,31	470,58	2.474.502,33	**10.156.863,96**
Maio	4.432.491,00	3.244.735,71	470,58	2.347.951,71	**10.025.649,00**
Junho	4.862.452,65	3.579.413,94	460,35	2.454.424,47	**10.896.751,41**
Julho	5.270.445,89	3.876.311,33	-	2.606.007,39	**11.752.764,61**
Agosto	4.787.669,96	3.471.014,38	879,78	2.451.923,97	**10.711.488,09**
Setembro	4.920.234,54	3.580.618,98	-	2.534.721,57	**11.035.575,09**
Outubro	5.096.062,29	3.698.254,92	879,78	2.460.294,19	**11.255.491,18**
Novembro	5.035.442,53	3.636.954,11	439,89	2.322.661,71	**10.995.498,24**
Dezembro *	4.992.430,00	3.601.596,30	439,89	2.426.360,60	**11.020.826,79**
13º (*)	5.029.010,87	3.667.262,41	-	-	**8.696.273,28**
Total	**62.265.484,63**	**45.352.107,08**	**5.575,35**	**29.625.481,21**	**137.248.648,27**

(*) Valores repassados em Janeiro/2017
Notas:
(1) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à Previnorte, relacionados aos dependentes dos empregados da Eletronorte.
(2) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à Previnorte, referentes às prestações de empréstimos concedidos aos seus participantes.

II - Dimensão Social Externa

Programas e Ações de Responsabilidade Social

O Plano Diretor de Responsabilidade Social Empresarial da Eletrobras Eletronorte, estruturado em cinco eixos de projetos sociais inspirados nas políticas públicas, orienta os programas e ações de responsabilidade social. Os eixos são divididos em estruturantes (Geração de Trabalho e Renda; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Cidadania) e dois transversais (Gênero e Diversidade; e Meio Ambiente).

Principais Programas e Projetos

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Programa Jovem Aprendiz	Lei 10.097 de 14 de dezembro 2000 e Decreto 5.598/2005. A finalidade do Programa é capacitar e preparar jovens entre 16 e 22 anos e que estão em situação de vulnerabilidade social, facilitando sua inserção no mercado de trabalho, em consonância com a política pública e legislação de preparação para o primeiro emprego, esses jovens tem que ser oriundos de escola da rede publica de ensino e ser de baixa renda que estejam cursando a 1 ano do ensino médio. As aulas do Programa 2017/2018 iniciarão em 13.03.2017, com duração de 18 meses.
Centro Social de Pimenta Bueno	Reformar e revitalizar a Praça dos Pioneiros, por meio da implantação do Centro de Cultura e Geração de Renda de Pimenta Bueno / RO. A reforma/revitalização consiste: melhorar as condições físicas da praça por meio de obras de infraestrutura, equipara a praça com espaços comunitários de lazer, instalar equipamentos e mobiliários. Obra concluída em fevereiro de 2015. O convênio com prazo de vigência em setembro de 2017 será rescindido antes do término do prazo em razão da ausência da contrapartida da Prefeitura e dos valores apresentados pela Prefeitura para aquisição do mobiliário estar superior ao previsto no Projeto Social.
Tornar a Esperança Visível	Recuperar e reinserir socialmente internos da Fazenda da Esperança, localizada em Roraima, por meio da construção de uma panificadora, na qual os dependentes químicos e alcoólatras serão capacitados, para em seguida, após o término do tratamento, serem inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho, cuja ação se dá em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. São 108 beneficiários. A vigência do Convênio terminará em 18.11.2017, quando será realizado o seu encerramento.
Cinema Itinerante na Comunidade – APREMARA	Democratizar o acesso à informação, cultura expressões artísticas nas comunidades atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica Samuel no estado de Rondônia-RO. São 1160 beneficiários. As etapas do cronograma de execução estão sendo cumpridas e a vigência do convênio terminará em 25.09.2017, quando será realizado o seu encerramento.
Projeto Linha Verde	Promover qualificação, conscientização e geração de trabalho e renda nas comunidades dos municípios de Peritoró, Matões do Norte e Miranda do Norte - Maranhão, por meio do manejo e produção sustentável de hortaliças utilizando metodologia de Mandalas produtivas. 150 beneficiários. Projeto implantado em 2012 e 2013. A vigência do convênio terminará em 04.05.2017 e já está sendo providenciado a análise dos resultados do projeto e elaboração dos documentos para o encerramento.
Programa Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo	Sensibilizar e conscientizar fornecedores e cadeia produtiva para promover a assinatura e adesão ao Instituto InPacto, no qual a Eletronorte faz parte do Conselho Deliberativo.
Projeto Social – Conservatório de Música de Imperatriz – MA	Construção do prédio do Conservatório de Música de Imperatriz – MA, iniciada em Outubro/2015 e ainda não finalizada. O projeto ainda não foi implantado em razão da não conclusão da obra.

Continua...

...continuação

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Desenvolver um conjunto de ações articuladas interna e externamente voltadas para a prevenção, articulação e mobilização que permitam a intervenção corporativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na empresa e nas suas comunidades de convivência. Participação da Eletronorte nas reuniões da Secretaria de Direitos Humanos.
Casa Abrigo - Energia para Vida	Acolher, proporcionar a reintegração social e resgatar a autoestima de mulheres e crianças em situação de violência doméstica e familiar no município de Tucuruí – PA, em um Centro de Abrigamento especialmente criado para o projeto. O projeto não foi executado em razão da desistência do Governo do Pará e está em processo de encerramento.
Projeto Social APAE Cidadã	Promover a adaptação do espaço físico, visando seu uso social para o desenvolvimento de ações que promovam geração de trabalho e renda, promoção da cidadania, saúde e atividades socioesportivas, que são demandas da comunidade que reside nas proximidades da instituição, buscando socializar e integrar os habitantes locais. O projeto é de grande importância para a cidade de Santarém por estar a APAE inserida em uma área de alta vulnerabilidade social e devido ao agravamento da criminalidade. Além da reforma do espaço físico, prevê ações direcionadas a esses acompanhantes, na sua maioria mulheres que possam promover o resgate da cidadania. São 324 beneficiários. Em processo de encerramento.
Universalização de Energia	Atender orientações do Ministério de Minas e Energia, atuando como coordenadora da região elétrica norte no Programa Luz para Todos, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais. Apoiar as atividades de implantação do segundo programa de obras na área de concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.
Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí - PIRTUC	Contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os 7 (sete) municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infraestrutura social e econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região ao longo de 20 anos, envolvendo recursos financeiros no montante de R$ 200 milhões. Em 2016, foram realizados investimentos no valor de R$ 5.317.768,59 em projetos do PIRTUC.
Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí - PIRJUS	Desenvolver ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, beneficiando 237.728 pessoas. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões. Em 2016, foram realizados investimentos no valor de R$ 7.744.496,09 em projetos do PIRJUS.
Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/009	Fortalecer a capacidade institucional e da gestão das ações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos. A Eletrobras Eletronorte estabeleceu um Projeto de Cooperação Técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação, órgão integrante da estrutura do Ministério das Relações Exteriores, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), denominado PCT BRA/IICA/09/009, com duração de 60 meses. Em 2014 o PCT foi aditivado em mais 24 meses. Em 2016, foram utilizados R$ 688.680,22 em estudos técnicos voltados principalmente a população indígena e gestão institucional conforme abaixo: 1) Consultoria de pessoa física para capacitar técnicos da Eletrobras Eletronorte em educação ambiental e formação de líderes comunitários em agentes ambientais nas comunidades que sofrem influencia direta da UHE Curuá Una e da LT Curuá Una/Santarém 2) Consultoria de pessoa física para executar Diagnóstico Socioambiental Participativo com as comunidades vizinhas ao empreendimento da Linha de Transmissão 500kV Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra-São Luís da Eletrobras Eletronorte. 3) Contratação de serviços de consultoria de pessoa jurídica para formação de auditores líderes em NBR ISO 14001, versão 2015 e atualização de auditores já formados em NBR ISO 14001:2004, também para a versão 2015, em Brasília. Ambos com emissão de certificado reconhecido pela Abendi/RAC ou por outra entidade equivalente; 4) Contratação de consultoria especializada para elaborar projetos básicos de sistemas de abastecimento de água (captação, tratamento, armazenamento e distribuição), de sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de manejo de resíduos sólidos específicos para as aldeias Trocará, Ororitawa, Oimotawara e Marawytawa, comunidade indígena Assurini do Tocantins, Terra Indígena Trocará, municípios de Tucuruí e Baião, Estado do Pará.
Patrocínios Institucionais	VI Conferência Internacional de Direitos Humanos da OAB, Congresso Brasileiro de Ornitologia, XXX Seminário Nacional de Grandes Barragens, 18º Congresso Brasileiro de Comunicação Corporativa 2015, 15ª Conferência Anpei de Inovação Tecnológica, 57º Congresso Brasileiro do Concreto, XXXIII SNPTEE, Encontro Provedores Regionais em Rondônia, Campanha Outubro Rosa
Patrocínios Culturais	Projeto Cultural Viva a Arte; Centro de Convivência Daniel Augusto Pereira Dias em Festivais de Dança, Edição do Livro do Círio – Fé, Cultura e Arte
Patrocínios Esportivos	VI Corrida e Caminhada do Engenheiro, XXXI Torneio Nacional de Ginástica Artística da UEPA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Balanço Social
Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - GERAÇÃO E DISTRIBUÇÃO DA RIQUEZA:	2016		2015	
Distribuição do Valor Adicionado	% governo >	24,77%	% governo >	31,78%
	% acionistas >	44,96%	% acionistas >	2,73%
	% empregados >	15,89%	% empregados >	25,40%
	% financiadores >	14,38%	% financiadores >	40,08%

2 - RECURSOS HUMANOS: 2.1 - Remuneração	2016	2015
Folha de pagamento bruta (FPB)	**R$ 1.346.171**	**R$ 1.150.776**
- Empregados	R$ 1.341.642	R$ 1.146.490
- Administradores	R$ 4.529	R$ 4.286
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	10%	12%
- Administradores	1%	1%

2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	R$ 278.390	20,68%	3,23%	R$ 253.939	22,07%	4,53%
Alimentação	R$ 49.396	3,67%	0,57%	R$ 41.165	3,58%	0,73%
Transporte	R$ 3.776	0,28%	0,04%	R$ 3.145	0,27%	0,06%
Previdência privada	R$ 42.885	3,19%	0,50%	R$ 37.240	3,24%	0,66%
Saúde	R$ 82.070	6,10%	0,95%	R$ 52.907	4,60%	0,94%
Segurança e medicina do trabalho	R$ 2.462	0,18%	0,03%	R$ 4.329	0,38%	0,08%
Educação ou auxilio Creche	R$ 11.105	0,82%	0,13%	R$ 8.748	0,76%	0,16%
Cultura	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R$ 3.771	0,28%	0,04%	R$ 11.390	0,99%	0,20%
Outros	R$ 6.068	0,45%	0,07%	R$ 90.257	7,84%	1,61%
Total	**R$ 479.923**	35,65%	5,56%	**R$ 503.120**	43,72%	8,98%

2.3 - Composição do Corpo Funcional		
Nº de empregados no final do exercício	3.335	3.345
Nº de admissões	6	6
Nº de demissões	16	16
Nº de estagiários no final do exercício	396	376
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	33	45
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	0	362
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.673	2.681
- Feminino	662	664
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	440	533
- De 36 a 60 anos	2.335	2.372
- Acima de 60 anos	560	440
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Ensino fundamental	395	290
- Ensino médio	620	464
- Ensino técnico	1.177	886
- Ensino superior	877	1.352
- Pós-graduados	266	353
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	79,74%	82,72%
- Feminino	20,26%	17,28%

2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:	2016	2015
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	226	522
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	64	39
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	133	79
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 3.711	R$ 730

3 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO:	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Cultura	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Saúde e infraestrutura	R$ 15.881	0,45%	0,18%	R$ 14.837	3,72%	0,26%
Esporte e lazer	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Alimentação	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Outros	R$ 1.063	0,03%	0,01%	R$ 257	0,06%	0,00%
Total dos investimentos	**R$ 16.944**	**0,48%**	**0,20%**	**R$ 15.094**	**3,78%**	**0,27%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ 1.579.220	44,55%	18,31%	R$ 976.257	244,73%	17,42%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$ 170.519	4,81%	1,98%	R$ 213.526	53,53%	3,81%
Total - Relacionamento com a Comunidade	R$ 1.766.683	49,84%	20,48%	R$ 1.204.877	302,04%	21,50%
3.2 - Interação com os Fornecedores						

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus FORNECEDORES:
Em todas as licitações é exigido dos fornecedores, como requisito para habilitação, a apresentação de declaração, informando que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
É exigido ainda ter conhecimento e concordar com os princípios e normas constantes do «Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens de Serviços» da Eletronorte, documento que estabelece regras gerais de conduta, envolvendo requisitos básicos de responsabilidade social e sustentabilidade, tais como: Ética, transparência e observância dos direitos humanos, ao comércio justo e à responsabilidade socioambiental;
Inclusão em todos os contratos das seguintes cláusulas:

- Equidade de gênero e raça;
- Código de Ética, com os seguintes requisitos: ética empresarial, impessoalidade, legalidade, relação custo benefício, pontualidade, incorporação de critérios socioambientais nos processos de gestão e nas relações com parceiros e/ou fornecedores.
- Dos atos lesivos à Eletronorte e Da responsabilidade administrativa, no combate à corrupção;
- Adoção do Manual de Compliance das empresas Eletrobras no relacionamento com representantes e fornecedores.

4 – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ 16.476	0,46%	0,19%	R$ 2.626	0,66%	0,05%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$ 18.831	0,53%	0,22%	R$ 16.367	4,10%	0,29%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$ 153	0,00%	0,00%	R$ 3.677	0,92%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$ 152	0,00%	0,00%	R$ 257	0,06%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 4.669	0,13%	0,05%	R$ 5.730	1,44%	0,10%
Quantidade de processos ambientais, admin. e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Valor total dos passivos e contingências ambientais	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Valor total da Interação com o meio ambiente	**R$ 40.281**	1,14%	0,47%	**R$ 28.657**	7,18%	0,45%

5 – OUTRAS INFORMAÇÕES	2016	2015
Receita Líquida (RL)	**8.625.116**	**5.603.441**
Resultado Operacional (RO)	**3.544.540**	**398.914**

DIMENSÃO AMBIENTAL

Gestão Ambiental

Foram elaborados relatórios de gestão de riscos ambientais, indicadores de sustentabilidade e de desempenho ambiental, bem como a gestão dos Indicadores para Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobras – IGS.

Nos empreendimentos em operação foram executados os programas e projetos ambientais, com foco no atendimento às condicionantes das Licenças de Operação das instalações, exigências legais e demais requisitos ambientais exigidos nas instalações certificadas pela norma ABNT NBR ISO 14001.

Em 2016 a Linha Verde Transmissora de Energia - LVTE foi incorporada pela Eletrobras Eletronorte.

Foi realizada a identificação dos riscos ambientais significativos, diagnosticados e inseridos na Matriz de Aspectos e Impactos Ambientais dos empreendimentos, que compõe o Sistema de Gestão Ambiental da Empresa, sendo atualizada periodicamente.

No ano de 2016, foram realizadas 23 (vinte e três) auditorias ambientais, inspecionando 48 (quarenta e oito) instalações/empreendimentos. É realizado o controle e acompanhamento sobre as não-conformidades levantadas, por meio do indicador IEGA - Índice de Eficiência da Gestão Ambiental.

Acompanhamento da Implantação de Usinas Hidrelétricas

A Empresa participa dos Comitês de Meio Ambiente que acompanham a implantação da UHE Belo Monte (11.233 MW) e da UHE Sinop (400 MW).

Programas Indígenas

A Empresa executa programas em parceria com a Funai, nas Terras Indígenas Parakanã, Waimiri Atroari, São Marcos e Krikati, desenvolvendo ações de compensação aos impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos e também programas voltados ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

O Programa Parakanã é uma ação de compensação aos impactos ambientais e sociais desenvolvida com a comunidade Awaete Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, com 351.000 hectares, localizada na área de influência do reservatório da UHE Tucuruí, bacia do rio Tocantins. A população atual é de 1.158 índios, distribuídas em 19 aldeias. Em 2016, o programa recebeu o repasse de R$ 7.633.184,95.

O Programa Waimiri Atroari são ações relativas à saúde, educação, proteção e meio ambiente, apoio à produção, desenvolvido com a comunidade Waimiri Atroari, com foco na sua sustentabilidade. A Comunidade habita a Terra Indígena Waimiri Atroari, localizada em área de influência da UHE Balbina. Esta terra possui 2.585.611,96 hectares. A população atual é de 1.917 índios, distribuídos em 45 aldeias. Em 2016, o programa recebeu o repasse de R$ 6.628.105,53.

Mediante Termo de Compromisso, firmado com a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), a Empresa desenvolve ações em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista / Santa Elena, no estado de Roraima, visando o desenvolvimento da comunidade através de ações definidas no "Plano de Vida" da Comunidade. Aproximadamente 6.500 pessoas das etnias Macuxi, Taurepang e Wapixana, habitantes de 45 aldeias, fazem parte do Programa Indígena da Terra São Marcos que possui uma área de 654.110 ha. Em 2016, o programa recebeu um investimento de R$ 470.085,46.

O Povo Indígena Krikati, da Terra Krikati, localizada no estado do Maranhão firmou, em 2014, um Termo de Compromisso com a Eletrobras Eletronorte no valor total de R$ 1.500.000,00, atualizados anualmente pelo IPCA. O presente Termo de Compromisso foi firmado em decorrência da passagem de dois circuitos de Linha de Transmissão 500 kv, com uma extensão de 35 km que cortam o território indígena. O Termo tem como objetivo o atendimento das necessidades apresentadas pelos habitantes da Terra Indígena Krikati mediante o desenvolvimento de ações, especialmente nas áreas de segurança alimentar, saúde, saneamento, educação, meio ambiente e cultura, com foco na sustentabilidade da comunidade. Atende aproximadamente 1000 habitantes distribuídos em 6 aldeias. Os recursos repassados em 2016 pela Eletrobras Eletronorte para a Associação de Pais e Mestres Indígena Krikati foi de R$ 557.914,58.

A Eletronorte está elaborando o Programa Assurini, a ser desenvolvido com a comunidade indígena Assurini do Tocantins na TI Trocará. O Programa consiste na implantação de projetos embasados em cinco linhas Temáticas que refletem as necessidades explicitadas pela própria comunidade, sendo: saúde; educação, cultura e lazer; apoio à organização social e fortalecimento institucional; ocupação territorial, vigilância e monitoramento; e geração de renda e segurança alimentar. A Terra Indígena Trocará, com 560 habitantes (censo de 2013), demarcada em 1977, com 21.722 ha, está localizada no estado do Pará, no limite dos municípios de Tucuruí e Baião, distante 18 km ao norte da cidade de Tucuruí, a jusante do barramento da UHE Tucuruí, margeando o Rio Tocantins.

A Comunidade Indígena Guajajara da TI Cana Brava, recebe apoio da Eletrobras Eletronorte para a implantação de ações socioprodutivas nas aldeias das Terras Indígenas Cana Brava, Urucu-Juruá, Rodeador e Lagoa Comprida, no Estado do Maranhão. Encontram-se distribuídos em cerca de 266 aldeias, situadas nos municípios de Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Grajaú e Itaipava, com uma população de aproximadamente 12.000 índios e 3.446 famílias. Em 2016 a Eletrobras Eletronorte desenvolveu ações no valor de R$ 391.966,49.

Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico

A Eletrobras Eletronorte, de acordo com as instruções normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan no âmbito do Licenciamento Ambiental, visando à execução das ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos e a preservação do patrimônio cultural atende as exigências e detalhes técnicos definidos pelo Termo de Referência Específico (TR) aplicável ao empreendimento.

A Empresa promove o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas de servidão administrativa das futuras Linhas de Transmissão para todos os processos de licenciamento ambiental.

Encontra-se em processo de negociação com algumas instituições responsáveis pela guarda e curadoria dos acervos resgatados, para transferência de material arqueológico. A Empresa também desenvolve estudos junto à comunidade acadêmica para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

Estão em andamento as tratativas sobre os processos de curadoria dos acervos arqueológicos dos seguintes empreendimentos:

- LT 230 kV Ji-Paraná / Pimenta Bueno / Vilhena
- LT 138 kV Central / Santana-C2
- LT 138 kV Coaracy Nunes / Calçoene
- LT 138 kV Santana / Portuária
- LT 138 KV Rio Branco I / Epitaciolândia
- LT 138 KV Rio Branco I / Sena Madureira
- UHE Samuel
- UTE Santana.

Estudos Ambientais de Linhas de Transmissão e subestações associadas

A Eletrobras Eletronorte conduz estudos de caracterização e análise socioambiental para avaliar possíveis dificuldades no corredor de passagem de Linhas de Transmissão desenvolvendo Relatórios (R3), refletindo em menores custos ambientais e prazos no processo de licenciamento do empreendimento, dando subsídio aos leilões da ANEEL.

A Empresa atua na análise e gestão das variáveis ambientais, identificando possíveis impactos e atendendo as exigências da legislação vigente, para futura implantação das Linhas de Transmissão e das Subestações, aplicando medidas preventivas e mitigatórias.

Encontra-se em andamento o processo de licenciamento ambiental: LT 230 kV Rio Branco I/Feijó/ Cruzeiro do Sul (Acre). Para tanto, foi contratada em agosto de 2016 a empresa MRS Ambiental, visando à realização dos trabalhos necessários à regularização ambiental do empreendimento.

Estudos Ambientais de Aproveitamentos Hidrelétricos

A Eletrobras Eletronorte coordenou o EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do AHE Tabajara (400 MW), finalizado em dezembro de 2016. Acompanha e contribui tecnicamente para os Estudos de Impacto Ambiental dos seguintes aproveitamentos hidrelétricos em desenvolvimento: São Luiz do Tapajós (8.040 MW) e Jatobá (1.650 MW). Esses estudos são necessários para obtenção das Licenças Ambientais junto ao IBAMA e permitem que os aproveitamentos sejam submetidos a leilão público de geração.

Estudos Ambientais para Ampliação da Geração de Usinas Hidrelétricas em Operação

Acompanhamento e gestão do processo de licenciamento ambiental para ampliação da capacidade de geração da UHE Curuá-Una, relacionado ao projeto de implantação de sua 4ª unidade geradora. Em setembro de 2016 foi obtida renovação da Licença de Instalação, válida até 2021.

Estudos Ambientais de Usinas Térmicas

A Empresa acompanhou o atendimento às condicionantes da Licença de Operação da Usina Térmica - UTE Araguaia (20 MW), emitida em dezembro de 2015 e o processo de requerimento de ampliação da capacidade de armazenamento de combustível da UTE, junto ao órgão licenciador.

Estudos e Avaliações Fundiárias

A Eletrobras Eletronorte, por meio de sua Gerência de Ações Fundiárias – EEMF – realiza estudos e avaliações fundiárias necessárias à expansão dos negócios da Eletronorte, além promover ações para liberação e regularização fundiária dos empreendimentos de energia elétrica que a Empresa participa.

As atividades fundiárias exercidas pelas Eletrobras Eletronorte, de maneira geral, estão subdivididas em três macroprocessos:

- **Avaliação de custos e estudos fundiários:** Visa estimar, com o máximo de precisão, os custos fundiários de determinado empreendimento, fornecendo subsídio confiável para a elaboração de propostas exequíveis nos Leilões que a Eletrobras Eletronorte participa.
- **Liberação e regularização fundiária:** É o processo que visa desimpedir jurídica e administrativamente as áreas destinadas à execução dos serviços de engenharia que a Eletrobras Eletronorte executa ou participa.
- **Gestão da informação**: É o processo em que se realizam o gerenciamento dos processos e documentos gerados pela atividade fundiária da Eletrobras Eletronorte.

Encontra-se em andamento:

a) O acompanhamento da execução dos serviços de regularização fundiária para liberação e implantação da faixa de servidão administrativa da LT 230 kV Rio Branco I – Feijó, LT 230 kV Feijó - Cruzeiro do Sul, Subestação 230/69 kV Feijó, Subestação 230/69 kV Cruzeiro do Sul, bem como aquisição e/ou regularização de terrenos destinados à ampliação da Subestação Rio Branco e instalação da Subestação Feijó e Subestação Cruzeiro do Sul, em conformidade com o descrito no Edital do Leilão de Transmissão no 07/2013-ANEEL.

b) A elaboração de estudos fundiários relativos à Região Metropolitana de Manaus com a LT 230kV SE Lechuga-SE Tarumã e a LT 230kV SE Mauá 3-SE Manaus.

c) Atividades de regularização fundiária referentes a empreendimentos da LVTE – Linha Verde Transmissora de Energia, da PVTE – Porto Velho Transmissora de Energia e de outros empreendimentos absorvidos pela Eletrobras Eletronorte.

d) Ainda há a perspectiva para a elaboração dos estudos fundiários referentes à LT 230 kV Abunã – Rio Branco – C3, ao seccionamento da LT 230 kV Abunã – Rio Branco – C1 à SE Alto Alegre II, ao remanejamento do RL da SE Rio Branco I para SE Alto Alegre II e ao compensador estático 230 kV de -50/100 Mvar na SE Abunã.

GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Negócio Geração de Energia Elétrica

Fatos relevantes

- **UHE SAMUEL** – Foi concluído em 2016 o processo de modernização do sistema de proteção, comando e controle da UHE Samuel iniciado em 2014. Esta instalação passou a contar com equipamentos digitais em substituição a equipamentos eletromecânicos em processo de obsolescência. Esta modernização trouxe maior confiabilidade à instalação e possibilitou sua operação a distância pela UHE Tucuruí.
- **UHE TUCURUÍ** – No final de agosto 2016 foi entregue pelo fabricante Siemens o primeiro conjunto de polos seccionadores, e logo após foi realizado os serviços de instalação e comissionamento de todo o circuito de comando, bem como os ensaios de tensão aplicada em campo na SE Blindada 06, finalizando os serviços referente ao retorno da UGH-06 no dia 30 de setembro de 2016.
- **USINA TERMELÉTRICA ARAGUAIA** - A Eletrobras Eletronorte foi incumbida por meio da Portaria MME nº 333/2015 de implantar a UTE Araguaia com 20 MW para atendimento as restrições do Sistema Elétrico do Baixo Araguaia até a implantação das soluções estruturantes definitivas para a região. Primeiramente foi realizada a contratação em caráter emergencial de 180 dias da referida UTE com a empresa AGGREKO, por meio do Contrato 4500084970, sendo que a referida usina foi liberada para operação em teste em 14.03.2016, por meio do Despacho ANEEL/SFG nº 626/2016. Os testes operacionais foram realizados no período de 17 a 28.03.2016 e a referida UTE foi aprovada nos testes e liberada para entrar em operação comercial, a partir de 09.04.206, por meio do Despacho ANEEL/SFG nº 872/2016. Neste intervalo de tempo, a Eletrobras Eletronorte realizou

o processo de contratação definitiva da referida usina, com previsão de operação até dezembro de 2019, neste processo a contratada foi a mesma empresa que já estava em operação com a UTE do contrato emergencial, neste caso a AGGREKO, sendo que o novo contrato, 4500085988, foi assinado em 28.07.2016. Atualmente, a UTE Araguaia esta sendo despachada em regime de 24 horas/dia com potência de 20 MW.

- **USINA TERMELÉTRICA SANTARÉM** – Em 08.12.2016, o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico – CMSE em sua 175ª Reunião deliberou pela não renovação da contratação da UTE Santarém, esta deliberação baseou-se em estudo do ONS, que identificou que não haveria a necessidade de geração térmica para o ano de 2017, no Sistema Elétrico do Tramo Oeste, devido a entrada em operação das unidades geradoras do sítio de Pimental, do complexo da UHE Belo Monte. A UTE Santarém, em operação desde setembro/2014, foi contratada pela Eletrobras Eletronorte para atendimento as restrições elétricas do Tramo Oeste, sendo que sua operação estava prevista até 05.01.2017, quando do encerramento de seu contrato, com possibilidade de prorrogação, em caso de necessidade. Em 11.01.2017 foi publicada a Portaria MME nº 004/2017, ratificando a deliberação do CMSE e determinando a descontratação da referida usina e que a Eletrobras Eletronorte tomasse as devidas providências para a desmobilização e revogação da outorga da usina em seu nome.
- **UHEs BELO MONTE E PIMENTAL** - A Eletrobras Eletronorte celebrou com empresa Norte Energia S.A em 29.10.2015, autorizado por meio da RD-0007/2015 e rerratificado pela RD-02017/15, o contrato de prestação de serviços de serviços de Engenharia de Operação e Manutenção - PR-S-0007/2014 visando à prestação de serviços de O&M das Usinas Hidrelétricas Pimental e Belo Monte, e Sistema de Transmissão Associado. No ano de 2016 os serviços de comissionamento, iniciados em 2015, foram intensos resultando na entrada em operação de 03 unidades geradoras na UHE BELO MONTE e 05 unidades geradoras na UHE PIMENTAL conforme cronograma a seguir:

UHE BELO MONTE		
Unidade Geradora	**Potência**	**Data de Liberação para operação comercial**
UG1	611,1 MW	19.04.2016
UG2	611,1 MW	27.06.2016
UG3	611,1 MW	02.11.2016

UHE PIMENTAL		
Unidade Geradora	**Potência**	**Data de Liberação para operação comercial**
UG1	38,85 MW	27.04.2016
UG2	38,85 MW	07.06.2016
UG3	38,85 MW	05.08.2016
UG4	38,85 MW	04.11.2016
UG5	38,85 MW	06.01.2017

Até o mês de dezembro/2016 foram gerados 2.748,3 GWH pela UHE Belo Monte e 435,13 GWH pela UHE Pimental. Como estratégia para prestação desse serviço foram implantadas, com a devida capacitação, as equipes sistêmicas compostas por empregados lotados em diversas instalações da Eletrobras Eletronorte.

Resultados do Negócio Geração de Energia Elétrica

O negócio "Geração de Energia Elétrica" responde por mais de 80% da receita da Empresa, e é desenvolvido por meio de quatro usinas hidrelétricas no sistema interligado (SIN). A principal metodologia de gestão da operação e da manutenção das usinas, utilizada como um diferencial competitivo da Empresa, é a Metodologia Produtiva Total – TPM, na qual nossas unidades alcançaram os maiores graus de certificação disponíveis no mundo.

Indicadores de Desempenho do Negócio Geração

Indicador	UND.	2014	2015	2016
DISPG – Disponibilidade da Geração da Eletrobras Eletronorte [1]	%	96,02	96,47	96,73
DISPG – Disponibilidade da Geração do Sistema Interligado [1]	%	96,10	97,18	96,73
ID - Índice de Disponibilidade UHE Tucuruí [2]	%	93,22	91,76	90,44
ID - Índice de Disponibilidade UHE Curuá Una [2]	%	93,28	92,90	91,05
ID - Índice de Disponibilidade UHE Samuel [2]	%	96,98	97,29	97,58
INDISP – Índice de Indisponibilidade da Geração da UHE Coaracy Nunes [3]	%	8,16	9,05	8,06

[1] Disponibilidade da Geração - DISPG - Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma usina ficaram disponíveis para a operação normal durante o ano. Polaridade: Quanto maior a disponibilidade, melhor é o desempenho da usina.
[2] Índice de Disponibilidade - ID - Mede a disponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto maior a disponibilidade (ID), melhor é o desempenho da usina.
[3] Índice de Indisponibilidade - INDISP - Mede a indisponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto menor a indisponibilidade (INDISP), melhor é o desempenho da usina.

Negócio Transmissão de Energia Elétrica

A Eletrobras Eletronorte adota para operar e manter as instalações de transmissão, sob a sua responsabilidade, procedimentos normatizados internamente, em conformidade com o órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

O Sistema de Transmissão da Eletrobras Eletronorte, em função de suas peculiaridades, exige processos e procedimentos diferenciados de manutenção e operação das instalações. Para tanto, em consonância com as diretrizes empresarias, são implementadas ações contínuas de melhorias no macro processo Operar e Manter, enfocando soluções logísticas inovadoras que irão refletir no desempenho operacional das instalações.

Neste contexto, buscando uma atuação com maior eficiência e eficácia nos processos de operar e manter, a Empresa adota a metodologia Manutenção Produtiva Total - TPM, sistema de gestão que identifica e elimina as perdas existentes nos processos operacionais, maximizando a disponibilidade dos ativos.

Fatos relevantes

Transformadores de potência energizados no decorrer do ano de 2016

- SE Miramar: TR1 e TR2 230/69 kV 150 MVA;
- SE Balsas: TR2 230/69/13,8 kV 100 MVA;
- SE Porto Franco: TR3 230/69 kV 33 MVA
- SE Ribeiro Gonçalves: AT2 500/230/13,8 kV 300 MVA;
- SE Rondonópolis: AT4 230/138/13,8 kV 100 MVA;
- SE Transamazônica: TR2 230/34,5 kV 30 MVA;
- SE Santa Maria: AT3 230/138 kV 100 MVA;
- SE Rurópolis: Operação em Paralelo AT1, AT2 e AT3;
- SE Jaru: TR3 230/69 kV 30 MVA;
- SE Imperatriz: Retorno à Operação AT1;
- SE Altamira: TR3 230/69 kV 60 MVA;
- SE Santa Maria: AT3 230/138 kV 100 MVA.

Linhas de Transmissão energizadas no decorrer do ano de 2016

- Seccionamento da LT 230kV Jauru-Coxipó na SE Várzea Grande;
- LT 230 kV Utinga – Miramar C1 e C2;
- LT 230 kV Jauru – Vilhena C3;
- LT 230 kV Vilhena – Pimenta Bueno C3;
- LT 230 kV Pimenta Bueno – Ji-Paraná C3;
- LT 230 kV Ji-Paraná – Ariquemes C3;
- LT 230 kV Ariquemes – Samuel C3;
- LT 230 kV Samuel – Porto Velho C3;
- Seccionamento da LT 230kV Altamira-Rurópolis na SE Transamazônica.

Indicadores do Sistema Interligado - SIN

Indicador	Und	2013	2014	2015	2016
Parcela Variável – PV [1]	%	2,95	2,65	2,31	1,57
DISPL - Disponibilidade de Linha [2]	%	99,88	99,93	99,91	99,93

[1] **Parcela Variável – PV** - refere-se ao percentual da Receita Anual Permitida – RAP, descontada por indisponibilidade dos ativos de transmissão, pertencentes à Rede Básica. > Polaridade: Quanto menor melhor.
A meta estabelecida no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial - CMDE para 2016 foi de 4,0% e o indicador apresentou resultado de 1,57%, considerado satisfatório.
Deve ser ressaltado que os eventos passíveis de Parcela Variável, que ocorreram no período de 01.07 à 31.12.2016, não foram contabilizados nesse período pelo ONS, em razão da necessidade de adequação dos procedimentos de apuração para atendimento a nova Resolução ANEEL 729/2016, a qual substituiu a Resolução ANEEL 270/2007.
Com o objetivo de assegurar o desempenho obtido pelo indicador PV destacam-se as implementações das seguintes medidas:

- Disseminação para as equipes de Operação e Manutenção dos novos procedimentos advindos da vigência da Resolução ANEEL 729/2016;
- Revisão dos Procedimentos de Manutenção Planejada Periódica, de acordo com as Resoluções ANEEL 669/2015 e 729/2016;
- Cumprimento do Plano de Manutenção e utilização de técnicas preditivas realizadas com equipamentos energizados.

[2] **Disponibilidade de Linhas – DISPL** - representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional das linhas de transmissão, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, uma linha de transmissão, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor
O indicador operacional DISPL faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletrobras Eletronorte e a holding Eletrobras, com meta anual estabelecida de 99,88%.
Este indicador é também acompanhado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), integrando o Plano de Metas para a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), tendo sido definida a meta anual de 99,88%.
Destaca-se que no ano de 2016 o indicador DISPL obteve o melhor resultado operacional, a exemplo do ocorrido no ano de 2014.
O desempenho do indicador Disponibilidade Operacional de Linhas - DISPL está relacionado com ações que são implementadas rotineiramente, visando mitigar os desligamentos em linhas de transmissão, com ênfase no cumprimento do Plano de Manutenção e utilização de técnicas preditivas realizadas com linhas energizadas.

Indicadores do Sistema Amapá (Interligado ao SIN - Ativos não pertencem à Rede Básica)

Indicador	Und	2013	2014	2015	2016
DISPL - Disponibilidade de Linha[1]	%	99,73	99,90	99,93	98,57
DISPE - Disponibilidade de Equipamentos[2]	%	99,97	99,98	99,97	99,97

Indicadores do Sistema Roraima (Não interligado ao SIN)

Indicador	Und	2013	2014	2015	2016
DISPL - Disponibilidade de Linha[1]	%	99,99	99,99	99,99	99,90
DISPE - Disponibilidade de Equipamentos[2]	%	99,92	99,94	99,81	99,83

[1] **Disponibilidade Operacional de Linhas - DISP-L** – representa a Disponibilidade de linhas de transmissão, associadas aos Sistemas Amapá e Roraima. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPL Sistema Amapá e Roraima não fazem parte do Contrato de Metas da Eletrobras Eletronorte. Entretanto, este indicador é acompanhado internamente pela Diretoria de Operação.
O indicador DISPL, calculado para o sistema Amapá no período de 2016, atingiu o valor de 98,57%, não atingindo a meta estabelecida internamente pela Diretoria de Operação no valor de 99,90%. Destaca-se que o resultado foi impactado pelos desligamentos da LT 138 kV Santana – Coaracy Nunes C1, para implementação de melhorias no mesmo, em razão de anormalidades apresentadas pelos isoladores poliméricos instalados nesta linha de transmissão, uma vez as análises e pesquisas realizadas verificaram que os isoladores poliméricos apresentavam fuga para terra pelos seguintes problemas: (i) Fissuras no revestimento de EPDM; (ii) Perda da hidrofobicidade dos isoladores poliméricos de EPDM; (iii) Presença de um tipo de fungo/limo na superfície do isolador polimérico. Visando solucionar as anormalidades identificadas foram programados diversos desligamentos da linha de transmissão para substituição de 72 bastões poliméricos por isoladores de vidro. Desse modo, os períodos em que a linha de transmissão permaneceu desligada para a intervenção fez com que a meta estabelecida não fosse atendida. Ressalta-se que durante os desligamentos programados não houve interrupção no fornecimento de energia elétrica, uma vez que a energia elétrica proveniente da UHE Coaracy Nunes era transmitida pelo 2º circuito existente.
O indicador DISPL, calculado para o sistema Roraima, no período de 2016, atingiu o valor de 99,90%, cumprindo a meta estabelecida internamente pela Diretoria de Operação no valor de 99,90%.
[2] **Disponibilidade Operacional de Equipamentos - DISP-E** – representa a Disponibilidade de equipamentos de transmissão, associadas aos Sistemas do Amapá e Roraima. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPE dos Sistemas Amapá e Roraima não fazem parte do Contrato de Metas da Eletrobras Eletronorte. Entretanto, este indicador é acompanhado internamente pela Diretoria de Operação.
O indicador DISPE, calculado para o sistema Amapá, no período de 2016, atingiu o valor de 99,97%, atingindo satisfatoriamente a meta estabelecida internamente pela Diretoria de Operação no valor de 99,80%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O indicador DISPE, calculado para o sistema Roraima, no período de 2016, atingiu o valor de 99,83%, atingindo a meta estabelecida internamente pela Diretoria de Operação no valor de 99,80%.

Destaca-se que o resultado do indicador DISPE no decorrer do ano de 2016, alcançado pelos sistemas Amapá e Roraima, foi decorrente de ações de gestão e de engenharia de operação e manutenção, as quais asseguraram as disponibilidades dos ativos dos sistemas de transmissão.

COMERCIALIZAÇÃO E CLIENTES

Comercialização dos Negócios Geração e Transmissão

A gestão da comercialização na Eletrobras Eletronorte abrange os segmentos de geração e transmissão. O segmento geração contempla Contratos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL (no Sistema Interligado Nacional – SIN), Cotas de Garantia Física e Contratos de Suprimento (Sistema Isolado). O segmento transmissão compreende a prestação de serviços ao Operador Nacional do Sistema – ONS (Contratos CPST e CCT).

O resultado consolidado desta gestão é apresentado na tabela a seguir:

(*) Receita Líquida dos Negócios Geração e Transmissão (em R$ bilhões)

Negócios	2014	2015	2016
Geração	**4,330**	**4,069**	**3,094**
Crescimento (%)	-5,71%	-6,03%	-23,96%
Transmissão (CPST e CCT)	**0,628**	**0,772**	**0,741**
Crescimento (%)	108,64%	22,93%	-4,02%
Receita G&T	**4,958**	**4,841**	**3,835**
Crescimento (%)	1,33%	-2,36%	-20,78%

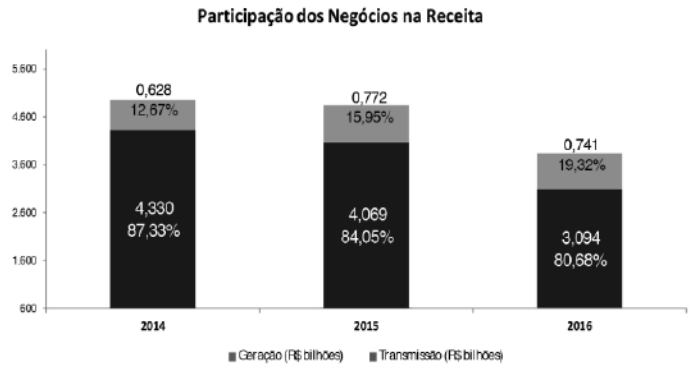
Fonte: Sinopse de faturamento – PCE
(*) 2014 a 2016 - após ajuste contábil – FCO

Os preços médios dos contratos do ACR e ACL em 2016 foram respectivamente: R$ 212,00/MWh e R$ 125,45/MWh.

A receita G&T foi de R$ 4,542 bilhões em 2016 já descontados os impostos. Considerando os encargos e a compra de energia, a receita G&T líquida foi de R$ 3,835 bilhões, representando uma redução de 20,78% em relação ao ano de 2015. Essa redução foi decorrente principalmente da descontratação de energia a preço fixo tanto no ACR quanto no ACL, proteção do risco hidrológico para GSF médio de -13% e PLD médio no curto prazo de R$ 102,94 / MWh contra R$ 250,90 / MWh em 2015 (representando 41% de decréscimo). O fator externo, no cenário macroeconômico, que justifica essa redução de receita foi a queda da demanda de energia em 2016, o que gerou um excedente de energia disponível no setor em função da redução da expectativa de crescimento econômico e da reprogramação de investimentos na indústria, segundo a EPE.

Por sua vez, estes cenários negativos impactaram diretamente a receita da energia descontratada no curto prazo da Eletronorte que é liquidada na CCEE.

A participação dos negócios geração e transmissão na receita é demonstrada no gráfico abaixo:



Avaliação de Clientes (Foco Comercial)

A Carta da Eletrobras 047 de janeiro de 2016, orientou a aplicação da 2ª Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes das Empresas Eletrobras, com foco comercial, referente ao biênio 2016/2017. O Grupo de Trabalho CRM Eletrobras, criado pela Resolução 977 de novembro de 2012, se reuniu entre fevereiro e agosto de 2016 para viabilizar as etapas de planejamento, preparação e execução da pesquisa de satisfação.

No período de 01 a 19 de agosto de 2016, as empresas Eletrobras G&T aplicaram a 2ª Pesquisa de Satisfação Integrada das Empresas Eletrobras. Nos dias 23 e 24 de agosto, o GT CRM consolidou o resultado da pesquisa na sede da Eletronorte em Brasília/DF.

A pesquisa contemplou clientes do negócio geração (Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Comercializadoras, CCEE, Distribuidoras e ONS/BSB) e clientes do negócio transmissão (ONS/RJ e Usuários da Rede Básica: Distribuidoras, Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Geradoras e Importadoras).

As dimensões atendimento, comercial, produto/serviço, gestão dos contratos de comercialização de energia, gestão dos contratos de transmissão, medição para faturamento, imagem e sustentabilidade foram avaliadas por meio de atributos de valor.

Para a consolidação da pesquisa foi utilizada a metodologia Janela do Cliente (Customer Window) como aprimoramento no modelo de aferição do grau de satisfação anteriormente utilizado. Este método permite medir o grau de satisfação dos clientes da comercialização do negócio geração, com base nas suas percepções sobre os atributos de valor e relacioná-la com o grau de importância dada pelo cliente. Os atributos foram coletados em pesquisas anteriores, bem como do estudo de benchmarking realizado em maio de 2012, os quais serviram de base para a elaboração dos questionários para a fase quantitativa da pesquisa de satisfação.

A técnica "Janela do Cliente" é formada por dois eixos que se cruzam: o eixo vertical mede a importância e o eixo horizontal a satisfação, dando origem, dessa forma, a quatro quadrantes em que são distribuídos os atributos conforme a avaliação média de cada um deles: A- Força Competitiva - cliente valoriza e recebe; B- Superioridade Irrelevante – cliente não valoriza, mas recebe; C- Relativa Indiferença – cliente não valoriza e não recebe; D- Vulnerabilidade – cliente valoriza e não recebe; Zona Cinzenta - é a zona onde o serviço oferecido é considerado na média da concorrência.

A periodicidade de aplicação da pesquisa de satisfação é bienal. Neste período de dois anos um plano de ação integrado deve ser executado com tempo suficiente para melhorar a percepção dos clientes em relação aos atributos de valor identificados principalmente no quadrante D- Vulnerabilidade, que terão priorização imediata.

A amostra da pesquisa considerou uma parcela dos clientes do negócio geração e transmissão, totalizando 59 clientes pesquisados, sendo que 28 participaram da pesquisa, ou seja, 47,46%. A representatividade mínima de 25% dos clientes pesquisados foi superada, tornando-a, portanto, válida.

O índice global de satisfação dos clientes dos Negócios Geração e de Transmissão, com foco comercial, foi de 88,87%, superior à meta corporativa estabelecida de 86,26%. O grau de importância foi de 96,12%, o que demonstra que os atributos de valor pesquisados são importantes para os clientes.

Cliente / Negócio	Satisfação (%)	Importância (%)	Meta de Satisfação (%) (referência da 1ª Pesquisa Global)
Comercialização / Geração	86,84%	97,55%	83,76%
Consumidores Livres e Potencialmente Livres / Geração	94,12%	97,80%	92,10%
Distribuidoras / Geração	84,04%	97,31%	82,23%
Usuários dos Serviços de Transmissão – Conectados / Transmissão	90,49%	91,82%	86,95%
Satisfação Global	**88,87%**	**96,12%**	**86,26%**

Avaliação da Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão

Em 2016, foi realizado o 15º ciclo consecutivo de aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão visando medir a satisfação dos clientes externos da transmissão e conhecer as suas expectativas, visualizar novas oportunidades de negócios, inclusive parcerias, além de identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhorias, apontadas por cada cliente, bem como a percepção, desses clientes, da imagem da Eletrobras Eletronorte. A partir deste ano a pesquisa será feita bienalmente.

Após essa validação, o relatório final é disseminado para a Alta Direção da Empresa, gerentes dos Centros de Operação e outras Unidades que têm interface com as providências a serem tomadas. Os resultados dessa pesquisa são utilizados para o aperfeiçoamento dos processos atuais, propiciando ações de melhoria em produtos e serviços ofertados.

Durante 2016, foram cadastradas 88 ações voltadas à melhoria da satisfação dos clientes externos, sendo constatado um percentual de realização de 99%. A eficácia das ações preventivas e corretivas realizadas é verificada em conjunto com os Centros de Operação e Empresas Clientes, em reuniões, contato telefônico ou e-mail.

O índice global de satisfação dos clientes externos da transmissão - ISCE, medido no primeiro trimestre de 2016, foi de 90,8%, superando a meta estabelecida para o ciclo, que é 87%. Com este resultado, o cliente mais uma vez demonstra a sua satisfação quanto aos produtos fornecidos e serviços prestados pela Eletrobras Eletronorte. O ISCE Ciclo 2016-2017 será aferido no primeiro trimestre de 2018.

O relacionamento com os clientes se dá por meio de reuniões periódicas, videoconferências, intercâmbios técnicos, teleconferência e linha direta 24 horas (hot line), via Centros de Operação Regionais.

Nos últimos 3 anos, apenas uma reclamação formal foi registrada (em 2014), demonstrando a efetividade dos processos de fornecimento e atendimento aos clientes.

GESTÃO DA EXPANSÃO

Do total de recursos alocados para investimentos corporativos e em parcerias no ciclo de 2016, a Empresa realizou cerca de R$ 1.701.657.345,00 executando com empenho o processo de expansão dos negócios de geração e de transmissão.

Os investimentos em projetos corporativos representaram cerca de 25% do total de recursos executados, valor este aquém das metas planejadas. O desvio verificado na execução ocorre em função principalmente de atraso na emissão de Licença Ambiental, licitações desertas, baixo desempenho das contratadas em relação à execução contratual e obras que aguardam autorização da Agência Reguladora, em geral ligadas a requisitos socioambientais.

Os investimentos em projetos em parcerias (SPE) por meio de inversões financeiras, representaram 75% do esforço realizado para expansão dos negócios.

Empreendimentos Próprios

Objetivos e metas institucionais programáticas

Empreendimentos de Geração Corporativa

A Eletrobras Eletronorte solicitou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a aprovação do Projeto Básico para dois empreendimentos de geração:

a) Implantação da 2ª casa de força da UHE Coaracy Nunes, no estado do Amapá
b) Implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá-Una, no estado do Pará.

Na UHE Coaracy Nunes, a Empresa solicitou a retirada do Projeto Básico da ANEEL, após a publicação da Lei 12.783 de 11.01.2013, que impactou consideravelmente as premissas consideradas na elaboração do Projeto. Face ao novo marco regulatório, a ANEEL, em 21.01.2013, por meio do Ofício nº 077/2013-SGH/ANEEL, devolveu o Projeto Básico da ampliação da UHE Coaracy Nunes para reavaliação.

Diante do posicionamento da ANEEL manifestando que a aprovação do projeto básico não implica na obrigatoriedade de execução do empreendimento, a Eletronorte protocolou revisão do Projeto Básico na ANEEL em 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Projeto Básico para a implantação da 4ª unidade da UHE Curuá-Una foi aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.841 de 24.07.2014. A anuência da ANEEL quanto ao aproveitamento ótimo da Usina (4ª Unidade Geradora de 12,5 MW) ocorreu por meio da Nota Técnica n° 482/2015-SCG/ANEEL de 02.07.2015.

Em 15.04.2016 a Eletronorte encaminhou carta à ANEEL que solicita o cumprimento das providências necessárias à celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão por prazo de 20 anos, considerando o interesse em promover a ampliação da potência instalada da UHE Curuá-Una, com respaldo no artigo 26, inciso V e §7° da Lei 9.427/96, bem como autorização necessária ao enquadramento do empreendimento aos benefícios do REIDI, para atender às exigências da legislação requeridas pelo processo de implantação desse empreendimento.

Publicada em 10.11.2016 a Licença de Instalação - LI nº 2682/2016 de 30.09.2016, para a implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá-Una (válida até 29.09.2021).

A Eletronorte vem fazendo gestões junto a ANEEL objetivando a prorrogação do prazo da concessão da UHE Curuá-Una por até 20 (vinte) anos, com base no §7º do art. 26 da Lei 9.427/96 para permitir a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 007/2004 - UHE Curuá-Una.

Empreendimentos de Transmissão Corporativos

Os investimentos realizados nesta ação possibilitaram a conclusão das obras de 28 empreendimentos, que adicionaram ao Sistema Interligado Nacional - SIN uma capacidade de transformação de 1173 MVA, com 10 novos transformadores implantados, 20 Mvar de compensação reativa, com 01 novo Reator de Barra implantado, e 0,75 km de extensão de linha de transmissão. A implantação dos empreendimentos de grande porte, listados a seguir, possibilitou um incremento atual de R$ 42.626.559,90 na Receita Anual Permitida – RAP da Eletrobras Eletronorte.

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016 E EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2016						
Empreendimento	**Autorização ANEEL**	**Data ANEEL**	**Data Eletronorte**	**Resultado (meses de atraso)**	**RAP acrescentada em 2016 (R$) (*)**	**Investimento realizado em 2016 (R$)**
EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2016						
SE RONDONÓPOLIS - AT4 3F 230/138 kV 100 MVA, Reator de Barra 230 kV 30 MVAr e conexões - SB.46221	07.02.2014	07.02.2016	03.02.2016	0,0	1.959.551,60	1.961.150,33
SE TUCURUÍ - Etapa By-pass do Reator Limitador de Corrente - SB.42238	15.07.2014	15.07.2016	22.02.2016	-5,0	1.277.847,49	2.200.664,03
SE TUCURUÍ - ETAPAS AT2 500/230/13,8 kV 3x150MVA, TR2 3F 230/69 kV de 100 MVA EM SUBSTITUIÇÃO AO TR1 1F 500/69 kV (3+1R) x 33,33 MVA EXISTENTE E ADEQUAÇÃO DO AT1 - SB.42228	20.12.2011	20.06.2014	22.02.2016	20,0	3.169.149,19	6.508.226,91
SE ALTAMIRA - Etapa BD4 230 KV e Pátio 69 KV (BPT) - SB.53411	15.03.2012	15.11.2014	13.07.2016	20,0	2.058.904,19	4.284.892,56
LT UTINGA/MIRAMAR - CD: Adequação para operar em 230 kV - LT.13101	15.03.2012	15.01.2015	19.04.2016	15,0	46.933,14	0,00
SE MIRAMAR - Etapa 2 EL 230 kV p/ SE Utinga - SB.42602	15.03.2012	15.01.2015	19.04.2016	15,0	1.225.825,78	371.586,07
SE MIRAMAR - ETAPA PÁTIOS 69 E 230 KV E TR1/TR2, 3F, 230/69/13,8 kV 150 MVA CADA - LEILÃO ANEEL N° 004/2011 - LOTE B - SB.42603 (*****)	09.12.2011	09.12.2013	25.04.2016	28,5	3.278.186,40	619.378,34
SE MIRAMAR - ETAPA TR3, 3F, 230/69 kV, 150 MVA - LEILÃO ANEEL N° 004/2011 - LOTE B - SB.42603. (*****)	09.01.2013	09.12.2014	25.04.2016	16,5	1.373.526,57	
SE UTINGA - EL 230 kV p/ Miramar - C1 e C2 - SB.42514	15.03.2012	15.01.2015	19.04.2016	15,0	538.515,29	817.101,92
SE BOA VISTA - Adequação TR1/TR2 aos Procedimentos de Rede - SB.56214.	24.07.2012	04.05.2015	01.06.2016	13,0	1.001.126,51	991.606,99
SE TRANSAMAZÔNICA - ADEQUAÇÃO DO PÁTIO 230 kV - SB.55804	20.05.2014	20.01.2017	18.11.2016	-2,0	5.392.685,92	15.215.582,46
SE BALSAS - 2° TR 230/69kV - 100MVA - SB.44303]	15.07.2014	15.09.2016	15.07.2016	-2,0	1.571.775,40	7.599.376,66
SE BALSAS - EL 69KV p/ BALSAS III (CCST com a CEMAR) - SB.44304 (**)	-	-	23.06.2016	-	(****)	842.503,92
SE PORTO FRANCO: TR3 3F 230/69-13,8 kV 33 MVA - SB.51316	05.02.2014	05.02.2016	21.06.2016	4,5	1.471.902,40	6.737.631,23
SE RIBEIRO GONÇALVES - 2° banco de transformadores e conexões - 500/230 kV - 3x100 MVA - SB.44604	15.07.2014	15.09.2016	30.08.2016	-0,5	6.142.573,58	19.503.883,85
SECCIONAMENTO DA LT JAURU - COXIPÓ NA SE VÁRZEA GRANDE - LT.32804 e SB.45801	18.12.2014	01.07.2016	08.07.2016	0,0	2.296.833,75	9.924.177,29
SE RIO BRANCO I: REATOR DE BARRA 230 kV, 20 MVAr - SB.48625	07.10.2014	07.10.2016	12.09.2016	-1,0	1.137.376,78	8.345.145,52
SE JARU - TR3 3F 230/69 kV 30 MVA - SB.55008	20.05.2014	20.05.2016	30.11.2016	6,5	1.241.612,79	10.750.416,92
EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2016						
SE RURÓPOLIS - Etapa AT3 230/138kV 100MVA, BD4, PÁTIO 138kV - SB.55503 **Operação Comercial iniciada em 2016:** AT2 (Adequações): 07/04/2016 EL 230 kV - Altamira C1: 21/06/2016 AT1 (Adequações): 24/10/2016 **Obras Concluídas em 2016:** EL 138 kV -Tapajós C2: 07/04/2016 (***) EL 138 kV -Tapajós C1: 07/11/2016 (***)	15.03.2012	15.07.2014	07/11/2016	28,0	1.188.793,87	3.477.126,40
SE VILA DO CONDE - ETAPA INSTALAÇÃO DO TR7 E TR8 230/69/13,8 KV 200 MVA EM SUBSTITUIÇÃO AOS 4 TR'S 230/69/13,8 KV 33 MVA CADA EXISTENTES E NOVO PÁTIO 69 kV - SB.42318 **Operação Comercial iniciada em 2016:** MG: 11/03/2016	30.04.2013	30.12.2015	11.03.2016	2,5	1.693.061,97	2.421.816,50
SE SANTA MARIA: AT3 230/138/13,8 kV 100 MVA - SB.43810 **Operação Comercial iniciada em 2016:** AT3: 31/08/2016 MG: 31/08/2016 AT2 (Paralelismo): 26/09/2016 AT2 (Adequações): 26/09/2016 (******) **Obras Concluídas em 2016:** AT1 (Adequações): 12/12/2016 (***) EL 138kV: 31/08/2016 (***) EL 138kV: 12/12/2016 (***)	01.06.2011	01.08.2013	12.12.2016	40,5	2.440.728,01	6.015.298,85
SE JI-PARANÁ - Transformador TR3 230/69 kV 60 MVA - SB.48412 **Obras Concluídas em 2016:** MG: 19/06/2016 TR1 (Adequações): 19/06/2016 (*******)	03.09.2010	03.05.2013	19.06.2016	37,5	0,00	1.687.335,30
SE ALTAMIRA - Etapa TR3 3F 230/69/13,8 kV 60MVA - SB.53415 (**) **Operação Comercial iniciada em 2016:** TR3: 19/12/2016 RT1 (Adequações): 19/12/2016 MG: 19/12/2016	07.10.2014	07.10.2016	Conclusão Parcial	(**)	1.895.489,40	8.241.692,62
SE PORTO FRANCO - EL 69 KV p/ SÍTIO NOVO (CCST com a CEMAR) - SB.51315 (**) (***)	-	-	19.06.2016	-	(****)	1.153.127,04
SE IMPERATRIZ: EL 69 KV P/ SANTA RITA (PMIS) E IMPERATRIZ (CCST com a CEMAR) - C3 - SB.42822 (**) (***)	-	-	01.11.2016	-	(****)	4.423.384,52
SE MIRANDA II - ELs 138 kV p/ TRÊS MARIAS-C2 e SANTA INÊS-C2 (CCST com a CEMAR) - SB.52522 (**) (***)	-	-	04.11.2016	-	(****)	4.137.266,07
SE PRES. DUTRA- Els 69 kV P. DUTRA CEMAR e BARRA DO CORDA (CCST com a CEMAR) - SB.51135 (**) (***)	-	-	28.10.2016	-	(****)	3.937.881,13
SE SÃO LUÍS I - EL 69 kV p/ MARACANÃ -C2 (CCST com a CEMAR) - SB.51620 (**) (***)	-	-	21.10.2016	-	(****)	2.469.689,95
EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2016						
SE SÃO LUÍS III - ELs 69 kV p/ ARAÇARY e OLHO D'AGUA (CCST com a CEMAR) - SB.52007 (**) (***)	-	-	18.11.2016	-	(****)	4.078.522,82
				Resultado (meses de atraso)	**RAP acrescentada em 2016 (R$) – TOTAL (********)**	**Investimento realizado em 2016 (R$)- TOTAL**
				11	42.626.559,90	138.716.466,20

(*) Valores de RAP vigente que constam na última Resolução Homologatória publicada pela ANEEL.
(**) Empreendimento não computado nas médias relacionadas a prazo por ainda existirem obras do empreendimento em andamento ou por ter tido estratégia de gestão diferenciada (Contrato de Conexão, PMI, PMIS).
(***) Pendente emissão dos Termos de Liberação pelo ONS.
(****) A RAP será estabelecida no primeiro ciclo de reajuste de RAP após a entrada em operação comercial.
(*****) Com a conclusão do escopo do Lote B do Leilão ANEEL N° 004/2011 foi emitido o TLD referente ao empreendimento da SE Tucuruí, com o acréscimo de 10% da RAP do empreendimento, no valor vigente de R$ 224.159,88 somados apenas no totalizador desta tabela.
(******) Conexões autorizadas pela Resolução Autorizativa 539/2006 (RAP vigente: R$343.541,51) e implantadas no projeto SB.43806, porém não entraram em operação anteriormente em função da necessidade de adequações no SPCS para operação em paralelo com o AT1.
(*******) Dependendo da realização de testes a serem feitos após conclusão de manutenção do TR1 existente para entrada em operação comercial.
(********) As obras concluídas em 2016 poderão acrescer RAP retroativa a 2016, aumentado o valor total apresentado.

É apresentado a seguir o um extrato das informações da tabela anterior:

Empreendimentos com conclusão das Obras prevista para 2016	29
Empreendimentos com Obras concluídas em 2016	29 (100%)
Empreendimentos com Obras postergadas para 2017	0 (0%)
Atraso Médio dos Empreendimentos com Obras concluídas em 2016	11 meses
Empreendimentos com Obras concluídas sem atraso	13 (45%)
Empreendimentos com Obras concluídas com atraso	16 (55%)
Empreendimentos com conclusão das Obras prevista para 2016	29

Agregação Física em 2016

Indicador			Corporativo
CCI (MW)	Crescimento da Capacidade Instalada	Meta	0,00
		Real	0,00
CEL (Km)	Crescimento da Extensão de Linha	Meta	0,75
		Real	0,75
CCT (MVA)	Crescimento da Capacidade de Transformação	Meta	1.173,00
		Real	1.173,00
CCR (Mvar)	Crescimento da Compensação Reativa	Meta	20,00
		Real	20,00

Execução Orçamentária 2016

Orçamento Investimento	
Lei nº 13.255 - LOA 2016	665.313.427
Decreto Executivo, de 25.02.2016 (Reabertura de Crédito Especial)	+ 90.000.000
Orçamento Revisado	755.313.427
Cancelamento/Suplementação	-226.365.463
Orçamento Revisado - PDO R1 (RD-0261/2016, de 17.05.2016)	528.947.964
Cancelamento/Suplementação	0
Orçamento Revisado - PDO R2 (RD-0277/2016, de 25.05.2016)	528.947.964
Incorporação Linha Verde Transmissora de Energia S.A. - LVTE	+ 18.577.111
Orçamento Revisado	547.525.075
Realizado	419.425.422
%	76,60%
Inversões Financeiras	
Previsto (Decreto nº 8.632 PDG 2016)	481.271.393
Alteração do Teto Inversões Financeiras (RD-0177/2016, de 05.04.2016)	+ 110.000.000
Alteração do Teto Inversões Financeiras (RD-0223/2016, de 27.04.2016)	+ 283.770.241
Orçamento Revisado - PDO R1 (RD-0261/2016, de 17.05.2016)	875.041.634
Cancelamento/Suplementação	+ 428.000.000
Orçamento Revisado - PDO R2 (RD-0277/2016, de 25.05.2016)	1.303.041.634
Realizado	1.282.231.923
%	98,40%
Orçamento de Investimento e Inversões Financeiras	
Previsto	1.850.566.709
Realizado	1.701.657.345
%	91,95%

Novos Negócios e Parcerias

Novos negócios e parcerias podem ser oriundos dos processos de Chamamento Público ou por meio de Leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2016, em função da situação econômica da Empresa e alinhada ao direcionamento da Holding, a Eletronorte realizou o monitoramento das oportunidades do mercado, porém, não participou em nenhum processo de Leilão, bem como não efetivou nenhum novo negócio ou parceria.

A GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Gestão da Inovação Tecnológica na Eletronorte é norteada por dois programas, ambos geridos pela Superintendência de Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética - OIE: Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento – PEPD, responsável pela gestão de P&D com vistas à inovação e o Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual – PEPI, que busca criar a cultura da inovação na Eletronorte.

A gestão da inovação tem como diretriz a Lei 10.973/04, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, dentre outras, como a Lei 9.991/00, que determina a realização de investimentos em P&D e a Lei 9.279/96, que regulam direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Os instrumentos abaixo, de origem Interna ou Externa, são utilizados pela Empresa para apoiar, financiar e incentivar a inovação para o alcance de produtos aptos a gerarem redução de seus custos operacionais e/ou aumento de sua receita:

Interna	Externa
Recursos próprios voltados ao desenvolvimento interno de soluções tecnológicas inovadoras pelos colaboradores a fim de eliminar perdas nas Plantas da Empresa;	Lei 9.991/00, que dispõe sobre a realização de investimentos em P&D e eficiência energética;
Recursos para aquisição de inovações com originalidade para a Eletronorte	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel (projetos de pesquisas com visão sistêmica para as empresas Eletrobras e realização de ensaios laboratoriais)

O direcionador dos investimentos em P&D+I na Empresa é o Planejamento Estratégico Empresarial - PE, que apresenta um funil de ideias com foco em inovações. O PE encontra fundamento no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras que, por sua vez, possui como uma de suas diretrizes a Expansão Sustentável. A Sustentabilidade também tem sido adotada pela Eletronorte como um critério condicionante para a execução de pesquisas e o alcance de inovações. Abaixo alguns projetos em andamento no ano de 2016 focados na "energia limpa". Destaque ao projeto que visa estudar a viabilidade ambiental para gerar energia elétrica por placas fotovoltaicas flutuantes aproveitando o espelho d'água em lagos de UHE's, e a insfraestrutura existente nestas usinas.

Projeto	Valor do Projeto*
Exploração de energia solar em lagos de usinas hidroelétricas**	R$ 57.075.123,73
Desenvolvimento de uma plataforma aérea para configurar uma nova forma de trabalho no processo de manutenção e inspeção em LT's	R$ 40.377.586,00
Transmissão em Ultra Alta Tensão no Sistema Interligado Nacional	R$ 4.407.428,07
TOTAL	**R$ 101.860.137,80**

* Refere-se ao valor total do projeto a ser desembolsado pela Eletronorte.
** Projeto cooperado entre Chesf e Eletronorte, com divisão de recursos de 50% para cada empresa.

Em 2016 houve ainda a publicação de 5 chamadas públicas para captação de projetos de P&D de grande importância para o Setor Elétrico:

Projeto	Previsão de Recurso
P&D Hidrocinética: Captação de Parceiro Industrial para implantação de uma unidade de 100kW	R$ 8 milhões
Desenvolvimento de material cimentício com a utilização da nanosílica funcionalizada para o emprego em empreendimentos de energia elétrica	Chamada não recebeu propostas
Arranjos técnicos e comerciais para a inserção de sistemas de armazenamento de energia no setor elétrico brasileiro	R$ 70 milhões
Desenvolvimento do lote pioneiro do sistema inteligente de monitoramento de descargas parciais para transformadores de potência	R$ 3 milhões
Desenvolvimento de Transformador de 550 kV em Óleo Vegetal Isolante (OVI)	R$ 25 milhões

O investimento em ciência e tecnologia atingiu, no período de 2001 a 2016, o montante de 259 projetos de P&D geridos, totalizando R$ 217,5 milhões. No último ano, destaca-se a assinatura do contrato c para execução do projeto "Exploração de energia solar em lagos de usinas hidroelétricas", cooperado com a Chesf, que implantará 10MWp de geração fotovoltaica flutuante distribuídos no lago das UHE's de Balbina e Sobradinho, além da conclusão de 19 projetos. Os investimentos no fomento à inovação em 2016 podem ser assim detalhados:

Projetos	R$
Projetos Contratados em 2016	R$ 118.812.563,69 *
Projetos Concluídos em 2016	R$ 42.373.493,40 *
Investimentos em P&D em 2016	
Projetos de P&D	R$ 19.087.716,06
FNDCT	R$ 16.914.586,46
EPE (MME)	R$ 8.457.293,21
CEPEL	R$ 13.830.870,00
TOTAL	**R$ 58.290.465,73**

* Refere-se ao valor total do projeto.

Dos projetos concluídos em 2016, destaca-se aquele que desenvolveu um projeto básico para implantação de uma turbina hidrocinética para aproveitamento do potencial remanescente em usinas hidrelétricas com potencia de 5MW para rios de até 2,5m/s. No último ano foram concedidas 2 patentes a Eletronorte:

Inovação	Modalidade
Captação de energia eólica através de conchas montadas modularmente em torre metálica	P&D Interno
Carro para transporte de grades, tampas e estruturas similares	P&D Regulado

Ainda como resultado alcançado no ano de 2016, pode-se citar o acúmulo, no período de 2001 a 2016, de 66 pedidos de patente, sendo 8 apenas no último ano.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A GESTÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Gestão da Eficiência Energética encontra suporte no Programa Eletronorte de Eficiência Energética – PEEE, criado em 02 de março de 2005, cuja finalidade é ser um instrumento para o desenvolvimento de ações de combate ao desperdício e redução de custo com energia elétrica, por intermédio de programas e projetos de eficiência energética.

As principais diretrizes utilizadas para o desenvolvimento do processo de gestão da eficiência energética são oriundas do CIEESE (Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras), da CPT (Comissão de Política Tecnológica) e das Políticas de Eficiência Energética da Eletrobras Eletronorte. Os principais insumos provêm do GRI (*Global Reporting Initiative*), diretrizes e normas, dentro do aspecto da energia. Os recursos utilizados para o desenvolvimentos das ações de eficiência são próprios ou de parcerias.

O PEEE desenvolve-se por meio de Ações Externas (voltadas à demanda de energia, ou seja, à sociedade) e Ações Internas (voltadas à oferta de energia, ou seja, às instalações da Eletronorte). No ano de 2016 o PEEE concentrou-se em ações internas.

Ressaltam-se em 2016 os seguintes pontos:

- Diretoria de Operação (DO) da Eletronorte mantém no contrato de gestão com suas unidades descentralizadas o indicador de redução do consumo próprio de energia elétrica, denominado ICEE, de forma a atender a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas e os requisitos de sustentabilidade empresarial;
- Atualmente são acompanhadas 100 unidades consumidoras (UC´s) de energia elétrica da Eletronorte, onde 53 são faturadas (que geram faturas para pagamentos) e 47 não faturadas. O gasto e consumo dessas UC´s em 2016 foram respectivamente R$ 4.673.780,53 e 43.706.201 kWh. O Custo evitado acumulado das UC´s, que pagam energia elétrica, entre os anos de 2015 e 2016 foi de R$ 1.061.079,81;
- Das 100 UC´s acompanhadas 42 possuem um contrato de gestão com um indicador especifico de redução do consumo de energia elétrica (ICEE) junto a DO. O ICEE teve uma redução de X% (298.469 kWh), superando a meta de 3% do ciclo 2015/2016;
- A continuidade e atuação das CICEs (Comissões Internas de Conservação de Energia) na Empresa;
- Certificação externa de seis fronteiras do Complexo da UHE de Tucuruí na norma de Gestão da Energia ISO 50.001;
- Disseminação dos conceitos ISO 50.001 na Empresa;
- Instalação de iluminação a LED em parte do pátio fabril da UHE Tucuruí;
- Atuação em projetos de P&D de Sistemas Fotovoltaicos;
- Consolidação do bloqueio de aquisições de equipamentos de climatização ineficientes
- Suporte técnico e desenvolvimento de diagnósticos e projetos para as regionais, no que diz respeito à eficiência energética e instalações elétricas;
- Ampliação na participação dos indicadores ISEBovespa e GRI.

RECONHECIMENTO EXTERNO

Principais Premiações, Certificações e Reconhecimentos em 2016

Prêmio/Reconhecimento/ Certificação	Área ou Unidade na organização	Instituição Concedente
"Summa cum Laude" no Prêmio Nacional da Qualidade – PNQ – ciclo 2016	Superintendência de Geração Hidráulica – OGH	Fundação Nacional da Qualidade - FNQ
Certificação do Sistema de Gestão de Energia da UHE Tucuruí na NBR ISO 50.001:2011	Superintendência de Geração Hidráulica – OGH	Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil
Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental da UHE Tucuruí na NBR ISO 14.001:2004	Superintendência de Geração Hidráulica – OGH	Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil
Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental da UHE Samuel na NBR ISO 14.001:2004	Superintendência de Geração Hidráulica – OGH	Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil
Certificações na ISO 14001 da planta UHE Coaracy Nunes e Linhas de Transmissão do Amapá	Regional de Geração e Transmissão do Amapá - OAP	Certificadora: Fundação Vanzolini
Manutenção dos certificados ISO 9001:2008 dos processos de Aquisição, em todas as modalidades de licitação e Financeiros: Contas a Pagar, Contas a Receber, Fundo Rotativo de Caixa, Tributos, Orçamento	Unidades Administrativas Regionais da Diretoria de Operação de: Mato Grosso, Rondônia, Acre, Tocantins, Belém, Tucuruí, Amapá, Maranhão e Roraima	Certificadoras: - Associação Portuguesa de Certificação - APCER; RINA Brasil Serviços Técnicos; - ABS Group
Manutenção do Certificado **ISO 9001:2008** dos Processos de Operação do Sistema Elétrico: Pré-Operação, Tempo Real e Pós-operação dos Centros de Operação Regional do Amapá, Belém, Maranhão, Tocantins, Acre, Rondônia, Mato Grosso	Diretoria de Operação Superintendência de Engenharia de Operação de Sistema- OEO - Sede	Certificadoras: - Instituto Falcão Bauer da Qualidade; - Associação Portuguesa de Certificação - APCER; - RINA Brasil Serviços Técnicos
Recertificação na **ISO 9001:2015** do processo "Controle dos Aproveitamentos Hidroelétricos dos Sistemas Isolados e Interligado da Eletrobras Eletronorte"	Diretoria de Operação Superintendência de Engenharia da Geração - OEG - Sede	Certificadora: Fundação Vanzolini
Recertificação na **ISO 9001:2015** dos processos Financeiros "Contas a Pagar e Contas a Receber", na Sede	Superintendência de Finanças – FFN, Sede	Certificadora: Fundação Vanzolini

ENCERRAMENTO

O Relatório da Administração da Eletrobras Eletronorte 2016 traz a público, de maneira organizada e clara, um relato resumido sobre os esforços da Empresa para a melhoria dos seus padrões de qualidade e de produtividade e para alcance da sustentabilidade empresarial.

É importante registrar o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão, orientação e encaminhamento das questões de maior interesse e relevância da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados, profissionais incansáveis e dedicados na busca do alcance da visão e cumprimento da missão da Eletrobras Eletronorte.

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor – Presidente em exercício

WILSON FERNANDES DE PAULA
Diretor de Planejamento e Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2016

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS
EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.992	51.683
Títulos e valores mobiliários	7	277.086	1.064.934
Clientes	8	1.061.489	806.499
Ativo financeiro-concessão de serviço público	9	784.702	309.036
Impostos e contribuições sociais	10	246.540	171.339
Almoxarifado		117.835	108.470
Instrumentos financeiros derivativos	11	127.808	21.307
Créditos junto à Ceron	15	189.762	21.286
Repactuação do Risco Hidrológico	16	12.640	26.805
Outros ativos	12	293.029	377.072
		3.119.883	**2.958.431**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e valores mobiliários	7	258	240
Clientes	8	-	233.345
Ativo financeiro-concessão de serviço público	9	8.875.863	5.086.364
Impostos e contribuições sociais	10	876.271	1.328.320
Instrumentos financeiros derivativos	11	100.965	25.004
Cauções e depósitos vinculados	13	449.997	473.135
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	670	37.079
Créditos junto à Ceron	15	2.029.303	1.963.373
Repactuação do Risco Hidrológico	16	25.280	59.103
Outros ativos	12	272.450	199.868
		12.631.057	**9.405.831**
INVESTIMENTOS	17	4.293.873	4.244.923
IMOBILIZADO	18	6.790.543	7.169.916
INTANGÍVEL	19	244.538	274.080
		23.960.011	**21.094.750**
TOTAL		**27.079.894**	**24.053.181**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	20	547.870	584.532
Financiamentos e empréstimos	21	944.387	601.457
Debêntures	21.9	12.442	14.555
Impostos e contribuições sociais	22	125.209	339.692
Remuneração aos acionistas	23	973	10.884
Folha de pagamento e obrigações estimadas	24	339.681	245.395
Encargos setoriais	26	299.617	293.778
Instrumentos financeiros derivativos	11	332	1.748
Adiantamentos de clientes	27	60.504	54.832
Obrigações com a Controladora	23.3	264.948	36.080
Provisões operacionais	25	-	451.340
Obrigações pela aquisição de ativos e participação	9.2	69.740	279.229
Convênios	28.2	81.283	77.345
Contratos onerosos	33	14.245	9.073
Outros passivos	28	453.226	391.303
		3.214.457	**3.391.243**
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	20	168.867	332.556
Financiamentos e empréstimos	21	4.175.765	4.190.699
Debêntures	21.9	188.933	205.248
Impostos e contribuições sociais	22	135.016	-
Obrigações estimadas	24	7.162	15.270
Provisões para riscos	25	810.087	1.226.462
Instrumentos financeiros derivativos	11	43.685	78.521
Adiantamentos de clientes	27	592.215	659.082
Benefícios pós-emprego	29	16.303	25.591
Obrigações com a Controladora	23.3	1.456.977	1.507.384
Obrigações pela aquisição de ativos e participação	9.2	-	59.212
Contratos onerosos	33	376.700	239.382
Outros passivos	28	797.164	147.850
		8.768.874	**8.687.257**
TOTAL DO PASSIVO		**11.983.331**	**12.078.500**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	30.1	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros	30.2	3.542.916	394.354
Dividendos adicionais propostos	30.3	-	30.210
Outros resultados abrangentes	30.4	(22.616)	(26.146)
		15.096.563	**11.974.681**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**27.079.894**	**24.053.181**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	CONTROLADORA 2016	CONTROLADORA 2015	CONSOLIDADO 2016	CONSOLIDADO 2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	**8.625.116**	**5.603.441**	**8.706.691**	**5.777.076**
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	32	(182.469)	(629.974)	(182.469)	(629.974)
Encargos de uso da rede de transmissão	32	(523.686)	(512.921)	(523.686)	(512.921)
		(706.155)	**(1.142.895)**	**(706.155)**	**(1.142.895)**
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros	32	(821.987)	(810.000)	(821.987)	(810.000)
Utilização de recursos hídricos	32	(170.518)	(213.526)	(170.518)	(213.526)
Depreciação e amortização	32	(447.082)	(412.269)	(447.082)	(412.269)
Outros	32	(181.066)	(162.132)	(181.066)	(162.142)
		(1.620.653)	**(1.597.927)**	**(1.620.653)**	**(1.597.937)**
Custo do serviço prestado a terceiros	32	(77.010)	(45.779)	(77.010)	(45.779)
Custo de construção	32	(165.610)	(182.629)	(210.915)	(313.689)
CUSTO OPERACIONAL	32	**(2.569.428)**	**(2.969.230)**	**(2.614.733)**	**(3.100.300)**
LUCRO BRUTO		**6.055.688**	**2.634.211**	**6.091.958**	**2.676.776**
DESPESA OPERACIONAL	32	(2.511.148)	(2.235.297)	(2.518.215)	(2.263.366)
RESULTADO DO SERVIÇO		**3.544.540**	**398.914**	**3.573.743**	**413.410**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	17	156.958	78.007	144.073	112.951
RESULTADO FINANCEIRO	34	21.613	(377.747)	5.295	(427.187)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**3.723.111**	**99.174**	**3.723.111**	**99.174**
Imposto de renda e contribuição social	35	(65.848)	(310.902)	(65.848)	(310.902)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35	(468.422)	313.399	(468.422)	313.399
		(534.270)	**2.497**	**(534.270)**	**2.497**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**3.188.841**	**101.671**	**3.188.841**	**101.671**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO 2016	CONTROLADORA / CONSOLIDADO 2015
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3.188.841**	**101.671**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Ganhos (Perdas) atuariais	5.348	20.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.818)	(6.934)
	3.530	**13.461**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**3.192.371**	**115.132**
Parcela atribuída aos controladores	3.175.771	108.730
Parcela atribuída aos não controladores	16.600	6.402
	3.192.371	**115.132**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva Incentivo Fiscal	Reservas de Lucros – Retenção de Lucros	Reservas de Lucros – Reserva Especial Dividendos não distribuídos	Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**11.563.279**	**128.340**	**204.622**	**913.554**	-	**456.777**	-	**(39.607)**	**13.226.965**
Reversão de reserva de lucro	30.2	-	-	-	(913.554)	-	913.554	-	-	-
Dividendos adicionais declarados	30.3	-	-	-	-	-	(1.370.331)	-	-	**(1.370.331)**
Integralização de adiantamento p/ futuro aumento de capital		12.984	-	-	-	-	-	-	-	**12.984**
Ganhos (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	-	-	13.461	**13.461**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	101.671	-	**101.671**
Destinação do lucro líquido:						-				
Reserva de incentivo fiscal - IRPJ	30.2	-	-	16.029	-	-	-	(16.029)	-	-
Constituição de reserva legal		-	5.084	-	-	-	-	(5.084)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	40.279	-	-	(40.279)	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(10.070)	-	**(10.070)**
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	30.210	(30.210)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**11.576.263**	**133.424**	**220.651**	**40.279**	-	**30.210**	-	**(26.146)**	**11.974.680**
Reversão de reserva de retenção de lucros	30.2	-	-	-	(40.279)	-	-	-	-	**(40.279)**
Dividendos propostos	30.3	-	-	-	-	-	(30.210)	-	-	**(30.210)**
Ganhos (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	-	-	3.530	**3.530**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	3.188.841	-	**3.188.841**
Destinação do lucro líquido:						-				
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ	30.2	-	-	182.831	-	-	-	(182.831)	-	**0**
Constituição Reserva legal		-	159.442		-	-	-	(159.442)	-	-
Constituição Reserva Especial Dividendos não distribuídos		-	-	-	-	711.642	-	(711.642)	-	-
Constituição Reserva de retenção de lucros		-	-	-	2.134.926	-	-	(2.134.926)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**11.576.263**	**292.866**	**403.482**	**2.134.926**	**711.642**	-	**0**	**(22.616)**	**15.096.563**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes dos impostos	**3.723.111**	**99.174**	**3.723.111**	**99.174**
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	461.721	425.477	461.721	425.477
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	5.677	(39.247)	5.661	(42.556)
Variação monetária ativa	(543.722)	(854.675)	(536.459)	(806.948)
Variação monetária passiva	201.788	602.424	210.941	611.079
Encargos de dívidas	632.081	579.332	632.081	579.332
Resultado de equivalência patrimonial	(156.958)	(78.007)	(205.393)	(88.026)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(277.016)	236.052	(277.016)	236.052
Provisões operacionais	(15.233)	1.443.250	(14.594)	1.434.462
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	1.264.994	(4.245)	1.264.993	21.286
Baixa de ativo imobilizado e intangível	18.388	35.826	18.388	35.826
Ganhos (perdas) com derivativos	(218.714)	221.666	(218.714)	221.666
Remuneração do Ativo Financeiro	(3.930.847)	(292.668)	(3.967.726)	(335.257)
Compra vantajosa na aquisição de investimento	-	(171.974)	-	(171.974)
Outros despesas (receitas) financeiras	1.099	36.098	1.692	37.625
Outros resultados abrangentes	3.530	13.461	3.530	13.461
	1.169.899	**2.251.944**	**1.102.216**	**2.270.679**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Clientes	315.016	(251.232)	309.222	(248.241)
Outros ativos	741.229	119.589	745.732	173.804
Fornecedores	(207.266)	(469.612)	(203.252)	(493.714)
Outros passivos	(793.919)	333.666	(797.006)	326.529
	55.060	**(267.589)**	**54.696**	**(241.622)**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**1.224.959**	**1.984.355**	**1.156.912**	**2.029.057**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(346.909)	(326.587)	(346.909)	(326.587)
Pagamento de encargos e Impostos	(539.616)	(53.348)	(539.616)	(53.348)
Recebimento de indenizações das renovação de concessões	-	455.991	-	455.991
Recebimento de receita anual permitida	377.824	310.911	464.211	311.481
Recebimento remuneração de participações societárias	55.612	31.584	55.612	31.584
Pagamento de contingências	(98.289)	(19.276)	(98.289)	(19.276)
Cauções de depósitos vinculados	31.710	(65.802)	43.424	(73.148)
	(519.668)	**333.473**	**(421.567)**	**326.697**
Caixa líquido das atividades operacionais	**705.291**	**2.317.828**	**735.345**	**2.355.754**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e empréstimos obtidos	757.180	778.731	757.180	778.731
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	(697.558)	(751.544)	(701.258)	(751.544)
Pagamento de dividendos	-	(511.853)	-	(511.853)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**59.622**	**(484.666)**	**55.922**	**(484.666)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	787.830	447.505	787.830	447.505
Empréstimo concedido/ recebido - controlada	-	45.000	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(49.841)	(303.173)	(49.841)	(303.173)
Aquisição de ativo financeiro	(204.357)	(812.710)	(249.661)	(968.756)
Participações societárias	(1.260.622)	(1.151.314)	(1.260.622)	(1.081.318)
Aquisição de outros investimentos	-	(11.712)	-	(11.712)
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos	(80.614)	(101.750)	(80.614)	(36.750)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(807.604)**	**(1.888.154)**	**(852.908)**	**(1.954.204)**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(42.691)**	**(54.992)**	**(61.641)**	**(83.116)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**51.683**	**106.675**	**70.633**	**153.749**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**8.992**	**51.683**	**8.992**	**70.633**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
RECEITAS					
Receitas de vendas de energia e serviços	31	9.432.820	6.347.640	9.517.960	6.521.349
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.4	(395.404)	(236.052)	(395.404)	(236.052)
		9.037.416	**6.111.588**	**9.122.556**	**6.285.297**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo de construção	32	(165.610)	(182.629)	(210.915)	(313.689)
Energia elétrica comprada para revenda	32	(182.469)	(629.974)	(182.469)	(629.974)
Encargos de uso da rede de transmissão	32	(523.686)	(512.921)	(523.686)	(512.921)
Material	32	(31.211)	(25.813)	(31.323)	(25.836)
Serviços de terceiros	32	(299.622)	(279.360)	(305.167)	(282.431)
Combustível	32	(3.717)	(175.794)	(3.717)	(175.794)
Outros		(83.273)	379.742	(83.715)	379.549
		(1.289.588)	**(1.426.749)**	**(1.340.992)**	**(1.561.096)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**7.747.828**	**4.684.839**	**7.781.564**	**4.724.201**
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	32	(461.722)	(425.477)	(461.731)	(425.477)
Redução ao valor recuperável	32	(1.264.994)	4.245	(1.264.994)	(21.286)
Provisões operacionais	32	15.233	(1.679.302)	14.594	(1.678.268)
		(1.711.483)	**(2.100.534)**	**(1.712.131)**	**(2.125.031)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**6.036.345**	**2.584.305**	**6.069.433**	**2.599.170**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de participações societárias	17	156.958	78.007	144.073	112.951
Receitas financeiras	34	899.304	1.057.184	892.732	1.017.926
		1.056.262	**1.135.191**	**1.036.805**	**1.130.877**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**7.092.607**	**3.719.496**	**7.106.238**	**3.730.047**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração do trabalho	32.3	1.127.151	944.903	1.127.233	945.006
		1.127.151	**944.903**	**1.127.233**	**945.006**
Impostos, taxas e contribuições:					
Deduções à receita operacional	31	807.704	744.199	811.269	744.273
Tributos	31	8.371	5.822	8.371	5.822
Taxa de fiscalização	31	16.878	15.207	16.994	15.209
Utilização de recursos hidrícos	31	170.518	213.526	170.518	213.526
Encargos sobre despesa de pessoal	32.3	219.020	205.873	219.020	205.873
Imposto de renda e contribuição social	35	534.270	(2.497)	534.270	(2.497)
		1.756.761	**1.182.130**	**1.760.442**	**1.182.206**
Remuneração de capitais de terceiros:					
Despesas financeiras	34	877.691	1.434.931	887.437	1.445.113
Arrendamentos e aluguéis	32	142.163	55.861	142.285	56.051
		1.019.854	**1.490.792**	**1.029.722**	**1.501.164**
Remuneração de capitais próprios:					
Lucros a distribuir	23	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23	182.831	16.029	182.831	16.029
Lucros retidos	23	3.006.010	45.363	3.006.010	45.363
Remuneração aos acionistas	23	-	40.279	-	40.279
		3.188.841	**101.671**	**3.188.841**	**101.671**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		**7.092.607**	**3.719.496**	**7.106.238**	**3.730.047**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 8 usinas termelétricas, com capacidade de 521,82 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.381,87 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas investidas estão relacionadas na nota 2.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 11.617,12 Km de linhas de transmissão e 56 subestações no SIN, 190,20 Km de linhas de transmissão e 1 subestação no sistema isolado, totalizando 11.807,32 km de linhas de transmissão e 57 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP), aditivado conforme indicado pela Portaria nº 579, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Minas e Energia (MME), atendendo às exigências da Lei nº 12.783/2013.

A Companhia também administra um sistema de transmissão em corrente contínua, constituído pela estação conversora 01 CA/CC, 500/±600 KV, na SE Coletora Porto Velho, e a Estação Inversora 01 CC/CA, ±600/500 kV, na SE Araraquara II.

A Companhia também aufere receitas adicionais provenientes de contratos bilaterais, relativos às instalações de conexão e demais instalações de transmissão, homologados pela ANEEL.

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência Complementar (Previnorte), entidade sem fins lucrativos criada em 1988 com o objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadorias e pensões proporcionadas pela Previdência Social.

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica (nota 2.2).

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas investidas detêm as seguintes concessões e autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica junto ao Poder Concedente:

2.1. Eletronorte

2.1.1. Usinas Hidrelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE				
Item	**Empreend.**	**Prazo de Concessão**	**Município**	**Potência Instalada (MW)**
1	UHE - Tucuruí (Sistema Interligado)	11.07.24	Tucuruí - PA	8.535,00
2	UHE - Curuá-Una (Sistema Interligado)	27.07.28	Santarém - PA	30,30
3	UHE - Samuel (Sistema Interligado)	14.09.29	Candeias do Jamari - RO	216,75
4	UHE - Coaracy Nunes (Sistema Interligado apartir Set/15)	31.12.42	Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP	78,00

2.1.2. Usinas Termelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE				
Item	**Empreend.**	**Prazo de Concessão**	**Município**	**Potência Instalada (MW)**
1	UTE Rio Madeira	19.09.2018	Porto Velho-RO	119,35
2	UTE Santana	05.12.2024	Santana-AP	177,74
3	UTE Rio Branco I	10.07.2020	Rio Branco-AC	18,65
4	UTE Rio Branco II	10.07.2020	Rio Branco-AC	32,75
5	UTE Rio Acre	05.04.2025	Rio Branco-AC	45,49
6	UTE Santarém	29.06.2044	Santarém-PA	18,75
7	UTE Araguaia	Mantida a sua operação até 2019 ou até a entrada em operação da Solução Estruturante para Suprimento às Cargas da Região do Baixo Araguaia, conforme Portaria nº 333 MME de 21.07.2015, publicada no D.O.U. de 22.07.2015.	Querência-MT	23,1
8	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (antiga UTE Floresta)	10.09.2019	Boa Vista-RR	85,99

2.1.3. Sistema de Transmissão:

Item	Empreendimento	Prazo de Concessão	Município / Estado
1	Transmissão Rede Básica	31.12.2043	PA, MA, PI, TO, MT
2	LT 230kV SE São Luís II - SE São Luís III e SE São Luís III.	16.03.2038	MA
3	LT 230 kV SE Ribeiro Gonçalves - SE Balsas, SE Ribeiro Gonçalves e SE Balsas.	27.01.2039	PI, MA
4	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA)	27.01.2039	MA
5	SE Coletora Porto Velho 500/230kV 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	25.02.2039	RO
6	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW - Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW	25.02.2039	RO, SP
7	LT 230kV SE Jauru - SE Vilhena - SE Pimenta Bueno - SE Ji-Paraná - SE Ariquemes - SE Samuel - SE Porto Velho - C3	18.11.2039	MT/RO
8	LT 230kV SE Porto Velho - SE Abunã - SE Rio Branco - C2	18.11.2039	RO, AC
9	LT 230 kV SE Jorge Teixeira - SE Lechuga (ex-Cariri)	11.07.2040	AM
10	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV	27.06.2031	MT
11	SE Miramar em 230/69 kV SE Tucuruí em 230/138 kV	08.12.2041	AM, RR
12	SE Nobres em 230/138 kV	08.12.2041	MT
13	LT 230 kV SE Lechuga - SE Jorge Teixeira C3 e SE Lechuga, 230/138 kV 3x150 MVA	06.05.2042	AM
14	LT 230 kV SE Rio Branco I - SE Feijó - SE Cruzeiro do Sul; SE Feijó e SE Cruzeiro do Sul	28.01.2044	AC

2.2. Sociedades de Propósito Específico (SPE)

2.2.1. Empreendimentos em parceria:

Considerando que a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.651, de 7 de abril de 2008, trouxe a possibilidade da Eletrobras, diretamente, ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se com ou sem aporte de recursos para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou de autorização, a Companhia se associou a parceiros em SPEs para exploração de empreendimentos, conforme demonstrado a seguir:

2.2.1.1. Empreendimentos em Geração:

SPE	Características do empreendimento	Concessão/ Autorização		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amapari Energia S.A.	UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada	20.05.08	29	Não
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada	03.07.07	35	Sim
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Miassaba 3, com 68,47 MW de potência instalada	20.08.10	35	Sim
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico com 58,45 MW de potência instalada	13.12.10	35	Sim
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 60,12 MW de potência instalada	13.12.10	35	Sim
Companhia Energética Sinop S.A.	UHE SINOP, com 400 MW de potência instalada, localizada no Rio Teles Pires	26.02.14	35	Não
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú	26.08.10	35	Parcial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2.1.2. Empreendimentos em Transmissão:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	LT Coxipó-Cuiabá- Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	18.02.04	30	Sim
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	LT Jauru-Juba (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV e com 402 km, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV	17.03.08	30	Sim
Integração Transmissora de Energia S.A.	LT Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km SE Serra da mesa 2 e SE Peixe 2	27.04.06	30	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 500 kv e com 348 Km e SE Jaurú, com 500/230 kV	19.11.09	30	Sim
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT Oriximiná - Silves - Lechuga (PA/AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Silves 500/138kv e SE Cariri 500/230 kv	16.10.08	30	Sim
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km	26.02.09	30	Sim
Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	Estação Conversora CA/CC, ±800 kV, 4.000 MW, junto a SE 500 kV Xingu; Estação Conversora CA/CC, ±800 kV, 3.850 MW, junto a SE 500 kV Estreito; e Linha de Transmissão em Corrente Contínua de ±800 kV Xingu - Estreito.	16.06.14	30	Não
Transnorte Energia S.A.	LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV e com 715 km, e SE Equador 500kv, SE Boa Vista 500/230 kv	25.01.12	30	Não

NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2017.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados de outra forma.

3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas sob o título de Controladora, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

3.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, referente ao exercício 2016, foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Companhia e da Linha Verde Transmissora de Energia S.A., que foi incorporada em 31 de agosto de 2016 (nota 17.4.1).

3.2. Políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

3.2.1. Investidas

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para fins de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações societárias conforme quadro a seguir:

Empresas	Participação (%)	
	2016	2015
Amapari Energia S.A.	49,00	49,00
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	24,50
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	49,71
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Construtora Integração Ltda	49,00	49,00
Companhia Energética Sinop	24,50	24,50
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	24,50
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	37,00
Manaus Construtora Ltda	30,00	30,00
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Norte Energia S.A.	19,98	19,98
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00

3.2.1.1. Controladas

Controladas são todas as entidades, incluindo as entidades de propósito específico, nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.1.2. Controladas em conjunto

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.1.3. Coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

3.2.2. Participação direta da Companhia

As demonstrações financeiras das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial, foram levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, de acordo com as práticas contábeis, foram utilizadas as informações financeiras com defasagem de 30 dias, para aquelas investidas que não apresentaram suas demonstrações financeiras, na mesma data base, até o fechamento contábil que deu origem a estas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016. Desta forma, para fins de cálculo de equivalência patrimonial no encerramento deste exercício, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, com exceção da investida Amapari Energia S.A., cujas informações contábeis utilizadas são de 30 de novembro de 2016.

3.2.3. Principais práticas de consolidação

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas controladas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
b) Eliminação dos saldos das contas e transações entre a controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
c) Eliminação das transações de resultado das operações realizadas e o resultado de equivalência patrimonial entre a controladora e as suas controladas.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

3.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas investidas atuam. A moeda funcional utilizada pela Companhia e suas investidas é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3.2. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como variação cambial em conta de resultado financeiro (nota 34).

3.4. Conta movimento e aplicações financeiras

3.4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

3.4.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (nota 7).

3.5. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da prestação de serviços, da venda de energia elétrica e da disponibilização no sistema de transmissão operado pela Companhia e suas investidas, no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (nota 8).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.6. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

3.7. Cauções e depósitos vinculados

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judiciais, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos estão avaliados pelo valor original, acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perdas na realização, quando aplicáveis (nota 13).

3.8. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos inicialmente ao custo, e as variações no resultado do exercício, ou diretamente no patrimônio líquido conforme aplicável (nota 17).

Após o reconhecimento inicial, a entidade mantém os ativos de propriedades para investimentos mensurados pelo seu valor de custo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, das obrigações especiais, e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 18).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 18.2.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais na demonstração do resultado.

A Companhia e suas investidas efetuam, quando necessário, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 33.1.2).

3.10. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3.11. Ativo financeiro - Concessão do serviço público

Refere-se às contas a receber da Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O Contrato de Concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida - RAP. A RAP é reajustada anualmente por índice de preços e revisada a cada cinco anos. A transmissora não pode negociar preços com usuários;
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

De acordo com a interpretação ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Desta forma, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro (e não como ativo imobilizado) por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão (fase da construção) pelo valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa interna de retorno é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e da indenização que se espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A Administração entende que o custo de construção da linha de transmissão de energia elétrica da Companhia, contempla todos os custos para implantação do empreendimento. Alguns bens que formam o ativo financeiro da concessão da Companhia foram adquiridos em moeda estrangeira. Desta forma, o custo de variação cambial está intrínseco a operação de construção, formando o ativo financeiro.

Esse crédito está distribuído entre circulante e não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores envolvidos, tendo como base a data do final das concessões.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 33.1.1).

3.12. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia e suas investidas compreendem gastos específicos associados à aquisição de direitos (softwares), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável, e a extensão do direito de exploração de contratos ACR que fizeram parte da Repactuação do Risco Hidrológico (notas 16).

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, ambas acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos de aquisição e implantação, que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas investidas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo;
- a Administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Nos custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na implantação de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pela taxa descrita na nota 19.

3.13. Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos recuperáveis passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

3.14. Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização futura (nota 10.2).

3.15. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.15.1. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não possuem cotação em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas investidas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.15.2. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado ou financiamentos e empréstimos.

a) Debêntures, financiamentos e empréstimos

As debêntures, os financiamentos e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos decorrentes da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado, durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

b) Outros passivos financeiros

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até à data do balanço (custo amortizado).

3.15.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

A Companhia e suas investidas não possuem instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A nota 11 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

3.15.3.1. Derivativos embutidos

A Companhia faz uso de derivativos embutidos vinculados a contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com clientes do setor de alumínio (nota 11.1).

A Estação Transmissora de Energia S.A., enquanto investida da Companhia, firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011. Esse contrato foi transferido para a Companhia quando da incorporação.

Os derivativos embutidos são tratados separadamente de seus contratos principais, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.16. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 20).

3.17. Remuneração aos acionistas

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no patrimônio líquido em conta específica denominada, Dividendos Adicionais Propostos (nota 23).

3.18. Provisões para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 25).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.19. Obrigações com empregados

3.19.1. Benefícios pós-emprego (Plano de suplementação de aposentadoria)

A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 29).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional, referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, no período em que ocorrem.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

3.19.2. Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece algumas vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: (i) programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes; e (ii) apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados (nota 29).

3.20. Adiantamentos de clientes

Os valores antecipados por clientes, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 27).

3.21. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.22. Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 30).

3.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação, recebido ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas investidas.

A Companhia e suas investidas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A Companhia e suas investidas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos e estão detalhadas na nota 31.

3.23.1. Receita operacional

A Companhia e suas investidas atuam no mercado de energia elétrica e reconhece a receita no momento em que uma das empresas entrega o produto ou presta o serviço.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.23.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um direito a receber, a Companhia e suas investidas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira (nota 34).

3.24. Receita de Construção e Custo de Construção

A Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a titulo de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP).

3.25. Avaliação do valor de recuperação (*Impairment*)

3.25.1. Ativos Imobilizado e Financeiro – Concessão do serviço público

A Companhia avalia periodicamente seus ativos buscando evidências objetivas que possam levar a perdas de valores não recuperáveis em suas unidades geradoras de caixa (UGCs), ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável para uma determinada UGC, uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Como para os ativos da companhia não existe um mercado ativo de negociação, o valor em uso é estimado por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia durante seu período de concessão.

Os ativos periodicamente avaliados compõem o Imobilizado da Companhia, que são vinculados aos ativos associados às concessões de geração de energia e ativos vinculados às concessões de transmissão de energia, estes classificados como Ativo Financeiro conforme estabelece o IFRIC 12 e OCPC 05.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O custo de oportunidade utilizado pela Companhia para os ativos de transmissão e geração foram de 6,02% e 6,33% (taxas reais) respectivamente.

3.25.2. Contratos de natureza onerosa

A Companhia avalia periodicamente seus contratos buscando evidências objetivas que possam levar à conclusão de que os contratos se tornaram contratos onerosos, ocasião em que estes contratos devem ser tratado dentro do alcance do CPC 25. A onerosidade de um contrato é caracterizada quando os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, entre os dois, o menor.

Antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato. A estimativa para os contratos onerosos, quando caracterizados, é realizada por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados para um determinado contrato descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia.

Se, num período subsequente, o valor da perda registrada para um contrato oneroso diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será contabilizada na demonstração do resultado.

3.25.3. Principais premissas

A base das projeções de fluxo de caixa foi o Planejamento Estratégico da empresa para o ciclo 2017-2020 que foi então segregado por UGC.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2016 são:

- Para a projeção da receita do segmento Transmissão foram consideradas as RAPs – Receita Anual Permitida - estabelecidas na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098/2016, de 30 de junho de 2016, que estabelece a RAP para o ciclo 2016-2017 para as concessionárias de Transmissão. Foi projetada também a receita com Contratos de O&M da Transmissão e com Comunicação e Multimídia, estas receitas foram rateadas entre as UGCs de Transmissão, pois são atividades ligadas a este segmento;
- Para a projeção da receita do segmento Geração foram considerados os parâmetros dos contratos atualmente vigentes da Companhia, além da RAG para a UHE Coaracy Nunes determinada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.107/2016, de 19 de julho de 2016. Foi projetada também a receita com o Contrato de O&M da UHE Belo Monte, e foi rateada entre as UGCs de Geração, pois é uma atividade ligada a este segmento;
- A projeção de impostos, tributos, e contribuições seguiu os parâmetros existentes na legislação atual;
- A depreciação projetada levou em consideração o tempo de vida útil de acordo com o prazo da concessão;
- As projeções de custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO foram realizadas com base no Planejamento da Companhia para os próximos anos;
- A avaliação se limitou ao horizonte de cada concessão sem considerar sua eventual prorrogação;
- Para o valor salvado, considerado ao final de cada concessão foi considerado o valor Novo de Reposição - VNR. A utilização do VNR se coaduna com o entendimento atual da ANEEL segundo o qual os ativos a serem indenizados serão calculados com base no seu VNR, que expressa o valor de mercado de um ativo semelhante adquirido hoje.

A determinação da taxa de desconto utilizada segue a política das empresas do Grupo Eletrobrás, e baseia-se na metodologia do Capital *Asset Pricing Model* – CAPM para ser obtida, levando em conta parâmetros de mercado além de condições específicas do Grupo Eletrobras. As taxas de desconto específicas de cada seguimento são apresentadas nos quadros da nota 33 (Teste *Impairment* e Contratos Onerosos).

Para realização dos testes de impairment nas investidas foram consideradas as premissas por elas disponibilizadas bem como informações obtidas através das Demonstrações Financeiras auditadas. A metodologia utilizada foi o fluxo de caixa descontado da *firma* pelo Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC sob a ótica do acionista.

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas investidas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

A Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas investidas, a efetiva materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações podem diferir quando da liquidação dos ativos e passivos.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

4.1 Tributos diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 10.2).

4.2 Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia e de suas investidas adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens (nota 17.8 e 33).

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o Valor Novo de Reposição (VNR) como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

4.3 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas investidas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário (nota 18).

4.4 Ativo financeiro – concessão do serviço público

A Companhia e suas investidas adotaram a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e do novo marco regulatório, considerou-se que a Companhia será indenizada pela Rede Básica de Instalações Existentes (RBSE) e investimentos posteriores (nota 9), de acordo com o determinado na Lei nº 12.783/2013.

As premissas utilizadas pela Companhia e suas investidas para determinação do ativo financeiro de transmissão são as seguintes:

a) Ativo financeiro indenizável - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o VNR ou o valor contábil, entre os dois, o menor (nota 9).

b) Ativo financeiro amortizável pela RAP – as adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro (notas 9 e 31).

c) Remuneração do ativo financeiro – a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica (nota 31).

d) Receita de O&M - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS/PASEP e COFINS e das taxas referentes a encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D) (notas 31 e 32).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) (notas 31 e 32).

4.5 Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas investidas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.6 Benefícios a empregados

4.6.1 Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que são necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia e suas investidas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (nota 29).

4.6.2 Incentivo ao desligamento de pessoal

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33, a provisão de benefícios a empregados foi mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para fazer face às indenizações previstas nos programas de incentivo ao desligamento voluntário, instituídos nos exercícios anteriores. A Companhia ainda contabiliza gastos com esse benefício relativos à assistência à saúde com expectativa de conclusão para 2018.

4.7 Provisões para riscos

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 25). As provisões são julgadas pela Administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

4.8 Compensações socioambientais

Para efeitos de registro contábil dos custos socioambientais relacionados à construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão, a geradora deve elaborar a melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente. Esse valor é registrado como custo do ativo imobilizado e depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, caso a Administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos ou por reversão do ajuste a valor presente, a provisão deve ser ajustada em contrapartida ao resultado do exercício. O empreendimento relacionado é a expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (nota 28.3).

4.9. Riscos relacionados ao cumprimento *compliance* de leis e regulamentos

Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da empresa (CAE) decidiu por iniciar um processo investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission (SEC) e Department of Justice (DOJ)*, para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de *ADR's – American Deposit Receipts*, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo *U.S. Securities and Exchange Act*. Dentre essas leis encontra-se a *Foreign Corrupt Practices Act – FCPA* que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação brasileira, ao Código de Ética e políticas de integridade da Eletrobras.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripyat resultaram em mandados de prisão contra ex-executivos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Eletrobras vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de *compliance*. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de *compliance* e pelo gerenciamento de riscos na Eletrobras e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando encontradas quaisquer irregularidades.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras já tomou medidas punitivas, na esfera administrativa, incluindo a suspensão e o desligamento do contrato de trabalho. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização de tais funcionários, na esfera cível, já estando a Eletrobras em negociação com a Advocacia Geral da União quanto à propositura de eventuais ações de improbidade.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobrás. Nesta etapa foram descobertos superfaturamentos relacionados à licitações fraudulentas oriundas da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados, desde 2008, por subsidiárias e algumas das SPE não controladas pela Eletrobras.

No entanto, não há informações suficientes que permitam à determinar os períodos específicos em que ocorreram pagamentos em excesso. Assim, a Eletrobras entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores, relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo registrado o ajuste para os pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, em setembro 2016.

A Eletrobras não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço. Sendo assim, em 30 de setembro de 2016, a Eletronorte realizou os seguintes ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	31/12/16
Balanço	
Investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	(36.563)
	(36.563)
Demonstração de Resultado	
Perda em investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial	36.563
	36.563

A Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediação, adotando medidas necessárias para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato, além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas.

Contudo, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos, as ações adicionais relacionadas ao processo investigatório ainda estão em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de *Enforcement* da SEC e DOJ.

De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que essas ações tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos significativos nas demonstrações financeiras da Eletrobras.

Entretanto, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobrás a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou as tratativas para a contratação de escritório de advocacia americana para a condução da nova etapa do processo de investigação. Na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a assinatura dos instrumentos jurídicos com as autoridades americanas ("*Tooling Agreement e Statute of Limitation The Second Consecutive*"), estendendo o prazo prescricional para a ação de investigação. A assinatura desses documentos demonstra a cooperação e a boa-fé da Eletrobras com relação às autoridades estadunidenses, tratando com clareza e transparência todas as questões corporativas envolvidas.

Para dar continuidade à interlocução junto aos reguladores americanos e brasileiros e ao desenvolvimento dos procedimentos adicionais de investigação, a Eletrobras está realizando um processo licitatório, visando contratação de escritório de advocacia americana.

Contudo, devido aos procedimentos licitatórios a que a Eletrobras se sujeita como integrante da Administração Pública Indireta, a contratação do escritório de advocacia americana que irá conduzir a nova etapa do processo de investigação ainda não foi concluída.

De forma a garantir a continuidade dos procedimentos de investigação enquanto não se conclui esta contratação, foi constituído um Grupo de Trabalho Transitório de Investigação, formado por integrantes da Diretoria de Conformidade, cuja função precípua é dar andamento a ações decorrentes das atividades exercidas no curso da ação investigativa realizada, sob a supervisão da CIGI.

NOTA 5 – NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO IASB

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:

5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016. Tais alterações e melhorias anuais não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O *International Accounting Standards Board* – IASB publicou ou alterou os seguintes principais pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- **Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2018:**

IFRS 15/CPC 47 – Reconhecimento de Receita (novo pronunciamento) – especifica como e quando será feito o reconhecimento das receitas provenientes de contratos com clientes assim como requer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações financeiras informações mais informativas e relevantes.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como adicionar novo modelo de *impairment* e alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

A Companhia está realizando sua análise acerca dos impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

- **Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2019:**

IFRS 16 – Leasing (novo pronunciamento) – tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos. O pronunciamento fornece um modelo único de contabilização dos arrendamentos, requerendo que o arrendatário reconheça os ativos e passivos para todos os contratos de arrendamentos, a menos que o prazo do contrato seja inferior a 12 meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha baixo valor. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/16	31/12/15
Caixa e depósitos bancários à vista	5.946	41.827
Aplicações financeiras de curto prazo	3.046	9.856
TOTAL	**8.992**	**51.683**

As aplicações financeiras referem-se às operações compromissadas disponíveis nos fundos de investimentos em que a Eletronorte possui recursos aplicados. Estas operações possuem garantia de recompra diária pelos fundos, a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/16	31/12/15
Fundos de Investimentos		
Fundos exclusivos	64.204	217.035
Outros fundos	212.882	847.899
CIRCULANTE	**277.086**	**1.064.934**
Outros	258	240
NÃO CIRCULANTE	**258**	**240**
TOTAL	**277.344**	**1.065.174**

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista. Os fundos possuem alta liquidez, baixo risco de crédito e no ano de 2016, a rentabilidade média correspondeu a 118% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7.1 Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários pelo valor justo, ou seja, o valor dos títulos negociados no mercado atual em condições usuais.

Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	31/12/16				31/12/15			
	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação
Banco do Brasil - Fundos Exclusivos								
Extramercado Exclusivo 10 4211	**60.425**	**64.204**	**3.779**	92,00	**78.513**	**74.281**	**(4.232)**	100,00
LTN	34.969	36.511	1.542		54.381	52.614	(1.767)	
NTNF	25.456	27.693	2.237		24.132	21.667	(2.465)	
Extramercado Exclusivo 16	-	-	-	0,00	**142.875**	**142.754**	(121)	100,00
LTN	-	-	-		142.875	142.754	(121)	
NTNF	-	-	-		-	-	-	
Outros Fundos	**212.521**	**212.882**	**361**		**848.384**	**847.899**	**(485)**	
Total	**272.946**	**277.086**	**4.140**	-	**1.069.772**	**1.064.934**	**(4.838)**	-

NOTA 8 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

8.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Nota	31/12/16				31/12/15
		VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL
			ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
Consumidores						
Industrial		96.413	-	72	96.485	101.952
		96.413	**-**	**72**	**96.485**	**101.952**
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia		266.886	32.687	44.895	344.468	429.096
Uso da rede elétrica		101.087	963	20.214	122.264	108.580
Conexão ao sistema de transmissão		4.239	6	1.042	5.287	3.152
Comercialização de energia		96.525	1.507	218.011	316.043	98.176
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)					-	-
Renegociação - Suprimento					-	
Boa Vista Energia S.A.		287.855	16.163	-	304.018	76.220
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)		7.350	-	-	7.350	7.350
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)		267.217	-	-	267.217	225.514
		1.031.159	**51.326**	**284.162**	**1.366.647**	**948.088**
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	8.2	(364.192)	(16.288)	(20.872)	(401.352)	(242.930)
(-) Ajuste a valor presente		(291)	-	-	(291)	(611)
Total circulante		**763.089**	**35.038**	**263.362**	**1.061.489**	**806.499**
Renegociação - Suprimento						
Boa Vista Energia S.A.		177.788	-	-	177.788	226.288
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)		-	-	-	-	7.350
		177.788	**-**	**-**	**177.788**	**233.638**
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	8.2	(177.788)	-	-	(177.788)	-
(-) Ajuste a valor presente		-	-	-	-	(293)
Total não circulante		**-**	**-**	**-**	**-**	**233.345**
Total		**763.089**	**35.038**	**263.362**	**1.061.489**	**1.039.844**

O aumento no saldo da conta de comercialização de energia é decorrente da inadimplência referente à venda de energia junto a CCEE no exercício de 2016. No período foram reconhecidas receitas que montam R$ 385.152 e atualizações monetárias no montante de R$ 34.068.

8.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão é constituída com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

Saldo em 31/12/2014	**(34.837)**
Constituição	(229.072)
Reversão/Baixa	20.979
Saldo em 31/12/2015	**(242.930)**
Constituição	(336.210)
Reversão/Baixa	-
Saldo em 31/12/2016	**(579.140)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 2015, por meio de termo aditivo ao contrato, a Boa Vista Energia S.A. reconheceu dever à Companhia o valor de R$ 168.271 (atualizados até 30 de abril de 2015) relativos a faturas de suprimento de energia vencidas. Em virtude do não pagamento das parcelas do instrumento vencidas em novembro e dezembro de 2016, do histórico do não pagamento de dívidas e da existência de evidências de falta de capacidade financeira da Boa Vista Energia em honrar o montante devido, a Companhia provisionou o total da dívida em dezembro de 2016 no valor de R$ 290.296.

Em 2015 foi constituída provisão dos créditos junto a CEA, cujo valor corrigido no encerramento do exercício de 2016 monta R$ 267.217.

NOTA 9 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica da controladora e suas investidas, a Administração entende que estão atendidas as condições para contabilização dessas concessões como ativo financeiro.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio dos fluxos de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas com base na receita anual permitida (RAP), deduzida da parcela correspondente à remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término da concessão, ajustada pela correspondente taxa interna de retorno (TIR). A TIR varia entre 5,85% a.a. e 16,19% a.a., de acordo com as características especificadas em cada contrato de concessão e suas respectivas datas de investimentos.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte, por meio da disponibilidade para uso da rede de transmissão durante o prazo da concessão; e

(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e será recebida ao longo de 30 anos com atualização monetária.

Os montantes demonstrados nas colunas "Ingressos" e "Receita financeira (TIR)" foram registrados com contrapartida ao resultado do exercício.

O montante demonstrado na coluna "Amortizações" refere-se ao recebimento da RAP e possui contrapartida registrada no caixa da Companhia.

O resultado do teste de recuperabilidade para os ativos financeiros vinculados a contratos de concessão de transmissão da Companhia registrados no ativo estão demonstrados na nota 33.1 – Teste de *impairment*.

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público são os seguintes:

	31/12/15	Movimentação no exercício							31/12/16
		Ingressos	Remuneração do Ativo Financeiro	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment	Incorporação LVTE	
Transmissão									
Ativo financeiro indenizável	440.301	-	-	-	-	(118.126)	-	-	322.175
Ativo financeiro (RBSE)	1.732.910	-	3.595.673	-	-	-	-	-	5.328.583
Ativo financeiro	3.071.421	165.610	335.174	(377.824)	-	118.126	(234.847)	763.985	3.841.645
Ativo financeiro - UHE C. Nunes	1.867	1.236	-	-	-	383	-	-	3.486
Ativo financeiro - RBNI/RBSE	148.901	37.511	-	-	(15.153)	(6.583)	-	-	164.676
Total	**5.395.400**	**204.357**	**3.930.847**	**(377.824)**	**(15.153)**	**(6.200)**	**(234.847)**	**763.985**	**9.660.565**
Circulante	309.036								784.702
Não circulante	5.086.364								8.875.863

9.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000 – Ativos RBSE

Em 20 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 120/2016 que regra o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

(i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017;

(a) a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital;

(b) a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;

(ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;

(a) a partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

(iii) para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL;

A portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de compensar os ativos, a portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 18 de outubro de 2016 a Diretoria da ANEEL apreciou o relatório de fiscalização da SFF/ANEEL, e decidiu pela homologação do valor final para fins de pagamento da RBSE à Eletronorte, no valor líquido de R$ 2.579.312, referenciado em 31 de dezembro de 2012.

Como base na Portaria MME nº 120/16 a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, os quais levaram em consideração as premissas elencadas na mesma. Essa avaliação espelha a posição da Administração quanto aos valores a serem apreciados de forma final pela ANEEL em julho de 2017.

Ativo Financeiro - RBSE	**31/12/12**
Rede básica - RBSE - Saldo histórico (A)	1.732.910
Rede básica - RBSE - Laudo ANEEL	2.579.312
	31/12/16
Ativo Financeiro - Laudo atualizado	3.419.361
Depreciação do laudo Atualizado	(1.209.286)
Base de remuneração	**2.210.075**
Quota de Reintegração Regulatória	1.209.286
Remuneração do Capital Investido	1.143.084
Atualização monetária	766.137
Custo de capital não incorporado (B)	**3.118.507**
Valor total do ativo financeiro (B)	**5.328.582**
Remuneração reconhecida (B - A)	3.595.672
Efeito tributário Diferido (34%)	(1.222.528)
Valor líquido reconhecido resultado	**2.373.144**

9.2. Aquisição de ativo financeiro

9.2.1. Aquisição de ativos e passivos vinculados à concessão

Em 30 de junho de 2015, a Companhia concretizou a aquisição junto a Eletrosul Centrais Elétricas S.A dos ativos e passivos pelo valor de R$ 327.048, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2016 resta um saldo a pagar no montante de R$ 69.740.

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados abaixo considerando as eventuais perdas de realização:

	Nota	31/12/16	31/12/15
Retenções na fonte (IR / CS)		226.749	165.072
PIS/PASEP/COFINS		13.629	3.244
ICMS		743	75
Outros		5.419	2.948
Total circulante		**246.540**	**171.339**
ICMS		36.563	18.372
Ativos/passivos fiscais diferidos líquidos	10.2	839.708	1.309.948
Total não circulante		**876.271**	**1.328.320**
Total		**1.122.811**	**1.499.659**

10.1. ICMS

A Companhia é detentora de créditos escriturais de ICMS incidentes sobre as aquisições de bens para o ativo imobilizado e combustível para produção de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Os créditos de ICMS perante os Estados do Amapá (interligado ao SIN em Agosto/2015) e Roraima são oriundos, preponderantemente, da aquisição de combustíveis derivados de petróleo, utilizados no processo de geração de energia elétrica, cabendo ressaltar que nas operações de venda dessa energia para as concessionárias estaduais o ICMS é diferido, sendo cobrado do consumidor final pela empresa distribuidora, razão pela qual tais créditos encontram-se provisionados, enquanto se discute o mérito na justiça.

10.2. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/16	31/12/15
Ativo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		14.966	27.292
Efeitos atuariais		22.457	16.045
Outros ativos fiscais diferidos	10.2.1	2.166.331	1.486.301
		2.203.754	**1.529.638**
Passivo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		77.783	15.746
Ativo financeiro da transmissão		1.222.529	132.256
Efeitos atuariais		5.264	13.217
Compra vantajosa de ativos		58.470	58.471
		1.364.046	**219.690**
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido		**839.708**	**1.309.948**

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva de impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 35.

10.2.1. Outros ativos fiscais diferidos

Com base em estudo técnico de viabilidade realizado pela Companhia, com base em histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros foi possível estimar a realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e disponíveis para compensação.

Abaixo a composição dos outros ativos fiscais diferidos.

Ativos fiscais diferidos	31/12/16	31/12/15
Prejuízos Fiscais	797.434	432.803
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	247.434	160.504
Contingências	202.517	306.615
Outras provisões	316.260	52.976
Provisão de PLR	34.488	27.137
Risco GSF	-	112.835
Total do IR diferido	**1.598.133**	**1.092.870**
Bases de cálculo negativas	279.940	155.808
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	89.076	57.781
Contingências	72.906	110.382
Outras provisões	113.854	19.071
Provisão de PLR	12.422	9.768
Risco GSF	-	40.621
Total do CS diferida	**568.198**	**393.431**
Total	**2.166.331**	**1.486.301**

10.3. Estimativa de realização

A realização dos ativos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	31/12/16	31/12/15
2018	217.731	94.599
2019	239.107	137.992
2020	144.126	70.733
2021	290.675	134.738
2022	358.330	275.087
2023	392.489	259.521
Após 2023	561.296	575.340
Total do Não circulante	**2.203.754**	**1.548.010**

10.4. Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 – PIS/PASEP E COFINS

Em julgamento realizado no dia 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei nº 9.718/1998, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas empresas, independentemente da classificação contábil adotada e não somente das receitas de vendas e/ou prestação de serviços, para fins de cálculo e recolhimento de PIS/PASEP e COFINS.

O referido julgamento do STF diz respeito, e produz efeitos imediatos, exclusivamente às partes interessadas. Não obstante, tal decisão reflete o entendimento do plenário do STF sobre a questão e o precedente beneficiará a todos que ingressarem na justiça, pois, muito provavelmente, a decisão da Corte máxima será observada pelos demais tribunais do país.

O período de abrangência da citada decisão é de fevereiro/1999 a novembro/2002, para o PASEP e de fevereiro/1999 a janeiro/2004 para a COFINS, antes, portanto, da entrada em vigor das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que criou o regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.

Na Companhia, o recálculo destas contribuições, expurgando as receitas financeiras, não operacionais e a receita de subvenção concedida pela Conta de Consumo de Combustível (CCC) resultou num montante recolhido a maior de R$ 192.565, já atualizado pela taxa de juros SELIC, até a data do balanço. Inicialmente, a Companhia ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de obter o reconhecimento do direito a restituição dos valores pagos a maior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação de base de cálculo de tais contribuições pelo STF. Diante do indeferimento do pleito pela RFB, a Companhia ingressou com ação judicial visando preservar os seus direitos.

O valor dessa ação não está refletido no balanço por se configurar como ativo contingente.

NOTA 11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pela Companhia foram classificados como derivativos embutidos.

Derivativo embutido é um componente de instrumento híbrido (combinado) que também inclui um contrato principal não derivativo – em resultado disso, alguns dos fluxos de caixa do instrumento combinado variam de forma semelhante a um derivativo isolado. O derivativo embutido faz com que alguns ou todos os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato sejam modificados de acordo com a taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de variável não financeira a variável não seja específica de uma das partes do contrato.

Atualmente existem na Companhia dois contratos que possuem derivativos embutidos.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos estão demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/16			31/12/15		
		Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Ativo							
Energia Elétrica	11.1	127.808	100.965	228.773	21.307	25.004	46.311
Debêntures	11.2	-	-		-	-	
		127.808	**100.965**	**228.773**	**21.307**	**25.004**	**46.311**
Passivo							
Energia Elétrica	9.1						
Debêntures	11.2	332	43.685	44.017	1.748	78.521	80.269
		332	**43.685**	**44.017**	**1.748**	**78.521**	**80.269**

11.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para seus principais clientes: BHP Billiton, atual South32 Brasil S.A.e com a empresa Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar.

Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em megawatts médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 apartir de 01/01/2007
BHP Billiton (South32)	01/07/2004	31/12/2017	315 MW

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

A metodologia para avaliação dos derivativos embutidos leva em consideração técnicas de avaliação que convertem valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual, ou seja, utilização de fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo é determinada com base no valor indicado pelas expectativas de mercado atuais em relação a esses valores futuros, logo, se trata de uma abordagem de receita.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. Em dezembro de 2016 o valor da LME fechou cotado em US$ 1.722,17/ton, o que representou uma variação positiva de 15,17% em relação ao valor verificado em dezembro de 2015, quando o preço da commodity alcançou US$ 1.495,35/ton.

Além disso, no mesmo período de análise, houve uma desvalorização do Real frente ao Dólar com a cotação passando de R$ 3,87 para R$ 3,35, ou seja, 13,44% de variação positiva. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu para o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos compensando a valorização do Real no período.

O ganho apurado na operação com derivativos no exercício de 2016 foi de R$ 182.462 (2015 – perda de R$ 213.600) e está apresentada na demonstração do resultado do financeiro (nota 34).

11.2. Contratos de debêntures

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011 com liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 31 de dezembro de 2016, estão descritos na nota 21.9.

O contrato possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

O ganho apurado nesta operação com derivativos no exercício de 2016 é de R$ 36.252 (2015 – perda de R$ 8.066) e está apresentada na demonstração do resultado financeiro (nota 34).

No período analisado houve variação de R$ 36.252, decorrente da amortização das parcelas do contrato principal ocasionado redução das obrigações do montante total ao longo do tempo. Além disso, houve alteração no cenário macroeconômico pela redução nas taxas indexadoras do contrato, impactando positivamente o resultado apurado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS

	Nota	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE			
Direto de ressarcimento	12.1	56.648	56.648
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		118.982	115.578
Empregados		5.999	33.296
Serviços prestados a terceiros	12.2	25.833	50.556
Despesas pagas antecipadamente	12.6	11.558	12.429
Dispêndios reembolsáveis		100.037	65.502
Financiamentos e empréstimos	12.3	-	98.109
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	12.4	78.343	22.352
Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial)	12.5	21.294	-
Outros		42.793	136.572
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(168.458)	(213.970)
TOTAL DO CIRCULANTE		**293.029**	**377.072**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Despesas pagas antecipadamente	12.6	16.355	16.355
Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial)	12.5	33.462	42.858
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	12.4	272.321	156.812
Outros		6.952	6.406
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(56.640)	(22.563)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**272.450**	**199.868**
TOTAL GERAL		**565.479**	**576.940**

12.1 Direito de Ressarcimento

Refere-se aos valores a serem reembolsados pela CCC, relativos às aquisições de óleo combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, a partir de agosto de 2009, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111/2009. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 56.648 em 2015 decorre da diferença verificada entre o valor da compra de óleo pela Companhia, para geração de energia elétrica, e o preço estabelecido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sendo este considerado pela ANEEL para fins de reembolso. A Companhia ingressou com medida judicial visando preservar seus direitos.

Em função da homologação pela ANEEL do segundo termo aditivo de 1º de julho de 2013, assinado entre a Eletronorte, CERON, Termo Norte e Eletrobras, as obrigações assumidas anteriormente pela Companhia para este contrato passaram para CERON, não cabendo mais à Companhia o reembolso por parte da CCEE (nota 15). Não houve movimentação de valores no período.

	31/12/16	31/12/15
Conta de Consumo de Combustível - CCC	56.648	56.648
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.648)	(56.648)
Total circulante	**-**	**-**

12.2. Serviços prestados a terceiros

Refere-se, principalmente, aos Contratos de Compartilhamento de Instalações e aos serviços de Operação e Manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico, cuja contrapartida está reconhecida no resultado do exercício (nota 32).

12.3. Financiamentos e empréstimos

Refere-se a empréstimo realizado para a SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A. para cobertura dos déficits de caixa e pagamento de empréstimo contraído junto ao Banco BTG Pactual, cujo saldo foi baixado quando da incorporação da citada SPE.

12.4. Numerários Vinculados às Garantias e aos Convênios

		31/12/16	31/12/15
Numerários vinculados - Garantias e Convênios		78.343	22.352
CIRCULANTE		**78.343**	**22.352**
Numerários vinculados - Garantias e Convênios		-	17.169
Aplicações de numerários vinculados - Garantias e Convênios		272.321	139.642
NÃO CIRCULANTE		**272.321**	**156.811**
TOTAL		**350.664**	**179.163**

Os numerários vinculados às Garantias e aos Convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente, pois são valores constantes em conta corrente e aplicações financeiras de garantias e convênios.

12.5. Créditos renegociados Boa Vista Energia S.A

Esse saldo se refere aos valores que estavam pendentes de recebimento junto à Boa Vista Energia S.A, oriundos da SE Distrito Industrial, e que foram integralmente provisionados.

12.6. Despesas pagas antecipadamente (longo prazo)

Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" (CVA)

A Resolução Homologatória da ANEEL nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Companhia a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) e Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, os valores de R$ 17.619 e R$ 16.355, respectivamente. A Albras liquidou seu débito em 31 de maio de 2011, enquanto a Companhia discute com a Alumar uma forma de realizar o crédito.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionado:

	31/12/16	31/12/15
Trabalhistas	128.570	162.517
Tributários	61.599	56.659
Cíveis	33.954	45.982
Outros	225.874	207.977
Total não circulante	**449.997**	**473.135**

A redução de R$ 38.389 nos depósitos judiciais trabalhistas se deve a perda, por parte da Companhia, na ação judicial movida pelo STIU-DF (Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal) e que tratava da cobrança de adicional de periculosidade.

NOTA 14 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

14.1. Ativo não circulante

Refere-se a recursos destinados a aumento do capital das Sociedades de Propósito Específicos, nas quais a Companhia tem participação societária, conforme demonstrado a seguir:

Investidas	31/12/16	31/12/15
Manaus Transmissora de Energia S.A.	415	329
Brasventos EOLO Geradora de Energia S.A.	255	36.750
Total não circulante	**670**	**37.079**

Os contratos de adiantamentos para futuro aumento de capital vigentes nesse período são corrigidos pelo IPCA.

NOTA 15 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras Avenças junto à CERON objetivando a regularização do débito em 120 parcelas, iguais e sucessivas, atualizadas pela taxa SELIC, tendo a primeira, vencimento em 30 de novembro de 2016, sendo a CERON a garantidora do pagamento. Neste instrumento foi considerada a atualização dos créditos conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 652 – MME/MEF de 10 de dezembro de 2014.

Na mesma data a Administração da Companhia assinou junto à Eletrobras e à CERON o Instrumento de Cessão de Créditos para Dação em pagamento de dividendos, o qual estabelece que os créditos a receber junto à CERON serão destinados ao pagamento parcial dos dividendos devidos à Eletrobras, observado o mesmo cronograma de recebimento dos créditos da CERON. Em novembro de 2016 venceu a primeira parcela decorrente do Instrumento citado acima sem que houvesse quitação das parcelas de 2016, caracterizando o inadimplemento por parte da CERON.

Em 7 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.202, a ANEEL aprova o orçamento da CDE para o ano de 2017, entretanto, além de reduzir a previsão dos gastos correntes com a CCC, não contemplou os valores que foram objeto de repactuações assinadas em 2014 e 2015 entre as distribuidoras (incluída a CERON) e a Petrobras Distribuidora S.A., com lastro no Fundo CDE/CCC.

Considerando que os contratos de confissão de dívidas, denominados CCDs, foram previamente autorizados pela legislação aplicável e pela própria ANEEL, as distribuidoras se viram afetadas pela glosa no orçamento de 2017 e ingressaram com pedido de reconsideração, contra a Resolução Homologatória nº 2.202.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 81 prevendo na programação da CDE, para o ano de 2017, parcela equivalente às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relativas ao contratos de confissão de dívidas firmados entre as distribuidoras e a CDE/CCC. Em 7 de março de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.204, a ANEEL aprova o orçamento anual da CDE/CCC para a ano de 2017 referendando a inclusão no orçamento das parcelas repactuadas relativas aos contratos de confissão de dívidas. Importante ressaltar, que a ANEEL manteve a redução dos recursos destinados ao Fundo CDE/CCC referente ao ano de 2017.

A Companhia acredita que os recursos glosados pela ANEEL permanecerão nessa situação até a conclusão da fiscalização do reprocessamento da conta CCC no período entre julho de 2009 a junho de 2016.

Considerando os eventos acima, embora se verifique a dificuldade de realização dos créditos junto à CERON, a Companhia respaldada por documentos normativos emitidos pelo Ministério de Minas e Energia e ANEEL, visualiza a possibilidade iminente de receber os créditos devidos pela CERON. Para aqueles

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

créditos não contemplados no orçamento de 2017, em função da redução dos recursos destinados a Conta CDE/CCC, a Companhia reconheceu uma provisão para fazer face à necessidade de captação de recursos financeiros no mercado.

A Companhia registrou provisão no montante de R$ 45.004, calculada com base nos custos que seriam incorridos caso a mesma necessite captar recursos no mercado, considerando o período de 12 meses. A estimativa de custo foi definida como sendo o custo médio de captação do sistema Eletrobrás mais o *spreed* conforme indicado abaixo:

Beneficiário	Termo Norte II / CERON	Taxa de Captação			Prazo (anos)	Custo de Captação/ Provisionar
		CDI	%	Total		
Eletronorte	234.766	13.63	5.54	19,71	1	45.004
Total	**234.766**					**45.004**

No quadro abaixo estão demonstrados os valores a receber da CERON, bem como a provisão registrada:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	**21.286**	**1.963.373**	**1.984.659**
Atualização monetária do período	126.675	152.735	279.410
Transferências	86.805	(86.805)	-
(-) Ajuste a valor presente	(45.004)	-	(45.004)
Saldo total em 31/12/2016	**189.762**	**2.029.303**	**2.219.065**
Parcela de dação em pagamento dividendos 2014	(155.905)	(1.272.442)	(1.428.347)
Saldo líquido em 31/12/2016	**33.857**	**756.861**	**790.718**

NOTA 16 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Nos anos de 2014 e 2015 o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou *Generation Scaling Factor* – GSF.

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no Mercado de Curto Prazo para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos.

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015, relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12/01/2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física no Centro de Gravidade (3.920,487 MWmédios) alocada para o ACR de 12/07/2024 a 30/08/2024 (Nota Técnica nº 20/2016–SRM-SRG/ANEEL).

	31/12/16			31/12/15		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Montante a ser ressarcido (A+B)	74.793	237.620	312.413	74.793	237.621	312.414
Extensão da Concessão (A)	-	178.518	178.518	-	178.518	178.518
Amortização da extensão	-	(20.598)	(20.598)			
Total Extensão da Concessão (Intangível)	**-**	**157.920**	**157.920**	**-**	**178.518**	**178.518**
Pagamento do Prêmio (B)	74.793	59.102	133.895	74.793	59.103	133.896
Amortização do Prêmio	(95.975)	-	(95.975)	(47.988)	-	(47.988)
Transferências	33.822	(33.822)	-	-	-	-
Total Prêmio repactuação (Despesa antecipada)	**12.640**	**25.280**	**37.920**	**26.805**	**59.103**	**85.908**

Como os efeitos da Repactuação foram retroativos a 1º de janeiro de 2015, a Companhia procedeu a amortização das parcelas compreendidas no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 47.988. Em dezembro de 2016, a amortização acumulada, relativa à extensão da concessão e ao prêmio pago, totaliza R$ 116.573.

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 19), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

NOTA 17 – INVESTIMENTOS

17.1. Composição dos saldos

	31/12/16	31/12/15
Participações societárias		
Controladas	-	439.541
Controladas em conjunto	4.109.656	3.627.326
Coligadas	111.644	105.488
	4.221.300	**4.172.355**
Bens e direitos para uso futuro		
Terrenos	61.969	61.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.146	5.146
Máquinas e equipamentos	96.482	96.479
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(91.024)	(91.027)
	72.573	**72.568**
Total	**4.293.873**	**4.244.923**

17.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:

	Saldo em 31/12/2015	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Resultado de partic. societárias	Impairment	Incorporação Linha Verde	Saldo em 31/12/2016
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
Participações societárias							
Controladas							
Linha Verde Transmissora de Energia S.A	439.541	-	-	12.888	-	(452.429)	-
Controladas em conjunto							
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	41.321	-	(9.553)	9.975	-	-	41.743
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	195.529	333.934	-	5.767	(160.441)	-	374.789
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	-	(4.225)	10.690	-	-	127.338
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	20.081	-	-	698	-	-	20.779
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.270	-	-	373	-	-	33.643
Companhia Energética Sinop	89.526	127.489	-	(1.874)	(177.441)	-	37.700
Construtora Integração Ltda	49.461	-	(14.700)	(8.882)	-	-	25.879
Integração Transmissora de Energia S.A.	133.488	-	(4.758)	24.396	-	-	153.126
Manaus Construtora Ltda	25.802	-	-	(405)	-	-	25.397
Manaus Transmissora de Energia S.A.	376.923	-	-	16.618	(202.776)	-	190.765
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	-	-	88.358	(323.202)	-	652.684
Norte Energia S.A.	1.388.063	799.199	-	(36.869)	-	-	2.150.393
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	19.934	-	-	258	-	-	20.192
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	-	-	9.326	-	-	106.480
Transnorte Energia S.A.	148.373	-	-	375	-	-	148.748
Coligadas							
Energética Águas da Pedra S.A.	105.488	-	(22.376)	28.532		-	111.644
Total	**4.172.355**	**1.260.622**	**(55.612)**	**160.224**	**(863.860)**	**(452.429)**	**4.221.300**
Passivo a descoberto							
Participações societárias							
Controladas em conjunto							
Amapari Energia S.A.	(8.429)	-	-	(3.266)	-	-	(11.695)
	(8.429)	**-**	**-**	**(3.266)**	**-**	**-**	**(11.695)**
TOTAL	**4.163.926**	**1.260.622**	**(55.612)**	**156.958**	**(863.860)**	**(452.429)**	**4.209.605**

Conforme determinado nos acordos de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna "Resultado de participações societárias", possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas

a) Balanço patrimonial

	Particip. (%)	Dados financeiros em 31/12/2016 - R$ Mil									
		Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Emprésitmos e financiamentos (passivo circulante)	Outros passivos circulantes	Emprésitmos e financiamentos (passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Impairment	Patrimônio líquido ajustado
Geração											
Amapari Energia S.A. *	49,00	8.499	58	1.938	-	31.838	-	3.340	(24.683)	-	(24.683)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	28.968	6.453	211.629	8.533	34.059	100.974	17.635	85.849	-	85.849
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	45.235	6.303	227.706	8.567	11.206	101.377	20.847	137.247	-	137.247
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	265.235	5.139	1.427.094	-	58.002	740.149	21.191	878.126	(177.441)	700.685
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	36.099	49.641	762.310	35.136	56.973	308.731	13.062	434.148	-	434.148
Norte Energia S.A.	19,98	205.796	577.981	36.755.357	630.932	989.348	24.984.318	435.958	10.498.578	-	10.498.578
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24.225	5.327	208.910	8.993	17.435	106.418	23.201	82.415	-	82.415
Transmissão											
AETE-Amazônia Eletronorte Transm. Energia S.A.	49,00	2.147	33.843	60.706	6.946	7.264	1.422	517	80.547	-	80.547
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	37.417	9.184	4.297.599	1.357.878	707.803	-	96.656	2.181.863	(160.441)	2.021.422
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	3.239	26.028	289.950	-	12.710	-	60.047	246.460	-	246.460
Construtora Integração Ltda	49,00	223	16.930	40.725	-	6.596	-	212	51.070	-	51.070
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	39.234	147.453	446.836	31.600	22.137	88.249	88.250	403.287	-	403.287
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaus Construtora Ltda	30,00	30	18	90.935	-	5.715	-	47.678	37.590	-	37.590
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	40.737	165.364	2.381.307	73.737	105.100	739.105	344.859	1.324.607	(202.776)	1.121.831
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	52.759	298.584	3.575.528	75.032	169.567	860.710	844.010	1.977.552	(323.202)	1.654.350
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	8.223	61.153	322.304	13.279	30.081	121.727	31.016	195.577	-	195.577
TNE-Transnorte Energia S.A.	49,00	7.968	8.661	291.775	-	1.596	-	3.535	303.273	-	303.273

(*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 30 de novembro de 2016 (nota 3.2.2).

b) Resultado do período

	Particip. (%)	Dados financeiros em 31/12/2016									
		Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receira financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
Geração											
Amapari Energia S.A.	24,50	-	(2.021)	(2.021)	(2.439)	1.308	(3.032)	(6.184)	-	(6.184)	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	49,00	43.640	(29.480)	14.160	(2.309)	4.350	(12.111)	4.090	(937)	3.153	(10.136)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	46.019	(33.604)	12.415	(2.066)	5.794	(12.014)	4.129	(1.166)	2.963	(11.000)
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	-	-	-	(11.040)	948	(719)	(10.811)	3.669	(7.142)	(364)
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	221.880	(82.098)	139.782	(2.652)	12.207	(41.859)	107.478	(16.779)	90.699	-
Norte Energia S.A.	19,98	654.543	(206.233)	448.310	(393.226)	25.268	(175.959)	(95.607)	18.640	(76.967)	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	42.810	(29.349)	13.461	(1.985)	3.518	(12.376)	2.618	(869)	1.749	(10.019)
Transmissão											
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	31.137	(4.314)	26.823	(2.746)	1.141	(599)	24.619	(1.758)	22.861	(70)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	3.252.619	(3.002.645)	249.974	(9.202)	27.991	(162.581)	106.182	(85.006)	21.176	(156)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	35.237	(7.763)	27.474	(1.105)	687	(412)	26.644	(7.143)	19.501	-
Construtora Integração Ltda	49,00	-	-	-	(2.692)	59	(1.370)	(4.003)	-	(4.003)	-
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	101.115	(18.094)	83.021	(4.783)	-	(9.071)	69.167	(14.830)	54.337	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaus Construtora Ltda	30,00	-	-	-	(24)	-	(339)	(363)	-	(363)	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	253.776	(21.003)	232.773	9.024	8.090	(81.961)	167.926	(56.784)	111.142	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	461.368	(28.650)	432.718	(13.515)	10.771	(136.062)	293.912	(99.930)	193.982	-
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	75.247	(30.366)	44.881	(1.969)	2.765	(13.481)	32.196	(7.150)	25.046	-
TNE-Transnorte Energia S.A.	49,00	7.828	(839)	6.989	(4.849)	(2)	(48)	2.090	(1.473)	617	-

(*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 30 de novembro de 2016 (nota 3.2.2).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17.4. Incorporações

17.4.1. Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 26 de agosto de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (LVTE), sociedade de propósito específico, controlada Companhia.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, bem como, maximizar sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a LVTE foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. A incorporação de seu acervo líquido ocorreu no período findo em 31 de agosto de 2016. A posição da Companhia em 30 de setembro de 2016 está demonstrada abaixo:

ATIVO	Eletronorte	LVTE	Eliminações	Controladora
	30/09/16	31/08/16	30/09/16	30/09/16
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	11.333	4.770	-	16.103
Títulos e valores mobiliários	425.254	-	-	425.254
Clientes	1.066.389	6.128	-	1.072.517
Ativo financeiro-concessão de serviço público	553.224	63.764	-	616.988
Impostos e contribuições sociais	162.991	5.328	4.286	172.605
Almoxarifado	111.656	-	-	111.656
Instrumentos financeiros derivativos	66.029	-	-	66.029
Créditos junto à Ceron	178.568	-	-	178.568
Repactuação do Risco Hidrológico	21.477	-	-	21.477
Outros ativos	384.545	36	(107.305)	277.276
	2.981.466	**80.026**	**(103.019)**	**2.958.473**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e valores mobiliários	257	-	-	257
Clientes	247.663	-	-	247.663
Ativo financeiro-concessão de serviço público	8.378.745	700.221	-	9.078.966
Impostos e contribuições sociais	283.872	-	-	283.872
Instrumentos financeiros derivativos	56.594	-	-	56.594
Cauções e depósitos vinculados	449.733	8.572	-	458.305
Adiantamentos para futuro aumento de capital	142.280	-	-	142.280
Créditos junto à Ceron	2.013.192	-	-	2.013.192
Repactuação do Risco Hidrológico	28.440	-	-	28.440
Outros ativos	262.630	196	-	262.826
	11.863.406	**708.989**	**-**	**12.572.395**
INVESTIMENTOS	5.357.388	-	(452.425)	4.904.963
IMOBILIZADO	6.799.421	-	-	6.799.421
INTANGÍVEL	332.272	-	-	332.272
	12.489.081	**-**	**(452.425)**	**12.036.656**
TOTAL DO ATIVO	**27.333.953**	**789.015**	**(555.444)**	**27.567.524**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Eletronorte	LVTE	Eliminações	Controladora
	30/09/16	31/08/16	30/09/16	30/09/16
CIRCULANTE				
Fornecedores	528.832	6.915	-	535.747
Financiamentos e empréstimos	697.202	113.042	(103.019)	707.225
Debêntures	14.554	-	-	14.554
Impostos e contribuições sociais	313.332	5.698	-	319.030
Remuneração aos acionistas	89.768	-	-	89.768
Folha de pagamento e obrigações estimadas	347.691	-	-	347.691
Encargos setoriais	314.205	-	-	314.205
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	-	3
Adiantamentos de clientes	95.059	-	-	95.059
Obrigações com a Controladora	219.031	-	-	219.031
Provisões operacionais	451.340	-	-	451.340
Obrigações pela aquisição de ativos e participação	106.188	-	-	106.188
Convênios	80.992	-	-	80.992
Contratos onerosos	9.073	-	-	9.073
Outros passivos	287.625	24	-	287.649
	3.554.895	**125.679**	**(103.019)**	**3.577.555**
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	227.918	-	-	227.918
Financiamentos e empréstimos	4.109.990	190.453	-	4.300.443
Debêntures	192.150	-	-	192.150
Obrigações estimadas	9.331	-	-	9.331
Provisões para riscos	799.286	20.458	-	819.744
Instrumentos financeiros derivativos	49.909	-	-	49.909
Adiantamentos de clientes	607.957	-	-	607.957
Benefícios pós-emprego	25.591	-	-	25.591
Obrigações com a Controladora	1.484.599	-	-	1.484.599
Contratos onerosos	239.382	-	-	239.382
Outros passivos	668.009	-	-	668.009
	8.414.122	**210.911**	**-**	**8.625.033**
TOTAL DO PASSIVO	**11.969.017**	**336.590**	**(103.019)**	**12.202.588**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	11.576.263	612.302	(612.302)	11.576.263
Reservas de lucros	354.075	-	-	354.075
Outros resultados abrangentes	(26.146)	-	-	(26.146)
Resultado do período	3.460.744	-	-	3.460.744
Prejuízo acumulado	-	(159.877)	159.877	-
	15.364.936	**452.425**	**(452.425)**	**15.364.936**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**27.333.953**	**789.015**	**(555.444)**	**27.567.524**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Durante o exercício de 2016, até a data da incorporação, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 12.886 (2015 – R$ 11.711).

17.5. Controladas em conjunto

Na determinação do controle em conjunto foi considerada além da participação acionária a influência significativa nas investidas, destacada principalmente devido à indicação de membro do conselho de administração para condução dos assuntos estratégicos destas entidades.

17.5.1. Amapari Energia S.A.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à SPE, em 06 de maio de 2008, Licença de Operação de número 0106/2011, renovada no dia 24 de novembro de 2011, com vigência de 01 ano. Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a ANEEL concedeu autorização para a SPE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23MW, pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada, passando para 21,6 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

A Amapari Energia S.A. vem apresentando prejuízos sucessivos em suas operações. No exercício de 2016, apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R$ 23.339.

17.5.2. Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010 e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 1, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

17.5.3. Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 20 de abril de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Miassaba 3, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte.

17.5.4. Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

A Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 3, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

17.5.5. Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. é uma SPE, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010, com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

17.5.6. Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

A Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis.

17.5.7. Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2007, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, da rede básica do Sistema Elétrico Interligado, relativo às Linhas de Transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, ambas em 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Juba, em 300 MVA, e SE Maggi, de 100 MVA, ambas em 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela ANEEL.

17.5.8. Companhia Energética Sinop

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013, com sede em Brasília – Distrito Federal e tem por objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE Sinop, conforme consta no Edital de Leilão nº 006/2013, emitido pela ANEEL. Essa UHE será implantada no rio Teles Pires, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, nos Municípios de Itaúba e Cláudia, Estado do Mato Grosso, e consiste no aproveitamento do potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 400 MW.

17.5.9. Construtora Integração Ltda.

A Construtora Integração Ltda foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão ANEEL nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2, em corrente contínua, circuito simples, com origem na subestação Porto Velho no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

17.5.10. Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás, que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul - GO.

17.5.11. Manaus Construtora Ltda.

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

17.5.12. Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

17.5.13. Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, n° 2, em Corrente Contínua, em cerca de 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da ANEEL.

17.5.14. Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 – ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à SPE pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e iniciou suas atividades operacionais em 22 de novembro de 2011.

17.5.15. Transnorte Energia S.A.

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 25 de novembro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – ANEEL, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para fevereiro de 2015.

17.5.16. Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014 com o objetivo de implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia nos estados do Pará e Minas Gerais. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 014/2014 – ANEEL, de 16 de junho de 2014, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para janeiro de 2018.

17.6. Coligada

17.6.1. Energética Águas da Pedra S.A.

Na determinação da coligada foi considerada, além da influência significativa, a assinatura de acordo de acionistas, no qual cabe à Companhia a indicação de um Diretor Técnico, que permite à Companhia participar da gestão técnica dos empreendimentos pertencentes à entidade, sem controlá-la.

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada pela empresa ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

17.7. Uso futuro de bens

As informações a respeito dos bens registrados, transitoriamente, a título de uso futuro no serviço concedido, são as seguintes:

17.7.1. Terrenos

Representados por áreas urbanas e rurais, em fase de avaliação quanto à sua destinação, localizadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Inclui, ainda, o terreno destinado à construção da futura sede da Companhia em Brasília (DF). Exceto pelo terreno destinado a futura sede, os demais foram totalmente provisionados.

17.7.2. Edificações, obras civis e benfeitorias

Conjunto de edificações específicas, de caráter técnico-operacional e administrativo, decorrentes de desativação de usina termelétrica e subestação, localizadas em Belém (PA) e Porto Velho (RO), e que, devido ao longo tempo em desuso, foram provisionadas em 2012.

17.7.3. Máquinas e equipamentos

. Compensador estático

Localizado em Manaus (AM), e que, devido ao longo tempo em desuso, foi provisionado em 2012.

17.7.4. UTE Balbina

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia iniciou um processo de seleção de parceiros, visando a criação de Sociedade de Propósito Específico (SPE), para o projeto de uma nova usina termelétrica (UTE Biomassa), com o aproveitamento dos equipamentos inicialmente adquiridos para implementação da UTE Balbina, utilizando-se a biomassa proveniente dos reservatórios da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, ambas localizadas no estado de Mato Grosso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 14 de novembro de 2012, a Administração da Companhia autorizou a parceria visando à implantação do citado empreendimento.

No dia 15 de outubro de 2014, a Companhia formalizou o encerramento da parceria, pois ambas as partes não mais visualizaram rentabilidade no projeto.

O saldo contábil referente a UTE Balbina, no montante de R$ 73.109, está totalmente provisionado no balanço da companhia.

17.8. *Impairment* investidas

A Companhia, conforme orienta o CPC 01, testa anualmente a recuperabilidade dos seus ativos de longa duração, dos segmentos de transmissão e geração. A relevância desses testes pode ser observada nas provisões e reversões apuradas nos últimos exercícios, que impactaram os resultados das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras do Sistema Eletrobras de 31 de dezembro de 2015, para as SPEs que estavam no escopo da auto-investigação privada promovida pela própria Eletrobras e motivada pelo processo da operação "Lava-Jato", foi realizado o teste de *impairment* pela primeira vez, pois tal situação foi definida como *Trigger* para condução desses testes.

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, o Sistema Eletrobras definiu que, além das SPEs testadas em 2015, o teste de *impairment* deveria ser realizado naquelas SPEs nas quais a participação da Companhia fosse superior a R$ 1,0 bilhão em relação ao investimento total.

Nesse contexto foram selecionadas para o teste de *impairment*, sob a ótica do investidor, as SPEs: Norte Energia S.A., Companhia Energética Sinop, Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A.

Para tanto foi solicitado para cada SPE o teste de *impairment* de seus ativos que foram analisados pela equipe da Eletronorte, para que refletissem as políticas e premissas utilizadas no teste de *impairment* corporativo, mas de forma a respeitar as especificidades de cada SPE. Além disso, foram realizados ajustes patrimoniais com o objetivo de refletir nestes testes a ótica de investidor.

O resultado do *impairment* foi contabilizado em despesas operacionais e está demonstrado na nota de investimento (17.2 - Movimentação das participações societárias).

NOTA 18 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração e comercialização de energia elétrica, bem como os bens utilizados na administração. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão é tratada nos termos estabelecidos no ICPC 01 (nota 9), exceto a linha de transmissão Brasil – Venezuela que não está abarcada pela referida norma e encontra-se classificada no grupo de comercialização.

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos, não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

Os contratos de concessão preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, desta forma a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

18.1. Movimentação

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Incorporação	Saldo em 31/12/2016	% (*)
Geração e comercialização							
Em serviço	17.370.652	1.209	(15.805)	-	7.629	17.363.685	
Depreciação acumulada	(9.970.208)	-	15.776	(423.464)	-	(10.377.896)	2,42
Em curso	141.163	28.583	(1.314)	-	(5.051)	163.381	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	(537)	-	-	(1.900)	(168.588)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	28.011	-	-	2.818	-	30.829	
Total Geração e comercialização	**7.403.467**	**29.255**	**(1.343)**	**(420.646)**	**678**	**7.011.411**	
Administração Central							
Em serviço	246.852	60	(4.465)	-	2.302	244.749	
Depreciação acumulada	(148.538)	-	4.376	(19.411)	(337)	(163.910)	11,00
Em curso	266.255	42.715	(1.803)	-	2.996	310.163	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	(403)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	140	-	-	9	(41)	108	3,00
Total Administração	**364.306**	**42.775**	**(1.892)**	**(19.402)**	**4.920**	**390.707**	
Imobilizado não vinculado à concessão - Terrenos							
Em serviço (LVTE)	-	-	-	-	1.900	1.900	
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.900**	**1.900**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	**(35.492)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(35.492)**	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	**(77.553)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(77.553)**	
Provisão para redução ao valor recuperável	**(484.812)**	**(23.797)**	**-**	**8.179**	**-**	**(500.430)**	
Total	**7.169.916**	**48.233**	**(3.235)**	**(431.869)**	**7.498**	**6.790.543**	

(*) Média anual de depreciação.

O resultado do teste de recuperabilidade para os ativos da Companhia registrados no ativo imobilizado estão demonstrados na nota 33.1.2 – Teste de *Impairment*.

18.2. Taxas anuais de depreciação

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, da ANEEL. As principais taxas praticadas pela Companhia são as seguintes:

Geração	2016	2015
Comporta	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Reservatório	2% a.a.	2% a.a.
Casa de força	2% a.a.	2% a.a.
Turbina hidráulica	2,5% a.a.	2,5% a.a.
Turbina a gás	4% a.a.	4% a.a.
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Administração central		
Benfeitorias	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Edifícios	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Equipamentos gerais	6,25% a.a.	6,25% a.a.
Equipamentos gerais (Informática)	16,67% a.a.	16,67% a.a.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil bruto de R$ 883.140 (2014 – R$ 854.038) referentes aos ativos totalmente depreciados. A Companhia aguarda a autorização da ANEEL para realizar as respectivas baixas.

As despesas correspondentes à depreciação dos bens do imobilizado estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 32).

18.3. Vinculação dos bens do Serviço Público de Energia Elétrica

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

18.4. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Em virtude da sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, dessa forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, inclusive, figuram no Balanço Patrimonial como redutoras do saldo do ativo não circulante-imobilizado.

Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	31/12/2016	31/12/2015
Participações da União	134.966	132.038
Outros	3.088	6.408
TOTAL	**138.054**	**138.446**

O valor em uso das UGCs foi estimado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do cumprimento dos contratos de concessão estimados com base nas previsões e/ou orçamentos aprovados pela Administração da Companhia. Além disso, todas as projeções estão alinhadas com o planejamento futuro da Companhia.

18.5. Encargos financeiros capitalizados

A Companhia não efetua capitalização de encargos financeiros nos exercícios apresentados, visto que não possuem empréstimos ligados a imobilizado em curso e que sejam permitidos pelas práticas contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 19 – INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Vinculados à Concessão - Geração					
Em serviço					
Custo	178.946	-	-	(429)	178.517
Amortização	(149)	(20.598)	-	149	(20.598)
	178.797	**(20.598)**	-	**(280)**	**157.919**
Vinculados à Concessão - Transmissão					
Em serviço					
Custo	3.165	500	-	(2.249)	1.416
Amortização	(2.260)	-	-	2.260	-
	905	**500**	-	**11**	**1.416**
Outros					
Ágio direito de exploração	87.460	-	-	-	87.460
Amortização	(3.507)	(3.510)	-	-	(7.017)
	83.953	**(3.510)**	-	-	**80.443**
Não Vinculados à Concessão					
Em serviço					
Custo	58.970	1.108	-	1.321	61.399
Amortização	(48.545)	(5.744)	-	(2.350)	(56.639)
	10.425	**(4.636)**	-	**(1.029)**	**4.760**
Total	**274.080**	**(28.244)**	-	**(1.298)**	**244.538**

A Companhia registra um ativo intangível no montante de R$ 178.517, referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão conforme descrito na nota 16. Esse valor é amortizado conforme prazo de concessão remanescente da UHE Tucuruí.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20% (Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015).

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 32).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis.

19.1. Alocação da *mais valia*

Em 2015, após a apuração do valor da *mais valia* sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R$ 87.460, é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e esta sendo amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

NOTA 20 – FORNECEDORES

	Nota	31/12/16	31/12/15
Encargos de uso da rede elétrica	20.1	52.462	47.445
Fornecedores de energia elétrica	20.2	244.925	232.486
Fornecedores de materiais e serviços		121.471	186.412
Fornecedores de combustíveis	20.3	129.012	118.189
Total circulante		**547.870**	**584.532**
Fornecedores de energia elétrica	20.2	168.867	332.556
Total não circulante		**168.867**	**332.556**
Total		**716.737**	**917.088**

20.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

20.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

O saldo do longo prazo apresentou redução de 49,22%, devido, a quitação das parcelas decorrentes do fornecimento de energia elétrica à BTG Pactual em cumprimento ao contrato de compra e venda de energia na modalidade "swap", firmado setembro de 2014. Conforme disposto no contrato, a Companhia se comprometeu a disponibilizar o volume de 141 MW médios de energia à BTG Pactual no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

20.2.1. Leilão de compra e venda de energia na modalidade "swap" (permuta)

Em setembro de 2014, a Companhia promoveu uma oferta pública de compra e venda de energia elétrica na modalidade de "swap" (permuta) com o objetivo de cobrir as necessidades de compra/venda/uso da Eletronorte (own use). O vencedor do Leilão foi a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., única proponente do certame. Nessa operação a Companhia passou a comprar energia elétrica num preço máximo pré-estabelecido antes do início do leilão e se comprometeu a vender energia também num preço pré-estabelecido, conforme resumo a seguir:

- Fornecimento de Energia pela COMERCIALIZADORA
  Período de fornecimento: de 1° de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.
  Energia Contratada: 200 MW médios (duzentos megawatts médios).
  Preço Máximo: 720,00 R$/ MWh (setecentos e vinte reais por MWh)

- Fornecimento de Energia pela ELETRONORTE
  Período de fornecimento: de 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.
  Energia Contratada: 141 MW médios (cento e quarenta e um megawatts médios).
  Preço: R$ 162,60/MWh (cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos por MWh).

Para essa operação não haverá desembolso nem qualquer transferência de recursos financeiros, ou seja, haverá somente a troca de energia aos valores contratados conforme definido em leilão, com exceção dos pagamentos de tributos. A energia contratada será faturada mensalmente por meio de documentos de cobrança, emitidos nos termos da legislação vigente.

As energias físicas objeto de "swap" (permuta) do referido contrato de compra e venda de energia, são equivalentes aos seguintes valores monetários e deverão ser registrados contabilmente:

Compra de Energia Pela Eletronorte			
Período	**MWh**	**R$/ MWh**	**Valor**
Agosto a Dezembro /2014	734.200	662,03	486.062
Encargos Financeiros			116.999
Total			**603.061**
Janeiro a Dezembro / 2016	1.238.544	162,6	201.387
Janeiro a Dezembro / 2017	1.235.160	162,6	200.837
Janeiro a Dezembro / 2018	1.235.160	162,6	200.837
Total	**3.708,864**	**162,6**	**603.061**

A operação se assemelha a um financiamento para a Companhia, sendo que a energia elétrica objeto de compra é financiada e o pagamento é efetuado por meio da entrega futura de energia elétrica. Considerando os valores monetários, resultantes dos volumes físicos de energia elétrica, comprados e vendidos em bases comutativas, a diferença entre esses valores, de R$ 116,9 milhões, conforme demonstrado na tabela acima, refere-se a encargo financeiro da Companhia e que deverá ser apropriada *pro-rata-temporis* ao longo do prazo do financiamento (iniciando em agosto de 2014 e terminando em dezembro de 2018). Esse encargo financeiro como é explicito e negociado entre as partes está compatível com taxa de mercado.

As operações de compra e de venda são registradas de forma separada (mas não de forma independente) quando da efetiva compra (afetando o passivo e a despesa ao longo de 2014 e 2015) e quando da efetiva venda (afetando contas a receber e a receita ao longo de 2016 a 2018).

O valor negociado da compra de energia já reflete o valor presente, pois é efetuado com base nas tarifas correntes e assim sendo, sobre o passivo serão incorporados os encargos financeiros ao longo do tempo, e na medida em que o faturamento for auferido com a venda da energia elétrica, haverá a compensação entre "contas a pagar" e "contas a receber" a título de amortização.

Os preços de compra e de venda acordados contratualmente entre a Companhia e a BTG Comercializadora são considerados os valores justos das respectivas transações, pois ocorreram entre partes independentes e em condições "não forçadas" (Leilão promovido por meio de um processo licitatório).

O leilão contou com seis proponentes interessados: Brasil Comercializadora de Energias, BTG Pactual, Cemig, Delta Energia, COPEN Energia e Cesp. Após a avaliação dos documentos de inscrição conforme previsto no edital, três proponentes foram habilitados: BTG Pactual, Cemig e Cesp. O leilão foi promovido no dia 03 de setembro de 2014 e apenas o proponente BTG Pactual apresentou proposta.

20.3. Fornecedores de combustíveis

A redução observada na conta de combustíveis se deve pela diminuição expressiva na aquisição de óleo combustível, devido pela interrupção da geração térmica na UTE Santana devido a interligação do Amapá ao SIN ocorrido em agosto de 2015.

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

21.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	31/12/16				31/12/15			
	Encargos	Principal	Circulante	Não circulante	Encargos	Principal	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
Eletrobras	8.986	57.802	66.788	433.521	12.784	68.681	81.465	583.788
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	4	4	-
Total Moeda estrangeira	**8.986**	**57.802**	**66.788**	**433.521**	**12.784**	**68.685**	**81.469**	**583.788**
Moeda nacional								
Eletrobras	10.357	520.911	531.268	1.725.598	-	284.644	284.644	2.036.171
Instituições financeiras	32.132	314.199	346.331	2.016.646	17.077	218.267	235.344	1.570.740
Total Moeda nacional	**42.489**	**835.110**	**877.599**	**3.742.244**	**17.077**	**502.911**	**519.988**	**3.606.911**
Total	**51.475**	**892.912**	**944.387**	**4.175.765**	**29.861**	**571.596**	**601.457**	**4.190.699**

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 11,65% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

21.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	31/12/16	31/12/15
2017	-	571.596
2018	575.819	471.450
2019	444.615	416.035
2020	393.784	390.613
2021	390.406	403.555
2022	376.573	1.937.450
Após 2022	1.994.568	-
Total	**4.175.765**	**4.190.699**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2014	**5.332**	**449.285**	**454.617**	**3.367.505**	**9.113**	**60.874**	**69.987**	**444.741**
Aquisição PVTE	-	19.478	19.478	236.056	-	-	-	-
Captação/Devolução	-	529	529	522.668	-	-	-	-
Provisão de encargos	286.510	-	286.510	-	47.876	-	47.876	-
Variação monetária e cambial	-	10.255	10.255	159.472	7.617	24.075	31.692	201.912
Transferências	-	678.790	678.790	(678.790)	-	62.865	62.865	(62.865)
Amortizações / pagamentos	(274.765)	(655.426)	(930.191)	-	(51.822)	(79.129)	(130.951)	-
Saldo em 31/12/2015	**17.077**	**502.911**	**519.988**	**3.606.911**	**12.784**	**68.685**	**81.469**	**583.788**
Incorporação LVTE	-	10.022	10.022	190.453	-	-	-	-
Captação/ Devolução	(13.224)	200.560	187.336	572.659	-	-	-	-
Provisão de encargos	340.088	-	340.088	-	44.521	-	44.521	-
Variação monetária e cambial	-	16.104	16.104	95.978	(2.862)	(10.879)	(13.741)	(88.319)
Transferências	-	723.757	723.757	(723.757)	-	61.948	61.948	(61.948)
Amortizações / pagamentos	(301.452)	(618.244)	(919.696)	-	(45.457)	(61.952)	(107.409)	-
Saldo em 31/12/2016	**42.489**	**835.110**	**877.599**	**3.742.244**	**8.986**	**57.802**	**66.788**	**433.521**

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro.

21.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	31/12/16	31/12/15
Indexador		
TJLP	1.049.311	1.228.691
IPCA	1.767.942	1.856.353
SELIC	4.128	72.874
Outros	1.798.462	968.980
Moeda		
US$	365.611	490.367
Euro	-	5
Yen	134.698	174.886
Total	**5.120.152**	**4.792.156**
Principal	5.068.678	4.762.294
Encargos	51.474	29.862
Total	**5.120.152**	**4.792.156**

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 38.3.5

21.5. Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia e da controlada tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	31/12/16	31/12/15
Selic	14,01	13,21
IPCA	6,12	10,67
TJLP	7,14	27,27
Y (Iene Japonês)	(13,90)	45,88
US$ (Dólar Americano)	(16,53)	47,00
EURO	(19,10)	31,71

21.6. Garantias

21.6.1. Garantias dos empréstimos obtidos

Toda dívida com a Eletrobras tem a mesma como garantidora. A dívida com instituições financeiras é garantida pelo Tesouro Nacional. A dívida com o BNDES é garantida pela receita proveniente da venda de energia elétrica.

21.6.2. Garantias oferecidas pela Companhia na qualidade de interveniente dos empréstimos obtidos pelas investidas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nesses contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeira são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, as projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financ. (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor 31/12/2016	Projeção de Saldo Devedor (não auditado) - Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar (não auditado)	Término da Garantia (não auditado)
						2017	2018	2019		
Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500.000	458.514.383	424.336.756	399.235.461	360.362.944	-	15/12/29
Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000.000	139.867.532	141.451.602	142.580.462	143.400.622	-	15/09/26
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	30,00%	75.000.000	97.683.789	94.444.886	91.313.375	88.285.696	-	16/09/31
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	30,00%	45.000.000	47.793.315	47.625.475	47.092.398	47.291.562	-	16/02/29
Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.300.000	95.821.662	88.261.194	78.584.339	74.882.786	-	15/12/26
Transmissora Matogrossense Energia	BB - Fundo FCO	SPE	49,00%	39.200.000	36.974.914	33.936.606	31.142.632	27.858.408	-	01/02/29
Transmissora Matogrossense Energia	BB - Fundo BNDES		49,00%	42.777.000	29.410.950	26.381.451	23.235.186	20.107.471	-	15/05/26
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (longo prazo)	BNDES	SPE	24,50%	30.851.135	26.829.309	24.738.713	22.648.118	20.557.522	-	
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (longo prazo)	BNDES	SPE	24,50%	30.984.415	26.936.188	24.837.264	22.738.340	20.639.417	-	31/12/17
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (longo prazo)	BNDES	SPE	24,50%	32.532.815	28.275.679	26.072.380	23.869.080	21.665.780	-	
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Itau BBA (debêntures)	SPE	24,50%	49.735.000	49.853.966	-	-	-	-	30/04/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Santander (debêntures)	SPE	24,50%	49.000.000	49.118.731	-	-	-	-	30/04/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	176.007.020	191.214.861	-	-	-	-	15/04/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Bank of China	SPE	24,50%	6.125.000	6.309.701	-	-	-	-	30/04/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Pine	SPE	24,50%	6.125.000	6.392.311	-	-	-	-	31/05/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	ABC	SPE	24,50%	18.375.000	19.263.854	-	-	-	-	31/05/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	China Construction Bank	SPE	24,50%	93.100.000	96.893.988	-	-	-	-	31/03/17
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	ICBC	SPE	24,50%	9.800.000	9.849.253	-	-	-	-	30/06/17
Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300.000	3.030.507.869	3.206.028.585	3.274.230.225	3.287.679.129	239.682.228	15/01/42
Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600.000	1.623.548.097	1.754.021.584	1.817.559.372	1.841.289.638	124.135.616	15/01/42
Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600.000	463.870.971	501.149.118	519.302.782	526.082.865	35.467.323	15/01/42
Companhia Energética Sinop S.A.	BNDES	SPE	24,50%	256.270.000	181.336.505	270.161.207	293.325.345	290.168.678	84.262.850	15/06/38
TOTAL				**6.189.182.385**	**6.716.267.828**	**6.663.446.821**	**6.786.857.115**	**6.770.272.518**	**483.548.017**	

21.7. Condições financeiras dos contratos de financiamentos e empréstimos

CONTRATO	CONDIÇÕES FINANCEIRAS					
	Moeda	Taxa juros	OUTROS ENCARGOS	ÍNDICE CORREÇÃO	SALDO DEVEDOR	Fim
BNDES - 03.2.782.3.1	R$	3,5% a.a.	-	TJLP	-	15/09/16
BNDES -09.2.1355.1	R$	2,5% a.a.		TJLP	20.069	15/11/24
BNDES - 10.2.0267-1	R$	2,5% a.a.		TJLP	7.888	15/11/24
BNDES - 11.2.1318.1	R$	2,72 e 1,72% a.a.		TJLP	109.763	15/02/27
BNDES-11.2.0281-1	R$	2,12% a.a.		TJLP	390.994	15/11/28
BNDES-13.2.0676.1	R$	3,05 e 3,5% a.a.		TJLP	6.567	15/03/28
BNDES-13.2.0673.1	R$	3,05 e 3,5% a.a.		TJLP	21.539	15/08/28
BNDES-13.2.0672.1	R$	3,05 e 3,5% a.a.		TJLP	24.878	15/10/28
BNDES-10.2.2072.1 - PVTE	R$	2,12 e 2,12% a.a.		TJLP + IPCA	245.676	15/08/28
BNDES-13.2.117.1 - PAR/PMIS	R$	2,85 e 3,5% a.a.		TJLP	322.784	15/12/23
BANCO DO BRASIL 18 MM	R$	8,5% a.a			2.216	01/01/18
BANCO DO BRASIL 12 MM	R$	8,5% a.a			6.589	01/12/26
BANCO DO NORDESTE - FNE	R$	8,5% a.a			57.300	03/06/31
BANCO DO AMAZÔNIA 25 MM - FNO	R$	8,5% a.a			19.860	10/01/29
BANCO DO AMAZÔNIA 221,7 MM - FNO	R$	8,5% a.a			214.959	10/07/31
DEBÊNDURES 221,7 MM - FDA	R$	1,65% a.a.		TJLP	201.375	15/10/31
STATE GRID BRASIL HOLDING S/A.	R$	10,00% a.a	3% a.a.		318.795	28/07/29
ELETROBRAS - ECF - 2092/01	R$	5,42% a.a.	3% a.a.	RGR	151.934	30/12/23
ELETROBRAS - ECF - 2272/02 - RES 765/02	R$	5% a.a.	2% a.a.	RGR	114.787	30/05/18
ELETROBRAS - ECF - 2273/02 - RES 766/02	R$	5% a.a.	2% a.a.	RGR	17.033	30/09/17
ELETROBRAS - ECF - 2710/08	R$	5,00%	2,00%	RGR	-	30/04/16
ELETROBRAS - ECF - 2757/09	R$	6,00%	1,00%	IPCA	100.080	30/06/21
ELETROBRAS - ECF - 2758/09	R$	6,00%	1,00%	IPCA	19.649	30/06/21
ELETROBRAS - ECF - 2794/09	R$	6,00%	1,00%	IPCA	1.227.257	31/12/29
ELETROBRAS - ECF - 2818/10	R$	6,00%	1,00%	IPCA	55.697	30/10/21
ELETROBRAS - ECF - 2934/11	R$	6,00%	1,00%	IPCA	365.258	30/08/23
ELETROBRAS - ECF - 3038/13	R$	SELIC			4.129	30/09/21
ELETROBRAS -RES- 0777/16	R$	CDI +5,5%	0,50.	CDI	201.042	31/07/17
C.E.FCCB471.186,96	R$	CDI +25%		CDI	391.658	23/04/19
BANCO DO AMAZÔNIA - LVTE	R$	2,5 % a.a.			201.441	10/11/32
CREDIT NATIONAL - SAMUEL - 121/0122	EURO	3,5 % a.a.			-	31/12/16
ELETROBRAS - ECR 257/97 - BID	US$	6,83 % a.a.			365.612	06/04/25
ELETROBRAS - ECR 260/98 - EXIMBANK	YEN	2,48 % a.a.			134.698	06/04/25
TOTAL					**5.321.527**	

21.8. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão em corrente contínua de +- 800 kV, Xingu-Estreito, estação conversora CA/CC, +- 800 kV, 4000 MW, junto à SE 500 kV Xingu, estação conversora CA/CC, +- 800 kV, 3850 MW, junto à SE 500 kV Estreito. Tal empreendimento está sendo realizado por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). Até 31 de dezembro de 2016, a State Grid havia aportado recursos na Companhia no montante de R$ 314.919, conforme demonstrado a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	-	**135.828**	**135.828**
Aportes / Captação	-	156.610	156.610
Atualização monetária do período	12.035	14.322	26.357
Transferências	-	-	-
Saldo total em 31/12/2016	**12.035**	**306.760**	**318.795**

21.9. Debêntures

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada, em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

21.9.1. Emissão: as debêntures foram emitidas e os recursos liberados, assim distribuídos:

Data Estimada para emissão	Série	Quantidade de Debêntures	Valor Unitário	Valor Total
21/01/2012	1a.	67.158	1,00	67.157
30/09/2013	2a.	78.348	1,00	78.348
30/09/2013	3a.	65.101	1,00	65.101
30/11/2013	4a.	11.183	1,00	11.183
Total		**221.789**		**221.789**

21.9.2. Resumo da dívida das debêntures

			31/12/16			31/12/15		
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10.07.31	203.521	(2.146)	201.375	221.949	(2.146)	219.803
Circulante					**12.442**			**14.555**
Não circulante					**188.933**			**205.248**

21.9.3. Movimentação das debêntures

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2015	**14.555**	**205.248**
Devolução/Refinanciamento	-	14.353
Provisão de encargos	1.749	-
Ingressos/Devolução	-	(17.168)
Transferências	13.500	(13.500)
Amortizações / pagamentos	(17.362)	-
Saldo em 31/12/2016	**12.442**	**188.933**

21.9.4. Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela antiga SPE com a emissão das debêntures foram integralmente utilizados na implantação da estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600kV, número 01, com capacidade de 3150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e a implantação da Linha de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia.

21.9.5. Período de Conversão: qualquer debenturista poderá, a qualquer tempo a partir da data de emissão, a seu exclusivo critério, solicitar a conversão das debêntures de qualquer série, integral ou parcialmente, em ações de emissão da Companhia, até o limite de 50% do montante subscrito, mediante envio de notificação à Companhia, por escrito, solicitando a referida conversão.

21.9.6. Prazo de subscrição e forma de integralização: as debêntures de cada série serão subscritas em até 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de emissão. A integralização das debêntures de cada série será à vista, em moeda nacional, no ato da subscrição ("data de integralização"). As debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu valor nominal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21.9.7. Pagamentos e vencimento: a Companhia pagará o valor total da emissão no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses, incluído o período de carência, contados a partir da formalização da Escritura de Debêntures, respeitadas as seguintes condições:

As debêntures tiveram prazo de carência de forma que o primeiro pagamento ocorreria até um ano após 26 de abril de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação), conforme Parágrafo único, artigo 21 e artigo 23 do Regulamento do FDA. Foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato de financiamento, assinado em 22 de março de 2013, prorrogando para 33 (trinta e três) meses o prazo de carência, contados a partir do primeiro dia 10 (dez) seguinte à data de formalização da cédula de crédito, de forma que o vencimento da primeira amortização do principal e juros passou a ser em 10 de maio de 2014, o que de fato ocorreu.

(i) Havendo exclusão de responsabilidade da emissora, quanto ao atraso no início da entrada em operação do empreendimento, os prazos de carência e vencimento do financiamento poderão ser prorrogados, desde que referida prorrogação seja aprovada pela Sudam, com a anuência do BASA.

(ii) Ainda que haja prorrogação da carência, os encargos financeiros devidos serão estabelecidos da seguinte forma: as debêntures, a partir de sua emissão, sofrerão incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais juros de 0,15% a.a. (base 365 dias), a título de "*del credere*" do agente operador, desde a data da primeira liberação até a data do efetivo pagamento. Após o término da carência, cujo prazo é contado da data da contratação até 1 ano após a data prevista para entrada em operação, serão adicionados juros de 1,50% a.a., sobre o saldo devedor da operação, totalizando encargos de 1,65% a.a. (base 365 dias).

21.9.8. Obrigações contratuais: as obrigações contratuais estão integralmente cumpridas na data destas demonstrações financeiras.

Com a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A., o contrato de emissões de debêntures foi assumido pela Companhia.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão das debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam, caso tal conversão venha a se concretizar. Diante desse fato, foi avaliado derivativo na operação, mencionado na nota 11.2.

NOTA 22 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

		31/12/16	31/12/15
Impostos retidos na fonte		20.018	23.668
PIS e COFINS		44.284	67.815
ICMS		2.046	1.476
Contribuições previdenciárias		2.739	3.237
IRPJ / CSLL		15.707	239.289
ISS		834	4.092
Parcelamento IRPJ/CSLL	22.5	37.679	-
Outros		1.902	116
Total Circulante		**125.209**	**339.692**
Passivo Fiscal Diferido	10.2	1.364.046	219.691
(-) Valor compensado com Ativo	10.2	(1.364.046)	(219.691)
Parcelamento IRPJ/CSLL	22.5	135.016	-
Total não circulante		**135.016**	-
TOTAL		**260.225**	**339.692**

A redução significativa verificada no saldo a pagar de IRPJ no ano de 2016 é decorrente do registro da receita da RBSE, que apesar de ser dedutível da apuração do Imposto de Renda, incorpora a base de cálculo do Lucro da Exploração, ocasionando aumento relevante no benefício fiscal e consequente redução do Imposto de Renda a pagar.

22.1. PIS e COFINS

Contribuições devidas à Receita Federal do Brasil sobre a receita da Companhia, para recolhimento de acordo com princípio da competência, apuradas por meio dos regimes cumulativo e não cumulativo de tributação.

22.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Imposto devido aos fiscos estaduais, incidente sobre a venda de energia elétrica e nas aquisições de mercadorias e serviços, relativo à parcela do diferencial de alíquota das aquisições interestaduais.

22.3. Contribuições Previdenciárias

Contribuições devidas à Receita Federal do Brasil sobre serviços prestados por pessoas físicas.

22.4. Estimativa de realização

A realização dos passivos não circulantes no montante de R$ 1.499.062, composto pelo passivo fiscal diferido R$ 1.364.046 e parcelamento de IRPJ/CSLL R$ 135.016, foi estimada conforme abaixo:

	31/12/16	31/12/15
2018	219.578	15.731
2019	219.578	15.731
2020	210.360	15.731
2021	171.500	15.731
2022	171.500	15.731
2023	171.500	15.731
Após 2023	335.046	125.306
Total não circulante	**1.499.062**	**219.692**

22.5. Parcelamento de IRPJ/CSLL

Parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil referente ao ajuste anual do IRPJ/CSLL, ano-calendário 2015, o qual será quitado em 60 parcelas.

NOTA 23 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

23.1. Dividendos do exercício

O lucro apurado neste exercício foi fortemente impactado pelo reconhecimento contábil da remuneração sobre os ativos da denominada Rede Básica – Serviço Existente (RBSE), a que a Companhia tem direito de acordo com previsto na Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 120/2016. Entretanto, esse acréscimo expressivo no resultado da Companhia não representa aumento no fluxo de caixa pois tal remuneração será recebida ao longo dos próximos oito anos e, a partir de julho de 2017.

Dessa forma, seguindo orientação do Grupo Eletrobrás e em conformidade com a legislação vigente, a Companhia propõe que a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório seja destinada à reserva especial de dividendos não distribuídos no valor de R$ 711.642, e a parcela relativa ao lucro não realizado, decorrente da RBSE, seja alocada na reserva de retenção de lucros (R$ 2.134.926), de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/16	31/12/15
PASSIVO CIRCULANTE		
1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:		
Lucro líquido do exercício	3.188.841	101.671
Constituição da Reserva legal (5%)	(159.442)	(5.084)
Constituição da Reserva Incentivo fiscal	(182.831)	(16.029)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	2.846.568	40.279
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**711.642**	**10.070**
Dividendos propostos	-	10.070
Saldo de exercícios anteriores	973	814
TOTAL A DISTRIBUIR	**973**	**10.884**
2) Cálculo do Lucro Líquido Realizado (art. 197, Lei 6.404/76):		
Lucro Líquido do Exercício	3.188.841	-
(-) Lucro não realizado (RBSE)	(2.373.144)	-
(=) Lucro líquido realizado	**815.697**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Reserva Especial Dividendos não distribuídos	711.642	30.210
Reserva de retenção de lucros (art. 196, lei 6.404/76)	2.134.926	40.279

23.2. Dividendos do exercício de 2015

Em 29 de abril de 2016, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2015, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R$ 30.209, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R$ 40.279.

Dessa forma, em 2016 a Companhia pagou a seus acionistas, a **título de dividendo referente** ao de exercício 2015, o montante de R$ R$ 89.188 atualizados monetariamente.

23.3 Obrigações com a Controladora (cessão de créditos)

Em 29 de abril de 2015, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2014, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R$ 913.554, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R$ 1.827.108. Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião.

Assim, o pagamento dos dividendos foi estruturado da seguinte forma (valores referenciados a 31 de maio de 2015):

a) 25% em dinheiro, no montante de R$ 478.816 em 31 de outubro de 2015;

b) 75% em créditos, em 30 de dezembro de 2015, sendo:

- R$ 253.851 da Eletrobras Distribuição Roraima S.A.; e
- R$ 1.182.597 da CERON - Termonorte II.

Os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 26 de junho de 2015, deliberaram que os dividendos relativos ao exercício social de 2014, no valor atualizado de R$ 1.915.264, a preço de 31 de maio de 2015, seriam pagos até 31 de outubro de 2015, sendo 25% em dinheiro e 75% com a transferência à Eletrobras de créditos da Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento.

Durante o exercício houve o pagamento do montante referente à parcela de 25% no valor atualizado de R$ 511.853. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2015, os 75% restantes, total de R$ 1.543.464 seriam pagos **à Eletrobras na forma de cessão de créditos**.

A cessão de créditos, da Eletronorte, dados em pagamento foi efetuada mediante assinatura dos dois Termos de Cessão de Direitos, com a anuência dos respectivos devedores, contendo, dentre as diversas condições inerentes ao assunto, à previsão da responsabilidade da Eletronorte pelo pagamento em caso da inadimplência dos devedores.

Até a liquidação total dos créditos cedidos, a Companhia ficará coobrigada sobre as contraprestações dos valores a Eletrobras em espécie ou em outros créditos. Os respectivos saldos serão atualizados até a data do pagamento conforme deliberação da assembleia. O quadro abaixo demonstra o saldo das obrigações com a controladora no encerramento do exercício.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	**36.080**	**1.507.384**	**1.543.464**
Atualização monetária do período	131.792	84.579	216.371
Transferências	134.986	(134.986)	-
Pagamentos	(37.910)	-	(37.910)
Saldo total em 31/12/2016	**264.948**	**1.456.977**	**1.721.925**
Parcela de dação em pagamento dividendos CERON	(155.905)	(1.272.442)	(1.428.347)
Parcela de dação em pagamento dividendos BOVESA	(109.043)	(184.535)	(293.578)
Saldo líquido em 31/12/2016	**-**	**-**	**-**

NOTA 24 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/16	31/12/15
Folha de pagamento		
Folha de pagamento	41.279	36.437
Encargos sobre folha de pagamento	70.098	61.786
	111.377	**98.223**
Obrigações estimadas		
Provisão de férias e encargos	150.814	125.065
Outras	77.490	22.107
	228.304	**147.172**
Total circulante	**339.681**	**245.395**
Obrigações estimadas		
Outras	7.162	15.270
Total não circulante	**7.162**	**15.270**
Total	**346.843**	**260.665**

NOTA 25 – PROVISÕES

25.1. Provisão operacional

O MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) é um sistema criado para compartilhamento de riscos hidrológicos. O MRE realoca energia entre todas as usinas hidrelétricas sujeitas ao modelo de despacho centralizado, transferindo o excedente das usinas que geraram além de suas garantias físicas para as que geraram abaixo.

Toda usina possui uma potência instalada. A garantia física corresponde à máxima energia que pode ser fornecida segundo um dado critério de segurança, ou seja, levando em consideração questões de manutenção de ativos e alternância de afluência. A garantia física é importante, dentro do MRE, para o rateio da comercialização de energia via contratos entre todos os empreendimentos de geração do sistema.

Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou *Generation Scaling Factor* – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE).

Durante os anos de 2014 e 2015, o país enfrentou uma crise hidrológica que afetou a produção de energia elétrica. Em consequência disso a CCEE reduziu o nível da GSF das usinas, o que as levou a incorrer em perdas financeiras pela exposição da parcela reduzida de GSF em relação aos contratos de fornecimento de energia, os quais ainda tinham que cumprir. Diante deste cenário os prejuízos foram distribuídos no sistema por meio de rateio, as usinas que não concordaram, ingressaram com liminares judiciais para não arcarem com o prejuízo das demais usinas, caso da Eletronorte.

Em dezembro de 2015 a Companhia provisionou R$ 451.340, devido à exposição de risco decorrente da adesão à repactuação do risco hidrológico. Durante o exercício de 2016, após a adesão de diversas empresas à repactuação, o risco de exposição da Companhia não foi concretizado, tal fato ensejou uma nova avaliação do risco associado aos eventos atuais, bem como a avaliação da situação da Companhia na contabilização da energia de curto prazo, caracterizada como vendedora de energia até o enceramento do exercício. Diante desses aspectos, a manutenção da provisão não é necessária. Dessa forma, a Companhia reverteu a provisão em sua totalidade no exercício de 2016.

25.2. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e refletem a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Provável para os processos com elevado grau de risco contra a companhia ensejando em reconhecimento de provisões;
- Possível para os processos em que a companhia tem certo grau de risco, no entanto entende ainda possuir chances reais de sucesso; e
- Remoto para os processos com baixo grau de risco para empresa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos legais.

25.2.1. Contingências com perdas prováveis

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas classificadas como perda provável são apresentados abaixo.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 32.4).

	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferência	Incorporação LVTE	31/12/16
Trabalhistas	128.333	108.251	(37.488)	(60.763)	-	14.518	152.851
Tributárias	324.201	15.660	(15.432)	-	(319.529)	-	4.900
Cíveis	396.671	15.474	(16.372)	(41.766)	-	5.941	359.948
Outras	377.257	8.991	(98.100)	4.240	-	-	292.388
Total	**1.226.462**	**148.376**	**(167.392)**	**(98.289)**	**(319.529)**	**20.459**	**810.087**

25.2.1.1. Tributárias

As contingências tributárias classificadas como perda provável envolvem os seguintes processos:

Autos de Infração e Notificação fiscal: relacionado à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH, regulamentada pelo Decreto nº 1.227/2015 do Estado do Pará, destinada a custear a fiscalização e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense.

Por se tratar de uma obrigação legal nos termos do CPC 25, definida por aquela que deriva de um contrato (por meio de termos implícitos e explícitos), de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, em março passado, a Administração decidiu pela transferência da provisão relativa à "Taxa Pará" para outros passivos (nota 28.1).

Outros processos de caráter tributário: envolve várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R$ 4.840 (2015 - R$ 4.672).

25.2.1.2. Cíveis e outras

Os principais processos judiciais cíveis classificados como perda provável são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 283.428 (2015 - R$ 375.449).

A reversão de R$ 75.122 é referente ao encerramento de um dos processos referente ao tema. A sentença extinguiu o processo pela anulação da legitimidade da apelação.

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros: trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de estimativa de perda, que passou de perda possível para perda provável. No exercício de 2015 o processo montava R$ 236.731. O saldo em 31 de dezembro de 2016 monta a R$ 237.299.

Ação de cobrança – Cetenco Engenharia: processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora.

Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. O valor do processo monta R$ 72.711 (2015 – R$ 72.536).

25.2.1.3. Trabalhistas

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às contingências trabalhistas relevantes classificadas como perda provável destacam-se as ações que versam sobre periculosidade e índices inflacionários.

No caso específico do processo que versa sobre os índices inflacionários, trata-se de reclamação trabalhista coletiva buscando a recomposição inflacionária dos salários durante o período de hiperinflação. O outro processo discute o pagamento de adicional de periculosidade para empregados, cujos cálculos do débito já foram homologados pelo juízo. A Eletronorte garantiu a execução e nesse momento discute os cálculos apresentados pela justiça.

Em 31 de dezembro de 2016 a maior causa dessa natureza monta R$ 20.222 e faz referência ao processo 00127.2007.004.10.00.4, movido pelo STIU-DF (Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal), cujo objeto discute incorporação do adicional de periculosidade nos salários dos empregados classificados como eventuais ou isentos. Em setembro de 2016 foi homologado acordo judicial entre as partes para adesão individual dos substituídos no processo. Até 30.09.2016, dos 125 substituídos, houve adesão de 91 empregados. Dessa forma, o valor envolvido no processo reduziu consideravelmente. Como medidas preventivas, a Companhia atua na fiscalização dos requisitos necessários e legais para pagamento do objeto pleiteado.

25.2.2. Contingências com perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	31/12/16	31/12/15
Trabalhistas	71.696	49.492
Tributários	368.607	359.410
Cíveis	1.349.644	1.337.181
Outros	231.241	63.578
TOTAL	**2.021.188**	**1.809.661**

25.2.2.1. Tributárias

As contingências tributárias classificadas como perda possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

ICMS: A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

I. aproveitamento de crédito de ICMS quando da transferência desses à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, no montante de R$ 90.290 (2015 – R$ 71.876);

II. cobrança pelo Fisco Estadual de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente, o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como "Outros". Valor total de R$ 45.891 (2015 – R$ 36.531).

Autor: Estado de Roraima.

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discute na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R$ 145.039 (2015- R$ 135.125). No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

25.2.2.2. Cíveis e outras

As contingências cíveis classificadas como perda possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2016 o valor do processo é de R$ 1.093.210 (2015 – R$ 1.090.591).

Ação indenizatória e antecipação de tutela: ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda, em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R$ 160.484.

Ação indenizatória de desapropriação fundiária: ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, no montante de R$ 121.728, ajuizada pela ADEMPAR - Organização de negócio e comércio exterior. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante.

25.2.2.3. Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível em sua maioria referem-se a demandas que envolvem horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial. Dentre as reclamações trabalhistas de maior relevância destaca-se a reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008 promovida pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público.

NOTA 26 – ENCARGOS SETORIAIS

	Nota	31/12/16	31/12/15
Reserva global de reversão (RGR)	26.1	24.121	28.764
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	26.2	4.498	1.787
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia (PROINFA)	26.3	15.330	32.760
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	26.4	227.476	216.256
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	26.5	25.287	14.211
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)		2.905	-
Total		**299.617**	**293.778**

Os valores registrados no passivo como RGR, CDE, PROINFA e P&D possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional (nota 31). As demais contas estão apresentadas em conta de resultado, no grupo de despesas operacionais (nota 32).

26.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

26.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) visa o desenvolvimento energético dos Estados, dentre os principais objetivos estão: promover a universalização dos serviços de energia elétrica, garantir recursos destinadas à modicidade da tarifa de energia elétrica e atender aos consumidores residenciais de baixa renda, atender os dispêndios da CCC e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões. A CDE é regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia e definida através de quotas anuais calculadas pela ANEEL, que deve corresponder à diferença entre a necessidade total de recursos do Fundo e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes.

A Companhia arrecada os recursos da CDE junto aos seus consumidores de energia elétrica e repassa à Eletrobrás que é o órgão responsável pela movimentação financeira. Dessa forma, o ingresso e repasse desse recurso não afeta o resultado contábil da Companhia.

26.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

26.4. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

	31/12/16	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	222.442	211.290
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.356	3.311
Ministério de Minas e Energia (MME)	1.678	1.655
TOTAL	**227.476**	**216.256**
ATIVO CIRCULANTE		
Custos com projetos em andamento	(118.982)	(115.578)
TOTAL GERAL	**108.494**	**100.678**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 31).

26.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/1997, nº 9.984/2000 e nº 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH´s), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

NOTA 27 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 11.1).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

	2016			2015		
Clientes	**Amortizações Efetuadas**	**Ganhos**	**Saldo**	**Amortizações Efetuadas**	**Ganhos**	**Saldo**
ALBRÁS	(43.489)	(1.963)	**652.719**	(54.068)	(3.282)	**713.914**
Circulante			60.504			54.832
Não circulante			592.215			659.082

NOTA 28 - OUTROS PASSIVOS

	Nota	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE			
Previnorte Fundação de Previdência Complementar		8.353	7.174
Compensações Socioambientais	28.3	49.028	36.622
Gastos a realizar em empreendimentos		30.901	21.147
Óleo Combustível	28.4	53.063	53.063
Passivo a descoberto		11.696	8.428
Participação nos lucros e resultados	28.5	137.953	108.546
Eletrobras - Devolução RBNI	28.6	83.778	68.784
Diversos		78.454	87.539
TOTAL DO CIRCULANTE		**453.226**	**391.303**
NÃO CIRCULANTE			
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos	28.1	665.856	-
Compensações Socioambientais	28.3	98.056	123.524
Provisão multa Aneel		28.424	19.666
Diversos		4.828	4.660
TOTAL NÃO CIRCULANTE		**797.164**	**147.850**
TOTAL GERAL		**1.250.390**	**539.153**

28.1. Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos - TFRH

A Companhia foi autuada por meio de dois autos de infração, o primeiro ocorreu em 27/08/2015 no montante de R$ 206.316, referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015. O segundo Auto de Infração data de 11/11/2015 no montante de R$113.213, relativo aos meses de julho a setembro de 2015. Valor principal do auto de infração monta R$ 319.529. O montante da causa atualizado corresponde a R$ 354.741.

Durante o exercício de 2016, em atendimento a Lei Nº 8.091/2014 que trata da referida taxa e por entender tratar de uma obrigação legal (vide nota 25.2.1), a Companhia vem provisionando mensalmente a TFRH com base na vazão e volume turbinado das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Curuá-Una. O total de provisões mais a respectiva atualização no ano totalizou R$ 311.115. Dessa forma, o saldo acumulado no passivo monta R$ 665.856.

28.2. Convênios

	Nota	31/12/16	31/12/15
Convênio - Cooperação técnica MME	28.2.1	71.285	66.994
Convênio - DNIT nº 310/2006	28.2.2	3.754	3.582
Convênios - Eletrobras		229	207
Outros convênios		6.015	6.562
TOTAL		**81.283**	**77.345**

28.2.1. Acordo cooperação técnica – Ministério de Minas e Energia (MME) (convênios)

Os valores registrados se referem a acordo de Cooperação Técnica, estabelecido com o MME, por intermédio da Secretaria de Energia, visando aproveitar racionalmente os equipamentos de geração de energia elétrica, mediante cessão em comodato de bens, de propriedade da Companhia, com a transferência das unidades geradoras da UTE Rio Madeira, conforme autorizado pela Lei 12.872/2013, de 24 de outubro de 2013.

28.2.2. Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Substancialmente, se refere a saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

28.3. Compensações Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará. Foi definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

- **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.
- **Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS)** - desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

28.4. Provisão – Óleo combustível

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à CCC, da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre, em função de termo de notificação emitido pela ANEEL.

A Companhia apresentou justificativa a ANEEL e aguarda manifestação daquela agência.

28.5. Participação nos lucros e resultados

Tendo por base o Acordo Coletivo de Trabalho e as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 20 de dezembro de 2000, a Companhia provisionou a participação nos lucros e resultados no montante de R$ 137.953.

28.6. Eletrobras – Devolução RBNI

Refere-se a pagamento a maior realizado pela Eletrobrás à Companhia, relativo à indenização da prorrogação do contrato de concessão 058/2001, previsto na Lei 12.783/2013.

NOTA 29 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares ao concedido pelo Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo BD - Benefício Definido e outro do tipo CD – Contribuição Definida. No ano 2000 foi permitida a migração do primeiro para o segundo, com transferência de valores saldados.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Previnorte.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano proporciona os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2016, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 46.044 (2015 - R$ 37.130).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes e proporciona os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/16	31/12/15
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	56	56
1.2. Idade Média	60,6	59,1
1.3 Salário Médio em R$	12.535,65	11.527,61
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	468	479
2.2. Idade Média	73,8	72,6
2.3. Benefício Médio em R$	3.852,62	4.135,46
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	215	196
3.2. Benefício Médio em R$	1.795,19	1.777,48
População Total	**739,00**	**731,00**

29.1. Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós-emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

29.2. Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro

29.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

	Planos Previdenciários		Assistência Saúde		Seguro	
Hipóteses Econômicas	**31/12/16**	**31/12/15**	**31/12/16**	**31/12/15**	**31/12/16**	**31/12/15**
Taxa de juros de desconto atuarial anual **(i)**	11,17%	13,22%	11,04%	13,49%	11,22%	13,14%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,90%	7,32%	5,78%	7,35%	5,96%	7,24%
Projeção de aumento médio dos salários	7,07%	7,61%		-	-	-
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,97%	5,50%		-	7,07%	7,61%
Projeção de aumento médio dos custos de saúde	0,00%	-	0,00%	3,50%	-	0,00%
Taxa média de inflação anual	4,97%	5,50%	4,97%	5,72%	4,97%	5,50%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,17%	13,22%	11,04%	13,49%	11,22%	13,14%
Hipóteses Atuariais						
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 Basic F	AT-2000 Basic M	AT-83 Basic F	AT-83 (IAM) M	AT-83 Basic F	AT-83 (IAM) M
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES 2 anos	AT-49 DES 2 anos	AT-49 (D 2 anos)	AT-49 (D 2 anos)	AT-49 (D 2 anos)	AT-49 (D 2 anos) M&F
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95,00%	95,00%	-	-	-	-
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	-	-	-

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado, realizada pela Administração, tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 31.970 (2015 - R$ 45.680).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

29.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósito privado e fundo de investimento, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

Risco de taxa de juros - Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

Risco de longevidade - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Risco de salário - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

29.2.2.1. Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2016				2015			
	Plano BD	**Saúde**	**Seguro**	**Total**	**Plano BD**	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	(320.698)	(5.940)	(10.363)	(337.001)	(300.026)	(15.089)	(10.502)	(325.617)
Valor justo dos ativos do plano (-)	555.907	-	-	555.907	491.717	-	-	491.717
Passivo (Ativo), Líquido	**235.209**	**(5.940)**	**(10.363)**	**218.906**	**191.691**	**(15.089)**	**(10.502)**	**166.100**
Efeito da restrição sobre o ativo	(235.208)	-	-	(235.208)	(191.692)	-	-	(191.692)
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	5.940	10.363	16.303	-	15.089	10.502	25.591
Custo do serviço corrente	276	1.773	776	2.825	27	1.605	628	2.260
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	1.691	1.383	3.074	-	4.242	1.043	5.285
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	**276**	**3.464**	**2.159**	**5.899**	**27**	**5.847**	**1.671**	**7.545**

As movimentações do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício de 2015 e de 2014 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	31/12/16			
	Plano BD	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	300.026	15.089	10.502	325.617
Custo de serviços corrente líquido	575	1.772	776	3.123
Custo de juros	37.546	1.691	1.383	40.620
Benefícios pagos	(32.640)	(7.008)	-	(39.648)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	32.145	1.038	636	33.819
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(23.099)	(6.600)	(2.903)	(32.602)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações premissas biométricas	6.145	(42)	(32)	6.071
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**320.698**	**5.940**	**10.362**	**337.000**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	491.717	-	-	491.717
Receita de Juros	63.003	-	-	63.003
Contribuições patronais	1.005	7.008	-	8.013
Contribuições de participantes do plano	851	-	-	851
Benefícios pagos / adiantados	(32.639)	(7.008)	-	(39.647)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	31.970	-	-	31.970
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**555.907**	**-**	**-**	**555.907**

Descritivo	31/12/15			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	333.613	36.262	8.539	378.414
Custo de serviços corrente líquido	779	1.605	628	3.012
Custo de juros	38.844	4.242	1.043	44.129
Benefícios pagos	(30.190)	(4.423)	-	(34.613)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(27.550)	(2.226)	(620)	(30.396)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(9.910)	(20.518)	952	(29.476)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações premissas biométricas	(5.560)	147	(40)	(5.453)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**300.026**	**15.089**	**10.502**	**325.617**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	473.042	-	-	473.042
Receita de Juros	55.960	-	-	55.960
Contribuições patronais	849	4.423	-	5.272
Contribuições de participantes do plano	2.336	-	-	2.336
Benefícios pagos / adiantados	(30.190)	(4.423)	-	(34.613)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(10.280)	-	-	(10.280)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**491.717**	**-**	**-**	**491.717**

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Ativos garantidores	31/12/16	31/12/15
Disponível	1	2
Realizáveis Previdenciários	4.371	4.610
Investimentos em Títulos Públicos	368.253	257.514
Investimento em Ações	-	244
Investimentos em Fundos	54.294	76.670
Créditos de Depósitos Privados	97.405	122.741
Investimento em Renda Variável	4.777	4.042
Investimentos Imobiliários	25.418	23.779
Empréstimos e Financiamentos	7.276	6.972
Outros	(17)	54
(-) Exigíveis Operacionais	(504)	(508)
(-) Exigíveis Contingências	(150)	-
(-) Exigíveis de Investimentos	(56)	(122)
(-) Exigíveis Saldo de conta - Participantes BID - PlanoDI-A	(1.139)	-
(-) Fundo Administrativo	(4.022)	(4.281)
Total	**555.907**	**491.717**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

29.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/16	31/12/15
Programa Previdenciário	(49.748)	(47.193)
Programa de Saúde	15.920	10.315
Programa de Seguro	(438)	(2.737)
Total	**(34.266)**	**(39.615)**

29.2.4. Remensuração do valor líquido do passivo reconhecido no ORA no exercício

Descritivo	31/12/16			
	Previdenciário	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(32.486)	(1.038)	(636)	(34.160)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	22.569	6.600	2.903	32.072
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de pressupostos demográficos	(6.686)	43	32	(6.611)
Retorno sobre ativos do plano	31.835	-	-	31.835
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(17.787)	-	-	(17.787)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(2.555)**	**5.605**	**2.299**	**5.349**

Descritivo	31/12/15			
	Previdenciário	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	27.723	2.226	620	30.569
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.829	20.518	(952)	28.395
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de pressupostos demográficos	5.640	(147)	40	5.533
Retorno sobre ativos do plano	(24.532)	-	-	(24.532)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(19.570)	-	-	(19.570)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(1.910)**	**22.597**	**(292)**	**20.395**

29.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 1.130 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 7,05 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Benefícios de aposentadoria	
Menos de 1 ano	30.522
Entre 1 e 2 anos	30.048
Entre 2 e 5 anos	86.275
Mais de 5 anos	373.058
Total	**519.903**

29.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

29.4.1. Plano de Benefício Definido

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 6.137 (redução de R$ 6.358).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 8.494 (redução de R$ 8.393).

29.4.2. Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 270 (redução de R$ 253).

NOTA 30 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 11.576.263 (2015 – R$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2015 - 154.093.051) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACIONISTAS	31/12/16			31/12/15		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.292.342	99,480	11.516.076	153.292.342	99,480	11.516.076
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.604	247.635	0,161	18.604
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	31.531	0,020	2.369	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.236	29.769	0,019	2.236
TOTAL	**154.093.501**	**100,000**	**11.576.263**	**154.093.501**	**100,000**	**11.576.264**

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 93,80 (2015 - R$ 77,12).

30.2. Reservas de lucros:

30.2.1. Reserva Legal

De acordo com a legislação societária, *é* constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

30.2.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Os empreendimentos da Companhia contemplados com o incentivo fiscal SUDAM estão discriminados na nota 35 (Imposto de Renda e Contribuição Social).

30.2.3. Reserva de retenção de lucros e reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Para o exercício de 2016, conforme declaração do acionista controlador Eletrobrás e em conformidade com a legislação vigente, a Companhia propõe que a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório (R$ 711.642) seja destinada à reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído, em razão da ausência de capacidade financeira da Companhia em realizar seu pagamento no exercício de 2017, o qual será pago assim que a situação financeira da Companhia permitir, e desde que não absorvido por eventual prejuízo acumulado em exercícios subsequentes.

Para parcela relativa ao lucro não realizado, decorrente da RBSE registrada no exercício de 2016 no valor de R$ 2.134.926 (nota 9.1), será destinada, na formação de reserva de retenção de lucros. O cálculo dos dividendos e a constituição das reservas aqui referidas estão demonstrados no quadro da nota 23.1.

30.3. Dividendos adicionais propostos

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório, estabelecido em Lei ou noutro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, deve ser apresentado no patrimônio líquido. O saldo existente em 31 de dezembro de 2015, no valor de R$ 30.210 foi pago pela Companhia no decorrer do exercício de 2016.

30.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia está demonstrando os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, líquido do efeitos tributários, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, conforme a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Avaliação atuarial	(34.267)	(39.615)
IR e CS diferidos sobre avaliação atuarial	11.651	13.469
Total	**(22.616)**	**(26.146)**

NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional bruta				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica	1.120.330	1.206.994	1.120.330	1.206.994
Suprimento de energia elétrica	3.007.452	3.904.711	3.007.452	3.904.711
Energia elétrica de curto prazo	385.152	91.634	385.152	91.634
Operação e manutenção de usinas	15.584	15.213	15.584	15.213
Transmissão				
Op. e Manut. de linhas de transmissão	457.509	461.134	460.466	461.194
Construção de linhas de transmissão	165.610	182.629	210.914	313.689
Financeira - retorno do investimento	3.930.847	292.668	3.967.726	335.257
Outras receitas operacionais				
Serviços de comunicação multimídia	94.224	104.595	94.224	104.595
Outros	256.112	188.591	256.112	188.591
Total receita operacional bruta	**9.432.820**	**6.448.169**	**9.517.960**	**6.621.878**
(-) Deduções à receita operacional				
Encargos setoriais				
RGR	(128.745)	(149.548)	(129.474)	(149.563)
CDE	(40.617)	(17.781)	(40.617)	(17.781)
PROINFA	(105.333)	(82.748)	(105.333)	(82.748)
P&D	(42.316)	(50.343)	(42.560)	(50.348)
Total Encargos setoriais	**(317.011)**	**(300.420)**	**(317.984)**	**(300.440)**
Impostos e contribuições				
ICMS	(15.444)	(6.449)	(15.444)	(6.449)
ISS	(4.204)	(3.709)	(4.204)	(3.709)
COFINS	(386.470)	(437.801)	(388.600)	(437.844)
PIS/PASEP	(83.213)	(94.953)	(83.675)	(94.962)
Outros	(1.362)	(1.396)	(1.362)	(1.398)
Total Impostos e contribuições	**(490.693)**	**(544.308)**	**(493.285)**	**(544.362)**
Total Deduções à receita operacional	**(807.704)**	**(844.728)**	**(811.269)**	**(844.802)**
Total	**8.625.116**	**5.603.441**	**8.706.691**	**5.777.076**

No período houve aumento da receita operacional líquida, que passou de R$ 5.603.441 em 2015, para R$ 8.625.116 em 2016 (53,9%). A variação de R$ 3.021.675 é decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração sobre ativos financeiros previstos na Portaria nº 120/2016 ANEEL e pela redução do volume na venda de suprimento de energia elétrica no período.

31.1. Fornecimento de energia elétrica

A queda verificada no faturamento do fornecimento de R$ 86.664 mil, 7%, é decorrente da queda da energia faturada em 4%, de 1258 MWmed (não auditado) para 1206 MWmed (não auditado). A receita desta modalidade de faturamento é fortemente impactada pelos faturamentos da Albras e a South 32 (antiga BHP Billiton), os dois maiores contratos da companhia. Estes contratos possuem particularidades como dependência de cambio, preço de alumínio no mercado internacional (LME) e prevê reembolso dos encargos setoriais até limite estabelecido em contrato.

31.2. Suprimento de energia elétrica

As receitas de suprimento de energia, oriunda da venda de energia existente por meio de contratos bilaterais, apresentaram redução de R$ 897.259, variação de 23%, devido ao término e ao não exercício da opção de compra de contratos com comercializadoras, cuja quantidade de energia comercializada caiu de 1.212 MW médios (não auditado) em 2015 para 514 MW médios (não auditado) em 2016. Além disso, houve o término de dois produtos negociados no Ambiente Regulado (CCEAR), cujo MW médio (não auditado) de energia comercializada reduziu de 1.167 para 1.008 no mesmo período de comparação.

31.3. Energia elétrica de curto prazo

A redução dos contratos bilaterais, em 2016, de 3.833 MWmed(não auditado) para 2.998 MWmed (não auditado), fez com que a Companhia auferisse receita com venda de energia excedente no mercado de curto prazo superior ao verificado em 2015 quando estava numa posição de compradora de energia de curto prazo para honrar seus contratos de energia, o que elevou as despesas de compra de energia, principalmente, devido à crise hidrológica do país. Em 2016, a Companhia passou para uma posição vendedora de energia, registrando um aumento de R$ 293.518 na venda de energia no mercado de curto prazo.

31.4. Operação e manutenção de usinas

A partir da renovação das concessões, com base na Lei n.º 12.783/2013, as usinas renovadas passaram também a se enquadrar em novo segmento de negócios, "operação e manutenção de usinas". Desta forma, as receitas oriundas da UHE Coaracy Nunes são discriminadas nesta linha.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

31.5. Operação e manutenção de linhas de transmissão

A variação apresentada na receita de operação e manutenção, de usinas e linhas de transmissão, e na remuneração do ativo financeiro, deve-se aos impactos referentes à renovação das concessões de energia elétrica (nota 9).

31.6. Receita dos serviços de comunicação multimídia (SCM)

O SCM é um serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes (pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a autorizada, para a fruição do SCM) dentro de uma área de prestação de serviço. A autorização obtida pela Companhia para exploração desse serviço tem como área o território nacional e foi expedida por prazo indeterminado.

NOTA 32 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

		CONTROLADORA							
		2016				2015			
	Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda	32.1	(182.469)	-	-	(182.469)	(629.974)	-	-	(629.974)
Encargos uso da rede		(523.686)	-	-	(523.686)	(512.921)	-	-	(512.921)
Pessoal	32.3	(615.780)	(37.538)	(692.853)	(1.346.171)	(609.067)	(24.817)	(516.892)	(1.150.776)
Material		(28.131)	(1.220)	(1.860)	(31.211)	(23.424)	(380)	(2.008)	(25.812)
Serviços de terceiros		(178.076)	(34.373)	(87.173)	(299.622)	(177.509)	(15.962)	(85.889)	(279.360)
Depreciação e amortização		(447.082)	-	(14.640)	(461.722)	(412.269)	-	(13.208)	(425.477)
Combustível		(3.717)	-	-	(3.717)	(175.794)	-	-	(175.794)
Arrendamentos e aluguéis		(100.264)	-	(41.899)	(142.163)	(11.294)	-	(44.567)	(55.861)
Provisões operacionais	32.4	-	-	(380.171)	(380.171)	-	-	(1.679.302)	(1.679.302)
Utilização de recursos hídricos		(170.518)	-	-	(170.518)	(213.526)	-	-	(213.526)
Taxa de fiscalização		-	-	(16.878)	(16.878)	-	-	(15.207)	(15.207)
Construção		(165.610)	-	-	(165.610)	(182.629)	-	-	(182.629)
(-) Recuperação de despesas		58.807	292	37.268	96.367	111.567	-	24.416	135.983
Redução ao valor recuperável	33		-	(1.264.994)	(1.264.994)	-	-	4.245	4.245
Compra vantajosa - investimento		-	-	-	-	-	-	171.974	171.974
Outros		(135.892)	(4.171)	(47.948)	(188.011)	(86.611)	(4.620)	(78.859)	(170.090)
Total		**(2.492.418)**	**(77.010)**	**(2.511.148)**	**(5.080.576)**	**(2.923.451)**	**(45.779)**	**(2.235.297)**	**(5.204.527)**

		CONSOLIDADO							
		2016				2015			
	Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda	32.1	(182.469)	-	-	(182.469)	(629.974)	-	-	(629.974)
Encargos uso da rede		(523.686)	-	-	(523.686)	(512.921)	-	-	(512.921)
Pessoal	32.3	(615.780)	(37.538)	(692.935)	(1.346.253)	(609.067)	(24.817)	(516.995)	(1.150.879)
Material		(28.131)	(1.220)	(1.972)	(31.323)	(23.425)	(380)	(2.031)	(25.836)
Serviços de terceiros		(178.076)	(34.373)	(92.718)	(305.167)	(177.509)	(15.962)	(88.960)	(282.431)
Depreciação e amortização		(447.082)	-	(14.649)	(461.731)	(412.269)	-	(13.208)	(425.477)
Combustível		(3.717)	-	-	(3.717)	(175.794)	-	-	(175.794)
Arrendamentos e aluguéis		(100.264)	-	(42.021)	(142.285)	(11.294)	-	(44.757)	(56.051)
Provisões operacionais	32.4	-	-	(380.810)	(380.810)	-	-	(1.678.268)	(1.678.268)
Utilização de recursos hídricos		(170.518)	-	-	(170.518)	(213.526)	-	-	(213.526)
Taxa de fiscalização		-	-	(16.994)	(16.994)	-	-	(15.209)	(15.209)
Construção		(210.915)	-	-	(210.915)	(313.689)	-	-	(313.689)
(-) Recuperação de despesas		58.807	292	38.002	97.101	111.566	-	24.416	135.982
Redução ao valor recuperável	33		-	(1.264.994)	(1.264.994)	-	-	(21.286)	(21.286)
Compra vantajosa - investimento		-	-	-	-	-	-	171.974	171.974
Outros		(135.892)	(4.171)	(49.124)	(189.187)	(86.619)	(4.620)	(79.042)	(170.281)
Total		**(2.537.723)**	**(77.010)**	**(2.518.215)**	**(5.132.948)**	**(3.054.521)**	**(45.779)**	**(2.263.366)**	**(5.363.666)**

32.1. Energia elétrica comprada para revenda

	2016	2015
Importada da Venezuela	156.444	136.640
Mercado de Custo Prazo - CCEE	26.025	493.334
TOTAL	**182.469**	**629.974**

- **Energia importada da Venezuela**

Refere-se à importação de energia elétrica da Venezuela, que é vendida, na totalidade, para a distribuidora Boa Vista Energia S.A., localizada na cidade de Boa Vista (RR).

- **Mercado de Curto Prazo**

Representa as despesas resultantes das operações processadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), correspondente a débitos junto aos agentes que operam naquela câmara. Os valores referentes às operações realizadas no âmbito da CCEE estão descritos na nota 31.3.

32.2. Encargos de uso da rede

Corresponde aos custos provenientes do uso feito pela Companhia do Sistema de Transmissão Interligado, pertencente a outras concessionárias transmissoras de energia elétrica, para escoar sua energia vendida.

Os valores são faturados mensalmente, por meio de avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

32.3 Pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	(580.205)	(508.186)	(580.205)	(508.186)
Remuneração indireta	(221.682)	(135.026)	(221.682)	(135.026)
Provisão de férias	(141.124)	(126.818)	(141.124)	(126.818)
Provisão de 13º salário	(57.888)	(44.895)	(57.888)	(44.895)
FGTS	(59.335)	(49.521)	(59.335)	(49.521)
Hora extra	(30.119)	(27.709)	(30.119)	(27.709)
Benefícios assistenciais	(11.178)	(9.283)	(11.178)	(9.283)
Outros	(25.620)	(43.465)	(25.702)	(43.568)
	(1.127.151)	**(944.903)**	**(1.127.233)**	**(945.006)**
Encargos sobre despesa de pessoal				
Contribuições previdenciárias	(171.617)	(158.465)	(171.617)	(158.465)
Demais encargos sociais	(47.403)	(47.408)	(47.403)	(47.408)
	(219.020)	**(205.873)**	**(219.020)**	**(205.873)**
Total	**(1.346.171)**	**(1.150.776)**	**(1.346.253)**	**(1.150.879)**

32.4. Provisões operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Provisões operacionais:				
Riscos	19.016	(358.869)	18.651	(357.835)
TFRH	(346.328)	(319.529)	(346.328)	(319.529)
Compensações socioambientais	-	-	-	-
Provisão/Reversão - GSF	451.340	(451.340)	451.340	(451.340)
Demais provisões	(108.795)	(112.286)	(109.069)	(112.286)
	15.233	**(1.242.024)**	**14.594**	**(1.240.990)**
Perda para crédito de liquidação duvidosa:				
Consumidores e revendedores	(390.687)	(229.072)	(390.687)	(229.072)
Créditos de ICMS	(12.262)	(11.376)	(12.262)	(11.376)
Demais ativos	7.545	4.396	7.545	4.396
	(395.404)	**(236.052)**	**(395.404)**	**(236.052)**
Total PROVISÕES	**(380.171)**	**(1.478.076)**	**(380.810)**	**(1.477.042)**
Contratos onerosos:				
Contratos onerosos	-	(201.226)	-	(201.226)
TOTAL	**(380.171)**	**(1.679.302)**	**(380.810)**	**(1.678.268)**

A partir de 2016 a Companhia contabiliza o valor apurado com contratos onerosos no grupo de *impairment* (nota 33.2 – Contratos Onerosos).

NOTA 33. TESTE DE *IMPAIRMENT* E CONTRATOS DE NATUREZA ONEROSA

A Administração da Companhia avaliou em 2016 a recuperabilidade dos ativos registrados como Ativo Imobilizado (Concessões de Geração), Ativo Financeiro (Concessões de Transmissão) e Contratos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de natureza Onerosa de sua propriedade. O objetivo da avaliação foi identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação econômica plena, conforme custo de oportunidade da empresa.

Nesta avaliação foi identificada a alteração do custo de oportunidade em relação ao ano de 2015, estabelecido no contexto das políticas que devem ser seguidas pelo Grupo Eletrobrás, tendo em vista que esta alteração impacta diretamente todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia. Além disso, a ANEEL reconheceu a parcela não paga referente aos ativos renovados no ano de 2012, este reconhecimento impacta positivamente o principal contrato de concessão de transmissão da Companhia.

Neste contexto a Companhia realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31 de dezembro de 2016, para tanto, foram determinadas como Unidades Geradoras de Caixa os ativos ligados a cada contrato de concessão e de comercialização de energia. A única exceção a esta regra é a UGC Jorge Teixeira – Lexuga C2 e C3 que, por razões operacionais, é composta por dois contratos de concessão distintos.

Conforme premissas apresentadas (nota 3.25), os fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos que formam determinada UGC associados aos contratos de concessão da Companhia, são comparados com os valores registrados no ativo imobilizado, ativo intangível e com os custos necessários para atendimento do contrato para os contratos onerosos. O objetivo é verificar se a capacidade de geração de caixa de cada UGC é suficiente para remunerar os custos operacionais dos ativos, bem como remunerar o investimento realizado.

33.1. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - Resultados - Quadro Resumo

Ativos / Passivos	Movimentação da provisão em 2016	Movimentação da provisão em 2015
LT São Luis II - São Luis III	110	22.973
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	(29.426)	37.743
LT Jauru - Porto Velho	(185.520)	-
Estação Retificadora/Inversora	-	43.909
SE Nobres	919	(360)
SE Lucas do Rio Verde	(868)	2.361
SE Miranda II	5.857	(7.079)
SE Coletora Porto Velho	(9.850)	(34.123)
SE Mirarmar / SE Tucuruí	(16.069)	-
Impairment Ativo Financeiro	**(234.847)**	**65.424**
UHE Samuel	(18.228)	(76.744)
UHE Curuá-Una	(5.569)	12.812
UTE Santana	-	2.234
Impairment Imobilizado	**(23.797)**	**(61.698)**
Outros	-	405
Impairment Outros	**-**	**405**
Norte Brasil Transmissora Energia S.A	(323.202)	-
Manaus Transmissora de Energia S.A	(202.776)	-
Companhia Energética Sinop	(177.441)	-
Belo Monte Transmissora Energia S.A	(160.441)	-
Impairmente investidas (SPEs)	**(863.860)**	**-**
Subtotal Impairment	**(1.122.504)**	**4.131**
Coaracy Nunes	(41.532)	-
Contrato de Comercialização	(100.958)	-
Impairment **Contratos Onerosos**	**(142.490)**	**-**
TOTAL	**(1.264.994)**	**4.131**

Em 2016 o impacto decorrente do registro do valor recuperável no resultado do exercício foi de provisão no valor de R$ 1.264.994 (2015 – reversão de R$ 4.131). Em 2015 a companhia contabilizava o valor apurado com contratos onerosos no grupo de provisões (nota 32.4 – Provisões operacionais).

33.1.1 Unidades Geradoras de Caixa de Transmissão

A Administração testou as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC) associadas às concessões de transmissão:

Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 31/12/2016			
	Ativo	Impairment	Ativos líquidos
Eletronorte Transmissão	**9.013.419**	**(211.155)**	**8.802.264**
Contrato nº 058 - Rede básica	5.140.052	-	5.140.052
LT São Luis II - São Luis III	53.288	(3.945)	49.343
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	148.048	(35.574)	112.474
LT Jorge Teixeira - C1 e C2	89.245	-	89.245
LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco	290.756	-	290.756
LT Jauru - Porto Velho	886.728	(126.025)	760.703
Estação Retificadora / Inversora	1.626.968	-	1.626.968
SE Miranda II	76.591	(7.079)	69.512
SE Nobres	16.415	(4.409)	12.006
SE Mirarmar / SE Tucuruí	61.424		61.424
SE Lucas do Rio Verde	20.928	-	20.928
SE Coletora Porto Velho	602.975	(34.123)	568.852

33.1.1.1. Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável

	Contrato 058	LT São Luis II - São Luis III	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	LT Jorge Teixeira - C1 e C2	LT Porto Velho - Abunã	LT Jauru - Porto Velho	Estação Retificadora / Inversora	SE Miranda II	SE Nobres	SE Mirarmar / SE Tucuruí	SE Lucas do Rio Verde	SE Coletora Porto Velho
Ativos em Serviço	5.140.052	53.288	148.048	89.245	290.756	886.728	1.626.968	76.591	16.415	61.424	20.928	602.975
Impairment	-	(3.945)	(35.574)	-	-	(126.025)	-	(7.079)	(4.409)	-	-	(34.123)
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-		-		-		-	
Valor líquido	**5.140.052**	**49.343**	**112.474**	**89.245**	**290.756**	**760.703**	**1.626.968**	**69.512**	**12.006**	**61.424**	**20.928**	**568.852**
Ano do Fim da Concessão	2042	2038	2039	2043	2039	2039	2039	2039	2041	2041	2041	2039
Valor Residual												
Taxa de Desconto com Benefício Fiscal	6,71%											
Taxa de Desconto sem Benefício Fiscal	6,02%											
Resultado da avaliação do ativo	**752.779**	**(3.835)**	**(65.000)**	**56.099**	**22.745**	**(311.544)**	**123.688**	**(1.222)**	**(3.490)**	**(16.069)**	**(868)**	**(43.974)**
Impairment (constituído)/ revertido em 2016	-	110	(29.426)	-	-	(185.520)	-	5.857	919	(16.069)	(868)	(9.850)
Total do *impairment* Revertido	**(234.847)**											

Na avaliação das UGCs, os contratos 058, Estação Retificadora/Inversora, LT Jorge Teixeira C1 e C2, LT Porto Velho – Abunã – Rio Branco não apresentaram *impairment*.

As UGCs LT Ribeiro Gonçalves – Balsas, LT Jauru – Porto Velho, SE Coletora Porto Velho, SE Lucas do Rio Verde, SE Miramar / SE Tucuruí apresentaram *impairment* no exercício de 2016 no montante de R$ 241.734, sendo originado, substancialmente, pelo aumento de 25% na projeção de PMSO comparada a projeção realizada em 2015.

O cálculo de *impairment* das UGCs LT São Luis II – São Luis III, SE Miranda II e SE Nobres apresentou reversão no montante total de R$6.886.

O valor total de *impairment* sobre os ativos financeiros da Companhia montam R$ 234.847 (2015 – reversão de R$ 99.547) e está registrado em contrapartida do grupo de despesas operacionais

33.1.2 Unidades Geradoras de Caixa de Geração

A Administração testou as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC) associadas às concessões de Geração:

Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 31/12/2016			
	Ativo	Impairment	Ativos líquidos
Eletronorte Geração	**6.600.735**	**(417.632)**	**6.183.103**
UHE Tucuruí	5.907.908	-	5.907.908
UHE Samuel	652.175	(417.632)	234.543
UHE Curuá-Una	40.652	-	40.652

33.1.2.1 Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável

	UHE Tucuruí	UHE Samuel	UHE Curuá-Una
Ativos em Serviço	5.907.908	652.175	40.652
Impairment	-	(417.632)	-
Obrigações Especiais	-	-	-
Valor líquido	**5.907.908**	**234.543**	**40.652**
Ano do Fim da Concessão	2024	2029	2028
Valor Residual			
Taxa de Desconto com Benefício Fiscal	7,06%		
Taxa de Desconto sem Benefício Fiscal	6,33%		
Resultado da avaliação do ativo	**13.568.108**	**(435.860)**	**(5.569)**
Impairment (constituído)/revertido em 2016	-	(18.228)	(5.569)
Total do *impairment* Revertido	**(23.797)**		

Os montantes de *impairment,* na UHE Samuel (R$18.228) e na UHE Curuá-Una (R$5.569), foram originado substancialmente, pelo aumento de 25% na projeção de PMSO comparada a projeção realizada em 2015.

Na avaliação da UHE Tucuruí não foi apurado *impairment*.

O impacto total referente ao registro do valor recuperável no resultado do exercício foi uma provisão de R$ 23.797 (2015 – provisão de R$ 63.932).

33.2 Contratos Onerosos

A Administração testou os contratos da UHE Coaracy Nunes e de comercialização de energia Brasil-Venezuela por não possuírem ativos diretamente associados.

33.2.1 Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável

	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	LT Brasil/ Venezuela	Total
Saldos em 31.12.2015				
Passivo circulante	5.577	-	3.496	9.073
Passivo não circulante	145.003	-	94.379	239.382
	150.580	**-**	**97.875**	**248.455**
Provisão em 2016	(41.532)	-	(100.958)	(142.490)
Saldos em 31.12.2016				
Passivo circulante	7.389	-	6.856	14.245
Passivo não circulante	184.723	-	191.977	376.700
Total	**192.112**	**-**	**198.833**	**390.945**

O contrato associado à UHE Coaracy Nunes indicou provisão de R$ 41.532, decorrente do aumento de 25% na projeção de PMSO comparada à realizada em 2015.

O contrato de comercialização Brasil/Venezuela indicou provisão de R$100.958, decorrente do aumento de 25% na projeção de PMSO comparada à realizada em 2015, associado a um aumento na projeção cambial, que aumentou o custo estimado de compra de energia em relação à projeção anterior.

NOTA 34 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendas				
- Aplicações financeiras	99.822	167.851	100.497	173.011
	99.822	**167.851**	**100.497**	**173.011**
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica				
- Juros sobre atraso de pagamento	(16.745)	29.157	(16.729)	32.466
- Multa sobre atraso de pagamento	11.068	10.090	11.068	10.090
	(5.677)	**39.247**	**(5.661)**	**42.556**
Variação monetária e cambial ativa				
- Atraso de pagamento - faturas de energia	78.741	41.268	78.741	41.268
- Atualização créditos CERON	395.669	659.262	395.669	659.262
- Outras variações ativas	69.312	154.145	62.049	106.418
	543.722	**854.675**	**536.459**	**806.948**
Outras receitas financeiras				
- Ganhos com derivativos	218.714	(8.066)	218.714	(8.066)
- Outras receitas financeiras	42.723	3.477	42.723	3.477
	261.437	**(4.589)**	**261.437**	**(4.589)**
TOTAL DAS RECEITAS	**899.304**	**1.057.184**	**892.732**	**1.017.926**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Variação monetária e cambial passiva				
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(127.855)	(135.404)	(137.008)	(144.059)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	82.885	(264.339)	82.885	(264.339)
- Outras variações passivas	(156.818)	(202.681)	(156.818)	(202.681)
	(201.788)	**(602.424)**	**(210.941)**	**(611.079)**
Encargos de dívidas				
- Empréstimos e financiamentos	(404.739)	(350.485)	(404.739)	(350.485)
- Dividendos	(227.342)	(228.847)	(227.342)	(228.847)
	(632.081)	**(579.332)**	**(632.081)**	**(579.332)**
Outras despesas financeiras				
- Pesquisa e desenvolvimento	(13.706)	(13.914)	(13.706)	(13.914)
- Perdas com derivativos	-	(213.600)	-	(213.600)
- Juros e multas diversas	(24.483)	(21.719)	(25.076)	(23.246)
- Outras despesas financeiras	(5.633)	(3.942)	(5.633)	(3.942)
	(43.822)	**(253.175)**	**(44.415)**	**(254.702)**
TOTAL DAS DESPESAS	**(877.691)**	**(1.434.931)**	**(887.437)**	**(1.445.113)**
RESULTADO FINANCEIRO	**21.613**	**(377.747)**	**5.295**	**(427.187)**

O resultado financeiro apresentou variação positiva no período, passando de um saldo de despesa financeira de R$ 377.747 em 2015 para um saldo de receita financeira de R$ 21.613 em 2016. A variação registrada é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

Variação positiva de R$ 440.380, pela valorização dos instrumentos financeiros derivativos decorrentes da variação positiva no preço do alumínio e da variação cambial favorável do Dólar no mercado internacional para esta operação, o que contribuiu para o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos (nota 11.1). Em 2016 a Companhia apurou ganho no total de R$ 218.714, diferente do cenário verificado em 2015, quando foi apurado perda de R$ 221.666.

Com relação aos empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia registrou variação positiva de 131% (R$ 347.224) quando comparado ao mesmo período de 2015, impactado pela desvalorização do Real frente ao Dólar. Já em 2016 houve apreciação do Real em relação ao Dólar provocando uma variação negativa e consequente redução dos encargos incidentes sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

Além disso, tivemos reconhecidos na receita financeira a atualização dos créditos devidos pela CERON à Companhia, cujo saldo acumulado no encerramento do exercício, R$ 395.666, impactou positivamente o resultado financeiro.

NOTA 35 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	CONTROLADORA					
	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**3.723.111**	**3.723.111**		**99.174**	**99.174**	
Alíquota nominal	**25%**	**9%**		**25%**	**9%**	
Despesa nominal	**(930.778)**	**(335.080)**		**(24.794)**	**(8.926)**	
Efeitos de adições e exclusões fiscais						
Provisões operacionais	(36.379)	(13.096)		(368.631)	(132.707)	
Equivalência patrimonial	(248.799)	(89.568)		40.964	14.747	
Demais adições e exclusões	959.437	343.674		8.727	867	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	73.689	28.221		105.015	37.805	
Incentivos fiscais	182.830	-		16.029	-	
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	**-**	**(65.849)**	**(65.849)**	**(222.690)**	**(88.214)**	**(310.902)**
IRPJ e CSLL Correntes	-	(65.849)	(65.849)	(222.689)	(88.213)	(310.902)
IRPJ e CSLL Diferidos	(340.061)	(128.360)	(468.421)	192.636	120.763	313.399
	(340.061)	**(194.209)**	**(534.270)**	**(30.053)**	**32.550**	**2.497**
Alíquota efetiva	**9,13%**	**5,22%**		**30,30%**	**-32,82%**	

	CONSOLIDADO					
	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**3.723.111**	**3.723.111**		**99.174**	**99.174**	
Alíquota nominal	**25%**	**9%**		**25%**	**9%**	
Despesa nominal	**(930.778)**	**(335.080)**		**(24.794)**	**(8.926)**	
Efeitos de adições e exclusões fiscais						
Provisões operacionais	(36.379)	(13.096)		(368.631)	(132.707)	
Equivalência patrimonial	(248.799)	(89.568)		40.964	14.747	
Demais adições e exclusões	959.437	343.674		8.727	867	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	73.689	28.221		105.015	37.805	
Incentivos fiscais	182.830	-		16.029	-	
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	**-**	**(65.849)**	**(65.849)**	**(222.690)**	**(88.214)**	**(310.902)**
IRPJ e CSLL Correntes	-	(65.849)	(65.849)	(222.689)	(88.213)	(310.902)
IRPJ e CSLL Diferidos	(340.061)	(128.360)	(468.421)	192.636	120.763	313.399
	(340.061)	**(194.209)**	**(534.270)**	**(30.053)**	**32.550**	**2.497**
Alíquota efetiva	**9,13%**	**5,22%**		**30,30%**	**-32,82%**	

O aumento na despesa com IRPJ e CSLL no exercício 2016 quando comparado a 2015, é decorrente do registro de despesa diferida (passivo fiscal diferido) sobre diferenças temporárias oriunda do reconhecimento do ativo financeiro relativo à RBSE que no período somou R$ 1.222.529 (nota 10.2). Em contrapartida, foi contabilizada receita diferida com IRPJ e CSLL decorrentes do ativo fiscal diferido oriundo de créditos fiscais acumulados no valor de R$ 590.673.

35.1. Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesse contexto, a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceu o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica para os seguintes empreendimentos e períodos relacionados abaixo:

- Usina hidrelétrica Tucuruí, período de 2012 a 2021, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Samuel, período de 2014 a 2023, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Coaracy Nunes, período de 2015 a 2024, Laudo 009/2015
- Usina hidrelétrica Curuá-Una, período de 2015 a 2024, Laudo 126/2015
- Transmissão no Estado do Mato Grosso, de 2016 a 2025, Laudo 012/2016
- Transmissão do Estado de Tocantins, período de 2016 a 2025, Laudo 001/2016
- Transmissão do Estado de Boa Vista, período de 2016 a 2025, Laudo 060/2016

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e, adicionais não restituíveis, apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Neste exercício houve aproveitamento do incentivo para imposto de renda no total de R$ 182.830 (2015 – R$ 16.029).

NOTA 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

36.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucurí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R$ 147.084 (2015 – R$ 123.524) (nota 28.3).

36.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas. Os valores informados abaixo estão sujeitos à aprovação do SEST.

SPE	Participação da Companhia	2017	2018	2019	TOTAL
GERAÇÃO		**597.162**	**161.510**	**18.150**	**776.822**
Norte Energia S.A.	19,80%	396.004	145.380	18.150	559.534
Consórcio energético SINOP S.A.	24,50%	201.158	16.130	-	217.288
TRANSMISSÃO		**232.487**	**88.200**	**-**	**320.687**
Norte Brasil Transmissora Energia S.A.	24,50%	61.134	-	-	61.134
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50%	159.500	-	-	159.500
Tramissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00%	11.853	-	-	11.853
Transnorte Energia S.A.	49,00%	-	88.200	-	88.200
TOTAL DE APORTES		**829.649**	**249.710**	**18.150**	**1.097.509**

36.3. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão em corrente contínua de +- 800Kv, Xingu-Estreito, estação conversora CA/CC, +- 800Kv, 4000 MW, junto à SE 500Kv Xingu, estação conversora CA/CC, +- 800Kv, 3850 MW, junto à SE 500Kv Estreito, que está sendo realizada por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., constituída para tal. Os sócios do empreendimento são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia havia recebido da State Grid R$ 314.919.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	-	135.828	135.828
Aporte	-	126.801	126.801
Atualização montetária do período	12.035	40.255	52.290
Transferências	-	-	-
Saldo total em 31/12/2016	**12.035**	**302.884**	**314.919**

NOTA 37 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

37.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	31/12/16			31/12/15		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	**191**	**175**	**408**	**24**	**160**	**125**
Serviços prestados	191	-	2.533	24	-	-
Uso da rede de transmissão	-	175	(2.124)	-	160	(2.126)
Outros	-	-	-	-	-	2.251
Belo Monte Transmissora de Energia S.P.E.	**584**	**-**	**1.592**	**-**	**-**	**-**
Serviços prestados	584		1.592	-	-	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	**855**	**99**	**1.411**	**106**	**88**	**2.347**
Serviços prestados	855	-	2.588	106		
Uso da rede de transmissão	-	99	(1.177)	-	88	(1.176)
Outros	-	-	-	-	-	3.523
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	**64**	**-**	**540**	**57**	**-**	**517**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	1	-	11	1	-	-
Uso da rede de transmissão	63	-	529	56	-	507
Outros	-	-	-	-	-	10
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	**75**	**-**	**635**	**67**	**-**	**604**
Serviços prestados	1		15	1	-	-
Uso da rede de transmissão	74		620	66	-	593
Outros				-	-	11
Companhia Energética SINOP S.A	**-**	**-**	**-**	**36.750**	**-**	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-			36.750	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	**202**	**-**	**1.615**	**172**	**-**	**1.557**
Serviços prestados				-	-	-
Uso da rede de transmissão	202		1.615	172	-	1.557
Integração Transmissora de Energia S.A.	**548**	**698**	**(2.146)**	**317**	**648**	**(2.756)**
Uso da rede de transmissão		698	(6.300)	-	648	(6.429)
Serviços prestados	548		4.153	317	-	-
Outros				-	-	3.673
Manaus Transmissora de Energia S.A.	**1.482**	**888**	**(8.075)**	**1.396**	**800**	**(6.698)**
Uso da rede de transmissão		888	(8.075)	-	792	(9.154)
Adiantamento para futuro aumento de capital	415			329	-	2.573
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	1.067			1.067	-	-
Outros			-	-	8	(117)
Norte Energia S.A.	**2.019**	**-**	**57.119**	**444**	**-**	**39.681**
Uso da rede de transmissão	1.909	-	6.169	374	-	423
Serviços prestados	110		50.950	40	0	0
Outros				30	-	39.258
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	**203**	**1.538**	**(13.232)**	**-**	**1.459**	**(14.636)**
Uso da rede de transmissão		1.538	(14.267)	-	1.459	(14.636)
Serviços prestados	203		1.035			
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	**22**	**239**	**(2.034)**	**-**	**214**	**(2.221)**
Uso da rede de transmissão		239	(2.134)	-	214	(2.221)
Serviços prestados	22		121			
Outros			(21)			
Transnorte Energia S.A	**66**	**36**	**378**	**-**	**36**	**(186)**
Uso da rede de transmissão		36	(333)	-	36	(186)
Serviços prestados	66		711			
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	**84**	**19.732**	**(140.827)**	**7.174**	**-**	**-**
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	84			-	-	-
Outros		19.732	(140.827)	7.174	-	-
Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)	**-**	**2**	**55.071**	**-**	**-**	**-**
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS		2	66.493			
Outros			(11.422)	-	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	**66**	**-**	**559**	**1**	**-**	**10**
Serviços prestados	1		544	-	-	-
Uso da rede de transmissão	65		14	-	-	-
Outros				1	-	10
TOTAL	**6.461**	**23.406**	**(46.986)**	**46.508**	**3.405**	**18.344**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

37.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	31/12/16			31/12/15		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	**20.245**	**-**	**12.139**	**19.532**	**-**	**4.639**
Uso da rede de transmissão	3.537		12.614	939	-	4.639
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	119		(475)	18.593	-	-
Outros	16.589					
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	**3.382**	**-**	**(535)**	**1.460**	**-**	**-**
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	3.382		(535)	1.460	-	-
Boa Vista Energia S.A.	**569.856**	**283**	**229.301**	**371.358**	**194**	**188.828**
Suprimento de energia elétrica	224.174		232.139	81.515	-	188.828
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS		279	(2.839)			
Outros	345.682	4		289.843	194	-
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal	**8.833**	**-**	**45.463**	**7.569**	**-**	**42.874**
Suprimento de energia elétrica	8.578		43.742	7.301	-	41.045
Uso da rede de transmissão	255		1.721	174	-	1.829
Outros				94	-	-
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa	**6.939**	**-**	**21.192**	**4.297**	**-**	**19.858**
Suprimento de energia elétrica	6.598		17.875	3.916	-	17.047
Uso da rede de transmissão	324		3.232	281	-	2.811
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	17		84	13	-	-
Outros				87	-	-
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	**2.265.724**	**154**	**294.500**	**1.986.273**	**-**	**671.821**
Suprimento de energia elétrica	29		265	19	-	207
Uso da rede de transmissão	1.625		13.573	1.372	-	12.352
Contas a receber (operação termonorte)	2.264.069		282.634	1.984.660	-	659.262
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS			(1.675)			
Outros		154	(298)	222	-	-
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee	**90.272**	**-**	**218.923**	**119.216**	**-**	**208.756**
Suprimento de energia elétrica	89.900		216.158	113.913	-	206.302
Uso da rede de transmissão	353		2.765	298	-	2.454
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	18			16	-	-
Outros				4.989	-	-
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf	**4.310**	**3.153**	**4.275**	**3.805**	**2.967**	**8.131**
Receita Uso da rede de transmissão	4.310		44.167	3.682	2.967	8.131
Despesa Uso da rede de transmissão		3.130	(38.045)			
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS		23	(401)	123	-	-
Dispêndios a receber, empregados cedidos e PPRS			(1.445)			
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre	**647**	**-**	**125**	**504**	**-**	**4.622**
Suprimento de energia elétrica	75		346	26	-	257
Uso da rede de transmissão	572	-	-	478	-	4.365
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS			(221)			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	**7.852**	**4.479.100**	**(454.377)**	**14.785**	**4.534.004**	**(232.473)**
Empréstimos e financiamentos		2.757.175	(198.230)	-	2.986.067	(232.473)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS				14.785	-	-
Dispêndios a receber, empregados cedidos e PPRS	7.852		(39.773)			
Obrigações com a Controladora		1.721.925	(216.371)	-	1.543.463	-
Outros			(3)	-	4.474	-
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	**767**	**-**	**5.245**	**543**	**-**	**5.717**
Uso da rede de transmissão	611		6.313	525	-	5.717
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	156		(1.068)	18	-	-
	1.008	-	55.071			
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	**504**	**-**	**66.493**	**11.574**	**-**	**-**
Outros	504		(11.422)	11.574	-	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	**559**	**72.942**	**(35.900)**	**404**	**341.322**	**(38.163)**
Receita Uso da rede de transmissão	88		909	76	2.941	(38.211)
Despesa Uso da rede de transmissão		3.022	(37.318)			
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	471	180	(1.198)	310	-	-
Dispêndios a receber, empregados cedidos e PPRS			1.707			
Serviços prestados				18	-	-
Aquisição de ativos		69.740		-	238.093	-
Outros				-	100.288	48
Furnas Centrais Elétricas S.A.	**193**	**3.749**	**(15.158)**	**4.828**	**3.555**	**(11.784)**
Receita Uso da rede de transmissão	193	3.749	32.686	3.573	3.555	(11.784)
Despesa Uso da rede de transmissão			(45.346)			
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS			(1.286)	102	-	-
Dispêndios a receber, empregados cedidos e PPRS			(1.212)			
Serviços prestados				1.153	-	-
TOTAL	**2.980.083**	**4.559.381**	**391.685**	**2.557.186**	**4.882.151**	**965.576**

- **Encargos do uso da rede elétrica**

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP). A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

- **Serviços prestados**

Refere-se a serviços de gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas, executados, normalmente, durante a construção dos empreendimentos.

- **Dispêndios a reembolsar e empregados cedidos:**

Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos por empregados das partes relacionadas, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados das partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

- **Suprimento de energia elétrica**

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

- **Contas a receber (operação Termo Norte)**

Refere-se aos valores a receber da CERON da manutenção da operação da Termo Norte (nota 15).

- **Remuneração de acionistas**

Refere-se aos pagamentos efetuados como dividendos ao controlador, conforme descrito na nota 23.

- **Contratos de financiamentos e empréstimos**

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado (nota 21).

37.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	3.859	3.760
Encargos sociais	35	126
Benefícios	387	371
Outros	248	29
Total	**4.529**	**4.286**

NOTA 38– INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

38.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/12/16	31/12/15
Financiamentos, empréstimos e debêntures	21	5.321.527	5.011.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(8.992)	(51.683)
Dívida líquida		**5.312.535**	**4.960.276**
Patrimônio líquido	30.1	15.096.563	11.974.681
Total do capital		**20.409.098**	**16.934.957**
Índice de alavancagem financeira		**26%**	**29%**

38.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	31/12/16	31/12/15
Empréstimos e recebíveis		**13.506.598**	**8.996.843**
Clientes	8	1.061.489	1.039.844
Financiamentos e empréstimos	21	-	98.109
Ativo financeiro concessões de serviço público	9	9.660.565	5.395.400
Crédito junto à Ceron	15	2.219.065	1.984.659
Outros ativos	12	565.479	478.831
Mensurados a valor justo por meio do resultado		**515.109**	**1.162.928**
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.992	51.683
Instrumentos financeiros derivativos	11	228.773	46.311
Títulos e valores mobiliários	7	277.344	1.064.934

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	31/12/16	31/12/15
Mensurados ao Custo Amortizado		**7.760.882**	**6.794.000**
Fornecedores	20	716.737	917.088
Financiamentos e empréstimos	21	5.120.152	4.792.156
Debêntures	21.9	201.375	219.803
Convênios	28.2	81.283	77.345
Contratos onerosos	33	390.945	248.455
Outros passivos	30	1.250.390	539.153
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado		**44.017**	**80.269**
Instrumentos financeiros derivativos	11	44.017	80.269

38.2.1. Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) Caixa e Equivalentes de caixa: mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b)Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

c) Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.

f) Derivativos embutidos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo embutido.

g) Demais ativos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

38.2.2. Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R$ 5.321.527 (2015 - R$ 5.011.959), e apresentam o equivalente em US$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ (equivalentes)	R$	%
Dólar Norte-Americano	112.185	365.611	7%
Real	1.479.355	4.821.218	91%
Iene	41.331	134.698	3%
Euro	-	-	0%
	1.632.871	**5.321.527**	**100%**

c) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

38.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

38.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 21.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	31/12/16	31/12/2015
Passivos		
Dólar norte-americano	365.611	490.367
Euro	-	5
Iene	134.698	174.886
Total	**500.309**	**665.258**

38.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

38.3.3. Risco de *commodities*

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em megawatts médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP Billiton (South32)	01/07/2004	31/12/2017	315 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band,* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773. 21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

A perda apurada na operação com derivativos oriundo dos contratos de fornecimento de energia no exercício é de R$ 182.462 (2015 – perda de R$ 213.600) – Nota 11.1. A posição patrimonial líquida apresentada é ativa em R$ 184.756 (2015 – R$ 33.958).

38.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações. A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 30 de dezembro de 2016	Saldos em 31 de dezembro de 2015
Caixa e equivalentes de caixa	8.992	51.683
Títulos e valores mobiliários	277.344	1.064.934
Clientes	1.061.489	1.039.844
Ativo financeiro-concessão de serviço público	9.660.565	5.395.400
Créditos junto à Ceron	2.219.065	1.984.659
Outros ativos	565.479	576.940
Total	**13.792.934**	**10.113.460**

Caixa e equivalentes de caixa: Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Títulos e Valores Mobiliários: As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Clientes: A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Ativo financeiro-concessão de serviço público: O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Indenização de concessões e direito de ressarcimento: O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

Créditos junto à CERON: Esse créditos foram objetos de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 15).

Outros ativos: Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

38.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 11. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	31/12/16 ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		2.393.134	1.114.720	1.512.355	3.087.515
Fornecedores	20	547.870	168.867	-	-
Financiamentos e empréstimos	21	944.387	-	1.414.218	2.761.547
Debêntures	21.9	12.442	10.300	41.200	137.433
Folha de pagamento e obrigações estimadas	24	339.681	7.162	-	-
Outros passivos + contrato oneroso	28	548.754	928.391	56.937	188.535
Mensurados a valor justo por meio do resultado		**332**	**43.685**	**-**	**-**
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	332	43.685	-	-

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		31/12/2015 ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		1.923.660	1.494.575	1.572.419	2.239.466
Fornecedores	20	584.532	164.216	168.340	-
Financiamentos e empréstimos	21	601.457	1.043.046	1.210.203	1.937.450
Debêntures	21.9	14.555	10.300	41.200	153.748
Folha de pagamento e obrigações estimadas		245.395	7.637	7.633	-
Outros passivos	28	477.721	269.376	145.043	148.268
Mensurados a valor justo por meio do resultado		**1.748**	**78.521**	**-**	**-**
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	1.748	78.521	-	-

38.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2017 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

38.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

38.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 31/12/2016			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2017	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R$/US$)	112.185	365.611	3,4500	2,588	1,725	290.279	193.519
IPCA	-	1.767.942	4,75%	0,036	0,024	1.830.925	1.809.931
TJLP	-	1.049.311	7,50%	0,056	0,038	1.108.335	1.088.660
SELIC	-	4.128	9,50%	0,071	0,048	4.422	4.324
EURO(R$/€)	-	-	3,5700	2,678	1,785	-	-
IENE(R$/¥)	4.827.885	134.698	0,0294	0,022	0,015	106.455	70.970
TOTAL		**3.321.690**				**3.340.416**	**3.167.404**

Contratos Obtidos - 2015			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R$/US$)	184.439	490.367	4,2500	3,188	2,125	587.898	391.932
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,052	0,035	1.952.837	1.920.676
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,053	0,035	1.293.197	1.271.696
SELIC	-	72.874	15,25%	0,114	0,076	81.209	78.431
EURO(R$/€)	2	5	4,7807	3,585	2,390	6	4
IENE(R$/¥)	7.877.748	174.886	0,0354	0,027	0,018	209.253	139.502
TOTAL		**3.823.176**				**4.124.400**	**3.802.240**

38.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 31/12/2016			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2017	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R$/US$)	112.185	365.611	3,4500	4,313	5,175	483.798	580.558
IPCA	-	1.767.942	4,75%	0,059	0,071	1.872.914	1.893.908
TJLP	-	1.049.311	7,50%	0,094	0,113	1.147.684	1.167.358
SELIC	-	4.128	9,50%	0,119	0,143	4.618	4.716
EURO(R$/€)	-	-	3,5700	4,463	5,355	-	-
IENE(R$/¥)	4.827.885	134.698	0,0294	0,037	0,044	177.425	212.910
TOTAL		**3.321.690**				**3.686.438**	**3.859.450**

Contratos Obtidos - 2015			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R$/US$)	184.439	490.367	4,2500	5,313	6,375	979.830	1.175.796
IPCA	-	1.856.353	6,93%	0,087	0,104	2.017.160	2.049.321
TJLP	-	1.228.691	7,00%	0,088	0,105	1.336.201	1.357.704
SELIC	-	72.874	15,25%	0,191	0,229	86.766	89.544
EURO(R$/€)	2	5	4,7810	5,976	7,171	9	11
IENE(R$/¥)	7.877.748	174.886	0,0350	0,044	0,053	348.754	418.505
TOTAL		**3.823.176**				**4.768.720**	**5.090.881**

38.4.2. Derivativos embutidos

38.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 38.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1,450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2016	228.773	-	-	686.496	886.555
2015	46.311	-	-	400.552	603.139
2014	259.911	7.084	-	643.998	842.464
2013	216.155	-	-	587.693	1.067.039

38.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 11.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2016	44.017	37.488	30.774	50.122	55.673
2015	80.269	70.981	59.963	87.874	94.045
2014	72.203	67.176	61.846	76.875	81.165
2013	89.885	85.081	79.919	94.304	98.330

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

38.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

(Circulante / Não circulante)	Nota	31/12/16				31/12/15			
		NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado		**277.344**	**228.773**	**-**	**506.117**	**1.065.174**	**46.311**	**-**	**1.111.485**
Títulos e valores mobiliários	7	277.344	-	-	277.344	1.065.174	-	-	1.065.174
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	228.773	-	228.773	-	46.311	-	46.311
PASSIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado		**-**	**44.017**	**-**	**44.017**	**-**	**80.269**	**-**	**80.269**
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	44.017	-	44.017	-	80.269	-	80.269

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras estimadas na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 39 – SEGUROS

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 5.188.978 (2015 - R$ 5.332.739).

Risco	Importânica Segurada	Prêmio	Período de vigência
Risco Operacional	4.924.177	24.581	26/12/2016 a 26/12/2017
Incêndio Bens Móveis - Sede e Escritório de São Paulo	68.502	7	09/12/2016 a 09/12/2017
Incêndio Bens Móveis - Regionais	87.945	8	04/05/2016 a 04/05/2017
Seguro de Pessoas	8.354	4.581	30/04/2016 a 30/04/2017
Responsabilidade Civil	100.000	474	14/12/2016 a 14/12/2017
Responsabilidade Civil - Conselheiros Diretores, Administradores e/ou /Gestores da Eletronorte (Seguro de D&O)	-	1.263	24/09/2016 a 24/09/2017
Seguro Garantia Judicial	-	18.636	03/11/2016 a 03/12/2017
TOTAL	**5.188.978**	**49.550**	

39.1. Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

39.2. Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

39.3. Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

NOTA 40 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2016 e de 2015.

O salário base de empregados não considera o honorário de diretor empregado.

A gratificação de função considera os valores referentes à incorporação de função.

Valores em (R$)	2016		2015	
	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
Diretores (administradores)	**39.665,54**	**37.776,99**	**39.665,54**	**37.776,99**
Empregados				
Salário Base	33.930,27	3.383,19	31.048,92	3.050,13
Produtividade 50/88	1.478,00	135,33	1.352,49	-
Gratificação de função	22.002,56	248,05	9.113,31	-
Irredutibilidade Salarial	4.377,00	1,77	2.763,00	-
Gratificação por tempo de serviço	16.935,48	101,50	15.497,35	61,00
	78.723,31	**3.869,84**	**59.775,07**	**3.111,13**
Valores em (R$)	**SALÁRIO MÉDIO**	**REMUNERAÇÃO MÉDIA**	**SALÁRIO MÉDIO**	**REMUNERAÇÃO MÉDIA**
Diretores	-	38.154,70	-	38.154,70
Empregados	11.058,58	17.503,38	9.762,29	15.637,95

NOTA 41 – EVENTOS SUBSEQUENTES

41.1. Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE)

Através do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2017/2021, elaborado pelo Grupo Eletrobrás e aprovado pelo Conselho de Administração em 09/11/2016, a Eletrobrás definiu uma série de medidas voltadas para a redução de despesas operacionais e ganho de eficiência. Dentre as medidas está o Plano de Aposentaria Extraordinário, aprovado pela Administração da Eletrobrás e demais órgãos competentes, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.735/2001 de 24 de janeiro de 2001.

41.2. Portaria MME nº 81 de 03 de março de 2017.

O Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 81/2017, determinando que a programação da Conta de Desenvolvimento Energético para 2017 inclua a previsão das prestações dos Contratos de Confissão de Dívidas (CCDs) firmados até 31 de dezembro de 2016 entre a Eletrobras e os beneficiários da Conta de Consumo de Combustíveis. O objetivo é manter a previsão dessas prestações, que já constavam no orçamento da CDE (nota 15).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

41.3. Aprovação de linha de crédito

Em 12 de janeiro de 2017 a Administração da Companhia aprovou, com a interveniência da Eletrobrás, a contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 500 milhões, com o objetivo de reforço financeiro ao fluxo de caixa da Companhia.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 23 de março de 2017.
ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Presidente em exercício
ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro
WILSON FERNANDES DE PAULA
Diretor de Planejamento e Engenharia
ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa
WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA
Contador - CRC-DF-017943/O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR
Presidente
RAFAELLO ABRITTA
Conselheiro
MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA
Conselheiro
JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Conselheiro
TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Conselheiro
MARCUS ANDRÉ SILVEIRA DE CERQUEIRA
Conselheiro

CONSELHO FISCAL
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
Presidente
JOÃO VICENTE AMATO TORRES
Conselheiro
WILLIAM BAGHDASSARIAN
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, bem como a proposta de destinação do resultado, a qual leva em consideração a retenção de parcela do lucro a título de Reserva de Lucros a Realizar, e a remuneração aos acionistas correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma de dividendos, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2016. Com base no disposto no Parágrafo 4º, do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, a Administração da Companhia declara que o pagamento dos dividendos previstos é incompatível com a situação financeira da Companhia para o exercício de 2017 e consigna nas Demonstrações Financeiras a proposta de constituição de Reserva Especial de Dividendo Obrigatório não Distribuído. Com base nos exames efetuados, na exposição dos administradores, bem como considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 23 de março de 2017, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos retratam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da Empresa e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília - DF, 23 de março de 2017
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
JOÃO VICENTE AMATO TORRES
DERLI ANTUNES PINTO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, aos Conselheiros e aos Diretores da
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R$ 36.563 mil, como resultado da baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que uma de suas controladas em conjunto capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Créditos com a CERON

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta créditos a receber da Centrais Elétricas de Rondônia - CERON no montante de R$ 2.219.065 mil, referente substancialmente ao contrato de suprimento da usina Termo Norte II, que serão realizados financeiramente mediante recursos a serem repassados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Continuidade operacional de empreendimentos controlados em conjunto

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17, as empresas investidas: Energética Águas da Pedra S.A., Amapari Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., Norte Energia S.A. e Manaus Construtora Ltda. apresentaram, em 31 de dezembro de 2016, capital de giro negativo e passivo a descoberto totais nos montantes de R$ 2.897.353 mil e R$ 23.868 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia mantém investimentos na Norte Energia S.A., na Companhia Energética Sinop S.A., na Belo Monte Transmissora de Energia S.A. e na Transnorte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos de Belo Monte; da UHE Sinop; da construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte; e à construção, à implantação, à operação e à manutenção da Linha de Transmissão de Energia Elétrica LT 500 kV - Lechuga - Equador - Boa Vista. A conclusão das obras, a recuperação dos investimentos e o consequente início das operações dependem da capacidade de tais empresas continuarem a obter os recursos necessários para a continuidade e a conclusão dos projetos. A continuidade operacional das empresas controladas em conjunto citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, uma vez que não são requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de março de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF
Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6
Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

BOA VISTA ENERGIA S/A

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2016, a Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobras, em reunião realizada em 22/07/2016, deliberou pela reprovação da assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica n° 06/2001 da Boa Vista Energia S.A..

Em 26 de julho de 2016, com a edição da Portaria MME n° 388/2016, o Ministério de Minas e Energia - MME aprovou os termos e as condições para a Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, nos termos do art. 9°, § 1°, da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Em 03 de agosto de 2016, com a edição da Portaria MME nº 425/2016, o Ministério de Minas e Energia - MME designou a Boa Vista Energia S.A. como responsável pela prestação do serviço de distribuição de energia elétrica de forma temporária no estado de Roraima com vistas a garantir a continuidade do serviço, nos termos do art. 9º, paragrafo único da lei 12.783 de 11/01/2013.

Em função dessa nova condição da empresa, foi emitido pelo Diretor da ANEEL o Despacho nº 2447, publicado no D.O.U. em 21 de setembro de 2016, definindo a necessidade da Boa Vista Energia S.A. apresentar um Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição com as seguintes metas:

a)Redução de 8,9% no DEC e de 4,1% no FEC até dezembro de 2017 em relação aos valores das respectivas médias dos meses de agosto de 2015 a julho de 2016;

b)Redução da Perda Total sobre a Energia Injetada anualizada verificada em 2015 de 12,95% para 12,00% em 2017.

c)Redução de 5% no parâmetro "PMSO de Referência Ajustado sem Provisões" com relação ao valor registrado em 2015.

Essa situação está afetando de forma direta as atividades operacionais e os fornecedores, além da redução criteriosa nos investimentos obrigatórios para manutenção da qualidade do serviço, que foram suportadas apenas pelos recursos gerados através da Parcela B.

Importante frisar que em 05/08/2016, foi publicada a Portaria MME n.º 425 de 03 de agosto de 2016, estabelecendo a Boa Vista Energia S.A. como Responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica em todo o Estado de Roraima.

Em 23/09/2016, o Despacho do Ministro de Minas e Energia definiu que a prestação do Serviço de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 425, de 3 de agosto de 2016, dar-se-á a partir de zero hora do dia 1º de janeiro de 2017.

Para que possamos superar este novo desafio, cabe à Agência Reguladora a homologação dos critérios de eficiência e de remuneração adequados, com vistas a evitar uma insustentável situação de desiquilíbrio econômico-financeiro, tendo como pressuposto básico o princípio da neutralidade, refletindo todos os custos necessários ao atendimento ao interior do Estado de Roraima sem gerar déficit ou superávit no resultado final da Boa Vista Energia S.A.

A compreensão deste ambiente transitório do negócio da Distribuição é fundamental para a avaliação dos Demonstrativos de Resultados Econômico e Financeiro e do Balanço Patrimonial da Empresa, ora apresentados, tendo em vista que os mesmos estão fortemente afetados por fatores exógenos e episódicos, obrigando a realização de um enorme volume de Provisões que afetam diretamente o Resultado neste ano.

A Empresa por ter no seu campo de ação, além da natureza intrínseca de uma Distribuidora, responsabilidades com a Geração de Energia em Sistemas Isolados e com Contratos Bilaterais provenientes do regime do Sistema Isolado, vem contabilizando enormes prejuízos, tendo em vista a falta de reconhecimento de diversos custos na tarifa ou na cobertura pela Conta de Desenvolvimento Energético - Consumo de Combustível - CDE/CCC, apesar dos pleitos realizados pela distribuidora à ANEEL, ainda em avaliação e/ou homologação de valores.

2. Ambiente Econômico para a Área de Concessão

O Mercado de energia no município de Boa Vista vem apresentando crescimento sustentado, tanto em relação ao número de consumidores como em relação ao consumo, conforme abaixo.

Crescimento número de consumidores (mil)

2013	2014	2015	2016
97.203	102.078	106.236	112.180

Crescimento mercado cativo (MWh)

2013	2014	2015	2016
55.793	65.338	69.894	69.562

A Classe de Consumo Iluminação Pública foi a que apresentou o maior crescimento percentual, com aumento de 32,28% em relação a 2015, tendo em vista o incremento de 9.662,944MWh na fatura de agosto/2016, decorrentes de valores não declarados e faturados em anos anteriores.

Apesar de menores em relação a anos anteriores, as classes Residencial e Comercial continuaram apresentando taxas significativas de crescimento, com 4% e 3,5%, respectivamente. Atribuímos a redução nas taxas de crescimento, ao expressivo índice de reajuste tarifário (41,52%), concedido pela ANEEL à EDRR em novembro/2015 e ao cenário recessivo enfrentado pelo Brasil.

2.1 Perfil

2.1.1 A Eletrobras Distribuição Roraima

O ano de 1989 foi marcado pelo surgimento da Regional da Eletronorte em Boa Vista, com a encampação de parte da Empresa Energética de Roraima - CERR, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Esta regional surgiu com o propósito de empresa de distribuição, comercialização e geração de energia elétrica, assumindo assim as atividades até então desenvolvidas pela CERR na Capital.

Já em 23 de dezembro de 1997, foi criada a Boa Vista Energia S/A denominada neste relatório de "Empresa", começando a atuar no município de Boa Vista em 3 de fevereiro de 1998, a partir da assinatura do "Termo de Compromisso de Assunção de Direitos e Obrigações", juntamente com a Eletronorte. Atua no mercado de acordo com a legislação e normas que regem o Setor Elétrico Brasileiro, conforme Contrato de Concessão nº 021/2001, estabelecido com o Poder Concedente por meio do Órgão Regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Seu Estatuto foi publicado no Diário Oficial da União, nº 31, em 13 de fevereiro de 1998, seção 01, páginas 55 e 56.

Como consequência, se tornou uma Sociedade Anônima Fechada - Empresa Pública, sendo uma subsidiária integral da Eletronorte, inscrita no CNPJ nº 02.341.470/0001-44, controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A partir de julho de 2001, com a construção da Linha de Transmissão em tensão de 230 kV, a Subestação de Santa Elena do Uairen na Venezuela, pertencente a CVG EDELCA, foi interligada à Subestação Boa Vista de propriedade da Eletronorte, situada na região do Monte Cristo, zona rural deste município. Dessa Subestação derivam as linhas de Subtransmissão de 69 KV, interligando as 03 (três) Subestações da Boa Vista Energia S/A, SE Centro, SE Floresta e SE Distrito.

Além de atender o mercado do município de Boa Vista a empresa fornece energia elétrica à Companhia Energética de Roraima - CERR, para atendimento a oito municípios, sendo Cantá, Bonfim, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí, São Luiz do Anauá e Rorainópolis.

Com o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, foi definida e implantada uma nova arquitetura de marca para as empresas que compõem o Sistema Eletrobras. Nesse contexto, como participante desse Sistema, a Boa Vista Energia S/A com a nova arquitetura e marca construída, a partir de março de 2010 passou a se chamar Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, ficando sob a gestão da Holding Eletrobras.

A partir de março/2010, a Eletrobras criou uma estrutura organizacional específica denominada Diretoria de Distribuição, constituída de um único corpo de Diretores para gerir os negócios e operações das Empresas de Distribuição da Eletrobras, sendo o Conselho de Administração reestruturado e os estatutos reformulados para esta adequação.

Assim, as atividades de distribuição foram reunidas para garantir um tratamento único e possibilidade de sinergia entre as distribuidoras.

Com foco na gestão centralizada, iniciou-se ainda em 2010 os estudos necessários para o processo de transferência acionária da Boa Vista Energia S.A., estudos estes, concluídos em fevereiro de 2013 com a assinatura do aditivo do Contrato de Concessão nº 021/2001, passando a ser uma subsidiária integral da Eletrobrás, se desvinculando societariamente da Eletronorte.

Em junho de 2014 foi aprovada uma nova modelagem de funcionamento da alta administração da Empresa, passando a atuar com um diretor-presidente local e com diretorias corporativas, sob a coordenação do Diretor de Distribuição da Eletrobrás.

Em setembro de 2016 houve uma nova modelagem onde além de Diretor Presidente local contemplou também as Diretorias de Operação e Expansão, Financeira e Comercial, permanecendo corporativa as diretorias de Regulação e de Gestão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Orientações Estratégicas e Direcionamentos

3.1 Suprimento de energia

O Suprimento de energia elétrica através do Sistema interligado Brasil-Venezuela ao Estado de Roraima deu-se em junho/2001, quando a demanda suprida era de 60 MW. Após quase dez anos de interligação, com o crescimento gradual da demanda e com características peculiares do sistema de transmissão venezuelano, a grande distância entre a fonte geradora aliado ao fato da ocorrência de estiagem naquele país, o estado de Roraima passou a sofrer consequências face a precariedade, cada vez mais acentuada da energia suprida oriunda da Venezuela.

Em dezembro de 2009, a empresa venezuelana CVG EDELCA - Electrificación del Caroní C.A., responsável pela totalidade do suprimento do Sistema Elétrico de Roraima - Brasil, comunicou à Eletrobras Eletronorte da criticidade de geração de energia naquele país, agravada pelo fenômeno meteorológico La Niña que afetou diretamente o complexo hidrelétrico de Guri, indisponibilizando sete unidades geradoras daquela hidrelétrica e consequentemente a redução em 70% da capacidade de geração, levando a Venezuela ao racionamento de energia.

Em 2010 foram instaladas duas termelétricas em Boa Vista com capacidade de 60MW, que passaram a complementar a importação de energia e potência, o que evitou um racionamento ao sistema Roraima.

No último semestre de 2013 o desempenho da interligação Brasil-Venezuela passou a apresentar problemas mais graves, onde após estudo constatou-se que a interligação possuía à época um limite de importação de 95MW, devendo haver complementação do suprimento através de geração termelétrica para atender a carga excedente.

Para atender a demanda do sistema, e por meio da Portaria MME-006/2014, do Ministério das Minas e Energia - MME, aprovou a contratação emergencial de 129,1 MW de geração termelétrica adicionais, que somado aos 60,0 MW existentes, perfazendo um total de 189,1MW em 2015, com o objetivo de garantir as condições de infraestrutura e segurança no abastecimento de energia elétrica no Estado de Roraima.

Em paralelo a essa contratação, foi autorizado pela ANEEL a antecipação do compensador estático na subestação de 230KV da Eletronorte, originalmente projetado para a interligação ao SIN, o que possibilitou que no intercâmbio com a Venezuela fosse acrescido mais 35MW, passando para um total de 130MW.

Está em andamento a ampliação do parque termelétrico que passará de 189,1 MW de capacidade instalada para 221.1 MW, com data prevista para abril de 2017

As novas usinas termelétricas entraram em operação no primeiro semestre de 2015, realizando desde então a complementação diária à importação do país vizinho que está limitada em 130MW, para uma demanda máxima ocorrida em 2016 de 193MW.

4. Ambiente Regulatório da Concessão

O ano de 2016 foi marcado por fortes mudanças no ambiente regulatório das Empresas de Distribuição da Eletrobras. No dia 22 de julho de 2016, durante a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Eletrobras decidiram não aprovar a prorrogação das concessões das seis Empresas de Distribuição do grupo Eletrobras - Ceal, Cepisa, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

Em 28 de julho de 2016, por meio da Portaria nº 388/2016, o Ministério de Minas e Energia - MME definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público por órgão ou entidade da administração pública federal, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.783/2013. A Portaria define que a geração operacional de caixa em quantidade suficiente para assegurar os investimentos em reposição e o pagamento dos juros da dívida passa a ser a condição mínima de sustentabilidade a ser conferida aos prestadores do serviço. Nesse sentido, caso as receitas tarifárias sejam insuficientes para assegurar tal condição, pode ser feito empréstimo de recursos da RGR, nas condições definidas pela ANEEL. Além disso, durante o regime temporário, as compensações individuais relativas aos indicadores de qualidade podem ser revertidas para investimentos na concessão, sem ônus tarifário.

Em 3 de agosto de 2016, por meio das Portarias nºs 420, 421, 422, 423, 424 e 425/2016, o MME designou a Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron, Cepisa, Ceal e Boa Vista Energia, respectivamente, como responsáveis pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica com vistas a garantir a continuidade do serviço nas áreas estabelecidas nas respectivas Portarias até 31 de dezembro de 2017 ou até a assunção de novo concessionário, o que ocorrer primeiro. A Boa Vista Energia, a partir de 1º de janeiro de 2017 passará a atender os usuários da Companhia Energética de Roraima - CERR.

Na hipótese da não prorrogação das concessões, cabe ao Poder Concedente e à ANEEL assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço prestado até que haja licitação e assunção por um novo concessionário. A equação para assegurar essa condição tem três dimensões:

1) Gestão; 2) Receitas reguladas; 3) Empréstimo com condições reguladas.

Assim foi aberta a Audiência Pública nº 063/2016, com o objetivo de regulamentar as condições para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por Distribuidora Designada. Em razão da necessidade de aplicação imediata dos dispositivos, sob pena de comprometer a continuidade e adequação do serviço prestado, foi publicado o Despacho nº 2.447/2016, sendo que após conclusão da Audiência, eventuais alterações com relação à proposta original terão seus efeitos incorporados desde o início de sua eficácia.

Como resultado da audiência pública nº 063/2016 foi publicada a Resolução Normativa nº 748/2016 e a Resolução Homologatória nº 2.184/2016, posteriormente retificada pela Resolução Homologatória nº 2.199/2017.

4.1 Reajuste Tarifário

Tanto o Despacho nº 2.447/2016, quanto a Resolução nº 748/2016 autorizaram a aplicação dos resultados homologados pela ANEEL dos reajustes tarifários pelas empresas designadas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica de que trata a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 388/2016.

Assim no processo de Reajuste Tarifário Anual de 2016, o índice de reajuste para aplicação no período de novembro/2016 a outubro/2017 foi publicado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 2166, de 01/11/2016, conforme apresentado a apresentado a seguir:

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cativo

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	-24,31%
AT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	-17,05%
Efeito médio Geral	-19,72%

4.2 Ouvidoria

A Ouvidoria é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Normativa Nº 470, de 13 de dezembro de 2011, sendo um canal permanente de comunicação entre a alta administração, o corpo funcional e a sociedade, responsável por receber, apurar, solucionar e responder as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor que não forem solucionadas pelos demais canais de atendimento disponibilizados pela distribuidora, bem como, propor melhorias no processo interno e prevenir potenciais conflitos. As demandas podem ser enviadas pelo correio eletrônico, fax, cartas, telefone ou pessoalmente, tendo a Ouvidoria um prazo de 15 dias para responder as mesmas.

Em 2016 100% das Demandas foram respondidas dentro do prazo regulamentar. A Ouvidoria continua como projeto Bate Papo com a Ouvidoria que tem como objetivo melhorar a sinergia entre as áreas envolvidas no atendimento aos clientes, estimulando a correção das causas internamente, transformando as manifestações em oportunidades de melhoria, tratando-as como fontes de informações valiosas, para correção dos processos. Instituiu o Premio Ouvidoria, nas categorias: Agilidade, Qualidade e Sem Fronteira, para reconhecer os colaboradores que se destacaram ao longo do ano no atendimento as demandas.

5. Investimentos

O programa de investimento para a Eletrobras Distribuição Roraima contemplou em 2016, a execução de obras no valor de R$ 29,18 milhões nos segmentos de distribuição, comercialização e infraestrutura, com vistas a garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados aos clientes, conforme detalhamento abaixo:

Natureza dos Investimentos (R$ milhões)	2016	2015
Distribuição	14,10	13,91
Comercialização	11,91	6,78
Infraestrutura	3,17	2,69
Total Geral	29,18	23,38

Esse aumento 2016/2015 surgiu da redefinição das fontes de financiamentos do Setor Elétrico e do Programa Energia + que é financiado pelo Banco Mundial.

Ano	Realização (%)
2014	45,62
2015	44,15
2016	62,12
Média	49,63

Em 2016 a Empresa teve um montante de Investimento aprovado na ordem de R$ 46,97 milhões, realizando R$ 29,18 milhões desse valor.

Já 2015, foram aprovados R$ 56,81 milhões de investimento e realizou-se R$ 23,38 milhões.

Em termos de realização orçamentária comparada com os valores alocados ao orçamento de investimento, observa-se que em 2016 a empresa obteve uma realização superior ao exercício anterior, na ordem de R$ 5,80 milhões, em decorrência principalmente dos Projetos contidos no Programa Energia + e duplicação das Linhas de Subtransmissão da Subestação Boa Vista/Subestação Floresta/Subestação Distrito Industrial/Subestação Centro.

6. Comercialização de energia elétrica

O Mercado de energia na Capital e o Suprimento a Companhia Energética de Roraima - CERR, que distribui energia elétrica para nove municípios no estado de Roraima, alcançou 1.015.963MWh/ano, representando um crescimento de 5,23% em relação a 2015.

O número de unidades consumidoras registrou crescimento de 5,6% em comparação ao ano anterior, com o acréscimo de 5.944 novas unidades consumidoras.

O faturamento registrou R$ 348,45 milhões, contra R$ 289,42 milhões em 2015, perfazendo um aumento de 20,4%.

6.1 Inadimplência

Em 2016 o faturamento da empresa foi impactado por decisões liminares exaradas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região que impedia a aplicação do reajuste tarifário, médio, de 41,52% homologado pela ANEEL em novembro de 2015. A aplicação do reajuste ocorreu de forma plena somente a partir de agosto de 2016 e a cobrança da diferença de tarifa, referente aos meses anteriores, iniciou a partir de novembro de 2016.

Foi registrado em 2016 o crescimento de 18% (R$49,2 milhões) no faturamento e 13%, (R$34,4 milhões) na arrecadação.

As ações de cobrança realizadas pela Distribuidora e em especial as ações de suspensão do fornecimento pelo atraso no pagamento das classes Privadas (residencial, industrial, comercial e rural) e ações específicas direcionadas para o Poder Público Estadual, contribuíram para a melhoria da arrecadação, onde se registrou acréscimo em R$ 49,2 milhões.

De outra banda, apesar dos esforços empreendidos, a situação econômica do país registrada em 2016, especialmente do Estado de Roraima que anunciou atraso e parcelamento de salários, impactou na elevação da inadimplência ativa que aumentou em R$4,6 milhões.

A Distribuidora vem registrando desde 2009, inadimplência acintosa da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAERR, que totalizam em 2016 mais de R$120 milhões.

Importa registrar que a Companhia de Águas goza de liminar que impede a suspensão de fornecimento de energia elétrica, restringido as ações da Distribuidora em ações judiciais de cobrança e registro no Ministério Público Estadual - MPE e Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Na mesma via seguiu a Companhia Energética de Roraima- CERR, que acumula débitos junto a Eletrobras Distribuição Roraima que somam mais de R$112 milhões. O montante se refere ao Suprimento de Energia Elétrica destinado ao interior do Estado de Roraima

Também foram levados para a reserva o valor de R$ 38, 92 milhões, relativo ao crédito junto as classes públicas e privadas, em função das Normativas Contábeis.

7. Desempenho Operacional

7.1 Qualidade do fornecimento

A Eletrobras Distribuição Roraima realiza diariamente serviços de manutenção, expansão e melhorias no sistema elétrico de distribuição buscando fornecer uma evolução positiva do fornecimento de energia aos seus clientes.

Para manutenção, expansão e melhorias no sistema de distribuição são realizados constantemente serviços programados, com avisos antecipados aos consumidores de forma a garantir o adequado funcionamento do sistema elétrico e atendendo às necessidades dos clientes e o mercado em crescimento.

Em 2016 foram realizadas 668 obras no sistema de distribuição sendo, 224 obras de investimentos em expansão em Rede de Distribuição, 321 obras de investimentos em manutenção e 123 obras de custeio em manutenção, distribuídas em toda a área de concessão.

No entanto, todo o sistema de distribuição é afetado diretamente por eventos (desligamentos) originados no sistema e transmissão, que em 2015 teve um desempenho muito abaixo do desejado, com um número de desligamentos na transmissão ainda maior que em 2014.

Contudo os impactos causados ao sistema Roraima pelas falhas originadas no suprimento, resultaram em um desempenho global pior que o realizado em 2014, para os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupções) e FEC (Frequência equivalente de interrupções), conforme quadro abaixo:

Indicador	Unidade medida	Resultados			METAS CMDE 2015	METAS ANEEL 2016
		2013	2014	2015		
DEC Global	Hora	14,17	22,43	34,46	14,27	17,5
FEC Global	Qtd	19,13	35,53	50,54	18,05	20,8

Em 2016 a realização final dos indicadores DEC e FEC, foi de 34,36 e 50,54 respectivamente, valores superiores aos realizados em 2015, que sofreram um grande impacto devido ao baixo desempenho do sistema supridor, onde a Distribuidora não tem atuação direta. Para o DEC o sistema supridor representou um impacto de 24,12h o que representa 70% e para o FEC 38,11 desligamentos o que representa 75%, valores totalmente fora dos praticados em outras regiões do país.

Verifica-se que na realização dos indicadores considerando somente os eventos originados no sistema da distribuidora e sob sua gestão, tem-se um DEC de 10,27 e um FEC de 12,43, valores totalmente dentro das metas estabelecidas e abaixo do realizado de 2015.

Mesmo não tendo responsabilidade direta pelo sistema de Transmissão em Roraima, esta distribuidora vem desde o final do primeiro semestre de 2015 atuando junto aos outros agentes envolvidos, Eletronorte, SEE/MME, DMSE/MME, CERR e EPE, discutindo e buscando soluções que proporcionem melhorias no desempenho do sistema de suprimento a Roraima, tendo em vista o atraso das obras de interligação de Roraima ao Sistema Interligado Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.2 Atendimento

No ano foram 82.535 atendimentos no posto presencial e 72.090 atendimentos através da Central de Teleatendimento.

Em novembro foi confirmada a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ após auditoria de manutenção NBR ISO 9001, dos processos referentes ao Tratamento de Reclamação, coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade, bem como a ampliação do escopo com a certificação da apuração e coletas dos dados da qualidade do atendimento telefônico conforme estabelecido no art. 191, § 2º da resolução 414/2010 - ANEEL.

Alguns indicadores regulatórios do atendimento como o FER (Frequência Equivalente de Reclamações) que trata das reclamações dos consumidores e da qualidade do atendimento comercial que tratam dos padrões de atendimento por prazos violados apresentaram elevação

Frequência Equivalente de Reclamações a cada mil Unidades Consumidoras - FER	
2015	7,3
2016	17,8

Créditos decorrentes de violação de prazo de atendimento (R$)	
2015	21.434,30
2016	26.824,00

7.3 Controle de Perdas Elétricas

A perda de energia elétrica é a diferença entre o que a EDRR compra da Eletrobras Eletronorte (energia requerida), acrescida da parcela gerada pelas Usinas Térmicas (energia requerida gerada) e o que é vendido (consumo interno + mercado próprio + suprimento) para os consumidores, calculando-se a média dessa equação nos últimos doze meses.

As perdas de energia globais são compostas por perdas técnicas e comerciais, sendo:

Perdas técnicas: aquelas oriundas dos equipamentos (cabo, transformador, equipamentos geradores de reativos, etc.) que consomem energia sem produzir trabalho ou contribuem para o consumo de energia por meio do efeito joule.

Perdas não técnicas ou comerciais: aquelas resultantes da entrega da energia e derivam de erro e/ou falta de medição do consumo de energia, sendo, ainda, consequência da existência de consumidores clandestinos, consumidores taxados, medidores descalibrados, erro e/ou diversidade de leituras, falta de atualização das informações de carga sem medição como semáforos e iluminação pública e, principalmente, desvios de consumo.

A empresa realiza intenso esforço no sentido de reduzir as Perdas, cujos resultados aparecem no quadro acima, sendo suas ações suficientes para cobrir o aumento das mesmas, em especial da Perda Técnica, em função da nova configuração do Sistema Elétrico da Empresa.

Em 2015 a empresa deu um importante passo no processo de avanço tecnológico para o combate às Perdas Não Técnicas, juntamente com as 6 (seis) Distribuidoras do Grupo Eletrobras, com o início do projeto de telemedição que irá instalar cerca de 14.000 novos medidores com comunicação em grandes consumidores com a supervisão e controle através de Centros de Medição, sendo um local em Boa Vista e outro centralizado em Brasília, otimizando os serviços de inspeção, melhorando a qualidade das leituras e reduzindo os custos operacionais. Os recursos dessa ação de implantação da Infraestrutura Avançada da Medição (AMI) das Distribuidoras da Eletrobras são oriundos do Programa Energia +, financiado pelo Banco Mundial, cujos benefícios serão potencializados a partir de 2016, com a intensificação das instalações e do monitoramento remoto.

8. Desempenho Econômico e Financeiro

Dados Econômico-Financeiros (R$ milhões)	2014	2015	2016	%
Receita Operacional Bruta	264,72	331,02	389,63	17,71
Receita Operacional Líquida	207,31	258,37	304,67	17,92
LAJIDA	-30,41	-188,58	-168,86	-10,46
Resultado do Serviço	-61,26	-126,33	-237,84	88,24
Resultado Financeiro	-11,88	-70,98	-90,22	27,11
Lucro/Prejuízo Líquido	-51,70	-270,12	-269,99	-0,05
Ativo Total	525,70	623,36	684,90	9,87
Patrimônio Líquido	-69,73	-337,64	-609,31	80,46
Indicadores Econômico-Financeiros(%)	2014	2015	2016	%
Margem LAJIDA	-9,95	-14,45	-45,75	216,71
Margem Líquida	-24,93	-104,54	-88,62	-15,23
Cobertura do Serviço da Dívida	-194,25	-142,40	-60,48	-57,53
Rentabilidade do Capital Próprio	-74,13	-80,00	-44,31	-44,61
Participação do Capital Próprio	-13,26	-54,17	-77,27	42,66
Grau de Endividamento	113,26	154,17	177,27	14,99
Ações (und.)	2013	2014	2015	%
Valor Patrimonial da Ação (lote mil ações)	-0,22	-1,05	-1,90	80,46
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	0,16	-0,84	-0,84	-

9. Gestão de Pessoas

A Eletrobras Distribuição Roraima, juntamente com todas as demais empresas que compõem o Grupo Eletrobras, prima pela valorização e qualificação de sua Força de Trabalho. Para tanto, possui políticas de Gestão de Pessoas, visando garantir cada vez mais qualidade de vida e condições de trabalho para seus colaboradores.

Mantem grupos de trabalho para discussão, unificação e implantação das melhores práticas e políticas de Gestão de pessoas buscando a unificação destas políticas em todo o grupo Eletrobras.

Dado como concluído o Projeto de Primarização, a empresa recebeu em 2016, 65 novos empregados para atender o Projeto de Primarização em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado com o Ministério Público e encerrado os contratos dos terceirizados existentes, quais sejam: Corte e Religação, Manutenção, Ligação Nova, Linha Viva e Linha Morta.

Ainda trabalhando visando a promoção da cidadania, e cumprir com a Lei de Aprendizagem, assegurando o direito à qualificação profissional de jovens para o trabalho comunitário. Em novembro de 2016 trabalhamos com novo parceiro o CIEE, com um número de 15 jovens aprendizes, pertencentes a famílias de baixa renda, contratados como aprendizes. Oferecemos oportunidades de estágio a 55 estudantes, adequado às demandas de preparação de jovens para o mercado do trabalho, com estagiários de nível Médio, Técnico e Superior, remunerados, com carga diária de 4 a 6 horas.

9.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Eletrobras Distribuição Roraima atenta a um cenário de enfrentamento dos desafios da economicidade e a competividade do mundo corporativo, onde as empresas precisam de equipes alinhadas com as estratégias do negócio e bem preparadas para lidar com as constantes mudanças.

A EDRR desenvolveu treinamentos com foco nas necessidades corporativas e específicas, incluindo treinamentos institucionais, cursos técnicos, bolsas de estudo/idiomas, cursos exigidos pela legislação, treinamentos sobre saúde e segurança e desenvolvimentos otimizados de acordo com as funções e atividades pertinentes ao negócio da empresa.

Para se identificar as necessidades de treinamento dos empregados, além da avaliação contínua das lideranças contamos com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), resultado do processo de avaliação de desempenho de cada profissional. Por meio do PDI, empregados e gestores discutem as necessidades de desenvolvimento e priorizam quais os treinamentos ou pontos de capacitação que devem ser desenvolvidos.

10. Gestão de Riscos

10.1 Riscos

O Comitê Operacional de Riscos e Controles Internos-CORISCO aprovou através da Carta CTA-DD-1558/2016 - Circular, emitida em 06 de maio de 2016, o escopo de trabalho a ser desenvolvido nas Empresas de Distribuição da Eletrobras, e solicitou a designação dos empregados que atuarão na função de PROPRIETARIO de risco, gerenciando os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os de modo a otimizar suas decisões, com o intuito de manter e obter vantagens competitivas e garantir a geração de valor para acionistas e demais partes interessadas.

A Diretoria da Eletrobras Distribuição Roraima designou os proprietários dos riscos priorizados em 2016 conforme resolução RES 044/2016 emitida em 23 de maio de 2016.

Então, um plano de ação foi elaborado para que as atividades do ciclo 2016 fossem executadas. Entre os 18 riscos priorizados em 2016, apenas 10 foram inseridos neste plano: 1. Mudanças Climáticas; 2. Emissão de Gases de Efeito Estufa; 3. Acidentes Ambientais; 4. Controles Ambientais; 5. Biodiversidade e Meio físico; 6. FCPA / LACBRA; 7. Gestão de Seguros; 8. Gestão Contábil de Ativos; 9. Inadimplência e 10. Terceirização / Primarização.

Os riscos Acidentes Ambientais, Controles Ambientais e Biodiversidade e Meio Físico se tornaram apenas um: Gestão Ambiental na Operação.

A operacionalização apresentou fragilidades em relação a capacitação dos responsáveis em acompanhar e implementar as respostas aos riscos, bem como em relação a inexistência de um cronograma de conclusão dos relatórios operacionais em elaboração.

10.2 Seguros

Foram executados os serviços de avaliação patrimonial proporcionando atualizações nos valores e características dos bens seguráveis da Eletrobras Distribuição Roraima. De posse de dados mais precisos, um termo de referência foi elaborado e aprovado visando a contratação de seguradora para emissão de apólice de seguros na modalidade de riscos nomeados para a cobertura dos bens patrimoniais de propriedade da Boa Vista Energia ou de terceiros sob sua guarda e custódia, situados nas diversas localidades do estado de Roraima.

10.3 Programa de Integridade Corporativa: Compliance

Em janeiro de 2016 foram inseridas cláusulas nos contratos com fornecedores referentes às leis Anticorrupção.

Em março de 2016 foi aprovada a revisão do Manual de Compliance referente às Leis Anticorrupção, parte integrante do Programa de Compliance das Empresas Eletrobras. O guia do Colaborador e o Guia dos Administradores e Conselheiros Fiscais também foram revisados (2ª edição).

Outro marco importante foi a implantação do Programa Eletrobras 5 Dimensões que tem como objetivo aperfeiçoar o Programa Anticorrupção. As diretrizes do programa foram baseadas nas diretrizes propostas pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e pela Controladoria-Geral da União (CGU):

1 Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade.

2 Avaliação periódica de riscos.

3 Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade.

4 Comunicação e treinamento.

5 Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

Alguns treinamentos foram realizados em 2016, entre eles estão: Due Diligence, curso presencial para os gerentes de Compliance; Programa de Compliance das empresas Eletrobras - Qual o meu papel nesse programa? Curso presencial para as Áreas sensíveis aos riscos de Compliance; Comitê Gestor; CPPD; CEPD; Comissão de Ética, Ouvidoria, Secretaria Geral, Auditoria; Gestores de Contratos, e outros. E no

dia 09 de dezembro foi disponibilizado o curso Integridade e Ética Online a todos os empregados das empresas Eletrobras que tinha como objetivo capacitar os empregados nos conceitos chaves de Compliance, em cumprimento às legislações de anticorrupção.

Ainda dia 09/12, foi lançada a versão atualizada do Código de Ética e Conduta das empresas Eletrobras.

11. A Empresa em números

11.1 Normas e Qualidade

A inovação recentemente se tornou um dos fortes objetivos das organizações. Com exceção de pouquíssimas empresas, trata-se de algo recente e pouco entendido. O que está muito claro é o nível de satisfação dos empregados e o alto resultado conquistado por empresas que tem inovação no seu "DNA". A EDRR começou sua jornada em busca de inovação em 2005, por meio da implantação dos conceitos e ferramentas da Qualidade, condensadas na ISO 9001. Essa busca por inovação vem trazendo ganhos para o cliente, para a empresa e para a sociedade.

Normatizar um processo é uma maneira de estabiliza-lo. Significa padronizar a maneira de executar, replicar, medir e gerenciá-lo de tal maneira, que sempre possam fornecer produtos consistentes, dentro das expectativas e necessidades do cliente. Nesse sentido, o time da Gerência de Processos e Documentação Normativa, agrega valor ao negócio da organização. Trabalhando em parceria com as pessoas que compõem um processo, desde seu mapeamento, passando pelo desenvolvimento do projeto de melhoria até a documentação, tendo ao seu final, geração de valor. A geração de valor ocorre principalmente pelo aumento da qualidade da entrega frente aos requisitos, redução do tempo de execução (lead time) ou pela redução do custo de execução.

Na empresa a busca por inovação tomou forma nas ferramentas utilizadas pela Qualidade, condensadas pela ISO 9001. Tal esforço vem sendo compensado por premiações como prêmio IASC/ANEEL de Melhor Empresa de Distribuição.

Certificação da ISO 9001:2008

A Empresa aderiu ao Sistema de Gestão da Qualidade, Certificação ISO 9001, como forma de promover melhorias e inovação em seus processos, obtendo a certificação da versão 2000 da norma em julho de 2007. O escopo certificado a época envolviam os processos de atendimento comercial e a operação do sistema elétrico.

A partir de 2010 a certificação passou a ser uma exigência regulatória, em outras palavras, acrescentou-se um risco ao negócio relativo a perda da certificação. A não manutenção da certificação abre assim motivo para imposição de multas bem como outras sanções para a distribuidora. A melhor maneira de lidar com esse risco é focar a melhoria dos processos da organização com vistas a deixá-los mais rápidos, mais baratos e/ou capazes de produzir serviços de acordo com os requisitos dos clientes, deixando a manutenção do certificado, como uma consequência desse trabalho.

Em novembro de 2011, foi realizada a auditoria de acompanhamento dos processos que compõem a ISO 9001. O desafio imposto para esse ciclo deveu-se a necessidade de ampliar o escopo certificado com a inserção do processo "coleta de dados e apuração de indicadores de atendimento comercial". Tal ampliação aconteceu por imposição do órgão regulador ANEEL a partir da resolução 373/2009, sob pena de impor severas multas a quem a descumprisse. A EDRR detém o maior escopo certificado dentre as distribuidoras do grupo.

O ano de 2014 foi bastante desafiador devido a necessidade de uma completa reestruturação de todo Sistema de Gestão da Qualidade e ser o ano de recertificação. As mudanças trouxeram melhorias, principalmente no ânimo das pessoas envolvidas com os processos certificados. O resultado foram os processos certificados sem apontamento de não conformidades.

O ano de 2015 trouxe mais um desafio com a ampliação do escopo determinado mais uma vez pelo órgão regulador que por meio da Nota Técnica nº 040/2012-SRC/ANEEL, aprimorou a regulamentação que trata do atendimento telefônico, estabelecendo o dever da distribuidora de certificar o processo de coleta e geração dos dados para apuração dos indicadores de qualidade do atendimento telefônico até dezembro de 2015. O projeto foi executado dentro do cronograma e utilizando recursos e conhecimento próprios, inclusive treinando e preparando os empregados da empresa terceirizada para o serviço de atendimento telefônico. Isso evitou onerar o contrato com a prestadora devido os custos de contratação de consultoria necessários, que acabariam repassados para a distribuidora. Em outubro de 2015 o escopo foi ampliado, nenhuma não conformidade foi apontada e a certificação da Eletrobras Distribuição Roraima foi mantida.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11.2 Satisfação do cliente

Pesquisa ABRADEE

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE realiza desde 1999 com a mesma metodologia, com Margem de erro: ± 5%, Intervalo de Confiança: 95%, aprovada pela ANEEL, a Pesquisa de Satisfação com consumidores residenciais de todo país. A pesquisa atende aos Contratos de Concessões das distribuidoras, tendo como principais objetivos:

- Conhecer o grau de satisfação dos clientes residenciais com a qualidade do produto e dos serviços prestados pelas distribuidoras;
- Gerar índices que permitam comparar o desempenho das distribuidoras entre si e;
- Oferecer às distribuidoras, instrumentos e incentivos voltados ao aprimoramento de seu desempenho.

A Pesquisa de Satisfação é a percepção do consumidor com relação aos produtos e serviços prestados pela empresa, uma excelente ferramenta de Gestão. Seu resultado é apresentado a todos os empregados da Empresa, onde é gerado um Plano de Ação que será implementado pelas áreas responsáveis.

A Eletrobras Distribuição Roraima participa da pesquisa desde o ano 2000. Conforme demonstrado abaixo, o Índice de Satisfação Geral - ISG obtido pela empresa nos últimos anos é:

Índice de Satisfação Geral - ISG

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
69,9	80,0	58,8	73,6	79,3	75,5	64,00	57,33	83,50	34,50

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC

O Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC é o resultado da pesquisa junto ao consumidor residencial realizado anualmente pela ANEEL cujo objetivo é avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A pesquisa abrange toda a área de concessão das 63 (sessenta e três) distribuidoras no país. A seguir, o histórico dos resultados obtidos pela Eletrobras Distribuição Roraima:

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
58,9	58,4	40,8	62,5	-	62,2	58,7	75,5	51,8	58,6

12. Balanço Social

Balanço Social 2016 - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição da Riqueza:	2016			2015		
Distribuição do Valor Adicionado	% governo > 28,95%			% governo > 28,32%		
Obs.: A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das DFs.	% acionistas >			% acionistas >		
	% empregados > 28,39%			% empregados > 29,39%		
	% financiadores > 41,54%			% financiadores > 41,20%		
	% outros > 1,12%			% outros > 1,08%		
2 - RECURSOS HUMANOS:						
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	R$ 75.745			R$ 63.869		
- Empregados	R$ 75.354			R$ 63.752		
- Administradores	R$ 391			R$ 117		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	29,45%			8,39%		
- Administradores	1,00%			1,00%		
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	R$ 17.864	23,58%	5,86%	R$ 15.517	24,30%	6,01%
Alimentação	R$ 5.308	7,01%	1,74%	R$ 3.762	5,89%	1,46%
Transporte	R$ 506	0,67%	0,17%	R$ 400	0,63%	0,15%
Previdência privada	R$ 2.259	2,98%	0,74%	R$ 933	3,03%	0,75%
Saúde	R$ 5.057	6,68%	1,66%	R$ 3.241	5,07%	1,25%
Segurança e medicina do trabalho	R$ 329	0,43%	0,11%	R$ -	0,00%	0,00%
Educação ou auxilio Creche	R$ 1.111	1,47%	0,36%	R$ 957	1,50%	0,37%
Cultura	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R$ 213	0,28%	0,07%	R$ 363	0,57%	0,14%
Participação nos lucros ou resultados	R$ 659	0,87%	0,22%	R$ 3.089	4,84%	1,20%
Outros		0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Total	R$ 33.306	43,97%	10,93%	R$ 29.262	45,82%	11,33%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	350			284		
Nº de admissões	67			6		
Nº de demissões	3			3		
Nº de estagiários no final do exercício	55			50		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	5			5		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	105					
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	270			208		
- Feminino	80			76		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	102			87		
- De 36 a 60 anos	236			186		
- Acima de 60 anos	12			11		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			0		
- Com ensino fundamental	61			31		
- Com ensino médio	152			118		
- Com ensino técnico	73			78		
- Com ensino superior	64			57		
- Pós-graduados	0			0		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	60,00%			65,11%		
- Feminino	40,00%			34,89%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	31			162		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	24			6		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	5			5		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 10.253.292			R$ 6.508		
3 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO:	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	R$ 9	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Cultura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Esporte e lazer		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Alimentação		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda		0,00%	0,00%	R$ 8	0,00%	0,00%
Outros		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos investimentos	R$ 9	0,00%	0,00%	R$ 8	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ 81.817	-45,45%	26,85%	R$ 70.073	-35,19%	27,12%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	R$ 81.826	-45,45%		R$ 70.081		
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Descreva os critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus FORNECEDEORES:						
4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Valor total dos investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		0,00%	0,00%	R$ 15	-0,01%	0,01%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados,terceirizados, autônomos e administradores da entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total dos passivos e contingências ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total da Interação com o meio ambiente	-	0,00%	0,00%	17	-0,01%	0,01%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	304.665			258.374		
Resultado Operacional (RO)	-180.031			-199.141		

13. Agradecimentos

A Eletrobras Distribuição Roraima agradece o esforço de todos os seus empregados, colaboradores, clientes e fornecedores. Em especial aos seus acionistas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Governos Federal, Estadual, Municipal, à Agência Reguladora e outras autoridades interessadas.

ANSELMO DE SANTANA BRASIL
Diretor-Presidente

VALDENI BATISTA MILHOMENS
Diretor de Gestão

WALDEMAR ANDRÉ JOHANSSON FILHO
Diretor de Operação e Expansão

JOSÉ MÁRIO PIRES
Diretor Financeiro e Comercial

CLAUDIO RUBENS PINHO NILO
Diretor de Regulação e Projetos Especiais

RODRIGO MOREIRA
Diretor Geração Distribuída

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.598	3.685
Clientes	5	62.011	43.820
Direito de ressarcimento - CCC	6	92.301	101.919
Almoxarifado		1.348	3.020
Tributos a recuperar	7	5.093	8.989
Outros	8	23.222	14.007
		219.573	175.440
NÃO CIRCULANTE			
Clientes	5	9.228	10.151
Tributos a recuperar	7	10.100	2.974
Cauções e depósitos judiciais	9	20.360	19.731
Ativo financeiro - Concessões	10	194.720	183.484
Direito de ressarcimento - CCC	6	202.115	206.904
Outros	8	3.356	1.948
Imobilizado	11	20.104	15.993
Intangível	12	5.344	6.733
		465.327	447.918
TOTAL DO ATIVO		684.900	623.358

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	530.586	283.688
Financiamentos e empréstimos	14	6.556	16.654
Tributos a recolher	15	19.832	11.974
Obrigação de ressarcimento - CCC	6	4.320	-
Obrigações trabalhistas e sociais	16	13.741	17.509
Contas a pagar a partes relacionadas	17	21.294	2.406
Pesquisa e desenvolvimento	18	4.127	4.304
Outros	19	12.743	2.974
		613.199	339.509

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	322.922	362.123
Financiamentos e empréstimos	14	108.687	37.048
Obrigação de ressarcimento - CCC	6	60.030	49.900
Contas a pagar a partes relacionadas	17	50.764	57.779
Provisões para contingências	20	48.252	50.696
Benefícios pós-emprego	28	1.816	643
Concessão onerosa	29	2.223	60.120
Pesquisa e desenvolvimento	18	6.231	3.183
Adiantamentos para futuro aumento de capital	21	80.089	-
		681.014	621.492
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	22	684.204	684.204
Outros resultados abrangentes		(2.988)	(1.306)
Prejuízos acumulados		(1.290.529)	(1.020.541)
		(609.313)	(337.643)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		684.900	623.358

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/16	31/12/15
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	304.665	258.373
CUSTO OPERACIONAL	24	(377.765)	(244.489)
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(190.305)	(150.213)
Custo de operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros		(163.281)	(71.001)
Depreciação e amortização		(7.062)	(6.713)
Outros		(290)	(1.341)
Custo de construção		(16.827)	(15.221)
RESULTADO BRUTO		(73.100)	13.884
DESPESAS OPERACIONAIS	25	(106.670)	(213.024)
RESULTADO LÍQUIDO		(179.770)	(199.140)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	26	(90.218)	(70.976)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(269.988)	(270.116)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/16	31/12/15
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(269.988)	(270.116)
Outros resultados abrangentes	(1.682)	2.199
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(271.670)	(267.917)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUITO (PASSIVO A DESCOBERTO)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital integralizado	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2015	684.204	(3.505)	(750.425)	(69.726)
Outros resultados abrangentes - Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	-	2.199	-	2.199
Prejuízo do exercício	-	-	(270.116)	(270.116)
Em 31 de dezembro de 2015	684.204	(1.306)	(1.020.541)	(337.643)
Outros resultados abrangentes - Perda atuarial com benefícios pós-emprego	-	(1.682)	-	(1.682)
Prejuízo do exercício	-	-	(269.988)	(269.988)
Em 31 de dezembro de 2016	684.204	(2.988)	(1.290.529)	(609.313)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/16	31/12/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(269.988)	(270.116)
Ajustes para:		
Depreciação	1.510	1.461
Amortização	10.739	10.391
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos	9.037	7.460
Benefício pós-emprego	(509)	(207)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89.564	75.289
Provisão para recebimento de CCC	9.944	-
(Reversão) provisão para contingências	(2.444)	2.983
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperavel de ativos (*impairment*)	(57.776)	77.400
(Aumento) redução de ativo		
Clientes	(106.832)	(73.887)
Direito de ressarcimento - CCC	4.463	(95.781)
Almoxarifado	1.672	(1.311)
Tributos a recuperar	(3.230)	(1.375)
Cauções e depósitos vinculados	(629)	(1.794)
Outros	(10.623)	452
Aumento (redução) de passivo		
Fornecedores	207.697	288.953
Tributos a recolher	7.858	5.529
Obrigação de ressarcimento - CCC	14.450	2.348
Obrigações trabalhistas e sociais	(3.768)	(7.309)
Partes relacionadas	11.873	4.143
Pesquisa e desenvolvimento	2.871	2.025
Outros	9.648	(63)
Pagamentos de encargos do serviço da dívida	(2.760)	(1.877)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(77.233)	24.714
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo financeiro - concessões	(11.236)	(10.960)
Aquisição de imobilizado	(5.621)	-
Aquisição de intangível	(9.350)	(15.318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.207)	(26.278)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos e empréstimos obtidos	58.378	45
Adiantamentos para futuro aumento de capital	80.089	-
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(3.114)	(2.082)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	135.353	(2.037)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	31.913	(3.601)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.685	7.286
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	35.598	3.685
Variação em caixa e equivalentes de caixa	31.913	(3.601)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/16	31/12/15
1 - RECEITA		
Vendas de energia e serviços	389.634	331.016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(89.564)	(75.289)
	300.070	255.727
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(33.614)	(29.925)
Material	(1.374)	(1.689)
Combustível p/ produção de energia elétrica	(129.360)	(36.691)
Custo de energia elétrica comprada	(190.305)	(150.213)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)	57.776	(77.400)
Outros custos operacionais	(3.075)	(4.378)
	(299.952)	(300.296)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 + 2)	118	(44.569)
4 - RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(12.249)	(11.852)
	(12.249)	(11.852)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4 + 3)	(12.131)	(56.421)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	24.751	33.757
	24.751	33.757
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6 + 5)	12.620	(22.664)
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	80.240	72.738
Governo (impostos, taxas e contribuições)	81.817	70.073
Aluguéis	14	111
Encargos de dívidas e outros	117.385	101.960
Pesquisa e desenvolvimento	3.152	2.570
	282.608	247.452
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(269.988)	(270.116)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	12.620	(22.664)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Boa Vista Energia S.A. ("Companhia") é uma entidade de capital fechado, de direito privado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, com atuação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. Estatutariamente suas funções principais são: explorar os serviços de distribuição de energia elétrica, conforme o respectivo contrato de concessão nº. 021/2001-ANEEL, processo ANEEL nº 48100.002181/97-95 e Resolução ANEEL 054/2001, realizando, para tanto, estudos, projetos, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica e prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

A sede da Companhia está localizada à Av. Ene Garcez, 691, Centro, Boa Vista, estado de Roraima.

A Companhia desenvolve também atividades de pesquisa e aproveitamento de fontes alternativas de energia, visando a sua transformação e consequente exploração como energia elétrica.

1.1Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, bem como nos últimos exercícios, a Companhia apurou prejuízos em suas operações, apresentando passivo a descoberto no montante de R$ 609.313, e excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R$ 393.626 naquela data.

Conforme detalhado na nota explicativa 2, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras ocorrida em 22 de julho de 2016, deliberou, por maioria, reprovar a prorrogação da concessão da Companhia, sob nº 021/2001-ANEEL.

Por se tratar de uma concessão de serviço público, é previsto na Lei nº 12.783/2013, Art. 9º, que, não havendo a prorrogação do prazo de concessão e com vistas a garantir a continuidade da prestação do serviço, o titular poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário. Assim, com base no estabelecido a Assembleia deliberou por permanecer na prestação do serviço com prazo final estabelecido em 31 de dezembro de 2017, observadas as condições estabelecidas por esta Lei.

Adicionalmente, foi deliberado que até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a Companhia receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, consignando, a pedido do acionista controlador, que a aprovação da União deste item, na qualidade de acionista, não tem o condão de vincular a atuação da União (MME e ANEEL) na qualidade de poder concedente.

Com base nas decisões emanadas da 165ª Assembleia Geral Extraordinária e, ainda, observado o Art. 9º da Lei nº 12.783/2013, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios, de acordo com o CPC 26(R1), em seus itens 25 e 26.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

As concessões de distribuição das empresas Eletrobras tiveram seus contratos vencidos em julho de 2015 (Contrato de Concessão nº 021/2001-ANEEL), entretanto, à luz da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 42 "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 meses).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.1. Distribuição de Energia

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras da Eletrobras cujas concessões venceram em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

O Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das Concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7° da Lei n° 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, deliberou a não prorrogação da concessão da Boa Vista energia S.A. (uma de suas companhias controladas distribuidora de energia elétrica, denominadas em conjunto "Distribuidoras").

Após decisão em Assembleia, a Companhia permanecerá como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de energia em Boa Vista até a transferência de seus controles acionários, nos termos da Medida Provisória 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Em 3 de agosto de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 425 designando a Companhia como responsável pela prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica com vistas a garantir a continuidade do serviço. Conforme descrito na Portaria o reajuste tarifário ocorreu de modo ordinário com periodicidade anual, a partir de 1 de novembro de 2016, exceto nos anos em que ocorra a revisão tarifária que será procedida em 31 de agosto de 2017.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1. Base de Apresentação

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as diretrizes contábeis emanadas da ANEEL, quando aplicável.

b) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 17 de março de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, conforme nota explicativa nº 28.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras são:

-Provisão para redução do valor recuperável (notas explicativas nº e 12 e 30);

- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (nota explicativa nº 10);

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5.1);

- Provisão para contingências (nota explicativa nº 20);

- Planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 29).

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco em causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe, quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado, menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido com investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

ii. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões do serviço público

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo Valor Novo de Reposição - VNR ao final da concessão.

iii. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 5.1.

iv. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para contingências sobre causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

v. Benefícios pós-emprego

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Programa previdenciário - A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Seguro Saúde - A Companhia concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos.

vi. Base de apuração para renda não faturada

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada, de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicitada da seguinte forma:

RNF = (A/B)*C

Onde: RNF = Renda Não Faturada

A= Faturamento do mês por livro

B= Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado.

C= Número de dias decorridos entre a data da última leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torne parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados a valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria a valor justo, por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, em parte avaliado ao valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes, Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, e ativo financeiro indenizável (concessão). Estes ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, disponível para venda e outros representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia estão demonstrados na Nota 5.

Subvenção da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

Os direitos de ressarcimentos do óleo diesel adquirido para geração de energia elétrica por conta da CCC estão apresentados no ativo circulante. Estes são reconhecidos com base nas informações prestadas pela Companhia ao fundo da CCC sob o controle da Eletrobras. Esses valores após aprovados podem ser repassados diretamente ao fornecedor, sendo encaminhados os documentos para a baixa, ou repassado para a Companhia para que seja efetuado o pagamento ao fornecedor.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, e financiamentos e empréstimos. Esses passivos financeiros não são negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Financiamentos e empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações dessa natureza são em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

3.3 Almoxarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.4 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL (Nota 11). Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01- Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado são bens de uso administrativo. Demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros (Concessão) e Intangíveis.

3.5 Ativo financeiro (Concessão)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio um Custo Médio Ponderado de Capital, denominado WACC (sigla de Weighted Average Cost of Capital, no original em Inglês) regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes (Nota 10).

3.6 Intangível (Concessão)

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizado como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão e CPC 05 - Contratos de Construção (Nota 12). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição, de acordo com o benefício econômico esperado de cada bem. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração (ou concessão onerosa) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (vide Nota 30).

3.8 Benefício pós-emprego

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego e também as orientações de contabilização estabelecidas no CPC 33. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Gama Consultores Associados Ltda., a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON. A Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: o programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes (Plano de Assistência Médica na Modalidade de Auto-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gestão, tipo Coletivo Empresarial Patrocinado, conforme previsão da lei 9.656 de junho de 1998, com registro junto a Agencia Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 416983); e a apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido mediante administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Eletrobras Eletronorte. Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (vide nota 29).

3.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

(a) Diversos: Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável.

(b) Contrato oneroso: O saldo relativo a concessão onerosa refere-se à obrigação da Companhia em cumprir com o contrato de concessão, considerando que o resultado futuro até o final do contrato representa, de forma líquida, desembolsos financeiros a serem efetuados. Nesse sentido, todos os ativos da concessão alocados no intangível foram baixados por impairment, restando ainda um saldo a pagar da concessão onerosa registrado no passivo não circulante.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita no montante dessa obrigação.

3.11 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas dos serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi fornecida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação e fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

3.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, sendo que nos exercícios de 2016 e 2015 foram apurados prejuízos fiscais (vide nota 26). A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre o lucro ajustado, à alíquota de 9%, sendo que nos exercícios de 2016 e 2015 foram apurados prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social.

3.13 Receita de construção

O pronunciamento técnico sobre Contratos de Construção - CPC 17 (R1) estabelece tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração de resultado.

3.14 Receitas e despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

3.15 Novas normas técnicas ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impactos relevantes nos montantes divulgados no exercício atual ou no anterior.

Novas normas revisadas e já emitidas, mas não efetivas, não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1° de janeiro de 2018)

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1° de janeiro de 2018)

IFRS 16 - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1° de janeiro de 2019)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu o pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a IFRS 16. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia está procedendo a análise sobre os impactos dessas novas normas ou modificações em suas demonstrações financeiras.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São valores referentes a recursos disponíveis em instituições financeiras a disposição da Companhia para custear obrigações correntes e também aplicações financeiras realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional com alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra mercado. Tais recursos encontram-se disponíveis em face de obrigações correntes da Companhia. As aplicações financeiras estão concentradas na modalidade de CDB, com rentabilidade média em torno de 87% do CDI.

	31/12/16	31/12/15
Bancos	2.260	2.995
Aplicações financeiras	33.338	690
	35.598	3.685

NOTA 5 - CLIENTES

	31/12/16	31/12/15
Circulante		
Consumidores	199.202	106.083
Parcelamentos	10.856	5.630
provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(148.047)	(67.893)
	62.011	43.820
Não circulante		
Parcelamentos	9.228	10.151
	9.228	10.151
	71.239	53.971

A composição da conta clientes apresenta-se da seguinte forma:

	Vincendos	Vencidos			2016 Total	2015 Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Renegociações		
Circulante						
Consumidores						
Residencial	20.931	10.843	840	4.908	37.522	27.830
Industrial	1.080	447	90	394	2.011	1.545
Comércio	9.453	2.940	284	1.495	14.172	9.885
Rural	503	341	56	254	1.154	778
Poder público	3.896	1.675	4.442	1.343	11.356	13.025
Federal	1.241	159	11	8	1.419	1.261
Estadual	1.633	1.501	4.411	346	7.891	9.707
Municipal	1.022	15	20	989	2.046	2.057
Iluminação pública	869	-	-	2.462	3.331	594
Serviço público	683	1.576	7.677	-	9.936	5.535
	37.415	17.822	13.389	10.856	79.482	59.192
Revendedores						
Suprimento normal	20.559	14.904	95.113	-	130.576	52.521
PCLD	(20.581)	(18.694)	(108.052)	(720)	(148.047)	(67.892)
	37.393	14.032	450	10.136	62.011	43.820
Não circulante						
Consumidores						
Poder público municipal	-	-	-	9.228	9.228	10.151
	-	-	-	9.228	9.228	10.151
	37.393	14.032	450	19.364	71.239	53.971

Segue abaixo a composição dos parcelamentos:

	31/12/16	31/12/15
Circulante		
Consumidores	9.521	4.642
Poder público estadual	346	-
Poder público municipal	989	988
	10.856	5.630
Não circulante		
Poder público municipal	9.228	10.151
	9.228	10.151
	20.084	15.781

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A aprovação de procedimentos unificados nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, corroborou para que a Provisão para redução ao valor recuperável mantivesse seu critério principalmente com a inclusão da provisão em relação às rendas não faturadas.

Os critérios utilizados foram:

a) Análise individualizada dos créditos relevantes (para todas as unidades consumidoras atendidas em alta tensão), vencidos a mais de 60 dias, inclusive sendo provisionado também todo débito a vencer, devido não se ter a certeza do seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência; e

b) Análise conforme os procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (para todas as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão) conforme o vencimento das faturas, provisionando-se: contas vencidas há mais de 90 dias para as classes residencial, comercial, industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública, bem como, que demonstram a expectativa efetiva de perda.

Segue o seguinte quadro demonstrando a provisão por classe de consumidores:

	31/12/16	31/12/15
Residencial	1.282	1.175
Comercial	242	395
Industrial e rural	160	195
Poder público	6.197	8.317
Serviço público	9.568	5.289
Renda não faturada	22	-
Suprimento	130.576	52.521
	148.047	67.892

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim demonstrada:

	31/12/16	31/12/15
Saldo em 1º de janeiro	(67.892)	(212.356)
Constituição	(100.563)	(511.731)
Reversão	11.000	436.442
Baixa por perda	9.408	219.753
Saldo em 31 de dezembro	(148.047)	(67.892)

NOTA 6 - DIREITOS DE RESSARCIMENTO

Os valores da Conta de Consumo de Combustível - CCC são fixados anualmente pela ANEEL. A gestão da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento para o exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético - EPE e leva para homologação da ANEEL, o rateio para os agentes envolvidos no processo.

Segue abaixo o detalhamento dos créditos a receber junto à CCC:

	31/12/16	31/12/15
Ativo circulante		
Estoque de combustível	24.730	8.090
Custo total de geração(-) recebimentos	28.189	64.536
ICMS/PIS/PASEP E COFINS	33.673	22.650
Parcelamentos	15.639	6.643
Provisão(d)	(9.930)	-
	92.301	101.919
Ativo não circulante		
Parcelamentos	98.836	103.612
ICMS/PIS/PASEP e COFINS	68.371	68.371
Consumo específico	34.921	34.921
Provisão (d)	(13)	-
	202.115	206.904
Passivo circulante		
Despacho ANEEL nº 758/15 (b)	(4.320)	-
	(4.320)	-
Passivo não circulante		
Valores recebidos a maior anteriores a 2013 (a)	(35.833)	(35.833)
Despacho ANEEL nº 758/15 (b)	-	(14.067)
Tancagem inicial Disp. ANEEL nº 2.793/15 (c)	(24.197)	-
	(60.030)	(49.900)
Direito de ressarcimento líquido	230.066	258.923

a) A Companhia mantém registrado no seu Passivo Não Circulante valores adiantados anteriores a 2013 a título de reembolso CCC, que, conforme preceitua o embasamento da Lei 12.111/09, estão aguardando identificações dos ativos correspondentes para serem compensados.

b) A Companhia registrou, por determinação da ANEEL no Despacho nº 758/2015, os valores correspondentes aos combustíveis consumidos acima do limite nos anos de 1999 a 2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) A Companhia registrou o montante de R$ 24.197 referente ao combustível para tancagem inicial dos Produtores Independentes contratados em 2015, conforme Despacho ANEEL nº 2.793/2015, que determinou, ainda, que a Eletrobras promovesse o desconto do montante referente ao combustível para a tancagem inicial no último mês de operação das Usina Termelétricas (UTE), véspera da interligação ao SIN.

d) Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprova o orçamento para o ano de 2017 da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O orçamento aprovado pela ANEEL, além de reduzir a previsão dos gastos correntes com a CCC, não contemplou os valores que foram objeto de repactuações assinadas em 2014 e 2015 entre as distribuidoras Amazonas D, CERON, Eletroacre e Boa Vista (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras Distribuidora S.A., com o lastro na Conta CDE/CCC

Os Contratos de Confissão de Dívidas, denominados "CCD", foram previamente autorizados pela legislação aplicável e pela própria ANEEL, sendo o 1º CCD firmado em dezembro de 2014 e o 2º CCD firmado em agosto de 2015. Nos orçamentos anuais de 2015 e 2016 para os recursos da Conta CDE/CCC foram consideradas as parcelas 1/10 e 2/10, respectivamente, referentes aos CCD que foram repactuados pelo prazo de 10 anos.

Sendo assim, as distribuidoras afetadas pela glosa do orçamento de 2017 da ANEEL para a Conta CDE/CCC, ingressaram com pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, contra a Resolução Homologatória nº 2202.

Em 24 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu o Despacho nº 582, não concedendo o efeito suspensivo interposto pelas distribuidoras da Companhia.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Estado de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 81 que prevê na programação da utilização de recursos da CDE, para o ano de 2017, parcela equivalente às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relativas aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre as distribuidoras e a CDE/CCC.

Em 7 de março de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL alterou a Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, a qual aprovava o orçamento anual da CDE/CCC para o ano de 2017, incluindo no orçamento atual as parcelas relativas ao CCD.

Após a manifestação da ANEEL, o orçamento de 2017 da Conta CDE/CCC definido na Resolução Homologatória nº 2.204 permaneceu com a redução dos recursos destinados a Conta CDE/CCC referente ao ano de 2017, porém houve a previsão da liberação dos recursos equivalentes às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relacionadas ao 1º e 2º CCD.

A Companhia acredita que os recursos que foram objetos de glosa pela ANEEL permanecerão nessa situação até que a fiscalização do reprocessamento da conta CCC no período estimado entre julho de 2009 a junho de 2016 seja concluída.

Com base nos eventos descritos acima, a Companhia reconheceu uma provisão referente ao custo de captação para fazer face a frustração financeira dos montantes que não foram objeto do orçamento, conforme descrito abaixo:

- parcelas dos recursos do 1º e 2º CCD vencidas até a data de 31 de dezembro de 2016;
- montante referente ao 3º CCD que ainda não havia sido repactuado com o Fundo CDE/CCC; e
- montante referente ao orçamento corrente de 2017 que a Companhia estima não receber pelo fato da ANEEL ter realizado corte no orçamento.

O montante da provisão foi calculado com base nos custos de captação que seriam incorridos pela Eletrobras caso a mesma necessite captar no mercado os recursos acima relacionados que não serão objeto de reembolso pelo Fundo CCC no ano de 2017. A taxa de juros utilizada como premissa nessa estimativa foi CDI (13,63%) + 5,54% a.a.

Dessa forma, a Companhia em 31 de dezembro de 2016, reconheceu uma provisão no montante de R$ 9.944 na rubrica direito de ressarcimento - CCC.

NOTA 7 - TRIBUTOS A RECUPERAR

		31/12/16	31/12/15
Circulante			
IRPJ e CSLL		330	425
ICMS a compensar		718	4.392
ICMS a recuperar	a	594	1.346
PIS e COFINS Diferidos	b	3.347	2.815
Outros impostos a recuperar		104	11
		5.093	8.989
Não circulante			
ICMS a recuperar	a	10.100	2.974
		10.100	2.974

a) ICMS a recuperar - A Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP (para futuro registro no livro de Apuração do ICMS), decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48 avos.

b) PIS e COFINS Diferidos - Referem-se a créditos a serem aproveitados nos períodos seguintes, enquadrados como créditos relacionados com a Lei 10.637/02 (PIS/PASEP) e a Lei 10.833/03 (COFINS).

NOTA 8 - OUTROS

		31/12/16	31/12/15
Adiantamentos a empregados	a	2.520	1.787
Valores a receber CDE	b	14.981	6.021
CVA - Compra de Energia Elétrica		2.361	1.455
Uso mútuo de Poste		1.657	1.115
Outros	c	1.703	3.629
Circulante		23.222	14.007
Empregados Cedidos	d	3.195	1.785
Outros	c	161	163
Não Circulante		3.356	1.948

a) Os adiantamentos a empregados referem-se a diárias no país, férias, abonos pecuniários sobre férias e Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

b) Repasses referentes ao equilíbrio da redução das tarifas, subsídio rural, Águas, esgoto e saneamento relativos REH da Aneel Nº 1.648 e Subsídios Baixa Renda Homologados pela ANEEL. O aumento deve-se ao não recebimento de parcelas desde julho de 2015, o repasse desse recurso é controlado pela Eletrobras.

c) A principal composição refere-se a R$ 1.146 de arrecadação a ser repassada pelo agente arrecadador CS Guariente.

d) Valores a receber decorrentes de empregados que se encontram cedidos para outras Companhias do grupo Eletrobras como Eletronorte; Companhia Energética do Alagoas; e Amazonas Energia.

NOTA 9 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		31/12/16	31/12/15
Trabalhistas	a	1.488	2.406
Cíveis	b	1.161	1.075
Multas ANEEL	c	11.354	10.231
Caução ICMS	d	6.357	6.019
Total		20.360	19.731

a) Trabalhistas - depósitos provenientes de recursos realizados na instância superior da Justiça do Trabalho, bem como valores depositados ou bloqueados relativos aos processos em fase de execução;

b) Cíveis - valores bloqueados ou depositados judicialmente, referentes aos processos em fase de execução na Justiça Cível;

c) Multas ANEEL - ações anulatórias com pedido de liminar visando o cancelamento dos efeitos das penalidades aplicadas em Autos de Infração emanados da SFE/ANEEL. Essas infrações são oriundas de Processos Administrativos pelo não cumprimento de índices regulatórios ou transgressões de ordem técnica ou comercial. Para tais casos, cabe recurso por parte da administração, e, baseado na avaliação da assessoria jurídica, e considerando que estão tramitando em primeiro grau de jurisdição, foram consideradas como possíveis;

d) Caução ICMS - valor depositado judicialmente para garantia do juízo de direito de compensação de crédito do ICMS diferido de setembro e abril de 2012, objetivando suspender a exigibilidade do tributo e também a obtenção da Certidão Positiva com Parecer de Negativa de Débitos emitida pelo Estado.

NOTA 10 - ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Refere-se ao ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo Bifurcado.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e da Orientação Técnica OCPC 05 (R1) Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação do ativo financeiro está demonstrada conforme quadro a seguir:

	SALDO EM 01/01/2016	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	VNR	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	SALDO EM 31/12/2016
Distribuição						
Ativo financeiro em serviço	145.297	-	-	9.775	(6)	155.066
Ativo financeiro em curso	38.187	16.161	(7.123)	-	(7.571)	39.654
	183.484	16.161	(7.123)	9.775	(7.577)	194.720

	SALDO EM 01/01/2015	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	VNR	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	SALDO EM 31/12/2015
Distribuição						
Ativo financeiro em serviço	145.297	-	-	-	-	145.297
Ativo financeiro em curso	27.227	14.432	(13.630)	10.159	(1)	38.187
	172.524	14.432	(13.630)	10.159	(1)	183.484

A Companhia realizou a bifurcação considerando que os bens da concessão serão amortizados até dezembro de 2017, com base no estabelecido pela Administração, conforme relatado na nota 2, prazo condicionado para que seja estabelecido o novo concessionário para a área de concessão.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

Refere-se aos bens, direitos e instalações utilizados nas atividades de Administração da Companhia. A movimentação do imobilizado está demonstrada conforme quadro a seguir:

	SALDO EM 01/01/2016	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2016
Geração / Comercialização					
Em serviço	2.306	-		-	2.306
Depreciação acumulada	(578)		-		(578)
	1.728	-	-	-	1.728
Administração					
Em serviço	22.875	-	2.447	-	25.322
Depreciação Acumulada	(14.824)	(1.510)	-	-	(16.334)
Em curso	6.214	5.621	(2.447)	-	9.388
	14.265	4.111	-	-	18.376
Imobilizado líquido	15.993	4.111	-	-	20.104

	SALDO EM 01/01/2015	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2015
Geração / Comercialização					
Em serviço	2.306	-		-	2.306
Depreciação acumulada	(349)	(229)	-		(578)
	1.957	(229)	-	-	1.728
Administração					
Em serviço	22.550	-	340	(15)	22.875

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Depreciação acumulada	(13.607)	(1.232)	-	15	(14.824)
Em curso	846	5.708	(340)	-	6.214
	9.789	4.476	-	-	14.265
Imobilizado líquido	11.746	4.247	-	-	15.993

As adições ao ativo imobilizado em curso constituem-se basicamente de gastos efetuados pela Companhia na manutenção das atividades administrativas.

A formação do custo de cada empreendimento é efetuada mediante a utilização do instrumento contábil denominado Ordens em Curso, que são processos de registro, acompanhamento e controle para apuração destes custos.

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. As principais taxas anuais por atividade são:

Administração/Comercialização	2016	2015
Equipamento geral	9,85	10,39
Edificação	3,56	3,48
Veículos	16,10	16,25

NOTA 12 - INTANGÍVEL

Corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado que foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo (softwares).

Com a adoção da ICPC 01 (R1) o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01 (R1).

Os valores contemplados como Demais Intangíveis referem-se substancialmente a aquisição de licenças de direito de uso de propriedade intelectual (softwares), constituídos pelos gastos realizados com a aquisição das referidas licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados dos equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados em linha reta de acordo com a vida útil estimada na legislação vigente. A movimentação do Intangível está demonstrada conforme quadro a seguir:

	SALDO EM 01/01/2016	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM 31/12/2016
Vinculados à concessão					
Em serviço					
Custo	79.962	-		4.074	84.036
Amortização acumulada	(67.986)	(7.959)	-	537	(75.408)
Impairment	(13.661)	2.413	-	-	(11.248)
Obrigações especiais	(1.960)	-	-	-	(1.960)
Amortização (obrigações especiais)	3.645	-	-	732	4.377
	-	(5.546)	-	5.343	(203)
Em curso					
Custo	3.650	-	-	203	3.853
Impairment	(3.620)		-	-	(3.620)
Obrigações especiais	(30)	-	-	-	(30)
	-	-	-	203	203
Outros intangíveis - não vinculados					
Administração					
Em serviço	16.775	-		715	17.490
Amortização acumulada	(10.200)	(2.780)	-	(596)	(13.576)
Em curso	158	-		1.272	1.430
	6.733	(2.780)	-	1.391	5.344
	6.733	(8.326)	-	6.937	5.344

	SALDO EM 01/01/2015	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM 31/12/2015
Vinculados à concessão					
Em serviço					
Custo	65.731	-	601	13.630	79.962
Amortização acumulada	(60.309)	(7.677)	-	-	(67.986)
Impairment	-	(13.661)	-	-	(13.661)
Obrigações especiais	(1.960)	-	-	-	(1.960)
Amortização (obrigações especiais)	2.918	727	-	-	3.645
	6.380	(20.611)	601	13.630	-
Em curso					
Custo	3.719	532	(601)	-	3.650
Impairment	-	(3.620)	-	-	(3.620)
Obrigações especiais	(30)	-	-	-	(30)
	3.689	(3.088)	(601)	-	-
Outros intangíveis - não vinculados					
Administração					
Em serviço	16.435	-	340	-	16.775
Amortização acumulada	(7.486)	(2.714)	-	-	(10.200)
Em curso	67	431	(340)	-	158
	9.016	(2.283)	-	-	6.733
	19.085	(25.982)	-	13.630	6.733

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição considerando o benefício econômico esperado. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

Como o prazo final da concessão expirou em 7 de julho de 2015, todo o intangível vinculado à concessão deveria ser reclassificado para o ativo financeiro. Entretanto, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL esclareceu que, mesmo com o término dos prazos contratuais, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que prevê no art. 42, §2º, "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses" , assim a Companhia procedeu a rebifurcação dos saldos intangíveis da concessão de acordo com este prazo.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A partir do segundo ciclo de revisões tarifárias periódicas as obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, tomando-se por base uma taxa média regulatória.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com o critério a ser definido pelo poder concedente.

NOTA 13 - FORNECEDORES

		31/12/16	31/12/15
Fornecedores e energia elétrica	a	336.968	99.945
Fornecedores de materiais e serviços	b	183.990	155.751
Fornecedores parcelamentos TCD	c	9.628	27.992
Circulante		530.586	283.688
Fornecedores parcelamentos TCD	c	322.922	632.123
Não circulante		322.922	362.123
Total		853.508	645.811

Suprimento de energia elétrica - refere-se à aquisição de energia elétrica da Eletrobras Eletronorte, corrigido por multas e juros sobre as faturas vencidas.

a)Materiais e serviços - correspondem às obrigações perante fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia, de modo a realizar operações e manutenções do parque de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão.

b)Decorrente dos Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A com saldo de R$ 154.760 relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, e com a Eletrobras Eletronorte com saldo de R$ 177.788 relativo à energia elétrica comprada para revenda.

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/16	31/12/15
Circulante		
Eletrobras	6.556	16.654
Não circulante		
Eletrobras	108.687	37.048
	115.243	53.702

Movimentação dos financiamentos e empréstimos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 1º de janeiro de 2015	7.905	36.543
Ingressos	-	5.753
Encargos financeiros incorridos	-	7.460
Encargos financeiros pagos	(1.877)	-
Transferência para o circulante	12.708	(12.708)
Amortização de financiamentos	(2.082)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.654	37.048
Ingressos	-	58.378
Encargos financeiros incorridos	2.760	6.277
Encargos financeiros pagos	(2.760)	-
Transferência para o circulante	(6.984)	6.984
Amortização de financiamentos	(3.114)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.556	108.687

Os financiamentos e empréstimos em moeda nacional são contratados com a Eletrobras e decorrentes de recursos setoriais provenientes do Fundo Reserva Global de Reversão - RGR com incidência de encargos de 4% a 14,65% ao ano e sem indexadores especificados em cláusulas contratuais.

NOTA 15 - TRIBUTOS A RECOLHER

		31/12/16	31/12/15
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		1.000	925
Contrib. Social p/ finc. da Seguridade Social - COFINS		2.139	1.315
Contrib. p/ formação patr. servidor público - PASEP		517	259
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		4.863	3.492
Fundo de Garantia p/ Tempo de Serviço - FGTS		521	449
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	a	10.471	5.411
Imposto Sobre Serviço - ISS		223	39
Outros		98	84
Total		19.832	11.974

a) O montante do Imposto de renda retido na fonte - IRRF refere-se à retenção de tributos nos pagamentos efetuados por sociedades de economia mista, que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, conforme exige a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. O aumento na rubrica deu-se pelo fato do não processamento dos pagamentos dos fornecedores, e consequentemente, não houve o pagamento dos tributos incidentes.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	31/12/16	31/12/15
Folha de Pagamento	3.004	2.217
Encargos sociais - INSS	1.494	1.316
Encargos sociais - FGTS	502	442
Férias - Provisão	3.347	2.950
Gratificação de férias - Provisão	2.929	2.581
Outras	2.465	8.003
Total	13.741	17.509

Os valores evidenciados nesta nota dizem respeito às estimativas das obrigações em potencial referentes a férias e outras assemelhadas, devidas aos empregados, incluindo a Folha de pagamento, na vigência do contrato de trabalho; assim como, aquelas devidas a Diretores e Conselheiros, quando for o caso, da estimativa dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE		
Eletronorte	21.294	2.381
Amazonas Energia	-	18
Outros	-	7
Total	21.294	2.406
NÃO CIRCULANTE		
Eletrobras	17.302	17.302
Eletronorte	33.462	40.477
Total	50.764	57.779

Em novembro de 2015 foi realizado um instrumento de reconhecimento e parcelamento de dívidas com a Eletronorte referente aos valores devidos pela aquisição de Ativos (Linha de transmissão 69Kv - SE Boa Vista, SE Distrito Industrial e da Subestação Distrito Industrial 69/13,8 Kv). Em relação à Eletrobras, o valor corresponde ao saldo remanescente do processo de transferência dos 100% das ações ordinárias pertencentes à Eletronorte e que foram adquiridas pela Eletrobrás em outubro de 2012, o qual aguarda decisão da Eletrobras para ser capitalizado na Eletrobrás Distribuição Roraima (através de aumento de capital ou financiamento).

Remuneração de empregados e dirigentes

Os gastos totais com a administração incluindo os conselheiros de administração, fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Remuneracao diretores e conselheiros	320	428
Encargos sociais e Benefícios	85	117
Total	405	545

NOTA 18 - P&D e PEE

CIRCULANTE	31/12/16	31/12/15
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	2.789	2.338
PEE - Programa de eficiência energética	1.338	1.966
	4.127	4.304
NÃO CIRCULANTE		
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	2.662	1.555
PEE - Programa de eficiência energética	3.569	1.628
	6.231	3.183

Os valores registrados no Circulante já estão assim direcionados:

a) P&D - Pesquisa e desenvolvimento: Projeto Para Raio (projeto cooperado com a Eletrobras Distribuição Rondônia, para desenvolver uma nova concepção para transmissão trifásica no meio rural, que considera duas fases aéreas e o solo como terceira fase), e o Projeto de monitoramento da alta impedância (projeto cooperado com a Eletrobras Distribuição Piauí, referente ao desenvolvimento de um dispositivo para diagnostico de faltas de alta impedância).

b) PEE - Programa de eficiência energética: Aquisição de refrigeradores e lâmpadas de LED (o Projeto tem como público alvo o consumidor residencial baixa renda, e prevê substituição dos refrigeradores por modelos mais eficientes e as lâmpadas incandescentes que serão substituídas por lâmpadas de LED). E há o projeto educacional para ser ministradas palestras educativas para a disseminação de conceitos de eficiência energética para as comunidades.

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa ANEEL nº 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

A Resolução nº 176/05 da ANEEL determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte.

Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente a estes órgãos.

NOTA 19 - OUTROS

	31/12/16	31/12/15
Contribuição para iluminação pública arrecadada	1.815	1.484
Consumidores	761	586
CVA - Compra de Energia Elétrica	9.661	
Credores diversos	257	350
Outras	249	554
Total	12.743	2.974

NOTA 20 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/16	31/12/15
Trabalhistas	35.836	38.179
Cíveis	12.416	12.517
Total	48.252	50.696

A movimentação das provisões está apresentada abaixo:

	31/12/15	Constituição	Atualização	(-) Reversão	31/12/16
Trabalhistas	38.179	1.778	1.455	(5.576)	35.836
Cíveis	12.517	574	677	(1.352)	12.416
Total	50.696	2.352	2.132	(6.928)	48.252

Os passivos contingentes são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos tornou-se provável de realização, e, caso seja provável, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade. A Administração da Companhia, fundamentada na apreciação da avaliação de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas nas demonstrações financeiras são suficientes para cobrir prováveis perdas em demandas judiciais de qualquer natureza. As ações estão assim classificadas:

a) Trabalhistas: referem-se a vínculo laboral, danos morais e/ou materiais, adicionais de penosidade e periculosidade, diferenças salariais e encargos previdenciários.

b) Cíveis: referem-se a ações indenizatórias por cobrança indevida de fatura de energia, por danos morais e/ou materiais, sendo que a principal variação no período é decorrente de processos de Auto de Infração da ANEEL provisionados no montante de R$ 10.062.

Atualização monetária: para uma melhor estimativa de desembolso das provisões contingenciais com provável risco de perda, a partir de fevereiro de 2011 (conforme publicado no DJE nº 4510 de 15 de março de 2011), foi utilizado o Fator de Correção e Atualização Monetária, tendo como base de cálculo do índice a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central. Esse fator é publicado mensalmente no Diário da Justiça Eletrônico, acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o valor determinado na sentença judicial (para as ações cíveis); e se utilizou a Tabela Única de atualização e conversão de débitos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho (para as ações trabalhistas), também acrescidos de juros simples de 1% a.m. sobre o valor determinado na sentença.

Passivos contingentes classificados como risco possível e não provisionados.

A maioria dessas demandas é oriunda dos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor de causa limita-se a quarenta vezes o salário mínimo (conforme Art. 3º, I, da Lei 9.099/95), sendo que os fatos geradores de maior frequência descrito na petição inicial das ações são referentes a cortes indevidos, repetição de indébitos e danos elétricos. Não foram provisionadas por representarem baixo risco de perda para a Companhia (possível ou remoto), conforme opinião dos consultores jurídicos e estão demonstradas a seguir:

		31/12/16	31/12/15
Demandas trabalhistas		30.387	31.540
Demandas cíveis	a	423.523	56.453
		453.910	87.993

a) A variação refere-se principalmente a ação civil pública impetrada pela Associação Nacional dos Consumidores - ANDECO contra todas as Concessionárias de Energia Elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia dos consumidores, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. A ANDECO pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da Aneel que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas e técnicas. O valor da ação é de R$ 27.079.631, porém o valor cobrado da Boa Vista Energia S.A é de R$ 234.382. A Companhia considerou esse processo como possível pelos seguintes motivos:

- A Associação autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art.543 - C do CPC/73.

- Esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela Aneel (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a Aneel, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da Aneel. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Referem-se a aporte de recursos pela Eletrobras para cobertura de déficit operacional e são atualizados monetariamente pela taxa SELIC até a efetiva capitalização. Em outubro de 2016 houve o aporte de R$ 89.089 pela Eletrobras, para quitação de compromissos financeiros com fornecedores, conforme Deliberação do Conselho de Administração da Eletrobras Holding nº 0191/2016 de 23 de setembro de 2016.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

22.1. Capital Social

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	%	Valor
Eletrobras	320.742.889	100	684.204

O capital social da Companhia é de R$ 684.204, representado por 320.742.889 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

NOTA 23 - RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	Notas	31/12/16	31/12/15
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	a	202.792	208.347
Suprimento de energia elétrica	a	50.622	40.114
Uso da rede de distribuição		84.249	40.581
Receita de construção	b	16.827	15.221
Receita de remuneração Ativo Financeiro		24.387	19.035
Outras receitas	c	10.757	7.718
		389.634	331.016
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	d	(84.969)	(72.643)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		304.665	258.373

a) Fornecimento e suprimento de energia elétrica

	N° de Consumidores (*)		Mwh (*)		R$ Mil	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
FORNECIMENTO FATURADO						
- Residencial	98.715	93.288	422.544	406.606	121.751	116.639
- Industrial	343	355	19.450	18.504	5.634	4.985
- Comércio, serviço e outras atividades	9.430	9.166	187.631	185.462	54.111	51.587
- Rural	3.003	2.848	13.641	13.596	2.661	2.763
- Poder Público	814	791	85.140	88.017	23.092	22.316
- Iluminação Pública	102	95	41.674	31.675	7.173	5.147
- Serviço Público	76	77	21.951	23.760	4.052	4.390
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	-	-	-	-	660	(241)
(+/-) CVA	-	-	-	-	(8.671)	761
(-) TRANSF. P/OB. ESPEC.ULTRAP E REAT	-	-	-	-	(7.671)	0
	112.483	106.620	792.031	767.620	202.792	208.347
SUPRIMENTO	1	1	217.212	210.835	50.622	40.114
TOTAL	112.484	106.621	1.009.243	978.455	253.414	248.461

(*) Informações não auditadas.

Em outubro de 2015 a ANEEL, por meio da Resolução nº 1.979/2015, homologou o resultado do reajuste tarifário anual, correspondendo a um efeito tarifário médio de 41,52% com vigência de novembro 2015 a outubro de 2016. Entretanto, esse reajuste foi suspenso por liminar concedida pela 4ª Vara da Seção Judiciária do estado de Roraima, sendo que em agosto de 2016 o Tribunal Regional Federal da 1ª região suspendeu a liminar que impedia a Boa Vista Energia de reajustar a tarifa. Em novembro de 2016 a ANEEL, por meio da Resolução nº 2126/2016, homologou o resultado do reajuste tarifário anual, correspondendo a um efeito negativo médio de 23,80%, com vigência de novembro 2016 a outubro 2017, veja mais detalhes na nota explicativa nº 33.

b) Receita de construção - a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a de distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada no quadro anterior. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível e financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Outras receitas operacionais

	31/12/16	31/12/15
Renda de prestações de serviços	1103	893
Arrendamento, aluguéis de bens	1.451	1.543
Serviço taxado	1.701	632
Subvenções e Baixa Renda	4.991	4.134
Outras	1.511	516
Total	10.757	7.718

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) Deduções das receitas operacionais

	31/12/16	31/12/15
ICMS	(47.445)	(41.261)
PIS/PASEP	(7.008)	(5.365)
COFINS	(27.273)	(23.330)
ISS	(91)	(117)
Encargos PEE	(1.409)	(1.160)
Encargos P&D	(1.409)	(1.160)
Taxa de fiscalização	(334)	(250)
	(84.969)	(72.643)

NOTA 24 - CUSTO OPERACIONAL

		31/12/16	31/12/15
Energia elétrica comprada para revenda	a	(190.305)	(150.213)
Pessoal		(31.195)	(32.103)
Material		(613)	(391)
Materia prima e insumo p/ produção de energia	b	(129.360)	(36.691)
Serviços de terceiros	c	(18.940)	(17.037)
Depreciação e amortização		(7.062)	(6.713)
Outras		(290)	(1.341)
		(377.765)	(244.489)

a) Energia Elétrica comprada para revenda - variação decorrente do aumento mensal do intercambio de energia elétrica junto à Eletronorte que passou de 90MW em 2015 para 130MW mensais em 2016.

b) Matéria prima e insumos para produção de energia -a variação a maior foi decorrente dos efeitos do aumento do valor do custo médio da energia e potência comercializada pelos agentes de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada - ACR em 53,21% a partir de janeiro de 2016;

c) Serviços de terceiros - do valor total desta rubrica, R$ 16.827 em dezembro de 2016 (R$ 15.221 em dezembro de 2015) referem-se aos valores de Custo de construção.

NOTA 25 - DESPESAS OPERACIONAIS

		31/12/16	31/12/15
Pessoal		(47.211)	(38.059)
Administradores		(405)	(546)
Entidade de previdência privada		(1.429)	(2.030)
Material		(761)	(1.298)
Serviço de terceiros		(14.674)	(12.888)
Depreciação		(3.849)	(3.847)
(Provisões) Reversões p/ créditos de liquidação duvidosa - clientes	(a)	(89.564)	(75.289)
Provisões Parcelamento CCC		(9.943)	-
(Provisões)Reversões para contingências		4.561	265
Arrendamentos e aluguéis		(14)	(111)
Provisão/Reversão para redução de valor recuperável de ativos		57.776	(77.400)
Outras Receitas (Despesas)		(1.157)	(1.821)
Total		(106.670)	(213.024)

(a) A principal variação foi decorrente do aumento das provisões com clientes, destacando-se as inadimplências do Poder público estadual e do suprimento de energia elétrico devido pela Companhia Energética de Roraima - CERR, destacamos que 100% das faturas emitidas para a CERR está provisionada, inclusive os reajustes monetários sobre as faturas vencidas.

NOTA 26 - RESULTADO FINANCEIRO

		31/12/16	31/12/15
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras		554	505
Variação monetária ativa	a	24.197	33.252
Total de Receitas		24.751	33.757
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	b	(9.037)	(7.460)
Variação monetária passiva	c	(108.348)	(94.500)
Outros		2.416	(2.773)
Total de Despesas		(114.969)	(104.733)
Efeito líquido no resultado		(90.218)	(70.976)

a) Referem-se aos juros, multas e acréscimos moratórios relacionados aos parcelamentos concedidos e atualizações da energia elétrica vendida aos consumidores.

b) Referem-se a encargos do serviço da dívida de todos os contratos registrados como Empréstimos e Financiamentos junto à Eletrobras.

c) Referem-se aos juros, multas e acréscimos moratórios sobre os parcelamentos dos contratos de confissão de dívida junto a Eletrobras Eletronorte e Petrobras.

NOTA 27 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No período findo em 31 de dezembro de 2016, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Conforme CPC-32 (Tributos sobre o Lucro) Companhias com histórico de resultados negativos e sem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, não devem constituir ativo fiscal diferido.

a) Apuração do prejuízo fiscal

	31/12/16	31/12/15
Prejuízo do período antes do IR e CSLL	(269.988)	(270.116)
Provisões	102.639	84.322
Exclusões	(14.985)	(224.935)
Prejuízo do período	(182.334)	(410.729)

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

b) Créditos fiscais não ativados

	31/12/16	31/12/15
Prejuízos fiscais acumulados	389.841	327.424
Base de cálculo negativa da CSLL	387.673	309.142
Provisões não dedutíveis	50.336	23.084
Demais adições temporárias	16.605	17.436
Total	844.456	677.086

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurado valores decorrentes de Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

28.1. Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

28.2. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40.

28.2.1. Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

a) Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata.

b) Contas a receber de clientes - engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

c) As contas a receber de clientes estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

d) Ativo Financeiro (Concessão) - refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro disponível para venda por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

28.2.2. Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Estão classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são mensurados pelo custo amortizado, na prática o valor apresentado na nota fiscal de compra.

b) Financiamentos e Empréstimos - após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	-	35.598	-	3.685
Clientes	-	71.239	-	53.971
Direitos de ressarcimento	-	294.416	-	308.823
Ativo financeiro - concessões	-	194.720	-	183.484
	-	595.973	-	549.963
Passivos financeiros				
Mensurados a custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	115.243	-	53.702	-
Fornecedores	853.508	-	645.811	-
	968.751	-	699.513	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou sem realização. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado, quando aplicável.

- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente, quando aplicável.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Análise da sensibilidade

Instrumentos financeiros	Valor 31/12/16	Índice em 31/12/16 % a.a	Cenário I (+25%) Índice	Cenário II (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor R$	Cenário II (+50%) Valor R$
Ativos						
Aplicações Financeiras	33.338	13,55	16,94	20,33	41.673	50.007
Parcelamento CCD - 01	15.639	14,18	17,73	21,27	19.549	23.459
Parcelamento CCD - 02	98.836	14,18	17,73	21,27	123.545	148.254
Efeito no resultado					184.767	221.720

Passivos						
Financiamentos e empréstimos	115.243	11,23	14,04	16,845	144.054	172.865
TCD - Petrobrás	154.760	14,18	17,73	21,27	193.450	232.140
TCD - Eletronorte	177.788	15,25	19,06	22,875	222.235	266.682
Efeito no resultado					559.739	671.687

28.2.4. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Administração da Companhia segue a orientação do Conselho de Administração na gestão de riscos financeiros e operacionais.

Os principais riscos identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco de crédito - a política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos concedidos são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de: Programas de renegociação dos débitos pendentes; Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e Cobrança judicial. Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a aplicação financeira apenas em instituições oficiais utilizando-se de fundos de investimentos com risco baixo.

b) Risco de liquidez - é o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros (quadro abaixo com valores futuros com fluxos não descontados), em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

	Menos de um ano	entre um e dois anos	entre dois e cinco anos	acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016	392.790	44.784	141.119	66.989
Financiamentos e empréstimos	6.556	25.155	79.612	3.773
Fornecedores	386.234	19.629	61.507	63.216
Em 31 de dezembro de 2015	300.342	105.438	215.218	78.515
Financiamentos e empréstimos	16.654	14.906	15.620	6.522
Fornecedores	283.688	90.532	199.598	71.993

c) Risco com taxa de juros - o risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Na tabela abaixo a Companhia classifica seus instrumentos financeiros por categoria:

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro - concessões	183.484
Clientes	53.971
Direitos de ressarcimento	308.823
Caixa e equivalentes de caixa	3.685
31 de dezembro de 2015	549.963
Ativo financeiro - concessões	194.720
Clientes	71.239
Direitos de ressarcimento	294.416
Caixa e equivalentes de caixa	35.598
31 de dezembro de 2016	595.973

Passivos, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros
Financiamentos e empréstimos	53.702
Fornecedores	645.811
31 de dezembro de 2015	699.513
Financiamentos e empréstimos	115.243
Fornecedores	853.508
31 de dezembro de 2016	968.751

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD), Saúde e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego.

29.1 Programa Previdenciário

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, caracterizada como entidade fechada de previdência complementar, instituída e patrocinada pela Companhia, entre outras entidades do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através de dois planos de benefícios. O Plano de Benefícios Definidos - Plano BD, instituído com a finalidade de assegurar aos empregados aposentados pela Companhia uma renda de inatividade assemelhada à da ativa, quando somada àquela paga pelo Regime Geral da Previdência Social, e o Plano de Contribuições Definidas - Plano CD, com o objetivo de assegurar uma renda de inatividade determinada pelos aportes de contribuição e de suas capitalizações durante a fase de atividade. O Plano BD foi fechado para novas adesões quando do lançamento do Plano CD no ano 2000.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Plano CD

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da Companhia, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2016, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 1.773 (R$ 1.554 em 31/12/2015).

Plano BD

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo Regime Geral da Previdência Social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados, mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte, em regime de pagamento único.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD, CD e Saúde está abaixo demonstrada:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Plano BD	Plano CD	Saúde	Plano BD	Plano CD	Saúde
1. Participantes ativos						
1.1. Participantes - nº	10	343	343	11	278	297
1.2. Idade média	52	42	43	50	42	43
1.3. Salário médio em R$	11.959	10.307	-	9.805	9.580	-
1.4. Dependentes	-	-	995	-	-	713
1.5. Idade média (anos)	-	-	29	-	-	31
2. Aposentados						
2.1. Participantes - nº	4	8	1	5	8	2
2.2. Idade média	64	63	44	62	62	64
2.3. Benefício médio em R$	3.042	3.056	-	3.332	3.117	
3. Pensionistas						
3.1. Participantes pensionistas - nº	3	2	-	2	1	-
3.2. Benefício médio em R$	2.022	1.242	-	1.711	2.480	-
População total	17	353	1.339	18	287	1.012

29.2 Outros benefícios pós-emprego

29.2.1 Seguro-saúde

A Companhia concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

29.3 Efeitos do Plano BD e Assistência Saúde

29.3.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 1.996 (R$ 780 em 2015).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

29.4. Resumo dos impactos reconhecidos

A conciliação dos passivos e ativos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

	PLANO BD	PLANO SAUDE	PLANO CV	PID	TOTAL
Saldo EM 31/12/2015	-	(436)	-	(207)	(643)
Despesa/(Receita) reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2016	(16)	(89)	(10)	(18)	(133)
Estorno das contribuições do empregador vertidas no ano	-	465	-	177	642
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos imediatamente em ORA em 31.12.2016	(1.720)	(349)	(297)	(134)	(2.501)
Aumento (redução) do passivo atuarial	512	-	307	-	819
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido em 31.12.2016	(1.224)	(409)	-	(183)	(1.816)

A conciliação dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes está apresentada a seguir:

	PLANO BD	PLANO SAUDE	PLANO CV	PID	TOTAL
Saldo EM 31/12/2015	681	736	13	(124)	1.306
Despesa/(Receita) reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2016	-	-	-	-	-
Estorno das contribuições do empregador vertidas no ano	-	-	-	-	-
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos imediatamente em ORA em 31.12.2016	1.720	349	297	134	2.501
Aumento (redução) do passivo atuarial	(512)	-	(307)	-	(819)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido em 31.12.2016	1.889	1.085	4	10	2.988

NOTA 30 - ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia elaborou estudo técnico de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente dos fluxos de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

Para tanto, os fluxos operacionais da empresa foram projetados no período de novembro de 2016 a dezembro de 2017, calculando-se o seu valor descontado acumulado na data-base de 31 de dezembro de 2016. Após a determinação do valor presente dos fluxos de caixas gerados pelos ativos, estes são comparados com o saldo do ativo intangível na posição de outubro de 2016.

As premissas do fluxo de caixa projetado seguiram as orientações do Departamento de Contabilidade da Eletrobras Holding que definiu os valores da taxa de desconto e premissas a serem utilizadas pelo Grupo.

a) Para os valores realizados até novembro de 2016, foi considerado o valor contabilizado, sendo que:

- Recuperação de Despesas: foi desconsiderada para a avaliação do cálculo do Impairment;
- Provisões e Reversões: só foram adicionados os valores de provisão e reversão para "crédito de liquidação duvidosa". Dessa forma as provisões trabalhistas e as judiciais não foram consideradas, sendo que a redução da provisão ocorreu em função da Boa Vista Energia ter assumido a partir de 02.01.2017 a concessão do interior que antes era de responsabilidade da CERR;
- Depreciação: foram considerados os valores aprovado pela Aneel;
- PMSO: foram retiradas todas as recuperações de despesas diversas que afetavam diretamente o PMSO;
- Ativo Testado: Considerando que a Distribuidora em 31 de dezembro de 2016 registrou um ativo intangível em serviço positivo o teste foi efetuado para avaliar a onerosidade da atividade de concessão.

b) Para o período de dezembro de 2016 a junho de 2017 as projeções foram compostas da seguinte forma:

- Mercado e Perdas de Energia: Considerou-se a energia requerida bruta quantificada a MWh, foi mantido para 2016 e 2017 o índice de perdas atingido em 2015;
- A energia requerida bruta e o mercado estão aderentes à proposta no Plano de Serviço Temporário que será enviado a ANEEL. Para 2017, considerou-se a energia requerida bruta. O percentual de perdas constante no Plano de Serviço Temporário para dezembro de 2017 é de 12% refletindo uma expectativa bastante otimista dos gestores da empresa, estando coerente com a meta constante no Plano de Serviço Temporário.
- Outras Receitas: os valores estão de acordo com o Plano de Serviço Temporário para 2016;
- Subvenção da CDE (reposição do Equilíbrio tarifário): Valor já aprovado pela Aneel;
- Deduções: Foram consideradas como parâmetro para o cálculo das deduções da receita o valor do percentual médio de 24,00% realizado de janeiro a novembro de 2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Compra de Energia: energia comprada em MWh foi considerado o ACR médio atual aprovado pela Aneel;
- PMSO: Em 2017 foi considerado a correção pelo o IPCA de 6,84%;
- Depreciação: Depreciação: Para 2017 foi considerado o mesmo valor de 2016;
- Provisões: em relação à inadimplência utilizou-se o percentual de 4,6 %, considerando que a partir 02 de janeiro de 2017 a concessão do interior será de responsabilidade da Boa Vista Energia;
- Capital de Giro: valores extraídos do balanço de dezembro de 2016;
- Taxa de Desconto: utilizado o WACC (6,01%) definido pela Holding para as empresas distribuidoras;
- Ativo Testado: Testou-se o ativo intangível em serviço líquido em 31 de dezembro de2016.
- Não foram considerados novos investimentos.

Com base nas premissas adotadas e nos cálculos efetuados pela equipe técnica da Companhia, concluiu-se que o fluxo de caixa descontado acumulado (Valor Presente dos Ativos) aponta para uma Geração de Caixa em função dos seguintes aspectos:

- Princípio da evidência contábil para sustentar os valores anteriormente registrados;
- A possibilidade da renovação da concessão deve ampliar o horizonte do estudo o que em parte eliminaria qualquer onerosidade anteriormente registrada;

Portanto, o valor recuperável destes ativos não foi o suficiente para cobrir o valor do ativo intangível, apresentando uma diferença de R$ 19.624 em 2016. Porém, como a Companhia já havia reconhecido uma provisão de Impairment de R$ 77.400 em 2015, foram revertidos R$ 57.776 no resultado do exercício, em contrapartida à conta concessão onerosa no passivo não circulante.

NOTA 31 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados aos contratos de compra de energia elétrica e com alugueis de grupos geradores, estão previstos conforme segue:

POSIÇÕES COMPRADAS

	Vigência	2018	2019
Energia Elétrica	2001 a 2019	240.375	387.624
Geração	2018	704.571	-
Energia Comprada CCEE		102.812	140.532
Total		1.047.758	528.156

NOTA 32 - REPOSICIONAMENTO TARIFÁRIO

A Designação da Boa Vista Energia S.A. para prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela União ocorreu pela publicação da Portaria nº 425 de 03 de agosto de 2016 em cumprimento a Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) de n° 388 de 26 de julho de 2016. A portaria de designação prevê que o reajuste tarifário ocorrerá de modo ordinário com periodicidade anual, a partir de 1º de novembro de 2016, exceto nos anos em que ocorra revisão tarifária.

A Portaria nº 425 estabelece que, para fins da Prestação do Serviço, a Companhia fica sujeita à legislação e à regulamentação relativas ao Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, à legislação superveniente e complementar, às normas e regulamentos expedidos pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A ANEEL, em função das Portarias publicadas pelo MME, estabeleceu a Resolução Normativa nº 748, em 29 de novembro de 2016, regulamentando as condições estabelecidas pelas portarias e, em ato sequente, efetivou o processo de reposicionamento tarifário da Companhia, consubstanciado na Resolução Homologatória de n° 2.166 de 1º de novembro de 2016, reposicionando os preços das tarifas de energia aplicada aos consumidores atendidos pela Companhia.

As tarifas foram reposicionadas economicamente em -23,80% (vinte e três vírgula oitenta por cento negativos), sendo -20,87% (vinte vírgula oitenta e sete por cento negativos) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -2,93% (dois vírgula noventa e três por cento negativos) relativos aos componentes financeiros.

Com aplicação dos índices calculados, as tarifas atuais, quando comparadas as tarifas anteriores, ficaram, em média, reajustadas em -19,72% (dezenove vírgula setenta e dois por cento negativos), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Município de Boa Vista no Estado de Roraima.

O decréscimo no Reposicionamento Tarifário Anual - RTA ocorreu em função da redução dos custos da energia adquirida no período (ciclo) tarifário de 2016 e também pela aplicação da Lei nº 13.299 de junho de 2016, que excluiu do chamado ACR Médio (parâmetro de custo para obtenção de potência e energia comercializados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR) os encargos setoriais, fazendo com que o mesmo tivesse uma redução de R$ 295,10/MWh para R$ 204,84/MWh. Como 78% da energia adquirida pela Companhia é regulada em termos de custos por esse mecanismo, sua redução foi o fator determinante e preponderante no decréscimo tarifário.

Assim, considerando as novas tarifas homologadas, se aplicadas ao mercado no momento do reposicionamento, a receita da Companhia teria, conforme Nota Técnica n° 362/2016-SGT/ANEEL, a sua receita total formada com os custos dos seguintes componentes:

- Custo de energia 73,5%
- Encargos setoriais 1,1%
- Custo de distribuição 25,4%

Acrescendo os tributos estaduais e federais, que representam os custos finais suportados pelos consumidores, a receita da distribuidora fica rateada nas componentes e proporções conforme abaixo extraída da Nota Técnica já citada.

- Custo de energia 65,0%
- Encargos setoriais 1,0%
- Custo de distribuição 22,4%
- Tributos 11,6% (ICMS 10,7% e PIS/COFINS 0,9%)

NOTA 33 - EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Suspensão da Revisão Tarifária para as prestadoras de serviço de distribuição.

Em 24 de janeiro de 2017 foi publicada a Portaria do Ministério de Energia nº 23 revogando o artigo 4º da Portaria MME nº 422/2016 que contemplava em seu teor que a Companhia teria revisão tarifária em 31 de agosto de 2017.

33.2. Orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta CDE. O orçamento aprovado pelo ANEEL inicialmente não contemplou os valores que foram objeto de repactuações assinadas em 2014 e 2015 entre as distribuidoras Amazonas Energia, CERON, Eletroacre e a Companhia (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras/BR Distribuidora. Os CCD haviam sido previamente autorizados pela legislação aplicável e homologados pela própria ANEEL.

Em 14 de fevereiro de 2017, as distribuidoras afetadas pelo corte orçamentário da ANEEL ingressaram com pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, contra a Resolução Homologatória nº 2.202.

Em 24 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu o Despacho nº 582, negando o efeito suspensivo interposto pelas distribuidoras da Companhia.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 81 que prevendo na programação financeira dos recursos da Conta CDE a inclusão, para o ano de 2017, das parcelas equivalentes às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017 relativas aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre as distribuidoras e a Petrobras/BR Distribuidora.

Em 7 de março de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL alterou a Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, a qual aprovava o orçamento anual da Conta CDE para o ano de 2017, incluindo no orçamento os montantes referentes aos CCD.

A Companhia acredita que os recursos que foram objetos de glosa pela ANEEL permanecerão nessa situação até que a fiscalização do reprocessamento da conta CCC no período entre julho de 2009 a junho de 2016 seja concluída.

Dessa forma, a Companhia em 31 de dezembro de 2016, reconheceu uma provisão no montante de R$ 9.944 na rubrica direito de ressarcimento - CCC (Para maiores detalhes Vide Nota 6).

33.3 Prestação Temporária do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica no Interior do Estado de Roraima

Em 05 de agosto de 2016, foi publicada a Portaria MME n.º 425 de 03 de agosto de 2016 estabelecendo a Boa Vista Energia S.A. como responsável pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em todo o estado de Roraima.

Em 23 de setembro de 2016, o despacho do Ministro definiu que a prestação do serviço de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 425, de 3 de agosto de 2016, dar-se-á a partir de zero hora do dia 1º de janeiro de 2017.

Em 29 de novembro de 2016, a Resolução Homologatória nº 2.184 definiu em seu "anexo II" a remuneração adequada de referência mensal para a Boa Vista Energia S.A., entretanto não contemplou a remuneração para atender o interior do Estado de Roraima.

A ausência de histórico de dados, já reconhecido pelo Regulador, e a degradação do serviço prestado no interior até 31 de dezembro de 2016, impediram a elaboração de metas dos indicadores de perdas de energia elétrica, custos operacionais e qualidade do serviço, ficando a Boa Vista Energia S.A. limitada ao levantamento da subvenção necessária à continuação da prestação do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica nos 14 municípios do interior do estado de Roraima, adotando premissas para a prestação do serviço de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2017 ou até a assunção de novo concessionário, o que ocorrer primeiro, conforme determinado na Portaria MME n.º 425 de 03 de agosto de 2016.

Administração da Companhia

ANSELMO DE SANTANA BRASIL
Diretor Presidente

JOSÉ MÁRIO PIRES
Diretor Financeiro e Comercial

VALDENI BATISTA MILHOMENS
Diretor de Gestão

RODRIGO MOREIRA
Diretor de Geração Distribuída

WALDEMAR ANDRÉ JOHANSSON FILHO
Diretor de Operação e Expansão

CLAUDIO RUBENS PINHO NILO
Diretor de Regulação e Projetos Especiais

LICÍNIO DA TRINDADE SANTANA JARDIM
Contador - CRC/AM - 010097/O-0 T-RR

PARECER

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Boa Vista Energia S.A.
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 1.1 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2016, apresenta patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R$ 609.313 mil, prejuízos acumulados no montante de R$ 1.290.529 mil e excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R$ 393.626 mil. Adicionalmente, em 7 de julho de 2015, ocorreu o vencimento do contrato de concessão da Companhia que não será prorrogado conforme deliberado na 165ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de julho de 2016, sendo deliberado pelos acionistas que a Companhia receba, diretamente da União Federal ou por meio de tarifa, todos os recursos de remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da Companhia, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro, sem qualquer aporte de recursos pela Controladora. Esses fatos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Valores a receber sujeitos à aprovação do órgão regulador

Chamamos a atenção para o mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, créditos a receber da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC-ISOL, calculados e registrados mensalmente com base na Lei nº 12.111/2009, no Decreto nº 7.246/2010 e em resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no montante de R$ 230.066 mil. Referidos créditos serão realizados financeiramente após o cumprimento de determinados requerimentos previstos na Lei º 12.111/2009, que estão em processo de avaliação pela ANEEL, e pela transferência de recursos do Fundo Setorial CDE, cuja gestora é a Eletrobras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 20 de março de 2017.
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC SP-014428/O-6 F-AM

LUCIANO MEDEIROS
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

DANILO SIMAN SIMÕES
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Boa Vista Energia S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras de 31/12/2016.

O Conselho Fiscal destaca que a análise das demonstrações ocorreu levando-se em consideração o cenário de não renovação da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, conforme decisão registrada no item 7.7 da ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobras, realizada em 22/07/2016, que também estabeleceu nos itens 7.9 e 7.11, respectivamente, que a transferência do controle acionário para outro operador deverá ocorrer até 31/12/2017 e que determinou a devolução da concessão e sua liquidação caso não haja a transferência de controle acionário até 31/12/2017 ou caso a Boa Vista Energia S.A. deixe de receber diretamente da União Federal, ou através de tarifa, até a sua transferência para o novo controlador, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da Empresa, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras.

Além disso, considerou também em sua análise os termos da Portaria MME n.º 425 de 03/08/2016, que estabeleceu a Boa Vista Energia S.A. como Responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica em todo o Estado de Roraima, e o Despacho Ministerial que definiu que a prestação do Serviço, de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 425, de 03/08/2016, dar-se-á a partir do dia 01/01/2017. Ademais, o Conselho Fiscal considerou em seu exame a Resolução Homologatória ANEEL n.º 2.184, de 29/11/2016, que definiu em seu "Anexo II" a Remuneração Adequada de Referência Mensal para a Boa Vista Energia S.A., sem contemplar a remuneração para atender o interior do Estado de Roraima.

De fato, até o momento, os recursos recebidos pela Empresa são referentes aos serviços prestados somente à capital e se deram por meio da Reserva Global de Reversão, ao custo de captação de 111% da SELIC, conforme definido pela ANEEL, afetando o resultado da Boa Vista Energia.

Feito esses registros, pelos exames efetuados no decorrer do exercício, no Relatório da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 20/03/2017 e nas informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Boa Vista Energia S.A., o Conselho Fiscal é da opinião que as Demonstrações Contábeis e o Relatório Anual da Administração encontram-se em condições de serem submetidos ao exame e deliberação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Boa Vista Energia S.A.

Brasília-DF, 23 de março de 2017.
TÚLIO NEIVA RIZZO
Presidente

RAFAEL SOUZA PENA
Conselheiro

FREDERICO PINTO ECCARD
Conselheiro

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S/A

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2016

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (Amazonas GT) é a mais nova empresa do Sistema Eletrobras, tendo a responsabilidade de conduzir as atividades de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, exclusivamente na área de concessão que foi integrada ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

As competências básicas da Amazonas GT são:

a) Disponibilização de capacidade de geração de energia elétrica para o atendimento aos Contratos de Vendas de Energia Elétrica e ao Mercado Livre;

b) Disponibilização das funções do Sistema de Transmissão; e

c) Comercialização de Energia excedente no Mercado a preços competitivos.

A Amazonas GT tem um parque efetivo de Geração de Energia Elétrica, em atendimento aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE), equivalente a 541 MW, o que corresponde a 1,26% da capacidade de Geração Instalada da Eletrobras (42.987 MW).

A Amazonas GT também recebeu autorização da ANEEL para explorar a Usina Termelétrica de Mauá 3, ciclo combinado, ainda em construção, que vendeu toda a sua energia no Leilão de energia nova A-5/2014, a partir de janeiro de 2019 até dezembro de 2043, aumentando as receitas da empresa consideravelmente.

Em janeiro de 2019, com a entrada em operação comercial da UTE Mauá 3 (570 MW - Ciclo combinado Gás / Vapor), a Amazonas GT ficará com sua capacidade de geração de energia na ordem de 1.111 MW.

A Amazonas GT tem 372,3 km de Linhas de Transmissão na tensão de 230 kV e 5 subestações.

A Amazonas GT, no ano de 2016, obteve uma Receita Operacional Líquida de R$ 350,9 milhões, com um quadro próprio de 470 empregados e com um valor de PMSO de R$ 191,1 milhões, o qual está abaixo do PMSO regulatório, da ordem de R$ 250,0 milhões.

A partir de setembro de 2017, a Amazonas GT terá disponível para operação comercial parte da capacidade da UTE Mauá 3, composta por uma unidade a gás natural mais uma unidade a vapor - fechando o ciclo combinado -sendo apta para aferir receita por Encargo de Serviços de Sistema (ESS) até dezembro de 2018, se assim for reconhecido pelo Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico, houver a publicação de Portaria do Ministério de Minas e Energia, e de Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica.

A ANEEL autorizou a Amazonas GT explorar a Usina Termelétrica de Mauá 3 (583MW), em ciclo combinado. Toda sua energia ofertada (484,4 MW médio)foi vendida no Leilão de energia nova A-5/2014, para entrega a partir de janeiro de 2019. A nova usina comercializará esta sua energia por 25 anos, até dezembro de 2043, suprindo 38 distribuidoras de vários estados do país.

Como a garantia física dessa usina é de 507,2 MW, haverá um lastro de 22,8 MW disponível para o Mercado Livre.

A energia da UHE Balbina está totalmente vendida para a Amazonas Distribuidorade Energia S/A, até o fim da sua concessão (1 de março de 2027). As energias das UTE Mauá (Bloco III) e Aparecida também foram 100%vendidas para a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, até o fim de suas outorgas (10 de julho de 2020).

Somente a partir do dia 16 de dezembro de 2016, a Amazonas GT obteve a concessão do Sistema de Transmissão, através da Portaria do Ministério de Minas e Energia número 706/2016, a qual designa a Amazonas GT como responsável pela Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Após a publicação dessa Portaria Ministerial, a Amazonas GT passou a ter o direito de assinar o seu Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Com a assinatura do CPST, a Amazonas GT terá os seguintes direitos:

a) Receber a Receita Anual Permitida (RAP) de seus ativos de Transmissão;

b) Realizar as obras de expansão e de ampliações e reforços;

c) Receber o passivo da RAP, sendo possível questionar como ponto de partida o dia 01.05.2015, data na qual a ANEEL declarou o Sistema Elétrico de Manaus plenamente interligado ao SIN e liberado para operação comercial.

Foi diante de um cenário desafiador, que foram traçados objetivos e metas que compõem este Plano de Negócio para o horizonte de 2017 até 2021, o que nos leva a afirmar que essa empresa tem todas as condições de ser uma das empresas do grupo Eletrobrás com alta potencialidade de honrar com todos os seus compromissos, gerando lucros e dividendos aos seus acionistas a partir do ano de 2021.

2. A EMPRESA

2.1 Histórico

A Amazonas GT se tornou a mais nova empresa da Eletrobras em função da Amazonas Distribuidora de Energia S/A ter segregado as atividades de Distribuição das atividades de Geração e Transmissão para o cumprimento das Leis 9.074/1995 e 10.848/2004, que estabelecem a obrigatoriedade de desverticalização das empresas de Energia Elétrica que vierem a se interligar ao SIN. Os moldes desse processo de desverticalização também foi ao encontro da Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009.

O marco da instituição da Amazonas GT veio através da publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.836, de 16.09.2014. No artigo 3º dessa resolução, a ANEEL deu a sua anuência para a segregação de atividades da Amazonas Distribuidora de Energia S/A mediante passagem dos ativos e passivos associados às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica ao capital da Amazonas GT, assim como as transferências de outorgas das Unidades Geradoras de Energia da UHE Balbina e das UTEs Aparecida, Mauá, Cidade Nova, Flores, São José e Eléctron.

Nesse contexto, em 04.04.2013, a Amazonas GT foi criada para ser uma Empresa Autônoma do Grupo Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELB), se configurando como uma Empresa de Sociedade Anônima de Economia Mista, na categoria de concessionária de serviços públicos de energia elétrica.

No dia 19.11.2013 ocorreu interligação do Sistema Elétrico Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN), ficando na modalidade de teste operacional até o dia 01.05.2015, em que, através do Despacho da ANEEL número 1.365 de 05.05.2015, o sistema Elétrico de Manaus foi declarado plenamente Interligado ao SIN e liberado para operação comercial.

Durante as diversas ações para executar o processo de desverticalização, foram celebrados, entre a da Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Amazonas GT, Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs), os quais garantiriam as devidas receitas para a Amazonas GT, bem como a continuidade do suprimento de energia elétrica para Manaus.

Nos dias 11 e 30.06.2014, por meio da Resolução nº 002/2014 e Deliberação nº 002/2014, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Amazonas GT aprovaram a alteração do endereço da sede da Empresa para Rua Tito Bittencourt, nº 142, Bairro São Francisco,CEP 69079-040 - Manaus - Amazonas, passando a possuir sede própria.

Somente no dia 01.07.2015, ocorreu o início de operação da Amazonas GT como uma unidade autônoma, com a composição de sua primeira Diretoria Executiva.

Diante desse histórico, o Plano de Negócio da Amazonas GT considerou a mudança ocorrida no ambiente competitivo, promulgação e regulamentação das Leis nº 10.847 e nº 10.848 de 15.03.2004, definindo o atual modelo do Sistema ElétricoBrasileiro (SEB).

Este modelo introduz a separação entre as atividades de Comercialização (pela CCEE) e de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (pelo ONS).

Desta forma, buscou-se explorar ganhos considerando que a Amazonas GT pode fornecer energia elétrica a clientes com os quais não tenha ligação física direta ou atuem em outros submercados, que não o Norte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2 Estrutura organizacional

A Estrutura Organizacional da Amazonas GT, foi definitivamente criada no dia 1° de julho de 2015, e diante das demandas da Empresa, o Conselho de Administração aprovou a primeira Estrutura Organizacional da Empresa, ocasião em que foram criados os Departamentos de Nível Hierárquico 1 (NH 1), além das Gerências de Nível Hierárquico 2 (NH 2), vinculadas aos Departamentos. Adequações na estrutura organizacional foram aprovadas, por meio da Deliberação nº 011/2015, pelo Conselho de Administração, zelando assim pela eficiência e operacionalização da empresa.

3. PRINCIPAIS NEGÓCIOS

As competências básicas da Amazonas GT são:

a) Disponibilização de capacidade de geração de energia elétrica para o atendimento aos Contratos de Vendas de Energia Elétrica e ao Mercado Livre;

b) Disponibilização das funções do Sistema de Transmissão; e

c) Comercialização de Energia excedente no Mercado a preços competitivos.

Na Geração, o principal produto é a produção de Energia Elétrica pelas Unidades Geradoras da Amazonas GT. Na Transmissão o principal produto é a disponibilidade do sistema elétrico de Linhas de Transmissão e das Subestações da Amazonas GT aos Clientes. Na Comercialização o principal produto é a energia comercializada nos contratos de energia aos Clientes.

3.1 Transmissão de energia elétrica

As subestações de fronteira da Rede Básica, pertencentes a Amazonas GT, possuem níveis de tensão em 230/138/69 kV, que atendem a rede de Distribuição da Amazonas Distribuidora de Energia S/A. A rede básica operada e mantida pela Amazonas GT, compõe a rede que alcança toda a região metropolitana da grande Manaus, permitindo que o sistema de Distribuição opere de forma eficiente e confiável.

Para manter e operar o Sistema, a Amazonas GT conta com um centro de operações e equipes de manutenção, técnicos especializados que atuam nos equipamentos, linhas de transmissão, laboratório, telecomunicações, proteção e automação.

Destaca-se que o contrato de Concessão da Amazonas GT ainda não foi assinado. Enquanto não ocorre a assinatura de contrato específico, a Amazonas GT mantém a operação e manutenção com recursos próprios, não sendo remunerada por estas atividades. Será um desafio à obtenção do reconhecimento das atividades realizadas e da remuneração devida desde julho de 2015, e a obtenção destes recursos.

As instalações relacionadas à Transmissão de Energia, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL n. 067/2004, compreendeas demonstradas nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Subestações

Subestações	Pot. (MVA)
Cristiano Rocha*	-
Presidente Figueiredo	15
Manaus	450
UHE Balbina	-
Jorge Teixeira	300
Lechuga (barramento de saída)	-
Mauá 3	600
TOTAL	1365
* Propriedade da RAESA em negociação	

Tabela 2. Linhas de Transmissão

Linhas de Transmissão	(km)
LT 230 kV Balbina - Lechuga	160,20
LT 230 kV Lechuga - Manaus	39,40
LT 230 kV Balbina - Cristiano Rocha	154,80
LT 230 kV Cristiano Rocha - Lechuga	5,40
LT TAP 230 kV Presidente Figueiredo - LT 230 kV Balbina - Cristiano Rocha	0,25
LT 230 kV Jorge Teixeira Mauá 3	27,00
TOTAL	387,05

3.2 Geração de energia elétrica

A Amazonas GT é responsável pela operação das usinas termelétricas de Aparecida (240MW), Mauá (462MW) e Eléctron (121MW), além da concessão da Usina Hidrelétrica de Balbina (250MW), todas oriundas do processo de desverticalização. Compete também a Amazonas GT, a administração dos contratos das usinas termelétricas alugadas (usinas de terceiros) para atendimento da Portaria MME n. 179/2016: UTE Flores (80MW), UTE São José (50MW) e UTE Iranduba (25MW).

Uma das primeiras medidas tomadas pela Amazonas GT foi criar o Complexo Mauá e de Aparecida, em janeiro de 2016, visando redução de custos e o aumento de produtividade dos Grupos de Geração Térmicas do Departamento de Mauá e do departamento de Aparecida. Com a criação desses dois Complexos, os Grupos de Gerações Térmicas que atuavam como unidades autônomas, deixaram de existir nessa condição e começaram a trabalhar de forma integrada, haja vista que esses Grupos não geravam entradas de caixas independentes entre si. Foi elaborada a Nota Técnica n. 03/2016 - Criação do Complexo Mauá e de Aparecida que detalha, com mais dados, a razão da criação dos Complexos.

Em setembro de 2017, a Amazonas GT terá consolidado o projeto, ora em construção, da Usina Termelétrica de Mauá 3, com capacidade instalada de 583 MW de potência, iniciando sua operação ainda no primeiro semestre, com vistas a substituir parcialmente as gerações da Portaria MME nº 179/2016. A UTE Mauá 3 fará parte do Complexo Mauá quando iniciar sua operação comercial.

3.3 Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEE)

Os Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEEs) são contratos bilaterais decorrentes do processo de desverticalização (cisão) da empresa Amazonas Distribuidora de Energia S/A, cujos ativos de geração foram transferidos para a sucessora Amazonas GT. Sendo assim, os contratos OC 87495/2013, OC 87499/2013 e OC 87497/2013 estabeleceram a relação comercial entre as empresas envolvidas contemplando, respectivamente, a UHE Balbina, a UTE Mauá Bloco III e UTE Aparecida, sendo homologados pela ANEEL através da Resolução Autorizativa n. 4836, de 16.09.2014.

Tabela 3. CCVEEs firmados em decorrência da desverticalização

CCVEE	Usina	Vendedor	Comprador	Montantes Energia Negociados MWh	Preço R$/MWh	Vigência Contrato
OC 87495/2013	UHE BALBINA	Amazonas GT	Amazonas Distribuidora de Energia S.A	13.895.802	279,89	Até o dia 01/03/2027
OC 87497/2013	UTE APARECIDA	Amazonas GT	Amazonas Distribuidora de Energia S.A	7.037.194	116,56	Até o dia 10/07/2020
OC 87499/2013	UTE MAUÁ BLOCO 3	Amazonas GT	Amazonas Distribuidora de Energia S.A	4.775.880	100,66	Até o dia 10/07/2020

Em 2016 a Amazonas GT comercializou o montante de energia de 3.287.201MWh por meio dos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEEs), que abrange a UHE Balbina, além das UTEs Aparecida e Mauá Bloco III. A Tabela 4 apresenta a participação de cada usina no volume de energia faturado.

Tabela 4. Energia Faturada em 2016 por meio de CCVEE

Usina	CCVEE	Montantes Energia Faturada em 2016 MWh
UHE Balbina	OC 87495/2013	1.144.691,36
UTE Aparecida	OC 87497/2013	866.190,24
UTE Mauá Bloco 3	OC 87499/2013	1.276.319,58
		3.287.201,18

O montante de energia elétrica faturado em 2016 resultou na receita bruta de R$ 567.736.331,55, com destaque ao volume negociado com o empreendimento UHE Balbina, que corresponde a 57,6% do valor total a partir de 34,8% da energia fornecida. Na tabela 5 é apresentada a estratificação da receita bruta em razão de cada CCVEE.

Tabela 5. Receita Bruta comercializada por meio de CCVEE

Usina	CCVEE	Receita Bruta Faturada em 2016 R$
UHE Balbina	OC 87495/2013	327.106.046,14
UTE Aparecida	OC 87497/2013	88.917.315,44
UTE Mauá Bloco 3	OC 87499/2013	151.712.969,97
		567.736.331,55

3.4 Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica (MCP)

A Amazonas GT ingressou nas operações de contabilização e liquidação financeira concernente ao Mercado de Curto Prazo (MCP) a partir de outubro de 2015, momento em que foi consolidado seu processo de adesão junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O destaque nessas operações foi o recebimento dos Encargos de Uso do Sistema (ESS) no valor de R$ 460.818.332,76, no período de janeiro a dezembro de 2016, decorrentes do ressarcimento dos custos incorridos com a operação do parque de usinas termoelétricas no sistema elétrico de Manaus, consoante com as Portarias n. 41, de 26.02.2015, e n. 179, de 11.05.2016, ambas publicadas pelo Ministério das Minas e Energia.

Contudo, a Amazonas GT, em razão da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo, teve como resultado o valor contrário de R$ 146.031.284. A tabela 6 demonstra o resultado das operações de MCP concernentes à Amazonas GT no ano de 2016.

Tabela 6. Resultado das operações de liquidação do MCP em 2016

Operações do MCP	Resultado (R$)
Compra/Venda de Energia	(124.115.401,36)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	460.818.332,76
Decisões judiciais, CNPE, ANEEL e outros	66.751.459,20
TOTAL	403.454.390,60

3.5 Leilão de energia nova - Contratos CCEAR

Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.950, de 27.11.2014, a Aneel autorizou a Amazonas GT a explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica (PIE), a Usina Termelétrica Mauá 3, a qual se encontra em fase de construção. Esta mesma Resolução assegura o benefício da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), exclusivamente na parcela de transporte, pelo prazo até o término da vigência do Contrato de Gás Natural entre a Amazonas Energia e a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), desde que a venda da energia gerada se dê exclusivamente em leilões regulados.

Assim, a Amazonas Energia participou do Leilão nº 06/2014-Aneel (A-5), vencendo o certame com o preço BID de R$203,50 por MWh, comercializando o montante de 484,4 MW médio a serem produzidos pela UTE Mauá 3, garantindo receita fixa de R$ 760.390.094,40 por ano, possibilitando a celebração de 38 (trinta e oito) Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado (CCEAR), alcançando o período de suprimento de janeiro de 2019 a dezembro de 2043, cujo certame foi habitado, já em nome da Amazonas GT, por meio do Despacho Aneel nº. 827, de 27.03.2015. Do total de 38 contratos, 37estão assinados por todas aspartes, enquanto um está assinado pela Amazonas GT, mas há questionamentos da parte compradora, em análise pela ANEEL.

4. CAPITAL HUMANO

4.1 Formação do quadro de pessoal da Amazonas GT

A Amazonas GT está sendo estruturada para adotar a organização do trabalho baseada em Grupos de Trabalho - GT. A Diretoria Executiva está se organizando para compor Equipes e Comitês Corporativos Multidisciplinares, temporários ou permanentes, que tenham autonomia para gerir projetos e aperfeiçoar processos, de maneira a alcançar metas, assimilar a tecnologia e multiplicá-la em toda a cadeia estrutural.

A metodologia considera na definição e aprovação pela Diretoria Executiva -por meio de Resolução de Diretoria ou Portaria -de demandas específicas, para serem conduzidas por equipes com gerenciamento autônomo de ações, projetos e programas.

Esta prática visa integração de diversas especialidades, estimulando o alto desempenho, o aprendizado e a inovação. A formação de GTs, Equipes e Comitês Corporativos Multidisciplinares também contribui para assegurar a cooperação e o comprometimento das pessoas, pois facilita a comunicação, estabelece objetivos comuns e permite maior participação no processo de tomada de decisão.

A Amazonas GT possui três parques de geração térmicas e uma usina de geração hidráulica, além de um sistema de transmissão de energia, compondo um quadro de 470 empregados do quadro com níveis de escolaridade conforme demonstrados na Figura 4.

Figura 4. Nível de escolaridade dos empregados

Nível de Escolaridade	Número de Funcionários	%
Ensino Fundamental	16	3,4
Ensino Médio	268	57,0
Superior Completo	167	35,5
Pós Graduação	14	3,0
Mestrado	5	1,1
	470	100

Mesmo tendo um custo de PMSO abaixo do PMSO regulatório, a Amazonas GT desenvolve ações de redução deperdas do seu PMSO. Atualmente, a empresa possui corpo gerencial de 43 pessoas, o que representa 9,13 % do total da Força de Trabalho da empresa (ref. dez/2016). O regime jurídico de vínculo empregatício dos empregados é a CLT.

O Sistema de Reuniões das equipes com o Diretor da área é o principal mecanismo para estimular a integração, e a comunicação entre pessoas e equipes.

A cada dois anos são processados Pesquisas de Clima Organizacional, patrocinada pela Eletrobras Holding, para todas as empresas do grupo. A Amazonas GT, por ser a empresa mais nova do grupo, vai ter sua primeira rodada dessa pesquisa no ano de 2018, ainda não tendo nenhum plano de consequência para tratar o resultado dessa pesquisa na organização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Está em desenvolvimento o processo de mobilidade interna para preenchimento de vagas do quadro próprio em áreas que necessitam serem recomposta, com previsão de emissão de Instrução Normativa no ano de2017, que estabelece as regras e as etapas do processo, os prazos e as responsabilidades, de forma assegurar transparência e igualdade de oportunidades para todos (as) os empregados (as). Este processo é coordenado corporativamente pela área de pessoal da empresa e pode resultar na progressão funcional horizontal ou vertical do empregado selecionado.

A Amazonas GT também possui implantado o Sistema de Gestão do Desempenho (SGD), instrumento corporativo pelo qual, além de se fazer a avaliação das competências gerais de cada empregado, se indica um plano de desenvolvimento de cada um dos colaboradores. No entanto, ficou evidenciado que o processo necessita de melhorias quanto ao acompanhamento e avaliação do desempenho das equipes e do individuo, ou seja, já foi observado que oSGD necessita de melhoramentos e de definição de novas diretrizes mais práticas para as avaliações, as quais serão implementadas no ano de 2017.

4.2 Ações educacionais

A partir de maio de 2016, a Diretoria Executiva, sob a coordenação do Diretor Presidente, desenvolveu para todo corpo gerencial e para todos (as)empregados (as), Treinamento Introdutório, sobre Planejamento Estratégico e processos Metodológicos que a Amazonas GT passaria a dotar para execução de seu Plano Diretor de Negócio de Gestão (PDNG).

Portanto, uma das ações educacionais de relevância, no ano de 2016, foi esse Treinamento Introdutório que abordou a elaboração do primeiro Plano Estratégico da Amazonas GT e a Metodologia da Execução Premium para a execução da Estratégia. As principais etapas da elaboração do PE/Amazonas GT, ciclo 2017-2021, tiveram como base o alinhamento do Credo (Missão, Visão e Valores) e do Mapa Estratégico da Amazonas GT aos estabelecidos pela Eletrobras.

O Treinamento Introdutório foi feito acoplando conceitos com o desenvolvimento prático de construção do Plano Estratégico da Amazonas GT e o desenvolvimento das ações por meio de processos metodológico sobre Qualidade Total.

Nesse treinamento introdutório foram abordados:

- "Balanced ScoreCard", destacando ação prática construindo 01 (um) objetivo para cada uma das 04 (quatro) perspectivas (Financeira, Cliente / Mercado, Processos Internos e Aprendizado / Crescimento);

- O emprego da Árvore de Custo e de Perdas, para ser utilizada no Planejamento dos recursos e receitas;

- A metodologia do PDCA para desenvolvimento de novos projetos; e

- A metodologia do CAPD para o Ciclo de Testar e Adaptar a execução das ações planejadas.

O treinamento também possibilitou contemplar os seguintes: Credo; estruturas organizacionais; métodos de Gestão: Plano Estratégico. Para tanto, foiapresentado uma visão sistêmica da Empresa, além de esclarecer sobre direitos, deveres, benefícios e responsabilidades.

O processo de Capacitação e Desenvolvimento de pessoas da Amazonas GT está direcionado ao alcance das competências organizacionais e tem como foco as necessidades corporativas para realização dos processos organizacionais.

A partir do ano de 2017, a Amazonas GT sistematizou as principais práticas para identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento e subsidiar a elaboração do PDE - Plano Diretor de Educação e do PAEC - Plano de Ações Educacionais Corporativas estão apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7. Identificação de capacitação

Mecanismos de Diagnóstico	Tipo de Informação / Principal Aplicação
Análises das Ações desenvolvidas para atendimento do Plano Estratégico (PE)	Necessidades voltadas às novas: habilidades percebidas para o negócio - modelo do setor elétrico; habilidade gerencial alinhadas ao PE e expansão do negócio energia elétrica; ações para promoção da cultura da excelência / PDE Corporativo alinhado ao PE/Amazonas GT, que a partir de 2016 passou a ter uma versão que acompanha o ciclo de planejamento estratégico e define diretrizes para capacitação e aprimoramento de competências do corpo gerencial e funcional.
Análise do PAEC do ano anterior	Ações planejadas e não realizadas ou em continuidade / Inclusão da Ação no PAEC do ano em curso.
Análise das Orientações da ELB e/ou UNISE	Priorização de competências essenciais para o setor e definição de novos projetos ou melhoria de processos / Definição de novas ações Educacionais para o PAEC do ano em curso.
Identificação de demandas de capacitação e desenvolvimento	Necessidades de Capacitação (na elaboração, atualização anual e utilização do plano de desenvolvimento oriundo de uma necessidade específica, instrumento que relaciona todas as habilidades necessárias a FT para o pleno exercício das suas atividades: gerenciais técnico-operacionais e administrativas) e lacunas de competências / Plano de Capacitação específico da Unidade, podendo, ou não, ir para o PAEC.
	Necessidades de Capacitação identificadas no Sistema de Avaliação de Desempenho - SGD / Plano de Capacitação específico da Unidade, podendo, ou não, ir para o PAEC.
Identificação de demandas de capacitação contratual	Necessidades de Capacitação não previstas, emergenciais e enquadradas em uma visão de Macroprocesso / Inclusão da Ação no PAEC Operacional ou Estratégico, do ano em curso.
	Demandas de capacitação como consequência de um processo de aquisição (novos equipamentos, Software, processo) / Composição do Conjunto de Ações Educacionais com caráter contratual.

Especificamente quanto às ações de treinamento e capacitação relacionada ao PAEC - Plano de Ações Educacionais Corporativas, foi sistematizado as ações em grupos, conforme apresentados na Tabela 8.

Tabela 8. Programa Específico ao PAEC

Tipo de PAEC	Composição	Definição das Ações
Básico	Contempla ações: Contratadas, transferidas ou com continuidade do ano anterior / Vinculadas a obrigações legais / Desencadeadas pela Unise / A distância / Vinculadas a programas específicos definido pela Eletrobrás.	No início do ano
Operacional	Ações que promovam a consolidação de competências necessárias à operacionalização dos processos empresariais.	Definido ao longo do ano
Estratégico	Contempla ações de: Ferramentas de gestão / Sustentabilidade / Alinhamento gerencial / Pós-graduação / Eventos externos / Capacitação equipe dos Projetos de ruptura.	Definido ações no início do ano e complementado ao longo do ano

Os gerentes, durante a avaliação anual de desempenho, podemidentificar, junto com o empregado avaliado, necessidade adicional de capacitação e desenvolvimento de competências relacionais/atitudinais, que deverão ser priorizadas conforme necessidades específicas desenvolvidas pela própria Unidade ou mesmo com uma Ação Educacional formalizada junto a EC, por meio do preenchimento da Solicitação de Ação Educacional - SAE.

A eficácia das ações de capacitação é avaliada observando o desempenho do empregado treinado na sua área de trabalho. Para tanto, está sendo introduzida a ficha de avaliação quanto ao impacto na qual deverá ser respondida pelo educando e gerente imediato, a partir de três meses após a conclusão da ação educacional, avaliando a aplicação no trabalho dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas e o suporte organizacional relativo aos recursos disponibilizados e oportunidades de uso de novas habilidades.

A Tabela 9 enfatiza o resultado da aplicação dos recursos relativamente às participações nas respectivas ações educacionais do ano de 2016.

Tabela 9. Resultado da aplicação das ações educacionais de 2016

Principais informações de Capacitação e Desenvolvimento					
Tipo de Ação	Investimento (R$)	Quantidade de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária (horas-aula)
Pós - Graduação Stricto Sensu	0	0	0	0	0
Pós - Graduação Lato Sensu	7.720,00	1	1	1	240
Demais Ações Educacionais	85.005,96	31	372	501	13.190
Congressos e Seminários	9.328,18	3	6	6	204
Cursos de Idiomas	1.515,92	1	1	1	35
Viagens e Deslocamentos	36.800,15	---	---	---	----
TOTAL	140.370,21	36	380	509	13.669

Para entendimento, os tipos de ações educacionais são definidos:

- Pós-graduação stricto sensu: Compreende programas de mestrado ou doutorado, com obtenção de diploma, reconhecido pelo MEC, ao final do curso. Abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação.

- Pós-graduação lato sensu: Compreende programas de especialização destinados a candidatos diplomados em cursos superiores. Incluem os cursos designados como MBA ou especialização e possuem a duração mínima de 360 horas. Ao final do curso, o aluno obterá certificado, e não diploma.

- Demais Ações Educacionais: Ações educacionais realizadas que não se enquadram nas definições acima.

- Congressos: Eventos de grandes proporções, abertos ao mercado, de âmbito regional, nacional ou internacional. Possuem, em geral, duração de 3 a 7 dias e reúnem participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla e nos quais a Eletrobras normalmente apenas contrata inscrições.

- Seminários: Eventos de âmbito menor do que o congresso, relativamente à duração (horas ou 1 ou 2 dias) e ao número de participantes, abertos ao mercado, que abordam campos de conhecimento mais especializados e nos quais a Eletrobras normalmente apenas contrata inscrições. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, tais como encontros, simpósios, jornadas, colóquios, fóruns, reuniões e mesas-redondas.

- Idiomas: Cursos disponibilizados para o aprendizado de idiomas estrangeiros.

- Despesas com viagens e hospedagens: Passagens, hotéis, diárias dos empregados, traslados (táxi e carro alugado).

4.3 Programa de Qualidade de Vida

A Amazonas GT possui programas e ações para a melhoria da qualidade de vida de seus empregados (as), destacando-se: campanhas de vacinação; Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química e implementação do PPA - Programa de Preparação para Aposentadoria. A Tabela 10 mostra os Planos relacionados ao programa de Qualidade de Vida.

Tabela 10. Planos e Benefícios

Serviços e Benefícios	Descrição
PPRS - Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - Apartir de 2017 o e-VIDA	Em consonância com a assinatura do Termo de Aditamento ao Contrato de Trabalho, visando preservar os direitos trabalhistas decorrentes, foi mantido o Plano de Saúde e Odontológico (Plano de Prevenção e Recuperação da Saúde - PPRS), administrado pela Amazonas Energia, até a implantação do plano que será administrado pela Caixa de Assistência do Setor Elétrico (e-Vida), operadora de saúde com a finalidade de garantir melhor gestão do Plano de Saúde, dentro dos preceitos normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), proporcionando segurança e tranquilidade aos empregados e à Amazonas GT.
Vacinas	Campanhas multivacinação tais como: influenza, febre amarela, HPV e hepatite B.
Auxílio Educação	Cobre 90% do valor da mensalidade com cursos de Nível Superior, até R$ 1.138,15.
Transporte Gratuito / Auxílio Transporte	Deslocamentos entre Residência e Local de Trabalho.
Auxilio Creche	Auxílio financeiro escalonado aos colaboradores com filhos de até 83 meses de idade.
Auxílio Funeral	Auxiliar despesas (funeral) de colaboradores e dependentes reconhecidos pelo PPRS.
Auxílio-Educacional (Ensino Fundamental,Médio e Técnico)	Reembolso para cobertura de despesas com ensino fundamental , médio e técnico dos dependentes, até 17 anos, reconhecidos no PPRS dos colaboradores, limitado a R$ 449,29.
Auxílio Alimentação	A Amazonas GT participa do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que faculta às pessoas jurídicas a dedução das despesas com a alimentação dos próprios trabalhadores em até 4% do Imposto de Renda (IR) devido e está regulamentado pelo Decreto nº 05, de 14 de janeiro de 1991, e pela Portaria nº 03, de 1º de março de 2002.
Seguro de Vida em Grupo	É concedido aos colaboradores a título de Cobertura Securitária com garantias básicas e adicionais (valores dobrados conforme causa da morte e cobertura ao cônjuge).
Previnorte	A Previnorte é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada em 1988, com o objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadorias e pensões proporcionadas pela previdência social. Em consequência do processo de desverticalização, estão havendo tratativas para efetivar a segregação dos Convênios de Adesão dos Planos de Benefícios da Fundação de Previdência Complementar (Previnorte), onde os empregados da Amazonas GT continuam participantes, tendo em vista a preservação de todos os direitos trabalhistas adquiridos à época da transferência, por sucessão trabalhista, da Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Amazonas Energia para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A - Amazonas GT.
Auxílio Doença / Acidente do Trabalho	Benefício concedido aos colaboradores a título de complementação do Auxílio Doença / Acidente do Trabalho do INSS.

5. INVESTIMENTOS

5.1 Geração

A única expansão que a Amazonas GT possui na geração é a Usina Termelétrica de Mauá 3, com capacidade instalada de 583 MW de potência. Essa usina está com previsão de iniciar sua operação, como ESS, no segundo semestre de 2017.

A partir de janeiro de 2019, a Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.950/2014, concedeu a autorização de exploração da UTE Mauá 3, bem como assegurou o benefício da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) com o reembolso da parcela de transporte do insumo gás natural. Para tanto, a comercialização da energia dessa usina deveria ser no ambiente regulado. O que ocorreu no leilão A-5 de 2014.

Como no segundo semestre de 2017 a Amazonas GT terá disponível para operação, nessa usina, uma TG a gás natural e ciclo combinado, os estudos do ONS sinaliza a necessidade dessa geração no Sistema Elétrico de Manaus, essas unidades disponíveis serão colocadas no sistema com remuneração através do ESS até dezembro de 2018.

No período de 01.01.2019 a 31.12.2043, a UTE Mauá 3 atenderá aos contratos CCVEAR, com energia assegurada de 484 MWmédio.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em dezembro de 2016 há avanço de 97,05 % nafase de construção e montagem, e 89,18% no comissionamento. A previsão é que em setembro de 2017 as unidades a gás natural estejam prontas para operação, restando apenas à unidadea vapor, que tem previsão de entrega em dezembro de 2017.

5.2 Transmissão

Somente a partir do dia 16 de dezembro de 2016, a Amazonas GT obteve a concessão do Sistema de Transmissão, através da Portaria do Ministério de Minas e Energia n. 706/2016, de 15.12.2016.

Após a publicação dessa Portaria Ministerial, a Amazonas GT passou a ter o direito de assinar o seu Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) com o Operador Nacional do Sistema (ONS), bem como a começar a executar as obras de ampliações e reforços e de expansão.

As obras autorizadas e necessárias no Sistema de Transmissão, no período de 2017 a 2021, permitirá o incremento da RAP de R$ 5 milhões para 2017. No biênio 2018 e 2019, esse incremento será na ordem de R$ 1,7 milhão. Foram consideradas as receitas retroativas, do período de 01.07.2015 até 31/12/2016, decorrentes dos serviços prestados de transmissão.

6. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

6.1 Programa de monitoramento e destinação final de resíduos

Atendendo às normas ambientais,a Amazonas GT, nas usinas e subestações de transmissão em operação, manterá o descarte adequado dos efluentes oleosos, que inclui óleo lubrificante usado ou contaminado, água contaminada com óleo, borra oleosa, resíduos provenientes do sistema separador de água, e ainda dos resíduos sólidos contaminados com resíduos oleosos e outros contaminantes, como filtros de óleo, filtros de ar, estopas e outros resíduos gerados nas usinas térmicas e subestações.

Em 2016 os resíduos foram coletados por empresas credenciadas junto aos órgãos ambientais, sendo emitidos os correspondentes Manifestos para Transporte de Resíduos Perigosos (MTRs) e seus respectivos Certificados de Destinação Final, os quais são apresentados ao órgão ambiental para renovação da Licença Ambiental dos empreendimentos da concessionária.

6.2 Projeto "Soltura dos Quelônios"

O Centro de Preservação e Pesquisa de Quelônios Aquáticos (CPPQA), desde julho de 2015 está sob a responsabilidade da Amazonas GT, sendo responsável pela reabilitação, manejo e reprodução de répteis com ênfase nos quelônios da Amazônia, apreendidos pelos órgãos ambientais da região. O CPPQA tem por objetivo realizar estudos com os quelônios afetados pelo barramento do Rio Uatumã (barragem da UHE Balbina), monitorar a reprodução nas praias artificiais e desenvolver pesquisas com os animais mantidos no criadouro científico.

6.3 Outras ações ambientais

A Amazonas GT mantém,em recintos específicos para reabilitação, aves e mamíferos da fauna local, devolvendo-os ao habitat natural quando estão aptos. Dentre as aves reabilitadas têm-se os papagaios, araras, gaviões, tucanos, corujas e passeriformes. Entre os mamíferos há primatas, antas, preguiças, tatus, ariranhas e peixes-boi.

7. INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

7.1 Informação da Organização

As principais práticas para identificação das necessidades de informações e de seu tratamento para apoiar as operações diárias, acompanhar o progresso dos planos de ação e subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis da Amazonas GT estão apresentadas na Tabela 11, e levam em consideração:

a) Necessidade de informações para construir indicadores associados aos objetivos estratégicos;

b) Análise crítica do desempenho da Empresa;

c) Aprendizado em visitas de benchmarking;

d) Necessidades dos Comitês internos e do Sistema Eletrobras;

e) Análise de recomendações de auditorias internas e externas (TCU, CGU, SOX, ISO) e de natureza regulatória (ANEEL, ONS); e (vi) análise do desempenho de organizações do setor.

Estas práticas são de responsabilidade dos gerentes formais, lideranças e equipes matriciais multifuncionais. O tratamento das informações inclui ações como armazenamento e disponibilização em sistemas informatizados e/ou físicos, análise em reuniões e fóruns específicos, realizados pelos responsáveis pelas práticas descritas na Tabela 11.

Tabela 11. Principais práticas para identificação das necessidades de informações e de seu tratamento

Práticas	Responsável / Periodicidade / Desde	Exemplos de necessidades de informação identificadas com a prática
Elaboração e acompanhamento anual do PE/Amazonas GT.	PPS, Diretores, Asses. de Gestão Anual 2016	Conhecimento sobre o PE/Amazonas GT, Plano de Negócios ELB, CMDE, Desempenho técnico-operacional, econômico-financeiro da ELB-Amazonas GT, demandas da sociedade, tratamento de informações comparativas e do ativo intangível.
Desdobramento e Acompanhamento anual do PE/Amazonas GT.	Diretoria, Corpo Gerencial, Equipes da Sede e Unidades Produtivas Anual 2016	Conhecimento sobre o PE/Amazonas GT, os Pactos de Resultados e Contratos de Gestão; Resultados e indicadores do PE.
Análises Críticas da Gestão	Diretoria, Corpo Gerencial, Equipes da Sede e Unidades Produtivas Anual 2016	Estratificação das ações, priorizações e falhas, avaliação dos resultados, avaliação dos níveis de serviços; definição da necessidade de implantação de novas frentes de trabalho, conforme PE/Amazonas GT,visando disponibilização de melhorias, atendimento as demandas com qualidade e disponibilização de novas tecnologias.
Análise dos resultados da pesquisa de clima organizacional.	Nível Gerencial 1 Anual 2017	Melhor entendimento dos fatores de satisfação da FT com os temas "Ambiente Relacional, Estresse, Gerenciamento, Segurança do Trabalho, Desenvolvimento e Educação, Comunicação, Valorização Interna e Empresarial, Relações Sindicais, Estratégia Empresarial, Equidade", elaboração do plano de consequência.
Análise das pesquisas de satisfação dos clientes internos de TIC.	Nível Gerencial 1 Anual 2017	Melhoria do processo de *feedback* para os clientes, sobre os serviços de oferta, continuidade e disponibilização de informações em meio digital (HW, SW e Serviços), assim como a Rede Corporativa de Dados, Voz e Imagem da Eletronorte
Análise das informações necessárias ao processo licitatório	GSS/ Órgãos da Sede e Unidades Produtivas Contínua 2015	Preços de Mercado atualizados, especificação técnica do objeto de contratação, orçamentos disponíveis, legislação, SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do MPOGe Cadastro de Fornecedores atualizado.
Análise dos padrões trabalho.	Todos (as) empregados Contínuo 2015	Atualização de Informações: legislação ambiental, trabalhista, fiscal e técnica.

7.2 Contratos

Em razão do processo de desverticalização da Amazonas Energia, o nascimento e a continuidade operacional técnica e de suporte dos ativos de Geração e Transmissão, estavam estritamente vinculadas à realização efetiva da transferência da titularidade dos Contratos Administrativos vigentes há época. Por isso, as Diretorias das Empresas Amazonas Energia e Amazonas GT, aprovaram a realização da segregação de 77 contratos.

Destes 77 Aditivos contratuais, 72 foram concluídos em 2015, mediante a formalização de aditivos, respeitados os ditames previstos na Lei Geral de Licitações, perfazendo um total aproximado de despesas/investimento na ordem de R$ 476.682.298,02 (quatrocentos e setenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e oito reais e dois centavos).

Até dezembro de 2016 foram formalizados 4 (quatro) Aditivos Contratuais remanescentes de cessão, perfazendo um total aproximado de despesas/investimento na ordem de R$ 2.466.555,74 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos). Cabe comentar, que apenas o contrato de prestação de serviço de segurança patrimonial, não sofreu o processo de aditivo de cessão, visto que a Diretoria da Amazonas GT optou por redimensionar o escopo do serviço, o que culminou com lançamento da Licitação n.º 091/PRE/2016, finalizada com a contratação da empresa Amazon Security Ltda., sob o Contrato n.º 1119/OC/2016, no valor de R$ 7.580.000,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta mil reais), para o período de execução de 12 (doze) meses.

Do rol de contratos herdados da Amazonas Energia, destaca-se a contratação firmada com a empresa Andrade Gutierrez, em razão de seu valor contratual e pelo seu grau de importância socioeconômico que representa para o Brasil, principalmente para a Região Norte, pois que a Amazonas GT tem como compromisso a conclusão da obra para construção do empreendimento denominado UTE Mauá III, usina termoelétrica de ciclo combinado, movida a gás e a vapor, capaz de gerar, em média, 583 MW de energia limpa.

Vale destacar ainda os Contratos firmados com fornecedores especializados na prestação de serviços de locação de grupos geradores, por meio das Contratações Diretas 020/DL/2016, 042/DL/2016 e da Licitação 128/PRE/2016, perfazendo um volume total de contratação na ordem de R$ 1.663.423.791,36 (um bilhão, seiscentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos). Cita-se que as citadas contratações foram realizadas em obediência ao comando exarado pelas Portarias MME n. 015/2015, 41/2015 e 179/2016.

A Amazonas GT adota, em seus processos de compras de materiais e serviços, os ritos e critérios de escolhas determinados, principalmente, pelas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002, e pelos Decretos nº 5.450/2005, 7983/2013 e 7892/2013, além das Instruções Normativas 02/2008 SLTI- MPOG, voltada para as contratações de serviços terceirizados, e a Instrução Normativa Nº 07/15, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Com relação ao advento da Lei n.º 13.303/2016, mais conhecida como Leis das Estatais, registra-se que por orientação da Eletrobras Holding não foi autorizada nenhuma ação isolada por parte das empresas do Grupo Eletrobras, para construção do Regimento Interno, demandado pelo Art. 40 da citada Lei, visto está em curso à criação de um Regimento Interno padrão a ser seguido uniformemente pelas empresas do o Grupo.

A Empresa também é aderente às legislações periféricas, destinadas ao incentivo de determinados bens e portes empresariais, a exemplo da concessão de margem de preferência nas licitações destinadas às aquisições de definidos fármacos (Decreto Federal nº 7.713, de 03/04/2012), e as licitações com participação exclusivas de ME/EPP, quando as licitações não ultrapassam o valor estimado de R$ 80.000,00 - vide Art. 48, inciso I, da Lei nº 123/2006.

No ano de 2016 foram realizadas 19 Contratações Diretas, perfazendo um valor equivalente a R$ 576.408.288,60 (quinhentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e oito mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), e ainda 07 Adesões de Atas SRP, perfazendo um valor equivalente a R$ 3.428.322,20 (três milhões quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos).

No ano de 2016 também foram realizados 172 Processos Licitatórios, que foram publicados ao mercado nacional e internacional, perfazendo um valor equivalente a R$ 1.310.786.032,25 (um bilhão, trezentos e dez milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), sendo que neste total não está sendo contabilizado o valor referente às adesões de Atas SRP, destacado no parágrafo acima.

Para fins de representar a economia alcançada pelas Licitações processadas pela Amazonas GT, que foi na ordem de R$ 113.397.324,74 (cento e treze milhões, trezentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), frisa-se que o cenário em análise envolve apenas o valor total estimado de processos licitatórios, ou seja, não se computam os valores de Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, e nem das Adesões de Atas SRP. Assim, compartilha-se a tabela 12, contendo o memorial utilizado para apuração da economia alcançada pela Amazonas GT no ano de 2016.

Tabela 12. Apuração de economia em processos licitatórios

Valor Estimado	R$ 1.310.786.032,25
Valor Revogado	(R$ 926.937,63)
Subtotal Estimado	R$ 1.309.859.094,62
Valor Adjudicado	R$ 1.197.388.707,51
Valor da Economia	R$113.397.324,74
Percent Economia	8,65%

Cabe destaque para o percentual de utilização de licitações em sua forma eletrônica, diga-se por meio de Pregão Eletrônico, que foi na ordem de 99,99%, visto que em 2016 fizemos o lançamento de apenas 01 (um) Pregão Presencial, para fins de realizar a Concessão do Uso da Unidade Básica de Saúde instalada na vila da UHE- Balbina. Nesse contexto, vale destacar que 100% das licitações nas modalidades tradicionais foram realizadas na plataforma de Compras do Governo Federal, Comprasnet, no que tange a publicação e divulgação de decisões.

Do total de Pregões Eletrônicos, 9,31% foram feitos exclusivamente para ME/EPP, o que reflete o compromisso da Amazonas GT com o pilar Econômico da sustentabilidade. Registre-se ainda que 33,54% dos Pregões foram processados por meio do Sistema de Registro de Preços, o que demonstra uma preocupação maior com a otimização dos custos de aquisição, em toda sua cadeia de processo, bem como com a redução da quantidade de materiais a serem estocados.

Tabela 13. Fornecedores

Cadastro COMPLETO Fornecedores		
Qtde Total	Status	
	Aberta	Concluída
3	2	1
Completo: tipo de cadastro que gera a obrigatoriedade de emissão de CRC (Certificado de Registro Cadastral)		
Cadastro SIMPLIFICADO Fornecedores		
Qtde Total	Novos	Repetidos
158	133	25
Simplificado: tipo de cadastro que não é exigida a apresentação de documentação, normalmente realizada para fins de operacionalidade do ERP-Oracle.		

Com relação ao Cadastro de Fornecedores, destacamos a tabela 13, a qual retrata o volume de pedidos e cadastros processados no âmbito da Amazonas GT.

Com relação aos processos sancionatórios processados pela Amazonas GT, destacamos os principais números por meio da tabela 14.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 14. Penalidades

Qtde Total	Quantidade por Tipo			Status					
				Multa		Suspensão		Advertência	
	Multa	Suspensão	Advertência	Aberta	Fechada	Aberta	Fechada	Aberta	Fechada
41	06	15	20	06	00	12	03	15	05

Quanto à erradicação do trabalho infantil, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A cumpre o disposto no art.7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (CF), exigindo dos seus fornecedores declaração formal de que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, menores entre quatorze e dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Já com intuito de mitigar e até mesmo alertar as empresas contratadas pela Amazonas GT, via procedimento Licitatório, quanto à necessidade de preservar os aspectos sociais, está incorporada cláusula padrão em todos os Contratos firmados pela Administração onde estão inseridas determinadas responsabilidades sociais a serem observadas pelos fornecedores, a saber:

Não permitir a prática de trabalho escravo, este análogo, ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;

Não permitir no âmbito da CONTRATADA, qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, e qualquer ação ou material promocional que a estimule, inclusive a publicidade, bem como, implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, afim de que esses também se comprometam no mesmo no mesmo sentido.

Não empregar menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto a seus respectivos fornecedores de produtos e serviços;

Proteger e preservar o meio ambiente, bem como, prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância aos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

A Amazonas GT pode-se considerar aderente à legislação voltada para o combate à corrupção, tanto que em seus contratos, bem como em sua Instrução de Procedimento de Cadastro de Fornecedores (IP n.º 03), para fins de cadastro de fornecedores, há existência de cláusulas, regras, responsabilidades e condicionantes, a fim de atender à Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção do Brasil), além do Programa de Integridade (Compliance) do Grupo Eletrobras, o qual está atrelado à Foreigner Corrupt Practices Act - FPCA, Lei Federal Americana contra atos de corrupção entre agentes de Governo e parceiros comerciais.

No contexto do combate à corrupção, a Amazonas GT destaca mais um avanço, pois na expectativa de adotar ferramentas de controle e combate a práticas de corrupção, foi aprovada por meio da Portaria 010/DF/2016, de 14.06.2016, a prática de se exigir, nas Contratações por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, a apresentação por parte do fornecedor, do formulário de Due Diligence devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa a ser Contratada.

Por fim, vale ainda reforçar que em 2016 foram iniciadas a elaboração e atualização de normas, instruções, procedimentos e políticas para determinação de regras e responsabilidades voltadas aos processos de aquisição de bens e serviços da Amazonas GT.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 Prejuízo do exercício

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentou em seu balanço societário, no exercício de 2016, um prejuízo de R$ 317.616 mil. Este resultado deve-se principalmente ao registro de algumas Despesas Operacionais, especificamente nas rubricas de Provisão com risco de compliance, no montante de R$ 67.166 mil e na rubrica de Energia Comprada para Revenda, no montante de R$ 39.243 mil. Importante salientar que a Companhia iniciou suas atividades praticamente sem recursos no caixa enfrentando graves problemas de liquidez o que justificou a contratação de novos empréstimos e financiamentos tendo como reflexo, encargos de dívidas no Resultado Financeiro, no montante de R$ 247.829 mil (vide item 8.6).

As variações mais significativas estão explanadas no item 8.4 - Custos e Despesas Operacionais.

8.2 Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta - ROL no exercício de 2016 foi de R$ 567.736 mil. Essa receita foi oriunda dos contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica-CCVEEs celebrados entre a Amazonas GT e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A - AmD.

8.3 Deduções à Receita Operacional

Tabela 15. Deduções à Receita Operacional

Descrição	R$ mil 2016
ICMS	(151.295)
PIS/PASEP	(9.368)
COFINS	(43.148)
ENCARGOS SETORIAIS	(12.973)
TOTAL	(216.784)

8.4 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais em 2016 estão conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 16. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	R$ mil 2016
Custos e Despesas Não Controláveis	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(9.098)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(2.966)
Energia Comprada para Revenda	(39.243)
Custos e Despesas Controláveis	
Pessoal	(130.267)
Material	(8.377)
Serviço de Terceiros	(32.393)
Combustível para Produção de Energia Elétrica	(132.238)
Recuperação de Despesa - ESS	391.386
Recuperação da Despesa - Mercado de Curto Prazo	85.508
Depreciação e Amortização	(63.246)
Provisões Operacionais	(9.531)
Provisão para desvalorização do Imobilizado	85.809
Provisão com risco de compliance	(67.166)
Aluguéis	(414.641)
Outros Custos/ Despesas	(3.228)
TOTAL	(349.691)

Do montante de R$ 349.691 mil, destaca-se:

a) R$ 39.243 mil referente à Energia Comprada para Revenda no Mercado de Curto Prazo, em função do corte no fornecimento do gás nas usinas de Aparecida e Mauá Bloco 3.

b) R$ 67.166 mil de Provisão com risco de compliance referente à obra UTE Mauá 3, de acordo com a determinação da Eletrobras holding.

c) Do montante de R$ 414.641 mil, R$ 412.980 mil, refere-se ao registro dos custos de acordo com os contratos firmados com as locadoras (Ebrasil, Oliveira Energia, Aggreko e Powertech Engenharia), conforme disposto na Portaria do Ministério de Minas e Energia. O efeito destes custos no resultado é minimizado com o ressarcimento da ESS (CCEE).

d) No exercício de 2016, conforme aplicação dos testes de recuperabilidade houve necessidade de ajuste por perda de valor recuperável (impairment), no montante de R$ 105.379 mil. Entretanto, em 2015, a Companhia já havia registrado um impairment de R$ 191.188 mil, dessa forma, o impacto líquido positivo no resultado da Companhia foi de R$ 85.809 mil.

8.5 Indicadores Empresariais

Tabela 17. Indicadores Empresariais

Descrição	R$ mil 2016
Dados Econômico-Financeiros	
Receita Operacional Bruta	567.736
Receita Operacional Líquida	350.952
EBITDA (LAJIDA)	64.507
Resultado do Serviço	1.261
Resultado Financeiro	(281.019)
Resultado Operacional antes dos Impostos	(279.758)
Provisão para IR e CSSL	(37.858)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(317.616)
Ativo Total	2.406.507
Dívida Bruta	2.564.543
Dívida Líquida *	2.463.228
Patrimônio Líquido	(158.036)
Indicadores Econômico-Financeiros	
Margem EBITDA	0,18
Margem Líquida	(0,91)
Índice de Endividamento	1,07

*Dívida líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

O EBITDA (sigla em inglês) ou LAJIDA corresponde ao Lucro Operacional antes da dedução das despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA da Companhia está demonstrado na tabela 18.

Tabela 18. EBITDA/LAJIDA apurado

Descrição	R$ mil 2016
Rendas s/ Aplicações Financeiras	15.485
Atualização Monetária Líquida (a)	(33.591)
Encargos de Dívidas (b)	(247.829)
Outras	(15.084)
TOTAL	(281.019)

8.6 Resultado Financeiro

Tabela 19. Resultado Financeiro

Descrição	R$ mil 2016
Rendas s/ Aplicações Financeiras	15.485
Atualização Monetária Líquida (a)	(33.591)
Encargos de Dívidas (b)	(247.829)
Outras	(15.084)
TOTAL	(281.019)

Do montante de R$ 33.591 mil, destaca-se as atualizações monetárias dos processos da El Paso Rio Negro e El Paso Amazonas impetrados contra a holding Eletrobras por esta ser a garantidora destes contratos.

O montante de R$ 247.829 refere-se aos encargos financeiros decorrentes das dívidas dos empréstimos contraídos com a holding Eletrobras. Houve novas liberações de empréstimos ao longo do exercício de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. BALANÇO SOCIAL

Tabela 20. Balanço Social Anual

Balanço Social Anual / 2016 Empresa: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.						
1 - Base de Cálculo	2016 Valor (Mil reais)			2015 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	350.952			179.079		
Resultado operacional (RO)	-317.616			-275.840		
Folha de pagamento bruta (FPB)	75.315			35.573		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.028	8,00%	1,72%	4.187	11,77%	2,34%
Encargos sociais compulsórios	31.071	41,25%	8,85%	16.166	45,44%	9,03%
Previdência privada	3.047	4,05%	0,87%	1.757	4,94%	0,98%
Saúde	10.720	14,23%	3,05%	2.911	8,18%	1,63%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	914	1,21%	0,26%	443	1,25%	0,25%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	122	0,16%	0,03%	16	0,04%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	403	0,54%	0,11%	204	0,57%	0,11%
Participação nos lucros ou resultados	1.692	2,25%	0,48%	3.865	10,86%	2,16%
Outros	955	1,27%	0,27%	490	1,38%	0,27%
Total - Indicadores sociais internos	54.952	72,96%	15,66%	30.039	84,44%	16,77%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	10	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	10	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	203.811	-64,17%	58,07%	79.889	-28,96%	44,61%
Total - Indicadores sociais externos	203.821	-64,17%	58,08%	79.893	-28,96%	44,61%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.010	-0,95%	0,86%	1.117	-0,40%	0,62%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.010	-0,95%	0,86%	1.117	-0,40%	0,62%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período	470			472		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	15			15		
Nº de estagiários(as)	0			4		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	270			238		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	74			76		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	37,78%			36,36%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	268			270		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	55,56%			8,89%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1			1		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016 Valor (Mil reais)			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,82			0		
Número total de acidentes de trabalho	3			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(×) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(×) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(×) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(×) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(×) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(×) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(×) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(×) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(×) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa	no Procon:	na Justiça:
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2016 : R$ 854.752			Em 2015: R$ 61.517		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31,91% governo 11,61 % colaboradores(as) 0% acionistas 93,64% terceiros (37,16)% retido			156,14% governo 80,38 % colaboradores(as) 0% acionistas 311,87% terceiros (448,40) %retido		
7 - Outras Informações						

10. ENCERRAMENTO

O Relatório da Administração da Amazonas GT 2016 traz a público, de maneira organizada e clara de atividades da Empresa no ano de 2016, os desafios e os esforços realizados na busca de resultados e melhorias dos seus padrões de qualidade e de produtividade.

Destaca-se o empenho dos colaboradores, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pelas contribuições e orientações na condução das atividades empresariais da Empresa.

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor-Presidente

ADRIANO MARCOS YIDA
Diretor Administrativo-Financeiro

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

ELMO VASCONCELOS DE MELO
Diretor de Planejamento e Engenharia
Interino

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ATIVO	NOTAS	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.622	38.170
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	5	77.693	226.121
Clientes	6	200.006	420.912
Repactuação do risco hidrológico - GSF	7	12.495	7.650
Impostos a recuperar	8	417	15.497
Cauções e depósitos judiciais	18	2.470	12.315
Estoques	9	6.415	89.126
Outras contas a receber	10	6.781	8.466
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		329.899	818.257
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Repactuação do risco hidrológico - GSF	7	767	17.278
Cauções e depósitos judiciais	18	78.600	49.798
Outras contas a receber	10	9.071	9.071
		88.438	76.147
Intangível		5.357	5.357
Imobilizado	11	1.982.813	1.842.123
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.076.608	1.923.627
TOTAL DO ATIVO		2.406.507	2.741.884

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTAS	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	33.292	54.276
Empréstimos	14.c	397.970	817.825
Impostos a recolher	15	143.836	46.300
Obrigações estimadas	16	22.764	10.359
Encargos setoriais		6.218	-
Obrigações com coligada e controladora	17	32.525	427.786
Outras contas a pagar		1.170	12.333
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		637.775	1.368.879
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	14.c	1.336.505	656.220
Benefício pós emprego		477	95
Provisões para causas judiciais	18	58.588	63.146
Obrigações com coligada e controladora	17	531.198	493.511
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.926.768	1.212.972
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	19	436.750	436.750
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.330)	(877)
Prejuízos acumulados		(593.456)	(275.840)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		(158.036)	160.033
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.406.507	2.741.884

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DO PERÍODO DE 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	350.952	179.079
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica		(48.341)	(3.902)
Encargos de Uso da Rede Elétrica		(9.098)	(3.902)
Energia comprada para revenda		(39.243)	-
Custo de Operação		(250.168)	(40.277)
Pessoal, material e serviços de terceiros	21	(130.626)	(71.960)
Depreciação e amortização		(62.580)	(31.339)
Utilização de recursos hídricos		(2.966)	(2.739)
Combustível para produção de energia elétrica	22	(132.238)	(257.614)
Recuperação de despesas - ESS	23	391.386	320.162
Recuperação de despesas - GSF	7	-	24.928
Recuperação de despesas - MCP	6.b	85.508	-
Aluguéis	24	(412.980)	(43.318)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	14.328	21.603
LUCRO BRUTO		52.443	134.900
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	26	15.984	(274.932)
PROVISÃO COM RISCO DE COMPLIANCE	29.6.1	(67.166)	-
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.261	(140.032)
RESULTADO FINANCEIRO	27	(281.019)	(135.808)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		(279.758)	(275.840)
PROVISÃO PARA IR E CSSL	28	(37.858)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		(317.616)	(275.840)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DO PERÍODO DE 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	2016	2015
Prejuízo do exercício/período	(317.616)	(275.840)
Perda atuarial com benefícios pós emprego	(453)	(7)
Total do resultado abrangente do exercício/período	(318.069)	(275.847)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DO PERÍODO DE 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Acervo Líquido inicial em 01 de julho de 2015	489.939	(870)	-	489.069
Redução do Capital devido a versão de ativos/passivos	(53.189)	-	-	(53.189)
Saldo em 01 de julho de 2015	436.750	(870)	-	435.880
Outros resultados abrangentes		(7)		(7)
Prejuízo do período	-	-	(275.840)	(275.840)
31 de dezembro de 2015	436.750	(877)	(275.840)	160.033
Outros resultados abrangentes	-	(453)	-	(453)
Prejuízo do exercício	-	-	(317.616)	(317.616)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	436.750	(1.330)	(593.456)	(158.036)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DO PERÍODO DE 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício/ período		(317.616)	(275.840)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas operações			
Depreciação e amortização	11	63.246	31.711
Encargos financeiros	27	247.829	89.958
AVP - Avaliação atuarial		(71)	(29)
Atualização monetária Processo El Paso Rio Negro e Amazonas		37.687	47.846
Atualização monetária de causas judiciais		6.422	9.688
Atualização monetária de depósitos judiciais		(13.008)	(3.948)
Atualização monetária dos encargos setoriais		399	-
Constituição de provisão de créditos tributários - ICMS CIAP		-	2.115
Perda com créditos tributários - ICMS CIAP		-	2.115
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - ODR		-	(25.904)
Pagamento de encargos financeiros - ODR		-	(2.997)
Obrigações com coligada e controladora - ODR		-	562.283
Constituição de provisão El Paso Amazonas		-	92.586
Provisão com Risco de Compliance	11	67.166	-
Provisão para IR e CSSL	28	37.858	-
Constituição (reversão) de provisão para causas judiciais		3.906	6.304
Baixa de provisão para causas judiciais		(14.886)	-
(Reversão) Constituição de provisão para impairment	11	(85.809)	156.820
		33.123	692.708
Variações no Ativo Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários		148.428	(226.121)
Clientes		220.906	(420.912)
Repactuação do risco hidrológico - GSF		(4.845)	(7.650)
Estoques		82.711	(85.249)
Impostos a recuperar		15.080	(15.497)
Outras contas a receber		1.685	(5.063)
		463.965	(760.492)
Variações no Ativo Não Circulante			
Repactuação do risco hidrológico - GSF		16.511	(17.278)
Outras contas a receber		-	(1)
		16.511	(17.279)
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		(31.450)	18.087
Impostos a recolher		59.678	46.300
Obrigações estimadas		12.405	(903)
Obrigações com coligadas e controladora		(466.168)	(148.303)
Encargos setoriais		5.819	-
Outras contas a pagar		(11.163)	18
		(430.879)	(84.801)
Pagamento de encargos financeiros	14.c	(96.806)	(5.278)
Cauções e depósitos judiciais		(5.949)	(30.625)
		(102.755)	(35.903)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(20.035)	(205.767)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(174.827)	(256.597)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(174.827)	(256.597)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recursos recebidos no inicio da operação		-	51
Empréstimos obtidos	14.c	180.334	500.483
Pagamento de empréstimos	14.c	(20)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		180.314	500.534

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(REDUÇÂO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.548)	38.170
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	38.170	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	23.622	38.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E DO PERÍODO DE 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2016	2015
GERAÇÂO DO VALOR ADICIONADO		567.736	258.968
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	20	567.736	258.968
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		262.369	(171.398)
Encargos de Uso da Rede Elétrica		(9.098)	(3.902)
Energia comprada para revenda		(39.243)	-
Material		(8.377)	(4.703)
Serviços de terceiros		(32.393)	(14.628)
Combustíveis p/produção de energia elétrica	22	(132.238)	(257.614)
Recuperação de Despesa - ESS	23	391.386	320.162
Recuperação de Despesa - GSF		-	24.928
Recuperação de Despesa - MCP		85.508	-
Provisões PIE El Paso Amazonas		-	(92.586)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	11	85.809	(156.820)
Provisão com risco de compliance	11	(67.166)	-
Provisões diversas		(2.948)	(2.115)
Provisão depreciação		(2.677)	-
Outros		(6.194)	15.880
VALOR ADICIONADO BRUTO		830.105	87.570
RETENÇÕES		(67.152)	(38.015)
Depreciação e amortização		(63.246)	(31.711)
Provisões/Reversão de provisões		(3.906)	(6.304)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		762.953	49.555
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		91.800	11.962
Receitas financeiras	27	91.800	11.962
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		854.753	61.517
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho		99.196	49.446
Governos (Impostos e contribuições)		272.740	96.055
Contribuições Sociais INSS e FGTS		31.071	16.166
ICMS	20	151.295	55.381
ISS	20	-	8
COFINS e PIS/PASEP	20	52.516	24.500
Provisão para IR e CSLL	28	37.858	-
Financiadores		787.460	191.856
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	27	372.819	147.770
Aluguéis		414.641	44.086
Encargos setoriais	20	12.973	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(317.616)	(275.840)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		854.753	61.517

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - ("Companhia", "Amazonas GT" ou "AmGT") é uma companhia de capital fechado, de direito privado, subsidiária integral da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., criada em 01 de julho de 2015, com o capital inicial de R$ 10, com atuação no Estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Rua Tito Bittencourt, nº 142, São Francisco - Manaus - Amazonas.

A controladora Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "AmD"), ainda opera em Sistemas Isolados da Região Norte do Brasil, contudo, tendo em vista a interligação ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), e nos termos do disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Amazonas Energia deverá se adequar às restrições previstas no:

(a) Artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada ("Lei 9.074/95"), segundo o qual as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica não podem desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica ou deter participações societárias, de forma direta ou indireta, em empresas que desenvolvam tais atividades; e

(b) Artigo 4º, parágrafo 7º, da Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, segundo o qual as concessionárias ou autorizadas de geração também não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica.

Nesse sentido, as atividades de geração e transmissão de energia elétrica anteriormente exercidas pela Amazonas Distribuidora de Energia foram segregadas de sua atividade de distribuição ("Desverticalização").

Tendo em vista tal circunstância, o Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, considerou prudente que o processo de desverticalização da Amazonas Energia fosse realizado e concluído anteriormente à sua interligação ao SIN, antecipando-se às exigências legais acima mencionadas. Assim, determinou a adoção das providências necessárias à efetivação do processo de desverticalização da Amazonas Energia.

Portanto, em atendimento às determinações da alta administração da Eletrobras, foi estruturado o projeto de desverticalização da Amazonas Energia, o qual consistiu num processo de reorganização societária de suas atividades, concebido por duas fases principais, quais sejam:

A primeira fase do processo de desverticalização, tratava-se da constituição de uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras, com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("AmGT" ou "Amazonas GT"), em caráter pré-operacional (ainda sem operações e fluxos de receita/despesa), com personalidade jurídica formal e estrutura funcional mínima, com o objetivo principal de viabilizar a assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVE, entre as empresas AmD e AmGT, além de preparar as bases estruturais da nova empresa (AmGT) para fase operacional, permitindo o funcionamento das atividades empresariais no negócio de geração e transmissão de energia;

A segunda fase do processo de desverticalização, tratava-se da realização da operação de reorganização societária completa, que consistia na efetivação da versão de bens, direitos e obrigações ("acervo líquido") vinculados às atividades de geração e transmissão de energia, atualmente sob concessão da distribuidora em Manaus, para a AmGT. Com a conclusão desta etapa, que finalizava com a realização da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a AmGT resultaria numa subsidiária integral das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e finalmente poderia iniciar sua fase operacional, atuando formalmente no negócio de geração e transmissão de energia.

Em 19 de junho de 2015, as Assembleias Gerais Extraordinárias ("AGE") de cada uma das empresas envolvidas, deliberaram sobre:

Amazonas Distribuidora de Energia S.A ("AmD"):efetivação do Modelo da Desverticalização mediante: (i) aprovação da contribuição do Acervo Líquido; (ii) aprovação do Laudo de Avaliação preparado pela Avaliadora; (iii) aprovação da celebração do Instrumento de Protocolo e Justificação da Desverticalização; e (iv) autorização para a Diretoria da AmD tomar as providências necessárias para efetivação das aprovações.

Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("AmGT"): efetivação do Modelo da Desverticalização mediante: (i) aprovação do Aumento de Capital com contribuição do Acervo Líquido; (ii) ratificação da contratação da Avaliadora; (iii) aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) aprovação da celebração do Instrumento de Protocolo e Justificação da Desverticalização; e (v) autorização para a Diretoria da AmGT tomar providências necessárias para efetivação das aprovações.

Apesar da segregação das atividades de geração e transmissão ter ocorrido em 1° de julho de 2015, com a entrada em operação comercial da AmGT, o processo de desverticalização ainda não superou a segunda fase, que é a transferência do controle acionário da AmGT para Eletrobras holding. A AmD solicitou à ANEEL prorrogação do prazo para concluir o processo de transferência do controle acionário, devido à complexidade de precificar os ativos segregados, pois o contrato do gás natural a ser cedido deve impactar na avaliação da Companhia, variável antes não avaliada. A ANEEL emitiu a Nota Técnica n° 182/2016 em outubro de 2016, a qual a Diretoria da Agência acatou o pedido por meio do Despacho ANEEL n° 2828/2016 de outubro de 2016, considerando as variáveis complexas levantadas pela AmD. Dessa forma, o prazo para conclusão da transferência do controle acionário foi prorrogado, podendo acontecer em até 18 meses, a contar de 01/11/2016.

Conforme mencionado, em 1° de julho de 2015, a AmGT iniciou suas operações comerciais, que consistiu na efetiva responsabilidade dos ativos e passivos de geração e transmissão da capital, antes vinculados à AmD, constituindo assim o acervo líquido vertido, apresentados no balanço patrimonial em 01 de julho de 2015, que consistiu em:

Total acervo líquido recebido na desverticalização 489.069
(-) Redução do capital da Companhia devido à versão de ativos/passivos (53.189)
Total do acervo líquido em 01.07.2015 435.880

ATIVO	01.07.2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01.07.2015
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalente de caixa	51	Fornecedores	36.189
Cauções e depósitos judiciais	12.315	Financiamentos e empréstimos	592.877
Estoque	3.877	Obrigações estimadas	11.262
Outros	3.403	Outros	26.121
	19.646		666.450
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Tributos e contribuições sociais	4.229	Financiamentos e empréstimos	324.906
Cauções e depósitos judiciais	15.225	Benefício pós emprego	117
Outros	9.071	Provisões para causas judiciais	47.154
	28.525	Outros	353.078
Intangível	5.357		725.256
Imobilizado	1.774.057	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	1.779.414	Capital social	436.750
		Ajuste de avaliação patrimonial	(870)
			435.880
TOTAL DO ATIVO	1.827.585	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.827.585

NOTA 1.1 - CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem apurado prejuízos em suas operações e apresentou prejuízo acumulado no montante de R$ 593.456 e passivo a descoberto no montante de R$ 158.036 e prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de R$ 317.616, necessitando assim de recursos de longo prazo para fazer frente à sua dívida de curto prazo. A Administração vem adotando medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro e a redução de seu endividamento. Apesar da Companhia possuir um elevado endividamento, fruto de saldos de contratos de empréstimos provenientes do acervo líquido do processo de desverticalização da AmD, vale ressaltar que a Companhia iniciou as suas operações sem nenhum saldo em caixa, e consequentemente, a Companhia teve de recorrer a empréstimos junto à Eletrobras, tanto para manter capital de giro, como para a retomada da obra da UTG Mauá 3. A partir do exercício de 2018, há previsão de melhorias operacionais da Companhia em razão dos seguintes fatores: i) melhoria da receita operacional líquida, em razão de recebimento da RAP; ii) redução das despesas operacionais, em razão de operação da UTG Mauá 3 (12 meses), sendo ressarcida por Encargo de Serviço do Sistema - ESS, desde que garantido o suprimento de gás natural.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1).

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica:

Concessões Autorizações		Ato Autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
UHE Balbina (Rio Uatumã)		Decreto n° 79.321/1977 - Portaria do MME nº. 371, datada de 28.12.2007, prorrogada por vinte anos a concessão, a partir de 1º. de março de 2007. A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013 transferiu a Outorga da Amazonas Distribuidora para a Amazonas Geração e Transmissão.	01.03.2027	249,75	249,75
Aparecida		A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06.07.2020	282,5	200,00
UTE Mauá	Bloco 1(Desativado)	A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06.07.2020	149,5	0,00
	Bloco 2(Desativado)			0,0	0,00
	Bloco 3			110,0	110,00
	Bloco 4			150,0	60,00

UTE Elec- (Desativada) tron	Portaria MME n° 156/1990 c/c Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244/2013.	06.07.2020	121,1	0,00
UTE FLORES	Resolução Autorizativa nº 1.424, de 17/06/2008 c/c o Despacho nº 3.209, de 25/08/2009 e a Resolução Autorizativa - REA nº 4.244, de 16/07/2013. Resolução Autorizativa ANEEL 5.558/2015.	31.12.2017	95,40	80,00
UTE Iranduba **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, c/c Resolução Autorizativa n° 1206/2008 c/c Resolução Autorizativa REA n° 4.244/2013.	06.07.2020	50,0	25,00
UTE São José	Resolução Autorizativa nº 1.424, de 17/06/2008 c/c o Despacho nº 3.209, de 25/08/2009 e a Resolução Autorizativa - REA nº 4.244, de 16/07/2013. Resolução Autorizativa ANEEL 5.559/2015.	31.12.2017	50,0	50,00
Total			1.258,3	774,8

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

(**) Utilização de parte da outorga da UTE Mauá.

Com relação aos Contratos de Concessão de Geração e Transmissão, cabe destacar que a Amazonas Energia cumpriu a obrigação de envio de documentos ao Órgão Regulador, entretanto a ANEEL tem o entendimento que o processo somente estará concluído com a transferência do controle acionário da AmGT para a Eletrobras holding, passo posterior à emissão do Despacho da SFF de conformidade, situação esta que ainda não ocorreu.

Conforme Resolução Autorizativa nº 4.836/2014, de 16 de setembro de 2014, foram homologadas as condições para assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVE, entre as empresas AmD e AmGT, conforme segue:

CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	USINA	PRAZO DE VIGÊNCIA	INÍCIO DE SUPRIMENTO	FIM DE SUPRIMENTO	MONTANTES DE ENERGIA MWmédio	PREÇO R$/MWh
OC 87495/2013	13/05/13	UHE BALBINA	01/03/27	01/07/15	01/03/2027	130,3	301,92
OC 87497/2013	13/05/13	UTE APARECIDA	10/07/20	01/07/15	10/07/2020	145,3	125,74
OC 87499/2013	13/05/13	UTE MAUÁ BLOCO 3	10/07/20	01/07/15	10/07/2020	98,6	108,59

O índice de reajuste dos preços dos contratos é com base no IPCA.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

Em função da Empresa ter sido criada em 01 de julho de 2015, as demonstrações financeiras correspondentes estão sendo apresentadas para o período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2015, comparativo com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Desta forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não são comparáveis com as respectivas demonstrações apresentadas pela Companhia para o período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2017.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo, e o ativo ou passivo líquido de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa e depósitos bancários à vista (Nota 4).

3.5 Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (Nota 5).

3.6 Clientes

As contas a receber de clientes (revendedores) são compostas por créditos provenientes do suprimento de energia elétrica incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 6).

3.7 Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 9).

3.8 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, das obrigações especiais, e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável (Nota 11).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Administração considera que os ativos das atividades de geração e transmissão devem ficar classificados contabilmente na rubrica de ativo imobilizado até que os novos contratos de concessão de Geração e de Transmissão de Energia Elétrica sejam celebrados.

3.9 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os gastos com servidão permanente que estão registrados pelo custo de aquisição. Esta rubrica do Intangível não é amortizável, conforme Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, Resolução nº 474/11, Tabela XVI - Taxas de Depreciação - tipo UC 205.05.

3.10 Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital no tempo e os riscos específicos para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 12).

3.11 Cauções e Depósitos Judiciais

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados (Nota 18).

3.12 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (Nota 13).

3.13 Empréstimos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota 14).

3.14 Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos concedidos/obtidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 27).

3.15 Provisões para Causas Judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 18).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.16 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 29).

3.16.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

(b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que é administrado em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

(c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

(a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

(b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

(c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

2. Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

clientes, caixa e equivalentes de caixa e outros ativos) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

a)Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,

b)Investimentos mantidos até o vencimento, ou

c)Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou perda acumulado anteriormente e reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui seus ativos financeiros classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

3.16.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros que incluem os empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.17 Reconhecimento de Receita

Receita de venda de energia

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, deduzindo os encargos sobre vendas (Nota 20).

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.18 Benefício Pós - Emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.19 Tributação

3.19.1 Impostos correntes

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda - IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL corrente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro real do exercício.

O lucro tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis e adiciona despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis e adiciona itens não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no exercício.

3.19.2 Outros impostos federais

A Companhia por ser empresa industrial e estar situada em Manaus se beneficia dos benefícios do Decreto-Lei nº 288/1967, relativos a II, IPI, além de redução a zero da alíquota de PIS e COFINS sobre compras de mercadorias por meio da Lei n.º 10.996, de 2004.

3.20 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem.

3.21 Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.22 Compromissos com o Meio Ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC - 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes) e CPC - 04 R1 (Ativo Intangível), em atendimento às exigências dos Órgãos Públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.23 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado da Companhia. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, e, portanto, consideradas críticas, são descritas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

c) Vida útil dos bens e taxas de depreciação utilizadas

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa n° 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

d) Obrigações atuaruais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.24 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração da Companhia ainda não concluiu a avaliação inicial dos efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
Contas Bancárias à Vista	23.622	38.170
Total	23.622	38.170

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

A Companhia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado "Extra-Mercado". Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas (a qual é obtida através da quantidade de quotas x valor das quotas), através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R$ 77.693 (R$ 226.121 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 6 - CLIENTES

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:

DESCRIÇÃO	31.12.2016				31.12.2015
	VINCENDOS	VENCIDOS		CIRCULANTE TOTAL	CIRCULANTE TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 91 DIAS		
. Revendedores - AmD (a)	30.718	-	43.500	74.218	118.116
. Comercialização CCEE - AmD (b)	-	5.508	-	85.508	162.304
. Comercialização CCEE (c)	40.280	-	-	40.280	140.492
Total	70.998	85.508	43.500	200.006	420.912

a) Montante a receber da Amazonas Energia referente ao faturamento dos Contratos de Compra e Venda de Energia-CCVE

b) Montante a receber da Amazonas Energia referente à aquisição de compra de energia que a Companhia efetuou no Mercado de Curto Prazo, do período de abril a dezembro/2016 em função do corte do fornecimento da gás natural nas usinas de Aparecida e Mauá Bloco III. Com a disponibilidade no ponto de entrega da energia contratada, a Amazonas Energia tem a obrigação contratual de efetuar o pagamento do preço de venda. Esse montante deverá ser ressarcido pela Amazonas Energia durante o ano de 2017.

c) Valor referente à recontabilização da CCEE de acordo com Despachos ANEEL.

NOTA 7 - REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO - GSF

Nos anos de 2014 e 2015 o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou Generation Scaling Factor - GSF.

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos.

A Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. A referida Lei prevê que o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação.

As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela ANEEL ao longo do prazo do contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante que será compensando com os prêmios de risco calculados pela Companhia.

Por conseguinte, conforme determinado na legislação, a Companhia renunciou ao direito de discutir na via administrativa, arbitral e judicial a isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos, exceto no que tange a cobranças por parte da CCEE de valores relativos às decisões judiciais concedidas em ações das quais a Companhia não faça parte.

A Companhia celebrou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico no ACR nº 108/2016, com base na anuência da ANEEL por meio do Despacho nº 240/2016, referente à UHE Balbina, optando pelo produto SP100, no montante de 126,36214 MWmed. Importante ressaltar que a UHE Balbina ingressou no MRE a partir do dia 1º de maio de 2015, perfazendo 8 meses de operação durante o ano de 2015. Nessa condição, a Companhia faz jus a 2/3 do total repactuado (126,36214 MWmed), resultando no montante de 84,24143 MWmed, sendo este o valor base para efeito de ressarcimento do ativo constituído em 2015.

Tabela 1 - Montante de energia a ser elegível

Usina	Rateio de Perdas	GF	Montante solicitado	F_PDI_GF	RB	Montante Autorizado	Montante Ressarcimento de 2015
Balbina	sim	130,3	130,3155	0,97780325	0,9768	126,36214	84,24143

GF = Garantia Física
F_PDI_GF = Perdas Internas
RB = Rede Básica

A mensuração dos valores contabilizados em 2015 foi em decorrência da repactuação do risco hidrológico, referente aos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR.

Considerando o montante de 84,24143 MWmed que equivale à 737.954,93 MWh, multiplicado pelo valor de R$ 33,55 estabelecido no Anexo II da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, a Companhia obterá o montante de R$ 24.928, sendo esse o valor do ativo constituído em 2015 pela Companhia passível de ressarcimento em conformidade com o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico no ACR nº 108/2016.

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 e após o Despacho ANEEL 719/2016, o valor será utilizado por meio da postergação de pagamento de prêmio, amortizando o ativo constituído com a aplicação da taxa de desconto. O saldo de R$ 24.928 registrado em 31 de dezembro de 2015 será compensado em 2 anos e 10 meses (até outubro de 2018), com taxa de desconto de 9,63% estabelecido pelo Regulador. Como o prazo do contrato (CCVEE) referente à UHE Balbina finda em 1º de março de 2027, este empreendimento não incorre na prorrogação do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2016 os valores registrados no Ativo Circulante e Não Circulante foram respectivamente R$ 12.495 e R$ 767 (R$ 7.650 no ativo circulante e R$ 17.278 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de Renda - fonte	-	3.076
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	-	9.822
Outros Impostos a recuperar	417	2.599
Total	417	15.497

NOTA 9 - ESTOQUES

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
Material	2.094	2.797
Combustível (a)	1.793	82.031
Compras em curso	1.503	1.222
Adiantamentos a Fornecedores (b)	1.025	3.076
Total	6.415	89.126

a) Em dezembro de 2015, a Companhia desativou algumas usinas que operam com combustível, sendo que em março de 2016 havia apenas a usina Mauá Bloco 4 operando com combustível. Consequentemente, houve uma perda significativa nos estoques de combustíveis. Em 21 de janeiro de 2016, houve a publicação da Portaria MME nº 015/16 e em 11 de maio de 2016, a publicação da Portaria nº 179, as quais determinaram a manutenção das UTEs locadas e estabeleceram que a Companhia seria a responsável em realizar os novos contratos de locação. Dessa forma, agora cabe às locadoras a obrigação pela aquisição de óleo combustível.

b) O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se ao montante recebido por ocasião do Acervo Líquido convertido à Companhia relativo ao adiantamento de materiais importados. Em 2016, a Companhia efetuou uma análise desses adiantamentos em contrapartida com valores registrados no passivo para os respectivos fornecedores.

NOTA 10 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

DESCRIÇÃO	31.12.2016		31.12.2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Empregados	1.101	-	54	-
Serviços, Alienações e Dispêndios a Reembolsar e em Curso	2.794	-	1.048	-
Outros Devedores (a)	577	9.071	4.445	9.071
Despesas pagas antecipadamente	2.309	-	2.919	-
Total	6.781	9.071	8.466	9.071

a) O valor de R$ 9.071 no ativo não circulante refere-se à cobrança da EL PASO Rio Negro. Este valor foi transferido via Acervo Líquido da Amazonas Distribuidora de Energia. Este saldo será liquidado quando da execução do processo EL PASO contra a Eletrobras Holding.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

As rubricas que compõem o imobilizado estão demonstradas no quadro abaixo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESCRIÇÃO	31.12.2016			31.12.2015	%
EM SERVIÇO	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Taxas de depreciação (a.a)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	741.385	(496.007)	245.378	261.052	2,11%
Edificações, obras civis e benfeitorias	500.511	(446.306)	54.205	69.022	3,05%
Máquinas e equipamentos	1.103.535	(718.764)	384.771	419.680	3,36%
Veículos	3.227	(3.099)	128	326	13,71%
Móveis e utensílios	5.776	(4.963)	813	896	6,25%
Terrenos	41.592	-	41.592	41.592	0,00%
(-) Obrigações Especiais	(97.898)	9.131	(88.767)	(91.202)	3,10%
(-) Provisão com risco de compliance	(67.166)	-	(67.166)	-	
(-) Impairment	(105.379)	-	(105.379)	(191.188)	
	2.125.583	(1.660.008)	465.575	510.178	
EM CURSO					
Edificações, obras civis e benfeitorias	106.620	-	106.620	106.449	
Máquinas e equipamentos	1.218.266	-	1.218.266	1.033.907	
Móveis e utensílios	278	-	278	-	
Terrenos	14.232	-	14.232	14.232	
Outros	181.188	-	181.188	180.703	
(-) Obrigações Especiais	(3.346)	-	(3.346)	(3.346)	
	1.517.238	-	1.517.238	1.331.945	
Total	3.642.821	(1.660.008)	1.982.813	1.842.123	

Movimentação do imobilizado

MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	Saldo em 31.12.2015	ADIÇÕES IMOBILIZADO	ADIÇÕES DEPRECIAÇÃO	(ADIÇÕES)/BAIXA IMPAIRMENT (Nota 12 e Nota 26.2)	PROVISÃO COM RISCO DE COMPLIANCE (Nota 29.6.1)	Saldo em 31.12.2016
Geração / Transmissão	1.837.553	185.053	(62.580)	85.809	(67.166)	1.978.669
Em serviço	2.376.080	-	-	-	-	2.376.080
Depreciação Acumulada	(1.587.173)	-	(65.015)	-	-	(1.652.188)
Em curso	1.334.381	185.053	-	-	-	1.519.434
Impairment (Nota 12 e Nota 26.2)	(191.188)	-	-	85.809	-	(105.379)
Provisão com risco de compliance (Nota 29.6.1)	-	-	-	-	(67.166)	(67.166)
Obrigações Especiais (a)	(95.765)	-	-	-	-	(95.765)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	1.218	-	2.435	-	-	3.653
Administração	4.570	240	(666)	-	-	4.144
Em serviço	19.945	-		-	-	19.945
Depreciação Acumulada	(16.285)	-	(666)	-	-	(16.951)
Em curso	910	240	-	-	-	1.150
Total	1.842.123	185.293	(63.246)	85.809	(67.166)	1.982.813

MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	Saldo Recebido da Des-verticalização em 01.07.2015	ADIÇÕES IMOBILIZADO	ADIÇÕES DEPRECIAÇÃO	ADIÇÕES IMPAIRMENT	Saldo em 31.12.2015
Geração / Transmissão	1.769.155	256.557	(31.339)	(156.820)	1.837.553
Em serviço	2.376.080	-	-	-	2.376.080
Depreciação Acumulada	(1.554.616)	-	(32.557)	-	(1.587.173)
Em curso	1.077.824	256.557	-	-	1.334.381
Impairment	(34.368)	-	-	(156.820)	(191.188)
Obrigações Especiais	(95.765)	-	-	-	(95.765)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	-	-	1.218	-	1.218
Administração	4.902	40	(372)	-	4.570
Em serviço	19.945				19.945
Depreciação Acumulada	(15.913)	-	(372)	-	(16.285)
Em curso	870	40	-	-	910
Total	1.774.057	256.597	(31.711)	(156.820)	1.842.123

Obrigações Especiais - Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 12 - ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS NÃO FINANCEIRO

Para o exercício de 2016, considerando a necessidade de otimizar os recursos disponíveis nas Usinas, a Administração estabeleceu como Unidade Geradora de Caixa - UGC para efeito de teste de impairment, as seguintes unidades:

UHE - Balbina;

UTE - Aparecida Complexo: Plantas com contrato de CCVE (Blocos 7, 8, 9 e 10 e Unidades a Óleo 5 e 6 auxiliando a usina como Black Start);

UTE - MAUÁ Complexo: Planta com contrato de CCVE (Bloco 3 e Demais Blocos 1, 4 e Electron);

LTE - Linhas e Subestações de Transmissão.

Optou-se por tratar as unidades no conceito de complexos, na busca de melhor desempenho e mobilidade dos custos a eles associados. Portanto, as Unidades Geradoras de Caixa - UGC testadas em 2016 foram as mesmas do ano passado, onde a diferença em relação a 2015 está na UTE Aparecida Complexo e na UTE Mauá Complexo. Esta alteração caracterizou as usinas como uma unidade, de forma que todos os custos e receitas a ela inerentes fossem considerados. A Companhia também efetuou o teste de impairment para o ativo referente à Nova UTG Mauá 3, a exemplo do ano de 2015.

Com base nos testes realizados, considerando-se a mudança nas Unidades Geradoras de Caixa, os valores dos resultados apurados demonstram que o fluxo de caixa descontado acumulado (VP dos Ativos) da Companhia não supera o valor do Ativo Testado nas Linhas de Transmissão indicando que houve necessidade de ajuste por perda de valor recuperável (impairment), no exercício de 2016, de R$ 105.379. Entretanto, como a Companhia já havia registrado em 2015, o montante de R$ 38.489 referente à Linha de Transmissão, o impacto líquido negativo no resultado da Companhia foi de R$ 66.890.

Com relação às demais unidades geradoras de caixa, não houve indicativo de impairment, e, portanto, os valores apurados no exercício de 2015, no montante de R$ 152.699, foram revertidos em 2016 sendo: R$ 50.508 para a Usina Termelétrica de Aparecida, R$ 102.191 para Mauá.

Dessa forma, o impacto líquido total (geração e transmissão) no resultado da Companhia foi de R$ 85.809 positivo (vide Nota 26.2).

DESCRIÇÃO	31.12.2015	CONSTITUIÇÃOREVERSÃO	31.12.2016
UHE Balbina	-	-	-
UTE Aparecida	(50.508)	50.508	-
UTE Mauá Bloco III	(102.191)	102.191	-
Transmissão	(38.489)	(66.890)	(105.379)
Total	(191.188)	85.809	(105.379)

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade foram:

I. DRE/BALANÇO: Base de 31 de dezembro de 2016;

II. Período:

a) UTE Complexo Mauá: janeiro de 2017 a junho de 2020;

b) UHE Balbina: janeiro de 2017 a fevereiro de 2027;

c) Complexo Aparecida: janeiro de 2017 a junho 2020;

d) LT-Transmissão: janeiro de 2017 a dezembro de 2043;

e) Nova UTG Mauá 3: janeiro de 2017 a dezembro de 2043

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III. Valores Reais: Não se considerou o efeito inflacionário nas projeções;
Taxa de Desconto: Utilizando oWACC atualizado pelo Departamento de Desenvolvimento de Negócios - DFN da Holding conforme CTA-DF-3392/2016-Circular de 28.11.2016
IV. Preço de Venda de Energia - Conforme contrato entre a Amazonas Distribuidora e a Amazonas GT, cujas condições foram homologadas por meio da Resolução Autorizativa nº 4.836/2014, de 16/09/2014;
V. Vendas Brutas: A receita foi obtida através da aplicação do valor do contrato de CCVEE de cada usina, multiplicado pela respectiva energia. Para os ativos da Transmissão considerou-se a RAP, sendo a parte retroativa desconsiderada;
VI. Demais Receitas: Para as plantas (UTE-Bloco4 e Nova UTG Mauá 3) considerou-se a receita do ESS, conforme PNG 2017-2021;
VII. Potência Contratada: UHE Balbina - 132,30MW; UTE Aparecida - 150MW e UTE Mauá - 100MW;
VIII. Preço de Venda de Energia: UHE Balbina - 300,88 R$/MW; UTE Aparecida - 125,14R$/MWh e UTE Mauá Bloco 3 -108,07
R$/MWh (Data base de dezembro de 2016);
IX. Deduções da Receita: Considerou-se uma taxa de 35,25% constante nos contratos CCVEEs, sendo ICMS (25%), COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e do P&D (1%);
X. Combustível: Considerado apenas o combustível líquido do Bloco 4, pois o combustível gasoso foi neutralizado, uma vez que o gás utilizado nas usinas em contrato (CCVEE) é de responsabilidade da Amazonas Energia;
XI. PMSO: Foi considerado o valor contábil de cada Unidade Geradora de Caixa- UGC realizado até dezembro de 2016. Para o ano de 2017 considerou-se o valor de 2016 corrigido pelo IPCA;
XII. Rateio do Pessoal das Plantas Desativadas: Para o rateio do pessoal das plantas desativadas, considerou-se a capacidade de absorção das usinas, bem como as atividades correlatas, de forma a evitar possíveis desvios de função. Assim, o pessoal da UTE Mauá Bloco1 e Electron foi direcionado para a Nova UTG Mauá 3. Em 2020, com a desativação da UTE Mauá Complexo e da UTE Aparecida Complexo, o pessoal será direcionado sendo a mesma metodologia aplicada em fevereiro de 2017 quando sai a UHE Balbina;
XIII. PID: No PNG 2017-2021 foi previsto que a Companhia aderisse ao Programa de Incentivo à Demissão - PID, referente à adequação do quadro de pessoal. Neste teste, os custos e benefícios esperados não foram absorvidos;
XIV. Encargos: Foram considerados os encargos registrados na contabilidade;
XV. Ativos Testados: Testou-se todos os ativos de geração e Transmissão com base em 31 de dezembro de 2016;
XVI. Recuperação de Despesas: Foram capturadas no histórico do custo de geração;
XVII: Depreciação: Considerou-se a depreciação na data de 31 de dezembro de 2016, conforme informe da contabilidade:
XVIII: Provisões e Reversões: Não foram considerados para o cálculo;
XIX: Resultado Financeiro e Resultado Não Operacional: Por se tratar de rubricas que não contribuem para o valor do impairment, estas foram desconsideradas;
XX: Valor Residual; Os testes consideraram valores não depreciados ao final do fluxo como um valor residual para os complexos e para a transmissão;
XXI: Repactuação do Risco Hidrológico: Considerou-se o impacto de R$ 88,8 milhões, a partir de outubro de 2018 até 2027, conforme Nota Técnica PCE 01/2016 - Repactuação do Risco Hidrológico pelos agentes partici´pantes do MRE-UHE Balbina de 05.01.2016
Nova Usina Mauá 3
A Companhia detém o projeto da construção da Nova UTG Mauá 3, vencedora do 20º Leilão de Energia Nova (A-5), ocorrido no dia 28 de novembro de 2014. Esta usina ainda está em fase de construção, o que dificulta a elaboração dos testes de impairment dentro das condições habituais recomendadas pelas normas da contabilidade. Diante da relevância do ativo e das dificuldades encontradas, optou-se por apresentar as premissas da Nova UTG Mauá 3 separada dos demais ativos da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve indicativo de impairment. As principais premissas foram:
a. Potência Instalada: 583 MW, garantia física de 507,2 MW médios utilizando gás natural como combustível;
b. Período de suprimento: início em abril de 2017 a dezembro de 2018, no regime de encargo de serviço de sistema-ESS. A partir de 1º de janeiro de 2019 a dezembro de 2043 nas condições de Leilão.
c. Geração de energia: A energia considerada em 2017 e 2018 foi de 1.70-2.800 kWh e de 2.660.080 kWh, respectivamente. Em 2019 a usina começa a gerar a potência contratada em leilão, sendo 484 MWmédio;
d. Receita de Venda: Receita de ESS e Leilão conforme definido no PNG 2017-2021;
e. Deduções da Receita: Nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado-CCEAR n~ão incide ICMS, assim considerou-se apenas a incidência de COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e do P&D (1%);
f. Combustível: Para o período de 2017 e 2018, considerou-se o custo do combustível com a parcela de transporte , enquanto que de 2019 em diante, expurgou-se a parcela de transporte, conforme preço de leilão;
g. PMSO: Foram considerados os custos do PNG 2017-2021. Na rubrica Pessoal foi incluso a partir de 2017, o valor do pessoal das usinas desativadas. Após a entrada em leilão, as rubricas Material, Serviços e Outros se mantém constantes durante todo o período. Entretanto, os custos com overhaul foram destacados e considerados conforme as programações de manutenção;
h. Encargos: Foram considerados conforme o PNG 2017-20121;
i. Ativo Testado: Testou-se o ativo em curso registrado na contabilidade até 31 de dezembro de 2016, sendo que os investimentos remanescentes a serem realizados em 2017 foram considerados no fluxo.
NOTA 13 - FORNECEDORES
As obrigações com fornecedores estão compostas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (a)	16.265	54.266
Fornecedores de energia elétrica	28	10
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (b)	16.999	-
Total	33.292	4.276

a) Deste montante de R$ 16.265, R$ 12.331 refere-se às faturas da Construtora Andrade Gutierrez S/A, as quais foram liquidadas no mês subsequente.
b) refere-se ao montante devido à CCEE pela compra de energia no Mercado de Curto Prazo- MCP.
NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS
Os empréstimos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias incorridos. A garantia dos empréstimos é a vinculação da receita própria da Companhia. As obrigações com empréstimos estão demonstradas a seguir:

a) Composição	Encargos Financeiros anuais (%)	31.12.2016			31.12.2015		
FINANCIADORES		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA NACIONAL ELETROBRAS		Principal + Encargos			Principal + Encargos		
ECF-1554/97	12,00	-	-	-	2.828	-	2.828
ECF-2644/07	7,00 + CRC[1]	1.329	4.985	6.314	1.329	6.314	7.643
ECF-2645/07	7,00 + CRC[1]	682	2.559	3.241	682	3.242	3.924
ECF-2712/08	7,00 + CRC[1]	-	-	-	2.874	-	2.874
ECF-2766/09	7,00 + CRC[1]	21.259	5.315	26.574	21.259	26.574	47.833
ECF-2777/09	7,00 + CRC[1]	1.779	-	1.779	2.668	1.779	4.447
ECF-2782/09	7,00 + CRC[1]	7.871	-	7.871	15.741	7.871	23.612
ECF-2783/09	7,00 + CRC[1]	762	-	762	1.306	762	2.068
ECF-2862/10	7,00 + CRC[1]	562	2.809	3.371	562	3.371	3.933
ECF-2875/10	7,00 + CRC[1]	332	1.824	2.156	332	2.155	2.487
ECF-2887/10	7,00 + CRC[1]	135	741	876	135	875	1.010
ECF-2891/10	7,00 + CRC[1]	172	945	1.117	172	1.117	1.289
ECF-2925/11	7,00 + CRC[1]	84	450	534	84	535	619
ECF 3023/12	Selic + Spreed	-	138.442	138.442	119.780	-	119.780
ECF 3025/12	Selic + Spreed	-	269.120	269.120	54.379	185.794	240.173
ECF 3060/13	Selic + Spreed	-	184.508	184.508	159.638	-	159.638
ECF 3120/14	Selic + Spreed	-	245.001	245.001	212.399	-	212.399
ECF 3249/15	CDI	155.931	-	155.931	2.078	155.918	157.996
ECF 3251/15	CDI	11.203	204.132	215.335	209.152	41.830	250.982
ECF 3253/15	CDI	53.740	-	53.740	-	11.202	11.202
RES 0561/14	CDI	-	133.993	133.993	7.976	106.881	114.857
ECF 3265/15	CDI	100.008	-	100.008	2.451	100.000	102.451
ECF 3293/16	CDI	42.121	141.681	183.802	-	-	-
Total		397.970	1.336.505	1.734.475	817.825	656.220	1.474.045

[1] Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito

b) A composição do principal dos empréstimos no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem seus vencimentos assim programados:
VENCIMENTOS DAS PARCELAS DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	31.12.2016	31.12.2015
2018	772.629	420.453
2019	199.364	85.146
2020	199.364	79.832
2021	103.021	47.474
2022	39.447	22.905
Após 2022	22.680	410
Total	1.336.505	656.220

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) A movimentação dos empréstimos é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo oriundo da desverticalização em 01.07.2015	-	-	592.877	324.906
Saldo Inicial do exercício	817.825	656.220	-	-
Empréstimos obtidos	180.334	-	500.483	-
Incorporação de Encargos	(19.136)	19.136	(8.404)	8.404
Transferências	(661.149)	661.149	(322.910)	322.910
Encargos financeiros provisionados (Nota 27)	247.829	-	89.958	-
Encargos financeiros pagos - AmGT	(96.806)	-	(5.278)	-
Encargos financeiros pagos - AmD *	(16.422)	-	(2.997)	-
Amortização de empréstimos - AmD *	(54.485)	-	(25.904)	-
Amortização de empréstimos	(20)	-	-	-
Saldo no final do período	397.970	1.336.505	817.825	656.220

* O total de encargos financeiros e empréstimos amortizados foram pagos pela controladora Amazonas Energia, sendo liquidados no encontro de contas entre as Companhias. Desta forma, estes valores não estão refletidos nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia.

d) Cláusulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2016 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

NOTA 15 - IMPOSTOS A RECOLHER

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
IR a pagar	18.552	-
CSSL a pagar	2.245	-
ICMS	12.771	7.695
ISS	1.097	1.687
INSS	106	530
PIS/PASEP	18.374	5.821
COFINS	84.734	26.813
FGTS	804	-
Outros	5.153	3.754
Total	143.836	46.300

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
Folha de pagamento	11.466	-
Provisões trabalhistas	6.724	10.170
Provisão para gratificação de férias	4.574	-
Outros	-	189
Total	22.764	10.359

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES COM COLIGADAS E CONTROLADORA

	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2015
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Amazonas Distribuidora de Energia (a)	29.226	-	427.786	-
Eletronorte	3.295	-	-	-
Eletrobras	4	-	-	-
Provisão EL PASO Rio Negro (b)	-	395.140	-	367.106
Provisão EL PASO Amazonas (b)	-	136.058	-	126.405
Total	2.525	531.198	427.786	493.511

a) Em 28 de agosto de 2015 foi firmado entre a Companhia e Amazonas Energia o contrato nº 104/OC/2015 referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicações pelo prazo de dezoito meses. O montante de R$ 29.226, refere-se à dívida da Companhia com a Amazonas Energia pelas ordens de reembolso - ODRs do exercício de 2016, no total de R$ 24.105 referentes aos gastos da folha de pagamento e outros gastos operacionais, somado ao saldo de R$ 5.121 do resultado líquido do encontro de contas entre a Companhia e a Amazonas Energia, realizado em dezembro de 2016.

Quadro resumo do resultado líquido do encontro de contas realizado entre as Companhias:

Encontro de Contas	31.12.2016
	Circulante
Amazonas GT (Contas a receber 2015/2016)	538.725
Amazonas GT (Contas a Pagar 2015/2016 - AmD)	(545.807)
Subtotal - valor principal	(7.082)
Atualização monetária - AmGT (Nota 27)	56.046
Atualização monetária - AmD (Nota 27)	(54.085)
Subtotal - atualização monetária	1.961
Resultado líquido do encontro de contas	(5.121)

b) Referem-se aos processos da EL PASO Rio Negro e Amazonas Energia impetrados contra a Holding Eletrobras por esta ser a grantidora destes contratos. Ambos os processos são atualizados monetariamente com base Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CAUSAS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Depósitos Judiciais		Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais		Provisão para Causas Judiciais
DESCRIÇÃO	Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Trabalhista	-	39.473	12.646	-	18.844	17.636
Cíveis	-	3.895	17.690	12.315	-	14.682
Tributária	-	-	11.268	-	-	-
Multas ANEEL (a)	-	35.232	16.984	-	30.954	30.828
Outras	2.470	-	-	-	-	-
Total	2.470	78.600	58.588	12.315	49.798	63.146

a) O montante de R$ 35.232 no ativo não circulante refere-se a dois depósitos recursais feitos pela Companhia relativos a Multas ANEEL

b) Movimentação dos saldos da provisão para contingências:

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2015	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações	Saldo em 31.12.2016
Trabalhistas (a)	17.636	-	(8.808)	-	3.818	12.646
Cíveis (b)	14.682	2.159	(713)	-	1.562	17.690
Tributária	-	11.268	-	-	-	11.268
Multas ANEEL	30.828	-	-	(14.886)	1.042	16.984
Saldo final	63.146	13.427	(9.521)	(14.886)	6.422	58.588

c) Outras informações:

Quantidade de processos judiciais em 31.12.2016 Probabilidade de perda				
DESCRIÇÃO	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	72	480	221	773
Cíveis	5	10	2	17
Tributárias	-	4	2	6
Total	77	494	225	796

Quantidade de processos judiciais em 31.12.15 Probabilidade de perda				
DESCRIÇÃO	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	101	412	172	685
Cíveis	3	7	2	12
Tributárias	-	3	1	4
Total	104	422	175	701

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:

DESCRIÇÃO	31.12.2016		31.12.2015	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas (a)	67.624	68.517	59.569	53.909
Cíveis (b)	120.362	7.524	95.486	6.222
Tributárias (c)	202.210	1.206	186.178	1.132
Total	390.196	77.247	341.233	61.263

a) Do montante das causas trabalhistas de risco possível no montante de R$ 67.624, destacam-se: R$ 19.042 referente a vários processos solicitando causas trabalhistas de equiparação salarial; R$ 16.176 referente a processos movidos para pagamento de hora extra e hora intra e inter jornada; R$ 12.375 referente a vários processos solicitando progressão salarial baseado em Portaria Administrativa; R$ 4.442 refrente a vários processos de colaboradores terceirizados relacionados a supostos descumprimentos de obrigações patronais.

b) Do montante das causas cíveis de risco possível de R$ 120.362, destacam-se: R$ 78.106 referente à Ação Indenizatória em função das terras alagadas pelo lago da UHE Balbina; R$ 19.710 referente à Ação Anulatória para desconstituir a penalidade aplicada no Auto de Infração nº 111/2012 e R$ 10.281, referente à Ação Anulatória padesconstituir a penalidade aplicada no Auto de Infração nº 1009/2011.

c) Refere-se a processos de tributos federais e estaduais que se encontram na esfera judicial. Do montante das causas tributárias de risco possível nomontante de R$ 202.210 destaca-se o processo 0207794-88.2009.8.04.0001 no valor de 150.278 impetrado contra a Companhia pela EL PASO Amazonas Energia referente à execução fiscal proposta para a cobrança dos créditos tributários objetos dos autos de infração nºs 502.330, 502.344, 502.345 e 502.346, lavrados para cobrança de ICMS sobre o suposto fornecimento de energia elétrica no período de outubro de 1999 a junho de 2001, pago por meio de recibos, a título de disponibilidade contratual de equipamentos.

NOTA 19 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2016			
ACIONISTAS	R$	Participação(%)	Quantidade
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	436.750	100,00%	436.750.000

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia, em seu artigo nº 42, estabelece que, quando os dividendos atingirem a 6% (seis por cento) do capital social integralizado, poderá a Assembleia Geral fixar porcentagem ou gratificações, por conta dos lucros, para a Administração da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Companhia deve registrar a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido, quando aplicável.

NOTA 20 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
SUPRIMENTO		
Venda de Energia Elétrica	567.736	258.968
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	567.736	258.968
DEDUÇÕES		
ICMS	(151.295)	(55.381)
PIS	(9.368)	(4.349)
COFINS	(43.148)	(20.151)
ISS	-	(8)
Encargos setoriais	(12.973)	-
Total	(216.784)	(79.889)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	350.952	179.079

NOTA 21 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Pessoal	(106.177)	(60.844)
Material	(8.296)	(4.661)
Serviço de terceiros	(16.153)	(6.455)
Total	(130.626)	(71.960)

NOTA 22 - COMBUSTÍVEL PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O saldo de R$ 132.238 refere-se ao consumo de combustível do período de janeiro a março de 2016 (R$ 257.614 de Julho a dezembro de 2015), das usinas de geração disponível do Parque das Usinas Termelétricas de Manaus, em cumprimento ao comando da Portaria MME n° 41, de 26 fevereiro de 2015, e Resolução Normativa ANEEL n° 659, de 14 de abril de 2015, tendo como premissa a Nota Técnica ONS NT-011/2015.

NOTA 23 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS - ESS

O saldo de R$ 391.386 refere-se ao ressarcimento do Encargo de Serviço do Sistema- ESS em 2016 (R$ 320.162 em 2015). O Despacho ANEEL nº 1.927 de 12 de junho de 2015, aprovou e fixou o Custo Variável Unitário - CVU das usinas termelétricas de Manaus (próprias e locadas), objeto da Portaria n° 41/2015 - MME, definindo assim o ressarcimento integral da parcela de combustível, reembolso de custos fixos (PMSO para usinas próprias) e contrato de aluguel de máquinas (para as locadoras) e nos custos variáveis (O&M). Esse ressarcimento é feito por meio do Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, de acordo com o calendário da Liquidação Financeira da CCEE.

NOTA 24 - ALUGUÉIS

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Grupos Geradores (a)	(420.921)	(44.276)
Imóveis	-	(3.137)
Outros bens	(234)	-
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	1.413	730
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	6.762	3.365
Total	(412.980)	(43.318)

a) O montante do Custo de R$ 420.921 registrado na rubrica grupos geradores em 2016 refere-se ao registro da despesa de locação de acordo com os contratos firmados com os geradores Ebrasil, Oliveira Energia, Aggreko e Powertech Engenharia,

NOTA 25 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS.

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Seguros	(13.442)	(963)
Recuperação de Despesa (a)	49.122	22.902
Outros (b)	(21.352)	(336)
Total	14.328	21.603

a) Do montante de R$ 49.122 de recuperação de despesa, R$ 42.230, refere-se à baixa de ODR dos valores registrados em despesa e não reconhecidos pela Companhia, após o acerto do encontro de contas com a Amazonas Energia.

b) Do montante de R$ 21.352 de outros, destacam-se: R$ 11.489 referente às indenizações judiciais trabalhistas e R$ 3.520 referente a levantamento de depósitos judiciais.

NOTA 26 - RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Despesas gerais e administrativas (26.1)	(69.813)	(115.997)
Outras receitas (despesas) operacionais (26.2)	85.797	(158.935)
Total	15.984	(274.932)

NOTA 26.1 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Pessoal	(23.792)	(4.670)
Administradores	(297)	(98)
Material	(82)	(42)
Serviço de terceiros	(16.240)	(8.173)
Depreciação - imobilizado	(666)	(372)
Aluguéis	(1.661)	(768)
Taxa de fiscalização	(28)	(140)
Provisão para contingências	(3.906)	(6.304)

Provisão El Paso Amazonas	-	(92.586)
Provisão para perda de crédito tributário	-	(2.115)
Provisões diversas	(2.948)	-
Resultado líquido de inventário de estoque	(17.196)	-
Outros	(2.997)	(729)
Total	(69.813)	(115.997)

NOTA 26.2 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Reversão (provisão) - impairment (Nota 11)	85.809	(156.820)
Perda com crédito tributário	-	(2.115)
Diversas despesas	(12)	-
Total	85.797	(158.935)

NOTA 27- RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Receitas Financeiras		
Rendas s/ Aplicações Financeiras	15.485	5.099
Multa s/ Fornec. e Suprimento de Energia	7.981	2.666
Ganhos de avaliação atuarial	294	249
Atualização Monetária da Selic	13.008	3.948
Atualização Monetária - encontro de contas	56.046	-
Diversas receitas financeiras	31	-
Tributos sobre receitas	(1.045)	-
	91.800	11.962
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas (a)	(247.829)	(89.958)
Juros e Multas (b)	(24.074)	(17)
Atualização Monetária da Selic (c)	(46.599)	(57.535)
Atualização Monetária - encontro de contas	(54.085)	-
Perda de avaliação atuarial	(222)	(220)
Diversas despesas financeiras	(10)	(40)
	(372.819)	(147.770)
Total	(281.019)	(135.808)

a) O montante de R$ 247.829 refere-se aos encargos financeiros decorrentes das dívidas dos empréstimos contraídos com a Holding Eletrobras.

b) Do montante de R$ 24.074, destaca-se R$ 19.529 referente à atualização monetária e multa de tributos.

c) Do montante de R$ 46.599, R$ 37.687 refere-se à atualização monetária do processo da EL PASO Rio Negro e EL PASO Amazonas.

.

NOTA 28- IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	31.12.2016
Provisão para IR	(27.766)
Provisão para CSSL	(10.092)
Total	(37.858)

As provisões de IR e CSSL, no montante de R$ 37.858, referem-se aos valores acumulados no período de 2015 e exercício de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apesar de a Companhia ter apurado prejuízo contábil, foi apurado um lucro fiscal em virtude da inclusão na base de cálculo das Provisões de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, bem como da provisão para risco de compliance e impairment.

NOTA 29 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

29.1 - GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

DESCRIÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
Total dos empréstimos	(1.734.475)	(1.474.045)
(-) Caixa & Equivalentes de caixa e TVM	101.315	264.291
Dívida líquida	(1.633.160)	(1.209.754)
(+) Patrimônio líquido	(158.036)	160.033
Total do capital	(1.791.196)	(1.049.721)
Índice de alavancagem financeira - %	91,18%	115,25%

29.2 - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis				
Clientes	40.281	40.281	165.420	165.420
Contas a receber de partes relacionadas	162.319	162.319	280.420	280.420
Outras contas a receber	4.187	4.187	8.466	8.466
	206.787	206.787	454.306	454.306
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	77.693	77.693	226.121	226.121
	77.693	77.693	226.121	226.121
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos com partes relacionadas	1.734.475	1.734.475	1.474.045	1.474.045
Fornecedores	33.292	33.292	54.276	54.276
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	563.723	563.723	921.297	921.297
	2.331.490	2.331.490	2.449.618	2.449.618

29.2.1 - Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

Clientes - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

Títulos e Valores Mobiliários - TVM - Correspondem às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento, conforme regulamentação em vigor.

Outras contas a receber - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Correspondem aos valores de dispêndios a reembolsar em curso, despesas pagas antecipadamente e diversas contas a receber.

29.2.2 - Passivos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

Fornecedores - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo

Empréstimos - O principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. A Companhia possui contratos de empréstimos captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou com taxas pré-fixadas.

Outras contas a pagar - Partes Relacionadas - São mensuradas pelos valores nominais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo. Corresponde à dívida da Companhia com a AmD referente ao reembolso de despesas registradas via Ordem de Reembolso - ODR e as provisões dos processos El Paso Rio Negro e Amazonas impetrados contra a holding Eletrobras.

29.3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

29.3.1 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

29.3.2 - Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	31.12.2016			
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos	397.970	772.629	501.749	62.127
Fornecedores	33.292	-	-	-
Obrigações estimadas	22.764	-	-	-

	31.12.2015			
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos	817.825	403.798	194.843	57.579
Fornecedores	54.276	-	-	-
Obrigações estimadas	10.359	-	-	-

29.4 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Pressupõe-se que os saldos de clientes, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31.12.2016		
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	77.693	-	-

	31.12.2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	226.121	-	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

29.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

29.6 RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE DE LEIS E REGULAMENTOS

29.6.1 Provisão com Risco de Compliance

Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da empresa (CAE) decidiu por iniciar um processo investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela Securities and Exchange Commission (SEC) e Department of Justice (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's - American Deposit Receipts, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act. Dentre essas leis encontra-se a Foreign Corrupt Practices Act - FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação brasileira, ao Código de Ética e políticas de integridade da Eletrobras.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripyat resultaram em mandados de prisão contra ex-executivos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells e pela Comissão Independente Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de compliance. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de compliance e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando encontradas quaisquer irregularidades.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras já tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão e o desligamento do contrato de trabalho. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização de tais funcionários, na esfera cível, já estando a Eletrobras em negociação com a Advocacia Geral da União quanto à propositura de eventuais ações de improbidade.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Nesta etapa foram descobertos superfaturamentos relacionados a licitações fraudulentas oriundas da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados, desde 2008, por subsidiárias e algumas das SPE não controladas pela Companhia.

No entanto, não há informações suficientes que permitam à Companhia determinar os períodos específicos em que ocorreram pagamentos em excesso. Assim, a Companhia entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores, relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo registrado o ajuste para os pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, em setembro 2016.

A Eletrobras não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço. Sendo assim, em 30 de setembro de 2016, a Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R$ 211.123 representando valores estimados que as subsidiárias da Eletrobras pagaram indevidamente em períodos anteriores, e, adicionalmente foi baixado do ativo imobilizado um valor de R$ 143.957 para os quais haviam perdas por impairment registradas anteriormente, ocasionando a reversão parcial de provisão de impairment registrada. Da mesma maneira, a Eletrobras reconheceu uma perda de R$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

Achados da Investigação	31.12.2016
Angra 3	(141.313)
Mauá 3	(67.166)
Simplício	(2.644)
	(211.123)

Balanço Patrimonial	31.12.2016
Ativo Imobilizado	
Custos	(211.123)
Provisão de Impairment	143.957
Investimentos pelo Método de Equivalência	(91.464)
	(158.630)

Demonstração de resultado	31.12.2016
Achados da investigação	(211.123)
Reversão de Provisão de Impairment (Provisões Operacionais)	143.957
Resultados de investimentos pelo método de equivalência	(91.464)
	(158.630)

Portanto, em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou uma baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado no total de R$ 67.166 representando valores de pagamentos indevidos em períodos anteriores no seu empreendimento Mauá 3. Os valores incluíram os resultados dos relatórios finais da investigação independente do Hogan Lovells e os custos de empréstimo correspondentes e outros encargos capitalizados.

A Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediação, adotando medidas necessárias para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato, além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas.

Contudo, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório ainda estão em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de Enforcement da SEC e DOJ.

De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que esses procedimentos tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. Contudo, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou as tratativas para a contratação de escritório de advocacia americana para a condução da nova etapa do processo de investigação. Na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a assinatura dos instrumentos jurídicos com as autoridades americanas ("Tooling Agreement e Statute of Limitation The Second Consecutive"), estendendo o prazo prescricional para a ação de investigação. A assinatura desses documentos demonstra a cooperação e a boa-fé da Eletrobras com relação às autoridades estadunidenses, tratando com clareza e transparência todas as questões corporativas envolvidas.

Para dar continuidade à interlocução junto aos reguladores americanos e brasileiros e ao desenvolvimento dos procedimentos adicionais de investigação, a Eletrobras está realizando um processo licitatório, visando a contratação de escritório de advocacia americana.

Contudo, devido aos procedimentos licitatórios a que a Eletrobras se sujeita como integrante da Administração Pública Indireta, a contratação do escritório de advocacia americana que irá conduzir a nova etapa do processo de investigação ainda não foi concluída.

De forma a garantir a continuidade dos procedimentos de investigação enquanto não se conclui esta contratação, foi constituído um Grupo de Trabalho Transitório de Investigação, formado por integrantes da Diretoria de Conformidade, cuja função precípua é dar andamento a ações decorrentes das atividades exercidas no curso da ação investigativa realizada, sob a supervisão da CIGI.

NOTA 30 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

RESULTADO POR SEGMENTO	31.12.2016			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	TOTAL
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	567.736	-	567.736
Suprimento de energia elétrica	-	567.736	-	567.736
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	(216.784)	-	(216.784)
(-) TRIBUTOS	-	(203.811)	-	(203.811)
ICMS	-	(151.295)		(151.295)
PIS / PASEP / COFINS	-	(52.516)		(52.516)
(-) Encargos setoriais	-	(12.973)		(12.973)
(-) Outros - Inclusive ISS	-		-	-
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	350.952	-	350.952
DESPESAS OPERACIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	TOTAL
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	(127.119)	(43.918)	(171.037)
Pessoal	-	(92.968)	(37.299)	(130.267)
Material	-	(8.333)	(44)	(8.377)
Serviços de terceiros	-	(25.818)	(6.575)	(32.393)
Energia comprada para revenda	-	(39.243)	-	(39.243)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	(9.098)	-	(9.098)
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica	-	(132.238)	-	(132.238)
(-) Recuperação de Despesas - ESS	-	391.386	-	391.386
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	(2.966)	-	(2.966)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	(56.862)	(6.384)	(63.246)
Depreciação	-	(56.862)	(6.384)	(63.246)
Provisões operacionais	-	145.174	(68.896)	76.278
Provisões com riscos de compliance	-	(67.166)	-	(67.166)
Outras despesas operacionais	(3)	(344.218)	11.860	(332.361)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(3)	(242.350)	(107.338)	(349.691)
RESULTADO OPERACIONAL	(3)	108.602	(107.338)	1.261
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	TOTAL
Renda de aplicações financeiras	15.485			15.485
Encargos de Dívidas	-	(247.829)	-	(247.829)
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	-	-	-
Sobre Energia Vendida	-	-	-	-
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-
Atualização monetária líquidas	-	(30.406)	(1.224)	(31.630)
Outras receitas financeiras	25	7.151	85	7.261
Outras despesas financeiras	-	(18.762)	(5.544)	(24.306)
RESULTADO FINANCEIRO	15.510	(289.846)	(6.683)	(281.019)
RESULTADO ANTES DO IR/CSSL	15.507	(181.244)	(114.021)	(279.758)
PROVISÃO PARA IR/CSSL	(37.858)	-	-	(37.858)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(22.351)	(181.244)	(114.021)	(317.616)

RESULTADO POR SEGMENTO	31.12.2015			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	TOTAL
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	258.968	-	258.968
Suprimento de energia elétrica	-	258.968		258.968
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	(79.889)	-	(79.889)
(-) TRIBUTOS	-	(79.881)	-	(79.881)
ICMS	-	(55.381)		(55.381)

PIS / PASEP / COFINS	-	(24.500)		(24.500)
(-) Encargos setoriais	-			-
(-) Outros - Inclusive ISS	-	(8)	-	(8)
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	-	179.079	-	179.079

DESPESAS OPERACIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	TOTAL
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	(64.424)	(20.519)	(84.943)
Pessoal	-	(47.996)	(17.616)	(65.612)
Material	-	(4.689)	(14)	(4.703)
Serviços de terceiros	-	(11.739)	(2.889)	(14.628)
Encargos de Uso da Rede Elétrica		(3.902)		(3.902)
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica	-	(257.614)	-	(257.614)
(-) Recuperação de Despesas - ESS	-	320.162	-	320.162
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	(2.739)	-	(2.739)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	(28.465)	(3.246)	(31.711)
Depreciação	-	(28.465)	(3.246)	(31.711)
Provisões operacionais	-	(219.336)	(38.489)	(257.825)
Outras despesas operacionais		(21.194)	20.655	(539)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	(277.512)	(41.599)	(319.111)
RESULTADO OPERACIONAL	-	(98.433)	(41.599)	(140.032)

RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	TOTAL
Renda de aplicações financeiras	-	3.527	1.572	5.099
Encargos de Dívidas	-	(89.958)	-	(89.958)
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	-	-	-
Sobre Energia Vendida	-	-	-	-
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-
Atualização monetária líquidas	(10)	(52.471)	(1.106)	(53.587)
Outras receitas financeiras	-	2.850	66	2.916
Outras despesas financeiras	10	(222)	(66)	(278)
RESULTADO FINANCEIRO	-	(136.274)	466	(135.808)
RESULTADO ANTES DO IR/CSSL	-	(234.707)	(41.133)	(275.840)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERIODO	-	(234.707)	(41.133)	(275.840)

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2016	De 01.07.2015 a 31.12.2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	(260)	(66)
Encargos Sociais	(37)	(15)
Benefícios	-	(13)
Outros	-	(4)
Total	(297)	(98)

NOTA 32 - PARTES RELACIONADAS

a)Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo operações de empréstimos, etc. As transações são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas.

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2016			31.12.2015		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Empréstimos	-	1.734.475	(247.829)	-	1.474.045	(89.958)
Eletrobras	Provisão - EL PASO Rio Negro	-	395.140	(28.034)	-	367.106	(14.028)
Eletrobras	Provisão - EL PASO Amazonas	-	136.058	(9.653)		126.405	(126.405)
Eletrobras	Reembolso de Despesas	-	4	-	-	-	-
Eletrobras	Empregados cedidos	48	-	-	-	-	-
Eletronorte	Reembolso de Despesas	-	3.295	-	-	-	-
Eletronorte	Empregados cedidos	5	-	-	-	-	-
CHESF	Empregados cedidos	69	-	-	-	-	-
CEAL	Empregados cedidos	197	-	-	-	-	-
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Reembolso CCEE	85.508	-	-	162.304	-	162.304
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Contratos CCVE´s	74.217	-	567.736	118.116	-	258.968
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Outras contas a receber	2.275	-	-	-	-	-
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Reembolso de Despesas	-	29.226	-	-	427.786	-
		162.319	2.298.198	282.220	280.420	2.395.342	190.881

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2016			31.12.2015		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Empréstimos	-	1.734.475	(247.829)	-	1.474.045	(89.958)
Eletrobras	Provisão - EL PASO Rio Negro	-	395.140	(28.034)	-	367.106	(14.028)
Eletrobras	Provisão - EL PASO Amazonas	-	136.058	(9.653)		126.405	(126.405)
Eletrobras	Reembolso de Despesas	-	4	-	-	-	-
Eletrobras	Empregados cedidos	48	-	-	-	-	-
Eletronorte	Reembolso de Despesas	-	3.295	-	-	-	-
Eletronorte	Empregados cedidos	5	-	-	-	-	-
CHESF	Empregados cedidos	69	-	-	-	-	-
CEAL	Empregados cedidos	197	-	-	-	-	-
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Reembolso CCEE	85.508	-	-	162.304	-	162.304
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Contratos CCVE´s	74.217	-	567.736	118.116	-	258.968
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Outras contas a receber	2.275	-	-	-	-	-
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	Reembolso de Despesas	-	29.226	-	-	427.786	-
		162.319	2.298.198	282.220	280.420	2.395.342	190.881

NOTA 33 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

		31.12.2016			
	Usina	UHE BALBINA	UTE APARECIDA	UTE MAUÁ BLOCO 3	Total
2018	Volume MWh	1.141.564	1.272.832	863.824	3.278.220
	Preço MWh	0,28	0,12	0,10	0,17
	Total	319.638	152.740	86.382	558.760
2019	Volume MWh	1.141.564	1.272.832	863.824	3.278.220
	Preço MWh	0,28	0,12	0,10	0,17
	Total	319.638	152.740	86.382	558.760
2020	Volume MWh	1.144.691	669.545	454.395	2.268.631
	Preço MWh	0,28	0,12	0,10	0,17
	Total	320.514	80.345	45.439	446.298
2021	Volume MWh	1.141.564	-	-	1.141.564
	Preço MWh	0,28	-	-	0,09
	Total	319.638	-	-	319.638
2022	Volume MWh	1.141.564	-	-	1.141.564
	Preço MWh	0,28	-	-	0,09
	Total	319.638	-	-	319.638
Após 2022	Volume MWh	4.757.037	-	-	4.757.037
	Preço MWh	0,28	-	-	0,09
	Total	1.331.970	-	-	1.331.970
Prazo Final do Contrato		01/03/27	10/07/20	10/07/20	

Os Contratos de Compra e Venda de Energia são decorrentes do processo de desverticalização da empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., cujos ativos de geração foram transferidos para a sucessora Amazonas Transmissão e geração de Energia. Sendo assim, os contratos OC 87495/13, OC 87499/13 e OC 87497/13 estabeleceram a relação comercial entre as empresas envolvidas contemplando, respectivamente, a UHE Balbina, a UTE Mauá Bloco 3 e UTE Aparecida.

NOTA 34 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos concedidos Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD - Contribuição Definida.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2016, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 2.759.

b) Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2016	2015
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	12	12
1.2. Idade Média	55,18	53,58
1.3 Salário Médio em R$	12.272,53	1.138,48
População Total	12	12

34.2. Efeitos dos Plano BD

34.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	2016	2015
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	10,99%	13,18%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,74%	7,28%
Projeção de aumento médio dos salários	7,07%	7,61%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,97%	5,50%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taxa média de inflação anual	4,97%	5,50%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	10,99%	13,18%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 BASIC F	AT-2000 BASIC M
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 BASIC F	AT-49 DES 2 anos
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 2.173 (2015 - R$ 1.042).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

34.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

Planos de benefícios definidos definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	11.443	7.690
Valor justo dos ativos do plano (-)	(11.201)	(8.670)
Passivo (Ativo) Líquido	242	(980)
Efeito da restrição sobre o ativo	-	980
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	242	-
Custo do serviço corrente líquido	175	186
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	(0)
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	175	186

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentadas a seguir:

	Plano BD	Plano BD
Descritivo	2016	2015
Alterações nas obrigações		
Valor das obrigações atuariais em no início do exercício	7.690	7.403
Custo de serviços corrente	239	280
Custo de juros	997	898
Benefícios pagos	-	-
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	*2.517*	*(891)*
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	352	(223)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.938	(847)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	227	180
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	11.443	7.690

Alterações nos ativos financeiros	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do exercício	8.670	7.286
Receita de Juros	1.148	898
Contribuições patronais	294	249
Contribuições de participantes do plano	64	93
Benefícios pagos / adiantados	-	-
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	*1.025*	*144*
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	1.025	144
Valor justo dos ativos no fim do exercício	11.201	8.670

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2016	2015
Disponível	1	0
Realizável	308	247
Investimentos em Títulos Públicos	7.834	5.742
Créditos de Depósitos Privados	577	889
Fundos de Investimentos	1.424	1.172
Investimentos em Renda Variável	810	452
Investimentos Imobiliários	201	173
Empréstimos e Financiamentos	294	191
Outros	(2)	(2)
(-) Exigível Operacional	(18)	(16)
(-) Exigíveis de Investimentos	(227)	(179)
Total dos Ativos Garantidos	11.202	8.670

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

34.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2016	31/12/2015
Receita (Despesa) do Programa Previdenciário	(306)	55

Descritivo	2016	2015
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(352)	223
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(1.938)	847
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(227)	(180)
Retorno sobre ativos do plano	1.025	144
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	1.131	(980)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(361)	55

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2016	31/12/2015
Receita (Despesa) do Programa Previdenciário	(306)	55

Descritivo	2016	2015
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(352)	223
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(1.938)	847
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(227)	(180)
Retorno sobre ativos do plano	1.025	144
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	1.131	(980)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(361)	55

34.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 308 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 11,55 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Programa Previdenciário	397	499	2.070	23.387	26.353
Em 31 de dezembro de 2015					
Programa Previdenciário	246	350	1.576	21.110	23.283

34.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

-Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 354 (aumento de R$ 371).

-Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 174 (redução de R$ 181).

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor-Presidente

ADRIANO MARCOS YIDA
Diretor Administrativo-Financeiro

ELMO VASCONCELOS DE MELO
Diretor de Planejamento e Engenharia Interino

MARIA SUELY DA SILVA OLIVEIRA
Contadora - CRC - AM 009492/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A

Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, para o fato de que a Companhia tem apurado prejuízos em suas operações e apresenta em 31 de dezembro de 2016 prejuízos acumulados no montante de R$ 593.456 mil, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R$ 158.036 mil, e prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de R$ 317.616 mil. Essas condições, juntamente com a dependência financeira de sua controladora, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a assunto.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 29.6.1 às demonstrações financeiras, para o fato de que o prejuízo líquido da Companhia para exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi aumentado em R$ 67.166 mil, como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que a Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentaçao não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 27 de março de 2017
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC SP - 014428/O-6 F-AM

ROSANE PALHARIM
Contadora CRC 1SP220280/O-9

DANILO SIMAN SIMÕES
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, e tomou conhecimento do Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016. Com base na avaliação efetuada, considerando as práticas contábeis adotadas pela companhia, assim como o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 27/03/2017, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília-DF, 27 de março de 2017.
MANOEL LUIZ DOS SANTOS FERNANDES
Presidente do Conselho Fiscal

IGOR ALEXANDRE WALTER
Membro Titular do Conselho Fiscal

SONIA REGINA JUNG
Membro Titular do Conselho Fiscal

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 55/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
870.068/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.069/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.070/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.073/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.074/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.075/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.076/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.083/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.085/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
870.086/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.054/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.055/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.057/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.058/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.061/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.203/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.127/2013-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR
871.128/2013-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR

RELAÇÃO Nº 79/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
871.244/2012-LUIZ CARLOS BIBIANO PEREIRA
872.115/2013-EUDORIO OLIVEIRA NATO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
872.925/2010-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:BORGES & DIAS LTDA ME- CPF ou CNPJ 15.065.034/0001-31- Alvará n°8936/2011
873.928/2011-JOSÉ FRANCISCO MARCIANO MOTTA- Cessionário:JOSÉ FRANCISCO MARCIANO MOTTA ME- CPF ou CNPJ 18.491.593/0001-00- Alvará n°18861/2011
874.566/2011-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°13579/2017
870.180/2012-LUCIANO SILVA DE MORAES- Cessionário:LS DE MORAES MINERADORA EIRELI EPP- CPF ou CNPJ 21.936.019/0001-14- Alvará n°5608/2014
871.616/2012-ANTÔNIO MARCOS MONTEIRO DE SILVA- Cessionário:MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA- CPF ou CNPJ 07.280.781/0001-64- Alvará n°7023/2012
871.897/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.- Cessionário:SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S.A.- CPF ou CNPJ 23.398.137/0001-41- Alvará n°4302/2013
872.376/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 11.914.883/0001-61- Alvará n°12515/2017
870.206/2013-BAHIA BRITA BUSINESS BRASIL MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 20.853.717/0001-93- Alvará n°10297/2015
870.780/2013-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- CPF ou CNPJ 03.933.619/0001-47- Alvará n°9385/2013
871.057/2013-AGNELO SILVA SANTOS JUNIOR- Cessionário:IMOL COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 01.216.052/0001-62- Alvará n°13323/2013
871.102/2013-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- CPF ou CNPJ 03.933.619/0001-47- Alvará n°9419/2013
872.010/2013-RONIERI PEREIRA ROCHA- Cessionário:MINERAÇÃO GÁVEA LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.001.357/0001-36- Alvará n°12191/2013
872.018/2013-WILSON SILVA DUTRA- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- CPF ou CNPJ 03.933.619/0001-47- Alvará n°12776/2013
872.530/2013-LUIZ C. TRINDADE ME- Cessionário:SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.513.299/0001-20- Alvará n°2205/2014
870.077/2014-MINERAÇÃO ROSA DE SARON LTDA- Cessionário:EDIMAR JOSÉ DOS SANTOS ME- CPF ou CNPJ 13.005.910/0001-09- Alvará n°4909/2014
872.185/2014-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 11.827.097/0001-27- Alvará n°776/2015
870.286/2015-RODINEI GONÇALVES NUNES- Cessionário:VM MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 21.977.743/0001-96- Alvará n°1554/2015
871.100/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 11.827.097/0001-27- Alvará n°13677/2015
871.318/2015-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES- Cessionário:MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME- CPF ou CNPJ 17.113.828/0001-59- Alvará n°17234/2015
871.576/2015-ALICE MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 08.706.121/0001-65- Alvará n°16295/2015
871.628/2015-LEANDRO PEREIRA DA SILVA- Cessionário:VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 07.954.125/0001-08- Alvará n°16245/2015
871.673/2015-LEANDRO PEREIRA DA SILVA- Cessionário:GENIVALDO BOMFIM DA SILVA- CPF ou CNPJ 277.233.988-24- Alvará n°16308/2015
870.289/2016-MARCA INTERMEDIAÇÕES EM NEGOCIOS LTDA ME- Cessionário:A.D.G. MINERAÇÃO E COMÉRIO DE GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 08.301.886/0001-15- Alvará n°12330/2016
870.517/2016-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:EDIVALDO SILVA MIRANDA- CPF ou CNPJ 959.891.455-00- Alvará n°9378/2016
870.565/2016-EDINALVO HOLZ- Cessionário:A.D.G. MINERAÇÃO E COMÉRIO DE GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 08.301.886/0001-15- Alvará n°9383/2016
870.719/2016-RIVIERA MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Cessionário:MGA MÁRMORES E GRANITOS ALTOÉ LTDA- CPF ou CNPJ 01.184.095/0001-03- Alvará n°10602/2016
870.762/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ- Cessionário:EMBRAGEO EMPRESA BRASILEIRA DE GEODÉSIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 05.532.178/0001-05- Alvará n°9459/2016
870.763/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ- Cessionário:EMBRAGEO EMPRESA BRASILEIRA DE GEODÉSIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 05.532.178/0001-05- Alvará n°9434/2016
870.764/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ- Cessionário:EMBRAGEO EMPRESA BRASILEIRA DE GEODÉSIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 05.532.178/0001-05- Alvará n°9460/2016
870.799/2016-JOSE CARLOS ALTOÉ- Cessionário:PETTRUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 05.101.728/0001-23- Alvará n°10604/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

870.818/2016-RODRIGO JOSÉ NOGUEIRA BARBOZA- Cessionário:GRANITOS VILA LTDA- CPF ou CNPJ 05.387.749/0001-57- Alvará n°9002/2016

871.310/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- Cessionário:EXTENSÃO SUL MINÉRIOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 26.915.982/0001-35- Alvará n°9469/2016

871.380/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- Cessionário:EXTENSÃO SUL MINÉRIOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 26.915.982/0001-35- Alvará n°9470/2016

871.645/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ- Cessionário:EMBRAGEO EMPRESA BRASILEIRA DE GEODÉSIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 05.532.178/0001-05- Alvará n°11783/2016

871.785/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 11.827.097/0001-27- Alvará n°13089/2016

871.786/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 11.827.097/0001-27- Alvará n°13090/2016

871.822/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 11.827.097/0001-27- Alvará n°13093/2016

872.037/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- Cessionário:LA MINERAÇÃO DE MANGANÊS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 27.167.848/0001-66- Alvará n°13492/2016

RELAÇÃO Nº 80/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

872.347/2003-MTS MINÉRIOS LTDA- NOT. N°1524/2012

870.297/2004-Br Mineração de Pedras Ornamentais Ltda- NOT. N°9635/2009

873.416/2005-LANNA MARA SCNEIDER MARÇAL DE SOUZA- NOT. N°3073/2012

871.183/2006-FILADÉLFIA FERRO MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2933/2011

870.204/2007-LUIZ CARLOS NUNES- NOT. N°1540/2012

873.135/2007-CARLOS HENRIQUE DE MORAIS CAMPOS- NOT. N°1254/2012

872.360/2009-Márcio Barbosa Pessoa- NOT. N°2782/2013

871.889/2010-Emilio Marcio Gomes de Carvalho- NOT. N°513/2015

872.268/2010-Hélio Ferraz Pereira- NOT. N°1692/2013

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

870.088/2006-BAHIA FERRO MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2778/2011

870.165/2006-BAHIA FERRO MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2739/2011

871.227/2006-VALDECIR PEREIRA RAIS- NOT. N°3193/2012

871.228/2006-VALDECIR PEREIRA RAIS- NOT. N°2717/2012

870.443/2007-SANTA MARIA IMPORT- NOT. N°1488/2012

870.655/2009-Willian Knup Vieira- NOT. N°3149/2013

RELAÇÃO Nº 81/2017

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

871.887/2003-Augusto Cèsar Marques- NOT. N°2960/2011

871.831/2006-PIETRINE SERVICOS EM PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA- NOT. N°2877/2011

874.830/2007-VTECH SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA- NOT. N°341/2013

874.832/2007-VTECH SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA- NOT. N°124/2013

874.842/2007-VTECH SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA- NOT. N°197/2013

875.037/2007-VTECH SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA- NOT. N°112/2013

873.685/2008-VITAL SERVIÇOS LTDA- NOT. N°2149/2012

873.693/2008-PAULO SERAFIM DE SOUZA FILHO- NOT. N°3456/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

871.098/2006-FILADÉLFIA FERRO MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2932/2011

871.870/2006-JONILDO ALVES PILOTO- NOT. N°2887/2011

872.074/2006-José de Souza Barros- NOT. N°2796/2011

872.638/2006-NICAS EXPORTAÇÃO DE GRANITO LTDA- NOT. N°48/2012

871.223/2007-SANTA MARIA IMPORT- NOT. N°676/2012

874.177/2007-Bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp- NOT. N°3230/2013

870.429/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES- NOT. N°373/2013

RELAÇÃO Nº 82/2017

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

870.435/2003-FLÁVIO JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA- NOT. N°3378/2008

871.274/2005-HÉLIO COSTA DE CAMPOS MELLO- NOT. N°426/2011

871.706/2006-RIVALDO JOSÉ DA SILVA- NOT. N°3011/2011

873.556/2006-WIDELSON TEIXEIRA LADEIA- NOT. N°3912/2012

870.190/2007-HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO- NOT. N°4087/2012

873.940/2007-MANOEL ALVES DA ROCHA- NOT. N°2043/2012

875.013/2008-MANOEL ALVES DA ROCHA- NOT. N°3075/2013

872.392/2009-IVOMAR CARVALHO DE ARAÚJO- NOT. N°2576/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

873.533/2005-CID CARLOS PEREIRA- NOT. N°2920/2012

870.812/2006-WIDELSON TEIXEIRA LADEIA- NOT. N°2826/2011

871.092/2006-FILADÉLFIA FERRO MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2927/2011

871.730/2006-CLÁUDIO DA COSTA OLIVEIRA- NOT. N°2989/2011

872.072/2006-JOSÉ DE SOUZA BARROS- NOT. N°2800/2011

872.269/2006-BRASIL MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2996/2011

872.670/2006-JOSÉ MARQUES VIEIRA- NOT. N°228/2012

871.815/2007-HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO- NOT. N°4121/2012

875.072/2007-MINERADORA BURITI LTDA- NOT. N°2270/2012

RELAÇÃO Nº 83/2017

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

872.690/2011-PEDREIRA COITE LTDA-OF. N°035/2017

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

870.939/2014-CERÂMICA 2 RIOS LTDA-OF. N°033/2017 de 10/04/2017 - Exigência CFEM

RELAÇÃO Nº 84/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Notificação Administrativa(905)

873.489/2006-STONE MÁSTER MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME- NOT. N°45/2016

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 70/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Davos Comercial e Exploração Mineral Ltda - 866010/11, 866015/11

RELAÇÃO Nº 71/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Geomin Geologia e Mineração Ltda - 866299/12 - Not.28/2017 - R$ 800,67

sl Mineradora Ltda Epp - 860143/78 - Not.25/2017 - R$ 836,79, 867231/95 - Not.26/2017 - R$ 854,81

Zilza Alves Varanda - 866507/04 - Not.27/2017 - R$ 836,79

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 162/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

830.003/2017-FERNANDA LS PAULINO ME-OF. N°49/2017-CESD e Maria Eugênia Evangelista

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

830.663/2016-GCB MINERACAO LTDA - ME

831.832/2016-GCB MINERACAO LTDA - ME

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

834.430/2007-SAMIR GERONIMO DA SILVA- Alvará n°4741/2014 - Cessionario:831.382/2016;832.711/2016,832.712/2016;832.713/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA COUTO LTDA ME;FRANCISCO JOSÉ FERNANDES NETO ME;PAULO CÉSAR COUTO ME- CPF ou CNPJ 07.552.333/0001-72;86.678.885/0001-06;14.896.769/0001-44

831.625/2012-MINERALI CONSULTORIA LTDA- Alvará n°6531/2012 - Cessionario:832.698/2015-JAZIDA SÃO JOÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.238.776/0001-07

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)

832.421/2004-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.

831.770/2005-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.

830.483/2007-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.

830.513/2014-FERNANDO LOUREIRO ALVES DE SOUZA

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)

830.738/2013-SANTA RITA MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:830.663/2016-831.832/2016-GCB MINERAÇÃO LTDA ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.414/2007-MINERAÇÃO AREIAMINAS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. ME-OF. N°50/2017-CESD e Ferraço Com. Transp. de Minério Ltda EPP

831.302/2014-MARIA EUGENIA EVANGELISTA-OF. N°49/2017-CESD e Fernanda Ls Paulino Me

832.215/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-OF. N°45/2017-CESD e NL Soares Mineração EPP

833.643/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-OF. N°46/2017-CESD e Pedro Castelo Lima EPP

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

834.114/2011-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA- Cessionário:GRANITOS LITORAL LTDA- CPF ou CNPJ 00.245.127/0001-70- Alvará n°18515/2011

833.746/2013-MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA- Cessionário:UILMO PEREIRA DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.562.795/0001-85- Alvará n°470/2016

834.040/2013-NAILDA FERREIRA MACHADO- Cessionário:CARLOS TEIXEIRA MARQUES 35459930600- CPF ou CNPJ 20.363.066/0001-53- Alvará n°14031/2015

831.029/2014-NADSON TORRES SARMENTO ME- Cessionário:ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 06.140.170/0001-58- Alvará n°5318/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

832.213/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME- Cessionário:N L SOARES MINERAÇÃO EPP- CPF ou CNPJ 16.977.583/0001-45- Alvará n°507/2016

833.464/2014-HELIO CORREIA DE OLIVEIRA JÚNIOR- Cessionário:TOLEDO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.760.993/0001-50- Alvará n°4909/2016

833.467/2014-HELIO CORREIA DE OLIVEIRA JÚNIOR- Cessionário:TOLEDO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.760.993/0001-50- Alvará n°4910/2016

830.023/2015-LUCAS FIUZA DA CUNHA PEREIRA- Cessionário:TOLEDO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.760.993/0001-50- Alvará n°4707/2016

831.133/2015-MARCELO MANHÃES- Cessionário:MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA- CPF ou CNPJ 05.284.593/0001-89- Alvará n°6446/2016

831.434/2015-PAULO AUGUSTO DA SILVA- Cessionário:PAULO AUGUSTO DA SILVA ME- CPF ou CNPJ 25.302.367/0001-90- Alvará n°5611/2016

832.027/2015-JOSÉ FRANCISCO DA SILVA- Cessionário:PORTAL DA AREIA EIRELI ME- CPF ou CNPJ 25.354.166/0001-37- Alvará n°1900/2016

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

830.586/1979-MARES GEOLOGIA MINERAÇÃO E ENGENHARIA LTDA-OF. N°44/2017-CESD e Prosper Mineração Ltda

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

830.081/2007-CONSTRUTORA PAVISAN EIRELI- n° 8030/2008 - Cessionário: JLX MINERAÇÃO S.A- CNPJ 09.545.681/0001-48

833.650/2007-PAULO CÉSAR FONSECA- n° 17569/2008 - Cessionário: PAULO CESAR FONSECA- CNPJ 25.426.465/0001-30

833.659/2007-MSC MINERAÇÃO SANTA CLARA LTDA- n° 2/2008 - Cessionário: OURO VERDE ENGENHARIA LTDA- CNPJ 04.978.603/0001-13

831.381/2009-CARLOS HENRIQUE TORRES- n° 7140/2010 - Cessionário: TORRES GONZÁLEZ EMPREENDIMENTOS E GESTÃO LTDA- CNPJ 19.550.640/0001-01

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)

830.566/1981-CHIARELLI MINERACAO LTDA

831.412/2007-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.

834.819/2007-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.

RELAÇÃO Nº 174/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

830.007/2013-MÚCIO TÚLIO TEIXEIRA ALVIM

830.364/2014-MACARANI MINERAÇÃO LTDA

831.743/2016-MAQUESUEL FRANCISCO DE ARAUJO DIAS

832.139/2016-BONTEMPI MINERAÇÃO LTDA

832.140/2016-SOARES & RIBEIRO LTDA ME

832.209/2016-ÂNGELA MARIA RODRIGUES GUEDES

832.228/2016-COMERCIAL QUARTZO BARRA DOCE

832.356/2016-NADSON TORRES SARMENTO ME

832.359/2016-MAXGRAN GRANITO LTDA ME

832.418/2016-EMBRAMINE EMPRESA BRASILEIRA DE PRFURAÇÕES E SONDAGENS ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

831.766/2015-MINERAÇÃO ALPHA CENTAURI LTDA-OF. N°663/2017-DGTM-MG

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

004.530/1963-MINERAÇÃO JOÃO VAZ SOBRINHO LTDA.-OF. N°635/2017-DGTM-MG

830.921/1990-M & M MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°716/2017-DGTM-MG,Marco Aurelio Vasconcellos Mattos

834.709/1995-MINERAÇÃO ABSOLUTO LTDA.-OF. N°628/2017-ANAPRO-DGTM-MG

831.075/2002-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°712/2017-DGTM-MG

832.866/2002-PEDRAS & NATUREZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°682/2017-DGTM-MG

832.632/2004-COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO SANTA RITA LTDA-OF. N°426/2017-DGTM-MG

834.201/2006-COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO SANTA RITA LTDA-OF. N°427/2017-DGTM-MG

831.231/2007-BRUNO MACHADO DE AQUINO EIRELI ME-OF. N°689/2017-DGTM-MG

834.059/2007-COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO SANTA RITA LTDA-OF. N°428/2017-DGTM-MG

830.357/2016-ITAPORÉ MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°664/2017-DGTM-MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

830.343/1982-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°630/2017-ANAPRO-DGTM-MG

831.182/1988-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°630/2017-ANAPRO-DGTM-MG

834.338/1994-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°630/2017-ANAPRO-DGTM-MG

834.709/1995-MINERAÇÃO ABSOLUTO LTDA.-OF. N°629/2017-ANAPRO-DGTM-MG

831.689/2001-SILVIO DE SOUZA FILHO CPF 22026908834 ME-OF. N°430/2017-DGTM-MG

831.075/2002-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°713/2017-DGTM-MG

896.243/2003-MEC MINERAÇÃO EMERICK CESAR LTDA-OF. N°672/2017-DGTM-MG

830.016/2004-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°671/2017-DGTM-MG

832.783/2006-PEDREIA BRITA MINAS LTDA ME-OF. N°50/2017-ESCGV-MG

834.483/2011-SILVIO DE SOUZA FILHO CPF 22026908834 ME-OF. N°431/2017-DGTM-MG

834.484/2011-SILVIO DE SOUZA FILHO CPF 22026908834 ME-OF. N°432/2017-DGTM-MG

Não conhece requerimento protocolizado(1057)

832.087/2002-MINERADORA MINA DA SERRA LTDA

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

831.230/2005-ÁGUA MINERAL SANTÍSSIMA LTDA- AI N° 90/2017-FISC - MG

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

001.583/1940-VALE S A- AI Nº 626;627;628,629;622;623;624 e 625/2016-SUPRIN/DNPM

830.742/1982-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.- AI Nº 1729/2016-FISC-MG

930.193/1982-VALE S A- AI Nº 617,618;619 e 620/2016-SUPRIN/DNPM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

830.742/1982-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.-OF. N°211/2017-FISC/MG e 376/2017-FISC/MG

830.956/2003-MINERAÇÃO POUSO ALTO LTDA-OF. N°651/2017-DGTM-MG

831.230/2005-ÁGUA MINERAL SANTÍSSIMA LTDA-OF. N°218/2017-FISC/MG

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

832.017/2006-ÁGUA LIMPA T. S. LTDA-OF. N°678/2017-DGTM-MG

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

830.687/1979-EMPRESA DE EXTRAÇÃO DE PEDRAS SÃO TOMÉ LTDA-ME- Registro de Licença N°:129/1979 - Vencimento em 31/01/2018

831.072/1983-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.- Registro de Licença N°:386/1983 - Vencimento em 06/09/2018

832.887/2002-CONSTRUTORA SCALZO CARDOSO LTDA- Registro de Licença N°:2764/2005 - Vencimento em 15/03/2026

830.786/2003-MINERAÇÃO BRASIL AUSTRÁLIA LTDA.- Registro de Licença N°:2248/2003 - Vencimento em 31/12/2017

832.017/2006-ÁGUA LIMPA T. S. LTDA- Registro de Licença N°:2999/2006 - Vencimento em 18/10/2021

834.144/2006-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP- Registro de Licença N°:3327/2008 - Vencimento em 23/11/2018

830.240/2007-LASSI CERÂMICA ARTÍSTICA LTDA- Registro de Licença N°:3059/2007 - Vencimento em 17/11/2018

830.464/2007-CERÂMICA CARMELITANA LTDA- Registro de Licença N°:3602/2011 - Vencimento em 24/10/2018

830.819/2009-MAURÍCIO ESPESCHIT ARANTES- Registro de Licença N°:3883/2012 - Vencimento em 05/11/2018

830.864/2009-MBC MATERIAIS BÁSICOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:3764/2012 - Vencimento em 17/11/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

830.166/2013-IVAIR PIRES DOS SANTOS-Registro de Licença N°4865/2017 de 27/03/2017-Vencimento em Indeterminado

830.564/2016-D.R. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-Registro de Licença N°4866/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 19/02/2019

830.960/2016-SRC MINERADORA LTDA ME-Registro de Licença N°4864/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 20/04/2021

831.224/2016-CERAMICA UNIDA LTDA-Registro de Licença N°4862/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 13/05/2019

831.457/2016-MARIA TEREZINHA CARDOSO BRANDÃO-Registro de Licença N°4863/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 17/06/2020

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

832.932/2015-PEDREIRA SANTA MONICA LTDA-OF. N°666/2017-DGTM-MG

831.136/2016-PEDREIRA IPANEMA LTDA ME-OF. N°672/2017-DGTM-MG

831.926/2016-ALEX DA CUNHA PIMENTA FILHO-OF. N°667/2017-DGTM-MG

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

834.260/2007-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES-OF. N°668/2017-DGTM-MG

RELAÇÃO Nº 175/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

830.319/2009-GM EMPRESARIAL LTDA-OF. N°191/2017-FISC/MG

RELAÇÃO Nº 176/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

831.396/2005-OLIMAR VIEIRA PEIXOTO-OF. N°71/2017-ERPM-MG

831.108/2013-MINERAÇÃO JADE BRASIL LTDA ME-OF. N°457 e 458/2017-FISC/MG

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

830.603/1986-COBRE SUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°76/2017-ERPM-MG

831.430/1998-MINERACAO DORNAS LTDA-OF. N°74/2017-ERPM-MG

830.758/2007-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°72 e 73/2017-ERPM-MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

830.603/1986-COBRE SUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°77/2017-ERPM-MG

831.430/1998-MINERACAO DORNAS LTDA-OF. N°75/2017-ERPM-MG

RELAÇÃO Nº 177/2017

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

832.282/2011-BRITADORA GONTIJO LTDA ME-SÃO SEBASTIÃO DO OESTE/MG - Guia n° 40/2017-30.000 toneladas/ano-Gnaisse (brita)- Validade:22/01/2021

RELAÇÃO Nº 178/2017

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

008.557/1965-MINERAÇÃO BONSUCESSO LTDA- AI N°1537,1538 e 1539/2014-FISC-MG

830.019/1981-BANDEIRANTES ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.- AI N°1487 e 1488/2014-FISC-MG

830.711/1983-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.- AI N°14/2015-FISC-MG

831.329/1985-MS MINERAÇÃO LTDA- AI N°1609 e 1610/2014-FISC-MG

833.932/1994-MINERAÇÃO ENTRE SERRAS LTDA- AI N°1582;1583 e 1584/2014 -FISC-MG

831.163/1999-REFRICAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N°1566,1567 1568 e 1569/2014-FISC-MG

831.402/2002-FORTALEZA DE SANTA TERESINHA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA- AI N°1607 e 1608/2014-FISC-MG

RELAÇÃO Nº 179/2017

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

830.070/1993-JOSÉ MARIA LOPES SILVEIRA- AI N°236/2017-FISC/MG,arrendatário Mineração Duro Na Queda Ltda. Me

RELAÇÃO Nº 180/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

830.131/2017-PORTO UNIVERSO COMERCIO DE AREIA EIRELI ME

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

830.334/2008-ANDERSON FERNANDES- Alvará n°8459/2009 - Cessionario:833.212/2013;833.213/2013;833.214/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME- CPF ou CNPJ 11.063.754/0001-07

834.299/2008-IMPÉRIO MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°13548/2009 - Cessionario:831.210/2016;831.211/2016 e 831.212/2016-SANTO ANTÔNIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e HTWM MINERAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 20.523.817/0001-51 e 23.829.622/0001-22

833.911/2011-JOSÉ MARIA MACEDO- Alvará n°4706/2013 - Cessionario:832.309/2014-MAFALDA NEVES MENDONÇA ME- CPF ou CNPJ 00.371.691/0001-30

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)

830.354/2015-LEIZA MELO SIQUEIRA FERNANDES ME- Cessionário:830.131/2017-Porto Universo Comércio de Areia Eireli Me

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.879/2004-RODRIGO SILVA DIAS-OF. N°53/2017-CESD e Sr.Eliazar de Araujo Dias

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

831.103/2015-JOÃO JOSÉ SANTANA TEIXEIRA-OF. N°54/2017-CESD e AJM Mineração Ltda

833.039/2015-MARIA DE LOURDES PRADO DA SILVA ME-OF. N°55/2017-CESD e Olaria Oliveira & Cardoso Ltda ME

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

830.902/2007-TERRA BRANCA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA- Cessionário:GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 09.504.334/0001-77- Alvará n°8938/2008

831.050/2010-ONIX MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:IRMÃOS SANTOS CAVALCANTI SERVIÇOS E COMÉRCIOS LTDA- CPF ou CNPJ 06.094.474/0001-26- Alvará n°4151/2014

832.846/2011-IVANY GENEROSO CORREIA- Cessionário:DALLAS MINERAÇÃO EIRELI EPP- CPF ou CNPJ 20.546.705/0001-16- Alvará n°11366/2015

833.911/2011-JOSÉ MARIA MACEDO- Cessionário:RÔMULO HEITOR TEIXEIRA DE RESENDE- CPF ou CNPJ 331.340.576-20- Alvará n°4706/2013

831.560/2012-WESLEY SILVA GOMES ME- Cessionário:JWJ COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 25.285.217/0001-16- Alvará n°2469/2013

830.887/2013-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA- Cessionário:JEUVANIA APARECIDA PACHECO ME- CPF ou CNPJ 14.092.302/0001-41- Alvará n°13489/2015

832.568/2013-JOSE GERALDO ANTENOR- Cessionário:FORTE MINERAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 24.736.329/0001-83- Alvará n°10204/2013

833.149/2014-ANA CAROLINA DE SOUZA- Cessionário:PREDOMINIO EXTRAÇÃO,BENEFICIAMENTO,COM. E TRANSP. DE PROD. MINERAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 15.598.446/0001-37- Alvará n°5213/2016

830.024/2015-LUCAS FIUZA DA CUNHA PEREIRA- Cessionário:TOLEDO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.760.993/0001-50- Alvará n°4708/2016

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

832.572/2006-TRANSJAP TRANSPORTES DOIS IRMAOS LTDA.-OF. N°51/2017-CESD e Zanotti Marmores e Granitos Ltda ME

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

831.598/2005-R & M MINERACAO LTDA- n° 10094/2005 - Cessionário: MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA ME- CNPJ 18.183.881/0001-99

832.326/2007-DURVAL PINHEIRO DA SILVEIRA- n° 9567/2009 - Cessionário: AGUA MINERAL AGUABELLA LTDA- CNPJ 27.071.177/0001-35

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)

832.572/2006-TRANSJAP TRANSPORTES DOIS IRMAOS LTDA.

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

830.204/1985-TRIÂNGULO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°56/2017-CESD e Gar Mineração, Comércio,Importação e Exportação Ltda

831.163/2000-BENEDITO PEREIRA DOS SANTOS F.I-OF. N°52/2017-CESD e Sra. Helena Pereira dos Santos Faria

RELAÇÃO Nº 181/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.883/2010-VIRTU EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°128/2017-Gabinete/Superintendência/DNPM/MG

RELAÇÃO Nº 182/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

830.878/2012-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.-ROMARIA/MG - Guia n° 34/2017-672 ct//ano-Diamante (cascalho de)- Validade:19/05/2019

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

830.686/2003-GIACAMPOS DIAMOND LTDA-PAINEIRAS/MG, TIROS/MG - Guia n° 33/2017-444 ct//ano-Diamante (beneficiado)- Validade:11/08/2020

JANIO ALVES LEITE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere pedido de reconsideração(181)

848.141/2013-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

848.743/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA. -Alvará N°5.352/2011

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

848.119/2010-VALDIR PEIXOTO DE SOUSA-Agua Mineral

848.105/2014-ENGEOMINAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA ME-Areia

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

848.669/2011-MARCELO MARIO PORTO FILHO-AI N°82/2017

848.057/2013-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-AI N°76/2017

848.072/2013-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO-AI N°77/2017

848.111/2013-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-AI N°78/2017

848.139/2013-JOÃO HÉLDER DANTAS CAVALCANTI-AI N°80/2017

848.192/2013-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA-AI N°81/2017

848.211/2013-CAULINIA MINERIOS LTDA-AI N°83/2017

848.221/2013-JOAO CAMILO DE ANDRADE NETO-AI N°84/2017

848.384/2013-JOSÉ MARIA CUNHA MELO-AI N°85/2017

848.385/2013-JOSÉ MARIA CUNHA MELO-AI N°86/2017

Fase de Requerimento de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

848.123/2007-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. N°444/2017-60 dias

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

848.588/2008-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-LAJES/RN, SÃO TOMÉ/RN - Guia n° 03/2017-50000toneladas-Minério de Ouro- Validade:24/03/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

848.155/2001-PROGEOMIM SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°461/2017-SGTM/DNPM/RN

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

000.532/1953-MINERAÇÃO JOSE MARCELINO DE OLIVEIRA & CIA LTDA-OF. N°221.44.006/2017-RN-FISCALIZAÇÃO/SUP/DNPM/RN

805.363/1972-MINERAÇÃO JOSE MARCELINO DE OLIVEIRA & CIA LTDA-OF. N°221.44.006/2017-RN-FISCALIZAÇÃO/SUP/DNPM/RN

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

000.532/1953-MINERAÇÃO JOSE MARCELINO DE OLIVEIRA & CIA LTDA-OF. N°221.44.007/2017-RN-FISCALIZAÇÃO/SUP/DNPM/RN

805.363/1972-MINERAÇÃO JOSE MARCELINO DE OLIVEIRA & CIA LTDA-OF. N°221.44.007/2017-RN-FISCALIZAÇÃO/SUP/DNPM/RN

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

848.209/2011-M L DA C FERNANDES ME-OF. N°221.44.005/2017

848.410/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°471/2017-SGTM/DNPM/RN

848.412/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°473/2017-SGTM/DNPM/RN

848.094/2014-M L DA C FERNANDES ME-OF. N°221.44.005/2017

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

848.410/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA- Registro de Licença N°:22/2013 - Vencimento em 30/06/2018

848.412/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA- Registro de Licença N°:15/2013 - Vencimento em 30/06/2018

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

848.209/2011-M L DA C FERNANDES ME-OF. N°221.44.006/2017

848.094/2014-M L DA C FERNANDES ME-OF. N°221.44.006/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

848.198/2016-ANTÔNIO MENDES DA SILVA-Registro de Licença N°10/2017 de 30 de março de 2017-Vencimento em 15/08/2018

848.304/2016-V B CAVALCANTE EPP-Registro de Licença N°11/2017 de 04 de abril de 2017-Vencimento em 28/11/2020

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

848.186/2016-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-OF. N°445/2017-SGTM/DNPM/RN

848.293/2016-MARIO SÉRGIO VARELA DA CÂMARA-OF. N°467/2017-SGTM/DNPM/RN

848.309/2016-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO-OF. N°469/2017-SGTM/DNPM/RN

848.013/2017-AILTON DOUGLAS BEZERRA LAURENTINO-OF. N°468/2017-SGTM/DNPM/RN

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)

848.189/2012-Alvaro Alves dos Santos

848.234/2012-Alvaro Alves dos Santos

OCTÁVIO SANTIAGO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 27/2017

Fase de Licenciamento

Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)

810.980/2010-HELIO ALFONSO STRASSBURGER- Registro de Licença N°132- Publicado no DOU de 23/11/2010

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

810.534/2001-CARLOS LUIZ LORENSET ME-OF. N°2031/2017

811.074/2010-MINERAÇÃO NIZOLI LTDA.-OF. N°2040/2017

811.525/2011-COTREL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÕES LTDA-OF. N°199/2017

811.525/2011-COTREL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÕES LTDA-OF. N°2052/2017

810.648/2012-W M EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-OF. N°2030/2017

811.572/2012-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA-OF. N°2047/2017

810.125/2013-IRINEU DIEFENTHALER E FILHOS LTDA ME-OF. N°2035/2017

810.212/2014-TERRAGAL TERRAPLENAGEM GAÚCHA LTDA-OF. N°2027/2017

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

810.772/1979-JOSÉ INÁCIO DA SILVA ME- Registro de Licença N°:84/1980 - Vencimento em 06/02/2022

810.281/1984-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:367/1984 - Vencimento em 07/10/2018

810.543/1994-V BAUMGARTEN-FI- Registro de Licença N°:1297/1997 - Vencimento em 07/11/2018

810.239/1997-AREAL BARONESA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N°:1621/1998 - Vencimento em 11/04/2017

810.534/2001-CARLOS LUIZ LORENSET ME- Registro de Licença N°:2311/2002 - Vencimento em 20/01/2026

810.657/2003-JK MINERAIS LTDA ME- Registro de Licença N°:2797/2004 - Vencimento em 02/01/2019

810.163/2005-PEDRO AMORETTI DA SILVA E CIA LTDA ME- Registro de Licença N°:2927/2005 - Vencimento em 13/10/2020

810.690/2008-CERÂMICA ROQUE FILHOS LTDA- Registro de Licença N°:241/2008 - Vencimento em 02/02/2021

810.772/2008-MARIA CASTOLDI LORENZI- Registro de Licença N°:258/2008 - Vencimento em 08/02/2021

810.209/2009-PEDREIRA 5 IRMÃOS LTDA- Registro de Licença N°:58/2010 - Vencimento em 19/08/2020

810.292/2009-OLARIA SCHNACK LTDA ME- Registro de Licença N°:60/2009 - Vencimento em 16/06/2018

810.318/2009-CERÂMICA BEIJA-FLOR LTDA- Registro de Licença N°:61/2009 - Vencimento em 04/10/2020

810.531/2009-GERMANO FRANCISCO MODRY- Registro de Licença N°:105/2009 - Vencimento em 05/09/2019

811.074/2010-MINERAÇÃO NIZOLI LTDA.- Registro de Licença N°:154/2010 - Vencimento em 08/04/2019

811.392/2011-ASTER COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA- Registro de Licença N°:29/2012 - Vencimento em 08/05/2021

810.388/2012-MARI INES DESTRI MINOZZO E FILHO LTDA ME- Registro de Licença N°:199/2016 - Vencimento em 09/02/2022

810.520/2012-NATALINO PRIGOL ME- Registro de Licença N°:292/2013 - Vencimento em 24/01/2022

810.679/2012-ADEMIO H L MENTZ- Registro de Licença N°:180/2012 - Vencimento em 15/01/2021

810.693/2012-CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA.- Registro de Licença N°:227/2012 - Vencimento em 27/01/2019

811.094/2012-COMÉRCIO DE AREIA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA- Registro de Licença N°:194/2012 - Vencimento em 23/08/2021

811.219/2012-SARGIL COMERCIO E TRANSPORTE DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N°:207/2012 - Vencimento em 14/10/2020

811.444/2012-JAZIDA GOMES LTDA EPP- Registro de Licença N°:295/2012 - Vencimento em 06/03/2019

811.572/2012-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA- Registro de Licença N°:270/2012 - Vencimento em 13/09/2017

810.208/2013-ROQUE DAL MOLIN & CIA LTDA ME- Registro de Licença N°:80/2013 - Vencimento em 26/01/2022

810.040/2015-PEDREIRA CECONI LTDA.- Registro de Licença N°:84/2015 - Vencimento em 01/08/2019

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

810.255/1990-AMARAL ANTONIO NUNES

810.445/2009-GAMA MINERADORA LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

810.504/2009-CERÂMICA MERÉDIO LTDA
811.518/2014-JAZIDA ECKERT LTDA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de licenciamento(765)
810.949/2011-TIAGO DOS SANTOS DE SOUZA- Cessionário:811.031/2015-Capitanio & Cia Ltda.
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
810.302/1999-BALESTRIN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Autoriza redução de área(1207)
810.889/2002-GUADAGNIN EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PEDRAS LTDA ME- Área reduzida de 9,92 para 5
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.293/1981-DAGOBERTO BARCELLOS S A-OF. N°214/2017
810.497/1999-DAGOBERTO BARCELLOS S A-OF. N°214/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
811.288/2012-OLARIA SARTURI LTDA.-Registro de Licença N°061/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 29/06/2018
810.938/2014-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.-Registro de Licença N°053/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 19/02/2018
810.993/2014-AREIA DA LAGOA LTDA ME-Registro de Licença N°050/2017 de 30/03/2017-Vencimento em 04/11/2018
810.460/2015-TERRAPLENAGEM MONTEIRO ROCHA LTDA-Registro de Licença N°058/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 19/02/2018
811.151/2015-ADILSON PORTO DOS SANTOS-Registro de Licença N°064/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 19/08/2019
811.691/2015-JUACIR LUIZ DRIZ - ME-Registro de Licença N°055/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 06/09/2021
810.449/2016-MINERADORA PELOTENSE LTDA-Registro de Licença N°060/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 31/03/2020
811.159/2016-CERÂMICA ROQUE FILHOS LTDA-Registro de Licença N°052/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 13/10/2020
811.180/2016-CERÂMICA SCHMIDT LTDA.-Registro de Licença N°062/2017 de 30/03/2017-Vencimento em 23/08/2019
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
811.031/2015-CAPITANIO & CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
811.691/2015-JUACIR LUIZ DRIZ - ME-OF. N°2025/2017
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
811.495/2015-MARIO MEZZADRI LOWE
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
810.320/2016-ALVES SERVIÇOS DE CALÇAMENTO LTDA.
811.007/2016-GOUFE MINERAÇÃO EIRELI
811.397/2016-CLAUDENI PORFÍRIO DOS SANTOS
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
811.029/1970-DAGOBERTO BARCELLOS S A-OF. N°214/2017
811.030/1970-DAGOBERTO BARCELLOS S A-OF. N°214/2017

RELAÇÃO Nº 28/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.669/1996-ARO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2044/2017
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
810.894/2016-PEDREIRA BRITANORTE SANTIAGO LTDA- NOT Nº198/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.004/1982-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°220/2017
810.293/1993-CERAMICA RITTER LTDA-OF. N°2033/2017
811.557/1996-EXTRAÇÃO DE BASALTO SORGATO LTDA-OF. N°189/2017
810.286/2001-SAIBREIRA DA DIVISA LTDA.-OF. N°196/2017
810.045/2007-DARCI ANTONIO CARNIEL MARQUETTO-ME-OF. N°2046/2017
810.841/2011-POLLNOW & CIA LTDA-OF. N°192/2017
810.841/2011-POLLNOW & CIA LTDA-OF. N°195/2017
810.850/2011-POLLNOW & CIA LTDA-OF. N°197/2017
810.171/2012-S. R. S. EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS LTDA ME.-OF. N°2041/2017
811.511/2012-PEDREIRA SÃO CRISTÓVÃO LTDA-OF. N°2048/2017
811.649/2012-INDÚSTRIA DE BRITAS CHEMELLO LTDA-OF. N°2029/2017
810.406/2013-LUIZ CARLOS DE SOUZA SILVEIRA-OF. N°2049/2017
811.259/2013-VILSON L. C. TIMM-OF. N°2026/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.282/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença N°:2678/2004 - Vencimento em 22/06/2017
810.293/1993-CERAMICA RITTER LTDA- Registro de Licença N°:1054/1995 - Vencimento em 26/07/2018
810.216/1994-CERÂMICA KASPARY LTDA- Registro de Licença N°:1310/1996 - Vencimento em 13/09/2020
810.137/2005-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:3088/2006 - Vencimento em 07/10/2018
810.195/2005-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.- Registro de Licença N°:2910/2005 - Vencimento em 07/03/2020
810.024/2006-V. BAUMGARTEN-FI- Registro de Licença N°:96/2009 - Vencimento em 07/11/2018
810.420/2007-GILMAR JOBIM SANTOS MIORANZZA-Registro de Licença N°:125/2007 - Vencimento em 24/05/2020
810.471/2007-VILSON CAMPAGNOLO- Registro de Licença N°:178/2008 - Vencimento em 06/10/2021
810.368/2008-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BASALTO DEBUS LTDA- Registro de Licença N°:109/2011 - Vencimento em 24/02/2021
810.269/2009-CERÂMICA KASPARY LTDA- Registro de Licença N°:46/2009 - Vencimento em 12/09/2020
810.281/2009-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.- Registro de Licença N°:55/2009 - Vencimento em 27/01/2019
810.860/2009-VANIO PORTAL DE FRAGA- Registro de Licença N°:186/2009 - Vencimento em 17/11/2019
810.130/2010-AREMAX MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N°:148/2010 - Vencimento em 31/12/2020
810.143/2011-MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PEDRA ROSADA LTDA- Registro de Licença N°:221/2011 - Vencimento em 10/11/2020
810.181/2011-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.- Registro de Licença N°:88/2011 - Vencimento em 17/10/2019
810.210/2011-R C USZACKI ME- Registro de Licença N°:174/2011 - Vencimento em 03/02/2022
810.849/2011-CARLOS ANDRE BARBOSA SCHMITT ME- Registro de Licença N°:141/2011 - Vencimento em 18/09/2018
811.336/2011-ARCOL ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N°:68/2012 - Vencimento em 18/07/2020
810.003/2012-BRITANOBRE MINÉRIOS LTDA- Registro de Licença N°:93/2012 - Vencimento em 30/11/2019
810.171/2012-S. R. S. EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS LTDA ME.- Registro de Licença N°:48/2012 - Vencimento em 08/03/2022
811.649/2012-INDÚSTRIA DE BRITAS CHEMELLO LTDA- Registro de Licença N°:40/2013 - Vencimento em 28/07/2018
810.277/2013-MONGE CONSTRUÇÕES EIRELI ME- Registro de Licença N°:114/2013 - Vencimento em 16/01/2022
810.406/2013-LUIZ CARLOS DE SOUZA SILVEIRA- Registro de Licença N°:96/2013 - Vencimento em 29/11/2019
810.576/2013-PAULO NUNES DOS SANTOS- Registro de Licença N°:13/2014 - Vencimento em 21/02/2021
811.186/2013-MARFIM EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA.- Registro de Licença N°:177/2013 - Vencimento em 31/12/2020
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
810.841/2011-POLLNOW & CIA LTDA-OF. N°193/2017
810.850/2011-POLLNOW & CIA LTDA-OF. N°193/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.004/1982-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA-OF. N°219/2017(Ano-Base 2014); 221/2017(Ano-Base 2015); 222/2017(Ano-Base 2016)
810.850/2011-POLLNOW & CIA LTDA-OF. N°192/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
811.265/2015-LRJ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-Registro de Licença N°070/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 15/05/2017
811.578/2015-FIRMA INDIVIDUAL JOEL JESUS SILVEIRA DE AVILA JUNIOR-Registro de Licença N°071/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 22/10/2017
811.643/2015-PEDRO FACCIO-Registro de Licença N°057/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 14/08/2020
810.484/2016-MINEROPAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-Registro de Licença N°059/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 21/12/2019
810.556/2016-IDOLI ELOI BROLLO-Registro de Licença N°072/2014 de 30/03/2017-Vencimento em 05/11/2025
810.884/2016-GRANJA & GRANJA LTDA-Registro de Licença N°049/2017 de 30/03/2017-Vencimento em 16/06/2020
811.151/2016-ROZENI REGASSON PIZZOLATO FI-Registro de Licença N°063/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 07/10/2020
811.257/2016-MUNARETTO TERRAPLANAGEM LTDA ME-Registro de Licença N°051/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 27/04/2028
811.367/2016-CONSTRUTORA CENTRO LESTE ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°066/2017 de 29/03/2017-Vencimento em 03/11/2026
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
811.378/2013-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2037/2017
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
810.570/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.571/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.572/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.573/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.574/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.465/2016-JMM COMERCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
890.498/2014-INNRIO7 EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°493/2017/DGTM-DOU de 04/04/2017
890.412/2016-FÊNIX SUL TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA-OF. N°444/2017/DGTM-DOU de 04/04/2017
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
891.030/2013-AREAL SERRANO LIMITADA- Registro de Licença N°2.863/2015-Onde se lê: "Rua Gustavo Reidel n.º 545/01 andar - Engenho de Dentro - Rio de Janeiro - RJ", leia-se: "Estrada Silveira da Motta n.º 25.015 - Centro - São José do Vale do Rio Preto - RJ"
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
890.195/2010-ARJ MINERADORA LTDA- Publicado DOU de 19/01/2017
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito declaração de prioritário para área em disponibilidade- Edital(1122)
890.191/1983-BRAMINEX BRASILEIRA DE MÁRMORE EXPORTAÇÃO S A.-Publicado DOU de 02/12/2016
890.270/1984-MARGRANCIL MÁRMORES E GRANITOS LTDA.-Publicado DOU de 19/01/2017
890.450/2007-A.C DE ANDRADE COMÉRCIO DE PEDRAS ME-Publicado DOU de 02/12/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
890.256/2015-CERÂMICA VILA NOVA LTDA.- DOU de 19/01/2017

NILTON CALDEIRA DA FONSECA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2017

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.372/2008-ÁGUAS DIAMANTE LTDA ME- Águas Diamante Ltda - Marca Fantasia: Serra Catarinense - Fonte Recanto das Águas - Embalagens descartáveis: 350 ml com e sem gás e 2 L com e sem gás. Embalagem descartável sem gás de 10 L.- BRUNÓPOLIS/SC
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
000.631/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA- AI Nº 120 CRI/2016, 121 CRI/2016, 122 CRI/2016 e 123 CRI/2016.
004.270/1938-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA- AI Nº 114/2012 , 115/2012 , 116/2012 e 938/2012
815.846/1996-SANTA ROSA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - ME- AI Nº 923/2014 e 924/2014
815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA- AI Nº 300 CRI/2016
Fase de Licenciamento
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1714)
815.134/1992-PORTO DE AREIA SANTA MARIA LTDA-AI N°1254/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
816.123/1995-PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°1101/1017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 49/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
864.300/2015-WESLA PEREIRA DE SOUSA
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
864.300/2015-WESLA PEREIRA DE SOUSA

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 92, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48000.001791/2016-97, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Emília, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034717-5.01, de titularidade da empresa Central Eólica Babilônia V S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.108/0001-82, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Central Eólica Babilônia V S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Eólica Babilônia V S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Central Eólica Babilônia V S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos de Santa Emília, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Central Eólica Babilônia V S.A.		02 CNPJ 13.346.108/0001-82.	
03 Logradouro Avenida Barão de Studart.		04 Número 2.360.	
05 Complemento Sala 1.004 E.	06 Bairro/Distrito Joaquim Távora.	07 CEP 60120-002.	
08 Município Fortaleza.	09 UF CE.	10 Telefone (11) 3538-6617.	
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 369, de 19 de julho de 2016.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor-Presidente: Renato Volponi Lício.		**CPF:** 245.721.287-15.	
Diretor: Filipe Alves Domingues.		CPF: 068.779.441-27.	
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física	CNPJ ou CPF	Participação (%)	
EDP Renováveis Brasil S.A.	09.334.083/0001-20.	100%.	
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.		CNPJ Não se aplica.	
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Ventos de Santa Emília.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com 28.000 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 1º de novembro de 2018.			

PORTARIA Nº 96, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000728/2017-83, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto do 9º Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão nº 011/2000, de 15 de março de 2016, de titularidade da empresa CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.611/0001-04, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de março de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista		02.998.611/0001-04
03 - Logradouro		04 - Número
Rua Casa do Ator		1155
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
9º Andar	Vila Olímpia	04546-004
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
São Paulo	SP	(11)3138-7000
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Reforços na Subestação Capivara (9º Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão nº 011/2000, de 15 de março de 2016 - Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 2011).	
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica na Subestação Capivara, compreendendo: I. Instalação do módulo de entrada da Linha de Transmissão 138 kV Capivara - Florestópolis, arranjo Barra Dupla a Cinco Chaves, devido ao remanejamento do seu ponto de conexão; II. Instalação de 3 Transformadores de Potencial e 3 Transformadores de Corrente; e III. Adequação do sistema de comando, controle, proteção e supervisão do módulo atual de entrada da Linha de Transmissão 138 kV Capivara - Florestópolis, que servirá de conexão para o TR-7,138-40 kV, 10/12,5 MVA.	
Período de Execução	De 15/3/2016 a 15/9/2017 .	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de Taciba, Estado de São Paulo.	
12 - PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Reynaldo Passanezi Filho.	CPF: 056.264.178-50.	
Nome: Marcos José Lopes Filho.	CPF: 719.763.104-15.	
Nome: Carisa Santos Portela Cristal.	CPF: 251.266.718-98.	
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	1.919.103,62	
Serviços	1.149.702,96	
Outros	246.733,81	
Total (1)	3.315.540,39	
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	1.741.586,53	
Serviços	1.105.041,12	
Outros	235.624,86	
Total (2)	3.082.252,51	

PORTARIA Nº 93, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48000.001795/2016-75, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos do São Gabriel, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034739-6.01, de titularidade da empresa Central Eólica Babilônia III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.346.102/0001-05, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Central Eólica Babilônia III S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Eólica Babilônia III S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Central Eólica Babilônia III S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos do São Gabriel, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Central Eólica Babilônia III S.A.			02 CNPJ 13.346.102/0001-05.
03 Logradouro Avenida Barão de Studart.			04 Número 2.360.
05 Complemento Sala 1.004 C.	06 Bairro/Distrito Joaquim Távora.		07 CEP 60120-002.
08 Município Fortaleza.	09 UF CE.		10 Telefone (11) 3538-6617.
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 368, de 19 de julho de 2016.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor-Presidente: Renato Volponi Lício.			CPF: 245.721.287-15.
Diretor: Filipe Alves Domingues.			CPF: 068.779.441-27.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)
EDP Renováveis Brasil S.A.		09.334.083/0001-20.	100%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.			CNPJ Não se aplica.
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Ventos do São Gabriel.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com 28.000 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 1º de novembro de 2018.			

PORTARIA Nº 94, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48360.006433/2016-00, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, como prioritário o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, de titularidade da empresa Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.875.996/0001-47, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes do Contrato de Concessão ou Outorga de Autorização em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada, junto à ANEEL, relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do Projeto;

III - destacar, quando da emissão pública de debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento de debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil;

V - para Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, manter atualizados os dados no Sistema de Gestão da Transmissão - SIGET; e

VI - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento da matriz da empresa titular do Projeto, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do Projeto prioritário aprovado nesta Portaria.

Art. 4º A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia, a entrada em Operação Comercial do Projeto, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do Projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.			02 CNPJ 24.875.996/0001-47.
03 Logradouro Avenida Presidente Vargas.			04 Número 955.
05 Complemento 14º Andar, Sala 1401 (Parte).	06 Bairro/Distrito Centro.		07 CEP 20071-004.
08 Município Rio de Janeiro.	09 UF RJ.		10 Telefone (21) 3153-7092.
11 Contrato de Concessão Contrato de Concessão nº 10/2016-ANEEL, celebrado em 25 de agosto de 2016.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Nome: Ana Cláudia Alves da Costa.			CPF: 899.755.377-15.
Nome: Francisco Carlos Diniz.			CPF: 922.125.141-15.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)
State Grid Brazil Holding S.A.		11.938.558/0001-39.	99,9999988%.
International Grid Holdings Limited.		11.823.391/0001-60.	0,0000012%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.			CNPJ Não se aplica.
PROJETO			
15 Denominação Lote C do Leilão nº 13/2015-ANEEL.			
16 Descrição Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote C do Leilão n° 13/2015-ANEEL, compreendendo: I - Terceiro Circuito da Linha de Transmissão em 500 kV entre as Subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em Circuito Simples, com extensão aproximada de um mil e cinco quilômetros; e II - Equipamentos de Compensação de Reativos, Entradas de Linhas, Interligações de Barramentos, Conexões de Reatores, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Municípios de Paranaíta, Alta Floresta, Carlinda, Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba, Cláudia, Sinop, Santa Carmem, Vera, Nova Ubiratã, Paranatinga, Santo Antônio do Leste, Novo São Joaquim, General Carneiro, Tesouro, Guiratinga, Torixoréu e Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 27 de junho de 2021.			

PORTARIA Nº 95, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48360.000189/2017-24, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, como prioritário o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, de titularidade da empresa Canarana Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.876.026/0001-66, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Canarana Transmissora de Energia S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes do Contrato de Concessão ou Outorga de Autorização em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada, junto à ANEEL, relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do Projeto;

III - destacar, quando da emissão pública de debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento de debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil;

V - para Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, manter atualizados os dados no Sistema de Gestão da Transmissão - SIGET; e

VI - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento da matriz da empresa titular do Projeto, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do Projeto prioritário aprovado nesta Portaria.

Art. 4º A Canarana Transmissora de Energia S.A. deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia, a entrada em Operação Comercial do Projeto, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do Projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Canarana Transmissora de Energia S.A.			02 CNPJ 24.876.026/0001-66.
03 Logradouro Avenida Presidente Vargas.			04 Número 955.
05 Complemento 14º Andar, Sala 1401 (Parte).	06 Bairro/Distrito Centro.		07 CEP 20071-004.
08 Município Rio de Janeiro.	09 UF RJ.		10 Telefone (21) 3153-7092.
11 Contrato de Concessão Contrato de Concessão nº 16/2016-ANEEL, celebrado em 25 de agosto de 2016.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Nome: Ana Cláudia Alves da Costa.			CPF: 899.755.377-15.
Nome: Francisco Carlos Diniz.			CPF: 922.125.141-15.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)
State Grid Brazil Holding S.A.		11.938.558/0001-39.	99,999995%.
International Grid Holdings Limited.		11.823.391/0001-60.	0,000005%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.			CNPJ Não se aplica.
PROJETO			
15 Denominação Lote O do Leilão nº 13/2015-ANEEL.			
16 Descrição Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote O do Leilão n° 13/2015-ANEEL, compreendendo: I - Linha de Transmissão em 230 kV entre as Subestações Paranatinga e Canarana, em Circuito Simples, com extensão aproximada de duzentos e setenta e cinco quilômetros; II - Novo Pátio da Subestação Paranatinga, em 500/230 kV, 3 x 40 MVA mais Unidade Reserva; III - Subestação Canarana, em 230/138 kV, 3 x 40 MVA mais Unidade Reserva; e IV - Equipamentos Compensação Reativa, Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Reatores, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Municípios de Paranatinga, Gaúcha do Norte, Campinápolis, Água Boa e Canarana, Estado de Mato Grosso.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 27 de junho de 2020.			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 131, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais ao estado de Roraima para a execução de ações socioassistenciais nos municípios com grande continente de imigrantes venezuelanos.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, inciso II, parágrafo único, da Constituição Federal, o art. 27, XIV, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012,

CONSIDERANDO que a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovadas, respectivamente, pelas Resoluções nº 33, de 12 de dezembro de 2012, e nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, estabelecem, no âmbito dos serviços de proteção social especial, o atendimento às situações de risco pessoal e social, em especial às situações de rompimento de vínculos comunitários, o que exige soluções protetivas mais flexíveis;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre as provisões dos serviços de proteção social especial de alta complexidade a promoção de apoio e proteção à população atingida pelas situações de migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estabelece os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências;

CONSIDERANDO as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, respectivamente, as Resoluções nº 07, de 17 de maio de 2013, e nº 12, de 11 de junho de 2013, que dispõem sobre os parâmetros e critérios para transferências de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a situação grave e emergencial de imigração dos indivíduos venezuelanos que estão em situação de risco pessoal e social no estado de Roraima, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o repasse financeiro emergencial ao estado de Roraima para atender as situações de imigração dos indivíduos venezuelanos que estão em situação de risco pessoal e social.

Art. 2º Os recursos serão repassados no exercício de 2017, em parcela única, referentes a seis meses de atendimento, de acordo com os valores estabelecidos no Anexo, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS ao fundo estadual de assistência social.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 08.244.2037.2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na categoria econômica de custeio, e serão destinados ao atendimento das necessidades das famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

Art. 4º A definição dos valores a serem repassados na forma desta Portaria terá como base os critérios abaixo, conforme Anexo:

I - o quantitativo de pessoas desabrigadas informadas pelo Governo Estadual de Roraima por meio de manifestação formal a este Ministério, e

II - a referência de composição do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências com base na quantidade de indivíduos/famílias desalojados ou desabrigados em decorrência de situação de emergência e de calamidades públicas, disposta nas Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, respectivamente, as Resoluções nº 07, de 17 de maio de 2013, e nº 12, de 11 de junho de 2013, e na Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013.

Art. 5º O estado de Roraima deverá enviar, em até 30 dias a contar do recebimento do recurso, por meio de ofício, o plano de ação, o qual deverá conter previsão de atendimento físico - financeiro e o cronograma de atividades com metas a serem atingidas.

Parágrafo único. O não envio do plano de ação ensejará a devolução integral do recurso recebido, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, ao FNAS.

Art. 6º A prestação de contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.

Art. 7º O MDSA, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, prestará assessoramento técnico ao estado de Roraima nas atividades de planejamento e implementação das ações.

Art. 8° O conselho estadual de assistência social deverá apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO

Quantidade de pessoas	Quantidade de grupos	Referencial temporal para cálculo da parcela única	Valor a ser repassado
200	4	6 meses	R$ 480.000,00

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 12 de abril de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: PROVOPAR ESTADUAL AÇÃO SOCIAL

CNPJ: 76.793.397/0001-88

Município: Curitiba/PR

Processo nº: 71000.133477/2010-07 (volumes I, II e III, Anexos I e II)

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: FUNDAÇÃO JAIME MARTINS

CNPJ: 23.770.183/0001-20

Município: Divinópolis/MG.

Processo nº: 71000.056921/2010-55 (volumes I e II)

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CENTRAL GERAL DO DÍZIMO PRÓ-VIDA

CNPJ: 51.740.256/0001-76

Município: São Paulo/SP.

Processo nº: 71000.123233/2010-16 (volumes I e II)

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: PIA SOCIEDADE FILHAS DE SÃO PAULO

CNPJ: 61.725.214/0001-10

Município: São Paulo/SP.

Processo nº: 71010.005150/2009-85 (volumes I, II e III)

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.046, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/11/2016, 08/03/2017 e 05/04/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/11/2016, 08/03/2017 e 05/04/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.010140/2016-41
Proponente: Associação Recreativa e Cultural Pequenos Leoninos
Título: Escolinha de Futebol Jovens Leoninos
Registro: 02SC113582012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.732.282/0001-23
Cidade: Tubarão UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 382.289,23
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0201 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59142-4
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58701.005854/2015-50
Proponente: Confederação Brasileira de Mountain Bike
Título: Pedal Paratodos 2
Registro: 02SP066112010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.726.269/0001-03
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 250.243,12
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3554 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8438-7
Período de Captação até: 17/10/2017
3 - Processo: 58000.011767/2016-10
Proponente: Instituto Campo Social
Título: Núcleo de Tecnologias Socioesportivas do Estádio da Educação
Registro: 02RJ153982016
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 21.168.479/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 526.427,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44812-5
Período de Captação até: 31/12/2018
4 - Processo: 58000.011022/2016-51
Proponente: União dos Deficientes Físicos de Cambé
Título: Participação nas 04 Fases Nacionais do Circuito Brasil - Caixa do Comitê Paraolímpico Nacional Continuidade
Registro: 02PR141002014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 78.315.991/0001-99
Cidade: Cambé UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 122.333,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0768 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42638-5
Período de Captação até: 31/12/2018

AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

PORTARIA N° 1, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DA AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 6 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017, resolve:

Art. 1º. Determinar a suspensão, nos termos do art. 78, incisos XIV e XV, da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de 120 dias, de todos os contratos administrativos firmados pela Autoridade Pública Olímpica - APO que estejam em vigor, tendo a sucessão sua sucessão pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO determinada pelo art. 3º da Med. Provisória nº 771/2017.

Parágrafo único - ficam suspensos a execução dos contratos e os pagamentos pela autarquia a partir da data da publicação dessa Portaria.

Art. 2º. A AGLO irá analisar a necessidade de redimensionamento ou de manutenção dos contratos firmados pela APO.

Art. 3º. A decisão sobre cada contrato será tomada no respectivo processo administrativo, quando serão apurados eventuais pagamentos devidos, indenizações, faltas contratuais e outras obrigações deles decorrentes.

Art. 4º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MÁRCIO DIAS MELLO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 152, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Institui o Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, para coordenar as ações de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal, e dá outras providências.

O MINISTRO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e considerando o disposto no Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, que estabelece a nova estrutura do MMA e no Decreto s/ nº, de 3 de julho de 2003, e no que consta no processo nº 02000.000560/2017-46, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento - CPCD, instância de coordenação das ações, programas e projetos do Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas relacionados com a prevenção e o controle do desmatamento e degradação florestal.

Art. 2º Como instância interna de coordenação de alto nível, o CPCD deverá coordenar e definir diretrizes, estratégias e posicionamentos do Ministério em outras instâncias de governança relacionadas com a prevenção e o controle do desmatamento e da degradação florestal das quais participem órgãos do Ministério ou entidades vinculadas, sem substituí-las nas suas respectivas competências.

Art. 3º São atribuições do CPCD:

I coordenar os interesses e articular a participação do Ministério e de suas entidades vinculadas em políticas, planos e ações relevantes para a prevenção e o controle do desmatamento e da degradação florestal;

II buscar a harmonização e a integração entreações, iniciativas, estratégias, programas e projetos de cooperação internacional e instrumentos de financiamento de ações nacionais e internacionais implementados pelo Ministério e entidades vinculadas, relativos à prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal;

III promover o intercâmbio de informações entre as Secretarias e entidades vinculadas a respeito das iniciativas propostas ou em andamento que contribuam para a redução das taxas de desmatamento;

IV coordenar a posição do Ministério e entidades vinculadas sobre ações, iniciativas e instrumentos de mensuração e avaliação do desmatamento e da degradação florestal;

V orientar a participação do Ministério e entidades vinculadas nas reuniões da Comissão Executiva Unificada dos Planos de Ação para prevenção e Controle do Desmatamento, inclusive das ações previstas nos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal e no Cerrado - PPCDAm e PPCerrado.

VI propor medidas para superar eventuais dificuldades na implementação das ações relacionadas à prevenção e ao controle do desmatamento e da degradação florestal;

VII subsidiar a articulação institucional sobre ações relacionadas à prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestalcom os demais entes da Federação e com instituições não-governamentais;

VIII articular, entre os órgãos do Ministério e entidades vinculadas, a participação do Ministério no Comitê-Gestor do Fundo Amazônia e o diálogo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em temas relacionados ao financiamento de ações, programas e políticas de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal;

IX orientar o Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento - DFCD no exercício de sua competência relativa aos itens I a VIII acima.

Art. 4º O CPCD será composto pelos titulares dos órgãos e das entidades vinculadas do Ministério do Meio Ambiente a seguir indicados:

I - O Secretário de Mudança do Clima e Florestas, que o coordenará;

II - O Secretário de Biodiversidade;

III - O Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;

IV - A Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável;

V - O Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental;

VI - A Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

VII - O Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

VIII - O Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro - SFB; e

IX - O Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, como convidado.

§ 1º Na impossibilidade de comparecimento, os titulares dos órgãos e entidades vinculadas poderãodesignar representantes.

§ 2º Poderão ser convidados a participar das atividades do CPCD representantes de outros órgãos e de entidades públicas ouprivadas.

Art. 5º O CPCD reunir-se-á com a periodicidade necessária para o desempenho das suas atribuições, não menos do que quatro vezes por ano.

§ 1º O CPCD promoverá reuniões periódicas com Secretários estaduais e, quando necessário, com Secretários municipais e/ou entidades e associações representativas de municípios, sobre temas relacionados ao objeto desta Portaria.

Art. 6º A Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, por intermédio do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento, prestará o apoio técnico-administrativo necessário à convocação, realização e registro das reuniões do CPCD.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 245, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Revoga a Portaria que restringe o acesso para visitação nas unidades de conservação federais indicadas, localizadas em áreas com casos de febre amarela, confirmados ou sob investigação, envolvendo humanos ou primatas não-humanos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 inciso V, do Anexo I do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 7 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2016,

Considerando os elementos constantes dos Processos n° 02062.000010/2017-01 e 02070.001058/2017-29, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria ICMBio nº 157, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 41, de 1° de março de 2017, seção 1, página 94.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 254, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Aprova o perfil da família beneficiária da Flona do Tapajós. (Processo nº02114.000010/2015-88)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016,

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 35, de 27 de dezembro de 2013, que disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais com populações tradicionais; e

Considerando o constante nos autos do processo ICMBio nº 02114.000010/2015-88, que embasa a elaboração e definição do Perfil da Família Beneficiária da Floresta Nacional do Tapajós, resolve:

Art. 1º Aprovar o Perfil da Família Beneficiária da Floresta Nacional do Tapajós constante do Anexo da presente portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

ANEXO

Para fins de definição do Perfil da Família Beneficiária da Floresta Nacional do Tapajós são consideradas famílias beneficiárias aquelas que atenderem, cumulativamente, aos seguintes critérios:

I Residem permanentemente nessa unidade de conservação (UC) ou as famílias da comunidade de São Domingos que estão fora da UC, mas limítrofe a esta;

II Utilizam habitualmente o território da UC e seus recursos naturais como condição para sua subsistência (pesca, agroextrativismo, ecoturismo entre outras ações) e reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica;

III Utilizam preferencialmente mão-de-obra familiar ou mutirão nas atividades econômicas e de produção;

IV Possuam vínculos familiares e sejam reconhecidas pela comunidade como família beneficiária. As famílias beneficiárias podem ser subdivididas em duas categorias, a saber:

§ 1º - Categoria A, as famílias que: I. Residem dentro da UC e atendam os critérios dispostos nos itens II, III e IV.

§ 2º - Categoria B, as famílias que: I. Residem na comunidade de São Domingos, fora da UC, mas limítrofe a esta, e atendam os critérios dispostos nos itens II, III e IV.

Disposição final: As famílias beneficiárias da Floresta Nacional do Tapajós deverão observar e seguir as normas previstas na legislação ambiental, no Plano de Manejo desta UC, no Plano de Utilização e os acordos comunitários específicos.

COORDENAÇÃO REGIONAL NA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 28 MARÇO DE 2017

Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara, no estado do Ceará.

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES NA 5ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 18 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto nº 45.954 de 03/04/1959, de que cria o PARNA de Ubajara;

Considerando a Portaria IBAMA nº 23, de 10 de março de 2006 que cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Unidade de Conservação, na Nota Técnica n. 08/2017, constantes no Processo 02070.001788/2011-34, resolve:

Art. 1° O Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara é composto por Setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

a)Órgãos públicos ambientais, dos três níveis da federação; e

b)Órgãos do Poder Público de áreas afins dos três níveis da Federação.

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DO PARNA:

a)Setor da Agricultura;

b)Setor de Turismo;

c)Setor Comunidades Locais;

III - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

a)Organizações socioambientais ou não governamentais;

IV - INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

a)Instituições regionais.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe do PARNA de Ubajara ao Coordenador Regional da 5ª região do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2° O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do PARNA Ubajara, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do PARNA Ubajara estão previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 10, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 30 do Anexo I do Decreto nº 8.188 de 21 de Junho de 2016, da Portaria 152, de 05 de maio de 2016, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75, e dos elementos que integram o Processo nº 04926.001094/2016-29, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, à Associação de Voluntários Muzambinhenses de Combate ao Câncer do imóvel situado à Rua Dick Prado, nº 46, esquina de Rua Capitão Heleodoro Mariano de Almeida - Bairro Centro, constituído por área de terreno com 330,073 m² desmembrado de área maior de 1.965,06 m², benfeitorias com 274,41 m² matriculado sob o n° 15454 do Registro de Imóveis da Comarca de Muzambinho-MG.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º tem como objetivo o funcionamento da Associação de Voluntários Muzambinhense no Combate ao Câncer.

Parágrafo único. O prazo para a cessão será de 10 (dez) anos, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por igual período.

Art. 3º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAERSON RODRIGUES GOMES JÚNIOR

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 524, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dá nova redação aos §§3º e 5º do art. 2º e art. 3º da Portaria n° 291, de 30 de março de 2017, publicada no DOU nº 63, de 31 de março de 2017, e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 assegura ampla liberdade associativa e sindical;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 proíbe a interferência e a intervenção do Estado na organização sindical, mas ressalva que as entidades sindicais deverão ser registradas no órgão competente, o qual, de acordo com o Enunciado da Súmula 677 do Supremo Tribunal Federal, é o Ministério do Trabalho;

CONSIDERANDO as diferenças constitucionais e legais de regimes jurídicos entre trabalhadores do setor privado e servidores públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento do Cadastro Nacional das Entidades Sindicais-CNES;

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, resolve:

Art. 1º O parágrafo 3º do art. 2º da Portaria n° 291, de 30 de março de 2017 passa a ter a seguinte redação:

"§3º A aferição do índice previsto no inciso IV do art. 2º da Lei 11.648/2008 será realizada anualmente pelo Ministério do Trabalho, podendo utilizar as informações da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, cujos dados já foram disponibilizados; CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Contribuição Sindical Obrigatória, CNES- Cadastro Nacional das Entidades Sindicais, bancos de dados oficiais relativos aos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, ou outro cadastro público que contenha informações necessárias à aferição".

Art. 2º O parágrafo 5º do art. 2º da Portaria n° 291, de 30 de março de 2017 passa a ter a seguinte redação:

"§ 5º Excepcionalmente para os efeitos da aferição das centrais sindicais no ano de referência de 2016, o prazo para a realização de aferição será dia 25 de maio de 2017".

Art. 3º O art. 3º da Portaria n° 291, de 30 de março de 2017 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º O índice de representatividade será calculado utilizando-se a seguinte fórmula: IR = TTC/TSN * 100, onde:

IR = índice de representatividade;

TTC = total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical.

TSN = total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.

§ 1º Quando se tratar de categoria de profissionais liberais, trabalhadores avulsos, autônomos ou rurais, será considerado para fins de cálculo do TTC do total de sindicalizados constantes no CNES.

§ 2º Poderá ser cadastrada no Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT central sindical específica para o setor público.

§ 3º Para a central sindical do setor público será utilizado como parâmetro para atendimento do inciso IV do art. 2º da Lei 11.648/2008 o total de servidores públicos sindicalizados em âmbito nacional, considerando o quadro IV/A do anexo único desta portaria.

§ 4º Fica vedado a filiação de sindicatos do setor privado em central sindical do setor público.

§ 5º As centrais sindicais do setor público e privado seguem as regras gerais da Lei 11.648/2008".

Art. 4º A Portaria n° 291, de 30 de março de 2017 passa a viger acrescida dos seguintes artigos, renumerando-se os demais:

"Art. 6º A aferição dos requisitos de representatividade gerará efeitos financeiros na distribuição dos recursos da contribuição sindical, conforme previsto nos arts. 589 a 593 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente aos recolhimentos efetuados na rede bancária no curso do ano de referência.

Art. 7º Na impossibilidade da publicação do resultado da aferição até a data prevista nesta portaria o Ministério do Trabalho apurará e enviará as informações sobre o montante devido às entidades que cumpriram os requisitos de representatividade, para que a Caixa Econômica Federal proceda ao repasse dos percentuais previstos nos arts. 589 e 590 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador comunicará à Caixa Econômica Federal sobre o montante a ser repassado mensalmente a cada central.

Art. 8º A Caixa Econômica Federal encaminhará ao Ministério do Trabalho, até o dia 10 de cada mês, arquivo com as informações referentes às Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana, recolhidas no mês anterior, juntamente com a relação atualizada das entidades sindicais titulares das contas referidas no art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho, em meio magnético, contendo CNPJ, Razão Social, Código Sindical e valor recolhido no exercício.

Art. 9º O Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES conterá critérios de classificação de representação, que passam a vigorar conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 10º Fica revogada a Portaria nº. 1.717, de 2014, publicada no DOU n. 215, de 6/11/2014, pág. 74".

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

I - Da Relação Jurídica

1 - Patronal
2 - Laboral

II - Do Espaço Geográfico

1 - Rural
2 - Urbano
3 - Outros

III - Do Setor Laboral Urbano

1 - Privado
2 - Público

IV - Do Setor de Atividade Laboral Urbano Privado

1 - Indústria
2 - Comércio
3 - Financeiro
4 - Saúde
5 - Transporte
6 - Educação/Cultura
7 - Tecnologia
8 - Outros

IV/A - Do Setor e subsetor de Atividade Laboral Urbano Público

1 - EXECUTIVO
1.1 Educação/Cultura
1.2 Saúde
1.3 Segurança
1.4 Infraestrutura
1.5 Tecnologia/Comunicação/Informática
1.6 Orçamento/Financeiro/Fiscalização
1.7 Gestão/Regulação/Controle/Planejamento
1.8 Diplomacia
1.9 Outros
2 - LEGISLATIVO
2.1 Da União
2.2 Dos Estados
2.3 Dos Municípios
2.4 Do Distrito Federal
3 - JUDICIÁRIO
3.1 Federal
3.2 Estadual
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO
4.1 Da União
4.2 Dos Estados
5 - DEFENSORIAS PÚBLICAS
5.1 Da União
5.2 Dos Estados
5.3 Dos Municípios
6 - ADVOCACIA PÚBLICA
6.1 Da União
6.2 Dos Estados
6.3 Dos Municípios
7 - TRIBUNAL DE CONTAS
7.1 Da União
7.2 Dos Estados
7.3 Dos Municípios

V - Do Regime de Contratação da Categoria (Setor Laboral de Atividade Urbano Privado)

1 - Celetista	
2 - Autônomo	
3 - Avulso	
4 - Profissional Liberal	Legislação que diferencia a categoria - campo textual

V/A - Do Regime de Contratação da Categoria (Setor Laboral de Atividade Urbano Público)

1 - Estatutário
2 - Celetista

VI - Da Esfera do Regime de Contratação da Categoria Estatutária (Setor Laboral de Atividade Urbano Público)

Federal	Legislação que diferencia a categoria - campo textual
Estadual/Distrital	Legislação que diferencia a categoria - campo textual
Municipal	Legislação que diferencia a categoria - campo textual

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 12 de abril de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.008797/2014-21	21264759	Hospital Santa Julia Ltda	AM
2	46202.008798/2014-76	17889901	Hospital Santa Julia Ltda	AM
3	46202.008574/2014-64	203663021	Visteon Amazonas Ltda	AM
4	46202.008575/2014-17	203663039	Visteon Amazonas Ltda	AM
5	46205.010050/2013-22	200923790	Nível Construções Ltda	CE
6	46312.005846/2014-27	204406251	BR Pec Agropecuária S.A.	MS
7	46312.005847/2014-71	204406269	BR Pec Agropecuária S.A.	MS
8	46312.005848/2014-16	204406307	BR Pec Agropecuária S.A.	MS
9	46312.005849/2014-61	204406315	BR Pec Agropecuária S.A.	MS
10	46306.000128/2013-62	24102172	Cláudio Leiva	MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11	46306.000129/2013-15	24102253	Cláudio Leiva	MT
12	46306.000130/2013-31	24100633	Cláudio Leiva	MT
13	46214.008519/2014-35	205165109	Anacleto Machado da Silva	PI
14	46214.008521/2014-12	205164951	Anacleto Machado da Silva	PI
15	46214.008525/2014-92	205165095	Anacleto Machado da Silva	PI
16	47157.001289/2013-97	202034755	Calcados Ramarim Ltda	RS
17	46219.019033/2014-82	204733561	Associação Aliança de Misericórdia	SP
18	46219.026470/2014-52	205013295	Banco Daycoval S/A	SP
19	46261.006394/2014-43	205418309	Condominio Clube XV Hotel, Flats e Centro de Negócios	SP
20	46219.012073/2014-01	203903188	Correcta Indústria e Comércio Ltda	SP
21	46219.016839/2014-19	204435587	Intercement Brasil S/A	SP
22	46219.016844/2014-21	203346661	Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda.	SP
23	46254.001261/2014-70	203073991	Raia Drogasil S/A	SP
24	46265.002359/2013-34	201526883	Raizen Energia S/A	SP
25	46265.003333/2013-11	202243010	Raizen Energia S/A	SP
26	46265.003334/2013-58	202243028	Raizen Energia S/A	SP
27	46265.003335/2013-01	202243044	Raizen Energia S/A	SP
28	46265.003303/2013-05	202220702	Raízen Energia S/A	SP
29	46265.003304/2013-41	202220711	Raízen Energia S/A	SP
30	46269.002279/2014-20	203639324	Starrett Indústria e Comércio Ltda.	SP
31	46226.022357/2013-28	26457709	Nicia M P dos Reis Pedreira & Cia Ltda	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46214.008520/2014-60	205164927	Anacleto Machado da Silva	PI

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.011843/2012-58	25074911	Agro - Rub Agropecuária Ltda	GO
2	46208.011845/2012-47	25074920	Agro - Rub Agropecuária Ltda	GO
3	46245.004421/2013-61	202518035	Q - Pastel Comercio de Alimentos Ltda	MG

O Coordenador-Geral de Recurso da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, art. 5º art. 161 da CLT e Portaria MTE nº 1719/2014 decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conhecendo do recurso e negando provimento e o efeito suspensivo, mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46504.000326/2017-13	350621.150217-01	Denilson Couto Gonçalves	MG

FELIPE POVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 16 de fevereiro de 2017

Em cumprimento à Decisão Judicial exarada no Processo 0000277-96.2016.5.10.0019, procedente da 19ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46207.000049/2015-31
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Avulsos, na Movimentação de Mercadorias em Geral do Estado do Espírito Santo
CNPJ	11.309.728/0001-16
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial: Intermunicipal Espírito Santo: Afonso Cláudio, Água Doce do Norte, Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Atilio Vivacqua, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Ecoporanga, Fundão, Governador Lindenberg, Guaçuí, Guarapari, Ibatiba, Ibiraçu, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Iúna, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marataízes, Marechal Floriano, Marilândia, Mimoso do Sul, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pinheiros, Piúma, Ponto Belo, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, São José do Calçado, São Roque do Canaã, Serra, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Pavão e Vila Velha

Categoria Profissional: Trabalhadores ativos e Inativos que executam serviços, nas modalidades de contratação como trabalhadores avulsos ou com vinculo empregatício, nas atividades de cargas e descargas de mercadorias a granel e ensacados, costura, pesagem, embalagem, enlonamento, ensaque, arrasto, posicionamento, acomodação, reordenamento, reparação da carga, amostragem, arrumação, remoção, classificação, empilhadeira, transporte com empilhadeiras, paletização, ova e desova de vagões, carga e descarga em feiras livres e abastecimento de lenha em secadores e caldeiras, bem como as operações de equipamentos de carga e descarga, além da pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou a sua continuidade, tudo de conformidade com a Lei nº 12.023 de 29 de agosto de 2009

Em 23 de março de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46222.003834/2014-77
Entidade	Sindicato dos Despachantes Documentalista do Estado do Pará - SINDESP
CNPJ	17.235.518/0001-07
Fundamento	NT 157/2017/CGRS/SRT/MTb

Em 11 de abril de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 158/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo 46205.011450/2013-55 do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Município de Tarrafas - SINDISTAR, CNPJ 17.503.264/0001-60, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46215.017567/2015-95
Entidade	SINGUARDAS-RJ - Sindicato dos Guardas Municipais Estatutários do Município do Rio de Janeiro
CNPJ	21.948.103/0001-58
Fundamento	NT 159/2017/CGRS/SRT/MTb

Em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 010930-72.2016.5.01.0026, procedente da 26ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, a qual determinou a análise do Processo 46215.001496/2016-90, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46215.001496/2016-90
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração, Beneficiamento, Operações Portuárias de Movimentação, Estocagem e Embarque de Minérios no Estado do Rio de Janeiro - SINDIMINA-RJ
CNPJ	32.319.881/0001-02
Fundamento	NT 163/2017/CGRS/SRT/MTb

Em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 0001163-46.2016.5.10.0003, procedente da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, a qual determinou a análise do Processo 46239.003610/2014-86, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46239.003610/2014-86
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS EXTRATIVAS ,MINERAIS DE POÇOS DE CALDAS E REGIÃO
CNPJ	19.128.537/0001-60
Fundamento	NT 164/2017/CGRS/SRT/MTb

Em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 1001183-13.2017.4.01.3400, procedente da 16ª Vara Federal Cível da SJDF, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46206.015241/2015-32
Entidade	SINDSOCIAL - Sindicato das Organizações de Interesse Social do Distrito Federal
CNPJ	22.816.639/0001-82
Fundamento	NT 160/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade à decisão judicial prolatada no Processo 0001152-91.2015.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 161/2017/CGRS/SRT/MTb, utilizando-se da prerrogativa contida nos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99, resolve REVOGAR o ato de publicação do Pedido de Registro Sindical 46210.000637/2014-35 do Sindicato dos Fiscais Estaduais de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Mato Grosso, CNPJ 19.958.998/0001-60, publicado no DOU de 21/02/2017, Seção I, pág. 54, n.º 37, e, por conseguinte, INDEFERIR o processo administrativo 46210.000637/2014-35, nos termos do artigo 26, inciso I, da Portaria Ministerial 326/2013, atual normativo que rege a matéria.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46222.013052/2015-27
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS ASSALARIADOS DE RONDON DO PARÁ E DO SUL E SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ - SINTTRA
CNPJ	11.887.719/0001-02
Fundamento	NT 162/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Alteração Estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46212.001075/2014-27
Entidade	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CACAU E BALAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DO ESTADO DO PARANÁ - SINCABIMA
CNPJ	76.695.725/0001-03
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Paraná
Categoria Econômica	das indústrias de cacau, balas, massas alimentícias, biscoitos, doces, conservas alimentícias, fabricação de congelados e supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos, fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos, fabricação de alimentos dietéticos e da fabricação de produtos derivados do amendoim

Processo	46218.006510/2014-50
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Rosário do Sul-STIAROSUL
CNPJ	95.284.071/0001-70
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Rio Grande do Sul: Rosário do Sul

Categoria Profissional: Trabalhadores nas cooperativas da alimentação e indústrias de bebidas, abate de reses e preparação de produtos de carne, de aguardentes e outras bebidas destiladas, de beneficiamento, moagem e preparação de outros alimentos de origem vegetal, de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria, de sucos e concentrados; de balas, chocolates, mandolates, beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos, de beneficiamento de frutas e legumes; de refinação e moagem de sal; de óleos vegetais, soja, arroz e de milho, mandioca, moinhos de rações; de engenho de arroz e seus beneficiamentos; de biscoitos e massas; de torrefação e moagem de café; de beneficiamento de erva mate; de pesca e seus derivados; de laticínios e seus derivados; de trigo; centeio; de carnes - suínos, bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e derivados, de aves e seus derivados; de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares: de mel, adoçantes; de sorvetes, gelos; de refeições industriais; de doces e conservas alimentícias; de beneficiamento de sementes; de beneficiamento e secagem de grãos

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46212.003483/2013-32
Entidade	Sindicato Patronal das Empresas de Tecnologia da Informação do Sudoeste do Paraná
CNPJ	10.987.239/0001-50
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial: Intermunicipal Paraná: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara D'oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola D'oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Quedas do Iguaçu, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel d'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'oeste, Saudades do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino

Categoria Econômica: CNAES da Seção J - Informática e Comunicação, Divisão 62, Grupo 620, classes: 6201-5 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, e subclasses correspondentes, 6202-3 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, e subclasses correspondentes, 6203-1 - Desenvolvimento e licenciamento de programas não customizáveis, e subclasses correspondentes, 6204-0 - Consultoria em tecnologia da informação, e subclasses correspondentes, 6209-1 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e subclasses correspondentes que abrangem sinteticamente os três grupos abaixo: a) Desenvolvimento de Software; b) Implantação e manutenção de Software; c) Manutenção de Hardware

Processo	46259.004780/2014-40
Entidade	SINDICATO DOS REPRESENTANTES, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS DE LIMEIRA E REGIÃO
CNPJ	11.149.987/0001-27
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	São Paulo: Araras, Cordeirópolis, Limeira, Rio Claro e Santa Gertrudes
Categoria Profissional	Representantes, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores nas Indústrias Farmacêuticas

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, com fulcro na Decisão Judicial, Processo 0000943-21.2016.5.10.0012, procedente da 12ª Vara do Trabalho de Brasília-DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a análise do processo no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46200.003538/2015-13
Entidade	Sindicato dos Técnicos Administrativos e Apoio Administrativo Educacionais do Estado do Acre-SINTAE/AC
CNPJ	22.291.449/0001-99
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Acre
Categoria Profissional	Técnicos administrativos e apoio administrativos educacionais da ativa, aposentados e pensionistas

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e em continuidade à Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 0001506-09.2016.5.10.0014, procedente da 14ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 149/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas - SINDUSCON-AL, CNPJ 12.471.298/0001-05, Processo 46201.002562/2016-06 e Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON, CNPJ 33.645.540/0001-81, Processo 46000.002283/2005-48, Impugnação 46000.001870/2017-53, nos termos do art. 23 c/c art. 45, § 2º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, §4º, da Lei 9.784/1999, resolve NOTIFICAR o representante do Sindicato das Empresas de Alimentação e Hospitalidade de Parauapebas e Região - SEAHPAR, CNPJ 21.533.100/0001-53, do inteiro teor do Ofício 38/2017/CGRS/SRT/MTb, encaminhado à essa entidade em 20/01/17 e devolvido em 31/01/17 conforme AR603448094JS, no qual foi solicitado o envio do comprovante original de pagamento da GRU relativa à primeira publicação bem como do de depósito da diferença do valor da simulação e do valor pago. Desta forma, concedemos novo prazo de 20 (vinte dias) para atender ao disposto no ofício supracitado, sob pena de arquivamento dos autos do Processo Administrativo 46222.002649/2015-46, nos termos do artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

Em 12 de abril de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013, bem como na Nota Técnica 148/2017/CGRS/SRT/MTb, decide: NOTIFICAR o Sindicato dos técnicos e auxiliares de enfermagem de Bauru e Região, CNPJ 23.707.017/0001-89, Processo 47544.000011/2016-81, no fito de que tome as seguintes providências: 1) REALIZAR nova Assembléia-Geral de Ratificação da Fundação, nos moldes do art. 19 c/c art. 41, II e art. 42, § 1º, da Portaria 326/2013, para que seja dado o prosseguimento à análise do referido processo. Salienta-se que a entidade terá o prazo improrrogável de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir desta publicação, para apresentar a documentação prevista no artigo 19, em observância aos ditames estabelecidos no artigo 41 (informar nos Editais de convocação a indicação do CNPJ e da Razão Social de todas as entidades atingidas), sob pena de ARQUIVAMENTO do processo, nos termos do art. 27, inciso III, da Portaria 326/2013. Desta forma, torna-se pública a presente notificação à entidade requerente, bem como ao sindicato impugnante: 1) Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Bauru e Região, CNPJ 50.843.853/0001-63, Carta Sindical L102 P024 A1985, Impugnação 46000.001803/2017-39.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 169/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve arquivar a impugnação 46000.004236/2010-04, apresentada pelo Sintracon-Caieiras - Sindicato dos trabalhadores nas indústrias da construção civil de Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato e Mairiporã, CNPJ 07.951.553/0001-79, com base no art. 18, I e II, da Portaria 326/2013; a impugnação 46000.004236/2010-04, apresentada pelo SINDEEPRES - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo -SINDEEPRES/SP, CNPJ 96.287.487/0001-04 e a impugnação 46000.002375/2010-95, apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Fabricantes de Peças e Pré-Fabricados em Concreto do Estado de São Paulo, CNPJ 62.263.637/0001-28, com base no art. 18, III, da Portaria 326/2016. E resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE SAO PAULO-SINTRACON-SP, Processo 46000.006010/2008-15, CNPJ 60.505.260/0001-40, para representar a categoria Trabalhadores da construção civil, de grandes e pequenas estruturas, inclusive montagens industriais e engenharia consultiva, de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento, de olarias, da cerâmica para construção, de pinturas, decorações, estuques e ornatos, de artefatos de cimento armado, de instalações elétricas, oficiais eletricistas, gás, hidráulicas e sanitárias. Compreendem-se na representação do sindicato os trabalhadores nos seguintes setores: I - Construção civil em geral, de grandes e pequenas estruturas, qualquer que seja a forma de edificação, inclusive estruturas metálicas; II - Atividades auxiliares e subsidiárias da construção civil, demolições, como estudos do solo, sondagens, escavações e fundações, análise de concreto e de materiais, de estrutura e assemelhados, bem assim serraria para produção própria de esquadrias metálicas e outras, revestimentos de paredes, assoalhos, pisos, raspagem e aplicação de material impermeabilizantes e assemelhados; III - Montagem industrial, comercial e de edifícios de qualquer natureza; IV - Engenharia consultiva; V - Olaria; VI - Ladrilhos hidráulicos, produtos de cimento, inclusive artefatos de cimento armado; VII - Cerâmica para construção, branca, vermelha e outras, inclusive refratários; VIII - Pintura em geral, estuque, ornatos e decorações; IX - Oficiais eletricistas, instalações elétricas, de gás, sanitárias, hidráulicas, inclusive reparações e manutenção, quaquer que seja a natureza dos serviços e da atividade, especialmente telefônicas, telecomunicações; X - Pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores, armadores, eletricistas, encanadores/bombeiros hidráulicos, azulejistas, serventes de obras, encarregados, mestres e contra-mestres, oficiais e 1/2 oficiais, pessoal administrativo e de escritório e demais trabalhadores em canteiros de obras ou empresas do setor econômico, inclusive de empreiterias, sub-empreiteiras, autônomos, locadoras de mão de obra, prestadoras de serviços, ainda que constituídas em forma de cooperativas e serviços temporários voltados para a construção civil; XI - Trabalhadores da construção civil, quando e enquanto transferidos da base territorial do sindicato para o exterior especialmente para a região do Mercosul; XII - Análise de concreto e de materiais para construção, de estruturas e assemelhados; XIII - Serralheria para produção própria de esquadrias metálicas e outras; XIV - Escavações do solo, construção e manutenção de sepulturas; XV - Demolições, com base territorial em São Paulo: Caieiras, Embu Das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco Da Rocha, Itapecerica Da Serra, Juquitiba, Mairiporã, São Lourenço Da Serra, São Paulo e Taboão Da Serra, com fundamento no art. 25, II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 424, de 14 de abril de 2016 e na Nota Técnica 181/2017/GAB/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação 46221.011262/2016-71 do Sindicato dos Agentes de Transito de Aracaju/ Sergipe- SINDATRAN, nos termos do art.18, II, da Portaria 326/2013 e CONCEDER o Registro Sindical 46221.004288/2012-30 ao Sindicato de Guardas Municipais do Estado de Sergipe- SINDGUARDAS/SE, CNPJ 12.808.434/0001-00, para representar a categoria profissional constituída pelos Guardas Municipais, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Amparo De São Francisco, Aquidabã, Arauá, Areia Branca, Barra Dos Coqueiros, Boquim, Brejo Grande, Campo Do Brito, Canhoba, Canindé De São Francisco, Capela, Carira, Carmópolis, Cedro De São João, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, General Maynard, Gracho Cardoso, Ilha Das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Itaporanga D'Ajuda, Japaratuba, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Malhada Dos Bois, Malhador, Maruim, Moita Bonita, Monte Alegre De Sergipe, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora Da Glória, Nossa Senhora Das Dores, Nossa Senhora De Lourdes, Nossa Senhora Do Socorro, Pacatuba, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Pirambu, Poço Redondo, Poço Verde, Porto Da Folha, Propriá, Riachão Do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário Do Catete, Salgado, Santa Luzia Do Itanhy, Santa Rosa De Lima, Santana Do São Francisco, Santo Amaro Das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco, São Miguel Do Aleixo, Simão Dias, Siriri, Telha, Tobias Barreto, Tomar Do Geru e Umbaúba, no Estado de Sergipe, com fulcro no art. 25, II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 166/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao STIAEB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Etanol e Bioenergia de Dourados e Ponta Porã - MS, CNPJ 17.470.094/0001-65, Processo 46312.000509/2013-62, para representar a Categoria Profissionais de Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Etanol e Bioenergia, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Dourados e Ponta Porá, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR as representações das seguintes entidades: STIFAARB - Sind. Trab. nas Ind. Fab. Açúcar e Alcool Rio Brilhante, CNPJ 33.752.338/0001-59, Processo 46312.005229/2008-83, excluindo o município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar e do Alcool de Mato Grosso do Sul, CNPJ 33.153.040/0001-22, Processo 24240.000488/90-40, excluindo o município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013 e com base na Nota Técnica 167/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR as impugnações 46000.000150/2017-71 e 46000.000134/2017-88, com base no art. 18, inc. III, da Portaria 326/2013 e DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Estado da Bahia- SINDATE-BA, Processo 46204.000264/2016-43, CNPJ 23.443.392/0001-69, para representar a Categoria dos Auxiliares e Tecnicos Em Enfermagem Ativos, Inativos E Pensionistas Das Instituições Privadas, Santas Casas, Entidades Filantropicas, Beneficentes, Religiosas, Fundações Privadas, Cooperativas E Demais Estabelecimentos De Saude De Natureza Privada, Bem Como, Dos Empregados Terceirizados Nas Autarquias, Fundações Publicas E Orgaos Da Administração Publica Direta Dos Municipios, Estado Da Bahia E Da Uniao Federal, Dentro Da Base Territorial Do Estado Da Bahia. Exceto: Alcobaça, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Eunapolis, Floresta Azul, Ibicarai, Ilheus, Itabela, Itabuna, Itajuipe, Itamaraju, Itapetinga, Itororo, Jussari, Mucuri, Pau Brasil, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz De Cabralia, Santa Luzia, Teixeira De Freitas E Una.

O Secretário de Relações do Trablalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 168/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve arquivar as impugnações 46000.001849/2017-58 e 46000.001884/2017-77, com fundamento na Portaria 326/2013 e DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores EM Cooperativas Agroindustriais De Abate E Processamento De Carnes E Derivados De Chapecó, CNPJ 17.818.668/0001-43, Processo 46220.001473/2013-63, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores em cooperativas agroindustriais de abate e processamento de carnes e derivados, com abrangência municipal e base territorial no Município de Chapecó no Estado de Santa Catarina.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias 186/2008 e 326/2013 e na Nota Técnica 170/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.002285/2017-71, interposta pelo Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro, CNPJ 27.903.715/0001-00, com respaldo no art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013; e DEFERIR o Registro Sindical requerido pelo Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro - SINDEERH-RJ, CNPJ 17.382.538/0001-00, Processo 46215.004306/2013-43, para representar a Categoria Profissional dos Empregados nas Agências de Emprego, Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Empregados nas Empresas de Recrutamento e Seleção de Pessoal, Empregados em Empresas de Trabalho Temporário regidos pela Lei n.º 6.019/74 e Empregados nas Empresas em Gestão de Recursos Humanos, com abrangência municipal e base territorial no município do Rio de Janeiro/RJ.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso II c/c o art. 30 da Portariam 326/13 e na Nota Técnica 182/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Do Acre, CNPJ 04.125.191/0001-79, Processo 24000.002783/90-54.

A SUSPENSÃO permanecerá até que a entidade envie um novo estatuto social exatamente nos termos da atual representação no CNES, acrescida da exclusão de parte da sua representação, conforme publicação realizada no DOU de 16/09/2016, Seção 1, pág. 64.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Alteração Estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46208.001145/2016-78
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Goiânia- SINTRACOM GOIÂNIA
CNPJ	01.640.911/0001-46
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial: Goiás: Abadia de Goiás, Abadiânia, Adelândia, Água Fria de Goiás, Alexânia, Aloândia, Alto Horizonte, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Amaralina, Americano do Brasil, Amorinópolis, Anhanguera, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Aracu, Aragarças, Aragoiânia, Araguapaz, Arenópolis, Aruanã, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Barro Alto, Bela Vista de Goiás, Bom Jardim de Goiás, Bonfinópolis, Bonópolis, Brazabrantes, Briânia, Buriti de Goiás, Buritinópolis, Cabeceiras, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Caldazinha, Campestre de Goiás, Campinaçu, Campinorte, Campo Limpo de Goiás, Campos Belos, Campos Verdes, Carmo do Rio do Verde, Castelândia, Caturaí, Cezarina, Cocalzinho de Goiás, Colinas do Sul, Córrego do Ouro, Cristalina, Crixás, Cromínia, Damianópolis, Damolândia, Diorama, Divinópolis de Goiás, Doverlândia, Edealina, Edéia, Estrela do Norte, Faina, Fazenda Nova, Firminópolis, Flores de Goiás, Formoso, Gameleira de Goiás, Goiás, Goiânia, Goianápolis, Goianira, Gouvelândia, Guaraíta, Guarani de Goiás, Guarinos, Guapo, Heitoraí, Hidrolândia, Hidrolina, Iaciara, Indiara, Inhumas, Ipiranga de Goiás, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapaci, Itapirapuã, Itapuranga, Itauçu, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Jesúpolis, Joviânia, Jussara, Leopoldo de Bulhões, Mairipotaba, Mambaí, Mara Rosa, Matrinchã, Mimoso de Goiás, Moiporá, Monte Alegre de Goiás, Montes Claros de Goiás, Montividiu do Norte, Montividiu, Morrinhos, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Nazário, Nerópolis, Níquelândia, Nova América, Nova Crixás, Nova Glória, Nova Iguaçu de Goiás, Nova Roma, Nova Veneza, Novo Brasil, Novo Planalto, Ouro Verde de Goiás, Padre Bernardo, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Perolândia, Petrolina de Goiás, Pilar de Goiás, Piranhas, Pirenópolis, Pontalina, Porangatu, Posse, Professor Jamil, Rianápolis, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, Santa Isabel, Santa Rita do Araguaia, Santa Rita do Novo Destino, Santa Rosa de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Santo Antônio da Barra, Santo Antônio de Goiás, São Domingos, São Francisco de Goiás, São João d`Aliança, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos, São Luiz do Norte, São Miguel do Araguaia, São Miguel do Passa Quatro, São Patrício, Senador Canedo, Silvânia, Simolândia, Sítio d`Abadia, Taquaral de Goiás, Teresina de Goiás, Terezópolis de Goiás, Trindade, Trombas, Turvânia, Turvelândia, Uirapuru, Uruaçu, Uruana, Varjão, Vianópolis, Vicentinópolis, Vila Boa e Vila Propício, todos no Estado de Goiás, podendo estender a base a outros Municípios goianos

Categoria Profissional: Todos os profissionais enquadrados na categoria de trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, integrantes do 3º Grupo do artigo 577 da CLT, quais sejam: trabalhadores nas Indústrias da construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, armadores, encanadores, serventes, encarregados, mestres, contramestres, oficiais, meio-oficiais, bombeiros hidráulicos, montadores industriais); de olaria, artefatos de cimento, cal e gesso, ladrilhos hidráulicos; de cerâmica para construção (estes somente nos municípios de Aparecida de Goiânia, Caturaí, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapo, Hidrolândia, Inhumas, Itauçu, Morrinhos, Nerópolis, Nova Veneza, Palmeiras de Goiás e Trindade), mármores, e granitos, pintura, decorações, estuques e ornatos; tanoarias, aglomerados e chapas de fibras de madeira; móveis de vime e vassouras, de cortinados e estofados, de escovas e pincéis, de artefatos de cimento armado; oficiais eletricistas da construção civil; usinas de concreto e inclusive trabalhadores nas empresas terceirizadas, prestadoras de serviços, fornecimento e locação de mão-de-obra, empreiteiras e subempreiteiras no ramo da construção e do mobiliário, e os que atuem nas áreas administrativas destas empresas; e com o intuito de colaborar com os poderes públicos e as demais associações classistas no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46207.007908/2013-51
Entidade	SINDILATES-ES - Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Espírito Santo
CNPJ	18.371.200/0001-16
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Espírito Santo
Categoria	Econômica das indústrias de laticínios, representadas pelas atividades de fabricação de creme de leite, manteiga, coalhada, bebidas à base de leite, leite em pó, dietético, concentrado, queijos, inclusive inacabados, farinhas e sobremesas lácteas, de doce de leite e a obtenção dos seguintes subprodutos do leite: caseína, lactose e soro

Processo	46213.024513/2015-04
Entidade	SINTRAVESCI-PE - Sindicato Intermunicipal das Empresas de Transportes Rodoviários, Autônomos e Pequenas e Médias Empresas de Veículos Novos e Usados nos Municípios Pernambucanas de Escada, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Cegonheiros
CNPJ	23.378.908/0001-39
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Pernambuco: Cabo De Santo Agostinho, Escada e Ipojuca
Categoria Profissional	Transportadores autônomos e as pequenas e médias empresas de veículos novos e usados

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.207, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.030322/2016-94, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.1317(b) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 25 (RBAC 25), emenda 25-129, para o avião Embraer modelo EMB-390, relativa ao teste de HIRF (High Intensity Radiated Fields) para os sistemas elétrico e eletrônico,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 1.234, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.020529/2016-51, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para os parágrafos 25.1305(c)(7) e 25.1019(a) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 25 (RBAC 25), emenda 25-129, para o avião Embraer EMB-390, referente ao sistema de filtros de óleo do motor da aeronave,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.249, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.507038/2017-08, resolve:

Exclui o Aeródromo Público de Turiaçu (SNTU) (código OACI: SNTU) do cadastro de aeródromos. Esta Portaria entra em vigor em 22 de junho de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.232, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212/SPO, de 19 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.500336/2017-70, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. MARCÍLIO BASTOS DAVID, CRM-MG 56529, MC 145, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 245, Centro, Lagoa Santa (MG), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO DA CHEFE
Em 13 de janeiro de 2017

Nº 5 - Processo nº 50300.003470/2016-94. Empresa Penalizada: D Da Silva Brito - ME, CNPJ nº 15.274.096/0001-53. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 525,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXX, do art. 20, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ, de 23/11/2007.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO DO CHEFE
Em 17 de fevereiro de 2017

Nº 7 - Processo nº 50301.002204/2015-53. Empresa Penalizada: Geonavegação S.A., CNPJ nº 12.184.506/0001-87. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 165.000,00; pelo cometimento da infração tipificada no inciso VII, do art. 21 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/06/2012.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANTAQ nº 1, de 5 de janeiro de 2017, na legislação de regência e considerando o que consta do Processo no 50300.012434/2016-11, informa que serão publicadas hoje no sítio eletrônico da ANTAQ as respostas acerca das impugnações realizadas no âmbito do Edital do Leilão no 1/2017-ANTAQ.

Brasília-DF, 13 de abril de 2017.
LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.321, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Aprova a 2ª Revisão Ordinária, a 5ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da Rodovia BR-050/GO/MG, no trecho do entroncamento BR-040 (GO) até divisa MG/SP, explorado pela MGO Rodovias - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 037, de 11 de abril de 2017, no que consta dos Processos nºs 50500.441162/2016-15 e 50500.441160/2016-18;

CONSIDERANDO o disposto nos Capítulos 18 e 22 do Contrato de Concessão relativo ao Edital 001/2013, de 5 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.067, de 6 de abril de 2016, que aprova a 1ª Revisão Ordinária, a 3ª e 4ª Revisões Extraordinárias;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em cumprimento à Portaria DG nº 467, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a 2ª Revisão Ordinária, a 5ª Revisão Extraordinária e o Reajuste, que alteram a Tarifa de Pedágio, baseadas nos seguintes itens:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica de R$ 0,04943 para 0,05323;

II - aplicação do desconto de reequilíbrio de 1,186% (um inteiro, cento e oitenta e seis milésimos por cento), sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, correspondente ao Fator D;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT de 1,39596, sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, que representa o percentual positivo de 4,76% (quatro inteiros e setenta e seis centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - Consideração do Fator C de R$ 0,01234 na Tarifa de Pedágio por praça.

Art. 2º Alterar, em consequência, a Tarifa de Pedágio reajustada após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 5,70 para R$ 6,30, na praça P1; de R$ 6,20 para R$ 6,80, na praça P2; de R$ 4,70 para R$ 5,20, na praça P3; de R$ 3,60 para R$ 4,00, na praça P4; de R$ 5,10 para R$ 5,70, na praça P5; e de R$ 3,70 para R$ 4,10, na praça P6.

Art. 3º Alterar, na forma das tabelas anexas, a Tarifa de Pedágio reajustada, após arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Ipameri/GO; P2, em Campo Alegre de Goiás/GO; P3 e P4, em Araguari/MG; P5, em Uberaba/MG; P6, em Delta/MG.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 14 de abril de 2017.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

TABELAS DE TARIFAS

Praça de pedágio 1: Ipameri - BR-050/GO

Categoria de Veículos	Tipo de Veiculo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados(R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	6,30
2	Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	12,60
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	9,45
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	18,90
5	Automóvel e caminhonete com Reboque	4	Simples	2	12,60
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4	25,20
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5	31,50
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6	37,80
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	3,15

Praça de pedágio 2: Campo Alegre de Goiás - BR-050/GO

Categoria de Veículos	Tipo de Veiculo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	6,80
2	Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	13,60
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	10,20
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	20,40
5	Automóvel e caminhonete com Reboque	4	Simples	2	13,60
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4	27,20
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5	34,00
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6	40,80
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	3,40

Praça de pedágio 3: Araguari - BR-050/MG

Categoria de Veículos	Tipo de Veiculo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	5,20
2	Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	10,40
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	7,80
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	15,60
5	Automóvel e caminhonete com Reboque	4	Simples	2	10,40
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4	20,80
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5	26,00
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6	31,20
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	2,60

Praça de pedágio 4: Araguari - BR-050/MG

Categoria de Veículos	Tipo de Veiculo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	4,00
2	Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	8,00
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	6,00
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	12,00
5	Automóvel e caminhonete com Reboque	4	Simples	2	8,00
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4	16,00
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5	20,00
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6	24,00
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	2,00

Praça de pedágio 5: Uberaba - BR-050/MG

Categoria de Veículos	Tipo de Veiculo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	5,70
2	Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	11,40
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	8,55
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	17,10
5	Automóvel e caminhonete com Reboque	4	Simples	2	11,40
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4	22,80
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5	28,50
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6	34,20
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	2,85

Praça de pedágio 6: Delta - BR-050/MG

Categoria de Veículos	Tipo de Veiculo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	4,10
2	Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	8,20
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	6,15
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	12,30
5	Automóvel e caminhonete com Reboque	4	Simples	2	8,20
6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	4	Dupla	4	16,40
7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	5	Dupla	5	20,50
8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque	6	Dupla	6	24,60
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	2,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 11 DE ABRIL DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 70 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação transversal subterrânea, no km 88+655m, Sentidos Norte e Sul, no Município de Pindamonhangaba/SP, de interesse da empresa SAMM - Sociedade de Atividade em Multimídia Ltda. - Processo nº 50515.127955/2016-57.

Nº 71 - Autorizar a adequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RJ, no km 189+000m, na Pista Sul, em Queimados/RJ, de interesse da empresa Pedra Sul. - Processo nº 50505.015952/2016-91.

Nº 72 - Alterar a Portaria nº 293/2016/SUINF/ANTT, de 29 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U. de 30 de dezembro de 2016, mediante Extrato de Portaria, com o objetivo de modificar o nome da empresa responsável pela execução da obra de Unifique Franquias Ltda. para TPA Telecomunicações Ltda. - Processo nº 50545.023538/2016-89.

Nº 73 - Autorizar a implantação de viadutos sobre a BR-153/SP, no km 55+713m em Talhado/SP, no km 57+037m na Av. José Escobar, no km 58+484m na Rua C. Cavalcanti, no km 58+659m na Av. N. Senhora da Paz, no km 69+565m na Av. Anísio Haddad, no km 70+922m na Av. Juscelino Kubitschek, e Ponte sobre o Córrego Felicidade no km 57+484m, de interesse do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. - Processo nº 50500.152608/2017-11.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 10 DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017

"Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária reservada do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Luiz Alberto Albuquerque Souza, encontrando-se presentes os Conselheiros Antônio Claret de Oliveira, Antonio Herminio Nascimento da Silva, Carlos Vuyk de Aquino, Célio Alberto Barros de Lima, João Manoel da Cruz Simões e José Dimas Simões Machado. Na oportunidade, o Colegiado homologou o "despacho do Sr. Presidente de 22.02.2017, ad referendum do Conselho de Administração, que aprovou a exoneração do Sr. Alexandre Guimarães do cargo de Diretor Financeiro e de Serviços Compartilhados, com fundamento no inciso II combinado com o § 2º do art. 20 do Estatuto Social."

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, da qual eu, ass.) Regina Maria Santos Rodrigues, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros. Ass.) Luiz Alberto Albuquerque Souza, Antônio Claret de Oliveira, Antonio Herminio Nascimento da Silva, Carlos Vuyk de Aquino, Célio Alberto Barros de Lima, João Manoel da Cruz Simões e José Dimas Simões Machado. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO (Livro nº 014, páginas nº 077 a 079)."

REGINA MARIA SANTOS RODRIGUES
Secretária

Certidão: Registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 07/04/2017, sob o nº 20170243389, Protocolo: 17/024338-9, de 29/03/2017. NIRE - 53500000356.

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 11, DE 11 DE ABRIL DE 2017

(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e da Representante do Ministério Público Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 10 referente à Sessão Ordinária realizada em 4 de abril de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-014.268/2014-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-026.351/2007-8 e TC-028.871/2014-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-009.801/2014-6 e TC-024.346/2015-2, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-007.691/2016-5, TC-008.298/2008-9, TC-029.205/2015-8 e TC-030.678/2015-3, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-019.486/2014-5 (Ata nº 3/2017) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 3212/2017.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 3093 a 3191.

RELAÇÃO Nº 11/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 3093/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.465/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Pedro Henrique Munhoz da Cunha (016.588.839-34); Reinaldo Ajuz Issa (038.842.289-00); Reinaldo Seleti (143.127.199-34); Rogerio Ribeiro de Almeida (152.418.586-87); Ruy Pedruzzi (013.102.249-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3094/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.064/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adir Rickli Koller (081.022.109-82); Albino Panko (004.428.449-72); Ana Fachini Deves (231.377.119-91); Aparecida Bressan de Araujo (072.292.599-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3095/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.069/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlinda Raimundo (094.671.909-82); Carlos Ravazzani (170.035.209-15); Derli Virmond (163.911.609-53); Dorival Furlanetto (087.681.379-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3096/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.070/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Menezes Dantas (111.794.909-59); Guilda Damasceno dos Santos (295.759.907-49); Leonir Faria (255.462.609-04); Lucy Merlin Cuellar (318.495.989-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3097/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de alteração de aposentadoria de Darcy da Silva Sampaio, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da consignação determinada a seguir:

1. Processo TC-023.692/2010-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Darcy da Silva Sampaio (025.628.122-04).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que promova os ajustes necessários nos campos referentes aos tempos de serviço do ato cadastrados no Sisac.

ACÓRDÃO Nº 3098/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ana Zelia Alves da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.801/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO).
1.1. Interessada: Ana Zelia Alves da Silva (003.564.317-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3099/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n° 2261/2017-TCU-2ª Câmara, Ata n° 06/2017 - 2ª Câmara, Sessão de 07/03/2017 - Ordinária (peça 39), relativamente ao seu subitem 9.3., onde se lê: "o recolhimento da multa ao Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA,", leia-se: "o recolhimento da multa aos cofres do Tesouro Nacional,", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.260/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação de Cooperação Agrícola No Estado de Goiás (01.954.903/0001-74); Marta Fontes Leal (009.373.731-92); Wander Vieira da Silva (017.590.531-20)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3100/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 26 e 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em:

a) dar quitação da multa imputada ao Sr. Henrique Alfredo de Macedo Coelho (083.451.394-34), mencionada no subitem 9.2 do 9798/2015-TCU-2ª Câmara, retificado por erro material pelo Acórdão 11016/2015-TCU-2ª Câmara, face à comprovação de seu recolhimento integral pelo responsável;

b) autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, o parcelamento da multa imposta ao Sr. Francisco Nobre Filho (108.378.764-00), de que trata o subitem 9.2 do 9798/2015- TCU-2ª Câmara, retificado por erro material pelo Acórdão 11016/2015-TCU-2ª Câmara, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo-lhe que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

c) dar ciência desta deliberação aos responsáveis Sr. Francisco Nobre Filho (108.378.764-00) e Sr. Henrique Alfredo de Macedo Coelho (083.451.394-34).

1. Processo TC-029.867/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 000.988/2017-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO)
1.2. Responsáveis: Francisco Nobre Filho (108.378.764-00); Henrique Alfredo de Macedo Coelho (083.451.394-34)
1.3. Órgão/Entidade: Município de Florânia - RN
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
1.7. Representação legal: Francisco Nobre de Almeida Neto (4774/OAB-RN), representando Francisco Nobre Filho; Anderson Dantas Correia de Oliveira (9195/OAB-RN), representando Belliza Engenharia e Consultoria Ltda.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3101/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que mediante o Acórdão 11.829/2016-2ª Câmara (peça 20), foram julgadas irregulares as contas do sr. Francisco Olizete Agra, ex-prefeito de Itapaci/GO, e da Construtora Salles Nicolau Ltda., contratada para a execução das obras, com condenação solidária ao pagamento de débito e aplicação individual da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992;

Considerando que a Construtora Salles Nicolau Ltda. foi notificada da referida deliberação em 7.2.2017 (peça 38, p. 4), e, em 17.2.2017, apresentou petição (peça 40), em que alega, entre outras coisas, que as "obras apresentam completa funcionalidade", que os serviços mal executados foram feitos pela empresa Diamante Engenharia, por meio de contrato de sub-rogação, com a anuência da Prefeitura e da Caixa, que a empresa sub-rogada é quem recebeu os valores do contrato de repasse, e que a devolução de recursos de obras efetivamente executadas enseja o enriquecimento ilícito do Estado e o empobrecimento injusto da Construtora Salles Nicolau Ltda. Ao final da petição, a empresa afirma que espera resposta aos seus argumentos, que "refletem a verdade simples e pura";

Considerando que o recebimento da petição como Recurso de Reconsideração resultaria ônus processual ao responsável, pois geraria a preclusão consumativa prevista no art. 278, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no no art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em receber a peça recursal com mera petição, negando-se a ela seguimento e informar à interessada que poderá interpor recurso contra o mencionado acórdão, nos termos dos artigos 31 a 35 da Lei n° 8.443/1992, e 285 a 288 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-030.192/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Construtora Salles Nicolau Ltda. - Epp (07.283.463/0001-57); Francisco Olizete Agra (013.153.311-87)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Itapaci - GO
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3102/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 2/9/2015, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 5570/2015-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 18/8/2015, inserido na Ata nº 28/2015- Ordinária, o interessado somente compareceu aos autos em 10/11/2015, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos no presente expediente recursal, motivo pelo qual a impugnação não merece ser conhecida, nos termos do artigo 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992;

Considerando também que, por força dessas peculiaridades, os pareceres emitidos nos autos convergem pelo não-conhecimento do citado recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso II, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do pedido de reexame interposto pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados deste Acórdão e do exame de admissibilidade de peça 14.

1. Processo TC-004.106/2015-6 Pedido de Reexame (Representação)
1.1. Recorrente: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0002-52)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3103/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169, inciso III, 235, 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, em determinar o arquivamento do processo, após dar ciência desta deliberação ao representante, ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

1. Processo TC-025.080/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ceplac - Centro de Extensão - Ilhéus/BA - Mapa
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.2.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3104/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 17/10/2016, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 9249/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 16/8/2016, inserido na Ata nº 29/2016-Ordinária, o interessado somente compareceu aos autos em 3/11/2016, oportunidade em que protocolizou seu Pedido de Reexame;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado;

Considerando a ausência de legitimidade recursal do denunciante, nos termos do artigo 146 e 282 do RI/TCU;

Considerando ainda que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso II do Regimento Interno do TCU e artigo 48 da Lei 8443/1992, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do pedido de reexame interposto e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor deste acórdão e do exame de admissibilidade de peça 14, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.303/2015-8 Pedido de Reexame (Representação)
1.1. Recorrente: Ministério Público do Trabalho (26.989.715/0005-36).
1.2. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho - 13ª Região/PB - MPT/MPU (26.989.715/0044-42).
1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 3105/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.131/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luis Carlos Volpani (005.160.458-22); Maria Ivana da Matta Machado Fernandes (343.560.106-04); Mario Fernando Maia Queiroz (059.342.221-04); Mario Lucio Estrela Duarte (288.544.118-68); Newton Ferreira da Silva Marques (059.333.151-68); Niraldo Faria Baldini (286.600.216-49); Paulo Afonso da Mata Machado (138.308.726-15); Paulo Sergio Normando (110.037.663-15); Pedro Oliveira Barros (071.879.048-00); Vanderlei Alves Moitinho (010.465.279-91)
1.2. Órgão: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3106/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de requerimento formulado por Wilson de Oliveira Bezerra (peça 10), Secretário de Controle Interno do Superior Tribunal de Justiça, para que seja corrigida suposta inexatidão material que teria ocorrido no Acórdão 7449/2016 - TCU - 2ª Câmara (peça 7), a fim de substituir a indicação de seu nome pelo da Assessora Chefe da Assessoria de Atendimento aos Ministros, responsável pela área encarregada de responder à diligência formulada pelo TCU.

Considerando que a deliberação questionada prorrogou em 30 (trinta) dias o prazo para cumprimento do Ofício 7228/2016-TCU/Sefip, de 5/5/2016, que tratou de diligência dirigida ao próprio Secretário de Controle Interno do STJ, ora requerente, e não a outros servidores, sendo-lhe fixado o prazo de 15 dias para o encaminhamento dos documentos e esclarecimentos solicitados.

Considerando que em resposta ao Ofício 7227/2016 - TCU/Sefip, aquele dirigente encaminhou o Ofício 28/SCI, contendo os seguintes termos (peça 5):

"Em atenção ao prazo definido no Ofício n. 7227/2016-TCU/SEFIP, de 5/5/2016, e em aditamento aos termos do Ofício n. 26/SCI/STJ, de 25/5/2015, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, novo pedido de prorrogação de prazo apresentado pela titular da Assessoria de Atendimento aos Ministros, unidade responsável pela emissão dos documentos e informações requeridos por essa Secretaria para saneamento do Processo TC 012.588/2016-4."

Considerando evidente o fato de que o Acórdão 7449/2016 - TCU - 2ª Câmara não contém qualquer incorreção, na medida em que o expediente de diligência, que originalmente fixou o prazo posteriormente prorrogado, foi encaminhado ao requerente, que atua como intermediário entre o TCU e o STJ com a finalidade de sanear os presentes autos, e não à Assessora Chefe da Assessoria de Atendimento aos Ministros daquela Corte.

Considerando, por último, que a redação da deliberação questionada não traz qualquer prejuízo ao requerente, pois sua atuação é de intermediação com os servidores responsáveis pela formulação das respostas às diligências do TCU, como ficou claro no Ofício 28/SCI.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, em não acolher o pleito formulado pelo Sr. Wilson de Oliveira Bezerra, ante a inexistência de inexatidão material no Acórdão 7449/2016 - TCU - 2ª Câmara, mantendo-se em seus exatos termos a referida deliberação, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-012.588/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Cláudio de Almeida Santos (000.057.703-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3107/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de requerimento formulado por Wilson de Oliveira Bezerra (peça 10), Secretário de Controle Interno do Superior Tribunal de Justiça, para que seja corrigida suposta inexatidão material que teria ocorrido no Acórdão 7450/2016 - TCU - 2ª Câmara (peça 7), a fim de substituir a indicação de seu nome pelo da Assessora Chefe da Assessoria de Atendimento aos Ministros, responsável pela área encarregada de responder à diligência formulada pelo TCU.

Considerando que a deliberação questionada prorrogou em 30 (trinta) dias o prazo para cumprimento do Ofício 7228/2016-TCU/Sefip, de 5/5/2016, que tratou de diligência dirigida ao próprio Secretário de Controle Interno do STJ, ora requerente, e não a outros servidores, sendo-lhe fixado o prazo de 15 dias para o encaminhamento dos documentos e esclarecimentos solicitados.

Considerando que em resposta ao Ofício 7228/2016 - TCU/Sefip, aquele dirigente encaminhou o Ofício 27/SCI, contendo os seguintes termos (peça 5):

"*Em atenção ao prazo definido no Ofício n. 7228/2016-TCU/SEFIP, de 5/5/2016, e em aditamento aos termos do Ofício n. 25/SCI/STJ, de 25/5/2015, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, novo pedido de prorrogação de prazo apresentado pela titular da Assessoria de Atendimento aos Ministros, unidade responsável pela emissão dos documentos e informações requeridos por essa Secretaria para saneamento do Processo TC 012.589/2016-0.*"

Considerando evidente o fato de que o Acórdão 7450/2016-2ª Câmara não contém qualquer incorreção, na medida em que o expediente de diligência, que originalmente fixou o prazo posteriormente prorrogado, foi encaminhado ao requerente, que atua como intermediário entre o TCU e o STJ com a finalidade de sanear os presentes autos, e não à Assessora Chefe da Assessoria de Atendimento aos Ministros daquela Corte.

Considerando, por último, que a redação da deliberação questionada não traz qualquer prejuízo ao requerente, pois sua atuação é de intermediação com os servidores responsáveis pela formulação das respostas às diligências do TCU, como ficou claro no Ofício 27/SCI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, em não acolher o pleito formulado pelo Sr. Wilson de Oliveira Bezerra, ante a inexistência de inexatidão material no Acórdão 7450/2016 - TCU - 2ª Câmara, mantendo-se, em seus exatos termos, a referida deliberação, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-012.589/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilson Langaro Dipp (070.200.580-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3108/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.024/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Christian Frederico Mattis (895.695.390-20)

1.2. Entidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração, no sistema SISAC, do campo "remuneração inicial", no formulário do servidor Christian Frederico Mattis (CPF 895.695.390-20), para fazer constar o valor de "R$4.097,43" em vez de "R$ 6.935,20", conforme indicação do órgão de controle interno.

ACÓRDÃO Nº 3109/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.991/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Henrique Bohm (814.313.840-20); Cassiano Ramalho Salim (005.044.461-18); Danielle Reis de Almeida (012.952.117-50)

1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração, no sistema SISAC, do campo Data de Validade do Concurso de todos os formulários de admissão anexados a este processo, passando a constar 09/05/2015, em vez de 09/05/2013.

ACÓRDÃO Nº 3110/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.992/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luis Humberto Monteiro Beltrao Lima (036.541.911-77); Rosangela Tascini (292.244.728-69); Vanessa Franco (022.428.551-31); Victor Alvares Cimini Ribeiro (011.595.941-63)

1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração, no sistema SISAC, do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 12/07/2015 em vez de 12/07/2014.

ACÓRDÃO Nº 3111/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.006/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Gomes Alves (001.923.401-58); Ezir Bezerra Faustino de Andrade (429.020.371-04)

1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração, no sistema SISAC, do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 12/07/2015 em vez de 12/07/2014.

ACÓRDÃO Nº 3112/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.128/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ednardo Ferreira de Sousa (005.943.781-25); Marcos Augusto de Oliveira Madeira (038.788.667-20)

1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração, no sistema SISAC, do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 20/07/2015 em vez de 20/07/2013.

ACÓRDÃO Nº 3113/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.633/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: João Gomes da Silva (CPF: 391.660.584-49), Ronildo Lisboa Gomes (CPF 802.829.464-20) e Henaldo Nunes de França (CPF 563.606.144-72)

1.2. Órgão/Entidade: Energy Instalações Elétricas Ltda.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.6. Representação legal: Luis Cinéas de Castro Nogueira, OAB/PI 232-B.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3114/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.067/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB/AM 6168) e outros, representando Banco da Amazônia S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 11/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 3115/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão abaixo relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-006.002/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Margarida de Oliveira Cantarelli (002.565.364-49)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do preenchimento do campo "data de nascimento" do formulário de concessão de aposentadoria, de modo que onde se lê "28/3/1994" leia-se "28/3/1944".

ACÓRDÃO Nº 3116/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessões abaixo relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, esclarecer que as inativações ocorreram já na vigência da nova redação dada pela Lei Complementar nº 144/2014 ao art. 1º da Lei Complementar nº 51/1985, que rege a aposentadoria de servidor público policial, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-033.259/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gilzelia Quintanilha de Castro Oliveira (528.390.447-49); Helena Isabel Augusto dos Santos (181.123.152-72); Heloiso Vaz Vieira (310.648.411-04); Henrique Jorge da Silva (790.007.037-00); Hosana Maria Harraquian da Silva (320.374.902-59); Iran de Jesus Diniz Dias (075.135.183-00); Jeferson Machado Ferreira (829.523.707-10); Joalace Menezes de Souza (885.998.337-15)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do preenchimento dos campos "data da vigência" e "vigência" do formulário referente à alteração da aposentadoria por invalidez de Helena Isabel Augusto dos Santos, de modo que onde se lê "12/9/2012" leia-se "30/3/2012", conforme Portaria nº 1.526/2012, publicada no DOU de 12/9/2012.

ACÓRDÃO Nº 3117/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.393/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elisafã de Sousa Machado Neto (002.747.172-12); Ludimila do Rosário Marques (983.758.492-00); Luyani Thairini Benjamim dos Santos (965.892.992-34); Rafael Fróis Pinto (774.263.982-34); Rodrigo Jefferson Silveira do Rosário (905.849.452-72)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3118/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.503/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nelson Luiz Dorigo (604.054.062-15); Raimundo Nonato da Silva Júnior (680.073.702-00); Thaíse Silva Santana (911.954.382-49)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3119/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito dos atos de admissão constantes do processo abaixo relacionado, por terem sido lançados, no sistema Sisac, com prazo entre as datas da nomeação e da posse maior que o previsto no art. 13, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, sem esclarecimentos do gestor de pessoal, bem como mandar fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.354/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jane Cristina Sombrio Gesser (032.643.349-09); Jefferson Rodrigues da Rosa (002.131.761-57); Larissa Maria Alves da Silva (045.799.343-00); Lucia Hitomi Takakura (884.672.529-87); Magnus Ricardo de Gois (264.599.478-48); Mariana Cristina Gomes Barbosa (065.747.704-40); Mariana Finimundy (894.877.701-78); Morgana Celina Alves (006.448.940-08); Rogerio Anderson da Silva Leal (008.253.862-09)

1.2. Unidade: Ministério da Fazenda

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Fazenda que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento, via sistema Sisac, de novos atos de admissão, em substituição aos considerados ineptos.

1.8. Determinar à Sefip que:

1.8.1. adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação referente ao envio de novos atos corrigindo os que tiveram a apreciação de mérito considerada prejudicada, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;

1.8.2. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito for considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

ACÓRDÃO Nº 3120/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.849/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jeronimo Goulart Cardozo (004.504.890-86)

1.2. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3121/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.948/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Roberto Rodrigues Renovato (005.251.351-38)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3122/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.144/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Girese Oliveira da Silva (046.719.124-73)

1.2. Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do campo "regime" do formulário de admissão da servidora acima referida, de modo que onde se lê "2 - Militar" leia-se "1 - RJU".

ACÓRDÃO Nº 3123/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 17, inciso I, 143, inciso I, 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas de Francisco Natal Signor e Elidiana Maróstica, dando-lhes quitação, regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no presente processo, dando-lhes quitação plena, e mandar adotar as providências constantes da proposta da unidade técnica, com os ajustes sugeridos pelo Ministério Público junto ao TCU, considerando a possibilidade de os atos de concessões de aposentadorias e pensões sequer terem sido cadastrados e disponibilizados no sistema Sisac, para apreciação do TCU:

1. Processo TC-024.433/2013-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Ana Lúcia dos Santos Stepan (362.510.200-59); Elidiana Morostica (882.619.560-91); Francisco Natal Signor (508.094.828-00); José Euclides Vieira Severo (165.900.409-82); Roberto Schoreder (562.073.280-00); Sandra Machado (659.652.050-15); Sérgio Luiz da Silva Sobrosa (140.899.980-34) e Suzane da Silva Bittencourt (262.550.300-91)

1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul que, no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre e disponibilize, no Sistema Sisac, todos os atos de aposentadoria e pensão ainda pendentes dessas providências e que estejam relacionados com as seguintes ocorrências:

1.7.1. pagamento de parcela complementar de subsídio à pensionista matrícula Siape 03821935 (instituidor matrícula Siape 0025022), sem considerar os reajustes concedidos, observando-se que tal parcela deveria ter sido absorvida pelos reajustes ou reestruturações posteriores, conforme o disposto no art. 11, § 1º, da Lei nº 11.358, de 19/10/2006 (item 2.1.8.5 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.7.2. pagamento das vantagens do art. 184, inciso I, da Lei nº 1.711/1952 e do art. 192, inciso 1, da Lei nº 8.112/1990, calculadas sobre a Gratificação de Atividade Executiva - GAE, após a exclusão dessa gratificação da estrutura remuneratória, conforme o art. 29-A da Lei nº 11.090/2005 e o art. 29-B da Lei nº 11.344/2006, com as redações dadas pelos arts. 50 e 51 da Lei nº 11.784/2008, respectivamente (item 2.1.8.6 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.7.3. pagamento das vantagens do art. 184 da Lei nº 1.711/1952 e do art. 192 da Lei nº 8.112/1990, calculadas sobre nível salarial de cargo efetivo diferente do então exercido pelos servidores aposentados (item 2.1.8.8 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.8. Determinar à unidade jurisdicionada que preste a esta Corte de Contas, em até 30 (trinta) dias, informações sobre as ações adotadas no que tange aos itens 1.7.1 a 1.7.3 desta deliberação;

1.9. Determinar à Sefip que:

1.9.1. monitore o cumprimento das determinações exaradas pelo Tribunal;

1.9.2. faça, tão logo sejam disponibilizados, a verificação amostral desses atos de concessão, devendo, se for o caso, ser dispensada a manifestação do órgão de controle interno, nos termos do art. 260, § 3º, do Regimento Interno do TCU;

1.10. Dar ciência à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul sobre as seguintes impropriedades, detectadas no exame das presentes contas:

1.10.1. falhas no controle de utilização dos veículos da unidade, descumprindo o disposto no inciso VIII do art. 8º do Decreto nº 6.403/2008 e no art. 13 do Decreto-Lei nº 200/1967, a saber: requisições de veículos com falta de segregação de funções (entre usuário e o controlador); não identificação do controlador; falta de assinatura; insuficiência das informações (natureza do serviço, itinerário e demandantes); guarda de veículos oficiais em garagem residencial, sem a devida autorização; permanência de veículos fora da sede da SFA/RS; e ausência de pesquisa de preços para aquisição de serviços e peças (item 2.1.2.3 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.2. descumprimento dos prazos para atendimento das solicitações do controle interno, com inobservância do item 1.6.1.4 do Acórdão nº 5.387/2008-TCU-2ª Câmara (item 2.1.3.2 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.3. manutenção da contratação irregular de auxiliares administrativos, mediante o Contrato nº 5/2010, por se tratar da prestação de serviços relacionados com atividades administrativas da unidade, o que contraria as disposições do § 2º do art. 1º do Decreto nº 2.271/1997 (item 2.1.6.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.4. extrapolação dos prazos previstos no art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, para cadastramento dos atos de pessoal no Sisac e disponibilização ao controle interno (item 2.1.7.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.5. não apuração de responsabilidade por inconsistência no suporte documental de pagamento de auxílio-transporte a servidor com comprovante de endereço diverso do declarado, afrontando o que dispõe o art. 4º do Decreto nº 2.880/1998 (item 2.1.8.2 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.6. pagamento de auxílio-funeral em valor superior ao devido, por ocasião do falecimento do servidor de matrícula Siape 13643, em desacordo com os arts. 226, 227 e 241 da Lei nº 8.112/1990 (item 2.1.8.3 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.7. homologação de resultado do certame licitatório (Pregão Eletrônico nº 2/2009), no qual foi identificada desobediência ao item 8.8 do edital, uma vez que a Epavi Segurança Ltda. deveria ter sido desabilitada pelo não atendimento do item 8.3.1 do edital, que exigia a apresentação do certificado de segurança, bem como aceitação de atestados de capacidade técnica não compatíveis com o objeto licitado, contrariando o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993 (item 2.1.9.4 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.8. admissibilidade de participação da Epavi Segurança Ltda. no certame licitatório mencionado no item anterior, uma vez identificado que a empresa foi criada com o objetivo de burlar a sanção administrativa aplicada pelo CADE à Empresa Porto Alegrense de Vigilância Ltda., cujos sócios são os mesmos, caracterizando abuso de forma e fraude à Lei nº 8.666/1993, conforme o Acórdão nº 1.209/2009-TCU-Plenário e precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, Rel. Min. Castro Meira, Órgão Julgador Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Data de Julgamento 7/8/2003, Data da Publicação DJ 8/9/2003 (item 2.1.9.4 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.10.9. rigorismo formal na desclassificação da Ello Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 06.888.220/0001-80), no âmbito do Pregão nº 16/2009 (DOU 30/12/2009), por ter cotado item não solicitado no edital, o qual poderia ser desconsiderado ou retificado, mediante diligência (item 2.1.9.5 do Relatório de Auditoria da CGU);

1.10.10. deficiência na comprovação do recolhimento do INSS referente ao Contrato nº 5/2010, decorrente do Pregão nº 16/2009, em razão da apresentação de guias agregadas com os valores de outros contratos firmados pela contatada (item 2.1.9.6 do Relatório de Auditoria da CGU);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.10.11. falta de celeridade em processo de ressarcimento de dano ao erário, no que se refere à adoção das medidas administrativas prévias à instauração da tomada de contas especial, no caso dos Convênios nºs. 4/2003, 2/2005 e 1/2006, firmados com a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM), uma vez que o encaminhamento para constituição das respectivas TCEs somente ocorreu em 19/12/2012 (item 2.1.10.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RS);

1.11. Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 3124/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.505/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 016.390/2014-8 (Representação)

1.2. Responsáveis: Francisco de Assis Quintans (109.425.484-34); Jairo Teixeira Araújo Junior (221.777.871-49); José Humberto Oliveira (171.052.265-87); Pedro Correia Lima Neto (090.514.811-87)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Monteiro/PB

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.7. Representação legal: Caroline Alarcão Correia Lima (OAB/DF 46.477) e outros, representando Pedro Correia Lima Neto; Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24.518), representando José Humberto Oliveira; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (OAB/DF 40.915), representando Caixa Econômica Federal.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3125/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, arquivando-a, dando-se ciência ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução e da peça 18, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Processo TC-000.325/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Channel Consultants Ltda./EPP (CNPJ 26.600.082/0001-07)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3126/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 105, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos legais de admissibilidade, uma vez que possível falha de advogado público na condução de ato processual perante o juízo, com eventual repercussão financeira, não atrai a competência do TCU, na linha da jurisprudência predominante desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 1698/2009 - 2ª Câmara e 2448/2014 - 2ª Câmara; efetuar as medidas abaixo especificadas; e dar ciência desta deliberação ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-003.755/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

2. Representante: Jarbas Lacerda de Miranda (Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível, de Roraima)

3. Unidade: Banco do Brasil S. A.

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Representante do Ministério Público: não atuou

6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

7. Representação legal: não há

8. Encaminhar cópia dos autos ao Banco do Brasil S. A., para que promova apuração interna com vistas a identificar possível responsabilidade dos advogados que atuaram no processo 0800352-88.2014.8.23.0010, presumivelmente de forma negligente, que teriam ocasionado prejuízo àquela entidade, e, na hipótese de concluir pela existência de materialidade, encaminhe os fatos à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Roraima, para o exercício de suas atribuições correcionais.

RELAÇÃO Nº 11/2017 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 3127/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Luiz Fernando Silveira Netto.

1. Processo TC-005.794/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Luiz Fernando Silveira Netto (CPF 157.407.220-04).

1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3128/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, em dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante Súmula TCU 106, e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-020.947/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Evangelina Maria Martins Noronha (CPF 037.993.103-63); Flora Maria Braga Dieguez Fernandes (CPF 207.037.673-72); Francisca Xavier Costa Cantanhede (CPF 124.250.283-15).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: Antonio Emílio Nunes Rocha (OAB/MA 7.186) e outros, representando Evangelina Maria Martins Noronha.

1.8. Determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que proceda às anotações pertinentes nos assentamentos funcionais dos interessados.

ACÓRDÃO Nº 3129/2017 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes atos de aposentadoria de ex-servidores da Fundação Universidade Federal de Viçosa, cadastrados no sistema Sisac para apreciação deste Tribunal;

considerando que a proposta uniforme da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip foi no sentido de que todos os atos sejam considerados legais para fins de registro;

considerando que o Ministério Público junto ao TCU - MPTCU acompanhou a proposta da unidade técnica, à exceção dos atos de Alice Maria Correia Jham e Altair Soares das Graças, cuja proposta foi de que sejam destacados para formação de processos apartados e realização de diligências saneadoras;

considerando, finalmente, que assiste razão ao *parquet* especializado;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais e determinar o registro dos atos de aposentadoria de Ana Lucia de Barros; Darci Clementino Lopes; Domingos Vieira da Silva; Elisa Maria Diniz Botelho; Genesio Rodrigues de Melo; Geraldo Ramos de Castro e Geraldo Tereza do Carmo e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-032.383/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Alice Maria Correia Jham (CPF 013.354.803-15); Altair Soares das Graças (CPF 116.406.776-15); Ana Lucia de Barros (CPF 250.844.376-04); Darci Clementino Lopes (CPF 087.703.286-68); Domingos Vieira da Silva (CPF 042.150.446-34); Elisa Maria Diniz Botelho (CPF 431.067.737-15); Genesio Rodrigues de Melo (CPF 284.290.446-04); Geraldo Ramos de Castro (CPF 084.444.121-04); Geraldo Tereza do Carmo (CPF 064.504.826-72).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que os atos de aposentadoria de Alice Maria Correia Jham e Altair Soares das Graças sejam destacados destes autos para formação de processos apartados e realização de diligência junto à Fundação Universidade Federal de Viçosa para que:

1.8.1. seja encaminhada cópia dos mapas de tempo de contribuição, bem como das certidões que embasaram as averbações consideradas para a concessão das referidas aposentadorias, se for o caso;

1.8.2. seja demonstrado o cômputo do bônus de 17% do tempo de serviço laborado até a edição da Emenda Constitucional 20/1998, para fins de aposentadoria dos interessados no cargo de professor.

ACÓRDÃO Nº 3130/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-005.343/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Cristiane Maria Farias Rabucka (CPF 004.218.760-50); Emanuel Antonio Baccin (CPF 013.336.790-84); Felipe San Martin Ignacio Gomes (CPF 833.714.190-53); Franciane Mainara Pedroso (CPF 017.673.830-45); Joel Ricardo Schultz (CPF 012.423.330-96); Jonas Amaral Silva (CPF 832.065.310-04); Leandro Soares Rodrigues (CPF 728.651.560-87); Maicon Gilberto da Porciuncula Maciel (CPF 017.564.530-20); Marcelino da Silva Oliveira (CPF 824.330.110-00); Marcio Adriano da Silva Cardoso (CPF 582.169.280-68); Marlon Bender (CPF 013.896.460-25); Mateus Nunes de Souza (CPF 029.311.060-38); Matheus Lopes Flores (CPF 032.774.460-00); Matheus Noschang Figueiro (CPF 846.830.740-87); Matheus Pedroso do Amaral (CPF 032.449.660-55); Matheus Rogerio Rigui Bueno (CPF 030.459.640-01); Matheus Vinicius Correa (CPF 031.988.820-79); Mauricio Almeida da Silva Barros (CPF 032.773.330-60); Mauricio da Silva Danieli (CPF 032.767.650-71); Mauricio dos Santos de Souza (CPF 031.186.840-11).

1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3131/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-002.642/2017-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Andrea Cristina Alves Bezerra (CPF 027.349.497-09); Clenio Barcellos Pinto (CPF 039.960.697-15); Domingas Santos Pereira (CPF 821.722.697-00); Hiago Pablo Rodrigues Ferreira (CPF 179.410.207-85); Jose Carlos Brasil de Brito (CPF 040.047.367-49); Lodson Espindola (CPF 175.024.977-49); Lourdes Pereira Conceição (CPF 019.487.557-18); Lygia Magalhães Motta Anonaccio (CPF 017.962.627-22); Maria Izabel Ferrero de Souza (CPF 112.046.857-46); Maria dos Santos Pereira (CPF 315.898.637-04); Phiplipe Gomes Pinto (CPF 121.251.007-03); Raquel Rodrigues da Silva Ferreira (CPF 099.259.137-64).

1.3. Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3132/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos inicial e de alteração de concessão de pensão militar às interessadas a seguir relacionadas, e em dar ciência ao Comando da Marinha do Brasil sobre o descumprimento dos prazos estabelecidos no art. 7º da Instrução Normativa 55/2007, quanto ao envio dos atos dos interessados para apreciação deste Tribunal, fato que poderá sujeitar o responsável às sanções previstas na Lei 8.443/1992.

1. Processo TC-005.925/2017-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Naide de Moura Pereira (CPF 047.591.207-18); Tereza Cristina Rodrigues Nunes (676.973.563-68).

1.3. Unidade: Comando da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3133/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, e

considerando que o exame das ocorrências que ensejaram a instauração da presente tomada de contas especial evidenciou que o valor atualizado do débito apurado é inferior ao limite fixado por este Tribunal para encaminhamento de TCE;

considerando que o processo se encontra pendente de citação válida neste Tribunal;

considerando os princípios da racionalização administrativa e da economia processual;

ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 8º e 93 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 213 do Regimento Interno, em arquivar este processo sem julgamento de mérito, e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 13, à Universidade Federal da Paraíba - UFPB e aos responsáveis.

1. Processo TC-004.836/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira (CPF 203.996.854-72); Fundação José Américo (CNPJ 08.667.750/0001-23); Luiz Enok Gomes da Silva (CPF 295.184.154-04); Maria do Socorro Xavier Batista (CPF 094.506.964-20).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3134/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por José de Andrade Maia Filho contra o acórdão 6.246/2014 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais e condenou-o ao pagamento de débito e multa.

Considerando a intempestividade do recurso, eis que, notificado da deliberação que julgou embargos de declaração opostos contra o mencionado acórdão 6.246/2014 - 2ª Câmara em 26/12/2014 (acórdão 7.929/20147 - 2ª Câmara), o recorrente interpôs o presente expediente em 29/04/2015;

considerando que a oposição de dois outros embargos, decididos pelos acórdãos 355/2015 e 4.196/2016, ambos da 2ª Câmara, não alterou o julgamento das contas;

considerando que a documentação não traz "fato novo" a ensejar o conhecimento deste recurso fora do prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no Regimento Interno;

considerando que o reconhecimento da boa-fé (§2º do art. 202 do Regimento Interno) aplica-se à etapa de análise das alegações de defesa, anterior ao julgamento pela irregularidade das contas;

considerando que, quando do julgamento da TCE pelo relator a quo, foi expressamente avaliada no relatório que fundamentou a deliberação recorrida a inexistência de boa-fé, o que levou ao julgamento definitivo de mérito com fundamento no §6º do art. 202 do RITCU, em detrimento da concessão de prazo adicional para recolhimento do débito sem juros, prevista nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 202:

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285, *caput* e § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 81, ao recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC-013.658/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Recorrente: Jose de Andrade Maia Filho (CPF 702.586.353-04).

1.3. Unidade: Município de Itainópolis/PI.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

1.5.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz

1.6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3135/2017 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes embargos de declaração opostos por James Abraão dos Santos contra o acórdão 944/2017-2ª Câmara.

Considerando que, em momento processual anterior, a peça nominada pelo recorrente de "recurso de reexame", com vistas à reforma do acórdão 2.990/2012 - 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais e imputou-lhe débito solidário e multa, foi recebida como mera petição, com negativa de seguimento;

considerando que o requerente interpôs recurso de reconsideração contra o acórdão 2.990/2012 - 1ª Câmara, que foi conhecido e improvido pelo acórdão 7.141/2014 - 1ª Câmara, operando-se, portanto, preclusão consumativa;

considerando que a única modalidade recursal possível seria o recurso de revisão;

considerando, entretanto, que não seria o caso de receber aquele apelo como recurso de revisão, haja vista que tal fato poderia ser prejudicial ao responsável, tendo em vista o esgotamento de sua derradeira possibilidade recursal;

considerando que a supracitada peça intitulada "recurso de reexame", por ter sido recebida como mera petição, com negativa de seguimento, não comportou exame de mérito, justamente para não prejudicar o recorrente com o esgotamento da sua possibilidade de recorrer, visto que a partir de agora somente cabe ingressar com recurso de revisão;

considerando, finalmente, que, por não ter o acórdão ora atacado enveredado no exame de mérito, não é cabível a oposição dos presentes embargos de declaração.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no inciso II do art. 32 e no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o §2º do art. 278 do Regimento Interno deste Tribunal, em não conhecer dos embargos de declaração; em dar ciência desta deliberação ao recorrente; e em arquivar os autos.

1. Processo TC-016.698/1999-1 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Apenso: TC 002.108/1999-2 (REPRESENTAÇÃO).

1.3. Embargante: James Abraão dos Santos (CPF 100.137.413-49).

1.4. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Relatora da decisão recorrida: ministra Ana Arraes.

1.7. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.8. Unidade Técnica: não atuou.

1.9. Representação legal: José de Ribamar Coelho Bandeira (OAB/MA 692), representando James Abraão dos Santos.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3136/2017 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes embargos de declaração opostos por Ronielson Silva dos Santos contra o acórdão 1.443/2017-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação ao pagamento de débito solidário e imputação de multa, em razão da não comprovação da correta aplicação de recursos repassados ao município de Ferreira Gomes/AP, na modalidade fundo a fundo, nos exercícios de 2007 e 2008, no âmbito do Programa Agentes Comunitários de Saúde;

considerando que o embargante foi notificado por intermédio do ofício 0060/2017-TCU/SECEX-AP, de 17/2/2017 (peça 38), recebido em 10/3/2017, conforme comprova o aviso de recebimento à peça 43;

considerando que estes embargos de declaração foram opostos neste Tribunal em 28/3/2017, ou seja, fora do prazo de 10 (dez) dias fixado pelo §1º, do art. 34, da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei 8.443/1992);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no inciso II do art. 32 e no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o §2º do art. 278 do Regimento Interno deste Tribunal, em não conhecer dos embargos de declaração; em dar ciência desta deliberação ao recorrente; e em arquivar os autos.

1. Processo TC-025.580/2015-9 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Embargante: Ronielson Silva dos Santos (CPF 596.958.112-72).

1.3. Unidade: Município de Ferreira Gomes/AP.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: não atuou.

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3137/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, c/c o art. 169, inciso III, do Regimento Interno, em não conhecer desta representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, haja vista tratar-se de interesses privados, inexistente qualquer fato ou alegação de direito que configure eventual interesse público; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 3, à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-005.715/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: ALS Desinsetizadora e Serviços Técnicos Ltda. - EPP (CNPJ 08.593.263/0001-63).

1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Bahia - Sebrae/BA

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3138/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de recurso inominado, examinado como pedido de reexame, interposto pela Fundação Poceti contra o acórdão 5.362/2014 - 2ª Câmara.

Considerando que a relação jurídica processual estabeleceu-se apenas entre esta Corte e a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e foi manifestada pela determinação de providências a serem adotadas pelo ente jurisdicionado;

considerando a ausência de interesse recursal da recorrente, posto que a decisão ora recorrida não lhe acarreta nenhum prejuízo;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443/1992, 146 e 282 do Regimento Interno, em não conhecer deste pedido de reexame, em razão da ausência de legitimidade e de interesse recursal; e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 142, à recorrente.

1. Processo TC-015.471/2011-0 (PEDIDO DE REEXAME)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Recorrente: Fundação Poceti (CNPJ 03.120.897/0001-85).

1.3. Unidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes

1.5. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidades Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Isabel da Silva Medeiros (OAB/AM 7178); Luziane de Figueiredo Simão Leal (OAB/MA) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3139/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto pela TS Consultoria Empresarial Ltda. contra o acórdão 12.416/2016 - 2ª Câmara, que conheceu representação por ela apresentada, considerou-a parcialmente procedente e fez determinações à Agência Nacional de Águas (ANA).

Considerando que a relação jurídica processual estabeleceu-se apenas entre esta Corte e a Agência Nacional de Águas e foi manifestada pela determinação de providências a serem adotadas pelo ente jurisdicionado;

considerando a ausência de interesse recursal da recorrente, posto que a decisão ora recorrida não lhe acarreta prejuízo;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443/1992, 146 e 282 do Regimento Interno, em não conhecer deste pedido de reexame, em razão da ausência de legitimidade e de interesse recursal; e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 31, à recorrente.

1. Processo TC-024.828/2016-5 (PEDIDO DE REEXAME)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Recorrente: TS Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 06.033.739/0001-86).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Águas - ANA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3140/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso III, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno, em conhecer desta representação; em considerá-la parcialmente procedente; em considerar prejudicada a medida cautelar sugerida, ante a perda do objeto; em dar ciência à Universidade Federal do Paraná de que o aproveitamento, ou quaisquer outras modalidades de utilização de vagas abertas, a qualquer tempo, visando ao preenchimento, por meio de concurso público de provas e/ou títulos, entre candidatos aprovados em certames diversos, para cargos diversos, afronta os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade (art. 37, *caput*, Constituição Federal), assim como o da isonomia entre os eventuais candidatos (art. 5º, *caput*, da Carta); em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 17, ao representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-028.348/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União.

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3141/2017 - TCU - 2ª Câmara

Visto o pedido de reexame interposto pelo Ministério da Saúde - MS contra o acórdão 10.878/2016 - 2ª Câmara, que considerou procedente representação da Procuradoria da República no Amazonas e fez determinações.

Considerando a intempestividade do recurso, eis que, notificado da deliberação em 11/10/2016, o Ministério da Saúde interpôs o presente expediente em 07/11/2016;

considerando o argumento acerca da "similaridade entre as questões tratadas nos presentes autos e as discutidas no TC 034.411/2013-5; da concessão de efeito suspensivo a pedido de reexame interposto naqueles autos, o que constitui fato superveniente; e dos princípios do formalismo moderado e da verdade material; devem os mencionados recursos ser julgados conjuntamente, com o objetivo de evitar decisões conflitantes acerca de temas análogos."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando, contudo, que tal linha argumentativa representa elemento ordinário que somente justifica o exame na hipótese de interposição tempestiva do apelo e não constitui "fato novo" a ensejar o conhecimento deste recurso fora do prazo legal;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 48, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285, caput e §2º, e 286, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 33, ao recorrente.

1. Processo TC-033.455/2015-5 (PEDIDO DE REEXAME)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Recorrente: Ministério da Saúde.
1.3. Unidade: Município de Itacoatiara/AM.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 3142/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.822/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina de Oliveira Reis (413.778.168-00); Gustavo Guedes Zinani (326.293.288-48); Luiz Claudio dos Santos (258.592.708-36); Mario Augusto Campos Cabral (286.841.558-07); Ronaldo Savio Straitenberger Ribeiro (050.927.208-83); Talles da Silva Carlos Fernandes (351.635.128-46).
1.2. Órgão/Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3143/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.177/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleiton Freitas Franco (475.381.551-04); Leandro Júnio Rodrigues Ximenes (026.382.561-29); Marcello Vianna Penna (111.192.766-91); Thiago Franco Silva (086.346.316-99).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Engenharia e Construção do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3144/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno/TCU e no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por inépcia, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica à Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. e de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.361/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Armando Simões Bento Filho (021.205.918-14); Edir Sampaio de Goes (889.990.418-91); Vandre da Silva (156.694.698-01); Wladimir Cecilio da Silva (086.882.898-08).
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, novos atos de admissão de pessoal, para apreciação por este Tribunal, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao seu correto exame, corrigindo, em especial, as falhas apontadas pela Sefip, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU n. 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 3145/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do ato de concessão de pensão civil em favor da interessada, por perda de objeto, tendo em vista o seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.289/2013-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Michelle Vieira (051.698.037-88).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3146/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.479/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aparecida Petrato Gonçalves (054.979.766-11); Ephigenia Martins Ferreira de Jesus (076.772.866-15); Ines Ramos do Nascimento Souza (946.810.666-72); Luiz Nonalvares Monteiro (010.275.732-15); Maria Aparecida Rodrigues (586.671.566-04); Maria Benedita da Silva (027.904.186-16); Neide de Paula Santos (026.221.286-22); Paulo Celio Petermann (209.173.336-91); Romildo Gonçalves Junior (117.081.836-63); Terezinha Dias Oliveira dos Santos (622.684.306-34); Terezinha das Graças Pedroza (050.739.686-38).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3147/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.480/2017-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Cleuza de Oliveira Ewandir (282.345.376-87); Maria da Conceição da Silva (771.415.556-68).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3148/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.589/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adir dos Santos Lopes (140.024.787-00); Helena Negrão da Costa (391.491.292-87); Idenir da Silva Monteiro (161.782.037-72); Luiza Ferreira Rabelo (706.798.357-68); Maria Auxiliadora Martins dos Santos (567.243.734-68); Maria Célia dos Santos Nazário (106.065.482-20); Maria Jose Cabral de Aquino (982.105.487-00); Nely Rosa Dutra de Brito (880.356.547-72); Shirley Pegoraro Guizarra de Melo (023.996.477-26); Silvia Regina Pereira da Silva (541.138.307-20).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3149/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.820/2007-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Apensos: 022.754/2010-5 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO).
1.2. Interessados: Adalgisa de Carvalho Goes (039.210.425-34); Ana Lúcia Cerqueira Leite (299.857.067-49); Angela Maria Matos dos Santos (067.915.902-97); Brenda Santos de Araújo Goes (818.100.165-68); Breno Santos Araújo Goes (818.100.595-34); Gladis Griebler (383.130.060-72); Gloria Maria Daniel Proenca (294.868.906-68); Iraci Silva Santos (423.888.805-72); Lilian Faria Mercio (227.044.007-25); Marcia de Carvalho Ribeiro (421.159.066-91); Rita do Carmo David das Neves (462.434.962-87); Rosita de Freitas Cardoso (464.001.251-91); Sônia Pires Camilo (510.731.701-44); Yolanda da Silva Oliveira (441.585.480-04).
1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3150/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos II e V, alínea a, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer emitido pela Sefip:

1. Processo TC-017.647/2010-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cristina Santos das Chagas (885.749.625-20); Anadir de Castro Guedes (011.567.347-46); Antonia Maria Ribeiro de Britto (542.834.427-04); Bruno Henrique Morais Chagas (134.110.787-66); Hildenir dos Santos Mesquita Chagas (385.320.777-49); Jacy da Rosa Paes de Moraes (464.294.927-53); Jose da Silva (070.400.677-49); Maria da Esperança Evangelho (921.050.507-78); Nathalia de Souza Britto (134.665.387-93); Stephanie Cristina Moraes Chagas (134.110.777-94); Therezinha de Jesus Theodoro da Silva (037.148.837-03); Vera Lucia da Costa Barbosa (633.922.757-00); Zilka Lisboa Wirth (704.666.967-87).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Primeira Região Militar do Comando do Exército que emita e disponibilize no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, novo ato de pensão civil em favor da Sra. Vera Lúcia da Costa Barbosa (CPF 633.922.757-00), escoimado das irregularidades verificadas no Acórdão n. 3.952/2013 - 2ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 3151/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea c, e 251 do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer emitido pela Sefip:

1. Processo TC-023.021/2014-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ednaldo Neves da Silva (028.558.777-33); Jose Roberto Monteiro (153.344.737-34); Luiz Henrique Alexander Andrade (090.268.197-49).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Primeira Região Militar do Comando Militar do Exército que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, adote medidas, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, no sentido de que os proventos de pensão civil de Luiz Henrique Alexander Andrade (090.268.197-49) e José Roberto Monteiro (153.344.737-34) sejam pagos nos termos da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Emenda Constitucional n. 70/2012, conforme determinado no item 1.7.1 do Acórdão n. 891/2015 - 2ª Câmara, ou seja, com base na remuneração do cargo de suas respectivas instituidoras, e, caso necessário, institua parcela compensatória, que estará sujeita apenas aos reajustes gerais dos servidores públicos federais, e deverá ser paulatinamente absorvida sempre que houver reorganização ou reestruturação dos cargos e das carreiras, ou das remunerações previstas em lei, até sua completa extinção.

ACÓRDÃO Nº 3152/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.734/2017-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Carmem Lucia Pacheco de Oliveira (629.265.430-34); Elgia Maria Pacheco de Oliveira (302.581.620-15); Lucia Cristine Pacheco de Oliveira (457.687.650-34).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3153/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.590/2017-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Flor de Lis Rodrigues dos Santos (453.530.260-04); Malvina Suzana Matte (360.166.320-15); Maria Suzara Camara (204.530.860-04).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3154/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.605/2017-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Lucia Guerra Rolla (072.860.967-37); Martha Guerra Moraes (073.273.577-77); Selma Guerra Luongo (573.631.961-68); Sonia Guerra Marques (986.723.557-68).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3155/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.606/2017-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Regina Celia da Silva Goncalves (018.617.697-09).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3156/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.525/2017-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Eterna Fernandes de Castro (162.682.881-49); Maria da Penha Brito Carneiro (539.373.841-20).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3157/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.614/2017-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Agmar Barros Privatti (748.952.307-91); Flavia Fonseca Ferreira (848.061.257-68); Tania Maria dos Santos Paes (608.022.787-87).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3158/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.615/2017-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alda Aurelio de Abreu (911.619.917-00); Elizabeth Chagas Alvarenga (276.854.037-49); Gloria Maria Aurelio de Abreu (054.972.827-92); Lygia Maria Ventura Moura (222.214.927-49); Maria Angela Aurelio de Abreu (296.653.967-49); Maria de Lourdes Abreu de Vasconcelos (590.523.687-91); Marisa Abreu da Silva (054.972.867-80).

1.2. Órgão/Entidade: p Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3159/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.621/2017-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aguinalva Jose Rufino (214.970.522-20); Cilene Maria Pimentel de Matos Ferreira (553.472.311-49); Ilclerida Abreu Bruno (233.668.939-15); Ildebora Vasconcellos (128.698.307-00); Ildete de Abreu Tavares (928.240.487-00); Ildevania Arrigoni (077.863.517-10); Ilvania da Silva Abreu (359.622.247-87); Maria Marcia Rufino Nogueira (660.036.874-87); Maria do Socorro de Matos Pereira (008.418.621-68).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3160/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.622/2017-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adelia Guedes de Santana (127.794.744-91); Ana Maria Guedes Menezes (013.059.557-81); Maria Izabel Guedes (037.703.717-63); Sandra Helena Lacerda Alves (399.923.814-34).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3161/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.656/2013-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ariocila dos Santos Melgueiro (584.951.182-20); Luma de Fatima Melgueiro da Silva (004.238.852-00); Luma de Fatima Melgueiro da Silva (004.238.852-00); Maria Mazarello Melgueiro Costa (276.452.152-91); Veneranda Gloria Ferreira Melgueiro (445.410.822-68).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3162/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação à Sra. Maria Lúcia de Oliveira Barros, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada, promovendo-se em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à mencionada responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.025/2002-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 010.771/2012-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.769/2012-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.142/2012-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.856/2012-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.710/2012-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.736/2012-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.598/2012-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.820/2012-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.137/2012-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.713/2012-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.714/2012-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.787/2012-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.712/2012-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.144/2012-9 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Antonio Carlos Monteiro (489.994.663-53); Construtora Flores - J. P. Bringel (41.625.146/0001-00); Construtora Franco e Santana Ltda. (01.784.185/0001-35); Ernesto Eudes Aragão de Sousa (283.503.833-72); Gizeuda Maria Gomes Pereira de Azevedo (337.832.413-91); Haroldo Medeiros (068.109.343-91); Isabel Cristina da Silva Ramos (375.172.873-20); José Antonio de Carvalho (133.823.063-87); José Antonio de Carvalho (432.528.343-91); Luís Nunes da Cruz (287.050.763-15); Maria Lúcia de Oliveira Barros (361.627.363-34); Nilsa Alves da Silva (306.800.773-91); Norberto Bezerra da Silva Filho (273.654.683-00); R C Reformas e Cosntruções Ltda (01.420.830/0001-83); Walter Barros da Silva (159.821.903-06).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Timon/MA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.7. Representação legal: Juliana Costa Soares (23136/OAB-CE), representando Ernesto Eudes Aragão de Sousa; Marcos André Lima Ramos (3839/OAB-PI) e outros, representando Nilsa Alves da Silva; Manoel Fortes de Carvalho (1222/81/OAB-PI), representando Gizeuda Maria Gomes Pereira de Azevedo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.3.2 do Acórdão n. 1.072/2009, proferido pelo Plenário, em Sessão de 20/5/2009, Ata n. 19/2009.

Data de origem da dívida: 20/5/2009 Valor original da dívida: R$ 2.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:

20/12/2013 R$ 71,00
28/01/2014 R$ 74,06
17/03/2014 R$ 71,00
12/06/2014 R$ 71,00
25/08/2014 R$ 71,00
25/08/2014 R$ 71,00
25/08/2014 R$ 71,00
25/08/2014 R$ 71,00
25/08/2014 R$ 71,00
23/09/2014 R$ 71,00
27/10/2014 R$ 71,00
28/11/2014 R$ 71,00
18/12/2014 R$ 71,00
28/01/2015 R$ 71,00
26/02/2015 R$ 71,00
31/03/2015 R$ 71,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

30/04/2015 R$ 71,00
28/05/2015 R$ 71,00
26/06/2015 R$ 71,00
31/07/2015 R$ 86,87
31/08/2015 R$ 86,87
30/09/2015 R$ 86,87
29/10/2015 R$ 86,87
27/11/2015 R$ 86,87
23/12/2015 R$ 90,06
29/01/2016 R$ 90,92
29/02/2016 R$ 92,07
31/03/2016 R$ 92,91
29/04/2016 R$ 93,30
31/05/2016 R$ 93,89
30/06/2016 R$ 94,61
01/08/2016 R$ 94,93
31/08/2016 R$ 95,43
30/09/2016 R$ 95,85
31/10/2016 R$ 95,93
30/11/2016 R$ 96,18

ACÓRDÃO Nº 3163/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando que os presentes autos cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de irregularidades havidas na aplicação de recursos provenientes de convênios firmados entre o Município de Taguatinga/TO e órgãos e entidades federais; considerando a apresentação, pelo Sr. Paulo Roberto Ribeiro, ex-Prefeito do mencionado ente federativo, de petição intitulada "querela nullitatis", por meio da qual argui a nulidade absoluta dos atos praticados no bojo deste processo; considerando que o Acórdão n. 2.090/2010 - Plenário, proferido neste feito, já transitou em julgado, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer do pedido acima referenciado, arquivar os autos e dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução produzida pela unidade técnica, ao responsável, de acordo com o parecer da Secex/TO:

1. Processo TC-004.232/2004-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 010.254/2011-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.252/2011-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.253/2011-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.250/2011-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.248/2011-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Interessado: Paulo Roberto Ribeiro (088.124.461-91), ex-Prefeito do Município de Taguatinga/TO.

1.3. Responsáveis: Bento Costa Guerra (117.236.021-91); O & M Organizacao e Metodos Engenharia Ltda. (00.556.450/0001-65); Otaviano Construtora Ltda. (00.066.696/0001-48); Paulo Roberto Ribeiro (088.124.461-91).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Taguatinga/TO.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.8. Representação legal: Bruno Silva Campos (OAB/DF 17509) e outros, representando Paulo Roberto Ribeiro.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3164/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.999/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Raimundo Nonato Bona (014.442.713-34) e João Félix de Andrade Filho (218.048.423-20).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campo Maior/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3165/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 9.424/2016 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 16/08/2016, Ata n. 29/2016, relativamente ao seu item 8, onde se lê: "(...) Representação legal: não há (...)", leia-se: "(...) Representação legal: João Machado Mitoso, OAB/AM 559, representando Raimundo Quirino Calixto (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, sem prejuízo de encaminhar os autos à Secretaria de Recursos para exame do Recurso de Reconsideração interposto pelo responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.837/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Raimundo Quirino Calixto (030.794.812-91).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: João Machado Mitoso, OAB/AM 559, representando Raimundo Quirino Calixto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3166/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 6.278/2016 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 31/5/2016, Ata n. 18/2016, relativamente ao seu subitem 9.1, onde se lê: "recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional", leia-se: "recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.996/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Daniel José da Silva (432.321.674-20); Djumbay - Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável (00.671.751/0001-30); Gilson Francisco Pereira (264.897.834-87); Moisés Fernandes Correia (866.688.624-20).

1.2. Órgão/Entidade: Djumbay - Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3167/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Município de Itapema/SC, ante o recolhimento integral da dívida a que foi condenado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.852/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 023.589/2016-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 023.587/2016-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 023.586/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 023.588/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Celso Luiz Dellagiustina (223.942.149-53); Celso Luiz Sens (444.647.389-15); Clovis José da Rocha (181.714.439-15); Giliard Reis (003.463.849-07); Prefeitura Municipal de Itapema/SC (82.572.207/0001-03); Valneci Sebastião Bernardes Júnior (604.706.749-20); Valério Müller (375.649.869-72).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapema/SC.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.7. Representação legal: James Márcio Gomes, OAB/SC 19212, e outros, representando Clovis José da Rocha.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.3 do Acórdão n. 3.789/2013, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 2/7/2013, Ata n. 22/2013, com a redação dada pelo Acórdão n. 5.235/2015, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 11/8/2015, Ata n. 27/2015.

Datas de origem da dívida: Valores originais da dívida:
04/06/2004 R$ 22.559,34
07/07/2004 R$ 15.557,45
27/07/2004 R$ 2.407,80
06/09/2004 R$ 56.760,00
21/10/2004 R$ 3.800,00
29/10/2004 R$ 8.000,00
07/12/2004 R$ 500,00
20/12/2004 R$ 500,00
23/12/2004 R$ 500,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
11/1/2016 R$ 80.000,00
20/1/2016 R$ 10.000,00
21/1/2016 R$ 110.000,00
22/1/2016 R$ 50.000,00
25/1/2016 R$ 100.000,00
28/1/2016 R$ 100.000,00

ACÓRDÃO Nº 3168/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e ao Município de Jurema/PI, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-029.121/2016-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco José da Silva Neto (580.620.092-20).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jurema/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3169/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão n. 8.541/2016 - 2ª Câmara, em arquivar o presente processo, de acordo com o Parecer da SecexPrevidência:

1. Processo TC-027.267/2016-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva da Previdência Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3170/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Câmara Municipal de São João da Baliza/RR, e cópia integral dos autos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-000.310/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE/RR.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João da Baliza/RR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação do teor desta decisão, informe a este Tribunal as medidas adotadas e os resultados obtidos, no exercício de sua função fiscalizatória primária, quanto ao acompanhamento da execução do Convênio n. 68/2013, celebrado entre o então Ministério da Pesca e Aquicultura e o município de São João da Baliza/RR, e da respectiva prestação de contas, instaurando, caso necessário, o devido processo de Tomada de Contas Especial;

1.7.2. à Secex/RR que monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 3171/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 9.5.1.3 do Acórdão n. 5.849/2013 - 2ª Câmara, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de reconhecer a prescrição da pretensão punitiva relativa às supostas irregularidades atribuídas à assinatura do Memorando n. 2269/2006/Ascom/MiCi, e de encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades e aos responsáveis, bem como de juntar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação nos TCs ns. 018.750/2007-8, 020.491/2008-0, 031.490/2010-7 e 027.844/2011-0, de acordo com o parecer da SecexAdministração:

1. Processo TC-001.341/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-001.356/2014-3 (Monitoramento).

1.2. Representante: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.3. Responsáveis: Cleucio Santos Nunes (133.749.178-01); Francisco Cavalcante Bizerra (220.627.261-04); Francisco de Assis Rodrigues Fróes (001.925.878-03); Hudson Cavalcante de Araujo (097.824.781-72); José Maria Martins (225.617.811-00); Magda Oliveira de Myron Cardoso (295.784.930-53); Maria Emília da Cruz Dias Ribeiro (119.486.801-06); Maria Regina Pires (317.272.710-68); Renato Stoppa Candido (227.209.521-68); Rosilene Saraiva Ribas de Ornelas (774.565.991-49); Sônia de Oliveira Barbosa (800.218.917-53); Ulisses Fernandes Silva (054.782.191-34); Wilson Felicíssimo de Lima (461.731.291-91).

1.4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - SE/MiCi.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.8. Representação legal: Pedro de Almeida Martins Filho, OAB/DF n. 25.726.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3172/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao 1º Batalhão Ferroviário de Santa Catarina e à representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/SC:

1. Processo TC-004.133/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conepark - Conexões e Válvulas Ltda. (08.252.475/0001-87).

1.2. Órgão/Entidade: 1º Batalhão Ferroviário de Santa Catarina - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3173/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, tendo em vista o cumprimento da determinação contida no subitem 1.7.1 do Acórdão n. 6.491/2016 - 1ª Câmara, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-005.001/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM/CE.

1.2. Responsáveis: Ana Lucia Castelo Branco (122.253.123-20); Jose de Freitas Uchoa (016.562.283-00)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3174/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/PI, e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/PI:

1. Processo TC-018.659/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI). 1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação do teor desta decisão, informe a este Tribunal as medidas adotadas e os resultados obtidos, no exercício de sua função fiscalizatória primária, quanto ao acompanhamento da execução do Termo de Compromisso PAC n. 201832/2011 e da respectiva prestação de contas, instaurando, caso necessário, o devido processo de Tomada de Contas Especial;

1.7.2. à Secex/PI que monitore a determinação constante do subitem 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 3175/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considera-la procedente e fazer as seguintes determinações, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica ao Ministério da Saúde e ao Fundo Nacional de Saúde, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-025.952/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Serviço de Auditoria do Estado do Ceará - Seaud/CE - Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus/MS.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Saúde - FNS que, se ainda não o fez, instaure e conclua, no prazo de 60 (sessenta) dias, o devido processo de Tomada de Contas Especial com vistas à apuração das ocorrências mencionadas no Processo n. 25002.002240/2012-00, atinentes ao descumprimento de Termo de Ajuste Sanitário - TAS firmado com a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, o qual tinha por finalidade a correção de impropriedades registradas no Relatório de Auditoria - Denasus n. 9.380, informando este Tribunal, ao término do referido prazo, acerca das providências adotadas;

1.7.2. à Secex/CE que monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 1.7.1 acima, representando a este Tribunal, caso necessário.

ACÓRDÃO Nº 3176/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução da unidade técnica e desta deliberação à representante e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, para a adoção das providências que entender necessárias, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-027.236/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Calux Comercial Eireli - EPP (03.578.434/0001-61).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Esporte do Governo do Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3177/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS e ao Município de Itaitinga/CE, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de dar ciência da seguinte irregularidade, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-028.405/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Serviço de Auditoria do Estado do Ceará - Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Seaud/CE/Denasus/MS.

1.2. Responsável: Maria Adanizia Castro Gurgel Rodrigues (275.494.883-04).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Ciência:

1.8.1. ao Fundo Nacional de Saúde que, no tocante às irregularidades detectadas no procedimento de Verificação do TAS n. 187, realizado pelo Denasus junto à Secretaria Municipal de Saúde de Itaitinga/CE, caso o valor atualizado do prejuízo apurado não supere R$ 100.000,00 (cem mil reais), a instauração da tomada de contas especial é dispensável, conforme o disposto no art. 6º, caput e inciso I, da IN/TCU n. 71/2012, alterada pela IN/TCU n. 76/2016, sem prejuízo de que sejam obrigatoriamente adotadas pela autoridade competente as medidas acauteladoras constantes do art. 15 da referida norma.

ACÓRDÃO Nº 3178/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-032.014/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - MPF.

1.2. Responsáveis: Jose Firmo Camurca Neto (221.108.103-78); Roberto Soares Pessoa (001.137.353-91).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maracanaú/CE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3179/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação aos representantes e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, para adoção das providências que entender necessárias, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PI:

1. Processo TC-032.598/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: Fernanda Cruz Moraes Pessoa (841.735.563-49) e José Airton Rodrigues Gaudino (273.708.013-44), Vereadores do Município de Demerval Lobão/PI.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Demerval Lobão/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 11/2017 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 3180/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal de Marcio Roberto de Oliveira Lima, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.176/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcio Roberto de Oliveira Lima (CPF 606.838.721-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3181/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o item 9.4 do Acórdão 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicadas, por inépcia, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, haja vista a constatação de inconsistência nos dados registrados, sem que tenha sido incluída justificativa por parte do gestor, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.408/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danyela Wanderley Ferreira (CPF 031.012.884-60); Debora Malta Reges (CPF 013.796.951-12); Denise Costa de Carvalho (CPF 017.691.813-26); Eder Ricardo Pereira de Jesus (CPF 221.709.818-70); Ediza Borges Machado de Oliveira (CPF 521.271.501-63); Eglair Nery Prado Nunes (CPF 543.996.965-91); Elaine Christinne Mesquita da Silva (CPF 976.579.803-20); Elen Renate Figueira Rocha (CPF 288.020.038-58); Eleyna Adriana Melo de Jesus (CPF 690.684.023-15) e Eliandro Bartolomei (CPF 276.221.398-31).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Instituto Nacional do Seguro Social que cadastre, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novos atos de admissão de pessoal de Danyela Wanderley Ferreira, Debora Malta Reges, Denise Costa de Carvalho, Eder Ricardo Pereira de Jesus, Ediza Borges Machado de Oliveira, Eglair Nery Prado Nunes, Elaine Christinne Mesquita da Silva, Elen Renate Figueira Rocha, Eleyna Adriana Melo de Jesus e Eliandro Bartolomei no sistema Sisac, e os encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo a falha apontada por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", de forma a detalhar a situação concreta, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

1.7.2. à Sefip que:

1.7.2.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Instituto Nacional do Seguro Social; e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 3182/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão civil de Almerinda da Silva Amorim e Laercio Leite Amorim Filho (nº de controle 20784503-05-2012-000002-7), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil em favor de Lucinea Ferreira da Costa (nº de controle 20784503-05-2007-000001-0), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.815/2008-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Apenso: TC-012.440/2013-2 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Interessados: Almerinda da Silva Amorim (CPF 426.946.393-72); Almerinda da Silva Amorim (CPF 426.946.393-72); Laércio Leite Amorim Filho (CPF 631.172.313-15); Laércio Leite Amorim Filho (CPF 631.172.313-15) e Lucinea Ferreira da Costa (CPF 444.181.083-00).

1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT/CE).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal:

1.7.1. Danielmo Vaccari Moraes (14867/OAB-CE), representando Lucinea Ferreira da Costa; e

1.7.2. Jeferson Cavalcante de Lucena (18340/OAB-CE) e outros, representando Laércio Leite Amorim Filho.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3183/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhes quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.584/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Estado da Bahia (CNPJ 13.937.032/0001-60); Heraldo Eduardo Rocha (CPF 019.967.705-00) e Sérgio Sanches Ferreira (CPF 123.126.735-68).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Guilherme Capriata Vaccaro Campleo Bezerra (44089/OAB-DF) e outros, representando João Estenio Campelo Bezerra e Sérgio Sanches Ferreira; e

1.6.2. Aline Azevedo Nunes (18762/OAB-BA), representando Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Bahia.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3184/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) diante de irregularidades na execução física do Convênio nº 881/2009 (Siconv nº 704542) celebrado com o Município de Paudalho/PE para apoiar a realização do "I Festival da Acerola de Pernambuco", no período de 21 a 23/8/2009, tendo sido repassados recursos federais na ordem de R$ 300.000,00, com a contrapartida municipal no valor de R$ 33.334,00;

Considerando que a falta de comprovação da aplicação dos recursos repassados adveio da ausência de documentação complementar que permitisse atestar a devida execução do objeto conveniado, como fotografias, filmagem ou material de divulgação posteriores ao evento, no que concerne à apresentação das bandas contratadas, à locação dos 22 ônibus de transporte coletivo para os três dias de evento e à locação dos carros de som para a divulgação do festival, além da ausência de apresentação de todos os exemplares de jornais com a veiculação dos respectivos anúncios;

Considerando que o relatório do tomador de contas apontou débito no valor integral transferido, tendo em vista que os pareceres de análise da execução física da avença apontaram problemas na comprovação da realização do evento (Peça nº 1, p. 349-357 e 399, Peça nº 2, p. 4-12 e 154-158);

Considerando que, em dois outros processos que tramitam no TCU (TC 012.630/2013-6 e TC 008.636/2015-0), a empresa intermediadora da contratação das atrações artísticas (ABB L Promoções e Espetáculos Ltda.) teve a sua personalidade jurídica desconsiderada em face dos indícios de fraude no âmbito dos referidos processos, já que o Sr. Emerson Bernardino de Sena, suposto sócio administrador da empresa, afirmara, em suas alegações de defesa no âmbito do TC 012.630/2013-6, não integrar o aludido quadro societário, tendo sido vítima de estelionatários;

Considerando que, à vista dessa situação, a Secex/SP (atuando nos autos em razão de distribuição de processo), propôs, no item 35.1 da instrução técnica acostada à Peça nº 4 dos presentes autos, desconsiderar a personalidade jurídica da ABB L Promoções de Espetáculos Ltda. (CNPJ 09.343.747/0001-17) para que os seus então sócios de direito, Adjailson Benedito Barros (CPF 071.178.884-74) e Adalberto da Silva (CPF 085.150.394-27), e o seu sócio de fato, Carlos Marques Ferreira Júnior (CPF 848.325.334-87), respondam em solidariedade com o ex-prefeito de Paudalho/PE, José Fernando Moreira da Silva (CPF 611.778.814-20), pelo dano apurado nos autos;

Considerando que, no item 35.2 da peça instrutória (que se constitui no item 1.7.1 da presente deliberação), a unidade técnica propôs a citação de José Fernando Moreira da Silva (CPF 611.778.814-20), ex-prefeito de Paudalho/PE, e de Adjailson Benedito Barros (CPF 071.178.884-74), Adalberto da Silva (CPF 085.150.394-27) e Carlos Marques Ferreira Júnior (CPF 848.325.334-87), sócios, de fato ou de direito, da ABB L Promoções de Espetáculos Ltda. (CNJ 09.343.747/0001-17), além das empresas Erika Produções de Eventos Ltda. (CNPJ 05.586.759/0001-11) e GTA Construções Ltda. - EPP (CNPJ 10.536.997/0001-52);

Considerando que, aquiescendo à proposta de desconsideração da personalidade jurídica da ABB L Promoções de Espetáculos Ltda., o Ministério Público junto ao TCU pugnou à Peça nº 8 pela necessidade de se retirar o Sr. Adjailson Benedito de Barros da solidariedade pelo débito indicado no item 35.2.2 da proposta formulada pela Secex/SP (que se constitui no item 1.7.1.2 da presente deliberação), haja vista a sua exclusão do quadro societário da empresa em 7/8/2008 e a consequente inexistência de vínculo com a ABB L Promoções e Espetáculos Ltda. na época da celebração da avença, devendo permanecer arrolados apenas os Srs. Carlos Marques Ferreira Júnior e José Adalberto da Silva;

Considerando que o Parquet especial propôs ainda a alteração do nome do Sr. Adalberto da Silva para José Adalberto da Silva, em conformidade com o cadastro da Receita Federal;

Considerando, por fim, que, como nestes autos a ABB L Promoções de Espetáculos Ltda. ainda não foi citada, diferentemente da forma em que ocorreu no TC 012.630/2013-6 e no TC 008.636/2015-0, quando, antes de ocorrer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, houve o seu chamamento àqueles processos, mostra-se indicado promover, também, a citação da aludida entidade empresarial, incluindo-a no rol dos responsáveis indicados nos itens 1.7.1 e 1.7.1.2, para a eventual possibilidade de a análise final das irregularidades concluir pela necessidade de lhe aplicar alguma penalidade específica, a exemplo da declaração de inidoneidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246/2011, em:

a) desconsiderar a personalidade jurídica da ABB L Promoções de Espetáculos Ltda. (CNPJ 09.343.747/0001-17) para que o seu então sócio de direito, José Adalberto da Silva (CPF 085.150.394-27), e o seu sócio de fato, Carlos Marques Ferreira Júnior (CPF 848.325.334-87), respondam em solidariedade com a própria empresa e com o ex-prefeito de Paudalho/PE, José Fernando Moreira da Silva (CPF 611.778.814-20), pelo dano apurado nos autos;

b) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-024.010/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: ABB L Produções de Espetáculos Ltda. (CNPJ 09.343.747/0001-17); Carlos Marques Ferreira Júnior (CPF 848.325.334-87); GTA Construções Ltda. - EPP (CNPJ 10.536.997/0001-52); José Adalberto da Silva (CPF 085.150.394-27); José Fernando Moreira da Silva (CPF 611.778.814-20); Érika Produções de Eventos Ltda. (CNPJ 05.586.759/0001-11).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Paudalho/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/SP que:

1.7.1. promova a citação de José Fernando Moreira da Silva (CPF 611.778.814-20), ex-prefeito do Município de Paudalho/PE, e de Carlos Marques Ferreira Júnior (CPF 848.325.334-87), José Adalberto da Silva (CPF 085.150.394-27) sócios, de fato ou de direito, da ABB L Promoções de Espetáculos Ltda. (CNJ 09.343.747/0001-17), e das empresas ABB L Promoções de Espetáculos Ltda. (CNJ 09.343.747/0001-17), Erika Produções de Eventos Ltda. (CNPJ 05.586.759/0001-11) e GTA Construções Ltda. - EPP (CNPJ 10.536.997/0001-52), com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do expediente citatório, apresentem as suas alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio nº 881/2009 (Siafi/Siconv nº 704542/2009) celebrado entre o Ministério do Turismo e o Município de Paudalho/PE com vistas à realização do "I Festival da Acerola de Pernambuco", da seguinte forma:

1.7.1.1. Dívida 1: José Fernando Moreira da Silva, solidariamente com a empresa Erika Produções de Eventos Ltda. (CNPJ 05.586.759/0001-11):

Data da ocorrência	Valor (R$)
14/10/2009	48.384,00

Valor atualizado até 5/12/2016: R$ 77.037,00 (Peça nº 4)

1.7.1.2. Dívida 2: José Fernando Moreira da Silva, em solidariedade com José Adalberto da Silva (CPF 085.150.394-27), Carlos Marques Ferreira Júnior (CPF 848.325.334-87), sócios da ABB L Promoções de Espetáculos Ltda., e ABB L Promoções de Espetáculos Ltda :

Data da ocorrência	Valor (R$)
14/10/2009	205.750,00

Valor atualizado até 5/12/2016: R$ 655.190,30 (Peça nº 5)

1.7.1.3. Dívida 3: José Fernando Moreira da Silva, solidariamente com a empresa GTA Construções Ltda. - EPP (CNPJ 10.536.997/0001-52):

Data da ocorrência	Valor (R$)
14/10/2009	45.866,00

Valor atualizado até 5/12/2016: R$ 73.027,85 (Peça nº 6)

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão anexada aos ofícios de citação que serão enviados de acordo com os termos da determinação constante no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 3185/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em dar quitação ao Município de Itaberaba/BA, diante do recolhimento integral do débito que lhe foi imputado pelo Acórdão 4.537/2014, prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária do dia 2/9/2014 (Ata nº 31/2014), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
950,00	09/11/2005
950,00	10/11/2005
3.587,06	11/11/2005
758,56	14/11/2005
4.000,25	17/11/2005
300,00	21/11/2005
240,69	01/12/2005
1.499,10	02/01/2006
678,30	06/01/2006
12.030,00	11/01/2006
2.400,00	13/01/2006
210,00	17/01/2006
10.970,00	19/01/2006
800,00	23/01/2006
927,00	24/01/2006
278,29	07/02/2006
5.142,12	10/02/2006
2.500,00	07/03/2006
133,00	16/03/2006
1.200,00	18/01/2006

Valor recolhido (R$)	Data do recolhimento
15.128,20	17/06/2016
15.128,20	30/06/2016
15.128,20	29/07/2016
15.128,20	31/08/2016
15.128,20	20/10/2016
16.442,76	16/11/2016
43,27	16/03/2017

1. Processo TC-028.839/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Mário Sérgio Oliveira Machado (CPF 930.244.285-34); Município de Itaberaba/BA (CNPJ 13.719.646/0001-75); Washington Luiz Deusdedith Neves (CPF 101.051.665-53) e Yolanda Oliveira Santana (CPF 027.480.965-68).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Itaberaba/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3186/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. José Roberto Vieira Santos, como Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e conceder ao MDA a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para o atendimento ao item 9.1 do Acórdão 11.502/2016-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-029.923/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultura (CNPJ 84.091.545/0001-40); Erbertes Almeida Campos (CPF 210.077.052-72) e Wellington de Azevedo Leite (CPF 677.948.402-44).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Renan Rufino Rocha da Silva (9692/OAB-AM) e outros, representando a Associação de Silves Pela Preservação Ambiental e Cultura e os Srs. Erbertes Almeida Campos e Wellington de Azevedo Leite.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3187/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de monitoramento da determinação enviada à Superintendência Regional Norte da Bahia da Caixa Econômica Federal, em Feira de Santana/BA, por meio do item 1.7.1 do Acórdão 4.454/2013-TCU-2ª Câmara proferido nos autos do TC 016.007/2013-3, que tratou de representação sobre irregularidades ocorridas no Contrato nº 0193.438-31/2006 destinado à construção de 200 unidades habitacionais no Município de Brejões/BA, tendo a aludida determinação sido prolatada nos seguintes termos:

"(...) *1.7.1. à Superintendência Regional Norte da Bahia da Caixa Econômica Federal, em Feira de Santana/BA, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, realize nova vistoria nas casas executadas no âmbito do Contrato nº 0193.438-31/2006, identificando aquelas que possuem deficiências na construção e/ou não tenham sido ainda ligadas às redes de abastecimento de água e elétrica, e faça gestões, junto ao município de Brejões/BA, para que sejam realizados os respectivos reparos com vistas à correção dos problemas encontrados, instaurando desde já a devida tomada de contas especial no caso de se verificar a existência de irregularidades que causem dano ao Erário, informando a este Tribunal as medidas adotadas, ao término do referido prazo;*";

Considerando que o prazo inicial foi prorrogado pelo Acórdão 3.006/2015-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, diante do resultado das diligências realizadas e dos esclarecimentos por parte das entidades envolvidas, o TCU proferiu o item 1.7.1 do Acórdão 5.903/2016-2ª Câmara e fixou o novo prazo para que a Caixa Econômica Federal e o Município de Brejões/BA concluíssem os empreendimentos decorrentes do Contrato nº 0193.438-31/2006;

Considerando que, conforme os termos do Acórdão 11.304/2016-2ª Câmara, foi concedido à Caixa o prazo adicional de 90 dias para o atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 5.903/2016-TCU-2ª Câmara (Peça nº 48);

Considerando que, em seguida, a Caixa Econômica Federal encaminhou expediente com o relatório de inspeção atualizado (outubro de 2016), contendo os termos de vistoria e as atas de reunião com representantes de Brejões/BA, entre outras ações empreendidas no intuito de resolver as questões pendentes;

Considerando que, conforme o expediente encaminhado em 19/12/2016 (Peça nº 53), a Caixa informou que, em razão de a Prefeitura de Brejões não ter atendido ao acordo para a conclusão da obra, a documentação fora encaminhada ao setor competente para a instauração de processo de tomada de contas especial;

Considerando que, à Peça nº 54, o Sr. Ivambergue Araujo Kuhn Pereira, como Gerente Negocial Habitação da Caixa em Feira de Santana/BA, informou que, antes da instauração da devida tomada de contas especial, para a peculiar recuperação dos recursos do FGTS (procedimento inédito na Caixa), será necessária a elaboração de norma interna para tratar especificamente desse tema, de sorte que, para ser validada e publicada, o ente demandaria o período de 60 (sessenta) dias;

Considerando, dessa forma, que, diante dos motivos aventados pela Caixa, mostra-se indicado determinar à Caixa Econômica Federal que, no prazo total de 180 dias, instaure e conclua o processo de tomadas de contas especial inerente ao Contrato nº 0193.438-31/2006 (Operações Coletivas do Município de Brejões/BA), remetendo-o ao órgão de controle interno para a manifestação prevista no art. 10, inciso II, da Instrução Normativa TCU nº 76/2016, sem prejuízo de informar o TCU sobre o cumprimento dessa determinação no prazo de até 210 dias;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.635/2013-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Brejões/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Caixa Econômica Federal que, no prazo total de 180 (cento e oitenta) dias, instaure e conclua o processo de tomada de contas especial inerente ao Contrato nº 0193.438-31/2006 (Operações Coletivas do Município de Brejões/BA), remetendo-o ao órgão de controle interno para a manifestação prevista no art. 10, inciso II, da Instrução Normativa TCU nº 76/2016, sem prejuízo de informar o TCU sobre o cumprimento dessa determinação no subsequente prazo de até 30 (trinta) dias; e

1.7.2. à Secex/BA que arquive os presentes autos, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 3188/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (Cenciar), por meio do item 1.7.1 do Acórdão 8.566/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado no âmbito do TC 017.399/2016-5, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.332/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Controle Interno da Aeronáutica (Cenciar).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RJ que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (Cenciar); e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 017.399/2016-5, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 3189/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio do item 1.7.1 do Acórdão 9.377/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado no âmbito do TC 034.874/2015-1, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.446/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Xexéu/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa); e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 034.874/2015-1, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 3190/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Osias Alves Penha, como Juiz Federal Presidente do Juizado Especial Federal Cível de Dourados/MS, por meio da qual foi encaminhada cópia integral do Processo nº 0000705-35.2016.4.03.6202, com vistas à apuração e à individualização da responsabilidade do ordenador de despesas que tinha como atribuição originária ou delegada cumprir a decisão judicial prolatada nos autos, a qual determinou a apresentação de cálculos, nos termos do acordo homologado naquele juízo, tendo o aludido descumprimento causado prejuízo pela incidência de multa diária;

Considerando que o referido procedimento judicial foi autuado em 16/6/2016 e teve origem em requerimento sob a autoria do Sr. Ijair Antonio Violin, por meio do ingresso de Ação de Concessão de Aposentadoria por Idade Rural, com o pedido de tutela antecipada, em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para obter o aludido benefício previdenciário - que fora indeferido administrativamente conforme a comunicação de decisão inserida à Peça nº 1 (p. 108), além de requerer que fossem pagos os valores retroativos desde a data do requerimento administrativo protocolizado, em 8/9/2015, junto à Agência da Previdência Social de Dourados/MS (APS 06021010);

Considerando que, após o regular trâmite do processo, tendo as partes alcançado a satisfatória conciliação, foi homologado o referido acordo, em 2/8/2016, tendo, nesta mesma data, a sentença transitado em julgado (certidão p. 123 da Peça nº 1), nos seguintes termos:

"(...) - *Implemente-se Aposentadoria por Idade em favor da parte autora, tendo como DIP 01/09/2016, a partir do valor calculado administrativamente como RMI; - As parcelas vencidas entre a DER (08/09/2015) e 31/08/2016 serão calculadas administrativamente e aplicado um redutor, de forma que o valor final a ser pago corresponderá a 60% (sessenta por cento) do cálculo total, acrescido de correção monetária no período e sem incidência de juros; - O pagamento ocorrerá via expedição de RPV - Requisição de Pequeno Valor, após regular trâmite de liquidação e execução invertida; - Desta sentença homologatória, será extraída cópia, para fins de ser oficiada a EADJ/INSS, para fins de cumprimento do acordo a partir de 01/09/2016*";

Considerando que, no intuito de colher informações sobre as causas do suposto descumprimento de ordem judicial e sobre os agentes públicos responsáveis por essa omissão, foi promovida a diligência junto à Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste do Instituto Nacional do Seguro Social por meio do Ofício 0069/2017-TCU/SECEX-MS;

Considerando que, com a finalidade de verificar o valor atual da multa diária imposta em virtude da decisão judicial proferida nos autos do Processo 0000609-20.2016.4.03.6202, também foi realizada diligência junto à Seção de Cálculos e Perícias Juizado Especial Federal - Subseção Judiciária de Dourados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), por meio do Ofício 0070/2017-TCU/SECEX-MS;

Considerando que, na resposta apresentada ao Ofício 0070/2017-TCU/SECEX-MS, o Sr. Clóvis Lacerda Charão, como diretor de secretaria em substituição do Juizado Especial Federal Cível de Dourados/MS, informou, por intermédio do Ofício 6202000388/2017, de 3/3/2017, que a multa imposta à parte requerida, em razão da não apresentação de cálculos (Evento 44 do Processo 0000609- 20.2016.4.03.6202), foi limitada ao valor de R$ 1.000,00 (um mil reais);

Considerando que, na resposta apresentada ao Ofício Secex/MS 0069/2017, o chefe da procuradoria seccional informou que a Procuradoria Secional Federal de Dourados/MS (em estruturação), com fundamento nas atribuições definidas pela Portaria PGF nº 172/2016 e como órgão encarregado de exercer a representação judicial do INSS no âmbito da competência territorial abrangida pela Gerência Executiva em Dourados/MS, é a responsável pelo cumprimento da diligência efetivada pelo Tribunal de Contas da União;

Considerando que, sobre o mérito do questionamento, o chefe da procuradoria seccional aduziu, por meio do Oficio 20/2017/GAB/PSF/PGF/AGU (Peça nº 12, p. 1-3), que não mais persistiriam as razões para a presente representação, nem qualquer risco ao erário federal, vez que, em decisão datada de 8/3/2017 o juízo federal (em Dourados/MS), revendo o seu anterior posicionamento ao apreciar os fatos expostos pelo INSS, entendeu pela integral revogação da multa imposta à autarquia, atribuindo à sua decisão efeitos retroativos à data inicial da incidência, de sorte a excluir do montante devido à parte autora o valor a esse título apurado pela contadoria judicial;

Considerando, dessa forma, que resta prejudicada a apreciação do mérito da presente representação, ante a perda do seu objeto, pela aludida revogação da sentença judicial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda de objeto pela revogação da sentença judicial e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.512/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Osias Alves Penha, Juiz Federal Presidente do Juizado Especial Federal Cível de Dourados/MS.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/MS que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante e ao Instituto Nacional do Seguro Social; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 3191/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Osias Alves Penha, como Juiz Federal Presidente do Juizado Especial Federal Cível de Dourados/MS, por meio da qual foi encaminhada cópia integral do Processo nº 0000705-35.2016.4.03.6202, com vistas à apuração e à individualização da responsabilidade do ordenador de despesas que tinha como atribuição originária ou delegada cumprir a decisão judicial prolatada nos autos, a qual determinou a apresentação de cálculos, nos termos do acordo homologado naquele juízo, tendo o aludido descumprimento causado prejuízo pela incidência de multa diária;

Considerando que o referido procedimento judicial foi autuado em 18/3/2016 e teve origem em requerimento sob a autoria da Srª Irene Duarte dos Santos da Silva, por meio de ingresso de Ação de Concessão de Aposentadoria por Idade Rural, com pedido de tutela antecipada, em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para obter o aludido benefício previdenciário - que fora indeferido administrativamente conforme a comunicação de decisão inserta à Peça nº 1, p. 99, além de requerer que fossem pagos os valores retroativos desde a data do requerimento administrativo protocolizado, em 30/4/2015, junto à Agência da Previdência Social de Dourados/MS (APS 06021010);

Considerando que, após o regular trâmite do processo, tendo as partes alcançado a satisfatória conciliação, foi homologado o referido acordo, em 2/8/2016, tendo, nesta mesma data, a sentença transitado em julgado (certidão p. 118 da Peça nº 1), nos seguintes termos:

"(...) - *Implemente-se Aposentadoria por Idade em favor da parte autora, tendo como DIP 01/09/2016, a partir do valor calculado administrativamente como RMI; - As parcelas vencidas entre a DER (30/04/2015) e 31/08/2016 serão calculadas administrativamente e aplicado um redutor, de forma que o valor final a ser pago corresponderá a 60% (sessenta por cento) do cálculo total, acrescido de correção monetária no período e sem incidência de juros*";

Considerando que, no intuito de colher informações sobre as causas do suposto descumprimento de ordem judicial e sobre os agentes públicos responsáveis por essa omissão, foi promovida a diligência junto à Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste do Instituto Nacional do Seguro Social por meio do Ofício 0061/2017-TCU/SECEX-MS;

Considerando que, com a finalidade de verificar o valor atual da multa diária imposta em virtude da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0000705.35.2016.4.03.6202, também foi realizada diligência junto à Seção de Cálculos e Perícias do Juizado Especial Federal - Subseção Judiciária de Dourados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), por meio do Ofício 0064/2017-TCU/SECEX-MS;

Considerando que, na resposta apresentada ao Ofício 0064/2017-TCU/SECEX-MS, o Sr. Clóvis Lacerda Charão, diretor de secretaria em substituição do Juizado Especial Federal Cível de Dourados/MS informou, por intermédio do Ofício 6202000386/2017, de 3/3/2017, que a multa imposta à parte requerida, em razão da não apresentação de cálculos (evento 44 do Processo nº 0000705-35.2016.4.03.6202), foi limitada ao valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais);

Considerando que, na resposta apresentada ao Ofício Secex/MS 0061/2017, o chefe da procuradoria seccional informou que a Procuradoria Secional Federal de Dourados/MS (em estruturação), com fundamento nas atribuições definidas pela Portaria PGF nº 172/2016 e como órgão encarregado de exercer a representação judicial do INSS no âmbito da competência territorial abrangida pela Gerência Executiva em Dourados/MS, é a responsável pelo cumprimento da diligência efetivada pelo Tribunal de Contas da União;

Considerando que, sobre o mérito do questionamento, o chefe da procuradoria seccional aduziu, por meio do Oficio 21/2017/GAB/PSF/PGF/AGU (Peça nº 12, p. 1-3), que não mais persistiriam as razões para a presente representação, nem qualquer risco ao erário federal, vez que, em decisão datada de 8/3/2017 o juízo federal (em Dourados/MS), revendo o seu anterior posicionamento ao apreciar os fatos expostos pelo INSS, entendeu pela integral revogação da multa imposta à autarquia, atribuindo à sua decisão efeitos retroativos à data inicial da incidência, de sorte a excluir do montante devido à parte autora o valor a esse título apurado pela contadoria judicial;

Considerando, dessa forma, que resta prejudicada a apreciação do mérito da presente representação, ante a perda do seu objeto, pela aludida revogação da sentença judicial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda de objeto pela revogação da sentença judicial e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.514/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Osias Alves Penha, Juiz Federal Presidente do Juizado Especial Federal Cível de Dourados/MS.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/MS que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante e ao Instituto Nacional do Seguro Social; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 3192 a 3243, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 3192/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.073/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Civil).

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessada: Vera Lucia Diefenthaler (543.268.690-20).

3.2. Recorrente: Superior Tribunal Militar.

4. Órgão: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur);

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame, interposto pelo Superior Tribunal Militar contra o Acórdão 10.762/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de pensão civil emitido em favor de Vera Lucia Diefenthaler;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo recorrente, por atender aos requisitos de admissibilidade constantes do art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RITCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão 10.762/2016-TCU-2ª Câmara;

9.2. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente e à interessada.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3192-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3193/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 045.601/2012-7.

1.1. Apenso: 018.071/2010-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Jorge Alberto Teles Prado (077.051.905-91); Márcio Zylberman (885.171.017-15); O Mercadão Comércio e Prestação de Serviços (03.823.107/0001-28); Pró-alimentos Comercial Ltda. (00.837.064/0001-41); R & S Comércio de Alimentos Ltda. (01.419.090/0001-12); Raimundo Penalva do Nascimento (515.319.845-68); Suprimax Comercial Ltda. - EPP (03.007.636/0001-53); Verdural - Distribuidora de Verduras e Frutas Ltda. (16.213.019/0001-56); Wendson Antônio Tavares Mendes - ME (10.294.929/0001-24).

4. Órgão: Secretaria de Estado de Administração do Governo de Sergipe.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

8. Representação legal:

8.1. Wendell Tavares Mendes (OAB/SE 4.623), representando Pró-alimentos Comercial Ltda., O Mercadão Comércio e Prestação de Serviços, Verdural - Distribuidora de Verduras e Frutas Ltda. e Wendson Antônio Tavares Mendes - ME;

8.2. Marcio Macedo Conrado (OAB/SE 3.806) e outros, representando Jorge Alberto Teles Prado.

8.3. Antonio Militão Silva (OAB/SE 856), representando R & S Comércio de Alimentos Ltda.

8.4. Bruno Vinicius Santiago de Sousa (OAB/SE 4.949), representando Dianju Distribuidora Atacadista de Alimentos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 8.885/2012-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou procedente representação acerca de irregularidades ocorridas na condução dos Pregões Eletrônicos 421/2007 e 545/2008, realizados pelo Governo do Estado de Sergipe, tendo como objeto a aquisição de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. julgar irregulares as contas da empresa Suprimax Comercial Ltda. - EPP (03.007.636/0001-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.2. condená-la, solidariamente com o Sr. Jorge Alberto Teles Prado (077.051.905-91), ao recolhimento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 06/03/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALORES ORIGINAIS (R$)	DATAS DA OCORRÊNCIA
66.586,51	4/6/2010
60.758,10	30/12/2010

9.3. aplicar à Suprimax Comercial Ltda. - EPP a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional dos valores atualizados monetariamente, desde a data do acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitados após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, conforme determina o art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3193-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3194/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.627/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis/Recorrente:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Fahd Haddad (024.324.399-53); Irmandade da Santa Casa de Londrina (78.614.971/0001-19); e José Cyrilo da Silveira Mendes (003.584.019-68).

3.3. Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

4. Órgão/Entidade: Irmandade da Santa Casa de Londrina (78.614.971/0001-19).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Deborah Alessandra de Oliveira Damas (OAB/PR 20.127).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra o Acórdão 1.479/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis e lhes deu quitação, neste processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão da execução parcial do objeto do Convênio 2.465/1999, pelo qual foram destinados recursos federais ao custeio de obras de ampliação e melhoria das instalações hospitalares de responsabilidade da convenente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, e, no mérito, dar-lhe provimento para:

9.1.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis Fahd Haddad, Irmandade da Santa Casa de Londrina e José Cyrilo da Silveira Mendes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 13/11/2000, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.1.2. aplicar aos responsáveis indicados no subitem anterior multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), individualmente, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.1.3. autorizar, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao interessado, aos responsáveis e, em atenção ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3194-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3195/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.479/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Carlos da Silva Rodrigues (440.796.307-78), Celso Alexandre de Oliveira (967.653.998-87) e Jose Maria Lins Calheiros (260.781.397-20).

4. Órgão/Entidade: Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal:

8.1. Marcelo Gonçalves da Silva e outros, representando Jose Maria Lins Calheiros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, relativas ao exercício de 2011,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalva, as contas do Sr. José Maria Lins Calheiros (CPF 260.781.397-20), dando-lhe quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas dos Srs. Antônio Carlos da Silva Rodrigues (CPF 440.796.307-78) e Celso Alexandre de Oliveira (CPF 967.653.998-87), dando-lhes quitação plena;

9.3. determinar ao Hospital das Forças Armadas, com fundamento no art. 197, § 1º, do Regimento Interno do TCU, que instaure processo de tomada de contas especial destinado a apurar a responsabilidade pela perda de que trata a Portaria - HFA 116/GAB, de 16/3/2010 (Processo 60550.000110/2010-57);

9.4. recomendar ao Hospital das Forças Armadas, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que, nos procedimentos licitatórios, ao realizar pesquisas de preços de referência, verifique o quadro societário e o endereço das empresas consultadas, a fim de evitar que empresas que possuem sócios em comum, relações de parentesco ou endereços idênticos participem de um mesmo levantamento, garantindo, dessa forma, a lisura do procedimento, em cumprimento aos princípios insculpidos no art. 3° da Lei 8.666/1993 e no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

9.5. dar ciência ao Hospital das Forças Armadas, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, das seguintes impropriedades, identificadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 064/2012/Geaud/Ciset-MD referente ao exercício de 2011, para que adote providências com o objetivo de evitar a reincidência:

9.5.1. desclassificação sumária de licitantes que apresentaram preços considerados inexequíveis, sem a delineação de fundamento técnico para sustentar a declaração de inexequibilidade e sem que fosse concedida a oportunidade dos excluídos demonstrarem a viabilidade de suas propostas, com prejuízo do disposto no art. 44, § 1º, da Lei 8.666/1993 e em divergência com posição jurisprudencial do Tribunal de Contas da União contida nos acórdãos nºs 141/2008, 1.100/2008, 2.093/2009 e 79/2010, todos do Plenário, entre outros;

9.5.2. não realização de pesquisa de preços de mercado antes da adesão a ata de registro de preços promovida por outra instituição, contrariando disposições constantes do art. 3º, § 4º, inciso II, do Decreto 3.931/2001;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Hospital das Forças Armadas e ao Centro de Controle Interno do Ministério da Defesa.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3195-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3196/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.137/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Raimundo Oliveira de Almeida (143.704.842-00).

3.3. Recorrente: Raimundo Oliveira de Almeida (143.704.842-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Curuçá - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal :

8.1. Mailton Marcelo Silva Ferreira (9206/OAB-PA) e outros, representando Raimundo Oliveira de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Raimundo Oliveira de Almeida contra o Acórdão 6228/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação mediante o Convênio 8214/1997;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, I e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Raimundo Oliveira de Almeida e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar conhecimento desta deliberação às entidades interessadas e ao recorrente.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3196-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3197/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.598/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: F & F Empreendimentos e Obras Civis Ltda. Epp (03.967.073/0001-45); Paulo Sérgio da Silva Araújo (602.200.234-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marcação - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: Maria do Rosário Madruga de Queiroz (OAB/PB 10.607)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa) em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 681/2005, SIAFI 556419, firmado com o município de Marcação-PB, cujo objeto era a construção de Sistema de Abastecimento d'Água na Aldeia de Três Rios,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210; 214, inciso III; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Sérgio da Silva Araújo, prefeito do município de Marcação-PB entre 2005 e 2010, e da empresa F & F Empreendimentos e Obras Civis Ltda., e condenálos, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
19/6/2007	43.179,30
24/7/2007	44.902,01
27/8/2007	11.832,73
20/11/2007	15.344,12
5/6/2009	12.537,11
22/6/2009	17.204,73

9.2. aplicar ao Sr. Paulo Sérgio da Silva Araújo e à empresa F & F Empreendimentos e Obras Civis Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida do responsável em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3197-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3198/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.851/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Associação Petropolitana de Estudantes (05.477.830/0001-28); Diego Vieira de Oliveira (126.454.897-45); Priscila Luana Lopes Barros (121.144.457-04); Thiago Monteiro Silva Pires (133.531.677-90).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 595/2006-FNC/MinC, SIAFI 590733, firmado com a Associação Petropolitana de Estudantes, cujo objeto era a implementação do Projeto "Universidade da Cultura" na cidade de Petrópolis-RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210; 214, inciso III; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. excluir da relação processual Thiago Monteiro Silva Pires e Priscila Luana Lopes Barros;

9.2. julgar irregulares as contas de Diego Vieira de Oliveira e da Associação Petropolitana de Estudantes, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor Histórico (R$)
5/4/2007	100.000,00

9.3. aplicar a Diego Vieira de Oliveira e à Associação Petropolitana de Estudantes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida dos responsáveis em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado por qualquer deles, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3198-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3199/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.751/2015-0.

1.1. Apenso: 023.211/2010-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Falconi Construções e Serviços Ltda. - Epp (07.942.236/0001-96); José Carlos Vidal (048.454.634-15); José Martinho Cândido de Castro (114.181.254-15).

3.3. Recorrente: José Martinho Cândido de Castro (114.181.254-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Gurjão - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Bruno Veloso Lucena (9.821/OAB-PB) e outros, representando José Martinho Cândido de Castro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes aos embargos de declaração opostos por José Martinho Cândido de Castro em face do Acórdão 3.636/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em razão de irregularidades no Convênio 710225/2008 (Siafi 625620), celebrado com o Município de Gurjão - PB, visando à melhoria da infraestrutura escolar, com a construção de escola, conforme Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública Infantil (Proinfância);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. declarar, ex officio, a nulidade da deliberação inserta no Acórdão 3.636/2016-TCU-2ª Câmara, com fulcro nos arts. 171, 174 e 176 do Regimento Interno do TCU;

9.2. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. José Martinho Cândido de Castro em face do Acórdão 3.636/2016-TCU-2ª Câmara, por perda de objeto, nos termos do § 2º do art. 278 do Regimento Interno do TCU;

9.3. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí para que repita a instrução inicial desta Tomada de Contas Especial e promova a análise das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis chamados em audiência no TC 023.211/2010-5;

9.4. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao embargante e aos demais responsáveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3199-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3200/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.429/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Carlos Alberto Cantanhede (179.243.401-49).

4. Órgão: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do Senhor Carlos Alberto Cantanhede (CPF: 179.243.401-49), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação desta decisão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3200-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3201/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.439/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Claudio José Ramos (132.408.701-34).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do Senhor Claudio José Ramos, no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de o interessado ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este TCU documentos comprobatórios de que a interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3201-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3202/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.445/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Edna Isabel Brito Gonçalves Prandini (CPF 044.558.898-50).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da Srª Edna Isabel Brito Gonçalves Prandini (CPF 044.558.898-50), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação deste Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 20764405-04-2015-000017-6, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla ilicitude consubstanciada na incorporação de parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato ora apreciado;

9.3.3. comunique a interessada sobre o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência deste decisum.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3202-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3203/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.631/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Fernandes de Melo (118.863.821-15).

4. Órgão: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do senhor José Fernandes de Melo (CPF: 118.863.821-15), no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação desta decisão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3203-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3204/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.649/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Josemilson Crisóstomo de Aguiar (214.072.821-15).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do senhor Josemilson Crisóstomo de Aguiar, no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de o interessado ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este TCU documentos comprobatórios de que a interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3204-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3205/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.651/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Juvenil Lara Filho (221.774.181-00).

4. Órgão: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do Juvenil Lara Filho (CPF: 221.774.181-00), no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação desta decisão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão.

9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3205-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3206/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.652/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Kathya Scarlet O'hara Campelo Bezerra (153.806.451-00).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da senhora Kathya Scarlet O'hara Campelo Bezerra (CPF: 153.806.451-00), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de a interessada ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique a interessado do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3206-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3207/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.782/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Milton Luis de Carvalho (CPF 144.187.891-20).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do Sr. Milton Luis de Carvalho (CPF 144.187.891-20), no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação deste Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 20764405-04-2015-000027-3, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla ilicitude consubstanciada na contagem para fins de Gratificação do Adicional por Tempo de Serviço (GATS) de tempo de serviço prestado em Empresa Pública do Distrito Federal;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou a ilegalidade do ato ora apreciado;

9.3.3. comunique o interessado sobre o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência deste decisum.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3207-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3208/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.824/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Rosemary de Almeida (441.473.176-34).

4. Órgão: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da senhora Rosemary de Almeida (CPF: 441.473.176-34), no cargo de Técnica Judiciária do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique a interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação desta decisão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão.

9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3208-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3209/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.917/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Silvia Faria de Menezes Fonsêca (276.091.971-49).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da Senhora Silvia Faria de Menezes Fonsêca, no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de a interessada ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique a interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3209-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3210/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.996/2016-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Zenon Oliveira Rocha (072.704.293-91).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do senhor Zenon Oliveira Rocha, no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de o interessado ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este TCU documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3210-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3211/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.815/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsável: Gilberto Gomes Barreto (041.699.054-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marcação - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde na Paraíba (Funasa/PB) em desfavor do Sr. Gilberto Gomes Barreto, ex-Prefeito Municipal de Marcação-PB (gestão 2001-2004), em razão da execução parcial do Convênio 1845/2002 destinado à implantação de melhorias sanitárias em diversas localidades daquela municipalidade, no valor de R$ 431.500,00 (quatrocentos e trinta e um mil e quinhentos reais) com recursos federais, sem contrapartida municipal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Gilberto Gomes Barreto, condenando-o ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba (Funasa-PB), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar da data indicada até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
178.028,27	28/6/2004

9.2. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificações;

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3211-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3212/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.486/2012-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Amâncio Paulino de Carvalho (CPF 723.973.307-68), Isa Maria Bezerra de Queiroz (CPF 561.601.788-49), José Agenor Alvares da Silva (CPF 130.694.036-20), Thaís Beraha Parahyba (CPF 089.492.417-65) e Associação Ver & Ouvir (CNPJ 04.193.939/0001-70).

4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Revisor: ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Representação legal: Jean Guilherme Arnaud Deon (44.764/OAB-DF) e outros, representando Thaís Beraha Parahyba e Ver & Ouvir; Gustavo Sampaio Telles Ferreira (90.711/OAB-RJ) e outros, representando Amâncio Paulino de Carvalho.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em razão da impugnação de despesas realizadas por meio do convênio 4.268/2005, firmado com a Associação Ver & Ouvir para realização do projeto "Prevenção, diagnóstico e solução das patologias relativas à saúde escolar: audição, fala e visão".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos II e III, alínea "b",19, parágrafo único, 23, incisos II e III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José Agenor Álvares da Silva, Amâncio Paulino de Carvalho, Isa Maria Bezerra de Queiroz, Thaís Beraha Parahyba e da Associação Ver & Ouvir;

9.2. condenar José Agenor Álvares da Silva, Amâncio Paulino de Carvalho, Isa Maria Bezerra de Queiroz, Thaís Beraha Parahyba e a Associação Ver & Ouvir, solidariamente, ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas apontadas até o pagamento, descontados os créditos indicados:

VALOR (R$)	DATA	DOCUMENTO	DÉBITO/CRÉDITO
842.233,04	13/3/2006	20060B404100	D
184.689,00	17/4/2006	20060B902125	D
755.196,39	11/01/2008	GRU recolhimento	C

9.3. aplicar multas individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a José Agenor Álvares da Silva, Amâncio Paulino de Carvalho, Isa Maria Bezerra de Queiroz, Thaís Beraha Parahyba e à Associação Ver & Ouvir, a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o desconto integral ou parcelado das dívidas na remuneração dos responsáveis, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3212-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente e Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3213/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.754/2013-4

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Natalina Fernandes de Oliveira (CPF 029.357.401-49), Vera Lúcia de Azevedo Penha (CPF 059.821.701-00), Magdalena Lima Santiago (CPF 098.380.401-00), Manoel Brasilino de Souza (CPF 115.814.501-25), Josefa Mendes Teixeira Conceição (CPF 146.948.671-72) e Maria Cléria Machado Oliveira (CPF 344.880.221-20).

4. Unidade: Hospital das Forças Armadas.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão inicial e de alteração de aposentadoria de ex-servidores do Hospital das Forças Armadas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fulcro nos arts. 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal e registrar o ato de aposentadoria de Manoel Brasilino de Souza;

9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de alteração de concessão de aposentadoria em favor de Natalina Fernandes de Oliveira, Vera Lúcia de Azevedo Penha, Magdalena Lima Santiago, Josefa Mendes Teixeira Conceição e Maria Cléria Machado Oliveira;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar ao Hospital das Forças Armadas que:

9.4.1. cesse os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4.3. corrija o fundamento legal de inativação cadastrado no Siape, de modo a adequá-lo àquele registrado no ato de concessão de aposentadoria das ex-servidoras Vera Lúcia de Azevedo Penha, Magdalena Lima Santiago, Josefa Mendes Teixeira Conceição e Maria Cléria Machado Oliveira.

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das medidas determinadas neste acórdão e represente a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3213-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3214/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.765/2014-3

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria Irene de Araújo Sousa (CPF 407.738.093-68).

4. Unidades: Município de Centro do Guilherme/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) diante da ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos federais recebidos em 2005 e 2006 objetivando a execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja) no Município de Centro do Guilherme/MA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Maria Irene de Araújo Sousa;

9.2. condená-la ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das quantias abaixo registradas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas indicadas até o pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.900,00	8/11/2005
57.000,00	9/12/2005
3.000,00	13/12/2005
18.000,00	11/5/2006
9.391,48	22/5/2006
0,35	2/6/2006
15,00	2/6/2006
12.270,00	14/11/2006

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar à responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3214-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3215/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.653/2013-0.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: José de Andrade Maia Filho (CPF 702.586.353-04).

4. Unidades: Município de Itainópolis/PI e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Tiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762), Valéria Bittar Elbel (OAB/DF 35.733) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração apresentados por José de Andrade Maia Filho, ex-prefeito de Itainópolis/PI, contra o acórdão 8.260/2016 - 2ª Câmara, que conheceu de recurso de reconsideração contra o acórdão 2.087/2014 - 2ª Câmara e negou-lhe provimento.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Piauí.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3215-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3216/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.282/2016-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Letícia de Alencar (CPF 263.868.797-91).

4. Unidade: Superior Tribunal Militar.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: André Ribeiro Tosta (OAB/RJ 196.687), Fábio Zambitte Ibrahim (OAB/RJ 176.415) e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria Letícia de Alencar, ex-magistrada do Superior Tribunal Militar.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fulcro nos arts. 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Letícia de Alencar e negar-lhe registro;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à interessada e ao Superior Tribunal Militar.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3216-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3217/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.270/2015-4

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Marcos Silveira (CPF 610.887.909-25).

4. Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (CNPJ 00.889.834/0001-08).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) contra Marcos Silveira em razão de omissão na prestação de contas de projeto de pesquisa vinculado ao processo 23038.001733/2015-24.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "b", 19, *caput*, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Marcos Silveira;

9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora da data apontada até a do pagamento:

DATA	VALOR (R$)	C/D
07/04/2008	71.000,00	débito
23/12/2009	10.500,00	crédito

9.3. aplicar multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a Marcos Silveira, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3217-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N. 3218/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.194/2015-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco de Castro Ribeiro (CPF 067.141.293-00), Prefeito na gestão 2001/2008; Construtora João de Barro Ltda. (CNPJ 03.140.320/0001-35).

4. Entidade: Município de Dirceu Arcoverde/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí - Secex/PI.

8. Representação legal: de Francisco de Castro Ribeiro: Everardo Oliveira Nunes de Barros (OAB/PI 2.789) e Flávio Henrique Andrade Correia Lima (OAB/PI 3.273/00); da Construtora João de Barro Ltda: Sigifroi Moreno Filho (OAB/PI 2425/93) e Carlos Eduardo Everton da Silva (OAB/PI 11.189).

9 . Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em razão da inexecução parcial do Convênio 1299/2002, firmado com o Município de Dirceu Arcoverde/PI, que tinha por objeto a construção de sistemas de abastecimento de água nas localidades de Caro Custou, Lagoa Grande, Lagoa do Bezerro, Frade, Jatobá e Pontalete.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco de Castro Ribeiro e da Construtora João de Barro Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. condenar solidariamente o Sr. Francisco de Castro Ribeiro e a Construtora João de Barro Ltda. ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, abatendo-se, na oportunidade, o valor ressarcido, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres da Funasa, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
68.187,72 (débito)	17/09/2004
3.214,00 (débito)	06/07/2005
487,29 (crédito)	27/01/2006

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 271, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3218-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N. 3219/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.383/2015-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Marcos Maciel Fernandes (016.963.329-23); Conserge Construção e Serviços Gerais Ltda. (84.513.290/0001-67).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Apuí/AM

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas - Secex/AM.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Defesa em razão da inexecução parcial do Convênio 193/PCN/2010, firmado com o Município de Apuí/AM em 24/10/2010, que tinha por objeto a construção de calçada, com colocação de meio fio e sarjeta.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes e da empresa Conserge Construção e Serviços Gerais Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. condenar solidariamente o Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes e a empresa Conserge Construção e Serviços Gerais Ltda. ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, abatendo-se, na oportunidade, o valor ressarcido, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
85.988,01	23/04/2012
110.011,99	11/09/2012
2.535,12 (crédito)	09/09/2013

9.3. aplicar ao Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes e à empresa Conserge Construção e Serviços Gerais Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 271, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3219-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3220/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.579/2015-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Raimundo Guedes dos Santos (130.116.932-34); Raimundo Matias Barbosa (043.173.272-87); WSA Serviços, Comércio e Indústria Ltda. (07.288.667/0001-80).

4. Entidade: Município de Japurá/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex/PB.

8. Representação legal: Eduardo Assunção Alfaia, OAB/AM 8238.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, ante irregularidades na documentação exigida para prestação de contas do Convênio Siconv 702143/2008, que teve por objeto o incentivo ao turismo por meio de apoio à realização do evento denominado "Reveillon".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Raimundo Matias Barbosa (043.173.272-87) e a empresa WSA Serviços, Comércio e Indústria Ltda. (07.288.667/0001-80);

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Guedes dos Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 5/5/2009 até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Raimundo Guedes dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, na importância de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não seja atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. determinar a remessa de cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Amazonas, com fundamento no § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3220-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3221/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-013.910/2013-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco de Assis Rodrigues da Silva (013.113.364-00) e Enoelino Magalhães Lyra (034.448.484-04).

4. Entidade: Município de Palmares/PE.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação Legal: Bernardo de Lima Barbosa Filho, OAB/PE 24.201; Cinthia Rafaela Simões Barbosa, OAB/PE 32.817; Felipe André Santos Rodrigues, OAB/PE 29.152; Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo, OAB/PE 29.702; Thomaz Diego de Mesquita Moura, OAB/PE 8.909-E; Walles Henrique de Oliveira Couto, OAB/PE 24.224 e Wanessa Larissa de Oliveira Couto, OAB/PE 30.600.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - CAIXA em desfavor dos Srs. Francisco de Assis Rodrigues da Silva e Enoelino Magalhães Lyra, ex-Prefeitos de Palmares/PE, respectivamente nas gestões 2001/2004 e 2005/2008, em razão da não conclusão do objeto do Contrato de Repasse - CR 126.879-73/2001/MAPA/CAIXA, Siafi 449295 que tinha por objeto a Construção de Central de Abastecimento de Produtos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Francisco de Assis Rodrigues da Silva e Enoelino Magalhães Lyra, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias originais, abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
18/5/2004	6.720,00
19/7/2004	27.443,00
17/12/2004	25.706,95

9.2. aplicar ao Srs. Francisco de Assis Rodrigues da Silva e Enoelino Magalhães Lyra, de forma individual, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3221-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3222/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-014.126/2014-1

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Paulo Humberto Barreto (452.589.884-49).

4. Entidade: Município de Água Preta/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: Ody de Melo Mendes, OAB/PE 17.295.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra o Sr. Paulo Humberto Barreto, ex-prefeito de Água Preta/PE, em vista da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no exercício de 2007, na modalidade fundo a fundo, para aplicação nos Serviços de Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Humberto Barreto, condenando-o ao pagamento dos valores abaixo especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
31/01/2007	R$ 1.091,00
14/02/2007	R$ 2.016,84
14/02/2007	R$ 183,16
14/02/2007	R$ 300,80
28/02/2007	R$ 183,16
28/02/2007	R$ 2.016,84
09/03/2007	R$ 300,80
10/04/2007	R$ 2.016,84
10/04/2007	R$ 183,16
10/04/2007	R$ 300,80
11/05/2007	R$ 305,38
11/05/2007	R$ 2.639,35
18/05/2007	R$ 28.009,08
21/05/2007	R$ 2.048,40
21/05/2007	R$ 181,60
21/05/2007	R$ 902,50
14/06/2007	R$ 15.742,22
12/07/2007	R$ 3.100,00
12/07/2007	R$ 6.300,00
10/09/2007	R$ 6.652,36
19/10/2007	R$ 908,00
19/10/2007	R$ 11.357,00
19/10/2007	R$ 1.540,25
07/11/2007	R$ 114,43
09/11/2007	R$ 30.388,56
09/11/2007	R$ 1.400,57
09/11/2007	R$ 114,43
13/11/2007	R$ 1.400,57
21/11/2007	R$ 200,00
21/11/2007	R$ 114,43
21/11/2007	R$ 114,43
23/11/2007	R$ 1.400,57
23/11/2007	R$ 1.400,57
30/11/2007	R$ 36.653,00
30/11/2007	R$ 2.048,40
30/11/2007	R$ 181,60
30/11/2007	R$ 308,05
30/11/2007	R$ 308,05
27/12/2007	R$ 14.536,22
27/12/2007	R$ 35.779,53
28/12/2007	R$ 1.210,30
28/12/2007	R$ 63,70
28/12/2007	R$ 4.096,80
28/12/2007	R$ 363,20
28/12/2007	R$ 97,40
28/12/2007	R$ 308,05
28/12/2007	R$ 301,85

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Paulo Humberto Barreto a multa capitulada no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar ao Fundo Nacional de Assistência Social que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação desta Deliberação, adote as medidas cabíveis junto ao município de Água Preta/PE para obtenção das quantias relativas às despesas com pagamento de pessoal ocorridas no bojo do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, abaixo especificadas, encaminhando ao Tribunal comprovante dessas providências ao término do referido prazo:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
14/02/2007	3.296,89
09/03/2007	3.207,53
10/04/2007	3.274,55
11/05/2007	3.355,27
19/10/2007	18.639,67
30/11/2007	3.387,60
30/11/2007	3.687,50
28/12/2007	3.387,60
28/12/2007	1.599,81

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3222-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3223/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-018.810/2014-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Jaime Marcelino de Lima Júnior (447.495.464-53); Construtora Renascer Ltda. (07.203.019/0001-84).

4. Entidade: Município de Bodocó/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: Jaime Marcelino de Lima Júnior, OAB/PE 14.147.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf contra o Sr. Jaime Marcelino de Lima Júnior, ex-prefeito de Bodocó/PE, na gestão de 2005-2008, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio 3.97.05.0058/00, que teve por objeto a recuperação da barragem do Sítio Camará.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Jaime Marcelino de Lima Júnior e da Construtora Renascer Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 155.331,00 (cento e cinquenta e cinco mil e trezentos e trinta e um reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 16/10/2006, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Jaime Marcelino de Lima Júnior e à Construtora Renascer Ltda. a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e à Codevasf.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3223-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3224/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 024.535/2016-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Natália Félix da Frota (CPF 025.076.343-59).

4. Entidade: Município de Tianguá/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), tendo como responsável a Sra. Natália Félix da Frota, ex-Prefeita de Tianguá/CE, em razão da impugnação parcial da prestação de contas dos recursos públicos relativos ao Convênio 60/2009, que visava à implantação de feira comunitária (feira livre, com quarenta e quatro barracas) no referido Município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Natália Félix da Frota e condená-la ao pagamento da quantia de R$ 56.947,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais), acrescida da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir de 22/07/2010 até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao tesouro nacional;

9.2. aplicar à Sra. Natália Félix da Frota a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação desta deliberação, relativamente ao Convênio 60/2009, adote as providências cabíveis com vistas a obter junto ao Município de Tianguá/CE o ressarcimento do valor de R$ 6.682,01 (seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e um centavo), acrescidos dos encargos legais pertinentes a partir de 31/05/2011 até a data do efetivo recolhimento, encaminhando a este Tribunal comprovante dessa providência, ao término do referido prazo, sem prejuízo de encaminhar-lhe cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam;

9.6. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o sustentam, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 e § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3224-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3225/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.928/2013-6.

2. Grupo I - Classe - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Construtora Venâncio Ltda. (CNPJ 12.574.539/0001-33); Joseph Wallace Faria Bandeira (CPF 072.516.025-04); Município de Juazeiro - BA (CNPJ 13.914.981/0001-24).

4. Entidade: Município de Juazeiro - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1 David Fernandes da Silva - OAB/PE 15.459; José Nelson Vilela Barbosa Filho - OAB/PE 16.302; Luiz Felipe Farias Guerra de Morais - OAB/PE 22.622, representando a Construtora Venâncio Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor, inicialmente, do Sr. Joseph Wallace Faria Bandeira, ex-prefeito de Juazeiro/BA (gestões: 1988-1992 e 2001-2004), diante da parcial impugnação das despesas realizadas no Convênio 3846/2001 celebrado com o referido município para a execução de sistema de abastecimento de água;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Joseph Wallace Faria Bandeira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Joseph Wallace Faria Bandeira, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, III, alíneas "b" e "c", §§ 2º e 3º, 19, caput, 23, III, 28, II, da Lei 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a Construtora Venâncio Ltda., ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
331.835,40	30/4/2004

9.3. aplicar ao Sr. Joseph Wallace Faria Bandeira e à Construtora Venâncio Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. informar o Município de Juazeiro/BA de que a liquidação tempestiva do débito inerente à falta de aplicação da contrapartida prevista no Convênio 3846/200 (Siafi 440370), com o parcelamento já autorizado pelo Acórdão 9.701/2016-TCU-2ª Câmara, saneará o processo em relação ao ente federado, de modo que as suas contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento desse débito ensejará a sua condenação em débito, atualizado e acrescido de juros de mora, com o julgamento das contas pela irregularidade, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;

9.7. determinar que, em processo apartado, a Secex/BA promova o devido acompanhamento sobre o recolhimento parcelado do débito, conforme a autorização dada pelo Acórdão 9.701/2016-TCU-2ª Câmara; e

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que a fundamenta, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992 e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3225-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3226/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.550/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sérgio Barreto de Miranda (CPF 101.051.824-00).

4. Entidade: Município de Panelas/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Sérgio Barreto de Miranda, ex-prefeito de Panelas/PE (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados por meio do Termo de Compromisso nº 512/2008 destinado à execução de melhoria habitacional para o controle da Doença de Chagas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Sérgio Barreto de Miranda, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Sérgio Barreto de Miranda, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 11/8/2011 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.3. aplicar ao Sr. Sérgio Barreto de Miranda a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3226-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: José Múcio Monteiro.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3227/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.983/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Barbosa de Andrade (CPF 005.492.664-53).

4. Entidade: Município de São José da Coroa Grande/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Henrique Vieira de Andrada (12135/OAB-PE) e outros, representando José Barbosa de Andrade.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. José Barbosa de Andrade, ex-prefeito de São José da Coroa Grande/PE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao aludido município, no exercício de 2010, para a aplicação nos Serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa do Sr. José Barbosa de Andrade;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Barbosa de Andrade, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor original do débito (R$)	Data da ocorrência
13.779,98	31/1/2010
9.891,84	28/2/2010
13.450,35	31/3/2010
13.888,06	30/4/2010
40.836,02	31/5/2010

9.3. aplicar ao Sr. José Barbosa de Andrade a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3227-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3228/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.166/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Responsáveis: Francisco Antônio Cardoso Mota (CPF 206.090.194-49); Francisco Leite Guimarães Nunes (CPF 326.225.463-00); Marcos Eugenio Leite Guimaraes Nunes (CPF 681.583.353-49).

4. Entidade: Município de Icó/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada, por força do Acórdão 2.534/2008-2ª Câmara, em desfavor, originalmente, de Francisco Leite Guimarães Nunes, Francisco Antônio Cardoso Mota e Marcos Eugênio Leite Guimarães, ex-prefeitos de Icó/CE (gestões: 2001-2004, 2005-2008 e 2009-2012, respectivamente), diante da não apresentação da prestação de contas final dos recursos federais transferidos à conta do Convênio nº 398/2002 celebrado entre o Ministério da Cultura e o referido município, com a interveniência do Estado do Ceará, para a execução de obras e serviços previstos no Projeto de Revitalização do Patrimônio Histórico da Cidade de Icó/CE, no âmbito do Programa Monumenta, com o financiamento parcial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a vigência estipulada para o período de 4/7/2002 a 4/11/2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade dos Srs. Francisco Leite Guimarães Nunes e Marcos Eugênio Leite Guimarães Nunes na presente relação processual;

9.2. considerar revel o Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "a" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, sem prejuízo de abater o recolhimento já efetuado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

TIPO	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
Débito	279.377,63	27/11/2007
Crédito	112.777,23	10/9/2009

9.4. aplicar ao Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3228-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3229/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.195/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração(Aposentadoria).

3. Recorrente: Gorgônio José de Araújo Neto (CPF 004.023.385-53)

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

Ivan Luiz Moreira de Souza Bastos (OAB/BA nº 11.607) e outros, representando Gorgônio José de Araújo Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Gorgônio José de Araújo Neto em face do Acórdão 12.797/2016 por meio do qual a 2ª Câmara do TCU considerou irregulares os atos de aposentadoria em favor de Gorgônio José de Araújo Neto e de Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira, negando-lhes o respectivo registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Gorgônio José de Araújo Neto, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao interessado.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3229-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3230/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.808/2014-7.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Floriano Pastore Júnior (CPF 085.424.651-72).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

8. Representação legal: Cláudia Martins Mota de Carvalho (OAB/DF 27.591), representando Floriano Pastore Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor da Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (Fepad) e dos Srs. Floriano Pastore Júnior, ex-presidente (gestão: 20/7/2004 a 23/10/2007), e Cristiano René Smidt, ex-diretor administrativo-financeiro da entidade, diante, inicialmente, da omissão no dever de prestar contas do termo de concessão e aceitação de apoio a projeto de pesquisa científico-tecnológica assinado, em 2/12/2004, para a implantação de sistema inovador de transporte de cana-de-açúcar via teleférico removível;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade do Sr. Cristiano René Smidt e da Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (Fepad) na presente relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Floriano Pastore Júnior, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantia de R$ 396.051,20 (trezentos e noventa e seis mil e cinquenta e um reais e vinte centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 3/12/2004 até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Floriano Pastore Júnior a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.6. determinar que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico observe as suas normas internas sobre a concessão de apoio a projeto de pesquisa científico-tecnológica, fazendo constar, dos respectivos processos administrativos, os pareceres dos órgãos de assessoramento em subsídio à decisão da diretoria executiva;

9.7. dispensar a unidade técnica de promover o monitoramento da determinação indicada no item 9.6 deste Acórdão; e

9.8. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis, à 2ª Vara Cível de Brasília do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), tendo em vista o Processo nº 2009.01.1.123272-6 que trata da liquidação da Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (Fepad), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para ciência e eventuais providências.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3230-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3231/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.357/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Engipec - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ 03.194.654/0001-91); José Cipriano de Sousa Lira (CPF 229.178.103-00).

4. Entidade: Município de Paes Landim/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal:

8.1. João Brito Passos Pinheiro Neto (13.912/OAB-PI) e outros, representando a Engipec - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda.

Comércio e Indústria Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. José Cipriano de Sousa Lira, ex-prefeito de Paes Landim/PI (gestão: 2005-2008), diante da execução apenas parcial do Convênio nº 341/2004, com vigência de 30/6/2004 a 21/11/2011, destinado à "Execução de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas", com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 299.977,19 à conta da concedente, além de R$ 9.022,80 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o total de R$ 308.999,99;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Cipriano de Sousa Lira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a Engipec - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda., ao pagamento da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde a data indicada até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
48.306,04	26/6/2006

9.2. aplicar ao Sr. José Cipriano de Sousa Lira e à Engipec - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3231-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3232/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.409/2015-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas Ordinária (Exercício de 2014)

3. Responsáveis: Américo José Córdula Teixeira (CPF 048.602.538-17), Ana Cristina da Cunha Wanzeler (CPF 189.913.782-34), Antônio Alves Junior (CPF 064.014.218-43), Bernardo Novais da Mata Machado (CPF 200.072.996-72), Bruno Henrique Rodrigues de Melo (CPF 804.326.541-00), Fabiano dos Santos (CPF 324.429.043-49), Geórgia Haddad Nicolau (CPF 350.443.588-78), Germano Andrade Ladeira (CPF 946.932.346-72), Hermides de Menezes Passos (CPF 727.353.841-87), Ivan Domingues das Neves (CPF 064.745.602-82), João Batista Silva (CPF 378.321.821-72), José Vaz de Souza Filho (CPF 636.412.757-68), Juana Nunes Pereira (CPF 070.544.767-78), Kleber da Silva Rocha (CPF 467.399.120-68), Luísa Aires Oliveira (CPF 359.522.701-82), Marcelo Narvaes Fiadeiro (CPF 574.419.951-91), Marcelo Pedroso (CPF 097.825.858-40), Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (CPF 239.510.871-53), Marcos Alves de Souza (CPF 279.598.561-68), Marcos André Rodrigues de Carvalho (CPF 003.131.037-04), Marcos da Costa Avelar (CPF 292.886.491-15), Maria Suzete Nunes (CPF 233.944.123-49), Mário Henrique Costa Borgneth (CPF 021.643.158-12), Pedro Azevedo Vasconcellos (CPF 002.204.820-04), Renata Sanches (CPF 318.823.311-68), Samuel Barichello Conceição (CPF 144.059.988-25), Sergio Braune Solon de Pontes (CPF 149.906.951-00), Silvana Tamiazi (CPF 037.970.648-29), Simone Antonia Colen (CPF 869.243.541-49), Teresa Cristina Rocha Azevedo de Oliveira (CPF 239.513.031-15).

4. Unidades jurisdicionadas: Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura (SE/MinC), consolidando as informações sobre a gestão das unidades do ministério não relacionadas para a apresentação de relatório de gestão, além da gestão do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas ordinária da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura (SE/MinC), consolidando as informações sobre a gestão das unidades do ministério não relacionadas para a apresentação de relatório de gestão, além da gestão do Fundo Nacional de Cultura (FNC), para o exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Germano Andrade Ladeira;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis listados a seguir, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do Regimento Interno do Tribunal (RITCU):

9.2.1. Ana Cristina da Cunha Wanzeler, Marcelo Narvaes Fiadeiro e Marcelo Pedroso, em face da não regularização da locação do Edifício Parque Cidade Corporate ao longo do exercício de 2014;

9.2.2. Germano Andrade Ladeira, em função da prorrogação do Termo de Cooperação Técnica nº 160/2013 desacompanhado de documento com o orçamento detalhado do projeto, além do emprego de bolsistas em atividades finalísticas do Ministério da Cultura; e

9.2.3. Marcos André Rodrigues de Carvalho, em razão da utilização de bolsistas em atividades alheias às contratadas;

9.3. julgar regulares as contas dos responsáveis elencados abaixo, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RITCU:

9.3.1. Américo José Córdula Teixeira;
9.3.2. Antônio Alves Junior;
9.3.3. Bernardo Novais da Mata Machado;
9.3.4. Bruno Henrique Rodrigues de Melo;
9.3.5. Fabiano dos Santos;
9.3.6. Geórgia Haddad Nicolau;
9.3.7. Hermides de Menezes Passos;
9.3.8. Ivan Domingues das Neves;
9.3.9. João Batista Silva;
9.3.10. José Vaz de Souza Filho;
9.3.11. Juana Nunes Pereira;
9.3.12. Kleber da Silva Rocha;
9.3.13. Luísa Aires Oliveira;
9.3.14. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg;
9.3.15. Marcos Alves de Souza;
9.3.16. Marcos da Costa Avelar;
9.3.17. Maria Suzete Nunes;
9.3.18. Mário Henrique Costa Borgneth;
9.3.19. Pedro Azevedo Vasconcellos;
9.3.20. Renata Sanches;
9.3.21. Samuel Barichello Conceição;
9.3.22. Sergio Braune Solon de Pontes;
9.3.23. Silvana Tamiazi;
9.3.24. Simone Antonia Colen;
9.3.25. Teresa Cristina Rocha Azevedo de Oliveira;

9.4. determinar que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta decisão, a Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura conclua as seguintes medidas:

9.4.1. reformule os procedimentos e normativos internos do Ministério da Cultura, apresentando os resultados ao TCU em relatório que indique as providências adotadas no sentido de automatizar a reprovação das contas e a inabilitação cautelar dos respectivos proponentes, no caso de omissão da prestação de contas após o prazo estipulado no art. 81 da Instrução Normativa MinC nº 1/2013, em trinta dias contados a partir da notificação a que se refere o mesmo artigo, além de atentar para que a inabilitação cautelar seja suspensa no caso de apresentação da documentação exigida até o julgamento da tomada de contas especial ou ainda, no caso de comprovação, por parte do proponente, da impossibilidade de apresentar os documentos em virtude de caso fortuito ou de força maior;

9.4.2. apresente, ao TCU, o devido plano de ação com vistas a promover a redução gradual do passivo existente em restos a pagar e, concomitantemente, a contenção do aumento de novas inscrições, em atendimento ao princípio da gestão fiscal responsável positivado no art. 1° da Lei Complementar nº 101, de 2000, devendo o referido plano de ação expor as razões da atual situação dos restos a pagar e a expectativa de sua evolução, com e sem a adoção das medidas formuladas no plano;

9.4.3. apresente, ao TCU, a conclusão da prestação de contas do Termo de Cooperação Técnica nº 160/2013, com a análise dos serviços efetivamente prestados pela Fiocruz;

9.4.4. encaminhe a documentação comprobatória do ressarcimento ao erário dos indevidos pagamentos à Gestor Serviços Empresariais Ltda. por serviços de limpeza, asseio e conservação no bojo do Contrato nº 34/2009, sem prejuízo de, se necessário instaurar, a devida tomada de contas especial, devendo informar o TCU sobre o resultado dessas medidas ao final do prazo assinalado pelo item 9.4 deste Acórdão;

9.5. determinar que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta decisão, o Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, junto à Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura, encaminhe, ao TCU, o relatório circunstanciado sobre a execução das obras de desinterdição da Biblioteca Demonstrativa de Brasília (Contrato nº 7/2016) e sobre as outras medidas adotadas e/ou necessárias à reabertura da aludida biblioteca, evidenciando, ainda, o cronograma de execução dessas medidas e o prazo estimado para a efetiva reabertura;

9.6. determinar que a Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura:

9.6.1. observe as orientações constantes da Portaria TCU nº 90/2014, haja vista que restou constatado que o relatório de gestão por ela encaminhado não atende plenamente às aludidas orientações, especialmente no que se refere à falta de informações exigidas sobre as metas físicas sob a responsabilidade da unidade, em inobservância aos princípios constitucionais da publicidade e da prestação de contas (accountability);

9.6.2. atente para o preenchimento do rol de responsáveis, haja vista que o apresentado nestas contas contém agentes com natureza de responsabilidade não enquadrada nas definições expressas pelo art. 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, além de não incluir os integrantes da Comissão do Fundo Nacional da Cultura e da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, discriminados nos arts. 15 e 39 do Decreto nº 5.761, de 2006, os quais deverão integrar o rol de responsáveis nas próximas prestações de contas ordinárias, por serem membros de órgão colegiado responsável por ato de gestão passível de causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade, nos termos do art. 10, III, da IN TCU nº 63/2010;

9.6.3. envie relatórios semestrais ao TCU, até 15 (quinze) dias úteis após o término de cada mês de junho e de dezembro, com informações detalhadas sobre a evolução do passivo de prestações de contas e sobre as providências adotadas para efetivamente reduzir esse passivo processual e evitar a formação de novo passivo, com a evidenciação do volume de processos totais, já analisados e a analisar, e a identificação dos servidores responsáveis pelas aludidas análises, entre outras informações relevantes, devendo, ainda, o Controle Interno junto ao Ministério da Cultura se manifestar conclusivamente sobre toda a gestão do mencionado passivo processual, com especial atenção para o nível de cumprimento das metas de redução desse passivo, entre outras providências necessárias;

9.7. determinar que a Secretaria de Infraestrutura Cultural (antiga Dinc):

9.7.1. abstenha-se de utilizar bolsistas para a execução de atividades típicas das carreiras do Ministério da Cultura, tal como constatado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 160/2013, em afronta ao art. 1º do Decreto nº 2.271, de 1997, ao Acórdão 2.681/2011-TCU-Plenário e ao Termo de Conciliação Judicial Geral firmado em 5/11/2007 entre a União e o Ministério Público do Trabalho, expondo a União à possibilidade de responder a causas trabalhistas, por força do item V da Súmula TST nº 331;

9.7.2. abstenha-se de celebrar termo de cooperação desacompanhado de projeto básico, termo de referência ou documento com o orçamento detalhado para propiciar a avaliação do custo pela administração pública, tal como observado no Termo de Cooperação Técnica nº 160/2013, em afronta ao princípio constitucional da publicidade, ao art. 1º, § 2º, XXVI, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e ao entendimento exarado no Acórdão 1.771/2009-TCU-Plenário;

9.8. determinar que a Secretaria da Economia da Cultura (antiga Secretaria de Economia Criativa) se abstenha de empregar bolsistas em atividades estranhas às contratadas, a exemplo do que ocorreu no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 160/2013, tendo ficado caracterizado o desvio de finalidade, nos termos da jurisprudência deste Tribunal (v.g.: Acórdão 3.015/2010-TCU-Plenário);

9.9. recomendar que a Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura:

9.9.1. aperfeiçoe o sistema Salic no sentido de fazer indicar os locais em que se efetivam a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais resultantes, além da localidade do proponente do projeto cultural, de modo a conferir maior fidedignidade às informações sobre a distribuição regional da produção e do acesso à cultura no país;

9.9.2. automatize o registro, no sistema Salic, das informações financeiras encaminhadas pelo Banco do Brasil sobre os projetos culturais com contas de captação e/ou de movimentação abertas, minimizando ou mesmo extinguindo a interferência humana no processo;

9.10. considerar cumpridas as determinações prolatadas pelos itens 9.8.1 e 9.8.2 do Acórdão 522/2013-TCU-Plenário, a determinação contida na alínea "a" do Acórdão 7.924/2014-TCU-2ª Câmara e as determinações contidas nas alíneas "b" e "c" do Acórdão 357/2013-TCU-1ª Câmara;

9.11. determinar que o controle interno junto ao Ministério da Cultura promova o acompanhamento do cumprimento das suas recomendações, devendo representar ao TCU, no caso de descumprimento das aludidas medidas;

9.12. determinar que a SecexEducação:

9.12.1. promova o monitoramento das determinações contidas nos itens 9.4, 9.5 e 9.9 deste Acórdão, dispensando-a do monitoramento das demais medidas;

9.12.2. autue processo específico de acompanhamento sobre a gestão do passivo de prestação de contas pela Secretaria-Executiva do MinC, em cumprimento ao item 9.6.3 deste Acórdão, devendo submeter o correspondente feito ao competente Relator, com a manifestação conclusiva da unidade técnica sobre a efetiva redução do aludido passivo processual, até o 5º dia útil de cada mês de agosto e de fevereiro, indicando os responsáveis pela eventual inércia na redução do referido passivo e as medidas corretivas porventura necessárias, entre outras providências cabíveis; e

9.13. encaminhar cópia integral da presente deliberação, bem como da instrução à Peça nº 49, à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura e à Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU).

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3232-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3233/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.393/2013-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Responsáveis: Armênia Uchoa de Mesquita (CPF 234.862.363-34), Francisca Rafaela Uchoa de Mesquita (CPF 644.689.923-87), Francisco Armen Uchoa de Mesquita (CPF 024.849.933-58), José Randal de Mesquita Neto (CPF 915.457.223-15), Mikael Rodrigues de Oliveira (CPF 029.906.553-79), Silvia Helena Cezario Araujo (CPF 314.644.083-00), Valdemar Araújo da Silva Filho (CPF 533.542.733-72) e Construtora Lazio Ltda. (CNPJ 10.697.540/0001-20).

3.1. Interessados: Maria Gorette Cavalcanti Bastos Sobrinha e outros.

4. Entidade: Município de Pindoretama/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: Mauro Ferreira Godim, OAB/CE nº 17.291, representando Valdemar Araújo da Silva Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por Maria Gorette Cavalcanti Bastos Sobrinha, Mário Lúcio Ramalho Martildes e Francisco Agamenom Sousa Bomfim, na qualidade de vereadora e de servidores públicos municipais, sobre possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 20130123-03-PP destinado à locação de veículos adequados ao transporte escolar dos alunos da rede de ensino do município de Pindoretama/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar procedente a presente representação, já conhecida pelo TCU, por intermédio do Acórdão 1.599/2015-2ª Câmara;

9.2. converter o presente processo de representação em tomada de contas especial, por meio da autuação de processo apartado, por cópia, destes autos, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443, de 1992, do art. 252 do RITCU e do art. 41 da Resolução TCU nº 259, de 2014;

9.3. desconsiderar a personalidade jurídica da empresa a seguir indicada, para responsabilizar os seus sócios e administradores em regime de solidariedade com os demais responsáveis apurados nos autos:

Empresa	Sócios a serem responsabilizados	CPF
Construtora Lazio Ltda. (CNPJ 10.697.540/0001-20)	Francisco Armen Uchoa de Mesquita	024.849.933-58
	José Randal de Mesquita Neto	915.457.223-15
	Armênia Uchoa de Mesquita	234.862.363-34
	Francisca Rafaela Uchoa de Mesquita	644.689.923-87

9.4. determinar que a unidade técnica promova a citação de Valdemar Araújo da Silva Filho (CPF 533.542.733-72), Silvia Helena Cezario Araújo (CPF 314.644.083-00), e Mikael Rodrigues de Oliveira (CPF 029.906.553-79), da Construtora Lazio Ltda. (CNPJ 10.697.540/0001- 20) e dos Srs. Francisco Armen Uchoa de Mesquita (CPF 024.849.933-58), José Randal de Mesquita Neto (CPF 915.457.223-15), Armênia Uchoa de Mesquita (CPF 234.862.363-34) e Francisca Rafaela Uchoa de Mesquita (CPF 644.689.923-87), com fundamento nos arts. 10, § 1º; e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e no art. 202, incisos I e II, do RITCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem as suas alegações de defesa e/ou recolham, solidariamente, aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente, calculadas a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
2011,73	14/5/2013
19.745,26	15/5/2013
35.600,14	27/6/2013
32.362,83	24/7/2013
18.083,59	16/9/2013
33.687,78	24/10/2013
16.843,89	11/11/2013

9.5. apensar os presentes autos ao processo de TCE autuado por força do item 9.2 deste Acórdão, nos termos do art. 41 da Resolução TCU nº 259, de 2014, após o acompanhamento e a quitação do integral recolhimento da multa aplicada ao Sr. Valdemar Araújo da Silva Filho pelo Acórdão 1.599/2015-TCU-2ª Câmara;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos representantes e ao Ministro de Estado da Educação, para ciência, e à Procuradoria da república no Estado do Ceará, para a adoção das medidas eventualmente cabíveis, ficando a Secex/CE, desde já, autorizada a promover ações conjuntas com o Ministério Público Federal para a melhor elucidação dos ilícitos detectados no presente caso concreto; e

9.7. determinar que a Secex/CE dê prosseguimento aos feitos, com a urgência que o caso requer.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3233-11/17-2.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3234/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.540/2014-8.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Interessados: Moris Arditti (CPF 034.407.378-53); Reinaldo de Bernardi (CPF 081.719.998-59).

4. Entidade: Genius Instituto de Tecnologia.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal:

8.1. Guilherme Siqueira Coelho de Paula (48.370/OAB-DF) e outros, representando Reinaldo de Bernardi.

8.2. Amauri Feres Saad (261859/OAB-SP) e outros, representando Moris Arditti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Moris Arditi e Reinaldo de Bernardi em face do Acórdão 9.434/2016-2ª Câmara que julgou irregulares as contas dos aludidos responsáveis no âmbito da tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), diante da não comprovação da correta aplicação dos recursos federais aportados ao Convênio nº 01.07.0533.00/2007 (Siafi 598066) destinado ao desenvolvimento de "*protótipo industrial de um giroscópio mecânico de precisão para aplicações em sistemas de navegação inercial oceânicos*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Moris Arditti e Reinaldo de Bernardi, com base no art. 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência da presente deliberação aos interessados.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3234-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3235/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.725/2015-0.

1.1. Apenso: 035.726/2015-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Prestação de Contas Ordinária (Exercício de 2014).

3. Responsáveis: Aderico Visconte Pardi Mattioli (CPF 000.730.368-89); Alexandre Kiyoshi Ramos Tanaka (CPF 092.166.337-43); Álvaro Toubes Prata (CPF 145.041.381-15); André Minella (CPF 436.028.430-68); Clélio Campolina Diniz (CPF 006.416.186-20); Cláudio Guimarães Júnior (CPF 663.948.647-49); Fernando Amálio da Silva (CPF 298.247.107-87); Fernando de Nielander Ribeiro (CPF 627.437.597-04); Francisco Canindé Pegado do Nascimento (CPF 083.462.324-20); Gianna Cardoso Sagazio (CPF 609.893.356-15); Glaucius Oliva (CPF 045.686.168-83); Glauco Antônio Truzzi Arbix (CPF 518.652.118-34); Helena Bonciani Nader (CPF 586.545.938-49); Helena Tenório Veiga de Almeida (CPF 033.331.617-70); Henrique Vianna Medeiros (CPF 094.790.257-01); Jacob Pális Júnior (CPF 044.718.307-91); Jailson Bittencourt de Andrade (CPF 056.036.415-68); João Alberto de Negri (CPF 620.169.979-15); Marco Antônio Raupp (CPF 076.608.801-44); Marcos de Oliveira Ferreira (CPF 329.708.701-34); Maria Salete Cavalcanti (CPF 205.793.304-00); Matheus de Carvalho Leme Cavallari (CPF 290.511.228-02); Maurício Antônio Lopes (CPF 277.340.486-68); Nelson Akio Fujimoto (CPF 021.839.178-14); Paulo Bernardo Silva (CPF 112.538.191-49); Pedro de Carvalho Pontual (CPF 838.950.948-20); Renato Veras Brito (CPF 075.014.817-92); Rodrigo Rodrigues da Fonseca (CPF 829.001.591-72); Rodrigo de Araújo Teixeira (CPF 692.996.681-91).

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual dos gestores da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agregando as contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para o exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Glauco Antônio Truzzi Arbix; Fernando de Nielander Ribeiro; Rodrigo Rodrigues da Fonseca; Maria Salete Cavalcanti; Cláudio Guimarães Júnior; Clélio Campolina Diniz; Alvaro Toubes Prata; Glaucius Oliva; Francisco Canindé Pegado do Nascimento; Aderico Visconte Pardi Mattioli; Gianna Cardoso Sagazio; Helena Bonciani Nader; Jacob Palis Junior; Jailson Bittencourt de Andrade; Helena Tenorio Veiga de Almeida; Nelson Akio Fujimoto; Marcos de Oliveira Ferreira; Matheus de Carvalho Leme Cavallari; Mauricio Antônio Lopes e Rodrigo de Araujo Teixeira, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação;

9.2. julgar regulares as contas de João Alberto de Negri; Marco Antônio Raupp; Paulo Bernardo Silva; André Minella; Alexandre Kiyoshi Ramos Tanaka; Henrique Vianna Medeiros; Renato Veras Brito; Fernando Amálio da Silva e Pedro de Carvalho Pontual, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação plena;

9.3. determinar que, com fundamento no art. 74, inciso IV e § 1º, da Constituição de 1988, a Secretaria Federal de Controle Interno:

9.3.1. avalie se a Revisão 01 da N-OPE-037/14, ou da norma que porventura a sucedeu, assegura os procedimentos para a análise de todos os documentos exigidos no art. 40 da IN-CD-FNDCT 01/2010, além de avaliar se assegura que as conclusões sobre as prestações de contas estejam baseadas em documentação comprobatória, em vez de mera declarações do próprio convenente, devendo encaminhar as correspondentes conclusões ao TCU no prazo de 90 (noventa) dias;

9.3.2. analise se os dispositivos da IT-OPE-018/14 (atualmente constantes da Revisão 01 da N-OPE-037/14), ou de norma que porventura a sucedeu, obrigam que o convenente encaminhe os documentos comprobatórios suficientes para os agentes da Finep poderem analisar, com segurança, a regular aplicação dos recursos, além de avaliar se há previsão de que essa análise seja realizada, assegurando a fidedignidade das conclusões, de forma a respeitar o princípio constitucional da prestação de contas (art. 70, parágrafo único, da CF88), devendo encaminhar as correspondentes conclusões ao TCU no prazo de 90 (noventa) dias;

9.4. determinar que, nos termos do § 2º do art. 208 do RITCU, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep):

9.4.1. reanalise a prestação de contas dos Convênios nºs 01.10.0616.00, 01.08.0275.00 e 01.10.0049.00, no prazo de até 90 (noventa) dias, observando as falhas apontadas pelo órgão de controle interno nos itens 3.1.1.2, 3.1.1.3 e 3.1.1.4 do RAG nº 201503445, com fundamento nos arts. 43 e 44 da IN-CD-FNDCT 1/2010, informando o TCU, nesse mesmo prazo, sobre as conclusões a respeito das referidas prestações de contas e, em especial, sobre as aludidas falhas;

9.4.2. apresente ao TCU, no prazo de até 60 (sessenta) dias, o devido plano de ação com vistas a solucionar a utilização do imóvel sob a propriedade da empresa, na Praia do Flamengo nº 200, contendo, no mínimo, a relação de medidas a serem adotadas, os responsáveis para cada ação e o prazo para a sua implementação, que não deve ser superior a 12 (doze) meses;

9.4.3. observe que, na prestação de contas dos convênios com recursos do FNDCT, na modalidade não reembolsável pela Lei nº 11.540/2007, deve-se promover a análise de todos os documentos que irão compor a prestação final de contas, sendo vedada a adoção de procedimentos que retirem da análise parte do conteúdo e/ou prevejam a tomada de decisão por meio de declarações do próprio convenente, de modo a respeitar o art. 70, parágrafo único, da Constituição de 1988 e o art. 40 da IN-CD-FNDCT 1/2010;

9.4.4. abstenha-se de incorrer na falha consistente em afronta, pela IT-OPE-018/14, dos valores da accountability, tendo em vista possibilitar a aprovação da prestação de contas de convênios com recursos do FNDCT, na modalidade não reembolsável pela Lei nº 11.540/2007, sem que o convenente seja obrigado a apresentar a documentação suficiente para a comprovação da regular aplicação dos recursos, além de não conter a previsão da realização de análise suficiente para concluir pela aprovação da prestação de contas;

9.5. determinar que, nos termos do § 2º do art. 208 do RITCU, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) se abstenha de incorrer na falha consistente no fato de a Resolução CD-FNDCT nº 2/2014 afrontar os valores da accountability, já que possibilita a aprovação da prestação de contas de convênios com recursos do FNDCT, na modalidade não reembolsável pela Lei nº 11.540/2007, sem que o convenente seja obrigado a apresentar a documentação suficiente, para a comprovação da regular aplicação dos recursos, e sem a previsão da realização de análise suficiente para concluir pela aprovação da prestação de contas;

9.6. determinar que, nos termos do § 2º do art. 208 do RITCU, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Secretaria Federal de Controle Interno se abstenham de incorrer na falha consistente na ausência de inclusão dos membros do Conselho Diretor do FNDCT no rol de responsáveis das contas do fundo, em afronta ao art. 10, III, da IN TCU nº 63/2010, tendo em vista as competências instituídas pelo art. 5º da Lei nº 11.540, de 2007;

9.7. determinar que a Secex/RJ:

9.7.1. autue o devido processo apartado de fiscalização, por cópia dos presentes autos, com vistas a promover o monitoramento da determinação contida no item 9.4.3 deste Acórdão, devendo a unidade técnica promover as discussões e as tratativas necessárias junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para que ela apresente o seu plano de ação com vistas a reanalisar a prestação de contas de todos os convênios aprovados com base na IT-OPE-018/14 e/ou Resolução CD-FNDCT nº 2/2014, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis para cada ação e o prazo para a sua implementação, que não deve ser superior a 12 (doze) meses;

9.7.2. comunique ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que a aprovação de prestação de contas de convênios com respaldo em normativos internos, a exemplo da Resolução CD-FNDCT nº 2/2014, da IT-OPE-018/14 ou de outro normativo que porventura venha a substituí-los, sem obrigar o convenente a apresentar a documentação suficiente para a comprovação da regular aplicação dos recursos, além de não prever a realização da análise suficiente para se concluir pela aprovação da prestação de contas, pode resultar na responsabilização dos gestores pela aprovação desses normativos e pelos eventuais débitos apurados nos autos, podendo ficar, ainda, descaracterizada a boa-fé dos responsáveis;

9.8. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Financiadora de Estudos e Projetos, à Secretaria Federal de Controle Interno junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; e

9.9. arquivar os presentes autos, sem prejuízo de determinar que a unidade técnica promova o monitoramento de todas as determinações prolatadas neste Acórdão.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3235-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3236/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.538/2017-2

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil

3. Interessados: Artur Cavalcanti Cintra (CPF 115.109.254-14), Edna Tavares de Lira Coutinho (005.381.404-53), Geraldo Fernandes da Silva (CPF 258.165.004--49), Isabel Cavalcanti Cintra (CPF 115.109.174-03), Jucileide da Silva Moreno (CPF 149.874.734-53), Julia Jeronimo da Silva (CPF 820.561.884-49), Liana Crespo Cavalcanti Cintra (CPF 784.866.374-49), Maria das Graças Mendonça dos Santos (CPF 802.185.474-04) e Venir Cardoso Dalia (CPF 235.161.944-72)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Artur Cavalcanti Cintra, Isabel Cavalcanti Cintra, Jucileide da Silva Moreno, Julia Jeronimo da Silva, Liana Crespo Cavalcanti Cintra e Venir Cardoso Dalia, ordenando o registro;

9.2. considerar legais as concessões de pensões civis a Edna Tavares de Lira Coutinho, Geraldo Fernandes da Silva e Maria das Graças Mendonça dos Santos, ordenando o registro, uma vez que a incorreção detectada quanto ao congelamento da "parcela redutora" no cálculo do reajuste pela paridade não macula os atos iniciais, sendo que já foi autorizada a requisição de informações ao Ministério da Fazenda a serem analisadas pela unidade técnica especializada do TCU, com posterior submissão da matéria à apreciação do Tribunal, nos autos de processo a ser autuado para esse fim, conforme item 9.4.1 do Acórdão nº 2.943/2017-TCU-2ª Câmara;

9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos pensionistas a que se refere o item 9.2, informando-lhes que poderão se manifestar junto ao TCU a respeito da questão em discussão;

9.3.2. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os interessados de que trata o item 9.2 acima tiveram conhecimento do acórdão;

9.3.3. cadastrar no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, os atos de alteração das pensões civis concedidas a Artur Cavalcanti Cintra, Isabel Cavalcanti Cintra, Liana Crespo Cavalcanti Cintra e Venir Cardoso Dalia, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. monitore o cumprimento das determinações feitas ao órgão de origem, inclusive providenciando a juntada, no novo processo, de eventuais manifestações protocoladas pelos beneficiários;

9.4.2. inclua o código 3-1-9402-7 (paridade assegurada pelo art. 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005) no quadro "Descrição dos fundamentos legais da pensão/alteração" dos formulários de concessão de Edna Tavares de Lira Coutinho e Maria das Graças Mendonça dos Santos;

9.4.3. retifique, no formulário de interesse de Geraldo Fernandes da Silva, o "Tipo de Registro 2 - Alteração" para "1 - Inicial".

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3236-11/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 3237/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.663/2017-1
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil
3. Interessados: José Alves Correa (CPF 040.411.357-53), José Rodrigues de Castro (CPF 408.272.677-20), Laureci Araujo de Barros Monteiro (CPF 157.471.988-23), Priscila Teixeira de Castro (CPF 147.386.117-98) e Roberto Lopes (CPF 032.468.687-00)
4. Unidade: Superintendência de Seguros Privados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores da Superintendência de Seguros Privados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a José Alves Correa, José Rodrigues de Castro, Priscila Teixeira de Castro e Roberto Lopes, ordenando o registro;

9.2. considerar legal a concessão de pensão civil a Laureci Araujo de Barros Monteiro, ordenando o registro, uma vez que a incorreção detectada quanto ao congelamento da "parcela redutora" no cálculo do reajuste pela paridade não macula o ato inicial, sendo que já foi autorizada a requisição de informações ao Ministério da Fazenda e, se necessário, a outros órgão públicos, a serem analisadas pela unidade técnica especializada do TCU, com posterior submissão da matéria à apreciação do Tribunal, nos autos de processo a ser autuado para esse fim, conforme item 9.4.1 do Acórdão nº 2.943/2017-TCU-2ª Câmara;

9.3. determinar à Superintendência de Seguros Privados que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista a que se refere o item 9.2, informando-lhe que poderá se manifestar junto ao TCU a respeito da questão em discussão;

9.3.2. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a interessada de que trata o item 9.2 acima teve conhecimento do acórdão;

9.3.3. enviar a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, informações acerca do critério de reajuste dos proventos de pensão civil pela paridade com congelamento da "parcela redutora";

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. monitore o cumprimento das determinações feitas à Susep, inclusive providenciando a juntada, no novo processo acima referido, das informações prestadas pela autarquia, bem como de eventual manifestação protocolada pela beneficiária;

9.4.2. inclua o código 3-1-9402-7 (paridade assegurada pelo art. 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005) no quadro "Descrição dos fundamentos legais da pensão/alteração" do formulário de concessão de Laureci Araujo de Barros Monteiro.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3237-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3238/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-010.718/2014-1
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Francisco Umberto Pereira (ex-prefeito, CPF 488.952.534-34) e JI Construções Civis Ltda. - ME (CNPJ 07.149.739/0001-09)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à inexecução parcial do objeto do Convênio 127/2005 (Siafi 559217), firmado entre o Ministério da Integração Nacional e a Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira/PB para a reconstrução de 34 unidades habitacionais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Francisco Umberto Pereira, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa JI Construções Civis Ltda. - ME, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443/1992;

9.3. condenar o responsável Francisco Umberto Pereira a pagar a quantia de R$ 9.239,70 (nove mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 8/6/2007 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;

9.4. condenar os responsáveis Francisco Umberto Pereira e JI Construções Civis Ltda. - ME, solidariamente, a pagar a quantia de R$ 55.086,81 (cinquenta e cinco mil, oitenta e seis reais e oitenta e um centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 8/6/2007 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem perante o TCU o recolhimento do respectivo montante aos cofres do Tesouro Nacional;

9.5. aplicar aos responsáveis Francisco Umberto Pereira e JI Construções Civis Ltda. - ME, respectivamente, multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprovem perante o TCU o recolhimento do valor correspondente aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.7. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3238-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3239/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-012.364/2014-2
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Cláudia Carneiro Barbosa da Silveira (ex-empregada, CPF 603.327.607-82)
4. Unidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogados constituídos nos autos: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando a Caixa Econômica Federal

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada contra Cláudia Carneiro Barbosa da Silveira, ex-empregada da Caixa Econômica Federal, devido à prática de desvios que causaram prejuízos à instituição financeira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "d"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, incisos I e II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas da responsável Cláudia Carneiro Barbosa da Silveira, condenando-a a pagar os valores relacionados abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, com abatimento da quantia de R$ 1.423,93, apurada em 20/9/2000, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante correspondente aos cofres da Caixa Econômica Federal:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.151,27	26/1/2000
2.284,90	5/4/2000
1.709,28	12/4/2000
1.612,10	12/4/2000
514,68	12/4/2000
598,14	12/4/2000
1.036,47	12/4/2000
2.836,51	17/4/2000
2.484,19	17/4/2000
237,15	17/4/2000
3.270,31	19/4/2000
4.050,00	19/4/2000
3.999,94	19/4/2000
3.363,41	3/5/2000
684,66	4/5/2000
2.489,68	4/5/2000
2.245,11	4/5/2000
3.295,57	4/5/2000
3.099,80	30/5/2000
3.119,54	30/5/2000
3.345,48	8/6/2000
220,95	8/6/2000
99,78	29/6/2000
1.269,36	18/12/2000
3.277,45	14/8/2001
3.073,04	5/11/2002
866,68	7/11/2002
25,92	3/11/2005
4.146,93	3/4/2006
5.105,95	3/4/2006
2.130,35	3/4/2006
5.211,52	3/4/2006
5.424,62	17/11/2006
6.825,64	9/6/2010

9.2. aplicar à responsável Cláudia Carneiro Barbosa da Silveira multa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do referido valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3239-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3240/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.009/2014-5
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Antônio Gomes da Silva (ex-prefeito - CPF 162.341.974-34), Marcone de Souza Monteiro (ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPF 010.045.214-05) e Aplauso Produções e Eventos Ltda. - Me (CNPJ 10.447.596/0001-26)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Mari/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB)
8. Representação legal: João Romero Ribeiro Júnior, representante da empresa Aplauso Produções e Eventos Ltda. - ME (CNPJ 10.447.596/0001-26)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Antônio Gomes da Silva, ex-prefeito de Mari/PB, em razão de irregularidades na execução física e financeira quanto aos recursos repassados àquela municipalidade por meio do Convênio 1.323/2010, que teve por objeto o apoio à realização da festa "João Pedro".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, 23, 26, 28, inciso II, e 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 acolher as alegações de defesa apresentadas por João Romero Ribeiro Júnior, na condição de representante legal da empresa Aplauso Produções e Eventos Ltda. - ME, excluindo-a da presente relação processual;

9.2 julgar irregulares as contas de Antônio Gomes da Silva e Marcone de Souza Monteiro;

9.3 aplicar individualmente a Antônio Gomes da Silva e Marcone de Souza Monteiro multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas;

9.5 encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3240-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3241/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.586/2012-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Ágere - Cooperação em Advocacy (CNPJ: 05.427.114/0001-36); Guitty Masrour Milani (CPF: 007.918.387-57, ex-presidente); e Iradj Roberto Eghrari (CPF: 553.100.527-04, ex-gerente executivo)

4. Unidade: Ágere - Cooperação em Advocacy
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidades Técnicas: Serur e Secex Administração
8. Advogados constituídos nos autos: Thiago Lopes Ferraz Donnini (OAB/SP 235.247) e Mariana Vilella (OAB/SP 335.141)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originalmente de tomada de contas especial, agora em fase de recurso de reconsideração, interposto, em conjunto, por Ágere - Cooperação em Advocacy; Guitty Masrour Milani e Iradj Roberto Eghrari, respectivamente presidente e gerente executivo da entidade, contra o Acórdão 7.959/2014 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputando-lhes débito e multa em decorrência da inexecução parcial do Convênio 124/2006 (Siafi 575669), que teve por objeto a realização de seminário inter-religioso para celebrar os 25 (vinte e cinco) anos de promulgação da declaração para eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação com base em religião ou crença.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Ágere - Cooperação em Advocacy, Guitty Masrour Milani e Iradj Roberto Eghrari para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterados os termos originais da deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3241-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3242/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.615/2015-0.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Marcelo Marcos Rocha Souto (CPF 227.480.324-20), ex-prefeito; Jose Maria de Mattos (CPF 112.893.174-53), fiscal da obra; Flavio Bezerra de Melo (CPF 046.406.684-06), responsável técnico; e Zumbi Construções e Empreendimentos Ltda. - ME (CNPJ 07.571.400/0001-04).
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Jacaré dos Homens/AL
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/CE
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor de Marcelo Marcos Rocha Souto, ex-prefeito do município de Jacaré dos Homens/AL em razão de impugnação parcial de despesas do Convênio 341/2006-FNS, objetivando a execução de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3°; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; 23, inciso III, incisos "a" e "b"; 24; 25; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, inciso III; e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Marcelo Marcos Rocha Souto, José Maria de Mattos, Flávio Bezerra de Melo e Zumbi Construções e Empreendimentos Ltda. - ME, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida em favor da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), acrescida da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
28/2/2007	39.925,06
26/4/2007	82.400,00

9.2. aplicar a Marcelo Marcos Rocha Souto, José Maria de Mattos, Flávio Bezerra de Melo e Zumbi Construções e Empreendimentos Ltda. - ME, individualmente, multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3242-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3243/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.015/2014-4
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Paulo Cezar dos Santos Silva (ex-Tesoureiro Executivo, CPF 839.077.851-34)
4. Unidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul (Secex/MS)
8. Advogados constituídos nos autos: Evelyn Zini Moreira da Silva Birelo (Defensora Pública da União em Mato Grosso do Sul), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261, representando a Caixa Econômica Federal) e outros

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor de Paulo Cezar dos Santos Silva.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "d"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Paulo Cezar dos Santos Silva e condená-lo ao recolhimento, à Caixa Econômica Federal, da importância de R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora de 14/6/2010 até a data do pagamento;

9.2. aplicar a Paulo Cezar dos Santos Silva multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.3. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas.

10. Ata n° 11/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3243-11/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 39 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
AUFC

Aprovada em 12 de abril de 2017.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 33, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera o endereço do Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, alínea "m", da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º O endereço do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), subunidade deste Tribunal de Contas da União (TCU), fica alterado para o seguinte:

Logradouro: SCES, Trecho 3, Polo 8, Lote 3.
Bairro: Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES)
CEP.: 70.200-003
Cidade: Brasília
Estado: Distrito Federal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO CAIXETA

Defensoria Pública da União

PORTARIA Nº 542, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 57 da Lei nº13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º - Publicar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Órgão 29.000 - Defensoria Pública da União - referente ao exercício financeiro de 2017 com os valores estabelecidos no anexo desta Portaria.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 404, de 16 março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 86, de 17 de março de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I

29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS/OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

MESES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	32.000.000	32.000.000	29.093.502	29.093.502
FEVEREIRO	20.464.227	52.464.227	29.093.502	58.187.004
MARÇO	23.800.000	76.264.227	29.093.502	87.280.506
ABRIL	23.800.000	100.064.227	28.323.747	115.604.253
MAIO	23.800.000	123.864.227	28.323.747	143.928.000
JUNHO	23.800.000	147.664.227	28.323.747	172.251.747
JULHO	23.800.000	171.464.227	28.323.747	200.575.494
AGOSTO	23.800.000	195.264.227	28.323.747	228.899.241
SETEMBRO	23.800.000	219.064.227	28.323.747	257.222.988
OUTUBRO	23.800.000	242.864.227	28.323.747	285.546.735
NOVEMBRO	8.574.513	251.438.740	28.323.747	313.870.482
DEZEMBRO	-	251.438.740	28.323.745	342.194.227

Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, frustração de receita própria, sentenças, judiciais, limitação de empenho, despesas de exercícios anteriores ou créditos adicionais.

Nota 2: Inclui receita própria (fonte 157).

Nota 3: Os valores com pessoal e encargos sociais representam seus dispêndios brutos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 20, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Trabalho para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Alterar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2017, nos termos do art. 57 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 3, de 8 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Artigo 57, §2º, da Lei 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017). *Em R$ 1,00*

Até o mês	Pessoal e Encargos Sociais	Precatórios e RPV	Custeio - Outras Despesas Correntes e de Capital	Total Geral
ATÉ JANEIRO	1.431.983.487		240.667.169	1.672.650.656
ATÉ FEVEREIRO	2.642.999.393		481.334.338	3.124.333.731
ATÉ MARÇO	3.855.876.133		722.001.508	4.577.877.641
ATÉ ABRIL	5.065.211.733		962.668.677	6.027.880.410
ATÉ MAIO	6.272.084.610		1.203.335.846	7.475.420.456
ATÉ JUNHO	8.816.943.534	298.198.443	1.444.003.015	10.559.144.992
ATÉ JULHO	10.054.158.530	298.198.442	1.684.670.184	12.037.027.156
ATÉ AGOSTO	11.289.206.566		1.925.337.353	13.214.543.919
ATÉ SETEMBRO	12.525.797.012		2.166.004.523	14.691.801.534
ATÉ OUTUBRO	13.761.508.191		2.406.671.692	16.168.179.882
ATÉ NOVEMBRO	16.150.650.488		2.647.338.861	18.797.989.349
ATÉ DEZEMBRO	16.555.921.182	596.396.885	2.888.006.030	20.040.324.097

(1) Este cronograma será alterado nos casos de aprovação de crédito adicional, limitação de empenho/movimentação financeira e novas descentralizações de dotações para precatórios (Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor).

(2) Excluídas Fontes Próprias

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 435, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2016, do Conselho Federal de Biologia - CFBio.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 320ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 7 de abril de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Federal de Biologia - CFBio, referente ao exercício de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.522, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a eleição dos membros do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de atualização do normativo que regulamenta a eleição de membros do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

Considerando que a eleição para o CFC está disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 1.040/1969, cabendo-lhe baixar as instruções reguladoras do processo eleitoral, resolve:

TÍTULO I
DOS ATOS PREPARATÓRIOS
CAPÍTULO I
DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DO CFC

Art. 1º O Edital de Convocação para a eleição do CFC será publicado, pelo menos uma vez, no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de grande circulação no País, até 30 (trinta) dias antes da data do pleito, e deverá mencionar dia e hora para início das sessões preparatória e eleitoral, bem como o prazo para registro de chapas e sua composição.

CAPÍTULO II
DA DATA DA ELEIÇÃO

Art. 2º O pleito para renovação da composição do Plenário do CFC realizar-se-á no mês de novembro, na sede do CFC, em Brasília (DF).

Parágrafo único. Serão eleitos conselheiros efetivos e conselheiros suplentes, contadores efetivos e contadores suplentes e técnicos em contabilidade efetivos e técnicos em contabilidade suplentes, com mandato delimitado.

CAPÍTULO III
DO COLÉGIO ELEITORAL

Art. 3º O colégio eleitoral para a eleição do CFC será integrado por um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sob a presidência do presidente do CFC, e reunir-se-á em sessão preliminar, na data designada pelo edital de convocação de eleição, destinando os 30 (trinta) minutos iniciais da sessão à qualificação dos delegados-representantes, os quais, ao entregarem as credenciais, assinarão a lista de presença.

§ 1º Encerrado o prazo para a entrega de credenciais, serão proclamados os delegados-representantes, que, por terem atendido a essa formalidade, serão considerados delegados-eleitores.

§ 2º Desse colégio eleitoral só poderão participar representantes de CRC que estejam em situação regular e em dia com suas obrigações perante o CFC, especialmente quanto ao recolhimento da cota-parte que lhe pertence, nos termos do disposto no Art. 8°, alínea "a" do Decreto-Lei n.° 9.295, de 27 de maio de 1946.

§ 3º O colégio eleitoral, por convocação do presidente do CFC, reunir-se-á, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando a eleição 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

§ 4º No caso de registro de chapa única e estando presentes todos os delegados-eleitores, a eleição poderá ser realizada no mesmo dia.

CAPÍTULO IV
DO DELEGADO REPRESENTANTE

Art. 4º O delegado representante de que trata o Capítulo III será eleito por maioria absoluta pelo respectivo CRC, em reunião especialmente convocada.

Art. 5º A credencial do delegado-representante (Art. 3º) será constituída por original ou cópia autenticada da ata da reunião Plenária do CRC de sua eleição, encaminhada ao CFC por ofício.

Parágrafo único. O delegado-representante do CRC deverá, no dia da eleição, apresentar ao presidente do colégio eleitoral cópia da ata da reunião na qual foi eleito.

Art. 6º Até 10 (dez) dias antes da data designada para a realização do pleito, os CRCs que estiverem em dia com suas obrigações legais e regimentais, em reunião extraordinária, com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, deverão eleger seus delegados-representantes ao pleito no CFC.

§ 1º Da reunião será lavrada ata, cuja cópia autenticada constituirá a credencial de que trata o Art. 5º.

§ 2º Para efeito deste artigo, considera-se em dia com suas obrigações legais e regimentais o CRC:

a) que tenha apresentado ao CFC a prestação de suas contas relativas aos exercícios anteriores encerrados, não estando, de qualquer forma, inadimplente quanto ao cumprimento de exigências do CFC, especialmente quanto à entrega dos balancetes mensais do ano em curso; e

b) que esteja quite com o CFC relativamente ao pagamento das cotas que lhe são devidas.

§ 3º Até 15 (quinze) dias antes da data designada para a realização do pleito, o CFC comunicará aos CRCs que não estão em condições de participar da eleição os motivos do impedimento, com a devida fundamentação legal.

§ 4º Até o dia do pleito, o CRC que se encontrar na condição de impedido poderá sanar o impedimento apontado.

TÍTULO II
DA ELEIÇÃO
CAPÍTULO I
DOS CANDIDATOS E INSCRIÇÃO DE CHAPA

Art. 7º O pedido de registro de chapa será feito por meio de requerimento assinado por um dos seus integrantes e entregue ao presidente.

§ 1º O requerimento previsto no caput deverá estar acompanhado da declaração individual dos componentes, efetivos e suplentes, informando que na data do protocolo do pedido de registro de chapa, preenchem os seguintes requisitos:

I-cidadania brasileira;

II-habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III-pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;

IV-não tiver realizado nenhum ato de improbidade administrativa no CFC ou em qualquer CRC, apurado em processo transitado em julgado;

V-não tiver nos últimos 5 (cinco) anos:

a.contas rejeitadas pelo CFC relativas ao exercício de cargos ou funções;

b.sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato irregular na administração privada, ou de improbidade na administração pública, declarada em decisão transitada em julgado;

c.sofrido penalidade disciplinar ou ética, transitada em julgado, precedida de processo de fiscalização, aplicada por Conselho de Contabilidade;

d.sido condenado por crime transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

e.renunciado ao mandato de Conselheiro do Sistema CFC/CRCs, após abertura de processo de perda de mandato;

VI - estar com seu registro ativo e em situação regular no CRC quanto a débitos de qualquer natureza; inclusive referente à organização contábil da qual é sócio ou proprietário;

VII - não for ou não ter sido, nos últimos 2 (dois) anos, empregado de Conselho de Contabilidade; e

VIII - concordar formalmente que, na data da posse e a cada ano de mandato, deverá apresentar a declaração de bens ao CFC.

§ 2º O conselheiro federal, no exercício do mandato do terço remanescente, que desejar se candidatar deverá renunciar até 150 (cento e cinquenta) dias antes da data da eleição.

§ 3º Os Conselheiros, durante o exercício do mandato, deverão manter as mesmas condições de elegibilidade estabelecidas neste artigo, sob pena de perda do referido mandato.

§ 4º A perda do mandato de que trata o parágrafo anterior será precedida de regular processo administrativo.

Art. 8º O atendimento dos requisitos e das exigências de que tratam o artigo anterior deverá ser feito mediante declaração do candidato (Modelo I), devendo ser anexada ao pedido de registro de chapa, conforme previsão do Art. 10.

Parágrafo único: A inclusão de dados inverídicos ou a omissão de dados na declaração incorrerá no inciso II do Art. 11 do Código de Ética Profissional do Contador, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista na legislação, inclusive perda de mandato e da condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

Art. 9º Para a composição das chapas concorrentes ao pleito, o CFC comunicará aos CRCs, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da eleição, quais as vagas a preencher.

§ 1º O contador e o técnico em contabilidade não poderão se candidatar em mais de uma chapa.

§ 2º O portador de registro provisório não poderá ser candidato.

CAPÍTULO II
DA ANÁLISE DAS CHAPAS

Art. 10. Após a qualificação dos delegados representantes de que trata o Art. 3º, a sessão prosseguirá, concedendo-se o prazo de 1 (uma) hora para a apresentação presencial de registro de chapas.

§ 1º O pedido de registro de chapas, acompanhado da Declaração de que trata o Art. 8º, deverá ser entregue ao presidente do CFC, que determinará o seu protocolo.

§ 2º Após o registro, proceder-se-á ao exame e à discussão das chapas apresentadas, facultando-se a cada delegado-eleitor usar da palavra.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º A chapa ou qualquer de seus integrantes poderão ser impugnados de forma presencial e fundamentados por qualquer contador ou técnico em contabilidade, no prazo máximo de até 1 (uma) hora a contar do término do prazo para registro de chapa.

§ 4º No caso de impugnação de candidato, o responsável pela chapa ou o candidato impugnado, presente(s) à sessão, poderá (ão) contestar a impugnação ou substituir o candidato no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da ciência da impugnação.

§ 5º Até o prazo de que trata o § 3º, será permitida a substituição de candidatos em razão de impugnação, falecimento e desistência do candidato.

§ 6º Concluídos o exame e a discussão, as chapas, desde que preencham todos os requisitos, serão submetidas à aprovação e, após aprovadas, cada chapa receberá um número, de acordo com a ordem de protocolo determinada pelo presidente da sessão eleitoral, encerrando-se a sessão preliminar, da qual será consignada em ata.

§ 7º O presidente determinará as providências para que as chapas registradas sejam impressas na cédula que será entregue ao delegado-eleitor para votação na cabina indevassável.

CAPÍTULO III

DA SESSÃO ELEITORAL

Art. 11. A sessão eleitoral, presidida pelo presidente do CFC, será instalada à hora designada no edital, exceto no caso de Chapa Única (Art. 3º §4º), com a presença da maioria dos delegados-eleitores, ou 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número, devendo cada eleitor assinar a lista de presença.

§ 1º O presidente convidará 2 (dois) delegados-eleitores para, como escrutinadores, integrarem a mesa eleitoral, dando início à votação.

§ 2º O voto é secreto, direto e pessoal.

§ 3º O delegado-eleitor assinará a lista de votantes e receberá uma cédula rubricada pelo presidente e escrutinadores, o qual, na cabina reservada, votará na chapa de sua escolha, depositando na urna.

§ 4º A votação será encerrada às 18 (dezoito) horas (horário de Brasília), salvo se, antes, houverem votado todos os delegados-eleitores, e, em seguida, será iniciada a apuração.

§ 5º Feita a apuração, será proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, procedendo-se a sorteio em caso de empate. Em seguida, a sessão será encerrada, lavrando-se a respectiva ata, com a proclamação do resultado.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 12. Qualquer integrante de chapa poderá interpor recurso do resultado do pleito, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da proclamação do resultado da eleição.

§ 1º O recurso será dirigido ao presidente do CFC, que processará sua distribuição imediata a um conselheiro relator.

§ 2 º O conselheiro relator, que não poderá ser candidato ao pleito, terá até 5 (cinco) dias úteis para submeter seu parecer à apreciação do Plenário do CFC.

§ 3º O recurso terá efeito suspensivo.

§4º Julgado o Recurso em caráter terminativo, o presidente dará ciência ao recorrente da decisão do Plenário do CFC.

CAPÍTULO V

DA POSSE

Art.13. Os conselheiros eleitos serão empossados na primeira sessão Plenária do CFC, realizada no mês de janeiro do ano de início do respectivo mandato.

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES

Art. 14. A inclusão de dados inverídicos ou a omissão de dados na declaração a ser prestada ao Colégio Eleitoral para inscrição no pleito implicará a abertura do processo ético, da qual poderão resultar as seguintes penas, além daquelas previstas no Art. 12 do CEPC:

I - inelegibilidade, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

II - declaração de perda de mandato, caso a decisão condenatória venha a ser proferida após a posse.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o Conselho Federal notificará à autoridade competente o crime de falsidade ideológica de que trata o Art. 299 do Código Penal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O CFC poderá reembolsar, no todo ou em parte, as despesas de viagem e estada do delegado de CRC cuja situação financeira-orçamentária necessite de atendimento desse encargo, desde que esteja em condições de participar do processo eleitoral e o mesmo CRC não esteja arcando com gastos de qualquer outro membro de seu Plenário.

Art. 16. A presente Resolução só poderá ser alterada por maioria de 2/3 (dois terços) do Plenário do CFC, convocado para tal fim, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da reunião e 180 (cento e oitenta) dias da data da eleição.

Parágrafo único. A convocação deverá ser acompanhada da proposta de alterações que se pretendem efetuar.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

ACORDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR. ORIGEM: Conselho Regional de Fonoaudiologia 8ª Região - RECORRENTE: Gutemberg Moura de Andrade. RECORRIDO: Nutrivida Ltda. Proc. CFFa nº 1/2017 (CRFa 8 n. 5/2015). Vistos e discutidos os autos do referido processo, durante a 3ª Reunião da 153ª SPO, ACORDAM os conselheiros membros do Conselho Federal de Fonoaudiologia, por unanimidade, acompanhar o voto da Comissão de Ética, que é pela manutenção da penalidade de advertência ao fonoaudiólogo Gutemberg Moura de Andrade. Brasília, 7 de abril de 2017. RECURSO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. ORIGEM: Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região - RECORRENTE: André Lage Meira. RECORRIDO: Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região. Proc. CFFa nº 12/2016 (CRFa 6 n. 1/2016-Tomada de Contas Especial). Vistos e discutidos os autos do referido processo, durante a 2ª Reunião da 153ª SPO, ACORDAM os conselheiros membros do Conselho Federal de Fonoaudiologia, por unanimidade acompanhar o voto da relatora, que é pela manutenção da decisão prolatada pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região, que imputou as sanções concernentes à devolução de todas as verbas de representação percebidas nos finais de semana e feriados, relativas aos anos de 2014 e 2015, pelo fonoaudiólogo André Lage Meira, bem como a cassação do seu mandato de conselheiro regional.

Brasília, 7 de abril de 2017.
THELMA REGINA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 583, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Altera a Resolução CRCRS Nº 565/15 que aprova o Regulamento das Delegacias Regionais do CRCRS.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de alteração da Resolução CRCRS nº 565/15, que aprova o Regulamento das Delegacias Regionais do CRCRS, resolve:

Art. 1º O artigo 18 da Resolução CRCRS nº 565/15, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. O exercício das funções do(a) DELEGADO(A) terá o prazo de vigência de 04 (quatro) anos, findo o qual será realizada avaliação para decidir acerca da sua recondução ou não pelo período de mais 04 (quatro) anos, que poderá ser prorrogado uma única vez, por mais (01) um ano, mediante proposta fundamentada do Vice-Presidente de Relações com os Profissionais, acompanhada da concordância prévia do DELEGADO(A), aprovada pelo Presidente do Conselho e homologada pelo Plenário do CRCRS."

Art. 2º O artigo 23, 'a', da Resolução CRCRS nº 565/15, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Dar-se-á a substituição do(a) DELEGADO(A) por motivo: a) de morte ou doença que o(a) impeça de responder pelos serviços da DELEGACIA; (...)"

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO PALÁCIOS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 584, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Institui a distinção "DestaqueCRCRS" e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO oportuno destacar pessoas físicas e jurídicas que tenham contribuído com a Classe ou com o CRCRS de forma relevante;

CONSIDERANDO que dentre as formas de reconhecimento a outorga de distinção se apresenta como uma das mais importantes e expressivas;

CONSIDERANDO que a passagem dos 70 anos do CRCRS constitui momento oportuno para a homenagem, resolve:

Art. 1.º Fica instituída a distinção DESTAQUE CRCRS, destinada a homenagear pessoas físicas e jurídicas que, por motivos relevantes, tenham se tornado merecedoras do reconhecimento do CRCRS.

Parágrafo único. A concessão da distinção ocorrerá por ocasião da comemoração dos 70 anos do CRCRS.

Art. 2.º O Presidente do CRCRS, mediante portaria, designará comissão destinada à seleção dos homenageados, devendo esta definir os critérios, e a forma pela qual será materializada a homenagem, cuja confecção será custeada pelo CRCRS.

Art. 3.º Cabe ao Presidente do CRCRS ou a quem este designar, efetuar a entrega das condecorações.

Art. 4.º Não poderão ser agraciados Conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, enquanto se encontrarem no exercício do mandato.

Art. 5º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO PALÁCIOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

DECISÃO Nº 119, DE 31 DE JULHO DE 2015

Homologa a Decisão Coren-TO nº 006/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas no Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012;

CONSIDERANDO os termos da Decisão Cofen nº 40/2015;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, durante a realização de sua 467ª ROP, o Parecer de Conselheiro nº 08/2015, bem como todos os documentos acostados ao Processo Administrativo Cofen nº 721/2012, decide:

Art. 1º. Homologar a Decisão Coren-TO nº 006/2012.

Art. 2º. O Regional deverá dar publicidade à norma homologada no artigo anterior, observando os princípios estabelecidos em lei, encaminhando cópia da publicação ao Cofen.

Art. 3º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 15, DE 13 DE ABRIL DE 2017

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com redação dada pela Resolução COFFITO nº 473/2016, resolve:

Art. 1º Instaurar o processo eleitoral para renovação da composição do Conselho Regional para o quadriênio 2018/2022.

Art. 2º Designar para o dia 17 de maio de 2017, às 11h30, no Plenário do CREFITO-4, à Rua da Bahia, nº 1148, sala 817, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do Conselho Regional, visando à formação da comissão eleitoral local e eventual cadastro de reserva.

Art. 3º Referido sorteio será realizado nos moldes definidos pelo §1º do art. 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com as alterações da Resolução COFFITO nº 473/2016.

Art. 4º O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional será oficiado da presente portaria no primeiro dia útil subsequente à publicação desta portaria.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na presente data.

ANDERSON LUÍS COELHO

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 9ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 8 DE ABRIL DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o que consta do(s) processo(s) disciplinar(es) de suspensão do exercício profissional por débito, publicados no Diário Oficial do estado de São Paulo de 22/01/2014 e 28/03/2014, Seção I.

CONSIDERANDO que de acordo com a artigo 12 da Resolução CFESS 354/1997 de 17/12/1997: "após decorridos 3 (três) anos de suspensão do exercício profissional sem a satisfação dos débitos, a inscrição do assistente social poderá ser cancelada "ex-offício", por decisão do Conselho Pleno do CRESS"

CONSIDERANDO que os profissionais abaixo não regularizaram a situação dos débitos até a presente data;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO que a decisão de cancelar o registro dos profissionais suspensos por débito foi aprovada pelo Conselho Pleno do CRESSS/ SP em reunião ocorrida em 08/04/2017, resolve:

Deferir e homologar o Cancelamento Ex-Offício dos assistentes sociais abaixo:

1 - SONIA MARIA SODARIO B DE ARAUJO - 00296, 2 - CLEMENE BEATRIZ ROSSINI - 02905, 3 - DENYSE PANONI ARROYO BRANDAO - 07592, 4 - IVONETE DE FATIMA DE PAULA MARTINS - 12378, 5 - ELENICE TENORIO CAVALCANTI FUZI - 12888, 6 - SELMA FATIMA BRITO - 16042, 7 - MARLENE MARQUES PRADO - 16450, 8 - RUTH DE AVILA CARNEIRO - 17058, 9 - SONIA CECILIA BERTO - 18338, 10 - RITA DE FATIMA MELLO OSCAR - 19339, 11 - RUTH MARIA COSTA ARAUJO FROTA - 20001, 12 - ROSMEIRE LIZAR RAIMUNDO MARTINS - 20608, 13 - LILIAN AVILA GIGANTE - 21136, 14 - MARIA CELESTE FREIRE DOS SANTOS - 21820, 15 - SONIA AP CARNIO ARAUJO - 22857, 16 - REGINA LUCIA CHAVES MASCARO - 24747, 17 - MARIA LUCIANA RODRIGUES BEZERRA - 26070, 18 - MARIA AP COUTINHO - 26308, 19 - INES PEREIRA DE OLIVEIRA - 27915, 20 - ERICA MARIA DO E SANTO SOARES FONTES - 28098, 21 - VALERIA REGINA DA SILVA TEMPESTA - 30354, 22 - GABRIELA RAPOSO FERNANDES DOS SANTOS - 30440, 23 - SANDRA LIA DE ALMEIDA LEITE - 31181, 24 - LAVINIA DE OLIVEIRA BRAGA MARCANO - 31752, 25 - ROSANGELA AP GOMES DOS SANTOS - 32734, 26 - GISELE CASAGRANDE VALERIO - 33111, 27 - CLAUDIA PORTEL BRANDAO - 34151, 28 - SILVIA MARIA LIMA GUEDES - 34222, 29 - THAYS EMIDIO FERREIRA DA SILVA - 34538, 30 - VERA LUCIA DE JESUS - 35447, 31 - VILLIAN DE SOUZA ARAUJO LINO - 35936, 32 - ADELIA ALVES CORREA - 36021, 33 - MELHEM AP MEIRELLES DA SILVA - 37723, 34 - ADILSON ALCANTARA DA SILVA - 38061, 35 - VIVIANE DE ALMEIDA SAMPAIO - 38070, 36 - TANIA CORREA DA SILVA - 38942, 37 - NEUSA DE JESUS - 39855, 38 - THAIS SILVA DOS SANTOS - 39996.

MAURICLÉIA SOARES DOS SANTOS

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DA PARAÍBA

DECISÃO Nº 2, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Estabelece e normatiza sobre questões relativas a concessão de diárias, ajuda de custo, jetons, auxílio representação e dá outras providencias diante do CRO/PB.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba, usando de sua competência e de suas atribuições regimentais, "ad referendum" do Plenário, e em face da necessidade de promover as adequações legais;

Considerando que o Conselho Regional de Odontologia é uma Autarquia Federal instituída por Lei;

Considerando que o Conselho Regional de Odontologia da Paraíba é detentor de competência legal para fiscalização e regulação do exercício profissional da odontologia em suas categorias abarcadas por Lei, além de defensor do bom conceito profissional;

Considerando que as funções públicas da Lei Federal nº 4.324/64 são investidas através de escrutínio direto, sendo gratuitas e honoríficas.

Considerando a necessidade de assegurar aos conselheiros, convidados, colaboradores e funcionários condições adequadas para o desenvolvimento de suas incumbências;

Considerando o que preconiza a Lei 4.324/64, regulamentada pelo Decreto nº 68.704;

Considerando que a Lei nº 11.000/2004, expressamente autoriza e determina que os conselhos de fiscalização de profissões normatizem a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação;

Considerando os Decretos Federais nºs 71.733/73 e 5.992/2006, dispõem sobre a concessão de diárias e etc;

Considerando o que preconiza a Lei 8.112/90, notadamente em seu artigo. 51 e seguintes;

Considerando as recomendações do Tribunal de Contas da União, exaradas no TC 011.185/2015-5 (Apenso: TC 046.313/2012-5), de 15/07/2016;

Considerando os princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência que obrigam os entes administrativos;

Considerando o entendimento hodierno acerca da economia de gastos e controle de pessoal e de despesas em prol de sobrelevar o interesse público;

Considerando a necessidade de normatização, disciplinamento e padronização na concessão de diárias, jetons e todas as demais verbas de indenização

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba, usando de sua competência e de suas atribuições legais e regimentais "ad referedum" do plenário, decide.

Art. 1°.Fica assegurado aos detentores das funções públicas da Lei Federal nº 4.324/64, notadamente conselheiros, membros de comissões e representações, assessores, colaboradores, convidados, bem como funcionários e prestadores de serviço do CRO/PB a percepção de indenização por deslocamento de serviço na modalidade que couber, conforme dispuser esta Decisão.

Parágrafo único. A percepção de indenização por deslocamento de serviço dispensa a comprovação de gastos, ficando com condicionado apenas à autorização pelo deslocamento e a presença no mesmo.

Art. 2°.Fica estabelecido no âmbito do CRO/PB as seguintes modalidades de indenizações em razão de deslocamento a serviço:

a) Diária;

b) Ajuda de Custo;

c) Jetons;

d) Auxílio Representação.

Art.3°. Para efeito desta Decisão, é considerado deslocamento a serviço o afastamento do beneficiário do seu domicílio e/ou local de trabalho até a localidade onde se desenvolverão as atividades de interesse do CRO/PB.

§1º. Consigna-se que o deslocamento a serviço ficará condicionado à autorização por algum membro da Diretoria do CRO/PB.

§2º. A autorização poderá se dar por qualquer meio idôneo seja por escrito ou de forma eletrônica, a qual deverá ser oportunamente arquivada ao processo.

Art. 4°.A percepção das indenizações previstas nesta Decisão não configura salário ou subsídio, vez que se refere ao exercício de função pública administrativa, adstrita a Lei Federal nº 4.324/64, devendo-se observar a imunidade, isenção ou a necessidade de descontos tributários e previdenciários devidos conforme legislação específica.

CAPÍTULO I

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 5°.É garantida a concessão de Diária aos ocupantes de funções públicas da Lei Federal nº 4.324/64, bem como aos assessores, convidados, colaboradores, funcionários e prestadores de serviço quando se deslocarem além do local, considerando a distância mínima de 100km, em que tenham exercício ou trabalho para outro ponto pelo CRO/PB.

Parágrafo único. O aspecto da distância mínima para concessão de Diária será prescindido caso haja a necessidade de pernoite, no qual fará jus independentemente da distância à Diária.

Art. 6°.A Diária tem por finalidade cobrir despesas de hospedagem, alimentação e deslocamento urbano.

Parágrafo único. A Diária será devida por dia de afastamento do local em que tenhamexercício ou trabalho, até a data de retorno.

Art. 7°.As Diárias serão devidas na seguinte medida:

a) Participação em congresso, simpósio ou evento similar, seja como convidado, participante, palestrante ou representante do órgão;

b) Para participação de treinamento, reunião, palestra ou evento similar inerente à função;

c) Como membro de comissão, representação ou grupo de trabalho em prol do CRO/PB;

d) Por estrita necessidade de serviço;

e) Para participar de audiência, julgamento, diligencias judiciais, despachos com magistrados, prestar depoimento, ser testemunha, preposto ou representante tanto em processo judicial ou administrativo de sindicância ou disciplinar;

f) Para realização de trabalho ou procedimento inerente às funções exercidas no âmbito do órgão autárquico.

Art. 8°.Restam estabelecidos os valores das Diárias, no âmbito do CRO/PB, para os seguintes Beneficiários, tendo como referência a Decisão nº 69/2016 do Conselho Federal de Odontologia, a seguir delineado:

I. Conselheiros, membros de comissões e representações, convidados, colaboradores.

- Valor da Diária:

Estadual - R$ 525,00.

Fora do Estado - R$ 700,00.

Internacional - R$ 1.400,00.

II. Funcionários e prestadores de serviço.

- Valor da Diária:

Nível Superior

Estadual - R$ 420,00.

Fora do Estado - R$ 560,00.

Internacional - R$ 1.120,00.

Nível Médio ou Fundamental

Estadual - R$ 315,00.

Fora do Estado - R$ 420,00.

Internacional - R$ 840,00.

Art. 9°. Será devido meia Diária (50%) nas seguintes hipóteses:

a) Quando o deslocamento não exigir pernoite fora do local em que tenham exercício ou trabalho;

b) No dia de retorno à origem;

c) Além das hipóteses de Ajuda de Custo;

d) Quando for utilizado hospedagem concedida pelo CRO/PB.

Art. 10°. Em havendo o recebimento da diária e não ocorrendo o correspondente deslocamento ou que não corresponda ao período efetivo de deslocamento, o beneficiário terá o prazo de 3 (três) dias após o retorno para providenciar a devolução do valor pago a maior e, no caso de pagamento a menor, após sua comprovação e autorização da Diretoria, será providenciado o devido complemento.

CAPÍTULO II

AJUDA DE CUSTO

Art. 11° Fica assegurado que para os deslocamentos a serviço com a distância mínima de 60 km até 99 km, fará jus ao recebimento de ajuda de custo os ocupantes de funções públicas da Lei Federal nº 4.324/64, bem como aos assessores, convidados, colaboradores, funcionários e prestadores de serviço.

Art. 12°. A Ajuda de Custo tem por finalidade cobrir despesas de alimentação, deslocamento urbano e outros gastos que porventura se fizerem necessários.

Art. 13°. A Indenização na modalidade de Ajuda de Custo não permite a pernoite, acaso haja necessidade desta será considerada como uma Diária, devendo haver posteriormente a complementação.

Art. 14°. Os valores da Ajuda de Custo no âmbito do CRO/PB, tendo como referência o art. 8º, se dará da seguinte forma em favor dos Beneficiários:

a) Conselheiros, membros de comissões e representações, convidados, colaboradores.

- Valor da Ajuda de Custo: R$ 131,25.

b) Funcionários e prestadores de serviço.

- Valor da Ajuda de Custo:

Nível Superior

R$ 105,00.

Nível Médio ou Fundamental

R$ 78,75.

Art. 15°. Na hipótese do recebimento da Ajuda de Custo e não ocorrendo o correspondente deslocamento, o beneficiário terá o prazo de 3 (três) dias após o retorno para providenciar a devolução do valor pago.

CAPÍTULO III

CONCESSÃO DE JETONS

Art. 16°.É garantido a percepção de Jeton aqueles ocupantes de funções públicas gratuitas da Lei Federal nº 4.324/64, em razão do comparecimento a Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária.

§1º. As sessões de reunião Plenária ou Extraordinária se dará na forma do Regimento Interno do CRO/PB.

§2º. Será possível o recebimento de Jeton juntamente a percepção de Diária para os que fizerem jus a este recebimento.

Art. 17°.Os valores do Jeton, por sessão, no âmbito do CRO/PB, se darão da seguinte forma:

a) Conselheiros Efetivos e Suplentes.

- Valor doJeton: R$ 210,00.

Art. 18°. Deverá ser juntado ao processo de pagamento de jeton a lista de participação dos beneficiários, contendo identificação e assinatura, bem como ata da reunião e/ou de certidão que comprove sua realização.

Parágrafo único. A percepção do Jeton se dará através de autorização especifica do Presidente do CRO/PB.

CAPÍTULO IV

CONCESSÃO DE AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

Art. 19°.É garantido o Auxílio Representação para os ocupantes de funções públicas gratuitas da Lei Federal nº 4.324/64, quando convocado para participar de qualquer reunião, evento ou congênere e diligencia na localidade original de seu serviço e/ou residência.

Parágrafo único. Não será possível o acúmulo do Auxílio Representação juntamente com qualquer outra modalidade de Indenização.

Art. 20°. O valor do Auxílio Representação, no âmbito do CRO/PB, será o seguinte:

a) Conselheiros Efetivos e Suplentes.

- Valor do Auxílio Representação: R$ 100,00.

Art. 21°. Havendo o pagamento do Auxílio Representação, caso não haja a presença ou realização da diligencia, o beneficiário terá o prazo de 3 (três) dias para providenciar a devolução do valor pago.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22°.O valor referente as Indenizações previstas nesta Decisão poderá ser revisado pela Diretoria do CRO/PB ou por solicitação do Plenário ou em função de alterações nos normativos correspondentes do Conselho Federal de Odontologia.

Parágrafo único. Deverá aplicar no que couber os índices de correção das anuidades cobradas pelos Conselhos de Odontologia.

Art. 23°.Os pagamentos referentes as Indenizações previstas nesta Decisão deverão ser realizados, preferencialmente, 24 (vinte quatro) horas antes do efetivo deslocamento a serviço.

Art. 24°.Havendo o pagamento de qualquer modalidade de Indenização prevista nesta Decisão, deverá ser promovida a prestação de contas, com a formação de processo de despesas respectivo.

Parágrafo único. Deverá ser observado para a prestação de contas a apresentação dos documentos descritivos e/ou comprobatórios pertinentes e necessários ao ensejo de cada modalidade de Indenização no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o retorno, no qual é fornecido minuta pela Secretaria do CRO/PB, compondo anexo a esta Decisão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041300279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 25°.Para a prestação de contas, notadamente na composição dos processos de despesas referentes aos pagamentos de indenizações, deverão ser obrigatoriamente observadas as regras desta Decisão em prol da regular instrução.

Art. 26°.Na eventualidade de ausência da documentação adequada e exigida por esta Decisão impedirá as concessões e pagamentos respectivos. Para tanto, poderá ser procedido medidas de saneamento em prol de regularização.

Art. 27°. Competirá a Diretoria do CRO/PB a análise mensal das prestações de contas das Indenizações previstas nesta Decisão, com a devida aprovação e homologação em ata de reunião Plenária.

DIÁRIAS

Art. 28°. Deverá ser preenchido os documentos pertinentes a concessão de Diária, conforme minuta anexa a esta Decisão, bem como todos os documentos que justifiquem o deslocamento para que seja procedido o controle e instrução para a prestação de contas, tais como:

a) quando o deslocamento se der para participação em Congressos, Seminários, ou outros eventos similares, o folder do evento e/ou documento de inscrição ou similar e/ou cópia do certificado de participação;

b) quando para participação ou realização de reuniões, documento convocatório ou que promova sua realização ou algum documento que comprove sua participação;

c) quando se referir a trabalho desenvolvido pelas Comissões Permanentes e Temporárias do CRO/PB, a relação dos participantes contendo identificação e/ou Portaria de designação;

d) quando se referir a participação de julgamentos, audiências ou diligências pelo CRO/PB, a descrição do processo e/ou procedimento respectivo e do ato jurídico.

Art. 29°. Para a efetivação do pagamento de Diárias fica condicionado a regularização de pendências anteriores, conforme dispuser esta Decisão.

AJUDA DE CUSTO

Art. 30°.Havendo o deslocamento a título de Ajuda de Custo, conforme prevê os termos desta Decisão, para sua efetivação deverá ser observada as mesmas regras dos artigos 28º e 29º.

JETONS

Art. 31°.Para eficácia da regulamentação e efetiva concessão da Indenização na modalidade Jeton desta Decisão, deverá haver deliberação e autorização especifica do Presidente do CRO/PB, no qual poderá determinar o período inicial para sua regular eficácia no âmbito do CRO/PB.

Parágrafo único. Caso entenda conveniente, o Presidente do CRO/PB poderá estabelecer marco inicial e final para período em que será possível a concessão de Jetons.

Art. 32°.Para instrução do processo de despesa para pagamento de Jeton deverá ser juntado todos os documentos pertinentes e comprobatórios.

AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

Art. 33°. Deverá ser juntado ao processo de despesa para pagamento de Auxílio Representação os documentos pertinentes de sua ocorrência e comprovação, tais como:

a) Ata;

b) Convocação, intimação, notificação, etc;

c) Qualquer documento de comprovação da ocorrência e/ou presença.

Art. 34°. Não será efetuado pagamento a título de Auxílio Representação caso conste pendencias, conforme dispuser esta Decisão.

Art. 35° Na ocorrência de dúvidas, contradições e omissões, os casos serão deliberados pelo Plenário do CRO/PB.

Art. 36° A presente Decisão entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário, especialmente as Decisões que tratem sobre concessão de diárias, ajuda de custo e auxílios de representação no âmbito do CRO/PB.

LEONARDO MARCONI CAVALCANTI DE OLIVEIRA

